

Livro de Anais

Produção e
democratização do
conhecimento

SEMINÁRIO
INTERNO DO
PPgHS
UERJ
2022

17 A 21 DE
OUTUBRO 2022



REALIZAÇÃO

PPgHS
Programa de
Pós-
Graduação
em História
Social

APOIO

FACULDADE DE
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES
UERJ

FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

CAPES

X
SEMINÁRIO
INTERNO DO
PPgHS
UERJ
2022

17 A 21 DE
OUTUBRO 2022

São Gonçalo - RJ - outubro 2022

COMISSÃO ORGANIZADORA

DOCENTES

Brenda Carranza
Claudia Atallah
Helenice Rocha
Izabel Pimentel
Mauro Amoroso
Renata Siuda-Ambroziak

Editoração — ANAIS

Helenice Rocha
Brenda Carranza
Maria Aparecida Cabral
Lais Assunção Moreira
Karolina Moreira de Lucena
Fernando Rodrigo da Silva

DISCENTES

Alexandre Ferreira de Azevedo
Bárbara Oasky
Elisa de Felipe
Farlen de Jesus Nogueira
Hiago Rangel Fernandes
Italo Ramon Coelho de Aquino
João Gonzalez Moreira
Karla da Silva Sampaio
Karolina Moreira de Lucena
Lais Assunção Moreira
Marina de Freitas Glovanette
Stephanie da Rocha Silva
Valéria de Oliveira

CATALOGAÇÃO NA FONTE UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

S471 Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social.
(10.: 2022 : Rio de Janeiro)
Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social [Recurso eletrônico] / coordenação: Helenice Aparecida Bastos Rocha; Renata Siuda-Ambroziak; Izabel Priscila Pimentel da Silva; Claudia C. Azeredo Atallah; Mauro Amoroso; Brenda Maribel Carranza Dávila. – Rio de Janeiro : FFP/ UERJ, 2022.

ISSN 2447-5947

I. História – Congressos. I. Rocha, Helenice Aparecida Bastos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 94

Bibliotecária: Rejane Rosa do Amaral Monteiro CRB7/4924

Os textos aqui publicados são de inteira responsabilidade de suas autoras e autores.

Sumário

Apresentação -----	9
Parte I – Seção de Ativos -----	10
Adauto Tavares Araujo — André Gustavo Paulo de Frontin (1860-1933): uma análise da trajetória e memória do engenheiro-----	11
Ailson Carlos da Silva — Contexto político de São Gonçalo de 1950 a 2000: a política e os loteamentos-----	22
Alberto Fraga Pereira — O papel do samba enredo na construção da identidade negra e no resgate da memória silenciada-----	33
Alex da Costa Silva — O império do Brasil no catálogo para a exposição universal de 1867: apresentando a nação.-----	45
Alexandre Ferreira de Azevedo — Liberalismo, justiça e território: mudanças empreendidas na vila de São Salvador nos pós independência (1822-1835)-----	57
Aline Felizardo R. da Silva — Participação e liderança feminina no sindicato estadual dos profissionais de educação do estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ)-----	68
Alline de Assis Xavier Maia — Visões sobre a África: entre a narrativa histórica escolar e a religiosa-----	81
Alyne Mendes Fabro Selano — A cultura material escolar, patrimônio, história e memória no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira-----	88
Ana Clara de Sousa Lobo — As experiências revolucionárias latino-americanas nos livros didáticos: uma história comparada entre Brasil e Cuba (2006-2014)-----	97
André Luiz Garrido Barbosa — Fazenda Campos Novos em Cabo Frio, diferentes atribuições de sentidos em um monumento tombado: uma análise a respeito de alguns aspectos do processo de tombamento feito pelo IPHAN-----	110
Bárbara Oasky — A “outra história” de Svetlana Aleksievitch: o uso de literatura de testemunho na historiografia -----	121
Camila de Sousa Freire — Gustavo Barroso: um intelectual integralista e antisemita na década de 1930-----	133
Camilla Fogaça Aguiar — Entre o PDT e o PSDB: Encarando o jogo político partidário nas eleições de 2020, em São Gonçalo -----	144
Carla de Medeiros Silva — Representação de mulheres em livros didáticos de história: considerações iniciais sobre pesquisa em livros didáticos-----	154
Carlos Henrique Ferreira Leite — O “Plano de uma Colônia Militar no Brasil” e as suas influências no cotidiano da Colônia Militar do Jataí-----	165
Cleisemery Campos da Costa — “Conselho de cultura no Brasil, pilares de pertencimento: uma história em construção”-----	176
Cristiano Ferreira Campos — Modernidade/Colonialidade: diálogos entre os estudos decoloniais e a história social.-----	195
Daniel Santos do Amaral — Neoliberalismo e as bases do projeto "uma ponte para o futuro" -----	206
David de Oliveira Balbino — O liberalismo oitocentista na sociedade brasileira e as instituições republicanas de controle e vigilância-----	217
Elis Regina de Castro Lopes — Com a fala os socioeducadores: as práticas no DEGASE (1994 a 2021)-----	230
Elisa Defelippe Durso Martins Silveira — Uma breve discussão sobre ensino e teoria da história a partir da concepção de tempo na pedagogia Freiriana-----	242

Érica Barros — A Revolução Industrial costurada à mão: o uso do têxtil no ensino de História-----	256
Eunice Batista Loroque — Questões de gênero nos saberes e ofícios da pesca artesanal em Itaipu/Niterói- RJ: resistência e interculturalidades no sec. XXI-----	263
Fábio Rodrigues de Almeida — A narrativa carnavalesca das escolas de samba enquanto história pública à luz das implicações metodológicas e éticas na história de grande circulação-----	279
Farlen de Jesus Nogueira — Guerra santa contra a umbanda e o espiritismo -querem alguns bispos católicos: os embates e as disputas entre católicos e umbandistas entre os anos de 1953 e 1968-----	291
Felipe Santana Gonçalves — O alvorecer do Realismo Socialista através de Chapaev (1934)-----	303
Felipe Silva Vedovoto — Percursos do(s) ensino(s) de história para crianças no Brasil ao longo do século XX -----	316
Geilson Saraiva — Os efeitos psicossociais da prisionização -----	327
George Luiz de Abreu Vidipó — O nascimento da república na <i>Gazeta de Notícias</i> e <i>O Paiz</i> : o agendamento da imprensa nos primeiros meses da república (1889)-----	338
Gustavo Assumpção Leite Coelho Nunes — Antônio Conselheiro e Canudos nas páginas do jornal <i>Gazeta de Notícias</i> -----	351
Helber Renaro Feydit de Medeiros — Lemos Britto e a escola positiva do direito penal: questão racial e Eugenia-----	363
Helena Wagner Lourenço de Ferreira — O PT e o capital financeiro: a mudança de comportamento do partido nas reformas da previdência de 1998 e 2003-----	374
Hiago Rangel Fernandes — Repensando o espaço jurídico em Campos dos Goytacazes: uma análise inicial sobre a administração da justiça no final do século XVIII-----	386
Isabella Gioia de Barros — Inquisição e pacto com o diabo na Lisboa de 1735-----	397
Isabelle Luz da Silva — A influência dos discursos de D. Luís da Cunha na extinção do tribunal do Santo Ofício em Portugal-----	408
Ítalo Ramom Coelho de Aquino — Estado ampliado e luta de classes em Mari (PB) - 1964: uma análise a partir dos jornais diários da Borborema e diário de Pernambuco-----	420
Jean Victor Barreto Costa — Praia de Ramos, entre o coronel e o Iate Clube de Ramos. um breve levantamento sobre a formação territorial urbana da Praia de Ramos-----	436
João Gonzales Moreira — Você é livre? Buscando elos entre os desfiles de escola de samba, o ensino de história e a perspectiva Freireana sob a égide da ética e da ciência-----	445
João Paulo Carneiro — Você é livre? Buscando elos entre os desfiles de escola de samba, o ensino de história e a perspectiva Freireana sob a égide da ética e da ciência-----	457
João Victor da M. Uzer Lima — Por Deus, pela liberdade e contra o comunismo: as bases conspiratórias do conservadorismo estadunidense nos anos 1960-----	470
José Manuel Faria — A história Atlântica como possibilidade de abordagem teórico metodológica para conhecer os intelectuais negros na Diáspora-----	481
Karla da Silva Sampaio — Pescadores Artesanais da Baía de Sepetiba (RJ) e modernização do sistema informacional público Brasileiro: burocratização do estado e desafios de acesso aos direitos previdenciários -----	493
Karolina Moreira de Lucena — Organização camponesa na Baixada Fluminense: memória dos lavradores envolvidos nos conflitos-----	505
Kleber Oliveira dos Santos — Visualidades, representações e repressão: A utilização das fotografias nos processos do TSN-----	519
Laís Assunção Moreira — O Extremo Sul da Bahia e a política desenvolvimentista de JK e o processo de acumulação como expansão do capitalismo-----	534

Leandro Manhães Silveira — Por outras trilhas do samba niteroiense: escolas de samba de Niterói e suas territorialidades 1946-1986-----	544
Leticia Freixo Pereira — O diálogo entre espaços culturais e seus intelectuais entre os anos de 1960-1980-----	557
Luan Garios Aleixo — De Dutra a Vargas: uma discussão sobre política externa e representações dentro do contexto de tensões na península Coreana (1948-1953)-----	569
Luciana de Queiroz Pinto — Atlas Vallard: uma narrativa Francesa da América em meados do século XVI -----	582
Ludmila Neves Müller — Oralidade, subjetividades, trajetórias e resistências das travestis sul-mato-grossenses: analisando depoimentos-----	595
Marcelo Macêdo de Almeida — RCC em Niterói: de perseguida a aliada da cúria frente à Teologia da Libertação-----	606
Maria Alice Arrais Pereira — Resignificações do Baile de Favela: memória e discurso no audiovisual.-	616
Maria Eduarda Santos de Oliveira — Teatro vivencial transgressão e resistência em tempos de ditadura	627
Marília Luíza Ramos da Cruz — A moda do Japão: o Japonismo presente nas revistas ilustradas cariocas -----	639
Marina de Freitas Giovanette — O ensino de história da ditadura militar em disputa: uma discussão sobre negacionismo e ensino -----	651
Marlon Barcelos Ferreira — Arqueologia, memória e educação: um olhar sobre o município de Rio das Ostras -----	663
Maysa Anacleto de Oliveira da Silva — A preservação do patrimônio e a construção do passado nacional: memória e poder no Brasil na década de 1930.------	672
Naicon de Souza Brinco — Ensinar e aprender história em tempos de incerteza: o ensino remoto, a retomada presencial e o fenômeno da expansão da cibercultura na educação básica-----	682
Pedro Benício Almeida Pinto — O período informacional e a história: as novas tecnologias digitais e as fontes históricas -----	693
Pedro Freitas de Almeida — A vida associativa na cooperativa agrícola Torre Bela-----	703
Pedro Paulo Cordeiro Chaves — A Relação da Odebrecht com o governo Angolano (1984-90)-----	713
Priscila Saraiva de Moura Souza — Representações do Governo Vargas no <i>Almanaque da Parnaíba</i> ---	725
Priscilla Damasceno Rodrigues — A história nos quadrinhos: um canal possível de socialização afetiva dos saberes históricos -----	741
Rafael Monteiro de Oliveira Cintra — Do chão da escola ao ambiente remoto: um caminho de pesquisa sobre estética e política no ensino de história-----	752
Ramom Pereira de Jesus Moreira — Colônias agrícolas na Bahia Oitocentista: trabalho, escravidão e economia-----	763
Reinaldo Ramos Diniz — Os malandros cariocas e seus territórios: charges e caricaturas -----	779
Samuel de Almeida Henriques — Ditadura militar na Baixada Fluminense: embates entre historiografia, ensino de história e conflitos de memória.------	792
Sandro Gomes dos Santos — A Revolta de Aragarças e seus desdobramentos na década de 1960-----	803
Sergio Tuguio Ladeira Kitagawa — A promoção do conservadorismo evangélico no Facebook – uma introdução ao estudo de caso do pastor Franklin Ferreira-----	815
Stephanie da Rocha Santana da Silva — Ditadura, repressão e racismo-----	834
Susanna Fernandes Lima — Elaborar um “projeto de vida”: reforma do ensino médio e vidas em projeção -----	849

Tânia dos Santos Tavares — Mídia e violência urbana: uma análise das matérias sensacionalistas do Jornal O São Gonçalo -----	858
Tatiana Pantoja Oliveira — História, memória e dominação masculina no ex-território federal do Amapá (1944-1964)-----	867
Thais Elisa Silva da Silveira — Pacificando o branco: atividades educativas indígenas em escolas do ensino básico-----	878
Valeria de Oliveira — Promovendo a inclusão e construindo saberes: equidade para democratização do conhecimento-----	890
Wallace da Silva Costa — <i>Masters of War</i> : O comunismo, a bomba e o juízo final em <i>Doctor Strangelove</i> -----	901
Parte II – Seção de Egressos-----	914
Antonio Maureni Vaz Vercosa de Melo — Coletar para precisar: atuação do intelectual Félix Pacheco na introdução da datiloscopia no Brasil e as novas dimensões da criminologia no início do século XX-----	915
Bruno Rodrigues Pimentel — <i>O Compadre de Ogun</i> : a relação entre o òrun e o ayé e o entrelaçamento do catolicismo com o candomblé-----	927
Carla Cristina da Silva Lavinias — A BNCC permite acesso à produção e a democratização do conhecimento?-----	941
Eliana Santos da Silva Laurentino — Caxias Magazine: imprensa, educação e eleições municipais em 1985-----	953
Fabília Vieira de Araujo — Direitos Humanos e Conteúdos de História: relações possíveis a partir das falas de estudantes do Ensino Médio-----	965
Gustavo Nascimento Rocha Dias — “Porque há muitos que vivem a Ley Mozaica e a Seita Mourisca”: exemplos da cooperação Missionária na Índia Portuguesa-----	981
Janaina Santana Alves da Silva — Memórias em disputa. O filme: Os sobreviventes – filhos da Guerra de Canudos -----	988
José Vinícius da Costa Meneses — A tirania em dois tratados políticos portugueses do século XVI-----	1001
Lara Cristina Veiga Bernardo — Entre tiros e barricadas: revolução e fim ideal em <i>Les Misérables</i> e <i>Germinal</i> -----	1013
Letícia Crespo Bomfim — Imprensa e Política no Brasil: a reeleição de FHC no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> -----	1025
Lorena Gouvêa de Araújo — Mulheres nativas e perseguição idolátrica no Vice-Reino do Peru - séculos XVI e XVII -----	1036
Maria Angela Gomes Gonçalves — Uma análise da recepção das teorias darwinistas no Brasil por meio da literatura naturalista de finais do século XIX-----	1047
Natália Silva Elias — Mulheres e resistência, da repressão ditatorial à democracia: feminismos, memórias e identidades em Belo Horizonte (1975-1980 e 2018)-----	1063
Odimar Gomes Junior — Semiótica e História: metodologia de análise documental de os Atos de Tomé e da ata do Sínodo de Diamper de 1599-----	1076
Raphael Metheus de Moraes Ribeiro — A influência do romantismo em <i>Frankenstein</i> de Mary Shelley -----	1089
Roberta Alcântara Gomes da Silva — Clóvis Bevilacqua e o direito de família no código civil de 1916: as discussões sobre casamento civil e condição da mulher na passagem à modernidade no Brasil-----	1104
Roberto Alexandre de Jesus Martins — <i>Die Traumdeutung</i> : <i>Rock in Rio</i> , mais lucidez empresarial do que sonho-----	1116

Rozely Menezes Vagas Oliveira — A formação do patrimônio imobiliário nos conventos femininos do império português (GOA e Rio de Janeiro, Sécs. XVII e XVIII)-----	1127
Tiago Braga da Silva — Promoção do passado: arquivos privados no arquivo público do estado do Espírito Santo.-----	1139
Vanessa Kellner Francis Santos — Conflitos e Tensões no Interior da “Colônia Syria” na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX -----	1152
Vanessa Mendonça Leite — Fotografia e Representação: os refugiados do pós-Segunda Guerra em perspectiva -----	1162
Viviane Gomes Ribeiro — Eugenia e Imprensa: as representações e divulgações das ideias eugênicas no jornal A noite e no Boletim de eugenia – nos anos 20 e 30-----	1175

APRESENTAÇÃO

Apresentamos os anais do X Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS-FFP/UERJ), sob o lema: “Produção e democratização do conhecimento”, realizado no formato híbrido durante os dias 17 a 21 de outubro de 2022. No decorrer do X Seminário participaram alunos e alunas regularmente ativos e ativas no PPGHS-FFP/UERJ, assim como discentes egressos e egressas, onde tiveram organizadas suas exposições em 30 mesas, sendo no total de 98 trabalhos apresentados. A discussão geral do Seminário foi pautada por duas conferências: “Pode-se piorar o ontem? Do abrandamento da história ao negacionismo algorítmico - ensinar história em tempos de Big Data”, ministrada pela Dra. Sonia Meneses, docente da Universidade Regional do Cariri (URCA); e “A sudestinização da história e a nacionalização de seu consumo”, ministrada pela Dra. Patrícia Valim, docente da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O debate desenvolvido a partir dos trabalhos apresentados e discutidos, assim como a oportunidade de trocas interinstitucionais demonstraram a consolidação do evento na sua décima edição, bem como a do PPGHS e sua efetiva interação com a vida acadêmica da FFP e da Universidade.

Comissão organizadora

PARTE I

Discentes Ativos

André Gustavo Paulo de Frontin (1860 - 1933): uma análise da trajetória e memória do engenheiro

Adauto Tavares Araujo¹
Doutorando em História Social — PPHGS-FFP/UERJ

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é: *Administração Pública: um estudo sobre as reformas urbanas, a partir dos engenheiros prefeitos na Primeira República*, ainda em andamento. A presente comunicação busca analisar a trajetória de Paulo de Frontin (1860 – 1933). Como engenheiro, Frontin teve posição de destaque nos debates sobre as reformas urbanas na então capital republicana, principalmente após tornar-se presidente do Clube de Engenharia. Senador, foi convidado para assumir o cargo de prefeito da capital republicana em 1919. A partir da leitura de parte da imprensa da época, como os jornais *Gazeta de Notícias*, *O Paiz* e *Jornal do Commercio*, entendemos que houve a construção de uma narrativa que apresentava Frontin como um grande realizador. Buscaremos, então, neste artigo compreender as redes de sociabilidade e o contexto que permitiram a Frontin o espaço necessário para colocar em prática os seus projetos.

Filho de João Gustavo de Frontin e Hipólita Lourença Eulália de Villan, Paulo de Frontin nasceu em Raiz da Serra de Petrópolis, em 17 de setembro de 1860. Casou-se com Maria de Toledo Dodsworth. Aos 13 anos, seu pai obteve uma carta de recomendação do ministro João Alfredo Correia de Oliveira, graças ao intermédio de seu amigo, o jornalista Francisco Otaviano de Almeida Rosa, para matriculá-lo no Colégio Pedro II (ATHAYDE, 1961, p.3). Ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1874. Ao fim do curso, em 1879, formou-se em engenharia civil e geográfica, além de engenheiro de minas e bacharel em ciências físicas e matemáticas. Todavia, antes mesmo de concluir os seus estudos, Frontin foi indicado pelo professor Borja Castro para trabalhar como residente no reservatório do França, que integrava a Inspetoria de Águas (SANTOS, 2017, p.23).

Antes de finalizar os estudos na Politécnica, Frontin participou da organização do projeto de aterro das praias de Formosa e dos Lázarus, na região da Cidade Nova, que

¹ Aluno do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, orientado pela Professora Doutora Maria Letícia Corrêa. Ingressou no ano de 2019, tendo a pesquisa o título “Engenharia e Administração Pública: um estudo sobre as reformas urbanas, a partir dos engenheiros prefeitos na Primeira República”.

tinha a direção dos professores Luís Rafael Vieira Souto (1849 - 1922), de quem se tornaria sócio e amigo, e Paula Freitas (CORRÊA, 2017, p.129).

Após a conclusão dos estudos, tornou-se professor da Escola Politécnica e do Colégio Pedro II. Em 1881 criou, ao lado do engenheiro Manuel Pereira Reis, o Observatório Astronômico da Escola Politécnica, que ficava ao lado do Convento de Santo Antônio, e tinha como finalidade prover aulas práticas de astronomia e geodésia aos alunos da própria escola e aos aspirantes da Escola da Marinha. Juntamente de Vieira Souto e Manoel Joaquim Teixeira Bastos, promoveu a elaboração do projeto de reforma curricular do curso geral de engenharia, tendo desempenhado uma posição de destaque na instituição, sendo inclusive diretor da Politécnica entre 1915 e 1930 (CORRÊA, 2017, p.130).

Paulo de Frontin fez parte de um grupo de engenheiros, que, a partir da segunda metade do século XIX, se tornou ativo no processo de reconfiguração do espaço urbano carioca, os quais se afirmavam como detentores de um saber considerado técnico, investidos da missão de construir uma cidade moderna, conquistando assim, amplos espaços de saber e de poder (MOTTA, 2003, p.25).

O engenheiro era apresentado por seus pares como um “grande realizador”, imagem que ganhou relevância após o episódio que ficou conhecido como “Água em seis dias”, ocorrido em 1889. Naquele período, a sede da Corte imperial estava sofrendo uma grande seca, que acabou por agravar um surto de febre amarela na cidade. Então, existe uma narrativa que fora construída de que o Ministério da Agricultura tomou a iniciativa de buscar soluções que pudessem resolver esses problemas que estavam assolando a cidade e geravam críticas (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 de março de 1889), em um momento que o poder imperial centralizado estava sendo contestado.

Enquanto o também engenheiro Francisco Bicalho apresentou uma proposta para garantir o suprimento de até 75 milhões de litros d’água em 40 dias, Paulo de Frontin divulgou ao jornal *Diário de Notícias*, em 16 de março de 1889. Ele estava colocando os seus serviços como engenheiro à disposição do governo imperial para solucionar mais rapidamente a questão do abastecimento de água até a Corte, tendo em vista o aparecimento de protestos e queixas da população (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 de março de 1889). Na mesma nota, Frontin questionou o plano de Francisco Bicalho, então chefe da Inspetoria de Águas, afirmando que era impraticável por conta de grandes falhas técnicas, longo prazo para execução e, também, de problemas relativos à aquisição de terrenos necessários para a realização da obra. Frontin aproveitou a oportunidade para

afirmar que o projeto elaborado por Bicalho era mais dispendioso que o apresentado ao governo imperial (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 de março de 1889).

O projeto de Frontin previa aumentar o abastecimento de água da cidade em 15 milhões de litros diários – pouco mais de 20% da capacidade anterior – em apenas seis dias, com o custo de oitenta contos de réis mais noventa contos para a compra dos mananciais. No primeiro dia, Frontin partiu para a Serra do Comércio com uma comitiva de trezentos homens, dentre engenheiros, médicos e operários. Com o decorrer da obra, mais de mil trabalhadores são contratados e Frontin recebe auxílio de amigos, como Carlos Sampaio, que coordenou a abertura de uma vala com colocação de calha na cachoeira Água Fria até o reservatório do Barrelão, próximo a Tinguá, de onde seria levada para os chafarizes da Corte. Ao fim do sexto dia, a água prometida chegou na cidade, fazendo com que Frontin fosse carregado em uma grande festa, segundo noticiado pelo *Diário de Notícias* (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25 de março de 1889).

Segundo Felipe Martins dos Santos, o episódio da *Água em Seis Dias* tornou o engenheiro conhecido fora dos círculos da Politécnica e do Colégio Pedro II, a partir do momento que o engenheiro vinculou a sua própria imagem à capacidade de realizar grandes obras públicas, tendo começado a ascendência do prestígio profissional deste personagem (SANTOS, 2017).

Após esse episódio, Frontin fundou a Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, em 1890, ao lado de Carlos Sampaio, que atuou em diversos projetos de construção de trechos ferroviários. Também participou de uma comissão encarregada de avaliar planos e projetos de saneamento da capital republicana, em 1896, que era presidida pelo então vice-presidente do país, Manuel Vitorino Pereira.

Apesar de não ter sido um dos sócios-fundadores do Clube de Engenharia, Paulo de Frontin alcançou posição de destaque na instituição, notadamente a partir dos primeiros anos do século XX. Filiado ao Clube desde 1882, notamos uma participação discreta do engenheiro até a sua atuação no I Congresso de Engenharia e Indústria, ocorrido em 1900. Segundo Vânia Cury, Frontin buscou ocupar uma posição de comando no Clube, utilizando-se de uma ideia de futuro promissor dos engenheiros, com a aplicação da ciência e do conhecimento científico na resolução dos problemas que o país enfrentava (CURY, 2000, p. 165).

Durante o período em que Frontin esteve à frente do Clube de Engenharia, esta associação profissional desenvolveu intensa atividade, a partir da emissão de relatórios, pareceres, respondendo consultas técnicas e organizando congressos, exposições e afins,

sendo um importante pólo de divulgação e de debate de ideias sobre as reformas urbanas que aconteciam no Rio de Janeiro e em outras cidades (TURAZZI, 1989).

Eleito presidente do Clube de Engenharia em 1903, permaneceu no cargo por trinta anos, até a sua morte, sendo condecorado pela instituição com o título de presidente perpétuo. Segundo Felipe dos Santos, a continuidade de Frontin na presidência foi importante uma vez que contribuiu para legitimar sua atuação política e direcionou a sua ascendência de poder para fora do grupo de engenheiros (SANTOS, 2017, p. 28).

Com perfil político negociador, Paulo de Frontin elegeu-se presidente do Clube de Engenharia, em 1903, cargo que ocuparia por três décadas, recebendo da instituição o título de presidente perpétuo. Este foi um ponto fundamental da sua trajetória, porque a cadeira da presidência contribuiu para legitimar sua atuação política futura e direcionar sua ascendência de poder para fora do grupo de engenheiros. A partir de então, este personagem colocava-se como autorizado a falar e atuar como representante dos membros do Clube de Engenharia (SANTOS, 2017, p.1).

Entendemos, neste trabalho, também, que as ações empreendidas por Paulo de Frontin foram importantes para a aquisição de reconhecimento político e sua inserção nos debates sobre a cidade, em um período em que os engenheiros eram apresentados como promotores do progresso e da modernidade. Segundo Vânia Cury, Frontin manteve com os membros do Clube uma relação de “dupla-troca”, onde ambos auferem ganhos, com a legitimidade necessária conferida ao engenheiro para as suas articulações políticas, enquanto seus pares percebiam que a inserção do engenheiro dentro da estrutura do Estado poderia render vantagens, como empregos e campos de investimentos (CURY, 2000, p. 166).

Da leitura das atas de reuniões do Clube de Engenharia é possível inferir a importância que Frontin dava para a instituição, tendo em vista que estava sempre participando e presidindo as sessões. Ao mesmo tempo, pode-se perceber que o engenheiro tinha bastante prestígio perante seus pares, que buscavam reforçar a importância de Frontin para a cidade, como na sessão em que se falou sobre o falecimento do médico sanitarista Oswaldo Cruz:

O Sr. O Presidente propõe que se consigne na ata o voto de profundo pesar do Clube de Engenharia pelo falecimento do eminente brasileiro, Dr. Oswaldo Cruz, cujos inolvidáveis serviços ao nosso país não carecem ser agora lembrados e lhe dão justamente o título de benemérito da pátria; outrossim, que seja nomeada uma comissão para dar à sua Exma família conhecimento do voto do Clube de Engenharia. (...) O Sr. Getúlio das Neves diz que o Conselho Diretor do Clube de Engenharia acaba de prestar a devida homenagem a Oswaldo Cruz, o cientista de reputação mundial, que teve também a glória de fazer parte do triunvirato, de que foram membros Pereira Passos e Paulo de Frontin, na remodelação memorável da cidade do Rio de Janeiro, levada a

efeito graças ao impulso superior de Rodrigues Alves e Lauro Muller (REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1932, p.422).

Após ter trabalhado na Empresa das Minas de Assuruá, na Bahia, dedicada à extração de ouro no sertão, em 1896 Paulo de Frontin ocupou a diretoria da Estrada de Ferro Central do Brasil, cargo em que ficou durante pouco menos de um ano, mas voltou à função em janeiro de 1910, de onde saiu somente em 1914.

Durante a administração de Pereira Passos à frente da Prefeitura do Distrito Federal, Frontin foi nomeado chefe da Comissão Construtora da Avenida Central, que foi uma das obras mais importantes da gestão Rodrigues Alves. Segundo Corrêa, este empreendimento “configurou uma primeira intervenção maciça do Estado na reorganização do espaço urbano da capital federal, alterando de forma radical a fisionomia da cidade, bem como o antigo traçado colonial” (CORRÊA, 2017, p.133).

Paulo de Frontin ingressou, em 1912, no antigo Partido Republicano e participou de irmandades religiosas e entidades culturais, como o Jockey Club e o Dérby Club, que serviram como canais para que o engenheiro tivesse acesso ao eleitorado da cidade, além, é claro, da realização de obras públicas (PINTO, 2011, p.200).

Segundo Botaro e Oliveira, as dificuldades para a realização de obras de infraestrutura, levou o interesse de Frontin na discussão econômico-financeira, que passa a estar cada vez mais presente nas atividades dos engenheiros (BOTARO e OLIVEIRA, 2019, p. 334). Maria Letícia Corrêa salienta a existência de uma formação que pensava os engenheiros com uma formação integral, estando aptos a pensar em temas econômicos:

(...) a cadeira de economia política da escola, ao preocupar-se em estabelecer as distintas formas de inscrição dos engenheiros na modernização econômica, superava a perspectiva profissional, buscando garantir a esses profissionais seu papel como responsáveis pela elaboração de uma concepção integral do país, essencial tanto à expansão capitalista como à afirmação do Estado nacional, o que está na base na interpretação entre engenharia e a formação do campo da ciência econômica no Brasil. Não por acaso, a Escola Politécnica foi considerada como um dos primeiros centros de produção e difusão do pensamento econômico brasileiro (CORRÊA, 2010, p.166).

Eleito senador em 1917 e reeleito em 1918 para o mesmo cargo, Paulo de Frontin assumiu a Prefeitura do Distrito Federal em 22 de janeiro de 1919. A nomeação do engenheiro foi recebida com enorme entusiasmo por setores da imprensa carioca. *O Paiz* noticiou em 22 de janeiro de 1919:

O governo proporcionou ontem à cidade uma boa notícia, uma excelente notícia. (...) É evidente no honrado Dr. Delfim Moreira o empenho de acertar, aparelhando a administração com elementos que, pela sua experiência e pela

demonstração do seu valor, inspiram absoluta fé, difundem inteira confiança na opinião pública (O PAIZ, 22 de janeiro de 1919, p.3).

O periódico salientava na notícia a capacidade do engenheiro em conseguir superar as dificuldades financeiras, pelas quais a prefeitura passava, e solucionar os problemas da cidade tendo em vista que Frontin pertencia à estirpe *dos homens privilegiados*, que dotados de *pulso firme, visão lúcida, vontade inabalável e ação corajosa* conseguem “*saber querer e saber executar*”:

Disse Wilson, em um dos seus mais recentes discursos, que os obstáculos foram criados para serem vencidos. O Sr. Paulo de Frontin tem o direito de inscrever essas admiráveis palavras no escudo do seu inexcedível valor, como legítima divisão de trabalho fecundo. Sua nomeação corresponde à imperiosa exigência destes tempos de construção e realização prática. A lei inexorável, a lei intransgredivel, a lei fatal desta hora excepcionalíssima, para todo o mundo que sobre existir, é a ação proposta concretizando a decisão esclarecida (O PAIZ, 22 de janeiro de 1919, p.3).

Deste modo, podemos sublinhar que o engenheiro encontrou no *O Paiz* um aliado de primeira hora para colocar em prática os seus projetos. Enquanto o jornal apresentou aos seus leitores quais eram as características que legitimam a escolha do engenheiro para o posto de prefeito, principalmente em um período de crise financeira, conforme salientado, tendo em vista o déficit municipal. Segundo Surama Pinto:

O problema do desequilíbrio entre receita arrecadada e despesa era estrutural. A ineficiência administrativa, provocada pelo excesso de funcionários, a falta de controle das despesas públicas e a ineficácia dos mecanismos de arrecadação fiscal eram o que se poderia chamar de grandes vilões do equilíbrio orçamentário do município durante a Primeira República (PINTO, 2011, p.202).

Segundo Corrêa, o engenheiro desfrutou de grande reconhecimento junto aos setores empresariais da capital republicana e às novas elites, em razão de seu sucesso no mundo dos negócios urbanos e na política (CORRÊA, 2017, p.134). Needell salienta que o personagem era um homem proeminente, renomado como professor, engenheiro, empresário, político e sócio dos clubes exclusivos, recepcionava intelectuais, políticos e diplomatas, quando reforçava as suas redes de sociabilidade (NEEDELL, 1993, p.113-114).

Com a realização de uma série de empreendimentos em sua gestão, Paulo de Frontin recebeu a alcunha de prefeito da “densidade máxima”, tendo em vista que segundo José de Oliveira Reis, nenhum outro prefeito fez tantas obras em tão pouco tempo de gestão (REIS, 1977, p.71). Segundo Américo Freire, parte da imprensa favorável à gestão Frontin na Capital Federal o chamava de Hércules da Prefeitura, já que o volume de intervenções urbanas era bastante considerável (FREIRE, 2003, p.13).

Poder-se-ia chamar Frontin o prefeito de densidade máxima, porque ninguém fez tanto em tão pouco tempo. Outros fizeram muitas obras (...). Porém, as realizações de Frontin, no curto espaço de tempo de seis meses, representam uma proeza única na história da cidade do Rio de Janeiro (REIS, 1977, p.71).

Segundo Carlos Eduardo Sarmiento, o engenheiro inseriu seu nome no panteão dos maiores prefeitos do Rio porque conseguiu associar à sua imagem um discurso legitimador e um capital político proveniente da sua inserção profissional, apresentando-se como a síntese da eficácia do discurso e da práxis dos engenheiros na administração das cidades, em posição ocupada anteriormente por Pereira Passos (SARMENTO, 2003, p.33).

O Paiz destacou a ação de Paulo de Frontin na realização dos diversos empreendimentos, colocando-o ao lado de Pereira Passos, como um “grande benemérito” da cidade, sinalizando que o engenheiro fora um dos principais governantes da capital, mesmo em tão pouco tempo de governo. Deste modo, entendemos que começa a surgir neste momento a reiteração da ideia do protagonismo dos prefeitos, quando se assemelham às administrações dos dois engenheiros.

Por outro lado, o *Jornal do Brasil* teceu duras críticas ao modo de Frontin de governar a cidade, apontando a administração como “desastrada” e publicando uma reportagem em 15 de maio sob o título “Os desatinos do prefeito”. Acusava o engenheiro de “megalomania”, que proporciona pão e circo e era aplaudido pela população que, por sua vez, não tinha “juízo” (*Jornal do Brasil*, 15 de maio de 1919).

Entendemos que a nomeação de Paulo de Frontin para a prefeitura do Distrito Federal esteve ligada ao papel de destaque que ele tinha na Aliança Republicana, partido político que ganhou destaque a partir de 1918, com a vitória do engenheiro para o cargo de senador e pela conquista da maioria das cadeiras dos deputados nos dois distritos da capital. No ano seguinte, mais dois senadores da Aliança Republicana foram eleitos e Frontin foi convidado para assumir o executivo municipal pelo presidente Delfim Moreira.

Há uma extensa bibliografia sobre a trajetória de Paulo de Frontin, que pode ser dividida em três grupos distintos: os primeiros trabalhos sobre a figura do engenheiro foram produzidos em tom laudatório, com o objetivo de engrandecer o personagem, associando-o à realização de grandes obras em vida. Esses textos foram editados na *Revista do Clube de Engenharia* e em publicações produzidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro sobre os prefeitos. Apresentando uma trajetória linear marcada pelas diversas

realizações do engenheiro, omitiram as tensões que marcaram sua atuação e indicam, em parte, as redes de sociabilidade nas quais Paulo de Frontin estava envolvido e que forneceram as condições de sua atuação e para que colocasse em prática alguns de seus projetos.

Quando das comemorações do centenário da Independência, em 1922, em número especial dedicado ao mesmo evento, a *Revista do Clube de Engenharia* publicou o perfil biográfico do engenheiro, assinalando o brilhantismo da trajetória profissional de Frontin e pontuando diversos aspectos em que ficará demonstrada a capacidade técnica do personagem em questão. Em seguida, descreve-se seu envolvimento nos projetos de melhoramentos urbanos, que se iniciaram, também muito cedo, no projeto das obras e aterro das praias Formosa e dos Lázaros, ao lado de Vieira Souto, em 1879. Ao assumir o lugar de engenheiro chefe do Escritório das Obras, estudou o abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, sugerindo uma série de propostas para resolver este problema (*Revista do Clube de Engenharia*, 1922, p. 418).

A biografia confere especial destaque à participação de Frontin nas reformas urbanas do Rio de Janeiro. Desse modo, integrava Frontin dentro de um triunvirato, do qual faziam parte, também, Pereira Passos e Oswaldo Cruz (*Revista do Clube de Engenharia*, 1922, p. 421). Destaca-se, então, as funções desempenhadas por Frontin fora dos cargos públicos, como em sua atuação para a ascensão do Derby Club. Esse foi criado após desentendimentos no Jockey Club, mais antigo, e também a relevância do personagem para o próprio Clube de Engenharia, ligando a grandiosidade da instituição à do engenheiro, que se tornavam assim indissociáveis (*Revista do Clube de Engenharia*, 1922, p. 423).

Em 1934, um ano depois do falecimento de Paulo de Frontin, a edição da *Revista do Clube de Engenharia* prestou uma homenagem ao engenheiro, sob o título “*Nosso maior bemfeitor! Nosso guia Immortal*”. Mais uma vez discorre-se sobre a importância do personagem para o próprio Clube, apontando os cargos por ele ocupados dentro da estrutura da instituição, os serviços prestados almejando o seu progresso material e moral, a partir de um “formidável talento” é “incontestável capacidade técnica” reconhecida por todos. No texto, a *Revista* ainda sublinha que, apesar de não ter sido um dos dos fundadores, era inegável a participação do engenheiro no processo de engrandecimento da instituição, dando “grande impulso” aos seus destinos da associação, e tornando-o “o expoente máximo” da categoria (*Revista do Clube de Engenharia*, 1922, p. 422).

A partir dos anos de 1980 é possível encontrar uma bibliografia crítica sobre as reformas urbanas que, a partir da análise de fontes primárias disponíveis, ampliou o olhar sobre a atuação dos engenheiros na ação reformadora da então capital Federal, discutindo os melhoramentos urbanos a partir do autoritarismo da ação estatal na reconfiguração do espaço urbano e de seu caráter excludente. Nestes trabalhos, Frontin não mais aparece como um “grande realizador”, mas como personagem central nas disputas que ocorriam na cidade e na defesa de certo tipo de intervenções.

Ainda mais, trabalhos recentes, como os produzidos por Surama Pinto e Américo Freire, destacam a atuação político-partidária do engenheiro, que foi um dos fundadores da Aliança Republicana, deputado, senador e prefeito do Distrito Federal. Pinto e Freire apresentam a figura de um personagem negociador, que ascendeu na política carioca a partir da sua participação no Clube de Engenharia, criando redes de sociabilidade que permitiram a sua atuação na cidade.

Paulo de Frontin teve uma trajetória de destaque dentre os engenheiros brasileiros tanto em seu campo de atuação, como na política. Exercendo papel de liderança no Clube de Engenharia, não procurou contrariar os interesses do grande capital e de setores comerciais enquanto foi prefeito do Distrito Federal. Encaminhou também um projeto de remodelação da cidade, que fora realizado em pouco tempo é importante para preparar as suas sucessivas eleições para o Senado Federal, de onde continuou a ter voz para interferir e opinar sobre as gestões que o sucederam.

Por fim, a memória sobre Paulo de Frontin foi utilizada por outros governantes do Distrito Federal, como o seu sobrinho Henrique Dodsworth – prefeito da cidade entre 1937 e 1945. Segundo Dodsworth, os recursos da administração de Frontin haviam sido utilizados para as obras de melhoramentos e embelezamento da cidade e não para a “criação de cargos” (SARMENTO, 2003, p.33). Além disso, Dodsworth também empreendeu, em sua gestão como prefeito, um modelo semelhante ao adotado pelo tio: aliança com o Clube de Engenharia, intervenções e planejamento urbano. Sarmiento sublinha que Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara entre 1960 e 1965, atribuiu ao engenheiro a memória de prefeito “ilustrado e empreendedor”, que teria sabido respeitar o passado da cidade e investir na construção do seu futuro, exaltando desse modo a tradição dos prefeitos-engenheiros (SARMENTO, 2003, p.35).

Em 2012, o presidente da CEDAE, Wagner Victor, mandou produzir uma estátua em tamanho real do engenheiro para ser colocada em frente a nova sede da estatal, fazendo alusão a biografia de Frontin e o episódio da Água em seis dias, e em homenagem

a um dos “maiores engenheiros da história nacional e reconhecimento ao trabalho visionário que este ilustre brasileiro realizou em prol de um Rio de Janeiro melhor” (Jornal do Brasil, 28 de março de 2010).

Referências

ATHAYDE, Raymundo de. *Paulo de Frontin: sua vida e obra*. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Educação e cultura, 1961.

SANTOS, Felipe Martins. *Trocas políticas entre “amigos” e prestígio de Paulo de Frontin na Primeira República (1896-1911)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

CORRÊA, Maria Letícia. Paulo de Frontin (1860 – 1933) In: VIANNA, Carolina e ENGEL, Magali Gouveia (Org.). *Trajetórias e sociabilidades intelectuais no Rio de Janeiro (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017. p. 125-140.

MOTTA, Marly Silva da. Paulo de Frontin: o “Hércules da Prefeitura”, ou o prefeito da “densidade máxima”. In: FREIRE, Américo (Org.). *Paulo de Frontin: discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Alerj, p. 19-33.

CURY, Vania Maria. *Engenheiros e empresários: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin (1903-1933)*. Niterói: UFF, 2000 (doutorado em História).

TURAZZI, Maria Inez. *A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX*. Rio de Janeiro. 1ª ed. São Paulo: UFRJ, Marco Zero, 1989.

SANTOS, Felipe Martins. Trocas políticas entre “amigos” e prestígio de Paulo de Frontin na Primeira República (1896-1911). In: *XXIX Simpósio Nacional de História*. Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 2017. p.1-15.

PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados... O jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011.

BOTARO, Luís Gustavo e OLIVEIRA, Eduardo Romero. Revistas de engenharia: a opinião “científica da engenharia brasileira sobre nossas vias de comunicação” (Brasil, 1867-194?). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 12, n. 1, jan.-jul., 2019. p.320- 345.

CORRÊA, Maria Letícia. Engenharia, economia política e progresso: a trajetória do engenheiro Luiz Rafael Vieira Souto como estudo de caso (1849-1922). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, jul. | dez 2010. p. 166.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da cidade*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977. v.2.

FREIRE, Américo. Introdução. In: FREIRE, Américo (Org.). *Paulo de Frontin: discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Alerj. p. 13.

SARMENTO, Carlos Eduardo B. (DES)Construindo Frontin: em busca de uma memória perdida. In: FREIRE, Américo (Org.). *Paulo de Frontin: discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Alerj, 2003. p.32-41.

Fontes

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 16 de março de 1889.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 25 de março de 1889.

Ata da 81 sessão ordinária, em 1 de março de 1917. *Revista do Clube de Engenharia*, 1922, número 32.

Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1932.

O Paiz, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1919, p. 3.

Jornal do Brasil, 15 de maio de 1919.

Revista do Clube de Engenharia, s/n. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1922.

Jornal do Brasil, 28 de março de 2010.

Contexto Político de São Gonçalo de 1950 a 2000: A Política e os Loteamentos

Ailson Carlos da Silva¹
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

1. Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de mestrado cujo título é: História local, memória e identidade: Bairro Guarani/Mundel (1950 a 1992), ainda em andamento.

O Rio de Janeiro, desde início do século XX, vivenciou um processo de mudança, principalmente econômica, no qual foi emblemático para a compreensão do grande crescimento urbano em curso entre 1940 e 1960. A ideia de um Brasil essencialmente agrícola, servindo de base ideológica da oligarquia agrária, foi contrariada, no Rio de Janeiro, por meio da atividade fabril que se desenvolveu quase que de forma autônoma, visto que o poder Federal e Municipal era exercido em benefício da oligarquia agrária. Tal fato criou um ambiente que despertou maior interesse das indústrias pelos centros urbanos, particularmente, o contingente de aglomeração que se formava em torno da capital, passando a atender aos anseios dos empresários em busca de mão de obra farta e barata como aponta (ABREU, 2006, p.96).

Se por um lado as chamadas “economias de aglomeração” atraíam os interesses fabris, por outro, o desenvolvimento dessas economias impulsionou um contingente cada vez maior de pessoas do interior do Estado do Rio de Janeiro, e até de outros estados, a se estabelecerem nos subúrbios em torno da cidade do Rio, capital do país até então. A conjuntura econômica do momento gerou uma situação ruim para os cidadãos que estavam em busca de oportunidades de trabalho. Esses trabalhadores precisavam de moradias que possibilitassem o acesso ao mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, terrenos para suas moradias a preços mais baixos do que aqueles centrais com valores exorbitantes, dada a especulação imobiliária e os baixos salários. Nesse contexto, São Gonçalo, um município com relativa proporção territorial (Grandes Fazendas), possuía terras que, em vista da crise agrária, se encontravam improdutivas. O alinhamento entre a conjuntura econômica Nacional (Nacional Desenvolvimentismo), abundância de terras, proximidade com os municípios de Niterói e Rio de Janeiro, e a guinada da política

¹ Aluno do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social da UERJ. Orientador- Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes. Ingresso no ano de 2021. Título: História local, memória e identidade: Bairro Guarani/Mundel (1950 a 1992).

municipal iniciada na década de 1950, conduzem ao extraordinário crescimento dos loteamentos como plano de urbanismo da Cidade.

2. São Gonçalo e os loteamentos no contexto político e econômico

São Gonçalo tem sua importância histórica desde o período da colonização. Além do pau Brasil, árvore nativa obtida em grande quantidade nas terras guanabarinas, a cultura cítrica da laranja se multiplicava em São Gonçalo já no século XVI (SILVA; MOLINA, 1995, p.21 e 22). Uma região estratégica economicamente e de preservação da ocupação no período colonial, palco de desenvolvimento fabril no distrito de Neves e na segunda metade do século XX, de um extraordinário retalhamento das antigas fazendas agrárias. Essas conjunturas conduziram a mudanças que passaram a fazer parte do novo cenário urbano da cidade. O município se transformou a partir de 1940 com a duplicação da população a cada década, com pessoas vindas do interior do Rio de Janeiro e de outras regiões do Brasil, acompanhado dos loteamentos das antigas fazendas da região (FERNANDES, 2020, p. 255).

Ao tratar do processo de urbanização do Rio de Janeiro, como forma de atender aos interesses da indústria e do cidadão, evitava-se tocar nos problemas de saneamento básico do início do século XX. Abreu escreve que a mesma “febre loteadora” observada na orla oriental da baía de Guanabara ocorreu em São Gonçalo, principalmente com o advento da industrialização acelerada durante e pós Segunda Guerra Mundial (ABREU, 2006, p.111). É nesse espaço, São Gonçalo, com uma área de 248,160 km², em 2021, de acordo com dados do IBGE², que se verificou o retalhamento das antigas fazendas como apontado por Abreu (2006) e Fernandes (2020).

São nas propriedades que outrora abarcavam vastos laranjais e engenhos de açúcar que, a partir de 1940, dão lugar a um projeto urbano que passava a acompanhar o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro, e sanar as necessidades de habitação de uma parte da população mais carente, visto que a política em âmbito nacional não contemplava uma política habitacional que atendesse aos anseios da economia do país. As enormes extensões de terras improdutivas passaram, aos poucos, a dar lugar aos cruzamentos de ruas nos loteamentos mudando a paisagem da região.

² <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama> - Acesso em: 7 de abril de 2022. São Gonçalo, além de extensa dimensão territorial, é o município do estado do Rio de Janeiro com 1,091.737 de habitantes, só ficando atrás da capital, ocupando a 16ª posição nacional segundo dados do IBGE em 2020, e o segundo maior colégio eleitoral do Estado.

O município de São Gonçalo entre 1950 e 1959, foi acometido por um vertiginoso crescimento urbano-populacional, consequência de uma prática urbana que se denominou loteamento (FREIRE, 2009, p.12). Esse crescimento, aliado a maior facilidade de aquisição de terrenos, impulsionaram pessoas de outros estados, e até mesmo do interior do estado do Rio de Janeiro, a se instalarem nessa cidade. Puxado pelo nacional desenvolvimentismo como escreve Freire:

Com o urbano e a industrialização tornando-se emblemas do nacional desenvolvimentismo na década de 1950, a cidade de São Gonçalo, detentora de indústrias e recebendo um grande fluxo migracional, vê também drásticas mudanças na paisagem, ao ter suas fazendas transformadas em lotes e estes, divididos geometricamente de acordo com tabuleiros de xadrez (Freire, 2009, p. 25).

A mudança do paradigma Rural para o Urbano é fortalecida na relação entre Industrialização e aglomeração urbana, o que gera como consequência os loteamentos, ficando muito claro como escreve Abreu:

Como a atividade fabril não se enquadra em absoluto à tese do "país essencialmente agrícola", que servia de base ideológica à oligarquia rural detentora do poder, ela pouco era beneficiada pelas políticas federais e municipais que afetavam a cidade. Era preciso então tirar o máximo proveito das chamadas economias de aglomeração, razão por que (à exceção das fábricas têxteis) as indústrias procuravam locais já urbanizados, de preferência nas proximidades do centro, onde podiam encontrar não só facilidades de transporte e comercialização, como principalmente mão-de-obra farta e barata. Tal localização central era, na verdade, condição necessária para a maximização de lucros, já que a composição orgânica do produto industrial era determinada principalmente pelo uso intensivo de força de trabalho (ABREU, 2006, p.96).

3. Loteamentos e urbanização sob a pauta da municipalidade gonçalense

Ao observar a título de exemplo Brasília, percebe-se o quanto uma cidade planejada busca atender a sua função no contexto político, econômico e social de um país. Ainda que os problemas se agravem com o passar dos anos, com o crescimento urbano que, por vezes, tenha fugido do plano inicial, o imprevisto é um fator de compreensão, pois as mudanças ocorrem numa grande velocidade que foge, muitas vezes, a uma visão futurista. A compreensão fica mais fácil visto que houve todo um estudo logístico prévio que devotou atenção das cabeças pensantes da época, principalmente daqueles que governavam. Sobre essa ótica é que buscamos compreender a atuação da política de São Gonçalo em relação ao enorme crescimento populacional e dos loteamentos que passaram a compor o cenário do município. Buscar compreender a atuação dos políticos

gonçalenses, frente ao grande crescimento da cidade com os inúmeros loteamentos que surgem entre 1940 e 1960.

A tarefa de governar uma cidade e a maneira como está se desenvolve não deve ser vista como algo fácil, pois há de se verificar o distanciamento entre o planejamento do ideal e a possibilidade da realização do real, dado as limitações implicadas como a arrecadação de impostos e receitas do Estado ao município. Quanto ao direcionamento do desenvolvimento urbano proposto pela municipalidade de São Gonçalo, na década de 1950, é um marco importante como declara Freire:

[...]a transição dos governos municipais, na década de 1950, foi um momento chave para o direcionamento urbano. O Prefeito Gilberto Pires procurou modernizar a administração na intenção de construir uma cidade sob os alicerces dos valores de “progresso” e “civilização” propagados no período. Uma cidade com boa estética, voltada para a “cultura”. A “cultura” aqui foi entendida como um conjunto de valores sociais compartilhados pelo grupo dominante que teria capacidade de absorvê-lo (FREIRE, 2009, p. 22)

“A realização dessa cidade ideal esbarrou em aspectos práticos como verbas para realização de obras e confrontos políticos” (FREIRE, 2009, p.22). Na impossibilidade de realização da cidade ideal, coube a tarefa de conduzir as transformações acerca da cidade real, que veio a dar a atual configuração urbana do Município de São Gonçalo. Nessa cidade real, a problemática da infraestrutura torna-se uma constante nas discussões dos políticos e dos cidadãos que pensam a constituição urbana dos novos e dos antigos bairros que ainda careciam da ação interventora do poder público. Calçamentos, saneamento básico, condução/mobilidade, energia elétrica, educação, saúde entre tantas outras demandas ao constante crescimento populacional, necessitava da ação governamental uma vez que os loteadores não cumpriam a “legislação vigente” (REZNIK et al, 2013, p. 90), os acordos firmados para obtenção da autorização para a realização dos loteamentos e venda dos lotes. A governança de São Gonçalo após esse fluxo migratório, na qual dobrava o número de habitantes a cada década combinado ao crescente número de loteamentos que, por vezes, eram vendidos antes mesmo da aprovação do poder municipal, é um vasto terreno que os políticos terão de preparar. As formas de alcançar êxito ou não, irão variar de acordo com cada chefe de governo e sua capacidade de aliança na câmara e na esfera do poder Estadual.

Contudo, a atenção política se voltava para tal, assim como possíveis soluções para os problemas que o inchaço populacional causava naquele momento da cidade. Naquela ocasião, na qual a cidade alcança crescimento populacional pelo surgimento e

expansão dos loteamentos na cidade, o poder público é levado a criar ideários de modernização e a traçar planos de ação urbanística e de conquista desse novo contingente populacional que aqui se estabeleceu. Não se tem como dissociar as mudanças que estavam ocorrendo em São Gonçalo, tanto no âmbito do aumento populacional quanto na política, com as mudanças nas quais o Brasil vivenciava através do nacionalismo e do trabalhismo varguista.

A figura de Joaquim Lavoura, ainda que fizesse críticas ao Estado Novo, não se acirrava em crítica principalmente com a marcação de eleições por Vargas. Seu nacionalismo e patriotismo, que chegava a ser admirado por Lavoura, chegando a compará-lo com D. Pedro II e Deodoro da Fonseca (REZNIK et al, 2013. p.19). Essa aproximação dos ideais políticos de defesa dos trabalhadores de Lavoura com Vargas, e também com Jânio Quadros, fica clara nas medidas em favor dos desfavorecidos nos registros e na memória de gonçalenses que vivenciaram essa mudança política em São Gonçalo.

3.1- Lavoura e o Lavourismo: Uma nova fase na política gonçalense

A segunda metade do século XX assiste não somente a expansão dos loteamentos como também o começo de uma nova fase da política gonçalense na tratativa do urbanismo da cidade. “A trajetória de Joaquim Lavoura (1913-1975) é uma porta para compreendermos as transformações vivenciadas pelo município de São Gonçalo na segunda metade do século XX” (REZNIK et al, 2013. p.11). Através de documentação da época, a partir do governo do prefeito Gilberto Afonso Pires, e principalmente de Joaquim Lavoura, que se tem análise das construções imaginárias do urbano por meio dos loteamentos, atentando para as práticas e representações dos políticos locais (FREIRE, 2009, p.28). Lavoura ingressou na política em 1947 pelo PSD na vereança e já demarcava um jeito diferente de fazer política, com um olhar voltado para as dificuldades do povo.

Nesse período, marcada pela atuação do vereador de tamancos no legislativo, São Gonçalo vislumbrava a defesa de uma política que busca a austeridade municipal, a defesa dos trabalhadores, e Lavoura desenvolve as habilidades como legislador para angariar apoios importantes que fariam a grande diferença nas aprovações dos projetos para o crescimento da cidade (REZNIK et al, 2013. p.31). Seu ingresso, em 1947, na vereança, já destoava da política habitual e tradicional gonçalense, demonstrando a preocupação com o crescimento da cidade e a dificuldade de realizar obras necessárias com a baixa

arrecadação dos impostos. Por isso, Lavoura era favorável à negociação de impostos mais baixos para as indústrias situadas em São Gonçalo, para reduzir os preços e criar mais empregos (REZNIK et al, 2013, p.23). Ele defendia uma política de isenção de multas visando quitação possibilitando, assim, diminuir a inadimplência e, conseqüentemente, aumentar a arrecadação para o município (REZNIK et al, 2013, p.19).

Ainda dentro desse escopo de gerenciamento da finança municipal, Lavoura que contava com a boa relação com o Governador Miguel Couto Filho, os deputados estaduais Aécio Nanci, Hamilton Xavier, Gilberto Pires e Hipólito Porto, conseguiu após várias reuniões a aprovação do projeto de ampliação da área urbana em fins do ano de 1955, aumentando dessa forma a arrecadação municipal (REZNIK et al, 2013, p.45). A figura do homem simples, honesto e trabalhador, sua boa relação com o povo, a política estadual, aliado ao aumento das arrecadações, diminuição das despesas e transferências de gastos da prefeitura para terceiros, conduziram ao equilíbrio das contas públicas e à ampliação das obras urbanas. Lavoura fazia sua trajetória de homem do povo. “A probidade administrativa era, de fato, uma das diretrizes básicas do governo. Sua figura pública foi associada a dois vocábulos: trabalho e honestidade [...]” (REZNIK et al, 2013, p.46).

Os discursos e planos de governo dos candidatos que concorreram às eleições em São Gonçalo giravam em torno de feitos, das propostas de construção da cidade ideal e urbanizada, dos monumentos e embelezamentos através de praças, calçamentos e principalmente dos Loteamentos das terras, começando por Brasilândia, um dos primeiros a ser realizado, em 1939, em citações do candidato Alberto Paiva da UDN (FREIRE, 2009, p. 68,69). No caso do candidato petebista, a candidatura girava em torno do desenvolvimento urbanístico do município e apoio de políticos renomados como Getúlio Vargas e, ainda, Aécio Nanci. Esse último, homem de família renomada e genro de Ismael Branco, sendo apoiado por José Pedroso, presidente da Caixa Econômica do Estado do Rio de Janeiro que, através do uso do seu cargo, financiou o loteamento do Mutuá, que serviu de propaganda para sua eleição para deputado federal no mesmo ano (FREIRE, 2009, p.71-73). As representações eram expressas no ideário e modelo da cada político, como no caso de Alberto Paiva, descrito por FREIRE:

A representação elaborada do candidato encontra ponto de apoio na construção urbana do município: praças, serviços públicos, transportes e até um novo bairro atendendo às expectativas urbanísticas do período desenvolvimentista. Os cargos ocupados nas administrações públicas e nas associações sociais reforçam o modelo de capacidade e integridade moral do sujeito que se dispõe a assumir o governo municipal. O modelo de cidade, neste candidato, não foi lançado para o futuro, mas sim a partir de suas sólidas raízes existentes nos trinta anos de atuação política (FREIRE, 2009, p.70 e 71).

Lavoura, ao contrário de muitos políticos tradicionais de São Gonçalo, um gonçalense adotivo que inicia no trabalho muito cedo para ajudar o pai e o avô e, provavelmente, trabalhou como operário onde teria iniciado sua vida pública (REZNIK et al, 2013. p.17,18). Um grande diferencial entre Lavoura e os demais políticos era sua identificação com os problemas dos trabalhadores. Sua passagem na vida política, ainda na vereança, marca a luta em prol do crescimento da cidade, solução para os problemas urbanos e defesa dos trabalhadores.

Percebe-se em Lavoura um projeto político para São Gonçalo que contemplava a realização de obras de pavimentação, a preocupação com a saúde e educação. Planejamentos que não saíram em governos anteriores se materializaram com Lavoura. Elogios eram feitos, rotineiramente, pelo jornal São Gonçalo, o que impulsionaram nas eleições de 1958 para a prefeitura e câmara municipal, a propaganda do lavourismo com a afirmação de lavoura como “divisor de águas” na política gonçalense (REZNIK et al, 2013. p.54).

Por meio de uma administração baseada na realização de obras de infraestrutura modernizadoras, com medidas que buscavam, a todo custo, o equilíbrio das finanças municipais que foram alcançadas em apenas dois anos, de um mandato de quatro anos, conduziu Lavoura a notoriedade (REZNIK et al, 2013. p.34). Destaca-se que o jornal São Gonçalo não fazia nenhuma referência à candidatura de Lavoura até a eleição de 1954, mas após sua atuação e a visível administração levando o município a austeridade e superávit econômico, publicava periodicamente notícias enaltecendo o prefeito, inclusive saindo em sua defesa quando a oposição se levantava contra o governo. “Lavoura se elege em 1954 pelo PTN e, ao término do seu governo, estava consagrado junto à população elegendo com grande facilidade seu sucessor, o advogado Geremias de Mattos Fontes, seu ex-secretário” (REZNIK et al, 2013. p.20).

No ano de 1959, Lavoura criou a União Política Joaquim Lavoura. Com a organização dessa instituição suprapartidária, a política local é influenciada até a década de 1980, quinze anos após sua morte (REZNIK et al, 2013. p.11). Deixava um legado político e um saldo para a cidade de São Gonçalo de grandes conquistas em setores como o urbanismo, a saúde e a educação. Foi assim o surgimento de um movimento que se denominou de Lavourismo, o qual se justifica no relato do texto a seguir:

O lavourismo estabeleceu-se no meio das transformações da cidade: a população da cidade quadruplicou entre 1950 e 1970 pelo grande número loteamentos que surgiram no município. Com um jeito matreiro, sempre com

seus trajes simples e um linguajar coloquial, Lavoura conquistou a população da cidade que o via como seu verdadeiro representante na administração da cidade. Imagem/auto-imagem consolidada no imaginário popular mitificam "o único governante que realmente fez algo por São Gonçalo por conhecer, de vivência própria, as necessidades do povo"(REZNIK et al, 2013. p.11).

Certamente, nos testemunhos arrolados na obra “Lavoura e o lavourismo: Um estudo das práticas e representações políticas no município de São Gonçalo”; e na memória daqueles que viveram à época, Lavoura significou um paradigma a ser seguido na política gonçalense com uma íntima aproximação com os trabalhadores presentes nas práticas de outros políticos, como Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Leonel de Moura Brizola. Este último inspira políticos em favor dos menos favorecidos, como demonstrado na luta por reformas de base na década de 1960 e na criação do grupo dos onze, e do Brizolismo dos anos 80.

3.2 - Leonel Brizola e o brizolismo

A trajetória do que se denominou brizolismo pode se considerar como o momento de sua gênese na década de 1960. Em 1963, o deputado federal do estado da Guanabara, Leonel de Moura Brizola, organiza um movimento de esquerda denominado Grupo dos Onze ou Comandos Nacionalistas (TAVARES, 2013, p. 14). Brizola representava a ala mais radical do PTB e acreditava que jamais conseguiria aprovar as reformas de bases, pois atingia os interesses das classes dominantes. Vislumbrava, para alcançar as reformas, a possibilidade de fechamento do congresso e intervenção com as forças armadas. Essas ideias despertavam temores de setores conservadores civis e militares da sociedade, como uma ameaça de invasão de uma onda comunista no Brasil. Fato é que o trabalhismo originado na década de 1930, com Vargas, conhece um segundo momento agora, caracterizado pela dualidade política entre Brizola e seu cunhado João Goulart, que encontrava barreiras para a conquista das reformas. Aliava-se às dificuldades para implementação das medidas populares às disputas internas no PTB, que inibiram Jango de conseguir apoio para levar avante as reformas que pretendia, apoio tanto da esquerda quanto da direita (TAVARES, 2013, p.15). Dessa forma, e na improbabilidade de se conseguir as reformas por meios das articulações políticas de seu cunhado Jango, Brizola utiliza dos microfones da rádio Mayrink Veiga para conclamar o povo a organizar as células dos onze integrantes, dando origem ao que se denominou de Grupo dos Onze. Era uma forma de criar uma pressão popular para forçar a aprovação das reformas de Base (TAVARES, 2013, p.15).

O Grupo dos Onze teve atuação entre outubro de 1963 a 30 de março de 1964. Devido ao contexto da Guerra Fria, o grupo foi taxado de comunistas, porém não passavam de simples trabalhadores urbanos sem definição partidária, que viam em Brizola um político que lutava em prol dos trabalhadores (TAVARES, 2013, p. 16). O grupo teve breve duração, pois em 1964, o golpe militar passou a perseguir qualquer forma de manifestação popular, mas deixou suas raízes fincadas no que concerne a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Após um longo período de repressão iniciado em 1964 com o golpe militar, o cenário político começa a dar traços para a reabertura política. Esse processo se verifica no governo Geisel, iniciado em 1974, com início da mobilização dos atores políticos com intuito de redefinir as bases de uma nova institucionalidade democrática (SENTO-SÉ, 2002, p.87). Essa liberalização iniciada no governo Geisel fica nítida principalmente com a reforma partidária de 1979, permitindo o pluripartidarismo. Nesse sentido, surgem seis partidos inicialmente participando do pleito eleitoral estadual, entre eles o PDT, que reivindicava uma filiação ao trabalhismo da década de 1930, disputando com o PTB e perdendo a batalha judicial para Ivete Vargas. Brizola perde judicialmente a "derrota simbólica", mas tem diversas lideranças partidárias que o reconheciam como detentor legítimo da herança do trabalhismo (SENTO-SÉ, 2002, p.88-89). A década de 1980 assiste a aproximação cada vez mais íntima de Brizola com os anseios populares dos trabalhadores.

Essa conexão Brizola/trabalhadores, alavanca a eleição de candidatos ligados às diretrizes do PDT, que tinha na liderança o próprio Brizola. O contexto histórico que vivia o município de São Gonçalo era de luta e organização de associações de moradores, como forma de conquista por melhorias, e o estreitamento entre poder público se fazia dialogando com esses grupos. Surge, na cena política, Edson Ezequiel de Matos, que nas águas do brizolismo passa a atuar junto ao governador do estado, Leonel Brizola, após se filiar ao partido e assumir a presidência do PDT em São Gonçalo.

Como se observa em nota de capa do jornal O São Gonçalo do dia 9 de março de 1989, a presença do PDT no município se fortalece com uma campanha para filiações ao partido puxado pelo Brizo- Rocha que teve como fundador e presidente Marcos Medeiros. Despertava o interesse para filiação o fornecimento da carteirinha e expectativa de novidades aos filiados ao partido (...BRIZO-ROCHA...,1989, nº 9.519). O Brizo-Rocha foi fundado no dia 22 de fevereiro e desde populares até médicos, advogados e professores. Esse comitê passou a ter um papel importante no processo de filiação ao

PDT respondendo pelo domínio do brizolismo em fins da década de 80 a década de 90 através Ezequiel, João Barbosa Bravo e Novamente Ezequiel a frente do executivo em São Gonçalo.

Em 1988, Ezequiel se candidatou a prefeito de São Gonçalo. Sendo eleito, renuncia ao mandato de deputado estadual para assumir, em janeiro de 1989, o seu novo cargo de prefeito³. Uma característica que marca sua trajetória no governo é o diálogo e atenção às causas populares, fruto de um modelo político herdado do trabalhismo e incorporado ao PDT e ao Brizolismo. Essa política de aproximação com as comunidades mais carentes se expressa em nota ao jornal fluminense, na qual a assessoria de comunicação de São Gonçalo relata a preocupação com os alagamentos no bairro das Palmeiras em diálogo direto com a associação de moradores, a ação da prefeitura com a “operação verão”, e as obras de asfaltamento na região⁴.

4 - Considerações finais

Ao observar a política municipal de São Gonçalo, na tratativa do crescimento urbano e social, após a segunda metade do século XX, é impossível não contemplar o esforço de alguns personagens em construir uma cidade melhor. Olhar para trás e ver a atuação de homens como Getúlio Vargas, Lavoura e Brizola, acende a esperança que a política pode ser vista, verdadeiramente, como no sentido da palavra na língua de origem, tendo a ver com ética e relacionamento social para a cidade. A cidade ideal se esbarrou nas dificuldades financeiras, oposição partidária, entre outros elementos. Mas foram imaginadas por pessoas que sonharam e vislumbraram sem olhar para a impossibilidade. A cidade real aos poucos vai tomando forma, se ajustando, e através de bons administradores, conquistando êxito.

De fato, os nomes que resistem ao tempo nos registros e na memória com seus bons feitos deram forma a São Gonçalo. Certamente, cabe a Joaquim Almeida Lavoura um lugar de destaque como o divisor de águas da história de São Gonçalo, no século XX. Também vale registrar a atuação exitosa de Ezequiel, representante do brizolismo, que demonstrou, assim como Lavoura, a aproximação do poder público às problemáticas dos gonçalenses.

³ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edson-ezequiel-de-matos>

⁴ O Fluminense, Niterói, RJ, 25 de janeiro de 1990, nº 26536- Na mesma página em que a assessoria da prefeitura expressa a preocupação com as chuvas, lê-se a petição da associação de moradores em favor do Bairro das Palmeiras.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IPP, 2006.

BRIZO-Rocha reúne-se e elabora estatutos. **O São Gonçalo**, São Gonçalo-RJ, 9 de março de 1989, Nº 9.519

CRIADO o comitê Brizo- Rocha em São Gonçalo. **O São Gonçalo**, São Gonçalo-RJ, 9 de março de 1989, Nº 9.519

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Biografia, história e identidade. Gonçalo Gonçalves, os processos de colonização lusa nas terras guanabarinhas e identidade local**. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 26, n. 1, p. 235-260, abril, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/27600>. Acesso em: 21 out. 2020.

FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edson-ezequiel-de-matos>. Acesso em 5 de setembro de 2022.

FREIRE, Renato Coelho Barbosa de Luna. **Cidades da cidade: práticas e representações da política municipal sobre a nova São Gonçalo/RJ – 1950-1954**

IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidadesestados/rj/saogoncalo.html>. Acesso em 7 de abril de 2022

MACIEL, Pedro: O leitor escreve. *O Fluminense*, Niterói, 25 de janeiro de 1990, nº 26536. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_13&Pesq=%22Associa%c3%a7%c3%a3o%20de%20moradores%22&pagfis=514>. Acesso em: 02 de outubro de 2022.

SENTO-SÉ, João Trajano. **O discurso brizolista e a cultura política carioca**, *Varia Historia*, nº 28, 2002

SILVA, Salvador Mata; MOLINA, Evadyr. **São Gonçalo no século XVI**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1995.

REZNIK, Luís; COSTA, Rafael Navarro; FREIRE, Renato Coelho Barbosa de Luna e MOURA, Rogério Soares de. **Lavoura e o lavourismo: Um estudo das práticas e representações políticas no município de São Gonçalo**. Rio de Janeiro: FFP/UERJ, 2013.

TAVARES, Tânia dos Santos. **Grupo de Onze: a esquerda brizolista (1963-1964)**, 2013

O Papel do Samba Enredo na Construção da Identidade Negra e no Resgate da Memória Silenciada

Alberto Fraga Pereira¹
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa do mestrado cujo título é: “Samba-enredo: Representações de resistência, identidade e valorização da cultura Afro-Brasileira em sala de aula”, especificamente do primeiro capítulo, do qual as ideias e argumentos centrais são aqui discutidos. A apresentação tem como tema analisar os principais elementos dos desfiles carnavalescos do Rio de Janeiro, seja canção, desfile e narrativa histórica, juntamente de questões ligadas à identidade, memória e apagamento histórico.

Ao longo do texto serão debatidas como ao longo do século XX foi moldada uma identidade brasileira que não previa a participação da população negra, apesar de usar de cultura afro-brasileira, aqui representada pelo samba, como símbolo nacional. Além disso, será abordado o papel que o samba-enredo tem no resgate de assunto silenciados pela historiografia tradicional.

Surgimento, Consolidação e Resistência

O Brasil do pós-abolição tentou ignorar o passado escravista e as disputas raciais materializando a intenção de negar a realidade histórico-social de um grupo. Isto se dá a partir da formação da identidade brasileira, durante os séculos XIX e XX, já que grande parte da elite intelectual, respaldada na pseudociência, estava dividida entre dois projetos de construção de identidade nacional, por um lado a mestiçagem significaria a degradação do país, e por outro positivo por estimular o branqueamento através das políticas imigratórias. Ambas as perspectivas previam a natural assimilação física e cultural dos grupos considerados inferiores, sendo o negro o inferior dentre todos segundo eles (PANTA e PALLISSER, 2017, p.121).

No final do século XX as teorias raciais foram abandonadas e o projeto de nação imaginada muda seu curso, porém as consequências deste projeto são o cerne do

¹Aluno do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano de 2022, com o Projeto de pesquisa: “Samba-enredo: Representações de resistência, identidade e valorização da cultura Afro-Brasileira em sala de aula”, orientado pela Dra. Sônia Wanderley.

entendimento das disputas entre identidade brasileira e negra, pelo qual a grande parte da população recorre ao branqueamento para atingir o reconhecimento (PANTA e PALLISSER, 2017, p.124). No meio dessa disputa por visibilidade e legitimação identitária sobressaem diversos espaços de resistência, dentre eles o samba.

Retomando o contexto em que o samba surge, tendo vindo do recôncavo baiano, sendo uma mistura de ritmos existente, tais como lundu, o maxixe e a chula, além da batucada dos terreiros onde eram cultuados os orixás. A sua criação e prática ligadas à população escravizada e ao continente africano, sofre perseguição por parte de órgãos policiais, durante o final do século XIX e início do século XX (RAYMUNDO, 2013, p. 62).

Para além da sua formação, os processos de diáspora africana vão além das fontes escritas ou orais, aqui os toques rítmicos são importantes fontes de pesquisa, visto que estes eram utilizados como mecanismo de expressão e manutenção cultural das pessoas escravizadas (AZEVEDO, 2018, p.3). Recriando o estilo negro a partir de fatores preexistentes e não sobre o olhar de imposição do colonizador ou opressor, dando significado a própria existência através da utilização do toque rítmico e do corpo que dança (HALL, 2003, p.400), sendo assim mecanismo de resistência sociocultural.

Após décadas de perseguição e marginalização, haja visto o enquadramento de diferentes grupos no crime de “vadiagem”, ao final da década de 1920, as primeiras escolas de samba foram formadas. Posteriormente, com Vargas o gênero samba se popularizou, alçando-se como representação artística da brasilidade e da miscigenação, um dos maiores objetivos do governo da época, em especial no Estado Novo (1937-1945) (RAYMUNDO, 2013, p.62). Entretanto, apesar de não haver nenhuma lei que impedisse, os elementos culturais e tradicionais da negritude foram apagados, como por exemplo o culto ou entoação positiva da "malandragem", passando assim por um processo de ressignificação atendendo às demandas políticas e econômicas do governo da época (PARANHOS, 2003, p.98), dentre elas a alusão a temas “pátrios” (RAYMUNDO, 2013, p.63). De modo que, de maneira inconsciente, após anos de perseguição, a recente aceitação do samba na sociedade se realiza sob as demandas políticas da época. Considerando-se o contexto autoritário do Estado Novo, o samba teria um poder simbólico (BOURDIEU, 1989). Se não aceitasse as regras estabelecidas pela ditadura, poderia ser um fator de perseguição política.

Nas escolas de samba, o comum era contar grandes feitos da história do Brasil, a partir da ótica da historiografia tradicional da época. Interessa perceber como o processo

em que o samba inicia a sua popularização, é paralelo com a ressignificação da identidade nacional pelo Estado Brasileiro, ocultando a identidade negra e padronizando o gênero, ou seja, criando uma narrativa única e normativa, sobre o que era ser brasileiro, deixando a população negra à margem da história (RAYMUNDO, 2013, p.67).

Logo o samba se popularizou nas rádios, criando subgêneros que misturavam a já conhecida MPB ao samba, com artistas brancos cantando. O samba torna-se uma ferramenta cultural para o projeto de modernização capitalista do Estado e o mercado enxerga no ritmo um potencial de venda e comercialização, em especial durante a década de 60 que ele se tornou popular e símbolo nacional, perdendo algumas das suas características e adaptado ao grande público, seja para atender uma classe-média ou às gravadoras que preferiam melodias mais alegres e refrões "chiclete". O país na época passava pelo período da Ditadura Militar (1964-1985) e as letras com qualquer conotação política poderiam ser censuradas (PARANHOS, 2011, p.63).

Em contrapartida, também na década de 1960, questões ligadas à negritude aparecem, as escolas de samba resgatam as suas raízes afro-brasileiras. Aqui raízes retoma um sentido de territorialização simbólica, ocupando um espaço de resistência da negritude (DE ARAUJO, 2020, p.256). Cabe ressaltar a importância de carnavalescos como Arlindo Rodrigues e Fernando Pamplona, que são reconhecidos como os principais precursores neste processo, apesar de haver algumas citações a temáticas afro na década de 1950. O fato de somente citar ou colocar questões afro-brasileiras em si no desfile, não era a novidade, visto que algumas agremiações já o haviam realizado, porém a chamada “revolução Salgueirense” trazia uma mudança ideológica sobre a negritude. A marca era a visão positiva do negro e a necessidade da criação de uma identidade afro-brasileira, com Pamplona os desfiles começam a se debruçar sobre a identidade racial (DOS SANTOS ANTAN, 2020, p.200).

É fulcral destacar como essa virada de discurso realizada pelas escolas tem influência, nos EUA, onde os movimentos negros estavam eclodindo e no Brasil diversas lideranças negras questionavam o papel da cultura na luta por igualdade racial. Todavia, é de suma importância esclarecer o uso do conceito “Raça” pelo seu sentido sociológico, e não pelo biológico, visto que raça é a construção identitária de um determinado grupo com base na sua história e seu contexto social, algumas composições utilizavam e ainda utilizam o termo nesse sentido (ASSIS e CANEN, 2004, p.720).

A exceção durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985), com algumas escolas de samba, usando enredos de exaltação a projetos políticos do regime ou a

retomada de enredos exaltação de grandes feitos da história, a partir da ótica defendida pela classe dominante da época, o carnaval inicia o resgate a sua essência de negritude, ao contar histórias através dos seus desfiles de figuras e processos históricos apagados, assim como se coloca na vanguarda da resistência negra, debatendo e pensando assuntos essenciais para a sociedade, que aderem diversas letras e desfiles aderem às questões ligadas a crítica social (RAYMUNDO, 2013, p.67).

Importantes marcos referenciais de temas ligados à negritude abordado no mundo do samba são os enredos do final dos anos 1980. No ano de 1988 por exemplo, data que marca o centenário da promulgação da Lei Áurea, diversas agremiações e carnavalescos utilizaram a celebração midiática da data para propor o tema às suas respectivas escolas, seja como tema central ou apenas com menções honrosas, debatendo a real mudança da situação do negro no Brasil pós abolição.

Resgate da Memória Silenciada.

A partir da análise das idas e vindas da história do carnaval no Rio de Janeiro, é importante destacar que apesar de ter tido momentos tortuosos, cabe ressaltar a capacidade de retorno às raízes, denotando a forte identificação das escolas com as comunidades. O espetáculo, por mais que a cada vez mais tenha a participação direta do carnavalesco, que ganha liderança e tem o poder da escolha do enredo em suas mãos, trazendo em alguns casos conhecimento e formação acadêmica, é a comunidade e o povo do samba que tem que ter suas demandas e histórias representadas.

Dito isto, percebe-se que a consolidação do samba, quer que seja durante o Estado Novo, quer que seja na Ditadura Militar, há uma intencionalidade clara de apagamento de questões ligadas à negritude, a memória em muitos casos se filtra com a história, já que esta é feita como um espaço de disputa sobre quem vai falar, e quem tem a voz na história. Porém em contraponto a isto, há grupos que não estão sendo lembrados, afinal, quando a disputa política pela memória perpassa o silenciamento de outro, acontece a chamada Necromemória (CAMILO, 2020). Essa estuda a intenção consciente de não contar uma determinada história, este conceito coloca o olhar dos grupos que perderam o embate histórico e não aparecem de forma justa na História Oficial.

Segundo Halbwachs, a experiência de memória coletiva é a representação de um grupo. A ideia principal do autor sobre a memória é que o grupo e suas relações pareçam estar iguais, apesar da memória estar sempre em construção, está feita pela reafirmação de novos símbolos, apesar de haver novas realidades (HALBWACHS, 2004, p. 93). No

caso do samba e sua relação com a população negra, pode-se afirmar que houve um esforço da construção de uma memória coletiva, através da manutenção de tradições religiosas e culturais africanas, sendo assim as escolas de samba ou sua própria existência são uma resposta ao epistemicídio, este sendo destruição do pensamento ou das práticas culturais não brancas (MARIOSIA, 2019, p. 365).

A memória é um espaço de disputa constante, sobre quem quer contar o que. No caso brasileiro, havia uma demanda de construção nacional sob a produção de um lugar de memória comum, no qual o negro não estava inserido, e os debates sobre raça, perpassam o mito da democracia racial e a homogeneidade cultural. Mas onde há a memória oficial construída, há uma memória subterrânea (LE GOFF, 1990), ou seja, apagada, aqui diversos grupos minoritários clamam no campo ideológico o seu espaço de voz, o samba começa a se enxergar na voz silenciada, e tem o poder de não deixar que esta memória caia no perigo de não ser dita, portanto esquecida (POLLACK, 1989).

Identidade Negra em destaque.

A construção identitária não é algo universal, o ser negro no Brasil é diferente do que nos Estados Unidos, que é diferente do que em qualquer país do continente africano, isso devido aos aspectos culturais de cada uma destas sociedades e a sua história. A partir disso, é preciso pensar como a identidade negra se forma no Brasil, ou seja, que sentido as realidades hegemônicas deram à negritude, assim como cabe pensar aqui de que maneira o samba enredo contribui para esta. No Brasil raça é aspecto estrutural e estruturante, e os debates sobre o tema se iniciam a partir da construção da alteridade sobre quem é o negro (TEIXEIRA, 2017, p.13). A identidade negra aparece como o diferente, ou o não normal, tendo em vista o fim da escravidão e a construção do imaginário racista do final do século XIX, seja com pseudociências como a Eugenia ou com o mito da democracia racial para apagar os conflitos étnicos do país.

O negro constrói a sua identidade a partir da margem, e sobre ele logo recai um estigma negativo (SANTANA e DOS SANTOS, 2016, p.31). Uma das estratégias utilizadas é a privação ao conhecimento da sua própria história, além da associação negativa aos costumes e religiosidade de matriz africana (FERNANDES e SOUZA, 2016, p.106). Nesse sentido a nação enquanto aparelho do Estado utilizou a identidade nacional para suprimir identidades étnicas particulares, de modo que estas ficassem impossibilitadas de contestar o seu espaço na sociedade, tendo em vista que o próprio

sentimento de pertencimento identitário a um determinado grupo seria impensável (D'ADESKY, 1997, p. 2).

Nos últimos anos, seguindo tradições iniciadas na década de 1960 e consolidadas na década de 1980, os desfiles e as manifestações carnavalescas têm buscado retomar, sejam nas letras dos sambas enredos, nos enredos ou nas artes dos carros alegóricos e demais produções plásticas do desfile, a inserção de elementos de identificação positiva com a cultura afro-brasileira e com as tradições africanas, fazendo assim um processo de elevar a autoconfiança na identidade negra, deixando de ser um motivo de vergonha ou ocultação e sim de orgulho (FERNANDES e SOUZA, 2016, p.115).

Este processo levou a criação de uma identidade muito forte no campo dos oprimidos, a assim chamada mestiçagem criou uma distopia com a identidade nacional buscada pelas elites. Esta identidade nacional gerida pelo racismo ainda está viva por um grupo social e político elitista, mas um espaço de memória subalterna e resistência foi criado, a sua identificação é com o Brasil do negro e do indígena (MUNANGA, 2008).

Ao analisar letras de sambas-enredo, pode-se perceber assuntos que extrapolam a crítica de uma realidade social, apesar de importantes letras da história dos desfiles terem tido um tom denunciatório. O aspecto multicultural crítico dos enredos, constroem ou reconstroem narrativas da história, e moldam a cultura brasileira a partir da perspectiva dos excluídos, assim reformulando o pensamento sobre o que é o Brasil e quem constitui a nação (ASSIS e CANEN, 2004, 720).

Se outrora, a nação era afirmada pela representação das elites sobre o país, enquanto o restante, construía a sua identidade sob perspectiva das representações impostas por quem tem o poder de classificá-las, os desfiles propõem representações a partir da criação de um senso de comunidade em determinado grupo (CHARTIER, 1991).

O samba-enredo desempenha um enorme papel em reafirmar a nação pela sua comunidade, destacando a sua cultura e produções artísticas, muitas vezes o samba sendo o próprio enredo das escolas, onde a própria agremiação usa a si mesma para reafirmar a sua identidade e com que parcela do povo ela conversa diretamente (PEDRO, 2008, p.11). Paralelamente a isto, são as bases africanas de ancestralidade, já que o próprio uso da palavra “escola”, na criação das agremiações, tende a esse intuito, onde o samba se perpetua e as tradições dos desfiles se mantêm. O processo pode também ser conhecido como memória coletiva (CASADEI, HALBWACH e BLOCH, 2010), onde membros das representações existentes se utilizam da transposição oral de valores e práticas sociais para manter viva a cultura, pois o samba tendo ligações africanas tem elementos da sua

filosofia, entendendo o papel dos mais “velhos” como representantes de um saber a ser passado adiante, resgatando a ancestralidade e usando a narrativa oral como meio de ensino para as novas gerações (DA SILVA e CALDEIRA, 2021, p.52).

O conceito de comunidade aqui utilizado, é ligado ao pertencimento cultural, de modo que os indivíduos que permanecem no mundo do samba, moradores ou demais admiradores, constroem a sua própria identidade, aderindo a práticas únicas e demandam pelo seu espaço social. Porém cabe ressaltar que este conceito de comunidade está sempre em transformação a partir das mudanças sociais e as demandas do grupo (BAUMAN, 2003). De forma que as comunidades e as identidades que surgem a partir do processo em que o samba é formado, aparecem como reação à ameaça de apagamento, à mudança de valores, quando novas formas de comunicação são necessárias e respondem às necessidades da época. É claro que este conceito de comunidade não anula divergências internas e não pretende romantizar a união ou desunião dos seus membros em diferentes momentos (PERUZZO e DE OLIVEIRA, 2016, p.143).

As letras dos sambas enredo como questão identitária.

O samba do Império Serrano no ano de 1969, alguns meses depois da promulgação do Ato Institucional-5, foi enquadrado como possível subversão e forçado a trocar algumas palavras, como “Revolução” por “Evolução”, o que retira sentido na frase. Apesar da censura, o samba ainda manteve seu sentido e trouxe importante discurso contra a repressão da ditadura, assim como em algumas passagens repensa a situação do negro em tom de denúncia. Os versos trazem uma ressignificação do passado, dando papel importante aos negros e as lutas abolicionistas, sendo estes mais uns “heróis da liberdade”, como o título diz, algo arriscado pois durante a ditadura as questões raciais eram evitadas por serem facilmente taxadas como subversivas (DA SILVA e DELPHINO, 2021, p.15). A partir desse momento, os órgãos de repressão passaram a prestar maior atenção às letras dos sambas e começaram a perseguir artistas, dentre eles o Martinho da Vila, tendo a sua participação nas disputas de samba automaticamente retirada, especialmente após sua viagem à Angola, país alinhado ao bloco comunista naquela época².

Passava a noite, vinha dia
O sangue do negro corria
Dia a dia
De lamento em lamento

² Carnaval e política: da ditadura militar até a prefeitura de Crivella, 2018. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo canal Jornal O Globo. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Yddbu3f_jds&t=399s
Acesso em 01 nov 2021.

De agonia em agonia
Ele pedia
O fim da tirania
(...)
Já raiou a liberdade
A liberdade já raiou
Esta brisa que a juventude afaga
Esta chama que o ódio não apaga
Pelo universo é a evolução
Em sua legítima razão
(IMPÉRIO SERRANO, 1969).

No final da década de 1980, destacam-se o enredo da Mangueira e o enredo da Vila Isabel, “Kizomba”, este último, além da crítica, promovia a união entre as raças e buscava inclusão de direitos na promulgação da nova constituição federal. O desfile que se sagrou campeão, trouxe figuras de resistência negra como protagonistas da abolição, entendendo que este tinha sido um processo de luta e resistência ao longo de séculos. O principal agradecimento foi a figura de Zumbi dos Palmares, ele já havia desde a década de 1970 sido lembrado pelo movimento negro como símbolo de luta e resistência, também havia sido citado pelo samba-enredo do Salgueiro em 1960 (DOS SANTOS e GINO, 2020, p.234).

Valeu Zumbi!
O grito forte dos Palmares
Que correu terras, céus e mares
Influenciando a abolição
Zumbi valeu!
(...)
Neste evento que congrege
Gente de todas as raças
Numa mesma emoção
Esta Kizomba é nossa Constituição
(VILA ISABEL, 1988).

O samba de 1988 da Mangueira, intitulado “100 anos de liberdade, realidade ou ilusão”, busca desconstruir o mito da democracia racial, questionando onde a promessa de igualdade foi parar cem anos após a abolição da escravatura. A letra é clara ao propor o olhar do negro para a sua situação, o enredo assume seu papel de resistência e protesto contra a realidade social. Outrossim, a canção debate a construção da identidade nacional contra a identidade negra, denotando o conflito de um país que tem dificuldade de reconhecer a população negra na sua formação identitária (SILVA e DOS SANTOS SILVA, 2015, p.158).

Será que já raiou a liberdade
Ou se foi tudo ilusão
Será, oh, será
Que a Lei Áurea tão sonhada

Há tanto tempo assinada
Não foi o fim da escravidão
Hoje dentro da realidade
Onde está a liberdade
Onde está que ninguém viu
Moço
Não se esqueça que o negro também construiu
As riquezas do nosso Brasil
Pergunte ao Criador
Quem pintou esta aquarela
Livre do açoite da senzala
Preso na miséria da favela
(MANGUEIRA, 1988).

Outra característica anteriormente elucidada, é a relação dos sambas-enredos com a África. Através de um jogo de palavras, onde *semba*, que pode significar ritmo ou batuque característico da Angola e o samba brasileiro, une os países. A Vila Isabel que tem como um dos seus baluartes, Martinho da Vila, ele que esteve envolvido no processo de independência angolano e demonstrava ligação ancestral com o país. Portanto o enredo busca elencar a história do samba com a Angola, e reafirma a esperança através da manutenção da tradição cultural rítmica africana, como dito samba, o tambor é a esperança (BEZERRA, 2020, p.57).

Samba de lá, que eu sambo de cá
Já clareou o dia de paz
Vai ressoar o canto livre
Nos meus tambores, o sonho vive
(VILA ISABEL, 2012).

Por último, o marcante samba-enredo da Mangueira de 2019, ele tem como intuito recontar a história do Brasil sobre a perspectiva dos silenciados no embate ideológico, resgatando a memória subterrânea, de negros, indígenas e mulheres, que comumente sofrem com o processo de necromemória da sua história. O enredo justamente propõe pensar a brasilidade a partir dos grupos que não estiveram no ideário de formação da identidade nacional. Por outro lado, não só exalta novos personagens históricos, senão contesta as narrativas consolidadas, e questiona a real importância delas, para assim recontar a história deles, e abrir espaço para outras figuras marcantes. O tema trazido pelo carnavalesco Leandro Vieira democratiza para o público narrativas invisibilizadas, contribuindo para a formação de uma nova História Pública (DE OLIVEIRA, 2020, p.249).

Brasil, meu dengo
A mangueira chegou

Com versos que o livro apagou
Desde 1500
Tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato
Brasil, o teu nome é Dandara
Tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati
Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês
Mangueira, tira a poeira dos porões
Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
Dos Brasil que se faz um país de Lecis, jamelões
São verde e rosa as multidões.
(MANGUEIRA, 2019).

Conclusão

Finalmente, pensar sobre o samba é reconhecer como o primeiro gênero genuinamente brasileiro, mas também problematizar a sua ascensão enquanto marco da brasilidade, e como o conflito entre a identidade negra e a brasileira funcionou, seja ao apagar a negritude e transformá-lo em produto de comercialização para uma classe média. Assim como o samba enredo foi utilizado como mecanismo para reforçar uma historiografia tradicional existente, que deixa de lado a luta e resistência do povo negro na História.

Feita a análise, identifica-se os sambas destacados como símbolos na história de resgate da autoestima e do orgulho da identidade negra, assim como espaço de memória conscientemente oculta durante décadas no Brasil, gerando a opressão e silenciamento de um enorme grupo. Pouco a pouco, uma comunidade com mecanismos de expressão próprios, com raízes em um passado africano, resgata valores e cultura que ainda permanecem vivos, nos tambores, no canto e no orgulho da sua identidade negra.

Referências

- ASSIS, Marta Diniz Paulo de; CANEN, Ana. Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, p. 709-724, 2004.
- AZEVEDO, Amailton Magno. Samba: um ritmo negro de resistência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 44-58, 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Zahar, 2003.
- BEZERRA, Anderson da Silva. Por uma educação favelada: uma abordagem antirracista que dá samba e (re) existência. 2020.

BOURDIEU, Pierre et al. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CAMILO, Valdemir. Necro Memória: As estratégias políticas de apagamento coletivo das memórias sociais de um povo. Justificando, 2020. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/07/15/necromemoria-as-estrategias-politicas-de-apagamento-coletivo-das-memorias-sociais-de-um-povo/>. Acesso em 8 de novembro de 2021.

Carnaval e política: da ditadura militar até a prefeitura de Crivella, 2018. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo canal Jornal O Globo. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Yddbu3f_jds&t=399s Acesso em 01 nov 2021.

CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 108, p. 153-161, 2010.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CRUZ, Tamara. P. S. Escolas de Samba Cariocas: Enredos e Governos Militares (de 1964 a 1986). ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

DA SILVA, Erlândia Ribeiro; CALDEIRA, Rodrigo Leite. ANCESTRALIDADE E RESISTÊNCIA EM DESDE QUE O SAMBA É SAMBA DE PAULO LINS. **Macabéa-Revista Eletrônica do Netlli**, v. 10, n. 6, p. 49-62, 2021.

DA SILVA, Thiago Campos; DELPHINO, Gabriel. Heróis da liberdade: concepções de liberdade e negritude em sambas-enredo do Império Serrano (1965-1985). 45º Encontro Anual da Anpocs SPG 26 - Movimentos culturais, direitos humanos e interpretações do Brasil, 2021.

D'ADESKY, Jacques. Pluralismo étnico e multiculturalismo. **Afro-Ásia**, n. 19-20, 1997.

DE ARAUJO, Victor Marques. POR UM RIZOMA DOS SAMBAS DE ENREDO: FACES DA NEGRITUDE. **Policromias-Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, v. 5, n. 4, p. 234-254, 2020.

DE OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues. História para ninar gente grande: O desfile das escolas de samba como espaço para a produção de História Pública- Um estudo sobre enredo da Mangueira de 2019. **Policromias-Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, v. 5, n. 4, p. 420-456, 2020.

DOMÊNICO, Deivid; MIRANDA, Tomaz; BOLA, Marcio; OLIVEIRA, Ronie; da CUIÇA, Manu; FIRMINA, Danilo. História para ninar gente grande. Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro, 2019.

DOS SANTOS, Carlos Alberto Ivanir; GINO, Mariana. Samba: resistência da cultura negra popular brasileira. **Acervo**, v. 33, n. 1, p. 232-245, 2020.

DOS SANTOS ANTAN, Leonardo. “Exaltando o negro pro mundo inteiro cantar”: inovações e influências da “Revolução Salgueirense” nos desfiles das escolas de samba entre 1959 e 1963. **Policromias-Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, v. 5, n. 4, p. 197-233, 2020.

HALBSWACHS, Maurice. A memória Coletiva. Centauro, São Paulo, 2004.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Trad. Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

IMPÉRIO SERRANO, G.R.E.S. “Heróis da Liberdade”. Sambas-enredo das escolas de samba do Grupo Especial, recolhidos nos materiais de divulgação da LIESA, 1969.

KIZOMBA, festa da raça. Compositores: Rodolpho, Jonas e Luiz Carlos da Vila. Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos de Vila Isabel. Rio de Janeiro, 1988.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 103-120, 2016.

LE GOFF, Jacques. « Memória » in Memória e História. Campinas: Unicamp, 1990.

MARIN, Richard. Zumbi dos Palmares: um novo Tiradentes? **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 20, n. 1, 2002.

MARIOSA, Gilmara Santos; MAYORGA, Claudia. Negras memórias: tradição religiosa de matriz africana no Brasil. **Sacrilegens**, v. 16, n. 1, p. 363-379, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. [S.l: s.n.], 2008.

PANTA, Mariana; PALLISSER, Nikolas. “Identidade nacional brasileira” versus “identidade negra”: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 195, p. 116-127, 2017.

PARANHOS, Adalberto. A invenção do Brasil como terra do samba: os sambistas e sua afirmação social. História (UNESP. Impresso) (Cessou em 2004), São Paulo- SP, v. 22, n.1, p. 81-113, 2003.

PARANHOS, Adalberto. Espelhos partidos: samba e trabalho no tempo do "Estado Novo". Projeto História (PUCSP), v. 43, p. 73-90, 2011.

PEDRO, Augusto Cesar. O samba como instrumento de (re) valorização da identidade negra. **identidade!** v. 13, p. 6-12, 2008.

PERUZZO, Círcia M. Krohling; DE OLIVEIRA VOLPATO, Marcelo. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. **Líbero**, n. 24, p. 139-152, 2016.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

PESSANHA, Andrea Braga. De Isabel a Zumbi: para uma análise do universo cultural e simbólico afro-brasileiro através de sambas-enredo de 1986 a 1996. Revista Urutágua, 2006.

RAYMUNDO, Jackson. Escola de samba: uma escola do povo negro, o negro enredo do samba. Arredia, Dourados, v. 2, p. 60-73, 2013.

SANTANA, Nara; DOS SANTOS, Ricardo Augusto. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. **Revista de Estudios Sociales**, n. 58, p. 28-38, 2016.

SILVA, Marluce Pereira; DOS SANTOS SILVA, Ageirton. Para além da avenida: as narrativas de sambas de enredo e a constituição de identidades negras. **Calidoscópico**, v. 13, n. 2, p. 152-162, 2015.

TEIXEIRA, Mariana Castro. Alteridade & identidade em para entender o negro no Brasil de hoje, de Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes. **Revista de Ciências do Estado**, v. 2, n. 2, 2017.

TURCO, Hélio; JURANDIR; ALVINHO. 100 anos de liberdade, realidade ou ilusão? . Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro, 1988.

VILA ISABEL, G.R.E.S. Unidos de. “Você samba lá, que eu sambo cá. O canto livre de Angola”. Sambas-enredo das escolas de samba do Grupo Especial, recolhidos nos materiais de divulgação da LIESA, 2012.

O império do Brasil no catálogo para a exposição universal de 1867: apresentando a nação.

Alex da Costa Silva¹
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa, cujo título é: “A Nação em Exposição: A Exposição Nacional de História de 1881 no Contexto das Exposições Universais”, em andamento. Assim começamos indicando que, o foco temático da nossa pesquisa é a Exposição Nacional de História realizada em dezembro de 1881 no Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional é organizada por um grupo de letrados e intelectuais da corte no contexto histórico das exposições universais que aconteceram durante o século XIX. A exposição tinha como objetivo apresentar um inventário da História do Brasil e com isso produziu um documento histórico de grande relevância: o catálogo da Exposição Nacional de História.

Nossa pesquisa, em fase inicial, se debruça no exame das seguintes fontes: o *Catálogo da Exposição Nacional de História*, nossa fonte principal, o *Guia da Exposição do Brasil* e das edições dos periódicos da *Gazeta de Notícias* e do *Jornal do Commercio*. Cabe ressaltar que este elenco de fontes está presente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Com estes documentos buscamos compreender como a exposição e a produção deste documento foi um importante elemento para a construção da história e da sua narrativa para a nacionalidade que se forjava no Brasil do século XIX.

Para Mariana Kazan, as Exposições Universais no século XIX devem ser consideradas no seu conjunto como um marco, um elemento, um rol de acontecimentos no período de consolidação da cultura de massas, da divisão internacional do trabalho, no início da produção em larga escala das “mercadorias-fetichê” eram a representação física e monumental da sociedade, da economia e da cultura burguesas que apoiavam e validaram com diversas iniciativas dentre elas, os discursos nacionalistas que também proliferaram neste período (KAZAN, 2005).

Nesta perspectiva identificamos os discursos de modernidade e nacionalismo

¹ Mestrando pelo Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, provado com o projeto, cujo título é A Nação em Exposição: A Exposição Nacional de História de 1881 no Contexto das Exposições Universais.sob orientação do Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes bolsista da CAPES

presentes nas Exposições Universais. Na modernidade presente no século XIX os sinais estavam perceptíveis na modernidade em vistas de ser modificada pela atuação mais célere na ação do homem na construção de fábricas com combustão a carvão, máquinas a vapor, a consolidação da imprensa, da comunicação por telégrafos, à expansão das cidades aliado ao desenvolvimento urbano na lógica capitalista, a implementação da ligação das distâncias por linhas férreas nisto é presente a cristalização material e parcialmente econômica da modernidade.

Além desta concretização material, a modernidade vem na consolidação da organização das nações e a identidade deste evento o sentimento, os discursos e símbolos do nacionalismo que vai emergir concretamente a partir da década de 40 do século XIX.

Estes movimentos nacionais vão propiciar mudanças políticas e geográficas importantes que vão configurar a economia, as relações entre os países e as mentalidades. Na economia, a formação dos conglomerados financeiros, industriais e comerciais para além das fronteiras das nações vão mudar as relações do capital, do comércio e da consolidação das redes financeiras e das bolsas de valores é a consolidação do capitalismo financeiro que está na base da modernidade do século XIX.

A modernidade presente nas exposições universais trazia todo potencial do sistema fabril e seus benéficos, de maneira didática. Uma pedagogia visual que ao indicar naqueles espaços, nas Exposições Universais que toda ação humana estava inclinada para a realização de sonhos que visavam ter como primado o conhecimento tecnológico, onde as mercadorias tinham a marca do futuro, incorporadas do fetiche, da magia e do encanto que, na verdade, encobrem o que o modo de produção fabril causava na alienação do trabalho humano.

As Exposições Universais também buscavam traduzir e transmitir discursos de diálogo, cooperação, solidariedade, trocas intelectuais e promoção dos povos a partir das inovações científicas, teológicas e do primado da razão sobre a fé como elemento de congraçamento no mundo ocidental, ou melhor, dizendo na supremacia da Europa como modelo civilizacional diante das demais nações do mundo. Tudo que era exposto nesses eventos eram a concretização e afirmação de um modo e ethos de vida, a consolidação de uma política onde homens e máquinas estavam construindo o futuro e a modernidade de modo concreto e objetivo.

As Exposições Universais foram uma vitrine e arena privilegiadas do discurso

nacionalista. Ali eram encenadas práticas e mentalidades, no século XIX, no contexto da formação das nacionalidades, das nações e suas políticas de expansão imperialistas na consolidação do capitalismo financeiro e industrial. A definição de nação no século XIX foi interpretada e compreendida por intelectuais contemporâneos deste período.

No célebre e clássico texto sobre a definição das nações e do nacionalismo no século XIX, Ernest Renan interpreta e apresenta as nações como a resposta espontânea e da vontade das comunidades e sociedades com o objetivo de construir a vida comum para homens e mulheres que teriam um papel fundamental na obra de civilização, progresso e desenvolvimento. Para Renan, as nações surgem como resposta de um espírito sadio e de um chamamento moral de consciência (RENAN, 1997, pág. 174-175).

Outro intelectual do século XIX e início do século XX, Otto Bauer indica que a nação é o reconhecimento de uma comunidade diante dos elementos estrangeiros e como eles se reconhecem, dialogam, atuam e interagem entre si. Outro aspecto para Otto Bauer é o desenvolvimento educacional que se impôs no século XIX, como uma necessidade instrumental para o desenvolvimento das sociedades e dos cidadãos na concepção do capitalismo industrial que estava sendo implementado neste período (BAUER, in BALAKRISHNAN, 2000, pág. 50, 60-61).

Ambos os autores, contemporâneos ao século XIX e, portanto, em algum momento e de algum modo tiveram contato direto ou indireto com as exposições universais, que aconteciam neste momento.

Destacamos também as críticas de intelectuais que assistiram o surgimento das Exposições Universais e estas críticas foram direcionadas a exploração da mão-de-obra do proletário que se consolidava a partir dos movimentos advindos das Revoluções de 1848, a primeira Exposição Universal denominada “The Great Exhibition” Ela aconteceu em Londres, em 1851, e foi duramente criticado Karl Marx e Friedrich Engels.

Eles indicaram sua crítica acerca da realização das exposições e as associavam a exploração mais crescente advinda da consolidação do capitalismo e alienação do operariado agora consolidada por uma rede do capitalismo mundial que servia muito mais a hegemonia econômica e do que a verdadeira unidade das nações e dos povos (PLUM, 1979, pág. 19-20). Marx e Engels afirmaram:

Esta exposição é uma prova contundente do poder concentrado, com o qual a grande indústria moderna rompe as barreiras nacionais e confunde cada

vez mais as peculiaridades locais da produção, as condições sociais, o caráter de cada povo em particular (MARX & ENGELS apud PLUM, p. 20-21).

Em outro texto Karl Marx, crítica a primeira Exposição Universal denunciando- a como um espaço de exibicionismo burguês, da exploração dos trabalhadores e da perda dos ideais revolucionários de 1848:

"A prosperidade da indústria será ainda incrementada pela [...] grande exposição industrial de 1851. Já em 1849, quando todo o continente ainda sonhava com revoluções, foi a exposição convocada pela burguesia com o mais admirável sangue frio. Ela convoca todos os seus vassallos, da França à China, para um grande exame, no qual eles devem demonstrar de que maneira utilizaram o seu tempo. [...] esse grande congresso mundial de produtos e produtores tem um significado totalmente diferente de congressos absolutistas [...] ou de congressos europeus-democráticos que os diferentes governos provisórios não cessavam de organizar para a salvação do mundo. [...] esta exposição é uma prova gritante da violência concentrada com a qual a grande indústria moderna modifica por tudo as barreiras nacionais, apagando mais e mais as particularidades locais na produção, as relações sociais e o caráter de cada povo. [...] Com esta exposição, na Roma moderna, a burguesia mundial edifica o seu panteon, onde ela mostra, orgulhosamente satisfeita de si mesma, os deuses que ela se criou [...] a sua maior festa no momento onde a derrocada de todo o seu esplendor está próximo [...]. (MARX apud PLUM, in PESAVENTO, 1997, p. 81-82).

Diante das críticas citadas acima, pelos intelectuais que assistiam o alvorecer destes eventos, estava a noção de progresso. Norberto Bobbio, para ele a define progresso como uma ideia e movimento que tem como tendência e finalidade gerar o bem estar e da felicidade como a evolução do homem e da humanidade.

Outra ideia veiculada, naquele momento, era a da cooperação entre homem e máquina. Neste sentido temos o primado da tecnologia e da ciência sobre a religião e a autonomia da natureza sobre o homem. As Exposições Universais consolidam os avanços técnicos e científicos, na indústria e na vida social e cotidiana das pessoas.

A esperança por uma organização "científica" da humanidade, e pelo controle científico de todos os fenômenos sociais tornou-se difundido. Ao mesmo tempo, os termos "progresso" e "civilização" vieram a tornarem-se sinônimos. A ideia de progresso foi utilizada para legitimar a colonização, supostamente para difundir os benefícios da "civilização" por todo o mundo.

Era um direito dos países centrais no novo sistema capitalista e assumidamente burguês cumprir a missão de iluminar as regiões do orbe onde a barbárie, marcas da violência social e o atraso econômico persistem naquele momento histórico. Nas exposições universais, do século XIX, o progresso era mais do que apenas um discurso, era a ordem de condução das mentalidades, das nações e dos homens daquele

tempo. O conceito de progresso também foi reformulado à luz do evolucionismo darwiniano. De fato, o caráter do progresso mudou consideravelmente. Essa reinterpretação reforçou o imperialismo ocidental: porque era "mais evoluída", a civilização do Ocidente também era necessariamente a melhor.

Assim a civilização ocidental era o ponto alto da evolução social, política, tecnológica: era podemos considerar o modelo de sociedade para todos os povos do mundo. Assim fica evidente que as exposições eram vitrines para vendas de tudo o que era produzido pelo trabalho humano enriquecido pelo papel das máquinas e tecnologias para gerar de modo espetacular a “riqueza das nações e seus modelos de nacionalidade e civilização”. Sendo assim de modo mais objetivo um universo de das coleções de mercadorias, exotismo era o universo em venda no contexto da formação da sociedade de consumo na esteira da Segunda Revolução Industrial.

Nessa perspectiva de Bobbio, cabe ressaltar que, o que se escolhe como medida para indicar o progresso é a transformação das matérias da natureza em bens de consumo. Nesse sentido e medida o homem a partir da Revolução Industrial está muito aquém dos homens da Idade Média que tinham na sua relação com a natureza um tratamento além de uma produção de caráter artesanal e ainda de associação a explicações de origem sobrenatural num ambiente mágico-religioso.

No século XIX, a teoria do progresso alcançou seu apogeu na Europa Ocidental e nos E.U.A. Como indicado anteriormente, com a industrialização e mecanização do trabalho, advindas da Revolução Industrial, a compreensão e conceito de progresso foi reformulada e associada às descobertas e invenções de caráter técnico-científico, ao evolucionismo, e ao aparecimento das teorias historicistas, (BOBBIO, 1983, p. 1009- 1015).

O Brasil Imperial participou das Exposições Universais de 1862, 1867, 1873, 1876 e 1889 e apresentava-se como uma Nação de alto teor civilizatório por seu sistema de governo que assemelhava as nações europeias guardiãs do modelo civilização. O Brasil era, na visão dos operadores de estado imperial, os responsáveis por apresentar o país para o hall das nações, que, apesar de possuir a contradição de ter cerca de 70% de sua mão de obra estabelecida na escravidão de negros desde fins do século XVI, era também a nação da força e do exotismo tropical, representada pela presença dos indígenas que tributaram a população uma coragem, idealismo e um amor pela terra. Estes são elementos bases dos discursos nacionalistas do século XIX utilizados como instrumentos estéticos e literários do romantismo deste período.

O Brasil também era apresentado como a nação da abundância, da beleza e da diversidade de aves, de peixes, dos animais selvagens e das plantas. Estes eram os elementos que representavam uma terra de exotismo quase paradisíaca. Afirmava-se não haver contradição entre ser um país governado com as heranças do Antigo Regime, onde a monarquia, ou seja, o Imperador possuía um poder de controle quase total do sistema político, e possuir na escravização de negros a instituição base da economia nacional.

Em nossa compressão, indicamos que a participação do Brasil nas Exposições Internacionais tinha o papel não apenas de propaganda do país no cenário internacional, mas também como afirmação para a própria população nacional da singularidade e grandeza do Império do Brasil, como modelo para os cidadãos e os países vizinhos. O Brasil era “um fragmento da Europa em meio nos trópicos” e neste sentido um modelo.

Também, no Império do Brasil se realizam Exposições Nacionais no contexto de representação das nações no século XIX. Podemos dizer que elas eram um exercício de “imagem e auto-imagem”, tomando a compreensão de Ana Maria Maud, em relação à produção de imagens (fotografias, pinturas, gravuras, litografias e afins), de monumentos e ornamentos que tinham como objetivo representar a nação e nacionalidade a partir da figura do Imperador e da família imperial como modelos de representatividade civilizatória e guarda da identidade nacional (MAUD, 2011, p. 181-231)

O Brasil realizou exposições nacionais aos moldes das exposições universais em 1861, 1866, 1873 e 1875 e também participou de uma exposição de caráter continental em Buenos Aires em 1882 onde o sinal civilizatório do Império do Brasil nos trópicos. Os nativos indígenas eram a representação grandiosa da nação no aspecto de personagem fundador da nacionalidade brasileira, como já indicamos, produto do romantismo do século XIX que elegia personagens como marcar do mito fundador da nacionalidade.

Neste trabalho a apresentação vamos indicar o documento oficial produzido pelo Império para as nações e os visitantes, que é o Catálogos para as Exposição Universal de 1867, por que este documentos constam no como uma das fontes cooperativas de nossa pesquisa no sentido de dar contexto da participação do Brasil nestes eventos e na busca de como eles foram modelos para a Exposição e para o Catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881 organizada pela Biblioteca

Nacional, que é o tema principal de nossa pesquisa e dissertação de Mestrado, como já indicado no início do texto.

O Catálogo tinha a função de apresentar o país através dados estáticos como número da população, da produção agrícola, industrial e de forma descritiva e de relatórios apresentar os temas como a geografia, o clima, a organização política, os direitos dos brasileiros e dos estrangeiros, a instrução educacional no país e o número de bibliotecas por exemplo além de outros temas. Esse documento era redigido por uma comissão nomeada pelo Conselho de Estado e pelo Ministério do Império para tal objetivo e depois era revisado pelo próprio Imperador. Versões em inglês, alemão e francês também eram publicadas.

Gostaríamos de indicar que não temos ainda o número com exatidão ou próximo da realidade de quantos exemplares eram confeccionados para cada participação do Brasil nas Exposições Universais, mas os indícios podem nos indicar que deveriam ser entorno de 200 a 400 exemplares publicados para a distribuição.

O Catálogo preparado para a Exposição Universal de Paris de 1867, possui 198 páginas e foi impresso na Typographia Universal de Laemmert que fica situada na Rua dos Inválidos, nº 61B²

É importante, indicar que 1867, o Brasil está na metade da Guerra do Paraguai e isto fica explicado de modo objetivo na página 03 do catálogo³, e que inúmeras dificuldades foram encontradas para a realização da exposição nacional de preparação para a Exposição Universal de 1867 e esta dificuldade não permitiu realizar um apanhado mais concreto das realidades da nação em suas diversas potencialidades naquele momento.

O Catálogo está dividido em duas partes. Na primeira está sendo apresentado país de modo amplo nas suas realidades geográficas, políticas, de população, instrução e educação, cultura e produção científica, produção agrícola e pecuária, estáticas da população, a quantidade das estradas de ferro e seus nomes e muitas outras informações sobre o Império do Brasil. Na segunda parte tem relação dos objetos que serão enviados e estarão em exposição no stand do Império do Brasil durante a Exposição Universal daquele ano e que justamente apresentado como "**Catálogo dos**

² BRASIL. O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Lammert, 1867. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242455>. Acesso em: 27 set. 2022

³ BRASIL. O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Lammert, 1867. Op. cit., pag.03

objetos enviados para a exposição universal de Paris em 1867”.

A primeira página primeira parte do Catálogo se inicia com o que os seus autores chamam de **“Breve notícia sobre o império do Brazil”**, que das páginas da 05 a 29⁴ que se refere a numeração original do documento trata dos aspectos geográficos e de uma estática do número de habitantes divididos pelas províncias do Império.

Ao apresentar número da população nacional é apresentado um dado de referente um recenseamento que apresenta uma estatística que data dos anos 1817-1818, quando o Brasil ainda era parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e não era ainda a grande Nação e Império independentes de Portugal por obra do próprio Príncipe Regente e das elites políticas e econômicas principalmente da corte no Rio de Janeiro e neste senti sentido um dado com defasagem de 50 anos e que trazia o número geral da população que trazia a seguinte expressão: “11,780,000 almas esta expressão indica como a linguagem de caráter religioso e catequético estava presente nos documentos oficiais do estado, mas o catálogo ao seguir com as informações sobre a população trata e ressalta e coloca em categorias inferiores e usa a expressão que “talvez” hajam na população do Império os números de habitantes de dois elementos fundamentais da população do Brasil: os índios que estavam contatos em **“500,000 indígenas não civilizados”** (meio milhão de população de indígenas que habitavam no país naquele momento do início do século XIX) e os negros que estavam apresentados em **“1,400,000 escravos”** (uma população negra de um milhão de 400 mil habitantes que não tinham naquele momento no ano de 1867 e pior ainda quando foi realizado o censo a 50 anos antes qualquer direito ou natureza de caráter jurídico sequer) .

A tabela com os números da população, indicando qual o numero da população livres, de escravos e de **“indígenas errantes”** esta divisão da população traz em si a grande contradição dos políticos e dos agentes da administração do estado imperial no Brasil ao entenderem o conceito de progresso, ideias liberais e civilização naquele momento no século XIX, porque uma nação que se apresentava e pretendia ser uma extensão da Europa nos trópicos ou seguir o exemplo de desenvolvimento econômico e assimilar a cultura, as praticas e estilo de vida burguês / capitalistas daquele período que era a essência das Exposições Universais tinha na escravidão e na mão de obra de

⁴ BRASIL. O Império do Brazil na Exposição Universal de 1867 em Paris. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Lammert, 1867. Op. cit., pag. 05-29

negros escravos a base da força de trabalho nacional e da economia do país.

Ao indicar e classificar na tabela de número de habitantes, os índios como elementos da população são adjetivados como errantes, na nossa compressão os coloca em categoria inferior daquela que a literatura e as representações iconográficas deste período onde o índio era em muitos documentos oficiais, representações artísticas e de propaganda do Império um dos símbolos da nacionalidade do Brasil. Outro aspecto que ressaltado sobre a condição e a natureza dos indígenas e de que administração pública do Império por dotação orçamentária votada anualmente na Câmara e no Senado do Império que se destinava a catequização e a civilização dos índios, a preservação de aldeamentos já existentes e “**fundação de novos**”, a instrução religiosa e habitua-los ao trabalho para o bem próprio dos índios e do Império.

Objetivamente detectamos durante o percurso da pesquisa que no discurso oficial e extraoficial que estava carregado do romantismo foi assimilado pelo nacionalismo no Brasil do século XIX, o indígena era o signo da força, da bravura, do amor pela terra e pelos co-irmãos deste grande império, mas, por uma parte importante dos agentes da administração do estado imperial eles na verdade eram elementos que ainda possuíam um estado de barbárie, esta mesma barbárie que a propaganda e os discursos oficiais que afirmavam que o Império do Brasil lutava contra o Solano López e os paraguaios na guerra e que o Brasil ser um monarquia de caráter constitucional, também era uma expressão desta civilidade aos moldes europeus, tendo em seu entorno todos os países sendo fundados e governados sob o regime republicano.

No caso dos negros, existe uma explicação da necessidade da manutenção da mão de obra escrava de africanos e de seus descendentes que naquele momento, ou seja, naquele ano de 1867 tem ocupado a atenção do governo imperial e dos agentes administrativos do estado imperial como foi explicado a *Comissão francesa de emancipação* (esta é uma das associações internacionais da época que combatiam e questionavam a manutenção da escravidão no século XIX).

O texto do Catalogo, afirma que naquele momento histórico os negros eram tratados com humanidade, bem alimentados e bem alojados. E que o trabalho não era tão, mas duro e opressor como nos inícios da instituição da escravidão dos negros africanos como nos séculos anteriores. Neste atual momento da história do Brasil, os negros tinham tempo a noite para o descanso e suas práticas religiosas e ainda muitos possuíam as suas próprias lavouras e roças para seu uso particular, como um ato de bondade e auxilio dos fazendeiros e senhores de escravos.

Enfim a escravidão era justificada como meio principal de mão de obra para a produção das riquezas e da realização da economia do país. E que os negros já não eram maltratados como nos séculos anteriores, porque o a nação se tornou e aprendeu ser civilizada. É uma contradição insanável para um país que se apresentava civilizado e que buscava o modelo de progresso e ciência aos moldes das nações civilizadas, burguesas e capitalistas daquele período e no ambiente das exposições internacionais (CARDIM, 2012, p.37).

Outro aspecto destacado nesta primeira parte do catálogo são indicação das três bacias hidrográficas e de seus rios mais importantes que constam na página 08 do documento⁵, que são os Rios Amazonas, Paraguai e o São Francisco e seus afluentes com suas extensões. Em seguida vem uma apresentação e uma descrição do clima com as suas variações de sol, ventos e chuvas no vasto Império do Brasil e de suas temperaturas nas regiões e províncias. Segue apresentação dos minerais que são uma expressão das riquezas da nação e depois a vegetação e a fauna do império que é descrita de modo a apresentar uma grande quantidade de espécies que traduzem a exuberância de suas riquezas naturais.

Na segunda parte do Catálogo, como indicamos anteriormente estão relacionados todos os objetos que vão ser expostos no espaço onde o Brasil iria montar o seu pavilhão de exibição para os organizadores, juízes das competições de produtos, máquinas e afins e para os visitantes. Estes produtos estão organizados em 10 grupos de produtos e itens e em Classes ou categorias específicas dentro dos grupos, que vão chegar ao impressionante número de 1523 objetos e temas em exibição relacionados no Catálogo. Sendo a produção agrícola e em particular a de café com todo o seu processo de produção apresentado, sendo este o maior e mais detalhada dos itens

Nosso objetivo com esta apresentação e texto foi indicar como o Império do Brasil, participava e se apresentava nas Exposições Universais no século XIX como uma nação que busca estar inserida nos projetos de progresso científico e técnico, no ideário e nos discursos da sociedade burguesa e capitalista aos moldes dos países da Europa e dos Estados Unidos que já emergiram como uma grande potência continental. Mas este mesmo país trazia em si a contradição de manter a sua força trabalho, de geração de riquezas e de mão de obra com base na escravidão dos negros africanos e seus descendentes e justificar está intuição como o meio da manutenção da

⁵ BRASIL. O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Lammert, 1867. Op. cit., pag. 08.

organização econômica e social do país e fazendo isto através de discursos oficiais como apresentados no texto do documento.

Referências

AMADEO, Maria Eliza *O Catálogo de Exposição de História do Brasil (1881): documentando a nação*. 2007. 0 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

_____. AMADEO, Maria Eliza; KURY, Lorelai. O Catálogo da Exposição de História do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 120, p. 323-34, 2000.

BARBUY, Heloisa. *A exposição universal de 1889 em Paris*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição universal. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 211-325, 1996.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional**. 2015. Tese de Doutorado. (em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ.

DA SILVA COSTA, Maria de Fatima; DE MATTOS, Garcia. O sentido da Modernidade no imaginário do século XIX. *dObra [s]: revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda*, 2009, 3.6: 96-103.

DUTRA, E. de F. A tela imortal: o catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 37, p. 159-79, 2005.

ENDERS, Armelle. Os vultos da nação. *Fábrica de heróis e formação de brasileiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB. Rio de Janeiro*, v. 388, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. *Historiografia e nação no Brasil, 1838- 1857*. Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. IN: LE GOFF, Jacques. *História e Memória. Campinas: Editora da UNICAMP*, p. 525-541, 2003.

KAZAN, Mariana Thomas. “O império do Brasil nas Exposições Universais: um Projeto Nacional de Modernidade”. In: *Museu Histórico Nacional*, v. 37, *Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Artista Nacional*, 2005.

LUCA, Tânia Regina. *História dos, nós e por meio dos periódicos. Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2005.

NEVES, Lúcia M. Bastos P. In: VAINFAS, R. (Org.); . *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, p 252-253, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997. 231 p.

_____. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal de Filadélfia de 1876. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 2, n. 1, p. 151-168, 1994.

PLUM, Werner. *Exposições no século XIX: espetáculos da transformação sócio- cultural*.

Bom: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

RODRIGUES, José Honório. *Catálogo da exposição de história do Brasil*. Editora Universidade de Brasília, 1981.

Fontes

<https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca> (site da Biblioteca do Senado Federal).

BRASIL. O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Lammert, 1867. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242455>.

<https://bndigital.bn.gov.br/> (site da Biblioteca Nacional Digital).

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> (Hemeroteca) Digital.

Liberalismo, Justiça e Território: Mudanças Empreendidas na Vila de São Salvador no Pós-Independência (1822-1835)

Alexandre Ferreira de Azevedo¹
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre da pesquisa de dissertação de mestrado, cujo título é: “Liberalismo, administração e justiça : uma discussão sobre a Vila de São Salvador no pós-independência (1822-1835)”, especificamente do capítulo X, do qual as ideias e argumentos centrais são aqui discutidos. Assim começamos indicando que após a independência (ou independências), no período compreendido entre 1822 e 1835 — recorte no qual esta pesquisa debruça —, cria-se uma necessidade de reorganizar e adaptar a territorialidade e disposição dos cargos de justiça à nova realidade e às mudanças ocorridas no século XIX. As reformas liberais, os rearranjos políticos, as idas e vindas do conservadorismo, bem como a atuação de uma burocracia ilustrada — principalmente nos primeiros anos após a emancipação — fez com que os limites de poder de atuação dos magistrados nas localidades, sejam eles físicos, normatizados ou casuísticos², passassem por constantes modificações. Estas reformas trouxeram consigo a criação de alguns cargos de justiça, como o de Juiz de Paz³ — importante agente no rearranjo jurídico e administrativo no pós-independência — e a disposição de novos códigos que terão suma importância na formação do império do Brasil, territorialmente falando, como o Código do Processo Criminal, de 1832⁴.

Estas mudanças empreendidas no período que Thomas Flory chama de “década liberal”⁵ — que pode ser observada, para o autor, entre os anos de 1827 e 1837 — se tornarão caras para entender como se disporá nos anos subsequentes a reorganização da justiça, os limites de atuação dos magistrados que adentravam este território, os conflitos de jurisdição e todo o movimento resultante das mudanças liberais do pós-independência frente às práticas consuetudinárias de provinham do Antigo Regime.

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, provado com a dissertação cujo título é Liberalismo, administração e justiça : uma discussão sobre a Vila de São Salvador no pós-independência (1822-1835, sob orientação do Dr^a Claudia Atallah, bolsista da CAPES.

² WEHLING, Arno. A prática da Justiça no Brasil Setecentista, casuismo e sistema.

³ Lei de 15 de outubro de 1827, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-

⁴ Lei de 29 de novembro de 1832, que pode ser encontrada no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm.

⁵ Flory, Thomas. Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808–1871: Social Control and Political Stability in the New State (Lilas Latin American Monograph) . University of Texas Press. Edição do Kindle.

Com as mudanças acima, há de se observar como o ato de administrar e fazer justiça, que se confundiam no período de Antigo Regime⁶, será impactado, e quais contornos tomará na organização e governo das localidades. Para isso, este trabalho pesquisa sobre a Vila de São Salvador da Paraíba do Sul, encontrada na região onde hoje está localizada a cidade de Campos dos Goytacazes e alguns de seus municípios vizinhos, como São João da Barra – antiga vila de São João da Praia –. É por meio de fontes encontradas no Arquivo Público Waldir Pinto de Carvalho e no arquivo da Câmara dos Vereadores que esta análise é desenvolvida.

E para observar estas mudanças, o presente trabalho utiliza, sob óptica de uma análise do conceito de território, o livro trabalhado por Rogério Haesbaert⁷, livro *O Mito da Desterritorialização*, trazendo visível problemática na territorialização do poder observada neste período. Mas para entender a caracterização da nova organização jurídica, deve-se tecer uma análise específica acerca do direcionamento que o liberalismo, no caso brasileiro, assume. Neste sentido, Laura Neves traz que o sentido que a palavra liberalismo foi assumindo com o tempo foi sendo modificado a partir da experiência à ela submetida. Sua caracterização como conceito sucedia de novas experiências históricas, para ser adequado às realidades experimentais e usado como armas em combates a determinados segmentos sociais. Portanto, o conceito de liberalismo é caracterizado pela experiência social e os agentes responsáveis pela realidade ao qual é aplicado, apresentando características diferentes em distintos contextos⁸.

A distribuição dos agentes reais e seus limites de atuação, bem como suas atribuições, de acordo com as demandas, com plano de ação previsto pelos códigos jurídicos, vai ser determinada a partir da delimitação dos limites de poder que seriam reafirmados no período pós-independência. É evidente então a necessidade de entendermos melhor as dinâmicas administrativas e jurídicas que circundam tal período. Neste sentido devemos ter cuidado com quadros espaciais anacrônicos, mas

⁶ SLEMIAN, Andréa. “Pelos negócios da província”: apontamentos sobre o governo e a administração no Império do Brasil (1822-1834), 2019. São Paulo, Outros Tempos.

⁷ HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

⁸ NEVES, Laura. Nas margens do liberalismo: voto, cidadania e constituição no Brasil (1821-1824). Revista de História das Ideias. Vol. 37. 2o Série (2019) pág 55-77.

sim tentar desmistificar e entendê-los tendo em vista a região trabalhada⁹.

A atuação dos magistrados no campo jurídico¹⁰ de Antigo Regime e aspectos de continuidade no pós-independência

A prática de interiorização do poder da monarquia era capilarizada por meio das redes clientelares, redes de influência que se baseavam na economia do dom e “*estavam na base de múltiplas práticas informais de poder, na formulação de mecanismos próprios e específicos a este universo político singular[...]*”¹¹. Como trabalha Mafalda Soares da Cunha e Antônio Castro Nunes, a densificação e a sobreposição de cargos e alçadas jurídicas formam, muitas vezes, um quadro contraditório, confundindo os limites de jurisdição da atuação dos magistrados no período colonial e no pós-independência¹². Esses seriam os responsáveis, por meio de decretos régios comuns na política administrativa de Antigo Regime, pelo ato de governar nas localidades e exercer a alçada do rei território adentro.

Na forma de como o poder se justifica nesta realidade, Claudia Atallah diz que “*todo aparato administrativo que se estruturou com a expansão da monarquia configurava a representação simbólica do corpo administrativo do monarca*”¹³.

As monarquias europeias, para Jack Greene, utilizavam a ideia de autoridades negociadas. Isto é, o autor acreditava que a administração do território além mar – como também podemos observar na colônia portuguesa – era caracterizada pela negociação de autoridade administrativa entre as elites locais e o poder central, devido à dificuldade da instauração do aparelho monárquico nas colônias. Então, por meio do estabelecimento destas negociações, os acordos comuns nas práticas administrativas de Antigo Regime se desenvolviam¹⁴. Desta forma, estas autoridades não eram

⁹ BLOCH, Marc. A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru, SP. EDUSC, 2001

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989.

¹¹ XAVIER, Ângela Barreto. e HESPANHA, António. Manuel. As redes clientelares. In: História de Portugal. Direção de José Mattoso. v. 4. p. 382

¹² CUNHA, Mafalda Soares e NUNES, António Castro. Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII. Tempo (Niterói, online) | Vol. 22 n. 39.p.001-030, jan-abr.,2016.

¹³ ATALLAH, Claudia C. Azeredo. Da justiça em nome dEl Rey: justiça, ouvidores e inconfidência no centro-sul da América portuguesa - Rio de Janeiro: EdUERJ. 2016. p. 80

¹⁴ GREENE, Jack P. Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos impérios europeus da Época Moderna. In: Na trama das redes, p. 95-114. CASTEJÓN, Philippe. “Colonia” y “Metrópoli”: la génesis de unos conceptos históricos fundamentales, 1760-1808.” Illes i imperis 18 (2016): 163-179.

necessariamente impostas arbitrariamente, mas desenhadas a partir das negociações.

Estas práticas são qualificadas em um sistema que tem origens sociais determinadas historicamente¹⁵. A atuação dos magistrados é promovida por um *habitus* praticado no Antigo Regime, um conjunto não consciente de ações socialmente determinada, internalizadas e promovidas pelas instituições de justiça e administração, como no caso da antiga colônia lusitana. Desta forma, os agentes desenvolvem suas práticas a partir da sua relação com estas instituições, que garantem seu papel social no campo.

A utilização dos artifícios simbólicos garantem, justificam e reproduzem a lógica de poder socialmente determinada, como mostra Bourdieu. Portanto, “*o poder simbólico é, com efeito, este poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.*”¹⁶ Ou seja, a “invisibilidade” (entre aspas pois não necessariamente é invisível, mas ignorado) deste simbólico, por meio das relações de poder, é uma dupla dimensão entre não perceber sua manutenção, reproduzindo os hábitos invisíveis para os dominados e necessário para os dominantes, que são responsáveis por criá-los e desenvolver uma dominação por meio do campo legitimado.

No caso da justiça e da administração deste campo, o capital jurídico é responsável por legitimar valores de uma atuação formal, profissional, a partir da centralização dos agentes por meio do direito. Só existe atuação do direito na medida em que os valores de autonomia e neutralidade são internalizados naquela sociedade¹⁷, sendo este campo garantido pela atuação profissional e monopolizada de pessoas desta mesma área.

Como podemos perceber, no caso dos magistrados que são letrados e nomeados pelo Desembargo do Paço em nome do rei para atuar por todo império português, e também no pós- independência, a investidura e nomeação destes homens aos cargos jurídicos lhes conferidos se dá por um ritual simbólico onde todos estão tacitamente incluídos neste processo. O ato de conceder poder jurídico aos profissionais do direito também justifica, por meio das instituições, do *habitus*¹⁸, já internalizado, uma

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989. P. 7

¹⁷ ACHTSCHIN, Márcio Santos. UMA LEITURA DO CAMPO JURÍDICO EM BOURDIEU. Pág 96

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989.

representação simbólica da atuação direta do rei nas localidades, como, por exemplo, no caso dos juízes de fora, juízes ouvidores e, após a reforma de 1832, o juiz de direito, entre outros.

O desenvolvimento do aparelho jurídico, como nos interessa, se dá na busca pela manutenção do capital social pelos responsáveis, escolhidos ou eleitos – em caso de cargos ordinários ou nomeados por *el Rey* – de produzirem e reproduzirem tais efeitos da dominação. Para isso, pensando num império ultramarino português tão grande e vasto, é necessária a criação de elementos de convencimento que justifiquem a dominação, por meio de um poder simbólico, histórico e socialmente aplicados à cada realidade deste vasto império, que gere elementos de formação de consenso e de aceitação desta dominação, especificamente para cada território e localidade. Estes acordos tácitos, acordos de confiança entre as partes, auxiliam na estruturação das redes, que garantem o ato de governar as localidades por parte das estruturas monárquicas.

O desenvolvimento de uma lógica de poder onde a terra estava em evidência fará com que, na tentativa de uma centralização política por parte do Estado, bem como a distribuição de magistrados capazes de sobrepor as autoridades ordinárias dos âmbitos municipais e locais, a força dessa elite local fique em cheque. Isso ajudará a formar as bases e contornos que tomam a administração do império do Brasil. Esses embates entre ordinários e magistrados nomeados pelo rei, bacharéis, privatização e público, serão território hostil para as práticas modernas do campo jurídico, que tendem à neutralidade e a imparcialidade, sendo as especificidades negadas em prol de princípios universais¹⁹. No entanto, a atuação simbólica destes magistrados depende da relação consensual e negociada entre o desenvolvimento do aparelho monárquico central e as elites locais.

Por isso, é importante entender como a disposição destes cargos de justiça e administrativos, suas alçadas de poder, seus limites jurisdicionais e elucidar como essas redes funcionavam, tendo auxílio da comunicação destes agentes, por meio de ofícios régios, leis, ordenações, entre outras fontes. Com a vinda da família real portuguesa à sua colônia na América, grandes mudanças passaram a acontecer. Tendo em vista a organização da justiça nas localidades, pode-se observar a divisão da seguinte forma:

¹⁹ VELLASCO, Ivan de Andrade. As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais-século 19. SP: EDUSC, 2004.

Primeira instância: juízes ordinários – juízes eleitos localmente, pelos votantes da câmara ao qual estavam ligados. Não eram letrados, e o cargo não era remunerado. Seus benefícios se encontravam na honra e nos prestígios conferidos ao eleito, tendo vista as relações de poder histórico e socialmente determinadas, excedendo, assim, vantagens econômicas – e juízes de fora – letrado, nomeado pelo Desembargo do Paço, jurista de profissão que representa o poder central nas localidades para garantir a boa atuação do aparelho jurídico nas demandas cotidianas. Estes juízes também tinham a função de serem os olhos do rei, tendo seu papel visto, muitas vezes, como fiscalizador dos agentes locais²⁰.

Segunda instância: no âmbito comarcal, se encontrava o juiz ouvidor, ao qual estavam submetidas as câmaras que compreendidas dentro dos limites do território jurídico daquela comarca. O juiz ouvidor era nomeado *por el Rey*, bacharel – normalmente pela faculdade de Coimbra – e, conseqüentemente, letrado. Este juiz fazia visitas às câmaras em correição pelos casos mais complexos.²¹

Estes personagens da administração e jurisdição locais interiorizam o poder e alçada da monarquia, e sua atuação pode marcar a territorialização deste poder. As estruturas da antiga Vila de São Salvador são peculiares e servirão de análise para este período de mudanças que ocorrerá ao final do século XVIII e início do século XIX.

Ao adentrar no pós-independência, houve a necessidade de suplantar as antigas codificações portuguesas que sustentavam todo aparelho jurídico encontrado nas localidades de um Brasil difuso e plural. Aposentando o livro V das Ordenações Filipinas, o Código do Processo de 1832 trouxe consigo, grande reforma nos cargos jurídicos, reorganização administrativa, novos aspectos de territorialização e interiorização deste poder nas localidades e, o que surpreende, diversos aspectos de continuidade.

Nesta perspectiva, surgem personagens, sobretudo na Vila de São Salvador, que farão parte do processo de transição no seio das reformas do pós-independência. Estes personagens, como o Diocleciano Augusto César do Amaral. Formado em Coimbra e

²⁰ ATALLAH, Claudia C. Azeredo. Da justiça em nome de El Rey: justiça, ouvidores e inconfidência no centro-sul da América portuguesa - Rio de Janeiro: EdUERJ. 2016. p. 80

²¹ Ordenações Filipinas, Livro I. (<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>). Estes cargos são usados de forma preferencial segundo as quais o desenvolvimento do presente trabalho se debruçará.

bacharel em direito, assume o juizado de fora no ano de 1830, mesmo ano que é nomeado para ocupar a posição de juiz ouvidor do Espírito Santo, cargo esse que não foi encontrado registro de que tenha tomado posse. O ato de tomar posse nos remete a pensar como que, tacitamente, este magistrado detém sobre ele poderes investidos, um capital simbólico sobre o *habitus* promovido pelo campo jurídico socialmente determinado.

Com esta pesquisa em desenvolvimento, este magistrado tem se mostrado importante para percebermos as continuidades na disposição dos cargos de justiça, mesmo com reformas tão profundas, mas que se mostraram capazes de adaptar-se, na realidade da Vila de São Salvador, às estruturas e disposição anteriores às reformas. Percebe-se, também, como é peculiar a análise da atuação da justiça a partir da localidade à qual se estuda, tendo em vista que as codificações tomam contornos específicos em diferentes contextos. Desta forma, podemos analisar como embate entre o *habitus*, revestido na prática jurídica consuetudinária de Antigo Regime, vai interagir com as mudanças provindas das reformas liberais. Como os homens bons e as elites locais vão se alocar nesta nova ordem jurídica do pós-independência, e como estas redes irão se desenvolver e legitimar neste novo aparelho monárquico.

Territorialização e mudanças nos limites de poder

Observar como o poder se difunde, capilariza e, conseqüentemente, pode-se ver territorializado por meio destas instituições, cumpre parte importante desta pesquisa. A atuação dos magistrados pode ser percebida a partir do desenvolvimento das redes clientelares, entendendo como se dava a prática jurídica, o ato de governar e administrar as regiões mais longínquas da monarquia. Para isso, busco trabalhar de forma interdisciplinar para perceber como as relações tácitas de poder se expressam geograficamente no espaço²².

Haesbaert, em sua síntese, seleciona algumas noções de território que são caras ao seu trabalho. Trago aqui duas que me ajudaram a delimitar o que entendo como território nesta pesquisa:

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais

²² HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Pág 40 “Percebendo este espaço como areal ou zonal, linear ou reticular.”

difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes — mas não exclusivamente — relacionado ao poder político do Estado.

- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.²³

Vale destacar sobre a natureza e a dimensão material do espaço geográfico e sua importância na constituição dos territórios aqui discutidos. Esta pesquisa observa, também, a territorialização do espaço por meio das vias jurídico-institucionais, observando a materialidade, bem como o poder simbólico desenvolvido pela corporificação do aparato monárquico, seja no Brasil pré ou pós-independência. “Territorialidade, embora com mais frequência associada a fenômenos de ordem política, também aparece vinculada a questões socioculturais, como a identidade social.”²⁴

A visão relacional na formação deste território, como mostra Claude Raffestin e trazido também pelo Rogério Haesbaert, apresenta um produto do contato entre como este território se expressa materialmente e simbolicamente, sendo ele, ao mesmo tempo que passível de mudanças constantes, recheado de conexões e interconexões, destacando o papel das redes de poder que são importantes para seu estabelecimento.

Como era previsto inicialmente pelas Ordenações Manuelinas e, mais à frente, nas Ordenações Filipinas, toda localidade que tivesse, por ato régio, recebido o título de *Vila*, deveria receber uma câmara municipal, seguindo as determinações e estruturas portuguesas. Estas eram responsáveis, pelo poder simbólico a elas investidas a partir da organização jurídico-administrativa do Antigo Regime, por atender as demandas das localidades à qual estava referida, tomando estas estruturas caracteres específicos²⁵.

A região onde hoje se encontra a cidade de Campos dos Goytacazes pertencia como território administrativo do Rio de Janeiro e território jurídico do Espírito Santo, situação essa que perdurava desde que Vasco Fernandes César de Meneses, vice-rei do Brasil, atentou para a necessidade da criação de uma ouvidoria na capitania do Espírito

²³ HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Pág 40 “Percebendo este espaço como areal ou zonal, linear ou reticular

²⁴ Ibidem, página 62

²⁵ ATALLAH, Claudia C. Azeredo. Da justiça em nome dEl Rey: justiça, ouvidores e inconfidência no centro-sul da América portuguesa - Rio de Janeiro: EdUERJ. 2016. p. 80

Santo, e daria a esta a jurisdição sobre a Vila de São Salvador. Esta mudança foi marcada, como mostra Cláudia Atallah, por conflitos entre os representantes do poder monárquico português, a forma adotada pela coroa para gerir a região da Paraíba do Sul, e as elites locais. A conformação destes agentes se deu através do entendimento das especificidades daquela região por parte da coroa, moldando o território de atuação dos magistrados a partir das demandas locais e negociações de autoridades, prática social historicamente determinada que compunha o *habitus* praticado naquele *campo*.

As mudanças que ocorrem com o advento da modernidade jurídica e a atuação dos magistrados no final do período colonial, têm com intuito aumentar a eficiência e neutralidade do aparelho jurídico e diminuir as margens para abusos de poder nas localidades. E, em continuidade ao que vinha acontecendo, era necessário que o império fosse constituído sob leis que sobrepusessem a arbitrariedade herdada das Ordenações.

Portanto, para entender as qualidades e características do liberalismo e suas adequações, é importante perceber a territorialização deste poder, sobre um “espaço socialmente produzido, apropriado e dotado de sentido”, tendo em vista que, como mostra Haesbaert, utilizando Raffestin, “a noção de poder é suficientemente ampla para incluir a também a própria natureza econômica e simbólica do poder.”²⁶ Isto nos ajuda a, de maneira interdisciplinar, traçar os limites territoriais destes poderes, demarcar a atuação dos magistrados, perceber como seus limites de atuação ajudaram a caracterizar a prática de governar e auxiliaram na formação administrativa do Império do Brasil, observando seus limites de atuação.

Considerações finais

Esta pesquisa, que, ainda em estágios iniciais, tem o intuito de elucidar a construção das estruturas de poder jurídico e administrativo no pós-independência, entre os anos de 1822 e 1835, busca observar, com enfoque na Vila de São Salvador na Paraíba do Sul, como as primeiras reformas liberais promovidas pela “década liberal” – período compreendido entre 1827 e 1837 – formam um quadro curioso de continuidades oriundas do Antigo Regime.

A atuação dos magistrados, desenvolvida sobre determinado campo jurídico, é promovida por um *habitus* social por práticas que são historicamente determinadas. A relação do poder simbólico negociado entre o poder monárquico central e as elites locais, bem como a nomeação de magistrados responsáveis por adentrar as localidades

em nome do rei, nos ajudam a pensar e caracterizar o *campo jurídico* e práticas administrativas de Antigo Regime, práticas estas que se confundem no ato de governar as localidades.

A região trabalhada neste estudo, onde hoje se encontra a cidade de Campos dos Goytacazes, desenvolve um quadro bastante curioso e interessante, que nos ajuda a elucidar como as reformas liberais – entendidas, principalmente, pela criação do juizado de paz, o Código Criminal de 1830 e o Código do Processo de 1832 – absorveram práticas consuetudinárias e limites nas alçadas de poder existentes no Antigo Regime.

A formação das estruturas imperiais, como disse anteriormente, por meio de continuidades e rupturas, são feitas com a necessidade de estabilizar o aparelho estatal e acomodar os grupos divergentes. Neste aspecto, a gestão das estruturas jurídicas e administrativas formam um emaranhado onde é comum a sobreposição de poderes, para responder às demandas do novo império. O caso da Vila de São Salvador reflete, sem ter a pretensão de promover um padrão às diversas localidades do Brasil, um bom exemplo de como a formação deste liberalismo na década descrita por Flory se deu de maneira empírica, aplicados às realidades e necessidades locais, dando caráter único na aplicação territorial brasileira.

A territorialização deste poder com base na relação entre a materialidade e a formação de um poder simbólico faz com que, por meio das práticas jurídicas e administrativa, entendamos os limites territoriais a partir, também, da alçada jurídica dos homens que circulavam as localidades em nome de *el Rey*. Desta forma, as conexões e estabelecimento de redes, movimentadas pela natureza material e formação simbólica para formação de consenso, desenvolvem sobre a Vila de São Salvador no período pré e pós-colonial uma forma de observar a atuação e limite destas estruturas jurídico-administrativas.

Referências

ALBUQUERQUE JR., D. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n.17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ATALLAH, Claudia C. Azeredo. *Da justiça em nome d'El Rey: Ouvidores e Inconfidência no centro sul da América portuguesa (1720-1777)*. RJ: Eduerj/FAPERJ. 2015.

ATALLAH, Claudia C. Azeredo. Entre a cruz e a caldeirinha: um ouvidor a serviço da monarquia nas terras dos Asseca. *Tempo*, v.24. n.1, p.161-179, 2018.

BLOCH, Marc. A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru, SP. EDUSC, 2001

CUNHA, Mafalda Soares e NUNES, António Castro. Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII. Tempo (Niterói, online) | Vol. 22 n. 39.p.001-030, jan-abr.,2016.

FLORY, Thomas. Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808–1871: Social Control and Political Stability in the New State (Lilas Latin American Monograph) . University of Texas Press. Edição do Kindle.

GREENE, Jack P. Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos impérios europeus da Época Moderna. In: Na trama das redes, p. 95-114. CASTEJÓN, Philippe. “Colonía" y" Metrópoli": la génesis de unos conceptos históricos fundamentales, 1760-1808." Illes i imperis 18 (2016): 163-179.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Página 84

LAMEGO, A. A terra goytacá à luz de documentos inéditos. 2. ed. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, [s.d.]. v. I.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

SLEMIAN, Andréa. Sob o império das leis constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1882-1834). São Paulo: Hucitec, 2009.

SLEMIAN, Andréa. “Pelos negócios da província”: apontamentos sobre o governo e a administração no Império do Brasil (1822-1834), 2019. São Paulo, Outros Tempos.

VELLASCO, Ivan de Andrade. As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais--século 19. SP: EDUSC, 2004.

XAVIER, ngela Barreto. e HESPANHA, António. Manuel. As redes clientelares.

XAVIER, Angela Barreto & HESPANHA, António Manuel. Representação da Sociedade e do Poder. Printer Portuguesa. Ind. Gráfica, Lda. Janeiro de 1998.

WEHLING, Arno. A prática da Justiça no Brasil Setecentista, casuísmo e sistema

VELLASCO, Ivan de Andrade. As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais--século 19. SP: EDUSC, 2004.

XAVIER, Ângela Barreto. e HESPANHA, António. Manuel. As redes clientelares.

XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. Representação da Sociedade e do Poder. Printer Portuguesa. Ind. Gráfica, Lda. Janeiro de 1998.

Participação e liderança feminina no sindicato estadual dos profissionais de educação do estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ)

Aline Felizardo R. da Silva¹
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de mestrado em andamento, cujo título é *Memória, História Oral e Relações de Gênero no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ)*, ainda em andamento.

As últimas décadas do século passado foram marcadas por um olhar mais atento sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos dos interesses de pesquisa dos historiadores, dando lugar também a uma história das mulheres. Esse novo campo surge ainda como resultado das movimentações feministas e dos debates sobre gênero, que vão ocorrer em diferentes países a partir da segunda metade do século XX. Como consequência, as mulheres tornam-se objeto e sujeitos da história. Ao longo dos anos inúmeros novos temas foram aparecendo para análise deste campo, são estudos voltados à maternidade, a sexualidade, entre outros. Pesquisas com foco no trabalho, na política e no campo da educação, ganham novas fontes e objetos, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, e com auxílio de metodologias inéditas, como por exemplo, o uso da História Oral.

As pesquisas voltadas à atuação de mulheres em sindicatos e para peculiaridades da militância feminina entre os trabalhadores/as da educação, fazem parte dos desdobramentos do quadro anteriormente mencionado. Assim, este artigo, que apresenta reflexões oriundas de uma pesquisa de mestrado em andamento e pretende analisar brevemente alguns elementos da trajetória de construção permanente do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), focando na participação e liderança feminina a partir do diálogo com a história do sindicalismo docente. Faz isso com base em documentos, textuais e audiovisuais produzidos pelo sindicato e seus militantes. Neste caminho, dialoga com os trabalhos de pesquisadores da

¹ Aluna do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Izabel Priscila Pimentel da Silva. Ingresso 2021. Título do Projeto de Pesquisa: *Memória, História Oral e Relações de Gênero no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ)*.

história das mulheres, mostrando como sua legitimação foi fundamental para a valorização do trabalho e da atuação política feminina. A reflexão justifica-se por sua contribuição para ampliação do olhar sobre a temática da participação feminina nos sindicatos, aqui mais especificamente, no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), e na potencialização de estudos acerca da história/trajetória do SEPE-RJ.

O artigo divide-se em duas partes. A primeira delas, reflete alguns elementos das especificidades do sindicalismo docente evidenciando a história do SEPE. A segunda, a partir de um olhar voltado para a trajetória do sindicato, busca responder a seguinte questão: Se o *slogan* do sindicato é “O SEPE somos nós, nossa força, nossa voz”, podemos argumentar que, sendo o SEPE-RJ um sindicato predominantemente de professoras, a sua “força” e “voz” são das mulheres?

As peculiaridades do sindicalismo docente

Devido aos diversos problemas de invisibilidade que as mulheres podem sofrer em uma sociedade patriarcal e machista, a verificação da participação feminina nas lutas sindicais ao longo da história não tem se mostrado uma tarefa fácil. Dependendo de qual categoria estamos falando, essas dificuldades podem ser ou não potencializadas. No caso dos sindicatos docentes, ou dos sindicatos dos/as trabalhadores/as em educação, como é o caso do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), não há dúvidas sobre a presença e participação feminina na sua constituição e trajetória, já que desde 1988, quando a Constituição Federal pós-ditadura dá aos servidores públicos o direito de sindicalização, as mulheres já correspondiam a maioria do professorado brasileiro.

Mas, nem sempre esta foi uma categoria formada em sua maioria por mulheres. A História da Educação Brasileira aponta para o processo de feminização da categoria docente. Historicamente, a presença feminina no magistério brasileiro do ensino primário começa a ser ampliada no século XIX e tem sua intensificação após o advento da República. Até este processo, eram os homens que ocupavam as cadeiras públicas oficiais do ensino.

As mudanças econômicas que ocorreram entre o final do século XIX e início do século XX, e que trouxeram a industrialização e um dinamismo mais amplo para a economia, tornou o magistério uma profissão que não atraía mais tanto aos homens. Para

Cláudia Pereira Vianna (2013, p. 302) a queda da presença masculina no magistério estaria associada a um novo modelo de ascensão social que dava ênfase na escolaridade média e superior como condição para a disputa de postos ou funções oferecidas pelo mercado de trabalho em processo de industrialização. Conforme acontecia a ampliação do Ensino Primário, maior passava a ser a desvalorização do magistério. Com as condições ruins do trabalho docente, que envolviam baixos salários, maior controle pelo Estado, precárias condições de trabalho e formação, mais os homens iam abandonando a docência. Neste ínterim, as mulheres começam a ocupar cada vez mais este espaço.

Como podemos ver, o processo de feminização ocorreu inicialmente nas escolas primárias. A partir do final do século XIX as escolas normais passam a receber cada vez mais meninas, que formadas, se tornam professoras do ensino primário. Mais especificamente durante a década de 1960, começa a ocorrer a feminização do ensino secundário, com a entrada nas escolas das professoras que foram para o ensino superior e fizeram licenciatura.

Neste contexto está ocorrendo no Brasil a expansão das escolas e conseqüentemente, do número de estudantes matriculados. A criação das escolas seriadas, a ampliação das escolas públicas, a criação dos Cursos Normais para formação de professores e professoras, são fatores determinantes neste processo de expansão. A Escola Normal se tornou naquele período uma fórmula para as mulheres conseguirem dar prosseguimento aos estudos (DEMARTINI; ANTUNES, 5-14).

Todavia, é preciso compreender que a ocupação pelas mulheres das cadeiras do magistério não é o único significado ou fator da feminização. Na história da educação brasileira vai ocorrer a construção de um imaginário que passa a associar a figura feminina com a figura da professora. Cláudia Pereira Vianna, entende também a feminização como elemento no processo de uma construção social dos papéis de gênero, que associa elementos da profissão a “habilidades femininas”, como por exemplo a questão do cuidado. Além disso, para a autora, a história da feminização deve ser analisada a partir de reflexões sobre classe e raça, já que eram as mulheres brancas, filhas da classe média que ocupavam essas vagas.

Conforme Vianna (2013, p. 166) , é possível afirmar atualmente que a profissão docente é em sua maioria feminina, mas precisamos atentar para algumas mudanças nessa composição. Mobilizando os dados do *Censo Escolar 2009*, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 1990 90% dos estudantes que concluíam os estudos na área de Educação eram mulheres. Em 2009 esse número

caiu e somente 73,8% dos concluintes eram mulheres (VIANNA, 2013, p. 163). Segundo Vianna, existe um forte caráter feminino da docência dentro de uma perspectiva de divisão sexual do trabalho, mas que aponta para uma maioria absoluta de mulheres na Educação Infantil com 97,9% para creches e 96,1% para pré-escolas. O Ensino Fundamental ainda indica a presença majoritária de 82,2% de mulheres, mas aqui com distinções significativas quanto aos anos iniciais (90,8%) e finais (73,5%). Já o Ensino Médio registra 64,1% de mulheres e o Ensino Superior conta com 44,8% de mulheres, incorporadas em diferentes proporções, com alterações importantes da presença feminina tanto na graduação quanto na pós-graduação e para áreas de disciplinas distintas.

O Censo do Professor de 1999 mostra que 14,1% da categoria eram homens e 85,7% mulheres, apontando para a feminilização da Educação Básica, do ponto de vista da composição do professorado.² Se olharmos para os dados do Censo do Professor 2007, vemos que em âmbito nacional as mulheres correspondiam a um total de 81,94% do total de docentes na Educação Básica. A Educação Básica é formada por três etapas, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. As alterações ao longo desses anos, resultam de um maior número de homens como professores do Ensino Médio.³

No caso do Rio de Janeiro, o Censo Professor de 2007 mostra que 81,60% dos docentes da Educação Básica eram mulheres, enquanto 18,40% eram homens.⁴ O Censo Escolar 2020 mostrou que entre os 2.189.005 dos docentes de toda Educação Básica as mulheres continuam sendo a maioria. Na Educação Infantil atuam 593 mil docentes. Desses 96,4% são do sexo feminino e 3,6% do sexo masculino. No Ensino Fundamental, estão em atuação 1.378.812 docentes. Nos anos iniciais, 88,1% são do sexo feminino e 11,9% do sexo masculino. Os anos finais do Ensino Fundamental tem 753 mil docentes atuando, desses 66,8% são do sexo feminino e 33,2% do sexo masculino. Essas proporções variam mais quando se trata do Ensino Médio, no qual as mulheres correspondem a 57,8% dos docentes. Os dados para o Rio de Janeiro, mostram como essas proporções têm pouca alteração quando pensamos no nosso estado.⁵

² BRASIL MEC/INEP. Censo do Professor, 1999.

³ BRASIL. MEC/INEP. Censo do Professor, 2007.

⁴ BRASIL. MEC/INEP. *Censo do Professor*, 2007.

⁵BRASIL. MEC/INEP. Censo da educação básica 2020: resumo técnico (recurso eletrônico) - Brasília: Inep, 2021.

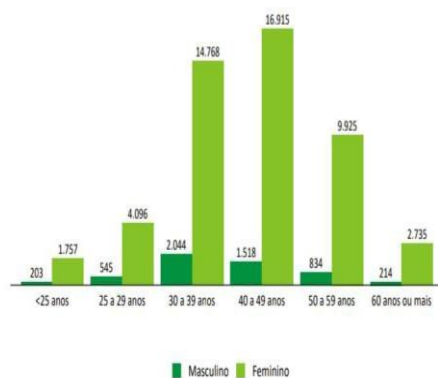


GRÁFICO 38
NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO - RIO DE JANEIRO - 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

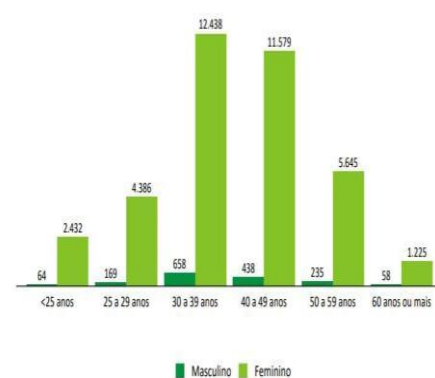


GRÁFICO 35
NÚMERO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO - RIO DE JANEIRO - 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Eis então uma categoria majoritariamente formada por mulheres. Porém, ter uma base majoritariamente formada por mulheres não é o único fator de distinção entre os sindicatos docentes e dos demais, dos trabalhadores ditos “manuais”. As especificidades do sindicalismo docente são resultado de diferentes elementos, além da presença inquestionável das mulheres, tem seu histórico, suas dinâmicas de atuação e estratégias.

A história do sindicalismo docente brasileiro foi marcada por vários momentos. Suas instituições passaram pela criação das associações docentes, pelas organizações de tipo sindical e no caso do professorado público, se organizaram em sindicatos somente a partir de 1988. De modo geral, e com base nos estudos das pesquisadoras Rosário Silvana Genta Lugli e Paula Perin Vicentini (2011, p. 177), pode-se dizer que ainda que tenham ocorrido notícias sobre as tentativas e organização do magistério a partir das associações profissionais já na segunda metade do século XIX, é nas primeiras décadas do século XX que começam a se organizar associações visando melhorar o estatuto socioprofissional do magistério.

Segundo Lugli e Vicentini, nos anos 1930, nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Juiz de Fora e no estado do Rio Grande do Sul, em consequência das políticas trabalhistas de Getúlio Vargas, já havia começado a surgir sindicatos representativos dos professores que atuavam na iniciativa privada, dez anos depois também surgiram sindicatos desse tipo nas cidades de São Paulo, Fortaleza e na Baixada Santista LUGLI; VICENTINI, 2011, p.6). Após a queda da ditadura de Vargas, em 1945, os movimentos

responsáveis por constituir associações representativas do magistério foram impulsionados.

Conforme Ferreira Jr. (1998, p.212). Novas associações de professores primários foram surgindo em outros estados do Brasil entre as décadas de 1950 e 1960: Pernambuco, Ceará, Piauí, Alagoas, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso. O surgimento dessas novas associações favoreceu, em 1960, a fundação da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB) representativa do magistério primário nacional. Em 1962 a CPPB retira a designação “Primários” e passa a se autodenominar Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Em 1974, quando a economia da ditadura militar foi abalada pela “crise do petróleo”, a CPB precisou operar uma inflexão na sua atuação “sindical”. Em 1978, pressionada pelas greves do professorado de vários estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco) a CPB assume postura associativista com base na plataforma do Novo Sindicalismo. E em 1989 a CPB organizou um congresso nacional extraordinário que reuniu diversas categorias de educadores e funcionários da escola pública em uma única entidade sindical dando origem à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

No final da década de 1980 muitas dessas associações do magistério de tipo sindical foram incorporadas pelos sindicatos oficiais recém-criados. Sindicatos estes que em sua grande maioria vão resultar da fusão de associações que já existiam ou de entidades que vão alterar o seu estatuto. Este foi o caso do atual SEPE-RJ:

Um exemplo desse tipo de fusão pode ser encontrado no movimento docente carioca: a União dos Professores do Rio de Janeiro (UPRJ)- fundada em 1948 como União dos Professores Primários do Distrito federal (UPP-DF) e posteriormente denominada União dos Professores do Estado da Guanabara (UPEG)- fundiu-se em 1979, com a Associação de Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e com a Sociedade Estadual de Professores (SEP) – ambas criadas em 1977- dando origem ao Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro (CEP/RJ). Em 1988, a entidade transformou-se no Centro Estadual de Profissionais de Ensino (CEPE/RJ) e, em 1989, após a Constituição de 1988 ter permitido a sindicalização de funcionários públicos, tornou-se o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe/RJ), que em 1992, se uniu à Associação dos Orientadores educacionais do Estado do Rio de Janeiro (AOERJ) e à Associação dos Orientadores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro (AOERJ) e à Associação dos Supervisores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro (ASSERJ), a fim de ampliar o seu campo de representação (LUGLI; VICENTINI, 2011, p. 177).

O processo que vai culminar na formação do SEPE-RJ, é exemplar das movimentações docentes que ocorreram pelo Brasil a partir da segunda metade da década de 1970. Nos anos finais desta década, muitas associações docentes que tinham função

recreativa ou educativa ganharam uma nova função, para que, apesar da constituição, que proibia a sindicalização dos funcionários públicos, os professores pudessem ter representação do tipo sindical. Isso tudo vai acontecer em um momento propício, de retomada das lutas dos trabalhadores no Brasil, que dez anos após o AI-5 voltam a organizar as suas greves. Devemos lembrar que após o Ato Institucional de nº 5 a ditadura sufocou o sindicalismo brasileiro através de mecanismos de controle sobre os sindicatos que existiam na constituição. Existem outros fatores de importância que precisam ser considerados neste trabalho. Destacamos agora os que tratam da natureza do trabalho, dinâmicas de organização e atuação e das estratégias do sindicalismo docente.

Segundo Márcia Ondina Vieira Ferreira (2015, p. 154-155), a partir dos anos 1980, no processo de reorganização da sociedade civil e dos movimentos sociais, inclusive do professorado, surgem várias reflexões acerca do trabalho docente. Estas reflexões teriam sido influenciadas por idéias marxistas. Demerval Saviani teria sido um dos pesquisadores a se preocupar com esta reflexão, propondo uma discussão em torno da geração ou não de *mais-valia* pelos trabalhadores docentes. Futuramente, à medida que a lógica capitalista imperava na escola, essas discussões dariam lugar a estudos mais aprofundados acerca dos processos de trabalho. Dentro dessas discussões destacou-se a questão da *proletarização do professorado*, envolvendo reflexões sobre a questão salarial, a perda do controle sobre o trabalho e sua intensificação ao longo dos últimos anos. Neste contexto, reforçava-se a ideia de fortalecimento das entidades massivas dos trabalhadores em educação (FERREIRA, 2015, p. 157-158).

Essas discussões estiveram por exemplo presentes nos debates dentro das organizações que mais tarde deram origem ao atual SEPE-RJ. Que tipo de trabalhador é esse? São trabalhadores intelectuais? Se sim, o trabalho intelectual seria distinto e incompatível, do ponto de vista dos interesses, do trabalho dos chamados “trabalhadores manuais”? Será que o professor é de fato um trabalhador? Quais as especificidades do trabalho intelectual? Além de refletirem sobre seu lugar nas lutas da classe trabalhadora: Como deve ser a atuação dessa categoria, em uma comparação com as demais organizações sindicais? Que relação tem esse grupo com o conjunto da classe trabalhadora? As discussões giravam em torno dessas questões.

Todo esse debate tomou a década de 1980 e as respostas a elas não chegaram fáceis ou de forma consensual. Entretanto chegaram à conclusão de que sim, a categoria

docente fazia parte do conjunto dos trabalhadores. Mesmo que ela não produzisse mercadorias, as relações e lógicas organizativas do capitalismo se estendem a todas as atividades sociais que existem dentro da sua ordem, e isso inclui à escola. Além disso, esses trabalhadores são trabalhadores assalariados, e não possuem meios de produção, dessa forma estão submetidos a perda do controle do processo de trabalho e as flexibilizações no processo de contratação (MIRANDA, 2011, p. 314-320).

Importante para esta pesquisa é pensarmos que quando se fala na especificidade do trabalho docente não podemos esquecer que estamos falando de uma força de trabalho majoritariamente feminina. E que este trabalho envolve processos de produção e reprodução da vida. É essa reprodução diária geracional do trabalho que vai garantir que novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras estejam disponíveis futuramente para a venda da força de trabalho. Pensar ainda que este trabalho, que é feminino, na nossa sociedade, pode ser remunerado ou não. No caso das professoras é um trabalho remunerado, mas muitas vezes acumulado com o trabalho feito nos lares, que não é remunerado. Ferreira (2015, p. 158) não acredita na existência de uma única natureza do trabalho docente, pois para ela a atividade do professorado passou por muitas mudanças ao longo do tempo, mas argumenta que a partir do processo de feminização da docência, a natureza do trabalho docente pode estar associada a atividades de “cuidar”.

É importante refletir ainda acerca das dinâmicas de organização dessas entidades. Marcelo Nunes Saião (199, p.7) chama atenção para a origem do SEPE-RJ, identificando neste surgimento características próprias. Segundo o pesquisador, o grupo de professores que havia iniciado o processo de formação do sindicato estavam vinculados com sindicatos e organizações de esquerda com uma clara preocupação e orientação política. Para ele, isso diferenciava esse sindicato do dos metalúrgicos, que tinham como preocupação formar oposição aos sindicalistas pelegos ligados ao sindicalismo oficial. Sabemos hoje que muitos sindicatos, de diferentes categorias, tinham preocupações e orientações políticas naquele período, desse modo não é possível resumir de maneira simplificada os interesses envolvidos na atuação de determinadas categorias.

O que gostaria de destacar, chamando atenção para o texto de Saião, é que quando se pensa nos sindicatos docentes, em especial aqueles formados por trabalhadores/as do serviço público dentro do Novo Sindicalismo, as preocupações e

orientações políticas se tornaram quase que um imperativo. Como vimos, muitos desses professores que irão compor esses sindicatos, estavam se formando em universidades públicas e estavam cheios de ideias políticas. O SEPE-RJ nasce buscando a ampliação da politização nas lutas específicas do professorado. E essa se torna uma prática comum em muitos sindicatos docentes pelo Brasil.

Com relação às suas dinâmicas de atuação, as lutas dos trabalhadores/as da educação têm sido feitas através das greves. É claro, que a atuação através das greves não é especificamente uma estratégia do professorado, mas podemos dizer que nos sindicatos docentes essa estratégia de luta recebeu uma centralidade. Para Miranda (2011, p. 319), é impossível analisar a história da luta desses trabalhadores/ trabalhadoras sem a intermediação da greve. Há uma centralidade das greves na experiência desses trabalhadores/as com o Estado, com a comunidade escolar, com os partidos políticos e as centrais sindicais nacionais e internacionais.

De quem é a força e a voz do SEPE?

O SEPE-RJ (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro), como é conhecido hoje, tem sua origem identificada na SEP (Sociedade Estadual dos Professores) fundada em 1977. Ele resulta da articulação e fusão desta primeira sociedade com outras entidades agregadoras de trabalhadores da educação, como a UPERJ (União dos Professores do Rio de Janeiro) e a APERJ (Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro), que ocorreu em 1979. A partir desta fusão passa a se chamar CEP (Desde 1987, tem em seu quadro de sócios, professores e demais profissionais da educação (secretárias, merendeiras, inspetores etc.), visto como uma das maiores conquistas do sindicato, essa união, resulta de muitas reflexões e embates.⁶ A partir de 1988, com a possibilidade de sindicalização dos servidores públicos. É um dos principais sindicatos de trabalhadores da educação e está presente em mais de 40 (quarenta) municípios do Rio de Janeiro. Segundo seu site oficial, ele é dirigido por um colegiado de 48 membros distribuídos em diversas coordenações e secretarias, entre elas “Coordenação geral, da Capital, do Interior e do Grande Rio”, “Secretaria de Organização e finanças”, “Secretaria de Aposentados” e “Secretaria de Gênero e Combate à

⁶ Sindicato Estadual Dos Profissionais Da Educação Do RJ- Núcleo Duque De Caxias. **Histórico**. Disponível em: <https://sepecaxias.org.br/historico/>. Acesso em 20 out. 2021.

Homofobia”.⁷ Sua trajetória é marcada pela luta em prol de melhores condições de trabalho e por uma educação pública de qualidade.

A pesquisadora Rita de Cassia da Silva (2006, p. 19-29) detecta o SEPE como parte de um movimento mais amplo da história do sindicalismo e das mudanças no contexto sociopolítico nacional, que vão ocorrer a partir da metade da década de 1970. Silva (2006), trata da formação de um dos núcleos regionais do SEPE, o Regional V, situado em Campo Grande, Zona Oeste do estado do Rio de Janeiro, em 1979. Faz isso, a partir de aspectos geográficos como “territoriais”, “urbanos”, “sociais” e “econômicos”, elementos, que segundo a autora, permitiram a ela identificar “as condições espaciais que contribuíram- e ainda contribuem- para a realização das práticas sindicais” fundamental para a compreensão da relação “tempo-espaço”. Além disso, dá atenção especial para ações dos governos estaduais do período, com especial atenção para o governo de Chagas Freitas, que para ela dão “contornos e conteúdo” às características histórico-políticas desta região, a Zona Oeste. Ao analisá-lo, identifica-o como “parte integrante da memória do Novo Sindicalismo”. Para a pesquisadora, o processo de crise do Regime Militar em seus anos finais possibilitou a maior mobilização dos movimentos sociais e das peças que dele faziam parte, partidos da oposição e os sindicatos. Essas movimentações teriam contribuído para a agitação de movimentos grevistas que atingiu muitas categorias, entre elas a dos professores do Estado do Rio de Janeiro. Para ela, o SEPE, surgido no interior do movimento grevista de 1979, seria parte deste “Novo Sindicalismo”.

Silva (2006), ao buscar compreender a relação do SEPE no quadro do Novo Sindicalismo, argumenta que, a despeito das turbulências que marcaram o Regime Militar, nos anos finais da Ditadura, a sociedade conseguiu garantir com muita luta, espaço significativo na participação política. Desse modo, os sindicatos, juntos muitas vezes com os diversos movimentos sociais, estimularam o processo de crise do regime político. É neste contexto, que se desenvolvem os processos para redemocratização do país e as mudanças nas políticas trabalhistas nacionais, onde o enfraquecimento da lei antigreve é apontado como elemento a ser destacado.

Antunes (1995) a quem Silva recorre na tentativa de caracterizar o novo sindicalismo, mostra como as greves e paralisações contribuíram para abalar o regime

⁷ Sindicato estadual dos profissionais da educação do Rio de Janeiro. **Nossa estrutura**. Disponível em:< <https://www.seperj.org.br/contato-e-estrutura/>>. Acesso em 20 out. 2021.

militar, além de apontar para o ano de 1979 como uma data marcante para a luta sindical no Brasil. Mas o que seria exatamente o “Novo Sindicalismo”? De modo geral, e como expressado pelo nome, o “Novo Sindicalismo” seria uma oposição a um “Velho Sindicalismo”. Em São Bernardo do Campo (SP), no dia 12 de maio de 1978 os trabalhadores de uma fábrica de caminhões da Scania decidiram por fazer uma greve cruzando os braços até que o aumento salarial de 20% exigido pela categoria fosse atendido. Essa greve acabou por influenciar outros trabalhadores do ABC paulista, uma vez que foi capaz de demonstrar a força da classe trabalhadora. Essa autonomia e combatividade se formariam como a expressão deste Novo Sindicalismo, já que não só questionou a legislação antigreve da Ditadura, como buscou romper com uma organização sindical subordinada ao estado, em funcionamento desde a década de 1940, que corresponderia a este “Velho Sindicalismo”.

Em 2020, o sindicato completou 43 anos e recebeu muitas homenagens. Entre elas, um texto publicado na página do SINPRO Macaé (Sindicato dos Professores de Macaé e Região) “De SEP em CEP o CEPE vira SEPE: Uma homenagem do SINPRO Macaé e Região aos 43 anos do SEPE”⁸. A fim de cumprir a sua intenção, o texto tece ao SEPE alguns elogios e conta de maneira breve um pouco de sua história. Todavia, o que gostaria de destacar, é a defesa no texto da ideia de ser o SEPE “um sindicato de mulher”, uma vez que o nosso objetivo aqui é refletir acerca da trajetória do sindicato com foco na participação e liderança feminina. Assim o texto defende:

O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação é dono de uma das mais belas páginas da história do sindicalismo recente no Brasil. Ele é diferente porque sua essência – me perdoem os homens – é feminina. É um sindicato de mulher e tenho certeza de que os homens que sempre marcharam lado a lado com elas se orgulham disso. (SINPRO MACAÉ, 2020).

Outros materiais evidenciam o que aqui chamaremos de “força feminina do sindicato”. Em 2019, ao completar 42 anos, o canal oficial do SEPE no YouTube disponibilizou uma entrevista mediada por Dione Lins, também secretária de imprensa do sindicato, com o título “42 anos de SEPE- Uma história de luta”⁹. Além dela, outras

⁸ Sindicato dos professores de Macaé e região. **De SEP em CEP o CEPE vira SEPE: Uma homenagem do Sinpro Macaé e Região aos 43 anos do SEPE**. Disponível em: <<https://www.sinpromacae.com.br/o-sepe-somos-nos-nossa-forca-e-nossa-voz/>> . Acesso em 20 out. 2021.

⁹ Entrevista: CARVALHO, Odisseia; LINHARES, Gesa; LOMBARDI, Florinda; LUGÃO, Maria Beatriz; MOTA, Dodora. [agost. 2019]. 42 anos de SEPE- Uma história de luta. Entrevistadora: Dione Lins. Rio de Janeiro: SEPE- RJ [2019]. 59 min. Entrevista concedida ao canal do YouTube Sepe RJ. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hAuvFl-IB3Y&t=685s>> Acesso em: 20 out. 2021.

cinco militantes estavam presentes: Odisséia Carvalho, na época secretária de finanças; Dodora Mota, uma das fundadoras em 1977; Florinda Lombardi, presidente entre 1989-1990; Gesa Linhares, na época coordenadora geral entre 2009-2012 e Maria Beatriz Lugão, atual secretária de imprensa. As entrevistadas, foram convidadas a destacar um momento importante/marcante na história do Sindicato. De modo geral, o vídeo corrobora na legitimação da força das mulheres nas lutas do SEPE, ao longo dos anos. Nos permite observar os envolvimento na construção não só do sindicato, mas nos partidos políticos. As mulheres, não foram “apoiadoras”, mas liderem das mobilizações, articulações e divulgação dos movimentos grevistas que marcaram a década de 1980. Para além disso, explicita, através de algumas falas, as especificidades que cercam a atuação das mulheres na luta sindical.

Professora com mais de 15 anos de magistério, Odisseia Carvalho, que também foi vereadora entre 2009 e 2012, além de ter concorrido pelo PT (Partidos dos Trabalhadores) à Prefeitura Municipal de Campo do Goytacazes, se dedicou anos na luta junto ao SEPE. Ao apontar um fato marcante na trajetória do sindicato, opta por relatar a sua luta enquanto mulher, mãe e militante:

[...] na época, a mulher... A gente... Era no máximo dar aula. Tinha esse preconceito, né? E eu com dois filhos pequenos, lembro que levava minhas duas crianças, para ir para as assembleias, dava lá o lápis... Aí depois começou um debate dentro dos nossos sindicatos, de montarmos as nossas creches e oportunidade as mulheres de maiores participações dentro do movimento sindical. (CARVALHO, Odisseia, 2019).

Sabemos que, grande parte do proletariado brasileiro é constituído de mulheres trabalhadoras, desde o início do processo de industrialização brasileiro. Contudo, pode-se observar que mesmo nos movimentos de esquerda as mulheres enfrentam barreiras como o machismo para participar de espaços predominantemente masculinos. Embora o sindicato docente tenha as suas peculiaridades, ainda existem uma série de fatores que podem impedir o desempenho de mulheres enquanto militantes. Ainda que, dentro do cenário cada vez maior da participação de mulheres nos sindicatos, os obstáculos para sua atuação ainda persistem. Entre eles, a dupla jornada, a desvalorização dos trabalhos desenvolvidos por mulheres e a ideia de que a liderança sindical é uma atividade masculina.

Referências

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **O que é sindicalismo**. 2 ed. Editora Brasiliense, 2003.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, n.86, p. 5-14, 1993.

FERREIRA JUNIOR., A. **Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros**. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1998.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos. **O Discurso da Ordem: A constituição do campo docente na Corte Imperial**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LUGLI, Rosário Silvana Genta; VICENTINI, Paula Perin. Associativismo docente no Brasil: Configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970. In: DAL ROSSO, Sadi. **Associativismo e sindicalismo em educação: Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

MIRANDA, Kênia Aparecida. **As lutas dos trabalhadores da Educação: do Novo Sindicalismo à ruptura com a CUT**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MIRANDA, Kênia. Como os trabalhadores da educação pensam a educação dos trabalhadores: Um estudo sobre os sindicatos docentes do Rio de Janeiro. In: DAL ROSSO, Sadi. **Associativismo e sindicalismo em educação: Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

RÊSES, Erlando da Silva. Constituição sócio-histórica docente da educação básica no Rio de Janeiro. In: DAL ROSSO, Sadi. **Associativismo e sindicalismo em educação: Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

SAIÃO, Marcelo Nunes. **Sindicalismo: a experiência de um sindicato do 'novo sindicalismo' o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação/RJ-SEPE/RJ**. FGV EBAPE- Cadernos EBAPE [133], 1999.

SILVA, Rita de Cassia da Silva. **Novas tendências do sindicalismo brasileiro: A formação do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE- REGIONAL V) no período de 1979-1990**. 2006. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado)- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

VIANNA, Cláudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações** [S.l: s.n.], p. 302 , 2013.

Visões sobre a África: entre a narrativa histórica escolar e a religiosa

Alline de Assis Xavier Maia¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é: “Alunos evangélicos e o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira em São Gonçalo”, ainda em andamento. Apresento parte de minha pesquisa que tem por objetivo compreender a recepção por parte dos alunos evangélicos dos conteúdos relacionados ao ensino de História da África. Para tanto utilizei a etnografia como aporte metodológico, no qual acreditei que a partir da observação de aulas da disciplina de História associadas às entrevistas com docentes e discentes fossem potentes para essa empreitada.

O desenvolvimento da pesquisa foi possível devido ao acionamento de categorias de currículo, ensino de História, religiosidade e controvérsias públicas. Assim foi preciso transitar entre o campo do ensino de História e a antropologia da religião. Sobre o campo do ensino de História e currículo escolar, foram mobilizadas as perspectivas defendidas por Monteiro (2011), Rocha (2015), Macedo (2011), Bittencourt (2004), entre outros. Em relação à antropologia da religião me atentei aos teóricos que pensam a relação entre aspectos religiosos e a arena pública na contemporaneidade, com destaque para os evangélicos, como Mariano (1999), Oro (2003), Mafra (2011), Camurça (2020), Vital da Cunha(2015) e Paula Montero(2006).

A partir da opção metodológica e teórica escolhi duas escolas da rede pública estadual de São Gonçalo, localizadas num complexo de favelas para a realização do trabalho. Ao longo do 4º bimestre de 2019 acompanhei aulas de turmas de 7º ano e 1ª série do Ensino Fundamental. A ideia inicial era de acompanhar as turmas também no ano letivo de 2020, contudo o contexto pandêmico alterou o acompanhamento das aulas, que passou ao modo remoto e junto dele os grandes desafios proporcionados pela desigualdade social².

¹ Aluna do curso de doutorado do Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro- Faculdade de Formação de Professores (PPGHS-UERJ). Orientada pela professora Dr^a Helenice Rocha. Co-orientada pela professora Dr^a Joana Bahia. Ingresso no ano de 2018. Projeto: Alunos evangélicos e o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira em São Gonçalo.

² No Brasil em virtude da Covid19 as escolas da educação básica sofreram restrição ao ensino presencial e por isso a modalidade remota foi acionada. No entanto, parte significativa dos alunos da rede pública não frequentou as aulas virtuais por diversos motivos, inclusive pela falta de internet ou de aparelho eletrônico. A pandemia acentuou nossas desigualdades.

A interrogação que compõe o título desta apresentação: “Isso tá na Bíblia?”, se refere a uma fala de um dos alunos entrevistados que ao ser questionado sobre sua opinião a respeito do movimento negro, me explicou que “o crente deve sempre questionar se o movimento e suas ideias estão em conformidade com a Bíblia e com a vontade de Deus”. Essa fala abre reflexões sobre as disputas narrativas que podem ocorrer entre a escola e as igrejas evangélicas.

O mundo evangélico está se descortinando na sociedade brasileira e ganhando os holofotes desde a última eleição presidencial e, em muito se aproxima dos movimentos conservadores dos Estados Unidos. Ressalto que apesar da aparente homogeneidade, tão aclamada pelos pastores midiáticos, os evangélicos são muitos e também suas diferenças também são.

Após essa apresentação geral acerca da pesquisa e de algumas ressalvas em relação ao grupo religioso, passo agora a traçar um paralelo entre narrativas presentes nas aulas de História e que se referem ao continente africano e seus descendentes e aquelas que circulam nas igrejas e que podem trazer possíveis impasses ao ensino desta disciplina.

As aulas de História

A partir do processo de redemocratização iniciado na década de 1980 a escola pública se expandiu aos diversos segmentos sociais. Assistimos desde então a entrada de um quantitativo considerável de alunos, no geral oriundos das classes mais populares, assim como também podemos observar uma maior diversificação dos docentes.

Desde então, a escola e suas funções têm sido repensadas por diferentes atores sociais, que no geral projetam a instituição como local importante para que as mazelas sociais sejam equacionadas. Nesse cenário o ensino de História passou a ser repensado, estando quase sempre numa relação de formação para a cidadania. Bittencourt (2004, p.26) em seus estudos observou que desde os PCN's em 1998, têm se enfatizado a necessidade de operar o ensino de História de maneira que seja possível a formação de “alunos críticos e futuros cidadãos”.

Essa relação ensino de História e cidadania está imbuída de muitas imbricações que não serão aqui tratadas. O que chama a atenção para esse trabalho é que os professores na presente pesquisa acionam também a necessidade de contribuir para a formação de cidadãos críticos a partir do ensino de História. Para tanto, acreditam que levar temas sensíveis para a sala de aula (Alberti, 2013, p.34) pode contribuir para a “conscientização” dos discentes, já que os mesmos fazem parte da agenda do tempo presente. Desse modo,

os docentes apostam na perspectiva de que levarem a “realidade dos alunos”, ou seja, o que está em debate na atualidade, pode contribuir para exercitar a criticidade e junto dela, o respeito e a tolerância.

As entrevistas realizadas com os quatro docentes acompanhados no trabalho de campo apontaram que a temática de História da África para esses professores tem potencial para ajudar nessa formação uma vez que acreditam que através dos conteúdos trabalhados nas aulas acerca do tema podem contribuir para sensibilizar e conscientizar seus alunos.

Acompanhei as aulas objetivando perceber os conteúdos e temas escolhidos pelos professores sobre o tema em tela – História da África. Sobre o currículo em ação³ que esteve presente durante minha entrada no campo, destaco que em conformidade com outros trabalhos, como o de Lorene dos Santos (2013, p.58) o conhecimento historiográfico acerca do continente africano foi quase sempre substituído por pautas antirraciais. Em outras palavras, durante a pesquisa observei que as aulas por mim acompanhadas, nas quais segundo os próprios docentes estariam em conformidade com a lei 10.639-03⁴, que a “História da África”, em seu sentido histórico quase nunca apareceu. Em entrevistas e questionários os professores alegaram não ter recebido formação específica para pôr em prática a referida lei, contudo alegaram que dada importância do tema buscavam enfatizar o preconceito racial em suas aulas.

Ao longo do processo pude notar que esses profissionais buscavam estar alinhados às reivindicações dos movimentos sociais, como o movimento negro, e por isso traziam à tona determinados assuntos, como a questão da religiosidade de matrizes africanas, uma vez que o preconceito racial pode estar relacionado ao preconceito religioso, atendendo a necessidade do debate sobre o assunto em função das violências vivenciadas na última década. Dito de outro modo, os professores partiam das questões do tempo presente, ou seja, da situação dos negros no Brasil atual como também da perseguição dos aspectos culturais afro-brasileiros para colocar em prática a lei em sala de aula.

Importante destacar que essa relação entre a ideia de negritude e as religiões de matrizes africanas se intensificou no cenário brasileiro durante a década de 1980. Durante

³ Geraldini apoiada em outros pesquisadores do campo do currículo desenvolveu a ideia de currículo em ação. Para esta autora esta definição seria mais adequada para as pesquisas que se debruçam sobre o cotidiano escolar. Ou seja, o currículo operacional ou em ação seria aquilo que ocorre, de fato, nas situações típicas e contraditórias vividas pelas escolas, com suas implicações e concepções subjacentes e não o que era desejável que ocorresse e ou o que era institucionalmente prescrito”.(GERALDI, 1993)

⁴ A lei 10.639-03 tornou obrigatório o ensino de História da África a todos os segmentos da educação básica.

esse período, assumir uma identidade religiosa de matriz africana, como o candomblé era uma forma de mostrar o “orgulho” da negritude e da ancestralidade africana, segundo Sansone (2003, p.12).

Os docentes pesquisados ao acionarem a África e a sua relação com o Brasil investem em aspectos culturais, com destaque para a religiosidade. Ao longo das aulas apareceram nas falas dos docentes e nas propostas pedagógicas as seguintes questões: a tolerância religiosa, com ênfase para o candomblé; a capoeira e o samba como legados; o carnaval brasileiro como expressão da cultura negra e sua resistência; o sofrimento dos negros escravos, o funk, a valorização do cabelo negro e personalidades negras influentes.

Os professores tinham diversas justificativas: a escola pública tem muitos alunos negros, não podem ter vergonha de suas raízes, aumento do racismo religioso, entre outros. Fato é que a História propriamente dita sobre o continente é relegada em detrimento dos aspectos culturais, o que em muitos casos podem levar a conflitos entre professores e alunos, deixando a disciplina passível a questionamentos, uma vez que pode haver impasses entre os valores da escola e os valores da família e da religiosidade dos estudantes. Os professores pesquisados tentavam dar sentido e importância para essas pautas e se utilizavam de diversos recursos pedagógicos com o intuito de “sensibilizar” esses alunos, como a utilização de filmes, como o filme *Besouro*, que foi assistido por uma turma de 1ª série do Ensino Médio.

Como pode ser visto a pauta de uma educação antirracista era quase sempre associada à História da África por parte de alguns docentes. Contudo, quase sempre havia por parte dos alunos, em especial dos evangélicos, certos impasses que a meu ver podem ser vistos como formas de resistência ao tema ou ao menos à forma como ele estava sendo abordado. Não realizar a tarefa, não responder as perguntas realizadas de forma oral, “ficar quieto para a aula acabar logo”, eram estratégias utilizadas pelos alunos e expostas durante conversas e entrevistas.

Quando respondiam às questões ou participavam da exposição oral das aulas havia sempre uma associação do continente ao primitivo, à pobreza e ao atraso. As religiões de matrizes africanas além de serem associadas ao diabo também recebiam tais conotações, como nos trechos das falas de alunos durante os grupos focais:

O pessoal de lá fica comendo várias paradas, comendo vários bichos, nem limpa. É lá na África essa parada. Lá só deve ter doce de mamão, essas paradas, não tem bolo de pote. É igual na macumba, quando alguém fica doente nem tem remédio, bota cachaça e fica com a couve-flor batendo nas feridas (aluno João, grupo focal).

Conforme disse, mais uma vez reitero que os alunos evangélicos durante as aulas associavam o continente à pobreza apesar da investida dos docentes de valorização do continente, dos seus descendentes e de seu legado.

A África e as igrejas

Se de um lado observei professores numa luta antirracista, em busca da valorização da negritude e da África como berço de uma ancestralidade, do outro, a partir de indícios deixados pelos discentes observei que a visão de parte dos veículos impressos das igrejas traz outro olhar. Esses fatores acabam gerando paradoxos e contradições para esses jovens.

Antes de prosseguir saliento que um ponto que merece ser observado é que parcela significativa das igrejas evangélicas na atualidade levanta a bandeira da teologia da prosperidade (Mariano, 1999, p.18). A partir dessa perspectiva investem em templos luxuosos mostrando aos seus fiéis que Deus quer a prosperidade no seu povo, fato que para muitos pode não fazer sentido ou ser contraditório.

Por essa teologia as palavras atraem o sucesso e por isso o afastamento do que se considera pobreza é fundamental. Não cabe aqui fazer um debate conceitual acerca desta corrente teológica. Por hora basta destacar que a prosperidade pode ocorrer em vários níveis, inclusive estar saudável pode ser encarado como uma prosperidade, assim como ter uma família unida, ter um pequeno empreendimento, entre outros exemplos. Pelo que percebi os jovens alunos evangélicos têm dificuldades em relação ao discurso da pobreza, já que de acordo com a teologia da prosperidade esta não seria associada à uma questão política ou social, mas a fé individual de cada um (Mariano, 1999, p.54).

Ao observar esses jovens em sua maioria assembleiano⁵, e melhor entender seus posicionamentos passei a acompanhar o jornal mensageiro da paz⁶ de grande circulação entre esses religiosos. Nesse veículo midiático a África se fazia presente, quase sempre enquanto um local que deve ser evangelizado, no qual as práticas religiosas justificam a pobreza e a violência do continente. Como reportagens de referências a África ou aos seus descendentes no Brasil e no mundo, cito as seguintes matérias: Aumentou a perseguição

⁵ Ao iniciar o trabalho de campo organizei um questionário com dados sociais, econômicos e religiosos e apliquei às turmas acompanhadas, afim de compreender melhor os alunos para além da sala de aula.

⁶ O jornal Mensageiro da Paz é elaborado e distribuído pela CPAD (Casa Publicadora da Assembleia de Deus), de tiragem mensal e traz conteúdos sobre notícias nacionais e internacionais, além de colunas sobre o pentecostalismo, característica primordial para os adeptos desse segmento.

a cristãos na Ásia e África; Perseguição a cristãos aumentará em 2019 na China, Índia e Nigéria, Cristãos acodem vítimas de ciclone na África, A comunidade africana ainda está sendo vítima do extremismo de terroristas muçulmanos, Cristãos são martirizados na África, Líder do vidas negras importam consulta espíritos, entre outras.⁷

Dado o limite imposto pelo texto não me aprofundei em cada notícia. De modo geral, posso dizer que elas corroboram para uma visão de uma África primitiva e que precisa de salvação. Como pano de fundo não posso deixar de citar que o continente africano é um território em disputa no campo religioso, no qual o cristianismo evangélico concorre com o islamismo. Contudo o islamismo é quase inacessível para os brasileiros e, portanto, aqui a religiosidade africana é transmutada em espiritismo, dado o maior conhecimento que temos das religiões de matrizes africanas, como o candomblé (Mariano,1999, p.66) e, portanto, atacadas.

Como pode ser observado se por um lado alguns professores se apóiam nos aspectos culturais como a religiosidade e podem passar a ideia de uma África mítica, parada no tempo, por outro lado as narrativas evangélicas passam a ideia de um continente que precisa de salvação no qual a sua herança para o Brasil, como a capoeira ou o carnaval de inspiração africana precisam ser combatidos e para tanto se apoiam em trechos bíblicos para essa justificativa.

Para concluir ressalto que as igrejas evangélicas têm suas narrativas acerca do continente africano e da herança cultural afro-brasileira e que tais discursos podem entrar em conflito com conteúdo e valores produzidos nas aulas de História. Desta feita, para parcela dos alunos evangélicos dessa pesquisa a África ainda é o continente que deve receber ajuda para se reerguer e para tanto precisa resolver questões espirituais, fazendo valer a máxima do preceito bíblico do “Ide e pregai”.

Em outras palavras, a pesquisa indica que parte do jovem negro evangélico de favela que quer vivenciar a plenitude da prosperidade divina busca se atentar ao rompimento das coisas que bíblicamente podem o afastar do divino como a idolatria pela qual as religiões de matrizes africanas são acusadas ou ainda da pobreza ou dos preceitos do candomblé, por exemplo, que são mencionados como primitivismo. Neste cenário pode haver um conflito entre o que se aprende na escola e o que se aprende nas igrejas

⁷ As matérias foram veiculadas pelo jornal entre os anos de 2019 e 2021.

acerca do continente africano e seus descendentes, gerando de qualquer maneira certa disputa de autoridade sobre o assunto.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. Campinas. Cadernos Pagu, 2017, v. 50, p. 5-30BIRMAN, Patrícia (Org). Religião e espaço público. São Paulo: Attar; 2003 CNPq; Pronex.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de história. In: BITTENCOURT, Circe (org). O saber histórico na sala de aula: São Paulo: Contexto, 1997. Dossiê: Historiografia e ensino de história em tempos de crise democrática Revista Transversos. Rio de Janeiro, n. 18, abr. 2020, p. 126-142.

_____. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Um poder evangélico no Estado brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. Revista do Nupem, 2020, vol. 12, n° 25, p.225-248.

FRESTON, Paul. Pentecostalism in Latin America. In Social Compass. Louvain: Groupe de Sciences Sociales des Religions, 1998, vol.45, n° 3, p.12-31.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: L. Gonzalez; C. Hasenbalg (org.). Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marcozero, 1982.

MACEDO, Elizabeth; CASIMIRO, Alice. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

MAFRA, C. C. J. A “arma da cultura” e os “universalismos parciais”. Mana (UFRJ. Impresso), 2011, v. 17, p. 607-624

MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

MONTEIRO, Ana Maria F.C, PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. Educ. Real., Porto Alegre, 2011, v. 36, n.1, p. 191-211.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. Novos estudos CEBRAP [online]., 2006, n. 74, p. 47-65.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos no campo religioso e político brasileiros. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2003, 18 (53), p. 53-69.

ROCHA, Helenice. Aula de história: evento, ideia e escrita. História & Ensino, Londrina, jul./dez. 2015 v. 21, n. 2, p. 83-103.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e Formação Profissional. Petrópolis: Vozes, 2002

SANTOS, Lorene dos. Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: dilemas e desafios da recepção à Lei 10.639/03. In: Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas / Amilcar Araujo Pereira, Ana Maria Monteiro (org.). Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 57– 84.

SANSONE, Livio. Negritude sem etnicidade: o global e o local nas relações raciais na produção negra do Brasil. Salvador: EDUFBA: Pallas, 2003.

VITAL DA CUNHA, Christina. Oração de Traficante: uma etnografia. Ed: Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

A cultura material escolar, patrimônio, história e memória no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira

Alyne Mendes Fabro Selano¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

1. Introdução

Esse texto faz parte do projeto de pesquisa do doutorado cujo título é: A cultura material escolar como patrimônio no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e as tessituras dos saberes ante à ditadura civil-militar no Brasil, ainda em andamento. A pesquisa pretende, em linhas gerais, abordar as conexões entre a cultura material escolar de uma escola da rede estadual do Rio de Janeiro, localizada no município de Duque de Caxias, baixada fluminense, o Instituto de Educação Governador Roberto Silveira - IEGRS - e o patrimônio escolar, sob a perspectiva de compreender a construção da visão institucional que destaca a escola como um elemento importante e como patrimônio da história da educação na região em que se encontra. Para tal, a escola mantém preservado seu acervo e construiu um espaço museal denominado “*Instituto Histórico do IEGRS*” que abriga uma exposição permanente sobre a história da escola.

Nesse sentido, para aprimorar a pesquisa faz-se importante conhecer a história local e a partir disso compreender o processo de fundação da escola nesse município, os objetos preservados em seu acervo que contém diversos documentos desde a década de 1960, a narrativa constitutiva de sua história. Além disso, discutir o museu escolar como categoria e a partir do discurso institucional, refletir sobre as evidências e ausências nesse instituto histórico. Ao longo do processo de pesquisa iremos mobilizar os conceitos norteadores de cultura escolar, patrimônio, memória e história na intenção de analisar profundamente essas relações.

2. A história local e a formação do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e seu espaço de memória

¹ Aluna do Curso de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientador Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes. Ingresso no ano de 2022. Projeto de pesquisa: A cultura material escolar como patrimônio no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e as tessituras dos saberes ante à ditadura civil-militar no Brasil.

A formação de Duque de Caxias, município em que o IEGRS se localiza, levava o nome de Nossa Senhora do Pilar e era distrito de Nova Iguaçu e assim permaneceu até 1943, quando se emancipou e recebeu o nome de “Duque de Caxias” em homenagem ao Luís Alves de Lima e Silva, o “Brigadeiro Lima e Silva” que também se tornou patrono do Exército Brasileiro. Nessa região, até quase a metade do século XX, foi grande o fluxo migratório ligado às atividades econômicas dali provenientes, como por exemplo, rota de transporte do café produzido no Vale do Paraíba. Cabe compreender, no entanto, que sua emancipação foi impulsionada por uma demanda de avanço industrial cujo contexto maior estava ligado às ações da Era Vargas (1930-1945).

A região, mesmo independente, permaneceu governada por interventores até o ano de 1947. Ainda durante a guerra foi inaugurada a Fábrica Nacional de Motores (FNM), em 1942, destinada à produção de motores de aviões para fins militares. A fundação da fábrica também contribuiu para as mudanças locais e até hoje podemos observar os resquícios do seu tempo, como as chamadas “vilas operárias”. Com o fim da guerra, a FNM finda seu período militar e passa a ter função industrial, atraindo trabalhadores para a região, ampliando com isso as vilas para os funcionários.

Aos poucos vai crescendo a urbanização e a industrialização na região. Com todas as modificações, o aumento populacional foi inevitável, mas a estrutura do local ainda era precária. Mesmo com a instalação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) em 1961 e a Fábrica de Borracha Sintética (FABOR) em 1962 não havia, para os trabalhadores, uma infraestrutura que suprisse as necessidades de moradia, educação, transporte e, muito menos, lazer. De todo processo de industrialização e mudanças na configuração do município, a região contou a partir da década de 1970 com um crescimento econômico pautado no Polo Petroquímico e no Polo Gás-químico que atraiu grandes empresas para a localidade.

É no contexto da década de 1960 que o Instituto de Educação Governador Roberto Silveira é criado. Fundado em 12 de junho de 1962 através do Decreto Estadual, recebeu inicialmente o nome de “Instituto Duque de Caxias” e teve como seu primeiro diretor o professor Álvaro Lopes, que permaneceu na gestão até o ano de 1968. Em janeiro de 1963, mudou de nome para Instituto de Educação “Roberto Silveira” em referência ao governador que havia falecido em 1961 em um acidente de helicóptero. Em junho do

mesmo ano, passou a denominar-se Instituto de Educação Governador Roberto Silveira². Entre os anos de 1964 e 1968, período no qual a própria região da Baixada Fluminense foi permeada por violência, intimidação e coerção relacionadas à implementação da Ditadura Civil Militar, observa-se um crescimento significativo da instituição que passa a oferecer também as seguintes modalidades de ensino: Curso de Jardim de Infância e Cursos Primário, Ginásial e Normal. A escola teve a sua sede fixada no bairro de 25 de agosto, um dos lugares mais privilegiados da região desde a década de 1950.

Em janeiro de 1967, através do Decreto no 12.876, foi criada no IEGRS a primeira Faculdade de Educação Pública da Baixada Fluminense, curso que em 1981 foi incorporado à UERJ e formou anos mais tarde, já em sede própria, a FEBEF – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Sobre o ensino difundido como proposta política, houve de fato nas primeiras décadas da República uma mudança no modelo das Escolas Normais, trazendo a fundação dos Institutos de Educação, que não seriam somente lugares de aquisição de conhecimento, mas de pesquisa, de experimentações no campo educacional.

A ideia era que esses Institutos de Educação oferecessem todas as etapas da educação e que os normalistas pudessem ter nesse ambiente os seus objetos de estudo. Existiam salas preparadas para a observação da dinâmica das aulas por parte daqueles que faziam o curso de formação de professores, viabilizando a prática. Analisando a trajetória da escola, não nos surpreende que, para as famílias da região, o IEGRS se configurou como um local de formação “do cidadão/ã caxiense. A comunidade caxiense possuía demasiado interesse em matricular os seus filhos, uma vez que, segundo eles, conseguindo vaga na educação infantil, os alunos poderiam passar a “vida escolar” no local e, assim, sair preparados para o mercado de trabalho, como professores. Sabe-se que o projeto educacional que se desenvolveu ao longo da Ditadura priorizava um perfil tecnicista, formando mão-de-obra para o mercado de trabalho. No contexto das escolas de formação de professores não seria diferente, as normalistas teriam uma formação cívica para disseminar os ideais governamentais entre as crianças por elas atendidas.

Em recentes entrevistas com os ex-estudantes da escola a visão da importância da escola na formação cidadã foi ratificada, mantendo a ideia que o Instituto ocupou grande

² Decreto no 10.756, de 30 de janeiro de 1963, que confere mudança de nome ao Instituto de Educação Duque de Caxias.

espaço na vida dessas crianças e jovens, fomentando uma cultura escolar peculiar que vem passando gerações, pelos ex-estudantes a escola era um local de socialização, mas também de regras rígidas que precisavam ser seguidas, além de destacarem os esforços das famílias para conseguir uma vaga na escola. Ainda hoje a escola conta com regras e rituais que remetem ao modelo educacional da década de 1960.

A cobrança com relação ao tamanho da saia do uniforme, rigorosamente medido pela inspetora na hora da entrada, a exigência do uniforme de gala das normalistas nas ocasiões solenes, as regras de conduta, a afirmação do discurso que o IEGRS mantém um lugar de destaque na educação. A escola se esforça para promover projetos interdisciplinares que incluem temas como o respeito e cidadania, buscando através dessas iniciativas ressaltar a importância da escola para o desenvolvimento dessas posturas por parte dos estudantes.

Em uma das salas da escola foi organizado um *Instituto Histórico*, através do trabalho realizado pelo Centro de Memória e História da Educação da Baixada Fluminense - CEPEMHed - órgão fundado a partir da preocupação com a preservação do espaço arquitetônico e dos acervos documental, fotográfico, bibliográfico e museológico das escolas da baixada fluminense e que trata e resguarda o acervo do IEGRS, oferecendo aos estudantes visitas mediadas que contam a história da escola e a manutenção do acervo desse Instituto Histórico montado em uma sala localizada no primeiro andar da escola. É o discurso produzido a partir da montagem da exposição permanente da escola que pretende também ser analisada posteriormente.

3. A cultura escolar em conexão com o patrimônio

A intencionalidade deste trabalho está em relacionar a forma como a escola mantém a narrativa e fundamenta seu papel, além de compreender as relações entre a comunidade escolar nessa dinâmica. Levando-se em consideração o conceito de cultura escolar, por exemplo, para André Chervel, o sistema escolar é dotado de um poder criativo que desempenha um papel primordial na formação do indivíduo. Segundo o autor, o sistema escolar “[...] forma não somente os indivíduos, mas uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global” (CHERVEL, 1990, p. 184).

Para esse autor, a escola não é vista somente como uma instituição que estabelece regras e normas, aplicando o que é proposto pelos órgãos educacionais, mas como um

organismo vivo, com uma dinâmica peculiar que inclui um caminho traçado para escrever a própria história. Buscar saber a forma como a instituição se coloca para a comunidade é compreender uma parte dessa cultura escolar, uma parte, não o todo, afinal, não podemos esquecer as diferentes vozes que compõem esse espaço e os diversos interesses ali representados. Para Dominique Julia, por exemplo, a cultura escolar se configura como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos [...] (JULIA, 2001, p. 2).

É importante que os próprios estudantes percebam a escola como um lugar de criação, onde a mobilização produz uma dinâmica de saberes próprios, de experiências educacionais. Ter um espaço de memória dentro da escola significa ter uma potência a ser explorada pedagogicamente. É nesse contexto que a história pode contribuir para mobilizar reflexões sobre a escola como um local historicizado, dotado de possibilidades, nesse sentido: [...] a cultura é o conteúdo substancial da educação [...]. A educação não é nada fora da cultura e sem ela. [...] reciprocamente, dir-se-á que é pela e na educação [...] que a cultura se transmite e se perpetua (FORQUIN, 1993, p. 14). A relação, portanto, é recíproca e necessária.

Obviamente que existem as tensões e disputas de poder dessa memória, à medida que enxergar a escola como um patrimônio cultural é operar com o que se deseja lembrar e o que se pretende esquecer. Existe um discurso institucional que se manifesta através do Instituto Histórico da escola e que procura passar uma imagem positiva do que foi o passado do IEGRS dentro da sociedade caxiense, já que a Baixada Fluminense é comumente vista como um local marcado por carências sociais e disputas políticas. Carências que se configuram mais latentes, sobretudo em momentos de pandemia, onde as necessidades da população muitas vezes se fazem presentes no cotidiano escolar.

Pretendemos olhar para a escola como esse espaço que mobiliza memórias. Sobre isso, discorre Mário Chagas: “A memória – voluntária ou involuntária, individual ou coletiva – é, como se sabe, sempre seletiva. O seu caráter seletivo deveria ser suficiente para indicar suas articulações com os dispositivos de poder” (CHAGAS, 2011, p. 4). O que seria, portanto, o Instituto Histórico criado dentro da escola – o Instituto de Educação Governador Roberto Silveira – montado a partir dos documentos e fotografias e objetos resguardados pela própria escola em suas várias administrações desde a década de 1960?

Como a escola construiu seu discurso institucional? Por quais razões este discurso institucional ainda se mantém consistente na comunidade escolar em pleno século XXI quando boa parte dos mecanismos educacionais outrora criados já não estão mais em funcionamento?

Sobre a noção de patrimônio no Brasil, é possível traçar a perspectiva do que vem a ser “patrimônio cultural”, pois, a partir de início do século XX, existiu uma clara preocupação governamental em promover ações que pudessem salvaguardar um patrimônio classificado como “nacional” e uma tentativa de valorizar o país sob a ótica nacionalista, a partir das iniciativas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN³. Durante muito tempo a ação do Estado ficou restrita à preservação daquilo que comporia o conjunto dos símbolos formadores da nacionalidade. Desde então a noção de patrimônio vem sendo ampliada paulatinamente. Atualmente, pela determinação do ICOM – Conselho Internacional de Museus – definição de museu em 2022 ficou definida como:

“Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. **Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento**”. (ICOM, 24/08/2022 – grifo nosso).

Para Margarida Louro Felgueiras, que analisa e defende a importância dos chamados museus escolares no contexto de Portugal, “a memória coletiva, constituída pela memória dos grupos de que se compõe, é múltipla e a sua função é manter a identidade do grupo”. (FELGUEIRAS, 2005. p.89). A escola e seus acervos trariam, portanto, laços de identificação para os indivíduos, atuando com patrimônio e motivando ações que despertem a ideia de pertencimento.

Cabe, portanto, identificar esse espaço histórico e que remete ao patrimônio escolar, mas muitos são os questionamentos que imperam sobre o assunto e é isso que pretendemos problematizar, destacando as permanências dessa cultura escolar e a

³ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado no ano de 1937, subordinado ao Ministério da Educação e tinha como função nortear as políticas pelas noções de “tradição” e de “civilização”, dando especial ênfase à relação com o passado. Os bens culturais classificados como patrimônio deveriam fazer a mediação entre os heróis nacionais, os personagens históricos, os brasileiros de ontem e os de hoje. Essa apropriação do passado era concebida como um instrumento para educar a população a respeito da unidade e permanência da nação.

constituição do espaço histórico da instituição como um espaço de memória, sobretudo como as escolhas do que está ali exposto foram realizadas.

É importante salientar que a fundação do Instituto Histórico se deu por iniciativa da direção em 2012, no aniversário de cinquenta anos da escola, inaugurando a exposição permanente sobre a história do instituto, organizada a partir de escolhas realizadas por essa mesma direção e que em 2022, ocasião das comemorações dos seus sessenta anos, a escola se prepara para receber uma exposição repaginada, mas que também reflete as escolhas da gestão atual, sem quaisquer participação dos estudantes, por exemplo.

Entre 2014 e 2016 o “Instituto Histórico do IEGRS” recebeu a exposição “Nosso Espaço, nosso tempo” – produzida por um grupo de estudantes voluntários no nono ano do Ensino Fundamental II que imprimiram nesse espaço as marcas previamente discutidas e selecionadas por eles. Essa exposição revelou aspectos importantes do olhar do alunado com relação a esse espaço escolar, provocando o protagonismo desses envolvidos em todo o processo, incluindo a mediação aos visitantes desse espaço. Essa experiência de apropriação da educação certamente sensibilizou os envolvidos e proporcionou novas experiências, ampliando as possibilidades de aprendizagens.

A exposição se manteve por aproximadamente um ano, quando a sala precisou passar por uma reforma devido às fortes chuvas que comprometeram a estrutura do local. A partir disso ficou inutilizada, passou por reformas e agora se prepara para sediar a nova exposição que está sendo novamente preparada pelo Centro de Memória e História da Educação da Baixada Fluminense – O CEPEMHed com os objetos, documentos e fotografias da instituição desde a sua fundação.

Cabe, nesse contexto, às proposições das análises desse trabalho, evidenciar o discurso posto em relação ao que a comunidade escolar percebe com relação ao espaço escolar. Os museus de educação que se fundamentam desde o século XIX na Europa e posteriormente no Brasil, segundo Zita Rosane Possamai, apresentavam características diversas, podendo compreender biblioteca pedagógica; loja de equipamentos escolares; coleções de material pedagógico e escolar; arquivos históricos (...), ou seja, uma infinidade de possibilidades. Diante dessa amplitude, podemos caracterizar o Instituto Histórico do IEGRS como um museu escolar que resguarda através do seu acervo, parte da história escolar do município de Duque de Caxias e aspectos relacionados à seleção de estudantes, acesso dos estudantes à educação desde sua criação, o modo de fazer docente através da documentação que envolve a Formação de Professores na modalidade Ensino

Médio e suas práticas pedagógicas desde então. Um vasto material que permite ampla exploração do potencial histórico da instituição e sua fundamentação como patrimônio.

4. Considerações Finais

Abordar a história da educação no município de Duque de Caxias certamente inclui trazer a história do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira à cena, pois foram muitas as contribuições dessa escola para a trajetória do município. Analisar a produção de um Instituto Histórico dentro da escola, por ela denominado “museu escolar” e buscar compreender o processo de produção do discurso museal institucional através da seleção dos objetos expostos é também procurar entender as ausências latentes e aprofundar o olhar na tentativa de problematizar essa narrativa a partir do contexto educacional atual. Se, a partir da década de 60 as mães disputam vaga na escola, passando horas na fila, hoje, através do dispositivo “Matrícula Fácil” da Secretaria Estadual de Educação – SEEDUC – o estudante escolhe a escola e é alocado através de um sorteio virtual na escola mais próxima à sua residência. Esse fato já amplia e diversifica o público e essa diversificação se reflete no cotidiano escolar, quando se percebe a falta de conexão desses estudantes com o espaço escolar. Para tal, a equipe diretiva estimula e promove através do CEPEMHed visitas guiadas pela escola na tentativa de mostrar a esse público a história da escola, mostrar e tentar conectar – de que forma? Então, por um lado temos a direção buscando formas de fundamentar a escola como patrimônio e por outro estudantes por vezes desconectados dessa relação o que se reflete em posturas apáticas ao ambiente, aos funcionários e até mesmo aos professores.

Qual seria, portanto, a responsabilidade ou o papel da História nessa teia de relacionamentos que se desenvolvem no chão da escola? Como atuar historicamente nessas relações? Certamente a História pode orientar a historicização do espaço museal, aliando o desenvolvimento de um sentimento de “fazer parte”, dando aos estudantes a possibilidade de protagonismo nesse espaço. Para a História enquanto disciplina, esse espaço pode ser utilizado para tratar a questão da sensibilização do olhar para a escola enquanto lugar de representatividade, para compreender a formação da escola como instituição dentro da própria região de Duque de Caxias, numa abordagem relacionada à história local ou também abrir possibilidades para a análise de como esse estudante estabelece a relação entre presente-passado. Mais do que nunca a escola tem se mostrado um campo aberto. Além de sua representatividade como patrimônio, é importante que o

estudante compreenda que esse espaço está ligado a um processo de formação de identidade, de pertencimento, contribuindo para sua formação enquanto cidadão.

Referências

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares. In: Teoria e Educação. Porto Alegre: Pannonica, n. 2, 1990.

FOURQUIN, Jean-Claude. Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Revista brasileira de história da educação, n.1, jan./jun. 2001.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: História e Memória. Campinas: Unicamp, 1994.

PINTO, Genivaldo Gonçalves; PADOIN, Maria Medianeira. Duque de Caxias: a construção do mito. Revista REPPIL@, v.1, n. 1, 2003, p. 103-127.

POSSAMAI, Rosane Zita. Exposição, Coleção, Museu Escolar: ideias preliminares de um museu imaginado. Dossiê - Patrimônio, Educação e Museus: História, Memória e Sociedade • Educ. rev. (58) • Oct-Dec 2015.

As experiências revolucionárias latino-americanas nos livros didáticos: uma história comparada entre Brasil e Cuba (2006-2014)

Ana Clara de Sousa Lobo¹
Mestranda em História Social — PPGHS-FP/UERJ
Bolsista da CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: “As experiências revolucionárias latino-americanas nos livros didáticos: uma história comparada entre Brasil e Cuba (2006-2014)” ainda em andamento.

A pesquisa tem o objetivo de analisar e comparar como os livros didáticos de História cubanos e brasileiros, utilizados no ensino Pré-Universitário em Cuba e no Ensino Médio no Brasil, apresentam duas experiências revolucionárias que ocorreram na América Latina no século XX. Sendo elas, a Revolução Cubana (1959) e o governo da Unidade Popular no Chile (1970). Os livros didáticos, que serão meu objeto de estudo e fonte, são o Livro de História Contemporânea (2006), o Livro de História de Cuba (2010) e o Livro de História da América (2010) no caso cubano e o livro “História das cavernas ao terceiro milênio” (2007) publicado pela editora Moderna, o livro “História” (2014) publicado pela editora Saraiva “História em Movimento: do século XIX aos dias de hoje” (2011), publicado pela editora Ática, no caso brasileiro. Os materiais cubanos foram disponibilizados digitalmente pelo Ministério da Educação de Cuba e os livros brasileiros são facilmente encontrados em papelarias, livrarias e bibliotecas de escolas de educação básica.

Os historiadores Alain Choppin e Circe Bittencourt (CHOPPIN; BITTENCOURT, 2008) apontam algumas das funções essenciais dos livros didáticos. A primeira é a função curricular, que coloca o livro como um depositário dos conteúdos escolares. Nessa questão, a relação entre políticas públicas educacionais e editoras é o que mais carece de atenção. A segunda é a função instrumental que apresenta o material como um suporte de métodos pedagógicos e técnicas de aprendizagem. A última é a função ideológica e cultural, pois o livro didático também é veículo portador de ideologias, conceitos e preconceitos de uma determinada época. Dessa maneira, o livro

¹ Aluna do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingressa no ano 2022, com o projeto “As experiências revolucionárias latino-americanas nos livros didáticos: uma história comparada entre Brasil e Cuba (2006-2014)” orientada pelo Dr. Daniel Pinha.

ultrapassa a barreira pedagógica e se torna também um objeto de estudo que apresenta implicações políticas, sociais, econômicas e culturais.

A partir disso, é possível compreender que o livro didático além de ser um dos principais materiais pedagógicos utilizados pelos professores, é também um instrumento veiculador de ideologias. A escolha por comparar a escrita didática brasileira com a cubana surgiu de uma reflexão acerca das diferentes formas em que ambos os países narram a história das revoluções na América Latina no século XX, tendo em conta que se trata de duas nações com realidades políticas e sociais distintas. Por isso, apesar de não ser o recorte temporal da pesquisa, faz-se necessária uma breve contextualização da conjuntura política de Cuba.

A Revolução Cubana, educação e livros didáticos

A Revolução Cubana foi um momento importante para o século XX, principalmente na América Latina. Antes do triunfo revolucionário, a ilha vivia sob uma ditadura liderada por Fulgêncio Batista, com apoio dos Estados Unidos e da oligarquia local. Era um país predominantemente agrícola, que dependia da exportação de um único produto: o açúcar. Também possuía uma alta taxa de desemprego, de analfabetismo e alta concentração de terra (AYERBE, 2004, p. 32). Ao tomar o poder em janeiro de 1959, o governo revolucionário inicia uma série de medidas com o objetivo de superar a estrutura autoritária do governo de Fulgencio Batista e romper com a dependência em relação aos Estados Unidos.

Cinco meses após a tomada do poder, em 17 de maio de 1959, é decretada a primeira lei de reforma agrária, que tinha o objetivo de eliminar o latifúndio, corrigir os minifúndios e extinguir, em breve, a alienação das terras cubanas e estrangeiras. (AYERBE, 2004, p. 61) Em 1960, com o início das trocas comerciais entre Cuba e o bloco socialista, houve um aumento no desenvolvimento na área da saúde e educação. No ano de 1961, começa a organização da Campanha de Alfabetização, que em menos de um ano erradicou o analfabetismo em todo território cubano (PERONI, 2006, p. 27). Nesse mesmo ano, há também uma radicalização nas medidas tomadas pela revolução, como as nacionalizações de empresas estrangeiras.

Concomitantemente a essa série de acontecimentos, como mencionado anteriormente, a Campanha de Alfabetização erradicou o analfabetismo em todo território cubano em curto período. Seguido a isso, diversas campanhas e reformas foram iniciadas com o objetivo de reestruturar a educação cubana. Aumentou-se o acesso à educação

básica no campo e na cidade, extinguiram a iniciativa privada de educação, inauguram-se novas universidades, institutos e escolas e modificaram o caráter político pedagógico a ser seguido nas instituições (LÓPEZ, 2011, p. 56).

Todas essas medidas, somadas ao contexto de disputa ideológica do período da Guerra Fria, contribuíram para a insatisfação estadunidense em relação ao caminho que estava sendo tomado pelo governo revolucionário. Por isso, em 3 de janeiro de 1961, os Estados Unidos rompem as relações diplomáticas com Cuba e no mesmo mês, o governo revolucionário assinou acordos com a União Soviética (AYERBE, 2002, p. 131). Essas mudanças internas na ilha e a aproximação com o bloco socialista deram início a um longo período de ataques dos Estados Unidos a Cuba. Retornando ao recorte temático da pesquisa, os materiais que serão estudados são utilizados pelos estudantes do nível Pré-Universitário, que está atualmente organizado em Institutos e se caracteriza por “ofertar uma formação propedêutica, com a finalidade de prosseguimento dos estudos em carreiras de nível superior, numa estreita articulação entre educação e trabalho” (PORTO, 2019, p. 87).

Porto afirma que nesse nível escolar, a disciplina de História é voltada para a formação da juventude com ênfase no fomento à consciência socialista. A autora ainda acrescenta que nessas escolas, um dos principais materiais pedagógicos utilizados é o livro didático. Este é produzido e distribuído pelo poder público e é utilizado em todas as escolas das províncias (PORTO, 2019, p. 87).

Atualmente, o Sistema Nacional de Educação em Cuba é estruturado num conjunto de subsistemas que abrange todos os níveis e tipos de educação e idade. A educação Pré Universitária compreende os alunos de 15 a 18 anos e tem o objetivo de “preparar os alunos para o ingresso na Educação Superior com uma sólida base de cultura fazendo com que os jovens estejam convictos de que os estudos universitários aos quais aspiram estarão a serviço do que demande o desenvolvimento do país” (LÓPEZ, 2011, p. 61).

José Martí, um dos grandes inspiradores da Revolução Cubana, realizava uma relação direta entre educação e liberdade. Para ele, “ser culto é o único modo de ser livre” (MARTÍ, 1975). Suas ideias pedagógicas serviram de base para a construção do sistema educacional cubano. A vinculação entre teoria e prática e a combinação entre estudo e trabalho também constituem a base das ideias martianas. Esta relação também é um dos princípios norteadores da educação cubana e está presente em todos os níveis de ensino, desde a educação pré-escolar até a pós-graduação.

Outro referencial teórico importante para compreender a educação cubana é a produção de Karl Marx e Frederich Engels. Apesar de Marx e Engels não terem produzido um trabalho com um tema específico sobre educação e ensino, é possível encontrar referências a esse campo em toda a sua obra. No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels afirmam: “Educação pública e gratuita de todas as crianças. Abolição do trabalho das crianças nas fábricas na forma atual. Unificação da instrução com a produção material, etc.” (MARX; ENGELS, 2006, p. 61). Porém, convém afirmar que esta relação da instrução com o trabalho proposta por Marx e Engels não é no sentido apropriado pelo sistema capitalista, mas o trabalho como condição ontológica fundamental na construção do ser social (ABREU, 2009, p. 6). Por isso, tendo em consideração esses aspectos do projeto educacional cubano e de seus referenciais teóricos, é possível compreender que a consciência revolucionária, a defesa da soberania nacional e do socialismo cubano fazem parte do projeto político educacional do país.

Os livros didáticos no Brasil

No Brasil, a produção e a distribuição dos livros didáticos são conduzidas de uma maneira distinta da cubana. Essa diferença é um aspecto fundamental para a comparação entre os materiais didáticos, visto que estes são produzidos, distribuídos e utilizados em realidades diferentes. Por isso, é importante traçar um breve panorama acerca da relação do Estado brasileiro com o livro didático, para compreender a conjuntura que estes materiais se encontram no país.

As primeiras políticas públicas sobre livros didáticos foram desenvolvidas durante o Estado Novo (1937-1946), quando o então presidente Getúlio Vargas instituiu pela primeira vez, em 1938, a Comissão Nacional de Livros Didáticos. De acordo com as historiadoras Sônia Regina Miranda e Tânia Regina de Luca, as atribuições dessa comissão eram estabelecer regras para a produção, compra e utilização dos livros didáticos, pois, neste período, a educação tinha a função de formação da nacionalidade (LUCA; MIRANDA, 2004, p. 124).

No ano de 1985, durante o governo de José Sarney, surge o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) cujas principais iniciativas foram a abolição do livro descartável; a distribuição gratuita dos livros escolares a todos os alunos matriculados nas

escolas públicas de 1º grau e o fato do governo deixar de ser coeditor dos livros e entregar esta tarefa para a iniciativa privada².

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) o PNLD seguiu sendo ampliado. Na gestão de FHC, o Ministério da Educação implementou a avaliação pedagógica dos livros didáticos comprados por meio do PNLD. Isto é, o Programa além de comprar e distribuir, também avaliaria a qualidade pedagógica dos materiais didáticos. Outrossim, ainda na gestão de FHC, atingiu-se a universalização na distribuição dos livros para os alunos do Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries). O governo de Luiz Inácio Lula da Silva além de manter o PNLD, criou outros dois programas: o Programa do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) em 2003 e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) em 2007 (CASSIANO, 2007, p. 1).

Uma característica importante das políticas dos dois últimos governos mencionados foi a formação e entrada de grandes grupos editoriais no PNLD. Segundo Figueiredo, nesse momento se acirra a agressividade das estratégias de marketing das editoras e os novos produtos passam a ser comercializados para a rede pública de ensino (CASSIANO, 2007, p. 88). Ou seja, a produção e distribuição dos livros didáticos se torna um grande mercado para as editoras, que renovam suas estratégias para a aprovação e conseqüentemente, a venda dos materiais para o governo.

Os livros didáticos brasileiros que serão analisados são utilizados durante os três anos do ensino médio no Brasil. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB criou o Ensino Médio em substituição ao antigo Segundo Grau e estabeleceu como dever do Estado a progressiva extensão da obrigatoriedade do Ensino Médio³. A partir de então, esta etapa passou a contar com um currículo de base nacional comum, voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades básicas com os seguintes objetivos:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico

² Disponível em: <<http://www.fn.de.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico>> Acesso: 09 de ago. 2022.

³ Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso: 09 de ago. de 2022.

tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996, p. 117)

A partir dessa breve contextualização, é possível identificar diferenças significativas entre os projetos de educação de cada país. E isso reflete diretamente nos materiais didáticos.

Ensino de História e a pesquisa sobre livros didáticos

Esse trabalho procura realizar um diálogo entre o Ensino de História e as discussões próprias sobre livros didáticos. Entendemos aqui a política e a educação como parte característica da dinâmica da História, logo, são peças de análise fundamentais ao ofício do historiador. Por isso, buscaremos realizar uma breve contextualização acerca do uso do livro didático de história como um objeto de pesquisa fundamental para o avanço das discussões sobre a história como disciplina escolar.

O historiador André Mendes Salles afirma que a História da Educação e o ensino de História passaram por reformulações teórico-metodológicas na década de 1980 (SALLES, 2011, p. 2). A partir disso, novos temas e formas de abordá-los foram desenvolvidos, e uma das que ganharam bastante notoriedade nesse período foi a História Cultural. A educação no contexto da história cultural se torna um campo alvo de pesquisas de muitos historiadores, pois as manifestações educacionais e escolares são partes integrantes dos fenômenos culturais.

Em relação às limitações e imperfeições desses materiais, Miguel Ángel Gómez Mendoza, Maria Victoria Alzate Piedrahita e Geoffrin Ninoska Gallego Cortez afirmam que estas se definem pelo fato de o livro didático ser um objeto estático, com prazo de validade, pois veicula um saber do momento em que foi produzido, que pode ser superado posteriormente e por ter que dar conta da diversidade cultural e política de um país (MENDOZA; PIEDRAHITA; CORTEZ, 2009, apud PORTO, 2019, p 17). Por isso, ao analisar um livro didático é necessário compreender que este é um produto que exerce uma relação complexa entre múltiplos sujeitos como o Estado, os autores, editores, estudantes e a sociedade de maneira geral.

Para o historiador Kazumi Munakata, os livros didáticos são portadores dos saberes escolares; transcrevem o que é ou deveria ser ensinado em cada momento da escolarização; constituem-se como um veículo de consolidação das disciplinas escolares e são depositários dos diferentes métodos de ensino (MUNAKATA, 2016, p. 121). Por essas razões, Munakata afirma que estes materiais são componentes fundamentais para

pesquisas sobre cultura escolar, pois neles estão presentes os conteúdos escolares de cada disciplina, atividades, ideologias, valores morais e organizações de práticas de ensino (MUNAKATA, 2016, p. 127).

Outro referencial teórico importante no debate sobre livros didáticos de história é o historiador Alain Choppin. Na obra “O historiador e o livro escolar”, Choppin afirma que esses materiais são uma fonte privilegiada para os historiadores em diferentes campos de pesquisa, sendo importantes nos debates sobre educação, cultura, mentalidades e linguagens (CHOPPIN, 2002, p. 13). De acordo com o autor, através das análises de livros didáticos, os historiadores podem observar aparições e transformações científicas, as mudanças de métodos pedagógicos, as representações de comportamentos sociais e até mesmo a evolução dos materiais encaminhados às escolas de educação básica (CHOPPIN, 2002, p. 14). Uma questão fundamental sobre os livros didáticos que Choppin analisa é a construção de uma ideia nacional ou até mesmo um nacionalismo exagerado nos textos. Esse debate é fundamental para esta pesquisa pois de acordo com Choppin, os manuais escolares são referências que permitem ao historiador reconstituir os canais de propagação de ideias (CHOPPIN, 2002, p. 16).

Por fim, entendemos que o livro didático, sobretudo o de história, é um material que possibilita a reflexão sobre diversos campos da ciência histórica. Seu conteúdo, formato, textos, imagens e narrativas revelam escolhas políticas e ideológicas de quem o produz, o aprova e o distribui. O livro didático deposita em si, conteúdos escolares, métodos pedagógicos e estratégias didáticas que constituem o ensino das disciplinas escolares.

Recorte temático da análise

Em relação ao recorte temático a ser analisado nos livros, o objetivo é investigar como cada um deles apresenta a história da Revolução Cubana e Chilena. Levando em consideração que estes materiais reproduzem as questões da época em que foram produzidos e os propósitos pedagógicos de quem o escreveu, a finalidade é refletir acerca da relação do Brasil e de Cuba com esses movimentos revolucionários, além de compreender os diferentes objetivos da narrativa didática desenvolvida em cada material.

A eleição de Salvador Allende no Chile marcou o início de um projeto de implementação de diversas políticas socialistas. O caminho escolhido por Allende foi um caminho pacífico, realizado com liberdade de expressão e de imprensa. Diferente da Revolução cubana que optou pela luta armada. A Unidade Popular nacionalizou as

“riquezas básicas” do Chile, como as minas, os bancos privados e os tesouros do pequeno grupo que controlava a economia capitalista do país. De acordo com Peter Winn, a UP junto com o povo conseguiu o controle das maiores produtoras e distribuidoras do país além de realizar a reforma agrária mais rápida e extensa da história sem uma revolução violenta (WINN, 2008, p. 26). Além disso, diversos programas de distribuição de renda, de habitação, de alimentação e de acesso à saúde foram implementados.

O período a ser investigado no Livro Didático vai de 1959 até 1973, pois neste intervalo de tempo ocorre a vitória da Revolução Cubana e da Unidade Popular no Chile. Entretanto, esta pesquisa tem o recorte temporal a partir do ano de 2006 até o ano de 2014, pois foi neste período em que foram publicados os livros didáticos analisados. Logo, as análises desse material correspondem às questões urgentes do tempo atual, que no Brasil estava marcado pelas gestões do governo de Lula e Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, enquanto em Cuba, passavam pelo processo de mudança no cargo de presidente do Conselho de Estado de Fidel Castro para seu irmão Raúl Castro.

História comparada e livros didáticos

Os seis livros didáticos escolhidos como fontes principais deste trabalho são resultados de políticas públicas para a educação implementadas por dois países diferentes. Mesmo que Brasil e Cuba tenham vivenciado processos históricos próprios, são países que compartilham elementos em comum que muito tem a revelar sobre o contexto político da América Latina no século XXI. Por isso, consideramos que é possível comparar a escrita didática entre esses dois países.

O Livro de História de Cuba é utilizado pelos 11º e 12º graus publicados no ano de 2011 é dividido em seis capítulos e sua narrativa é estruturada por temas que tratam do debate da construção da nacionalidade cubana, as lutas pela independência da Espanha e depois dos Estados Unidos, as tentativas de reforma do Estado e a concretização da revolução de 1959. Uma das principais reflexões que permeiam este livro é a ideia de que a Revolução que se concretizou em 1959 iniciou-se na luta pela Independência em 1868 (História de Cuba, 11º y 12º grados, 2010). Por isso, a obra coloca a revolução como o principal processo histórico, pois, segundo os autores, foi o principal fato que forjou a independência e soberania do país.

O Livro de História da América, publicado no ano de 2010, possui cento e oitenta e quatro páginas e está dividido em cinco capítulos temáticos. No início da obra há um texto escrito por estes, direcionado aos alunos, que busca justificar a importância do

estudo da História da América. O texto inicia-se com uma referência ao trabalho “Nuestra América” de José Martí. Os autores justificam que a necessidade de preservar a identidade cultural latino-americana traz à tona o chamado do “nuestro Héroe Nacional José Martí” (Historia de América, 10º grado, 2010, p. 7.) que afirma “[...] La historia de América, de los incas acá, ha de enseñarse al dedillo [...]” (MARTÍ, 1891, p. 18, apud Historia de América, 10º grado, 2010, p. 7.). Ou seja, o primeiro referencial teórico para o estudo sobre o continente americano é a obra de José Martí.

Já o Livro de História Contemporânea possui duzentos e oitenta páginas e está separado em duas partes; “La escisión del mundo en dos sistemas sociales opuestos: capitalismo y socialismo” (Historia Contemporánea, 10º grado, 2006, p. 5) e “El proceso histórico contemporáneo desde la segunda guerra mundial hasta la década del ochenta” (Historia Contemporánea, 10º grado, 2006, p. 100.). Ou seja, o livro de didático possui como marco temporal para a História Contemporânea o desencadeamento da Revolução Russa em 1917, diferente da historiografia utilizada no Brasil que demarca o contemporâneo a partir da Revolução Francesa em 1789.

O livro “História: das cavernas ao terceiro milênio” se trata de uma obra que, quando selecionada pelo professor, é utilizada durante o terceiro ano do Ensino Médio. Publicado no ano de 2007 pela editora Moderna, a obra possui duzentos e oitenta e quatro páginas e está dividida em três unidades e treze capítulos. As unidades são divididas por critérios temporais e temáticos, seguindo a cronologia que vai desde a origem do ser humano até a atualidade. O trecho que analisaremos neste trabalho está localizado na Unidade dois, denominada de “O mundo bipolar” e especificamente, no capítulo oito, chamado de “Experiências de esquerda na América Latina”.

O livro “História em movimento: do século XIX aos dias de hoje” se trata de uma obra que faz parte de uma coleção de três volumes divididos para cada ano do Ensino Médio. A obra a ser analisada se trata do terceiro volume e o seu uso também é destinado para o terceiro ano do ensino médio. Publicado no ano de 2011 pela Editora Ática, a obra possui duzentos e vinte e quatro páginas e está dividida em cinco unidades temáticas e vinte e oito capítulos. O trecho que analisaremos nesta pesquisa está localizado na Unidade quatro, cujo tema é “Violência”, e mais especificamente no capítulo dezenove intitulado “O bloco comunista”.

O terceiro e último livro didático brasileiro que será analisado neste trabalho é o livro “História”, publicado no ano de 2014 pela Editora Saraiva, a obra possui duzentos e oitenta e sete páginas, dividida em três unidades temáticas e dezesseis capítulos. Este

trabalho se limitará a analisar dois capítulos da unidade dois, denominada “Guerra Fria, guerras quentes”. O primeiro capítulo é o capítulo "Construindo rivalidades: o mundo pós guerra” e o capítulo “O Terceiro Mundo: América Latina”.

Bittencourt afirma que para analisar os livros didáticos de História é necessário identificar seus valores, ideologias, sua forma, seu conteúdo histórico escolar e seu conteúdo pedagógico. Para a análise da forma, é importante estar atento à apresentação gráfica da obra; a capa, as imagens, os tópicos, as letras, os boxes, etc. Em relação ao conteúdo histórico, é necessária uma pesquisa sobre a bibliografia e sobre a seleção de documentos para compreender a tendência histórica predominante (BITTENCOURT, 2008, p. 311).

Em relação ao conteúdo pedagógico, Bittencourt afirma que é necessário entender a articulação entre informação e aprendizagem. É preciso entender que o livro além de transmitir um determinado acontecimento histórico, também é um material que possui uma proposta de ensino. Nesse sentido, é fundamental observar as atividades e os métodos de aprendizagem (BITTENCOURT, 2008, p. 314). Como estes são escritos, como estão posicionados no texto e a forma como relacionam e possibilitam o desenvolvimento de comparações acerca do conteúdo apresentado.

Levando em consideração essas análises sobre livros didáticos, realizaremos uma comparação entre os livros brasileiros e cubanos em seu conteúdo e discurso. A ideia de realizar a comparação entre os dois materiais surgiu a partir das reflexões de Marc Bloch na obra “Por una Historia Comparada de las sociedades europeas”⁴. Neste texto, Bloch tece uma crítica aos historiadores que se aprisionam aos limites nacionais ao invés de realizarem o exercício de refletir sobre diferentes realidades. Nesse sentido, Bloch estimula a produção de histórias comparadas como um contraponto ao nacionalismo exacerbado que prevaleceu nas primeiras décadas do século XX e que, de certa forma, levou o continente europeu à deflagração da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, para Bloch, a similitude entre os acontecimentos e as diferenças entre os meios que o produziram são a premissa para o ato de comparar em história (BLOCH, 1963).

Nos valem aqui também das reflexões de José D’Assunção Barros sobre História Comparada. Para ele, um bom trabalho de História Comparada deve ser atravessado por um problema presente em duas realidades diferentes. A História Comparada, para Barros, consiste

⁴ O texto original, em francês foi publicado no ano de 1928, entretanto, neste trabalho utilizaremos a versão em espanhol, publicada em 1963.

Na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades, e assim por diante. (BARROS, 2007, p. 12).

Partindo dessa ideia de examinar o mesmo problema em duas realidades nacionais distintas, escolhemos Brasil e Cuba pois entendemos que, apesar de possuírem processos históricos singulares, a comparação entre países da América Latina é importante para romper com o distanciamento de identidade do Brasil em relação ao continente latino-americano. A colonização, os processos de independência, a construção dos Estados Nacionais e a dominação imperialista são temáticas que aproximam os países da América Latina e tornam a comparação entre este indispensável. (PRADO, 2005, p. 12) Por isso, Maria Ligia Coelho Prado afirma que “Em vez de manter os olhos fixos na Europa, é mais eficaz, para o historiador, olhar o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola.” (PRADO, 2005, p. 12).

Conclusão

Apesar de se tratar de uma pesquisa que ainda está em andamento, é possível observar algumas primeiras conclusões. Como já mencionado anteriormente, o livro didático é um material que veicula ideologias e conceitos de uma determinada época e lugar. No caso dos livros didáticos cubanos, a narrativa histórica revela as escolhas ideológicas dos dirigentes do Estado Cubano, no momento em que o livro foi produzido e distribuído. Por isso, em uma análise mais geral sobre a obra é possível observar duas questões importantes para a narrativa construída pelos autores.

A primeira, é a tentativa de construção de um nacionalismo cubano, que busca sempre defender o modelo revolucionário de Cuba. E isso está presente não só na História de Cuba, mas principalmente, na análise sobre outros movimentos revolucionários na América Latina. Essa questão expõe a importância do livro didático como um instrumento de perpetuação das ideias defendidas pelos dirigentes estatais cubanos.

A segunda questão é que apesar das críticas às experiências revolucionárias latinoamericanas, há uma narrativa que demonstra solidariedade a cada povo que se levantou para lutar por sua soberania e libertação nacional.

Enquanto os livros brasileiros possuem um objetivo central de defesa do regime democrático brasileiro e isso reflete diretamente na narrativa sobre a Revolução cubana e o governo da Unidade Popular no Chile. Por isso, além de serem textos curtos, com

poucas reflexões sobre os processos políticos do país, o texto é marcado por fortes críticas à luta armada cubana e às políticas implementadas no governo de Salvador Allende.

Referências

ABREU, Marília da Graça Roxo. Princípios da Pedagogia Socialista: Primeiras aproximações. Maranhão, 2009.

ÁLVARES, L. V.; CUZA, M. A. R.; VALDÉS, N. M. Historia Contemporánea. 10º Grau. Nivel Médio Superior. 5ª edição. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 2006.

AYERBE, Luis Fernando. A Revolução Cubana. Editora UNESP, 2000.

AYERBE, Luis Fernando. Estados Unidos e América Latina: A construção da Hegemonia. Editora UNESP, 2002, p. 131.

AZEVEDO, Gislane Campos; SERIACOPI, Reinaldo. História em movimento: do século XIX aos dias de hoje. São Paulo. Editora Ática, 2010.

BANDEIRA, L. A. M. De Martí a Fidel — A Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada - Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. Revista da História Social da Universidade de Campinas, nº 13, Dossiê: História Comparada. Campinas, 2007.

BEN, J. A. R.; CIVEIRA, F. L.; OPISSO, S. C.; PENDÁS, H. D.; VEGA, O. L. Historia de Cuba. 11º e 12º Graus. Nivel Médio Superior. 1ª Edição. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e métodos, 2ª Edição, São Paulo, 2008.

BLOCH, Marc. Por una História Comparada de las sociedades europeas. Centro Editor de América Latina, 1963.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. História: das cavernas ao terceiro milênio. 3ª edição. São Paulo. Editora Moderna, 2007.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. Revista História da Educação da ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas, v. 11, p. 5-24, abr. 2002.

CHOPPIN, Alain. Prefácio. In: BITTENCOURT, Circe. Livro didático e saber escolar 1810-1910. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

DELGADO, M. V. R.; DÍAZ, D. F.; LAGO, C. A.; SAÍNZ, E. R. M. Historia de América. 10º Grau. Nivel Médio Superior. 1ª Edição. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 2010.

FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina; VAINFAS, Ronaldo. História. 2ª edição. São Paulo. Editora Saraiva, 2014.

LÓPEZ, Margarita Quintero. A educação em Cuba: seus fundamentos e desafios. Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Dossiê Cuba, v. 25, n. 72, 2011.

MARTÍ, José. Obras completas. La Habana: Ciencias Sociales, 1975.

MARX, Karl & ENGELS, Frederich. Manifesto do Partido Comunista. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. História e Educação. Porto Alegre. V. 20, n. 50, p. 119-138, 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal. A Campanha de Alfabetização em Cuba. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PORTO, Ana Luiza Araujo. Livros Didáticos de História: uma História comparada de Brasil e Cuba (2013-2015). Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2019.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. Revista de História da Universidade de São Paulo, Dossiê História das Américas, São Paulo, n. 153, 2005.

SALLES, André Mendes. O Livro Didático como objeto e fonte de pesquisa Histórica e educacional. In: Revista Semina, v10, 2011.

WINN, Peter. Introdução, In: COSTA, Emília Viotti (org). A Revolução Chilena, São Paulo, Editora Unesp, 2008.

Fazenda Campos Novos em Cabo Frio, diferentes atribuições de sentidos em um monumento tombado: uma análise a respeito de alguns aspectos do processo de tombamento feito pelo IPHAN

André Luiz Garrido Barbosa¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado/dissertação de mestrado, cujo título é: Patrimônio histórico e cultura histórica em Cabo Frio: políticas de patrimonialização e ensino de história local por meio de monumentos tombados pelo IPHAN (1956 – 2014), em andamento. A presente reflexão tem por base o estudo de bens tombados² pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na cidade de Cabo Frio. Cumpre dizer que a escolha por tal estudo se justifica por serem esses bens referenciais simbólicos relacionados à história local, tendo o reconhecimento de uma autarquia do poder público que tem como responsabilidade a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, cabendo à mesma proteger e promover os bens culturais do País para as gerações do presente e do futuro.

Em 2014, foi tombada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN a fazenda de Santo Inácio de Campos Novos situada no Distrito de Tamoios em Cabo Frio. O conjunto rural faz parte de um remanescente de uma antiga fazenda fundada em 1648 e construída sobre um sambaqui, constituída por uma casa, senzala, oficinas, capela e cemitério anexo. Estes, construídos por volta de 1690, formam importantes e raros exemplares de arquitetura rural jesuítica, caracterizando a sociedade da época. Uma característica importante do projeto é a edificação da igreja integrada com a casa-grande, o que permitia acesso exclusivo às missas, com auxílio de uma espécie de púlpito lateral,

¹ Aluno: André Luiz Garrido Barbosa. Curso: Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Orientador: Dr. Daniel Pinha. Ingresso no ano de 2020. Título do projeto de pesquisa: Patrimônio histórico e cultura histórica em Cabo Frio: políticas de patrimonialização e ensino de história local por meio de monumentos tombados pelo IPHAN (1956 – 2014).

² Entendemos o tombamento a partir da perspectiva de José Reginaldo Gonçalves, como um ato de incorporação de um bem ao patrimônio histórico e artístico nacional. Sendo o tombamento um importante instrumento legal usado para que o Estado se aproprie dos bens culturais que integram o chamado patrimônio nacional. Uma vez tombado, o referido bem é inscrito e um ou mais livros do Tombo, classificados em: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Arqueológico; Livro do Tombo de Belas Artes e o Livro do Tombo das Artes aplicadas (GONÇALVES, 1996, p. 66).

com ligação direta aos aposentos internos da casa.³ Importante instrumento de colonização e ocupação do território no contexto do século XVII, na região de Cabo Frio, por parte da Companhia de Jesus a Fazenda Campos Novos foi um espaço para as atividades missionárias dos jesuítas, além de prover a ordem com recursos da agricultura e pecuária.

Pensar a cidade de Cabo Frio e aspectos de sua história local nos remete a questão em torno do uso do conceito de território e sua aplicação no instrumental de análise histórica, definindo elementos que ajudem a compreender esse termo a partir de uma perspectiva do entendimento que os processos de patrimonialização efetuados pelo IPHAN na cidade, contribuíram na produção de um território cultural (VELÁZQUEZ, 2015) em torno dos bens edificados e patrimonializados.

Entendemos que os processos de tombamento efetuados pelo instituto do patrimônio histórico, estão relacionados com a perspectiva da formação de um território cultural (SILVA, 2015) em torno desses bens edificados na cidade, pois ao transformarem esses vestígios de temporalidades passadas em referenciais simbólicos em torno de uma narrativa histórica de caráter nacional os técnicos do IPHAN, acabam produzindo uma configuração simbólica de apropriação e valorização desses espaços.

Como tudo começou: a provocação para o tombamento por parte da A TEIA, a reação do IPHAN e alguns dos seus desdobramentos

A fazenda Campos Novos localizada em Tamoios no município de Cabo Frio é um monumento tombado pelo IPHAN, inscrita nos livros do Tombo Histórico, do Tombo de Belas Artes e no do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, desde 05/03/2015⁴, configurando esse espaço em um monumento protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico.

Estudar o processo de tombamento dessa antiga fazenda jesuítica do século XVII, quando a presença portuguesa tem início na região que compreende hoje a cidade de Cabo Frio, no remete às diferentes atribuições de sentidos que podemos dar a esse espaço, em sua história secular marcada por conflitos, resistências e silenciamentos. A fazenda de Santo Inácio de Campos Novos nos seus albores abrigou os frades da ordem religiosa

³ Informações obtidas no processo nº 1492-T-2002. As informações obtidas dos processos de tombamento foram cedidas pelo Arquivo Central do IPHAN, a partir do aplicativo Wetransfer, que transferiu os processos digitalizados.

⁴ Informações obtidas pela certidão fornecida pelo IPHAN de 19/03/2015, presente no processo de Tombamento nº 1492-T-02, Volume: 4, página: 770.

católica, sendo utilizada para criação de gado e espaço agrícola, abrigando em suas dependências além dos espaços destinados para atividade agropastoril na época, tinha também uma pequena Igreja utilizada pelos frades jesuítas para suas celebrações religiosas, sendo a mesma dedicada a Santo Inácio.

No século XVIII com expulsão da ordem Jesuítica de Portugal e seus domínios, a fazenda campos novos foram a leilão por hasta pública, sendo arrematada por particulares, tendo o seu espaço original a ser fracionado e passando por diferentes donos no decorrer de sua história. Poderíamos estender o nosso exercício de imaginação em torno da pesquisa de parte da história fazenda Campos Novos a inúmeras possibilidades, mas a nossa narrativa ficará centrada em torno do processo de tombamento realizado pelo IPHAN na fazenda Campos Novos, no qual iremos buscar compreender nessa comunicação as motivações que levaram ao tombamento dela, os atores envolvidos e a construção de narrativas que buscaram justificar o tombamento.

Ao estudarmos o processo de tombamento da Fazenda Santo Inácio de Campos Novos, que será escolhida pelo IPHAN como monumento que receberá a chancela de patrimônio histórico, buscamos compreender aspectos relacionados a esses processos de patrimonialização ocorridos na cidade, a partir de um processo de enquadramento de memória (Pollak, 1989) em que esses monumentos contribuem, seja pela sua própria historicidade ou pelos sentidos que serão dados à eles, para a formação de uma cultura histórica local. O processo que deu origem ao tombamento feito pelo IPHAN de nº 1492-T-02, teve início a partir de uma provocação realizada pela ONG A TEIA⁵, que impetrou no dia 20/07/2001, um ofício junto a 6ª Superintendência Regional do IPHAN, assinado por Geraldo Monteiro, presidente da referida instituição.

Na petição apresentada pelo presidente da A TEIA, temos como assunto o Pedido de Tombamento do Contexto Arquitetônico, Paisagístico e Entorno, da Fazenda Campos Novos, sob a alegação da urgência do “tombamento de todo conjunto e entorno, uma vez que existe um procedimento de instalar-se, na fazenda um aterro sanitário” (Processo de Tombamento do IPHAN nº 1492-T-02, pág. 01). No requerimento o autor ainda salienta que a fazenda se encontra sob administração da Prefeitura de Cabo Frio, abrigando em suas instalações a Secretaria Municipal de Agricultura.

⁵ A TEIA é a sigla para a organização não governamental denominada de Associação de Turismo Ecológico Integrado à Arqueologia, situada a época a Rua Carlos Mendes, nº 47, bairro: Jardim Caiçara – Cabo Frio – RJ.

Para embasar o seu requerimento o solicitante apresenta como documentos, uma transcrição da Carta de Sesmaria, extraída do livro de tombo do colégio de Jesus do Rio de Janeiro de 04/11/1630 em que a ordem jesuítica recebe as terras que dará origem a fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, um breve histórico de uma página que relata alguns aspectos da história da fazenda, abrangendo do período que pertenceu aos jesuítas até a desapropriação de parte da mesma pela Prefeitura de Cabo Frio.

O autor do requerimento apresenta também um relatório do IAB⁶, atribuído ao presidente da instituição o Historiador Ondemar Dias, em que o mesmo relata alguns elementos da história da fazenda e sua importância histórica, dando ênfase ao fato que ela foi parte de um complexo agropastoril, que utilizou ao longo de sua história mão de obra indígena e de escravos africanos, destacando ainda que o local em que foi estabelecida a sede da fazenda é também um sítio arqueológico de tradição indígena de tradição ITAIPU⁷ e que esse espaço é um marco da ocupação humana na região, desde antes da chegada dos portugueses e que o próprio conjunto representado pela sede e demais remanescentes do período jesuítico é um dos poucos preservados no nosso litoral e que tem potencial para pesquisa arqueológica, arquitetônica, histórica e ambiental.

Outro documento apresentado são trechos de um relatório em papel timbrado da Prefeitura de Cabo Frio, que conta aspectos da história da fazenda Campos Novos no tempo dos jesuítas e a presença na região de sítios arqueológicos de origem sambaqui⁸ no distrito de Tamoios em terras pertencentes a fazenda que é objeto de estudo. Além da

⁶ IAB – Instituto de Arqueologia Brasileira: O Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB, fundado a 29 de abril de 1961, é uma instituição de caráter científico-cultural, sem fins lucrativos que, há 59 anos, dedica-se à Pesquisa, Ensino e Divulgação da arqueologia brasileira. Informações obtidas no site: <https://arqueologia-iab.com.br/quem-somos/>.

⁷ A tradição Itaipu é imediatamente subdividida em duas fases: a fase A e a fase B. A fase B comportaria os grupos que, em resposta a esta mudança, construíram sambaquis em praias abertas, sob dunas estáveis, junto aos pontos onde as lagoas desaguavam no mar; desenvolveram um incremento na pesca como resposta adaptativa (Dias, 1969c). Os grupos pré-históricos classificados como pertencentes à fase A tinham uma dieta alimentar baseada no consumo de vegetais e moluscos, complementada pela caça e pesca, e localizavam-se próximos aos mangues e lagoas paradas, em áreas mais interioranas. Seriam respostas adaptativas diferenciadas daquela relacionada à fase B. Guimarães, Márcia Barbosa da Costa. Ocupação pré-colonial da região dos Lagos, RJ: sistema de assentamento e relações intersocietárias entre grupos sambaquianos e grupos ceramistas Tupinambá e da tradição Una. Tese de Doutorado em Arqueologia pela USP. São Paulo. 2007. Informações obtidas por meio do site: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-05092007-111015/pt-br.php>. Acesso em: 03/03/2022.

⁸ Os sambaquis são sítios constituídos basicamente por várias camadas compostas de areia, terra e conchas. A construção era um processo contínuo, sendo que alguns sambaquis ficaram ativos por milhares de anos. Dentro deles são encontrados inúmeros vestígios de atividade humana, incluindo artefatos líticos, ósseos e de conchas, fogueiras, sepultamentos humanos e diversos remanescentes de animais e de plantas. Informações obtidas por meio do site: <https://arqueologiaeprehistoria.com/2021/03/29/voce-sabe-o-que-e-um-sambaqui/>. Acesso em: 20/01/2022.

documentação apresentada no requerimento para o tombamento o requerente ainda apresenta duas fotos da fazenda e uma notícia do jornal falando a respeito de um conflito judicial envolvendo os antigos proprietários da família Miziara, e a Prefeitura de Cabo Frio em torno de uma indenização solicitada na justiça pela referida família por se sentir injustiçada com o valor estipulado a ser pago com a desapropriação feita pelo ente público municipal.⁹

Apresentado o requerimento junto ao IPHAN, o Superintendente Regional Substituto da 6ª SR, Mauro Pazzini de Souza, acata a solicitação e encaminha ao Departamento de Proteção da Instituição a documentação e solicita a abertura de processo em 10/08/2001. Antes de continuarmos com a narrativa que irá levar ao posterior tombamento da Fazenda Santo Inácio de Campos Novos pelo IPHAN, por meio das tramatas burocráticas e processuais na massa documental do processo de tombamento que se estenderá por mais de uma década, vamos refletir a respeito de algumas questões historiográficas e a respeito dessa provocação que deu origem a malha processual em questão.

É interessante percebermos que já na provocação inicial o requerente procura legitimar a sua solicitação de pedido de tombamento por meio da fala de especialistas, como o presidente do IAB, a transcrição de um documento de época como a carta de sesmaria, fotos, trechos de um relato em papel timbrado da prefeitura com informações sobre a história do local e até mesmo uma notícia de jornal, relatando um conflito judicial entre antigos proprietários e o poder público municipal a respeito da desapropriação de parte do bem em questão, sem contar a urgência apresentada pelo requerente sobre a denúncia de que havia um projeto para construção de um aterro sanitário no espaço da fazenda Campos Novos.

Observando esses documentos apresentados pelo representante da ONG A TEIA, que por mais desconexos que às vezes possam parecer entre si, podemos perceber, analisando os mesmos, um tipo de argumento muito presente nas justificativas dos processos de tombamento que é o que José Reginaldo Gonçalves chama de a retórica da perda.¹⁰ Sob o argumento que o bem a ser protegido sofre algum tipo de perigo, como a

⁹ A documentação narrada acima é apresentada pela A TEIA encontra-se nas páginas: 1 ao 14 do Processo de Tombamento do IPHAN nº 1492-T-02.

¹⁰ José Reginaldo Santos Gonçalves, no livro: A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil, argumenta a respeito da construção de narrativas de patrimônio cultural no Brasil por meio da retórica da perda afirma que “Os patrimônios culturais, como as coleções, sempre fogem, seja em relação ao passado ou em relação ao futuro. Estão sempre sob a ameaça de desaparecimento. Estão sempre em expansão, jamais se completam; suas fronteiras jamais se fecham. Não por acaso, a metáfora da ruína é tão

construção de um possível aterro sanitário municipal, ou que a área é palco de uma disputa judicial entre prefeitura e antigos proprietários, o requerente argumenta a respeito da urgência do pedido e ainda para dar legitimidade aos seus argumentos ele irá embasar a sua solicitação por meio da fala de especialistas ou transcrição de documentos primários de um período pretérito que irão fortalecer a ideia de autenticidade e de historicidade do monumento.

Nos meses que seguem a solicitação da ONG A TEIA a respeito do tombamento da fazenda Campos Novos e a instalação do processo de tombamento pelo IPHAN, temos uma série de correspondências¹¹ entre diversos departamentos do Instituto do Patrimônio Histórico encaminhadas entre si, ao Ministério Público – RJ e a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, em que as mesmas enfatizam a necessidade de tombamento do referido bem e defendem a urgência no tombamento a partir de três principais argumentos: a possível construção de um aterro sanitário no espaço da fazenda; a importância do local por ser um remanescente de uma fazenda jesuítica tendo em seu espaço elementos de uma arquitetura colonial, como o prédio principal da fazenda, moradias de trabalhadores e escravos e a capela em homenagem a Santo Inácio; tendo como terceiro argumento presente o fato que a sede da fazenda está assentada em um sambaqui.

Podemos perceber que por meio dos técnicos do IPHAN, sejam, arquitetos, arqueólogos ou historiadores que emitirão pareceres defendendo o tombamento da fazenda a ideia da retórica da perda estará presente, sob diferentes argumentos e justificativas, tendo como elo em comum a identificação de que o bem a ser tombado

relevante nessas narrativas. Uma ruína é o que desaparece. Paradoxalmente, é algo que não é mais” (GONÇALVES, 1996, Pág. 116)

¹¹ Memorando: DEPROT/IPHAN/RJ/Nº 450/01 de 06/09/01 – De: Arquiteta - Joyce C.M. Kurrels Pena. Para: Chefe de Divisão - Cláudia M. Girão Barroso. Assunto: Pedido de tombamento do “contexto arquitetônico, paisagístico e entorno da Fazenda Campos Novos”, em Cabo Frio, RJ/ameaça de sítios arqueológicos; Despacho: DEPROT/CORDEP/DEA, nº 01420/2001, de 12/09/01. De: Cláudia M. Girão Barroso – Chefe de Estudos de Acautelamento. Para: Coordenador de Proteção – Carlos Fernando de Moura Delphim; Memorando: CORDEP/DEPROT/ nº 524/2001 de 01/10/01. De: Rogério José Dias – Coordenador Substituto de Proteção. Para: Thays Pessotto – Superintendente da 6ª SR/RJ; Memorando: GAB/6ª SR/Nº 036/02 DE 28/01/02. De: Cláudia Maria Pinheiro Storino – Chefe de Gabinete da 6ª SR. Para: Coordenador de Proteção; Memorando nº 018/2002 PROTEC/DEPROT de 01/02/02. De: José Leme Galvão Junior/Coordenador de Proteção. Para: Roberto de Holanda – Diretor do DEPROT; Ofício/GAB/6ª SR/IPHAN nº 0027/2002 de 10/01/02 – De: Thays Pessoto de Mendonça Zugliani/Superintendente Regional, para o Prefeito Alair Francisco Corrêa. Assunto: Aterro Sanitário na Fazenda Campos Novos; Memorando nº 029/2002 de 14/02/02 – De: Célia Corsino/Diretora do DID. Para: Francisca Helena Barbosa Lima/Chefe do Arquivo Noronha Santos/DID. Assunto: Processo de Tombamento nº 1492-T-02; Memorando: 150/02 de 27/05/02 – De: Sista Souza dos Santos/Procuradora Chefe/IPHAN. Para: Roberto César de Holanda Cavalcanti/Diretor/DEPROT/IPHAN. Assunto: Requisição /Ministério Público-RJ/Processo de tombamento.

estava sob iminente perigo¹² e que a sua proteção era condição primária para o tombamento.

No processo de tombamento da fazenda Campos Novos, percebemos uma diversificação de atores sociais com expertise para justificar o tombamento, tendo nesse caso diversos pareceres elaborados por arquitetos, arqueólogos e historiadores, levando-nos a perceber mudanças no corpo técnico constituinte de dentro do IPHAN, frente a um predomínio no lugar de fala de arquitetos que nas décadas anteriores prevaleciam nos quadros da instituição e que a partir dessa pluralidade de falas no corpo técnico do instituto no contexto do processo analisado, esses diferentes profissionais irão constituir uma produção de argumentos favoráveis ao tombamento, a partir das diferentes perspectivas dos campos de saberes que eles trariam.

Analisando a documentação, percebemos que ao longo do processo do tombamento os argumentos para proteção do bem girarão em torno do fato da fazenda ser um remanescente de uma arquitetura e cultura jesuítica do período colonial e da sede da fazenda está assentada em um sambaqui. Esses argumentos irão atravessar todo o processo de tombamento que irá durar por volta de uma década, enquanto a ideia de que esse bem estaria ameaçado devido a possibilidade da construção de um aterro sanitário, acaba não se sustentando no decorrer do processo.

Falando a partir da documentação analisada, no processo de tombamento elaborado pelo IPHAN, não encontramos na mesma, nenhum documento oficial da Prefeitura de Cabo Frio a respeito da construção ou projeto de construção de um aterro sanitário no espaço da fazenda Campo Novos. Além desse argumento está presente no requerimento inicial feito pela ONG A TEIA, temos um memorando interno e um ofício encaminhado à Prefeitura provenientes do IPHAN a respeito da questão da construção do aterro sanitário.

O primeiro é o memorando¹³ do Escritório Técnico de Cabo Frio, encaminhado a Divisão Técnica da 6ª SR/IPHAN, em que o escritório local do instituto apresenta a localização da futura área do aterro sanitário e informa encontrar-se em análise e aprovação por parte da FEEMA/RJ, solicitando à assessoria de Arqueologia da 6ª SR

¹² Destacamos como alguns dos principais adjetivos usados pelos técnicos do IPHAN, outros setores do poder público ou da sociedade para justificar as intervenções que irão levar aos processos de tombamento perpetrados: “destruição, evasão, ruína, dispersão, desaparecimento, deformação e substituição” (GONÇALVES, 1996, pág. 92)

¹³ Memo ETCF nº 072/01 de 29/11/2001 – De: Maryane Medeiros/Arquiteta. Para: Divisão Técnica 6ª SR/IPHAN. (Processo de Tombamento nº 1492-T-02, p. 21.)

pronunciamento a respeito da existência ou não de um sítio de valor arqueológico na área¹⁴.

Além do memorando temos um ofício¹⁵ encaminhado pelo IPHAN, solicitando esclarecimentos à Prefeitura sobre a possibilidade de construção de um aterro sanitário nas terras da fazenda, tendo também o referido ofício enfatizado que segundo a legislação vigente a respeito de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional e de meio ambiente, caso a Prefeitura queira levar adiante tal empreendimento é necessário a avaliação do impacto do mesmo sobre o patrimônio arqueológico e cultural.

Não encontramos nenhuma resposta por parte do ente público municipal a respeito dessa obra na documentação consultada. É possível conjecturar, a partir da documentação vista, que possivelmente a Prefeitura Municipal desistiu de quaisquer planos de construção de um aterro sanitário, quando esse espaço se tornou alvo de interesse por parte do IPHAN, com a abertura do processo de tombamento. Entre a provocação feita pela A TEIA ao IPHAN em 2001 e o ano de 2002 teremos um certo protagonismo por parte da ONG que propôs o tombamento junto ao IPHAN, por meio de uma série de documentos, ofícios que serão juntados ao processo e demonstrarão como essa organização procurava legitimar junto ao órgão do patrimônio histórico a sua solicitação.

Em 26 de Agosto de 2002 é enviado ao escritório técnico do IPHAN¹⁶ em Cabo Frio um ofício do INEPAC¹⁷, remetido a Geraldo Monteiro, presidente da Associação de Turismo Ecológico Integrado à Arqueologia (A TEIA), informando o recebimento de um ofício nº 116/2002, de 24/05/2002, enviado pela ONG ao INEPAC¹⁸ solicitando o

¹⁴ Memorando nº 036/02 de 28/01/02, da Chefe de Gabinete da 6ª SR/IPHAN/Claudia Maria Pinheiro Storino, encaminhada ao Coordenador de Proteção/DEPROT/IPHAN, informando os técnicos da 6ª S.R., Rosana Najjar/Arqueóloga e Mauro Pazzini/Arquiteto, realizaram em 12/12/01 uma visita na fazenda Campos Novos, realizando uma vistoria e não constataram “nenhuma modificação nas feições do sítio arqueológico existente no terreno onde o complexo religioso foi edificado”, informando ainda que consideram importante a preservação, “tanto do sítio arqueológico, quanto da edificação jesuítica”. (Processo de Tombamento nº 1492-T-02, p. 24.)

¹⁵ Ofício/GAB/6º SR/IPHAN nº 0027/2002 de 10/01/02 – De: Thays Pessoto de Mendonça Zugliani/Superintendente Regional, para o Prefeito Alair Francisco Corrêa. Assunto: Aterro Sanitário na Fazenda Campos Novos. (Processo de Tombamento nº 1492-T-02, p. 23.)

¹⁶ Ofício da A TEIA nº 124/2002 de 26/08/2002 – De: Geraldo Monteiro/Presidente. Para: Thays Pessoto/Superintendente Regional da 6ª SR/ IPHAN, assunto: Processo de Tombamento nº 1492-T-02 – inclusão de documentos. (Ibid., p. 33)

¹⁷ Ofício do INEPAC nº 263 de 14/08/02 – De: Alexei Bueno/Diretor Geral. (Ibid., p. 34)

¹⁸ O Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Inepac, criado em 1975, é o herdeiro direto da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara - DPHA, criada por decreto em 1963 (primeiro órgão de preservação do patrimônio cultural, em nível estadual). O Instituto dedica-se à preservação do patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro, elaborando estudos, fiscalizando e vistoriando obras e bens tombados, emitindo pareceres técnicos, pesquisando, catalogando, inventariando e efetuando tombamentos. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/instituicao>. Acesso em: 26/01/2022.

tombamento do complexo cultural e ambiental da “Missão Jesuítica de Santo Inácio de Campos Novos” e a informação de que já existiam pedidos anteriores de tombamento da referida fazenda, feitos pela Ordem dos Advogados em 31/07/1990 e outro pelo então Subsecretário de Cultura de Cabo Frio, Márcio Werneck¹⁹ em 09/05/1994²⁰, originando o processo nº E-18/000.649/94 no INEPAC.

No dia 02 de outubro de 2002 temos um novo ofício²¹ de parte da A TEIA a Superintendente do IPHAN, em que ao mesmo é juntado um abaixo assinado realizado com 184 assinaturas coletadas²², solicitando o tombamento da Missão Jesuítica de Santo Inácio de Campos Novos e uma cópia do ofício nº 126/2002, remetido à Prefeitura de Cabo Frio, requerendo a desapropriação efetiva e o tombamento da Fazenda Campos Novos. Outra estratégia de mobilização empreendida pela A TEIA foi a elaboração de um abaixo-assinado, promovido durante a realização do I Congresso de Ecogênese e Ecodesenvolvimento da Região dos Lagos, realizado em Cabo Frio em 2002, em que a ONG, no intuito de mobilizar parte da opinião pública local e procurando legitimar a sua reivindicação via proceder a coleta de assinaturas e juntar ao processo aberto pelo instituto do patrimônio histórico.

Além da mobilização de saberes de especialistas no campo da história e ciências afins e da opinião pública que endossasse o pedido de tombamento da A TEIA, temos uma outra frente de mobilização narrativa para o tombamento por meio dessa associação, que é anexação de um mapa do INCRA²³, “demonstrando áreas desapropriadas em Campos Novos, evidenciando a área de interesse”, além de uma “planilha de coordenadas

¹⁹ Márcio Werneck da Cunha, além de ocupar diversos cargos na esfera municipal entre as décadas de 1970 e 1990, no campo do turismo e da cultura local, também é responsável na elaboração de diversos estudos sobre a história de Cabo Frio e região. Para maiores informações sobre a biografia e produção historiográfica de Márcio Werneck da Cunha: <https://acervomarcioverneck.com.br/curriculo/>

²⁰ Vale destacar que existe uma cópia dessa correspondência no processo de Tombamento do IPHAN em que o subsecretário de cultura solicita o Tombamento da fazenda Campos Novos pelo INEPAC, destacando na correspondência a importância do monumento histórico fluminense, informando ainda que parte da fazenda havia sido desapropriada pela Prefeitura de Cabo Frio em 1993, passando a ser ocupada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e que a Igreja de Santo Inácio a época achava-se em péssimo estado de conservação, tendo sido fechada por medida de segurança e aguardando a restauração. (Processo de Tombamento nº 1492-T-02, p. 85-86.)

²¹ Ofício da A TEIA nº 126/2002 de 02/10/02. (Ibid., p. 38-48)

²² As assinaturas foram recolhidas durante a realização do I Congresso de Ecogênese e Ecodesenvolvimento da Região dos Lagos, realizado em Cabo Frio em 2002.

²³ Esses documentos foram juntados pela A TEIA, por meio do Ofício nº 169/2003 de 18/03/2003, encaminhados a 6ª Superintendência Regional do IPHAN, em é informado que os dados foram obtidos em GPS e recolhidos “com apoio da SERLA/Pedro Góes e Associação de Moradores de Campos Novos / Regina Lan.” (Processo de Tombamento nº 1492-T-02, p. 76 - 83)

em UTM²⁴, referente à poligonal da área de entorno do centro histórico” e uma “ projeção poligonal em UTM da área a ser tombada, em torno do centro histórico”.

Entrar com essa documentação no processo de tombamento, contribui para mostrar que área pleiteada é de interesse coletivo, devido a conflitos por terras que aconteciam na localidade a algumas décadas, sendo parte destas terras objeto de ação por parte do INCRA²⁵ para desapropriação visando reforma agrária na região, dando legitimidade cada vez maior ao pleito, tendo em vista, que além da historicidade do espaço em si e dos remanescentes de suas construções do período colonial, esse local é objeto de interesse da UNIÃO por parte de um órgão federal responsável por implementar políticas de acesso a terras e de realização do ordenamento fundiário nacional.

É interessante percebermos as várias frentes de atuação da ONG que propôs o tombamento ao IPHAN em mobilizar diversos tipos de fontes e narrativas que fortalecesse o seu pleito, que vão desde a mobilização de documentos aos órgão oficiais, solicitação à proteção da fazenda por meio de requerimentos e ofícios, anexação de pareceres ou trechos de livros que tratassem do monumento, mostrando sua historicidade e importância de sua proteção e transformação do mesmo em um espaço de pesquisa histórica, arqueológica ou ambiental, seja como remanescente jesuítico do período colonial, ou de presença indígena sambaqueira.

Referências

ABREU, Capistrano de. Capítulos da história colonial. 1500-1800. Belo Horizonte: Itatiaia. 1988.

AGUIAR, Leila Bianchi. Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializados: Ouro Preto, 1938-1975. Revista: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.29, nº 57. p.87-106. 2016.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ. 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: O problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 264-275. 1988.

_____. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ; IPHAN, 1996.

²⁴ Universal Transversa de Mercator (UTM) utiliza um sistema de coordenadas cartesianas bidimensional para dar localizações na superfície da Terra. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Universal_Transversa_de_Mercator. Acesso em: 05/02/2022.

²⁵ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o instituto está implantado em todo o território nacional, por meio de 29 superintendências regionais e 49 unidades avançadas. Parcerias com estados e municípios também viabilizam a oferta dos serviços da autarquia. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/o-incra>. Acesso em: 05/02/2022.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História, memória, patrimônio”. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, 2012, p. 91-112.

HARTOG, François. Regime de Historicidade [*Time, History and the writing of History* - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]. Disponível em: <http://www.flch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>> Acessado em 19/01/2017.

_____. Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

IPHAN: Planos de Ação para Cidades Históricas: Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social, 2009. Disponível em: [Cartilha - Planos de Ação para Cidades Históricas.pdf \(iphan.gov.br\)](#) . Acessado em 11/07/2022.

IPHAN: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acessado em 26/02/2017.

IPHAN: Informações sobre bens tombados em Cabo Frio – Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/379/>. Acessado em 26/02/2017.

NORA, Pierre. “ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares”. In: Projeto História. São Paulo. V. 10, 1993, p.7 – 28. In: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acessado em 20/01/2017.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In Revista Estudos Históricos. V,2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. “Memória e identidade social”. In Revista Estudos Históricos. V, 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Cabo Frio : 400 anos de história, 1615-2015. Brasília: ibram, 2017.

SILVA, Marcos Nicolau Santos da. Território: Uma revisão teórico-conceitual. InsterEspaço. Grajaú/MA. v. 1, n. 1. p. 49-76. 2015.

VELÁZQUEZ, Blanca Rebeca Ramírez. Espacio, paisaje, región, territorio y lugar: la diversidad en el pensamiento contemporáneo. México: UNAM, Instituto de Geografía: UAM, Xochimilco, 2015.

Fontes

Arquivo Noronha Santos - Processo de tombamento: 1492-T-02 Sítio da Antiga Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

A “outra história” de Svetlana Aleksievitch: o uso de literatura de testemunho na historiografia

Bárbara Oasky Garofalo¹
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

O que eu faço? Recolho sentimentos, palavras cotidianas. Reúno a vida do meu tempo. O que me interessa é a história da alma. A vida cotidiana da alma. Aquilo que a grande história geralmente deixa de lado, que trata com desdém. Eu me ocupo com a história omitida.” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.: 372-373)

Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de mestrado cujo título é “Literatura de testemunho no Ensino de História: proposições didáticas a partir de Vozes de Tchernóbil”, e tem como objetivo apresentar e investigar as possibilidades do uso do livro *Vozes de Tchernóbil* - se tratando de uma literatura de testemunho -, como fonte possível para historiografia. Buscamos também trazer um panorama sobre o trabalho da autora da obra, com o intuito de traçar uma análise sobre a particularidade que Aleksievitch apresenta em seu trabalho, a partir da escuta das vozes das quais ela identifica como excluídas pela “grande história”. É importante salientar, que a crítica à essa “grande história” da qual a autora se propõe a fazer, também é um movimento que vem sendo feito dentro da própria historiografia, sobretudo a partir do período pós Segunda Guerra Mundial, e da ocorrência do que Beatriz Sarlo vai intitular de *Guinada Subjetiva*, uma tendência acadêmica de revalorização do ponto de vista dos sujeitos históricos e de suas subjetividades.

Tratando especificamente da obra *Vozes de Tchernóbil*, propomos analisar como a autora lida com o tratamento do evento traumático a partir da narrativa das vítimas e sobreviventes do acidente nuclear, e refletir como os testemunhos reunidos pela autora, possibilitam uma visão outra à história contada a partir da perspectiva do Estado, dando acesso ao acontecimento a partir das memórias de “pessoas comuns”, como trabalhadores, cientistas e soldados, e também nos permite traçar traços da sociedade soviética. Dessa forma, discutiremos como a fonte possibilita uma complexificação na compreensão histórica sobre o acidente e suas consequências.

¹ Aluna do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientadora: Márcia de Almeida Gonçalves, coorientadora: Géssica Góes Guimarães Gaio. Ano de ingresso: 2021. Projeto de pesquisa: Literatura de testemunho no Ensino de História: proposições didáticas a partir de *Vozes de Tchernóbil*.

História e Literatura de testemunho: contribuições, objeções e suas singularidades no debate historiográfico

As renovações historiográficas do século XX, proporcionaram uma abertura de novos objetos e fontes para a historiografia. Com a Nova História da 3ª geração dos *Annales*, pôde-se perceber uma reaproximação entre história e literatura. Com os acontecimentos traumáticos do século XX, e um movimento de pressão à historiografia para contá-los a partir das vítimas, nota-se uma revalorização do testemunho, e da subjetividade no processo da escrita desses acontecimentos, gerando uma necessidade de alargamento dos debates acerca dos limites e possibilidades desses para o fazer historiográfico. É também, nesse contexto de grandes eventos traumáticos, que o termo “literatura testemunho” ganha ênfase nos estudos literários representando as narrativas das vítimas e sobreviventes desses acontecimentos.

No final do século XX presencia-se o movimento, intitulado por Beatriz Sarlo, de *Guinada subjetiva*. Coube a História Social e a História Cultural repensar a noção de sujeitos e colocar em perspectiva a vida cotidiana e suas miudezas, e a partir disso constituir uma adaptação de um novo método, que desses novos objetos e sujeitos na historiografia, e que atendesse aos “discursos de memória”. Os dois eventos que levam a essa revalorização da subjetividade, destacados por Sarlo em seu trabalho, são o holocausto e as ditaduras latino-americanas. Esse movimento também é acompanhado pela virada das discussões de grupos excluídos e discriminados, como indígenas, negros e mulheres.

Esse retorno à valorização das subjetividades, ao debruçar sobre as experiências e criação dos grupos subalternizados, focam numa perspectiva que valoriza o detalhe e a peculiaridade, dessa forma, a história oral e testemunho também passam a ser revalorizados, com a confiança na primeira pessoa do relato e na rememoração da experiência vivida. Nessa discussão, a literatura aparece como uma forma de acesso a essas subjetividades.

Os questionamentos acerca do uso da literatura para a história estão presentes na historiografia há longos anos, sempre perpassando pela discussão entre história e ficção. A historiadora Sandra Jahaty Pesavento nos permite traçar alguns pontos desses debates a partir do ponto de vista da História Cultural, buscando refletir e responder de que maneira a literatura pode ser usada como fonte para a historiografia. A autora entende que, na contemporaneidade, as discussões que giram em torno da relação entre História e

Literatura não estão relacionadas a forma “errada” da qual um campo faz utilização do outro, e sim que as discussões que estão mais em foco no novo milênio estão atreladas à crise dos paradigmas, que gerou questionamento das “verdades” e dos modelos explicativos, ou à globalização, onde o que se presencia é um momento de complexificação e estilização da realidade (PESAVENTO, 2006, p. 11).

Um dos pontos recorrentes nas discussões da contribuição da Literatura para a História é composto pelos questionamentos relacionados à "verdade" e ao caráter ficcional atribuído à Literatura. Conforme apontado por Pesavento, essas atribuições da literatura como ficção acabam por negá-la como condição ou prática do campo da história (PESAVENTO, 2006, p. 17). A autora, pensando nesses questionamentos em torno do caráter ficcional, coloca em debate o que seria, portanto, o “contrafluxo da ficção” para a história, e aponta que não pode ser a verdade, visto que o resgate real do passado, em sua totalidade, não pode ser realizado. A partir disso, confronta que o historiador quando mobiliza o passado não está trabalhando com certezas, mas sim possibilidades, o ofício do historiador consiste em escolhas, seleções, organização de trama, e não narra de fato o real, o acontecido em sua totalidade, mas está preocupado em “chegar lá” (PESAVENTO, 2006, p. 18).

Fazendo uma comparação com a visão de Aristóteles em *Poética*, no qual coloca a Literatura como o que poderia ter acontecido, e a história como a narrativa dos fatos verídicos, ou seja, o que aconteceu, Pesavento aponta que já na contemporaneidade não há essa separação. A Literatura é vista como acesso privilegiado ao passado, utilizando o “não acontecido para buscar o que aconteceu”. A autora também aponta que, a própria história carrega um caráter ficcional em sua narrativa. No campo da história, também temos um narrador, aquele que constrói narrativas sobre o que aconteceu, reunindo e selecionando dados, estabelecendo conexões e cruzamentos entre eles, elaborando uma trama, buscando chegar na versão mais próxima do acontecido. Esse narrador não inventa fatos, nem personagens, no máximo, os torna visíveis. Ele também não tem certezas, mas está buscando chegar lá, na temporalidade do acontecido. Para isso, elabora versões plausíveis a partir do que encontra para explicar sobre o acontecido, alcançando, portanto, a verossimilhança, e não a veracidade. O que diferencia esses narradores é a vontade de atingir esse passado (PESAVENTO, 2006, p. 15-16).

Dessa forma, a autora nos proporciona enxergar uma aproximação da Literatura e da História ao mesmo tempo que nos torna possível de distingui-las. O trabalho do historiador com a ficção é reconhecido como ficção controlada, o trato das fontes o diferencia, e o historiador está, em seu compromisso pelo ofício, na busca de atingir o real do acontecido. A ficção na história também é controlada pela retórica e pelo método, a versão do historiador do acontecido deve dar a possibilidade de testagem por suas fontes e bibliografias. Quanto ao uso da literatura na história, Pesavento afirma:

Escritores de literatura não têm este comprometimento com o resgate de marcas de veracidade que funcionam como prova de algo que deveria ter existido. Mas, em princípio, o texto literário precisa, da mesma forma, ser convincente e articulado, estabelecendo uma coerência e dando *impressão* de verdade. (2006, p. 21)

A literatura se mostra para o historiador como uma fonte que dá acesso ao imaginário, podendo fazê-lo refletir acerca daquilo que outras fontes não conseguiram mostrar (PESAVENTO, 2006, p. 22). Quando o historiador se volta para a literatura e a ficção literária, não está preocupado em buscar o fato na integridade do real, mas sim com o resgate de novas possibilidades verossímeis que demonstram como determinado indivíduo ou grupo se expressavam e agiam. O trabalho com a Literatura possibilita a identificação de características e intencionalidades de sujeitos históricos em diferentes épocas, através da apresentação dos aspectos sociais múltiplos e subjetividade dos mesmos, permitindo assim uma análise historiográfica pertinente (ALMEIDA; AMADOR, 2019, p. 106).

Contudo, considerando alguns aspectos do livro *Vozes de Tchernóbil*, propomos analisá-lo como uma literatura de testemunho, trazendo a necessidade de refletirmos sobre especificidades dessa “face da literatura”. O historiador e teórico literário Márcio Seligmann-Silva denomina por literatura de testemunho as obras que se referem aos sobreviventes de eventos traumáticos, tal qual o Holocausto. Seligmann-Silva a caracteriza como uma “face da literatura”, trazendo o questionamento da relação da literatura e o compromisso com o real, sendo esse o ponto principal que diferencia a literatura de testemunho das outras (SELLIGMANN-SILVA 2003, p. 373). É então, no pós Segunda Guerra Mundial que a literatura de testemunho ganha um destaque, principalmente no que se refere a um olhar para eventos limítrofes/traumáticos a partir das vítimas de violência de Estado, como os sobreviventes do Holocausto e seus campos de concentração nazista.

Tratando-se de eventos catastróficos, o historiador Gustavo Feital Monteiro, aponta que esses representam um desafio ao estudo histórico para compreensão do acontecimento, pois “extrapolam descrições coerentes dos fatos”, segundo o autor, esses eventos não se encaixam nos modelos pré-existentes desses estudos. Dessa forma, a literatura de testemunho se coloca como possibilidade de enfrentar esses desafios nos estudos históricos e auxilia na compreensão desses eventos na medida em que “possibilita uma aproximação com o passado e aborda o mesmo tema que a historiografia por perspectivas diferentes, fornecendo um material empírico referente às experiências individuais em contextos complexos” (MONTEIRO, 2018, p. 16).

Seligmann-Silva entende o testemunho como condição de sobrevivência, utilizando-se dos apontamentos de Primo Levi – judeu italiano, sobrevivente do Holocausto e escritor com importantes trabalhos memorialísticos sobre o tema – caracteriza-o como:

uma atividade elementar, no sentido de que dela depende a sobrevivência daquele que volta do Lager (campo de concentração) ou de outra situação radical de violência que implica esta necessidade, ou seja, que desencadeia esta carência absoluta de narrar (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66).

Entendendo que a literatura de testemunho está ligada a narrativa de traumas, Seligmann-Silva aponta que a imaginação para elas serve como “auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real trauma”. Também serve como meio para enfrentar a crise do testemunho, dessa forma, segundo o autor, o trauma encontra na imaginação um meio para sua narração, a literatura, portanto, serve como possibilidade de expressão do trauma. Por conta dessa relação íntima com a imaginação, a literatura de testemunho foi por muito tempo descartada como possível fonte para os historiadores, e a partir do século XX passa a se perceber uma revisão do uso da literatura e do teor testemunhal, onde esse, segundo Seligmann-Silva, é reconhecido como “indissociável da vida, a saber, como tendo um compromisso com o real” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 71).

A literatura de testemunho também está inserida dentro da problemática da dificuldade da representação dos acontecimentos catastróficos, Seligman-Silva afirma:

[...] na medida em que tratamos da literatura de testemunho escrita a partir de Auschwitz, a questão do trauma assume uma dimensão e uma intensidade inauditas. Ao pensar nesta literatura, redimensionamos a relação entre linguagem e o real: não podemos mais aceitar o vale-tudo dito pós-moderno que acreditou ter resolvido essa complexa questão ao firmar simplesmente que “tudo é literatura/ficção”. Ao pensarmos Auschwitz, fica claro que mais do que nunca a questão não está na existência ou não da “realidade”, mas da nossa

capacidade de percebê-la e simbolizá-la (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 49-50).

Apesar dessas discussões, é imprescindível reconhecer a importância da literatura de testemunho no processo de entendimento e de construção da narrativa desses acontecimentos. Considera-se que a mesma, foi o caminho percorrido por diversos sobreviventes dos eventos traumáticos. O relato serviu a esses como forma de alcançar a assimilação do ocorrido, e buscar a superação do trauma. Com a *guinada subjetiva*, e a busca por novos significados dos testemunhos, esses relatos tornam-se uma das principais fontes dos acontecimentos traumáticos para historiografia, cabendo aos historiadores a historicização desses testemunhos e do trabalho com a memória.

Ao trabalhar com esses testemunhos, mobilizados pela memória desses sobreviventes, passa-se pelo entendimento que, assim como a história, esses buscam uma elaboração do passado, porém se diferem na medida em que, a memória é marcada pelo seu caráter subjetivo, segue a ordem do sensível, podendo ser individual ou coletiva, voluntária ou involuntária, está atrelada àquilo que testemunhamos ou participamos como atores, ou seja, está relacionada com o vivido. Ela é singular e pouco se preocupa com contextualização e generalização (TRAVERSO, 2005, p. 18). A história, assim como a memória, também se escreve no presente e é, portanto, influenciada por esse tempo, porém, a história se caracteriza por sua atribuição empírica, na qual há uma busca por comprovação dos fatos através da crítica das fontes.

Para Enzo Traverso, podemos considerar a história como uma “parcela da memória” (TRAVERSO, 2005, p. 19), e enquanto campo de saber deve se emancipar da memória, mas não a rejeitar, o autor afirma que essa rejeição pode ser prejudicial ao ofício do historiador. Nesse sentido, adotando a perspectiva benjaminiana a relação história e memória envolve negar uma estrutura que hierarquize a memória como inferior à história, “recomenda que se pense a história a partir das ruínas, e não de forma determinista; assim, o trabalho com memórias passa a ser pensado como um imenso campo de possibilidades” (ARAÚJO; PAIM, 2018, p. 8), dessa forma, trabalhar a partir da memória traz a possibilidade de se trabalhar com as “memórias outras”, ou seja, de grupos que foram subalternizados pela história contada a partir da visão dos vencedores.

Entendemos que os debates em torno do uso da memória pela história, principalmente após eventos traumáticos requer que não haja uma oposição radical dessas, trabalhar esses eventos a partir da memória é a possibilidade de ampliação de

visões dos acontecimentos, e a forma da qual os sobreviventes de repressão de Estado puderam contar sobre os horrores vivenciados. A literatura de testemunho se coloca nesse ponto como uma forma de expressão do trauma, trazendo a possibilidade de apresentar uma representação da catástrofe. Além disso, a valorização à memória foi de extrema importância para os processos de transições democráticas e na criação de políticas de não apagamento das vítimas, gerando ainda, através delas, uma mobilização para que esses eventos não se repitam.

O trabalho de Svetlana Aleksievitch em *Vozes de Tchernóbil*

Reconhecendo que o trabalho de Aleksievitch está dentro da *Guinada Subjetiva*, na medida em que tem como sua principal característica o trabalho com a subjetividade e sua valorização, com a preocupação com o cotidiano, e de valorização do individual e do relato da experiência, buscamos refletir sua possibilidade como fonte para a história.

Svetlana Aleksandrovna Aleksievitch é uma escritora e jornalista nascida na atual Ucrânia, mas criada na Bielorrússia. A autora é ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura de 2015, sendo a 14ª mulher a receber o prêmio, e a ter o primeiro prêmio concedido a um escritor/escritora que trabalha exclusivamente com pessoas vivas (The New Yorker, 19/10/2022). Aleksievitch reúne em seu reportório mais de cinco títulos que fazem parte do que a autora identifica como enciclopédia do “homem vermelho” ou “utopia vermelha”, remetendo à análise do homem e socialismo soviético. Segundo Fernando Perlatto, o que a autora busca fazer em sua “enciclopédia vermelha” é uma aproximação da grande história” e da “pequena história”² (PERLATTO, 2016, p. 35).

Em suas obras, a autora faz um trabalho de escuta dos relatos “pessoas comuns”, em sua maioria, sobreviventes de eventos traumáticos, tais quais o desastre nuclear de Chernobyl e a Segunda Guerra Mundial, propondo o olhar para o evento a partir desses grupos que são pouco ouvidos e relatados pela “grande história”. Nesse processo, a autora possibilita uma humanização da história soviética, na medida em que se propõe à escuta dessas vozes silenciadas. Depois do longo processo de entrevistas, a autora reúne os testemunhos, organiza-os e elabora-os a partir de sua narrativa. Perlatto afirma que o que podemos perceber no trabalho de Aleksievitch é que “seus livros se oferecem como

² Termos usados pela autora Svetlana Aleksievitch. A “grande história” estaria a serviço de uma memória social do Estado, e a “pequena história” para as memórias das pessoas comuns, dando maior atenção à vida cotidiana dessas.

caleidoscópios de relatos, que redimensionam textualmente os acontecimentos pelas esferas do indivíduo e do subjetivo” (PERLATTO, 2016, p. 35-36). Percebemos como característica principal nos escritos da autora a relevância dessas vozes excluídas, e reconhecemos o seu esforço em expô-las por meio da escrita das vivências que lhe foram apresentadas.

Vozes de Tchernóbil faz parte da Enciclopédia Vermelha de Aleksiévitich, sendo publicado em russo pela primeira vez em 1997, após 10 anos de processo da produção do livro. A obra foi lançada no Brasil em 2016 com tradução de Sonia Branco, e busca apresentar narrativas pessoais de “pessoas comuns” que sobreviveram ao acidente nuclear de Chernobyl, muitos deles, ainda residentes de zonas contaminadas. Nesse livro, para além dos testemunhos recolhidos, a autora também traz alguns testemunhos diretos, ou seja, traz a sua perspectiva como moradora bielorrussa, que presenciou os acidentes e precisou lidar com suas consequências.

Pelos testemunhos nele recolhidos, nos deparamos com uma sociedade traumatizada, vivendo as consequências de uma experiência que mudou completamente seu cotidiano, são pessoas marcadas pela falta de confiança em seus líderes e que temem sua própria moradia. Encontramos relatos de mulheres que perderam seus maridos para a radiação, liquidadores, bombeiros e cientistas que sobrevivem com sequelas e traumas buscando respostas sobre a competência de seus superiores. Pessoas que perderam suas casas e que viram em pouco tempo grande parte dos cidadãos bielorrussos morrerem ou entrarem em estado grave por doenças relacionadas à radiação.

Percebemos ao longo dos relatos, nas narrativas escolhidas pela autora, a questão da falta de comunicação do Estado com grande parcela da sociedade, “poupando-os” dos detalhes verdadeiros sobre o que viria significar o acidente e a exposição à radiação, nota-se que, principalmente nos relatos daqueles que entraram em contato com a usina logo após o acidente, como os bombeiros, que esses não sabiam das consequências do contato direto com os restos do reator. Certas entrevistas apresentam a defasagem de escritos sobre o acontecimento de Chernobyl, apontando como justificativa que o acidente é um trauma da cultura, por isso encontra-se a margem da cultura, e dessa forma o que eles têm sobre tal acontecimento é o silêncio. Há também questionamentos sobre o progresso moderno, levantando a reflexão de quem é o culpado pelo acidente, “o reator ou o homem?” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 198).

Levando algumas considerações apontadas pelo historiador Wilberth Salgueiro, identificamos o livro *Vozes de Tchernóbil* dentro das características recorrentes nas produções literárias de testemunho. Algumas dessas, segundo Salgueiro, são o registro em primeira pessoa, a sinceridade do relato, o desejo de justiça, a vontade de resistência contra autoritarismos, a apresentação de um evento coletivo (a primeira pessoa representando os traumas de muitos), sentimento de vergonha pelas humilhações e animalizações sofridas, sentimento de culpa por ter sobrevivido, entre outras (SALGUEIRO, 2012, p. 292).

Para pensar em um testemunho que nos passe a ideia de um desejo de justiça, destacamos essa parte de um testemunho de “um pai” sobrevivente do acidente:

Eu quero testemunhar, a minha filha morreu por culpa de Tchernóbil. E ainda querem nos calar. Dizem que a ciência ainda não comprovou, não há banco de dados. É preciso esperar cem anos. Mas a vida humana... Ela é ainda mais curta. Eu não vou esperar. Anote. Anote ao menos que a minha filha se chamava Kátia. Katiúchenka. Morreu aos sete anos (ALEKSIÉVITCH 2016: 68).

O testemunho nos mostra a indignação de um pai que perdeu sua filha de sete anos para os efeitos da radiação, podemos interpretar que o fato de querer testemunhar a morte dela tem a ver com um desejo de justiça na medida em que expõe aquilo que é abafado pela história oficial, percebemos esse desejo também, na revolta apresentada pela falta de respostas das autoridades responsáveis sobre o acontecimento. Ainda quando fala “querem nos calar”, se coloca contra uma cultura de sigilo muito utilizada pelo governo no pós-acidente.

No capítulo “Coro do Povo”, a autora traz testemunhos de mulheres que presenciaram e sobreviveram ao acidente de Chernobyl, dentre elas, esposas de liquidadores, médicas, parteiras e moradoras do povoado rural. No primeiro testemunho apresentado podemos ver as cicatrizes de uma sociedade traumatizada pelo acidente e suas consequências. No trecho:

Há muito tempo não vejo mulheres grávidas felizes. Mãe felizes. Assim que nasce o filho, a mãe pede: “Doutora, me mostre o bebê! Deixe-me vê-lo!” Observa-o todo. Quer se certificar: “Doutora, o meu filho é normal? Está tudo bem?”. Quando trazem a criança para amamentar, tem medo: “Eu vivo perto de Tchernóbil. Eu peguei aquela chuva ” (ALEKSIEVITCH, 2016: 226).

Esse relato nos permite perceber, a preocupação de mulheres que presenciaram após o acidente muitos bebês nascerem má formação e outros “distúrbios” causado pela exposição à radiação, demonstrando um dos traumas coletivos dessa sociedade, e,

portanto, trazendo mais uma característica defendida por Salgueiro para representar uma literatura de testemunho.

Entendendo que *Vozes de Tchernóbil* é um livro escrito por uma autora que está no âmbito da literatura e do jornalismo, propomos refletir acerca de sua importância e possível uso para a história. Utilizar *Vozes de Tchernóbil* e outros tipos de literatura como documentação histórica faz parte da ampliação da legitimação de diferentes tipos de fontes que vêm ocorrendo na historiografia desde o final do século XX, é reconhecer a literatura como “material propenso a diversas leituras, pela sua riqueza de significados para o universo cultural, dos valores sociais e experiências dos homens e mulheres no tempo.” (CORREIA, 2012: 192)

Nesse sentido, faz-se necessário a mediação e crítica da literatura, dos testemunhos e dessas memórias antes de serem utilizados. Em *Vozes de Tchernóbil* percebemos a preocupação de Aleksiévitch em não apresentar os testemunhos como totalidade do acontecimento, ela demonstra uma consciência de que aquele que relata, cria, acrescentando aos fatos informações a partir de sua imaginação, e entende que essas narrativas e sentimentos apresentados podem se modificar conforme o tempo. Em um trecho do livro a autora reconhece: “Evidentemente, a pessoa fala a partir do seu tempo: ela não pode falar de outro lugar! Mas é difícil penetrar a alma humana, ela está atulhada de superstições, parcialidades e mentiras da sua época. Insuflada pela televisão e pelos jornais.” (ALEKSIÉVITCH 2016, p. 373). Dessa forma, reiteramos a importância da historicização dos testemunhos, ao propormos sua utilização para a historiografia.

Apresentados os limites e as questões ao fazer uso da literatura como fonte para historiografia, reconhecemos a obra de Aleksiévitch como forma de acessar o acontecimento a partir da perspectiva dos sobreviventes do acidente nuclear pelas memórias do que Aleksiévitch chama de “pessoas comuns”, como trabalhadores, cientistas e soldados, expandindo o conhecimento para além de uma história contada a partir da perspectiva do Estado. Os testemunhos reunidos tornam possível a reflexão sobre os processos que essas pessoas encararam por ter vivenciado uma experiência traumática. Além disso, nos dão a oportunidade de traçar características importantes da sociedade e do homem soviético. Trazemos um exemplo de forma de apropriação desses testemunhos que nos permita esse trabalho com o estabelecimento de características dessa sociedade, a partir de relatos de memórias de grupos que por muito foram silenciados.

No capítulo intitulado “Coro de Soldados”, Aleksiévitich traz testemunhos de 19 pessoas que participaram ativamente na “contenção de danos” durante e após o acidente. Os testemunhos são de soldados, dosimetristas, liquidadores, policiais e pilotos de helicóptero/avião, e buscam expor o que essas pessoas vivenciaram por conta do acidente. Um dos assuntos recorrentes que podemos perceber na maioria dos testemunhos se refere ao “heroísmo soviético” e como, principalmente os homens, agiam e eram vistos pelo regime soviético. Isso pode ser reconhecido em passagens como:

Eu sou um soldado, recebo ordens e as cumpro. Prestei juramento. Mas isso não é tudo. Dentro de mim havia também um impulso heróico. Experimentei... Isso era inculcado em todos nós desde a escola, e também pelos pais. E pelos conselheiros políticos. Pelo rádio e pela televisão. (ALEKSIEVITCH, 2016, p. 106).

E também em:

Fui para lá, embora pudesse não ter ido. Eu me alistei como voluntário. Nos primeiros dias não vi ninguém indiferente, com aquele vazio no olhar que depois se tornou costumeiro. O objetivo era arrebancar alguma medalha? Privilégios? Asneiras! Eu pessoalmente não precisava de nada [...] O que me impulsionou foi uma espécie de arroubo masculino. Para lá vão homens de verdade, fazer coisas de verdade.” (ALEKSIEVITCH, 2016, p.108)

Nesses trechos, podemos perceber a construção dessa característica marcante na sociedade soviética, a ideia de um “heroísmo soviético”. Nota-se, em testemunhos constantes, nessa obra em específico, sobretudo nos testemunhos de homens, que esses crescem com a ideia muito rígida de um compromisso com a nação, ligado a servir ao Estado em troca do reconhecimento de seus atos. Eles demonstram encarar o fato de terem sido convocados nas guerras e nesse caso, no trabalho de contenção ao acidente de Chernobyl, com orgulho e como um ato heroico.

Para além dessa questão, a obra de Aleksiévitich nos permite trabalhar diversos outros traços da sociedade soviética, e até mesmo nos trazem reflexões acerca do “progresso” do mundo moderno e suas implicações. Ao propormos a utilização do livro, entretanto, não temos a intenção de fazê-lo numa perspectiva de analisar o documento como fim em si mesmo, mas sim trabalhá-lo a partir dos possíveis questionamentos e problematizações possíveis de serem feitas pelos historiadores em relação a ele. Acreditamos que investigar uma diferente concepção de documento histórico como a literatura de testemunho, acarreta ao docente a repensar o seu uso para a historiografia, complexificando a narrativa histórica, e possibilitando uma visão outra a determinados acontecimentos, diversificando não só o tipo de fontes, mas também reconhecendo visões, experiências e sujeitos múltiplos.

Referências

- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. (1997). *Vozes de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear*. Trad. do russo, Sonia Branco. 1ª ed. São Paulo: Companhia de Letras. 2016.
- ALMEIDA, S. G., & AMADOR, K. T. (2019). A Interdisciplinaridade no Ensino de História: Relações Possíveis entre a História e a Literatura. *Fronteiras & Debates*, 6(2). v 6n2 p. 101-118, 2019.
- ARAÚJO, H. M. M. ; PAIM, E. A. . Memórias outras, Patrimônios outros e Decolonialidades: contribuições teórico-metodológicas para o estudo de História da África e dos afrodescendentes e de história dos indígenas no Brasil. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives* , v. 26, p. 1-24, 2018.
- PERLATTO, Fernando. Svetlana Aleksievitch, a Grande Utopia e o cotidiano: testemunhos e memórias do Homo Sovieticus. *ESTUDOS IBERO-AMERICANOS*, v. 43, p. 250-263, 2017.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da e MACHADO, Maria Clara Tomaz. (orgs.) *História e Literatura: identidades e fronteiras*. Uberlândia-MG: EDUF, 2006. p.11 a 28.
- SALGUEIRO, W. C. F. . “O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap)”. *Matraga* (Rio de Janeiro) , v. 19, p. 284-303, 2012.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, v. 20, no. 1. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia da PUC – Rio, 2008.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. “O testemunho: entre a ficção e o real”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- TRAVERSO, Enzo. “Histoire et memoire: un couple antinomique?”. In: _____. *Le passé, modes d'emploi: histoire, memoire, politique*. Paris: La Fabrique, 2005, p. 18-23. [Tradução livre: Beatriz Vieira. Fragmento]

Gustavo Barroso: um intelectual integralista e antissemita na década de 1930

Camila de Sousa Freire¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de Doutorado cujo título é “A identidade regional nordestina e o Ceará nos escritos de Gustavo Barroso (1912-1960)”, ainda em andamento. Gustavo Barroso foi um escritor cearense que iniciou sua carreira no Rio de Janeiro no início do século XX, mais precisamente após a publicação de seu primeiro livro, *Terra de Sol*, em 1912, embora já tivesse escrito para jornais do Rio e do Ceará anteriormente. Nas décadas de 1910 e 1920 ele se dedicou aos estudos do folclore, do sertão e da vida do sertanejo cearense, escrevendo livros e artigos sobre essas questões. Porém, na década de 1930 viu surgir os movimentos fascistas na Europa, e movimentos similares em outras partes do mundo, inclusive no Brasil. Aqui, o Integralismo foi um desses movimentos, e o primeiro partido de massas de direita, arregimentando um número surpreendente de seguidores para a época, e Gustavo Barroso se tornou um de seus principais líderes. Assim, na década de 1930 converteu-se em um dos mais destacados líderes do fascismo e antissemitismo brasileiro, se tornando uma referência também nesses assuntos. É sobre esse período de sua trajetória que iremos tratar neste trabalho.

Assim, é necessário fazer uma breve contextualização do que ocorria no Brasil com o plano externo, de surgimento do Fascismo na Europa, movimento que inspirou o integralismo. O fascismo foi basicamente um movimento político de cunho conservador que conseguiu chegar ao poder em países como a Itália, Portugal, Alemanha, entre outros; sendo a Alemanha um caso mais específico, com características próprias, como o antissemitismo. Esse movimento então se firma na Europa com a tomada de poder por Mussolini na Itália e posteriormente Hitler na Alemanha, e passa a inspirar outros movimentos ao redor do mundo, entre eles, o Integralismo no Brasil.

Leandro Konder considera o Fascismo “*um dos fenômenos políticos mais significativos do século 20.*” (KONDER, 2009, p. 23. Grifo do autor), e Robert O. Paxton o considera “a maior inovação política do século XX, e a origem de boa parte de seus sofrimentos.” (PAXTON, 2007, p. 13) Segundo ele, Mussolini teria cunhado esse termo

¹ Aluna do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, sob a orientação da Professora Dra. Ana Paula Barcelos R. da Silva, da turma de 2019, com o projeto intitulado “A identidade regional nordestina e o Ceará nos escritos de Gustavo Barroso (1912-1960)”.

ao fim da Primeira Guerra Mundial “para descrever o estado de ânimo do pequeno bando de ex-soldados nacionalistas e de revolucionários sindicalistas pró-guerra que vinha reunindo ao seu redor.” (PAXTON, 2007, p. 15) Porém, o movimento é criado oficialmente em 23 de março de 1919, em Milão, em uma reunião ocorrida na Aliança Industrial e Comercial de Milão, quando Mussolini denominou seu movimento de “Fasci di Combattimento”, que significa, segundo Paxton “fraternidades de combate”. (PAXTON, 2007, p. 16) Mas ele só divulgaria seu programa meses depois e “era uma curiosa mistura de patriotismo de veteranos e de experimento social radical, uma espécie de ‘nacional-socialismo’”. (PAXTON, 2007, p. 16)

O fascismo então surge na Itália a partir da iniciativa de Mussolini, mas não se estabelecerá apenas nesse país. Paxton afirma que “Movimentos semelhantes vinham surgindo na Europa do pós-guerra, independentes do fascismo de Mussolini, mas expressando a mesma mistura de nacionalismo, anticapitalismo, voluntarismo e violência ativa contra seus inimigos, tanto burgueses quanto socialistas.” (PAXTON, 2007, p. 20) Na Itália, Mussolini toma o poder três anos após a dita reunião de Milão. E onze anos mais tarde outra vertente do fascismo iniciou seu governo na Alemanha. Konder destaca que nesse período “pouco se notava a admiração que o *Duce* inspirou, na Alemanha, já na primeira metade dos anos de 1920, a um jovem político que mais tarde se tornaria muito importante: Adolf Hitler.” (KONDER, 2009, p. 80)

Para este autor, a situação na Alemanha do pós-Primeira Guerra ainda era pior que na Itália. O país havia sido derrotado nessa guerra, havia perdido territórios, entre outras perdas impostas pelo Tratado de Versalhes; os militares estavam frustrados, os operários estavam descontentes e o país estava em crise. Com isso surgiram grupos de extrema-direita “que explicavam a derrota do exército alemão na guerra como consequência de uma *traição*: à pátria alemã estaria sendo apunhalada pelos ‘judeus apátridas’, que manipulam tanto a ‘alta finança ocidental’ quanto os ‘agitadores comunistas’ que insuflavam a revolta no meio operário.” (KONDER, 2009, p. 82) Assim, foi nesse contexto de crise e confusão política que surgiu o Partido Nazista, ao qual Hitler se filiou.

Já em 1928 os grupos conservadores ao redor do mundo já olhavam com grande simpatia o governo fascista da Itália e o Partido Nazista voltava a se firmar. Porém, a crise de 1929 atingiu profundamente a economia alemã, que andava às voltas com a dívida imposta pelo Tratado de Versalhes. Com isso, em 1930 caiu o governo do Partido Social Democrático e se iniciou “um claro deslocamento para a direita”. (KONDER, 2009, p.

85) O país passa a ser governado por um grupo conservador com base em “decretos de emergência”, e após uma derrota nas eleições de 1932, mas já com o apoio do capital financeiro, Hitler consegue ser nomeado para o cargo de chanceler em 1933 pelo presidente Hindenburg. Foi o último passo que ele precisava para tomar poder na Alemanha, de onde só sairia morto, ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Já o Integralismo foi um movimento surgido no Brasil nos anos 1930, também inspirado no fascismo italiano. Segundo Odilon Caldeira Neto e Leandro Pereira Gonçalves, o integralismo foi “o maior movimento de extrema direita da história do Brasil.” (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 9). Segundo os autores, o movimento surgiu após um encontro daquele que seria seu fundador, Plínio Salgado, com o próprio Mussolini, na Itália: “O encontro com Mussolini teve grande importância, pois, a partir dessa aproximação, foi possível consolidar elementos políticos e intelectuais que estavam em formação nas décadas anteriores.” (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 11). Ou seja, esse encontro foi o ponto culminante para o início de algo que já vinha sendo pensado, mas talvez ainda não tivesse uma diretriz. Plínio Salgado, inclusive, já havia participado de outros movimentos de cunho nacionalistas, como o verde amarelismo, na década de 1920. Porém, para Hégio Trindade, mesmo nessa época Salgado ainda não havia definido totalmente os contornos de seu movimento, e nem simpatizava com o fascismo. Para este autor, isso só acontecerá a partir dessa viagem de Salgado em 1930. (TRINDADE, 1979, p. 73)

Porém, mesmo que a viagem tenha sido decisiva, não foi logo ao retornar que Salgado fundou o integralismo, pois o contexto não era favorável, devido a eclosão recente do Golpe de 1930 de Getúlio Vargas, onde este impede que o presidente eleito Washington Luís governe, se instalando no poder com ajuda das forças armadas. Assim, em um primeiro momento Plínio Salgado continuaria se dedicando a sua atividade jornalística, e somente em 1932 fundou a Sociedade de Estudos Políticos (S.E.P.), que de acordo Trindade foi a “antecâmara do Integralismo” (TRINDADE, 1979, p. 73). Já na terceira reunião do SEP Plínio Salgado sugeriu a criação de um novo grupo, visando “ampliar as atividades” (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 14). Sua proposta foi então aprovada “com o apoio de intelectuais e estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo (...) consolidando a formação da Ação Integralista Brasileira (AIB)” (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 16).

No entanto, mesmo ocorrendo essa aprovação em Maio, o movimento só ficou realmente conhecido a partir de outubro, quando foi lançado o *Manifesto de Outubro*, no

dia 07 daquele mês, no Teatro Municipal de São Paulo. Este foi um documento redigido por Salgado “após calorosos debates nas reuniões do SEP, e que definia as diretrizes ideológicas do movimento.” (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 16) E assim surgia oficialmente no cenário político brasileiro a Ação Integralista Brasileira, que embora não seja nosso foco nesta pesquisa, teve um papel sem dúvidas muito importante na trajetória de Gustavo Barroso. O autor Marcos Chor Maio fala um pouco sobre o contexto brasileiro desse período, que teria favorecido o surgimento de movimentos políticos como a AIB. Segundo ele, esse período de 1932 a 1937:

se caracteriza por um quadro de imprevisibilidades no terreno político. O ambiente de indefinições que compreendeu o intervalo entre a crise de hegemonia das oligarquias da República Velha e o fechamento político que culmina no Estado Novo favoreceu o surgimento de projetos radicais e mobilizantes que tentaram galvanizar a sociedade com a idéia de mudança. As duas principais propostas desse tipo foram a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB). Os dois movimentos tinham críticas profundas aos preceitos democrático-liberais da República Velha - A ‘democracia dos coronéis’, segundo Oliveira Vianna - e também aos descaminhos da Revolução de 30. (MAIO, 1992, p. 78)

É nesse contexto de insatisfações do pós-revolução de 1930 que surge a Ação Integralista Brasileira (AIB), em 7 de outubro de 1932. O movimento existiu oficialmente até 1938, quando Vargas colocou os partidos e movimentos políticos na ilegalidade, a partir da Lei de Segurança Nacional, no momento em que perpetra seu segundo golpe, que daria início à ditadura do Estado Novo (1937-1945). Dessa forma, segundo Maio (2019), a AIB estava em sintonia com seu contexto político, e inclusive com outros movimentos do mesmo teor no período, que se aglutinaram em torno dela, como a Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), a Legião Cearense do Trabalho, o Partido Nacional Sindicalista e a Ação Imperial Patrionovista, todos de extrema direita. Portanto, para o autor, o integralismo se insere nesse contexto de ascensão de movimentos e partidos fascistas na Europa, como já explicamos. Segundo Chor Maio

O engajamento de Barroso na Ação Integralista Brasileira contemplava este conjunto de preocupações que fomentava a militância de parcela ponderada dos intelectuais dos anos 20 e 30. (...) Ela estava em sintonia com a presença ascendente das ideias de extrema-direita no espectro político-ideológico do Brasil dos anos 30. Não só uma vasta literatura apareceu à época, procurando repensar o país e propondo alternativas que superassem as incertezas da democracia, como também uma série de organizações de cunho autoritário surgiram neste cenário. (MAIO, 1992, p. 79)

E é neste contexto que Gustavo Barroso escreveu seus primeiros livros de cunho político, como o livro *Integralismo em marcha*, onde ele aborda ideias como ordem, hierarquia e autoridade. Ele defende a autoridade inclusive do próprio movimento

integralista, pois este defendia a verdade e seria a verdadeira revolução, diferentemente da “Revolução” de 1930. Ele também tenta esclarecer que tipo de poder os integralistas desejavam, que não seria o poder comum dos partidos políticos, mas algo organizado de acordo com a hierarquia, a disciplina e a ordem:

Não queremos ser um partido, porque representamos as primeiras células de um todo, porque seremos um dia êsse todo, *arquitetando coesamente na ordem, na hierarquia e na disciplina*. Não pretendemos o poder-força, o poder passageiro (...). *Queremos o poder autoridade, como um direito real que compete aos mais cultos, como atribuição que assiste aos mais capazes*, poder de que carecemos, não para explorar a Pátria, mas para engrandecê-la (...). (BARROSO, 1936, p. 16. Grifos nossos)

Vemos então que, para Barroso, os integralistas seriam aqueles com um direito real para governar, por serem aqueles com mais capacidade e cultura. Ou seja, Barroso se via como um eleito, um ser especial destinado a guiar as massas. Porém, nesse mesmo livro ele continua seguindo a mesma linha de pensamento ao falar do homem:

O Homem que consideramos é o Homem Integral, corpo, razão e espírito, necessitado de alimentar-se e de amar, mas também necessitado de *liberdade disciplinada, guiado por um destino superior que se manifesta pela virtude e pela inspiração*. (BARROSO, 1936, p. 19. Grifos nossos)

Ou seja, eles, os integralistas, que seriam capacitados para guiar esses “homens integrais”, pois possuíam a virtude e inspiração necessárias. Logo, fica claro o autoritarismo dessa orientação política, onde as pessoas só teriam direito a uma liberdade disciplinada, liderada por um grupo ou líder superior (ou Chefe, como Plínio Salgado era chamado). Além disso, ele mistura esses elementos com o aspecto religioso, mas sem usar diretamente essa palavra. Ele diz que para ser integralista deveria se levar em consideração dois lados, o da racionalidade e o da materialidade, e mais um terceiro que deveria integrá-los, que seria a cultura “sob o ascendente da Moral Superior, da Moral Divina.” (BARROSO, 1936, p. 20) Dessa forma, seria fundamentado “filosoficamente o nosso modo de enquadrar e resolver o problema político do ponto de vista geral ou universal e, com as particularizações necessárias, do ponto de vista brasileiro.” (BARROSO, 1936, p. 20)

Esse estudo do homem, segundo ele, também seria importante para explicar os “fundamentos filosóficos” que seriam a base cultural do integralismo. No livro *Integralismo de Norte a Sul* ele começa falando sobre política e filosofia, dizendo que a filosofia é a “ciência das ciências”, e como “procura explicar as origens, a existência e a finalidade do homem, nela se tem de alicerçar toda e qualquer concepção social ou

política.” (BARROSO, 1934, p. 9) E neste livro também que ele já começa a citar os judeus:

De mãos dadas, o espírito judaico e o espírito filosófico, haviam corroido, em nome dum direito natural racionalista, o *princípio da autoridade*. Dêde muito tempo, *as dimensões permanentes da vida espiritual*, dentro das quais se emolduravam os povos, vinham sendo minadas no sentido duma revolução geral da humanidade, segundo o afirma uma das maiores inteligencias israelitas, Bernard Lazare, mostrando a colaboração nêsse obstando trabalho de sapa [sic] dos filosofos racionalistas judeus do seculo Xº ao XVº (...), E, quando apareceu o odioso discurso de Russeau (...) o filosofo judeu Moses Mendelssohn o traduziu, o propagou e dêle fez o manifesto oficial do movimento de idéas semita conhecido na história pelo nome de Movimento Háscala. (BARROSO, 1934, p. 11. Grifos nossos)

Percebe-se mais uma vez a defesa da autoridade e da permanência, ou seja, o que era tradicional e permanente sendo minado pelo moderno e inconstante. Além da tentativa de ligar os filósofos iluministas aos judeus, colocando-os como aqueles que teriam agido para que essa mudança ocorresse na sociedade a qual ele defendia. E para criticar o socialismo ele vai continuar criticando o fim do Antigo Regime e a filosofia do século XVIII, que ele chama de “racionalismo-individualista”, que atacou o Antigo Regime e “não teve a preocupação de erigir um mundo novo sobre os valores positivos e necessários do mundo antigo; porém a de derrubar todas as formas celestes e terrestres da autoridade. E é por essa razão que Spencer assegura terem sido os liberais que prepararam o caminho para os socialistas.” (BARROSO, 1934, p. 13.) Assim podemos perceber que ele se esforça para relacionar tudo quanto ele considera nocivo na sociedade, e considera nocivo todo movimento que acabou com a autoridade e um modo tradicional de vida defendidos por ele. E a partir desse momento ele acrescenta o antissemitismo. Inclusive o capitalismo, que ele também critica, teria começado com “os prestamistas e rendeiros judeus, com os banqueiros e cambiadores lombardos.” (BARROSO, 1934, p. 14)

Já o comunismo e o liberalismo eram, para ele, a mesma coisa, e deveriam ser combatidos por igual, pois um era “a sombra do outro” (BARROSO, 1934, p. 17). Sobre o comunismo, aproximando-o do liberalismo, ele diz: “O Comunismo promete essa justiça [social] por um processo que é simples reflexo do liberalismo. A mesma figura invertida. Nasceram da semente só e se destinam ao mesmo fim destruidor” (BARROSO, 1934, pp. 23-24). Na verdade, notamos que Barroso desejava demonstrar que tudo tinha uma ligação, que todas as teorias estavam interligadas visando um mesmo fim: a destruição da sociedade cristã. Por isso ele coloca todos esses teóricos na mesma situação, relacionando-os também aos judeus, que para ele seriam os principais articuladores desse plano de destruição, porém agindo nas sombras, como ele pretende demonstrar na maioria

de seus livros e artigos antissemitas. Então, a partir desse ponto ele começa a ligar o comunismo aos judeus, defendendo que:

(...) Karl Marx era judeu, duma família rabinica-talmudista de Trêves. Engels era judeu, duma família rabinica de Bamen. Lenine casou com uma judia. Os comissarios do povo da Rússia são, na maioria, judeus. Bela Kun, judeu. Trotski, judeu. As suas doutrinas são, na verdade, de traição nacional e de decomposição social, destinando-se a destruir a religião, o princípio de autoridade e a ideia de pátria, transformando-a em espírito odioso de classe. (BARROSO, 1934, pp. 40-41)

Vemos que para Barroso o fato de ser judeu já era um crime em si, e provava uma suposta conspiração e influência desses judeus nos acontecimentos mundiais. A sua ênfase na antiguidade e não originalidade do comunismo também é importante de ser destacada, pois servirá de contraponto à sua defesa do integralismo, que ele vai colocar como algo novo e original, e como única alternativa para salvar o país do comunismo e da liberal-democracia. Segundo Chor Maio, essa visão política de Barroso era singular, diferindo em alguns pontos da visão de Plínio Salgado. Barroso

A exemplo de Plínio, concebia o conflito entre espiritualismo e materialismo como força motriz da evolução da história da humanidade. Diferentemente de Plínio, entretanto, no que se refere especificamente ao medievo, ele transformou o embate numa competição inconciliável entre judeus e cristãos, onde os primeiros representam as forças da matéria, enquanto os últimos, as do espírito. Os judeus deveriam ser eliminados por não aceitarem o convite à dissolução no mundo cristão totalitário medieval, por teimarem em se manter como 'raça' à parte, sendo, ao mesmo tempo, fomentadores da modernidade, do capitalismo e do comunismo, instrumentos indissociáveis do projeto judaico de dominação do mundo. À semelhança do nazismo, a revolução integral barrosiana seria essencialmente uma revolução antijudaica. Ao destruir o inimigo objetivo, deveria se inspirar no passado medieval para a construção da nova sociedade, na medida em que seria impossível restaurar este momento privilegiado da história por causa da ação destrutiva dos judeus. (MAIO, 1992, pp. 83-84)

Já Elyinaldo Gonçalves Dantas insere o discurso de Barroso em um movimento “de matriz rácica aos moldes da ideologia nazista, mas que, por conta de estar abrigado na AIB, dizia zelar pela união racial, e por isso mesmo colocava uma ideia paradoxal: a de não ser racista porque combatia o verdadeiro racista, o judeu, que não se assimilava a nação nenhuma.” O autor considera que Barroso utilizava o discurso político para encobrir seu antissemitismo. Na AIB buscava-se não tocar nesse assunto, na tentativa de não excluir adeptos, e inclusive o antissemitismo de Barroso viraria um questão dentro da AIB pois, como vemos, era escancarado. (DANTAS, 2014, pp. 11-12) Era através do integralismo que Barroso acreditava que encontraria a solução para o que ele considerava os problemas da nação, que eram a dissolução dessa sociedade tradicional, da qual já falamos; e a suposta influência judaica nessa dissolução. Dessa forma, o antissemitismo

e suas análises sobre política e história da nação estarão sempre entrelaçadas. Assim, para Dantas “a interpretação barrosiana da história nacional é marcada pela teoria da conspiração judaica e por uma doutrina racista que dialogava em vários aspectos com a doutrina nazista.” (DANTAS, 2014, p. 15) Concordamos com o autor nesse sentido, pois encontramos nas fontes analisadas referências abertas e veladas a Hitler e sua doutrina, como vemos na revista *Fon-Fon* de 09 de julho de 1933, na sessão “Filigranas”:

A sociedade precisa dum quadro hierarchico dentro do qual viva e progrida. Esse quadro pressuppõe chefes e disciplina. No angustioso momento por que hoje passa o mundo, vendo morrer a liberal democracia e bracejar o communismo impotente, somente uma doutrina mostra no horizonte dos povos um lume de esperança: o Integralismo. Porque elle cria e mantem aquelle quadro hierarchico salvador, sob o symbolismo do *Fascio* de Mussolini, da *suastika* de Hitler, da cruz de Christo de Salazar ou do *sigma* brasileiro. (BARROSO, 1933. Grifos no original)

Em seus artigos e livros Barroso não escondia sua orientação fascista, assim como a do movimento para o qual fazia propaganda, embora sempre destacasse a originalidade deste em detrimento dos outros, como ele afirma em entrevista ao jornal *Estado da Bahia*: “Assim, com estas fallencias consecutivas de um regimen e doutro, vamos marchando para as formas de conciliação fascista, de que o integralismo é a fórmula brasileira, tendo pontos de contacto com as doutrinas fascistas de outras nações, mas consultando antes de tudo, a organização e a história brasileira (...)” (BARROSO, 1933) Ele chegou até mesmo a se corresponder com outros líderes fascistas estrangeiros, como o britânico Oswald Mosley. Porém, seu antissemitismo era muito mais acentuado, demonstrando um racismo violento em relação ao judeu. Segundo os autores Caldeira Neto e Gonçalves, Gustavo Barroso teria se tornado antissemita já inserido no integralismo, onde ele “(...)atribui o contato e o aprofundamento com o tema ao próprio círculo social integralista, como Madeira de Freitas – chefe da AIB na Guanabara e redator-chefe do mais importante jornal integralista, *A Offensiva* -, que emprestou para Barroso uma edição em francês de *Os Protocolos dos sábios de Sião*, base fundamental da literatura antissemita.” (CALDEIRA NETO; GONÇALVES, 2010, pp. 26-27) *Protocolos dos Sábios de Sião* (1936) é um livro/panfleto fraudulento que foi traduzido para o português por Barroso, com comentários seus, obtendo grande repercussão e tornando-o a principal referência sobre o antissemitismo no Brasil:

Devido à grande aceitação nos círculos autoritários e conservadores, a obra traduzida transformou Gustavo Barroso na principal representação do antissemitismo brasileiro. Acusava os judeus de terem influenciado negativamente o Brasil desde a sua independência, em especial no âmbito econômico, relacionando para isso a situação precária nacional dos anos de

1930 com um passado de dívidas e empréstimos contraídos com banqueiros judeus. (CALDEIRA NETO; GONÇALVES, 2010, p. 27)

Em seu livro *História Secreta do Brasil* (1936) ele vai mais longe, e defende que a influência dos judeus viria desde o descobrimento do Brasil. Após ler os Protocolos e tomá-lo como verdade, Barroso tornou-se um antissemita ferrenho. Posteriormente traduziu o mesmo para o português, com comentários em notas de rodapé, nas quais tenta passar suas ideias aos leitores enquanto comenta aspectos do texto, tentando inclusive provar sua autenticidade. Já no livro *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo* (1937), Barroso relaciona os judeus ao comunismo e à maçonaria, como o próprio título demonstra. Basicamente, para ele, todos os judeus seriam comunistas e maçons, e até mesmo os envolvidos na Intentona Comunista seriam judeus:

Viu-se, em 1935, na ofensiva comunista contra o nosso país, como os judeus formaram entre os primeiros colaboradores do movimento: David Rachaides Rabinovitch, mentor oculto de Prestes; Harry Berger, mentor oculto da revolução; o proprietário judeu da casa da rua Copacabana onde se ocultava o mesmo Prestes; a judia Olga Ben-Ario, sua companheira e fiscal de seus antos mais íntimos(...). (BARROSO, 1937, p. 21)

Sua ideia principal era a de que “Sempre de mãos dadas, nos profundos mistérios das sombras sociais, o comunista, o maçom e o judeu, tramando a dissolução dos fundamentos da sociedade cristã.” (BARROSO, 1937, p. 40) Na verdade, Barroso vê forças ocultas e conspiração judaico-maçônicas-comunistas por toda parte e em tudo o que lê. Neste livro ele trata o antissemitismo como uma “defesa” em relação aos judeus:

A vaga de antissemitismo que se desencadêa pelo mundo inteiro absolutamente não deve ser considerada como resultado duma excitação reacionária ou despropositada, porque, em verdade, o que ella é é *uma reação instintiva contra a ação nefasta de Israel, o parasita que se quer tornar, através do capitalismo e do comunismo, dono dos destinos humanos.* (BARROSO, 1937, p. 9. Grifos nossos)

Era assim que ele justificava o antissemitismo. E ao responder os críticos que, segundo ele, se utilizavam do argumento da “raça”, ele acaba por elogiar o racismo alemão:

Esquecem êsses indivíduos que o racismo germânico não é unicamente um pretexto para a campanha anti-judaica e sim *uma verdadeira doutrina que se eleva mais alto.* Não haveria exagero mesmo em dizer que *êsse racismo é uma verdadeira filosofia* sobre a qual se alicerça *uma nova concepção da vida social.* (BARROSO, 1937, p. 9. Grifos nossos)

Assim, ele buscava escamotear seu racismo, acusando o outro de sê-lo. Mas mesmo que ele não perseguisse diretamente os judeus, ele incitava, a partir de seu discurso, os outros a perseguir, sob a justificativa de “defesa”, como vemos também nos

comentários dos Protocolos, onde ele incita os leitores a combater os judeus, que ele chamou de “cancro da humanidade”: “Alerta, cristãos! O autor destas notas cumpre perigosamente seu dever, despertando-vos; cumprí o vosso *combatendo a raça deicida e maldita, cancro da humanidade!*” (BARROSO, 1936, p. 231. Grifos nossos). Assim ele termina o livro, conclamando o povo a combater os judeus, e deixa bem claro o que pensava deles, se colocando como um líder que os denunciava, quase como se cumprisse uma predestinação.

Dessa forma, acreditamos que o discurso antissemita de Barroso, de forma perniciosa, influenciou pessoas ao redor do país, angariando adeptos ao integralismo e para sua causa atissemita, não só em sua época como ainda influencia atualmente, como constatamos ao ver blogs e sites neonazistas digitalizando e disponibilizando seus livros na internet. Portanto, consideramos importante analisar o discurso de Gustavo Barroso e abordar essas questões, como fascismo e antissemitismo, que tem ganhado cada vez mais força, para que a partir de seu conhecimento possamos combatê-los.

Referências

- BARROSO, Gustavo. *O Integralismo de Norte a Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.
- _____. *O Integralismo em marcha*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.
- _____. Filigranas. *Fon-Fon*, 07 de julho de 1933. Hemeroteca Gustavo Barroso, Biblioteca Digital do Museu Histórico Nacional, pasta 20.
- “Os caravaneiros do ideal integralista”, *O Estado da Bahia*, 30 de novembro de 1933. Hemeroteca Gustavo Barroso, Biblioteca Digital do Museu Histórico Nacional, pasta 21.
- BARROSO, Gustavo. *Os Protocolos dos sábios de Sião*. São Paulo, Editora Minerva, 1936.
- _____. *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
- _____. *História Secreta do Brasil (volume 1)*. 1ª reedição. Porto Alegre/RS: Revisão Editora Ltda, 1990.
- CALDEIRA NETO, Odilon; GONÇALVES, Leandro Pereira. *O Fascismo em Camisas Verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- DANTAS, Elynaldo Gonçalves. Gustavo Barroso, o fuhrer brasileiro: Nação e Identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2014.
- KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MAIO, Marcos Chor. “*Nem Rotschild nem Trotsky*”: *O Pensamento Anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.
- _____. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano vol. 2: o tempo do nacional-estatismo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Seminário Interno PPGHS — 2022
Seção: discentes ativos

TRINDADE, Hégio. *Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*. 2ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

Entre o PDT E O PSDB: Encarando o jogo político-partidário nas eleições de 2020, em São Gonçalo

Camilla Fogaça Aguiar¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa, cujo título é: “União e Retórica Racial: Estratégias de Sobrevivência das Lideranças Afro-brasileiras em São Gonçalo”, em andamento. Assim começamos indicando que, neste trabalho apresentaremos as análises sobre a candidatura de Waguinho Macumba para a câmara legislativa do município de São Gonçalo, nas eleições de 2020. Nosso objetivo é compreender as questões suscitadas pela sua candidatura e as ferramentas políticas-religiosas usadas por Waguinho para se apresentar como “o legítimo representante das religiões afro-brasileiras² no município”. Temos o objetivo de apresentar a candidatura de Waguinho Macumba e suas articulações entre o PDT-AXÉ e o PSDB-Tucanafro.

Acreditamos que, ao extrapolar o campo religioso, Waguinho Macumba articula discursos raciais e em defesa das minorias ao mesmo tempo em que se vincula ao partido que compunha a coligação de apoio a Bolsonaro, PSDB, e, conseqüentemente, já indicava a vitória do atual prefeito, Capitão Nelson. Waguinho parece visar não só eleitorado negro e ou oriundo de terreiros, mas também os que apoiam o bolsonarismo no município para conseguir o pleito.

A vasta gama de relatos orais nos traz a necessidade de compreender a metodologia de uma história do tempo presente e a importância dos relatos orais para a história. Se baseando nas obras de Michael Pollak (1989; 1992) e Marieta de Moraes (2000) podemos empreender a relação entre memória e história como metodologia eficaz que evidencia a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, aprovada com o projeto, cujo título é União e Retórica Racial: Estratégias de Sobrevivência das Lideranças Afro-brasileiras em São Gonçalo, sob orientação da Dr^a Joana Bahía, bolsista FAPERJ E-mail: camillafogaca.pesq@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5128-8428>

² Adotaremos nesta pesquisa o termo “religiões afro-brasileiras” para designar as manifestações religiosas do candomblé e da umbanda (SOGBOSI, COSTA, 2008). As expressões “povo de santo” e “povo de axé” são utilizadas para designar o conjunto geral das pessoas que compõem o terreiro (PRANDI, 2001, p.2).

entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamando a atenção para os usos políticos do passado.

A partir dos relatos orais e análises de fontes digitais, observamos que a candidatura de Waguinho está entrelaçada ao contexto internacional da pandemia COVID-19 e crescimento das contestações raciais, a partir do movimento estadunidense *Black Lives Matter*³. A nossa problemática também chama a atenção para análises dos dados que abordam o impacto do crescimento evangélico (neo)pentecostal na política e, conseqüentemente, o aumento das disputas religiosas e acusações de casos de “intolerância religiosa”⁴ e “racismo religioso”⁵ em contexto nacional e municipal de São Gonçalo.

Em São Gonçalo, algumas lideranças de terreiro associam o crescimento do pentecostalismo na esfera pública do município com o governo de Aparecida Panisset⁶ (2005-2012) (AGUIAR, 2018; BAHIA, AGUIAR, 2022). O governo de Panisset expõe a relação entre religiosidade e esfera pública municipal, evidenciando como as práticas ideológicas do pentecostalismo não se restringem aos templos, mas se estende por diferentes esferas da vida social e política (MARIANO, 2004, p.124). Porém, a partir da década de 1970, já podemos identificar o crescimento do pentecostalismo entrelaçado a decadência socioeconômica do município. Assim, o aumento da influência pentecostal, tanto em âmbito nacional quanto municipal, pode ser percebido como uma das respostas às ausências do Estado.

³ Movimento estadunidense que tinha por objetivo inicial dar visibilidade à discriminação racial e a violência policial nos EUA, mas tomou proporções internacionais, como a criação de uma fundação disposta a filiar organizações contra o racismo pelo mundo, *Black Lives Matter Global Network*. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-06/protestos-deste-sabado-contraracismo-nos-eua-sao-os-maiores-ate-agora>> Acesso em 10 julho, 2022.

⁴ Os integrantes das religiões afro-brasileiras que compõem esta pesquisa utilizam os termos “intolerância religiosa” e “racismo religioso” em suas falas. Quando esses “ataques” religiosos ganham notoriedade pública, os afro-religiosos constituem suas agendas políticas em torno da aglutinação de casos que envolvem diferentes conflitos religiosos, impulsionando o uso do termo “intolerância religiosa” (BORTOLETO, 2014; MIRANDA e BONIOLO, 2017).

⁵ A noção de “racismo religioso” vem ganhando força a partir do final dos anos 2010, em decorrência do ativismo dos movimentos negros e seus “intelectuais orgânicos” presentes na academia. Os defensores do termo entendem que as ações discriminatórias contra os povos de axé corresponde a uma dinâmica civilizatória de viver e existir negro-africano (CAMURÇA e RODRIGUES, 2022, p. 10; Flor do Nascimento, 2017, p. 59; ORO, 1997; SANGENIS e COSTA, 2021; SIQUEIRA, 1997).

⁶ Maria Aparecida Panisset converteu-se ao Cristianismo aos 12 anos, na Igreja Nova Vida da Cinelândia. Foi vereadora de São Gonçalo em duas legislaturas (1996 e 2001) pelo PDT e deputada estadual (2002-2004), pelo PPB, e assumiu a prefeitura de São Gonçalo por dois mandatos seguidos (2005-2012) pelo PFL/DEM (BAHIA, AGUIAR, 2022)

Partindo de dados levantados pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser, 2020)⁷, identificando um crescimento das candidaturas ligadas ao universo religioso. De 2016 para 2020, em todo o Brasil, cresceu em 24% o número de candidatos que voltam a concorrer às eleições utilizando o nome religioso, como “irmão, pastor, missionário, bispa, padre”, entre outros (Reis, 2020). Para a autora, os dados apresentados levam-nos à hipótese de que o uso das identidades religiosas, principalmente entre os cristãos evangélicos, alcançou seu ápice nas eleições de 2018, subordinadas à eleição de Bolsonaro (Damé, 2018). Isso indica que, ao adotar uma identidade religiosa evangélica no pleito, os candidatos identificam-se com valores característicos de determinado tipo de cristianismo conservador.

Nas eleições de 2020, em São Gonçalo, observamos que alguns candidatos dessas religiões passaram a apresentar suas pertencas religiosas de maneira mais explícita, fazendo uso de nomes ou roupas que se referem a suas posições como sacerdotes, a exemplo de Waguinho Macumba (PSDB), Babá Ronaldo (PDT), Mae Marta (PTB), Pai Gunata (PV). Assim, ao usar a alcunha “Macumba”, Waguinho se destaca em um contexto político municipal evangélico, evidenciando a sua bandeira política, tentando angariar votos nos terreiros, entre outros. Ao relacionar religiosidade e política, Waguinho elabora as disputas religiosas que acontecem no espaço público nas esferas midiáticas e político-partidárias, principalmente entre as alas que correspondem a movimentos sociais do PDT e PSDB.

PDT-Axé

Waguinho relatou aproximação com alguns partidos afim de receber apoio para a sua campanha. No primeiro momento tinha se identificado e mostrado interesse em se vincular ao PDT, na ala PDT-AXÉ⁸, mas alega que as articulações com o partido não fluíram como desejado, encontrando certa dificuldade de angariar suportes para o

⁷ <https://www.iser.org.br/projeto/eleicoes-2020-monitoramento-de-candidaturas-religiosas/>

⁸ Outro exemplo que, em partes, nos remete a relação entre Waguinho e o PDT é a candidatura de Ivanir dos Santos para o Senado, em 2022. No início de agosto, o professor da UFRJ e Babalawô Ivanir dos Santos emitiu uma nota oficial lamentando a escolha do PDT-RJ em lançar Cabo Daciolo em seu lugar como candidato ao Senado. Daciolo tem carreira como bombeiro militar e pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Ficou nacionalmente conhecido por ter participado da eleição presidencial brasileira de 2018, passando boa parte da campanha eleitoral no Monte das Oliveiras, em Campo Grande. Para o Babalorixá, a escolha do partido em apoiar Daciolo em detrimento de sua candidatura faz com que o Rio e o Brasil percam a oportunidade de discutir temas como democracia, diversidade, pluralidade, tolerância religiosa, luta antirracista e o cuidado com os vulneráveis. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/eleicoes/2022/08/6460565-ivanir-dos-santos-lamenta-escolha-de-cabo-daciolo-para-candidato-ao-senado.html>. Acesso agosto 2022.

desenvolvimento da campanha. É interessante perceber a dificuldade que Waguinho relata em se associar ao PDT quando analisamos o histórico de atuação do partido.

Em âmbito nacional, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) surgiu em 1970, em Lisboa, liderados por Leonel Brizola, o novo trabalhismo afirmava contemplar a propriedade privada, condicionando seu uso às exigências do bem-estar social, na autonomia sindicais e uma sociedade socialista e democrática⁹. Concentrando sua estratégia de projeto político nos discursos de bem-estar social e se afastando cada vez mais do debate sobre luta de classes. Nesse contexto de formação inicial, o PDT encontra em São Gonçalo um campo fértil para seus discursos de resgate a antiga “*Manchester Fluminense*”, agora detentora de cada vez menos operários e cada vez mais desempregados, trabalhadores informais e subempregados (MARTINS, 2019, p.31).

A consolidação e formação do PDT em São Gonçalo estão atrelados ao cenário econômico e social da cidade nos anos 1980, impactada pelo esvaziamento industrial e pelas consequências da crise mundial do petróleo que afetaram as ofertas de emprego no setor das indústrias. Desde a sua fundação, em 1970, o PDT foi o partido que mais elegeu representantes políticos no município. De 1970 até 2020, o município teve um montante de 16 representantes do poder executivo eleitos em sufrágio universal, ou seja, quando o cidadão tem direito ao voto, independente das suas condições econômicas, acadêmicas, profissionais ou étnicas¹⁰. Desses 16 prefeitos, 5 eram representantes oriundos do PDT. O primeiro prefeito do PDT eleito no município foi Edson Ezequiel de Matos, em 1988. Homem letrado, detentor de premiações acadêmicas no exterior e com histórico de popularidade proporcionado por seu alinhamento a Leonel Brizola (MARTINS, 2019, p.29).

Ezequiel aparece como indicação ao cargo de prefeito de São Gonçalo se associando a imagem carismática e popular na onda brizolista do PDT dos anos 80. Em 1988 Ezequiel lança sua candidatura a prefeito contando com o próprio Brizola como cabo eleitoral. Assim como Brizola, a política de Ezequiel foi de fortalecimento das associações de bairros, implementação de políticas públicas e apoio ao funcionalismo público (MARTINS, p.32). Brizola também inovou fazendo do PDT o primeiro partido utilizar a cadeia nacional de rádio e televisão para difundir suas ideias, atingindo com maior alcance os mais distintos rincões do país. Encontramos nos mandatos de Edson

⁹ <https://www.pdt.org.br/index.php/o-pdt/historia/> Fundação

¹⁰ <https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-3-ano-3/o-sufragio-e-o-voto-no-brasil-direito-ou-obrigacao>

Ezequiel constante presença nos meios de comunicação e frequentes aparições públicas. Fortalecendo o PDT em São Gonçalo, Ezequiel marca o início da onda brizolista no município, garantindo sua vitória nas eleições municipais de 1988, 1996 e 2000, além de conseguir eleger seu sucessor, João Barbosa Bravo, também do PDT, em 1992.

João Bravo foi um prefeito do PDT com pouca expressão política no município, sobre sua gestão encontramos pouquíssima fonte documental, e sua vitória está muito mais associada à figura de Ezequiel e ao fenômeno nacional brizolista (MARTINS, 2019, p.33). A partir do mandato de João Bravo, São Gonçalo entra na lógica de não reeleição de seus prefeitos, com exceção de Aparecida Panisset. Panisset é a única mandatária a se reeleger consecutivamente, mas não consegue eleger o sucessor de seu segundo mandato, além de ficar inelegível e abrir a temporada de sucessões de mandatos “solos” até o presente momento (MARINS, p.35).

Não fugindo do histórico de representantes que fazem uso de frequentes aparições em mídias e eventos públicos, além dos tradicionais discursos de desenvolvimento urbano para São Gonçalo, o PDT volta a representar o executivo do município com Aparecida Panisset a frente da prefeitura. Arelada ao período dos “Grandes Projetos” do governo Lula (2003-2011), Aparecida sai do PFL e entra no PDT, ainda no final de seu primeiro mandato, em 2007. Como o PDT era base aliada do Governo Federal, poderia ser mais acessível para Panisset captar recursos para cidade pela legenda de Brizola que pela legenda de César Maia (Martins, 2019, p.41).

Diferente dos prefeitos pedetistas anteriores, o governo de Aparecida Panisset é marcado pela destacada presença de interesses evangélicos e acusações de perseguição religiosa a religiões de matrizes africanas, sendo apontada por jornais locais e algumas lideranças de terreiro como o principal motor para reação e politização do povo de axé do município (AGUIAR, 2018).

Em 2019, ainda sob o forte simbolismo da imagem de Panisset, tanto no PDT, quanto na política municipal em geral, Waguinho Macumba surge como alternativa para o legislativo. Se apresentando como “o candidato dos terreiros de São Gonçalo”, Waguinho afirma que não foi possível levar sua primeira campanha dentro do PDT, devido à falta de financiamento para custear o desenrolar eleitoral, além de encontrar resistências internas de aceitação para o nome “Waguinho Macumba”.

Alguns filhos de santo de São Gonçalo, afirmaram perceber a fragilidade do PDT em se renovar, fortalecer e melhor articular as bandeiras raciais e religiosas. Eles apontam

o forte personalismo dos eleitores na hora de escolher seus representantes, como a dificuldade de articulação entre o PDT-São Gonçalo e os terreiros do município.

Por outro lado, pesquisadores que analisam a atuação dos afro-religiosos na política ressaltam que não há notícias de alguém que, pautando sua campanha na identidade afro-religiosa, tenha sido eleito para o Congresso Nacional, com raros eleitos para as Assembleias Legislativas Estaduais, assim como para as Câmaras Municipais (ORO, 2005, p. 211). O que explica parte da negativa do PDT em conceder apoio político e as preocupações que encontramos entre os umbandistas sobre a candidatura de Waguinho Macumba, uma vez que é pautada a partir da sua imagem como “legítimo representante afro-religioso”.

Porém, algumas lideranças de terreiro do município evidenciam que ficar restrito apenas a religiosidade não atende toda a necessidade do povo afro-religioso, como também, em um município de destacado percentual de eleitores pentecostais e crescimento da intolerância religiosa contra os afros, apenas a bandeira religiosa não é capaz de atrair votos suficientes para conseguir ganhar a eleição, “o nosso povo é pequeno, tem que trazer outras bandeiras”. Assim, por falta de apoio inicial dentro do partido e entre os terreiros do município, além dos constantes questionamentos direcionados ao seu nome político, Waguinho afirma que decidiu migrar e oficializar campanha no PSDB.

PSDB-Tucanafro

Deixando de lado a atuação do PDT ainda ligada a imagem de Aparecida Panisset e sem proposta de financiamento a um candidato que defende a alcunha “Macumba”, Waguinho decide buscar outros apoios partidários. Ele vai gerir sua campanha dentro do movimento TUCANAFRO, do PSDB, onde afirma não ter sofrido questionamentos direcionados ao nome “Waguinho Macumba”, como outros partidos assim fizeram por parecer temer a alcunha de terreiro em um município de destacado eleitorado evangélico.

O PSDB se tornou uma estratégia para que Waguinho Macumba ocupasse o espaço político do município e, caso fosse eleito, já dentro da câmara pudesse se articular de acordo com os interesses do povo de terreiro. A campanha de Waguinho propõe para o povo de terreiro abandonar ideias que centralizam as suas expectativas políticas em um partido ou numa só figura, desistindo da crença de que só assim irão conseguir pleitear uma vaga no legislativo do município. No seu entender, ser fluido e saber abraçar as

oportunidades dentro dos partidos é uma estratégia política mais eficiente para que o povo de terreiro consiga ocupar espaços importantes de decisão e negociação na sociedade.

Para Waguinho, receber apoio do PSDB é mais importante que limitar a oportunidade de acesso à candidatura política das lideranças de terreiro a apoios que dentro da lógica esquerda-partidária. O que corresponde a estudos que apontam o comportamento eleitoral brasileiro, e identificam no eleitor brasileiro um padrão personalista e pragmático. Para a pesquisadora Julian Borba (2005), a maioria do eleitorado, geralmente de baixa escolaridade, possui um conhecimento abstrato sobre ideologia partidária (esquerda, direita), tendem a dar mais importância ao desempenho do governo e as características pessoais do candidato, sua “imagem política” (BORBA, p.161).

Já as necessidades do mundo religioso desencadeiam o interesse pela política, e a religião aparece como uma das formas de organização da sociedade, onde o indivíduo pode construir a sua cidadania na medida em que exerce participação política e se percebe como membro atuante, com vínculos e solidariedade (SILVA, D.E. p.110). Algumas lideranças de terreiro de São Gonçalo, defendem que a cidadania para o povo de terreiro deve ser ampliada, com propostas políticas para além da religiosidade, criando vínculos com o movimento negro, como desenvolver projetos que aumentem a autoestima.

Porém, importante liderança negra ¹¹de São Gonçalo, acredita que dentro do PSDB Waguinho possivelmente não teria apoio para construção de ações voltadas aos afro-religiosos do município, considera a ida de Waguinho para o partido “um tiro no pé” na construção de políticas públicas para o povo de axé. Para essa liderança, Waguinho não teve a campanha abraçada pelo povo afro-religioso porque “pecou” ao se inserir em um partido que não atende as necessidades dos terreiros, um partido que tem um histórico de perseguições aos movimentos negros e afro-religiosos.

A forma como a liderança negra entende o PSDB conversa com a pesquisas recentes que analisam a identificação partidária no Brasil a partir das eleições presidenciais de 2018. O perfil do eleitor brasileiro indica que a única característica que prevê identificação do eleitor com o PSDB é a influência de raça. Segundo o pesquisador Guedes-Neto (2020), a identificação com o PSDB não é influenciada por classe, como parte da literatura sugeriu acontecer nos 20 anos em que este polarizou com o PT em

¹¹ Como a pesquisa ainda está em andamento, optamos por não divulgar neste trabalho o nome do entrevistado.

eleições presidenciais. A única característica que prevê identificação a esse partido com significância de 0,05 é a cor branca, ou seja, o eleitor branco médio tende a se dividir entre o PSL e o PSDB (GUEDES-NETO, 2020, p.441).

Enquanto o PDT é visto como um partido de discurso mais educacional no município do que uma legenda que atende as bandeiras de identidade negra e afro-religiosa, o PSDB parece ser percebido em São Gonçalo, por algumas lideranças de terreiro, como um partido de identidade branca. Essa observação refuta as afirmações de Waguinho e seu irmão acerca das suas articulações partidárias se darem por conta de o eleitorado municipal entender que o PSDB é um partido de direita e por isso não conseguiria atender ao povo afro-religioso. Observamos a partir nos discursos dos povos de axé, que a resistência se dá principalmente porque os afro-religiosos veem o PSDB não apenas com ideologia partidária de direita, mas principalmente com identidade partidária branca, que atrai historicamente o eleitorado branco do município. Assim, a imagem da legenda PSDB parece contradizer os próprios projetos de Waguinho que visam melhorias para “o povo afro-religioso” de São Gonçalo.

Outro fator que nos chama a atenção nas articulações políticas de Waguinho, é o resultado das eleições para legislativo e executivo de São Gonçalo, em 2020. Apesar do contexto de debates raciais, dos impactos da pandemia na vida dos gonçalenses, ampliação de candidaturas negras e estímulo às mesmas, o pleito foi marcado pela expressiva vitória de partidos do centrão que tinham ligação com Bolsonaro. Evidenciando a aceitação do eleitorado gonçalense pelo presidente, estampada em 2018, de certa forma se mantinha em 2020.

O município de São Gonçalo é marcado por intensa desigualdade socioespacial, sérios problemas de infraestrutura, mobilidade urbana, falta de equipamentos coletivos, baixo desenvolvimento econômico e altos índices de violência (SILVA.T.C., 2017). Em 2019, ocupava a 16ª colocação entre as cidades mais populosas do Brasil e o 2º mais populoso dentre os 92 municípios que compõem o Estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2021)¹². Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Gonçalo é a 4ª cidade do Brasil com maior índice de negros mortos pela política¹³. Desde o início da pandemia, em 2020, até o primeiro semestre de 2022, São Gonçalo também é apontada como a

¹² <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>

¹³ <https://www.geledes.org.br/rj-tem-8-das-10-cidades-com-as-maiores-taxas-de-negros-mortos-pela-policia/>

segunda cidade do Rio de Janeiro que contabilizou mais óbitos na pandemia, com 3.170 casos, ficando atrás apenas do município do Rio de Janeiro, que apresentou 34.102¹⁴.

Assim, o perfil socioeconômico da maioria do eleitorado de São Gonçalo somado ao contexto político e religioso municipal parecem justificar a vitória do bolsonarismo no município, em 2018 e 2020. Essa representação que parte significativa dos eleitores locais têm com a imagem de Bolsonaro foi entendida por Waguinho Macumba. A escolha do candidato pelo PSDB evidencia articulações municipais, como a sua aproximação com o atual prefeito, Capitão Nelson, a fim de angariar votos desse eleitorado bolsonarista. Quando se vincula ao partido que compunha a coligação de apoio a Bolsonaro e, conseqüentemente, já indicava a vitória do Capitão Nelson, Waguinho parece visar não só eleitorado negro e ou oriundo de terreiros, mas também os que apoiam o bolsonarismo no município.

Referências

AGUIAR, Camilla Fogaça. “Deus abençoe São Gonçalo!”: uma prefeita na linha de frente da guerra santa. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Ari Pedro Oro, « Religião e política no Brasil », Cahiers des Amériques latines [Online], 48-49 | 2005, postonline no dia 15 Agosto 2017, consultado o 11 Outubro 2017. URL : <http://cal.revues.org/7951>

GIUMBELLI, Emerson. (2014), *Símbolos religiosos em controvérsias*. São Paulo: Terceiro Nome.

GIUMBELLI, Emerson. Zélio de Moraes e as origens da umbanda no Rio de Janeiro. In: SILVA, Wagner G. (org.). Caminhos da alma: memória afro-brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2002. p. 178-202.

GIUMBELLI, Emerson. (2020), “Religiões em tempo de pandemia”. *Boletim Ciências Sociais e o coronavírus*, nº 33: 3-7.

BAHIA, Joana; AGUIAR, Camilla; NOGUEIRA, Farlen. Marco Zero: Intolerância Religiosa, Resistências e Controvérsias no Campo Étnico-Religioso em São Gonçalo, Rio de Janeiro. In: TAVARES, Fátima (Org). Dossiê Racismo Religioso, Cuidado e Comunidades Negras Tradicionais. Revista OQ, Ano 5, Número 6, JANEIRO 2022. Disponível em: <https://kn.org.br/oq/2022/02/04/revista-oq-dossie-racismo-religioso-cuidado-e-comunidades-negras-tradicionais-ano-5-numero-6-janeiro-de-2022/>. Acesso julho de 2022.

BAHIA, Joana; AGUIAR, Camilla. A CONSTRUÇÃO DAS INTOLERÂNCIAS NAS PREFEITURAS CARIOCAS: Interface entre religião e política no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. In: FERREIRA, Maria; TEIXEIRA, Paula C. (org.). Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder. Porto: Editora Cravo, 2022.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. XI, nº 1, Março, 2005, p. 147-168.

BORTOLETO, Milton. Não Viemos para fazer aliança. Faces do conflito entre adeptos das religiões pentecostais e afro-brasileiras. Dissertação de Mestrado. Departamento de antropologia Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. USP. 2014.

¹⁴ Disponível em: <https://brasil.io/covid19/RJ/>. Acesso junho 2022.

BROWN, Diana. Uma história da umbanda no Rio. Cadernos do Iser, Rio de Janeiro: Marco Zero, n. 18, p. 9-42, 1985.

BURDICK, John. *Procurando Deus no Brasil: A Igreja católica progressista no Brasil na arena das religiões urbanas brasileiras*. Rio de Janeiro: Mauad. 1998.

CACCIATORE, Olga G. Dicionário de cultos afro-brasileiros. Rio de Janeiro: Forense Universitária 1977.

CAMURÇA, Marcelo; BAHIA, Joana; AGUIAR, Camilla. Relações interétnicas, luta contra intolerância religiosa e produção de candidaturas no campo político: eleições municipais de São Gonçalo (RJ) de 2021. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, Vol.41(3), 2021, pp. 75-97.

CAMURÇA, Marcelo e RODRIGUES, Ozaias da Silva. O debate acerca das noções de “intolerância religiosa” e “racismo religioso” para a compreensão da violência contra as religiões afro-brasileiras. *Revista OQ*, n.6, jan. 2022

DAMÉ, Luiza. “Em Crescimento, Bancada Evangélica Terá 91 Parlamentares no Congresso”. Agência Brasil, 18 out. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>. Acesso em: 14/12/2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, nº 3, p.9, maio/jun., 2000.

FRIGERIO, Alejandro. La expansión de religiones afro-brasileñas en el Conosur: representaciones conflictivas de cultura, raza y nación en un contexto de integración regional. Paper apresentado no seminário “Dimensions of Integration: NAFTA and MERCOSUR”, Universidade de Nuevo México, 1998.

FRIGERIO, Alejandro. A transnacionalização como fluxo religioso na fronteira e como campo social: umbanda e batuque na Argentina. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 14, n. 23, 2013, p. 15-57.

GIUMBELLI, Emerson. (2014), *Símbolos religiosos em controvérsias*. São Paulo: Terceiro Nome.

GIUMBELLI, Emerson. Zélio de Moraes e as origens da umbanda no Rio de Janeiro. In: SILVA, Wagner G. (org.). *Caminhos da alma: memória afro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2002. p. 178-202.

GIUMBELLI, Emerson. (2020), “Religiões em tempo de pandemia”. *Boletim Ciências Sociais e o coronavírus*, nº 33: 3-7.

GOMES, E. C. A Era das catedrais da IURD: a autenticidade em exibição. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPCIS, UERJ, Rio de Janeiro, 2004.

Guedes-Neto, João Victor. Voto e identificação partidária em 2018: ordenação social na política brasileira. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 26, nº 3, set.-dez., p. 431-451, 2020.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e Religiões: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 180p.

MARIANO, Ricardo. Expansão Pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, vol.18, nº 52, São Paulo, set./ Dez. 2004.

MARTINS, Pedro Vitor Rebelo. *Memória, Cultura Política e Carisma: Lavoura, Ezequiel e Aparecida Panisset na política de São Gonçalo. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Orientador: Luís Reznik*. 2019.

MIRANDA, Ana Paula Mendes. Entre o privado e o público: considerações sobre a (in)criminação da intolerância religiosa no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, n. 2, p. 125-152, 2010

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; BONIOLO, Roberta M. “Em público, é preciso se unir”: conflitos, demandas e estratégias políticas entre religiosos de matriz afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, 2017.

Representação de mulheres em livros didáticos de história: considerações iniciais sobre pesquisa em livros didáticos

Carla de Medeiros Silva¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é “A luta pelo voto feminino no Brasil em livros didáticos de História: reflexões sobre a representação da participação feminina nas lutas por direitos políticos no Brasil”, ainda em andamento.

Recentemente, em 12 de agosto de 2022, foi publicada uma notícia em um site² com a seguinte manchete: “Professora demitida após aluno reclamar de aula sobre Iluminismo e exclusão histórica das mulheres.” O caso, ocorrido em uma escola particular da cidade de Porto Alegre (RS), é simbólico das perseguições a professores e professoras que abordam questões relacionadas às desigualdades de gênero em suas aulas.

A professora trabalha com os temas Iluminismo e Revolução Francesa e aborda o contexto de exclusão das mulheres dos direitos políticos, relacionando o tema com questões do tempo presente. Um estudante do 8º ano do ensino fundamental interrompeu a aula e confrontou a professora com falas misóginas, questionando o porquê de estarem trabalhando esse assunto. Após alguns meses, a professora foi demitida. Embora a escola alegue que a demissão não teve qualquer relação com o episódio, para a professora o caso teve sim motivações relacionadas, em resposta à pressão exercida por pais de alunos. Esse episódio reverberou argumentos utilizados pelo movimento ‘Escola Sem Partido’. A abordagem acerca da exclusão de mulheres dos direitos políticos, no contexto do Iluminismo e da Revolução Francesa, foi interpretada como ‘doutrinação’. “O episódio de violência simbólica em sala de aula desencadeado durante o aprofundamento do debate sobre gênero e Iluminismo, provoca reflexões sobre as disputas de poder no ambiente escolar.”

Iniciamos esse texto com o relato deste caso por entender que é necessário voltar nosso olhar às dinâmicas dessas disputas de poder. O caso levanta questões que nos mobilizam a pensar, afinal, por que rejeitar o trabalho com história das mulheres e

¹ Aluna do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientadora: Dr^a Helenice Aparecida Bastos Rocha. Ingresso no ano de 2022. Título do projeto de pesquisa: A luta pelo voto feminino no Brasil em livros didáticos de História: reflexões sobre a representação da participação feminina nas lutas por direitos políticos no Brasil.

² Notícia publicada em: <<https://www.extraclasse.org.br/ultimas-noticias/2022/08/professora-demitida-apos-aluno-reclamar-de-aula-sobre-iluminismo-e-exclusao-historica-das-mulheres/>> Por Gilson Camargo, publicado em 12/08/2022. Acessado em: 18/09/2022.

relações de gênero no ensino de história? Por que uma abordagem que privilegia esses temas pode ser considerada doutrinação de esquerda? Falar sobre as desigualdades de gênero no campo da ação política em contexto Iluminista (século XVIII) não seria “conteúdo programático”? Quem, afinal, define se isso é ou não é conteúdo? Partimos desse episódio pois entendemos que a pesquisa histórica tem profunda relação com as questões colocadas pelo presente e esse caso se relaciona em diversos pontos com a pesquisa que pretendemos desenvolver.

Entendemos a história como

(...) um exercício de interligação, de síntese entre passado e presente, que envolve simultaneamente uma perspectiva sobre o futuro, entende-se que ensinar História possibilita ampliar estudos sobre as problemáticas contemporâneas, situando-as nas diversas temporalidades, servindo de arcabouço para a reflexão sobre possibilidades e/ou necessidades de mudança e/ou continuidade. Isso leva à concepção de que o pensamento histórico depende de problemas de orientação no presente, ou seja, um problema de pesquisa surge de indagações feitas no presente e, portanto, deve retornar à sociedade com uma função transformadora, servindo à formação da consciência crítica do aluno (CERRI, FERREIRA, 2007, p.81).

Assim posto, destacamos que a professora em questão estava precisamente buscando refletir e articular a luta por direitos políticos para mulheres em contextos passados (Iluminismo e Revolução Francesa) e nos dias atuais.

No presente trabalho buscamos apresentar algumas considerações iniciais acerca da pesquisa de doutorado, em desenvolvimento no PPGHS da UERJ/FFP, sobre representação de mulheres em livros didáticos de história destinados ao público do ensino médio. Nosso objetivo consistirá em analisar as coleções didáticas para o ensino médio aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2008 e 2018, no intuito de investigar como vem se dando a representação de movimentos sociais protagonizados por mulheres e o movimento social feminista, em sua pluralidade, considerando os conteúdos histórico-escolares referentes ao recorte temporal do século XX.

Acreditamos que, em uma primeira análise, é possível identificar transformações na maneira como as mulheres vêm sendo retratadas nas narrativas didáticas. Partimos da hipótese de que há um aumento na quantidade dessa representação, embora nos pareça que a história das mulheres ainda ocupe um lugar suplementar e subalternizado ao corpo principal da narrativa didática. Segundo Silva:

A leitura de algumas coleções de livros didáticos de História, publicadas entre final da década de 1990 e início de 2000, certamente permite constatar avanços teóricos e metodológicos incorporados aos textos didáticos. Porém, não obstante estas constatações, essa mesma leitura pode revelar, também, algumas incômodas permanências, ainda presentes nos textos escolares. (...) Ao incorporar temáticas que envolvem mulheres e relações de

gênero como apêndices da história geral – através de textos complementares – expõem, paradoxalmente, permanências, ao invés de mudanças. (...) A história das mulheres e, mesmo, as formulações sobre as diferenças e desigualdades de gênero, são, ainda, adendos da história geral, muitas vezes incorporadas e abrigadas sob o guarda-chuva das minorias étnicas, nacionais, religiosas ou sexuais (SILVA, 2007, p.228,229).

Buscamos compreender como essas transformações podem estar relacionadas às lutas sociais dos movimentos feministas, em especial nas primeiras décadas do século XXI, bem como à produção historiográfica recente sobre história das mulheres. Nos propomos a investigar os pontos de contato entre as transformações observadas na representação de mulheres nas narrativas didáticas e as principais pautas levantadas pelos movimentos feministas desde a sua chamada segunda onda³ e, mais especificamente, no tempo presente. Perez e Ricoldi (2019) apontam como a última década (2010-2020) marca a emergência de novas questões no âmbito dos movimentos feministas. Essas novas questões estão relacionadas à emergência de novas ferramentas de ativismo, marcadas pela presença de meios de comunicação digitais, redes sociais e internet como espaços de mobilização. Há uma demanda crescente por maior representatividade de vozes de mulheres, considerando-as em sua diversidade. Vertentes do movimento feminista vêm levantando importantes críticas à categoria ‘mulher’ posto que, ainda que ela cumpra um papel importante no sentido de construção de uma identidade que organiza o movimento de mulheres, por muito tempo essa categoria acabou por universalizar uma experiência que não é universal. Desde a década de 1970, mas com relevante aprofundamento na última década, situamos como fundamentais os apontamentos levantados, sobretudo, por mulheres negras, que criticam a universalização da categoria mulher, chamando a atenção para outras identidades que atravessam a experiência de vida de mulheres, e que, portanto, resultam em formas distintas de vivenciar a opressão de gênero no mundo. Dito de outra forma, a maneira como mulheres negras no Brasil

³ Vale destacar que há diversas controvérsias com relação ao uso do termo ‘ondas’ para qualificar as dinâmicas do movimento feminista. Boa parte das críticas vão no sentido de considerar que a periodização em ‘ondas’ foca sua análise em movimentos feministas que tiveram lugar nos Estados Unidos e em alguns países da Europa Ocidental, notadamente na França e na Inglaterra. O alerta é importante sob pena de universalizar a experiência feminista, tentando encaixar à força as dinâmicas de outras regiões do planeta na periodização ‘clássica’. Ainda assim, cientes de que é um equívoco supor que os movimentos feministas brasileiros seguem o mesmo percurso que movimentos estadunidenses ou de países da Europa Ocidental, consideramos a imagem das ‘ondas’ apropriada para pensar nos movimentos feministas. A onda toma forma em momentos de emergência das lutas feministas e, em momentos de refluxo, teríamos a onda se quebrando. Porém, as demandas e pautas levantadas não se resolvem ou se esgotam, mas antes se espraiam.

vivenciam a opressão de gênero é distinta da maneira como essa opressão é vivenciada por mulheres brancas, por exemplo.

Logo, a demanda por maior representatividade de mulheres no espaço público, nos meios de comunicação, no âmbito da política institucional e nos currículos escolares considera importante que vejamos a mulher como sujeito atravessado e marcado por outras identidades e pertencimentos. Trata-se, portanto, de uma representatividade que leve em consideração as diferenças. Certamente, a demanda por maior visibilidade de mulheres diversas nas narrativas da história escolar é um ponto fundamental a ser considerado.

Pretendemos analisar se essa maior representação de mulheres nas narrativas didáticas vem ocorrendo e como isso se revela nas páginas do livro didático, considerando, portanto, a quantidade e a qualidade destas representações. Cerri e Ferreira nos informam que, para uma abordagem no ensino de história que reconheça as mulheres como sujeitos históricos, seria necessário mudar o foco daquilo que a narrativa costuma privilegiar, ou dar maior ênfase - política, guerras, vida pública, etc.

Se o foco permanecer naquele tradicional, as mulheres, por exemplo, só aparecerão secundária ou excepcionalmente, apenas confirmando uma regra imaginária da história ‘masculina’ e fortalecendo a distorção que ela representa. Mesmo assim, a própria história tradicional focada no político e no espaço público tradicionalmente omite ou secundariza a participação das mulheres na produção das decisões, mesmo nos casos em que há evidências documentais, o que não ocorre diretamente na história social, por exemplo (CERRI, FERREIRA, 2007, p.81).

Os autores chamam a atenção para a forma como as mulheres estão presentes nas narrativas, em grande parte como objetos e não sujeitas partícipes dos processos históricos, ainda que sejam processos protagonizados por mulheres. Assim, faz-se necessário questionar: Há um aumento na representação de mulheres? Como se dá e quem são as personagens representadas? O conceito de interseccionalidade, importante ferramenta analítica nas reflexões levantadas pelos feminismos na atualidade, é mobilizado nas narrativas didáticas em que há representação de mulheres? Há uma representatividade que contemple as diferenças, ou preferencialmente temos uma representação que privilegia mulheres brancas e vinculadas às elites e classes dominantes?

Essas são algumas das questões iniciais que mobilizam a realização desse projeto de pesquisa. Optamos por trabalhar com a análise de livros didáticos, considerando-os como fontes históricas, por entender que são objetos educacionais que, de certa maneira,

condensam em suas páginas e através de suas narrativas alguns movimentos de mudança significativos que podemos observar na sociedade, de uma maneira geral. E, de forma dialética, esses objetos, por sua vez, também incidem no ensino escolar, produzindo transformações na maneira como os/as estudantes vão compreender as relações de gênero no tempo histórico.

Entendemos o livro didático como um objeto que possui finalidade pedagógica. Helenice Rocha (2020) compreende o “livro didático como repositório material e articulado de um discurso didatizado sobre conhecimentos de um campo específico de saber, destinado a determinado público - alunos de escolas - com leitura e uso mediado ou não por professores.” (ROCHA, 2020, p.86). Os conteúdos que o livro apresenta respondem a demandas sociais acerca daquilo que é considerado socialmente relevante e pertinente para se tornar um conteúdo de ensino. Assim, é preciso aprofundar a reflexão sobre as finalidades da educação escolar e, em específico, do ensino de história nas escolas, pois é precisamente a partir das respostas dadas a esses questionamentos, que tem início o processo de elaboração dos currículos. Todo currículo é seleção: “...o conteúdo das aulas, isto é, ‘o objeto do conhecimento escolar que permeia a relação entre alunos e professores, e a maneira com que ele é selecionado é muito menos uma questão técnica do que política.” (SERRA, 2017, p.26, 27)

Há que lembrar, portanto, que o processo de elaboração curricular é um campo de disputas. Essas reflexões acerca do currículo valem também para pensar as narrativas didáticas. Apple aponta como a seleção curricular e, conseqüentemente, dos temas presentes em livros didáticos,

...tem profunda relação com as relações de poder que se estabelecem na sociedade, onde grupos cultural e socialmente hegemônicos priorizam determinados conhecimentos, considerados legítimos em suas visões de mundo, e os estabelecem como únicos e mais indicados para toda a sociedade a despeito das diferentes classes sociais e dos distintos modos de interpretar o mundo e a vida presentes nas mais diversas culturas. (APPLE apud SERRA, 2017, p.29)

Nessa arena, diversos agentes e grupos sociais tentam fazer valer suas visões acerca do ensino de história, selecionando conteúdos condizentes, coerentes, com suas concepções acerca da educação, e do ensino de história em particular.

Os debates acadêmicos que passaram a ser travados, sobretudo a partir da década de 1980 sobre movimentos sociais, feminismos, história das mulheres e posteriormente gênero e a própria e conveniente participação da indústria editorial nesses debates também fizeram parte desse movimento. Além, é claro, da emergência de políticas públicas educacionais, como as reformas curriculares na década de 1980 e os Parâmetros Curriculares Nacionais para os níveis Fundamental e Médio – 1997 e 1998 –

respectivamente, bem como o Programa Nacional do Livro Didático criado pelo Decreto 9.154 de 01/08/1985. (SILVA, 2007, p.227)

Assim, o currículo prescrito, documento definidor dos conteúdos que devem ser ensinados, não é um objeto neutro, orientado apenas por critérios científicos. A definição acerca do que entra e o que não entra como conteúdo de ensino envolve disputas entre diversos agentes, distintas concepções de educação que se relacionam a partir de determinadas posições hierárquicas. São, portanto, relações de poder. São vários os agentes que tomam parte nessa disputa, tais como os pesquisadores da ciência de referência, em nosso caso, historiadores acadêmicos; educadores e professores de história; e sociedade civil organizada de uma maneira geral demonstram interesses específicos em delimitar aquilo que é socialmente reconhecido como conhecimento legítimo a ser trabalhado no ambiente escolar.

A depender dos valores hegemônicos de determinada sociedade, alguns conteúdos podem sofrer sanções, interdições e questionamentos. Vemos acontecer isso nos dias atuais no que concerne a temáticas vinculadas ao campo da história das mulheres e das relações de gênero, tal como pudemos observar no episódio relatado no início do texto. A instituição escolar lida com pressões advindas de diversos setores da sociedade civil e do Estado, que buscam, de forma organizada, intervir no trabalho dos profissionais da educação, fazendo valer suas visões acerca do que e de como a escola deve exercer sua função formativa. Segundo Oliveira,

A cultura escolar - presente nos currículos, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos e processos avaliativos - foi também apontada e criticada como produto e produtora das diferenças de gênero, sexualidade, classe, raça e etnia. Não por acaso, a educação escolar se tornou alvo de muitos debates e questionamentos por parte de diversos movimentos sociais. (OLIVEIRA, 2014, p.277).

As lutas que clamam por representatividade e reparação ecoam no espaço escolar, exercendo pressões e tensionamentos nos currículos e materiais didáticos. A autora aponta como

as demandas em prol da inclusão de segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos, operacionalizadas em diversos espaços, têm sido importantes também no campo da educação, especificamente, no campo dos currículos escolares. Desde a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1997-1998) e o estabelecimento dos Temas Transversais (1998), as questões em torno de gênero, raça e etnia foram introduzidas também nos currículos oficiais. (OLIVEIRA, 2014, p.277).

Vale destacar um documento do Ministério da Justiça e da Educação, de 1996, que explicita a seguinte linha de ação: “II) considerar como um dos critérios para a seleção de livros didáticos a serem adquiridos e indicados para as escolas de primeiro e de segundo graus, o conteúdo não discriminatório em relação à mulher.” (OLIVEIRA, 2014, p.277)

O Programa Nacional do Livro Didático foi instituído em 1985. Porém, sua versão para a etapa do ensino médio teve seus debates iniciados em 2003, no bojo do Seminário Nacional intitulado ‘Ensino Médio: Construção Política’, desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC). Livros didáticos de história para o ensino médio foram distribuídos pela primeira vez em 2008, fruto do PNLD/EM de 2007. A pesquisa que nos propomos a desenvolver vai abarcar três edições do PNLD/EM, a saber: 2008, 2012, 2016. No ano de 2020 os livros sofreram alterações profundas, no intuito de adequação da produção didática nacional aos termos e marcos regulatórios da Reforma do Ensino Médio. Um dos pontos fundamentais da Reforma é a diluição da maior parte das disciplinas até então existentes em grandes áreas de conhecimento. Assim, a História, por exemplo, deixará de ocupar um espaço na matriz curricular do Ensino Médio como disciplina. Seus conteúdos e métodos devem estar presentes no interior da grande área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas.

Consequentemente, os novos livros didáticos também não estão mais organizados por disciplinas, mas sim pelas grandes áreas do conhecimento. Isso exposto, não pretendemos abarcar os livros aprovados nesse último PNLD, uma vez que não há mais o livro da disciplina de História.

A partir de agora, nos propomos a tecer alguns apontamentos e reflexões acerca do debate sobre a pesquisa com e sobre livros didáticos e de que maneira a subjetividade do pesquisador é partícipe desse processo de pesquisa. A pesquisa é atravessada pela subjetividade do pesquisador?

Alain Choppin, em artigo publicado originalmente em 2002, destaca que

uma das principais insuficiências - muitas vezes denunciadas - da pesquisa histórica sobre os manuais escolares (...) reside sempre, como assinala ainda recentemente Annie Bruter, ‘no caráter de alguma forma natural, a histórico, dos manuais escolares aos olhos de muitos historiadores.’ (CHOPPIN apud ROCHA, 2020, p. 86)

O autor apresenta uma crítica a pesquisas que trabalham o livro didático como fonte, mas não realizam a contextualização deste objeto material, considerando-o em suas especificidades. Analisar conteúdo do livro sem levar em consideração as especificidades

do objeto livro didático (suas dinâmicas de produção, suas finalidades e o público ao qual se destina, dentre outras) sinalizaria uma fragilidade das pesquisas. Choppin destaca que, ao analisarmos conteúdos nos livros didáticos, é fundamental estarmos atentos não apenas ao que é mostrado, ao que está escrito, mas também ao que fica silenciado:

Essa observação não vale apenas para os livros didáticos de história ou de literatura, que imediatamente nos vêm à mente; a análise de livros didáticos de ciências mostra que estes também apresentam uma visão consensual e normalizada do estado da ciência de sua época; toda controvérsia é deliberadamente eliminada da literatura escolar.” (CHOPPIN, 2002, p.557)

O autor estabelece uma divisão entre dois grandes tipos de pesquisa com/nos livros didáticos. Em primeiro, estariam aquelas pesquisas que visam analisar o conteúdo do livro didático, como determinados assuntos estão nele representados. O segundo tipo, seriam aquelas pesquisas que se voltam mais especificamente sobre o objeto material livro didático, não importando tanto o seu conteúdo. Nesse segundo grupo, o livro é tomado como objeto e busca-se investigá-lo como produto do mercado editorial, sua produção, circulação e consumo.

A crítica de Choppin se volta às pesquisas sobre conteúdo dos livros didáticos. Para o autor, essas pesquisas seriam potencialmente frágeis. Ele se refere a um conjunto de pesquisas que opta por analisar como determinados temas e assuntos estão presentes nas obras didáticas. Elas teriam, em grande parte, um tom de denúncia às perspectivas ideológicas que embasam narrativas didáticas em detrimento de narrativas científicas sobre temas e conteúdos vinculados à ciência de referência (no caso, a História). Buscam desnaturalizar as narrativas didáticas, demonstrando a qualidade ideológica dos discursos dos livros didáticos. Para Choppin, a pesquisa que visa investigar como determinados temas aparecem e são representados em narrativas didáticas, produz análises “sujeitas a participar de uma ideologia, e podemos considerar que certas pesquisas existentes nada mais fazem que tentar substituir ideologias (reais ou presumidas) que elas identificaram por meio de outras ideologias.” (MARIENFELD apud CHOPPIN, 2004, p.556, 557)

Os pesquisadores carregam preconceitos advindos de sua própria formação e identidade. Vale destacar que Choppin se refere a um conjunto de pesquisas que tinham como característica a denúncia daquilo que identificavam como ideologização das narrativas histórico-escolares. Como se as narrativas, em realidade, fossem ideológicas e não embasadas nas pesquisas acadêmicas da ciência de referência. Essas pesquisas, usualmente, não levavam em consideração as especificidades do livro didático, algo que

já apontamos acima, e, para Choppin, seus autores propunham, quase sempre, a substituição de uma perspectiva ideológica por outra.

É importante ressaltar que ao longo das últimas décadas do século XX e no século XXI, é possível observar mudanças significativas nas tendências das pesquisas sobre e com livros didáticos. Segundo Porto, podemos observar

A ocorrência de uma virada nas temáticas de pesquisa entre os anos de 1980 e 1990, que passam dos estudos sobre a relação entre o livro e a ideologia para estudos sobre o uso do livro didático no cotidiano escolar, sobre a historiografia didática, dentro do campo da História das Disciplinas Escolares, sobre etnias e a iconografia. (PORTO, 2017, p.4)

Cristiani Bereta da Silva também assinala que

A partir da década de 1990, outras abordagens, que não apenas as ideológicas, passaram a ser alvo das preocupações de pesquisadores/as, tais como a relação entre conteúdos escolares e acadêmicos e ausências ou estereótipos de grupos étnicos ou minoritários, dentre tantos outros. (SILVA, 2007, p.225)

Helenice Rocha, em diálogo com o texto de Choppin, assinala um contraponto sobre o qual vale a reflexão:

não seria necessariamente por uma questão de preconceito do pesquisador, mas de pertencimento e engajamento (com certos grupos que vê traduzidos, fragilizados ou fortalecidos na narrativa do livro) e de concepção sobre a relação entre o conhecimento escrito e sua aprendizagem (bem como seu impacto na formação de novas gerações), que alguns historiadores irão selecionar e analisar determinados temas nos livros didáticos. (ROCHA, 2020, p.90, 91)

Assim, aqueles que escolhem investigar determinados temas sensíveis nas narrativas didáticas, muitas vezes partem de um compromisso ético-político assumido de antemão com esses assuntos e os grupos sociais subalternizados, minorizados e por vezes invisibilizados, que pretendem investigar. Afinal, ao interrogar o passado, o historiador não se despoja de quem ele é. A pesquisa histórica e, especificamente, a pesquisa na área do ensino de história não é um movimento desinteressado: “...todo relato histórico encontra-se vinculado a interesses, crenças e perspectivas próprias do pesquisador, isto é, não existe uma descrição de valor neutro dos fatos. A tão propagada neutralidade é uma falácia.” (BARROSO E., BARROSO M., 2020, p. 87).

Os autores de textos que compõem os livros didáticos ao elaborarem esse material também carregam suas perspectivas acerca do conhecimento histórico. Ao definirmos, tanto na prática docente quanto nos documentos regulatórios, os objetivos do ensino de história, assumimos um compromisso ético político, por exemplo, com uma formação humana de cidadãos críticos, que reconheçam a diferença e a diversidade, sabendo

respeitá-las e contextualizá-las. Consequentemente, o livro didático, “repositório material e articulado de um discurso didatizado sobre conhecimentos de um campo específico de saber, destinado a determinado público - alunos de escolas - com leitura e uso mediado ou não por professores.” (ROCHA, 2020, p.86) é também elaborado em consonância com os objetivos que se deseja alcançar com o ensino de história nas escolas. “A seletividade que a memória social opera sobre o currículo demonstra como as ideias de correção, validade e verdade do conhecimento carregam junto a critérios aparente e somente científicos o aspecto ideológico, na conformação de textos e narrativas dos livros didáticos.” (ROCHA, 2020, p.90)

Há que considerar, portanto, que a seleção dos temas e a forma como eles são narrados nos livros didáticos respondem a escolhas que seguem critérios científicos mas também ideológicos. Se afirmamos que a diminuição das desigualdades de gênero na sociedade brasileira é um dos objetivos que a educação escolar deve perseguir, analisar a forma como mulheres e relações de gênero vem sendo representadas em narrativas didáticas, é algo desejável posto que, por vezes, as narrativas didáticas contribuíram para reforçar em vez de problematizar criticamente essas desigualdades.

(...) estudos sobre currículo demonstram o atravessamento dos conteúdos escolares pela subjetividade e a ideologia, pois o aspecto formativo do conhecimento escolar envolve sempre seleção de conhecimentos de interesse de segmentos sociais em disputa. Ou seja, pesquisa e conteúdos curriculares são atravessados ideologicamente, desde o seu princípio, conforme já viemos afirmando. (ROCHA, 2020, p.93)

Para Rocha, as pesquisas sobre conteúdos específicos em livros de História (grupo em que situamos nossa própria pesquisa) “devem responder a alguns quesitos e ao exercício de reflexividade sobre as motivações da pesquisa e sobre o próprio objeto e as características do conhecimento escolar, de que o livro didático é depositário” (ROCHA, 2020, p.91). A pesquisa não é desinteressada, ela responde a inquietações do tempo presente e cabe ao pesquisador expor de forma consciente suas motivações, historicizando suas próprias escolhas no que diz respeito aos temas a serem investigados, bem como seus caminhos metodológicos.

Referências

BARROSO, Eloísa P. BARROSO, Maria Helenice. Uma poesia para a história - questões de “urdiduras”. *In: BARROSO, Eloísa P.; HONOR, André Cabral; OLIVEIRA, Ione (orgs.). Subjetividades e sensibilidades na escrita da História. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.*

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa. São Paulo, vol.30, n.3, set./dez, 2004.

CERRI, Luis Fernando; FERREIRA, Ângela Ribeiro. Notas sobre as demandas sociais de representação e os livros didáticos de história. *In*: OLIVEIRA, Margarida M. D.; STAMATTO, Maria Inês S. (orgs.). O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisa e ensino. Natal, EdUFRN, 2007.

OLIVEIRA, Susane R. de. Ensino de história das mulheres: reivindicações, currículos e potencialidades. *In*: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane R. de; ZANELLO, Valeska (orgs.) Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas. Santa Catarina, editora Mulheres, 2014.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene M. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), organizado conjuntamente pela Associação Latino-americana de Ciência Política, a Associação Mexicana de Ciência Política e o Tecnológico de Monterrey, julho/agosto 2019. Disponível em: <<https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2021.

PORTO, Ana Luiza A. Livros didáticos de História do ensino médio e o PNLD 2015: Pesquisas, Caminhos e Possibilidades. XXIX Simpósio Nacional de História: Contra os Preconceitos: história e democracia. Anais, 2017.

ROCHA, Helenice A. B. Esfinge ou Caleidoscópio? O desafio da pesquisa em livros didáticos de História. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica. Recife, vol.38, Jan./Jun., 2020.

SERRA, Enio. Currículo e docência na Educação de Jovens e Adultos. *In*: SERRA, Enio; MOURA, Ana Paula A. (orgs.). Educação de Jovens e Adultos em debate. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

SILVA, Cristiani B. da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. Caderno Espaço Feminino, v.17, n.1, Jan./Jul., 2007.

SILVA, Iara A. da. O Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLD/EM): uma política de educação implementada pelo Estado brasileiro no início do século XXI. 37ª reunião nacional da ANPED. Anais. Florianópolis, SC, out. 2015.

O “Plano de uma Colônia Militar no Brasil” e as suas influências no cotidiano da Colônia Militar do Jataí

Carlos Henrique Ferreira Leite¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES/DS

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: “Colonização, trabalho e resistência no norte da Província do Paraná: o cotidiano do homem livre e pobre nacional na Colônia Militar do Jataí (1851-1897)”, especificamente do capítulo 1, do qual algumas das ideias e argumentos centrais são aqui discutidos.

A mencionada colônia fez parte de um amplo projeto de colonização militar instituído pelo governo imperial no decorrer do Segundo Reinado, com o estabelecimento de aproximadamente trinta colônias militares distribuídas nas fronteiras e no interior do território nacional. O Império visou com esta política a formação de núcleos de colonização, a consolidação, proteção e policiamento do território, a criação de pontos de apoio ao povoamento e ao desenvolvimento agrícola e o controle sobre grupos sociais marginalizados. Neste cenário, buscamos realizar uma breve análise do “Plano de uma colônia militar no Brasil” elaborado pelo brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira na década de 1840 e de suas influências na elaboração dos regulamentos destinados a estas colônias, em especial a Colônia Militar do Jataí, destacando as suas adaptações e incompatibilidades com realidade vivenciada neste núcleo situado no norte paranaense.

As questões e experiências que envolveram a primeira colônia militar

Antes mesmo da elaboração de um planejamento geral oficial e aprovação de leis e decretos para execução deste tipo de empreendimento, o governo imperial já havia criado a primeira colônia militar. Inaugurada em 05 de maio de 1840, a Colônia Militar Pedro Segundo foi fundada na Província do Pará, a margem esquerda do rio Araguari, por determinação do Regente Pedro de Araújo Lima ao presidente provincial João Antonio de Miranda, que em suas palavras, destacou que o núcleo visava promover a colonização e a agricultura (PARÁ, 1840, p. 66-67). No entanto, outros interesses que

¹ Aluno do curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano de 2020, com o projeto “Colonização, trabalho e resistência no norte da Província do Paraná: o cotidiano do homem livre e pobre nacional na Colônia Militar do Jataí (1851-1897)”, orientado pelo Prof. Dr. Eduardo Scheidt.

levaram a sua criação envolveram fortes preocupações no âmbito nacional e internacional.

Como observado por Marcello Otávio Neri Basile (2000), de norte a sul eclodiram revoltas, de proporções, durabilidade e impacto político-social muito maiores que as antecessoras, sendo o Pará, desde a época da Independência, uma das províncias mais turbulentas. Conflitos nas fronteiras com outros países também se fizeram presentes. Ao analisar esta questão, Débora Bendocchi Alves (2017, p. 2) observou que no ano de 1835, o governo de Caiena estabeleceu uma força militar francesa no lago Amapá, em território brasileiro, com a justificativa de proteção provisória e defensiva de sua colônia frente a revolta dos cabanos, que gerou um fluxo migratório de rebeldes para a fronteira. Para garantir a posse do Brasil nessa faixa de terra e impedir futuras ocupações francesas, Pedro de Araújo Lima contava com o apoio da Colônia Militar Pedro Segundo.

Como podemos observar, a criação deste núcleo foi resultado de fatores relacionados, entre outros aspectos, a proteção das fronteiras, a consolidação territorial, a centralização e a estabilidade política, o combate às revoltas, o controle ou expulsão das populações, e a colonização das áreas consideradas favoráveis ao desenvolvimento econômico destas regiões. Para almejar e viabilizar tais objetivos em outros pontos do território, o Império encomendou a realização de pesquisas e análises sobre processos de colonização militar para o Brasil, visando reunir orientações gerais e projeções para a implementação efetiva de uma política colonizadora a partir da segunda metade do século XIX.

O “Plano de uma colônia militar no Brasil” e a sua implementação no Segundo Reinado

A tarefa de produzir um estudo para uma colonização militar no Brasil foi encomendada e atribuída pela Coroa a José Joaquim Machado de Oliveira. Nascido em 08 de julho de 1790 em São Paulo, iniciou sua carreira militar em 1807 passando por diversas patentes até reformar-se como brigadeiro em 1844. Em julho, finalizou o intitulado “Plano de uma colônia militar no Brasil”, que se tornou um projeto base para a implementação deste processo no país.

José Oliveira buscou propor um plano com características próprias, que em sua visão, se adequasse às realidades das principais demandas nacionais. Dividido em seis partes, o estudo apresentou uma proposta que relacionou os interesses do Império as necessidades dos soldados veteranos, que em geral, enfrentam dificuldades físicas, seja

pela idade e/ou enfermidade, para manter-se ativos no serviço militar, e que quando dispensados, não conseguiam manter condições razoáveis de prover o próprio sustento.

Utilizando-se de sua experiência político-militar e do conhecimento acerca das situações precárias que afligiam os soldados naquele período, buscou apelar para a “humanidade e beneficência” do governo, ao relatar as condições precárias vivenciadas pelos veteranos do exército, ao mesmo tempo em que indicava uma solução de “dupla vantagem”, para o soldado e para a sociedade: “salvá-los” da “indigência” e da “ociosidade” ao transferi-los para serem “proveitosos” (trabalhadores) em colônias militares (OLIVEIRA, 1845, p. 240-241).

Visando antecipar respostas a possíveis objeções que poderiam surgir com a escolha de nacionais e não estrangeiros para este processo, incluiu críticas ao investimento em imigrantes, que segundo ele, além de ser “incompatível” para as finanças do Império, não pertenciam, não tinham vínculos e nem estavam habituados ao país, o deixando assim que acumulassem suas fortunas (OLIVEIRA, 1845, p. 241-242). Lúcia Lippi Oliveira (2001, p. 13) enfatizou de modo geral, que a política de imigração no Brasil do século XIX visava atrair estrangeiros para povoar e colonizar os “vazios demográficos”, permitindo a tomada do território e a produção de riquezas, onde “o imigrante desejado era o agricultor, colono e artesão que aceitasse viver em colônias”.

Em sua crítica a esta ação, que passava a ganhar maiores proporções com a conquista de novas áreas e a necessidade de mão-de-obra para expansão das atividades econômicas, o brigadeiro acrescentou que ao contrário dos imigrantes, os “compatriotas” teriam como característica o sentimento de pertencimento, de permanência e de “amor a Pátria”, ainda que possuíssem “um defeito a corrigir (OLIVEIRA, 1845, p. 242). O “defeito” a corrigir dessa “classe de homens” apontado por José Oliveira, refletia uma visão definida pela ordem e pela pelo pensamento dominante vigente, que conforme analisado por Ricardo Salles (1990, p. 62), ao abordar a questão da cidadania e escravidão na formação do exército no contexto da Guerra do Paraguai, destacou que até aquele momento, servir nas fileiras do exército era algo que vinha acompanhado do estigma de “degradação social”, pois os recrutados eram obtidos junto aos elementos considerados “desqualificados” da população, vistos como “desocupados”, “vagabundos” e “malandros”.

Na reflexão do brigadeiro, os “métodos de correção” a serem empregados na colônia incluíam desde advertências a expulsão, tendo neste intermédio, a aplicação de castigos “mais intensos”, que estes estariam baseados na “classe das punições militares”,

sendo excluídos, porém, os “castigos corporais” (OLIVEIRA, 1845, p. 251). Ao encerrar suas “considerações preliminares”, José Oliveira finalizou reforçando serem os soldados, pelo “espírito de obediência”, de “camaradagem”, de “propensão a moralidade e de virtude” adquiridos em suas atividades militares, os sujeitos mais adequados para os trabalhos e objetivos das colônias militares (OLIVEIRA, 1845, p. 242-243).

Em sua explanação, identifica-se a ênfase em selecionar os militares aptos e capazes de atender as demandas do comércio e excluir deste processo não apenas os estrangeiros, mas também aqueles considerados “inteiramente valetudinários” (adoentados) e “zangões” (inativos), sendo escolhidos apenas os soldados que forem “julgados inaptos para serviço ativo, e não tenham concluído o seu tempo de engajamento, ou que, tendo-o concluído, quiserem voluntariamente entrar no número dos colonos; e bem assim os demitidos do serviço e reformados, que espontaneamente o desejarem” (OLIVEIRA, 1845, p. 246).

Na sequência, apresentou instruções gerais e específicas sobre local de fundação, distribuição de terras, vantagens e deveres dos colonos, regime e cultura do núcleo, entre outras disposições gerais. Orientou que a fundação deveria ocorrer em local com a “maior soma de vantagens”, estando dentre elas a fertilidade do solo para a produção de gêneros diversificados, a proximidade a portos de embarque para facilitar as condições e a navegação para mares ou rios adjacentes, a presença de sítios elevados com rampas para favorecer transportes de rotação, além de ar puro e água potável em abundância. A partir da definição do local e de sua extensão, vinculada a quantidade de colonos militares que formariam o quadro da colônia, o território deveria ser medido e demarcado por um oficial engenheiro, e às “sorte de terras” serem distribuídas para os cultivos prescritos pela administração, sendo destinadas as de maior extensão, aqueles colonos casados e que possuíam filhos (OLIVEIRA, 1845, p. 247-254). Em sua estrutura física, o núcleo também deveria ser composto por um “arraial”, centralizado e demarcado, composto por capela, hospital, quartel, oficinas e escola (OLIVEIRA, 1845, p. 244-245).

A administração da colônia seria exercida exclusivamente pelo chefe da colônia, de preferência patente Capitão da 3^o classe do exército, ou reformado. Ao tratar da figura do administrador, salienta uma diferença entre comandar e administrar, sendo esta última, a que deve prevalecer tendo em vista dos objetivos da “cultura de terras” e do “bem geral”, atuando como um “pai” da justiça, do cumprimento dos deveres, do combate aos vícios e da promoção da “moral pública” (OLIVEIRA, 1845, p. 247-248). O núcleo também deveria contar com um Cirurgião, um Capelão, e um Almojarife, na tarefa do

pagamento dos soldos e vencimentos que competem aos colonos e aos empregados, bem como da distribuição e arrecadação dos objetos, tendo auxílio de um Cabo para fazer escrituração.

O ambiente do núcleo deveria, na visão de José Oliveira, ser constantemente vigiado, sujeitando os colonos a revistas e inspeções em nome da “ordem” e da “harmonia”, somadas a questão “moral” e “religiosa”. Além do controle administrativo e militar, buscava-se, principalmente pela figura do capelão, a importante tarefa de reforçar a submissão dos colonos a hierarquia e a disciplina, e estabelecer um domínio moral e religioso, ao mesmo tempo em que este atuará obrigatoriamente como um “juiz” nas desavenças e “orientador espiritual” nos comportamentos matrimoniais e nos sofrimentos cotidianos. Poderia caber-lhe também, além do ensino religioso, o ensino das “primeiras letras” aos meninos, mediante pagamento adicional, na escola do arraial, destinada à “instrução gratuita aos filhos dos colonos, montada pelo Governo, e regulada segundo o método mais apropriado para a educação da infância” (OLIVEIRA, 1845, p. 248-249).

Após o ensino, os colonos que se ocupassem exclusivamente da indústria fabril ou manufatureira, poderiam utilizá-los como aprendizes. Com o fim do período de isenção do recrutamento, a educação deveria voltar-se para a profissão militar, ensinando “disciplina, costumes, e hábitos militares próprios de sua idade”, e familiarizando-os “com essa vida, que um dia tem de seguir”. A ocupação e participação das mulheres também foi mencionada pelo brigadeiro, devendo elas, segundo ele, em conjunto com os filhos, ajudarem os colonos em seus trabalhos rurais e domésticos que não prejudicassem seu estado físico. Ao encerrar o trato acerca do contingente populacional da colônia, ressaltou que não deveria se admitir na colônia “vagabundos e ociosos”, e “pessoas suspeitas”, exceto os indivíduos que obtivessem a propriedade terras mediante autorização da administração colonial. (OLIVEIRA, 1845, p. 254-255).

Determinadas as funções dos membros da colônia, dois tipos de regimes seriam estabelecidos para os colonos: o da disciplina militar e o da disciplina colonial (OLIVEIRA, 1845, p. 250-251). A propriedade da terra poderia ser conquistada pelos colonos que atendessem os requisitos estipulados, nos quais incluíam além da realização das atividades determinadas e do cumprimento das regras estabelecidas, um prazo de “disciplina” de no mínimo quatro anos, que após o término e isenção desta, caso decidisse se manter no núcleo, estaria qualificado para aquisição definitiva da sua “sorte de terra” passando para a categoria de soldado reformado/colono proprietário. A mudança de “condição” e manutenção da propriedade da terra continuaria sujeita a uma “disciplina”,

que embora não fosse militar, era “colonial” e restringia a liberdade dos proprietários ao obrigá-los a manterem as suas residências na colônia e continuarem subordinados, não somente as leis civis e criminais do Império, mas também a administração e aos regulamentos do núcleo, e conseqüentemente, sujeitos a punições em casos de infração (OLIVEIRA, 1845, p. 253-254).

Por fim, os gêneros a serem trabalhados deveriam seguir os interesses do núcleo, de acordo com a adaptação do local e do “ramo” predominante na Província (OLIVEIRA, 1845, p. 253). Conforme observado por Antonio Marcos Myskiw e Letícia Maria Venson (2021, p. 288), estrategicamente, a distribuição gratuita de sementes, ferramentas e animais de criação levaria a um direcionamento dos colonos proprietários “quanto ao cultivo de determinadas sementes, à criação de determinados animais e a influenciar nos hábitos alimentares”, compreendendo em suma, que o progresso das colônias militares distantes de outros centros também dependia do excedente da produção para subsistência, abastecimento das casas de comércio instaladas na área urbana, e fomento a instalação de indústrias para o beneficiamento da produção.

Em uma análise geral, o “Plano de uma colônia militar no Brasil” propunha como objetivo central, uma colonização planejada e voltada para o cultivo da terra e o desenvolvimento agrícola. José Oliveira demonstrou em seu projeto, que a eficiência deste empreendimento estaria vinculada, para além de uma “benevolência” com os militares e do apoio do governo, no controle rígido por parte da administração, de todas as esferas que cercavam e permeiam o cotidiano do núcleo, incluindo o trabalho, o lazer, a moral, a religião e a educação, não se admitindo ou restringindo ao máximo, ideias, liberdades ou ações que contrariasse a cultura imposta e aos interesses maiores do Império. Mesmo com o término dos vínculos militares, os colonos e suas famílias que ali permanecessem, continuariam sob vigilância e observância dos regulamentos estipulados.

A escolha de soldados para este fim, ainda que a eles recaíram a suspeita da “indolência” e da “repugnância” ao trabalho, teriam a seu “favor” a experiência e o espírito da “disciplina militar”, obtida após anos de serviços prestados ao exército, e que na visão do brigadeiro, seriam características fundamentais mantidas pelos colonos que possuíam “amor à pátria”.

No entanto, ao se centrar especificamente nas questões econômicas internas e sociais (voltadas exclusivamente para militares), deixou de considerar outras motivações urgentes que levaram a implementação deste tipo de empreendimento, caracterizadas na

relação conflituosa e conturbada do governo com diversos outros grupos e indivíduos que já habitavam e/ou que passaram a habitar estas localidades estratégicas para o Império.

Na prática, o contexto regional levou cada uma das colônias militares a caminhos distintos e diversificados, contrastando em certos pontos com o que fora oficialmente planejado, ao buscarem acrescentar e se adaptar a outros objetivos, como nas tentativas, em alguns casos fracassadas, de sobreviverem e se manterem ativas frente a complexidade dos diferentes cenários que se apresentaram nestas regiões.

Embora não tenha tratado destas e outras questões de enfrentamento e controle/combate contra atores externos e internos, como no caso da colônia Pedro Segundo, e que seriam debatidas futuramente por outros estadistas, o plano atendeu naquele momento as demandas econômicas necessitadas pela Coroa. Poucos meses depois, em agosto de 1844, o ministro da guerra determinou ao conselheiro Joaquim de Lima e Silva que o documento fosse examinado pelas seções da Marinha, Guerra e Império do Conselho de Estado, e elaborado um regulamento para a fundação das colônias militares (OLIVEIRA, 1845, p. 255).

O plano de colonização militar ganhou importantes impulsos pelo governo central com a elaboração de três instrumentos legais para a sua implementação (SARMIENTO; RODRIGUES, 2017). A primeira tratava-se da Lei Nº 555, de 15 de junho de 1850, que autorizou o Poder Executivo a estabelecer onde convivesse e com adequada organização, a fundação de presídios e colônias militares. A segunda, estava vinculada a Lei de Terras, que em seu Art. 12, determinou a reserva de terras devolutas necessárias para a fundação de povoados, abertura de estradas e assento de estabelecimentos públicos, e em seu Art. 18, mandou à custa do tesouro, e por tempo determinado, direcionar colonos livres para serem empregados em estabelecimentos agrícolas, nas tarefas dirigidas pela administração pública, e na formação de colônias nos lugares indicados. Por fim, o Decreto Nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que ordenou a execução da Lei de Terras, onde em seus Art. 82, 83 e 84, orientou a fundação de colônias militares dentro de zonas de dez léguas contíguas aos limites do Império com países estrangeiros e em terras devolutas que se pretendia povoar, a demarcação e subdivisões das terras após a instalação por inspetores e agrimensores “especiais”, e a marcação dos lotes a serem distribuídos gratuitamente aos colonos, respectivamente.

Entre o final da década de 1840 e 1889, mais de vinte colônias militares foram instituídas nas demais regiões limítrofes e interioranas do território brasileiro. Novos decretos e regulamentos baseados no plano foram criados e publicados para diversas

localidades e demandas específicas. No decorrer deste período, os resultados práticos, problemas e contradições deste projeto, levantaram questões, sugestões e críticas manifestadas por diversos estadistas que defenderam a sua manutenção, reformulação ou mesmo extinção.

Colônia Militar do Jataí: adaptações e incompatibilidades entre o regulamento e a realidade vivenciada

Como já discutimos em trabalhos anteriores e estamos desenvolvendo em nossa pesquisa, o decreto Nº 751, de 02 de janeiro de 1851 determinou que o regulamento estabelecido no Decreto nº 662 de 22 de dezembro de 1849, que foi criado especificamente para as colônias militares fundadas na Província do Pará, deveria ser implementado na Colônia Militar do Jataí. Seguindo a base do “Plano de uma Colônia Militar no Brasil”, este documento apresenta orientações relacionadas à fundação, a administração, a organização, aos tipos de colonos, aos deveres, às formas de trabalho, e aos direitos, como o acesso à propriedade da terra.

Mas a falta de um regulamento próprio voltado para as condições, características e particularidades que se apresentaram no contexto do norte paranaense, representou um cenário de divergências e conflitos entre diretores e colonos. De acordo com o documento, os colonos engajados deveriam ser militares, subordinados ao diretor militar da colônia, tendo em vista que na visão dos estadistas, como já destacado, estes já estariam habituados à rigidez da disciplina militar, bem como a ambientes isolados e hostis.

Contudo, no caso da Colônia Militar do Jataí, verificou-se o engajamento de civis de livres e pobres, denominados de colonos paisanos, para desenvolver as tarefas que seriam destinadas, de acordo com o regulamento, aos militares, como atividades agrícolas, construções, manutenção e policiamento do núcleo. A intenção de se iniciar e desenvolver este projeto de colonização com colonos militares não se concretizou como o esperado, já que durante a sua existência, este núcleo foi formado majoritariamente por colonos civis, o que levou a diversas críticas de algumas autoridades, que atribuíram os problemas de desenvolvimento do núcleo aos colonos paisanos, que eram em sua maioria, lavradores.

No relatório provincial de 1872, observou-se uma visão crítica feita a estes colonos por Venâncio José de Oliveira Lisboa, Presidente da Província, e por Thomaz José Muniz, major reformado do exército e primeiro diretor da colônia. O Presidente relatou que colônia militar “de militar tinha só o nome, e seu comandante”, compondo-se de “paisanos com a denominação de operários agrícolas” (1872, p. 58-59), e que com

base em sua leitura dos “documentos oficiais”, os resultados da colônia até aquele momento eram “nulos”, reduzindo-se a um “insignificante povoado, sem vida, sem comércio” (PARANÁ, 1872, p. 63). A responsabilização por esta situação foi atribuída aos colonos paisanos, que de acordo com o Presidente, pouco faziam “em benefício da colônia”. Venâncio Lisboa também apresentou em seu relatório, as opiniões e falas do diretor Thomaz Muniz, nas quais observou que a maioria dos colonos não tinham “aptidão” para desenvolver os trabalhos, devido a uns a serem “velhos” e outros possuírem “defeitos físicos” e/ou “indolência” (PARANÁ, 1872, p.58).

Como destacado, a Colônia Militar do Jataí não possui um regulamento próprio, e embora os diretores o tivessem solicitado à Província algumas vezes, tendo em vista as características e particularidades daquele cenário, não foram atendidos. Venâncio Lisboa ressaltou que 1859, o governo da província buscou dar a colônia um regulamento especial adaptado às suas condições, “porém nunca veio à luz o resultado de tais trabalhos, continuando em vigor a ordem que mandava observar o regulamento das colônias militares do Pará cujas disposições, de modo algum, podiam sortir efeito desejado no Jatahy [...]”. (PARANÁ, 1872, p.59)

Neste sentido, os colonos paisanos buscavam encontrar maneiras de amenizar e superar o preconceito das autoridades e as diversidades das dificuldades impostas, como as que observadas pelo próprio Presidente, que apesar de ressaltar a “fertilidade espantosa do solo”, demonstrou as “contrariedades” do ambiente. Entre estas, estavam os períodos de seca e de intensas chuvas, ataques indígenas e a localização distante dos grandes centros, o que contribuiu para o baixo desenvolvimento populacional e agrícola, resultando em períodos de escassez, fome e danos estruturais.

A implementação de um regulamento estranho aquela realidade exigiu adaptações e negociações entre o diretor e os colonos, que nem sempre chegavam a um acordo comum, o que gerou divergências e conflitos, como no caso de insatisfação dos colonos com a qualidade dos lotes concedidos e limites definidos, relatado em um ofício do diretor da colônia militar enviado ao Presidente da Província, que foi respondido e publicado no Jornal Dezenove de novembro, de 01.08.1863.

No documento, o diretor questionava a intenção (ou ação) dos colonos em “derrubar matos altos a seu bel-prazer e onde quiserem”, em criar lavouras em terrenos “onde bem lhes parecer”, em fazer chácaras e casas fora do quadro marcado da povoação, e se a ele, enquanto diretor, competia dar “carta de data” para construção de casas dentro do quadro da povoação aos que queriam se estabelecer. Em resposta, o presidente

ênfatiou que os colonos não poderiam realizar estas ações por constituir crime e ser proibido por lei, já que os “matos devolutos” eram de propriedade nacional, sendo permitido somente cultivar o lote determinado, e que cabia ao diretor designar a área para a construção do quadro da povoação dependendo a concessão da aprovação do governo provincial.

Outros conflitos também marcariam a trajetória desses colonos no Jataí, que também enfrentaram diversas dificuldades resultantes do desinteresse das autoridades, não só em atender as necessidades do núcleo, como também em atender aos seus direitos, como no caso específico das concessões dos títulos de posse. Os entraves para garantir a propriedade de seus lotes garantidos pelo regulamento, resultaram em períodos de agitação na colônia (REIS, 2002, p.26). Já que “as autoridades provinciais e imperiais demonstravam uma incrível insensibilidade para tornar proprietários de terras esses caboclos [...] dos sertões do norte do Paraná. [...]” (WACHOWICZ, 1987, p.29).

Considerações finais

Como podemos observar, embora o “Plano de uma colônia militar no Brasil” elaborado pelo brigadeiro a José Joaquim Machado de Oliveira tenha contribuído para a implementação deste processo no país, em muitos casos o projeto não se desenvolveu como o esperado. As dificuldades e extinções precoces de várias colônias, bem como a incompatibilidade dos regulamentos e o desinteresse das autoridades com as realidades locais e demandas da população, como observado no norte paranaense, apresentaram um cenário diversificado de problemas e conflitos sociais, que exigiu, por parte dos colonos, lutar por melhores condições de vida, trabalho e acesso à terra.

Referências

- ALVES, Débora Bendocchi. O paradeiro dos soldados desertores da Colônia Militar Pedro II. Contestado Franco-Brasileiro, 1840-1864. Revista Nuevo Mundo-Mundos Nuevos, v. 2, p. 1-15, 2017.
- BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). História geral do Brasil. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 188-301.
- LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Colonização militar no norte paranaense? Homens livres e pobres na Colônia Militar do Jataí (1851-1897). In: 31º Simpósio Nacional de História: história, verdade e tecnologia, 2021, Rio de Janeiro. Anais do 31º Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021.
- MYSKIW, Antonio Marcos; VENSON, Leticia Maria. Colônias Militares no Brasil Meridional. In: SCHMITT, Anderson; WINTER, Murilo Dias (org.). Fronteiras na História: atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional - séc XVIII a X. Chapecó: Editora UFFS, 2021, v. 1, p. 283-309.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Brasil dos imigrantes. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

REIS, José Cezar dos. Olarias: espaço de subsunção formal ou real? Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.

SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SARMIENTO, Erica; RODRIGUES, Fernando. Estudos sobre colonização e imigração no norte do Brasil (1840-1930). In: Revista de História Regional, Ponta Grossa, v.22, 2017, p. 53 – 73.

WACHOWICZ, Rui Christovam. Norte velho, norte pioneiro. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

Fontes

BRASIL. Collecção das leis do Império do Brasil de 1849. Tomo XII. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1849. Decreto de 22 de dezembro de 1849 – Approva o regulamento para a fundação de Colônias Militares na Província do Pará. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18441>>. Acesso em 10 jan. 2022.

BRASIL. Collecção das leis do Império do Brasil de 1851. Tomo XIV. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Decreto de 2 de janeiro de 1851 – Crea huma Colonia Militar no porto do Arroio Jatahy na sua confluencia com o Rio Tibagy, em a Comarca de Coritiba da Provincia de S. Paulo. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18381>>. Acesso em 10 jan. 2022.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Plano de uma Colônia Militar no Brazil, Revista do IHGB. v.7, nº 26, Rio de Janeiro, 1845.

PARÁ. Discurso recitado pelo Exm. Sr Doutor João Antônio Miranda Prezidente da Província do Pará Na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840. Pará na Typographia de Santos & menor, 1840. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/172>>. Acesso em 29 abr. 2022.

PARANÁ. Relatório com que o Exm. Sr. Presidente, Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, abriu a 1ª sessão da 10ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1872. Curityba, Typ. da Viúva & Filhos de C.M. Lopes, 1872.

Conselho de cultura no Brasil, pilares de pertencimento: uma história em construção

Cleisemery Campos da Costa¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto faz parte do projeto da pesquisa de tese de doutorado cujo título é “A construção de políticas culturais no Brasil, conselhos de cultura e participação social – o caso de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, entre 2004 e 2014”, especificamente do capítulo 1, do qual as ideias e argumentos centrais são aqui discutidos.

Ao longo do século XX, a marca dos governos adotada no Brasil traz um carimbo visível de recorrentes violações aos direitos humanos, característica dos regimes autoritários com danos às condições de participação social. Os Conselhos de Cultura, peças estruturantes para a construção de políticas democráticas, se apresentam como ferramentas estratégicas para a implantação de políticas culturais nas cidades brasileiras, após a redemocratização.

No presente artigo percorre parte do processo quanto à atuação dos Conselhos de Cultura, considerando os aspectos de formação do próprio setor cultural e da tradição que acompanha a História do Brasil, notadamente, sob a marca do autoritarismo e da exclusão social, compreendendo a presença da sociedade civil, através dos Conselhos de Cultura, como um dos mais importantes aspectos no processo de acompanhamento e fiscalização da execução de políticas culturais, pós 1988.

Em diferentes esferas públicas de governo, nos recentes vinte anos, tem sido identificado o papel fundamental da cultura no exercício da cidadania, para a consolidação da democracia e o desenvolvimento humano e econômico, sendo colocada, em algumas cidades e estados brasileiros, como uma das pautas principais na elaboração de políticas públicas.

A marca dos governos adotada no Brasil traz um carimbo visível de recorrentes violações aos direitos humanos, característica dos regimes autoritários ou repressores,

¹ Aluna do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2019, com o projeto “A construção de políticas culturais no Brasil, conselhos de cultura e participação social – o caso de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, entre 2004 e 2014” orientado pelo dr. Rui Aniceto e co-orientado pela Dra. Lia Calabre.

com danos às condições de participação social que perduraram, ou perduram, considerando Albino Rubim (2015, p.34), pesquisador baiano eleito presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, em 2008, e secretário estadual de cultura do mesmo estado (2011-2014): “A trajetória brasileira das políticas culturais produziu tristes tradições e enormes desafios. Estas tristes tradições podem ser emblematicamente sintetizadas em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade.”

As políticas culturais no Brasil registram processo histórico vinculado ao da educação, objeto de elaboração de políticas públicas que integra três momentos de destaque: período inicial no governo Vargas (1930-1945), um segundo período na Ditadura Civil Militar (1964-1985) e o terceiro período nos dois governos Lula (2003-2010).

No governo Vargas foram implantadas as primeiras ações no âmbito das políticas culturais, quando se estabelece um caráter institucional para o setor cultural no Ministério da Educação e da Saúde. O período é de estruturação formal da área da cultura, com a construção de instituições voltadas exclusivamente para Cultura na instância federal, onde o Estado ainda não atuava. A área da Cultura foi instalada no Ministério onde recebeu uma atenção especial na gestão do Ministro Gustavo Capanema (1934-1945). Na Ditadura civil militar, em especial nos anos finais do governo Médici e no governo Geisel (1972-1979) foi acentuado o incremento do Estado no campo da cultura, a partir das ações da Secretaria Nacional de Cultura, estrutura base do Ministério da Cultura que seria criado, anos depois, no governo José Sarney.

Durante os dois Governos de Luiz Inácio Lula da Silva, o destaque é a consolidação de renovação e reestruturação do Ministério da Cultura, com a institucionalização e consagração de um conjunto legal sob a égide do Sistema Nacional de Cultura, resultante da adoção de um conceito antropológico baseado no tripé cultura cidadã, cultura simbólica e cultura da economia, promovendo profundas mudanças relacionadas à produção artística, ao fortalecimento da cultura como modo de vida, e à valorização de uma gama de atividades legitimadas pelo Estado em políticas públicas culturais mais diversas e inclusivas.

O Ministro Gilberto Gil, no seu discurso de posse em 2003, defende a compreensão da cultura no âmbito das políticas culturais, para além das artes eruditas ou o patrimônio em seu sentido comum, mas toda a produção de significados, valores e hábitos da sociedade brasileira. Neste período novos departamentos e secretarias foram

criadas, como a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural e outras instituições, como a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), são fortalecidas.

O investimento em políticas de Estado construídas a partir da articulação com entes federados e sociedade civil é expediente evidenciado a partir de frentes principais: a implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), do Plano Nacional de Cultura (PNC), da redistribuição dos recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC) e a reestruturação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

É deste terceiro período recente da História Brasileira a construção de uma política cultural com maior participação da sociedade civil, através de um conjunto de seminários, conferências e encontros de porte nacional nas cinco regiões do Brasil, foi ampliada notadamente uma maior participação social no âmbito das políticas culturais, promovendo uma inédita movimentação de agentes culturais, artistas, pesquisadores e arte-educadores nas discussões do setor cultural na esfera pública.

A elaboração do Plano Nacional de Cultura, que abriu discussões públicas através da internet, das conferências nacionais e seminários realizados nos estados brasileiros, envolvendo poder executivo e legislativo, gera uma movimentação que foi fator preponderante para o novo formato e composição do Conselho Nacional de Política Cultural, instituído pelo Decreto no 5.520/2005, emenda constitucional no artigo 216A - §2º (Decreto 5.520/2009), alterado pela Portaria 28/2016.

O estabelecimento deste canal para mediação entre Estado e sociedade civil já se apresentava como estratégico colaborador para o aperfeiçoamento das políticas culturais, alimentando o inovador Sistema Nacional de Cultura. Ao passo que o Ministério da Cultura institui o Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, vários Estados e Municípios passam a adotar similar modelo para a criação ou recomposição dos seus conselhos culturais, reconhecendo tais instrumentos como fundamentais para o fortalecimento da democracia.

Composto por vinte e quatro assentos, na nova estrutura do CNPC, o Plenário, o Comitê de Integração de Políticas Culturais, os Colegiados Setoriais, as Comissões Temáticas ou Grupos de Trabalho, e a Conferência Nacional de Cultura. Os mandatos dos conselheiros são de dois anos, com exceção dos representantes do poder público (gestores) que possuem limite de um ano, prorrogável conforme necessidade da gestão e dos servidores públicos de carreira conselheiros técnicos de algumas áreas específicas (CALABRE, 2009, p.19).

Até chegar nestes anos iniciais do século XXI, entre 2003 e 2013, foram quase noventa anos de percurso no âmbito da História das políticas culturais, a começar pelo

Governo Vargas. O surgimento dos conselhos de cultura no Brasil ocorre no contexto da criação de uma série de conselhos técnicos de diversas áreas, a maioria deles previstos na Constituição de 1934. Em 1937, foi criado o Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHN) e, um ano mais tarde, em julho de 1938, é criado o Conselho Nacional de Cultura (CNC), primeiro órgão colegiado do Brasil dedicado às questões culturais, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Sem funcionamento efetivo, conforme Calabre (2009), os termos do Decreto de sua criação explicitam as características das políticas culturais de caráter autoritário do Governo Vargas, considerando as atribuições do CNC de fazer a “propaganda e a campanha em favor de causas patrióticas e humanitárias”; promover a “educação cívica, através de toda sorte de demonstrações coletivas”, com membros indicados pelo Presidente da República, encarregados das primeiras discussões de porte nacional para a Cultura Brasileira.

Durante o Governo de Getúlio Vargas, o ministro Capanema contou com nomes de intelectuais e artistas consagrados, como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Rodrigo de Melo Franco, Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Heitor Villalobos e Manuel Bandeira. A gestão do ministro Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde, entre 1934 e 1945, foi marcada pela atenção do Estado à atividade cultural no Brasil, com a criação de órgãos culturais importantes como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN, o Instituto Nacional do Livro - INL, o Serviço Nacional do Teatro - SNT, o Instituto Nacional da Música - INM e o Instituto Nacional de Cinema Educativo - INCE.

Os conselhos, em geral, apresentavam formato de caráter consultivo (que emitem suas opiniões acerca dos assuntos que lhe são propostos), deliberativo (que decidem sobre quais estratégias serão utilizadas para a manutenção das políticas), fiscalizador (que acompanham e controlam os atos dos governantes) e normativo (que regulamenta as ações que serão desenvolvidas). Os integrantes dos primeiros Conselhos técnicos ou convidados das respectivas áreas de atuação, indicados pelo poder executivo, segundo Eli Diniz:

Os conselhos técnicos, no Brasil, foram criados a partir dos anos 1930, principalmente na área da política econômica. Previstos pela Constituição de 1934, tinham por função assessorar o Estado na formulação de políticas e na tomada de decisões referentes a diversas áreas. Alguns eram dotados de poderes normativos e deliberativos, outros exerciam apenas funções de natureza consultiva (DINIZ, 1999, p.62).

Ao longo do Governo Vargas, além das mudanças de ordem política, são identificáveis marcantes mudanças nos aspectos culturais operadas pelo Estado, em favor do fortalecimento do Governo. Uma das alternativas abraçadas no Governo Vargas foi estabelecer aproximação com artistas e intelectuais, que inclusive passam a trabalhar para o governo ou no governo, difundindo por meio de sua arte a ideologia governista.

A presença do Estado na cultura incluída na Constituição Federal de 1934 reforça a importância que esta passa a ter como um tema de interesse do Estado. A partir de então, a União, os estados e municípios ficaram constitucionalmente autorizados a “favorecer” o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral. Boa parte destas ações, no âmbito da Cultura, estavam centradas em três pilares-chaves - o turismo, a propaganda e o patrimônio - onde a tríade explorada deveria servir para criar e difundir a imagem de um país seguro, um povo hospitaleiro e governantes confiáveis.

No período Vargas a estratégia era a tentativa de modernização do Brasil e superação do atraso que representava a República Velha, baseada no país rural. Estimulado pela necessidade de estabelecer um governo coeso, Vargas conduziu algumas ações pela unificação da essência do povo brasileiro, estimulando agrupamento de elementos que interessavam à construção de uma imagem e de um pensamento que atendessem aos seus ideais governistas (VIANNA, 2019, p.79).

Sobre essa gênese do ideário do patrimônio no Brasil é possível observar que as primeiras ações rumo à uma tomada de consciência sobre a importância histórica da preservação de bens no Brasil se efetivaram com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB e do Arquivo Nacional, no ano de 1838.

O investimento peculiar no turismo, na propaganda e no patrimônio como elementos políticos, apontava uma ação determinante para a estruturação de uma classificação inovadora, como as expressões utilizadas em profusão - “alma brasileira”, “jeito de ser brasileiro”, representando os interesses do Governo Vargas: o novo perfil do povo brasileiro e do Brasil.²

² Tal momento coincide com as intensas mudanças às quais o Brasil estava atravessando: as primeiras décadas do século XX foram de intensa atividade intelectual e também de um surto de industrialização que transformaria radicalmente as relações sociais no país. A relação desse novo pensamento brasileiro com a cultura, vai se estabelecer através do ideário nacional-popular e da própria reavaliação do conceito cultural. Segundo Lúcia Lippi de Oliveira o homem brasileiro seria “um homem sem passado, alienado no de íntimo do seu ser porque fora colonizado, ao qual haviam sido impostos conjuntos culturais transferidos do exterior; tornava-se urgente criar ou descobrir uma cultura nacional válida, que assim se apresentava como um projeto ligado ao futuro, como uma utopia do porvir que serviria de motor à ação.” (Oliveira, 1992).

Com essa participação do Estado no gerenciamento da cultura, a era Vargas, representada pela forte presença de Capanema, executa ações que se inserem na delimitação de política pública cultural, concebida como um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura.

O Estado se transformava no tutor, no pai da intelectualidade, ao se identificar com as forças sociais. A argumentação se desenvolvia no seguinte sentido: a partir do momento em que o Estado marca a sua presença em todos os domínios da vida social, não há por que o intelectual manter a sua antiga posição de opositor ou insistir na marginalidade. De inimigo do Estado, o intelectual deve se converter em seu fiel colaborador, ou seja, ele passa a ter um dever para com a sua pátria (VELLOSO, 1997, p.32).

Em 1953, é criado o Ministério da Educação e Cultura - MEC, de acordo com a Lei 1.920 sancionada por Getúlio Vargas, em seu segundo governo, em julho de 1953. Em 23 de fevereiro de 1961 o Presidente Jânio Quadros recria o Conselho Nacional de Cultura, subordinado diretamente à Presidência da República, com uma composição por áreas artísticas e órgãos do governo, o qual tinha uma clara meta de elaboração de planos nacionais de cultura. O texto do decreto não fazia nenhuma menção ao Conselho criado em 1938. Não era do conhecimento do presidente que o CNC ainda existia, pelo menos juridicamente.

Comparando as atribuições do conselho instituído por Getúlio Vargas, em 1938, e o Conselho instituído por Jânio Quadros, em 1961, é identificável a diferença estrutural entre um e o outro Conselho. O segundo, instituído por Jânio, objetivava a criação de políticas públicas para a cultura, era deliberativo e composto por comissões.

O Conselho Nacional de Cultural implementado por Jânio Quadros, com perceptível desenho modernizante e democrático, embora com nomes indicados pelo Presidente da República, não funcionou por muito tempo. No mesmo ano em que foi criado, em agosto de 1961, com a renúncia de Jânio à presidência, o órgão é destituído.

Com as mudanças políticas de 1962, o Conselho volta a ser subordinado à estrutura do Ministério, quando é reformulado através do Decreto nº 771 (23 de março de 1962). Neste novo decreto, que faz referência ao conselho criado em 1938, o Conselho passou a fazer parte do Ministério de Educação e Cultura (MEC), com a maioria das atribuições do decreto de 1961 mantidas, onde as comissões permanecem as mesmas, porém, como mecanismos de assessoramento do conselho, que poderia ou não solicitar consultas.

O principal projeto que este conselho realizou foram as Caravanas da Cultura, tendo como mentor o ator e dramaturgo Paschoal Carlos Magno, incentivador da formação teatral de jovens. Paschoal era secretário geral do Conselho Nacional de Cultura, coordenador chave das caravanas entre 1963 e 1964. Fez parte dessa caravana a cantora lírica gonzalense, Maria Domícia.

O golpe militar de 1964 encerrou as atividades das Caravanas, uma vez que todas as ações do Conselho foram paralisadas. No ano de 1965, uma comissão foi criada para discutir as bases de um Plano Nacional de Cultura, que trabalha junto com o MEC, com proposta de criação de um novo Conselho. Em meados de 1966 é criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), tomando como exemplo o Conselho Federal de Educação, diretamente ligado ao Ministério da Educação e Cultura.

Nos anos iniciais do período da Ditadura Militar, as atribuições e atuação do Conselho Nacional de Cultura são reformuladas. A discussão no Governo do Presidente Castelo Branco apontava a necessidade de repensar um efetivo plano nacional para a cultura, sob a coordenação do Conselho. Uma comissão foi instituída especialmente para tratar da reformulação do Conselho. Em novembro de 1966, através do Decreto-Lei nº 74, foi criado o Conselho Federal de Cultura³, constituído por 24 membros diretamente nomeados pelo Presidente da República. O Conselho Federal tinha entre suas principais atribuições estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura.

No novo desenho, o órgão era consultivo e normativo, composto por diversos intelectuais de renome nacional e internacional, provenientes principalmente da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Durante dez anos, de 1966 a 1976, foi o momento de maior atuação do Conselho, voltado para alguns projetos, como a elaboração de um Plano Nacional de Cultura, a implantação dos Conselhos Estaduais de Cultura e as Casas de Cultura.

Na implantação do CFC, em 1966, somente dois estados Brasileiros tinham Conselhos – Guanabara e São Paulo, e somente um estado com Secretaria de Cultura Estadual, que era o Ceará, a primeira do país. Cinco anos depois, em setembro de 1971, o país ampliava esse número com a presença de conselhos de cultura instalados e funcionando em 22 estados. A primeira das atribuições era formular a política cultural nacional, no limite das suas atribuições. Ao iniciar os trabalhos, o CFC estabelece como

³ Poder Executivo Federal - Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. DECRETO - Lei Nº 74, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966.

prioridade a recuperação das instituições de cultura de caráter nacional – Biblioteca Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Arquivo Nacional - é forte a crítica à maneira como essas instituições vinham sendo conduzidas nos anos anteriores.

A criação e instalação das Casas de Cultura, assunto no CFC, deveria servir para diversos tipos de atividades culturais e sua implantação estava alicerçada na garantia de convênios entre o Conselho Federal de Cultura e os municípios, com aportes financeiros de ambos parceiros para a execução do projeto.

Durante muito tempo a estrutura do Ministério esteve toda voltada para a área de educação, não possuindo sequer uma secretaria de cultura, até a criação do Departamento de Assuntos Culturais - DAC (Decreto 66.967 em 27 de julho de 1970). Gradativamente o DAC assume funções de órgão central de direção superior, como previa o decreto de reforma administrativa, que passa também a concentrar as iniciativas de discussão sobre as políticas culturais, anteriormente atribuídas ao Conselho. Se o período Vargas foi o período de estruturação formal da área cultural, é na década de 70 que o Estado começa a ampliar a sua atuação nesse campo, representando um importante momento de institucionalização no interior do governo com pontuais avanços na institucionalização das políticas culturais.

Mesmo sem conseguir assegurar dotações orçamentárias fixas para custear os planos de longo prazo, o Conselho executou uma parte significativa dos objetivos, custeados com dotações especiais. Em janeiro de 1973 o ministro Jarbas Passarinho pediu ao Conselho que elaborasse diretrizes para uma política nacional de cultura. A aplicação do Plano Nacional de Cultura, tornara-se inviável tendo em vista não ser possível aos conselhos deliberar sobre questões que implicam em orçamentos.

Em lugar de planos, deveriam ser elaboradas diretrizes para as políticas públicas de cultura que, após serem submetidas à apreciação do Presidente da República, deveriam ser desdobradas pelo Departamento de Assuntos Culturais. Foi um momento de destaque para o CFC na Ditadura Militar, onde a discussão de diretrizes norteadoras passava pelo colegiado.

Fora do Ministério da Educação uma importante discussão era tratada no Centro Nacional Referência Cultural – CNRC. Em especial, esse grupo de trabalho abre caminho para a vigorosa presença de Aloísio Magalhães na estrutura federal de Cultura. Nos anos finais da década de 70 o DAC é ampliado para Secretaria de Assuntos Culturais. Na

reformulação, essa nova autarquia dentro do Ministério da Educação e Cultura, o DAC, foca em duas vertentes distintas - patrimônio e produção cultural (consumo e circulação).

No governo Geisel (1974-1978), o Ministro Ney Braga amplia a estrutura da cultura (criação da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, da Campanha de Defesa do Folclore Nacional, Conselho Nacional de Cinema, Conselho Nacional de Direitos Autorais e a reformulação da Embrafilme), onde o Conselho Federal de Cultura apresentou planos em 1968, 1969 e 1973, mas nenhum deles foi efetivado de modo prático. A cada plano apresentado a proposta primordial era a garantia de manutenção e continuidade dos organismos nacionais de Cultura (por exemplo, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e o Instituto Nacional do Livro). A defesa de verbas para Cultura era prática constante do CFC, uma vez que toda ação do MEC era voltada para Educação.

Ao longo das décadas de setenta e oitenta, várias secretarias estaduais, municipais e conselhos de cultura são instituídos e organizados, ampliando o processo de institucionalização da cultura no país. O encontro nacional de Secretários de Cultura, realizado em 1976, contribui para incentivar a comunicação entre os vários agentes e gestores culturais, com uma forte discussão quanto à necessidade de criação do Ministério da Cultura.

No processo de redemocratização promovido ao longo do governo Geisel e Figueiredo (1974-1979), até a escolha de um presidente-civil, em 1985, o Estado Brasileiro percorre um caminho lento, diminuindo aos poucos a intensidade da repressão contra os movimentos sociais. A atuação do CFC apresenta traços desse processo de democratização e liberalização dentro de um regime autoritário.

O abrandamento da censura nos meios de comunicação, um maior espaço para atuação de atividades autônomas da classe trabalhadora, a reintegração de algumas salvaguardas individuais, como o *habescorpus*, liberação de quase todos os presos políticos e tolerância de oposição política, permissão de agendas culturais com público amplo (STEPAN, 1986, p.41).

As experiências de políticas culturais estatais no Brasil registram a paradoxal situação do país ter experimentado uma forte presença do Estado no gerenciamento da cultura, exatamente em regimes políticos de restrições à liberdade como entre os anos 1930-1945 e 1964-1985. O papel dos Conselhos de Cultura será decisivo neste processo, considerando o percurso de anos, desde a criação da primeira composição do Conselho de Cultura no Brasil.

Em função de ajustes na composição de aliados no seu governo, José Sarney, poeta, oficializa a criação do Ministério da Cultura (MinC) em 1985 com a publicação do Decreto Presidencial Nº 91.144 - 15 de março de 1985.⁴ A Cultura é apartada institucionalmente da estrutura administrativa da Educação. Como uma área específica que necessitava de projetos, leis, setores administrativos e pessoal próprios, um primeiro cenário de mudanças começa a ser traçado, timidamente, na estrutura federal, com reflexos na composição do Conselho nos anos seguintes, somados ao impacto da Constituição Federal de 1988.

Os primeiros anos do Ministério da Cultura são marcados por problemas estruturais (falta de recursos, de pessoal e até mesmo, falta de espaço). A instabilidade dos titulares da pasta agravou o cenário, considerando as frequentes mudanças de Ministros nos primeiros dez anos. Sem um fundo orçamentário específico (a exemplo da Educação), a Cultura amarga severos problemas.

Na busca de novas fontes de recursos e financiamentos para Cultura, é criada em 1986 a chamada Lei Sarney, com a prática do incentivo em benefício de projetos culturais, a partir da renúncia fiscal das empresas privadas, durante a gestão do economista Celso Furtado. O Ministro da Cultura, impulsionado pela implantação da lei de incentivo, promove no Ministério estudos iniciais que foram uma grande novidade na pasta: a economia da cultura. É também neste período que se efetiva a presença do produtor cultural: atuando na frente de captação de recursos, idealizador e promotor de eventos e megas agendas e ainda, agenciador de cultura.

Após os anos do governo Collor, quando se dá a extinção de todos os organismos de cultura, com rebaixamento do Ministério da Cultura a Secretaria, e uma impactante descontinuidade na titularidade da pasta, com dez ministros no espaço de dez anos na cultura, o cenário de profunda instabilidade e fragilidade na gerência nacional de cultura, já no período democrático, é classificado como *“o ápice do processo ditatorial atrasado”* (CESNIK, 2005).

A novidade na década de noventa foram os conselhos gestores, que trouxeram um caráter interinstitucional para administração pública, previstos na constituição de 1988, e

⁴ Criação do MinC sob decreto presidencial nº 91.144, de 15 de março de 1985, com as seguintes atribuições: 1) a incapacidade do Ministério da Educação e Cultura (MEC) suprir exigências de dois campos; 2) a necessidade de métodos, técnicas e instrumentos diversificados de reflexão e administração diferenciados para os dois campos 3) a ausência de uma política de cultura mais consistente, uma vez que a problemática educacional sempre foi prioritária no MEC e 4) a necessidade de uma política nacional de cultura considerando o desenvolvimento alcançado pelo país. (BRASIL, 1985)

em outras leis específicas de estados e municípios, regulamentando suas ações como conselhos deliberativos, com representação da sociedade civil e poder público. Sua função é ser canal de mediação entre a sociedade e o Estado. Os conselhos gestores de políticas públicas, nascidos nos anos 1980, são inovações institucionais que tiveram sua origem no processo de democratização e que tem como objetivo promover a participação, deliberação e controle da gestão pública.

Tal atmosfera foi estimulada, em grande parte, pelos partidos progressistas, como o Partido dos Trabalhadores, movimentos sociais, sindicatos, universidades e instituições que se apresentavam na defesa da participação social e dos direitos humanos. Tais movimentos refletiram sobre a reformulação das políticas públicas, a participação e representação social como decorrência da expansão democrática pós-ditadura militar e do movimento histórico de reivindicação por direitos civis e políticos no Brasil, como o Movimento das Diretas Já, em 1984.

O governo federal, a partir da Constituição Federal de 1988, estimula a institucionalização de criação de conselhos e conferências públicas em diversas áreas. As décadas de 1990 e 2000 são marcadas pelas mobilizações em torno da participação social em instâncias deliberativas e representativas junto ao Estado.

As medidas adotadas por Collor em 1990, quando o Ministério da Cultura é extinto, junto com vários dos órgãos e autarquias, inclusive o Conselho Federal de Cultura, justificadas pela necessidade de redução de gastos, foi identificada por várias lideranças culturais, em especial aqueles que apoiaram o candidato derrotado pelo novo presidente, como uma estratégia proposital para redução da presença da Cultura na estrutura federal, gerando um cenário ainda maior de descontinuidade das políticas públicas.

Tal decisão abriu caminho para uma maior atuação do setor privado na cultura, quando no ano seguinte a posse de Collor, em 1991, na gestão de Sérgio Paulo Rouanet, o novo titular da então Secretaria da Cultura, é promulgada a Lei 8313 que regulamenta o incentivo à cultura através da renúncia fiscal. Um aperfeiçoamento da extinta Lei Sarney, da década anterior, a segunda lei federal que colocava o setor empresarial na linha de frente das ações culturais no Brasil, mais uma vez se personificava com o rótulo nominal do seu idealizador, passando a ser chamada de Lei Rouanet.

Com afastamento de Collor, ainda na condição de presidente interino, Itamar Franco recria o Ministério da Cultura através da Lei nº. 8.490, de 19 de novembro de

1992.⁵ Com a renúncia de Collor, Itamar Franco é aclamado Presidente da República em 29 de dezembro de 1992.

Mesmo com a recriação do Ministério da Cultura, a grande instabilidade que se destacou neste período foram as constantes trocas de dirigentes do órgão durante a gestão de Itamar, entre 1992-1994, passando pela pasta Antônio Houaiss, José Jerônimo Moscardo e o advogado Luiz Roberto do Nascimento e Silva (CALABRE, 2010, p.32).

Assume a pasta da Cultura o professor Antônio Houaiss, integrante do então Conselho Federal de Cultura, que participou até a sua extinção, em 1990. O titular do recriado Ministério da Cultura estabelece a estrutura básica do órgão, onde o Conselho Nacional de Política Cultural é regulamentado através do Decreto n. 823 de 21/05/1993. Apesar de restabelecido e com a simpatia dos titulares da pasta, o Conselho não teve uma forte atuação.

Para Moscardo, que assume a pasta em setembro de 1993, a principal missão do ministério é a enfatizar a redefinição da importância da Cultura na pauta das prioridades estratégicas para o país. O último ministro da Cultura do governo Itamar, o advogado Nascimento e Silva, cria a Lei do Audiovisual, nº 8.685/93, com mecanismos que permitem a dedução de parte do imposto de renda devido nos investimentos realizados na produção de obras audiovisuais.

Na gestão Fernando Henrique Cardoso, com dois mandatos (1994-2002), a presença contínua do titular não simboliza avanços na linha política adotada. Francisco Weffort, oito anos como Ministro, fica marcado pela publicação de luxuoso livro, intitulado “Cultura é um bom negócio”, endossando a prática iniciada no fim da ditadura, com cópia de tal linha em algumas capitais e estados. Durante os dois governos de FHC, onde os recursos da cultura sofreram redução em mais de 20%, foi perceptível a estagnação do setor cultural, com a pesada presença do mercado no dirigismo de financiamento. De positivo, apenas a criação da Agência Nacional do Cinema e a implementação de uma política de patrimônio imaterial.

Pouco influenciado pela nova linha de participação política dos anos 80, o Ministro da Cultura de FHC esvazia o Conselho de notáveis, paulatinamente. O número de membros foi reduzido de vinte e quatro Conselheiros para nove, em 1996, até ficar completamente vazio, quatro anos depois.

⁵ Lei nº 8.490, 19/11/1992 – Cria o Ministério da Cultura com as seguintes atribuições: a) planejamento, coordenação e supervisão das atividades culturais; b) formulação e execução da política cultural; e c) proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro.

Quando os membros do Conselho são as próprias secretarias e instituições vinculadas ao Ministério, à medida que os mandatos dos conselhos foram-se extinguindo não houve recondução dos Conselheiros ou novas nomeações, fazendo com que o órgão deixasse de existir, ainda que não tivesse sido extinto por lei. Na gestão Weffort um dos muitos absurdos das políticas culturais aplicadas durante o neoliberalismo, um conselho nacional de cultura sem nenhuma presença da sociedade civil, sequer de personalidades ou técnicos como aqueles do começo do século XX (CALABRE, 2010, p. 41).

Gilberto Passos Gil Moreira, que assumiu o Ministério da Cultura em 2003, no primeiro Governo Lula, inicia intensa discussão para reformulação do Conselho, que resultará em mudanças mais amplas até o final de sua gestão, em 2008. No primeiro ano do ministro cantor no Ministério, é realizado o “Seminário Nacional Cultura para Todos”, quando o MinC percorre as cinco regiões do país, reunindo intelectuais, pesquisadores, agentes e trabalhadores culturais para debater a construção de uma política de Estado para a cultura.

Era o pontapé inicial de uma reformulação geral desejada pelo Ministro, convencido da necessidade de aproximar o Ministério da Cultura dos brasileiros, até então, distante e desconhecido, nos gabinetes. Os encontros nacionais, os editais, os vários programas de cultura viabilizando frentes de trabalho nas linguagens artísticas, os debates regionais e seminários, a conferência nacional de cultura, a implantação do Plano Nacional de Cultura e por fim, as múltiplas ações do MinC entre parcerias e medidas transversais, representaram um traço amplo de uma nova linha política, onde a participação social e cooperação de vários atores sociais, sociedade civil e demais membros da união, estados e municípios, passa a integrar a pauta da cultura nacional.

Uma gestão democrática da cultura, que impõe novo comportamento ao País, como destaca Rubim, apontando avanços no discurso de posse de Gilberto Gil, que propõe uma forma diferente de tratar o setor cultural e fazer política pública:

A ênfase no papel ativo do estado na formulação e implementação de políticas de cultura, numa crítica o governo anterior por ter substituído o Estado pelo mercado, através das leis de incentivo, a conexão do Estado com a sociedade, com o desafio de formular e implementar políticas culturais em circunstâncias democráticas, e ampliação do conceito de cultura, no seu sentido antropológico, abrangendo assim não só as culturas cultas (eruditas), mas também as culturas populares (RUBIM, 2007, p.27).

A atuação do Ministério da Cultura, em vários aspectos, inaugural, representa um diferencial comparado às políticas anteriores, a exemplo do apoio à cultura indígena e negra, às questões de orientação sexual, à rica pluralidade de expressões culturais que foram acobertadas anteriormente, por um projeto mono cultural, que passa a ser deixado

de lado, sendo substituído por uma vertente plural, diversa, que tem apreço e reconhecimento à diversidade.

Distintas etapas preparatórias aconteceram ao longo do ano de 2005 para a 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em dezembro. A própria conferência é etapa prioritária no processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura, onde pela primeira vez, o governo federal reúne ampla gama dos setores da sociedade para realizar uma discussão sobre políticas culturais. Mecanismo participativo, de consulta pública, a 1ª Conferência recolheu sugestões e propostas para a elaboração das diretrizes básicas daquele que seria o mais participativo plano nacional de cultura já elaborado.

As conferências municipais, estaduais e intermunicipais de Cultura, realizadas como etapas prévias, marcam a adoção de uma nova linha política traçada pelo Ministério da Cultura, onde uma ação sistêmica se estabelecia a partir de uma inovadora interligação entre os entes federados e a sociedade, e ainda, a realização dos seminários setoriais “Construindo o Plano Nacional de Cultura”, organizado diretamente pelo Ministério da Cultura.

Com esta perspectiva o documento final da primeira Conferência Nacional de Cultura, em 2005, sinaliza a necessidade de organização de um sistema específico para Cultura, a exemplo do SUS (Sistema Único de Saúde), ou seja, um Sistema Nacional que abarcasse todas as vertentes culturais existentes, onde a presença dos Conselhos (nacional, estaduais e municipais), passa a ter ainda mais envergadura.

Frente às muitas mudanças implementadas pela pasta, a iniciativa de conhecer mais o próprio setor, estimulado pela necessidade de leituras mais detalhadas dos números que movimentavam a Cultura, nos anos 2004 e 2005 são realizados vários encontros entre membros do Ministério da Cultura e do IBGE. Desses encontros resultaram diversos produtos e ações, como a formação de um grupo de estudo no IBGE para trabalhar com as informações coletadas, que passam a compor publicações do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (do IBGE). Um destes trabalhos foi a publicação de um suplemento de cultura na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), com lançamento em 2006 (BARBOSA, 2011, p.43).

O Sistema Nacional de Cultura - SNC, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes federados e a sociedade, no intuito de promover o desenvolvimento humano, social, e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

Alguns componentes são considerados básicos para a implementação do SNC (seja Estadual, do Distrito Federal ou Municipal), como um órgão gestor de cultura, a

realização de conferência da cultura, o conselho de política cultural, em composição paritária entre o ente federado e a sociedade civil, o financiamento cultural (fundos e incentivos), e um conjunto de informações e indicadores culturais.

Dentre essas condições iniciais para a adesão ao SNC, o compromisso de criação de Conselho de Política Cultural era estimulado pelo MinC, com nossas corresponsabilidades assumidas entre gestão pública e sociedade civil na implementação e na avaliação das diretrizes e metas dos Planos de Cultura.

No Plano Nacional de Cultura, no tocante a implementação dos Sistemas de Cultura, é identificável claramente a importância dos Conselhos de Cultura para assegurar a participação e representação da sociedade civil ao longo do inovador processo que começava a ser implantado no Brasil (MACHADO, 2010, p.52).

O novo cenário justifica a intensa movimentação no CNPC⁶, com notada presença de diversos segmentos artísticos e amplos debates, de norte a sul do Brasil, intensificando a representação e participação da sociedade civil, estabelecendo uma relação paritária entre sociedade civil e poder público na composição do Conselho.

Em termos gerais, os primeiros quatro anos de gestão do ministro Gilberto Gil (2003-2006) foram de empenho para a construção real de um Ministério da Cultura – MinC, esforço que segue nos quatro anos seguintes do segundo Governo Lula, com vários avanços significativos no sentido de colocar a cultura dentro da agenda política do governo.

⁶ Desta forma, o plenário do CNPC é composto por vinte e quatro representantes do poder público federal (quatro membros dos Estados e Distrito Federal, quatro membros do poder público municipal, um representante do Fórum Nacional do Sistema S (Senai, Sesi, Senac, Sebrae, Sesc), um representante das organizações não governamentais, quatorze representantes das áreas técnicas artísticas, onze representantes do patrimônio cultural e três personalidades de notório saber, indicados pelo Ministro da Cultura, um representante de pesquisadores da área de cultura, um dos Institutos, Fundações e Empresas, um representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior – ANDIFES, um representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e um da Sociedade Brasileira para o Progresso e para a Ciência. O plenário é presidido pelo Ministro da Cultura e, em sua ausência, pelo Secretário Executivo do MinC. Em caso de ausência destes, o Secretário Geral do Conselho ou Coordenador da Secretaria Executiva do CNPC. Interessante observar que a sociedade civil, não preside o Conselho. Porém, muitos conselhos públicos no Brasil são presididos pela sociedade civil em compartilhamento com o poder público. Os conselhos gestores são compostos de forma paritária, ou seja, há igual participação da sociedade civil e do poder público. Sociedade civil é representada por membros nas seguintes áreas: artes visuais; música popular; música erudita; teatro; dança; circo; audiovisual; literatura, livro e leitura; arte digital; arquitetura e urbanismo; design; artesanato; moda; expressões artísticas culturais afro-brasileiras; culturas dos povos indígenas; culturas populares; arquivos; museus; patrimônio material; patrimônio imaterial; capoeira; cultura alimentar; cultura hip hop; culturas quilombolas; culturas dos povos e comunidades tradicionais dos povos de matriz africana. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012).

As muitas alterações na política cultural movimentam a participação social com um novo papel, fiscalizador, dos agentes culturais, notadamente agrupados nos coletivos, fóruns e Conselhos, a começar pelo organismo da estrutura federal, o CNPC. Através do Decreto n. 5.520, de 24 de agosto de 2005⁷, do Ministério da Cultura, institui o Sistema Federal de Cultura (SFC), que dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC.

Nesta nova estrutura é ampliado o papel de participação da sociedade civil, não mais como uma espectadora das ações, mas exercendo um envolvimento pontual, de real participação no processo de formulação das políticas culturais.

Na gestão Gilberto Gil as ideias inovadoras e ritos burocráticos mantinham espaço na mesma mesa de decisões, junto com desafios a serem ultrapassados, como as conquistas para serem garantidas, ambos com segura efetividade, por uma razão externa emblemática: a sociedade civil materializada nas centenas de delegados das conferências de cultura, os milhares de participantes dos seminários nacionais de cultura, acompanhavam, agora, o Ministério (CUNHA, 2010, p.33).

Uma automática adesão dos agentes culturais, artistas, arte educadores e pesquisadores do setor é identificada, represados por um longo tempo pela ausência de uma política estatal forte para a Cultura. Em se tratando do princípio geral da cidadania, essa é uma novidade considerável, sedimentando os pilares de desenvolvimento da sociedade, incentivando a participação social, com real respeito à diversidade.

O CNPC, reformado e refundado em 2005, com representantes da sociedade civil eleitos pelos colegiados setoriais e organizações específicas, passa a funcionar com regularidade. Sua existência na estrutura federal é uma referência para os demais conselhos de cultura do país.

Considerando o histórico dos conselhos de cultura no Brasil, a formação do CNPC a partir de 2005 é inovadora no campo da democracia, onde suas novas atribuições demonstram que o caráter paritário, deliberativo e consultivo, demarcam um inédito processo democrático entre a sociedade civil e o Estado na tomada de decisões e na pauta

⁷ Decreto 5.520, de 24 de agosto de 2005, compete ao CNPC “estabelecer orientações e diretrizes, bem como propor moções pertinentes aos objetivos e atribuições do SFC; propor e aprovar, previamente ao encaminhamento à coordenação-geral do SFC tratada no inciso I do art. 3o, as diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura”. Enquanto fiscalizador compete ao CNPC acompanhar e avaliar a execução do Plano Nacional de Cultura; fiscalizar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos provenientes do sistema federal de financiamento da cultura e propor medidas que concorram para o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Cultura. (Brasil, 2005)

das políticas públicas. Pela primeira vez os agentes culturais, forma envolvidos no processo de formulação de políticas públicas, para além de seu campo de atuação ou do seu segmento específico, abrindo um campo de negociação anteriormente inexistente.

A sociedade civil, a comunidade cultural passava a ter condições de interferir substantivamente na composição dos conselhos de cultura, estabelecendo relações de representação entre os membros eleitos das instâncias organizadas da comunidade cultural. Um ato democratizante, onde a legitimidade dos membros do conselho decorre de sua estreita vinculação com a sociedade através das entidades representadas, dos coletivos, dos grupos organizados estavam sendo desenvolvidos com a população, estimulados pelo próprio Ministério da Cultura (TEIXEIRA, 2000, p.39).

Necessário um estímulo para mobilizar politicamente os agentes a atuarem neste mecanismo participacionista na área cultural. A sociedade civil, literalmente convocada para entrar no processo de formulação das políticas públicas, passa a reivindicar e legitimar a construção de uma agenda que possibilite abarcar as representações indenitárias plurais existentes na ampla diversidade cultural do país. A participação é um processo de aprendizagem que promove o crescimento da consciência crítica dos cidadãos.

Neste cenário Brasil está inserida a discussão de instalação do Conselho Municipal de Política Cultural de São Gonçalo, no estado fluminense. Montar essa engrenagem, estimular as instâncias de participação social através dos coletivos, fóruns e conselhos, é um exercício em curso de modo a garantir e assegurar a efetividade e continuidade das políticas públicas, com o forte apelo e atração de instalação dos mecanismos de repasse de recursos, sempre escassos nos orçamentos das pastas de cultura.

O exercício duplo, no papel de fiscalizadores e colaboradores, abre uma gama de demandas, conflitos e tensões na pactuação da construção democrática de políticas públicas de cultura, entre consensos e negativas que apontam para os espaços de disputas pelo poder, nos conselhos.

As dinâmicas de disputas nos conselhos vão impactar o processo de produção das políticas em suas áreas específicas, mas têm seu perfil e funcionamento afetados pelas características gerais que conformam a comunidade de política na qual estão inseridos. Além disso, é preciso considerar que se os conselhos têm um papel a desempenhar na democratização da gestão pública, possuem limites que lhe são inerentes pela sua natureza setorial e fragmentada, sua forte dependência dos governos e uma tendência à burocratização dos processos participativos pela própria natureza de suas funções (TATAGIBA, 2002, p.23).

Mais de trinta anos antes, Sérgio Miceli (1984), reuniu em um livro pontos de vista e análise sobre Estado e Cultura no Brasil, tratando da reduzida atenção dispensada pelos setores públicos, em qualquer que fosse a esfera federativa, à área da cultura. A diagnosticada ausência de políticas culturais era, naquela ocasião, justificada e compreendida pela vastidão de problemas fundamentais de organização democrática pela qual passava o país, com imensas questões estruturais por resolver.

Em especial, naquelas cidades que não contam com o funcionamento de Conselhos, caracterizada pela dispersão ou mesmo fragilidade dos órgãos destinados à gestão pública da cultura nas cidades brasileiras, ainda reféns de baixa dotação orçamentária, falta de equipe técnica e ausência de diretrizes para o setor.

O próprio conflito gerado pela ruptura com os limites das antigas práticas, antes da implantação dos sistemas de cultura, em especial, Conselhos de Cultura, estimulam o surgimento de um novo desenho, com novas experiências que inauguram novas relações de poder. O exercício cidadão é qualificado na redefinição dessas tentativas de ocupação do espaço-território, dos locais das decisões políticas, onde fica evidente a importância da associação colaborativa dos diferentes sujeitos e agentes sociais, no contexto da participação social.

Referências

- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2001.
- BURKE, Peter. A Escrita da História – Novas Perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CALABRE, Lia. A Ação federal na cultura: o caso dos conselhos. In: O público e o privado. N. 9. São Paulo: Itaú Cultural, 2007.
- CALABRE, Lia. Gestão cultural: análises e perspectivas das propostas da I Conferência Nacional de Cultura. In: CALABRE, L. (Org.). *Políticas culturais: um campo de estudos*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008.
- CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2006.
- COSTA, Cleisemery Campos da. Gestão cultural e capacitação de gestores de cultura: O caso de São Gonçalo (1993 a 2005). Dissertação Mestrado. Niterói, 2009.
- COELHO, Teixeira. Guerras Culturais – Arte e Política nos Novecentos Tardios. São Paulo: Iluminuras, 2000.
- CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. Curitiba: Revista de Sociologia e Política /UFPR, 2005.
- CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Federalismo Cultural e Sistema Nacional de Cultura – Contribuição ao Debate. Fortaleza: UFC, 2010.

FARIA, Hamilton. Conselhos municipais de cultura: cultura participativa e cidadania cultural. In: calabre, Lia (Org.) Políticas culturais: reflexões sobre gestão. Processos participativos e desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.

LAVÍNIAS, Laís Villela. Um animal político na cultura brasileira: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil. Dissertação Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto — 4a edição — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. Documento base da I Conferência Nacional de Cultura - Cartilha de Orientações sobre o Sistema Nacional de Cultura para os Municípios. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

MATA MACHADO, Bernardo Novais. Conselhos de Cultura e Democratização do Estado no Brasil. In: RUBIN, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIN, Iuri (orgs.). Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura. Salvador: EDUFBA, 2010.

MICELI, Sérgio. O processo de construção institucional na área cultural federal (anos 70). Estado e cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.

PARDO, A. L. R.; DUTT-ROSS, S. O lugar da Cultura no governo brasileiro. Rio de Janeiro: Anais X Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2019.

PONTES, Ipojuca. Cultura e modernidade. Brasília: Secretaria de Cultura, 1991.

RUBIM, Antônio Albino Canela. Políticas Culturais no Brasil – Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TATAGIBA, L. 2002. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Modernidade/colonialidade: diálogos entre os estudos decoloniais e a história social

Cristiano Ferreira Campos¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é: *O rap e o tempo histórico: passado, presente e futuro na construção da historicidade periférica*, ainda em andamento.

Nos últimos anos no Brasil, o termo decolonial ganhou uma expressividade em vários espaços públicos, em especial nas universidades, promovendo diversos tipos de debates, como por exemplo, sobre os currículos acadêmicos e em relação à perspectiva de repensar as ciências sociais (LANDER, 2005). Por um lado, essa difusão do termo decolonial fica evidente com a diversidade de grupos de estudos, movimentos sociais, práticas políticas e intelectuais que passaram a utilizar esse vocábulo para caracterizar suas ações e pensamentos. Por outro, tendo em vista a diversidade social, acadêmica e epistêmica, é necessário delimitar o que propomos compreender como decolonial.

Segundo os pesquisadores e professores colombianos Eduardo Restrepo e Axel Rojas (2010, p.37-38), é possível pensar a decolonialidade de forma ampla ou de forma restrita. No primeiro caso, leva-se em consideração o conjunto de correntes de pensamento crítico sobre as relações desiguais de poder construídas em regiões caracterizadas por processos históricos coloniais. No segundo caso, o pensamento decolonial é caracterizado pelo coletivo de intelectuais que promovem, desde a passagem dos anos 1990 para os anos 2000, o desenvolvimento teórico relacionado à tríade modernidade/colonialidade/decolonialidade. Este trabalho tem como foco a dimensão restrita da decolonialidade.

Os chamados estudos decoloniais ou o pensamento decolonial foram iniciados a partir da década de 1990, sobretudo, com base nas reflexões realizadas por Aníbal Quijano. Este sociólogo peruano, no contexto das celebrações oficiais dos 500 anos dos “descobrimientos”, passou a publicar artigos que analisavam as relações da América no mundo contemporâneo. No final dos anos 90 e início dos anos 2000, os estudos decoloniais ampliaram-se em produção e composição teórica com a formação de um coletivo de intelectuais latino-americanos com atuação em universidades latino-

¹ Aluno do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Turma: 2022. Orientador: Prof. Dr. Daniel Pinha. Pesquisa: *O rap e o tempo histórico: passado, presente e futuro na construção da historicidade periférica*.

americanas, e, sobretudo, em instituições universitárias estadunidenses, entre eles: Aníbal Quijano (Perú), Walter Dignolo (Argentina), Immanuel Wallerstein (Estados Unidos) e Nelson Maldonado-Torres (Porto-Rico). (BALLESTRIN, 2013, p.98). Foi no interior desse grupo que os principais termos e categorias dos estudos decoloniais foram desenvolvidos como *colonialidade do poder*, *colonialidade do saber* e *colonialidade do ser*, assim como, as noções de *giro decolonial*, *decolonialidade* ou *transmodernidade* e uma nova abordagem para o conceito de *modernidade*.

Ao analisar o perfil acadêmico dos membros desse grupo de pesquisadores, é possível identificar que as reflexões foram desenvolvidas desde os âmbitos das Ciências Sociais, Filosofia, Antropologia, Semiótica, Linguística e Direito. Não há a presença de historiadores entre os principais autores decoloniais, apesar de alguns deles possuírem formação em História, como Anibal Quijano e Enrique Dussel. Isso significa que, apesar do diálogo com a história, há uma carência de contribuições historiográficas na elaboração do pensamento decolonial no interior desse coletivo. Levando em conta a quase ausência de historiadores na formulação e desenvolvimento dos estudos decoloniais, problema que será retomado no final desta discussão, esse trabalho propõe refletir sobre a articulação entre o pensamento decolonial e a História Social, iniciando uma análise em torno das contribuições que os estudos decoloniais podem oferecer às pesquisas históricas, assim como a História Social pode contribuir para a ampliação dos estudos decoloniais.

A História Social e o pensamento decolonial.

A História Social tem como referência o movimento dos Annales. Os historiadores dessa vertente historiográfica propuseram uma reformulação na forma de escrever e produzir o conhecimento histórico. Para os primeiros momentos da produção deste movimento, toda a história estaria, de alguma forma, inserida no social e se relacionaria com ele. A partir da década de 50, vários historiadores reivindicaram um sentido mais restrito da História Social, no sentido de atribuí-la a um campo específico de problemas. Neste momento, uma nova postura historiográfica se tornava hegemônica, vide o apogeu do estruturalismo, o uso da quantificação e a explosão de tensões sociais que marcaram o período desses historiadores. (CASTRO, 1997)

Na perspectiva de Hobsbawm (1998) sobre a trajetória da História Social, dos anos 50 até a década de 1970, houve um crescimento e emancipação desta área, que pode ser explicado pelo desenvolvimento da sociologia e a historicização das ciências sociais,

no sentido de perguntas e conceitos essencialmente históricos terem cativado as disciplinas que compunham este campo das ciências. O contato com a história ressaltou a importância de as ciências sociais considerarem a estrutura social e suas transformações.

O problema central da História Social era pensar os modos de constituição dos atores históricos coletivos e suas relações, que envolviam a estrutura, conjuntura e comportamento social. Segundo a historiadora Hebe Castro: “A história social em sentido restrito surgiria, assim, como abordagem que buscava formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais”. (1997, p.81) No decorrer da década de 1960, esse campo historiográfico colocou em questão o papel da ação humana na história e o problema das durações. Isto levou aos historiadores a privilegiar durações mais curtas. Outro ponto a ser destacado foram as modificações metodológicas como a sofisticação de métodos quantitativos, a ampliação de fontes e a proliferação de estudos sobre diversos temas.

Nos últimos vinte anos, Hebe Castro (Idem, p.84) aponta que a História Social passou por transformações relacionadas, sobretudo, pela crise dos estruturalismos e pelo fato de os métodos quantitativos ao mesmo tempo em que “trouxeram as grandes massas para a história (...) tendem a retirar-lhes a face humana”. Esta nova postura também provocou reavaliações metodológicas como a ampliação das fontes e a elaboração de novos métodos e temas.

No contexto de crise do estruturalismo houve um distanciamento da categoria de totalidade por parte do trabalho historiográfico. Na visão de François Dosse (1992, p.249-252), a Nova História, movimento de historiadores que mobilizou esse processo de mudanças na historiografia francesa, passou a produzir uma “história em migalhas”. Seu argumento central é que a Nova História se separou dos pressupostos das gerações anteriores dos *Annales*, simbolizados por Marc Bloch e Fernand Braudel. Tal atitude promoveu o abandono da síntese, prejudicando assim a compreensão histórica. Assim, a História Social tornou-se um somatório de fragmentos, onde a totalidade está no objeto e não no processo, ou seja, são histórias que não tem capacidade de articulação com o conjunto do processo histórico.

É a partir desse ponto, sobre o problema da categoria da totalidade e seus desdobramentos para a produção historiográfica, que este trabalho propõe pensar a articulação entre o pensamento decolonial e a História Social. O foco aqui demarcado será pensar os principais elementos teóricos do pensamento decolonial, quais sejam, o binômio modernidade/colonialidade e as dimensões sociais do ser, saber e poder que elas

envolvem. Essa díade compõe o que aqui é considerado um modelo explicativo que se propõe a compreender o processo de formação do chamado sistema-mundo moderno colonial e capitalista, assim como as lógicas de poder forjadas a partir dele e reproduzidas até o tempo presente.

Nesse sentido, as reflexões desenvolvidas a seguir tem como as reflexões produzidas por Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo e Nelson Maldonado-Torres, aqui considerados responsáveis pelas maiores contribuições da perspectiva decolonial e das suas três categorias centrais, respectivamente, a *colonialidade do poder*, a *colonialidade do saber* e a *colonialidade do ser*.

Modernidade/colonialidade: a dimensão central dos estudos decoloniais.

Os estudos decoloniais têm como uma das principais características o esforço de construir referenciais teóricos que possibilitem analisar a especificidade da América, sobretudo, o que se denominou de América Latina, na história da formação do mundo moderno capitalista e colonial, assim como as repercussões que as relações de poder, constituídas a partir desse território, implicam nas relações contemporâneas de suas populações, sobretudo, as indígenas e negras. O ponto de partida da análise decolonial é a compreensão da formação histórica da civilização moderna ocidental a partir da ressignificação do conceito de modernidade. Essa reelaboração teórica é realizada com a articulação da categoria da *colonialidade*.

Walter D. Mignolo (2015) analisa o fenômeno da modernidade a partir de sua dimensão discursiva. Segundo o pesquisador argentino, o discurso da modernidade começou a ser construído a partir das relações históricas dos povos europeus com os povos americanos e, posteriormente, africanos e asiáticos. A modernidade, segundo o professor da Universidade de Duke (MIGNOLO, 2017), nos Estados Unidos, refere-se ao conjunto de percepções de si e do mundo constituído a partir da cosmologia, arte, filosofia, ciência, tecnologia, forma de organização econômica e política e direito.

Ainda consoante com este intelectual argentino, a modernidade não pode ser pensada a partir da visão tradicional, que compreende esse processo como o desenrolar ontológico da história universal, mas sim como uma interpretação feita por instituições e intelectuais que se consideravam o centro da evolução humana. Tal perspectiva se restringe à trajetória temporal europeia e, portanto, é uma história eurocêntrica, provinciana e regional, explicada a partir de fenômenos históricos reduzidos a processos experienciados no continente europeu (destaque para a Ilustração e Revolução Francesa).

Os decoloniais propõem compreender que a Modernidade foi um processo de construção do poder europeu sobre grande parte do mundo, a partir do século XVI, a começar pelos empreendimentos coloniais. O ponto fundamental desta interpretação está em reputar à América Latina a centralidade na construção da modernidade.

Mignolo (2015) demarca três fases do processo histórico da Modernidade: a primeira modernidade, iniciada no período do Renascimento, tendo como protagonismo espanhóis e portugueses; e a segunda modernidade, com holandeses, britânicos, franceses e alemães, no desenrolar do iluminismo e das chamadas revoluções burguesas. A terceira etapa ainda está em curso e é levada a cabo pelas corporações e o mercado, através das mais avançadas tecnologias de mídias.

Concomitante à modernidade, desenvolveu-se a *colonialidade*. *Colonialidade* foi o conceito desenvolvido pelo peruano Aníbal Quijano (2005), na passagem dos anos 80 para os 90 do século XX. De forma geral, colonialidade significa um padrão de poder global constituído a partir de diversas lógicas de dominação, exploração, confrontação em torno do trabalho, da natureza, do sexo, da subjetividade e da autoridade, produzidas no processo de constituição da modernidade. O elemento central da colonialidade é a classificação social a partir de critérios raciais que diferenciam e legitimam as relações de superioridade/inferioridade entre conquistados e conquistadores. Além desse aspecto, a colonialidade envolve o eurocentrismo, “perspectiva hegemônica de conhecimento”, caracterizada pelo evolucionismo (construção subjetiva da superioridade europeia), pelo dualismo (demarca a diferença entre ser, no caso a sociedade europeia, e não-ser, povos de regiões colonizadas) e pela diferença entre razão (verdadeira forma de produzir conhecimento) e corpo (inserido no espaço natural e, portanto, não sendo legítimo como agente criador de saberes).

A partir da colonialidade, que Quijano qualificou como “do poder”, dois outros autores aprofundaram essa categoria criando a *colonialidade do saber* e a *colonialidade do ser*. A colonialidade do saber se refere a epistemologias e à produção de conhecimento com o fim de reproduzir regimes de poder coloniais. Nesse sentido, a modernidade é um sistema de poder construído com base em epistemologias a partir de saberes que estabelecem uma classificação hierarquizante entre “humanos” e “semi-humanos”. Segundo Mignolo (2015), os europeus, através do discurso de universalidade dos seus valores e instituições, diferenciam-se dos demais povos criando identidades baseadas no elemento racial. As sociedades que não se organizavam por meio do Estado-nação foram consideradas como exterioridades, reafirmando e sendo parte do fortalecimento da

interioridade desse sistema modernidade/colonialidade. A exterioridade é subjetiva e epistêmica. A América e seus povos foram os primeiros a sentir os elementos discursivos dos europeus. Nessa trajetória, houve um processo de dessubjetivação e redução dos sujeitos colonizados à condição de coisa, sendo toda a sua produção cultural marginalizada, excluída, destruída e omitida em detrimento da cultura de matriz europeia.

A colonialidade do ser, segundo Maldonado-Torres (2007), refere-se ao âmbito das dimensões epistemológicas e políticas nas experiências de vida do ser colonizado. Esse pilar da *colonialidade* tem como primeiro elemento a produção de subalteridades/desumanizações. O segundo elemento, como fundamento da noção de raça, é o maniqueísmo/ceticismo misantrópico racista. Trata-se de uma suspeita constante da condição humana e da capacidade racional de colonizados e racializados. Esse anti-humanismo racista gera uma atitude genocida em relação a estes "sub-outros". O terceiro elemento é a naturalização da não-ética da guerra, que inclui a prática de eliminação, escravização e violação da sexualidade feminina. Essa lógica tornou-se elemento naturalizado e naturalizante de um mundo que não reconhece a humanidade de grande parte dos povos com passado colonial.

O ponto central da colonialidade em suas diversas dimensões é o sujeito. Este intersecciona todas estas perspectivas. A colonialidade se constrói, se reproduz, se transforma, se reinventa e pode se encerrar a partir do sujeito que atua em coletividade, que mantém uma relação intensa com o conjunto do meio social em que está inserido. Sujeito não é considerado um indivíduo nos termos de estar no mundo apartado dele, mas segue com ele condicionado por suas dinâmicas. Sem determinações. Como resume Maldonado-Torres:

o que quer que um sujeito seja, ele é constituído e sustentado pela sua localização no tempo e no espaço, sua posição na estrutura de poder e na cultura, e nos modos como se posiciona em relação à produção do saber. [...] [...] Outro modo de enunciar isso é identificar o sujeito não apenas como elemento-chave na constituição do ser, poder e saber, mas também como o elemento que mais obviamente conecta essas dimensões principais das quais nós tomamos como real uns para os outros. O sujeito, portanto, é um campo de luta e um espaço que deve ser controlado e dominado para que a coerência de uma dada ordem e visão de mundo continue estável (2018, p.49).

O problema da totalidade no pensamento decolonial.

Outro elemento fundamental para o pensamento decolonial, além dos até aqui trabalhados, é a categoria da totalidade. O conceito de colonialidade tem em sua base esta dimensão. Quijano possui dois textos que debatem esse problema. O primeiro, escrito em

1992 (2014), e o segundo em 2009. Nesse percurso, o pensador peruano desenvolveu uma análise em relação à categoria da totalidade a partir da crítica da racionalidade moderna. No primeiro momento, Quijano (2014) analisou a razão da modernidade afirmando que esta negava a ideia de uma totalidade social, pois o “outro”, no caso, o não-europeu, esteve ausente, já que não foi considerado como “sujeito”. Isso significou que no momento de construção da modernidade/colonialidade, a dimensão colonial foi invisibilizada e, portanto, a totalidade não foi constituída. O fundamento deste problema está em considerar o conhecimento como produto de uma relação sujeito-objeto, sendo que o europeu era o sujeito, enquanto o não-europeu e todo seu universo sociocultural eram objetos e, portanto, distintos e externos ao outro por natureza e considerados incapazes de produzir conhecimento e sim de serem pensados a partir dos paradigmas epistemológicos de matriz europeia.

Apesar de ausente no paradigma cartesiano, a ideia de totalidade fez parte do debate europeu, sobretudo, a partir de Saint-Simon onde a totalidade foi trabalhada em conjunto com propostas de transformação social revolucionárias. No século XX, essa concepção foi recorrente principalmente nas investigações científicas entre as ciências humanas. Ainda assim, essa perspectiva da totalidade produziu uma visão reducionista da realidade. (QUIJANO, 2005, p.66) Ela foi uma totalidade fechada, visto que considerava a sociedade como uma estrutura de relações funcionais entre o todo e as suas partes, baseada em uma lógica e, além disso, a sociedade como partes que seguem uma hierarquia organizacional. Esta concepção de totalidade ainda permanece compatível com o paradigma de conhecimento dentro da relação sujeito-objeto, a despeito de suas diferenças, dado que a base é a mesma.

A categoria de totalidade, segundo Flamarion Cardoso, tem sua dimensão no paradigma iluminista, que teve como suas vertentes mais influentes o marxismo e os *Annales*. Uma das características da escrita da história a partir dessas perspectivas teóricas seria a escrita de uma história científica e racional, analítica, estrutural e explicativa. Para o historiador brasileiro, as características de uma história dentro do paradigma iluminista são: 1) valorização do caráter científico; 2) debate crítico com as ciências sociais; 3) formular uma síntese histórica global do social relacionando as dimensões técnicas, econômicas, poder e mentalidades; 4) preferência aos aspectos coletivos e repetitivos das relações sócio-históricas; 5) A tomada de consciência da pluralidade dos níveis da temporalidade; 6) relação entre o espaço e as relações humanas. O que se destaca é que na base do chamado paradigma iluminista ou moderno estão as teorias holísticas do social

que possam dar conta das sociedades contemporâneas e, a partir delas, a possibilidade de transformação da realidade.

Em parte, o pensamento decolonial está assentado no paradigma iluminista da totalidade e com ele não pretende romper de forma absoluta. Quijano não propõe uma recusa da totalidade. O pensamento decolonial estabelece como um dos fundamentos esta categoria de compreensão do social, e isto pode ser considerado nos elementos conceituais que caracterizam a colonialidade em suas três dimensões: ser, saber e poder. O que o sociólogo peruano propõe é que a produção do conhecimento, da reflexão e o intercâmbio entre as culturas ocidentais e não ocidentais sejam libertadas dos processos de invisibilidade que os empurram para a negligência e para contextos de desigualdades, exploração e violências.

No trabalho divulgado em 2009, Quijano afirma que o debate latino-americano, produzido até aquele momento pelos diversos pensadores e pensadoras do grupo, possibilita apontar para uma nova totalidade histórico-social fundamentada numa racionalidade não-eurocêntrica. Na reflexão de Quijano, nos últimos dois séculos, o olhar europeu foi marcado por duas matrizes ideológicas hegemônicas: o liberalismo e o marxismo. Com problemas comuns, essas duas perspectivas pressupõem elementos históricos homogêneos, unidirecionais e lineares, dentro de uma estrutura orgânica e mecânica. Além disso, as relações sociais pensadas por esses componentes são ahistóricas, isto é, “(...) são produto da atuação de algum agente anterior à história das relações entre as gentes (...)”, seja o “estado de natureza” de Hobbes ou em Marx, as ações humanas ocorrem dentro de perspectiva não histórica e metafísica. (2009, p.78)

Após a crítica em relação à racionalidade de matrizes ocidental, Quijano aborda a concepção de Heterogeneidade Histórico-estrutural do poder. Segundo este pensador, os elementos que compõem uma estrutura social se organizam e atuam a partir do princípio da heterarquia, onde não há uma linearidade e continuidade. Os fatores do sistema social, e Quijano reflete pensando no sistema social moderno colonial e capitalista, conjugam-se de tal forma que se manifestam desordenados, autônomos e interdependentes. Isso significa que os elementos estruturais – historicamente descontínuos, distintos e distantes – agem de forma relacional (interdependente), revezando-se e adquirindo centralidades dependendo de como se articulam nos diferentes contextos sociais. Dentro desse conjunto heterárquico/interseccional, as experiências humanas constituídas de necessidades, intenções, desejos, conhecimentos, ignorâncias, opções e preferências, assim como

vitórias e derrotas não estão desvinculadas desses contextos que condicionam as ações e por elas são condicionados. Nas palavras do autor:

Desse modo, o movimento conjunto dessa totalidade, o sentido do seu desenvolvimento, abarca, transcende, nesse sentido específico, cada um dos seus componentes. Ou seja, determinado campo de relações sociais comporta-se como uma totalidade. Mas semelhante totalidade histórico-social, como articulação de heterogêneos, descontínuos e conflituosos elementos, não pode ser de modo alguma fechada, não pode ser um organismo, nem pode ser, como uma máquina, consistente de modo sistêmico e constituir uma entidade na qual a lógica de cada um dos elementos corresponde à de cada um dos outros. Os seus movimentos de conjunto não podem ser, conseqüentemente, unilineares, nem unidirecionais, como seria necessariamente o caso de entidades orgânicas ou sistêmicas ou mecânicas. (QUIJANO, 2009, p.82)

Quijano chama atenção para que a concepção de totalidade, a partir da racionalidade eurocêntrica, não leva em consideração diversas outras áreas da experiência histórico-social ou as acolhem como epifenômenos de dimensões consideradas mais decisivas. Nesse sentido, a concepção da heterogeneidade histórico-estrutural pensa a relação entre o todo e as partes não a partir da primazia do todo sobre estas partes, como no caso das matrizes eurocêntricas, mas considerando as partes não somente como segmentos, mais também como totalidades constituídas por processos distintos, descontínuos e conflituosos. Todos os elementos desse sistema movem-se de forma autônoma e interdependente, e não de forma separada, ou seja, “cada elemento de uma totalidade histórica é uma particularidade e, ao mesmo tempo, uma especificidade e, eventualmente, até uma singularidade.” (QUIJANO, 2009, p.86)

Os estudos decoloniais e a História Social

A partir do debate realizado nos tópicos anteriores, consideramos que a concepção de totalidade que comparece no pensamento decolonial pode contribuir para que estudos historiográficos possam abordar o social a partir de um ponto de vista teórico que leve em consideração uma complexidade do social que envolva o conjunto das relações em suas dimensões do ser, saber e poder. Por outro lado, é importante estimar a contribuição que a História pode oferecer aos estudos decoloniais.

A colaboração central da História para os estudos decoloniais é a introdução do conceito de tempo nas reflexões nesse âmbito da produção científica e, através dele, oferecer respostas específicas para os problemas propostos pelo pensamento decolonial, marcadamente teórico e sem muitos estudos empíricos, que abordam seus problemas no decorrer do tempo. Sobre essa questão, Restrepo e Rojas afirmam que:

El grueso de las contribuciones realizadas desde la inflexión decolonial se nota una presencia marginal de análisis etnográficos e historiográficos más específicos y densos que sustenten en la complejidad de lo concreto sus planteamientos. La inflexión decolonial se encuentra aún en un momento muy programático, sus elaboraciones operan en un plano muy general. (...) Aunque ya se cuenta con algunos trabajos más empíricamente orientados (algunos de los cuales ya hemos citado), la abierta desestimación o el más velado desconocimiento que se tiene de las herramientas y elaboraciones de la historia y la antropología hacen que un número significativo de los planteamientos de la inflexión decolonial no sean objeto de contrastación desde un sustantivo trabajo de terreno y archivo. La hermenéutica textual y la elucubración filosófica han imperado, permitiendo la circulación de formulaciones teóricas relativamente acabadas sin mayor anclaje empírico ni matizaciones (2010, p.214-215).

O papel da História torna-se central uma vez que a partir do trabalho sobre o passado, os historiadores podem propiciar aos estudos decoloniais a construção de um acúmulo de experiências que torne mais concreta a categoria da colonialidade e suas ações no decorrer do tempo. Essa necessidade de produzir e pensar a colonialidade com o olhar historiográfico faz-se dentro de uma escassez de pesquisas na área de história, assim como a identificação de que as referências sobre as dinâmicas da colonialidade e seus desdobramentos acabam se restringindo ao século XVI. Na medida em que as análises decoloniais avançam no tempo, a concretude torna-se difusa. Nesse sentido, a colonialidade, a partir do que foi construído teoricamente, ganha uma forte dimensão ahistórica, pois não possui até agora uma historicidade que seja sólida, aqui no sentido da qualidade histórica relacionada a sua gênese social e seus processos de transformação e continuidade. O grau de abstração permanece latente, diferente da sua dimensão concreta.

Finalizando a partir de Hobsbawm (1998), é importante que os estudos decoloniais possam, através do trabalho com fontes históricas, levar em consideração o tempo, no sentido analisar os fenômenos em seus processos de transformações, assim como fatos que os compuseram. Outro ponto, está em compreender que, se a colonialidade é um conjunto de relações, significa que estas são produzidas por sujeitos (indivíduos ou grupos) e, nesse caso, as pesquisas devem possibilitar o acesso a dimensões do passado demonstrando os contextos de causalidade e as condições estruturais sob as quais estão presentes as interrelações humanas em escalas e amplitudes variadas.

Referências

Lander, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S. l.], n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 14 jul. 2022

CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e paradigmas rivais”. In: *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Hebe. “História social”. In: *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DUSSEL, Enrique. “Europa, modernidade e eurocentrismo.” In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

HOBSBAWM, E. J. “Da História Social à História da Sociedade”. In: *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 336p.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “Analítica da colonialidade: algumas dimensões básicas”. In: *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico / organizadores Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel*. -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2018. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

MALDONADO-TORRES, Nelson. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto” en *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, Bogotá, 2007. Disponível em: https://enriquedussel.com/txt/Textos_200_Obras/Filosofos_latinos_EU/IP.Filosofos_latinos_EU.pdf
Acessado em: 06/10/2019.

MIGNOLO, Walter D. “Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade”. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. 32 (94), 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso: 15/07/2022.

MIGNOLO, Walter D. e PINTO, Júlio Roberto de Souza. “A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial.” *Civitas*, v. 15, no 3, jul. set. 2015.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.” In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>

QUIJANO, Anibal. “Colonialidade y modernidad-racionalidade.” In: Anibal Quijano. *Textos de Fundación*. Zulma Palermo e Pablo Quintero (Compiladores) Colección El despredimiento. Ediciones del Signo. 2014.

QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do Poder e Classificação Social.” In: *Epistemologias do Sul / org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses*. – (CES) Janeiro, 2009.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Universidad del Cauca, Popayán, Colombia, Primera Edición, October de 2010.

WALSH, Catherine. *Lo pedagógico e lo decolonial: entretejiendo caminos* (1ed.), Querétaro, México, En cortito que's pa' largo, 2014.

Neoliberalismo e as bases do projeto “uma ponte para o futuro”

Daniel Santos do Amaral¹
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado/dissertação de mestrado, cujo título é: Reformas e políticas neoliberais ortodoxas (2016-2019): Continuidades e contradições no padrão de acumulação capitalista brasileiro, ainda em andamento.

Desde o início dos anos 90, o Brasil vive sob a imposição das reformas neoliberais (Laidler, 2018, p. 364). Todavia, o processo de inserção na globalização neoliberal se deu de maneira diferente, de acordo com o contexto mundial, regional e dos governos da ocasião. Após o período de privatizações, abertura comercial e desregulamentações que atingiram a América Latina e o Brasil da década de 90, chega a hora — principalmente após a crise política, econômica e social vem se aprofundando pelo menos desde 2016 — de desfazer os direitos sociais e as políticas públicas redistributivas que foram garantidos pela intermediação dos governos petistas, mas que passaram a ser atacadas pelo aumento das exigências dos investidores com relação aos custos de produção. Nesse cenário, passou a ser cobrado pela ofensiva burguesa um aprofundamento dos processos de reforma dos anos 90.

O presente artigo visa retomar o documento onde foi projetado um manual de instruções para o futuro do país, com uma nova orientação de políticas econômicas que aprofundam o modelo econômico neoliberal que vem sendo implementado desde os anos 90. Posto isto, buscamos trabalhar o documento “Uma Ponte para o Futuro”, lançado em 2015 pelo PMDB, do então vice-presidente da república Michel Temer, e demonstrar como as bases de tal projeto estão conectadas com o neoliberalismo enquanto doutrina econômica do processo de globalização.

Aspectos da Globalização Neoliberal

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ e bolsista Capes. Ingresso em 2022. Orientadora: Christiane Laidler. E-mail: daniel1997.sa@gmail.com.

Ao longo do Século XX, o mundo passou por transformações dentro de um contexto de disputas políticas e econômicas, que também continha substrato ideológico, com diferentes visões e projetos de mundo. Após a II Guerra Mundial, o pensamento econômico ocidental estava influenciado pela teoria keynesiana, que coloca o pleno emprego no centro da reflexão teórica, destacando a fonte da crise econômica na ausência de demanda, e, a partir disso, passa a defender a o gasto público como possível solução da crise (SANTOS, 1999, p. 132; BLYTH, 2020). Contudo, a crise que se desencadeou nos anos 70 pôs fim à hegemonia keynesiana do pós-guerra.

O choque do Petróleo e o aumento dos juros americanos na década de 70 afetaram drasticamente os países do Terceiro Mundo, com grandes consequências para a América Latina e o Brasil, que sofreram com o aumento da inflação e da dívida externa (FILGUEIRAS, 2003; CANO, 2012; BATISTA, 2009). Cano coloca que os organismos multilaterais propuseram reformas para que os países latino-americanos saíssem da crise (2012, p.297). Na década de 80 foram propostas reformas referentes às políticas fiscal, monetária, salarial, cambial e de comércio exterior. Essas políticas visam cortar gastos correntes e investimento público; conter a extensão dos meios de pagamentos e aumentar a taxa de juros reais; contenção dos reajustes e queda do salário real; e desvalorização cambial e estímulo às exportações. Os objetivos planejados eram reduzir a inflação, melhorar a relação câmbio/salário, e reduzir o déficit comercial. Entretanto, segundo o autor, é a partir de 89 e 90 que a maioria dos países latino-americanos entrou nesse processo de reformas e ajustes (CANO 2012, p.300).

Segundo Ayerbe (1998, p. 27), a liberalização política dos anos 80 não expressou uma ruptura com o período da década de 70. Houve no continente, na década de 80, a predominância da democracia representativa; mas devido à crise econômica, a liberalização e internacionalização da economia sob o capital multinacional foi intensificada. Os governos eleitos passaram a adotar as políticas de ajuste do FMI, entrando em concordância com a doutrina neoliberal dominante a partir da “década perdida”. O texto que serve de base para essas políticas de ajustes passou a ser denominada de “Consenso de Washington”², formulado no seminário organizado pelo “Institute for International Economics” em 1989, com participação de integrantes do FMI, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, representantes dos

² Conjunto de medidas formuladas durante uma reunião em novembro de 1989. Acabou virando a política oficial do FMI subsequentemente, e passaram a propor ajustes macroeconômicos para os países em desenvolvimento.

EUA e dos países da América Latina (AYERBE 1998, p. 27). Ayerbe (1998, p. 28) aventa que o texto pede basicamente as privatizações, a liberalização da economia e equilíbrio das contas públicas.

É a partir desse texto que será imposto aos países devedores, pelos países centrais, a adoção das reformas neoliberais de diminuição do Estado, das privatizações, desregulamentação e abertura comercial (CANO 2012, p.299). Essas reformas também são condições para que esses países possam receber empréstimos das instituições financeiras internacionais; empréstimos estes que sequer favoreciam a economia real, pois eram destinados a reapropriação pelos credores, normalmente buscando pagar os juros do serviço da dívida (CHOSSUDOVSKY 1999).

Como defende Santos (1999, p. 136), é nesse contexto que a doutrina neoliberal ganha centralidade, e nos países periféricos serviram de pano de fundo para os ajustes econômicos do Consenso de Washington. O neoliberalismo, enquanto ideologia político-econômica, era a doutrina mais adequada para essa fase do capitalismo, marcado pela articulação de três fenômenos decorrentes das transformações do capitalismo no final do Século XX: que é o próprio neoliberalismo, a reestruturação produtiva, e a globalização (FILGUEIRAS 2003, p.64). O neoliberalismo contribuiu para esses dois processos, acelerando o desenvolvimento das forças produtivas e aumentando o circuito de acumulação de capital sob a hegemonia do capital financeiro (FILGUEIRAS 2003, p.64-65).

Ao transferir a responsabilidade de formular a política macroeconômica a organismos internacionais — tidos como independentes, neutros ou desinteressados —, assumiu-se a tese da falência do Estado. Dentro dessa tese, admitia-se que o Estado não possuía mais condições de fazer política monetária e fiscal, renunciando assim aos atributos essenciais da soberania nacional desses países (BATISTA 2009, p.121).

Segundo Batista (2009, p.123), tais reformas “modernizantes” para a América Latina estavam circunscritas às reformas econômicas. A democracia é subproduto do neoliberalismo econômico, e não é um meio para se atingir o desenvolvimento econômico e social. Para o Consenso de Washington, o capitalismo liberal vem primeiro, para que depois venha a democracia. A democratização política subordinada à liberdade econômica pode ser bem demonstrada na ideia de um Banco Central Independente, destacado por Blyth (2020, p. 229); onde a elaboração das políticas econômicas deveria ser delegada pelos políticos eleitos para os “banqueiros centrais conservadores independentes”, que não estariam no emprego para agradar o eleitorado. Os governos

democraticamente eleitos interferindo na economia geram inflação (BLYTH 2020, p.226-227). Com isso, as reformas sociais e políticas são vistas como decorrência natural da liberalização econômica (BATISTA, 2009, p.123-124).

Inserido no movimento real do capitalismo, as adoções das políticas neoliberais não poderiam deixar de apresentar suas contradições, e como doutrina de interesses das potências imperialistas, suas incoerências. Uma das principais contradições se encontra nas ideias e discursos frente a suas ações e consequências. Suas prescrições (do Consenso de Washington), em primeiro momento, não diferenciam os diversos países da região, elas teriam que ser aplicadas de maneira uniforme, independente das diferenças de estágio de desenvolvimento, e dos problemas pelos quais os países passaram (BATISTA 2009, p.146). A partir das décadas de 80-90, a história do continente latino americano é marcada pelo corte dos investimentos; gastos de funcionamento e dos funcionários públicos; corte dos serviços estatais; e venda das empresas públicas com privatizações. Contudo, Santos (1999, p.146), demonstra que muitas dessas políticas não foram adotadas em sua integridade pelos países centrais, principalmente pelos EUA com relação ao gasto público.

As consequências do neoliberalismo no continente foram modestas, mais limitadas à estabilização monetária e ao equilíbrio fiscal. Os ajustes causaram o crescimento da miséria, das tensões sociais e do aumento da taxa de desemprego (BATISTA 2009, p.147). Junto ao processo de mudanças da globalização, ocasionaram alterações na relação “capital x trabalho”, provocando desemprego estrutural e variadas formas de precarização do trabalho (subemprego e trabalho parcial, sem garantias de direitos sociais) (FILGUEIRAS 2003, p.65).

O verdadeiro sentido desse período, nas palavras de Belluzzo e Galípolo (2017, p.66), é o “acirramento da concorrência entre empresas, trabalhadores e nações inserida em uma estrutura financeira global monetariamente hierarquizada”. No pós-guerra, o comércio internacional era uma variável residual das economias nacionais e das políticas empresariais que eram atreladas ao Estado, já na globalização neoliberal, as políticas econômicas internas são limitadas à busca de condições chamativas para os capitais em movimento, com protagonismo da finança globalizada.

A Doutrina Neoliberal no Brasil

O panorama internacional e os conjuntos de reformas da década de 90 tiveram grandes impactos no Brasil. Está atrelado ao processo de globalização, mas não como resolução de tal processo, e sim como imposição ao país para que voltasse para o sistema internacional de investimentos e financiamentos. A crise de hegemonia das classes dominantes e a tentativa de edificar uma contra-hegemonia na ação política do PT/CUT caracterizaram o Brasil da década 80 (ALMEIDA, 2011). Após a promulgação da constituição em 1988, os governos democraticamente eleitos de Collor/Itamar e Fernando Henrique Cardoso empreenderam reformas neoliberais, como as privatizações e o Plano Real (programa de estabilização da moeda com âncora cambial, que gerou um custo para o déficit crônico da balança comercial brasileira, que foi pago com altíssimas taxas de juros). Para resolver a questão da inflação, para a hegemonia neoliberal com apoio das classes dominantes, não havia problema em criar novos endividamentos internos e baixo crescimento, além da desindustrialização. Já os governos petistas, de Lula e Dilma, agiram ativamente com as políticas de distribuição de renda, mas sem romper com as estruturas macroeconômicas herdadas.

Quanto aos governos petistas, Boito (2018) denomina-os como “neodesenvolvimentistas”, que é a “política de desenvolvimento possível dentro dos limites impostos pelo modelo capitalista neoliberal” (BOITO, 2018, p.266). A princípio, o presente trabalho não busca destacar as continuidades e discontinuidades dos governos do Partido dos Trabalhadores para os seus predecessores, mas destaca alguns aspectos básicos dos seus mais de 10 anos à frente do Estado.

Belluzzo e Galípolo (2017) oferecem boas sínteses do que foram os governos petistas — mesmo não os denominando ao longo do texto —, suas contradições e os significados das crises — principalmente econômica — que enfrentaram. Os autores colocam que os avanços do Estado Social e dos direitos de cidadania foram conquistas da população na luta por participação democrática, do período de redemocratização que desaguaram na Constituição de 1988 (BELLUZZO e GALÍPOLO 2017, p.151). Durante os governos do PT, entre 2004 e 2014, o casamento entre a democracia e Estado Social acabou dando luz a um crescimento real da renda média domiciliar per capita — 56,6 % —, e à queda da taxa de pobreza extrema em 65% aproximadamente (BELLUZZO e GALÍPOLO 2017, p.152). Essas políticas de distribuição de renda tiveram a vantagem do “exuberante ciclo global que solidarizou o consumo dos ricos americanos e europeus à escalada de investimento dos pobres chineses e de outros asiáticos”, que teve papel continuado entre 2004 e 2010 na bonança da economia brasileira. Esse choque positivo

de demanda global elevou as nossas exportações, a despeito dos malefícios da valorização cambial para a competitividade nativa das manufaturas (BELLUZZO e GALÍPOLO 2017, p.127).

Segundo os autores, a partir de 2012, no primeiro governo Dilma, a economia brasileira passou a apresentar sinais de esgotamento dos componentes de demanda com a antecipação do consumo via crédito, sobrecarregando os compromissos dos pagamentos com juros e amortizações na renda das famílias. Além disso, a renda agregada subsequente dos reajustes do salário mínimo e de novos empregos formais perdeu força. Para reanimar a economia, foram feitos ajustes em 2015, desferindo choques de juros e cortes desorientados dos gastos de investimento, o que acabou por aprofundar os problemas que se desejava combater (inflação, recessão e déficits públicos) (BELLUZZO e GALÍPOLO 2017, p. 127-128).

Como defendem os autores, os ideólogos da Razão Instrumental atribuem a crise ao abandono do tripé macroeconômico e da adoção da “Nova Matriz Macroeconômica” (BELLUZZO e GALÍPOLO 2017, p.128-129). Todavia, esses ideólogos absolvem o choque de tarifas e o câmbio pelos impactos da inflação, valendo-se das demandas por equilíbrio entre receitas e despesas públicas para acusar os aposentados, trabalhadores e beneficiários do programa Bolsa Família pelo prejuízo no orçamento público. Em princípio, para os autores, a ideia de que a crise foi causada pelo crescimento do Estado Social prevaleceu; e passaram a defender a revisão de direitos conferidos ao cidadão, inclusive os previstos na Constituição. Pediram a solução por meio do “ajuste fiscal”, que ocultava a disputa social pelo orçamento público (BELLUZZO e GALÍPOLO 2017, p.142-143).

Com forte anuência político-midiático, buscaram ceifar os excessos dos programas sociais dos ganhos salariais e da expansão do crédito (BELLUZZO e GALÍPOLO 2017, p.151). É dentro desse contexto de crise política e econômica que o PMDB lança, em outubro de 2015, o documento intitulado “Uma Ponte Para o Futuro”; que continham ideias para a resolução da crise, apostando no ajuste fiscal, mesmo com o corte drástico de gasto do mesmo ano, correspondente do segundo mandato de Dilma Rousseff, que acarretaram em queda de 3,7 % do PIB.

Uma Ponte Para o Futuro: Receita Neoliberal para o Brasil

O documento publicado pela Fundação Ulysses Guimarães em 2015 foi divulgado antes do desencadeamento do processo de impeachment de Dilma Rousseff, e pedia

“formação de uma maioria política, mesmo que transitória ou circunstancial, capaz, de num prazo curto, produzir todas estas decisões na sociedade e no Congresso Nacional” (PMDB 2015, p.2). Coloca ainda a necessidade de “preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento”, e relega ao Estado a “a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos” (PMDB 2015, p.2).

A boa gestão do Estado, para o documento do PMDB, passa por acabar com a vinculação orçamentária para saúde e educação; acabar com a indexação do salário mínimo; flexibilizar relações trabalhistas; e elevar a idade mínima para a aposentadoria. Foi divulgado dentro de um quadro de ofensiva burguesa contra os trabalhadores, aprofundando o neoliberalismo em território nacional.

O princípio do Estado gastador apareceu no projeto, que o coloca como excessivo:

Nos últimos anos é possível dizer que o Governo Federal cometeu excessos, seja criando novos programas, seja ampliando os antigos, ou mesmo admitindo novos servidores ou assumindo investimentos acima da capacidade fiscal do Estado. A situação hoje poderia certamente estar menos crítica. (PMDB, 2015, p.5).

Em linhas gerais, o trecho representa a preocupação dos autores envolvidos no documento com a crise fiscal (sendo esta palavra, “fiscal”, constantemente repetida no texto) que representam uma suposta diminuição dos recursos dirigidos aos cofres públicos. Sem querer entrar muito na procedência de tal pensamento, o importante é destacar que essa proposta de “ajuste fiscal” visava basicamente aprofundar o que já havia sido feito em 2015, e que ocasionou um quadro de recessão já mencionado anteriormente. Segundo o programa, “Sem um ajuste de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas, a economia não vai retomar seu crescimento e a crise deve se agravar ainda mais” (PMDB 2015, p.5).

A vinculação das receitas dos impostos e das contribuições — uma obrigação constitucional — para as áreas determinadas, como saúde, educação, infraestrutura, previdência e assistência social também foram atacadas pelo plano. Assim eles colocam:

Para isso é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação, em razão do receio de que o Executivo pudesse contingenciar, ou mesmo cortar esses gastos em caso de necessidade, porque no Brasil o orçamento não é impositivo e o Poder Executivo pode ou não executar a despesa orçada. (PMDB, 2015, p.9).

Depois disso, destacam que buscam “um novo regime fiscal, voltado para o crescimento, e não para o impasse e a estagnação, precisamos de novo regime

orçamentário, com o fim de todas as vinculações e a implantação do orçamento inteiramente impositivo” (PMDB 2015, p.9).

Essa tendência de drásticos cortes de gastos foi, em outras oportunidades, defendida em várias outras partes da proposta do partido que ocuparia a presidência da república. A previdência e os salários são ameaçados quando é proposto “para o novo orçamento tem que ser o fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais” (PMDB 2015, p.10). Quanto ao mecanismo de reajuste de salários a partir da variação dos preços, que protege minimamente os trabalhadores dos impactos da inflação; o documento define:

Quando a indexação é pelo salário mínimo, como é o caso dos benefícios sociais, a distorção se torna mais grave, pois assegura a eles um aumento real, com prejuízo para todos os demais itens do orçamento público, que terão necessariamente que ceder espaço para este aumento. (PMDB, 2015, p.10).

O programa, a todo o momento, coloca sacrifícios intensos sobre os direitos dos trabalhadores, mas quase nunca sob os proprietários. O mesmo acontece quanto ao sistema previdenciário, quando anunciam:

Enfrentar os desafios da reforma da previdência permitirá uma trajetória sustentável das contas públicas, para benefício de todos. Caso esses desafios não sejam superados, porém, a trajetória explosiva no futuro resultará no agravamento da crise atual e problemas ainda maiores nos próximos anos. (PMDB, 2015, p.12).

A reforma da previdência anunciada representa uma grande mudança (desmonte) da seguridade social, principalmente se for levado em consideração que é um forte pilar da arrecadação, através das contribuições do trabalho. Posta mais como um benefício do que como um direito, a proposta afirma ser necessária a ampliação da idade mínima da aposentadoria, ao situar que “mesmo que progressivamente, uma idade mínima que não seja inferior a 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres, com previsão de nova escalada futura dependendo dos dados demográficos” (PMDB 2015, p.12).

Ainda é defendida a “obtenção de um superávit primário capaz de cobrir as despesas de juros menos o crescimento do próprio PIB” (PMDB 2015, p.13). Essa parte reitera o compromisso de garantir o pagamento dos juros aos rentistas, e para isso, seria necessário cortar despesas sociais e administrativas com o objetivo de gerar o “superávit primário”. Além do corte dos gastos públicos, há o aceno constante à iniciativa do setor privado, pois prometia uma “grande virada institucional e a garantia da sustentabilidade fiscal, que afetariam positivamente as expectativas dos agentes econômicos”³, buscando:

³ (PMDB 2015, p.16).

[...] viabilizar a participação mais efetiva e predominante do setor privado na construção e operação de infraestrutura, em modelos de negócio que respeitem a lógica das decisões econômicas privadas, sem intervenções que distorçam os incentivos de mercado. (PMDB, 2015, p.17).

Em poucas linhas, porém, em seus próprios termos, o programa “Uma Ponte Para o Futuro” propõe:

Reforma do orçamento, adaptação da previdência às mudanças demográficas e um esforço integrado de redução dos custos da dívida pública, em conjunto, vão nos encaminhar para uma trajetória progressiva de equilíbrio de longo prazo da situação fiscal, devolvendo previsibilidade ao ambiente econômico e normalidade às atividades produtivas, sem deixar de mencionar a recuperação da capacidade de investimento público. (PMDB, 2015, p. 15).

Sem pormenorizar, o plano está atrelado à regressão e aprofundamento do neoliberalismo ao dificultar as políticas mínimas de distribuição de renda; por propor a restrição dos recursos dirigidos aos cofres públicos (ajuste fiscal); inflexibilidade com o orçamento; e reforma da previdência. Essas propostas são apresentadas como um contraponto das políticas que, segundo o texto, contribuíram para o desequilíbrio das contas governamentais, gerando o crescimento da inflação e da crise econômica em sua totalidade.

Considerações Finais

Desde o impedimento da ex-presidente Dilma em 2016, várias das bases do programa “Uma Ponte para o Futuro” foram aprovadas, como a Emenda Constitucional nº 95/2016 (Teto de Gastos). Alguns efeitos desse aprofundamento de políticas neoliberais já podem ser quantificados. A taxa anual de desemprego no Brasil em 2019 foi de 11,9%, em 2020 foi de 13,5%⁴; a Dívida Pública Bruta do país chegou em 80,3% do PIB em 2021, cerca de R\$ 6,97 trilhões⁵, e que era 70,5% do PIB em 2016 (TESOURO NACIONAL, 2017, p. 15). Se for analisado de acordo com sua efetividade em lidar com a crise, “Uma Ponte para o Futuro” representou um tremendo fiasco para o cenário macroeconômico brasileiro.

Pegando a metade da pior década em termos de média de crescimento do PIB⁶, o cumprimento da agenda neoliberal por parte dos governos Temer e Bolsonaro não

⁴ Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/desemprego-bate-recorde-no-brasil-em-2020-e-atinge-13-4-milhoes-de-pessoas1#:~:text=No%20ano%20passado%2C%20a%20taxa,foi%20de%2011%2C9%25>>. Acesso em: 30 de jul. de 2022.

⁵ Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/divida-publica-do-pais-cai-para-803-do-pib-em-2021/>>. Acesso em: 30 de jul. de 2022.

⁶ Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/03/03/D%C3%A9cada-perdida-a-queda-do-PIB-em-2020-sob-perspectiva-hist%C3%B3rica>>. Acesso em: 30 de jul. de 2022.

apresentou qualquer eficácia para superá-la. Tal agenda apenas acentuou o privatismo e o rentismo, inviabilizou a adoção de políticas sociais e acelerou o desmonte do Estado. Sob a direção do grande capital, a agenda de ajustes continua ambiciosa, mesmo com a patinação da economia, pois os ganhos do capital se ampliaram, com o setor financeiro batendo recordes de lucratividade⁷.

Conclui-se, dessa forma, que procuramos demonstrar que o documento está completamente conectado com a ideologia política neoliberal e marcou uma descontinuidade com as políticas de distribuição de renda dos governos petistas. Também estabeleceu uma ruptura na aliança que deu sustentação aos governos do PT, que contava com a participação do PMDB, inclusive na vice-presidência. Este buscou acenar para o mercado financeiro nacional e internacional, propondo um programa que havia sido derrotado nas eleições de 2014 e se colocando como alternativa para que fossem tomadas as reformas necessárias para “equilibrar as contas públicas”.

Referências

ALMEIDA, Gelson Rozentino de. História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ALVARENGA, Darlan. Lucro dos grandes bancos do Brasil salta 32,5% em 2021 e atinge recorde de R\$ 81,6 bilhões. G1, 15 de fev. de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/02/15/lucro-dos-grandes-bancos-do-brasil-salta-325percent-em-2021-e-atinge-recorde-de-r-816-bilhoes.ghtml>>. Acesso em: 30 de jul. de 2022.

AYERBE, Luis Paulo. Neoliberalismo e política externa na América Latina. São Paulo: Unesp, 1998.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: Batista Jr, Paulo Nogueira (org.). Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil: Fundação Alexandre Gusmão, 2009 p. 115-158.

BELUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo. São Paulo: Contracorrente, 2017.

BLYTH, Mark. Austeridade: a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, José Luís (org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHOSSUDOWSKY, Michel. A globalização da pobreza. São Paulo: Moderna, 1999.

DESEMPREGO bate recorde no Brasil em 2020 e atinge 13,4 milhões de pessoas. ANDES Sindicato Nacional, 09 de mar. de 2021. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/desemprego-bate-recorde-no-brasil-em-2020-e-atinge-13-4-milhoes-de-pessoas1#:~:text=No%20ano%20passado%2C%20a%20taxa,foi%20de%2011%2C9%25>>. Acesso em: 30 de jul. de 2022.

⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/02/15/lucro-dos-grandes-bancos-do-brasil-salta-325percent-em-2021-e-atinge-recorde-de-r-816-bilhoes.ghtml>>. Acesso em: 30 de jul. de 2022.

DÍVIDA Pública Federal: Relatório Anual 2016. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Janeiro, 2017, número 14.

FERRARI, Hamilton. Dívida pública do país cai para 80,3% do PIB em 2021. Poder 360, 31 de jan. de 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/divida-publica-do-pais-cai-para-803-do-pib-em-2021/>>. Acesso em: 30 de jul. de 2022.

FILGUEIRAS, Luiz. História do Plano Real. São Paulo: Boitempo, 2003.

LAILER, Christiane Vieira. Retórica é farsa: 30 anos de neoliberalismo no Brasil. Jundiaí (SP): Paco, 2018.

PMDB. Partido Movimento Democrático do Brasil. Uma ponte para o futuro. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

ROUBICEK, Marcelo. Década perdida: a queda do PIB em 2020 sob perspectiva histórica. Nexo, 03 de mar. de 2021. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/03/D%C3%A9cada-perdida-a-queda-do-PIB-em-2020-sob-perspectiva-hist%C3%B3rica>>. Acesso em: 30 de jul. de 2022.

O liberalismo oitocentista na sociedade brasileira e as instituições republicanas de controle e vigilância.

David de Oliveira Balbino¹
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é: Típico, ilícito e culpável: a criminalização de corpos indesejáveis na região central do Rio de Janeiro entre as décadas de 1910 e 1920, ainda em andamento.

Parte da hipótese de que as diversas leituras sobre o conceito de liberalismo no Brasil durante o século XIX serão cruciais para entender as principais instituições republicanas do início do século XX. A própria confusão começou por causa da palavra *liberdade* já ser utilizada no vocabulário dos povos por muito tempo, e seu significado nas relações de poder variava de acordo com a época e com a tradição política, e até mesmo a tradição religiosa. A partir disso, utilizando as pesquisas de Christian Edward Cyril Lynch e Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, refletir sobre como esse conceito de liberalismo foi formado no período oitocentista na sociedade ibero-americana. E diante disso, compreender tanto a formação da sociedade liberal brasileira quanto a adaptação para um Estado Policial na virada do século XIX para o XX dentro da relação entre cidadania constitucionalismo e voto.

1 – Instituições, relações de poder e dominação.

Compreender a funcionalidade e a dinâmica das instituições jurídicas nos diversos períodos históricos é um desafio, principalmente quando se tem o objetivo de observar as relações de poder a partir desse entendimento. É evidente que isso não poderia nunca se limitar a essa perspectiva de análise, até porque as relações de poder podem se configurar de diversas formas, contudo abandonar as instituições jurídicas nesse estudo seria um fator limitante. Quando se trata de embate de forças dentro de uma sociedade com diversas camadas, outros aspectos devem ser levantados. Sobre as instituições, a etimologia do termo vem à tona, e percebe-se que, a partir dessa abertura conceitual, um ponto de partida mais palpável. Define-se *Instituição* como “1. ato ou efeito de instituir;

¹ Aluno do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientadora: Dr^a Cláudia Cristina Azeredo Atallah. Ingresso no ano: 2021.

criação. 2. cada um dos costumes ou estruturas sociais estabelecidas por lei ou consuetudinariamente que vigoram num determinado Estado ou povo. ‘a i. da família’”¹

Com isso, percebemos que essas instituições são instituídas, ou seja, elas não surgem de maneira natural ou espontânea, mas sim de forma orgânica. Pessoas instituem de acordo com o resultado do conflito das vontades individuais e/ou de pequenos grupos. Se recorrermos ao estudo das classes na teoria de Bourdieu e relacionarmos com esse processo de criação das instituições, perceberemos que até mesmo o conjunto de valores e comportamentos que distinguem os grupos em sociedade - que o autor chama de *habitus de classe* (BOURDIEU, 1974, p. 183) - também se explicam por causa de vias normativas. Percebe-se, então, que as relações de poder em sociedade se estabelecem como uma combinação de um conjunto de forças entre diversos grupos que convivem em constante embate, também pela via jurídica.

Esse embate não significa, necessariamente, que o conflito se observa na ação ou reação violenta de um para com os outros, e sim da condição em que esse primeiro está perante os outros. Um grupo de pessoas que ocupa uma posição de classe só se configura assim por conta da posição do outro dentro do que se pode chamar de “propriedade de posição” (BOURDIEU, 1974, p. 183). Essa se configura a partir da observação das posições de classes às quais pertencem, ou seja, a estrutura é definida pelo conjunto de lugares nos quais os grupos estão colocados um em relação aos outros, de forma que interajam entre si, e geram diferenças entre elas que demonstrem o seu pertencimento àquela posição.

Pierre Bourdieu faz uma análise dessas estruturas a partir do estudo desses grupos como classes sociais, e apesar de não negar a visão econômica marxista relacionada aos meios de produção como fator determinante para o posicionamento delas, oferece-nos outra perspectiva de abordagem que nos apresenta possibilidades mais palpáveis para entender de que maneira essas distinções corroboram para a montagem das instituições jurídicas e para a História da Justiça.

Antes de tudo, de acordo com o autor, a estruturas não podem ser observadas e definidas conceitualmente a partir delas, já que elas se moldam exatamente pelo comportamento funcional de encaixe das classes sociais dado pela própria relação entre elas, isso de acordo com as peculiaridades que as acompanha, para cada momento, lugar

e tipo de relação que apresente, uma para com a outra, ou seja, por essa panorama, não é proveitoso estabelecer uma regra geral para as estruturas, já que elas são resultado de situações específicas, o que não quer dizer que, a partir de já estabelecidas, elas não apresentem comportamentos semelhantes, pois se trata de uma questão relativa às relações de poder.

O comportamento das estruturas sociais de acordo com a posição das classes, historicamente, obedece ao modo como as relações são estabelecidas entre elas, e os indivíduos que fazem parte de determinada classe social dentro em uma estrutura específica, mesmo que perceptivelmente as estruturas tenham comportamentos semelhantes, se diferenciam pela conduta, já que o indivíduo exerce um comportamento característico da sua realidade singular em relação à outros grupos que pertencem a uma lógica estrutural diferente. E é por isso que, Bourdieu se mostra muito atento e preocupado nas análises que criam uma lógica de sistema abstrato em relação às estruturas, para ele o comportamento de um grupo é sempre em relação ao meio que está inserido (BOURDIEU, 1974). Logo, o destaque para o pensamento bourdiano estaria nas relações, pois elas determinarão tanto a posição e a condição das classes, de modo que as propriedades estruturais de uma sociedade podem ser equivalentes às outras, contudo as classes não serão iguais. (BOURDIEU, 1974)

Toda uma dimensão das relações objetivas ou intencionais que se estabelecem entre as classes sociais pode constituir o objeto de um estudo estrutural porque as marcas de distinção se organizam em sistemas, com base na homologia de estrutura entre o significante, a saber, os atos e procedimentos expressivos, e o significado, isto é, o sistema de posições estatutárias. A lógica das relações simbólicas impõe-se aos sujeitos como um sistema de regras absolutamente necessárias em sua ordem, irredutíveis tanto às regras do jogo propriamente econômico quanto às intenções particulares dos sujeitos: as relações sociais não são jamais redutíveis a relações entre subjetividades movidas pela busca de prestígio ou por qualquer outra ‘motivação’ porque elas não passam de relações entre condições e posições sociais que se realizam segundo uma lógica propensa a exprimi-las e, por esse motivo, estas relações sociais têm mais realidade do que os sujeitos que as praticam. (BOURDIEU, 1974, p. 55)

Na visão bourdiana de estrutura de classe mais do que só as características de ofício que se apresentam para dividir cada classe, existem também as propriedades de posição (BOURDIEU, 1974), essas são características que não versam exclusivamente sobre as condições materiais de existência, mas são relativamente independentes delas. Essa distribuição de posições trazida por Bourdieu não será somente uma organização de justaposição na qual um grupo depende exclusivamente da comparação com o outro para existir como fonte de análise comportamental.

Tomar a sério a noção de estrutura social é supor que cada classe social deve ao fato de ocupar uma posição na estrutura social, historicamente definida, e ser afetada pelas relações que a unem às outras partes constitutivas da estrutura, propriedade de posição, relativamente independente de propriedades intrínsecas como certo tipo de prática profissional ou condições materiais de existência. (BOURDIEU, 1974, p. 51-52)

Para essa pesquisa, tal tipo de abordagem e estudo entre as classes será importante para entendermos que na relação de forças que gere uma disputa, e por consequência uma dominação entre grupos – alguns dominantes e alguns dominados – pode ser explicada por essas características, ou propriedades, de produção. Essa disputa se dará dentro do campo jurídico e se materializa no controle de corpos dentro da esfera legal-institucional, ou seja, a legislação e as instituições oficiais. Quando se fala aqui, no Brasil republicano, de poder regional, deve-se levar em consideração que essas determinações não são apenas territoriais, e sim forma de organização das estruturas de poder dentro da sociedade brasileira da primeira metade do século XX, e, evidentemente, da sociedade oitocentista.

O coronelismo e seu amplo poder no domínio regional sobre as instituições jurídicas será determinante para entendermos os valores por trás do conjunto normativo na sociedade brasileira na virada do século XIX para o XX. Isso não necessariamente invoca somente o uso da força para a criação de dominação, mas ajuda a entender o processo de racionalização dessa dominação com base na legitimidade jurídica nacional consequente da tradição do poder regional.

Em uma abordagem weberiana, em sua contribuição para a formação de uma ciência social, o conceito de dominação aparece em uma perspectiva generalista, contudo, isso não lhe garante o papel de análise estática. O poder que um governante ou uma instituição pode exercer sobre uma pessoa ou um conjunto de pessoas pode ser compreendido também a partir desse estudo. E por isso, essa análise pode perfeitamente se adaptar às variações que se apresentam. Evidentemente, o autor não teve a pretensão de fazer um estudo a partir de uma experiência, já que isso acarretaria numa criação de conceito específico para cada objeto que se colocasse em pauta, mas seu objetivo foi fazer uma abordagem conceitual pura sobre dominação, para que assim possa servir de ponto de partida no entendimento de diversas sociedades, e diferentes estruturas de controle, nos mais variados processos e mudança que acontecem, constantemente, no convívio social de diferentes povos.

Apesar de ser um estudo sem objetivo de ser singularizado, e ser, até certo ponto, generalista, nos traz uma contribuição importante no sentido de provocar observações interessantes para o entendimento, principalmente, das razões pelas quais a dominação pode acontecer dentro dessa lógica de estruturas de classe. Weber constrói uma tipificação lógica de dominação que se materializa de três formas: dominação legal, dominação tradicional e dominação carismática. (WEBER, 1982, p.121-128)

A dominação, ou seja, a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato, pode fundar-se em diversos motivos de submissão. Pode depender diretamente de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações utilitárias de vantagens e inconvenientes por parte daquele que obedece.(WEBER, 1982, p. 128)

A obediência pode ser para obter condições materiais e gerar inconvenientes, e se fundamenta por diversos motivos. O tipo de dominação racional legal no qual “qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto” (WEBER, 1982, p. 129) cujo Estatuto é quem deve ser obedecido e não o senhor. Nesses termos, a obediência invade um campo jurídico – tendo em vista a legalidade – que se limita pelo espaço que rege pela forma jurisdicional, contudo, nessa forma, pode-se aferir de maneira mais significativa a relação entre o Estatuto que vai reger, na esfera oficial, as relações sociais entre do povo com as propriedades que se encontram nos limites da alçada dos códigos, isso independentemente do tipo de propriedade que se está regendo, já que o sua própria condição de existência está condicionada à lei, nesse tipo, enquanto objeto do campo jurídico. Tem-se então, o povo que se relaciona entre si, uma dessas esferas temáticas das relações remete a questão propriedade – que pode ser o patrimônio, bem público e as diversas variações apresentadas nessa pesquisa –, o Estatuto que rege o povo também governa as propriedades o que acaba propondo o poder encontrado no conceito puro de dominação legal à sua condição de existência.

Levando esse modelo de análise para as dominações tradicional, aquela que Weber vai definir como consequente de uma “crença na santidade das ordens e dos poderes senhoriais há muito existentes”(WEBER, 1982, p.131), e na dominação carismática, cuja dominância se dá “em virtude da devoção afetiva à pessoa e a seus dotes sobrenaturais”(WEBER, 1982, p. 134), a propriedade pode parecer figurar somente como condicional para exercer o domínio, contudo ela também pode ser encarada como finalidade da dominação, tanto na esfera individual quanto coletiva. Os poderes regionais, nesse sentido, estabeleceram os parâmetros de dominação no âmbito jurídico nacional,

ou pelo menos nortearam a legislação, das várias naturezas do Direito: penal (1890), constitucional (1891) e civil (1916); em ordem cronológica.

2 – Liberalismo e o conflito de significados.

Para fazer um estudo sobre a forma com a qual as noções políticas no Brasil acabam se adaptando às realidades aqui dispostas. Evidentemente isso não é uma característica só da História do Brasil dentro de uma análise historiográfica, esse processo é, logicamente, global. Contudo, as noções construídas aqui terão uma distinção muito evidente quando comparada com o resto do continente americano, isso é, num estudo meramente factual, levando em conta a colonização portuguesa, a manutenção fase monárquica durante o século XIX, o processo de abolição.

Tudo isso contribui para que, apenas num estudo superficial, ratificamos que as coisas acontecem na sociedade brasileira de maneira muito característica. Entretanto, apenas conduzir narrativas com essas afirmações sem ao menos buscar entender profundamente essas distinções dificulta a compreensão de algumas questões importantes sobre as problemáticas históricas do país. O intuito desse debate teórico sobre essas questões é para que ele sirva de conhecimento científico e formar um caminho metodológico para se estabelecer políticas para a resolução de problemas históricos e até mesmo justificar a ação delas.

Evidentemente, que os debates sobre o liberalismo serão fortemente estabelecidos a partir das revoluções burguesas do século XVIII (DAS NEVES, 2019. p. 56), e no mundo ibérico, tanto na metrópole quanto no mundo colonial, esse debate passa a ganhar protagonismo na política no período oitocentista (DAS NEVES, 2019. p. 57). E esses novos debates acerca do liberalismo vão nortear tanto as mudanças institucionais no mundo ibérico metropolitano quanto nas nações recém-independentes ibero-americano.

Sobre isso, os recentes trabalhos de Christian Edward Cyril Lynch e Lucia Maria Bastos Pereira das Neves nos ajudam a entender a diversidade de leituras que a formação do conceito de liberalismo ganhou no Brasil. Em primeiro plano, a própria confusão começou por causa da palavra “liberdade” já ser utilizada no vocabulário dos povos por muito tempo, e seu significado nas relações de poder variava de acordo com a época e com a tradição política, e até mesmo a tradição religiosa (LYNCH, 2007. p. 214).

No Brasil, os estudos sobre as noções políticas podem acabar se adaptando às realidades aqui dispostas. Evidentemente, isso não é uma característica singular na história do Brasil dentro de uma análise historiográfica, esse processo é, logicamente, global. Contudo, se diminuirmos o nosso campo amostral poderemos observar que as noções construídas aqui terão uma distinção muito evidente quando comparada com o resto do continente americano, isso é, até mesmo em uma observação meramente factual, levando em conta três elementos: 1) a colonização portuguesa, 2) a manutenção fase monárquica durante o século XIX, 3) o processo de abolição.

Tudo isso contribui para que, apenas num estudo superficial, ratificamos que os acontecimentos na sociedade brasileira devem ser observados de maneira específica. Entretanto, apenas conduzir narrativas com essas afirmações sem ao menos buscar entender profundamente essas distinções dificulta a compreensão de algumas questões importantes sobre as problemáticas históricas do país.

3- O “liberal brasileiro” e a liberdade brasileira.

A realidade no território brasileiro recebe contornos mais peculiares, já que esses atributos da herança de uma sociedade estamental e colonial soma-se aos espólios de realidade escravista. A escravidão caso da sociedade brasileira um leque mais específico deve ser debatido levando em consideração alguns pontos que serão abordados nessa pesquisa: a miscigenação, a política de embranquecimento, a política higienista, intolerância religiosa ligada à questão racial, marginalização do negro e a criminalização dos corpos pretos dentro de uma lógica de tipologia criminal. No contexto da Primeira República, a grande incógnita nesses valores preestabelecidos juridicamente foi o grupo de pretos ex-escravizados cuja capacidade civil e cidadania passaram a ser reconhecidas, obrigatoriamente, pela prerrogativa jurídica. Logo, a exclusão, e o controle social dessas pessoas deveria se dar dentro da própria institucionalidade, agora, dentro de um do plano jurídico contemporâneo.

Dentro de uma perspectiva jurídica o século XIX abrigou o momento em que as forças policiais passaram a exercer um controle interno, substituindo a guarda nacional que era formado por cidadãos comuns, graças a política de armamento na qual a posse de armas era disseminada na parcela do corpo social que tinha a possibilidade adquirir, ou seja, o cidadão comum participava do controle social (BRETAS, 1991). Inicialmente,

essa organização funcionava com algumas subdivisões que atentaram mais para a organização dos serviços públicos na cidade. Somente após as reformas de 1841 que a polícia vai passar a ter poder maior sobre a jurisdição e controle social “pois o crescimento das cidades tornaria a vigilância sobre os escravos uma tarefa mais árdua” (BRETAS, 1991, p.51), logo, por meio da coação, a polícia passa a ter maior ingerência nessa pasta, principalmente na capital do império.

Apesar da administração pública da capital ser específica no recorte territorial, ela encontra muita interferência da força do campo, ou seja, mesmo em um espaço em constante urbanização a interferência da elite agrária vai ser responsável por comandar, ou direcionar as instituições de controle.

Outras vezes, o chefe municipal, depois de haver construído, herdado ou consolidado a liderança, já se tornou um absenteísta. Só volta ao feudo político de tempos em tempos, para descansar, visitar pessoas da família ou, mais frequentemente, para os partidários. A fortuna política já o terá levado para uma deputação estadual ou federal, uma pasta de secretário, uma posição administrativa de relevo, ou mesmo um emprego rendoso na capital do Estado ou da República (LEAL 2012, p24)

Ainda no processo de transição, a atuação em relação a população escravizada era de controle e, principalmente, para a contenção de fugas ou pequenos furtos que aconteciam na cidade. Contudo, após a fase imperial e posteriormente a abolição da escravidão, o chefe de polícia passa a adquirir função de manutenção da ordem e correção dos criminosos, lhe conferindo um papel que, pela importância, que acabara se tornando também político. Os próprios relatórios do Chefe de Polícia - criado a partir do decreto de 6440 de 1907 – são uma forma de manutenção da vigilância e do controle dos corpos que são considerados perigosos, sobretudo após as revoltas do começo do século que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro.

A criminalização dos negros tem suas origens na cultura da escravidão. Os donos de escravos justificavam-na como uma forma de educá-los porque eram preguiçosos, corruptos e imorais. Esse argumento encontrava sustentação em teorias biológicas que afirmavam a inferioridade dos negros (Corrêa, 1982). Mesmo aqueles envolvidos no movimento abolicionista compartilhavam a idéia da falta de preparação dos negros para a sociedade moderna (Azevedo, 1987; Schwarcz, 1987). Dessa forma, eles eram alvo privilegiado do controle policial como suspeitos usuais de vadiagem, furto ou do novo tipo de crime criado pelo Código Penal de 1890, a capoeiragem. (BRETAS, 1991, p.54)

Para entender a razão da montagem desse sistema de vigilância constante em uma sociedade que tinha à época o orgulho de se autodeterminar como liberal é necessário recorrer aos debates sobre o liberalismo oitocentista. E antes disso entender ainda que, a

partir da proposição deste estudo, uma das hipóteses para a constituição de um Estado Policial dentro do liberalismo se dá pela própria forma de entendimento interno do que é *ser liberal* para as elites políticas nesse contexto. Ou seja, um debate seria a possibilidade de implantação da vigilância, e outro complementar seria a resposta para os seguintes questionamentos: 1) Por que vigiar? 2) Para que vigiar? 3) Quem vigiar?.

O diálogo entre as sociedades ibero-americana e ibero-europeia - em suas diversas camadas - na constituição do liberalismo são fundamentais para entender a sociedade liberal brasileira. As cortes portuguesas, por exemplo, não acreditavam que a independência das colônias e o separatismo administrativo seria o oposto ao pensamento liberal, já que isso faria com que o Brasil fosse contaminado por uma “ideia monopolista que subjugaria o Brasil” (DAS NEVES, 2019. p. 56). A própria revolução liberal do Porto tinha como uma de suas bandeiras a colonização do Brasil, mas a relação da sociedade com a coroa portuguesa, segundo os revolucionários, deveria ser por meio de uma linguagem constitucional (DAS NEVES, 2019) com grande influência de Montesquieu. No correio brasiliense, por exemplo, que a eleição e o voto legitimaram a soberania e exercitam a liberdade” (DAS NEVES, 2019. p. 61). Isso é a prova viva que o conceito de liberalismo não tinha um estabelecimento único no mundo luso brasileiro. Contudo, uma visão que adquiriu certa conformidade nas diferentes visões sobre o tema foi o entendimento de que existiam três pilares para a existência de uma sociedade que pode se denominar liberal: o voto, o exercício da cidadania e a constituição (DAS NEVES, 2019).

Segundo Lúcia Maria das Neves esse debate passou a circular pelos espaços públicos com a participação essencial da imprensa, seja por panfletos ou por jornais de alcance público. E isso fez com que se acreditasse à época, com veemência, que a “liberdade virou a essência da vida do homem” (DAS NEVES, 2019. p.58).

Esses jornais representavam visões diferentes. Havia quem acreditava que um dos pilares era mais importante que o outro, mas dificilmente uma discordância significativa de que estes eram a base da construção do liberalismo. Contudo, as elites políticas da geração oitocentista do mundo luso brasileiro partilhavam da premissa da separação de tipos de cidadãos, ou de castas. Na própria assembleia constituinte de 1823 isso ficou bem evidente.

Em 1823, quando já estava reunida a Assembleia Constituinte do Brasil, que debateu amplamente o tema, o redator da Malagueta distinguia, «três castas de cidadãos e de hierarquias», incluindo na última o «Terceiro Estado, isto é, os cativos». A primeira era formada pelos membros da família imperial e da aristocracia dos homens brancos e a segunda, pelos homens libertos de cor. Em sua opinião somente as duas primeiras eram admissíveis ao civismo (Malagueta Extraordinária, nº 2, 5/6/1823). Logo, apesar de a qualidade de cidadão ser «inseparável de todo o homem, que vem a este mundo», não abrangia as camadas mais ínfimas da sociedade luso-brasileira (Carta pastoral 1822: 8). (DAS NEVES, 2019. p.67)

A construção desse pensamento em bases jurídicas na alta cúpula da política oitocentista fez com que o quesito cidadania fosse aspecto diferenciador, tanto do acesso à justiça, quanto na própria participação ativa na política. Logo, antes mesmo da constituição das instituições republicanas, a exclusão de certos grupos do convívio político e imputando neles uma incapacidade civil.

4- Do Estado Liberal à brasileira ao Estado de Polícia tipicamente nosso.

O controle social dentro desse novo acordo de Estado continuaria a ser obtido por vias institucionais, entretanto, dessa vez, deveria obedecer aos princípios provenientes da contemporaneidade, a saber: as liberdades individuais, a igualdade jurídica, respeito à propriedade privada, a livre iniciativa. Além disso, no novo acordo firmado, a organização do Estado e a sua ação ficaria subordinada à Lei, ou seja, haveria de ter uma codificação prescrita na qual administração pública deveria estar sujeita à legalidade (de maneira positivada). E para isso, o plano jurídico republicano se encarrega de perpetuar a hegemonia da elite brasileira (LEAL, 2012).

Essas mudanças, não necessariamente significaram uma nova conjuntura nas hierarquias sociais, ou seja, a elite econômica e política brasileira, agora republicana, apesar de passar a compreender novas realidades urbanas, continuou protagonizada pelo setor agrário-exportador cujo objetivo era instaurar um Estado de configuração administrativa federalismo, liberal e que fosse mediador dos conflitos sociais. Contudo, essa mediação deveria levar em consideração a condição peculiar da sociedade brasileira republicana do pós-abolição, que passou a reconhecer a cidadania ativa de uma parcela de seus membros, os quais essas elites tradicionais não estavam inclinadas a conceber de bom grado: pretos, indígenas, ciganos, imigrantes pobres. Nas palavras de Victor Nunes Leal:

(...) o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não

é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia a constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL, 2012, p.23)

O que se pode relacionar com a importância dada à manutenção de privilégios econômicos, do status quo e da afirmação de valores de uma elite dominante e conservadora. Quando se tem como objetivo a manutenção dos privilégios se torna necessário utilizar-se de alguns mecanismos de controle para formação de corpos dóceis, adestrados por quem monopoliza o poder da violência física e simbólica (FOUCAULT, 1975). Uma das formas de controle e vigilância social da justiça brasileira, na passagem do período imperial para o período republicano, foi exatamente a atribuição de responsabilidade das forças policiais, o que interferiu na forma de atuação dos seus agentes.

As preocupações da elite política brasileira na virada do século XIX para o século XX, na busca pela adequação política e, principalmente, econômica, tendo como base às tendências do liberalismo e ao mesmo tempo tentando manter os privilégios de uma sociedade ainda ligada às heranças coloniais e estruturadas, sobretudo, no período imperial (LEAL, 2012), nortearam as decisões no que diz respeito ao processo de positivação das normas dos códigos durante a montagem da Primeira República. Entretanto, esses objetivos de adaptação ao mercado internacional, principalmente às tendências europeias, demandam a superação de alguns entraves específicos da sociedade brasileira. As especificidades de um país de proporções continentais, com passado escravista com objetivo de se adaptar ao mercado europeu e americano.

Um ponto crucial dessa transição foi exatamente a ponderação das ações legais pela necessidade de expansão da cidadania sem separação de castas, mas mantendo a ideia de privilégios entre classes, suportando Estado Liberal e ao mesmo tempo um Estado Polícia. A leitura penal direcionada durante o início da República, no recém-formado Estados Unidos do Brasil ficará clara, com a possibilidade de perceber a continuidade da marginalização de corpos indesejáveis na atualidade, seguindo a mesma estratégia penalista, estendendo-se a outros dispositivos legais.

A iminente lotação das prisões, colônias correcionais e casas de correção nas principais cidades do Brasil passam a receber pessoas cujos crimes tipificados tendiam a ter uma correlação com essa permanência na leitura social, mesmo com o período pós-

abolição, e das relações de poder no espaço público e privado numa perspectiva conservadora na qual as classes pobres não “passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e manutenção da ordem pública” (CHALHOUB, 2018, p. 26). A população negra, que antes era segregada pelo sistema escravista, passou a ter restrição ao gozo da cidadania, da liberdade e igualdade jurídica – na prática -, dentre outras maneiras, pela via penal, observada pela repressão à ociosidade que seria importante como “estratégia de combate ao problema (CHALHOUB, 2018, p.27).

Apesar de não haver tipificações específicas no Código Penal de 1890 para criminalizar determinado grupo, nominalmente, alguns tipos penais eram comumente usados pela polícia para o encarceramento. Por exemplo, o crime de vadiagem e capoeiragem – tipificado em seu Capítulo XIII – encarregando o agente a interpretação da ação para que a prisão acontecesse, até o período que o processo fosse julgado. Isso com o objetivo de “reprimir os supostos hábitos de não trabalho dos adultos; a longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores (CHALHOUB, 2018, p. 27).

Referências

- BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. A economia das trocas simbólicas, v. 3, 1974.
- BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 32, 1991.
- CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. Editora Companhia das Letras, 2018.
- DAS NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. Nas margens do Liberalismo: voto, cidadania e Constituição no Brasil (1821-1824). Revista de História das Ideias, v. 37, 2019.
- FOUCAULT, Michel. O corpo dos condenados. Vigiar e punir: nascimento da prisão, v. 13, 1975.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2012.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850). Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, v. 9, n. 17, 2007.
- WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima In: MAX WEBER: Sociologia. Gabriel Cohn (org.). São Paulo: Ática, 1982. (Col. Gra Grandes Cientistas Sociais, 13).

Fontes

INSTITUIÇÃO. In: Oxford Languages and Google Disponível em: <<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>Acesso em: 27/05/2022

² <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=171379&Pesq=vadio&pagfis=2> acessado em 28//2022.

Com a fala os socioeducadores: as práticas no DEGASE (1994 a 2021)

Elis Regina de Castro Lopes¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa doutorado, cujo título é: “Memórias Clandestinas: O cotidiano de uma instituição chamada DEGASE – 1994 a 2018”, em andamento. Assim começamos indicando que, este trabalho utiliza-se da história oral para apresentar narrativas dos profissionais que trabalham na instituição Degase - Departamento Geral de Ações Socioeducativas. no período de 1994 a 2021, denominados socioeducadores. Objetiva mostrar suas experiências e o olhar que produzem sobre a História do DEGASE. Traz como questões norteadoras: suas ideologias, práticas e trajetórias; a instituição das relações de poder estabelecidas neste órgão; a cultura do silêncio sobre as práticas violentas; as condições de vida, de trabalho e de saúde; os movimentos de resistência criados por estes profissionais, e por fim, suas percepções sobre a política da Socioeducação na atualidade.

Essa pesquisa nasce de duas grandes interrogações: o que fazer com as lembranças destes servidores? Por que é tão importante falar do passado desta instituição? Em busca de respostas, decidi escrever vivências sobre o Degase. A que me refiro? Falo de pessoas que em seus trabalhos diários dão vida a uma instituição. Refiro-me a memórias, lembranças individuais, olhares que se diferem sobre um mesmo fato, falas variadas que contam a mesma história, vozes silenciadas, esquecimentos.

O dito e o não dito que juntos tentam contar a história de uma instituição. Falas que trazem realidade ou ficção, não importa, o que nos move e comove é a percepção do que levou cada um a querer contar a sua história, a história vivida naquele espaço, suas experiências e seu olhar sobre aquela instituição. Lembranças ainda nítidas ou apagadas pelo tempo, ou para se defender do que não se quer ou não deve lembrar. Tudo isso forma uma única história como uma colcha de retalhos. Portanto, meu objetivo era centralizar a minha atenção sobre os socioeducadores que formam o Degase e não sobre a instituição em si. Era ter como foco as versões que estes sujeitos apresentavam sobre esta instituição.

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP aprovada com o projeto, cujo título é Memórias Clandestinas: O cotidiano de uma instituição chamada DEGASE – 1994 à 2018, sob orientação do Dr. Gelsom Rozentino

Conhecendo um pouco da história oral e sua utilização nesta pesquisa...

Paul Thompson (1998 p.45) afirmava que a utilização da expressão “história oral” é algo novo para a história, contudo ela foi a primeira espécie de história. Até meados do século XIX utilizava-se da oralidade para produzir história, mas a partir desse período a memória foi rebaixada do status de autoridade pública para dar lugar ao documento como autoridade final. O autor esclarece que o prestígio do método documental em detrimento das evidências orais se deu em parte pela posição social que o historiador passou a ocupar com sua ascensão como profissão acadêmica.

Esse autor adverte que não se pode separar as origens de um método de história oral da evolução geral da coleta e utilização da evidência oral, uma vez que no final do século XVIII não havia uma divisão profissional entre os processos de criação de informação, construção de teoria social e análise histórica. Somente no século XIX é que houve uma separação destes processos, que se realizou no contexto de especializações. Em meados do século XX, a evolução tecnológica propiciou o reforço do movimento moderno da história oral. A história oral tem sua primeira experiência como atividade organizada em 1948, na Universidade de Colúmbia quando foi implantado o Oral History Project pelo professor Allan Nevis, sendo instituída como uma técnica moderna de documentação histórica. (1998 p.89). Thompson pontua que a história oral vai se desenvolver em diversos países de diferentes formas, mas acrescenta que ela cresceu em espaços que possuem tradicionalmente um trabalho de campo dentro da própria história, assim como em espaços que historiadores atuam de forma interdisciplinar.

Em se tratando de Brasil, sua primeira experiência com a História Oral data de 1971 no estado de São Paulo com a criação do Museu de Imagens e do Som (MIS). Cabe destacar o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC ligado à Fundação Getúlio Vargas no estado do Rio de Janeiro, como uma das mais importantes e bem sucedidas experiências do Brasil com esta temática. O CPDOC possui desde a sua fundação em 1975 um setor de História Oral. (FREITAS, 2006, p.31). Contudo, a História Oral, como em outros países, também enfrentou dificuldades em solo brasileiro, a conjuntura da ditadura militar da época somada a resistência e indiferença no campo acadêmico, em especial nos cursos de História, produziram entraves para o desenvolvimento desta nova metodologia. Deste modo, Meihy (2000 p.86) afirma que “a aceitação da história oral esteve diretamente ligada ao processo de redemocratização” o que a faz ter dupla função política, uma vez que a própria democracia é condição para sua

realização, já que só no processo democrático é garantido o direito de veicular opiniões variadas sobre temas do presente. Atualmente a história oral já se encontra consolidada no Brasil. (MEIHY e HOLANDA, 2015, p.111)

Meihy (2011) e Freitas (2006) dividem a história oral em três tipos distintos: história oral de vida; tradição oral e história oral temática. A história oral de vida pode ser considerada um relato autobiográfico visto que pode abranger a totalidade da existência do narrador, para tanto é necessário horas de gravação, sendo uma de suas principais características a subjetividade e a independência de supostos probatórios, nestas construções narrativas admite-se fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções. A tradição oral é definida como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. Freitas esclarece que a tradição oral não está presente apenas nas comunidades tidas como “iletradas” ou tribais, mas se encontra também nas sociedades rurais e urbanas e apresenta como exemplos as cantigas de rodas, brincadeiras e histórias infantis.

A história oral temática se caracteriza pela existência de um ponto central que aponta a necessidade de entrevista em um projeto, o que a possibilita uma maior objetividade, ainda que a subjetividade não possa ser descartada. Nesta abordagem, a entrevista precisa ter critério e ser direcionada a um tema em questão. Há necessidade de uma maior atuação do entrevistador e de um grau aprofundado sobre o assunto a ser pesquisado. (MEIHY, 2011; FREITAS 2006)

Este estudo se utilizou da história oral temática, já que esta era a que atendia as demandas da pesquisa. As pessoas entrevistadas faziam parte de um mesmo grupo, a entrevista possuía um assunto específico que era a trajetória dos entrevistados no Degase, o que não abrange outros aspectos da vida do entrevistado, havia necessidade de um roteiro para as entrevistas que permitiam uma comparação entre elas, apontando divergências e convergências de visões particulares de processos coletivos. (FREITAS, 2006).

Alberti (2004, p.38) esclarece que ainda que seja a história oral temática, sempre irá apresentar uma relação com o método biográfico, pois a entrevista tem como eixo a biografia do entrevistado, sua vivência e sua experiência, mesmo sobre um assunto específico. Fato que diferencia o entrevistado pela técnica da história oral de um simples informante, ou ainda, parte integrante de um objeto de pesquisa. Por isso a necessidade de uma relação de neutralidade, empatia e acolhimento por parte do entrevistador, que valoriza a experiência singular – individual, que vê em cada experiência, cada fala e cada

história uma como fonte viva de significados e interpretações valiosas para a compreensão da história contemporânea.

Segundo Meihy e Holanda (2015) a história oral pode ser pura ou híbrida. A história oral pura teria no discurso a sua fonte peculiar, na medida em que se considera apenas as narrativas como fonte de análise, ela pode buscar juntar vozes dissonantes e confeitá-las. Esta forma é usada em trabalhos que possuem como base as narrativas de histórias de vida, pois a sua essência se encontra na construção do percurso narrativo. Já a história oral híbrida possui como maior característica o diálogo das entrevistas orais com outros tipos de fontes ou documentos, é utilizada pela história oral temática.

Esta pesquisa trabalhou com a história oral híbrida, pois decidiu ainda no projeto preliminar que durante todo o trabalho as falas dos socioeducadores iriam dialogar com todos os tipos de documentos adquiridos para pesquisa. Visto que optei por discutir uma temática específica dentro da história oral – a história do DEGASE. As entrevistas Isoladas perdem o sentido, e não permitiriam uma construção mais aprofundada sobre a história desta instituição. Assim, buscou-se um equilíbrio entre a análise documental e as versões dos que participaram da construção e trajetória da instituição, procurou-se mostrar a presença de cada servidor em sua narrativa, posto que suas lembranças são únicas e cada um fala por si só.

Verena Alberti (2004, p.30) Relata que uma pesquisa em história oral deve sempre trazer as seguintes questões: “como os entrevistados viam e veem o tema em questão? Ou o que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava e ocupa no contexto social dado? Foi com estas questões na cabeça que compreendi que a história oral seria o método adequado para minha pesquisa.

Um pouco do Degase....

Em 1988 foi promulgada a nova Constituição da República e seu art. 227 serviu de base para o nascimento de uma nova lei para a infância e juventude. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) publicado em 1990, revoga o Código de Menores, e trouxe um novo paradigma, o de Proteção Integral². Com o processo de descentralização instituído pela Constituição Federal de 1988, cada estado brasileiro ficou responsável por criar um órgão que iria executar as medidas socioeducativas pertencentes ao seu estado. No caso do estado do Rio de Janeiro, o órgão criado para esse fim foi o DEGASE.

² BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm (acesso em 23/09/2022)

As medidas socioeducativas (MSE) são aplicadas a adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos, que cometem ato infracional, estão reguladas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua política socioeducativa encontra-se regulamentada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE por meio da Lei Federal nº 12.594/2012³. As MSEs são impostas pelo Poder Judiciário e dividem-se em privativas de liberdade (internação e semiliberdade) e meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade).

O Degase foi criado em 26/01/1993 por meio do Decreto nº 18.493, iniciando suas atividades em 1994. Este órgão apresentou um discurso inovador para sua época, amparado por leis muito avançadas, tinha o dever de executar um trabalho voltado para os direitos humanos. Mas desde sua criação, apresentou fragilidades, e colecionou rebeliões e problemas relacionados a violência institucional.

Conta atualmente com sete unidades de internação, seis internação provisória e 16 unidades de semiliberdade. Compõe seu quadro funcional uma equipe multiprofissional - agentes socioeducativos, agentes administrativos, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, médicos, professores, musicoterapeutas, técnicos de segurança do trabalho, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, professores e equipe de apoio. Essa equipe hoje é composta em sua maioria por profissionais concursados, porém existe um quadro de profissionais contratados.

Muitos profissionais que compõem a equipe socioeducativa nestas instituições, não se encontram preparados para assumir suas funções, uma vez que é raro a formação nesta área. O desconhecimento sobre o sistema socioeducativo e a visão estigmatizada sobre os adolescentes que cometem atos infracionais, vivenciadas em nossa sociedade, corroboram para que estes profissionais apresentem estratégias repressivas de atendimento na intenção de garantir a sua segurança e a dos adolescentes.

A pesquisa...

A pesquisa até o momento entrevistou cerca de quarenta servidores, distribuídos em grupos de roda de conversa e em entrevistas individuais. Estes servidores estavam alocados em diferentes unidades e espaços de gestão. Todas as entrevistas foram construídas de forma semi estruturada, apesar de permitir ao entrevistado liberdade para

³ BRASIL. LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm (acesso em 23/09/2022)

buscar em suas memórias, suas vivências. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Foram abordados temas como: a cultura do silêncio sobre as práticas violentas; questões de gênero nas equipes; relações de poder; socioeducação; condições de vida, de trabalho e de saúde dos servidores; o trabalho na pandemia e movimentos de resistência (SIND-DEGASE; Fórum Pró SINASE e a nova associação AFETOS).

Alguns resultados...

Apresento a seguir quatro relatos dos servidores sobre a Socioeducação. Cabe ressaltar que as falas que serão transcritas, é o recorte de longas entrevistas a qual tiveram várias temáticas abordadas para esta pesquisa.

Primeira entrevista... uma fala disciplinada

Conheci a assistente social C, quando fui em sua unidade apresentar minha pesquisa para direção, tinha a esperança de fazer várias entrevistas naquele dia, mas tudo que consegui foi o contato de C. Mas estava feliz, eu e C, fizemos contato por mensagens de aplicativo até marcarmos o dia da entrevista, combinamos de almoçar no DEGASE e fazer a tão sonhada entrevista. Minha ansiedade era tanta que nem conseguia comer. Enfim tivemos que voltar para a unidade, tudo pronto, era só ligar o gravador. C também parecia empolgada com a possibilidade de falar de sua trajetória.

Entrevista, julho de 2021 - Assistente social, feminina, concurso de 2011

A gente hoje não consegue fazer a socioeducação na maioria das vezes porque a gente não consegue chegar no integral, porque a gente só tem isso! A gente só tem por exemplo: tem que botar o menino na escola, mas você sabe se esse menino tem dificuldade de aprendizado? se ele tem alguma patologia psicopedagógica? Você sabe por exemplo se esse menino não ia para escola por esse menino não tinha dinheiro de passagem? Você sabe se ele não ia pra escola porque a mãe se mudava vezes suficiente pra ele não conseguir ficar em escola nenhuma?

Então, é para além do fazer o que tem que ser feito! fazer o que tem que ser feito ok, a lei diz que ele tem que tá na escola, ok, a lei diz que ele tem que ser cuidado pelos pais, a lei diz que ele tem que ser registrado, a lei diz que ele tem que ser documentado. A lei diz um monte de coisa mais! Quais são as condições reais disso?... o olhar da socioeducação precisa passar por essas etapas né? Ele chegou aqui e nada disso aconteceu antes, então já tiveram muitas outras falhas antes dele chegar aqui, então a sociedade falhou antes dele chegar aqui, a escola falhou, a saúde falhou, a atenção básica falhou, tudo isso já falhou. Ele chegou aconteceu o ato infracional, ele chegou aqui. Então, daqui a gente vai conseguir corrigir todas essas falhas? que não aconteceram agora, esse é o resultado dessas falhas, mas como é que a gente faz? a gente precisa entender como esse processo aconteceu.

O trabalho da gente aqui acaba sendo, quando a gente se propõe a conversar com os meninos em grupo, a conversar com as famílias, a oferecer alguma alternativa para essas famílias, encaminhar para cesta básica, dá algum encaminhamento para rede de saúde, que às vezes também é para família, tentar facilitar um acesso para algum serviço. Isso é socioeducação a partir do momento em que eu estou considerando o todo, enfim...é isso.

A assistente social busca pensar a socioeducação enquanto conceito e enquanto política pública, o que lhe permite uma reflexão maior sobre sua prática. Conceitua a socioeducação como um olhar integral, como um processo, observa a necessidade de outros atores envolvidos ao evidenciar a ausência do Estado. Em sua fala fica claro o não funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos que engloba as áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, educação profissional e esporte para os adolescentes. C entende que a instituição lhe permite fazer um trabalho ditado na lei, mas deixa grandes lacunas na oferta deste serviço quando não lhe dá condições reais para um trabalho mais aprofundado, o que irá proporcionar falhas no atendimento e acompanhamento das demandas dos adolescentes no âmbito do sistema socioeducativo.

C aponta o seu trabalho no Degase como uma tentativa de, de alguma forma, minimizar os efeitos devastadores da sociedade na vida dos adolescentes. Sua posição é clara quanto a necessidade da efetivação da política. Na verdade, o que verificamos na fala de C é um clamor pela corresponsabilidade entre as diversas políticas de atendimento ao adolescente, uma vez que percebe a socioeducação de uma forma ampliada. Do mesmo modo, C aponta a falta da implementação desta política no Degase.

Segunda entrevista... um outro olhar, um sentimento de desamparo

Outro momento outra entrevista. Eu já conhecia a K - auxiliar administrativa, era uma jovem admirável. Quando lhe fiz o convite para a entrevista, sorriu e disse " acho que não tenho muito para falar". Eu sabia que fazia um grande trabalho e queria muito entrevistá-la, foram várias tentativas até K me procurar.

Entrevista, julho de 2021 - Auxiliar administrativa, feminina, concurso de 2011

Um silêncio vindo com um olhar distante inicia sua fala.

Socioeducação para mim é você pegar um adolescente que tudo deu errado, a família falhou, a escola falhou, a sociedade falhou, o Estado falhou, e o menino tá aqui. Eu sei que tem algumas pessoas que são contra a palavra ressocializar, porque você vai ressocializar quem já foi ressocializado, esse menino nem socializado muitas vezes foi, né?

A Socioeducação seria um lugar que desse uma nova oportunidade para esse menino, de fato, e não que piorasse esse menino, ele sai daqui pior do que entrou, isso é fato. O básico a escola não funciona, quando funciona é rodízio, não se aprende nada, uma profissionalização só para dar número. Não existe socioeducação!

Socioeducação, é ensinar, inserir valores éticos, morais, é tentar reformar, sei lá se é essa a palavra, uma personalidade, um caráter, é fazer esse menino

pensar de outra maneira, é dar oportunidade para ele pensar de outra maneira, para ele começar viver de outra maneira, isso não existe aqui dentro.

K compara a socioeducação a um “milagre”, e aponta o Degase como um espaço de violação de direitos. K não vai falar de segurança, mas descreve que a socioeducação não pode ser pensada em um espaço que não propicia ao adolescente o básico que está na lei. Deste modo, é certo que a socioeducação para K inexistente nos espaços intramuros do Degase e externo a este, e é percebido como utopia.

Terceira entrevista... entre vozes e olhares

Estes três depoimentos que se seguem foram retirados de uma roda de conversa realizada com a equipe técnica de uma unidade de internação, contou com a presença de sete integrantes da equipe, assistentes sociais, pedagogas/os e psicólogas/os. Foi um momento muito especial, não é fácil reunir uma equipe dentro de uma unidade “fechada”, mesmo na hora do almoço. Muitas vozes, muitos sussurros. Por vezes o não dito saltavam entre olhares, entre gestos e sorrisos, mas não era possível meu gravador alcançar aquilo que não era falado, apenas minha imaginação fértil abria possibilidades para pensar que o silenciamento muitas vezes é pactuado sem nunca ter sido verdadeiramente falado.

Depois de várias tentativas para iniciar a entrevista, alguém toma a frente, fecha a porta, pede silêncio, e dá o comando. “Podemos começar, pode ligar aí o seu tablet”.

Entrevista, julho de 2021 - Psicóloga, concurso de 1994, entrada em 1998

Complexo... retorno a um outro lugar, e para a gente a única forma de se resgatar e ter uma visão crítica da situação, o conceito é complexo, ele não tá sozinho, tá integrado ao conjunto de outras ações, que envolvem a família, o próprio conhecimento do adolescente, a sua reflexão e reflexão de outros atores também, da rede de garantia de direitos. (...) é um conjunto de forças.

Entrevista, julho de 2021 - Psicólogo, concurso de 2011

A gente fala que é uma política, de uma prática, e toda política envolve vários atores, a gente olha a socioeducação no olhar que o adolescente, ou no máximo a família possa fazer, no sentido de que ele não infrinja novamente, no sentido da prática infracional, ela nos remete a algo que se possa construir seja na área educativa ou social, de cidadania, de direitos, precisamos também repensar esta sociedade que produz esses infratores.

Infelizmente não estamos no universo que deveria estar pra pensar a socioeducação desse garoto né, pensar quais as intervenções em sociedade e garantias de direitos, que a gente possa fazer no sentido de que ali possa ter uma ressignificação daquele lugar, mas que não é só do adolescente, mas daquela sociedade, daquela cultura, naquela temporalidade.

Entrevista, julho de 2021 -Pedagogo, concurso de 2011

Penso que a socioeducação está relacionada a fazer as coisas acontecerem da forma interdisciplinar e que envolva diferentes setores da sociedade, no movimento tanto interno, como externo, de quem garante, de quem é o usuário, é isso né? e como a própria palavra já diz sempre vinculada à questão da educação.

A educação não salva o mundo, muitos tem essa noção romanceada de que basta frequentar, estar na escola que tá tudo muito resolvido, só que de fato se não houver uma integração entre as diferentes áreas e também os diferentes aspectos que envolve o humano a coisa não acontece.

Estes três depoimentos formaram a terceira entrevista, as falas se assemelham, e todos nos convidaram a refletir sobre o conceito de socioeducação de forma ampliada., para além dos muros do Degase, nos espaços de convivência familiar, nas comunidades, nas escolas, e demais espaços institucionais por onde circula o adolescente. Mas de alguma forma sentia a entrevista inacabada, mas era tarde para mais perguntas, tinha avisado antes que seria a última fala, e logo a porta se abriu e todos se levantaram. Minha cabeça fervia, e tudo que eu pensava era no início da entrevista, dos olhares que se entrecruzavam, dos sorrisos tímidos, do não dito. Peguei minhas coisas e sai, carregando perguntas que não terei respostas deste grupo, desta unidade: Mas como trabalhar a socioeducação no Degase? Como trazer tudo isso para o cotidiano? para o momento em que o adolescente se encontra na unidade?

Quarta entrevista... às vezes o impossível acontece!

Tudo aconteceu meio que por acaso, cheguei nesta unidade de semiliberdade, já autorizada pelo diretor, para fazer entrevistas individuais. A psicóloga me sugeriu fazer em grupo, meus olhos brilharam, era mais uma roda de conversa sendo montada, meio que no improviso. Descemos e organizamos tudo a céu aberto. Na unidade não tinha adolescentes por conta da pandemia. Lá estavam todos, diretor, equipe técnica e agentes. Bingo! Era a roda de conversa dos meus sonhos.

Liga o gravador, vamos conversar! na mesa ao lado o cafezinho ajuda a descontrair.

Entrevista, agosto de 2021 - Agente de segurança socioeducativo, masculino, concurso de 1998

Socioeducação, na minha opinião, está começando a mudar depois que o Fachin determinou que você não pode ter uma unidade superlotada, porque até então você tinha um depósito de adolescentes infratores. A socioeducação foi pro ralo há muito tempo, estou falando meu ponto de vista, agora eu estou começando a vislumbrar a possibilidade de realmente se fazer socioeducação,

porque se eu tenho uma unidade que cabe cem adolescentes e tá com trezentos, acabou a socioeducação!

É muito complicado você pegar um adolescente que não teve limites e no máximo em três anos colocar ele como cidadão de bem, eu costumo dizer que a socioeducação, ela trabalha com efeitos e os gestores e governantes não trabalham com uma causa, é complicado porque lá na ponta o que causa o garoto vim pra cá... as políticas sociais são muito fracas, continua sendo a única instituição do governo que sobe a comunidade é a polícia, o que vai acontecer?... o garoto vem para a socioeducação, uma coisa não funciona sem a outra, é muito complicado fazer socioeducação no Brasil, no Rio então é um desafio.

Entrevista, agosto de 2021 - Agente de segurança socioeducativo, masculino, função - diretor, concurso de 1998

Eu vejo socioeducar como disciplinar, só isso, se você não disciplinar já era! Ele vem da rua sem educação, sem nada, e aqui você tem que disciplinar ele, se não disciplinar acabou, ninguém gosta de disciplinar, é difícil, é chato, então a disciplina é o ponto crucial para você educar alguém.

Socioeducar é educar para a sociedade, você faz o tempo todo em casa com seu filho, o tempo todo educando para que? pra ele ir para a sociedade se comportar bem lá, só que em casa a gente faz desde pequenininho aqui não. Aqui você já começa com quatorze anos, teve aquele período ali todinho tudo errado, fazendo o que quer na vida, aí nós temos a função de mostrar para ele como que ele tem que se comportar lá fora, como consegue trabalhar sem disciplina? Você pode ter dez garotos, os dez indisciplinados, não dá...

Entrevista, agosto de 2021 - psicóloga, concurso de 2011

Mas, assim, eu concordo com você que o viés da disciplina permeia, só que não é só ele, a disciplina pode vir a partir de uma conversa, como eu vejo vocês fazendo geralmente, e a gente também né! Porque hoje em dia a palavra disciplina vindo de vocês, às vezes é interpretada como violência, que não é, às vezes sabe, às vezes, se dá um outro sentido, então assim... O Degase é um órgão que vai fazer a ressocialização, mas isso aqui tá muito difícil porque a gente não tem políticas nenhuma lá fora, então a gente não tem que receber aqui garoto que não tem certidão de nascimento.

Os três depoimentos acima, constituíram a quarta entrevista. O primeiro entrevistado iremos denominar de E1, o segundo de E2 e o terceiro de E3.

E1 entende que para a socioeducação ocorrer é preciso ter unidades com poucos adolescentes, e dá ênfase à lotação das unidades socioeducativas que foram uma realidade até 2019. Com a decisão do STF e com a pandemia da covid o quadro se modificou. Diante deste novo cenário, este profissional demonstra uma esperança em conseguir um trabalho mais próximo do que as leis apregoam. Contudo outros problemas surgiram advindos desta decisão, com a criação de regulação de vagas no Degase, os adolescentes passaram a serem alocados distantes de suas residências, o que infringe tanto o ECA e o SINASE como a própria decisão do STF.

E1 também pontua a falta de investimento no sistema socioeducativo, e lembra que “há dez anos atrás” falava-se em construir unidade para diminuir a superlotação, mas que nada foi feito. Em 2 de junho de 2021 o governo do estado do Rio de Janeiro e o Ministério Público assinam o projeto de ampliação e interiorização do Degase. “O documento prevê que o Estado crie, dentro e fora da Capital, 15 unidades de internação, três de semiliberdade, e três Núcleos de Atendimento Integrado”. Este documento é um aditamento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com o MP em 2006, que pouco saiu do papel. Quinze anos depois, o Governo continua a tentar dar conta das propostas de 2006, como afirma E1 em sua entrevista.

E2 liga a socioeducação diretamente a disciplina, aponta a disciplina como um dos principais vetores para o convívio social. Diante da fala de E2, remeto-me de imediato ao “poder disciplinar que fabrica corpos disciplinados, submissos, dóceis” de Michel Foucault em seu célebre livro *Vigiar e Punir*, quando sou capturada pela fala de E3.

E3 apresenta preocupação para que a fala do colega não seja interpretada como um ato de violência, toda sua preocupação tem grande sentido uma vez que a mídia rotineiramente coloca o agente de segurança socioeducativo no lugar de agressor, e em algumas pesquisas acadêmicas estes profissionais são constantemente associados a comportamentos violentos.

Muitos profissionais dedicaram parte da sua vida a transformar o Degase em um verdadeiro espaço socioeducativo, outros desistiram, outros sequer tentaram, mas muitos ainda resistem. É possível perceber nas falas um saber construído na relação direta com o adolescente, no cotidiano institucional, assim como em muitas falas se percebe um saber adquirido também na universidade. De uma forma ou de outra, os profissionais demonstram algum conhecimento acerca da socioeducação, apesar de relatarem impossibilidade na execução desta política em sua totalidade nos espaços institucionais do Degase, e até mesmo descrença, mostraram, em suas narrativas, impasses e apontaram caminhos prováveis. Também apresentaram algumas definições para a socioeducação.

Esta é apenas uma parte da pesquisa, mas já nos permite uma reflexão sobre o trabalho socioeducativo, suas fragilidades, violações de direitos de servidores e adolescentes. Nos permite participar das angústias, desamparo e sofrimento dos servidores. Mas também nos propicia verificar suas esperanças de um dia vê a política socioeducativa verdadeiramente efetivada.

Referências

FREITAS, Sônia Maria de. História oral: possibilidades e procedimentos. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006. 142 p.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar - 2. ed., 4a reimpressão. - São Paulo : Contexto, 2015.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Uma breve discussão sobre ensino e teoria da história a partir da concepção de tempo na pedagogia Freiriana

Elisa Defelippe Durso Martins Silveira¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa doutorado, cujo título é: “Pros moleque da quebrada, um futuro mais ameno”: reflexões sobre o ensino de História, a juventude e o tempo”, em andamento. Assim começamos indicando que Paulo Freire foi um importante intelectual brasileiro que propôs uma pedagogia crítica na qual o educando fosse envolvido no processo de aprendizagem, algo inovador tanto para os anos 60, quando foi lançado, quanto para os dias de hoje. É um autor com uma vasta obra que envolve muitas temáticas em torno da educação. Portanto, fazer um recorte do que nos interessa, dentro do universo freiriano, se faz necessário. Pretendemos selecionar, a partir de quatro livros, algumas passagens nas quais, em certa medida, é possível perceber um diálogo com a teoria da História a partir da discussão sobre o *tempo*, quando, então, desenvolvemos nossas percepções sobre as contribuições de Paulo Freire para o ensino da História

Nossa seleção começou pelo seu livro mais antigo, escrito em espanhol, enquanto morava no Chile, exilado pelo governo militar brasileiro (1964/85): *A Pedagogia do Oprimido (1967)*. Sua tradução demorou alguns anos para chegar ao Brasil e, sob diversos aspectos, é possível afirmar que ainda não alcançou todas as escolas brasileiras. É um dos seus livros mais publicados e, não só, mas também por isso, não poderia faltar neste artigo. As diferenças entre a *educação bancária* e a *educação problematizadora* são fundamentais para entender a lógica freiriana de educação popular e, por terem sido desenvolvidas neste livro, serão aproveitadas neste artigo.

O segundo livro utilizado será *Pedagogia da Esperança (1992)*, aquele em que Paulo Freire, mais de 20 anos depois, retoma e desenvolve importantes pontos do

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP aprovada com o projeto, cujo título é: "Pros moleque da quebrada, um futuro mais ameno", sob orientação do Dr. Luís Reznik.

*Oprimido*², demonstrando que refletiu sobre as críticas endereçadas a ele, ao mesmo tempo em que expõe os bastidores da produção de seu livro mais publicado. A *esperança problematizadora* que transforma *indivíduos-objetos* em *sujeitos-históricos* proposta por Freire nesses dois livros (que formam uma espécie de “dobradinha”) nos é fundamental, já que falar de esperança é também falar de expectativas com base nas experiências vividas, já que envolve as relações entre o passado, o presente e o futuro.

Em *Pedagogia da Autonomia* (1996), seu último livro, escrito um ano antes de seu falecimento, Freire se dispõe a conversar com educadores brasileiros, em um tom ainda mais afetuoso e próximo de seus leitores do que nos livros anteriores. *Autonomia* é uma espécie de manual básico sobre educação no qual, página a página, o autor se propõe a desenvolver a sentença: *ensinar exige...* São quase 30 exigências, mas vamos nos ater a três aspectos listados: *consciência do inacabamento* (1996, p. 50), *convicção de que a mudança é possível* (idem, p. 72) e *tomada consciente de decisões* (idem, p. 109), pois são os que, de maneira direta, dialogam com o *tempo*.

Conscientização (2016), o quarto livro selecionado talvez seja o menos conhecido dos aproveitados nesta discussão, mas nem por isso o menos importante. Ele foi escolhido por dois grandes motivos: primeiro porque é aqui que Paulo Freire desenvolve com mais detalhes seu método de alfabetização popular, método esse criado e testado em diversos lugares do mundo, inclusive no Brasil, na famosa experiência de Angicos (RN). Segundo porque ele desenvolve sua visão do conceito *conscientização*, muito mais do que uma tomada de consciência, como veremos, que é indispensável para entendermos o papel revolucionário da educação como agente de transformação social. Onde há transformação, há mudança e podemos medir o *tempo* a partir delas.

A importância de Paulo Freire para a educação brasileira é posta, mesmo que precisemos politicamente reafirmá-la. Apesar da riqueza intelectual de sua obra, ele não é, nem se propõe a ser, um historiador ou sociólogo. Ainda assim, é possível perceber possíveis contribuições para as ciências humanas como um todo, mas especificamente para o ensino e para a teoria da História a partir de um elemento essencial do debate historiográfico: o *tempo*. Neste artigo, portanto, nos atrevemos a buscar dentro da pedagogia freiriana maneiras de refletir sobre as relações complexas que os seres humanos constroem a partir da sua interação com o passado, o presente e o futuro.

² Com o intuito de tornar a leitura mais leve, com a certeza de que são nomes reconhecidos pelos leitores, os livros de Paulo Freire citados ao longo do artigo serão abreviados e grifados: *Oprimido*, *Autonomia*, *Esperança* e *Conscientização*.

II O tempo como um fenômeno social e histórico

Existem muitas maneiras de perceber que o tempo passa. Observar a natureza e perceber seus ciclos, assim como conhecer o calendário e a rotina escolar, são estímulos dados às crianças, na escola, desde os anos iniciais do ensino fundamental. Antes mesmo de completar a alfabetização, já existe uma preocupação formal em refletir com os educandos sobre as noções sobre o passado-presente-futuro. Ao longo da vida escolar, é nas aulas de História que esse estímulo vai se tornando mais complexo. Por mais que não seja formalmente evidenciado, que sua relevância seja verbalizada, o tempo é o grande motor das aulas de História. Seja ao estudar a época dos faraós ou ao estudar os ventos democratizantes da Constituição de 1988, por exemplo, o que estamos propondo efetivamente é refletir sobre como o passado foi vivido, o que percebemos do presente nele e o que mudou.

Não é, no entanto, apenas nas aulas de História que os indivíduos escolarizados lidam com o tempo em suas vidas, afinal, ele é um elemento do cotidiano de todas as pessoas. Desde nos organizarmos em agendas (mesmo as virtuais!) até olhar para o céu para saber se já é hora de parar ou começar uma atividade, existem muitas formas de fazer uso do tempo. Como professores, poderíamos de diferentes formas marcar que uma tarefa acabou: seja ao conferir o relógio, olhar para a janela, seja ao pensar “Oba, daqui a 5 provas eu acabo de corrigir essa pilha!”.

Isso acontece porque fundamentalmente a maneira que nos relacionamos com o tempo, a maneira que conseguimos perceber a existência dele em nossas vidas, é medindo; seja por unidade de medidas convencionais (horas, dias, anos, minutos...), seja pela natureza (olhar para o céu), seja por medidas pessoais (cinco provas restantes). O tempo é, pois, um fenômeno natural, mas é também um fenômeno social, compartilhado e ensinado pelos que chegaram antes aos que chegaram depois e por isso ele é construído de fora para dentro. Contudo, ele também é sentido individualmente, de dentro para fora – como no exemplo das provas a serem corrigidas por professores. Sobre essa discussão que pode parecer simples, mas ganhará tons mais complexos, Elias afirma que:

A particularidade do tempo está no fato de que se utilizam símbolos – hoje em dia, símbolos essencialmente numéricos – como **meios de orientação no seio do fluxo incessante do devir**, e isso em todos os níveis de integração, tanto física quanto biológica, social e individual. [...] **o que um relógio comunica, por intermédio dos símbolos inscritos em seu mostrador, constitui aquilo a que chamamos tempo**. Ao olhar o relógio, sei que são tantas ou quantas horas, **não apenas para mim, mas para o conjunto da sociedade a que pertencço**. Além disso, **os símbolos legíveis no mostrador me dão**

informações sobre diversos aspectos e do devir cósmico, como, por exemplo, a posição recíproca do sol e da terra na sucessão ininterrupta dos seus movimentos. Eles me informam se é dia ou noite, manhã ou tarde. O tempo tornou-se, portanto, a representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas sequências de caráter individual, social ou puramente físico. (1997, p. 16-17, grifo nosso)

Partimos do pressuposto, sendo assim, que o tempo – ou o “fluxo incessante do devir” – é uma categoria natural, social e política. No entanto, o tempo também é histórico.

Para pensar o *tempo histórico*, utilizaremos as categorias meta-históricas *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* criadas pelo sociólogo alemão Reinhart Koselleck (2006, 2014). Segundo ele, a “experiência” é um “passado atual”, categoria formada por eventos que aconteceram e que podem, por isso, ser lembrados. A expectativa é um “futuro presente”, aquilo que não foi experimentado e, por isso, pode ser revisto. São categorias não hierarquizadas e que não podem ser pensadas de maneira isolada uma da outra.

As “experiências” (ou recordações) e “expectativas” (ou esperanças) são condições para histórias possíveis, o que não significa que uma condicione a outra. Para Koselleck, “é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico” (2014, p. 313).

Koselleck afirma que o espaço de experiência ou as recordações formam um “passado atual” (2014, p. 311), ou seja, constituído por acontecimentos que foram incorporados ao longo da existência do indivíduo e que podem ser lembrados ou não por ele. Por isso, o autor escolhe a expressão “espaço”, porque o passado é um aglomerado de lembranças, é a nossa história vivida. As recordações formam, portanto, extratos de tempos superpostos. É interessante a análise que o autor faz sobre o passado quando diz que ele não está organizado de maneira cronológica na cabeça das pessoas, pois

Tem sentido dizer que a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos extratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois. Não existe uma experiência cronologicamente mensurável – embora possa ser datada conforme aquilo que lhe deu origem –, porque a cada momento ela é composta de tudo o que se pode recordar da própria vida ou da vida de outros. (2014, p. 311)

É do conflito e da tensão entre o vivido – o passado, a recordação – e o que se quer viver – o futuro, a esperança – que resulta o tempo histórico. Para Koselleck, um novo tempo histórico se forma quando há uma quebra da expectativa, isto é, o que

conhecemos já não é suficiente para entender o que acontecerá. O futuro não é, pois, determinado.

Outra chave aberta por Koselleck gira entorno de que a maneira como essas categorias – “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” – se relacionam muda ao longo do tempo. Sua tese é ilustrada a partir de alguns exemplos históricos relacionados ao advento da modernidade. Segundo ele,

A diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então. (koselleck, 2014, p. 314)

Nesse sentido, a modernidade se constitui, efetivamente, num novo tempo histórico, pois as experiências que serviam como base para lidar com os desafios da expectativa não mais servem. Em outras palavras: o conhecimento que as pessoas mais experientes possuíam sobre o passado constituíam repertório suficiente para guiar a forma como todos do grupo deveriam lidar com o futuro; porém, isso muda com a modernidade, com o que o autor chama de “progresso”. Ainda segundo Koselleck,

[...] as expectativas para o futuro se desvincularam de tudo quanto as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer. E as experiências novas, acrescentadas desde a colonização ultramarina e o desenvolvimento da ciência e da técnica já não eram suficientes para servir de base a novas expectativas para o futuro. A partir de então o espaço de experiência deixou de estar limitado pelo horizonte de expectativa. Os limites de um e de outro se separaram. (Koselleck, 2014, p. 214)

Logo, antes da modernidade, as experiências do passado eram suficientes para projetar o futuro. O sujeito era passivo, posto que suas atitudes pouco influenciavam a mudança do curso da vida, ditado pelas classes sociais. Com o advento da modernidade, a partir do processo de separação entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas, o passado não era mais suficiente para dar conta de entender o que estaria por vir. As mudanças eram muito mais rápidas do que os mais experientes conseguiam entender. Os indivíduos passaram a acreditar que eram responsáveis pelas mudanças em suas vidas, não mais, apenas, as classes sociais. A ideia positiva de futuro, de um futuro que pode ser diferente, pois pode ser construído de uma forma inovadora, marca a concepção moderna de História. Desse modo, Freire fundamenta grande parte de sua pedagogia nessa premissa: a da possibilidade de mudar o futuro a partir das ações dos indivíduos.

Veremos, assim, que é possível criar relações entre o pensamento de Freire e o de Koselleck, na medida em que ambos mobilizam duas questões muito importantes no estudo do tempo: a necessidade da mudança (afinal, medimos o tempo a partir do que mudou ou daquilo que permaneceu), assim como a da imprevisibilidade do futuro, assuntos que desenvolvemos adiante. Em *Conscientização*, Freire se arrisca a teorizar sobre História e utopia ao explicar o que entende por tempo histórico quando afirma que

Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico. A utopia exige o conhecimento crítico. É um ato de conhecimento. Eu não posso denunciar a estrutura desumanizante se não a penetro para conhecê-la. Não posso anunciar se não conheço, mas entre o momento do anúncio e a realização do mesmo existe algo que deve ser destacado: é que o anúncio não é anúncio de um anteprojeto, porque é na práxis histórica que o anteprojeto se torna projeto. É atuando que posso transformar meu anteprojeto em projeto; na minha biblioteca tenho um anteprojeto que se faz projeto por meio da práxis e não por meio do blábláblá. Além disso, entre o anteprojeto e o momento da realização ou da concretização, há um tempo que se denomina tempo histórico; é precisamente a história que devemos criar com nossas mãos e que devemos fazer; é o tempo das transformações que devemos realizar; é o tempo do meu compromisso histórico. (2016, p. 58 e 59)

Para Freire, a História acontece por meio das ações dos sujeitos no mundo. O fato de podermos transformar o mundo e termos consciência disso nos torna sujeitos históricos. Conscientizar é, portanto, entender a realidade para transformá-la. É importante enfatizar a questão da *práxis*³ freiriana, pois, muitos autores⁴ utilizam essa categoria – conscientização – em seus estudos. Para Freire, no entanto, conscientizar vai além do entender a realidade. É a tomada de consciência com criticidade, o que leva necessariamente a ação. Por isso sua pedagogia é tão fundamental: apenas a partir de uma educação problematizadora que tem como compromisso a prática da liberdade é que sujeitos efetivamente se conscientizam. Apenas tomando consciência da opressão é que os oprimidos podem querer mudar a realidade, tornando-se sujeitos da própria história. Para Freire, o *tempo histórico* é, portanto, o tempo da ação dos homens no mundo.

O que nos faz sujeitos históricos, portanto, apresenta íntima relação com o tempo! Para desenvolver ainda mais esse ponto, é preciso fazer uma pequena digressão e explicar as duas concepções de educação dicotomicamente apresentadas por Freire: a educação *bancária* e a educação *problematizadora*. A educação bancária é aquela cujo educador

³ Entendendo práxis como ação transformadora, que só se transforma pois há reflexão, resumidamente, “ação-reflexão” (Idem, p. 56)

⁴ O conceito de conscientização foi criado por uma equipe de professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, em 1964 (Idem, p. 55).

deposita nos educandos os conteúdos, sendo, dessa maneira, imposta. Nela, os educandos são obrigados a terem uma posição passiva no ato de aprender. Por exemplo, as típicas aulas expositivas em que o professor fala, fala, fala, e o aluno anota, anota e anota sem que o conhecimento tenha necessariamente sentido para ele. Nas avaliações serão feitas perguntas em que a resposta se baseia na capacidade de memorizar e repetir exatamente o que lhe foi passado. O conhecimento é depositado (do professor para o aluno), por isso a metáfora com “bancos”. Já a educação problematizadora proposta por Freire é aquela em que educandos e educadores aprendem juntos. Para tal é importante o respeito ao mundo do educando e o incentivo à transformação da sua *criatividade ingênua* em *criatividade epistemológica*. Note que sempre existe o estímulo à curiosidade no processo de produção do conhecimento.

Enquanto a concepção “bancária” dá ênfase à permanência, a concepção problematizadora reforça a mudança. Desse modo, a prática “bancária”, implicando o imobilismo a que fizemos referência, se faz reacionária, enquanto a concepção problematizadora, que, não aceitando um presente “bem-comportado”, não aceita igualmente um futuro pré-datado, enraizando-se no presente dinâmico, se faz revolucionária. A educação problematizadora, que não é fixismo reacionário, é futuridade revolucionária. Daí que seja profética e, como tal, esperançosa. Daí que corresponde a condição dos homens como seres históricos e a sua historicidade. (FREIRE, 1967, p. 102)

O “presente dinâmico” está, pois, intimamente conectado ao processo de conscientização já explicado. A ideia de *futuridade revolucionária*, de não aceitar o futuro com algo previamente determinado, por isso passível de mudanças, é fundamental para entender o pensamento de Freire. É entender a importância da utopia e da esperança como lugares de afeto para o educador comprometido com a educação problematizadora.

Freire defende de forma até repetitiva, ao longo de toda a sua obra, esse aspecto fundamental do futuro, o direito a não ser pré-determinado. A ideia de que “o futuro não é inexorável”, pode ser lido várias vezes ao longo de sua obra, em diferentes matizes, como na *Autonomia*, onde afirma que

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade. (1996, p. 53)

A certeza de que o futuro já está dado, tendo em vista a realidade, é negar a capacidade de transformação dos indivíduos e da sociedade. É, para ele, a negação da

História. O que não significa ignorar as condições socioeconômicas existentes, bastante determinantes da maneira como os seres humanos performam no mundo. Afinal, Freire defende o respeito ao mundo do educando, respeito ao seu direito de ser quem se é. A sua grande sacada é apostar na possibilidade da mudança. Afinal, educar exige esperança, como falaremos adiante. Se não há espaço para mudar, o ser humano é um objeto – que não cria relações com o mundo – e não sujeito. Em um evidente diálogo com a teoria da História, afirma, no *Oprimido*, que

Através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres histórico-sociais. Porque, ao contrário do animal, os homens podem tridimensionalizar o tempo (passado-presente-futuro) que, contudo, não são departamentos estanques. Sua história, em função de suas mesmas criações vai se desenvolvendo em permanente devenir, em que se concretizam suas unidades epocais. Estas, como o ontem, o hoje e o amanhã, não são como se fossem seções fechadas e intercomunicáveis do tempo, que ficassem petrificadas e nas quais os homens estivessem enclausurados. Se assim fosse, desapareceria uma condição fundamental da história: sua continuidade histórica. (1967, p. 128)

Os homens podem tridimensionalizar o tempo, e isto nos separa dos animais, nos faz seres histórico-sociais. A vida do animal é atemporal, pois não existe um antes-durante-depois. É nas aulas de História, que as relações com o tempo são sistematizadas e aprofundadas. É, nas aulas de História, que nos tornamos ainda mais conscientes de nossa humanidade, já que os animais vivem em um “presente esmagador” e são, portanto, “a-históricos” (Idem, p. 123). Animais não podem tomar decisões baseadas no conhecimento dessas dimensões. Eles não conseguem, por exemplo, guardar comida para depois (ou são dos esfomeados que comem até passar mal ou comem o que comem sempre, por rotina). Eles podem ter marcas do passado e não querer, por exemplo, passar por uma rua onde foram atacados, mas de forma instintiva e não racional. Não somos exatamente especialistas em animais, assim como Freire não o é, mas é possível entender seu ponto: nós, seres humanos, não vivemos em um eterno durante porque as coisas mudam e podem mudar a partir das nossas ações no mundo. Vivemos, pois, em um presente dinâmico e criamos relações com esse presente baseadas, aqui acrescentamos, nos nossos *espaços de experiência e horizontes de expectativa*, resgatando o pensamento de Koselleck.

Como já foi dito, o que nos faz sujeitos históricos possui íntima relação com o tempo. Vamos, adiante, desenvolver a importância da esperança para Freire.

III “Onde há vida, há inacabamento”⁵: o tempo vivido, o ensino de História e a esperança freiriana

Perceber que os seres humanos crescem e amadurecem, nascem bebês e vão se tornando adultos, envelhecem e morrem (se o ciclo vital não for interrompido antes), é uma forma de materializar a passagem do tempo, o chamado *tempo vivido*. Segundo Bittencourt,

O tempo vivido é também o tempo biológico, que se manifesta nas etapas de vida da infância, adolescência, idade adulta e velhice. Na nossa sociedade, o tempo biológico é marcado por anos de vida, geralmente comemorados nas festas de aniversário, e evidenciado em idades bem delimitadas, que possibilitam a entrada na escola, na vida adulta – a maioridade –, o direito de votar, de dirigir automóveis, o alistamento militar... Em culturas indígenas, as passagens do tempo biológico, embora não sejam delimitadas por idades, tem marcas ritualisticamente importantes, realizadas por cerimônias que indicam as fases de crescimento e de novas responsabilidades perante a comunidade. O tempo vivido é percebido e apreendido por todos os grupos e sociedades e, evidentemente, está associado aos dois polos da vida: o nascimento e a morte (BITTENCOURT, 2001, p. 200).

O tempo vivido marca, portanto, o amadurecimento do ser humano. Por mais que ele seja forjado a partir de marcos biológicos, também é socialmente construído. Afinal, o tratamento que damos aos mais velhos, os rituais fúnebres, as marcações e formas de contar (ou não) os anos são exemplos de como, a depender da sociedade e da época, o tempo vivido pode ser concebido de diferentes formas.

Paulo Freire, mesmo sem fazer uso direto da expressão “tempo vivido”, traz importantes desdobramentos acerca desse conceito, quando nos apresenta a relação entre os seres humanos e o mundo. Para ele, uma das coisas que nos diferencia dos demais animais é ter a consciência de que ainda não estamos totalmente prontos, ou seja, ao longo da vida e ao interagir com o mundo, podemos nos transformar. Tal compreensão, ele nomeia como “crença do ser que se sabe inacabado”.

Homens e mulheres, ao longo da história, vimo-nos tornando animais deveras especiais: inventamos a possibilidade de nos libertar na medida em que nos tornamos capazes de nos perceber como seres inconclusos, limitados, condicionados, históricos. Percebendo, sobretudo, também, que a pura percepção da inconclusão, da limitação, da possibilidade, não basta. É preciso juntar a ela a luta política pela transformação do mundo. A libertação dos indivíduos só ganha profunda significação quando se alcança a transformação da sociedade. (1992, p. 138)

⁵ FREIRE, 1996, p. 50.

É preciso refletir sobre essa interação dos homens com o mundo. Caso não se faça de forma *consciente* – compreendendo *conscientização* como o conceito freiriano que deve ser entendido como um processo de profunda reflexão da realidade cuja consequência direta é a transformação da mesma – está comprometida. É função da educação problematizadora promover, justamente, essa busca pela conscientização dos indivíduos. Nesta passagem, Freire relaciona o papel dos seres humanos na História com a importância de sua pedagogia reflexiva e transformadora da realidade ao afirmar que

Se quisermos, em outras palavras, que ele faça história, em vez de ser levado por elas, e – sobretudo – tenha uma participação ativa e criativa nos períodos de transição (períodos particularmente importantes, pois exigem opções fundamentais, escolha vitais para o homem), se por isso que queremos, é indispensável preparar um homem para tanto, mediante uma educação autêntica: uma educação que liberta, não uma educação que molda, doméstica, subjuga. Isso obriga que se revejam completamente os sistemas tradicionais da educação, seus programas e métodos. O homem só pode participar ativamente da história, da sociedade e da transformação da realidade se for ajudado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade de transformá-la. (2016, p. 75)

Uma educação problematizadora permite que os seres humanos façam História e “não sejam levados por ela”. Em outras palavras, os educandos que experienciaram uma educação efetivamente problematizadora vivenciam o tempo histórico de forma consciente. Veja o quão importante é o papel do educador como agente de transformação da sociedade, para Freire, que possui uma visão extremamente otimista não só do futuro, mas também dos seres humanos e de como deve ser a relação entre educadores e educandos.

A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria História, mas puro determinismo. Só há História onde há tempo problematizado e não pré-dado. A inexorabilidade do futuro é a negação da História. [...] Daí que uma das nossas brigas como seres humanos deva ser dada no sentido de diminuir as razões objetivas para a desesperança que nos imobiliza (1996, p. 72 e 73)

A educação problematizadora – e aqui podemos assumir um ensino de História problematizador – tem como uma de suas missões despertar nas crianças e nos jovens a sua função ontológica, a de se entender enquanto sujeito e não objeto (2016, p. 67). A de espantar a “desesperança que nos imobiliza”.

Entretanto, como nossos alunos da educação básica se apropriam das relações entre o passado, o presente e o futuro? Eles se percebem, tal qual Freire propõe em sua

pedagogia, sujeitos históricos? Pode-se intervir no mundo e mudar o rumo da história?⁶ Segundo, o artigo “*A total dúvida sobre o amanhã e o desafio de ensinar história: concepções de tempo na produção textual de alunos*” (PENNA, 2017), não.

Nesta pesquisa, alunos do 8º ano do ensino fundamental de uma pequena escola particular de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, foram convidados a pensar sobre como percebem o tempo. Para entender o que pensavam aqueles adolescentes foi distribuído um material didático em que existia um diálogo entre duas crianças. As crianças conversavam, a partir de questões do tempo presente, sobre o futuro. Sendo que um deles tinha uma visão otimista e o outro pessimista do que está por vir. Os alunos deveriam continuar o diálogo apoiando ou discordando de um dos dois pontos de vista. O que os pesquisadores queriam captar era, independentemente do entendimento a ser “defendido”, se os estudantes se perceberem enquanto agentes de transformação, isto é, se eles identificavam que suas ações eram determinantes para o futuro, seja ele promissor, seja ele desolador.

Apesar de não ser o objetivo inicial da pesquisa, a maior parte dos alunos defenderam um futuro ainda pior que o presente. Tal futuro era fatalmente ruim por motivos, como “consumo desregrado de recursos naturais, apocalipse zumbi, a falta de água, o aquecimento global, o terrorismo e a corrupção” (2017, p. 84). A pesquisa também concluiu que dos 25 educandos, 19 possuíam uma visão pré-determinada do futuro, isto é, apenas 6 deles percebiam que podiam contribuir para um futuro diferente do presente que estavam vivendo.

Desde o início do artigo, Penna demonstra certa perplexidade com o fato de que a maior parte das respostas indicavam um futuro que, de tão assustador, não poderia ser evitado (Idem, p. 73). Além de “extremamente fatalista” esta visão era também deveras “essencializada” (Idem, p. 96). Essencializada no sentido de não conseguir descentrar e perceber outras possibilidades a serem construídas.

Não era nossa intenção, assim como não era a da pesquisa, julgar a maneira como o professor de História daquela turma ensinava. No entanto, essa pequena amostra traz algumas provocações interessantes sobre o papel do ensino de História na educação básica. Se, alunos tão jovens, essencializar tanto o tempo a ponto de não perceberem a

⁶ Essas questões, de certa forma, tangenciam o tema da minha pesquisa iniciada no mestrado e que pretendo aprofundar no doutorado: a maneira como jovens de diferentes escolaridades apreendem o tempo.

transitoriedade das coisas, estamos desenvolvendo a capacidade de historicizar os processos em nossos alunos?

A essencialização de uma suposta natureza humana, especialmente sendo ela negativa, impossibilitaria a mudança dos rumos escolhidos pela humanidade e uma visão alternativa para o futuro terrível que nos espera. Se a experiência presente repetir-se-á no futuro, não há possibilidade de tempo histórico (Idem, p. 90).

Para Penna, assim como para Freire, negar as possibilidades do futuro é negar a História. Afinal, se não há mudanças, se o futuro já está determinado, como chegamos até onde estamos hoje? Nossos alunos deveriam estar aprendendo, a partir do estudo do passado, sobre aquilo que permanece, mas também sobre o que se modificou ao longo das épocas. Além disso, a falta de descentração nos indica uma falha grave na percepção de que vivemos diferentes tempos históricos em uma mesma época. É preciso despertar nos alunos a capacidade de perceber que as coisas mudam, não ignorando as condições materiais que os cercam, mas também por causa delas.

O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isto reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica. A professora democrática, coerente, competente, que testemunha seu gosto de vida, sua esperança no mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para a modificação da realidade, a maneira consistente com que vive sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa de ser autenticamente vivido. (FREIRE, 1996, p. 112 e 113)

Concordamos com Penna quando afirma que a saída desse dilema passa por “construir com os alunos o valor da responsabilidade, baseada na nossa possibilidade de mudar a história” (2017, p. 97), ampliando “as experiências poderia ajudá-la a perceber outros futuros possíveis e a aumentar suas expectativas, a agregar outras experiências”, numa evidente relação com as categorias criadas por Koselleck e já tratadas nesse texto.

IV Considerações finais

Reler a obra de Paulo Freire com a finalidade de registrar todas as passagens em que ele menciona sobre o tempo a fim de entender como a teoria da História se revelava foi um instigante exercício intelectual que uniu dois dos nossos maiores interesses na pesquisa sobre o ensino de História. Utilizamos como referencial teórico dois influentes sociólogos, Elias e Koselleck, mas concentramos nossas discussões no último citado.

Faz-se necessário pontuar que as possíveis relações entre esses intelectuais e Freire apresentam alguns pontos em comum, como aqui tratamos, mas também muitos

afastamentos. Nosso objetivo não passava por compará-los, afinal, Freire é um educador entusiasmado e que tem como propósito incentivar novos educadores a repensarem a própria prática. A esperança freiriana, muito discutida neste artigo, é o motor da educação. Freire pretende convencer seus leitores da importância de acreditarmos em um futuro a ser construído por nós. Koselleck, por sua vez, analisa as concepções de História ao longo da História, sem a intenção de convencer ninguém de que exista um melhor formato a ser vivido. No entanto, é possível perceber que o otimismo freiriano, tão necessário à prática docente, encaixa no que Koselleck define como concepção moderna de História. Freire é, pois, fruto do seu tempo.

Historicizar Paulo Freire de forma alguma invalida a sua contribuição intelectual, muito pelo contrário. Uma das dificuldades em escrever esse artigo é porque sou assumidamente entusiasta da pedagogia freiriana, sendo, portanto, difícil analisar sua contribuição teórica sem me envolver com o objeto. Ou melhor, sem defender a importância do objeto da pesquisa para a prática docente. Não que nós, historiadores precisemos ser distantes do objeto tal qual entendiam os positivistas do início da pesquisa histórica. Mas consideramos conveniente assinalar, ao menos nas considerações finais, que compactuamos com a ideia de que cabe ao educador estimular nos educandos a possibilidade de intervir no curso da História, tal qual Freire tanto nos alertou.

Como vimos, um dos pilares da pedagogia freireana é o fato de que o ser humano é o único animal que tem consciência que não vive um eterno presente, já que, ao interagir com o mundo, pode mudar. No entanto, uma pesquisa relativamente recente nos mostrou que nem todos os jovens entendem e vivenciam essa consciência do inacabamento, uma vez que possuem uma visão fatalista do futuro. Será que as visões modernas do tempo, defendidas por Freire e Koselleck, perderam seus espaços no atual contexto brasileiro? Será que o pesquisador do ensino de História deve ampliar seu referencial teórico utilizando autores que percebem que, desde a 2ª Guerra Mundial, vivemos um novo tempo histórico cujo progresso não é enxergado?

Por outro lado, é importante pensarmos sobre como estamos ensinando História aos nossos alunos. Será que partilhamos, em nossas salas de aula, de uma pedagogia efetivamente problematizadora? Será que nossos alunos e nossas alunas percebem que nós, educadores, acreditamos que eles são efetivamente seres inacabados? Sujeitos históricos que atuam no mundo?

Será que, se a nossa educação fosse efetivamente problematizadora, nossos alunos teriam uma visão tão pessimista do futuro?

Vivemos tempos muito difíceis nos quais a desesperança está ganhando espaço. A falta de confiança nas instituições políticas, a crise econômica, o avanço de ideias conservadoras (no Brasil e no mundo) provavelmente contribuem para a sensação em nossos jovens de imobilismo em relação ao futuro, denunciada na pesquisa em questão. Pretendo desenvolver a minha tese no sentido de entender melhor como os jovens apreendem o tempo, a partir de outras premissas, ampliando o referencial teórico e o escopo dos jovens entrevistados. Nesse sentido, este artigo representa um esforço inicial e está longe de esgotar os dilemas sobre o tempo e ensino de História na educação básica. No entanto, algumas das provocações aqui levantadas são importantes não só para pensar a obra de Paulo Freire mas também sobre como estamos vivenciando a nossa prática docente e como os nossos alunos entendem a História.

Referências

- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança** – um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo, Paz e Terra: 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra: 1996.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUC-Rio, 2014.
- PENNA, Fernando. A total dúvida sobre o amanhã e o desafio de ensinar história: concepções de tempo na produção textual de alunos. In: **História e Perspectivas**. Uberlândia: 2015, p. 71-97.

A Revolução industrial costurada à mão: o uso do têxtil no ensino de História

Erica Barros de A. Araújo¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista FAPERJ

1. Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa, cujo título é: “Os Usos Políticos do Patrimônio Chileno da Arpilleria pelas Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)”, em andamento. Assim começamos indicando que, a ideia deste artigo surgiu a partir da experiência pedagógica da autora com o uso de tecido e a técnica da costura em uma escola municipal no bairro da Maré, região norte do Rio de Janeiro no final do ano de 2021. Inspirada no saber-fazer da *arpilleria* chilena, foram confeccionadas três tapeçarias em três turmas de oitavo ano.

Pensando nas transformações desencadeadas a partir do advento do modo de produção industrial, tanto no espaço físico da favela como nas subjetividades, o uso da manualidade buscou subverter o território escolar enquanto simulacro do espaço fabril através do fazer coletivo e criativo dos alunos. Mais do que estabelecer uma narrativa acerca da Revolução Industrial, que é perpassada pela linearidade, buscou-se através de um deslocamento discursivo baseado na utilização do modo de produção artesanal a realização de uma cartografia sobre tecido evidenciando as mudanças produzidas no espaço urbano da favela que foram percebidas pelos estudantes.

O signo escrito, código predominante na cultura escolar evidencia entre outros fatores um afastamento da materialidade como instrumento de cognição, característica de uma fase concreta, na qual a criança apreende o mundo anteriormente ao ato de nomeá-lo através da dimensão sensível de sua corporalidade. O texto escrito, base do trabalho do historiador e herança positivista é atravessado pela cultura hegemônica europeia que durante mais de um século predominou na historiografia desde sua fundação como ciência no século XIX, sendo ainda o tipo de fonte corrente nos dias

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP aprovada com o projeto, cujo título é “Os Usos Políticos do Patrimônio Chileno da Arpilleria pelas Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)”, sob orientação do Dr. Luís Reznik, bolsista FAPERJ.

atuais para o ofício. Paulo Freire dizia que antes de aprender mecanicamente a ler e escrever era preciso aprender a ler o mundo e tornar o ato da alfabetização um ato criativo, relacionado à realidade cotidiana de quem está sendo alfabetizado (FREIRE, 1980, P. 41).

Entendendo o conceito freireano de *letramento* como uma prática que abrange um conjunto de saberes que vão além da decodificação do signo escrito a partir do desenvolvimento da leitura de mundo e da compreensão dos lugares sociais, econômicos e culturais que atravessam a linguagem e são transmitidos através dela, o saber-fazer da *arpilleria* foi tomado como técnica e linguagem contra-hegemônica, para pensar as transformações no espaço físico da favela acarretadas pelo modo de produção industrial, pensar as diferenças entre o modo de produção artesanal, forma inicial e majoritária pela qual o ser humano imprimiu sua marca no mundo através do trabalho e o modo de produção capitalista que permeia não apenas a maneira pela qual são confeccionados os objetos que compõem o mundo material, mas, norteia nossa forma de ser e estar no mundo e produzir cultura.

2) O fio da meada:

No ano de 2012, Maria Teresa Madariaga e Patricia Hidalgo Astorga foram consideradas pelo *Servicio Nacional do Patrimônio Cultural* do Chile como tesouros humanos vivos do país, por serem detentoras da técnica da *arpilleria*, um saber-fazer feminino singular que remete à memória de resistência contra a ditadura militar chilena. Ambas compõem o coletivo *Arpilleristas de Lo Hermida*², localizado na comunidade de Peñalolén, na região metropolitana de Santiago, fundado em 1975 a partir das oficinas promovidas nos Vicariatos da Solidariedade, órgão da Igreja Católica que funcionou como um lugar de refúgio e liberdade de expressão para as mulheres chilenas. Foi por meio do trabalho dessas mãos femininas, através da confecção das *arpilleras*, que o silêncio sobre as arbitrariedades, desaparecimentos e torturas ocorridos sob o governo do General Augusto Pinochet (1973-1990) foi rompido.

A técnica da *arpilleria* consiste na confecção de tapeçaria sobre uma base retangular de pano, podendo ser *arpillera* (material chamado de juta no Brasil) ou outro material têxtil, e se assemelha ao *patchwork* ou a uma colcha de retalhos, cujos pedaços

² www.sigpa.cl/ficha-colectivo/arpilleristas-de-lo-hermida Acesso em 04/02/2020

recortados de tecido são costurados à base formando uma narrativa bordada. As mulheres que participaram das oficinas dos Vicariatos da Solidariedade eram oriundas das classes populares e buscaram denunciar - através do têxtil, com a utilização de linhas, agulhas e pedaços de roupas de seus entes queridos, maridos e filhos - as arbitrariedades do regime civil-militar contra os direitos humanos no país. As tapeçarias eram vendidas, inclusive para o exterior, não apenas para manter o sustento das famílias na ausência de seus provedores, como também para difundir denúncias, burlando a censura imposta pela ditadura. Enquanto patrimônio chileno, a transnacionalização do saber fazer da *arpilleria* para o Brasil foi inicialmente, feito pelas mulheres que compõem o Movimento dos Atingidos por Barragem no ano de 2013.

Historicamente, as artes têxteis realizadas em âmbito doméstico sempre estiveram associadas ao gênero feminino e no que diz respeito ao campo da Arte, os têxteis após o Renascimento passaram a ocupar lugar um subalterno em relação às outras técnicas. A título de exemplificação, no contexto brasileiro, no século XIX, as nomenclaturas como *artes utilitárias*, *artes manuais*, *artes decorativas*, *artesanato*, *arte doméstica*, *artes industriais* (MALTA, 2015) serviam também para designar igualmente objetos relacionados às artes têxteis. Abarcando técnicas diversas, esses objetos tinham em comum o fato de não pertencerem às artes maiores como a pintura e a escultura, além de serem tradicionalmente associados ao trabalho feminino. Segundo Marize Malta, toda sorte de tecidos e paninhos bordados compunham parte do dote da noiva brasileira para seu enxoval e tinham a função de demarcar uma distinção de classe social entre a mulher burguesa e a mulher pertencente às classes populares. Somando-se a isso, a costura era uma prenda indispensável à mulher desde a juventude e poderia se aprendida tanto no âmbito doméstico como na esfera escolar, compondo o currículo escolar até a década de 1970:

O aprendizado em casa e nos colégios femininos reforçava a ideia de naturalização da costura na vida da mulher oitocentista, quase como algo atávico ao feminino. Toda juvenzinha recebia seu pedaço de pano onde aprendia seus primeiros pontos, com a mãe ou uma instrutora, e armazenava os motivos preferidos em uma espécie de mostruário e prova de percurso. Muitos desses panos se transformavam em quadros e adornavam os quartos de costura e de dormir ou foram guardados como lembrança, como um emblema dos pendores da mocidade (MALTA, 2015, p. 6).

A resignificação da costura enquanto técnica que simbolizava a opressão do corpo feminino relegado ao âmbito doméstico tornou-se linguagem de afirmação e denúncia no Ocidente a partir as décadas de 1960 e 1970 com artistas, como a cantora e

folclorista chilena Violeta Parra, primeira mulher latino-americana a expor no museu do Louvre em Paris em 1964 e a norte americana Mirian Chapiro, que dentro da liberdade do uso de materiais que a arte contemporânea proporcionou, converteu a função de toda sorte de têxteis presentes no cotidiano da casa em arte.

3) A oficina de arpillera:

Em novembro do ano de 2021 foi realizada na escola uma exposição como culminância dos trabalhos realizados sobre o tema do Cordel. O Cordel é considerado patrimônio cultural material/ imaterial? (verificar), salvaguardado pelo IPHAN desde (ver data). A literatura de Cordel consiste em A favela da Maré, localizada na região da Leopoldina, zona norte do Rio de Janeiro, possui uma população de (... / dados ibge/ ano), dos quais (porcentagem da população) é oriunda da Região Nordeste do país. A escolha em trabalhar o conteúdo de revolução industrial através do têxtil e relacioná-lo com a literatura de cordel se deu a partir de um vínculo semântico entre Walter Benjamin fazendo uma alusão às corporações de ofício medievais, dizia que os marinheiros foram pioneiros na arte de narrar, mas que foram os artesãos os responsáveis pelo seu aperfeiçoamento.

Movimentos como o *Arts and Crafts* no século XIX e o *Faça você mesmo* na Inglaterra da década de 1970 tentaram recuperar o modo de produção artesanal, reafirmando a necessidade humana de criar e a função preponderante do corpo com todos os seus sentidos na construção do mundo material.



Figura 1: A favela também é cidade. Nesta arpillera, a dualidade característica da técnica da arpillera é destacada pela figura do cristo redentor pairando sobre a favela.

Entre conversas, linhas, agulhas, botões, lantejoulas, tesouras, retalhos e cola para tecido, os alunos e alunas do 8º. Ano recriaram através da memória coletiva por meio de suas mãos a Maré como espaço natural transformado por meio do trabalho, evidenciando, segundo seus olhares, os aspectos positivos e negativos do crescimento desordenado da urbe e, portanto, também, do crescimento desordenado da favela como consequência do modo de produção capitalista. Recriar o próprio território num plano simbólico é colocá-lo em perspectiva, como quem olha de fora e reflete sobre ele, (re) significando-o Cartografia escolar/ arquitetura do ciep/ espacialidade/ corpo no espaço/ disciplina dos corpos;



Figura 2: Consequências positivas e negativas da industrialização na favela. De um lado da arpillera há poluição das águas, representada em tule negro, indústrias e prédios confeccionados em feltro negro e amarelo, com peixes mortos representando o crescimento desordenado da favela como consequência da industrialização.

Os trabalhos duraram aproximadamente quatro semanas durante as aulas de História. Os alunos, primeiramente, idealizaram o desenho que seria bordado nos painéis, selecionando os elementos que comporiam a paisagem da Maré e posteriormente, recortaram e costuraram-sem-saber-costurar as imagens em tecido como: sol de botão (figura), o caveirão em feltro (figura), a vila olímpica (figura), as roupas no varal (figura), a poluição das águas (figura), menino soltando pipa, uma editora, a fumaça de algodão do trem a vapor, as casas de palafitas, os cabelos de lã da sereia, entre outras. Com o bordado-sem-saber-bordar criaram novas texturas e grafismos, e nos dias finais do trabalho estavam escrevendo com a agulha no tecido, bordando letras e desenhos.

Foram construídos coletivamente três painéis retangulares com 1,5m X 1 m aproximadamente, um para cada turma, em tecido de algodão cru, com uma moldura de juta fazendo uma alusão à técnica da *arpilleria* chilena, sinônimo de bordado político. Os

tecidos, em diversas cores, usados na confecção das imagens foram basicamente o feltro e o filó e, os aviamentos foram botões, lantejoulas e fitas.



Figura 3: O caveirão. No centro da imagem há a figura de um carro confeccionado em feltro, com imagem de uma caveira representando o carro blindado do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (BOPE). Este batalhão da polícia é oficialmente simbolizado por uma faca fincada em uma caveira. Ao lado do carro do BOPE, os alunos confeccionaram figura antropomórfica com roupa preta e arma em feltro da mesma cor, remetendo à imagem de um policial. As operações da Polícia Militar na favela da Maré fazem parte do cotidiano da comunidade escolar e são marcadas pela violência e o risco de morte por meio do uso de armas de fogo na disputa do território com traficantes do local.



Figuras 4-5: Letramento (Paulo Freyre) Leitura do mundo anterior à palavra; cultura material escolar, Livros didáticos, caderno, lápis, quadro. A favela da Maré possui (no de habitantes) dos quais (no de habitantes) são descendentes ou oriundos diretamente da região nordeste.

Conclusão

O têxtil, mais do que mero recurso didático, teve uma função aglutinadora que remeteu ao afeto e à memória do lar: “Minha mãe costura”, disse um aluno, “meus avós fazem tapete no Nordeste”, disse outro, “tem um tear no jogo *minecraft*”. A criação das tapeçarias foi resultado da transfiguração e desdobramento em diversas linguagens: da oralidade ritmada à literatura de cordel, do texto escrito ao desenho e por fim, do desenho ao têxtil.

Na nossa era tecnológica, acentuada ainda mais pela pandemia de covid-19, levamos o têxtil na face e nos reunimos em salas virtuais num movimento paradoxal que suprime tempo-espaço e nos distancia dos sons, cheiros, sabores, cores e texturas do mundo. Costurar coletivamente é cerzir o tecido social em farrapos, tentando dar coesão e sentido à vida numa realidade distópica de pandemia e violência estatal cotidiana.

Referências

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.

MALTA, Marize. 'A casa está pelada!' I Encontro de gestores de acervos históricos de têxteis domésticos. Iara, revista de moda, cultura e arte, São Paulo, v. 6, p. 149-152, 2013. Disponível em: <http://www.iararevista.sp.senac.br/>. Acessado em: fevereiro de 2015.

Questões de gênero nos saberes e ofícios da pesca artesanal em Itaipu/Niterói- RJ: resistência e interculturalidades no sec. XXI

Eunice Batista Laroque¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto decorre do projeto de pesquisa doutorado, cujo título é: “Questões de Gênero Nos Saberes e Ofícios da Pesca Artesanal em Itaipu/Niterói-RJ: Resistência e Interculturalidades no SEC. XX”, em andamento. Assim começamos indicando que, a apresentação teve como motivação fazer um ensaio sobre como se constroem e se interligam os saberes da pesca artesanal, às questões de gênero e os fazeres da profissão na Praia de Itaipu, situada na Região Oceânica de Niterói, onde se estabeleceu, a partir de 2013 a Reserva Extrativista Marinha de Itaipu (RESEX). A praia de Itaipu ou o “Canto de Itaipu” localiza-se no bairro de Itaipu, Região Oceânica pertencente ao município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

Geograficamente o Canto de Itaipu se delimita ao leste pelo costão do Morro das Andorinhas, pertencente ao Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), alinhado às Ilhas Menina, Mãe e Pai. A oeste delimita-se pelo canal artificial que liga a lagoa de Itaipu ao mar, as praias de Camboinhas, praia do Sossego, praia de Piratininga e canto de Piratininga. Seguindo-se a oeste, avista-se do outro lado da entrada da Baía de Guanabara a enseada de Botafogo e a praia de Copacabana na cidade do Rio de Janeiro. Ao norte da praia está a Lagoa de Itaipu².

A enseada do canto de Itaipu está protegida do oceano pelas três ilhas e pelo Morro das Andorinhas e delimitada a pelo menos 3 milhas náuticas pela RESEX Marinha de Itaipu. A Unidade de Conservação de Uso Sustentável cobre o espelho d’água desde a praia de Itacoatiara até o canto de Piratininga, totalizando 6,6 km de faixa de areia e 3.943 hectares de área, incluindo o espelho d’água da lagoa de Itaipu. Itaipu localiza-se praticamente ao centro da faixa de área da RESEX. Pescadoras, fileteiras, marisqueiras, catadoras, descascadeiras, remendeiras, vendedoras, cozinheiras, mulheres de pescadores... Assim como são geralmente denominadas, as mulheres que estão muito

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, aprovada com o projeto, cujo título é Questões de Gênero Nos Saberes e Ofícios da Pesca Artesanal em Itaipu/Niterói-RJ: Resistência e Interculturalidades no SÉC. XX, sob orientação da Dr^a Catia Antônia Silva.

² Itaipu é uma palavra de origem tupi guarani, “itá” significa pedra; “i”, água; “pu”, estrondo, podendo ser traduzido como “pedra que água faz barulho”, segundo o dicionário tupi-guarani (www.dicionariotupiguarani.com.br).

produtivas na Pesca Artesanal, inclusive mantendo o sustento da casa enquanto a maré não está para peixe.

Esta realidade acompanhei enquanto Diretora do Museu de Arqueologia de Itaipu, por 7 anos vivenciando o trabalho da Pesca Artesanal e das lutas sociais travadas para a implementação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu (RESEX). Plano de manejo, discussões políticas, brigas com a Colônia Z7, organizações de boicote aos projetos da Associação Livre de Pescadores e Amigos da Pesca (ALPAPI) liderado por um grupo que administrou a Colônia Z7 nos anos de 1980, reuniões do Conselho Deliberativo que o Museu de Arqueologia de Itaipu tem um acento desde o princípio em 2013 e demais formas vivenciei e pude observar.

A presença feminina nas atividades produtivas da Pesca Artesanal é inegável sendo comum se deparar com mulheres nas tarefas de confecção de redes, na captura de mariscos, moluscos e do próprio peixe, no processamento de pescados, como evisceração e filetagem, no beneficiamento de produtos à base de pescados como salgados embutidos e na comercialização.

Quando cheguei à praia em 2015 fizemos uma tentativa de fazer uma associação de mulheres da Praia de Itaipu. Reunimos um número pequeno de mulheres pois havia uma discussão de que se não fossem mulheres tradicionais da praia não poderiam entrar na Associação de Mulheres de Itaipu (AMI). Naquela ocasião, as mulheres de famílias tradicionais não queriam relações com as mulheres da Colônia Z7.

Apesar dessa constatação, este grupo social heterogêneo e plural não é enxergado pela sociedade, pela comunidade em que está inserida, muito menos pelo poder público e, na maior parte das vezes, até há ausência de autoreconhecimento das próprias mulheres enquanto trabalhadoras da pesca. Os trabalhos executados por mulheres na Pesca Artesanal são permeados pela invisibilidade e são comumente relegados à categoria de ajuda:

[...] muitos dos trabalhos assumidos por mulheres em comunidades pesqueiras apresentam como características a variabilidade no tempo e no espaço, a irregularidade na demanda, sua compatibilização com as tarefas domésticas e, por consequência, a dificuldade de contabilizar o tempo de trabalho. Esses fatores reforçam a visão corrente das mulheres mais como donas de casa, “ajudantes” do companheiro e não como sujeitos produtivos (MANESCHY, 2000, p. 88).

Dessa maneira, precisarei ter conhecimentos do campo da História, além da minha formação em Pedagogia e Museologia para construir referenciais teóricos e metodológicos junto da História Social, da Antropologia, Sociologia, Museologia e das

Metodologias Participativas empregadas nos campos de pesquisa das Ciências Humanas e Sociais. Em janeiro de 2015 começando a participar do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha na Praia de Itaipu, consegui pela primeira vez vislumbrar o que poderia ser a construção de meu objeto de pesquisa para um futuro projeto de doutoramento através da polêmica discussão entre pescadores sobre que apetrechos usar nas atividades laborais nos Planos de Manejo da Pesca Artesanal. Ali estavam homens pescadores e mulheres estudantes de instituições envolvidas com a Pesca Artesanal. O interessante que não haviam mulheres nestas discussões. No decorrer do meu envolvimento com a Resex Marinha de Itaipu só consegui visualizá-las em votações e na Colonia Z7. O contexto de onde estão as mulheres pescadoras, catadoras e fileteiras estão nos bastidores da pesca na Praia de Itaipu.

Por outro lado, estudos etnográficos da década de 1990, Edna Alencar observou que os papéis destinados às mulheres da pesca são baseados em um modelo orientador de divisão sexual de trabalho e espaço:

[...] se caracteriza pela ênfase que é dada à distinção das atividades e dos espaços de acordo com os gêneros. O mar aparece como um espaço principalmente ou exclusivamente masculino, onde ocorrem as atividades tidas como as mais significativas para a economia do grupo. Em terra, o elemento que se destaca é a mulher, atuando num espaço onde são realizadas as atividades consideradas de importância “menor”, as do espaço doméstico [...] e até mesmo aquelas realizadas nas beiras de praia (ALENCAR, 1993, p. 65).

Autores como Ellen Woortmann (1992) afirmam que o grupo de mulheres na pesca são invisibilizadas inclusive pela academia, onde há um olhar hegemônico de pesquisadores sobre o tema. Fui testemunha disso nas reuniões do Plano de Manejo onde a maioria absoluta eram homens e ali permaneciam sem nomear ou exaltar o trabalho das mulheres.

De uma maneira geral, os estudos de comunidades “pesqueiras” tendem a privilegiar os atores sociais masculinos, e o ponto de vista do homem. O discurso do pesquisador como que replica o discurso público dessas comunidades, cuja identidade se constrói sobre a atividade da pesca, concebida como masculina. Relega-se, assim, ao silêncio, as atividades femininas, mesmo quando estas contribuem substancialmente para a subsistência da comunidade. Isto significa que se ignora uma parte importante das atividades econômicas daquelas comunidades, isto é, a agricultura e a coleta. Ignora-se também os agentes sociais dessas atividades – a metade feminina das comunidades. E significa também que se deixa de lado uma parte do ambiente sobre o qual atuam esses grupos. Privilegiando o mar, desconhece-se a terra (WOORTMANN, 1992, p. 31).

Conforme Woortmann (1992) apontou, boa parte da produção científica sobre os modos de vida em torno da pesca artesanal ignoravam a importância das mulheres neste universo. Edna Alencar no artigo de 1993, apontando que seria então necessário

repensar a respeito do conceito de “pesca” e do entendimento da categoria “pescador” para dar conta de toda esta outra metade invisível das comunidades pesqueiras. De certa forma foi o que aconteceu quando a Lei 11.959/2009 apresentou uma seção denominada “Da Atividade Pesqueira” na qual lê-se

Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal (BRASIL, 2009, Art. 4).

O meu projeto de pesquisa pretende analisar, narrativas, histórias de vida já coletadas no Inventário Participativo de Referências Culturais realizado pelo Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) entre os anos de 2016 e 2018 e os processos comunicacionais entre pescadores e pescadoras para melhor compreender as relações de poder e dos saberes tradicionais sobre a pesca artesanal. A criação de instrumentos que assegurem os meios de trabalho como instrumento de proteção não só do mar, mas sim dos modos de fazer e de viver. As demandas são antigas, desde que concursei como Diretora do Museu de Arqueologia de Itaipu, vivenciei os receios desta categoria profissional com a identidade local, desigualdades e conflitos entre a tradição e a modernidade invadindo o território da pesca.

Tendo-se em vista que se trata de um tema relevante para a História Social, analisar as disputas sociais e políticas entre os diferentes grupos de pescadores e suas relações com órgãos gestores, suas políticas culturais, observando as formações e transformações que vêm ocorrendo no Canto de Itaipu de 2022 até o momento de conclusão da pesquisa em 2024.

O tema é relevante porque dialoga com a problemática da gestão territorial e visando a intersecção da política pública ambiental, contribuindo para o entendimento dos dilemas e dos avanços expostos na proposta nacional e as dificuldades de implementação de forma contributiva aos pescadores artesanais da Praia de Itaipu dentro do cenário das políticas públicas nacionais.

O projeto apresentado expõe um dos aspectos da política territorial e quer dialogar com a história social do território buscando contribuir na compreensão de como as políticas vão impactar diretamente na vida social, do dia a dia da sociedade, a ponto de excluir, deslocar as pessoas de uma localidade para a outra. Acredita-se que o trabalho contribui no entendimento de um desdobramento da ação do Estado sobre a vida coletiva, possibilitando a compreensão territorial sob outros aspectos. Um exemplo da exposição

foi o que ocorreu no passado na Praia de Itaipu. Muitos pescadores e pescadoras perderam seus terrenos na beira da Laguna de Itaipu e na beira da Praia de Itaipu para a especulação imobiliária e foram trabalhar como domésticas em outros bairros. Tempos mais tarde voltaram e se deram conta que não sabiam viver sem a pesca e seu território pesqueiro, assim passaram a lutar pelo direito à pesca, à manutenção da cultura e ao seu território. Uma dessas lutas deu origem à criação da Reserva Extrativista de Itaipu, criada em 2013.

No Projeto desenvolvido pelo Museu de Arqueologia de Itaipu durante minha gestão (2015-2021) fizemos uma parte do Inventário de Referências Culturais de Pessoas e Memórias de Itaipu. Neste Projeto entrevistamos 40 pessoas da pesca através da mesma metodologia do Museu da Pessoa. As Histórias de Vidas foram publicadas em 2018, em um livro e penso em partir deste universo de pesquisa avançando para outros aspectos da vida pesqueira onde será possível compreender o papel das mulheres nas lutas pelo território pesqueiro, na socialização comunitária e na geração de renda e trabalho.

Através de uma Oficina de Inventário Participativo em março de 2016 culminando no trabalho em si com a necessidade de o MAI discutir com os pescadores e moradores do Canto de Itaipu os sentidos atribuídos aos diferentes referenciais culturais do território pesqueiro. A ideia de captar as Histórias de Vida partiu dos próprios pescadores e pescadoras e o projeto ganhou compreensão pela comunidade para outras categorias de referências culturais. O Projeto de Inventário durou de 2016 até 2018 quando foi lançado o livro “Inventário Participativo de Pessoas e Memórias de Itaipu”, fruto de pesquisa de campo, reuniões comunitárias, registros de áudios, filmes e muito engajamento da comunidade de Itaipu.

Experiências metodológicas com rodas de conversas, curso de capacitação para funcionários do Museu, pescadores e pescadoras e parceiros de universidades foram acionados para participar sendo fundamental os registros e para a preservação das memórias locais Como em diversas comunidades pesqueiras no Brasil, Itaipu reuniu-se em torno do projeto para identificar de forma sistêmica partindo da micro-história e da micropolítica local, ou seja, o patrimônio que forja o amálgama das memórias coletivas inventariadas.

Objetivando analisar os conceitos de História e Memória, na perspectiva de autores como Jacques Le Goff, os quais são concebidos como fundamentais para uma maior compreensão dos aspectos históricos da História e dos processos de educação. Buscarei nortear os estudos e métodos do trabalho histórico e o campo da História que é complexo, cheio de controvérsias, desafios e interrogações. Entretanto, segundo Le Goff

(2003), é inegável que ambas trazem contributos para a consolidação da História, sobretudo no alargamento e aprofundamento da história científica. Com relação ao conceito de Memória, que neste trabalho irei abordar através de autores da História, este é crucial para o desenvolvimento do campo do Patrimônio Histórico e Cultural. A partir da análise realizada, considerou como a citação do autor:

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 2003, p. 471).

Le Goff (2003) defende que a História não deve ser entendida como ciência do passado, mas como a “[...] ciência da mutação e da explicação dessa mudança” (LE GOFF, 2003, p. 15). Outra questão, apresentada por Le Goff (2003), refere-se à História contemporânea. O autor lembra a famosa frase de Benedetto Croce em que considera que “toda a história” é “história contemporânea”, entendendo que por mais que pareçam estar afastados, os acontecimentos de que trata na realidade, no tempo, a história sempre está em sintonia com situações presentes.

Portanto, a construção consciente de narrativas, a gestão coletiva e a comunicação dialógica são conceitos indissociáveis em meio às ações norteadoras do projeto. Colaborar para que as pessoas que constroem sua história hoje possam reconhecer e apreciar criticamente seus antecedentes e condicionantes, redimensionando inclusive sua atuação no meio da pesca e da transformação social.

O autor demonstra por meio de exemplos, que “[...] a objetividade histórica não é a pura submissão dos fatos” (LE GOFF, 2003, p. 32). Ainda, de acordo com a argumentação Le Goff

Se a memória faz parte do jogo de poder, se autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos, a história, como todas as ciências, tem como norma a verdade. Os abusos da história só são um fato do historiador, quando este se torna um partidário [...] (LE GOFF, 2003, p. 32).

No entanto, ampliei meus estudos e pesquisas no Campo da História com o olhar no tempo presente. Sem dúvidas será uma ação conjunta entre pesquisador e pesquisados. Ambos vamos crescer.

O projeto tem como objetivo geral compreender os processos de incorporação das mulheres no contexto social e comunitário, às interculturalidades na cadeia produtiva da Pesca Artesanal e nas lutas socioambientais em Itaipu/Niterói e ao mesmo tempo identificando os processos sociais (in) viabilizadores de gênero no campo da

sociabilidade e dos saberes e ofícios, da divisão social do trabalho no período de 2022 até 2024.

A pesca artesanal é um ambiente de trabalho que reúne homens e mulheres no seu fazer. As perguntas aqui são: Quais os papéis nas atividades pesqueiras na atualidade na Praia de Itaipu, Niterói/RJ de mulheres e homens? Há divisão e (re) conhecimento das atividades nas questões de gênero na Pesca Artesanal no Canto de Itaipu?

Para elucidar as questões irei utilizar a Metodologia de Inventário Participativo de Referências Culturais, que é um método muito utilizado por nós Museólogos para trabalhar com Patrimônio Cultural, onde o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, o IPHAN subdivide em Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial.

Nosso caso aqui são os PCI, assim dizendo o Patrimônio Cultural Imaterial, que corresponde às tradições que herdamos dos nossos antepassados e que são transmitidas entre gerações, de pais para filhos, de avós para netos, ou às vezes entre pessoas da mesma geração. Uma característica muito importante do Patrimônio Imaterial é o fato de as pessoas reconhecerem essas tradições como fazendo parte importante da sua história e da sua cultura, dando-lhes um sentido de pertença a uma comunidade, como por exemplo o local onde nasceram, onde vivem, ou onde trabalham.

Na metodologia deste projeto de pesquisa irei detalhar um pouco mais sobre a questão de quais caminhos pretendo adotar para elucidar tais questionamentos.

A pesca artesanal é um ambiente familiar que, geralmente, tem uma divisão de trabalhos entre os familiares, desde os preparativos para a pescaria, a confecção dos petrechos, a coleta dos pescados, o processamento e a venda dos pescados. Portanto, dentro deste cenário é possível se ter uma variedade de pessoas, de jovens a idosos, mulheres e homens trabalhando nas diferentes etapas. Entretanto, em sua maioria, os homens ficam com as tarefas da coleta do pescado e as mulheres muitas vezes ficam cuidando das tarefas domésticas e do processamento do pescado, fato esse que acaba inviabilizando as mulheres nas etapas importantes da produção pesqueira. Dessa maneira, acaba se estabelecendo uma hierarquia de trabalho que invisibiliza as mulheres na pesca artesanal.

Contudo, as mulheres são importantes fontes de histórias, por todo conhecimento, histórias e experiências vivenciadas se tornando peças fundamentais para a atividade pesqueira. As mulheres, de certa forma, são a base para a atividade da Pesca Artesanal. Essa é um posto de trabalho e de economia do Brasil muito importante. Segundo Cátia Antonia da Silva (2014), a pesca artesanal foi “criada” no início do século XX pelo estado, como uma categoria estabelecida pela Marinha do Brasil. Por meio das

colônias e demais instituições, o estado passou a partir de então controlar a espacialidade local do pescador. A autora enfatiza que

A atual relação entre as instituições públicas e o pescador é mediada legalmente pelas colônias, e estas na sua maioria efetuam uma forma de dominação burocrática-legal orientada por princípios populistas, personalistas e clientelistas, o que acaba por impedir que a política pública se realize no território para o universo dos pescadores, chegando assim de forma fragmentada, orientada pelas fronteiras mediadas pelas tensões e conflitos entre grupos. Simplesmente tecer a análise pela economia e pelo trabalho não bastaria para entender a dimensão política (entre os grupos de pescadores e na sua relação com as formas institucionais de Estado), que é complexa e tecida de muitas questões. Existe a questão relativa ao campo dos direitos sociais e existe a questão muito tensa da relação com as instituições ambientais, que na maioria das vezes negam o pescador, negando a história dos lugares e impedindo-o de pescar, e não raro sob o discurso político da proteção ambiental, sem responder que o pescador também faz parte daquela territorialidade “natural” (SILVA, 2014, p. 15 - 16).

De acordo com Silva (2015), a pesca está caracterizada num circuito produtivo em que há a coleta do pescado e maricultura, o beneficiamento, a venda em atacado e a varejo, a confecção de redes, a compra e venda de embarcações, o reparo das redes e das embarcações e demais atividades. A história da pesca remonta ao pretérito como já assinalamos e

Tem origem nas técnicas indígenas, nas técnicas portuguesas e espanholas de navegar, pescar, produzir redes e de elaborar embarcações, remontando a atividade ao Período Colonial. Desde esse período, a atividade da pesca passa por diversas formatações institucionais realizadas pelo Estado. No Período Colonial e ao longo do Primeiro e do Segundo Reinados, a pesca, sobretudo as grandes embarcações de extração de baleia, é regulamentada com a finalidade de pagamento de impostos e de exercício de domínio do território nacional do Estado, por meio dos olhos dos pescadores em suas diferentes localidades [...]. Têm-se os pescadores de origens indígenas, africana, portuguesa e recriada pelos descendentes mestiços, dentre outras nomeações étnico-sociais, que são mais numerosos e dispersos espacialmente, e os pescadores armadores, coletores de baleias, que se compunham como elites no Brasil Colonial e no Brasil Império, que utilizavam técnicas modernas, já em grande escala de produção. Todos esses denominados pescadores ajudavam, de um lado, a controlar o território, sendo o controle nas embarcações de estrangeiros a preocupação principal do Estado (SILVA, 2015, p. 19).

A pesca artesanal, atualmente, tem núcleos bastante dispersos, precarizados tendo embarcações de pequeno porte, produzindo em pequena escala e usando pouca tecnologia. Além disso, possui dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas e as políticas públicas, como enfatiza Silva (2015). Sua relação com a espacialidade e a historicidade é diferente das concepções que estão presentes na modernidade. Isso traz problemas quanto à sua relação com o território e pela luta pelo seu território.

Nesse amplo cenário que envolve os debates acerca dos direitos diferenciados e das políticas de reconhecimento, da produção de novas sensibilidades e da concomitante

forma de exclusão, a intersecção entre raça, nação, sexualidade e gênero ganha destaque. Um dos objetivos deste projeto de pesquisa é refletir sobre a forma como se dá o processo de construção da atuação das mulheres no universo pesqueiro artesanal na Praia de Itaipu, Niterói/RJ, analisando os dilemas para o reconhecimento social da mulher como parte fundamental da atividade pesqueira e na construção das lutas sociais frente aos conflitos territoriais.

Burke (2012) consegue circular com maestria entre teóricos e conceitos tão diversos quanto: ‘papel social’, ‘sexo e gênero’, ‘família e parentesco’, ‘comunidade e identidade’, ‘classe’, ‘status’, ‘mobilidade social’, ‘consumo conspícuo e capital simbólico’, ‘reciprocidade’, ‘apadrinhamento e corrupção’, ‘poder’, ‘centro e periferia’, ‘movimentos sociais’; cunhados e utilizados por Marx, Weber, Malinowski, Mauss, Karl Polanyi, Boas e Bourdieu, entre outros.

O trabalho feminino é de fundamental importância para a manutenção do modo de vida da Pesca Artesanal, mas, paradoxalmente, não é um tema preponderante nos estudos que abordam essa atividade. Entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970 houve um grande esforço das áreas das Ciências Humanas em compreender as relações sociais e ambientais vinculadas à Pesca Artesanal. No entanto, as mulheres não eram identificadas por esses estudos como pilares importantes para essa cadeia.

Autoras como Woortmann (1992), Maneschy (2000), Di Ciommo (2003), entre outras, foram pioneiras no desenvolvimento de investigações demonstrando o papel de fundamental relevância das mulheres nas comunidades tradicionais de pesca. O trabalho delas nas atividades domésticas e no beneficiamento dos recursos marítimos ou lagunares agregam valor ao pescado. São elas, majoritariamente, que produzem artesanato da escama e couro do peixe, além do processamento da carne deste, transformando-o em filés, bolinhos, embutidos, conservas e muitos outros. Ou seja, as mulheres estão envolvidas na gastronomia, no artesanato e nas atividades gerais que caracterizam a Pesca Artesanal.

O gênero como uma variável estruturante da organização social das relações entre homens e mulheres, ao ser adotado na análise dos ambientes naturais, adicionou uma dimensão nova, demonstrando as relações de poder existentes na pesca entre homens e mulheres e ressaltando a invisibilidade do trabalho feminino. Entender o gênero e contemplá-lo nos estudos permite compreender as discrepâncias entre os sexos; além disso, é possível enxergar as complementaridades na forma de organização e desempenho das funções, bem como a busca pela promoção da equidade (DI CIOMMO, 2007).

A invisibilidade das mulheres como profissionais da pesca, decorre da identificação, principalmente dos homens, de suas atividades como ajuda ou extensão do trabalho doméstico. Essa invisibilidade também incide de maneira negativa no reconhecimento jurídico do trabalho feminino; contrariamente, o reconhecimento das atividades femininas nesse ambiente pode contribuir positivamente para assegurar o acesso aos benefícios trabalhistas e previdenciários. Ademais, sua participação é importante na produção dos modos de vida e na constituição socioeconômica da comunidade (FASSARELLA, 2007; FIGUEIREDO, 2013; GOES, 2008; MARTINS, 2013; MENDES, 2016).

A questão do reconhecimento reverbera de muitas formas, além de dificultar a aquisição de direitos sociais e estar condicionada ao acesso das políticas públicas; dirige-se aos arranjos familiares construídos e aos papéis que as mulheres ocupam na esfera produtiva e reprodutiva. O mar ou as áreas de pesca representam mais do que apenas a forma de sustento. O reconhecer-se mulher, pescadora ou marisqueira e suas participações em uma coletividade de mulheres indicam que as redes de significações das comunidades da pesca sejam reconfiguradas e a partir daí as mulheres passariam a conferir valores a outros símbolos, crenças e no desenvolvimento de seus papéis.

O que vem modificando suas práticas, fazendo com que essas se transformem em sujeitos políticos e passem a deter uma participação acentuada, seja no contexto das Reservas Extrativistas (RESEX), pressionando por políticas públicas seja buscando formas de organizar o trabalho coletivo, como as associações e cooperativas (FIGUEIREDO, 2013; ALMEIDA, 2016).

Os papéis femininos na cadeia produtiva da pesca são baseados na divisão sexual do trabalho. Elas dedicam uma extensa jornada diária aos trabalhos produtivo e reprodutivo, chamando a atenção para essa atividade não remunerada exercida pelas mulheres em muitos domicílios, extrapolando o próprio contexto das comunidades tradicionais. Tal atuação, seja em âmbito doméstico seja na preparação dos petrechos, limpeza e outros, é reconhecida como “ajuda”, ainda que contribua significativamente para o orçamento e gestão familiar, esta problemática acompanhei de perto em Itaipu. Além de ser importante compreender os papéis que elas executam, há a sua relevância para a cadeia produtiva como um todo, suas relações com a comunidade pesqueira e sua importância para a reprodução social da Pesca Artesanal.

Compreender o papel das mulheres da pesca atrelado à conservação dos saberes tradicionais na preservação do meio ambiente e da Pesca Artesanal em

Itaipu/Niterói é outro objetivo deste projeto de pesquisa. Assim, trata, mais especificamente, das mulheres que atuam nas comunidades de pesca e que são conhecidas como marisqueiras, catadoras de mariscos e moluscos, fileteiras, dentre outras. As condições de trabalho, abordando as precárias condições produtivas, a falta de acesso às políticas públicas, má remuneração de suas atividades e dos saberes acumulados no desempenho da atividade levaram muitas delas a saírem por um tempo da praia e buscar outras rendas.

Por isso, escutamos muitos relatos nas histórias de vida no Inventário Participativo de Referências Culturais de Pessoas e Memórias, onde muitas delas retornaram para a Praia de Itaipu após inúmeras tentativas de se inserirem no mercado de trabalho como domésticas. O conhecimento tradicional delas tem se mostrado ferramenta importante para subsidiar medidas de conservação da área ambiental, bem como para construção de planos de manejo, resistindo à desvalorização. Os seus fazeres e saberes se relacionam às formas de sobrevivência da atividade pesqueira, bem como revelam estratégias de aprendizagens, trabalho e participação política.

Aqui também se identifica o trabalho não pago e instrumentalizado da mulher no âmbito doméstico, já que elas se ocupam do preparo da comida, do armazenamento e beneficiamento do pescado, da manutenção e confecção dos instrumentos da pesca (FURTADO, 2010).

Dessa forma, vamos propor a proximidade do conhecimento tradicional com o científico e apesar das mulheres possuírem papel central na utilização e manejo dos recursos naturais, poucas políticas têm apoiado seu papel produtivo e reforçado seus conhecimentos tradicionais. Elas estão, também, ligadas à capacidade adaptativa e de flexibilidade, conseguindo mobilizar recursos pessoais, físicos e outras estruturas que refletem na capacidade produtiva das comunidades pesqueiras.

As práticas dessas mulheres se configuram como tradicionais e estão no circuito inferior da economia. Nesse sentido, a organização feminina é fundamental, pois por meio da tradição oral transmitem conhecimentos para os membros de suas famílias, além de potencial para expandir isso para outros grupos. Afinal, porque há invisibilidade das mulheres no setor da Pesca Artesanal na Praia de Itaipu?

Para a realização da pesquisa precisamos ter uma organização, um conjunto de procedimentos operacionais para que possamos auferir uma reconstituição dos fatos históricos do tema apresentado. Por conta disso, a investigação precisa caminhar por

algumas vias. A primeira é conhecer os autores do Campo da História com os quais vamos dialogar com a temática proposta nesta pesquisa.

A segunda é identificar narrativas por meio da história oral, mesmo que tradições dos ofícios da Pesca Artesanal tenham sido extintos poderemos conhecê-las através de relatos. O nosso foco com a presente pesquisa é nos fazeres, saberes e ofícios das mulheres do Canto de Itaipu. As mulheres da aludida localidade carioca são portadoras de memórias, pois em algum momento viram seus pais e maridos utilizando técnicas artesanais e suas tradições.

Sabemos da fragilidade destes Patrimônios, porque a vida é dinâmica e está em verdadeira mudança de forma a poder vir a desaparecer. Vide a Pesca Artesanal em Itaipu que está localizada na região urbana e os filhos de pescadores muitas vezes não querem continuar na tradição familiar. Partirei das análises do material por nós desenvolvidos nos anos de 2016 a 2018 com as 40 entrevistas de Histórias de Vida já incorporadas no acervo do MAI, das referências bibliográficas que serão estudadas no Curso de Doutorado em História Social da UERJ e nos filmes, fichas de História Oral e fotografias para poder ir além da primeira fase do Inventário Participativo de Referências Culturais de Pessoas e Memórias da Pesca Artesanal em Itaipu. Dada à fragilidade é muito importante conhecer e documentar o Patrimônio Imaterial que será objeto de estudo, através de instrumentos como fichas de modo a assegurar que a sua preservação não dependa apenas da memória das pessoas e que mesmo depois de desaparecer uma tradição, o seu conhecimento permanecerá acessível às gerações futuras.

Le Goff (2003), afirma que os estudos recentes vêm sendo desenvolvidos apontando para uma aproximação da memória com a linguagem. Ora, antes de uma ideia ser falada ou escrita, precisa primeiramente estar armazenada na memória. Em relação à memória coletiva, observam que esta pode ser manipulada pelos grupos que objetivam exercer o poder em determinados momentos históricos. Talvez esteja aí uma das respostas em relação de gênero pois o coletivo masculino é maior que o feminino na Pesca Artesanal.

Com isso, salvaguardar é sinônimo de proteção e de conservação, termo muito familiar nas falas de Patrimônio Histórico e Cultural.

Tanto no Patrimônio Material como no Imaterial há salvaguarda das técnicas de como proceder, porém no Patrimônio Imaterial e a sua constante criação e adaptação às condições sociais do presente que as diferenciam.

Para Le Goff (2003) a cultura dos homens com escrita é diferente da cultura dos povos sem escrita, todavia, não radicalmente divergente. Os povos sem escrita cultivam suas tradições por meio de narrativas mitológicas, transmitidas às demais gerações pelos homens – memória, personagens responsáveis pelo cultivo da história de seu povo. No entanto, essa prática não lança mão de estratégias de memorização, não é uma prática mecânica, diferentemente da escrita.

A metodologia começa a ser descrita pelos arquivos do MAI, através das 40 entrevistas onde podemos observar a fala das mulheres e homens da pesca à falta de registros dos seus saberes, fazeres e modos de vida. Também ficou exaltada a falta de reconhecimento das mulheres na atividade pesqueira. Quando se analisa o material de história oral, vídeos, áudios, transcrições, observamos as queixas das senhoras que vivenciam a Pesca Artesanal na Praia de Itaipu e não foram reconhecidas como deveriam. Muitos destes homens e mulheres são letrados. Aprenderam a escrever e ler para ter o mínimo de escolaridade. O Museu de Arqueologia de Itaipu colaborou na década de 70 do Séc. XX com uma professora que alfabetizou alguns pescadores. Neste período de revisitar os documentos do Inventário Participativo de Pessoas e Memórias irei buscando referenciais teóricos para fundamentar meu trabalho. Pretendo assistir novamente as entrevistas com os entrevistados e retomar o Inventário paralisado pelas questões políticas do governo federal. Com isso, voltarei para o campo de pesquisa frequentando lugares da pesca, dos fazeres e das atividades nos quintais onde se costuram redes, conversam sobre as atividades do dia a dia.

Num primeiro momento utilizei a observação participante. Segundo (BECKER, 1994) na observação participante o pesquisador atua como sujeito carregando subjetividades próprias na interação com meus interlocutores, inicialmente estarei interferindo muito pouco através de minha própria fala durante os momentos de pescaria, nos lugares onde se reúnem os pescadores para tomar café e fazer suas refeições. No início da fase de campo irei recorrer de modo instrumental ao método etnográfico de observação participante (BECKER, 1994; SEIXAS, 2005). Será de suma importância esta fase em que vamos através do convívio falar sobre a pesquisa, discutir caminhos e ambientar meu retorno após uns meses sem morar na Praia de Itaipu.

Segundo Becker (1994), existem vários graus de observação participante, desde a observação oculta até participação integral, dentre os quais eu atuei em determinado momento da pesquisa como participante em caráter parcial, morando na comunidade, visto que aluguei uma casa em Itaipu para viver.

Diz o autor:

O observador se coloca na vida da comunidade de modo a poder ver, ao longo de um certo período de tempo, o que as pessoas fazem enquanto realizam seu conjunto diário de atividades. Ele registra suas observações o mais breve possível depois de fazê-las. Ele repara nos tipos de pessoas que interagem umas com as outras, o conteúdo e as consequências da interação (...) Ele tenta registrar esse material tão completamente quanto possível por meio de relatos detalhados de ações, mapas de localizações de pessoas enquanto atuam, e claro, transcrições literais das conversações (BECKER, 1994, p. 120).

A observação participante é útil para investigar os usos que são feitos dos recursos, das práticas de manejo, das regras informais de gestão de recursos, os processos de interação e organização social, os padrões sociais, o contexto sociocultural, gerando tanto informações qualitativas quanto quantitativas.

[...] Trata-se também de uma técnica adequada para pesquisar o conhecimento ecológico local ou tradicional, que muitas vezes é transmitido por demonstrações práticas ao invés de verbalizações. (SEIXAS, 2005, p. 86).

Para cada dia de vivência em campo, corresponderá em média um registro em diário de campo onde chamarei também de relato etnográfico, e escreverei todas as percepções das atividades de pesca, as relações dentro das companhas, às conversas de porta, etc., para consolidar pelo menos uns 25 registros, nos quais vou utilizar como consulta de memórias neste trabalho.

Planejarei a incursão no campo através de uma roteirização de entrevistas semiestruturadas para não me perder nas questões ou temas que fogem dos objetivos das entrevistas. Farei também gravações para registros dos áudios e transcrições para a análise posterior das falas. O primeiro seria o levantamento de dados sobre os pescadores e pescadoras no âmbito da pesquisa que já participaram da primeira etapa do Inventário Participativo de Referências Culturais do MAI. Alguns faleceram neste ano com Covid. Só saberei de fato quantas pessoas de fato irão participar do universo da pesquisa após reencontrá-los. O ideal seriam as 40 pessoas que já participaram do primeiro momento do trabalho do MAI.

O segundo momento a ser realizado, será de desenvolvimento de história oral na perspectiva de poder estabelecer diálogos entre a documentação encontrada e as narrativas dos diferentes participantes do Inventário de Pessoas e Memórias. Essas serão obtidas a partir da “[...] realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo” (Alberti, 2005, p. 18).

Hoje sabemos por conta da modernidade que a área de saberes e ofícios tradicionais, são atualmente as mais ameaçadas no Brasil. As ameaças a Pesca Artesanal são constantes e para relatar os saberes que serão indicados para serem abordados na pesquisa precisarei reunir através de conversa os agentes da pesquisa. Por indicação dos próprios participantes vamos montar as fichas com os nomes dos saberes tradicionais conhecidos na comunidade. Nestas rodas de conversa identificarei o nome dos detentores ou de seus praticantes, por isso faremos dois tipos de fichas: uma de pessoas e outra de ofício e saberes.

Com isso, poderei descrever em que consiste o saber ou o ofício identificando as várias etapas utilizadas na prática. Quanto ao modo de aprendizagem do saber/ofício, é importante descrever a idade em que a pessoa começou a aprender, se é efetuada em meio familiar, com que frequência, meio laboral, e as ameaças à continuidade do saber e principalmente a divisão dos trabalhos entre homens e mulheres da Pesca Artesanal em Itaipu.

Referências

- ALBERTI, V. *Manual de história oral*/ Verena Alberti. - 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; FIÚZA DE MELO, A. (Org.). **Povos das águas**: realidades e perspectivas na Amazônia. Belém: MPEG, 1993, p. 63-81.
- ALMEIDA, A. F. de. **O trabalho feminino em seringais do Acre (1960-1980)**. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- BRASIL. **Lei Federal Nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.
- BURKE, P. **História e teoria social**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- DI CIOMMO, R. C. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 423-443, jul./dez., 2003.
- _____. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista Marinha. **Ambiente & Sociedade**: Campinas, v. X, n. 1, p. 151-163, jan./jun., 2007.
- FASSARELLA, S. S. **A Vez e a Voz de Mulheres que atuam na atividade da pesca da Vila São Miguel (RS) Trajetórias e Perspectivas**. 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental)- Programa de Pós- Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2007.
- FIGUEIREDO, M. M. A. **Trabalho e participação política das pescadoras na Reserva Extrativista (RESEX) Canavieiras- BA**. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

FURTADO, G. S. **Lançando rede tecida e retecida na esperança de garantir peixe e sonho: um resgate das ações da Comissão Pastoral dos Pescadores sobre gênero, educação e desenvolvimento local na comunidade de Pescadores de Itapissuma, PE.** 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local)- Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

GOES, L. de O. **Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal.** 2008. 219 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

LE GOFF, J. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MANESCHY, M. C. Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da Pesca responsável. **Proposta**, n. 84/85, p. 82-91, mar./ago 2000.

MARTINS, M. L. S. **Rios, estuários e mangues: a mulher na pesca artesanal.** 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)- Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

MENDES, S. H. de A. **(In)Visibilidade das mulheres na pesca artesanal: uma análise sobre as questões de gênero na colônia de pescadores e pescadoras Z-16 em Miracema do Tocantins/TO.** 2016. 82 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)- Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.

PRIMO, B.; ARAUJO, M. (Orgs.). **Inventário participativo pessoas e memórias:** Museu de Arqueologia de Itaipu. Museu de Arqueologia de Itaipu. Rio de Janeiro: Data Coop, 2018.

SEIXAS, C. S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em Gestão de Recursos Naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências.** Florianópolis: Secco/APED, 2005, p. 73-105.

A narrativa carnavalesca das escolas de samba enquanto História pública à luz das implicações metodológicas e éticas na história de grande circulação

Fábio Rodrigues de Almeida¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é: *Índios, negros e pobres: Ó pátria amada, por onde andarás? História Pública e Educação Histórica nas narrativas carnavalescas das escolas de samba do Rio de Janeiro em tempos de crise democrática, ainda em andamento.*

1 A narrativa carnavalesca das escolas de samba e a produção/circulação do conhecimento histórico

A estreita relação entre a produção carnavalesca das escolas de samba e a História/historiografia – para além do dado empírico que qualquer folião ou apreciador do grande espetáculo realizado anualmente por essas agremiações durante o carnaval pode notar ao assistir a um desfile ou ouvir um samba-enredo – já foi objeto de estudos seminais.

Com base na análise de letras de sambas-enredo apresentados pelas escolas de samba do Rio de Janeiro entre 1952 e 1975, Monique Augras (1998) afirma que o tempo privilegiado por essas narrativas teria sido o passado, focalizando, nesse recorte, principalmente o Brasil Colônia e o Império, possuindo essas composições um caráter essencialmente laudatório, prestando tributo ao “passado” e à “memória”, que se confundiriam com a “saudade”. Na mesma direção segue Rachel Valença (1983), em seu estudo linguístico dos sambas-enredo entre 1972 e 1982, verificando a preferência dessas agremiações por temas históricos e literários, que tomavam como referência a “cultura branca oficial” (grifo da autora).

De modo geral, essa característica se associa ao processo de estruturação do modelo de desfile das escolas de samba, tendo a apresentação de enredos como elemento chave. O Enredo é a criação e a manifestação artística de um “tema ou conceito” (LIESA,

¹ Aluno do curso de doutorado. Programa de pós-graduação em História Social da UERJ. Orientador: Dr. Daniel Pinha Silva. Ingresso no ano de 2021. Título do projeto: *Índios, negros e pobres: Ó pátria amada, por onde andarás? História Pública e Educação Histórica nas narrativas carnavalescas das escolas de samba do Rio de Janeiro em tempos de crise democrática.*

2019, p. 47), tanto de forma “abstrata/teórica”, como tema proposto, quanto concretamente, na materialização desse tema ou conceito durante o desfile (MUSSA; SIMAS, 2010, p. 14). É com base em tal elemento que, neste trabalho, pretende-se identificar e discutir as produções carnavalescas das escolas de samba enquanto histórias públicas.

Conforme pondera Fernando Pamplona (*apud* RIOTUR 1991, p. 309), “o enredo não é apenas o tema em si”, referindo-se principalmente à maneira como esse tema “foi tratado”; correspondendo à “espinha dorsal” que sustenta a “montagem” do desfile e à “sequência do conteúdo intelectual” proposto pelo carnavalesco – profissional que concebe e/ou desenvolve o enredo – ou pela equipe que se encarregue do seu desenvolvimento (CUNHA JÚNIOR, 2006, p. 11).

Por sua vez, Maria Laura Cavalcanti (1999, p. 75) afirma que o enredo é o “elemento expressivo básico” das escolas de samba, responsável por mobilizar diferentes camadas e atores sociais, assegurando – em ciclos anuais de abertura ao contexto histórico e cultural – a atualidade e a diversidade da forma estética do desfile. Não existe, portanto, desfile de escola de samba sem enredo, logo, sem que nele se manifeste uma determinada narrativa, sem que se conte uma história ou se emita um certo discurso a respeito de um tema, acontecimento, personagem, etc.

Atualmente, a estruturação dos enredos entre as escolas de samba ocorre a partir da apresentação de uma sinopse sobre o tema abordado, documento este que pode assumir diversas formas. Complementarmente, se estruturam outros elementos narrativos/discursivos de igual importância, como o samba-enredo, vinculado à oralidade; e os elementos de caráter plástico-visual, como fantasias, alegorias e adereços. Até mesmo aspectos rítmicos, dramáticos e/ou relacionados à dança durante o desfile, costumam ser planejados em função do enredo. Define-se, então, como chave para a compreensão da relação entre essas partes, o termo “narrativa carnavalesca”, referindo-se especificamente aos elementos narrativos ou formas discursivas que se conectam direta e estritamente ao desenvolvimento do enredo com vistas à apresentação no desfile em um determinado ano.

Apesar de o quesito enredo constar no julgamento das escolas de samba desde 1933, foi somente a partir das mudanças regulamentares ocorridas em 1952, com o estabelecimento de que a letra do samba cantado durante o cortejo estivesse de acordo com o enredo, e ainda perante a exigência de que todas as alas desfilaram fantasiadas,

com indumentárias que remetesse ao tema (AUGRAS, 1998, p. 78-79), que tal elemento assume a função central que possui atualmente.

Esse é um processo que pode ser analisado sob uma ótica condizente com o contexto histórico brasileiro nas décadas de 1940 e 1950, momento em que se buscava a tecitura de uma identidade nacional, da qual o Carnaval e seus elementos relativos à cultura afro-brasileira, sobretudo o samba, passavam a ser percebidos como uma de suas principais sínteses (FERREIRA, 2004, p. 312). Momento também em que as escolas de samba lutavam ainda por sua afirmação. Ocorre então que, na confluência de interesses entre Estado e escolas de samba para alcançarem seus objetivos, os enredos desse período assumem um viés essencialmente histórico, laudatório e nacionalista, dando às narrativas carnavalescas das escolas de samba uma feição Épica/Epopéica, entendida, em seu modelo clássico, como longas narrativas literárias, “de caráter heroico, grandioso e de interesse nacional e social” (SOARES, 2007, p. 39).

Destaca-se, que a adequação às vicissitudes de seu tempo e ao modelo carnavalesco então proposto, fez com que as escolas de samba do Rio de Janeiro, durante décadas, reproduzissem o discurso oficial do Estado em seus enredos e sambas-enredos. Assumiram um papel pedagógico assim, disseminando, entre as camadas populares, certa versão da história nacional, hegemonicamente, a “história dos vencedores”, segundo o uso benjaminiano do termo (LÖWY, 2011).

Por outro lado – embora em uma relação assimétrica de poder –, as escolas de samba, como “agentes políticos” ativos (SILVA, 2007), também souberam se beneficiar desse contexto: seja pela manutenção dos elementos associados à africanidade (ritmos, cantos, danças, etc.) em sua estrutura; seja pelo reconhecimento obtido, alcançando-se um lugar de destaque no cenário cultural brasileiro.

A partir da década de 1960, no entanto, ainda que esse modelo continuasse difundido no carnaval carioca, ocorrem importantes clivagens na narrativa carnavalesca, verificando-se a ascensão de abordagens culturalistas e regionalistas, que mesmo tendo o Brasil como foco, não estavam voltadas para a perspectiva do Estado. Também nos anos 1960, é bastante marcante o fortalecimento de temas até então pouco explorados entre as escolas de samba do Rio de Janeiro, com destaque para aqueles relacionados à cultura, história, tradição e luta do povo negro.

Já na década de 1970, ganham impulso enredos de caráter onírico, pautados em sonhos, delírios e na imaginação, sem que com isso sejam deixadas de lado as temáticas históricas, que seguem comparecendo, tanto por meio de narrativas de base ficcional,

quanto valendo-se de narrativas pautadas em fatos históricos (ALMEIDA, 2020). Salienta-se ainda, a vertente de enredos que emerge na década de 1980, genericamente chamados “críticos”. É marcante nesse modelo a abordagem crítica ao momento vivido, onde as narrativas apresentadas assumem a feição de verdadeiras crônicas de seu tempo, sendo reinterpretadas também, sob ótica popular, diversas personagens e passagens históricos (ALMEIDA, 2020), dando lugar à uma “história vista de baixo” (THOMPSON, 2001).

2 A narrativa carnavalesca das escolas de samba enquanto História pública: algumas reflexões

Sendo identificada por seu lugar e modos de produção (SARLO, 2007), a História Pública (HP) corresponde às formas como a representação do passado se estabelece em dada sociedade, não estando limitada ao espaço Acadêmico e aos currículos escolares. Trata-se, portanto, de um processo de apreensão das memórias sociais e da história, reconhecendo-se que não cabe aos historiadores a exclusividade na produção de um conhecimento histórico legítimo – desde que não se abra mão “do rigor da produção historiográfica” (FERREIRA, 2014, p. 35). Deste modo, a HP está diretamente conectada com as disputas quanto a “memória coletiva” e o “dever de memória”, situando “a disciplina histórica no centro de debates públicos com amplas repercussões políticas e sociais”, refletindo uma ampla produção voltada a mobilizar e evidenciar “saberes históricos”, respondendo às “demandas por esse tipo de conhecimento” (HEYMANN; VANNUCCHI; FONTES, 2014, p. 229). Pelo exposto, ao se pensar nas narrativas carnavalescas das escolas de samba sob a perspectiva da História Pública, constitui-se tema fundamental questionar sobre as implicações metodológicas e éticas que envolvem suas representações sobre o passado.

Diante a impossibilidade de serem abarcadas todas as questões pertinentes a essa discussão, põem-se em tela uma das mais relevantes: a inserção da produção carnavalesca das escolas de samba – ao menos no que se refere às tidas “grandes escolas de samba” – no conjunto daquilo que Beatriz Sarlo (2007) denomina “história de grande circulação”. Considera-se, nesse aspecto, que nem toda história pública é, necessariamente, uma história de grande circulação. Pelo menos no sentido de apresentar o objetivo de alcançar grandes públicos, como ocorre em certos casos de livros, filmes, novelas, séries, blogs, canais do YouTube, etc.

Discutindo a categoria, Sarlo (2007, p. 13) assinala a suscetibilidade da história de grande circulação “às estratégias com que o presente torna funcional a investida do passado e considera totalmente legítimo pô-lo em evidência”. Posto de outra forma o problema, é possível dizer que caso não ocorra uma “resposta na esfera pública atual”, esse tipo de história fracassa em seu objetivo, deixando de ser fonte de interesse. Por orientar-se em função dos “sentidos comuns do presente”, atendendo às “crenças de seu público” – o que não significa tratar-se, obrigatoriamente, de uma história falsa –, conforme observa Sarlo (2007), a história de grande circulação corresponde a uma modalidade de História Pública não acadêmica, mesmo que praticada por um historiador com formação acadêmica.

De fato, a diferença fulcral entre a história de grande circulação e a história acadêmica se verifica pelos métodos que as regem. Afinal, na história acadêmica, “as regras do método da disciplina histórica” exercem a supervisão aos “modelos de reconstituição do passado”, de modo a garantir, por meio de um “ideal epistemológico” convencional, “o artesanato aceitável de seus produtos”. No entanto, ainda que essa metodologia da história e os processos reconstitutivos do passado se apresentem de forma explícita – o que geralmente não ocorre na história de grande circulação –, isto não garante como resultado a produção de uma história de elevado interesse público (SARLO, 2007).

Esse debate remete diretamente a um ponto de tensão quanto à História Pública: a formação necessária ao historiador público. Conforme propõe Robert Kelley (1978 apud MALERBA, 2014, p. 29), os “historiadores públicos entram em ação sempre que, em suas especialidades, tomam parte no processo público”. Nesse caso, se restringe o “título” de “historiador público” a indivíduos com formação especializada.

Conforme salienta Jurandir Malerba (2014, p. 31-32), em países como Inglaterra, Estados Unidos e Austrália, o que ocorre é que tanto os chamados “historiadores populares” (*popular historymakers*) – entre outras denominações possíveis, aqueles que “praticam história no sentido de sua vulgarização”; quanto os historiadores acadêmicos (*professional historians*), passam por algum tipo de “treinamento universitário profissional no tratamento dos princípios ou fundamentos da história como ciência”, ainda que suas culturas de trabalho sejam diferentes, conformadas por “identidades, perspectivas, missão e valores distintos”.

Observando a realidade brasileira, Malerba (2014, p. 31) constata que a situação não se repete. Ter-se-ia no país uma historiografia acadêmica majoritariamente restrita

aos “circuitos fechados” da Academia, que se eximir de ocupar “os espaços públicos de debate”. Além disso, ao contrário do que se registra nos países mencionados, no Brasil, aparentemente, “a perícia narrativa”, assim como as articulações mercadológicas”, bastariam “para garantir a qualquer leigo o domínio do ofício”.

A esse tipo de “historiador” público é leigo, Malerba (2014, p. 33) denomina “historiador prático”, cuja atuação no Brasil – diante a demanda social por história e sob orientação mercadológica – resultaria em “dois tipos de histórias, direcionadas ao “grande público” e de qualidade “duvidosa”: Primeiramente, as “histórias triviais de família, coleções de objetos pessoais (selos, cartas, diários), biografias ornadas com as lembranças e preconceitos dos mais velhos”. Ademais, se apresenta “a velha história oitocentista de grandes fatos e personagens, a história *événementielle*”.

Outra característica desse tipo de história, segundo Malerba (2014), trata-se do posicionamento acintoso assumido por seus autores e adeptos frente aos historiadores acadêmicos. Posição esta que, tanto quanto a “gana mercadológica pela história”, não seria uma peculiaridade brasileira, revelando uma tendência contemporânea, a partir da “entrada da indústria do entretenimento nos canteiros de Clio”, observa o autor.

Percebe-se que, nesses termos, a HP está colocada diante de um problema ético, pois, na medida em que somente o caráter mercadológico for baliza avaliativa para uma “obra historiográfica”, rebaixando-se a importância dos critérios éticos, que perpassam qualquer atuação profissional, colocar-se-ão em evidência narrativas históricas pobres em sua dimensão interpretativa, repletas de “anacronismos, erros e preconceitos”, como se nota em muitas obras publicadas no Brasil (MALERBA, 2014).

Esse componente ético em relação à historiografia tem sido tema de debate para além da HP. Embora reconheça os perigos que a medida oferece, Antoon de Baets (2009) defende a necessidade de adoção de um código de ética para os historiadores em geral, no sentido de estabelecer “um conjunto de princípios” sobre seus direitos e deveres, atualizados e aperfeiçoados constantemente. O autor avalia que esse código seria vantajoso por oferecer um justo equilíbrio entre “os interesses dos historiadores e os de outros no universo em que operam”, além de sustentar valores tidos fundamentais na profissão histórica: a “liberdade” e a “integridade” dos historiadores; o “respeito” em relação aos que os “cercam”; e a “busca cuidadosa e metodicamente executada pela verdade”, por meio de “interações entre historiadores e outros”, propõe. Para De Baets (2009), desse modo, os historiadores lograriam “convencer os forasteiros e a si mesmos de que a história é bem cuidada em suas mãos”.

Mas e as escolas de samba? De que maneira se pode entender a sua produção de sentidos históricos enquanto histórias públicas à luz da história de grande circulação? Embora as narrativas carnavalescas das escolas de samba possam ser entendidas como histórias de grande circulação, uma vez que atingem amplas audiências, a definição dessas narrativas, nem em relação aos temas e nem em relação às abordagens, são determinadas exclusivamente por uma lógica mercadológica. Embora ela possa ser relevante em certas situações, como no caso de enredos patrocinados. De todo modo, essas agremiações operam na lógica de sua tradicionalidade enquanto agrupamentos carnavalescos. Instituições de caráter popular e coletivo, que sofrem influências múltiplas por parte de seus componentes e diretores, lidando ainda com pressões políticas internas e externas, estando suscetíveis às diferentes mudanças conjunturais.

Mesmo no caso dos citados enredos patrocinados, o que se determina é geralmente o tema, cabendo à própria agremiação definir sua abordagem. Nesse sentido, enquanto sujeitos políticos ativos, as escolas de samba possibilitam a setores subalternizados, e muitas vezes marginalizados, deixarem de entrar pela “porta dos fundos” na construção das narrativas mobilizadas, colocando-se como protagonistas das/nas histórias que apresentam. Percebe-se a importância de processos como este nas palavras de Marta Rovai (2018), que dá destaque à elaboração de histórias públicas pelas comunidades, desde que construídas de forma reflexiva:

No trabalho com a História Pública, cada comunidade constrói a sua identidade e a sua distinção em relação aos outros, isto é, a sua alteridade, nas tensões entre o que se quer recordar e o que se quer esquecer. Elabora a compreensão do passado, situa-se no presente e elabora expectativas de futuro, selecionando lembranças e histórias, refletindo sobre seus impactos na dimensão coletiva por meio das mais variadas formas de linguagens e mídias (ROVAI, 2018, p. 191).

Nessa dinâmica, embora o desenvolvimento de um desfile de escola de samba seja coletivo, merece destaque a figura do carnavalesco ou da carnavalesca – profissionais que atualmente, em grande número, possuem formação acadêmica. Geralmente oriundos de cadeiras relacionadas às artes plásticas, tratam-se de indivíduos que no exercício de suas funções podem ser compreendidos como intelectuais, servindo como mediadores entre os conhecimentos propostos nos enredos e as comunidades que integram as escolas de samba. Mais especificamente, é plausível dizer que – ao lado das equipes que coordenam, contando muitas vezes com a parceria/colaboração de historiadores ou pesquisadores com outros tipos de formação acadêmica –, esses artistas performam enquanto “historiadores

públicos”, ao exercerem o papel de “ponte” entre a Universidade, as comunidades com que trabalham e o próprio “mundo do samba”². Tal articulação possibilita a emergência de narrativas históricas pautadas nas demandas de um público que não apenas consome, mas também participa da elaboração dessas narrativas (SANTHIAGO, 2016).

Essas tópicas conduzem a outras reflexões caras ao tema discutido. Inicialmente, têm-se o fato de que a história de grande circulação resulta de planejamento voltado à produção de um gênero específico, o gênero histórico (filme, série, livro, etc.), sendo um de seus objetivos atingir um público também específico, que se interesse por esse gênero (FERREIRA, 2014, p. 26). Não é essa a lógica que opera entre as escolas de samba, fundamentalmente porque – pelas características de seus desfiles, que contemplam múltiplas linguagens, bem como pelas particularidades da narrativa carnavalesca –, ainda que se possa falar em enredos de temática histórica, não se pode falar em “gênero histórico”, uma vez que um mesmo desfile, a partir de seu enredo, pode apresentar múltiplas histórias dentro de uma mesma história, inclusive com temporalidades diferentes, não só do passado.

Na mesma direção, o desfile de escola de samba não é um “produto” pensado para alcançar um público que se interesse especificamente pelo “gênero histórico”, ou seja, por leituras do passado, e sim pelo carnaval, pelo samba e pelo espetáculo proporcionado por essas agremiações, independentemente da temática do enredo.

Outra reflexão importante diz respeito à multiplicidade de narrativas produzidas pelas escolas de samba, onde cada qual não se apresenta como única possibilidade interpretativa sobre a história contada. Não se produzem, portanto, verdades absolutas – um dado relevante, se observado o contexto político atual, marcado por tentativas de silenciamento de grupos sociais e posturas antagônicas frente ao outro. Entre as escolas de samba, diferentemente, é comum o desenvolvimento de distintas narrativas sobre um tema em um mesmo ciclo (ano) carnavalesco, ou em ciclos bem próximos.

Num outro polo, deve-se frisar que embora a produção do conhecimento histórico nas narrativas carnavalescas das escolas de samba não se dê a partir dos mesmos objetivos e procedimentos que regem o conhecimento científico – afinal, trata-se de uma narrativa de natureza literária –, existem fatores que se não regulam essa produção, exercem sobre ela certa pressão.

² Conforme define José Sávio Leopoldi (2010, p. 41) o “mundo do samba” é uma ordenação social e cultural específica, de origem negra e relacionada originalmente às camadas subalternas da sociedade brasileira e às escolas de samba, possuindo seu próprio *ethos*, ou seja, seus próprios costumes e hábitos.

Um desses fatores é a própria multiplicidade de narrativas citada anteriormente, que coloca em confronto versões diferentes sobre o tema abordado, estabelecendo certos parâmetros a seu respeito. Quanto a isso, acrescenta-se que as escolas de samba realizam seus desfiles inseridas em um concurso, no qual são submetidas a uma avaliação, não apenas pública, mas também por parte de um corpo de jurados, formado por especialistas em diferentes áreas e/ou pessoas com formação específica para exercer tal função, o que pode causar embaraços e prejuízos em sua classificação, caso apresentem narrativas sem qualquer tipo de sustentação e/ou argumentação.

Destaca-se que, desde 1988, a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, que administra os desfiles do Grupo Especial, organiza, entrega aos jurados e publica o chamado *Livro Abre-Alas*: material que condensa todas as informações relevantes quanto ao desenvolvimento do enredo e do desfile. Hodiernamente, por força do regulamento, exige-se que as agremiações explicitem, para que sejam publicadas no *Abre-Alas*, as fontes pesquisadas e utilizadas pelo carnavalesco ou sua equipe, bem como as justificativas para a abordagem desenvolvida.

Dessa forma, deve-se ver a produção do conhecimento histórico a partir das narrativas carnavalescas das escolas de samba enquanto uma das formas de democratização desse saber – prática que, segundo Benjamin Filene (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 7), abre “portas” em vez de construir “muros”. Este é um caminho capaz de combater “ruídos” e “rivalidades” entre essa modalidade de produção do conhecimento histórico e a historiografia acadêmica³, realçando-se o caráter de “fronteira” da História Pública, no sentido da aproximação, e não da separação, entre espaços distintos (MONTEIRO; PENNA, 2011).

Destarte, ganha importância a reflexão acerca da potencialidade das escolas de samba e de suas produções carnavalescas em atingir e impactar ao público em geral e, especialmente, suas comunidades. Sobretudo a partir de abordagens crítico-reflexivas, que fujam das armadilhas da “história tradicional”. Trata-se aqui, de se considerar a importância de narrativas que em vez de sacralizar efemérides e personalidades

³ Um exemplo desse tipo de ruído se deu no contexto do desfile do carnaval de 2019 no Rio de Janeiro, quando a Estação Primeira de Mangueira apresentou o enredo *História pra ninar gente grande*, de autoria do carnavalesco Leandro Vieira, que entre outros aspectos, abordava aquilo que considerava a “história que a história não conta” – em alusão a uma suposta ausência de personagens marginalizadas nos livros didáticos de História: mulheres, indígenas, negros, pobres, etc. Na ocasião, houve bastante repercussão quanto a essa abordagem nas redes sociais e, mais ainda, reações por parte de historiadores e historiadoras profissionais, em afirmar que, já há algum tempo, essas personagens eram estudadas na Academia e representadas em livros didáticos.

relacionadas a certa visão hegemônica de mundo e de história, como durante muito tempo foi preponderante nos enredos apresentados por essas agremiações, às problematizam, buscando se identificar e posicionar junto aos setores subalternizados/marginalizados da sociedade.

Essa perspectiva, principalmente no que diz respeito a temas sensíveis e controversos, que inclusive perpassam o currículo escolar (ditadura militar; escravidão/abolição; cultura e história indígenas; direitos humanos e sociais; intolerância religiosa, etc.), coloca as escolas de samba como relevantes espaços para a formação dos sujeitos por meio da socialização de conhecimentos.

Concebe-se, deste modo, a importância dessas agremiações na educação para a cidadania e desenvolvimento da consciência histórica: processo de aquisição de competências da memória histórica”, capaz de dar lugar a uma “coerência interna entre passado, presente e futuro” e, dessa forma, “organizar a própria experiência de vida”, conforme ensina Jörn Rüsen (2001).

Considerações finais

Partindo da perspectiva que as narrativas carnavalescas das escolas de samba, enquanto histórias públicas, transitam – relativamente – entre a chamada história de grande circulação e a história acadêmica, este trabalho discutiu questões metodológicas e éticas que se colocam diante o processo de escrita da história, buscando demarcar as especificidades da produção carnavalesca frente ao que se verifica, geralmente, em segmentos que exploram a temática histórica com o objetivo de alcançar grandes públicos e rendimentos.

De modo geral, o trabalho sinaliza que as abordagens sobre a história realizadas pelas escolas de samba em seus enredos carnavalescos constituem formas de democratização do saber histórico, exemplificando o caráter de *fronteira* existente entre o conhecimento histórico acadêmico e aquele relativo à História Pública.

Salientou-se, por outro lado, a potencialidade dessas agremiações e suas produções em alcançar e impactar ao público em geral, especialmente suas comunidades – o que confere às escolas de samba importante papel na educação para a cidadania e no desenvolvimento da consciência histórica

Referências

ALMEIDA, Fábio Rodrigues. Crítica política e perspectivas de democracia nas narrativas carnavalescas das escolas de samba do Rio de Janeiro na década de 1980. 330 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

AUGRAS, Monique. O Brasil do Samba-enredo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CAVALCANTI, Maria Laura. O Rito e o Tempo: ensaios sobre carnaval. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CUNHA JUNIOR, Milton. Paraísos e infernos na poética do enredo escrito de Joãozinho Trinta. 166 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DE BAETS, Antoon. Responsible history. New York, Oxford: Berghahn Books, 2009.

FERREIRA, Felipe. O livro de ouro do carnaval brasileiro. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Cinema, história pública e educação: circularidade do conhecimento histórico em Xica da Silva (1976) e Chico Rei (1985). 398 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

HEYMANN, Luciana; VANNUCCHI, Marco Aurélio; FONTES, Paulo. (Edits.). História pública. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, jul./dez. 2014.

LEOPOLDI, J. S. Escolas de Samba, Ritual e Sociedade. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

LIESA – Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro. Livro Abre-Alas. Carnaval 2019, 2 v. Centro de Memória do Carnaval.

LÖWY, Michael. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). Lutas Sociais, São Paulo, n. 25/26, p. 20-28, jul./dez. 2010; jan./jun. 2011.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 7, n. 15, p. 27–50, 2014.

MONTEIRO, Ana. Maria.; PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de história: saberes em lugar de fronteira. Educação e Realidade. v. 36, p. 191-211, 2011.

MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antônio. Samba de enredo: história e arte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RIOTUR. Memória do Carnaval. Rio de Janeiro: Oficina do Livro, 1991.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, J. R. & MENESES, S. (orgs.). História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 185-196.

RÜSEN, J. Razão Histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a História Pública no Brasil. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. & SANTHIAGO, R. (Orgs.). História Pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SILVA, César Maurício da. Relações Institucionais das Escolas de Samba, Discurso Nacionalista e o Samba Enredo no Regime Militar – 1969-1985. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SOARES, Angélica. Gêneros literários. 7. ed. São Paulo: Princípios, 2007.

THOMPSON. Edward Palmer. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, A. L. & SILVA, S. (orgs.). As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 227-267.

VALENÇA, Raquel Teixeira. Palavras de Purpurina: estudo Linguístico dos Sambas Enredo (1972 –1982). 1983. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983.

Guerra santa contra a umbanda e o espiritismo -querem alguns bispos católicos: os embates e as disputas entre católicos e umbandistas entre os anos de 1953 e 1968

Farlen de Jesus Nogueira¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da Capes

1.1 Uma breve análise das trajetórias de Tancredo da Silva Pinto e Boaventura Kloppenburg e Dom Jaime Câmara

O presente texto faz parte do projeto de pesquisa “Guerra religiosa, justo agora?” as controvérsias públicas entre o frei Boaventura, dom Jaime Câmara e intelectuais umbandistas no rio de janeiro (1950-1968)”, e está relacionado ao capítulo quatro da tese, ainda em andamento, procurando trazer algumas de suas ideias centrais.

Analisar uma trajetória nem sempre é uma tarefa fácil, são várias as dificuldades que devem ser levadas em conta pelo pesquisador no momento da pesquisa. Ao longo do presente trabalho vamos analisar as trajetórias de três atores sociais que não possuíam muita relação entre si, a não ser um evento que os colocou em lados opostos ao longo do que ficou conhecido como a “Campanha Anti-Espiritismo” ou a “Campanha de Esclarecimento aos Católicos”, movida pela Igreja católica contra as ditas religiões do campo mediúnico, entre 1953 e 1962, tendo como seus divulgadores e líderes, por parte da Igreja, Carlos José Boaventura Kloppenburg (1919-2009), ou Frei Boaventura e o bispo Dom Jaime Câmara (1894-1971). Tal campanha gerou respostas em importantes figuras do campo religioso mediúnico brasileiro. No lado umbandista, o frei e o bispo receberiam críticas a partir da figura de Tancredo da Silva Pinto (1905-1979), líder religioso umbandista da linha do omolocô, que era uma concepção de umbanda “reafricanizada”, valorizando o aspecto cultural negro da religião.

Antes de começarmos a análise em si, gostaríamos de destacar que Bourdieu (1998), apresenta que é absurdo a ideia de tentar compreender uma vida como uma série única de acontecimentos sucessivos, ou seja, não podemos analisar uma trajetória de vida como se está se encaminhasse a um final (p.189). Desta forma, Bourdieu (1998) propõem a noção de trajetória, demonstrando que os agentes, por vezes, agem em diferentes campos de atuação. Assim, ao longo da presente pesquisa, buscaremos analisar e mapear

¹ Aluno do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social, ingresso no ano de 2023, com o projeto “Guerra religiosa, justo agora?” as controvérsias públicas entre o frei Boaventura, dom Jaime Câmara e intelectuais umbandistas no rio de janeiro (1950-1968)” orientado pela professora dra. Joana Bahia.

as redes que fizeram parte da trajetória de nosso a atores sociais em questão com foco sobre os anos da campanha anti-espiritismo.

A única entrevista realizada com Tancredo sobre sua trajetória de vida que tivemos acesso foi publicada no livro “*O Culto Omoloko*”, de Ornato José da Silva, publicado em 1981. Ornato foi aluno, amigo e filho de santo² de Tancredo. Na entrevista Tancredo fala sobre nomes de familiares, amigos e como foi o seu esforço ao tentar legitimar a umbanda no Rio de Janeiro.

Tancredo da Silva Pinto teria nascido no município de Cantagalo, em 10 de agosto de 1905. Seus pais carnais eram Belmiro da Silva e Edwrigens Miranda Pinto. Segundo Tancredo, na entrevista realizada com Ornato, seu avô materno era Manoel Miranda e a avó materna era Henriqueta Miranda, sobre os quais não encontramos muitas informações (SILVA, 1981, p.24).

Em outra dimensão importante de sua vida, ou seja, na religião Tancredo teria sido iniciado no omolocô, em 1918, com apenas 13 anos de idade, sendo feito para o orixá Oxóssi³. Segundo Antônio Pereira Camelo de Xangô, que escreveu sobre a vida de Tancredo no jornal “*O Saravá*”⁴, em 1979, Tancredo teria sido iniciado por Tia Benedita auxiliado por Tio Bacayodé, ambos bantus⁵.

A migração de Tancredo para o Rio de Janeiro teria se dado ainda na adolescência, quando veio a se estabelecer no então distrito federal (SILVA, 1981, p.17). Provavelmente não teria migrado sozinho, vindo junto de sua tia Olga da Mata, que teria estabelecido uma casa de santo junto ao seu tio Paulino da Mata, em Caxias (p.1981). Entre 1920 e 1922, o líder umbandista estava morando perto do morro do Salgueiro, em Valparaíso, na rua Conde do Bonfim. Não sabemos que profissão exercia ainda nesta época, talvez a de estafeta dos correios (CUNHA, 2015). Ainda não era pai de santo, pois só receberia seu Deká⁶ por meio das mãos do Ganga Zambi⁷ Carlos Guerra, aos 20 anos

² No candomblé e na umbanda, designação genérica do iniciado (LOPES, 2004, p.277).

³ Orixá iorubano da caça e dos caçadores (LOPES, 2004, p.504).

⁴ *Jornal O Saravá*, novembro de 1979

⁵ Vocábulo que pode ser usado nas formas flexionais “banto, a, os, as” ou “bantu”, sem flexões e que designa cada um dos membros à qual pertenciam, entre outros, os escravos no Brasil chamados angolas, congos, cabindas, benguelas, moçambiques e etc. (LOPES, 2004, p. 98).

⁶ Cerimônia que marca o fim dos sete anos de iniciação e torna o iniciado, agora ebômi, apto para abrir terreiro (CAPONE, 2009, p 359).

⁷ Grau de sacerdote. Na cabinda se refere a chefe de terreiro da linha das almas. Este termo também designa feiticeiro e grande sacerdote (LOPES, 2004, p.292).

de idade, ou seja, em 1925. Com duas responsabilidades os “Erós de Tatá TI Inkice”⁸, e Tahi (Oluwo de Ifá)⁹. Segundo Santos (2018) o nome religioso de Tancredo era “Fòlkétu Olóròfê” conhecido também pela alcunha de o “Papa Negro da Umbanda” (SANTOS, 2018, p.66).

Na entrevista dada a Ornato (1981), Tancredo fala das dificuldades encontradas para estabelecer e praticar a umbanda no Rio de Janeiro. Em momento, algum o entrevistado toca na expressão racismo, esta pode estar transvestida, para nós, nas dificuldades, que segundo ele eram encontradas para se praticar a religião na cidade do Rio. Não podemos esquecer aqui a importância do não dito e como este atrelado ao esquecimento e ao silêncio faz parte da organização da memória dos sujeitos, assim como da noção de memórias subterrâneas de Pollack (1989), que são as memórias dos marginalizados e que se opõem a “memória oficial” (POLLACK, 1989, p.4).

Na sua entrevista, Tancredo buscou apresentar um passado de perseguição para as religiões afro-brasileiras, no qual as batidas policiais eram constantes. Não podemos esquecer que historicamente, os cultos afro-brasileiros foram perseguidos por autoridades governamentais. Cabe lembrar que até pelos menos os anos de 1950, as religiões afro-brasileiras, dentre elas a umbanda, eram perseguidas e sofriam com a intolerância por parte da sociedade civil e do Estado brasileiro, estas eram enquadradas em crimes como de feitiçaria, exercício ilegal da medicina e charlatanismo (BIRMAN, 1985). Em 1941, o chefe de polícia Filinto Muller teria instituído a obrigatoriedade do registro das casas e terreiros dos ditos cultos mediúnicos, que incluíam terreiros de candomblé, casas de umbanda e centros kardecistas na delegacia de polícia (BROWN, 1985; BIRMAN, 1985; SÁ JUNIOR, 2004). Para resolver esta questão, são criadas por parte da umbanda, instituições denominadas de federações de umbanda, que passam a registrar os terreiros e oferecer proteção contra as batidas. Com isso, as federações de umbanda, passam a ganhar força a partir da década de 1940. Estas passaram a ter um duplo esforço, ou seja, tentar legitimar a religião, ao mesmo tempo que passam a tentar doutrinar a mesma, a partir de diferentes perspectivas religiosas, sendo tais instituições criadas e dirigidas por representantes da umbanda (BIRMAN, 1985).

⁸ Conjunto de ensinamentos ritualísticos secretos, fundamento. Do ioruba èro, “experiência”, “sagacidade”. Portanto, o título conferia a Tancredo a possibilidade de se tornar pai de santo (LOPES, 2004, p.256).

⁹ Adivinho, babalaô, jogador de búzios; sacerdote de Ifá. Entre os iorubás, é o título designativo do chefe dos babalaôs de determinada área ou região (LOPES, 2004, p.496).

Na década de 1950, Tancredo teria fundado junto com outros companheiros, como Byron Torres de Freitas, Ornato José da Silva, José Alcides, dentre outros, a Confederação Espírita Umbandista (CEU)¹⁰, ou seja, uma federação de umbanda que defendia as origens negras da religião, recorrendo a uma origem africana para a umbanda, em sua busca por se legitimar frente ao campo religioso. Essa federação surge num momento de expansão para a religião, iniciado em 1945, com o fim do regime de Vargas. Junto da CEU surgiram outras cinco federações de umbanda, que tentaram doutrinar a religião de diferentes maneiras (BROWN, 1985, p.23).

Tancredo em sua vida, além de líder religioso pertencia também ao mundo da composição e da música, escreveu canções como o samba de breque¹¹ “jogo Proibido”, gravado por Blecaute, em 1936.

Mas, para além de ser um pai de santo e sambista, Tancredo buscou exercer, ao longo de sua trajetória uma hierarquia maior no culto, ao fundar a CEU, em 1950 com objetivo de defender os umbandistas das perseguições policiais e também doutrinar a religião. Ainda, apesar de serem homens negros, que sofreram com o racismo e com a perseguição e oriundos de classes populares, estes intelectuais umbandistas investiram no letramento para legitimarem suas concepções religiosas. Tancredo, por exemplo, escreveu durante 25 anos uma coluna semanal no jornal *O Dia*, além de publicar vários livros sobre a religião. Mas, conforme veremos ao longo da década de 1950, um novo velho inimigo passaria a disputar o campo religioso brasileiro com a umbanda, ou seja, a Igreja católica por meio da *Campanha de Esclarecimento aos Católicos*, tendo como seus interlocutores a figura do Frei Boaventura Kloppenburg e também Dom Jaime Câmara.

Karl Josef Kloppenburg, futuro Frei Boaventura, nasceu na Alemanha, no Norte, na paróquia de Molbergen, na parte católica do grão-ducado de Oldenburg, em 1919. Faleceu no Brasil, em Novo Hamburgo em 2009. Karl Josef ou Carlos José teria migrado com sua família para o Brasil, em 1924, com 4 anos de idade, junto de seus pais e seus seis irmãos. Se estabelecendo na cidade de Rolante, numa propriedade rural, no Sul do Brasil. Seus pais eram Franz Bernad Kloppenburg e Josephine Caroline Westerkamp, ambos casados, em 1908.

¹⁰ A partir do presente momento usaremos a sigla CEU para nos referirmos a Confederação Espírita Umbandista.

¹¹ Samba de caráter humorístico, sincopado, com paradas repentinas, nas quais o cantor introduz comentários falados (LOPES, 2004, p.596).

Em sua biografia escrita por seu sobrinho historiador, José Alfredo Schierholt (2008), Kloppenburg conta que em 1932 sua família teria migrado para Bagé, ele teria ficado em Rolante, na paróquia de Santo Ângelo das Missões (SCHIERHOLT, 2008, p.10-11). Em 1936 teria ido para o Seminário Menor de São Leopoldo, depois Santa Maria, voltando posteriormente ao Seminário Central de São Leopoldo para cursar filosofia, em 1940 (SCHIERHOLT, 2008, p.19). Concluindo seu curso de teologia, em 1947, em Petrópolis.

Uma questão a ser destacada na biografia do Frei, escrita por seu sobrinho, é a religiosidade, que é destacada pelo autor como fazendo parte da família de Kloppenburg, desde seu nascimento. Assim como a disposição de sua família para o estudo e trabalho.

Assim, Carlos José teria entrado para ordem franciscana em 1941, ingressando na Ordem dos Frades Menores (O.F.M), tomando assim o nome de Frei Boaventura O. F. M, quando em 1946, momento no qual ele teria se ordenado na igreja matriz de São Sebastião de Bagé (SCHIERHOLT, 2008, p.21).

Em 1947, após concluir o curso de teologia foi indicado para seguir seus estudos em Roma, cursando seu doutorado em Teologia Dogmática, defendendo sua tese, em 1950 (SCHIERHOLT, 2008, p.26). Entre 1951 e 1961, Kloppenburg passou a ministrar teologia aos seus confrades em Petrópolis, no atual Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis, no Rio, momento no qual se dedicou a *Campanha de Esclarecimento aos Católicos*, iniciada em 1953.

Por sua vez, Jaime Barros Câmara, segundo Moreira (2019), teria nascido em Santa Catarina, no dia 3 de julho de 1894, sendo filho de Joaquim Xavier de Oliveira Câmara e Ana de Barros Câmara. Sua entrada para a vida religiosa teria se iniciado, em 1914, quando passou a morar em São Leopoldo, ingressando no Seminário de Nossa Senhora da Conceição, pelo qual concluiu os estudos em filosofia e sociologia.

O futuro Dom Jaime, se tornou padre em 1920, em Florianópolis. Ele se tornou monsenhor em 1935 e bispo de Mossoró, no Rio Grande do Norte, nomeado pelo papa Pio XI. Em 1941, ele passou a fazer parte da arquidiocese de Belém do Pará, tomando posse em 1942. Segundo Moreira:

Em 17 de outubro de 1942, a morte do cardeal dom Sebastião Leme, que se destacara à frente do episcopado brasileiro, deixou vaga a Arquidiocese do Rio de Janeiro (então Distrito Federal), que permaneceu sem titular durante quase um ano. Em 3 de julho de 1943, dom Jaime foi nomeado pelo Vaticano para suceder a dom Leme, mas só tomou posse na Cúria Metropolitana em 15 de setembro (MOREIRA, 2022, p. 2).

Dom Jaime, também participou da criação da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), em 1952. Dom Jaime, viria a falecer em 1971.

Desta forma, no próximo subtópico abordaremos a trajetória dos três atores sociais e parte de seus escritos no que ficou conhecido como a campanha anti-espiritismo, iniciada em 1953 e que perdurou até 1962, quando ocorreu Vaticano II.

1.2 A Campanha Nacional de Esclarecimento aos Católicos e as controvérsias entre um frei Católico, um bispo Católico e um tatá de Umbanda

A década de 1950, é marcada por importantes transformações no campo religioso brasileiro, que se dão com o alvorecer do período democrático brasileiro (1946-1964). No campo da umbanda temos o surgimento de novas federações de umbanda, que passam a tentar legitimar o culto e disputam o campo religioso umbandista entre si (NOGUEIRA, 2020). No lado católico temos o surgimento da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)¹², em 1952, que passa a ser um dos principais órgãos centralizadores da Igreja, sendo fundada por lideranças, como Dom Jaime Câmara e Dom Helder Câmara, que seriam junto de Kloppenburg, líderes da campanha contra os umbandistas e espíritas. Segundo Sampaio (2012) a fundação da instituição está “relacionada ao espírito combativo da igreja católica nos anos 50”, contra as chamadas “heresias”, que incluíam a umbanda, espiritismo e o candomblé (SAMPAIO, 2012, p.70).

Assim, em 1952, temos a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1953, ocorreu a “Primeira Sessão Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil”, no Pará. Nela foram decididas várias medidas de combate ao espiritismo e a umbanda. Nesta mesma reunião, fora citado o recém-criado “Secretaria Nacional de Defesa da Fé e Moral”, que mantinha uma seção dedicada as religiões mediúnicas, como espiritismo e umbanda, onde eram impressos diversos livros sobre a chamada “heresia espírita” (RIBEIRO, 2009, p.1) Desta forma, a CNBB temendo o crescimento de novas religiões no campo religioso brasileiro, como o espiritismo, a umbanda, dentre outras, organizou, em 1953, a *Campanha Nacional de Esclarecimento aos Católicos*.

Boaventura acabou sendo nomeado responsável, por parte da igreja católica, pela organização desta campanha. Tendo inclusive, recebido uma autorização por parte de

¹² A partir deste momento passaremos a usar a sigla CNBB para nos referirmos a Comissão Nacional dos Bispos do Brasil.

Dom Helder Câmara para visitar terreiros de umbanda e centros espíritas sem as vestes clericais (NEGRÃO, 1996, p.84). Com isso, o frei publicou uma série de obras doutrinárias sobre estas religiões. Entre suas obras estão os artigos “*Contra a heresia espírita*”, publicado na Revista Eclesiástica Brasileira, em 1952; “*O espiritismo de umbanda*”, publicado também Revista Eclesiástica Brasileira, em 1954, dentre outros. Além de artigos, o frei também publicou alguns livros doutrinários sobre estas religiões, dentre as quais estão “*Livro Negro do espiritismo*”, de 1953, publicado pela editora Vozes; “*Posição católica perante a umbanda*”, publicado em 1954, também pela mesma editora.

No livro “*Posição Católica perante a umbanda*” de 1954, Kloppenburg argumenta que a umbanda seria a negação do cristianismo, pois em sua doutrina panteísta a umbanda contestaria uma série de verdades cristãs, como a Santíssima Trindade, a negação de um Deus uno. Ainda em seu contato com o espiritismo kardecista, a umbanda também endossaria o princípio da reencarnação, que seria outra negação da doutrina cristã (KLOPPENBURG, 1954, p.21). Para o frei, os umbandistas seriam praticantes de necromancia, demonolatria e magia. Ele, inclusive, cita que em alguns meios umbandistas eram professados uma tendência de retorno ao paganismo e para isso, cita a criação da Confederação Espírita Umbandista, fundada por Tancredo, que afirmava que a instituição teria sido fundada por ordem de um orixá (KLOPPENBURG, 1954, p.22). Para o frei isto seria uma declaração pecaminosa por parte de Tancredo. A leitura de obras umbandistas por católicos resultaria em pecado mortal, que poderia levar a excomunhão, assim como seria proibido católicos irem a terreiros de umbanda, sendo também vedado o casamento de umbandistas e católicos, estando proibido seu direito a assistir missa, comunhão e batismo (KLOPPENBURG, 1954, p.23). Portanto, a umbanda seria uma negação do catolicismo, ou seja, nas palavras do frei a umbanda seria “*acatólica*” (KLOPPENBURG, 1954, p.24). Sua prática, assim como a do espiritismo deveriam ser proibidas pelo Estado, pois estas ofereciam um perigo a saúde pública e mental.

Desta forma, nos escritos do Frei também encontramos questões ligadas a questão da laicidade no Brasil. Em 1953, Boaventura escreveu uma obra literária intitulada “*Livro Negro do espiritismo*”. Na qual publicou questionários, que ele enviou para psiquiatras do Rio de Janeiro, buscando denunciar os males do espiritismo e da umbanda para a saúde pública e mental. No seu questionário enviado aos médicos existiam questões que abordavam se havia a necessidade de se interditar centros, pois estes ofereciam um risco a saúde pública. Assim, segundo o frei “*Todos são unânimes também em declarar que o exercício abusivo da arte de curar pelo Espiritismo acarreta perigos para a Saúde Pública*”

(KLOPPENBURG, 1953, p.100). Com isso, na visão do frei, o Estado deveria intervir nestas religiões mediúnicas, com foco em torno da umbanda e do espiritismo, impedindo a realização de seus cultos, pois estas ofereciam perigo a saúde pública, o que leva a um debate em torno da noção de laicidade. Ao defender esta intervenção, o frei defendia uma reaproximação entre igreja e Estado.

Por sua vez, Dom Jaime Câmara fazia suas críticas a ditas religiões mediúnicas por meio da coluna *A voz do pastor* que era publicada no *jornal do Brasil*. Nela foi publicada no dia 4 de maio, a seguinte entrevista: “*São Jorge é nosso*”. Na matéria o bispo reclama a utilização a imagem de São Jorge por macumbeiros e espíritas. Segundo ele “ São Jorge foi católico é santo da Igreja Católica. São Jorge é nosso, portanto. Nada teve com o espiritismo nem macumbas e nem Ogum. Ninguém caía nessas ratoeiras diabolicamente armadas para apanhar incautos” (JORNAL DO BRASIL, 1954, p.18). Portanto, observamos uma crítica do bispo ao sincretismo, visto que em algumas casas de umbanda, o mesmo seria identificado com Ogum e a utilização de São Jorge pelas ditas religiões mediúnicas.

Assim, os dirigentes católicos se esforçaram para dificultar a expansão de novos concorrentes religiosos no Brasil até o fim da década de 1950 (MARIANO, 2011, p.247). Nesses anos, ocorreu a “destraditionalização religiosa” brasileira, com o processo de adesão a novas crenças e práticas religiosas que se tornaram de ordem pessoal, consciente e voluntária, aumentando o trânsito religioso no país com espíritas, pentecostais, umbandistas e católicos (MARIANO, 2011, p.247-248). Na visão de Mariano (2011), no Brasil temos uma “quase laicidade”, visto que nunca tivemos uma separação entre Igreja e Estado de fato, e privatização do religioso, assim como nunca tivemos uma exclusão entre religião e política. Sendo assim, a laicidade não é um valor central na cultura brasileira, mas é uma referência para os poderes públicos e suas autoridades quando se referem a diferentes casos onde grupos religiosos e laicos se opõem (MARIANO, 2011, p.254).

Não obstante, com a umbanda em crescimento, desde pelo menos 1945, o frei e o bispo não demoraram a encontrar respostas, no Rio de Janeiro, por parte dos umbandistas. No caso de Tancredo da Silva Pinto, cuja trajetória é nosso objeto de análise no presente artigo, encontramos algumas críticas dirigidas ao frei e ao bispo escritas por ele e alguns de seus companheiros. Dentre seus textos temos um capítulo intitulado *Umbanda, Catolicismo e Kardecismo*, publicado no livro *As impressionantes Cerimonias de Umbanda*, de 1955, escrito junto a Byron Torres de Freitas, que era seu filho de santo,

além de um artigo publicado no jornal *O Semanário*, denominado *Conversando Com Frei Boaventura*, de 1959, escrito por Tancredo.

Na matéria *Conversando Com Frei Boaventura*, de 1959, publicada na semana de 11 a 17 de julho. Tancredo afirma que de fato os umbandistas não seriam cristãos, pois a umbanda seria milenarmente mais antiga que o cristianismo (PINTO, 1959, p.14). O autor afirma que o cristianismo é uma doutrina e não puramente uma religião, diferente do que era propagado pelo frei. A seguir, o líder umbandista argumenta que presença de imagens católicas no gongá¹³ da umbanda seria culpa dos católicos, que escravizaram os negros africanos, então a presença das mesmas seria uma questão de tradição. O líder umbandista faz também uma discussão entorno da laicidade no Brasil, afirmando que:

A Carta Magna do País, a Constituição da República, nos garante o direito de praticar a religião que desejamos. Já vai longe o tempo em que a Igreja tinha muito a ver com o Estado Temporal. Hoje cada macaco no seu galho, direitinho! E cremos que a Igreja até lutou contra isso. Muitos que se afastaram, o fizeram por vê-la praticar atos de todo alheios a sua atribuição (PINTO, 1959, p.14).

Por sua vez, no capítulo *Umbanda, Catolicismo e Kardecismo*, vimos Tancredo e Byron em um primeiro momento, afastando o espiritismo da umbanda. Segundo os autores, enquanto o espiritismo consistia na evocação dos mortos. A umbanda, porém, não evocaria os defuntos, mas espíritos da Natureza, ou espíritos de luz que nunca teriam encarnado (PINTO e FREITAS, 1955, p. 79). Portanto, para os autores, a umbanda, apesar de ser mais antiga, pois teria uma origem no continente africano, se aproximaria mais do catolicismo do que o espiritismo (PINTO e FREITAS, 1955, p.79). Assim, ambos fazem uma crítica ao arcebispo do Rio de Janeiro, na época, Dom Jaime Câmara, que teria colocado a umbanda na categoria de baixo espiritismo. Afirmação que seria controversa para os autores, pois Jesus teria, inclusive, condenado a evocação dos mortos, que seria uma estrutura do kardecismo e não da umbanda, chamada pelos autores de necromancia (PINTO e FREITAS, 1955, p.80). Tancredo da Silva Pinto e Byron Torres de Freitas (1955) chegam a afirmar que “Guerra santa contra o espiritismo- querem alguns bispos católicos esquecidos da caridade cristã” (FREITAS; PINTO, 1955, p.84).

Outra diferença doutrinária da umbanda seria para com o catolicismo, pois apesar das semelhanças, os santos da umbanda nunca teriam encarnado, mas os católicos sim (PINTO e Freitas, 1955, p.80). Portanto, um dos objetivos do capítulo é demarcar as diferenças doutrinárias em relação ao catolicismo e ao espiritismo, principalmente em

¹³Altar de umbanda; recinto onde fica esse altar (LOPES, 2004, p.303).

relação ao segundo, pois o capítulo foi escrito durante os anos da campanha anti-espiritismo, momento no qual a igreja passou a atacar o espiritismo kardecista e, posteriormente, a umbanda. Tanto que Tancredo e Byron afirmam “Nós umbandistas, não seguimos a doutrina de Kardec, mas a doutrina da umbanda” (PINTO e FREITAS, 1955, p.81). Umbanda que para eles, teria uma origem africana, mais especificamente, angolana e não ligada ao kardecismo (PINTO e FREITAS, 1955, p. 82)

Conclusão

Em 1962, a Campanha Anti-Espiritismo”, movida pela igreja, chegaria ao fim com a realização de Vaticano II (1962-1965), do qual o frei Boaventura participou e foi um dos principais divulgadores de suas ideias, no Brasil (NEGRÃO, 1996). Assim, os anos de 1962-1965, marcam um momento no qual a Igreja muda sua postura em relação a umbanda e as religiões afro-brasileiras, passando a adotar uma postura mais ecumênica e pluralista. “O próprio Frei Kloppenburg mudará o seu discurso, de acusatório para conciliatório, buscando resgatar esse rebanho desgarrado” (SÁ JUNIOR, 2004, p.39). Contudo, esta mudança de discurso por parte do frei ainda busca converter os membros das ditas religiões mediúnicas. Para a umbanda, a campanha movida pela igreja teve um efeito inverso, pois a religião cresceu e se expandiu, aumentando seu sentimento de unificação para melhor defesa e sua participação política, fato que levou a candidatura de umbandistas, no Rio de Janeiro, Rio Grande de Sul, São Paulo e Minas (BROWN, 1985, p.33). “A umbanda durante esse período, preparou-se para defender-se mais eficazmente contra-acusações e perseguições que, não obstante, sua intensidade não impediram seu crescimento, mas dificultavam a sua aceitação” (NEGRÃO, 1996, p.90).

A análise das trajetórias dos três líderes religiosos em questão, nos ajudaram a entender como os diferentes atores religiosos se posicionaram e se manifestaram na cena pública em suas controvérsias religiosas, procurando assim defender seus diferentes projetos religiosos em diferentes campos (MONTERO, 2012). Essas posições, por vezes, levavam em conta discussões em torno de projetos que versavam sobre a laicidade do Estado. Observamos assim, um mosaico de configurações de laicidade, que são sempre móveis e situadas de acordo com o grupo, sejam evangélicos, espíritas, católicos ou afro-brasileiros (CAMURÇA, 2017, p.860). Enquanto Boaventura e Dom Jaime tentava e argumentava a respeito da necessidade de as religiões afro-brasileiras serem vistas pelo Estado e pela sociedade como um perigo a saúde pública, e que, portanto, deveriam ser controladas e proibidas. Tancredo, por sua vez, defendia a liberdade religiosa, expressa

pela Constituição Federal de 1946 em seu artigo 141, inciso 7º, assim como uma separação de fato entre igreja e Estado.

Referências

BIRMAN, Patrícia. Registrado em cartório, com firma reconhecida: a mediação política das federações de umbanda. *Cadernos do Iser*, Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 8-121, 1985.

BRASIL, Constituição (1946). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Promulgada em 18 de setembro de 1946.

BROWN, Diana. Uma história da umbanda no Rio. *Cadernos do Iser*, Rio de Janeiro: Marco Zero, n. 18, p. 9-42, 1985.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Bertrand, 1999.

CACCIATORE, Olga. G., *Dicionário de Cultos Afro-brasileiros*, Rio de Janeiro 1977.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A questão da laicidade no Brasil mosaico de configurações e arena de controvérsias. *Horizonte*: Belo Horizonte, v.15, n.47, p.855-886 jul./set., 2017.

CAPONE, Stefania. *A Busca da África no Candomblé: tradição e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. “*Não tá sopa*”. Samba e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930. São Paulo: Editora Unicamp, 2015.

ISAIA, Artur Cesar. Ordenar progredindo: a obra dos intelectuais de Umbanda no Brasil da primeira metade do século XX. *Anos 90*, v. 11, n.11, p. 97-120, 1999.

_____. Umbanda como projeto de nomeação da realidade brasileira. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, ano VII, p.115-129, 2015.

KLOPPENBURG, Carlos José Boaventura. *Livro negro do espiritismo*. Petrópolis: Editora Vozes. 1953.

KLOPPENBURG, Carlos José Boaventura. *Posição Católica Perante a umbanda*. Petrópolis: Editora Vozes. 1954.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, 2011, v.11, n. 2, 238-258.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 32, 1, p. 167-183, 2012.

MOREIRA, Regina da Luz. Dom Jaime Câmara. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca>> Acesso em: 21/09/2022

NEGRÃO, Lísias. *Entre a cruz e a encruzilhada: formação do campo umbandista em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1996.

NOGUEIRA, Farlen de Jesus. “*O papa da umbanda omolocô*”: Tancredo da Silva Pinto, *clivagens e disputas no campo religioso umbandista do Rio de Janeiro (1950 – 1979)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2020. 170p.

PINTO, Tancredo da Silva e FREITAS, Byron Torres. *Guia ritual para a organização de terreiros de umbanda*. Rio de Janeiro: Editora Eco, 1968,

PINTO, Tancredo da Silva Pinto; FREITAS, Byron Torres. *As impressionantes Cerimonias de Umbanda*. 1955.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Michelle Cartolano de Castro. O Espiritismo na visão de Frei Boaventura. Anais do II encontro nacional do GT. história das religiões e das religiosidades. *Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH*. Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009.

SÁ JUNIOR, Mário Teixeira de. *A invenção da alva nação umbandista: a relação entre a produção historiográfica brasileira e a sua influência na produção dos intelectuais da Umbanda (1840-1960)*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

SAMPAIO, Dilaine. *Àròyé?: Um estudo histórico-antropológico do debate entre discursos católicos e do candomblé no Pós-Vaticano II*. 1ª. ed. São Paulo/João Pessoa: Fortune Editora/Editora da UFPB, 2012. v. Vol.1. 247p.

SANTOS, Carlos Alberto Ivanir dos Santos. *Marchar não é Caminhar Interfaces políticas e sociais das religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro contra os processos de Intolerância Religiosa (1950-2008)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2018.

SCHIERHOLT, JÁ. *Frei Boaventura Kloppenburg, OFM -90 Anos por Cristo em Sua Igreja*. Lajeado, O Autor, 2008, 448 p.

SILVA J.O., *O Culto Omoloko. Os filhos de terreiro*. Rio de Janeiro: Rabaço Editora, 1983.

Fontes

Biblioteca Nacional:

O Semanário (1959)

O Dia (1950-1959)

Jornal do Brasil (1950-1959)

O Alvorecer do Realismo Socialista através de Chapaev (1934)

Felipe Santana Gonçalves¹
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa, cujo título é: “A URSS através das lentes do Realismo Socialista (1934-1939)”, em andamento. Assim começamos indicando que, as primeiras décadas do cinema russo foram marcadas pelo protagonismo do gênero épico-histórico na sua produção fílmica. Cineastas da envergadura de Serguei Eisenstein, Dziga Vertov e Vsevolod Pudovkin foram responsáveis pela criação do primeiro grande cânone fílmico russo.

Entretanto, é necessário abrir um parêntese importante referente às obras produzidas na Rússia antes da revolução. Inicialmente, tendo suas salas de exibição quase completamente tomadas por películas estrangeiros, por conta da ausência de produções nacionais, esse cenário mudaria drasticamente após a eclosão da Primeira Guerra Mundial. As dificuldades de produção na Europa, oriundas do conflito, estimularam a produção russa de maneira meteórica. João Lanari (2019) aponta números interessantes sobre produções cinematográficas próprias na Rússia - 129 filmes em 1913, 232 em 1914, 370 em 1915 e 499 em 1916, ocupando assim, cerca de 80% dos cinemas em território russo. Um número absolutamente inimaginável para um mercado que anos antes era tomado quase em sua totalidade por produções estrangeiras - especialmente por produtoras francesas como Gaumont, Lumière e Éclair, que tinham estrutura de distribuição e equipamento próprio de projeção na Rússia.

É lícito destacar Yevgeni Bauer, Vladimir Gárdin, Piot Tchardynin e Yakov Protazánov como os cineastas pré-revolucionários que mais obtiveram sucesso no referido período. Desses, talvez, o mais célebre tenha sido Protazánov. Segundo Christie e Taylor, se o cinema soviético não tivesse sido embalsamado pela mitologia canônica do projeto revolucionário, a trajetória de Protazánov certamente teria alcançado maior proeminência (Christie, Taylor, 1994, p.87). Após a vitória dos bolcheviques, o cineasta acabou refugiando-se, inicialmente em Ialta, - como a maior parte da indústria, depois na França e finalmente na Inglaterra, onde continuou fazendo seus filmes até retornar ao

¹Mestrando pelo Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, aprovado com o projeto, cujo título é “A URSS através das lentes do Realismo Socialista (1934-1939)” sob orientação do Dra. Ana Carolina Huguenin Pereira

próprio país natal, em 1923. Posteriormente, na União Soviética, retomou a carreira obtendo o destaque costumeiro (Lanari, 2019, p.30).

Embora o cinema revolucionário pós-1917 tenha como métrica a anulação de tudo que veio antes, as produções pré-revolucionárias no incipiente século XX russo merecem um olhar atento daqueles que se propõem a estudar o cinema da Rússia. Um bom ponto de partida seria *Stenka Rázin*, produção de 1908, dirigida por Aleksandr Drankov. O filme foi um sucesso de bilheteria nos primórdios da exibição cinematográfica russa e narra as desventuras de um herói cossaco de mesmo nome que assustou czares e nobres do século XVII. Descendo o rio Volga acabou chegando no Mar Cáspio, tornando-se, assim, símbolo de uma revolta popular na região. Em contexto marcado pela revolução de 1905, contestação ao czarismo, miséria material e moral da Rússia produzia-se um ambiente soturno que se refletiu na produção cinematográfica do período.

Um sentimento trágico permeia o cinema pré-revolucionário (Lanari, 2019, p.23). Segundo Yuri Tsivian, nesse sentido "pouquíssimos filmes terminavam bem seguindo o modelo norte-americano *happy ending* " (Tsivian, 2004, p.341). Comumente os filmes terminam de maneira fúnebre com a morte de um ou mais personagens principais. Até nos filmes importados, segundo aponta Lanari, existia a demanda para que as cenas finais adquirissem um tom mais dramático feito exclusivamente para exibição em solo russo (Lanari, 2019, p.23). É interessante um comparativo: se do outro lado do oceano, o cinema-norte americano orientado por D.W Graiffith - um dos diretores mais influentes e consagrados de todos os tempos – codificava na sua linguagem cinematográfica uma mescla de ação, cortes e montagem, na Rússia, víamos um cinema guiado por morbidez, sexo, morte, iluminação e efeitos expressionistas, num ritmo singular, pausado e lento na contramão do cinema estadunidense.

De fato, tragédia e melodrama eram abraçados pelo público russo. Yevgeni Bauer produziu alguns dos maiores clássicos do cinema pré-revolucionário como *Depois da Morte* - adaptação da obra do escritor Turguêniev, que tem como premissa a perseguição de um homem perturbado e obcecado por uma atriz que acaba cometendo suicídio em público; *Vida na Morte* - um roteiro mórbido envolvendo a morte da esposa pelo marido e o embalsamento de seu corpo; *Devaneios* - produção que segue a história de um homem recém viúvo que é enfeitiçado por uma cantora de ópera idêntica a sua falecida mulher; *Asas Queimadas* - longa orientado por um fim trágico envolvendo embriaguez e suicídio; *O Selo do Velho Lutador* - analisa a relação entre um ex-lutador paralítico e sua nora infiel; e *A Morte do Cisne* - obra que tem como argumento uma bailarina muda que se

encanta com um artista que tem como objeto fonte de inspiração a morte. O citado Protazánov também seria responsável por um dos maiores clássicos da época: *As Chaves da Felicidade*, longa adaptado do best-seller homônimo da escritora Anatassia Verbstsikaia contendo na sua versão fílmica insinuações sensuais e políticas no período pré-revolucionário (Lanari, 2019, p.31). Gártin e Protazánov lançaram em parceria o clássico *Guerra e Paz*, em 1914, primeira versão cinematográfica do clássico de Tolstói. Sobre o período, João Lanari afirma que: (Lanari, 2019, p.32)

Os historiadores da literatura russa designam o período que vai dos últimos anos do czarismo até o início da revolução soviética como a Idade de Pedra: a metáfora metálica afigurava-se ainda mais pertinente no cinema pré-revolucionário pela presença de sais de prata na emulsão fotográfica e pela beleza de muitos dos seus filmes.

A vitória dos bolcheviques marcaria um novo momento do cinema russo. Na esteira do processo revolucionário de 1917, a arte foi entendida como um mecanismo direto de diálogo com as massas, sendo o cinema, sua maior expressão. O gênero épico-histórico destaca-se nos primeiros anos do país sob o governo dos comunistas. Diretores como Serguei Eisenstein, Dziga Vertov e Vsevolod Pudovkin foram a força-motriz desse movimento. Apesar dessa tríade ocupar o centro da vanguarda cinematográfica russa no período, o longa *Diabinhos Vermelhos*, lançado em 1923 e dirigido por Mikhail Tchiaureli, foi saudado pela imprensa como “primeiro filme da revolução”, sendo “obrigação de todo cidadão russo assisti-lo” (Youngblood, 1993, p.77).

O filme aborda a perseguição de três adolescentes ao anarquista ucraniano Nestor Makhnó, notório assassino de comunistas e camponeses. Dziga Vertov ao filmar, processar, projetar e compilar imagens de cinejornais que registravam a transformação da velha Rússia em União Soviética havia levantado material suficiente para lançar dois de seus icônicos filmes, *Aniversário da Revolução*, de 1919 e *História da Guerra Civil*, de 1922. Quando *Cine-Olho*, de Vertov é lançado, em 1924, trazendo uma estrutura de montagem inovadora pautada pelo intenso processo de reflexão e metodologia de linguagem de seu realizador, logo acaba dividindo as atenções com outra obra-prima produzida nos primeiros anos da URSS: *A Greve*, de 1925, que estabelece a figura de Eisenstein como sinônimo de vanguarda:

A Greve foi um caso raro de produção de vanguarda: estreou em abril de 1925 e ficou 37 dias em cartaz, obtendo críticas entusiastas a começar pelo jornal estatal *Pravda*. Eisenstein superou o próprio Griffith. Originalidade, ritmo e montagem foram exaustivamente elogiados: as imagens de Eduard Tissé, o fotógrafo, deslumbraram (Bulgakowa, 2002, p. 39)

No mesmo ano é lançado *O Encouraçado Potemkin*, obra capital do cinema soviético e mundial, que narra a rebelião, ocorrida em 1905, na qual os tripulantes do navio de guerra Potemkin se sublevaram contra seus oficiais superiores. Embora amplamente aclamado como uma das maiores realizações da história da sétima arte, o filme de Eisenstein, à época, apesar das reações eufóricas na imprensa, encontrou alguns problemas. A começar pela recepção do público - o filme ficou menos tempo em cartaz do que *A Greve*. A produção teve também detratores importantes como Vertov - antigo desafeto de Eisenstein, e Anatóli Lunatchárski, comissário do povo para educação, indústria e cinema, que, preocupado com a baixa adesão popular, considerou o filme vago e sem enredo (Lanari, 2019, p. 69).

Lançado em outubro de 1926, *A Mãe* é um marco na carreira de Pudovkin. Adaptação do romance do escritor Maxim Górkki compõe o primeiro lançamento da chamada trilogia revolucionária. Na história, que se desenvolve-se em 1905, vemos a saga da família Vlasov e a tomada de consciência de classe da personagem principal. *A Mãe*, ao contrário de *O Encouraçado Potemkin*, teve boa acolhida de público e foi exportado - tal como os demais filmes da produtora Mejrabpom - para a Alemanha, através da subsidiária Prometheus (Lanari, 2019, p. 67). No ano seguinte é a vez de *O Fim de São Petersburgo*, segundo capítulo da jornada revolucionária, que narraria, de forma épica, a vitória dos bolcheviques em 1917. A ênfase deste baseia-se não somente no processo revolucionário em si, mas também na luta de pessoas comuns por seus direitos e reivindicações políticas e sociais. *Tempestade sobre a Ásia*, terceiro e último filme da trilogia, foi lançado em 1928 e narra a saga de um caçador e pastor mongol enganado por um comerciante capitalista e sua transformação em militante comunista. Tendo como fundo principal a imensidão do território soviético, como narra Pudovkin, em um determinado momento da projeção, as contradições do embate desafiavam a lógica do materialismo histórico (Lanari, 2019, p.101). Gilles Deleuze, ao analisar os pressupostos dialéticos dos filmes de Pudovkin na década de 1920, especialmente os da trilogia, sugere que:

O núcleo comum caro ao diretor é a progressão da consciência do personagem principal, pelos saltos qualitativos de uma tomada de consciência que supõem uma linearidade cronológica na evolução da história. O contraponto dessa progressão é o desbravamento físico de um fenômeno natural, metáfora tangível do impulso histórico (Deleuze, 2018, p.47).

Lenin, que faleceu em 21 de janeiro de 1924, vítima de três derrames, aos 53 anos de idade, faria sua primeira aparição no cinema, em um dos últimos grandes lançamentos antes do advento do realismo socialista. *Outubro*, de Serguei Eisenstein, lançado em 1927, foi concebido para ser mais do que um simples registro do fundador da nação, seria a consagração do materialismo dialético como redentor da humanidade. O roteiro que enfatiza e celebra o heroísmo revolucionário – o que seria a tônica da maioria das produções do realismo socialista – foi submetido a crivos condizentes a orientações partidárias de celebração dos dez anos da revolução. Lanari (2019) comenta que “a escala de produção, inédita no cinema soviético, levou a inevitáveis dilatações de prazos e estouro do orçamento”. Quando foi finalmente lançado nas salas de exibição, logo, suas imagens icônicas e montagem inovadora impactaram a União Soviética - e todo o mundo, pelo movimento de massa reais, montagem intelectual e diversas metáforas e alegorias ora transparentes, ora obscuras.

O lançamento de Chapaev

A partir da década de 1930 o movimento artístico do Realismo Socialista foi um dos responsáveis por referendar a linha ideológica do Partido Comunista da União Soviética no campo cultural. O movimento tinha como norte a construção de uma arte proletária e progressista, empenhada politicamente, envolvida com os temas nacionais e com as questões do povo russo. O estilo é realista na forma e socialista no conteúdo, quer dizer, a obra de arte deveria ser acessível ao povo - figurativa e descritiva - e sua mensagem, um instrumento de propaganda do regime (Gerasimov, 1978, p.76). Na esteira do processo revolucionário de 1917, e, por conseguinte, na vitória dos bolcheviques, a arte era vista como uma maneira do novo regime dialogar diretamente com as massas. A arte de vanguarda russa, pujante na década de 20, passou a ser criticada por uma suposta conotação burguesa, na contramão revolucionária e contrária aos anseios da incipiente sociedade soviética.

Em 1932, o realismo socialista adquire status oficial quando o comitê central do PCUS decretou que todos os grupos artísticos independentes se dissolvessem em nome da nova estética. Joseph Stalin descreve a arte como tendo alvos propagandísticos em prol da revolução. O Realismo Socialista foi publicamente difundido no 1º Congresso de Escritores Soviéticos, em 1934, tendo como seu proponente o escritor Maksim Gorki. Os ideólogos do projeto foram o próprio Gorki, Josef Stalin e Andrej Zdanov. Gorki definiria quatro características essenciais do realismo socialista: uma arte proletária, ou seja,

relevante e compreensível para o trabalhador; típica, mostrando cenas do cotidiano do povo; realista, no sentido representacional - figurativa e verídica, e sem decair para um naturalismo; partidária, apoiando os ideais do Estado e do partido (Coelho, 2017, p.34).

No mesmo ano que o Realismo Socialista é oficializado pelo partido, um edital do jornal *Pravda* é bastante sugestivo quanto aos novos rumos da cinematografia no país, mais do que o alvorecer do cinema na nova estética cultural, o longa *Chapaev* é saudado como o exemplo a ser seguido pelos cineastas russos:

Em 21 de novembro de 1934, o *Pravda* publicou pela primeira vez um editorial inteiramente dedicado ao cinema soviético, intitulado *Todo o país está assistindo Chapaev*. Tratava-se do filme dirigido por Serguei Vassíliev e Gueógui Vassíliev (que assinavam como Irmãos Vassíliev, embora não tivessem relações de parentesco) finalizado em 1934 e exibido com enorme sucesso (Lanari, 2019, p. 127)

A obra foi exibida em todo o vasto território soviético em centenas de cópias para projeção sonora, assim como em versões silenciosas. Além das tradicionais salas de exibição, o longa também foi rodado em fazendas coletivas, assentamentos, quartéis, clubes e praças (Christie, Taylor, 1994, p.334). O lançamento marca uma virada em relação ao que era produzido no período pré-revolucionário (orientado por pessimismo e tragédia) e primeiros anos revolucionários (guiado pelo novo experimentalismo da vanguarda de cineastas russos). Uma nova era se abria para o cinema soviético, inspirada nos preceitos do realismo socialista e visando servir tanto ao entretenimento como à educação política das massas (Lanari, 2019, p. 128).

Segundo Marc Ferro (1992), *Chapaev* apresentava uma particularidade, na ocasião de seu lançamento: o filme e a trajetória do personagem principal foram aclamados como um exemplo a ser seguido por todo cidadão soviético. Partidos comunistas do mundo todo fizeram coro. Em Madri, por exemplo, então capital do governo republicano espanhol, a obra foi intensamente difundida em plena Guerra Civil:

As razões são compreensíveis. *Chapaev* põe em cena a Guerra Civil dos anos 1918-1919. Os bolcheviques são mostrados como exemplo, mas o filme mostra sobretudo uma necessidade de centralização num momento em que, na Espanha, esse problema está no âmago do conflito entre comunistas e anarquistas. *Chapaev* mostra que os heróis se enganam, que a espontaneidade conduz a erros, que os indivíduos morrem, enquanto o partido vê com justeza, ele não se engana e nem morre jamais (Ferro, 1992, p.123-124)

O sucesso de *Chapaev* também se explicaria por outro fator: a fácil assimilação do enredo e a rápida identificação do público mais amplo com o filme. Após o lançamento

da obra, Pudovkin - que juntamente com Eisenstein e Vertov praticamente formara a estética do cinema russo na década anterior - escreve um artigo celebrando *Chapaev* como resultado da política sensata do partido e do trabalho de educação dos diretores de cinema que teriam tido o bom senso para, segundo o autor, corrigir erros passados e aprimorar o sentido criativo (Lanari, 2019, p. 129). Vsevolod Pudovki também argumenta pela necessidade de manutenção de um diálogo mais simples, acessível e perceptível ao grande público através do cinema:

Se quisermos encontrar um lugar para a alegria da consciência da vida em nosso país, um orgulho em nossas vitórias comuns, uma clara e alegre fé em um futuro seguro, teremos de inventar um novo vocabulário. O vocabulário antigo não sustentará o nosso progresso (Christie, Taylor, 1994, p.338-339)

De fato, as preocupações estéticas e vanguardistas das décadas passadas, ainda que fundamentais para o desenvolvimento do cinema, poucas vezes encontravam apelo popular. Eram poucos os filmes que eram sucessos de bilheteria. Ferro salienta que:

O público popular, procedente em sua maioria do âmbito rural, não entendia o estilo desses filmes e desertava das salas onde eram projetados, preferindo as comédias e outros dramas de sucesso que mostravam as peripécias da vida cotidiana. Foi esta situação, assim como as diretivas denominadas “stalinistas”, as que estiveram na origem de um gênero mais populista, o chamado realismo socialista (Ferro, 1992, p.48)

A adaptação cinematográfica do romance de Dimitri Furmanov pelos irmãos Vasilev amplifica os aspectos heróicos e míticos do protagonista Vassili Chapaev, general do Exército Vermelho. Embora ainda não esteja tomado pela ideia da figura modelo que nunca erra, com preceitos morais inabaláveis, a abordagem fílmica incorporou já nesse primeiro momento um certo tipo de folclore por sua ritualização e heroicização, mistificando o personagem principal.

Se no livro *Chapaev* tem muitas falhas, como a insistente mania de se referir aos comandantes bolcheviques como “bastardos”, no intuito de oferecer aos leitores uma visão mais humanizada do personagem, no filme, temos uma abordagem diferente.

A adaptação cinematográfica dos irmãos Vasilev é inteligente em sua criação de uma figura heroica maior que a vida, mantendo algumas das características de Chapaev fúteis; seus hábitos desleixados de se vestir, seu temperamento, sua atitude em relação ao comissário recém-chegado e para com os chefes do estado-maior do exército. No filme, esses defeitos são educados por Furmanov em uma espontaneidade/consciência realista socialista (HICKS, 1985, p.52).

É interessante notar que a obra que sedimentou o Realismo Socialista traga elementos fundamentais para o arcabouço da nova estética cinematográfica (personagens

épicos, destreza moral, sacrifício em prol de um bem maior e comum, fácil diálogo com as massas, roteiros mais simples) ao passo que também flerta com falhas e defeitos humanos, dando ainda mais verossimilhança ao seu personagem como um mecanismo de aproximação entre tela e espectador. A respeito da importância da obra, Wagner Móises Franciscon afirma que:

Esse é um dos mais importantes filmes soviéticos, pois estabeleceu um padrão de linguagem e de narrativa para o cinema por muitas décadas. Louvado pelos jornais do partido, consagrado por premiações internas – mas também externas –, foi declarado pelo regime como um modelo a seguir. Não foi formador apenas para os produtores, mas também para o público, o maior durante os anos 1930, e que se habituou a frequentes reprises no cinema e, posteriormente, na televisão. Ele usava a linguagem da “edição de continuidade”, defendida pelo socialismo realista. Ao invés dos cortes cronológicos e descontinuidades do cinema vanguardista, a trama era linear e a passagem do tempo e dos ambientes é realçada por um escurecimento temporário da imagem do filme, que dava lugar a uma nova cena (Franciscon, 2013, p.371)

De forma sintética, é necessário compreendermos que a chegada de *Chapaev* inaugura um novo cenário na cultura cinematográfica soviética. O Realismo Socialista, forjado em inúmeros comitês e reuniões do PCUS, enfim, encontra-se palpável por meio de uma expressão fílmica. Seu lançamento abre as portas para o alvorecer na nova estética. Finalmente, os revolucionários russos entendem o valor do cinema como um instrumento de propaganda imensurável. Expressões como “Apoderar-se do cinema”, “Controlá-lo”, “Dominá-lo” encontradas constantemente em Trotski, Lênin e Lunatcharski” (Ferro, Marc. 1977, p. 27) adquirem status estratégico

Chapaev - o filme

Chapaev chegou às principais salas de exibição da União Soviética em 1934. O longa-metragem tem como sinopse a saga biográfica com fundos ficcionais do general Vasily Chapayev, da 25ª Divisão de Rifles do Exército Vermelho e sua luta contra o Exército Branco e seus aliados no ano de 1919, na região da bacia do rio Ural. É baseado no romance de mesmo nome de Dmitri Furmanov, um escritor russo e comissário bolchevique que lutou junto com Chapaev - e tem seu personagem dividindo a tela principal. Embora Chapaev seja um militar vitorioso e respeitado pelos seus subordinados, seus métodos indisciplinados são questionados pela direção do partido. Para colocar limites e educá-lo politicamente de acordo com os desígnios bolcheviques, o comissário Furmanov é enviado com a missão de dividir o comando da divisão com Chapaev.

A relação entre eles é um pano de fundo para um debate acerca da importância da direção partidária diante da espontaneidade revolucionária por parte dos homens comuns. Ao mesmo tempo que esses homens são retratados como seres altruístas e dedicados na vitória contra o Exército Branco, a obra dos irmãos Vasilev acentua a necessidade de hierarquia e centralidade partidárias defendida pelos bolcheviques na ação revolucionária.

As lições do filme inteiro são claras. Os heróis morrem, não o partido comunista que assegura a perenidade da vitória. Essa lição junta-se a outro ensinamento do filme: a superioridade calma e refletida dos homens do partido em relação aos homens de boa vontade, e sobretudo a justiça da causa que eles defendem em face aos brancos. Confrontados com o testemunho da história, comparadas sobretudo ao texto de Furmanov, que serve de suporte para o filme, tais lições parecem ser objeto de uma certa postulação, principalmente o tema principal: a superioridade da organização sobre a anarquia, que aflora constantemente, mesmo não sendo jamais mencionado, ele é, pelo menos presente, para um espectador de 1934 na URSS (Ferro, 1992, p. 131-132)

Durante o desenvolvimento da projeção é interessante observar - e, ao mesmo tempo, não deixa de ser curioso, que o primeiro grande herói do cinema socialista realista não se identifique propriamente como um comunista. Isso é evidenciado numa sequência, ainda no primeiro terço do filme, em que, perguntado se era bolchevique ou comunista, Chapaev parece um tanto confuso em relação a tais nomenclaturas.

Chapaev não sabe o que responder; diante da insistência do seu questionador, ele olha para Furmanov, que, divertido com o fato, fuma seu cachimbo esperando com curiosidade a resposta de Chapaev. Depois de hesitar um pouco, este responde que é “a favor de Lenin”. Tensa anteriormente, a assembleia relaxa. No filme, Chapaev manifesta com evidência sua ignorância das sutilezas do vocabulário político. Essa sequência também tem por efeito dissociar Chapaev de toda e qualquer ligação com outras correntes que não a leninista, que é a única que a partir dali se identifica com a revolução (Ferro, 1992, p.132)

Ferro afirma que a leitura histórica do filme e a leitura cinematográfica da história são dois dos eixos principais para quem se questiona acerca das relações complexas entre Cinema e História. O autor tem como premissa que, por trás de todo conteúdo existe um conteúdo latente, que pode revelar algo oculto sobre determinada realidade. Através da identificação dos lapsos - fragmentos involuntários que escapam aos objetivos de quem produz o filme - seria o meio para se chegar nesse elemento oculto. É necessário ao historiador observar o filme não apenas como uma obra de arte, mas também como um produto, uma imagem-objeto.

Partindo do pressuposto do autor, também conhecido como “esquema da construção não-visível do filme”, pode-se afirmar que tal conteúdo não visível (direto ou

explícito), em *Chapaev*, seja a ideia central do filme de subordinação frente aos ideais do partido. Em última instância, a disciplina orientada pela direção bolchevique deveria sobressair-se a qualquer ímpeto de espontaneidade de pessoas comuns. A ideia marxista-leninista do partido operário como condutor histórico da revolução socialista e da emancipação do proletariado deveria estar acima de qualquer coisa, noção que Chapaev vem reforçar.

Embora faça parte do escopo da produção cinematográfica do período, certamente não é “esquema da construção não-visível do filme” que explica o sucesso de *Chapaev*. Em incríveis cinco anos de exibição, o filme foi assistido por cerca de 50 milhões de pessoas (Lanari, 2019, p.128). O que explica tamanho sucesso? Assim como os clássicos do realismo socialista, *Chapaev* tem um roteiro simples, porém eficaz. O personagem homônimo é retratado como uma pessoa de origem humilde e camponesa - é sempre bom frisarmos que a Rússia estava em pleno salto histórico em direção à industrialização, todavia, a imensa maioria da população era composta justamente por pessoas humildes e de origem camponesa, gerando assim, uma identificação rápida e espontânea entre espectador e personagens ~~tela~~ - dotados de um carisma singular e marcados por seus feitos na guerra contra o exército branco. Além de Chapaev e Furmanov, um casal jovem e combatente também aparece de maneira recorrente, sendo possível identificar uma aproximação entre adolescentes e jovens com seus personagens. Além, é claro, das inúmeras cenas de batalhas que dão dinamismo e emoção à produção.

O círculo de situações dramáticas que estrutura a narrativa - tragédia e comédia, compromissos ideológicos reafirmados, difíceis decisões estratégicas envolvendo ação, humor sarcástico do comandante sugerindo uma leve autonomia, e até insinuações eróticas entre personagens secundários - concorre em última análise para a positivação do herói principal produzindo uma mescla de forte apelo popular. O protagonista de Chapaev e o trio à sua volta tornaram-se item recorrente de anedotas no folclore soviético (Lanari, 2019, p.128).

Outro aspecto preponderante para o estrondoso sucesso do longa é a linguagem cinematográfica acessível em detrimento do cinema pós-revolucionário pautado no experimentalismo e nas novas técnicas de montagem do principal cânone de cineastas soviéticos. Como comentado anteriormente, apesar da contribuição histórica russa para o desenvolvimento da sétima arte, boa parte dos filmes encontravam problemas em relação à bilheteria, sendo tais produções preferidas por conta das suas narrativas um tanto quanto incomuns à época. De acordo com Wolfgang Holz:

O realismo socialista adotou o princípio da alegoria e pode ser determinado pelas seguintes características: ilusão de progresso instantâneo, através da representação de pessoas caminhando para a frente em um ponto fora do quadro; o uso de muito vermelho, com trabalhadores e camponeses estereotipados; a imagem do “homem novo” soviético como o tipo ideal para a produção; e o uso de símbolos religiosos como a tela iluminada por uma misteriosa luz do sol. Os personagens tinham os cabelos voando com o vento, juntamente com uma foice e um martelo sobrepostos, como uma cruz; e finalmente, o uso de funções que integram o espectador com a obra, indicando não uma experiência única, mas uma experiência possível, real (Holz, 1993, p.85).

Em contrapartida:

As abstrações, assim como as naturezas mortas e as paisagens eram condenadas pelo regime, bem como toda a arte indiferente à realidade social. O realismo socialista de Zdanov envolvia uma arte inteiramente comprometida com a propaganda ideológica do Partido Comunista e da URSS, pedagógica, com a construção de heróis positivos e a exaltação de feitos revolucionários, em contraste com a cultura burguesa decadente e pessimista, expressa, por exemplo, no formalismo (Ridenti, 2008, p.103).

Por fim, destaco as novas diretrizes que garantiram a esses filmes um olhar especial e estratégico das autoridades soviéticas, sendo *Chapaev* o precursor nesse sentido. As milhares de cópias distribuídas por todo o país, somadas às exibições em sindicatos, praças públicas e salas de cinema, garantem ao filme um elemento programático e chancelou a continuidade da revolução através da criação do mito comunista que guiaria o cinema nas próximas décadas. Stalin chegaria a comungar da ideia de produzir menos filmes, pois, assim, teriam mais chances de sucesso (Lanari, 2019, p.137).

A trajetória de *Chapaev*, inicialmente um homem corajoso, porém passível de erros, até seu contato com as prerrogativas do partido - através da figura de Furmanov - e a completa adesão à disciplina do partido e ao comunismo são simbólicas. Se a transformação do homem comum em herói da causa revolucionária emula os filmes da trilogia revolucionária de Vsevolod Pudovkin, sua morte em tons trágicos, também versa com a tragicidade tão comum dos filmes pré-revolucionários. *Chapaev* encontra, então, seu lugar privilegiado no panteão das grandes obras cinematográficas russas ao ser capaz de incorporar à transição do movimento anterior, com a nova estética, ao passo que também é capaz de comunicar-se com obras anteriores à revolução.

Considerações finais

Ao longo da primeira metade do século XX, o cinema soviético experimentou diversas mudanças e quebras de paradigmas, tanto na sua gramática visual, quanto no sentido de suas produções. Num primeiro momento orientado principalmente por

produções estrangeiras, logo deu lugar a obras nacionais em decorrência da Primeira Guerra Mundial, notabilizou-se rapidamente por películas trágicas que versavam sobre morte, sexo, pessimismo, desilusões e tragédias. Apesar de ser um objeto de estudo relativamente pouco explorado, o cinema pré-revolucionário é rico e possui vital importância para entendermos os próximos passos da cinematografia russa.

A partir da revolução de 1917, a produção audiovisual russa torna-se pedra basilar na história do cinema mundial, a tríade composta por Serguei Eisenstein, Vsevolod Pudovkin e Dziga Vertov exerceu influência ímpar no desenvolvimento do cinema como arte, por sua montagem inovadora, experimentalismo, dialética intelectual e demais métodos inovadores à época, que colocaram o cinema russo entre os mais importantes do mundo, alçando os realizadores soviéticos ao posto de mais influentes da nova arte que surgia. Suas obras, mais do que peças de vanguarda, versavam sobre as vitórias da revolução, a importância das massas urbanas e camponesas e a necessidade de seguir avançando rumo ao comunismo.

O lançamento de *Chapaev*, em 1934, inaugura um novo período na história do cinema soviético. O realismo socialista adquire forma e estética própria no campo cinematográfico. A necessidade de criar personagens heroicos e desenvolver o mito do heroísmo comunista iria pautar a produção fílmica na União Soviética pelas próximas décadas. A pedra fundamental do realismo socialista inaugura uma linguagem mais acessível ao público popular, tornando-se um objeto direto de diálogo entre o regime e a classe trabalhadora. Sua divulgação maciça flerta com os objetivos estratégicos do partido comunista na construção do novo “homem soviético” sendo a figura de Joseph Stalin modelo e semelhança na concepção da figura do proletariado padrão. Saudado como novo modelo fílmico a ser seguido pelos diretores a partir de então, - sua estética, embora ainda não esteja no mesmo nível propagandísticos de produções seguintes - ditou os novos ventos do cinema em território nacional, sendo, desde então, fonte recorrente de estudos na área cinematográfica e no campo da historiografia soviética.

Referências

BULGAKOWA, Gilles. *Sergei Eisenstein. A Biography*. Berlim: Potemkin Press, 2002.

CHRISTIE, Ian e TAYLOR, Richard. *The Film Factory: Russian and Soviet Cinema in Documents 1896-1939*. Londres: Routledg, 1994

COELHO, Tiago da Silva. *Rastros do Realismo Socialista na América: trajetórias e conflitos na primeira metade do século XX*. Santa Catarina, 2017. Disponível em: <<http://www.anpuh-sc.org.br/rev%20front%2030%20vers%20fin/f30-artdoss1-02-tiago.pdf>> Acesso em 08 Nov. 2019

DELEUZE, Gilles. *Imagem-movimento*. Editora 34; 1ª edição, Rio de Janeiro, 2018.

FERRO, Marc. O Filme: Uma contra-análise da Sociedade? In: Le Goff, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FERRO, Marc. *História e Cinema*. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

FRANCISCON, Wagner Moisés. A construção do herói no cinema soviético: Chapayev (1934) e Aleksa Dundic (1958). *Revista de História* [28]; João Pessoa, jan./jun. 2013

HOLZ, Wolfgang. Allegory and Iconography in Socialist Realist Painting. In: Matthew Cullerne Bown & Brandon Taylor. *Art of the Soviets – Painting, Sculpture and Architecture in a One-Party State, 1917-1922*. Manchester and New York, Manchester University Press, 1993

LANARI, João. *Cinema para Russos, Cinema para Soviéticos*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019

RIDENTI, Marcelo. Brasilidade Vermelha: Artistas e Intelectuais Comunistas nos Anos 1950”, In: André Botelho & Elide Rugai Bastos & Gláucia Villas Bôas (orgs). *O Moderno em Questão. A Década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2008

TSIVIAN, Yuri. *New Notes on Russia Film Culture between 1908 and 1919 in the Silenet Cinema Reader*. Londres: Routledge, 2004

YOUNGBLOOD, Denise. *Movie for the masses: popular cinema and soviet society in the 1920s*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Percursos do(s) ensino(s) de História para crianças no Brasil ao longo do século XX

Felipe Silva Vedovoto¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este artigo decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado cujo título é: “O Ensino de História nos anos iniciais como um campo de pesquisa em construção”, realizada no âmbito da linha de Historiografia e Ensino de História. O texto propõe mapear e analisar a produção acerca do Ensino de História voltado para os anos iniciais do Ensino Fundamental, compreendendo-o enquanto um campo de pesquisa que vem sendo construído ao longo das últimas décadas no Brasil.

Em outra oportunidade, destacamos alguns apontamentos preliminares sobre o perfil dessa produção acadêmica², apresentado estudos realizados nos últimos anos, sobretudo a partir da década de 1990, que evidenciam um espaço de discussão trilhado por pesquisadores brasileiros em uma zona convergente entre a História e a Educação, muitas vezes em paralelo com suas pesquisas em outras temáticas.

Entretanto, percebemos a necessidade de observar melhor o lugar ocupado pela História no processo de formação escolar de crianças ao longo do século XX, para que assim possamos compreender as mudanças e permanências registradas por meio da produção acadêmica. Fonseca (2011, p. 7) considera que “[...] pensar o ensino de História em sua historicidade significa buscar, se não soluções definitivas, ao menos uma compreensão mais clara sobre o que significa, hoje, ensinar História nas escolas”.

Falar de Ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental hoje não é o mesmo que analisar a instrução de crianças no primário (1961), no 1º grau (1991) ou, ainda, durante a obrigatoriedade dos Estudos Sociais no período da Ditadura Militar (1964-1985). Pode parecer óbvio quando se trata da investigação histórica, mas são as mudanças da concepção de História e seus usos sociais, das nomenclaturas – Ensinos Ginásial, Primário, Fundamental – das leis e normativas, bem como as permanências de

¹ Aluno do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, sob orientação do Prof. O Dr. Luís Reznik, com ingresso no ano de 2021, desenvolvendo o projeto de pesquisa “O Ensino de História nos anos iniciais como um campo de pesquisa em construção”.

² No IX Seminário Interno do PPGHS/UERJ, realizado no ano de 2021, apresentamos algumas discussões preliminares acerca do Ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental enquanto campo de pesquisa em construção, refletindo sobre aspectos do perfil produção acadêmica brasileira desenvolvida até aquele momento nesta área e os lugares de interlocução de seus pesquisadores, dentre outros pontos.

metodologias, por exemplo, que apontam para a forma com que o currículo é organizado e para a dinâmica escolar impactando em maior ou menor grau a prática docente que se registra por meio dos vestígios analisados por professores-pesquisadores e socializados por meio da produção acadêmica e escolar.

Para avançarmos na compreensão do processo de constituição desse campo de estudo, precisamos observar o desenvolvimento das diretrizes educacionais, a disciplinarização da História nos currículos e seus usos sociais ao longo do tempo. Procuramos traçar um breve panorama capaz de evidenciar um pouco dos elementos que se relacionam à trajetória do Ensino de História nos anos iniciais, lançando considerações sobre alguns estudos já realizados sobre a temática. Nesse ínterim, vamos perpassar também os Estudos Sociais, tendo em vista que eles compuseram o currículo escolar em substituição à História a partir da década de 1970 até os anos finais da década 1990.

Em sua tese, Sanches (2015) propôs-se a uma periodização do ensino de História no Brasil, baseado em trabalhos já existentes sobre a temática, para a partir dela pensar como esse ensino se aplicaria aos anos iniciais. Em sua trajetória percebeu que “o campo de pesquisa denominado Ensino de História nos anos iniciais encontra-se em pleno processo de constituição e conta com a crescente preocupação dos pesquisadores da área de Ensino de História” (SANCHES, 2015, p. 21).

Assim como ele, também nós acreditamos nessa afirmação, complementada pela conclusão alcançada por Alvim (2017) durante sua pesquisa de doutorado, que consolidou sua percepção de que

[...] longe de um espaço de ausência – como parecem sugerir, inclusive, o discurso das políticas públicas e da tradição pedagógica escolar –, aquela produção [sobre o ensino de história nos anos iniciais] se configurava como um **lugar de presença**, que se inscrevia em uma longa trajetória de pesquisa no interior do próprio campo do ensino de história, e que, portanto, mereceria uma investigação mais sistemática (ALVIM, 2017, p. 21 – grifo nosso).

Essa produção sobre o Ensino de História voltado para os anos iniciais que se configura como “lugar de presença” na trajetória de pesquisa e como preocupação dos professores-pesquisadores, vem sendo realizada de diversas formas e tece suas reflexões sobre um período de formação escolar das crianças, que acompanha movimentações históricas, legais e curriculares.

No Brasil, a História começa a ganhar status de disciplina a partir de 1838 por meio da criação do Colégio Pedro II. Em meio às mudanças de seu estatuto, consolidou-se como código disciplinar ao longo do século XIX, sendo utilizada inclusive como

instrumento para a construção de uma identidade nacional, muitas vezes voltada para uma perspectiva tradicional e elitista, uma História sagrada e dos heróis. Para Sanches (2015, p. 52-53), “na tentativa de construir a História da nação brasileira, houve inicialmente no Ensino de História dos anos iniciais uma substituição dos heróis bíblicos por Histórias de reis e administradores, buscando identificar os construtores da História da Nação”³.

No fim do século XIX, “um outro elemento-chave a ser observado no projeto da escola primária republicana diz respeito ao papel assumido por essa instituição na formação do caráter e no desenvolvimento de virtudes morais, de sentimentos patrióticos e de disciplina na criança” (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 45). As autoras apontam, ainda, que na virada do século ampliou-se a criação de grupos escolares, que funcionam como uma escola primária criando um caminho educacional a ser percorrido pelos alunos. Em um contexto de instrução realizada em grande parte por meio de escolas multisseriadas e domésticas, os grupos escolares representavam a possibilidade de expansão desse viés civilizador dirigido ao “público interno à escola, constituído basicamente por alunos e famílias, estendendo-se ainda para fora dos muros escolares, de modo a atingir a sociedade como um todo” (ibidem, p. 45).

A partir dos anos de 1920, novos padrões de pensamento pedagógico começam a permear o ambiente educacional brasileiro baseados nas teorias do pedagogo e filósofo norte-americano, John Dewey. Para Nascimento (2019, p. 103), temas como a alfabetização, a expansão da escola primária, a reforma da escola secundária e a construção de um sistema de ensino superior universitário, tornaram-se parte do programa de associações e educadores”.

Com precursores nacionais como Anísio Teixeira e Carlos Miguel Delgado de Carvalho, os pensamentos de Dewey impactam inclusive na discussão de como a História vinha sendo ensinada aos alunos, sugerindo mudanças que pudessem levar a criança a apreciar os valores sociais e entenderem a cooperação entre os homens, deslocando a disciplina do viés estritamente político e marcado pelo passado, para um processo de vida social que levasse a criança a interpretar e agir em situações futuras.

³ Apontamos aqui uma ressalva, pois consideramos que em um contexto de acesso restrito à educação, de escolas multisseriadas ou domésticas, em que poucas pessoas chegavam aos níveis finais instrução, pode não ser prudente utilizar o conceito de “Ensino de História dos anos iniciais” para tratar da instrução de crianças no século XIX.

Não devemos acreditar que esse processo de ampliação educacional foi sucessivo e sem dificuldades, principalmente para a escola primária. Dadas as condições de sua criação, a disciplinarização dos conhecimentos nesta etapa de ensino estava menos enraizada, por isso “se a História enquanto disciplina escolar se consolidou nos programas da escola secundária brasileira ainda na primeira metade do século XIX, o mesmo não pode ser dito em relação a sua inserção nos programas da escola primária” (NASCIMENTO, 2019, p. 72).

As mudanças epistemológicas nas Ciências Humanas e na História sistematizadas na primeira metade do século XX trouxeram para o Brasil a discussão sobre os Estudos Sociais. Inicialmente, ela “estava relacionada à escola elementar ou de primeiras letras, na qual as fronteiras entre as disciplinas eram menores e o professor obtinha a sua formação nas Escolas Normais” (NASCIMENTO, 2019, p. 25), como já ressaltado, não encontrando resistência neste primeiro momento.

O Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, estabeleceu a lei orgânica do ensino primário fundamental, para crianças de sete a doze anos, de caráter obrigatório; e supletivo, para adolescentes e adultos. Uma das finalidades interessantes previstas era “elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho” (BRASIL, 1946). Isso entra em consonância com a manutenção de um projeto civilizador republicano, já apontado por Schueler e Magaldi (2009).

O curso primário elementar teria duração de quatro anos de estudos e previa, dentre outros conhecimentos, o ensino de Geografia e História do Brasil. O mesmo aconteceria com o curso primário supletivo, mas com dois anos de duração. A possibilidade de um curso primário complementar de um ano permitiria ainda estudos sobre noções de geografia geral e história da América.

Apesar da regulamentação do ensino primário em 1946, as primeiras diretrizes e bases da educação nacional só foram fixadas anos depois, por meio da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, sendo essa uma competência da União prevista na Constituição Federal de 1934. Por ela, cria-se também o Conselho Federal de Educação (CFE)⁴, composto por membros de “notável saber e experiência” para balizar as decisões em

⁴ Em 1931, houve a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio do Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931. O órgão tinha caráter consultivo para auxiliar as decisões do Ministério da Educação e Saúde Pública nos assuntos relativos ao ensino. Sua importância foi ampliada na conversão para Conselho Federal de Educação.

matéria de educação, um espaço decisório e de discussão que terá papel fundamental nas orientações curriculares nos anos seguintes.

Previa-se nesta Lei uma educação pré-primária, para crianças menores de sete anos e a manutenção do ensino primário que deveria ter como finalidade “o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social [...] ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais” (BRASIL, 1961), podendo haver outras duas séries complementares para ampliação de conhecimento. Já o ensino médio seria ministrado em dois ciclos: ginásial, composto por quatro séries anuais; e colegial, com três séries anuais, no mínimo.

Diferente do Decreto-Lei nº 8.529/46, a Lei nº 4.024/61 não definiu os conhecimentos que seriam ministrados às turmas, mas determinou a quantidade de 5 a 7 disciplinas para o ensino ginásial e de 8 disciplinas para o ensino colegial, além das práticas educativas, entre obrigatórias e optativas, sem definir quais seriam. O CFE seria responsável por indicar até cinco disciplinas obrigatórias para todo o sistema de ensino médio e os Conselhos Estaduais de Educação determinariam as demais obrigatórias e as disciplinas optativas. A mesma recomendação não se aplicou ao ensino primário, ficando sem quantidade mínima de disciplinas definidas.

Por haver a possibilidade da implementação de disciplinas optativas, houve abertura para a entrada dos Estudos Sociais no currículo escolar, uma abordagem que vinha sendo considerada inovadora pelos educadores. Baseado nos estudos de Elza Nadai, Nascimento (2019, p. 294) afirma que os Estudos Sociais chegaram a ser incluídos “nos currículos de 1º grau, através de perspectivas de ensino integrador e interdisciplinar, e nos Ginásios Vocacionais”, em estados como São Paulo e Minas Gerais.

Alguns anos depois, o Golpe Civil-Militar de 1964 instalou a Ditadura Militar no Brasil. É nesse contexto que a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixou novas diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, dando outras providências e revogando artigos da lei anterior, de 1961. A partir dela, entendeu-se “por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau” (BRASIL, 1971). O Ensino de 1º Grau, por sua vez, passaria a ter duração de oito anos letivos, em substituição aos quatro anos previstos para o ensino primário, obrigatório dos 7 aos 14 anos. O ensino de 1º grau destina-se à “formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos”

(BRASIL, 1971). O ensino de 2º grau, por sua vez, seria composto por três ou quatro séries anuais.

A Lei nº 5.692/71 determinou a implantação de um núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, obrigatório em âmbito nacional, complementado por uma parte diversificada, cujas matérias seriam fixadas pelo Conselho Federal de Educação (CFE). Para o 1º grau, a Lei determinou que nas séries iniciais fosse exclusiva uma educação geral⁵, que pudesse ser permeada por uma formação especial na medida em que os estudos avançassem. Determinou, ainda, a obrigatoriedade da inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos escolares.

Para Martins (2000, p. 45), a Lei nº 5.692/71 “[...] representou um marco nessa reforma educacional promovida pela ditadura militar no Brasil, mas não significou, ela mesma, a reforma”. Dadas as considerações da autora e entendendo o termo “reforma” não apenas como uma mudança na prática educacional, mas um processo que envolve relações políticas, sociais e de poder, perceberemos que coube ao CFE, por meio de suas Indicações e Pareceres, “[...] interpretar a lei básica, responder aos vários representantes do setor educacional sobre problemas de implementação da reforma [...]” (ibidem, p. 48), dentre outras ações.

A Lei conferiu ao CFE um importante papel na orientação e efetivação da reforma educacional. Assim, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) passou a emitir Portarias ao passo que o CFE emitia seus Pareceres. Como já ressaltado, a Lei delega ao CFE a definição das matérias do núcleo-comum do sistema de ensino. Por isso, “as reformas promovidas pelo CFE, a partir de 1971, trouxeram novos contornos aos Estudos Sociais, tornando-os um componente obrigatório do currículo” (NASCIMENTO, 2019, p. 298).

Por meio desses documentos, História e Geografia foram duramente impactadas. Assim, as mudanças decorrentes da Lei nº 5692/71 negaram à “História o seu caráter autônomo com a inclusão dos Estudos Sociais, componente curricular que integrava a História e a Geografia, no currículo do ensino de 1º grau, e com a diminuição da carga horária da disciplina no 2º grau” (ibidem, p. 281).

⁵ O Parecer nº 853/71, do Conselho Federal de Educação, flexibilizou esse entendimento, na medida em que compreendia a necessidade de uma mescla entre conteúdos e atividades para que houvesse integração e progressão entre as séries. Por isso, considerou razoável para as séries iniciais uma proporção educação geral – educação especial de 70% + 30%, invertendo-se gradativamente ao longo do tempo.

Um dos mais importantes documentos norteadores da mudança curricular no ensino de 1º e 2º graus foi o Parecer nº 853/71, sob relatoria de Valnir Chagas, que dispunha sobre o núcleo-comum referente à doutrina curricular prevista na Lei nº 5.692/71. O Parecer foi homologado pelo Ministro da Educação e Cultura e anexado à Resolução do CFE nº 8, de 1º de dezembro de 1971. Por meio dele, o núcleo-comum passava a ser composto pelas seguintes matérias (nas quais estariam incluídos conteúdos específicos): “Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa); Estudos Sociais (Geografia, História, Organização Social e Política do Brasil); e Ciências (Matemática, Ciências Físicas e Biológicas).

Os Estudos Sociais enquanto matéria, deveriam dar ênfase ao conhecimento do Brasil, “ajustando o educando ao meio”. Para o relator, eles teriam uma abordagem mais científica e seriam, por sua vez, o elo entre as outras duas matérias – Ciências e Comunicação e Expressão. Incorporando a História, deveriam abordar o desenrolar da experiência humana através do tempo, integrado a dimensões da Geografia e das outras matérias.

A referida Resolução nº 8/71 do CFE, definia que os conteúdos dos Estudos Sociais deveriam ser incorporados nas primeiras séries, sem ultrapassar a quinta, por meio de atividades de “Integração Social”. Somente a partir do fim do 1º grau seriam trabalhados os Estudos Sociais como área de estudo. Já no 2º grau, os conteúdos seriam abordados separadamente em História e Geografia como disciplinas, de acordo com as habilitações profissionais.

Dessa forma, a Integração Social teria como base as **atividades** cujas “aprendizagens deveriam ser construídas a partir de experiências concretas mais do que através da ‘apresentação sistemática de conhecimentos’” (NASCIMENTO, 2019, p. 309). Nas **áreas de estudo**, haveria uma mescla entre experiência e conhecimentos sistemáticos; e nas **disciplinas**, o foco principal seria nos conhecimentos especializados. Essa “progressão” proposta por Valnir Chagas remetia à organização psicológica observando cada fase do desenvolvimento infantil, preocupação expressa anteriormente por Anísio Teixeira consonante também com o pensamento educacional de John Dewey que vinha adentrando as discussões curriculares brasileiras desde a década de 1920.

Nas séries iniciais, esse “caráter introdutório” dos Estudos Sociais deu o tom da metodologia de trabalho com o conhecimento histórico naquele momento, que reverberou – e ainda reverbera – com o passar dos anos. Abud (2012), ao analisar relatórios e projetos

de aula elaborados por alunos de graduação em Pedagogia na disciplina de Metodologia do Ensino de História, refletiu sobre a presença de traços dos anos de 1970 nas propostas curriculares a partir dos anos 2000. A autora percebeu a partir de suas análises que

[...] o ensino de História incorpora temas herdados da disciplina chamada Estudos Sociais, mas que não são conceitualmente temas históricos. Conteúdos sociológicos, geográficos, econômicos são introduzidos sob a rubrica de História, embora suas abordagens não incorporem os conceitos históricos, responsáveis pela identidade da disciplina (ABUD, 2012, 560).

Ainda são muito necessárias pesquisas no âmbito da História das Disciplinas para compreender melhor como estava organizado o conhecimento histórico no currículo das séries iniciais do 1º grau antes e após 1971, uma vez que pelos Pareceres do CFE não se verifica objetivamente como seria o trabalho específico para elas enquanto atividades de Integração Social.

A situação se tornou mais complexa em 1976, quando o ensino superior e o campo de trabalho dos professores também foram afetados, pela publicação da Portaria nº 790/76, do Ministério da Educação e Cultura, na qual obrigava-se a formação em licenciatura em Estudos Sociais para atuar no ensino de 1º grau. “A exclusão dos licenciados em História e Geografia do ensino de 1º grau, proposta pela Portaria 790/76, atingiu diretamente os cursos universitários que formavam esses profissionais, já que o mercado de trabalho ficava restrito ao 2º grau” (NASCIMENTO, 2013, p. 287).

A decisão provocou a reação dos profissionais da área e fomentou o movimento impulsionado pela historiadora Déa Felon por meio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) em oposição à sistemática aos Estudos Sociais e pela retomada da História como disciplina autônoma no currículo escolar.

Mais tarde, em um contexto de redemocratização, a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996 – que chamaremos aqui de LDB - substituiu o Ensino de 1º Grau pelo Ensino Fundamental, “com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão” (BRASIL, 1996) e a possibilidade de seu desdobramento em ciclos. Em 2006, a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, alterou a redação da LDB, ampliando o Ensino Fundamental para nove anos de duração, iniciando-se aos seis anos de idade do aluno. A divisão anual que recebia o nome de “série” passou então a ser chamada de “ano”, principalmente após o Parecer CNE/CEB nº: 6/2005 que sugere a divisão do Ensino Fundamental em “Anos iniciais”,

composto pelos cinco primeiros anos de escolarização e “Anos finais”, concernentes aos outros quatro últimos.

Com o avanço das discussões sobre a disciplina de História na década de 1980, inicia-se o fortalecimento de uma área de pesquisa voltada para o Ensino de História, que começou a angariar pesquisadores. A reabertura democrática, as transformações nas teorias da História e da Educação e o fortalecimento do Ensino de História abriu espaço para novos referenciais que passaram a balizar o currículo na Educação Básica, considerando os objetivos da LDB e outros documentos normativos disciplinares.

Um caminho diferente é percorrido pelos anos iniciais. Nascimento (2019, p. 22), registra que

ao analisar as propostas curriculares, de diferentes estados brasileiros, entre 1985 e 1995, Circe Bittencourt (2000, p. 137-138) destaca que havia “um predomínio dos Estudos Sociais nas primeiras séries do ensino fundamental, tendo a substituição por História ocorrido só a partir da 5ª série [atual 6º ano].” A separação da História e Geografia, nas primeiras séries, ocorreu, efetivamente, a partir da publicação dos “Parâmetros Curriculares Nacionais” pelo MEC em 1997” (NASCIMENTO, 2019, p. 22)

A publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de História marcou sua volta como uma disciplina autônoma no currículo escolar em todo o Ensino Fundamental. Apesar disso, nos anos iniciais o processo de transição levou mais alguns anos para acontecer. Para Sanches (2015, p. 86),

Apesar da distinção das disciplinas, apresentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, entre História e Geografia, o primeiro Guia de Livro Didático publicado no mesmo ano considerou a integração das duas disciplinas em Estudos Sociais.

Essa integração por meio dos livros didáticos foi mantida no ano de 1998 e só começou a mudar nos anos 2000, quando os critérios de avaliação dos livros didáticos passaram a levar em consideração as áreas de Ciências, Matemática, Língua, História e Geografia. Todavia, por se tratar de um período de transição e adaptação, “os livros foram apresentados como área de Estudos Sociais mesmo que tenham sido avaliadas à luz dos critérios de ambas as disciplinas [História e Geografia]” (SANCHES, 2015, p. 89). A consolidação dos critérios para elaboração dos livros didáticos de História para os anos iniciais se deu apenas nos anos posteriores, em 2004 e 2007.

A partir dos PCNs, a presença da História é marcada durante todo o Ensino Fundamental, a começar pelo 1º ano. Entretanto, dada a trajetória do currículo para a instrução de crianças, devemos pensar sobre o lugar ocupado pelo conhecimento histórico

nas séries/anos iniciais, que parece estar relegado a segundo plano. O caráter introdutório previsto na Integração Social e o trabalho pelos círculos concêntricos continuou presente mesmo com as reformas educacionais e caracteriza-se como uma permanência ainda hoje, elementos que também aparecerão no texto da Base Nacional Comum Curricular, documentos que têm norteado de alguma forma as modificações no currículo escolar, livros didáticos, etc.

Por isso, entendemos a importância de historicizar esse processo de formatação da História na instrução de crianças no contexto escolar brasileiro. Os caminhos têm sinalizado não para um ensino de História – abrangente, sucessivo e perene –, mas para ensinamentos diversificados e “Histórias” que refletem usos e intenções, repercutindo no currículo e nas abordagens escolares que respondem às transformações políticas, sociais, econômicas, culturais, etc.

Referências

ABUD, Katia Maria. O ensino de história nos anos iniciais: como se pensa, como se faz. **Antíteses**, v. 5, n. 10, pp. 555-565, jul/dez. 2012.

ALVIM, Yara Cristina. **Humanas oficinas**: escrituras de vida no campo do Ensino de História. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 8, de 1º de dezembro de 1971.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 14/06/2022.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 14/06/2022.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 14/06/2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 14/06/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>> Acesso em 14/06/2022.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: história e geografia. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 6, de 08/06/2005**. Reexame do Parecer CNE/CEB 24/2004, que visa o estabelecimento de normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Distrito Federal: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb006_05.pdf> Acesso em 10/10/2021.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 3 ed.

MARTINS, Maria do Carmo. **A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?** Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

NADAI, Elza. Apresentação. *In*: SEMINÁRIO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 1988, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: FEUSP, 1988. p. 1 - 16.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização. **Revista História Hoje**, v. 2, nº 4, p. 265-304, 2013.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. **O ensino de Estudos Sociais no Brasil: das “connexões naturaes” à integração pela via do autoritarismo (1930-1970)**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

SANCHES, Tiago Costa. **Percursos da didática da história para os anos iniciais no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, p. 43-66, 2009.

Os efeitos psicossociais da ‘Prisionização’

Geilson Saraiva¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

“As leis são como as teias de aranha que apanham pequenos insetos e são rasgadas pelos grandes.” (Sólon)

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é ‘Os Efeitos Psicossociais da prisionização – Crítica às políticas públicas penitenciárias’. Esse se propôs a estudar os desdobramentos psicossociológicos da categoria prisionização, que significa, grosso modo, a aquisição em maior ou menor grau das normas, costumes, moralidade, e *modus vivendi* da prisão, representa um tipo de cultura consuetudinária gerada pelo cotidiano prisional que se expande extramuros, paralelamente à cultura institucionalizada pelos códigos e regulamentos penitenciários.²

A princípio, a categoria está ligada diretamente à questão social, i.e., ao processo de pauperização completa do ser social provocado pela divisão social do trabalho entre proprietários e expropriados, ambos assujeitados às forças capitalistas em expansão avassaladora. Esse fato socioeconômico é realizado pelas incessantes reestruturações produtivas do Capital, que ao fim e ao cabo, também são reflexos das relações sociais de produção da sociedade com o sistema político-jurídico. Constatou-se que as maleses adquiridas pelo detento na prisão são causadas pela própria gestão penitenciária que ao aprisionar em massa cidadãos em conflito com a lei, provocam sérios problemas sociais para toda sociedade. Logo, concluiu-se que é a exposição contínua à categoria ‘prisionização’, por longos períodos de tempo, que consolida os maleficientes valores da cultura prisional nos detentos, que lhes acarretar doenças psicossomáticas irreversíveis, fato que aumentará as recidivas criminais ao galgar a liberdade conforme nos revela a tal *cifra negra* da violência, em assim sendo, a pesquisa justificou-se em virtude da ‘onda encarceradora’ do Capital acentua-se de 1990 em diante no Brasil e não mais retroceder.³

¹ Geilson Saraiva, Os Efeitos Psicossociais da prisionização. Doutorado PPGHS-FFP-UERJ. Orientador Gelsom Rozentino de Almeida, ingresso 2018.

² CLEMMER, Donald. **Prision Community**. 2ª ed. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1958. p. 270.

³ O neoliberalismo incrementou o inchaço do sistema penal tornando-o, ao fim das contas, um dispositivo que estabelece paradigmas do modo de gerenciar o estado. No Brasil de 110.000 presos em 1990 saltou para 380.000 em 2005 deste ano para cá 850.000, sob os auspícios do neoliberalismo punitivo. Percebe-se

O objetivo geral da pesquisa foi investigar os efeitos psicossociais da pena de privação de liberdade sobre os indivíduos; bem como os resultados da sociabilidade e da cultura prisional no (in)consciente do preso, através das diferentes interpretações teórico-conceituais a respeito. Entre os objetivos específicos pretendeu-se: 1- Contemplar uma compreensão histórica da questão penitenciária indispensável à formulação de políticas públicas de contenção da criminalidade a partir dos efeitos psicossociológicos da prisionização. 2- Investigar os desdobramentos da evolução histórica das políticas públicas redutoras de danos, as quais são os lenitivos atuais dos efeitos prisionizantes da questão penitenciária nos presidiários.

Neste sentido, sobre a categoria prisionização coube questionar: Quais são seus efeitos nos detentos e funcionários do sistema prisional? Como é (re)produzida? Qual é o melhor método para atenuar seus efeitos no intelecto dos presos e com isso conter as taxas de reincidência? Quais são as melhores políticas públicas penitenciárias amenizadoras desse deplorável estado de coisas causadas pela onda encarceradora? Para responder a essas inquietações, fez-se mister discutir a questão penitenciária utilizando como referencial o marco teórico formulado por Augusto Thompson⁴, Gresham Sykes⁵; Donald Clemmer⁶; Erving Goffman⁷, as categorias: prisionização, instituições totais, estigma, sociedade dos cativos demonstram o processo de esgarçamento da alma humana representada pelos malefícios psicossociais gerados pelo desserviço realizado pela gestão penitenciária, que ao fim ao cabo, somente favorece a (des)socialização do preso, que se consolida em violentas e renovadas carreiras criminais.

O embasamento discursivo sobre o tema da questão penitenciária foi obtido no campo da criminologia crítica radical, através destes estudos, foi detectada uma afinidade entre a pena de privação de liberdade e formas sociais de exploração/dominação na relação Capital/Trabalho, que é realizada pela opressão burguesa sobre as classes desfavorecidas, em especial favelados. Foram encontradas provas cabais de que as mazelas psicossociais da prisionização são dirigidas, propositalmente, ao excedente da força de trabalho supérflua ao Capital, moradores de periferias composta pelos chamados “consumidores falhos”, não produtores de mais-valia pertencentes ao exército de mão de

que encarcerar é pressuposto básico do modelo político-econômico neoliberal de gerir a pobreza e a miséria para governar o Estado. Cf. Lóic Waquant (2007, p. 206-207); BATISTA, 2015, 100).

⁴ THOMPSON, 2002.

⁵ SYKES, 1974.

⁶ CLEMMER, 1958.

⁷GOFFMAN, 2001.

obra reserva, (superpopulação relativa do capital), ou seja, jovens negros/pardos sem profissão e desescolarizados. Esse é o perfil socioeconômico daqueles que serão recrutados para compor a subclasse dos delinquentes, que servirão de pretexto para o Estado dinamizar políticas exterministas a favor da acumulação capitalista de mais valor.

Este estudo se fez necessário em virtude da urgente busca por alternativas que possam romper com tal formação social do Capital encontrada nas prisões intramuros que é responsável não só pelas altas taxas de reincidência criminal extramuros, mas também pela reprodução exponencial de morticínios estatais legalizados materializadas nas formas de exploração, controle e dominação social, que se pautam em uma política penitenciária deliberada, mas fetichizada, de extermínio dos excluídos. Nessa direção, essa pesquisa representou uma ótima oportunidade para oferecer informação científica confiável sobre a categoria prisionização e seus efeitos psicossociais no ser social encarcerado em diversos campos científicos.

Esse estudo foi motivado após a constatação da ilegitimidade do Estado em gerenciar os conflitos oriundos das relações de produção do capital. Isso se deve ao descumprimento dos ordenamentos legais que ele mesmo produz, o que fica patente é que, pretensiosamente, ao ‘fingir’ resolver os problemas prisionais, o Estado cria milhares de outros ainda piores, dada sua total incompetência para cumprir o que foi predeterminado pelos códigos vigentes.

Ao fim e ao cabo, o sistema penitenciário dinamizado pelo Estado revelou-se ser apenas um dispositivo de controle social em apoio à dominação de classe da alta burguesia, visto que, através de administrações prisionais e governamentais eleva, tanto a população prisional quanto a taxa de reincidência criminal a números absurdos, tendo em vista a degradação das condições de vida humana intramuros para os presidiários e a favor da dominação da burguesia e do Capital. A partir dessas constatações é lícito relacionar a destruição psicossocial do sujeito encarcerado com a prisionização e com as altas taxas de reincidência criminal obtidas.⁸

Quanto às soluções propostas para resolução da “crise” no sistema penitenciário verificou-se que não existe ‘crise’ alguma, pois sabe-se que desde a hora exata de sua institucionalização no século XVII, a prisão conseguiu a proeza de entrar em ‘crise’ e não sair mais até hoje. Subentende-se que na verdade não existe ‘crise’, porque os efeitos

⁸ THOMPSON, 1993.

prisionizantes fazem parte do projeto de dominação burguês fundamentado em constructos ideológicos produzidos pelo sistema penal para aterrorizar a sociedade ‘livre’, para controlar corpos e mentalidades, através dos sistema penitenciário. A partir daí, foi observada a existência de uma luta ideológica entre as criminologias para a resolução dos problemas acarretados pelo encarceramento em massa, seus constructos referem-se às propostas de políticas públicas estatais de recuperação psicossociológica do ser social degradado pela prisão.

As investigações cotejam as polêmicas entre as correntes criminológicas progressistas contra os chamados efficientistas reacionários e neoconservadores que exigem maior exacerbação do punitivismo sob a forma de negação de direitos humanos aos presos no cotidiano prisional, contra seus fundamentos existem as seguintes correntes de pensamento criminológico: 1- os abolicionistas penais que pretendem a abolição total do sistema prisional; 2 - os minimalistas que requerem a minimização do aparato repressivo ao mínimo necessário; 3 - os garantistas que exigem a defesa das garantias constitucionais já cominadas pelos códigos penais fundamentados pelo chamado estado democrático de direito; 4 - a criminologia radical marxista que pleiteia a destruição completa da sociabilidade burguesa para que surja um novo sistema social em detrimento das atuais relações sociais capitalistas sustentadas pela propriedade privada e trabalho assalariado. As polêmicas estudadas denotam a importância de se apresentar propostas urgentes para reverter a escalada violenta do estado policial/penal atual, refletida nas altas taxas de recidivas causadas pelo encarceramento em massa.

As hipóteses formuladas, que interessam aqui, estão fundamentadas também nos trabalhos de George Rusche e Otto Kirchheimer,⁹ sociólogos marxistas da escola de Frankfurt, os quais investigaram o nascimento das prisões, e as transformações impostas à forma de organização capitalista do trabalho, eles delinearam os fundamentos de uma complexa vinculação existente entre relações de produção e relações jurídicas aplicadas pelos sistemas punitivos, relações tais que marcaram todo o desenvolvimento do capitalismo.

A pesquisa realizada pelos autores alemães é repleta de estatísticas demográficas e prisionais de grande relevância. Interessou, portanto, apreender e utilizar suas formulações, sobretudo, dois aspectos embaixadores dos princípios jurídicos da

⁹ KIRCHHEIMER; RUSCHE, 2004.

criminologia radical: o primeiro está fundamentado na reflexão sobre o poder punitivo e suas correlatas manifestações de acordo com a evolução das formas de relações sociais de exploração, opressão e dominação em momentos históricos determinados. O segundo aspecto se refere à perspectiva histórica que os autores imprimiram à evolução dos sistemas punitivos, que variavam de acordo com a oferta e demanda de mão de obra, ora gerando ao expulsá-los de suas terras, ora exterminando força de trabalho em prisões, em conformidade com o controle social das necessidades acumulativas de mais valia do sistema econômico vigente, sempre em transformação. A vinculação do sistema penitenciário com o sistema econômico explica-se pela apresentação da lógica casuística do direito penal mancomunadas indissociavelmente com as relações de produção de mercadorias no capitalismo avançado.

Rusche e Kirchheimer demonstraram, com fartas estatísticas populacionais e penitenciárias, que nas ocasiões específicas em que havia escassez de mão de obra os salários aumentavam além do desejado pela burguesia. Isto é, para defasar salários artificialmente a prisão era esvaziada de presos, então, aumentava-se a oferta de mão de obra no mercado ‘livre’, daí os salários baixaram ao patamar desejado, nesse momento, o sistema punitivo era brando e suave. Já em períodos de excesso de oferta de mão de obra, os salários abaixavam demasiadamente, o sistema punitivo tornava-se implacável, mesmo com mínimas faltas e insignificantes delitos da classe trabalhadora, as prisões abarrotavam-se, ocorria o hiperencarceramento que objetivava o extermínio da força de trabalho do mercado de mão de obra na ‘esfera’ da circulação de mercadorias, os salários pouco aumentavam, mas era o suficiente para aliviar as conjunturas atingidas do colapso econômico advindas de uma crise populacional iminente.

Essas operações políticas jurídico-econômicas deveriam ocorrer, ciclicamente, de acordo com os fluxos e refluxos do capital, porquanto, se os salários abajassem demais poderia haver o ‘desinteresse’ por parte dos trabalhadores em participar ‘livremente’ das relações de produção capitalista. Então, o estado teria que utilizar a força bruta como uma coação política extraeconômica para dinamizar as relações de produção, fato que desconfiguraria a *pureza* dos princípios fundamentais do sistema capitalista, tornando-se uma escravidão declarada. É sabido por todos, para que o sistema capitalista seja ‘puro’, os participantes (in)voluntários das relações de produção devem se encontrar na esfera da circulação de mercadorias somente pela coerção/coação econômica, i.e., livres, iguais e proprietários, soberanos legítimos de suas mercadorias.

Neste caso, é no mercado que ocorre o ‘livre’ encontro volitivo do burguês de um lado, proprietário dos meios de produção, do outro o proletário expropriado, possuidor apenas de sua força de trabalho, única mercadoria que possui. Em troca de salário em dinheiro vivo, deve vender seu tempo livre para o capitalista, caso queira subsistir à fome, mesmo a duras penas. Ao fim e ao cabo, de posse dessas técnicas penitenciárias de controle social como regulador do mercado de trabalho, a burguesia proprietária dos meios de produção, logrou estabilizar salários dos proletários ao mínimo absoluto possível, facilitava a extração e o acúmulo de mais valor dos proletários expropriados.

Rusche e Kirchheimer confirmam esse raciocínio: “todo sistema de produção tende a descobrir formas punitivas que correspondem às suas relações de produção”. Por conseguinte, temos que “formas específicas de punição correspondem a um dado estágio de desenvolvimento econômico”¹⁰ As teses de Rusche e Kirchheimer supracitadas se aplicam na realidade atual brasileira, suas teses não foram superadas em função do desenvolvimento do capitalismo, na medida em que hoje existe, na visão eficientista, um excesso de trabalhadores no exército industrial de mão de obra reserva que precisa ser exterminado, eis uma das funções precípua do sistema penitenciário capitalista atual em todos os países atuais.

Visto que, hoje as prisões são planejadas como meros depósitos subumanos para a segregação/exclusão social com o objetivo de destruir força de trabalho excedente da superpopulação relativa do capital. Ao contrário das políticas criminais contemporâneas, a sociedade industrial europeia do XVI, proletarizou os camponeses e impuseram nas cidades a disciplina do trabalho submetido ao capital.

No entanto, hoje impõem o trabalho precarizado não especializado; o desemprego; espoliação de direitos; desinvestimento econômico-social, o subconsumo famélico e uma tácita, mas eficiente, segregação social/racial que culmina com o extermínio impessoal dos “indesejáveis”. No fim de contas, ocorre hoje nas penitenciárias um de adestramento para o trabalho formal industrial, uma falta de tecnificação em massa, no claro objetivo de desqualificar mão de obra industrial excedente, que impossibilita aos egressos prisionizados do sistema penal, de se reintegrarem ao mercado de trabalho formal após suas terríveis estadas nas prisões.

Ainda a respeito da relação histórica entre sistemas punitivos e relações sociais de produção, foram basilares para o direcionamento da pesquisa, os argumentos formulados

¹⁰ KIRCHHEIMER; RUSCHE, 2004. p. 19-20

por Dario Melossi e Massimo Pavarini, pautados pela busca dos motivos (e não das causas) que levaram ao surgimento da prisão e, “por qual motivo, em todas as sociedades industrialmente desenvolvidas, essa instituição cumpre, de modo predominante, a função punitiva?”¹¹ Melossi e Pavarini afirmaram que as prisões do século XV ao XX foram projetadas como fábricas de disciplina para o capital, em que camponeses precisavam ser adestrados para a mudança de estilo de vida do campo para o da cidade, bem como deveriam inculcar pormenores da vida draconiana capitalista no chão da fábrica.

Sabe-se que desde o século XV o poder punitivo adquiriu certa centralidade no *modus operandi* dos governos para o controle social das populações subalternizadas com forte vinculação com acumulação capitalista de mais-valia, sem se importar com preceitos humanitários. Tal dispositivo estatal de controle social obteve tanto êxito que, devido ao seu formidável “sucesso” para a classe dominante, os governantes não conseguem administrar o Estado sem o aparato prisional segregador, muito menos controlar as populações subalternizadas.

Sabe-se que o Capital sempre necessitou do assujeitamento coletivo do corpo e da alma de suas desmazeladas ‘vítimas’, no entanto para concretizar seus intentos é preciso gerar mais valor às mercadorias, ocorre que somente o ser social, expropriado dos meios de produção, possui uma mercadoria que é capaz de gerar mais valor ao próprio valor: a força de trabalho, no entanto, o mais valor agregado nas mercadorias pelo proletário na linha de produção é embolsado pelo capitalista sem restituição alguma ao operário. Conclui-se que o trabalhador expropriado ao enriquecer o burguês explorador, sai mais pobre do que quando entrou no processo produtivo. Pobre de tempo livre, fraco de energias, miserável de vida humana útil, isto é, um ser alienado/desumanizado, uma coisa.

Abraçou-se o pensamento de E. B. Pasukanis, jurista soviético, o qual demonstrou que somente seria possível pensar a punição na era contemporânea. Se houvesse o efeito reflexivo de uma equivalência entre um *quantum* de liberdade a ser retirado de alguém é uma pena por delito em uma sociedade cujas pessoas teriam, unicamente, que vender seu tempo livre para sobreviver. De forma que é preciso contextualizar a prisão a seus tempos históricos concretos e compreender que ela só é possível dentro do modo capitalista de produção. Uma vez que é nele que se estabelece um mercado de trabalho ‘livre’, no qual os indivíduos “trocam” seu trabalho abstrato (medido por tempo abstrato) por um salário em dinheiro vivo.

¹¹ MELOSSI; PAVARINI, 2006.

Converge aqui a noção de *equivalência jurídico-mercantil*, que só se exprime e se realiza objetivamente no estágio de desenvolvimento econômico, no qual essa forma de equivalência torna-se ‘costumeira’, como ‘igualização’ do trabalho abstrato nas trocas mercantis do capital. (PASUKANIS, 1988, p.147). Pasukanis descobriu ao estudar O Capital de Marx, sobretudo nos estudos sobre a mercadoria, os motivos que levaram a sociedade capitalista a adotar a prisão como expressão maior de seu modelo punitivo.

(...) na presença de um sistema socioeconômico como o feudal, no qual ainda não se historicizar completamente a ideia do “trabalho humano medido pelo tempo” [qual seja, o trabalho assalariado], a pena-retribuição, como troca medida pelo valor, não estava em condições de encontrar na privação do tempo o equivalente do delito. O equivalente do dano produzido pelo delito se realizava, ao contrário, na privação dos bens socialmente considerados como valores: a vida, a integridade física, o dinheiro, a perda de status.” (PASUKANIS, 1988, p.147).

Na esteira de Pasukanis, compreende-se que o nascimento da prisão moderna só se torna uma tarefa possível, se tal fenômeno foi estudado no contexto do modo capitalista de produção. Visto que a punição de privação de liberdade medida por tempo corresponde somente ao capital. Constata-se que, também por esse motivo, ela se tornou o método punitivo, por excelência, do capitalismo do século XVII até o tempo presente.

De posse dessas hipóteses e questões, foi realizada uma exaustiva revisão bibliográfica conceitual-histórica em diversos campos do conhecimento humano, sobre o pensamento intelectual que fundamenta a análise da relação entre prisionização e reincidência criminal nas relações sociais capitalistas no campo da História Social, sob a perspectiva marxista. Ou seja, foi feita uma investigação acerca dos discursos penais progressistas, (em contraponto aos discursos reacionários), realizados pelos autores preocupados com a problemática da questão penitenciária, especialmente, as relações indissociáveis entre prisionização e a reincidência criminal. Inclusive, foram abordados textos que embasaram a implantação das políticas públicas exterministas para a contenção da criminalidade com efeitos desastrosos para a população mais pobre e hipossuficiente.

Foi observado que todos os fenômenos sociais adversos aos mais desfavorecidos em prisões, seguem a reboque da categoria prisionização, isto é, diversas categorias no campo da criminologia crítica estão vinculadas diretamente ao processo de esgarçamento da alma humana em prisões, por isso, foram expostas suas vinculações com as teorias que tratam dos construtos ideológicos da política criminogênica punitivo-estatal.

A exposição foi dividida em quatro capítulos que se referem à relação intrínseca e indissociável entre o sistema econômico e o direito penal. No primeiro capítulo foram

averiguados os aspectos teóricos da categoria prisionização de seus desdobramentos no Brasil e no mundo. No segundo investigou-se os efeitos psicossociológicos da prisionização sustentada pelos paradigmas da psicologia social. No terceiro capítulo foram verificados aspectos concernentes à mulher encarcerada, conforme a ideologia de gênero. Examinou-se os problemas advindos das gravidezes e à maternidade no cárcere, problemas relacionados ao encarceramento de jovens e crianças em perspectiva histórica, neste sentido foram expostas dezenas de políticas públicas desprisionalizantes, em vários campos do saber, desde sua elaboração pelo legislador até as dificuldades de implantação a contento pelos servidores públicos, ao fim do capítulo percebeu-se que, apesar das políticas públicas progressistas serem muito bem elaboradas e de grande serventia para os presos e seus parentes, verificou-se a incipiência em sua prática cotidiana diante da força destrutiva da categoria prisionização que a todos do corpo social prejudica sem exceção. Certamente, as reformas em vez de destruir o sistema penal apenas consolidam os paradigmas do capitalismo o qual é sustentado/reproduzido pelo Direito.

A fim de examinar a estreita afinidade entre pena de cárcere fechado e formas sociais de exploração, opressão e dominação foram apresentados no quarto capítulo os trabalhos científicos sobre a questão criminal a partir do cotejo dos paradigmas da criminologia crítica, do direito (im)positivo, e dos minimalistas. Analisou-se os diversos discursos atuais sobre a pena de cárcere fechado, bem como as possíveis penas alternativas contrárias às políticas públicas de recrudescimento do sistema penal para favelados, proposto pelos meios neoconservadores, os resultados denotaram o papel da tradicional política do terror de estado repercutida e estimulada pela mídia.

Na última parte da pesquisa foi realizada uma contraposição entre as correntes reformistas/abolicionistas e a teoria geral do direito de E. B. Pasukanis em que se demonstra, não apenas a inocuidade das teorias garantistas e minimalistas, mas também se comprovou que as quimeras reformistas não se sustentam na realidade concreta. Logo, restou demonstrada a necessidade de uma revolução social, para que haja o fencimento da forma valor das mercadorias e de seu equivalente geral, o dinheiro. Somente deste modo é que haverá a total destruição de todo aparato penal estatal, juntamente com toda sociabilidade do abjeto sistema capitalista hoje predominante. Essa conclusão advém após o desdobramento dos princípios revolucionários favoráveis à extinção do sistema penal realizado pelas diversas correntes criminológicas: o abolicionismo penal, o minimalismo, o garantismo, e a criminologia radical. A crítica realizada às diversas

escolas proporcionou o entendimento de que a prisão é irreformável enquanto instituição estatal ressocializadora de sujeitos em conflito com a lei.

Conclusão aceita após o aprofundamento da teoria do valor de Karl Marx, bem como em função dos resultados obtidos pelos estudos da teoria geral do direito de E. B. Pasukanis ao afirmar que o sistema penal deve ser destruído juntamente com os princípios do capitalismo fundamentados na divisão social do trabalho, i.e., nas relações de produção de mercadorias. Logo, a prisão só seria abolida se houvesse extinção, não apenas da propriedade privada dos meios de produção, mas também do trabalho assalariado medido por tempo social abstrato necessário para produção do mais valor das mercadorias. Categorias determinadas pelas relações de produção do capital e realizadas na esfera circulativa e distributiva das relações sociais da sociedade civil burguesa.

Conclusão

Acredita-se que o estudo a respeito da questão penitenciária são indispensáveis para a compreensão e resolução dos “antigos” e “novos” problemas sociais que desafiam o debate acerca da Questão Social. Portanto, esta pesquisa se fez mister em virtude da urgente busca por alternativas que possam romper com tal formação social do capital, responsável pela produção histórica de morticínios estatais legalizados, materializada nas formas de exploração, controle e dominação social, que se pauta em uma política deliberada, mas fetichizada, de liquidação de presidiários e de favelados.

Atualmente as urgências impostas pela brutalidade do sistema penitenciário têm sua relevância acentuada exponencialmente, em assim sendo, deve-se empreender esforços investigativos não só para se resolver as sequelas ocasionadas pelos sistemas punitivos nos reclusos e agentes penitenciários, mas também seus familiares e à população em geral. Enfim, a sociedade burguesa deve pensar e aplicar uma punição que não seja utilizada como dispositivo funcional de dominação social em favor da acumulação de capital, que só favorece à alta burguesia em detrimento da humanidade e da Vida no planeta.

Em suma, a suposta “crise” penitenciária está instalada, é de máxima importância que não só a sociedade burguesa, trabalhadores, autoridades estatais, mas também todo ser humano apresentar propostas urgentes para reverter a escalada violenta do estado policial/penal hodierno.¹² Portanto, restou demonstrado, para que haja o fim do estado punitivo, emblemáticos pela prisão fechada, mensurada por tempo abstrato, todas as

¹² AGAMBEN, 2004.

relações capitalistas que fundamentam a sociedade burguesa devem ser destruídas por uma revolução social ampla e irrestrita, para que surja, de fato e de verdade, uma nova sociabilidade comunista, verdadeiramente humana, emancipada e livre.

Acredita-se que é possível manter uma trincheira de resistência, não apenas contra os efeitos psicossociais produzidos pela prisionização no ser social, mas também conter os desmandos da burguesia e do Capital. No sentido de denunciar e amenizar os problemas mais prementes no/do ser social e, quiçá, superar a sociedade burguesa que tanto mal faz à humanidade e ao planeta, rumo à emancipação humana e à Associação de Trabalhadores Livres, preconizada pelos pioneiros do socialismo científico.¹³

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Coleção Pensamento Criminológico, nº 1. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro. Revan. 2ª edição 2012. 2ª reimpressão 2015.
- CLEMMER, Donald. **Prision Community**. 2ª ed. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1958.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. São Paulo: Vozes, 1987.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- KIRCHHEIMER, Otto; RUSCHE, Georg. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- MARX Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. Rio de Janeiro, Cortez, 1982
- MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- NEDER, Gizlene. “**Prefácio**”. In: KIRCHHEIMER, Otto; RUSCHE, Georg. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004. cap. 2, p. (79 - 108).
- NETTO, José Paulo. “**Cinco notas a propósito da ‘questão social’**”. In: _____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 153-154.
- PACHUKANIS, Evgeny B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical – 4ª ed.** - Florianópolis [SC] 2018.
- SYKES, G M. **The society of captives: A study of a maximum-security prison**. Princeton: Princeton University Press, 1974.
- THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- WACQUANT, Lóic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos EUA**. RJ Revan, 2003.

¹³ MARX, 1982

O nascimento da república na *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*: o agendamento da imprensa nos primeiros meses da república (1889)

George Luiz de Abreu Vidipó¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é “O nascimento da república na *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*: entre a coerção e o consenso”, ainda em andamento.

A Proclamação da República e a “imprensa neutra”

Em 15 de novembro de 1889, a população do Rio de Janeiro assistiu a um desfile militar não programado liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, com o Tenente-Coronel Benjamin Constant e um civil, o jornalista Quintino Bocayuva. Nesse dia, sem entender, os espectadores testemunharam a mudança da forma de governo do seu país. Um “observador interessado” descreveu que os cariocas assistiram à parada militar “bestializados”. Foi a imprensa que explicou para a população o que aconteceu.

A mudança da forma de governo, pensada e defendida, a partir de 1870, pelos militantes “republicanos históricos” teve um desfecho não previsto. Essa foi executada pelos militares e, sem eles, tal evento não existiria. O “observador interessado”, assim, se posicionou quanto ao protagonismo da caserna: “Por ora, a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula”. (ARISTIDES LOBO *Apud*: FAORO, 1997, p. 487)

Para o pesquisador Celso de Castro (1995) a “República” foi um evento militar em sua organização e operação, os civis republicanos auxiliaram apenas na formação do “Governo Provisório”. O certo é que parte dos republicanos buscava aliar-se aos militares para um golpe republicano, sobretudo nos anos finais da década de 1880. (HOLLANDA, 2004, p. 349) Castro com propriedade afirma: “... para os republicanos civis, eleitoralmente fracos e com um partido ainda pequeno e dividido, o encontro com os principais militares em antagonismo com o governo era de interesse mais instrumental do que político ou ideológico; ...” (CASTRO, 1995, p. 178)

Embora militar, a Proclamação da República foi induzida pela ação dos jornalistas e dos periódicos do Rio de Janeiro e São Paulo. Esses apoiaram os militares através da

¹ Aluno do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientador: Dr Rafael Brandão. Ingresso no ano: 2022. Título do projeto de pesquisa: O nascimento da república na *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*: entre a coerção e o consenso

ação do Clube Militar e da “mocidade militar” a quebrarem a disciplina através da tese do militar-cidadão. Os jornais *Diário de Notícias*, com o redator-chefe Ruy Barbosa, e *O Paiz*, com Quintino Bocayuva, foram os principais veículos desse apoio nos meses que antecederam ao 15 de novembro. (CASTRO, 1995; MELLO, 2007)

Maria Tereza Chaves Mello (2007) defende que a ideia de “república” se desenvolveu no “espaço público”, ou seja, nas ruas, confeitarias, cafés, nos bondes, nas livrarias etc. Para a historiadora foi nesse “espaço” que a “república” passou a ser debatida, onde a monarquia era conhecida como sinônimo de “atraso” e a república era entendida como o “moderno”. Os bacharéis e a “mocidade militar” se sentiam frustrados devido ao se formarem não conseguirem empregos e, sobretudo, por serem escolhidos para os cargos públicos ou promoção militar, os apadrinhados de políticos monarquistas. Eles acreditavam que as escolhas ou promoções deveriam ser pelo “talento”. Com isso a “ideia” de república cresceu:

A dicotomia *privilegiada e atraso versus talento e progresso* teve grande força persuasiva. Graças as visualizações de fácil compreensão popular utilizada pela *Revista Ilustrada*, a ideia se difundiu. Para a camada mais culta, valeram, além delas, textos doutrinários, literários ou mesmo jornalísticos. (MELLO, 2007, p.181)

Para nós foi a imprensa, ou “textos jornalísticos” (OP.CIT.), que amplificaram essa dicotomia. Sobretudo devido ao aparecimento da “nova imprensa”, que começou a crescer na década de 1870 no Rio de Janeiro. Nelson Werneck Sodré (1999) chama-a de “Grande Imprensa” e Marialva Barbosa (2010) de “Imprensa-empresa”. Até então os periódicos estavam associados a um interesse político, a uma personalidade partidária ou a um partido político (monárquicos e o republicano). (ALONSO, 2002, p. 276) A “nova imprensa” buscava estar livre da opção partidária, ou interesses políticos, seu objetivo era a autossustentação econômica e a geração de lucro. Essa imprensa se proclamava “imprensa neutra” (VIDIPÓ, 2019, p. 360) e tinha como referência principal o jornal *Gazeta de Notícias*. Esse em seu lançamento, assim definiu-se: “... Não sendo (...) **folha de partido** apenas tratará de questões de interesse geral, aceitando nesse terreno o concurso de todas as inteligências que quiserem utilizar das suas colunas”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 2 de agosto de 1875, p.1 - Grifo nosso)

Essa “imprensa neutra”, embora se dizendo apartidária, atuava politicamente. Alcindo Guanabara, jornalista e Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, em 1894, observou como essa imprensa contribuiu para a “Proclamação da República”:

...A ação neste terreno data da implantação dos jornais populares, data do aparecimento da *Gazeta de Notícias*, que tomou o seu lugar definindo-se

“imprensa neutra”, isto é, indiferente e alheia às questões dos dois partidos constitucionais que eram o campo exclusivo da atividade jornalística. Desse ponto de partida, a sua ação assumiu dois caracteres: quebrou os moldes convencionais do dogmatismo solene da imprensa da época, abrindo assim caminho no seio das massas populares e atacou as instituições, agindo como um elemento dissolvente. Em pouco tempo, todos os jornais que aqui se fundaram revestiram a mesma forma; em virtude da influência decisiva desta capital, (...), e toda imprensa deste país proclamou-se neutra. (ALCINDO GUANABARA *Apud*: FREIRE, 1983, p. 23)

Maria Tereza Chaves Mello afirma que, na historiografia da Primeira República, é comum afirmar que esses jornais eram “republicanos”, mesmo não se autoproclamando: “Os periódicos que mais se bateram pela libertação dos escravos tinham simpatia pelo republicanismo ou eram vistos como tais: a *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, a *Revista Ilustrada*” (MELLO, 2007, p. 195).

O que se pode perceber era que esses periódicos tinham uma “Agenda” onde o Governo Provisório era “uma realidade” em um “novo país republicano”. Para os jornais no dia 15 de novembro de 1889 inaugurou-se um novo país e não havia espaço para um retrocesso da forma de governo. Os leitores eram levados a opinarem sobre o futuro do Brasil e uma Constituinte, onde o Governo Provisório tinha somente a alternativa da manutenção da nova forma de governo, ou seja, republicana.

Maxwell McCombs nos explica como funciona o poder de “agendamento” da mídia²:

...a mídia não pode nos dizer sobre *o que pensar*, ela é surpreendentemente bem-sucedida em nos dizer sobre *o que pensar*. (...) o agendamento sugere ainda mais que a mídia não só nos diz sobre *o que pensar*, mas que ela também nos diz *como pensar* sobre os objetos. Poderia ser que as consequências disso é que a mídia é capaz às vezes de nos dizer *o que pensar*? (MCCOMBS, 2009, p.115 – Grifo do autor)

Esse artigo demonstrará que havia um “agendamento da mídia” recorrente nos jornais do século XIX. Um processo de aceitação da “nova forma de governo” e da “mudança da legislação” do país feita através dos Decretos-leis e da Constituição Republicana. Para isso, escolhemos dois jornais importantes do Rio de Janeiro: a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*.³

² Mídia para nós é o conjunto dos diversos meios de comunicação, com a finalidade de transmitir informações e conteúdos variados. Nesse sentido ela vem evoluindo ao longo dos séculos, variando seus formatos em: mídia impressa, mídia auditiva, visual e digital. - Ver: PARRY, Roger. A ascensão da mídia: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2012, p. 1-8.

³ O *Gazeta de Notícias* tinha uma tiragem de 28 mil exemplares e *O Paiz* de 29 mil.

Agenda-Setting ou Agendamento da Mídia

Rodrigo Alsina (2009) entende que a imprensa, a mídia, em seu discurso jornalístico *faz crer, manipula e emociona* o seu leitor ou público. No entanto, sua função principal é levar notícia ao público devido a um acordo fiduciário. Logo podemos perceber que o leitor reconhece que a mídia é possuidor de honradez e de verdade.

No trabalho, hoje clássico, sobre a imprensa do século XIX e início do XX, Marialva Barbosa (2010) observou que público-leitor aceitava a imprensa como a que continha a “verdade”. Asa Briggs e Peter Burke (2005), em sua pesquisa, concluíram que a mídia, hegemônica, no século XX, a mais consumida, faz escolhas pela manutenção do poder e tem lado partidário-ideológico, sendo assim um instrumento da dominação da elite econômica e política.

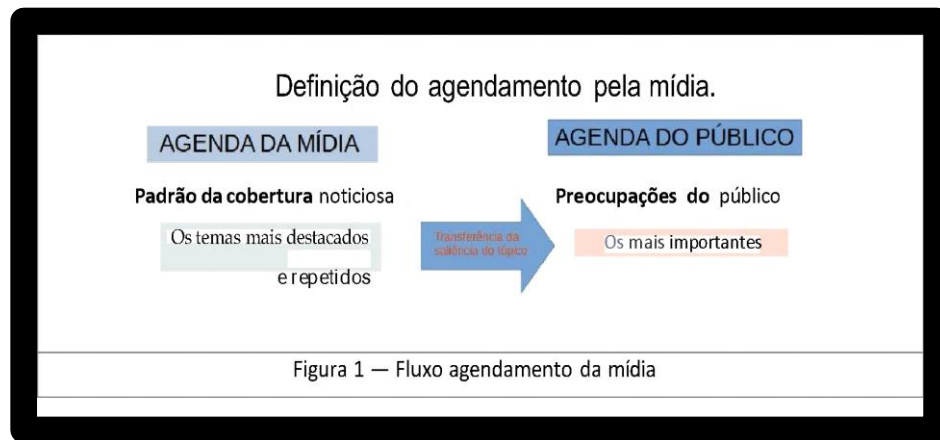
Os teóricos da comunicação buscaram entender como isso ocorre, na verdade, procuraram explicar por que o público-leitor passava a repetir os argumentos e as preocupações da imprensa. Uma dessas teorias é o “agendamento da mídia” (agenda-setting) idealizado por Maxwell McCombs, Don Shaw e David Weaver em 1968. Eles observaram que a mídia apresenta os temas que o público pensa e discute em suas relações sociais. McCombs nos explica como funciona esse processo:

... Ao longo do tempo, os tópicos enfatizados nas notícias tornam-se os assuntos considerados os mais importantes pelo público. A agenda da mídia torna-se, em boa medida, a agenda do público. Em outras palavras, os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública. Estabelecer esta ligação com o público, colocando um assunto ou tópico na agenda pública de forma que ele se torna o foco da atenção e do pensamento público — e, possivelmente, ação — é o estágio inicial da formação da opinião pública. (MCCOMBS, 2009, p. 18)

McCombs e Shaw em suas pesquisas em Chapel Hill, no Estado da Carolina do Norte, confrontaram os temas das notícias que eram veiculadas na mídia, durante um período, com uma “pesquisa de opinião” dos moradores da cidade. Ao fim da análise observaram que os temas predominantes dos moradores eram o que a mídia veiculava, poucos temas que entravam na preocupação dos informantes estavam fora do que era veiculado pela mídia. McCombs assim resume as suas observações sobre a relação da mídia com a opinião pública e seu poder de “agendamento”:

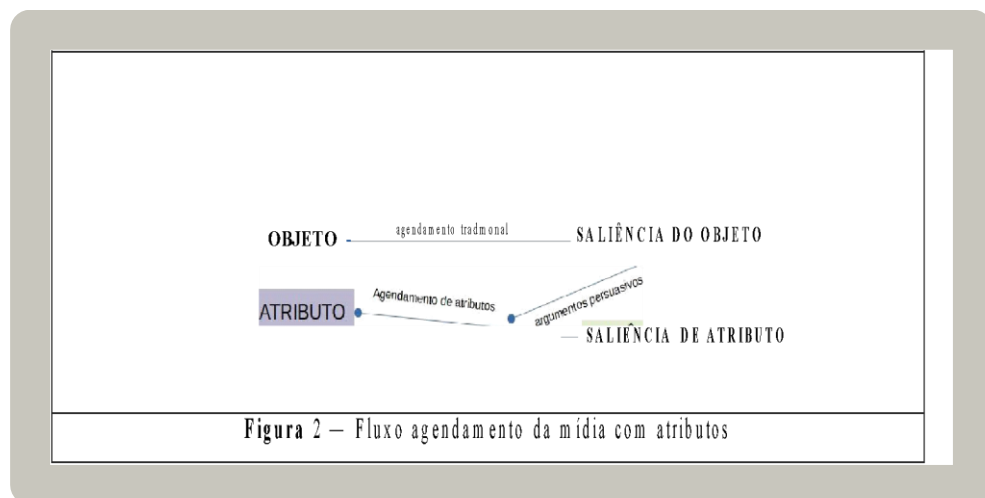
... Na seleção diária e apresentação das notícias, os editores e diretores de redação focam nossa atenção e influenciam nossas percepções naqueles que são as questões mais importantes do dia [selecionados e definidos por eles]. Esta habilidade de influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública veio a ser chamada da função agendamento dos veículos noticiosos. (MCCOMBS, 2009, p.18)

No gráfico abaixo é apresentado o fluxo da “agendamento”, onde a agenda da mídia passa a ser a **agenda do público**.



A repetição e repercussão dos temas, por vários periódicos, influencia na atenção do público que passa a colocar alguns temas da mídia em suas preocupações, opiniões e conversas. McCombs adverte que essa absorção ou opinião da mídia nem sempre é completa. Em muitos casos, os temas podem ser completamente ignorados pelo público, mesmo em uma repetição diária. Isso varia de acordo com a formação intelectual do público e a proximidade dos temas com a sua vida.

Assim, McCombs e outros pesquisadores observaram que a mídia aprimora seus argumentos, com exemplos ou a utilização de “especialistas”, para fazer com que seus temas possam ser assumidos pelo público. Os pesquisadores dão o nome a esse movimento de “atributos”, que passam a ser transferidos para a agenda do público. Na figura abaixo demonstramos melhor esse processo.



Na Figura 2, podemos observar dois momentos: o “**agendamento tradicional**”, onde o público absorve de forma imediata a agenda da mídia; no segundo momento, onde o agendamento é mais trabalhado, sendo necessário que a mídia utilize de “**argumentos**

persuasivos”, para que o público absorva sua posição. Nesse processo, é necessário que pesquisas de opinião sejam feitas, para se ter retorno do perfil dos consumidores da mídia e quais as dificuldades que eles têm sobre um determinado tema. Assim o veículo de mídia pode aperfeiçoar seus argumentos e persuasão.

Manuel Castells, em seu trabalho de 2009, observa que há três processos determinantes na relação entre a mídia e o público, no envio e recepção das notícias: agenda-setting (definição das pautas), priming (saliência pública) e o framing (enquadramento). Além dos gatekeeping, que é o “guardião” e definidor da pauta dos agendamentos, que eram: a família, a Igreja, a escola e os partidos políticos. (CASTELLS, 2015, p. 253-257)

O agendamento da imprensa para o governo provisório e a república

A *Gazeta de Notícias*, como todos os jornais, exceto *O Paiz*, cujo redator-chefe participou de toda a conspiração militar (LEAL, 1995, p. 155), foi pego de surpresa com a Proclamação da República. No dia 18 de novembro, procurou provocar o aceitação da população, assim o redator-chefe intuiu:

Se a nação brasileira aceitou, pode-se dizer que em algumas horas, a mudança radical que se efetuou (...); não foi só para abolir a monarquia, mas para condenar para condenar e abolir para sempre a política que até hoje tem feito, em que a chicana representa papel importante. (GAZETA DE NOTICIAS, 18 de novembro de 1889, p.1)

No *Diário de Notícias*, observamos algo bem parecido:

O exército e armada reivindicando os direitos em cuja inculcação [desprezo e postergar] se comprazia o governo imperial, depuseram ontem o gabinete, com ascenso geral da população desta cidade ... (DIARIO DE NOTICIAS, 16 de novembro de 1889, p.1)

O Apóstolo, jornal católico, definiu como a nova forma de governo iniciou:

... sob maus auspícios aurora garantia de todas as liberdades, e firmado nos solidos princípios da moral e da justiça; em cuja mãos se acho os destinos da nação (...) em prol de todos os direitos dos cidadãos das liberdades que devem existir entre um povo civilizado. (O APÓSTOLO, 20 de novembro de 1889, p. 1)

O Paiz lançou um edital, uma mensagem do Governo Provisório e “conspiradores vencedores”, assim:

O povo, o exército e a armada nacional em perfeita comunhão de sentimento com os nossos concidadãos residentes na província, acambam de decretar a deposição da dinastia imperial consequentemente a extinção do sistema monarquico representativo. (O PAIZ, 16 de novembro de 1889, p. 1; DIARIO DE NOTICIAS, 16 de novembro de 1889, p.1)

Celso de Castro relata que uma das ações dos militares ao iniciar o movimento para a Proclamação da República foi tomar a Central de Telégrafos do Império. Com isso toda comunicação entre a Capital e as Províncias foi controlada, cabendo aos militares e aos civis conspiradores dominarem a narrativa.

Os periódicos também mostraram que o Governo Provisório, teve que dar atenção, a uma elite nova, a dona do capital, os banqueiros. O *Diario de Noticias* e a *Gazeta de Noticias*, registraram que o ministro da fazenda, Ruy Barbosa, visitou as sedes do bancos para tranquilizá-los.

O *Diario de Notícias* (16 de novembro de 1889) apresentou as ideias capitais do programa do novo governo: restauração da liberdade, constituição plena da democracia, inauguração da república federal, garantia rigorosa da propriedade e do crédito nacional, manutenção dos funcionários e repressão implacável da desordem. Então concluiu “É, portanto, um movimento cívico”. (OP.CIT.) Houve sempre uma preocupação em apresentar esse movimento como patriótico ou cívico. Os atores, buscavam, fazer o melhor para o país. Esses sacrificavam-se para instalação do novo governo, como Ruy Barbosa que “... julgou-se obrigado pelo seu dever a não recusar os seus serviços à pátria, em circunstâncias nas quais a ordem social e o bem da nação reclamam o concurso e sacrificios de todos os seus filhos”. (DIARIO DE NOTÍCIAS, 16 de novembro de 1889, p. 1)

Os jornais também buscam demonstrar que “a população, desta corte espalhou-se pela cidade, enchendo as ruas lendo curiosa os boletins afixados às portas dos jornais, na melhor ordem possível, como se o seu grande coração sentisse que só podia e devia bater em nome da liberdade”. (DIARIO DE NOTICIAS, 16 de novembro de 1889, p.1) A *Gazeta de Notícias* propõe “é dever de todos nós, não só não criar como evitar embaraços ao governo provisório, e felizmente, para honra da nação ...” (GAZETA DE NOTICIAS, 22 de novembro de 1889, p.1)

No Decreto nº 01, de 15 de novembro de 1889,

Art. 4. Enquanto, pelos meios regulares, não se proceder à eleição do Congresso Constituinte do Brasil, e bem assim à eleição das legislaturas de cada um dos Estados, será regida, a nação brasileira pelo Governo Provisório da República; ...

Art. 7. Sendo a República Federativa Brasileira a forma de governo proclamada, o Governo Provisório não reconhece nem reconhecerá nenhum governo local contrário à forma republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo do voto da nação, livremente expressado pelo sufrágio popular. (BRAZIL, 1891)

O governo, militar-civil, através do Decreto No 01, apresenta-se como provisório a organização política do Estado brasileiro. Impõe a forma de governo republicana, mas deixou uma brecha “, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo do voto da nação, livremente expressado pelo sufrágio popular” (OP.CIT.). Com isso houve um imediatismo para convocação de uma constituinte, principalmente dos monarquistas. Por isso, por temor e autoritarismo, a eleição dos constituintes foi adiada para 15 de setembro de 1890. Sem antes, Campos Sales, Quintino Bocayuva e Ruy Barbosa proporem outorgar uma Constituição (CARONE, 1971, p. 29).

Alheia a isso, antigos políticos do império, colocavam seus nomes em artigos nos jornais para participarem da eleição para constituinte. O mais significativo foi o Manifesto do Visconde de Ouro Preto. A *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, o publicaram na íntegra, após ele aparecer no jornal *Comércio de Portugal*, no dia 20 de dezembro de 1889. O manifesto ocupou duas páginas da edição dos periódicos cariocas, nele Ouro Preto deu sua versão da Proclamação da República. Para ele o escrito tinha a função de “contrariar mais uma inverdade, assoalhada pelos jornais publicados no Rio de Janeiro desde o dia 16 de novembro de 1889 até ao dia 19”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 10 de janeiro de 1890, p. 3). Ouro Preto então considerava a República e o Governo Provisório ilegítimos, mas entendia, que no Decreto N° 01 os cidadãos do país iriam ser consultados. Ele então propôs que houvesse uma disputa de ideias na “tribuna da imprensa e dos comícios eleitorais” (OP.CIT.). Com sobriedade entendia que o Governo Provisório não deixaria isso acontecer. Concluindo o texto, de forma patriótica:

[se a nação] confirmar o advento da República, é dever de todo brasileiro (...) respeitar o veredito supremo e contribuir, na medida de sua capacidade de sua capacidade, para que, o novo regime aumente a grandeza e a prosperidade da pátria”. (OP. CIT.)

Uma pergunta pode surgir, por que os jornais publicaram esse manifesto? A imprensa tem uma necessidade constante de reafirmar sua “credibilidade” (CASTELLS, 2015), esses periódicos se diziam “neutros”. Mas como de praxe, eles reagiram da seguinte forma, em artigos e colunas diminuíram Ouro Preto e seu filho e colocaram Dom Pedro II como um servidor público, sincero e íntegro. Até mesmo rogaram que o ex-imperador aceitasse o soldo oferecido pelo Governo Provisório, “porque ele era pobre”. Assim, o Advento da República, não era devido ao ex-imperador, mas devido aos políticos corruptos dos partidos imperiais.

Dom Pedro II e sua família passaram a ser os justificadores para a Constituinte e o novo regime. Vejamos:

O próprio imperador, a família imperial, o povo conformaram-se com ela; Dom Pedro II dissera resoluto a um leal servidor, na hora de embarcar para a Europa, estas palavras – o que está feito está feito, cumpre agora que os brasileiros se esforcem por uma boa constituição. (DIARIO DE NOTÍCIAS, 29 de dezembro de 1889, p. 2)

A *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, nos anos 1889 e 1890, acompanharam os movimentos da ex-família imperial na Europa. Demonstrando um respeito e ao mesmo tempo um passado Imperial que não retornaria.

O Governo Provisório, principalmente a figura do líder Marechal Deodoro, passaram a ser classificados como Ditadura. Essa identificação não foi utilizada pelos editorialistas da imprensa-neutra, mas em artigos assinados por figuras fora de seus quadros. Isso não impediu que o governo continuasse com sua força de legislar. Entretanto em 03 de dezembro de 1889, Decreto nº 29, convocou uma comissão para elaborar um projeto de Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, a fim de ser apresentado à Assembleia Constituinte, composta dos Drs. Joaquim Saldanha Marinho (1841-1913), na qualidade de presidente, Américo Brasiliense de Almeida Mello (1833-1896), de vice-presidente, e Antonio Luiz dos Santos Werneck (1858-?), Francisco Rangel Pestana (1839-1903) e José Antonio Pedreira de Magalhães Castro (1858-1939).

Saldanha Marinho, Américo Brasiliense e Rangel Pestana foram signatários do Manifesto Republicano de 1870. Antonio Luiz dos Santos Werneck foi deputado provincial, com base no Vale do Paraíba do Sul do Rio de Janeiro, se formou em direito em 1881, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Após Abolição se declarou republicano e concorreu na última eleição do Império (1889) para deputado provincial. Os Werneck eram cafeicultores do Vale do Paraíba. José Antonio P. de Magalhães Castro, era filho do ministro do Supremo Tribunal do Império, Antônio Magalhães Castro (1814-1896), advogado com banca no Rio de Janeiro, e catedrático de Direito Marítimo da Escola Naval. Também foi diretor do Banco Regional do Amazonas e presidente da Cia. Ferro-carril de Navegação Santa Cruz.

Angela Alonso, no seu estudo sobre a geração de 1870 no Império, classificou Saldanha Marinho e Américo Brasiliense no grupo ideológico do Liberais Republicano. Para eles o regime monárquico não garantia as liberdades individuais, políticas e nem econômica. “República e federação são desaguadouro da argumentação. A república seria a forma moderna de governo, mais racional, que melhor expressaria “a vontade da nação” e que seria tendência histórica mundial”. (ALONSO, 2002, p.184) Rangel Pestana é classificado no Federalista Científico de São Paulo, um grupo regional politicamente

marginalizado, composto principalmente de profissionais liberais, naturais da província paulista e vinculado à economia do café. Segundo Alonso, embora proprietários rurais e cafeicultores distinguiam-se dos demais proprietários do Império pela organização mais empresarial. O grupo reclamava continuamente do governo central da província. Daí que seu federalismo foi uma espécie lógico...” continua “A Expansão da representação política, a modernização técnica, autonomia econômica se sintetizam num novo regime de governo, a República”. (OP. CIT., p. 155)

A formação dessa comissão é interessante, composta de republicanos históricos, defensores da federação. Werneck, um político regional do Estado do Rio de Janeiro ligado aos cafeicultores do Vale do Paraíba. Já Castro Magalhães, não encontramos nenhuma ligação anterior ao republicanismo, entretanto apresenta-se como uma representação dos militares e dos capitalistas, fração da classe dominante que estava em ascensão nos anos finais do Império e iniciais da República. Todos os membros da comissão, exceto Magalhães Castro, embora tenha concorrido, foram eleitos para Constituinte e tiveram cargos na República.

Em 18 de dezembro de 1889, foi publicado um manifesto, como o título “Convocação Adiada”, assinado por Furquim Werneck, França Carvalho, Lopes Trovão, Theophilo de Almeida, Antonio Luiz Werneck, Cyrillo de Lemos, Oscar Varady, U. do Amaral, Alberto Torres, João Batista Laper, Joaquim José de Souza Breves. Onde apoiavam a adiamento para convocação da Constituinte, parabenizaram o Governo Provisório por estender sufrágio para todos os cidadãos alfabetização e recriminam os partidos monárquicos de quererem uma constituinte imediata, “para aproveitar os moldes do velho sistema” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18 de dezembro de 1889, p. 2) Os signatários eram em sua maioria proprietários de terras e produtores de café, Breves um ex-grande proprietário de escravos, e grandes beneficiados pela política monárquica, Lopes Trovão um republicano histórico. Ubaldino Amaral, republicano histórico, tinha cargo na intendência do Rio de Janeiro no período do Império. Laper, médico e político fluminense, signatário do Manifesto Republicano de 1870.

Nesse manifesto, podemos perceber a associação de monarquia como corrupta e os partidos monárquicos, não os políticos, a ação desta corrupção.

No dia 21 de dezembro de 1889, o Governo Provisório determinou a convocação da Constituinte, não mais imediata, mas para setembro do ano seguinte e 15 de novembro a instalação da Assembleia. Os jornais publicaram o Decreto com o preâmbulo, a *Gazeta*

de *Notícias* e o *Diário de Notícias*⁴ apresentaram de forma diferentes. O primeiro, usou o título “Convocação da Constituinte” e usa o preâmbulo:

O marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório constituído pelo exército e armada em nome da nação considerando: (...), penetrado do sentimento da sua grave responsabilidade, não tem outro interesse senão em limitá-la na ordem do tempo, aproximando a organização definitiva do Estados Unidos do Brasil; que é absolutamente segura a situação da República, ... (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22 de dezembro de 1889, p.1)

O *Diário de Notícias* usou o título “A Constituinte”, apresentou o mesmo preâmbulo, no entanto retirou a indicação do Marechal. Embora em seus editoriais a *Gazeta de Notícias* não o tenha classificado como Ditador, entretanto em artigos de leitores ou assinados aparece essa classificação. Ambos os jornais, não levantaram questionamentos sobre a não opção da Constituinte de pensar ou escolher a forma de governo, possibilidade aberta no Decreto nº 01 de 15 de novembro de 1889.

No editorial, “Cousa Política”, resume a posição de agendamento da opinião pública:

O ano que vai entrar é o da Constituinte, a primeira da nossa história, porque a outra foi burlada. A obra de destruição está finda; agora trata-se de reconstruir. (...) Entregue-se a população confiadamente ao trabalho, e teremos assim realizado o lema glorioso, civilizado e pacífico da nossa bandeira: - Ordem e Progresso. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30 de dezembro de 1889, p.1)

Conclusão

Ao fim deste trabalho e da metodologia do agendamento podemos observar que a imprensa do Rio de Janeiro no dia 16 de novembro e nos posteriores foram unânimes em apontar a República como uma melhora para o Brasil e a complementação do papel civilizacional iniciado com a Abolição. Também observamos que a imprensa neutra produziu artigos que colocavam a população em paz e ordeira com nova forma de governo.

Os monarquistas, políticos, não os leitores, buscaram usar uma brecha deixada no Decreto nº 01 de 15 de novembro de 1889, onde dizia que a forma de governo seria confirmada pela Constituinte a ser convocada. Eles divulgaram artigos, reproduzidos pela imprensa neutra, em que se lançavam candidatos à eleição para Constituinte. No entanto, essa imprensa não repercutiu ou expôs essa possibilidade, brecha, nos seus editais ou crônicas políticas. Assim entendemos que os periódicos usaram seu poder para agendar e controlar as discussões da opinião pública.

⁴ A edição desse dia do *O Paiz* se perdeu, assim não pudemos confrontar com a *Gazeta de Notícias*.

Quando foi lançada a Comissão para o projeto de Constituição e a Convocação para a Constituinte pudemos perceber que a possibilidade de soberania da Constituinte foi retirada em relação a forma de governo. Algo que a imprensa neutra agendou ao longo dos primeiros meses da República no Brasil.

Referências

- ABRANCHES, Dunshee. **Actas e Actos do Governo Provisório**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.
- ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BRAZIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil acompanhada das leis orgânicas publicadas desde 16 de novembro de 1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- CARONE, Edgard. **A república velha, evolução política**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz & Terra, 2015.
- CASTRO, Celso. **Os militares e a República: um estudo sobre a ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- CHOMSKY, Noan. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do Patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1997, vol. II.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República**. São Paulo: Humanitas, 2008.
- FREIRE, Felisbelo. **História constitucional dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, Vol. 2.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque. **Brasil Monárquico: do império à república**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEAL, Aurelino. **História constitucional do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014.
- MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: Cultura democrática e científica do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.
- PARRY, Roger. **A ascensão da mídia: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2012.
- RODRIGO ALSINA, Miquel. **A construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TRAQUINAS, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** a tribo jornalista, uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TRONCO DA FAMILIA WERNECK. <http://maniadefamilia.blogspot.com/2011/05/tronco-n-5-netos-1-geraldina-antenor.html> - acesso em 02/09/2022

VIDIPÓ, George. Imprensa neutra no século XIX: uma análise necessária. In: REGO, Ana Regina (et. al). **Os desafios da pesquisa histórica da comunicação:** entre a historicidade e as lacunas da historiografia. Porto Alegre: Edipucrs, 2019. p.355-378.

Fontes

DIARIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: Diário de Notícias, 1889.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 1889 a 1890.

O APÓSTOLO. Rio de Janeiro: O Apóstolo, 1889 a 1890.

O PAIZ. Rio de Janeiro: O Paiz, 1889 a 1890.

Antônio Conselheiro e Canudos nas páginas do jornal *Gazeta de Notícias*

Gustavo Assumpção Leite Coelho Nunes¹
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de mestrado Antônio Conselheiro e a Imprensa Carioca: uma análise das representações do fundador de Canudos nos jornais O Apóstolo e Gazeta de Notícias (1890 - 1899) ainda em andamento. O assunto Antônio Conselheiro e Canudos mobilizou a imprensa brasileira no final do século XIX. O movimento religioso angariou um grande número de seguidores e acabou massacrado pelo governo de Prudente de Moraes — primeiro presidente civil do Brasil — em quatro expedições realizadas contra o povoado. O caso foi amplamente noticiado e os principais jornais enviaram correspondentes de guerra para a região do conflito. Entre estes jornais estava o *Gazeta de Notícias*, de amplo alcance na capital federal, que enviou Fávilla Nunes para Monte Santo, de onde o correspondente produziu cartas relatando e produzindo interpretações sobre o conflito. Assim, analisamos o que a cobertura do *Gazeta de Notícias* diz sobre Canudos.

Antônio Vicente Mendes Maciel e o Arraial de Canudos

Sobre Antônio Conselheiro, é importante frisar que o mesmo tinha uma vida religiosa pela região interiorana do estado da Bahia de anos, e que a construção de Canudos é apenas uma das suas obras dentro do contexto histórico da região. O começo de sua vida missionária e de pregação não é precisa, assim como boa parte da vida do religioso até se tornar uma figura popular. Porém a fonte mais antiga de uma atividade religiosa em que há alguma ligação com a pessoa de Antônio Vicente Mendes Maciel data de 1874, quando o jornal sergipano *Rabudo* o noticia com a alcunha de “Antônio dos Mares”. Um indivíduo com grande capacidades para aglomerar pessoas, dedicado a obras de restaurações de locais sacros, e discursando para as massas com um teor subversivo para a época².

Do ano de 1874 até a década de 1880, o número de seguidores de Antônio Conselheiro cresceu de uma maneira muito rápida, sem organização e que se fazia

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social de UERJ e Orientado pela Prof^ª. Dr^ª Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva e Coorientado pelo Prof. Dr^º Jefferson de Almeida Pinto. Ingresso no ano de 2021/1, projeto de pesquisa de nome Antônio Conselheiro e a Imprensa Carioca: uma análise das representações do fundador de Canudos nos jornais O Apóstolo e Gazeta de Notícias (1890 - 1899).

² OTTEN, Alexandre H. *Só Deus é Grande: A mensagem religiosa de Antônio Conselheiro*. Belo Horizonte, MG: Edições Loyola . São Paulo, 1990. p. 146

dependente do próprio Conselheiro, gerando no líder religioso a necessidade de criar uma moradia fixa para seus seguidores. A década de 1880 marca o início do fim das peregrinações de Conselheiro, e quando o mesmo se instalaria na fazenda Dendê de Cima, em Itapicuru (BA), onde à sua volta se ergueria um povoado. O primeiro dos povoados criados por Antônio Conselheiro foi o Arraial de Bom Jesus na dita fazenda, sem data precisa do início e término das obras das principais edificações (capela e a casa de Conselheiro), e ela foi a moradia fixa do religioso e seus seguidores até 1893, quando ocorrem os primeiros atritos com as forças estaduais. O risco de seus seguidores serem perseguidos pelas forças policiais fizeram o religioso procurar construir um novo povoado, desta vez em uma região mais segura e de difícil acesso, sendo escolhido então a região do Vaza-Barris em Belo Monte (BA), onde é fundado o Arraial de Canudos, utilizando-se das construções de uma fazenda local para o início do povoamento³.

Até este conflito, o único problema com o poder público que Conselheiro tivera foi em decorrência de um falso boato de que o mesmo estaria envolvido em um caso de homicídio, sendo então preso em 1876, porém solto no mesmo ano devido à falta de provas que corroborem para a acusação⁴. Durante quase duas décadas, tanto o poder público quanto a imprensa das regiões de peregrinação e pregação de Conselheiro o tratavam apenas como um religioso, sendo ora taxado de missionário, ora de fanático, com um discurso muito carregado de crenças populares em torno da religiosidade católica brasileira, sendo assim completamente plausível classificar Antônio Conselheiro como parte de uma vertente do catolicismo conhecida como catolicismo popular.⁵ Suas principais características estão na descentralidade da crença e alguns graus de sincretismo religioso com crenças de outras camadas da população em que está inserida.

O catolicismo popular, por ser formado de maneira orgânica e espontânea, tende a tomar novos rumos e discursos em decorrência das mudanças em seu meio, e isto é perceptível no discurso de Conselheiro. Durante sua época de atividades e pregações religiosas dentro do contexto histórico do Império do Brasil, as prédicas do Conselheiro

³ Ibidem, p. 169

⁴ NOVAIS FILHO, Joaquim Antonio de. *Memória e Discurso nas narrativas sobre Antônio Conselheiro e a “guerra” de Canudos: a imprensa de Salvador (1876-1897)*. 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade), -. UESB, Vitória da Conquista. 2012.

⁵ Este tipo de catolicismo é definido por Cristiano Santos Araújo como “[...] o conjunto de representações e práticas religiosas dos católicos que não dependiam da intervenção da autoridade pelos fiéis [...]”. Ver: ARAUJO, Cristiano Santos. Luso – Romano – Brasileiro: uma interpretação da formação do catolicismo popular. *Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura* - Ano XI, n. 50, p. 73.

eram voltadas geralmente ao âmbito religioso, porém já não se encaixando por inteiro no discurso canônico da Igreja Católica. Esta quebra na ortodoxia católica é em decorrência das influências que Antônio Vicente teve antes de ser Conselheiro, como aponta Daniela Barbosa de Oliveira:

Antônio Vicente Mendes Maciel gozou durante sua infância e juventude de privilégios aos quais poucos homens de sua terra natal em sua época tiveram acesso. Em virtude do desejo do pai em ver seu primogênito seguindo a ordem eclesiástica, o futuro Conselheiro recebeu educação abastada, aprendendo francês e latim. No entanto, após a decadência da família, reencontra uma figura importante para sua formação durante a infância, o padre Ibiapina, passando a acompanhá-lo em suas pregações pelo sertão do nordeste. Importa observar aqui o hibridismo presente na formação religiosa do Conselheiro. Padre Ibiapina, seu primeiro grande mentor, muito embora familiarizado com o catolicismo romano, inseriu em sua prática apostólica elementos caracterizados por Eduardo Hoornaerte (1981) como tipicamente indígenas e, portanto, mais inteligíveis ao público sertanejo.

Nota-se, deste modo, que desde seus primeiros passos como beato sertanejo, Antônio Vicente Mendes Maciel naturalmente atuou de maneira transgressora no que concerne à ortodoxia católica. A transmutação do homem Antônio no pregador Conselheiro pode ser localizada em inícios década de 1870, época na qual o catolicismo era ainda a religião oficial do Estado brasileiro. Todavia, em virtude da impossibilidade de se fazer chegar às regiões mais interioranas do país, a Igreja via ainda com bons olhos a ação de pregadores leigos nestas localidades, desde que respeitassem a ordem de não celebrar missas e sacramentos. Assim, inicialmente a ação não-oficial de Antônio Conselheiro como evangelizador não foi alvo de qualquer intervenção institucional, pelo contrário, figuras como ele “supriam a carência de benfeitores e de referência religiosa deixada pelo Poder Imperial e pela inoperância da estrutura católica”⁶

E como também é apontado por Oliveira, a presença de Conselheiro durante o período dentro do recorte do Brasil Império apesar de transgressora numa ótica da primazia católica como religião oficial do Estado, ela ainda era algo inofensivo⁷. Não se havia razões para se movimentar grandes ações contra Conselheiro, apesar de ter ocorrido algumas⁸, porém em sua grande maioria com pouca força para inibir o mesmo de suas ações pelo interior da Bahia e de estados vizinhos.

O tratamento em si com a pessoa de Conselheiro e o discurso do mesmo começam a apresentar significativas mudanças a partir da década de 1890, impulsionadas principalmente pelo advento da República em 1889. O discurso de Conselheiro sempre foi voltado mais a população carente do interior nordestino,

⁶ OLIVEIRA, Daniela Barbosa de. Como se faz uma revolução? Breve análise de prédicas de Antônio Conselheiro sob a ótica dos Estudos Culturais. *Anais do II Encontro dos Pós-Graduandos da Sociedade de Estudos dos Oitocentos - SEO*. Juiz de Fora/MG. Fevereiro de 2018. p. 5. Disponível em https://www.seo.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=403. Acesso em 10/11/2022.

⁷ Idem (confirmar se tem página)

⁸ O padre Júlio Fiorentino e o Arcebispo Dom Luiz tomam o confronto contra Conselheiro como crucial para a propagação e manutenção da reforma ultramontana, que visava a romanização da Igreja Católica no Brasil. In: OTTEN, Alexandre H. *Op. cit.*, p. 160.

abordando temas recorrentes da fome e da seca, e uma salvação de tais mazelas através da vida religiosa que o mesmo defendia, porém, com a República os problemas sociais passam a ter um culpado prioritário no discurso de Conselheiro devido ao teor laico que o novo regime adotou para o Brasil, indo contra as concepções religiosas de certo e errado, que o mesmo pregava a aproximadamente quinze anos quando o novo regime foi instaurado no país. Dentre as características laicas do governo republicano brasileiro que Antônio Conselheiro não aceitava, Rennan Klingelfus Gardoni e Sérgio Said Staut ressaltam a indignação do religioso com o casamento civil:

No escrito “Sobre a República”⁵⁷, é transparente a aversão ao regime republicano: “a República [...] é incontestavelmente um grande mal para o Brasil que era outrora tão bela a sua estrela”. É nesse sermão que também são mais nítidos os elementos de um imaginário jurídico avesso às intromissões estatais [...]

Conselheiro destaca os esforços republicanos para o que considera o “extermínio da religião”. Partindo da premissa de incompatibilidade entre a sua fé e a república, o líder reafirma o poder das autoridades tradicionais: o pontífice, o príncipe, e o pai, ministros de Deus, e a divindade. Evoca, então, a imagem de Jesus Cristo obedecendo à vontade divina para negar a competência do Estado sobre a regulamentação do matrimônio: “o casamento civil ocasiona a nulidade do casamento, conforme manda a Santa Madre Igreja de Roma”. Para ele, a vontade de Deus e o amor regem as obrigações e as virtudes do regime matrimonial [...]”⁹

O exemplo ressaltado por Gardoni e Staut é referente a escritos pós-Proclamação da República, que por si só evidenciam o posicionamento político que o religioso toma após tal evento. Porém mesmo antes disso já era possível observar no discurso de Conselheiro um teor político ao ressaltar problemas no cotidiano da sociedade em que estava inserido, quebrando com arquétipos e imaginários criados sobre o mesmo em obras célebres como *Os Sertões* de Euclides da Cunha, e o livro *As Coletividades Anormais* de Nina Rodrigues, sobre Conselheiro ser um homem louco e sem capacidade para argumentar quanto aos assuntos que abordou em vida, como aponta Daniela Oliveira:

[...]Ao contrário do que se poderia supor, as prédicas de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, revelam um homem letrado, lúcido de seu papel social, conhecedor profundo da rotina católica e crítico articulado das questões políticas que o circundam. Além disso, o próprio papel da comunidade de Canudos passa a ser objeto de reflexão, uma vez que logrou desestabilizar o sistema religioso e político, sem deixar de dialogar com ele, demonstrando uma notável capacidade de negociação cultural, muito próxima do que foi proposto pelas correntes interpretativas características da segunda metade do século XX, como veremos a seguir.”¹⁰

⁹ GARDONI, Rennan Klingelfus e STAUT, Sérgio Said. O beato rábula: traços de um imaginário jurídico no Arraial de Canudos. *Revista Direito e Práxis [online]*. 2020, v. 11, n. 03. p. 1775 - 1776.

¹⁰ OLIVEIRA, Daniela Barbosa de. *Op. cit.*, p. 3

Considerando os pontos apresentados, podemos construir então a ideia de que Antônio Conselheiro era mais que um líder religioso, era também um agente político que cria um movimento que atravessa do Império para a República em um cenário social e político conturbado, e que nos anos de maior agitação política, a década de 1890, tece duras críticas a um regime que tentava afirmar sua legitimidade perante a sociedade brasileira e perante os diversos grupos políticos que brigavam por um espaço no cenário político, que ainda estava em construção durante seu terceiro governo, e o primeiro com um líder civil.

Da *Gazeta de Notícias* e seus objetivos para com o assunto “Guerra de Canudos”

Do século XIX às décadas iniciais do século XX, o jornal impresso ocupou um papel fundamental como meio de comunicação. Introduzida no Brasil desde 1808, com a chegada da Corte portuguesa, a imprensa refletiu as transformações políticas e sociais do país. A conexão entre política e imprensa¹¹ é muito presente no século XIX e na segunda metade do século seu alcance se torna massivo através de avanços técnicos e científicos¹².

É nesse contexto que surge, na Rua do Ouvidor do Rio de Janeiro, a *Gazeta de Notícias*, entre outros periódicos que cresceriam em destaque e público, e perduraram até após o fim do regime monárquico e primeiros anos da República, como aponta Clara Miguel Asperti:

No fim do século começa a se esboçar, principalmente na capital federal, uma modernização da imprensa. Se desde 1827 o Jornal do Comércio era o único jornal respeitável por sua já consolidada reputação de conservador, sempre voltado para a exploração de assuntos políticos, informações sobre importação e exportação e notícias do país e do exterior (SODRÉ, 1966, p.127); neste momento começam a surgir diversos periódicos que irão marcar época na história política e cultural da nação: *Gazeta da Tarde* (1880), *O País*

¹¹ “Nos primeiros periódicos os textos tratavam de questões de interesse local, mesmo que fossem de temática nacional; as pessoas escreviam com menor ou maior liberdade, mas se reportavam a questões com as quais se envolviam diretamente. [...] Nota-se que o tema central de cada periódico era dado pelos interesses daqueles que escreviam; mais tarde dirá respeito especialmente ao público, por ocasião do advento da indústria cultural.” In: SILVA, Márcia Pereira de; FRANCO, Gilmar Yoshihara. *Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010. p. 1-2. Disponível em...Acesso em...*

¹² Em “Os primeiros passos da palavra impressa”, Marco Morel aponta que a evolução gráfica da impressão régia foi limitada até 1845, quando se substituíram os equipamentos de 1808. Depois disso, observa-se uma segunda modernização através de “módicos investimentos” em 1877. Posteriormente, com o advento da República, a imprensa brasileira ganharia um status de moderna. MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). História da Imprensa no Brasil. 2 ed. São Paulo. Contexto, 2011, p. 56-57.*

(1884), A Notícia (1884), Diário de Notícias (1885), Cidade do Rio (1888) e o mais popular dentre todos, a Gazeta de Notícias (1875).¹³

Fundado por Henrique Chaves, Manoel Carneiro, Elísio Mendes e Ferreira de Araújo¹⁴, este último que se manteve na direção até sua morte em 1900 e foi uma voz muito ativa durante a Guerra de Canudos no meio jornalístico. Em 1875, a *Gazeta de Notícias* surgiu com uma política de vendas que revolucionaria o mercado impresso, e é noticiado em sua primeira página: a venda avulsa, indo contra a tendência dos periódicos brasileiros desde 1808¹⁵. A *Gazeta de Notícias* opta pela venda direta com o público, aproximando mais o jornal do consumidor e disponibilizando uma opção de compra ocasional do periódico a um valor, para a época, mais acessível. Junto com outras características inerentes a sua fundação, o jornal consegue uma forte inserção na massa leitora no Rio de Janeiro daquela época. Características como se dizer um jornal não ligado a nenhum partido político e interessado em trazer ao público uma variedade de assuntos em suas páginas, traços ressaltados logo na sua primeira edição:

Além de um folhetim d'um folhetim-romance, a *Gazeta de Notícias* trará um folhetim de actualidades.
Artes, literaturas, theatros, modas, acontecimentos notaveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propoe a trazer ao corrente os seus leitores.¹⁶

Estas características são apontadas por historiadores¹⁷ como essenciais para explicar o crescimento que o periódico teria nas décadas seguintes, mesmo em um país pouco escolarizado, cuja capital possuía apenas 1,72% da população alfabetizada¹⁸ na época de sua fundação. Na década de 1880, há no Brasil uma intensa transformação do veículo de informação impresso: passa-se a valorizar mais a alta produção de exemplares

¹³ ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. *Revista Contemporânea*, n. 7, 2006. p. 46. Disponível em... Acesso em...

¹⁴ Ferreira de Araújo foi um jornalista brasileiro de renome internacional no último quartel do século XIX. Trabalhou como redator dos jornais críticos o *Mosquito* e o *Guarany*, tendo ocupado o cargo de redator chefe da *Gazeta de Notícias*. Os artigos publicados, enquanto redator chefe, versam sobre os mais diversos temas, que vão desde a política imperial, o legislativo e o judiciário, até a liberdade de imprensa, as condições sanitárias, o elemento servil, a acumulação de cargos e as questões relativas ao ensino no Brasil. Blake, Sacramento. Dicionario bibliographico brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902. v. 4, p. 429. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222269> Acessado em 20 de jun de 2022.

¹⁵ ASPERTI, Clara Miguel. *Op. cit.*, p. 49.

¹⁶ *Ibidem*, p.1.

¹⁷ A principal referência sobre a história do jornal *Gazeta de Notícias* está no livro *História da Imprensa no Brasil* de Nelson Werneck Sodré, onde ele o cita como um periódico “barato, popular, liberal, vendido a quarenta réis o exemplar”, sendo estas características essenciais para entender a história do mesmo. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966. p. 257. Tal passagem é referendada em inúmeros outros trabalhos que envolvem o dito periódico, como o já citado artigo de Asperti, e o de George Vidipó. VIDIPÓ, George. “A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889)”. *Op. cit.*

¹⁸ ASPERTI, Clara Miguel. *Op. cit.*, p. 47.

por hora, reformulam-se as disposições geográficas dos artigos para destacar os de maior apelo popular, o trabalho dentro das oficinas é reorganizado e são adotadas novas máquinas de impressão e novas políticas de funcionamento que, segundo Marialva Barbosa¹⁹, transformam os periódicos em verdadeiras empresas. Esse período seria decisivo para consolidar a imprensa como um poder paralelo e influente:

Nesse momento, a *Gazeta de Notícias* já era um dos principais jornais da então capital, competindo com o *Jornal do Comércio* pela liderança nas vendas e tentando manter seu público consumidor diante dos novos periódicos que surgiam, como *O Paiz*. Diante das intensas discussões da década de 1880, o jornal que se dizia apertado assume um posicionamento de observador, ao mesmo tempo que disponibiliza suas páginas para o debate entre ambos os lados. Quanto às questões de maior impacto, a abolição do escravismo e a Proclamação da República, George Vidipó aponta que a *Gazeta* mantinha publicamente sua posição de neutralidade, mas defendia a ordem institucional e, na medida em que as mudanças ocorriam, foi direcionando seu público leitor à nova ordem estabelecida²⁰, o que também podemos perceber quanto ao caso de Canudos.

As notícias sobre Antônio Conselheiro e Canudos começam na edição 161, de 10 de junho de 1896 e vai até a edição 190 de 9 de julho de 1899. Dentro deste período de quatro anos, o assunto teve momentos de maior foco, sendo os primeiros dois anos os de maior relevância, pois foram os anos que o conflito ocorreu. A *Gazeta de Notícias* escreve sobre Conselheiro e Canudos para o público leitor do Rio de Janeiro, e mesmo o jornal já tendo se estabelecido como de alcance nacional, é perceptível que é para o seu público mais próximo que se preocupa em escrever. Elementos que evidenciam o destinatário das representações da *Gazeta* estão na maneira como os escritores expõem suas reações às notícias que chegam de Salvador. Expressões como “[...] nos Canudos de Conselheiro”²¹, quando unidas a uma visão de distanciamento civilizatório e cultural do litoral para o interior, pautada em ideias eugenistas fortemente presentes no início da Primeira República, como aponta Durval Muniz Albuquerque Júnior²², evidenciam o

¹⁹ BARBOSA, Marialva. Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro. *INTERCOM - Rev. Bras. de Com.*, S. Paulo, Vol. XX, nº2, pág. 87-102, jul/dez. 1997. p. 89-91.

²⁰ VIDIPÓ, George. *Op. cit.*, p. 11.

²¹ ACERVO da Fundação Biblioteca Nacional (AFNB). “O Filhote”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Quinta-Feira, 4 de Fevereiro de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15709. Acessado em 21 de jun de 2022.

²² O discurso regionalista do *Estado de São Paulo* era eugenista, e em parte negacionista, pois não incluía a população que era desprezada pelos eugenistas. Esta população concentrava-se longe dos principais centros de poder do Brasil do final do século XIX e início do XX. Para mais informações, ver:

estranhamento que os próprios redatores do jornal possuíam quanto à localidade e seus habitantes. Este distanciamento também está nos leitores, de modo que o jornal procura aproximar o leitor do que é noticiado, mas, como mesmo os redatores não possuem contato com o Arraial, na quarta expedição é enviado um correspondente de guerra, o riograndense Júlio Procópio Fávilla Nunes²³.

Tratando-se de Antônio Conselheiro e Canudos, encontramos dois tipos de representações a serem analisadas: a primeira é uma representação individual, presa a um sujeito que o jornal abordará de maneira variada, mas mais ligada a sua personalidade, história e aparência. O Arraial de Canudos é apresentado por um olhar externo com uma concepção próxima dos órgãos oficiais. Tomando os conceitos de representação apresentados por Roger Chartier, dentro de um coletivo, cada grupo que o compõe constrói e expõe sua própria representação, sendo a representação coletiva um amálgama dos elementos constitutivos das micro representações, que através de elementos em comum forjam uma representação macro que indica a “[...] capacidade de fazer com que se reconheça sua existência a partir de uma exibição de unidade [...]”²⁴.

Nas páginas da *Gazeta*, vemos que o assunto Conselheiro e Canudos foram explorados e expostos em basicamente três tipos de textos jornalísticos: opinativo, informativo e interpretativo²⁵. Em sua grande maioria, vemos a exposição do teor informativo dentro da coluna “Telegrammas”, porém com constantes exposições interpretativas do correspondente da *Gazeta* que residia em Salvador. Através desta coluna, o jornal fez suas primeiras impressões sobre Antônio Conselheiro e Canudos, sendo geralmente atribuída todas as ações dos seguidores de Conselheiro a ordens diretas do mesmo, construindo intencionalmente ou não, a representação de Conselheiro como uma liderança perigosa para a ordem pública. Entretanto, é necessário ressaltar que os conteúdos da sessão de telegramas eram raramente apurados antes de serem publicados, o que resultava, muitas vezes, na propagação de notícias falsas ou que vinham a criar

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FIN; Ed. Massangana. São Paulo: Cortez, 1999. p. 51-77.

²³ CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. *A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro (1896-7) e La Guerra del fin del mundo (1981) de Mario Vargas Llosa: uma análise comparativa entre o discurso republicano e a (re)criação literária*. 2007. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências e Letras), - UNESP, Assis, 2007.

²⁴ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *A Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 73

²⁵ MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. *Revista Symposium*. Ano 5. n° 1. janeiro-junho 2001. p.45 - 55. Disponível em...Acesso em...

contradições com informações anteriormente passadas, como aponta Machado de Assis, um dos Colunistas da *Gazeta* na sua coluna dominical *A Semana*:

O correspondente da *Gazeta de Notícias* mandou ontem notícias telegráficas, cheias de interesse, que tôda gente leu, e por isso não as ponho aqui; mas, em primeiro lugar, escreve da capital da Bahia, e, depois, não se funda em testemunhas de vista, mas de oitiva; deu-se honesta pressa em mandar as novas para cá, tão minuciosas e graves, que chamaram naturalmente a atenção pública. Outras fôlhas também as deram; mas serão todas verdadeiras?”²⁶

Essa contradição constante nos telegramas faz com que, na *Gazeta*, a representação dos objetos de notícias fosse muito dúbios na dita sessão. Posteriormente, o tema Guerra de Canudos sai da coluna “Telegrammas” para ir para uma coluna especial de nome “Canudos”. É nesta coluna que o correspondente de guerra vai publicar suas cartas, enviadas de Belo Monte por telégrafo para o Rio de Janeiro. A cobertura de Fávilla Nunes também possuía um misto de informativa e interpretativa, entretanto, por estar enviando as notícias direto do teatro de operações da quarta expedição, as informações que eram passadas ganharam um maior crédito perante o leitor e a redação do jornal, não sendo vistas dúvidas sobre as veracidades do que o mesmo passava como foi com os telegramas. Por isso, no teor informativo e interpretativo, o trabalho de Fávilla Nunes provavelmente seja o mais importante dentro da *Gazeta*. Através de suas correspondências eram descritas muitas informações coerentes com outros relatos de outros jornais, e sua interpretação do caso exaltava as ações do governo republicano, sendo, pois, de acordo com a política do jornal em endossar o poder vigente, mas também retratava em algumas breves passagens o saldo negativo do conflito para as pessoas da região²⁷. E além disso, os relatos de Fávilla reverberam em alguns escritos literários, como o de Coelho Neto, escrito na edição 210 de 1897, em que o literário escreve uma sátira para denunciar a brutalidade feita contra os conselheiristas, se baseando em algumas das cartas de Nunes:

[...] Avançando contra o umbuzeiro, os soldados fizeram tão vivo o fogo que o terrível inimigo rolou da árvore e, com pasmo, viram que eram um macaco. Mas não ficou n’isso: continuando o fogo, ouviu-se uma voz lamentosa dizer:
- Cathirina, toma esta criança, que me sinto ferida.
Era a macaca, que passava aos braços da filha mais velha o filho mais novo, porque fora atingida por uma bala. No cadáver do símio foram encontrados vários pentes de Mannlicher (e ha quem ria quando se diz - “vá pentear

²⁶ AFBN. “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Domingo, 31 de Janeiro de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15689. Acessado em 22 de Setembro de 2022.

²⁷ AFBN. “Canudos”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Sábado, 21 de Agosto de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/16767. Acessado em 22 de Setembro de 2022.

macacos”), uma escova de dentes, um cupom do Pantheon Ceroplástico e dous bilhetes da loteria de 500 contos... Era um macaco velho!”²⁸

Do teor opinativo, temos uma certa diversidade de artigos quanto aos seus escritores. Geralmente, os textos desse teor eram nas colunas livres, as quais o jornal deixava em aberto para os seus escritores criarem textos literários e opinativos sobre temas cotidianos. Quanto ao assunto de Canudos, vemos uma parcela considerável das colunas se alinhando ao discurso opressivo e em defesa da ordem pública propagado pelo governo, tendo o então editor chefe, Ferreira de Araújo seu maior defensor. Araújo, inclusive, foi um dos escritores da *Gazeta* que mais propagou um boato de que o Arraial de Canudos era uma fortaleza monarquista, e Conselheiro, seu líder e mentor de toda a violência que o jornal noticiava. Essa visão do evento se torna muito evidente com o texto que o mesmo escreveu, após a derrota da terceira expedição em 1896, na edição 77 daquele ano, uma coluna exaltando o quanto os conselheiristas eram perigosos para a República:

[...]Talvez, por isso, porque se confiara demais, não se ligou a devida importância, não se procurou saber a verdadeira significação do que se passava no sertão da Bahia, onde se dizia apenas que um grupo de fanáticos, reforçados por um grupo de desertores, de bandidos, de criminosos de toda casta, aterrorizavam a população dos arredores, saqueando propriedades e assassinando quem lhes resistia. Não se ouviu o que disse um reverendo missionário, que, embora não nos desse ideia do número de indivíduos armados de que dispunha Antonio Conselheiro, pelo menos indicou que elle não cuidava só de sua propaganda religiosa, e era clara e abertamente um adversário das instituições. [...]”²⁹

E ainda termina o texto deixando claro que não se deve mais aceitar discursos ponderados ou em defesa de Canudos, justificando que não há porque se defender um crime:

[...]Toda a tolerancia com os que discordam de uma opinião e a discutem é dever dos povos cultos; mas a tolerância para os que combateram, e combatem em todos os terrenos, à luz do sol e à sombra, é um crime, e esse crime de certo não o comete quem tem a responsabilidade histórica da fundação da República no Brasil.”³⁰

O posicionamento do editor-chefe do jornal é um fator muito decisivo para direcionar outros colunistas a defenderem essa postura condenatória e repressora, e podemos considerá-la o principal posicionamento do jornal quanto ao caso, porém, ainda

²⁸ AFBN. “Fagulhas”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Segunda-Feira, 9 de Agosto de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/16707. Acessado em 22 de Setembro de 2022.

²⁹ AFBN. “A Política”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Quinta-Feira, 18 de Março de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15937. Acessado em 22 de Setembro de 2022.

³⁰ *Ibidem*.

com algumas exceções: além da já citada sátira de Coelho Neto, na edição 31 de 1897, Machado de Assis se posiciona contra a opressão que estava sendo feita ao povoado, pois a mesma estava sendo impulsionada muito pela falta de informação e diálogo para com os conselheiristas, sendo pois, para o literário, necessário indagar se a perseguição estava de acordo com a lei:

[...]

Não trato, porém, de conselheiristas ou não conselheiristas, mas de *conselheirismo*, e por causa delle é que protesto e torno a protestar contra a perseguição que se está fazendo á seita. Vamos perder um assumpto vago, remoto, fecundo e pavoroso. Aquelle homem que reforça as trincheiras envenenando os rios é um Mahomet forrado de um Borgia. Vede que acaba de despir o burel e o bastão pelas armas; a imagem do bastão e do burel dá-lhe um caracter hieratico. Enfim, deve exercer uma fascinação grande para incutir sua doutrinação em uns e a esperança da riqueza em outros. [...]

A perseguição faz-nos perder isto; acabará por derrubar o apóstolo, destruir a seita e matar os fanáticos. A paz tornará o sertão, e com ella a monotonia. A monotonia virá também a nossa alma. Que nos ficará depois da victoria da lei? A nossa memória, flor de quarenta e oito horas, não terá para regalo a água fresca da poesia e da imaginação, pois seria profaná-la com desastres elétricos de Santa Thereza, roubos, contrabando e outras anedotas, succedidas nas quinta-feiras para se esquecerem nos sabbados.”³¹

E também há alguns textos satíricos de Olavo Bilac, que através de sua escrita expõe a ironia que, no fim, os conflitos contra os conselheiristas só estavam causando um grande derramamento de sangue:

[...]

Ao menos, a desgraça de Canudos serviu para isso. Abençoadas as dores de que sahem esta energia e esta fria e heroica tenacidade com que esta preparando a desforra: a terra sómente se abre em verduras de primavera e em fructos de outono depois de ter o seio dolorosamente rasgado pelo arado... Em breve, já nem memoria ha-de restar da affronta: haverá apenas a gloria dos que morreram e a gloria dos que souberam vingá-los. E esta *Chronica* voltará a ser alegre - porque nem mesmo hoje, n'estes dias de luto e sangue, conseguiu ella ser triste.[...]”³²

Entretanto, mesmo com a presença de textos criticando as ações governamentais, no geral o jornal endossa as ações punitivas que o exército brasileiro empreendeu contra Canudos, as notícias continuaram exaltando os militares e denegrindo os conselheiristas e Conselheiro, e por fim foi celebrada com textos entusiastas o genocídio feito contra a população carente do povoado da região do Vaza-Barris, como uma grande vitória em defesa da ordem republicana.

Conclusão

³¹ AFBN. “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Domingo, 31 de Janeiro de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15689 . Acessado em 30 de Julho de 2022.

³² AFBN. “Chronica”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Domingo, 14 de Março de 1897. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15915 . Acessado em 30 de jul. de 2022.

Podemos, pois, concluir que Antônio Conselheiro e Canudos foi para a Gazeta um tema a ser explorado, até que o tema cruzou com os interesses pessoais de seu editor-chefe. A partir deste ponto, o Arraial de Canudos passa a ser o inimigo a ser denunciado e desqualificado, Conselheiro o arquiteto de uma guerra contra o governo e a democracia, e coube para a Gazeta incentivar que o seu público defendesse essa República idealizada pela sua editoria através de textos sensacionalistas, ou de uma opinião condenatória dos conselheirista.

Referências

- ARAUJO, Cristiano Santos. “Luso – Romano – Brasileiro: uma interpretação da formação do catolicismo popular”. *Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura* - Ano XI, n. 50, p. 69 - 90.
- ASPERTI, Clara Miguel. “A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica”. *Revista Contemporânea*, n. 7, 2006. p. 45 - 55.
- BARBOSA, Marinalva. “Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro”. *INTERCOM - Rev. Bras. de Com.*, S. Paulo, Vol. XX, nº2, p. 87 - 102, jul/dez. 1997.
- CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. *A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro (1896-7) e La Guerra del fin del mundo (1981) de Mario Vargas Llosa: uma análise comparativa entre o discurso republicano e a (re)criação literária*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007.
- CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: *A Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS, 2002. p. 61 - 79.
- FRANCO, Gilmar Yoshihara; SILVA, Márcia Pereira da. “Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica”. *Revista História em Reflexão*: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010. p. 01 - 11.
- GARDONI, Rennan Klingelfus e STAUT, Sérgio Said. “O beato rábula: traços de um imaginário jurídico no Arraial de Canudos”. *Revista Direito e Práxis [online]*. Rio de Janeiro. v. 11, n. 03. 2020. p. 1756 - 1782.
- LUCA, Tânia Regina de; e MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. “Gêneros jornalísticos: repensando a questão.” *Revista Symposium*. Ano 5. nº 1. janeiro-junho 2001. p.45 - 55.
- NOVAIS FILHO. “Memória e Discurso nas narrativas sobre Antônio Conselheiro e a “guerra” de Canudos: a imprensa de Salvador (1876-1897)”. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade. *UESB*. Vitória da Conquista. Fevereiro de 2012.
- OLIVEIRA, Daniela Barbosa de. “Como se faz uma revolução? Breve análise de prédicas de Antônio Conselheiro sob a ótica dos Estudos Culturais”. *Anais do II Encontro dos Pós-Graduandos da Sociedade de Estudos dos Oitocentos - SEO*. Juiz de Fora/MG. Fevereiro de 2018.
- OTTEN, Alexandre H. *Só Deus é Grande: A mensagem religiosa de Antônio Conselheiro*. Belo Horizonte: Edições Loyola / São Paulo: Loyola, 1990. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/S%C3%B3_Deus_%C3%A9_grande.html?id=EHWRyS25b28C&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false
- VIDIPÓ, George. “A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889)”. In: *Anais do XVII Encontro de História da ANPUH - Rio*. UFRRJ. Nova Iguaçu. 2016.

Lemos Britto e a escola positiva do direito penal: questão racial e eugenia

Helber Renato Feydit de Medeiros¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é: “A questão dos menores no Brasil nas obras de Lemos Britto (1920-1930)”, ainda em andamento. O presente trabalho busca entender os fundamentos da Escola Positiva do Direito Penal, sua ligação com as questões raciais e a admiração de José Gabriel Lemos Britto por essa teoria. Analisar os discursos em suas obras é um dos caminhos para saber se o personagem demonstrava simpatias com práticas racistas e/ou eugênicas.

O nascimento da Escola Positiva do Direito Penal

Segundo Di Dio, a Escola Positiva de Direito Criminal ou Penal, nasceu na Itália como uma reação à Escola Clássica. A Escola Clássica se apoiou em bases essencialmente iluministas, da mesma forma pela qual a árvore da Escola Positiva medrou e floresceu graças à seiva recebida do pensamento positivista franco-inglês. E, em ambos os casos, os pressupostos filosóficos foram aceitos sem críticas ou restrições. Enquanto para os clássicos o crime era uma entidade jurídica dentro de uma ordem natural, para os positivistas não era possível conhecer nada além dos fatos. Não existiria assim o delito e sim, o delinquente (DI DIO, 1961, p. 187-188).

Segundo esse autor o problema do delito passava a ser o problema do delinquente. Enquanto na Escola Clássica um indivíduo era igual a todos os demais, sem história, e a sua liberdade era vista absolutamente como um direito abstrato do cidadão, na Escola Positiva o indivíduo começava a ter um nome, um corpo, uma família, uma ascendência, uma pátria, uma cultura; em suma, uma história que o situa no tempo e no espaço. No que se refere ao direito penal, já não havia um crime a que se cominava certa pena. Existia, em cada caso específico, um crime determinado cometido por este indivíduo em circunstâncias particulares e que exigiram uma consideração adequada. Mas a tendência inicial de situar o ato no indivíduo e o indivíduo na sociedade não se detinha. Superava os limites da indagação social, transpunha as fronteiras da pesquisa anatomo-

¹ Aluno do curso de doutorado; Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ; Orientador: Dr Gelsom Rozentino; Ingresso no ano: 2020; Título do projeto de pesquisa: A questão dos menores no Brasil nas obras de Lemos Britto (1920-1930).

fisiológica, ultrapassava o âmbito do exame psíquico e passava a interessar a toda à realidade. O problema social evoluiu, através de diversos graus, para o cosmológico e, enfim, elevou-se ao plano do absolutismo filosófico (DI DIO, 1961, p. 192).

Ainda, segundo Di Dio, é sob o influxo das doutrinas materialistas e positivistas em voga que a personalidade do réu passou a ser considerada sob o ponto de vista anátomo-fisiológico. Segundo Di Dio, foi o médico holandês Jakob Moleschott que influenciou Cesare Lombroso ao lançar as bases da nova orientação penal quando, admitindo que o crime era um fato independente da vontade, declarava que a pena não deveria ter o fim de intimidar ou emendar, mas corresponder à exigência da espécie, que através da pena, provinha à própria conservação. E que é por esta razão que todos os códigos puniam os crimes que acarretam danos a terceiros. Em lugar da responsabilidade moral, deveria haver responsabilidade social. Em lugar do castigo, a defesa da espécie. Com isso observa-se inicialmente que a inserção do homem no mundo se inaugurou por força da fisiologia (Moleschott), se aprofundava com as indagações antropológicas (Lombroso) e psicológicas (Garofalo) para completar-se na sociologia criminal (Ferri).

Di Dio completa afirmando que o iluminismo desembocará num humanitarismo e jusnaturalismo abstratos. O positivismo propunha restituir o homem à natureza, arrebatando-o à ideia, inserindo-o na história e no mundo. O positivismo não teria, assim, somente valor negativo, mas afirmação de concreção e historicismo e que não obstante o seu grosseiro materialismo, Moleschott pôs um problema que não deveria ser negligenciado: a unidade do homem e da natureza. Lombroso, ao observar no crânio do bandido Vilella uma fossa occipital mediana, presente só em alguns quadrumanos, teve a inspiração de formular a teoria do delinquente nato. Materialista, acreditava que a anomalia moral não podia ser consequência da anomalia física. Em sua obra *L'uomo delinquente in rapporto all' antropologia, alla giurisprudenza e alle discipline carcerarie* (1876), partiu do pressuposto da teoria da evolução pela qual do animal se passou ao homem [primitivo] e do homem primitivo ao civilizado, afirmava então que a anormalidade do tipo antropológico do delinquente consistia na parada do desenvolvimento físico (e, por conseguinte, psíquico), num estágio pré-humano ou, ainda que humano, um ser primitivo. A prova disso estaria não só no fato de que os criminosos natos revelavam instintos e necessidades animais ou, pelo menos, selvagens, mas também na sua estrutura anatômica (DI DIO, 1961, p. 194-195).

Rosa Del Olmo vai além ao contextualizar o nascimento da Escola Positiva do Direito Penal. Para se considerar a Criminologia como ciência, há a necessidade de se

entender o contexto político, econômico e social da época. Ela nasce nas últimas décadas do século XIX, especificamente com a publicação de “L’uomo delinquente” de Cesare Lombroso, publicado em 1876. Para essa autora, a conjugação de uma série de eventos criou as condições adequadas para a aparição desta ciência, não podendo deixar de vincular-se ao próprio desenvolvimento do sistema capitalista e da expressão da ideologia do momento histórico em que surgiu.

O fim do século XIX é marcado pelo desenvolvimento da ciência em todos os campos, sem escapar sua aplicação ao estudo do homem e da sociedade. As crises sacudiam o capitalismo, a atividade dos sindicatos, os temores de guerra, o aumento da pobreza e outros problemas sociais se agravavam na Europa e a causa das mudanças do modo de produção capitalista exigia uma ciência que fosse efetiva para o controle da sociedade e para a manutenção da “ordem”. Ganha força ciências como a Antropologia, a Psiquiatria ou a Sociologia, que se ocupavam do ser humano em sociedade e que deveriam contribuir para impedir o regresso a formas passadas de governo ou a revoluções que estavam em gestação. A revolução burguesa necessitava defender-se de toda tentativa de restaurar o passado e garantir a ordem social reinante, defendendo-se do proletariado em ascensão. Dessa forma, caberia às ciências encontrar o ordenamento racional dos fenômenos e ater-se ao que expressavam os fatos observáveis. O evolucionismo de Darwin e Spencer, a filosofia de Saint Simon e o positivismo de Augusto Comte, entre outros, cumpriram esse papel ao justificar a ordem. Da mesma forma desenvolveu-se a Sociologia, com a finalidade de tentar compreender a sociedade da época.

Nasce então a Sociologia Positivista, que passando a utilizar o método de observação experimental, de acordo com o que exigiam as ciências naturais, considerava os fenômenos sociais como fenômenos naturais. O método científico adotado para o estudo da sociedade se tornou uma alternativa apolítica para abordar problemas sociais como objetos neutros governados por leis universalmente válidas. A missão histórica da Sociologia seria completar e resolver o que ainda estava incompleto na emergente revolução industrial, além de legitimar a moral, chegando a converter o positivismo em uma nova religião da humanidade (DEL OLMO, 2017, p. 34-37).

Ainda segundo Del Olmo, o Direito tinha seu próprio desenvolvimento, que determinava o que era o delito e como sancioná-lo, porém a ciência dominante se impôs e surgiu assim, a escola positivista italiana pretendendo revolucionar e adotar o método de observação experimental para estabelecer as origens do delito no delinquente. O

método positivista e o desenvolvimento das ciências do homem, como no caso da psiquiatria e da antropologia, seriam os elementos necessários para reformular o problema delituoso em nome da ciência. Passariam então a serem estudadas as causas do delito no homem delinquente com a finalidade principal de neutralizá-las com as medidas legais pertinentes. Foi o momento de vínculo das ciências do homem com o Direito. Nascia assim a Antropologia Criminal, que assim como as outras ciências, se concentraria no ser humano, porém nesse caso, especificamente no homem delinquente, seu objeto formal de estudo (DEL OLMO, 2017, p. 37-38).

A Antropologia Criminal e o Racismo

A Antropologia Criminal nasceu em um período de transformação do capitalismo liberal clássico, do mercado como regulador da sociedade, para o capitalismo imperialista. O empresariado tomava decisões com o intuito de maximizar seus lucros, já que o importante era a acumulação de capital. A exploração da mão de obra ia sendo substituída pelas máquinas, criando um aumento considerável na produção de mercadorias por um custo infinitamente mais barato ao mesmo tempo em que aumentava cada vez mais a massa de desempregados. A concorrência levou ao desequilíbrio do mercado, a uma necessidade de expansão pelo acúmulo de mercadorias e capital e à impossibilidade de sua absorção dentro de um único país. Aumentava assim a pobreza, as epidemias, a delinquência e toda uma série de problemas que ameaçavam a própria existência do capitalismo. A ordem social desmoronava, o individualismo era suprimido e o capitalismo passava a necessitar cada vez mais dos braços do Estado para organizar e controlar a sociedade e para apoiar a expansão do mercado. Nasce assim o período imperialista.

Essa fase se caracteriza por uma nova era tecnológica com novas fontes de energia, nova maquinaria e novas indústrias com o apoio da ciência. A economia de mercado se volta para o consumidor doméstico. Concorrência internacional entre economias industriais nacionais com consequente concentração econômica, controle e manipulação do mercado. E o surgimento de um Estado poderoso e interventor com novos padrões políticos.

Com o aumento das desigualdades sociais era necessário redefinir o nível ideológico. Havia a necessidade de racionalizar essas desigualdades e reformular o conceito de liberdade. Com isso, o racismo, com base na ciência, passa a ter um papel primordial na naturalização da sociedade. “Os pobres eram pobres porque eram

biologicamente inferiores”. A superioridade, com base no evolucionismo, era o resultado da seleção natural transmitida geneticamente. Os seres inferiores, ou seja, os não-proprietários, estavam obrigados à obediência e submissão por sua inferioridade. Aqueles que desafiam a ordem eram considerados “perigosos” e deveriam ser reprimidos. Essa rejeição à ordem não era mais considerada voluntária, como na sociedade capitalista liberal clássica, mas como produto de sua inferioridade. Substituiu-se assim o livre arbítrio pelo determinismo (DEL OLMO, 2017, p. 41-45).

Essa concorrência entre mercados industriais nacionais no final do século XIX também traz uma nova questão: a fim de satisfazer os interesses capitalistas nacionais em busca de matérias-primas e mercados e para evitar uma escalada crescente de guerra, as potências capitalistas industriais europeias decidem partilhar a África, o sul da Ásia e as ilhas do Oceano Pacífico. A fim de justificar ideologicamente suas interferências nesses locais, criam o mito da superioridade racial dos povos europeus sobre os negros africanos e os amarelos asiáticos. O discurso desses colonizadores passa a ser “ocupar para civilizar esses povos”. Dessa forma a Antropologia Criminal passa ser a regra do Direito Penal na maioria dos países ocidentais. A sua “cientificidade” serviria de embasamento para as políticas repressivas junto às populações marginalizadas e não-brancas.

Del Olmo chama a atenção para o fato de a Escola Positiva do Direito Penal ou Criminal ter nascido precisamente na Itália ao se considerar o grau de atraso do país, naquela época, em relação ao resto do continente europeu. Para a autora, o próprio desenvolvimento do Direito na Itália teria de ser vinculado à história econômico-social deste país para se entender esse desenvolvimento. Os esforços intelectuais italianos no âmbito do Direito Penal mereceriam ser analisados detalhadamente a partir da forma pela qual esse país resolvia o problema do delito e seu interesse em encontrar soluções através da reflexão teórica dentro do próprio Direito. A obra de Cesare Beccaria, “Dos delitos e das penas”, de 1764, não dá soluções específicas, apenas um esboço geral de uma política legislativa. A Criminologia como “ciência” irrompe neste clima intelectual questionando a tradição italiana do Direito. Além disso, há de levantar a questão da disparidade socioeconômica italiana extrema entre um sul miserável e agrário e um norte extremamente rico e industrializado após a unificação do país. Essa disparidade foi o palco ideal para Lombroso dar início às suas pesquisas. Seus primeiros estudos antropométricos foram realizados em soldados do sul da Itália, considerados por ele como inferiores racialmente. Com isso, Del Olmo enfatiza que para o surgimento de uma ciência, necessita-se de toda uma série de condições simultâneas que permitam seu

desenvolvimento e difusão. O nascimento da Antropologia Criminal na Itália foi o instrumento necessário naquele momento (DEL OLMO, 2017, p. 48-51).

Assim como nasceu no local e momento exato, de acordo com Del Olmo, serviu de suporte para o capitalismo imperialista e colonialista do final do século XIX, já que embasava cientificamente o racismo. Como dito anteriormente, Lombroso afirmava que a anormalidade do tipo antropológico do delinquente consiste na parada do desenvolvimento físico (e, por conseguinte, psíquico), num estágio pré-humano, ou seja, primitivo. A prova disso estaria não só no fato de que os criminosos natos revelavam instintos e necessidades animais ou, pelo menos, selvagens, mas também na sua estrutura anatômica. Di Dio completa, mostrando além das visões racistas, uma similaridade do pensamento de Lombroso com o higienismo, com a degradação moral dos “seres inferiores”, o que por si só já demonstra uma ligação com o pensamento eugenista.

Segundo a teoria lombrosiana o crime é algo natural ao delinquente, tal como o nascimento e a morte, o que demonstra o determinismo naturalista implícito. Ele é levado ao crime por uma necessidade que deriva do seu organismo, o qual carrega dentro de si a herança da espécie. Dessa forma, na etiologia do crime, a ação humana teria que ser apresentada à luz das condições meteorológicas, geomorfológicas, das raças, da densidade populacional, da natalidade, da alimentação, do alcoolismo, da instrução, da economia, da religião, do estado civil etc. Tudo poderia concorrer para a prática do crime.

O pensamento lombrosiano critica a responsabilidade moral e concebe a pena como medida de defesa social. A cura para o crime estava associada à medida de defesa social. A cada delinquente uma pena diferente. Da prisão ao manicômio judiciário, do isolamento à multa e à liberdade vigiada (DI DIO, 1961, p. 196-198).

Segundo Leonardo Dallacqua de Carvalho,

O esforço de Lombroso em determinar não o crime, mas o criminoso, alude ao elo entre o desenvolvimento da ciência a favor de situações que afligiam a sociedade, como no que diz respeito ao problema da criminalidade na Europa. Sendo assim, traçar padrões hereditários a partir de doenças, árvore genealógica ou ainda, padrões físicos, como arcada dentária, medição de mãos, pés, crânios e até mesmo tatuagens e fezes, indicavam indivíduos desviantes socialmente ou propensos à criminalidade. Suas observações mostram também o trato do criminoso como um doente, onde deveriam ser identificadas as causas e seus tratamentos. Outros fatores externos poderiam colaborar para a criminalidade, como é o caso da imigração, condições econômicas, densidade populacional, educação e o clima” (CARVALHO, 2014, p. 6).

O clima quente, segundo Lombroso, podia significar um aumento nos índices de criminalidade. O estudo determinista do clima referente à criminalidade tornou-se um

fator de destaque para a identificação do criminoso pela sua teoria. Mas a questão racial aproxima ainda mais o pensamento lombrosiano com as teorias eugenistas. Segundo Dallacqua, a questão da “raça” é elaborada no primeiro capítulo da parte dois de *Criminal Man*, conhecido por aqui como “O homem delinquente”. Começando pelos ciganos de Zakha Khel, na Índia, citado por Lombroso como “indivíduos perigosos” e ponderar que neles “temos uma raça inteira de criminosos com todas as paixões e vícios comuns a inadimplentes tipos: ociosidade, ignorância, fúria impetuosa, vaidade, apaixonados por orgias, e ferocidade”, realça ainda a violência e homicídios na sua Itália, nas regiões da Calábria, Sicília e Sardenha, que seriam fundamentalmente ocasionadas devido à existência de elementos africanos e orientais nestes lugares, ligando também a imigração como um dos problemas criminais a serem combatidos. Nesse momento ele correlaciona cor e raça a partir tanto da reflexão de locais, do sul da Itália e da ilha da Sardenha, quanto aos biótipos. Observa-se que Lombroso não define um único tipo de criminoso ou uma única característica básica para o conjunto. Ele estabelece padrões de indivíduos que estariam mais predispostos a cometer crimes.

Em *Crime: Its causes and remedies*, publicado em Londres em 1911, ou seja, após a sua morte, há observações sobre a hibridização, tanto na Itália, quanto na América. Para ele, a miscigenação “racial” é extremamente prejudicial, pois além de sociedades ainda bárbaras, cujos elementos degenerativos estariam presentes, sua reprodução originou criminosos que possuíam elementos prejudiciais de ambas as raças. Uma conclusão que eleva a miscigenação a um grau de preocupação para o nivelamento ou aumento da “superioridade” do homem (CARVALHO, 2014, p. 7-8).

A recepção à Antropologia Criminal no Brasil

Marcos César Alvarez, em sua tese de doutorado em Sociologia pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), em 1996, comenta que foi nas últimas décadas do século XIX que as ideias de Lombroso e Ferri chegaram ao Brasil. Contudo, não se sabe bem por quem. Segundo esse autor, diversos historiadores do direito penal consideram João Vieira de Araújo (1844-1922), lente da Faculdade de Direito do Recife, o primeiro autor a se mostrar informado a respeito das novas teorias criminais, ao comentar as ideias de Lombroso em suas aulas na Faculdade do Recife, e também em textos, como em seu livro intitulado “Ensaio de Direito Penal ou Repetições Escritas sobre o Código Criminal do Império do Brasil”, publicado em 1884. Outros autores, no entanto, tais como Silvio

Romero, atribuíam a Tobias Barreto esse mérito, já que no mesmo ano de 1884 em que João Vieira de Araújo publicava seus trabalhos acerca da legislação criminal do Império, Tobias Barreto, em seu livro *Menores e Loucos*, fazia referências ao *L'Uomo delinquente* ao discutir a necessidade de diferenciação das diversas categorias de irresponsáveis no campo penal.

De qualquer modo, após essa recepção pioneira no Recife, inúmeros juristas, ao longo da Primeira República, passaram a divulgar as novas abordagens "científicas" acerca do crime e do criminoso. E que teve por aqui grande aceitação por renomados juristas, tais como Clóvis Beviláqua, José Higino, Paulo Egídio, Raimundo Pontes de Miranda, Viveiros de Castro, Aurelino Leal, Cândido Mota, Moniz Sodré de Aragão, Evaristo de Moraes, José Tavares Bastos, Esmeraldino Bandeira, Lemos Britto, entre outros, que publicaram artigos e livros em que eram discutidos os principais conceitos e autores da criminologia e da escola penal positiva. Alguns se tornaram entusiastas das novas teorias penais, outros censuraram o exagero de algumas colocações consideradas radicais, mas a grande maioria tomou as novas discussões no campo da criminologia como temas obrigatórios de debate no âmbito penal.

Se não é possível apontar com absoluta precisão quem foi efetivamente o pioneiro nos estudos da criminologia no Brasil, é interessante ressaltar que tanto a reivindicação do pioneirismo no novo campo quanto a busca de reconhecimento internacional cedo se colocaram como importantes elementos de legitimação e distinção entre os pensadores que começavam a trabalhar com as novas teorias. Apesar de ter aparecido por essas bandas do Atlântico no final do século XIX, é no início do século XX que as teorias de Lombroso, Ferri e Garofalo tomaram impulso no Brasil, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que perdiam forças na Europa.

Se esta disputa em torno do pioneirismo e do reconhecimento internacional na incorporação dos conhecimentos da antropologia criminal ao saber jurídico no Brasil é compreensível dentro da construção de uma nova tradição intelectual, é certo também que os juristas brasileiros se mostraram efetivamente atualizados e sintonizados com as discussões que então ocorriam no exterior. Destacaram e acompanharam de perto os debates europeus em torno das novas teorias penais, conhecendo inclusive as principais críticas a Lombroso e seus discípulos. Se, portanto, valorizaram a escola antropológica, não foi por falta de informação a respeito do que ocorria na Europa, mas sim por acreditarem que se tratava do que de melhor se produzia na época no campo da compreensão científica do crime. Para eles, as novas teorias pareciam responder aos

anseios e necessidades da realidade brasileira. Deste modo, mesmo conhecendo as críticas mais significativas contra a antropologia criminal já apresentadas na Europa, os simpatizantes no Brasil não deixaram de reafirmar a importância fundamental dos conceitos da escola antropológica, ou seja, segundo Alvarez, não era por mero senso de imitação que o Brasil deveria seguir as novas concepções da antropologia criminal, mas sim por acreditarem se tratar do que havia de mais avançado no mundo em termos de doutrinas penais. Logo, se estes e outros juristas defendiam as ideias da antropologia criminal, o faziam tendo consciência das principais objeções presentes nos debates europeus, o que dificulta a caracterização da presença da antropologia e da sociologia criminal no Brasil apenas como mais um caso de importação equivocada de ideias (ALVAREZ, 1996, p. 74-81).

A influência dos discursos racialistas e a eugenia no Brasil

Eles também estavam cientes da questão racial no meio intelectual brasileiro da passagem do século XIX para o XX, período este que presenciou a Abolição da Escravatura em 1888 e a tentativa das elites em mostrar um país “branqueado” ao exterior. Desde meados do século XIX discursos racialistas provenientes da Europa e dos Estados Unidos passaram a influenciar as elites brasileiras. Desde Agassiz e Gobineau, a mestiçagem existente no Brasil não era só descrita, era também adjetivada e constituía uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação. No final do século XIX, ao lado de um discurso de cunho liberal, tomava força um modelo racial de análise, respaldado por uma percepção bastante consensual. O cruzamento de raças era entendido como uma questão central para a compreensão dos destinos da nação. Apesar de tardia, a chegada das teorias raciais ao Brasil recebeu entusiasmada acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, tais como os museus etnográficos, as faculdades de direito e de medicina e os institutos históricos e geográficos (SCHWARCZ, 1993, p. 17-19).

Nancy Stepan complementa essa visão ao afirmar que como nação culturalmente dependente, o Brasil, ou melhor, as elites intelectuais brasileiras, eram fortemente influenciadas pelas ideias raciais europeias, e da França em especial. Essa elite intelectual vivia sua própria existência como uma imagem refletida no espelho. Texto após texto de análises sociais e científicas europeias tinha o Brasil como o exemplo da degeneração que ocorria em nações tropicais racialmente híbridas. Análises científicas citavam o Brasil sobre a inferioridade dos negros, a degeneração dos mulatos e a decadência tropical. Para

eles, o Brasil era o país onde cruzamentos “promíscuos” aconteciam desde os tempos coloniais, o que produziu um povo degenerado, instável e incapaz de desenvolvimento progressivo (STEPAN, 2004, p. 338).

Seyferth segue o mesmo raciocínio que as autoras anteriores comentando que desde a década de 1860 as elites brasileiras, principalmente a elite médica, haviam assimilado os paradigmas, as ideias sobre a origem das raças humanas e temas próximos presentes nas teorias do eminente anatomista e antropólogo francês Paul Broca. Em 1877 foi instituído o primeiro curso de Antropologia Física no Museu Nacional, tendo como docente João Batista de Lacerda. A partir desse momento os estudos sobre raças se tornaram mais sistematizados, tanto nos Museus quanto na Medicina Legal. Os pesquisadores se interessavam principalmente pela morfologia e classificação dos tipos indígenas e de mestiços. Essa “ciência das raças” tinha como premissa a desigualdade das mesmas e a construção hierárquica baseada na superioridade da “raça branca”, na inferioridade das “raças de cor” e nos prejuízos da “mestiçagem embaralhada”. Já os antropólogos seguiam o rigor metodológico e estatístico preconizado por Paul Broca. Este sistematizou a Antropometria e se convencia da inferioridade dos não brancos, assim como muitos outros cientistas de sua época preocupados com a elaboração de rigorosas hierarquias raciais (SEYFERTH, 1996, p. 48).

Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico e antropólogo reconhecido, talvez tenha sido o maior discípulo das teorias lombrosianas no Brasil. Inspirou-se em técnicas e argumentos pró-criminalidade do negro para fundamentar suas ideias. Segundo Dallacqua, “Nina Rodrigues acreditava que a miscigenação estaria ligada à ‘degeneração’ e as ‘raças’ teriam seus aspectos e características ímpares que, inclusive, contribuiriam para os casos de criminalidade à medida que representavam códigos morais” (CARVALHO, 2014, p. 13).

Assim como degeneração e raça eram conceitos muito comuns à Nina Rodrigues, também eram aos eugenistas do final do século XIX e início do XX. A inquietação quanto ao futuro da sociedade foi reforçada pelas incertezas sobre a modernidade, o que gerou um contexto propício para um movimento científico de reforma. Em vez de evolução, a metáfora da época passou a ser “degeneração”, que era atribuída ao vício, ao crime, à imigração, ao trabalho feminino e ao ambiente urbano.

Nasceu a convicção de serem hereditárias muitas das doenças comuns entre os pobres, como a tuberculose, a sífilis, o alcoolismo e as doenças mentais, o que insuflava o medo da decadência social. Em 1883, Francis Galton criou o conceito de eugenia para

representar as possíveis aplicações sociais do conhecimento da hereditariedade e que tinha como finalidade a obtenção de uma desejada “melhor reprodução” (STEPAN, 2005, p. 30-33).

Para Del Cont, a eugenia se organizou em um contexto de expansão imperialista fundada na pressuposição da superioridade do homem europeu em relação aos outros povos sob seus domínios. Ela se caracterizou pela utilização sistemática de metodologias classificatórias a partir da utilização de técnicas – como a antropometria e a craniometria – e procedimentos laboratoriais e foi elaborada como ciência no bojo do desenvolvimento de teorias raciológicas, evolucionárias e hereditárias no que diz respeito às condições de melhoramento, tanto das condições sociais quanto das disposições ou características hereditárias responsáveis pela qualificação racial, não somente dos indivíduos como também de povos e das futuras gerações (DEL CONT, 2007, p. 144).

Conclusão

Após a exposição acima e sabendo que Lemos Britto fazia parte dessa roda de intelectuais, não cessa a dúvida: era Lemos Britto um eugenista? Essa é a principal pergunta que essa pesquisa buscará responder ao final do trabalho.

Referências

- ALVAREZ, Marcos César. Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930). 306 fl. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Cesare Lombroso e Raimundo Nina Rodrigues entre as ciências do século XIX: o estudo do negro como criminoso. *Chaos e Kosmos*, XV, Roma. Recuperado em: https://www.academia.edu/16148771/Cesare_Lombroso_e_Raimundo_Nina_Rodrigues_entre_as_ci%C3%A2ncias_do_s%C3%A9culo_XIX_o_estudo_do_negro_como_criminoso, 2014.
- DEL CONT, Valdeir Donizete. A ciência do melhoramento das especificidades genéticas humanas. 370 fl. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- DEL OLMO, Rosa. A América Latina e sua criminologia, 2ª Ed. Rio de Janeiro, 2017.
- DI DIO, Renato Alberto T. A escola positiva de direito penal e sua influência no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 56, n. 2, p. 182-249, 1961.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; CCB, 1996. p. 41-58.
- STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917 – 1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. (organizadores) *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

_____. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

O PT e o capital financeiro: a mudança de comportamento do partido nas reformas da previdência de 1998 e 2003

Helena Wagner Lourenço Ferreira¹
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

O presente trabalho integra a pesquisa para a dissertação de mestrado intitulada: O papel dos partidos políticos nas reformas da previdência de 1998 e 2003. Aqui será analisada a mudança de comportamento do Partido dos Trabalhadores (PT) nas reformas da previdência ocorridas em 1998 e 2003. Em 1995, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, o PT se comportou com uma enfática oposição, mas demonstrava já estar alinhado com os ditames do capital financeiro. Em 2003, Luiz Inácio da Silva Lula foi autor de uma alteração no sistema previdenciário nos moldes do mercado. Assim, o objetivo deste é analisar a atuação do PT nas reformas mencionadas.

Na Exposição de Motivos apresentada para justificar a proposta de mudança durante a gestão de FHC, além da existência de déficit no sistema, pode-se verificar necessidade de enfrentamento de fatores conjunturais, devido à instabilidade macroeconômica, aumento do desemprego e, conseqüentemente, a informalização do mercado de trabalho, influenciando, diretamente, no fluxo das contribuições ao sistema previdenciário. O documento reconhece a existência de problemas gerenciais devido aos altos índices de sonegação, manutenção de benefícios fraudulentos e alto custo administrativo de previdência social. No entanto, nessa declaração, o maior desafio a ser enfrentado é de ordem estrutural. Ou seja, a redução da relação contribuintes e beneficiários, devido a mudança no perfil demográfico da população (a quantidade de idosos se tornará maior do que a de jovens, havendo mais beneficiários do que contribuintes, devido à baixa taxa de natalidade e aumento da expectativa de sobrevida) e nas relações de trabalho (aumento do mercado informal).

O relatório ainda traz como justificativa de mudar a Constituição Federal a justiça social, declarando que "o modelo previdenciário vigente é socialmente injusto pois privilegia os segmentos mais organizados e com maior poder de pressão, em detrimento

¹ Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação -PPGHS, aprovado com o projeto: O papel dos partidos políticos nas reformas da previdência de 1998 e 2003. Orientador: Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida.

dos segmentos menos favorecidos"² e a reforma será no "sentido de torná-la socialmente mais justa e garantir sua viabilidade financeira em diversos horizontes temporais."³ Além disso, ainda, a necessidade "de avançar no sentido da uniformização dos regimes especiais de previdência, aplicando-se-lhes os mesmos requisitos e critérios fixados para a esmagadora maioria dos cidadãos brasileiros."⁴

Através do Diário do Congresso Nacional, é possível perceber que o Ministro da Previdência à época, Reinhold Stephanes, fechou a proposta da reforma da previdência. Nela propôs diversas alterações, dentre elas, fim da acumulação de aposentadorias; obrigação das entidades beneficentes a contribuir para a previdência; contribuição dos aposentados, pensionistas e inativos; fim da aposentadoria por tempo de serviço; desconstitucionalização da regra para reajuste dos benefícios, bem como autoriza lei complementar a estabelecer tempo mínimo de exercício no serviço público; faculta ao segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) complementar benefício através de previdência privada; extinção de aposentadoria proporcional; término de aposentadoria especial para professor; aproximação do RPPS com o RGPS.

Ao contrapor a Exposição de Motivos apresentada com as propostas elaboradas, verifica-se que há ausência de tentativas de soluções para fraudes, sonegação, busca de integração de pessoas excluídas pelo sistema, justamente, devido ao aumento de desemprego e das relações informais de trabalho. A alteração constitucional se presta, tão somente, a excluir mais pessoas do sistema, retirando direitos, levando à iniciativa privada a solução da questão fiscal da previdência, permanecendo desamparados aqueles que já não eram incluídos. No intuito de creditar a previdência privada, desacredita-se a pública cada vez mais para que, não havendo confiança no sistema público, haja busca no sistema privado.

Interessante observar que a Exposição de Motivos, elaborada em 1995, vai ao encontro do relatório do Banco Mundial, de 1994, em que há a advertência a respeito da crise do envelhecimento da população. Sugere-se, exatamente, que a solução para esse

² MENSAGEM nº 306, de 1995, do Poder Executivo. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, 28 març. 1995. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/pec/EmendasConstitucionais/EC20/Camara/EC020_cam_28051998_em.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

³ Idem.

⁴ Idem.

problema é transferir à previdência privada o dever de zelar pelo benefício dos futuros aposentados e indica o aumento da idade e da contribuição para se conseguir ter acesso à aposentadoria, conforme pode ser constatado no documento citado: "aumentar a idade de aposentadoria - regularmente, à medida que a longevidade aumenta - é provavelmente a reforma mais importante para melhorar as perspectivas financeiras do plano de previdência pública."⁵ Para Sara Granemann, "os argumentos do Banco Mundial para as contrarreformas da previdência ao redor do mundo, ganharam vida – e fama – com a divulgação do documento do Banco Mundial de 1994 [...] "(GRANEMANN, 2006, p. 103).

Apesar das alterações terem sido pautadas com base nos ditames do Banco Mundial, somente visando a retirada de direitos conquistados pela sociedade, sem trazer soluções diretas para o equilíbrio das contas do sistema da Previdência, FHC deu seguimento às suas propostas e deu entrada na PEC 21/95. Assim, no dia 21 de março de 1995, tão logo a emenda chegou ao Congresso, a Comissão decidiu colocar em votação se a Proposta enviada pelo governo deveria ser desmembrada. No dia 22 já se tem notícia da primeira derrota importante do governo, no que tange à PEC da Previdência: a Emenda será desmembrada por 24 votos a 22.

Figura 1 - Os votos na Comissão

OS VOTOS NA COMISSÃO		
■ PFL — 8 votos para o Governo e 1 contra	■ PPR — 5 contra o Governo e 1 ausente	■ PSB — 1 contra o Governo
■ PTB — 3 para o Governo	■ PT — 5 contra o Governo	■ PMN — 1 contra o Governo
■ PMDB — 6 para o Governo, 3 contra e 2 ausentes	■ PP — 3 contra o Governo	■ PC do B — 1 contra o Governo
■ PSDB — 5 para o Governo	■ PDT — 3 contra o Governo	■ PPS — 1 ausente
	■ PL/PSD/PSC — 1 contra o Governo e 1 ausente	

Fonte: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=199019950323>

Nesse quadro, é possível constatar que a oposição (PT, PDT, PCdoB e PPS) não deu um voto a favor do governo. votaram, unanimemente, contra ou estavam ausentes (como no caso do PPS). O PT não admite dar aval para qualquer uma das emendas

⁵ WORLD BANK. *Adverting the old age crisis: Policies to protect the old and promote growth*. Londres, Oxford University, 1994, p.147. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/973571468174557899/averting-the-old-age-crisis-policies-to-protect-the-old-and-promote-growth>. Acesso em: 20 jun. 2022

apresentadas até agora pelo Executivo e Lula declarou que "não é um movimento contra as reformas; é contra o tipo de reforma, é um movimento de defesa da Nação para o Governo não entregar o Brasil. Queremos uma agenda social".⁶ Em outra oportunidade, Lula declarou "já se percebeu que as medidas que eles [o governo] querem tomar são coisas que vêm para piorar."⁷ Nas palavras de Brizola num evento em conjunto com Lula, "sempre pregamos reformas. Mas o que o Governo quer desencadear é uma avalanche, é a quebra da Constituição."⁸ Assim, a PEC teve que ser desmembrada.

Aos 28 de março, o governo conseguiu aprovar o desmembramento da PEC em quatro partes, como queria e resolveu mudar de estratégia. A partir de agora, só iria investir na aprovação de uma emenda previdenciária, a que trata sobre as mudanças no sistema, considerada a PEC mais importante. Dessa forma, essa pesquisa também se concentrará, apenas, na emenda principal, ou seja, na PEC 33/95. Ainda na CCJ, após ser decidido pelo desmembramento da PEC 21/95, deu-se prosseguimento a votação da admissibilidade constitucional acerca da PEC 33/95.

Quadro 1 - Votos da PEC 33/95 na CCJ

Rodrigues Palma	PTB-MS	ADMISSIBILIDADE
Bonifácio de Andrada	PTB-MG	ADMISSIBILIDADE
Vicente Cascione	PTB-SP	ADMISSIBILIDADE
Marconi Perillo	PP-GO	Inadmissibilidade
Valdenor Guedes	PP-AM	ADMISSIBILIDADE
Talvane Albuquerque	PP-AL	ADMISSIBILIDADE
Paulo de Velasco	PL	ADMISSIBILIDADE
Adylson Motta	PPR-RS	Inadmissibilidade
Ibrahim Abi-Ackel	PPR-MG	ADMISSIBILIDADE
Jarbas Lima	PPR-BA	Inadmissibilidade
Prisco Viana	PPR-BA	Admissibilidade
Gerson Peres	PPR-PA	Inadmissibilidade
Francisco Rodrigues	PSD-RR	ADMISSIBILIDADE
José Genoíno	PT-SP	Inadmissibilidade
Paulo Delgado	PT-MG	Inadmissibilidade
Milton Temer	PT-RJ	Inadmissibilidade

⁶BRIZOLA e Lula unem-se contra mudanças na Constituição. Brasília, **O Globo**, 28 marc. 1995. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=199019950328>. Acesso em: 01 jun. 2020

⁷ PARTIDOS de oposição se unem para bater duro no Governo. Brasília, **O Globo**, 23 marc. 1995. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=199019950323>. Acesso em: 01 jun. 2020.

⁸ BRIZOLA e Lula unem-se contra mudanças na Constituição. Brasília, **O Globo**, 28 mar. 1995. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=199019950328>. Acesso em: 01 jun. 2020

Marcelo Déda	PT-SE	Inadmissibilidade
Hélio Bicudo	PT-SP	Inadmissibilidade
Miro Teixeira	PDT-RJ	Inadmissibilidade
Eurípedes Miranda	PDT-RO	Inadmissibilidade
Matheus Schmidt	PDT-RS	Inadmissibilidade
Magno Bacelar	PDT-MA	Inadmissibilidade
Coriolano Sales	PDT-BA	Inadmissibilidade
Aldo Arantes	PCdoB-GO	Inadmissibilidade
Alexandre Cardoso	PSB-RJ	Inadmissibilidade
Nilson Gibson	PSB-PE	Inadmissibilidade

Fonte: elaborado pela autora

Do quadro acima, depreende-se que o Partido dos Trabalhadores votou de maneira unânime contra o governo e os outros partidos opositores (PT, PDT, PCdoB e PSB) o seguiram, com exceção de apenas um parlamentar do PSD, demonstrando como a oposição estava unida em ser contrária às pretensões governamentais. Mas apesar do esforço, a Proposta em questão foi considerada constitucional e seguiu seu trâmite.

Após aprovada a constitucionalidade da PEC na CCJ da Câmara, a Proposta segue para a Comissão Especial. A Câmara resolveu adiar essa instalação da comissão especial por 60 dias para tentar um projeto alternativo ao do governo, dar tempo para amenizar a polêmica trazida pelo relatório do TCU⁹ e evitar a queda do ministro da Previdência. Nessa Comissão, todos os integrantes podem apresentar novas propostas à PEC.

No dia 20 de setembro de 1995, o PT enviou emenda substitutiva global à PEC 33/95, parecendo que gostaria de fazer mudanças substanciais na proposta do atual governo. No entanto, o que se pode observar nessa emenda substitutiva é que as pretensões do Banco Mundial e de FHC permanecem inalteradas. O art. 2 da emenda substitutiva, fazendo referência ao art 40 da CRFB, iguala o sistema previdenciário dos servidores públicos ao do sistema de aposentadoria geral e, ainda, inclui os inativos e pensionistas ao dizer que "os servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, seus inativos e pensionistas, sujeitam-se ao regime previdenciário básico e universal previsto no art. 201."¹⁰

⁹Apesar do governo de FHC ser marcado por um discurso de desequilíbrio contábil no sistema previdenciário, o TCU emitiu relatório, em 1995, informando que não houve déficit no sistema em 1994.

¹⁰ PROPOSTA de emenda à Constituição nº 33-C, de 1995. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, 23 abr. 1996. Disponível em:

A similaridade com a proposta atual permanece também no que tange à complementação de renda através de previdência complementar. Assim consta o art 1 da emenda substitutiva referente ao art 40, § 5:

A União, os Estados e os Municípios instituirão planos de previdência complementar fechados, destinados à complementação de aposentadorias e pensões de seus servidores, de caráter facultativo e sob regime de capitalização.¹¹

Na justificativa, o partido demonstrava que não estava tão convencido da existência de déficit do sistema e da necessidade da reforma. *In verbis*:

A previdência social, se alguma reforma exige no Brasil, carece muito mais de uma reforma na sua gestão, cujos gargalos - fraude, evasão, desperdício de recursos - até hoje não foram superados, do que uma reforma que vise a redução do universo de beneficiários ou os seus valores. As distorções com que hoje nos deparamos, no sistema previdenciário, decorrem principalmente da apropriação indevida dos recursos da previdência pelo Estado, da omissão em cumprir suas responsabilidades no seu custeio, do descaso com as mazelas na sua gestão[...]¹²

O PT só demonstrava que queria mesmo é fazer oposição, porque, no fundo, apesar de dizer que era contra essa reforma que FHC estava apresentando, o partido desejava implementar a mesma mudança, incluindo contribuição dos inativos e financeirização da previdência através de complementação de renda por previdência complementar, apesar de questionar a falência do sistema.¹³ Se, de fato, não concordasse com algo exposto na PEC original, poderia ter proposto uma emenda supressiva e retirados os artigos que mencionam a contribuição dos inativos e a previdência complementar. Todavia, não foi esse o posicionamento do PT.

Durante o trâmite da PEC, muitas pretensões desse presidente não foram aprovadas. Assim, tão logo promulgada essa emenda, o chefe do Executivo pensou em tentar novas modificações através de um projeto de lei complementar. Em março de 1999 se tem notícia do PL 9/99 que regulamenta a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos, que não foi aprovado, tendo como forte empecilho o PT.

https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/pec/EmendasConstitucionais/EC20/Camara/EC020_cam_13021996_prccom_pec33c.pdf. Acesso em: 18 jul 2022.

¹¹ Idem.

¹² Idem

¹³ Corrobora-se as instenções do PT nessa emenda substitutiva global a PEC 40/03 apresentada, posteriormente, por esse partido, quando se tornou governo.

O parlamentar Avenzoar Arruda (PT-PB) declarou que o debate da previdência complementar é uma questão fiscal.¹⁴ Henrique Fontana (PT-RS) nessa mesma ocasião informou que "o que se votou foi o início do grande privilégio do setor privado de seguradoras de previdência e de seguradoras privadas na área da previdência complementar."¹⁵ O referido parlamentar ainda foi específico ao contestar a respeito da contribuição definida: "contribuição definida [...] significa todo o risco ao trabalhador público e nenhum risco à iniciativa privada, que vai pagar os benefícios conforme bem lhe aprouver no momento das negociações."¹⁶

Em relação aos fundos, vale descortinar a diferença entre benefício e contribuição definida. Em se tratando de benefício definido, o trabalhador sabe qual será o valor que irá receber quando se aposentar e contribuirá dependendo do desempenho do fundo. Assim, se o mercado estiver rendendo bem, o futuro beneficiário poderá reduzir a sua contribuição e, se não estiver tão bom, a contribuição poderá ser aumentada para resgatar o controle atuarial. No entanto, no segundo caso, o futuro aposentado saberá com quanto irá contribuir, mas não saberá quanto irá receber no momento do fim da sua vida laboral, ficando, completamente, à mercê do desempenho do fundo no mercado. Assim, segundo Ismael Bermúdez,

A aposentadoria será mais reduzida quanto menor o salário do trabalhador, quanto mais tempo estiver desempregado ou em empregos não registrados, ou quando o empregador não pagar as contribuições. E também se os fundos investidos pela AFJP [fundos de aposentadoria e pensões privados] produzirem prejuízos ou rendimentos nominais inferiores à inflação. O trabalhador arca, assim, com o risco da sonegação patronal, do desemprego, do trabalho não registrado e das aplicações financeiras. De sua parte, a AFJP não assume nenhum risco, porque recebe sua comissão tão logo receba a contribuição. (BERMÚDEZ, 2003, p. 9)

A respeito dos fundos de pensão, Henrique Fontana (PT-RS) declarou que

O que fez [...] nesta Casa? Disse que esses fundos de pensão irão todos para o setor privado a custos muito baixos, sem risco algum para a iniciativa privada, que pode administrá-los como quiser. Os trabalhadores públicos não têm controle algum sobre os investimentos feitos na ciranda financeira, no cassino financeiro, com o seu dinheiro que será acumulado nos fundos de pensão.

¹⁴**Diário da Câmara dos Deputados.** Brasília, 01 dez. 2000. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01DEZ2000.pdf#page=97>. Acesso em: 13 jul. 2022

¹⁵**Diário da Câmara dos Deputados.** Brasília, 01 dez. 2000. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01DEZ2000.pdf#page=111>. Acesso em: 13 jul. 2022.

¹⁶ Idem

Outro integrante do PT, Paulo Paim (PT-RS), condenou a contribuição dos inativos "para os servidores inativos, o governo quer reduzir os vencimentos em 11%, instituindo nova contribuição previdenciária. Isso é inaceitável."¹⁷ De acordo com José Chrispiniano e Lídia Neves,

O próprio Lula, ainda candidato em 2002, manifestou-se contrário à medida. O partido [PT] apresentou, em 1999, proposta de emenda constitucional para a reforma da previdência social no Brasil contra a taxaço de inativos e a privatizaço da previdência social (CHRISPINIANO, 2003)

Além desse projeto acima mencionado, o PT, juntamente com o PDT, PSB e PCdoB ajuizaram Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 2016) buscando que o Supremo Tribunal Federal (STF) declarasse a contribuico para custeio da Previdência Social pelos servidores públicos inativos inconstitucional na Lei 9.783/99. O Plenário do STF, ao julgar a ADI 2010 (por ser mais ampla), deferiu, por unanimidade de votos, a suspensáo da eficácia das expressões "inativo" e dos "pensionistas":

O regime de previdência de caráter contributivo, a que se refere o art. 40, da Constituição, na redação dada pela EC nº 20/98, foi instituído, unicamente, em relação ao caput, 'Aos servidores titulares de cargos efetivos...', inexistindo, desse modo, qualquer possibilidade jurídico -constitucional de se atribuir, a inativos e a pensionistas da União, a condiço de contribuintes da exaço prevista na Lei nº 9.783/99.¹⁸

Ao fim do seu mandato, em dezembro de 2002, Fernando Henrique Cardoso enviou Carta de intenções ao FMI explicando que permanece comprometido com o Congresso para aprovar as principais reformas estruturais que ainda não foram aprovadas e tranquiliza o Fundo declarando que o próximo governo (o de Lula) também está submisso a avançar, especificamente, com a legislaço remanescente para instituir fundo de pensáo complementar para os servidores públicos. De acordo com a Carta:

Durante o restante de seu mandato, o atual governo está comprometido em trabalhar com o Congresso e o próximo governo para avançar na aprovaço das principais reformas estruturais, incluindo [...] a legislaço restante para o estabelecimento de fundos de pensáo complementares para funcionários públicos.¹⁹

¹⁷ **Diário da Câmara dos Deputados.** Brasília, 01 dez. 2000. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01DEZ2000.pdf#page=120>. Acesso em: 13 jul. 2022

¹⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2016.** Brasília, DF, 22 marc. 2004. Distrito Federal. Disponível em <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14801675/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-2016-df-stf>. Acesso em 15 jun. 2022.

¹⁹ MALAN, Pedro Sampaio; NETO, Armínio Fraga. Brazil - Letter of Intent. *In*: IMF. 02 dez. 2002. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/loi/2002/bra/05/index.htm>. Acesso em: 16 jul. 2022

No intuito de permanecer tranquilizando o Fundo quanto ao novo presidente, FHC (através do Ministro das Finanças e do presidente do Banco Central que assinam a Carta) informa que, após ser eleito, Lula reiterou seu apoio ao programa do FMI, enfatizando a necessidade do controle da inflação, destacando a reforma tributária e previdenciária:

O novo governo reiterou seu apoio ao programa. Em seu primeiro discurso à nação após a eleição, o presidente eleito enfatizou que qualquer reorientação dos gastos deve respeitar a necessidade de disciplina fiscal contínua; enfatizou a importância de manter a inflação baixa para proteger a renda real dos pobres; e destacou a importância de mais progressos na agenda de reformas estruturais, dando especial destaque à reforma tributária e previdenciária.²⁰

Após seu comprometimento com o Fundo, no governo Lula inicia-se mais uma reforma da previdência. Vale lembrar que, em relação à reforma previdenciária elaborada pelo governo FHC, o PT criticou o tipo da mudança e votou contra as pretensões daquele governo, mas agora informa que, não necessariamente, será fiel às ideias veiculadas em campanha eleitoral. De acordo com O Globo, "segundo Berzoini, a proposta que será enviada ao Congresso pode ser diferente da defendida pelo PT na campanha, pois deverá ser apartidária e resultado de um consenso [...] acabar com o déficit é o principal objetivo da reforma."²¹ E, dentre outras alterações, propõe justamente a contribuição dos inativos e a possibilidade de complementação de aposentadoria pela previdência privada. Pautas encaminhadas pelo Banco Mundial e FMI.

Ou seja, o PT embutiu os temas do PL 9/99 diretamente na Emenda proposta. Assim, uma vez sendo aprovada a alteração constitucional, automaticamente estava autorizado o projeto de lei complementar instituindo previdência privada complementar para os servidores que gostariam de ganhar uma aposentadoria maior do que o teto, tão combatido pelo PT quando iniciado no período FHC. Afinal, a permanência do PL 9 está na Carta de Intenção do Lula ao FMI: "A aprovação da legislação de habilitação dos fundos de previdência complementar (PL9), continua entre nossas prioridades e fará parte da reforma proposta."²²

²⁰ Idem

²¹ BRAGA, Isabel e VASCONCELOS, Adriana. Correndo contra o tempo. Brasília, **O Globo**, 8 jan. 2003. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020030108>. Acesso em: 7 abr. 2022.

²²FILHO, Antonio Palocci; MEIRELLES, Henrique de Campos. *Brazil - Letter of Intent*. In: IMF. 28fev. 2003. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/loi/2003/bra/01/index.htm>Acesso em: 16 jul. 2022.

Ver Lula atuando como oposição e votando contrário às reformas propostas por FHC, sob o argumento de que não é contra as reformas, mas especificamente contrário à essa apresentada pelo governo de FHC que não pensa na justiça social, mas apenas no déficit e, agora verificar que é exatamente a essa reforma que ele está dando seguimento agrada ao Banco Mundial e ao FMI. Lula agradeceu tanto as organizações multilaterais que o jornal "Financial Times", o mais influente jornal de negócios da Europa, informou que

o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, está "inequivocamente impressionado" com Lula e que Horst Koehler, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), elogia o "caminho corajoso" escolhido por ele."²³

Um dos obstáculos que a PEC enfrentará a partir desse momento é ter a sua constitucionalidade declarada pela CCJ, especialmente, por causa da contribuição dos servidores aposentados e pensionistas. Vale lembrar que Fernando Henrique Cardoso também tentou fazer com que os funcionários já aposentados contribuíssem, mas foi derrotado na CCJ e teve que retirar o termo "inativos". Ressalta-se, ainda, que o PT votou, unanimemente, pela inconstitucionalidade da proposta e agora, sendo governo e não mais oposição, tenta instituir a mesma coisa.

Um outro fato relevante para se recordar é que o STF declarou a contribuição dos inativos inconstitucional em 1999, a saber:

É pacífica a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal (STF) no sentido de que é inconstitucional a lei, editada sob a égide da Emenda Constitucional nº 20/98, que prevê a incidência de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos inativos e respectivos pensionistas.²⁴

Segundo o ministro Marco Aurélio de Mello, a contribuição tem que estar atrelada a um evento futuro, pois "só se estiverem contribuindo para uma aposentadoria espiritual, no além"²⁵ Dessa maneira, a taxação de inativos foi considerada inconstitucional pelo STF em 1999, mas, ainda assim, permaneceu no texto de Lula.

²³RODRIGUES, Cassia Maria. 'Financial Times': Lula impressionou investidores. Brasília, **O Globo**, 09 abr. 2003. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020030409>. Acesso em: 20 abr. 2022.

²⁴ CONFIRMADA inconstitucionalidade de contribuição previdenciária de inativos durante EC 20/98. **Jusbrasil**. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/2375669/confirmada-inconstitucionalidade-de-contribuicao-previdenciaria-de-inativos-durante-ec-20-98>. Acesso em: 15 jun. 2022

²⁵ SILVEIRA, Wilson. STF derruba cobrança de contribuição de inativos. Brasília, **Folha de São Paulo**, 01 out. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0110199902.htm>. Acesso em: 21 jun. 2022

Tentar instituir a contribuição dos aposentados e pensionistas demonstra a contradição do PT, pois vários petistas votaram contra quando a proposta havia sido enviada pelo então presidente FHC. Os deputados Marcelo Déda (PT-SE) e Hélio Bicudo (PT-SP) apresentaram voto em separado na CCJ da Câmara, em 1995, se posicionando à favor da inconstitucionalidade da PEC 33/95. O ministro da Casa-Civil, José Dirceu, argumentou, em 1999, que essa taxação feria o direito adquirido dos aposentados, o princípio da independência dos Poderes e autonomia dos entes federativos, pois está autorizando estados e municípios a instituir contribuição previdenciária.

O deputado Walter Pinheiro (PT-BA) chegou a declarar que "estamos diante de algo que todos nós nos posicionamos contrariamente no passado. Não é uma batalha dos contra e dos a favor. É uma batalha que expõe as contradições das nossas vidas políticas."²⁶ O parlamentar Ivan Valente (PT-SP) informou que "temos insistido em nome da coerência. Não podemos voltar atrás [...] documentos mostram o que nós materializamos no voto [...] não podemos ir contra a nossa história política."²⁷

Através dos documentos expostos, pode-se perceber que o PT atuava como oposição a FHC, considerando a contribuição dos aposentados e pensionistas inconstitucional, ferindo direitos adquiridos. No entanto, ao se tornar governo, essa contribuição passou a se tornar fundamental e constitucional. O partido passou a defender, exatamente o que combatia e conseguiu aprovar a EC 41/2003 onde passou a haver a contribuição dos inativos e os indivíduos que ingressarem no serviço público posteriormente à promulgação da EC 41/2003 terão aposentadoria limitada a R\$ 2.400,00 e poderá complementar no fundo de pensão de natureza pública e contribuição definida que será criada pelo chefe do Executivo, através de lei.

Referências

BERMÚDEZ, Ismael. Privatização da Previdência precipitou o colapso da Argentina. In: **Revista ADUSP - Associação dos Docentes da USP**, São Paulo, junho de 2003, nº 30, p. 9. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/30/r30a01.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

CARTA DE INTENÇÃO AO FMI: FILHO, Antonio Palocci; MEIRELLES, Henrique de Campos. *Brazil - Letter of Intent*. In: IMF. 28fev. 2003. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/loi/2003/bra/01/index.htm>Acesso em: 16 jul. 2022.

²⁶ABDALA, Isabela. E agora, José? Brasília, **O Globo**, 09 maio 2003. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020030509>. Acesso em: 5 maio 2022.

²⁷ Idem

CARTA DE INTENÇÃO AO FMI: MALAN, Pedro Sampaio; NETO, Armínio Fraga. Brazil - Letter of Intent. *In*: IMF. 02 dez. 2002. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/loi/2002/bra/05/index.htm>. Acesso em: 16 jul. 2022.

CHRISPINIANO, José; NEVES, Lídia. A Emenda Lula ou a reforma com sinais trocados. In: **Revista ADUSP - Associação dos Docentes da USP**, São Paulo, junho de 2003, n° 30. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/30/r30a05.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

DIÁRIO da Câmara dos Deputados. Diversos números. Disponível em: <http://imagem.camara.leg.br/diarios.asp>

FOLHA DE S. PAULO: SILVEIRA, Wilson. STF derruba cobrança de contribuição de inativos. Brasília, **Folha de São Paulo**, 01 out. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0110199902.htm>. Acesso em: 21 jun. 2022

GRANEMANN, SARA. **Para uma interpretação Marxista da previdência privada**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p. 103. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-50267/para-uma-interpretacao-marxista-da-previdencia-privada>. Acesso em: 21 jun. 2022.

JUSBRASIL: CONFIRMADA inconstitucionalidade de contribuição previdenciária de inativos durante EC 20/98. **Jusbrasil**. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/2375669/confirmada-inconstitucionalidade-de-contribuicao-previdenciaria-de-inativos-durante-ec-20-98>. Acesso em: 15 jun. 2022

O GLOBO. Diversos números. 1995 e 2003. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>

STF: BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2016**. Brasília, DF, 22 marc. 2004. Distrito federal. Disponível em <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14801675/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-2016-df-stf>. Acesso em 15 jun. 2022.

WORLD BANK. Averting the old age crisis: Policies to protect the old and promote growth. Londres, Oxford University, 1994, p.147. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/973571468174557899/averting-the-old-age-crisis-policies-to-protect-the-old-and-promote-growth>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Repensando o espaço jurídico em Campos dos Goytacazes: uma análise inicial sobre a administração da justiça no final do século XVIII

Hiago Rangel Fernandes¹
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Introdução

O nosso trabalho tem como objetivo apresentar uma parte das primeiras impressões de uma pesquisa em andamento no âmbito do mestrado, a partir das discussões bibliográficas feitas e mapeamentos iniciais do arcabouço documental sobre a construção do aparelho jurídico em Campos dos Goytacazes no final do século XVIII e início do século XIX. A pesquisa propõe analisar os discursos, as justificativas e as concepções oriundas de diferentes agentes da elite local e régios da América portuguesa em torno da administração da justiça no distrito de Goitacá.

Partindo da compreensão de que a demarcação de territórios de poder – como a da justiça num dado espaço – é fruto de ocupação e demandas cotidianas, mas também de representações e percepções acerca do seu estabelecimento e regimento, o objetivo do trabalho é observar as comunicações políticas feitas por vereadores, lavradores, militares, vice-reis, magistrados e a Coroa portuguesa a fim de percebermos as noções acerca da justiça e governo dos povos, bem como os conflitos que motivaram as sugestões de alterações na administração político-jurídica nesta região.

O estudo de tais comunicações envolve uma interespecialidade não só no âmbito da posição espacial dos sujeitos (Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro e Lisboa), mas também da instância de poder e lugar social (engenho, câmara municipal, Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, Vice-reinado, Conselho Ultramarino). Um caminho para a percepção de aspectos do cotidiano e a estruturação do aparelho jurídico, mas também a possibilidade de interpretação acerca das concepções político-jurídicas de agentes em diferentes escalas, tendo em vista ser um período de mudanças nos paradigmas teóricos e administrativos na monarquia portuguesa no ministério pombalino e reinado de D. Maria.

¹ Mestrando em História Social no Programa de Pós Graduação em História Social da UERJ (PPGHS), ingressante em 2022.1. Orientadora: Cláudia Cristina Azeredo Atallah; Título do projeto: Conflitos e noções de Justiça: comunicação política, território e aparelho jurídico nos Campos dos Goytacazes (1785-1804).

Neste primeiro momento da pesquisa buscou-se fazer um levantamento bibliográfico juntamente com um mapeamento de discursos de parte dos agentes que levantaram a necessidade de mudanças no aparelho jurídico, entre eles os do vice-rei em exercício na década de 1790 e de dois militares que passaram pela região, além de oficiais dos camarários. Entre as sugestões e solicitações estavam o envio de um magistrado de vara branca (juiz de fora), a mudança de atuação territorial do ouvidor da comarca, além da criação de novos ofícios da justiça e até da formação de uma nova capitania.

Numa análise inicial, já podemos visualizar que os discursos expressavam tais preocupações com a administração da justiça e a estabilidade do distrito de Campos dos Goytacazes. A pesquisa em construção busca perceber a natureza das solicitações e sugestões de reformas jurídico-administrativas, observando a coexistência ou não de diferentes concepções político-jurídicas e interesses dos agentes envolvidos.

Historiografia da América portuguesa e as mudanças teórico-administrativas na Coroa portuguesa a partir da segunda metade do século XVIII: balanços e novas possibilidades de análise

Uma das perguntas que norteia a pesquisa e o seu desenvolvimento é sobre qual seria o real impacto das mudanças teórico-administrativas na Coroa, a partir da segunda metade do século XVIII, na demarcação de territórios de poder e mudanças no aparelho jurídico em regiões da América portuguesa. O projeto do trabalho que se iniciou há poucos meses busca colocar essa questão mediante a observação de um recorte específico, um estudo de caso envolvendo o distrito de Campos dos Goytacazes que passava por aceleradas dinâmicas econômicas e sociais nas últimas décadas dos Setecentos.

Nessa primeira etapa de levantamento bibliográfico, busca e mapeamento do corpo documental disponível a questão pareceu pertinente, tendo em vista a observação de importantes mudanças na Coroa com as reformas e inovações no âmbito administrativo e teórico, incluindo as novas visões sobre a prática jurídica de autores pombalinos. Uma visão desses reformadores que buscava a superação da ação da justiça e dos seus representantes considerada “casuística”, enxergada como arbitrária pelos filósofos racionalistas do século XVIII (WEHLING, 2017). Em suma, a formação de uma nova cultura jurídica que visava à superação ou a utilização da *ius commune* à luz da Boa Razão, e o apontamento do Direito Pátrio como a principal fonte das leis e julgamentos.

É importante ressaltar, no entanto, que não se perde de vista em nossas leituras a historiografia recente no Brasil e em Portugal que vem relativizando uma dicotomia

entre a colônia e a metrópole, de imposição administrativa e divisões territoriais por uma via de mão única pela última. Ancoramo-nos nas discussões tanto dos trabalhos que enfatizam o aspecto da negociação e construção conjunta de agentes do poder local e central da “sociedade colonial”, como das recentes investigações acerca da atuação dos oficiais da justiça na América portuguesa (FRAGOSO 2001, BICALHO 2001, GOUVÊA 2001, FURTADO 2006, CAMARINHAS 2015, CUNHA&NUNES 2016; FURTADO; ATALLAH; SILVEIRA 2017).

Desde o século XIX, muitos foram os trabalhos historiográficos que buscaram relatar e analisar sobre o que conhecemos por colonização portuguesa na América. A historiografia da América portuguesa foi marcada por diferentes perspectivas, abordagens, conceitos e metodologias, mediante a descoberta de novas fontes, do contato e estabelecimento de diálogos com trabalhos contemporâneos e do levantamento de perguntas e interação do historiador (a) com o seu tempo.

Levanta-se como exemplo a perspectiva marxista da história colonial com os seus conceitos de luta de classe, modo de produção, acumulação primitiva de capital, entre outros. Fazendo-se presente desde os anos de 1930, a historiografia marxista é representada por autores caros à intelectualidade brasileira e ao ensino de História no país, como Caio Prado Júnior (1972) e Fernando Novais (1979) nos anos 1960 e 1970. Autores célebres da chamada escola paulista pela atuação na Universidade de São Paulo (USP).

O que caracterizou a perspectiva marxista foi a valorização de uma história econômica e comercial centrada na observação das dinâmicas de exportação de matérias primas e acumulação de capital pela metrópole. Um “sentido da colonização”, nas palavras de Prado Júnior, que denunciava o caráter exploratório dos colonizadores na América portuguesa, configurando-se naquilo que Novais chamou de Antigo Sistema Colonial. Nos anos 1970, porém, é possível observar no interior do próprio marxismo o desenvolvimento de revisões que buscavam chamar a atenção para a especificidade da dinâmica e da estrutura política, social e econômica da colônia portuguesa na América, a partir de trabalhos como o de Jacob Gorender (1995) e Ciro Flamarion Cardoso (1990), com as análises sobre o escravismo colonial.

Estes trabalhos que chamaram a atenção para os processos internos no território brasileiro somaram-se a revisões historiográficas e o surgimento de novas abordagens na Europa em torno da monarquia e formação do Estado moderno. Questionou-se o conceito de absolutismo, pensando as relações políticas e sociais envolvendo poderes locais e

poderes centrais, e como essas lógicas de redes de governabilidades e negociações também se estendiam para os territórios ultramarinos. Autores como John Elliot (2002), Jack P. Greene (2010) e Russel-Wood (2014), e portugueses como António Manuel Hespanha (1994) e Charles Boxer (2002) sobre o Estado português e expansão marítima, respectivamente influenciaram historiadores brasileiros a questionarem a lógica de mão única envolvendo colônia e metrópole.

Reunidos na coletânea organizada por João Fragoso (2001), Maria de Fátima Gouvêa (2001) e Maria Fernanda Bicalho (2001), intitulada *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, tais historiadores brasileiros do início do século XXI dá comumente chamada “escola carioca” apresentaram novas perspectivas e abordagens para o estudo do período colonial, levantando questionamentos à historiografia tradicional, principalmente à escola marxista de São Paulo. A partir dos estudos europeus dos anos 80 e 90 esses autores problematizam as idéias de centralização e absolutismo, em relação às conquistas ultramarinas, passando a valorizar a criação de redes envolvendo agentes régios, poderes locais, mercados, entre outros.

Uma primeira novidade que podemos levantar sobre a historiografia do Antigo Regime nos Trópicos, em diálogo com os trabalhos anteriores, é o deslocamento da ótica dialética e dicotômica entre colônia e metrópole. Defenderam a visão de que o território americano também era palco de dinâmicas políticas e sociais ocorridas no reino português e outras partes do Império, isto é, adotando-se uma perspectiva imperial, como o próprio subtítulo da obra indica, “a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)”, e como o conceito de “monarquia pluricontinental” denúncia.

A partir dessa mudança de perspectiva têm-se novas implicações metodológicas, uma vez que foi aberta a possibilidade do levantamento de fontes que tratassem das circulações de pessoas e mercadorias entre as próprias localidades da conquista americana, e que envolvessem outras partes do Império, como África e Ásia. Apontaram como ponto fundamental a necessidade e a prática de observação das dinâmicas políticas e econômicas internas, que passaram a não serem mais enxergadas como acessórias ao grande “sentido da colonização”, segundo o paradigma pradiano voltado para as relações envolvendo o mercado externo.

Valorizando as lógicas de poder do chamado antigo regime, esses trabalhos importaram a sua referência a uma configuração social e política metropolitana para pensar a conquista americana nos trópicos, fazendo uso de conceitos trabalhados por António Manuel Hespanha (1993), como rede clientelares e economia moral dos dons de Marcel Mauss, ressaltando o universo mental, as representações da sociedade e do poder e a cultura política tardo-medieval.

Nas reflexões sobre a natureza das fontes selecionadas durante a elaboração do projeto de pesquisa, e somadas a outras que foram colhidas nesta primeira fase da sua execução, passamos a enxergá-las como comunicações políticas. Uma perspectiva sobre os documentos que é inspirada nos trabalhos historiográficos recentes sobre as relações entre as monarquias modernas europeias e suas conquistas no Ultramar, principais veículos para a manutenção do pacto político e negociações envolvendo partes do império. Em formato de cartas, representações, ordens régias, pedidos de mercês, ofícios das câmaras municipais, tal sistema comunicativo possuía uma gramática própria, reveladora das redes e noções de governo e território por parte de indivíduos e grupos em seus estamentos e instituições (HESPANHA, 2017).

A partir dessas leituras iniciais e relacionando-as a nossa temática da administração da justiça é possível constatar como tais comunicações políticas oriundas de diferentes agentes do império português foram essenciais para a formação de territórios, demarcação de fronteiras e a sua consolidação administrativa. Segundo Mafalda da Cunha (2016) e António Nunes (2016), as divisões políticas e jurídicas sobre o espaço tiveram contribuições dos próprios colonos americanos na sua definição e criação de aparelhos de poder mediante a apresentação das suas demandas, conflitos de interesses e representações sociais.

Esse mecanismo de troca de informações entre agentes das conquistas e do Reino permaneceu no final do século XVIII e início do século XIX, onde se insere o nosso recorte espaço-temporal. É importante constatar, porém, que apesar das considerações da historiografia que destacam o aspecto da negociação e construção da administração nos territórios ultramarinos entre agentes do poder local e central ainda há muito que se discutir sobre a relação envolvendo os órgãos e novas orientações da Coroa no período pombalino e mariano, principalmente sobre a leitura de agentes da conquista americana na definição de territórios e prática jurídica.

O ministério pombalino e também o reinado mariano foram marcados por importantes mudanças paradigmáticas no âmbito teórico e administrativo. Ancorado na discussão de Michel Foucault acerca da teoria do biopoder, Subtil (2015) caracteriza a configuração da monarquia portuguesa após os eventos do terremoto de 1755 como um Estado de polícia, às vésperas das reformas liberais.

Período marcado por uma agenda de centralização do poder e conflitos com antigas estruturas sinodais, em que os reformistas visam não apenas uma racionalização e reorientação da prática jurídica e fontes do direito, mas a criação de novos mecanismos institucionais através da adoção de técnicas disciplinares e científicas. Um norte teórico-administrativo de caráter médico-policia e cameralista que, segundo Subtil (2013), tinha como objetivo o aumento das populações, sua preservação e controle não só do reino, mas também dos domínios ultramarinos ao serem enxergadas como riquezas da nação.

Diante desse arcabouço teórico-metodológico é que passamos a desenvolver durante a pesquisa uma hipótese em conjunto com a questão levantada. Isto é, sobre os impactos dessas mudanças na Coroa com a atuação das secretarias de Estado, intencências e tribunais régios, mas considerando a pluralidade de poderes e jurisdições que caracterizavam o espaço jurídico da América portuguesa. Pensamos, por ora, na possibilidade da coexistência de diferentes perspectivas, como as tradicionais e médico-policiais, propósitos e interesses nas comunicações políticas de agentes em escalas interespaiais e interinstitucionais diferentes. Solicitações e sugestões essas que levaram à criação do juizado de fora, divisão de ofícios da justiça e mudanças na atuação territorial dos seus oficiais nos primeiros anos do século XIX em Campos dos Goytacazes.

A reorganização de um espaço jurídico diante do “génio dessas gentes”

Nos últimos anos, cada vez mais, a historiografia da América portuguesa tem se debruçado sobre o caráter da sua administração. Uma parte crescente, inspirada nas discussões de António Manuel Hespanha (1993) sobre a monarquia corporativa e o paradigma jurisdicionalista, vem desenvolvendo conclusões de que administrar se confundia com o ato de julgar no interior desse modelo político de Antigo Regime (ATALLAH, 2016).

Para pensar o processo de formação da administração da justiça nas conquistas, e especificamente em nosso caso do território americano, consideramos apropriado o conceito de espaço jurídico de Nuno Camarinhas (2015), que se refere a gradual

montagem de um sistema jurídico marcado pela coexistência de diferentes jurisdições no seu interior. Um mosaico jurídico, portanto, caracterizado pela atuação das justiças ordinárias, senhoriais, religiosas e régias inspirado no modelo do Reino, mas claramente adaptado e estruturado conforme as composições, demandas e importância territorial e estratégica ao longo do processo na América portuguesa.

Como Mafalda Cunha (2016) e António Nunes (2016) afirmam, pensar a estruturação da rede judiciária na América portuguesa é se deparar com dinâmicas de “territorialização” do poder, que desdobraram na construção tardia de rede de comarcas conforme demandas e combinações de natureza interna e externa. Entre elas, a maneira como as capitânias hereditárias foram estabelecidas com um caráter senhorial, bem como os seus desdobramentos e rumos da administração, além da negociação entre agentes locais e poderes centrais.

Nessa configuração os juízes ordinários tiveram relevância no cotidiano local da prática jurídico-administrativa. Sendo a sua maioria não letrada e oriunda dos principais da terra, esses magistrados ocuparam postos nas câmaras municipais mediante as eleições anuais envolvendo as populações locais. Ao mesmo tempo, como tentativa de se fazer presente, principalmente diante de diversas reclamações de corrupção e arbitrariedades dos juízes ordinários, a Coroa enviava os seus representantes formados em Coimbra e chancelados pelo Desembargo do Paço (CAMARINHAS 2015).

Assim como os ouvidores gerais das comarcas, os juízes de fora atuavam como letrados formados na Universidade de Coimbra, constituindo o aparelho judicial ultramarino juntamente com os intendentos e juízes conservadores. À medida que os territórios se desenvolviam economicamente e passavam a ser objetos de atenção da Coroa em matéria política, social e fiscal as magistraturas letradas, incluindo, portanto, os juízes de fora,² gradualmente substituíram os poderes senhoriais, atuando nas câmaras municipais e através das correições nas comarcas de sua jurisdição.³

A criação de comarcas e as modificações de jurisdições dos agentes da justiça não foram frutos de imposição da Coroa, mas de solicitações, sugestões e negociações

² Segundo Ivan Vellasco (2003, p. 3), a nomeação de juízes de fora teria sido uma forma da Coroa intervir na administração da justiça nas localidades, exercida pelos juízes ordinários eleitos nas vilas e cidades, muitos deles não letrados e geralmente acusados de julgarem conforme seus interesses locais.

³ Previstas nas Ordenações Filipinas, as correições eram as práticas de ouvidoria das queixas dos povos e aplicação da justiça pelos magistrados letrados nas passagens dos territórios das suas jurisdições (ATALLAH, 2017).

entre poderes locais e centrais na conquista e no Reino. É o que podemos perceber com as comunicações políticas de camarários, ouvidores e governadores sobre as grandes distâncias para uma aplicação da justiça “eficiente” ou a má administração por parte dos oficiais principalmente com a intensificação econômica e social dessas regiões (CUNHA; NUNES, 2016, p. 21).

Por ora, podemos observar essa dinâmica e até justificativas semelhantes quanto à construção do aparelho jurídico para o distrito de Campos dos Goytacazes no final do século XVIII. Compreendendo um amplo território com fronteiras nem sempre definidas e situado entre a sede do vice-reinado e Vitória, o distrito goitacá pertencia ao Rio de Janeiro no âmbito administrativo e militar, enquanto que era termo da comarca do Espírito Santo. Foi palco de destacado crescimento de lavouras de cana-de-açúcar e um consequente aumento populacional nos campos e nas vilas de São Salvador e São João da Praia, totalizando quarenta e cinco mil habitantes, entre livres e escravizados, segundo alguns mapeamentos da época (AMADO, 1790).

A valorização econômica e política oriunda do crescimento das atividades agropecuárias teve como consequência as imigrações e a intensificação da mão de obra escravizada, que foram objetos de preocupação na elite local e agentes régios diante da necessidade do controle social e intervenção urbana, entre elas na área da saúde pública. No entanto, nos perguntamos como as novas orientações teórico-administrativas nas instituições da Coroa a partir do ministério pombalino se refletem na atuação de determinados agentes como militares e oficiais da justiça, na percepção das demandas, além do discurso e interesses dos poderes locais nas negociações envolvendo as sugestões e solicitações de reformas territoriais com a criação de novos ofícios da justiça nesta região.

Algumas das técnicas administrativas utilizadas para o conhecimento da população, sua preservação, controle administrativo, tributação e recrutamento militar foram as práticas de descrições geográficas dos territórios e os recenseamentos. Segundo Dauril Alden (1963), apesar das elaborações de mapas das populações terem sido anteriores ao século XVIII, somente a partir do seu último quartel que é possível visualizar uma providência sistemática de censos e mapas por parte das coroas portuguesa, espanhola e inglesa sobre os territórios ultramarinos.

Enxergamos que esse processo também ocorreu com relação ao distrito de Campos dos Goytacazes a partir de algumas das comunicações e mapas produzidos no período. Num olhar inicial sobre os envios de correspondências a órgãos da Coroa já é possível perceber que o distrito foi palco de conflitos envolvendo os grupos que compunham a elite local, bem como de interesses no controle da ordem política e social por parte de agentes do poder central. Um bom número de representações e cartas foi dirigido ao Conselho Ultramarino a partir de 1785, contendo solicitações de criação do juizado de fora, aumento de ofícios da justiça e demarcação das fronteiras territoriais de jurisdição, diante dos embates e o destaque de Campos dos Goytacazes no desenvolvimento econômico e crescimento populacional no final do século XVIII.

Considerações finais

Nesta primeira etapa de levantamento bibliográfico e de fontes foi possível até aqui a problematização inicial acerca das solicitações e sugestões de reformas no aparelho jurídico de Campos dos Goytacazes entre as décadas de 1780 e anos iniciais do século XIX. Concluímos se tratarem de comunicações políticas que em comum contornavam uma região não só pela afirmação de um território político-jurídico (o distrito), mas dos potenciais econômicos, diversidade geográfica, mas também as problemáticas envolvendo o controle e resolução de conflitos mediante a uma população crescente nas últimas décadas dos Setecentos.

Continuaremos com as análises e problematizações sobre as concepções jurídicas e políticas dos diferentes agentes envolvidos nas comunicações sobre o aparelho jurídico de Campos dos Goytacazes, a partir de outras documentações sob leitura e comparações. Seguiremos na contextualização dos atos de fala, não apenas do ponto de vista social e político, mas do linguístico e das representações sociais. Pretende-se também um delineamento melhor dos percursos e posições sociais dos enunciantes, bem como um aprofundamento quanto a natureza dos conflitos e os seus desdobramentos que levaram a criação do juizado de fora, divisão de ofícios e mudanças nas competências de agentes da justiça nos primeiros anos do século XIX no distrito.

A percepção da coexistência ou não de diferentes projeções sobre o aparelho de poder e o território contribui para o mapeamento de concepções, interesses e disputas em torno da estruturação do aparelho jurídico e a criação de fronteiras jurídicas. Passo caro ao trabalho na busca pela estruturação de um território de poder e práticas administrativas

e simbólicas a partir das representações, lógicas e linguagens dos agentes desse contexto espaço-temporal.

Referências

ATALLAH, Claudia Cristina Azeredo. A administração da justiça nas terras dos Asseca: uma análise da carta de doação da Paraíba do Sul dos Campos dos Goytacazes (1674-1727). In: Bicalho, Maria F.; Assis, Virgínia Maria A. de; Mello, Isabele de M. Pereira. Justiça no Brasil colonial, agentes e práticas. São Paulo: Alameda, 2017.

_____. Da justiça em nome d'El Rey: justiça, ouvidores e inconfidência no centro-sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

_____. Entre a cruz e a caldeirinha: um ouvidor a serviço da monarquia nas terras dos Asseca. In: Tempo, Niterói, v.24. n.1, p.161-179, 2018.

BERG, Maxine. Global history: approaches and new directions. In: BERG, Maxine (ed.). Writing the history of the global; challenges for the 21st century. Oxford: Oxford University Press for the British Academy, 2013. p. 01-18.

BIGNOTTO, Newton. (org.) Matrizes do republicanismo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

CAMARINHAS, Nuno. A administração da Justiça em espaços coloniais. A experiência imperial portuguesa e os seus juízes, na época moderna. In: Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas, Viena, dez/2015, pp. 109-124.

_____. O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800). In: Almanack brasileiro, n. 9, mai/2009, pp. 84-102.

_____. Lugares ultramarinos. A construção do aparelho judicial no ultramar português da época moderna. In: Análise Social, Lisboa, v. 53, n. 226, 2018, pp. 136-160.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A crise do colonialismo luso na América Portuguesa (1750/1822). In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CARVALHO, Flávio Rey de. Um Iluminismo Português? A Reforma da Universidade de Coimbra de 1772, Universidade de Brasília, 2007.

CUNHA, Mafalda Soares da; NUNES, António Castro. Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII. In: Tempo, Niterói, n.39, v. 22, jan/abr, 2016, pp. 1-30.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. SP: Ática, 1990. Capítulos 1 e 2 e NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). SP: Hucitec, 1995.

GOUVÊA, Maria de Fátima S. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português (c. 1680 – c. 1730). In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. S. (orgs). Na Trama das Redes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 155-202.

GREENE, Jack P. Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos impérios europeus da Época Moderna. In: Na trama das redes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 95-114.

HESPAÑA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. “A representação da sociedade e do poder”. In: MATTOSO, José (org.) História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993c, pp. 121-3.

_____. Às Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. In: *Fronteiras*, Dourados, v. 10, n. 17, jan/jun, 2008, pp.55-67.

LADURIE, E. L. R. O Estado Monárquico: França, 1460-1610. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. SP: Brasiliense, 1972.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional. Dimensões teórico-conceituais. História - debates e tendências. In: *Passo Fundo*, v.1, n.1 1999, pp. 15-22.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Histórias do Atlântico português. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Visões da política. Sobre os métodos históricos. Algés: Difel, 2005.

SUBTIL, José. ATALLAH, Claudia C. Azeredo, Da Justiça em nome d'El Rey, Justiça, Ouvidores e Inconfidência no Centro-sul da América Portuguesa, Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

_____. Estado de polícia, Revolução e Estado Liberal (1760-1865): “Em homenagem a António Manuel Hespanha”. In: *cadernos do arquivo municipal*, Lisboa, n. 14, jul/dez, 2020, pp. 15-40.

_____. O Desembargo do Paço (1750-1833). Lisboa: EDIUAL, 2011.

_____. O direito de polícia nas vésperas do Estado Liberal em Portugal. In FONSECA, R. M., *As formas do direito, ordem razão e decisão*. Curitiba: Juruá, 2013, pp. 275-332.

_____. O Terramoto Político (1755-1759) – Memória e Poder. Lisboa: EDIUAL, 2007.

VALIM, Patrícia. Corporação dos Enteados: tensão, contestação e negociação política na Conjuração Baiana de 1798. Salvador: EDUFBA, 2018.

WEHLING, Arno. A prática da Justiça no Brasil Setecentista, casuísmo e sistema. In: FURTADO, Júnia Ferreira; ATALLAH, Claudia C. Azeredo; SILVEIRA, Patrícia Ferreira dos Santos (orgs). *Justiça, governo e bem comum: na administração dos Impérios Ibéricos de Antigo Regime (séculos XV-XVIII)*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

Inquisição e pacto com o diabo na Lisboa de 1735

Isabella Gioia de Barros¹
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa, cujo título é: “O pacto com o demônio na Lisboa do séc. XVIII: uma análise da figura do diabo através do processo de Maria de Jesus (1735)”, em andamento. Assim começamos indicando que, este trabalho se propõe a fazer uma análise da figura simbólica do demônio cristão, através da ótica de uma africana alforriada em Lisboa, no ano de 1735, tendo como ponto de partida o estudo do processo inquisitorial de Maria de Jesus, no qual a mesma confessa ter realizado o pacto com o diabo.

Na maior parte dos processos inquisitoriais do Império português relacionados à feitiçaria, consta a acusação de pacto demoníaco. Este é o caso do processo de Maria de Jesus, que por recomendação de um capelão a quem esta revela seu suposto pacto, acaba procurando o Santo Ofício para confessar o delito.

Sobre a documentação, a principal fonte utilizada neste estudo, foi o processo inquisitorial de nº 2279, da preta forra Maria de Jesus. Este se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. Este processo está digitalizado, assim como a maioria dos processos da Inquisição de Lisboa². Algumas fontes deste mesmo acervo também foram utilizadas para finalidade de comparação e esclarecimento de algumas questões referentes a este estudo. Dentre elas está o processo de nº 6286 de Catarina Maria, negra e escrava e o processo de nº 437, de Florinda Maria de São José, também escrava, ambas naturais de Angola. Assim como a documentação de Maria de Jesus, os processos citados anteriormente também se encontram digitalizados e disponibilizados na página do ANTT.

O processo de Maria de Jesus

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, aprovada com o projeto, cujo título é O pacto com o demônio na Lisboa do séc. XVIII: uma análise da figura do diabo através do processo de Maria de Jesus (1735) sob a orientação da Dr^a Daniela Calainho.

² O acesso pode ser feito através da página: <https://antt.dglab.gov.pt/>

Maria de Jesus tinha 25 anos na data de sua confissão ao Santo Ofício. A mesma foi vendida em Luanda ainda criança e transportada para Portugal, onde trabalhou para sua senhora na condição de escravizada, até a data de sua morte. Já criança, Maria afirma ter sido batizada e iniciada na fé católica, e assídua frequentadora das missas.

Durante sua confissão, Maria descreve então seu primeiro contato com a ideia de pacto com o diabo. Diz a mesma que uma conhecida de sua senhora, mulher chamada Maria Bernarda, havia lhe recomendado que vendesse sua alma aos 12 anos em troca de benesses, e que a mesma o havia feito e obtido vantagens com o suposto pacto (Arquivo Nacional Torre do Tombo, Processo Nº 2279.) Este contato se dá logo após seu segundo sacramento: a crisma, o que explicita que pouco após a vinda de Maria de Jesus a Lisboa, a mesma começa a ter um contato mais intenso com os principais santos e entidades da mitologia judaico-cristã: Deus e o diabo, tanto através da sua crisma, quanto da possibilidade do pacto através de Maria Bernarda.

Pouco tempo após a conversa com Maria Bernarda, Maria de Jesus, segundo a sua confissão ao tribunal, resolve começar a se relacionar com a entidade demoníaca. A mesma evoca o demônio, que lhe aparece em forma de camelo, e que em outros momentos também aparece em forma de cavalo. Em dado momento, lhe é oferecido pelo demônio que, através de rituais mágicos, a mesma pudesse se ver livre de sua senhora, e com isso acabar com a sua condição de escravizada. Passado um mês deste primeiro contato, Maria e o demônio resolvem firmar um pacto de sangue, no qual Maria fura seu dedo com um pequeno alfinete.

De acordo com Didier Lahun:

Na maioria dos casos, o acusado entrava no molde que lhe era imposto, quer por medo, tivesse sido ou não torturado, quer por compreender que era do seu interesse. Aqui, como em outros lugares da Europa, sob a tortura ou para satisfazer os inquisidores, os acusados confessaram fatos e eventos materialmente impossíveis, prestando-se mais ou menos conscientemente aos quadros teológicos da demonologia (LAHON, 2004, p.256).

Apesar de muitos destes réus confessarem a realização de um pacto demoníaco sob tortura à inquisição, este não parece ser o caso de Maria de Jesus. É sabido que estes tratados de demonologia acabaram caindo no imaginário popular, os quais podem ter sido assimilados por Maria de Jesus, após sua chegada em Lisboa, onde houve um maior contato com o cristianismo.

Após a realização do pacto de sangue, Maria então começa a cultuar a figura do demônio no mesmo oratório que esta cultuava a figura de Jesus Cristo. E o mesmo

demônio, durante suas orações no altar, segundo suas confissões, a dizia para jejuar e também para lhe ter por Deus (Arquivo Nacional Torre do Tombo, Processo N° 2279).

Em outro momento de sua confissão, Maria diz que recebe alguns elementos mágicos da entidade, que descreve como sendo uma tigelinha branca, um vidro de óleo e um unguento branco. Maria foi instruída para que usasse este óleo em todo o seio e corpo, e segundo esta, quanto mais ela os usava, os itens iam sendo repostos de maneira mágica.

De acordo com as instruções do demônio, a mesma deveria utilizar estes elementos ritualísticos ao se deitar, por volta das 22h. Após o uso destes, Maria confessa que na companhia desta entidade, ela conseguia sair de casa mesmo com as portas fechadas, descrevendo uma espécie de projeção astral. Em outro momento, ela confessa que:

Disse mais que depois de juntada por toda a parte dianteira do seu corpo como tem dito, e beber a gota do óleo sem levar o novelo que o Diabo lhe tinha dado passava o mar, riacho e sítio e campo que o demônio dizia era a Mouta e também a uma Quinta ali perto que tinha hortas e ali estavam esperando cinco ou seis Demônios em figura de homens e outras tantas mulheres, e todos se punham a bailar com castanholas e abraçavam e beijavam as mulheres [...] (Arquivo Nacional Torre do Tombo, Processo N° 2279)

É interessante observar que o ritual que Maria de Jesus descreve, se assemelha a um Sabá, ritual coletivo praticado por feiticeiras na Europa e que chegou até a América portuguesa através do tráfico transatlântico. No desfecho de seu processo, Maria confessa supostamente ter adorado e feito pacto com o diabo durante o período de 12 anos, igual período no qual viveu na condição de escrava de sua senhora em Lisboa.

O recorte temporal deste trabalho é a primeira metade do séc. XVIII, especificamente o ano de 1735, tendo como foco a Idade Moderna, período no qual a Inquisição portuguesa foi bastante ativa, tanto na metrópole, quanto em outras partes do Império português (mesmo que em menor proporção). Aproximadamente 50 anos depois, após as reformas pombalinas e o advento do iluminismo, a Inquisição vai aos poucos saindo de atividade e perdendo poder, até ficar quase que completamente inativa já na primeira metade do século XIX. É importante notar também que a primeira metade do século XVIII é o recorte temporal no qual conseguimos observar uma quantidade maior de processos inquisitórios contra negros de origem africana acusados de feitiçaria, curandeirismo e pacto com o demônio, devido a este período ser o de maior circulação de pessoas escravizadas na rota do tráfico transatlântico no Império português.

A escolha do espaço geográfico da cidade de Lisboa é interessante para compreender como este tribunal incidia sobre os africanos no centro do Império português, e como se dava essa circulação de crenças mágicas dentro da metrópole. Alguns dos principais autores que dialogam com esse tema são: Didier Lahon, Laura de Mello, o português José Pedro Paiva e o antropólogo Luiz Mott.

O historiador português José Pedro Paiva é essencial para a compreensão dos mecanismos jurídicos de poder que a Inquisição portuguesa exerce na Europa Moderna e nas colônias do Império, fazendo um levantamento seguido de uma análise quantitativa e qualitativa de muitos processos inquisitoriais desde o século XV. Baseado no estudo dos tratados de demonologia da época, o historiador tenta desvendar as principais razões que levavam inquisidores a perseguir tantos réus e condenar tantos a penitências, degredo, tortura, e também à fogueira.

Já o antropólogo Luiz Mott é um dos primeiros estudiosos a levantar esses documentos escondidos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, e foi uma das vanguardas que permitiu abrir os caminhos para que historiadores pudessem ter acesso a processos de réus acusados de feitiçaria, curandeirismo e pacto com o diabo, aqui no Brasil. Luiz Mott também se ocupa de estudar alguns processos de pacto com o diabo, porém tendo como o foco o estudo da relação entre o diabo e a sexualidade dentro também de um contexto religioso.

Laura de Mello e Souza (em “O diabo e a terra de Santa Cruz”) é uma das primeiras historiadoras a estudar esse tema no Brasil. O livro debate principalmente sobre a utilização da Inquisição como um instrumento de poder e dominação dentro do sistema de colonização e também das estruturas da escravidão. Ressalta especialmente a visão negativa dos colonizadores sobre as manifestações religiosas populares das colônias, projetando a figura do diabo em qualquer forma de religiosidade dos colonos na América portuguesa, mesmo o catolicismo popular. Desta forma, Laura destaca o processo de demonização das religiões indígenas e africanas pela Inquisição portuguesa em terras brasileiras.

Dialogando com alguns dos autores já citados, especialmente com Laura de Mello e José Pedro Paiva, há um consenso historiográfico de que na grande maioria dos processos inquisitoriais referentes à acusações de pacto com o diabo, os réus muitas vezes confessavam o pacto após sessões de tortura ou o faziam apenas para se verem livres do cárcere. Dentro desse contexto, os réus falavam o que os Inquisidores esperavam ouvir, o que na maioria das vezes incluía a confissão de pacto com o demônio, mesmo que este

não houvesse ocorrido de fato. Muitas das confissões feitas pelos réus incluíam relatos que acordavam com os tratados de demonologia da época. Muitas das vezes o contato com o diabo apresentava um caráter lascivo, e a maior parte dos réus relata ter tido relações sexuais com esta entidade. Alguns relatam tê-lo visto em forma de animal, ou em forma humana, ora feio, ora bonito, às vezes em formato de mulher, às vezes homem.

Entretanto, a escolha de estudar o processo de Maria de Jesus, se dá exatamente pela peculiaridade deste. A começar pelo fato de que a mesma não confessa a realização do pacto sob tortura ou sob coerção da própria Inquisição. Maria de Jesus confessa por recomendação do Capelão do Hospital de São Francisco. Portanto, pode-se considerar a possibilidade da mesma ter ou acreditar ter tido de fato algum tipo de contato ou pacto com esta entidade da religiosidade judaico-cristã.

A escolha deste tema se dá pelo fato de que a maioria dos estudos sobre o pacto com o demônio acaba não dando tanto destaque às visões dos réus (africanos penitenciados pela inquisição) e a forma como estes ressignificam a figura do demônio através de suas próprias lentes. O foco deste estudo será, portanto, tentar compreender que tipo de representação o diabo figura no imaginário popular dos africanos no império português.

Este estudo se insere no campo da história da cultura, ou da nova história cultural, utilizando um recorte micro-históriográfico. Este propõe uma reflexão dentro do conceito de identidade e cultura, a partir da compreensão – com base nos estudos do antropólogo Stuart Hall e do filósofo Homi Bhabha - de que o deslocamento fomentado pelo tráfico transatlântico foi essencial para a formação de uma nova identidade e cultura afro diaspórica com características próprias. A partir do processo de hibridação cultural fomentado pelo deslocamento - e pela troca de conhecimentos dentro do império português - os africanos escravizados vão tentar construir ferramentas culturais que os auxiliem em sua vivência e sobrevivência dentro das relações de poder próprias do sistema escravista.

Alguns dos objetivos deste estudo seria compreender de que forma a figura do demônio cristão foi ressignificada por africanos escravizados no Império português, tendo como ponto de partida o estudo do processo inquisitorial de Maria de Jesus.

Outro objetivo seria caracterizar alguns dos movimentos de hibridação cultural entre africanos e portugueses que ocorreram no séc. XVIII através da diáspora, com foco na construção de uma afro religiosidade. Também pretendo analisar de que forma este fenômeno cultural impactou na vivência cotidiana dos africanos escravizados e em sua

resistência dentro do sistema escravista no Império português. O trabalho também objetiva debater historiograficamente questões referentes ao protagonismo dos indivíduos na construção histórica das sociedades

O principal referencial teórico utilizado foi o dos estudos culturais, ou também chamados teóricos pós-colonialistas. Como já citado anteriormente, um dos autores que dará a base teórica deste estudo será o sociólogo Stuart Hall. Dialogando com Stuart Hall, também será utilizado como base o indiano Homi Bhabha. Um dos conceitos que ambos autores trabalham e que será essencial para a orientação deste estudo será o conceito de Hibridismo cultural.

Ambos autores trabalham dentro de uma lógica não-binária de cultura e identidade, na qual o sujeito diante de uma situação de deslocamento territorial, (como foi o caso da diáspora africana) vê sua identidade fragmentada, tendo seus laços familiares e sua cultura desmembrados como consequência deste processo. Dando exemplo do caso da angolana estudada: Maria de Jesus saiu da África antes mesmo da puberdade e foi rebatizada com outro nome, a mesma relata ao tribunal que não sabia o nome de seu pai e de sua mãe, tendo perdido toda sua linhagem familiar durante este deslocamento.

É interessante perceber que o próprio nome desta é mudado com seu batismo no cristianismo já em Angola, ou seja uma outra identidade lhe é forjada a partir de seu batismo. Maria vai formando então, uma nova identidade que foi sendo reconfigurada a partir deste processo de deslocamento territorial. Ao sair de Angola, Maria passa também pela Bahia, onde possivelmente entrou em contato com a religiosidade afro-brasileira, e após sua passagem por lá, Maria é encaminhada a Lisboa, onde esta é introduzida ao cristianismo através do sacramento da crisma. Neste processo de mudança territorial ocorre esse hibridismo, fomentado por essa troca de culturas que ocorreu a partir de sua viagem. Maria então, passa a enxergar o mundo através dos códigos cristãos, ao mesmo tempo em que preserva a sua religiosidade e visão de mundo da cosmogonia africana.

É interessante destacar que essa capacidade de assimilação de novas culturas e religiosidade, já faz parte da cosmovisão de origem bantu, povos originários da região do Congo e da Angola, que em sua maioria foram traficados como escravos para as colônias do Império português, etnia da qual Maria faz parte. A filosofia destes povos consegue enxergar o mundo de forma não binária (numa visão não cartesiana de mundo), contribuindo para que esta hibridação ocorra. Estas culturas são consideradas por antropólogos como xenofílicas, ou seja, faz parte da própria ontologia destes povos a

assimilação cultural do outro, e não a aversão ao estrangeiro, ao diferente, como a cultura ocidental europeia vai se apresentar.

O caráter subversivo da cultura

A partir de uma perspectiva de resistência, Homi Bhabha, em seu livro “O local da cultura” coloca está no centro de uma disputa dentro da narrativa do que é o nacional. Introduzindo o já citado conceito de hibridismo cultural, o autor vai valorizar o lugar da fronteira, ou o que ele chama de “não-lugar”. Pelo caráter maleável e híbrido da cultura, este vai valorizar a questão da diferença como sendo crucial na disputa narrativa pelo nacional. Este conceito vai surgir em contraposição a uma ideologia de identidade nacional dominante, que não se enxerga como construída historicamente, e sim com uma identidade fechada e estátil. Essa visão filosófica essencializante de mundo, logicamente exclui quem está à margem da sociedade e que não entraria nesta narrativa de nação: os imigrantes.

O autor vai valorizar também as narrativas dos sujeitos excluídos da história, os homossexuais, as mulheres, e os negros. Partindo do princípio de que a cultura não é algo estático e sim historicamente construído, seu relativismo vai embasar estratégias de emersão de sujeitos socialmente excluídos. Seu conceito de hibridismo cultural coloca a cultura num lugar de constante negociação e disputa, sua fluidez a permite assimilar a filosofia hegemônica do dominador, simultaneamente sendo capaz de fazer emergir uma nova forma de pensar, não-excludente, assimilando a cultura hegemônica enquanto introduz uma nova forma de pensar (o autor introduz o conceito de “Mimetismo”³). A partir de sua perspectiva, também serão discutidas as categorias de sujeito e identidade, que serão valorizadas também nos estudos relacionados a questões de gênero.

Dialogando com as ideias de Homi Bhabha, Michel de Certeau em seu livro “a invenção do cotidiano”, vai apresentar esta característica híbrida da cultura, utilizando como exemplo um caso ocorrido no Brasil, em Pernambuco (CERTEAU, 2012, p 76-77). O nordeste brasileiro possui um histórico interessante de veneração a santos católicos que, de acordo com estes fiéis, operaram milagres neste território. Certeau vai usar o exemplo dos supostos milagres feitos por Frei Damião, de acordo com relatos de lavradores do município de Juazeiro. Nestes relatos constam que esse santo castigava os inimigos deste grupo social, historicamente oprimido, em favor deste mesmo grupo.

³ Ver BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1998 (pág.267-270)

Certeau observa que dentro de um histórico de opressão social no qual estes homens viviam, era improvável que houvesse alguma reviravolta em termos de inversão destes papéis sociais, principalmente numa sociedade extremamente desigual como a do sertão nordestino brasileiro. Entretanto, era no espaço da cultura (e do discurso) que ocorreria essa reviravolta, dentro do campo da religiosidade, no qual Frei Damião castigava os opressores operando milagres em favor dos lavradores dessa região.

Neste sentido, Certeau observa o uso popular da religião como um lugar de subversão da ordem pré-estabelecida. O espaço da cultura se torna então um lugar (mesmo que fictício) de utopia, onde a ordem do sistema se inverte, e os poderosos são castigados pela santidade. Importante observar a utilização da religiosidade católica como forma de subversão da ordem, religião esta que foi imposta pelos missionários desde a colonização, e normalmente considerada mantenedora da ordem e dos poderes estabelecidos (diferentemente da religiosidade afro-brasileira de origem yorubá ou bantu, o catolicismo é a religião monoteísta europeia e colonizadora por excelência). Esta subversão da ordem a partir de uma perspectiva religiosa não seria possível sem o caráter híbrido da cultura popular brasileira, que conseguiu se utilizar de uma religião cristã para inverter a ordem social, mesmo que no discurso, estratégia está de micro resistência e ao mesmo tempo de denúncia de uma ordem repressiva vigente. Nesse sentido, a cultura pode evidenciar uma não aceitação natural da ordem histórica das estruturas da sociedade.

Desta forma, Michel de Certeau, assim como Homi Bhabha, dialogam com a problemática deste estudo, pois ambos se preocupam em tornar possíveis as narrativas dos subalternos, a partir dessa perspectiva da maleabilidade da cultura e do conceito de fronteira. Portanto, no campo discursivo, seria possível dar voz a grupos de indivíduos marginalizados cultural e economicamente dentro de um território.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo foi a análise micro-historiográfica das fontes. A escala de observação que a micro-história utilizará será essencial para o estudo do processo de Maria de Jesus, e este método já vem sendo muito utilizado por historiadores que pesquisam com fontes da Inquisição.

Na perspectiva de Carlo Ginzburg, a micro história poderia ser uma redução de escala da própria macro história, fazendo com que algumas das estruturas e o contexto histórico social e econômico pudesse ser identificado, compreendido e analisado também através de um evento micro. A análise micro historiográfica seria, metaforicamente, como o uso de uma lupa.

A micro história se atém às particularidades da documentação e, como destaca Carlo Ginzburg, fazendo oposição à história seriada, ela contribui para a identificação dos indivíduos com o papel que representam como atores econômicos ou socioculturais (GINZBURG, 2007, p. 234). Dentro dessa perspectiva, a micro história dialoga diretamente com o referencial teórico da história dos subalternos. De acordo com Homi Bhabha, dentro dessa perspectiva: “sobreviventes políticos tornam-se as melhores testemunhas históricas” (BHABHA, 1998, p. 135).

De acordo com Ginzburg, a micro-história propõe um foco na anomalia, e não na analogia. Ou seja, a micro-história se ocupa exatamente de uma documentação discrepante (que por alguma razão se destaca das outras) e não de uma documentação semelhante. E a análise crítica das fontes da micro-história pode nos permitir um maior aprofundamento nos detalhes de um evento, induzindo a uma forma de observação e estudo mais cuidadosas e detalhistas. Desta forma, este método será essencial para o estudo do processo de Maria de Jesus, pois este se destaca justamente por algumas características peculiares em relação a outras fontes.

Outra característica importante deste método é o de que o historiador, através das lentes dos Inquisidores, pode se ver no trabalho de um antropólogo, através do que Ginzburg chama de “atitude antropológica”, na qual o historiador se propõe a uma perspectiva dialógica com a fonte, tentando entender os códigos culturais de mundo de um determinado objeto de estudo (no caso deste trabalho, há uma tentativa de se compreender através de um processo, a perspectiva de mundo afro diaspórica). É importante ressaltar que esta tentativa de trabalho antropológico do historiador da inquisição possui um limite claro: seu objeto só pode ser apreendido através das lentes do Inquisidor.

Conclusões Preliminares

A partir de uma breve análise da fonte e da literatura sobre o tema, podemos fazer algumas suposições sobre o objeto de estudo, dentre elas a de que o demônio pode ter sido reinterpretado e identificado por essa africana, como um elemento de subversão da ordem (moral, sexual, econômica, etc) na qual esta estava inserida. Por conta de sua visão não binária de mundo, era possível que Maria estivesse cultuando tanto Jesus Cristo, quanto o diabo, sem que isso lhe representasse qualquer contradição moral.

Uma das conclusões possíveis a partir da análise do processo de Maria de Jesus é a de que esta estivesse praticando um ritual denominado sabá. Este ritual era

conhecidamente praticado por feiticeiras na Europa, e este envolve o “vôo” noturno, o uso de unguento ritualístico, o encontro de bruxas em um determinado local (normalmente encruzilhadas), contatos com a alma dos mortos (enforcados), e práticas lascivas com a presença do próprio demônio. Algo semelhante a este ritual foi relatado na confissão da angolana.

Referências

BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia, feiticeiras, saladores e nigromantes no séc. XVI*. Lisboa: Universidade Aberta, 1987

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.

CALAINHO, Daniela Buono. *Africanos penitenciados pela Inquisição portuguesa*. REVISTA LUSÓFONA DE CIÊNCIA DAS RELIGIÕES – Ano III, 2004 / n.º 5/6 – 47-63

_____, Daniela Buono. *Metrópole das Mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime*. Garamond, 2008.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2013. (Ensaio Latino-americanos 1)

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. I. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2012 .

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

GINZBURG, Carlo. *História Noturna – decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

GINZBURG, Carlo. *O Fio e os Rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *Os Andarilhos do Bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Editora Lamparina, 2014.

_____. *Cultura e Representação*. Ed. PUC Rio: Rio de Janeiro, 2016

KRAMER, H. SPRENGER, J. *Malleus Maleficarum- o martelo das feiticeiras*. Ed. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 2000.

LAHON, Didier. *Inquisição, pacto com o demônio e "magia" africana em Lisboa no século XVIII*. Topoi (Rio J.) [online]. 2004, vol. 5, n. 8

MOTT, Luiz. Acotundá: *Raízes setecentistas do sincretismo religioso afro-brasileiro*. In: Escravidão, Homossexualidade e Demonologia. São Paulo: Ícone, 1988

NOVINSKY, Anita. *A Inquisição*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1992.

PAIVA, J. P. *Bruxaria e superstição num país “sem caça às bruxas”, 1600-1774*. Lisboa: Notícias editorial, 1997

QUEIROZ, ANDRADE, NASCIMENTO: *Ídolo, feitiço e pacto: a Inquisição portuguesa e a religiosidade centro-africana em Lisboa no século XVIII: o caso de Maria de Jesus*. Revista de Estudos da Religião, v. 19, n. 1, jan/abr 2019

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. *Alma africana no Brasil*. Os iorubás. São Paulo, 1996. Rio de Janeiro: Vera Cruz, n. 18. P. 67-71, 2005

SANTOS, Vanicléia Silva. *As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: século XVIII*. Tese de Doutorado em História. USP, 2008.

SARAIVA, Antônio José. *Inquisição e cristãos-novos*. Lisboa: Estampa, 1985.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

SWEET, James H. *Recrutar África: cultura, parentesco e religião no mundo afroportuguês (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

A influência dos discursos de D. Luís da Cunha na extinção do tribunal do santo ofício em Portugal

Isabelle Luz da Silva¹
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de mestrado/doutorado cujo título é: A Influência Dos Discursos De D. Luís Da Cunha Na Extinção Do Tribunal Do Santo Ofício Em Portugal, ainda em andamento. Em julho de 1681 reacendeu o Tribunal do Santo Ofício português. Depois de um recente passado no qual foi trabalhoso manter-se, o tribunal, por fim, aceitou sua derrota frente ao conflituoso caso contra o padre Antônio Vieira. Com o século das luzes se aproximando, os agentes do Tribunal possuíam muito trabalho para exercer. Novos tempos, novas heresias. Bom, certas coisas não mudam, e neste caso, a incisiva perseguição aos cristãos novos em nada mudará, além do mais, se encontrou nela um pilar fundamental para a manutenção do ideal de “pureza de sangue”.

O retorno da atuação do Tribunal fora sob regras. Após diversas denúncias sobre abuso de poder e uma atuação demasiadamente violenta, para retornar precisou abrir mão de certas atitudes: “Um inquisidor- geral mais submisso às ordens de Roma e a ditames da Coroa, mudanças no modo de processar, formas de tortura não tão violentas, redução dos relaxados e do volume dos condenados, e baixa de percentagem de judaizantes são sinais de suspensão de 1674-1681 provocou” (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p.243).

Pelo fato da presença do padre Antônio Vieira ter sido marcante no processo de suspensão do santo tribunal, deixará de ser bem visto àquela sociedade. Sobre o retorno da atuação do Tribunal:

[...] em Évora e Coimbra, à chegada da notícia, ouviram-se repiques de sinos e fizeram-se festas e luminárias. Não faltaram excessos. Na cidade de Mondego, uma estátua de palha vestida como um jesuíta, com uma inscrição onde se lia “Padre Antônio Vieira”, foi transportada entre o povo, que aclamava o triunfo da fé e a morte dos cristãos novos, até uma das ruas principais, onde foi queimada. (Ibidem, p.239).

A imagem dos jesuítas em geral fora hostilizada, sendo repensado se poderiam ou não continuar cooperando nas ações inquisitoriais. No fim, foram mantidos para permanecerem apoiando aos presos e relaxados (ibidem, p.241). Tal conflito fora o início

¹ Aluna do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientadora: Dr^a Daniela Buono Calainho. Ingresso no ano de 2022. Título do projeto de pesquisa: A Influência Dos Discursos De D. Luís Da Cunha Na Extinção Do Tribunal Do Santo Ofício Em Portugal.

de uma longa disputa que se desenrolou posteriormente com a atuação de Sebastião José de Carvalho e Melo, secretário de Estado em Portugal na segunda metade do século XVIII, no qual falaremos quando pontuarmos sua atuação no reinado lusitano.

Analisar o Tribunal do Santo Ofício do século XVIII é, também, pontuar as características da sociedade que o abraçou, fruto de uma cultura que alimenta e de que se alimenta” (SIQUEIRA, 2014, p. 142). Com seu retorno, vemos uma população recheada de sentimentos positivos pelo Tribunal, que até então não fora demonstrada abertamente. Tal veneração foi fundamental para sua manutenção, principalmente nessa nova fase de aparente atuação branda. A raiz dessa aprovação popular pode ser resumida ao estatuto de pureza de sangue e por isso “cada vez era mais notório que a condição de cristão-novo podia não implicar uma crítica real ao judaísmo, mas tão-só, e não era pouco, o estigma social que deriva de descender de quem a tivera” (MARCOCCHI; PAIVA, 2013, p.244). Em uma sociedade onde a aprovação social se dava não por uma perspectiva de retenção financeira, mas pelo nome e pelo sangue, o Tribunal atuou como uma perfeita ferramenta de legitimação.

Não só ao povo o Tribunal do Santo Ofício se demonstrou útil como também à Coroa, superando, por tempo limitado, os conflitos com o poder temporal vividos no período pós restauração de 1640 sob reinado de João IV:

Superada a fase controversa de suspensão, que tinha implicado nova pressão diplomática em Roma, a Coroa estava ao lado da Inquisição, estimulando e até inspirando o modelo de harmonia e organização promovido pelo Tribunal e por outras instituições, como a Mesa da Consciência e Ordens, a qual, durante o século XVII, se tornará a instância detentora da última palavra sobre o delicado mecanismo dos benefícios eclesiásticos que eram do padroado da Coroa e das comendas militares (Ibid. 243).

Ambos os lados, tanto a sociedade portuguesa quanto a nobreza, partilhavam de um desejo acatado pelo Tribunal: um “ideal de perfeição social no universo simbólico do Portugal barroco, a afiliação ou proximidade ao Tribunal era sinal de distinção e uma via de promoção e poder pessoal e familiar” (ibid, p. 244). Aliás, tal valor fora o que viabilizou a sólida atuação inquisitorial no Brasil, pois mesmo sem haver um Tribunal local, a vigilância ocorre graças aos familiares: indivíduos que atuavam, na prática, como vigias sociais, alertando ao Tribunal caso houvesse alguma heresia. Possuíam autoridade, privilégios e prestígio social. Fazer parte da máquina inquisitorial era obter um estatuto de nobreza, não de sangue” (ibid, p. 251). Ou seja, eficaz e menos custoso.

Mesmo mantendo-se sobre um desejo social interno, o Tribunal do Santo Ofício teria que lidar com críticas, que, até então, poderiam ser repreendidas e punidas. Porém, estavam em um novo tempo: a era das luzes. Com o fim da Modernidade e as Grandes Revoluções eclodindo, estava cada vez mais visível a discrepância dos valores de dentro do reino português comparado aos demais Estados da Europa. Foi nos meados do século XVIII com as ações do Marquês de Pombal que Portugal iniciara um trajeto de Ilustração, mesmo que típico de países tradicionalmente católicos.

No âmbito da cultura europeia ocidental definiu-se uma Ilustração típica dos países católicos, que procurou limitar o poder jurisdicional da Igreja, defender o espírito laico, renovar a atitude científica, propagar as reformas sociais e políticas, proteger a indústria e comércio, levantar o nível da população. Uma Ilustração que pactuou com o Catolicismo – não apenas fé, mas principalmente visão de mundo – e se expressou um reformismo e pedagogismo. Nessa Ilustração se inseriu Portugal (SIQUEIRA, 2014, p.144)

Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, não iniciaram tal movimento sozinho, sendo o administrador e arquiteto dos anseios provindos de críticas e propostas de intervenção, sob luz desse novo contexto, iniciadas desde o início do século. Foi neste tempo que as críticas de D. Luís da Cunha se embasaram em um Tribunal institucionalizado, que era legitimado e legitimava a sociedade, abertamente racista e atuava juntamente ao poder régio.

Filho de um militar aristocrata, D. Luís da Cunha fora exposto, desde jovem, às questões diplomáticas do reino; sua casa fora espaço para a Academia dos Generosos, onde nobres debatiam questões politicamente importantes para o reino. Em 1685 formou-se em Direito em Coimbra e, anos depois, atuou no Magistrado. Após uma sucessão de cargos notáveis, iniciou sua carreira como diplomata. Fora embaixador em Londres entre 1713-1719, representante também em Paris de 1719-1720, ministro plenipotenciário em Paris, de 1720-1728 e em Haia de 1728-1736, retornando novamente à Paris como embaixador entre os anos de 1736 -1749.

Sua atuação profissional fora contextualizada pelo chamado Grande Século, ou como intitulou Sônia Siqueira, geração da crise da consciência, dado às mudanças do relacionamento entre o homem, o divino e o conhecimento.

Um novo saber protegia o homem. Passou-se a negar a tradição como norma de ordem absoluta. Aumentara a confiança e dependência da ciência, condição de crescimento e segurança de domínio do mundo material. [...] O Estado do século XVIII é o Estado contratual a serviço dos súditos entre os quais deve espalhar Filosofia, i. e. espantar a ignorância e o egoísmo e instaurar a suprema categoria ética, a Filantropia. Estado soberano, que não divide suas funções com instituições ou classes privilegiadas (Ibdem, p. 143-144).

D. Luís da Cunha fora embaixador em Londres nos tempos do reinado de D. João V. Tão estrangeirado como qualquer crítico luso que tivera a oportunidade de vislumbrar o deslize de sociedades absolutistas, onde o poder emanava divinamente de uma figura central para o desenvolvimento de constituições, divisões de poderes, entre outros marcos. Pôde vivenciar uma Inglaterra pós-revolução, atuando sob decisão parlamentar, propriedade privada, o crescimento da manufatura inglesa, além do amadurecimento da burguesia. Tal experiência proporcionou-lhe um compêndio de críticas técnicas e cirúrgicas sobre o que Portugal precisava modificar, apontando como tais mudanças precisam ser feitas para que pudesse assumir novamente um status de protagonista, assim como fora até o século XV.

Demonstrando respeito e veneração ao futuro rei D. José I, D. Luís da Cunha ocupou-se em escrever uma carta, nomeada como Testamento Político, escrito em 1748, fonte que utilizaremos para pontuar seus pensamentos. Sobre a inquisição, preocupou-se em analisar minuciosamente quais pesos Portugal se propunham carregar para sustentar as decisões do Tribunal do Santo Ofício. Outros estrangeiros também apresentavam suas considerações sobre este tema, como supracitado, mas vemos em D. Luís da Cunha certa postura até mesmo inovadora, quando defendeu não só os cristãos novos, como a liberdade religiosa dos judeus.

Não estamos, de alguma forma, traçando um personagem histórico isolado de seu contexto quando nos referimos a uma ideia inovadora, como era feito pela historiografia positivista nos tempos do século XIX. Seguindo a contribuição importantíssima para os estudos históricos de Lucien Febvre, “o indivíduo é sempre o que sua época e o meio social permitem” (1965, p.221). Com isto, não estamos também reduzindo-o às massas, até porque não poderíamos, a partir dele, generalizar a sociedade desse período e nem a partir de qualquer outro indivíduo. Na história das mentalidades “o indivíduo é sempre um produto social e especialmente no caso de Febvre, do embate entre a particularidade de cada homem e sua sociedade” (RAMINELLI, 1990, p. 103).

Ao dissertar sobre o artigo de Lucien Febvre “La Sensibilité et L’Histoire” e os estudos das sensibilidades, Ronald Raminelli pontua que até a aparente autonomia do indivíduo “nasce a face da relação entre os homens, ou melhor, da vida coletiva”. A vida em comum possibilita a formação de um sistema de iniciações interindividuais que se diversifica segundo as circunstâncias, além de ser enriquecido pelas reações e

sensibilidades de cada um” (Ibid). É com base neste princípio que abordaremos o posicionamento de D. Luís da Cunha.

Ao analisarmos o Testamento Político de D. Luís da Cunha, podemos separar, segundo seu discurso escrito para o futuro imperador D. José I, em questões internas e externas. Internamente, havia grandes chances de o Estado sucumbir frente ao poder crescente do Clero, tanto no tamanho populacional, pois havia um grande número de pessoas nas ordens religiosas – perdendo-se mão de obra e capital –, quanto em riqueza e terras, pois o patrimônio da Igreja crescia exponencialmente, com os confiscos dos denunciados e com as indulgências. Com relação às questões externas, há uma grande preocupação de D. Luís da Cunha com a aparência que Portugal possuía para os demais Estados da Europa. Em ambas as questões, o Clero e o Tribunal do Santo Ofício de uma forma ou outra foram responsabilizados.

A posição de D. Luís da Cunha sobre os cristãos novos era veemente. Colocados como um povo pária desde antes do século XVI com a abertura do Tribunal do Santo Ofício em Portugal, os judeus foram obrigados a se converterem e depois passaram a ser chamados cristãos novos. Estes tomaram uma forma característica de um grupo burguês, ligados ao comércio, não por serem naturalmente ligados ao pecado de usura, como eram vistos, e sim por um processo histórico que os encaminhou para este lugar.

“A possibilidade de praticar usura deu aos judeus o monopólio de tal função. A necessidade da circulação monetária para o funcionamento social e estatal teve como principal financiador o capital judaico. [...] O trabalho com o comércio de dinheiro garantiu aos hebreus a cobrança das rendas do Estado e das grandes casas senhoriais, além da administração das alfândegas do reino” (ALVES, 2010, p. 47)

Lidar com cobranças de taxas, empréstimos, era considerado pecado para uma sociedade católica, sobrando para os, até então judeus, terem que lidar com esses assuntos; caminho que proporcionou uma ascensão financeira posteriormente, sendo considerado por D. Luís da Cunha como representante da classe burguesa de Portugal. Com isso não estamos restringindo a contribuição dos descendentes do povo judeu ao mercado financeiro, pois foram responsáveis por inovações no âmbito da ciência, medicina, agricultura, entre outras áreas.

A maioria dos que compunham a classe burguesa em Portugal eram compostos por cristãos novos, sendo este o provável motivo para que fossem estritamente perseguidos pelo Tribunal, que não agiu apenas como ferramenta de julgamento de

heresias, como também de supressão de uma classe burguesa em ascensão. “As primeiras instituições a adotar estatutos que exigiam pureza de sangue de seus membros foram corporações profissionais e não a igreja. Este fato demonstraria que o problema, apesar de apresentar aspectos religiosos, era social” (NOVINSKY, 1985, p. 27-28).

O caráter social da perseguição aos judeus que o Tribunal expõe entrelinhas no aparente zelo à manutenção da santidade lusa permitiu que D. Luís da Cunha se posicionou sem medo de estar infringindo alguma ordem divina, mas sim analisando um pilar fundamental para a sustentação de um Estado que precisava acender o quanto antes. D. Luís da Cunha convenceu-se da importância dos judeus e dos cristãos novos para o desenvolvimento de Portugal analisando sua estadia no reino e, depois, sua saída para que não fossem pegos, tendo suas posses confiscadas.

E se v. a. perguntar a causa dessa dissolução, não sei se alguma pessoa se atreveria a dizer-lha com a liberdade que eu terei a honra de fazê-lo; e vem a ser que a inquisição prendendo uns por crimes de judaísmo e fazendo fugir os outros para fora do reino com seus cabedais, por temerem que lhes confiscaram, se fossem presos, foi preciso que as tais manufacturas caíssem, porque os chamados cristãos novos os sustentavam e os seus obreiros, que nelas trabalhavam, eram em grande número, foi necessário que se espalhassem e fossem viver em outras partes e tomassem outros ofícios para ganharem seu pão” (CUNHA, 1976, p.64)

O embaixador responsabilizava o Tribunal do Santo Ofício pela má imagem que Portugal causava na Europa, que estava vivendo um turbilhão de movimentos filosóficos e científicos no século XVIII. Segundo a historiadora Anita Novinsky, em sua obra *Judeus que Construíram o Brasil* (2015), Portugal se mantinha em um abismo, pois qualquer sombra de pensamentos proibidos pela Igreja era veementemente repreendida, além de haver uma autocensura social. Portugal abriu mão diversas vezes de ser o pioneiro nas questões científicas, principalmente porque a maioria dos grandes pensadores iluministas eram judeus, ou cristãos novos, como afirmou: “[...] Os Jesuítas não permitiam que se fizessem estudos usando o corpo humano, quando judeus já tinham avançadas experiências científicas, e cristãos novos inclusive pertenciam à academia” (NOVINSKY, 2015, p. 211). Portugal assumia então a identidade de um Estado de religiosidade extrema e contrário a qualquer evolução científica.

Além disso, o Tribunal agia aparentemente segundo seus interesses, não se comprometendo em contribuir também para o desenvolvimento do reino. “Vi também muitos papéis, assaz longos, em que se apontamos meios para se extinguir em Portugal o judaísmo, mas não vi em que se tratasse de acordar a utilidade temporal do reino com a

espiritual da religião, que é todo o meu objeto” (ibidem, p.77). Ao sustentar um corpo robusto de pessoas que serviam ao Clero, privada que tais pessoas pudessem estar contribuindo de alguma forma para a produção, já que para D. Luís da Cunha, ter um grande número populacional estava relacionado diretamente ao desenvolvimento econômico, como dita o pensamento mercantilista.

Não apenas às críticas reduziu-se o discurso de D. Luís da Cunha, como também argumentava suas propostas de intervenção. Seguindo o contexto supracitado em que o Estado deveria se posicionar como protagonista atuante sob a filosofia das luzes, este deveria ser o responsável de julgar as questões dos cristãos novos, faria com que os casos de cristãos novos julgados por heresia diminuíssem:

Contudo, como a lei do reino determinou o contrário, é justo que ela se observe; e creio que esse será um dos meios que se podiam achar para se combinarem aqueles dois sistemas que parecem antinômicos. Depois da lei do div. 5º tit. 1º, § 4º "Porém, se algum cristão leigo, que antes fosse judeu, ou mouro, quer nascesse cristão, se tornar judeu, ou a outra seita e assim lhe fôr provado, nós tomaremos conhecimento dêle, e lhe daremos a pena segundo o direito, porque a Igreja não tem aqui que conhecer se erra na fé, ou não; e se tal caso fôr que ele se tôrne à fé, e aí fica aos juízes eclesiásticos darem-lhes suas penitências espirituais." O objecto dessa lei não foi somente o de castigar o crime de apostasia, que já se sabe ser de morte, mas também de prescrever que o conhecimento dêste detestável delito pertencia ao juízo secular, dando logo a razão porque se não duvida do erro da fé. [...] Digo somente que da execução dessa lei se seguiriam muitos benefícios: o primeiro que não haveria mais cristãos novos que aqueles que se tornassem à fé e fossem remetidos ao juízo eclesiástico para lhes darem as penitências espirituais, conforme os sagrados cânones determinam, porque só estes são cristãos novos que da sinagoga vão para o altar, como também o maometano, ou o gentio, para se batizar, mas não aqueles cujos pais e avós nunca prevaricaram. (ibidem, p.78-79).

Neste caso, pontuou que cristão novo seria aquele que assumiu a fé católica, estando livre deste título os descendentes dos convertidos. Com isso, também não haveria diferenciação entre cristãos velhos e cristãos novos. Além disso, defendeu que não se punisse com morte aos que não quisessem mais viver sob a fé católica, mas que saísse do reino, assim suprimir a ânsia inquisitorial de extermínio, realçando que já não havia tantos casos que levasse o Tribunal à tomar punições tão drásticas, diminuindo também os eventos dos autos da fé, responsável por grande parte da imagem negativa que deixara em Portugal.

Proponho como segundo renovar o do extermínio, que o senhor rei D. Pedro promulgou por esta determinação, que toda pessoa que no acto da fé, saísse convicta do crime de judaísmo saísse no termo de dois meses; e por isso enquanto ela se praticou, estavam quase sem exercícios as inquisições a respeito dos judeus; e me lembro que de Lisboa, para fazer o acto da fé, mandou pedir à Coimbra e Évora algumas figuras” (ibidem, p. 80-81).

Seria de suma importância que Portugal permitisse que os cristãos novos pudessem investir no reino, sem receio de ter seus bens confiscados, visto que saíam para investir em outros lugares, segundo ele “ e neste sentido costumava dizer o dito senhor que seria bem castigar os judeus, mas não arruinar as suas casas, que sustentavam o comércio do reino; e assim fazia restituir aos filhos inocentes os bens dos pais culpados” (ibidem, p. 86). Com isso, além de se beneficiar com os investimentos dos cristãos novos, também transmitirá aos demais investidores uma imagem de segurança. Em um contexto em que o indivíduo acusado possuía seus bens confiscados, mesmo que depois se provasse ser inocente, desestimulava qualquer investidor adentrar no reino.

Outro prejuízo nos fazem as tais confiscações, e vem a ser que os estrangeiros, em cujas mãos está quási todo o nosso comércio e tem em Portugal as suas casas, lhe mandam tôdas as suas comissões, ou a outros estrangeiros, não querendo dalas a algum português, porque o tem por judeu, ou cristão-novo, e temem que, sendo preso pela Inquisição, lhes confisquem os efeitos que tiver nas suas mãos; porque ainda pelos seus tratados se lhes devam restituir, não lhes convém ter uma larga demanda com o fisco. (CUNHA, 1976, p. 87/88).

Dentre as propostas, a considerada mais inovadora para o contexto português seria permitir a liberdade religiosa. Tal posicionamento visava, assim como os outros, uma oportunidade de fazer com o que o reino ascendesse como os demais Estados da Europa, e também refletia um modo de pensar sob uma filosofia iluminista, sendo a tolerância religiosa parte deste compêndio filosófico.

Mesmo que se posicionasse duramente frente às ações inquisitórias, não foi uma das propostas acabar com o Tribunal do Santo Ofício. Poderia até ser o caminho mais eficaz, porém ele sabia que para aquela sociedade não faria sentido exterminá-lo, não havendo apoio social para isso. Como falamos anteriormente, o Tribunal atuava como ferramenta contra uma classe econômica em ascensão, e por isso seu fim deveria ser gradual. Luís Antônio Verney, que fora secretário de um embaixador português em Roma e um dos principais mentores do Marquês de Pombal, também compartilhava deste posicionamento.

D. Luís da Cunha não fora o único estrangeirado crítico ao Tribunal do Santo Ofício, estando junto a ele outros que viviam no estrangeiro, ou até mesmo estrangeiros que expunham suas duras críticas à instituição. Podemos afirmar que a análise e as propostas do embaixador foram fundamentais para as transformações que estavam por vir.

Assim como D. Luís indicara, Sebastião José de Carvalho e Melo, assumira o cargo de secretário de negócios do reino de D. José I. Não há como confirmarmos que os escritos do embaixador, que faleceu em 1750, chegaram às mãos de D. José I a tempo desta decisão, porém o Testamento fora dado para seu sobrinho, D. Luís da Cunha Manuel, que deveria encaminhar para Azevedo Coutinho. Podemos afirmar, no entanto, que tais escritos fora por muitas vezes bússola para o governo de Marquês de Pombal, visto que D. Luís da Cunha Manuel foi um de seus principais colaboradores.

O protagonismo de Sebastião de Carvalho e Melo, posteriormente Marquês de Pombal, é inegável. Sua postura sobre o Tribunal do Santo Ofício fora incisiva: domesticar para reformar, de dentro para fora. Ao posicionar-se contra os jesuítas após o embate contra Gabriele Malagrida e suas críticas, conseguira tornar os jesuítas um novo tipo de heresia para o Tribunal, conseguindo afastá-los de posições importantes do reino e expulsá-los da corte. Tal ação pôde ser possível pois desde o início de seu governo inseriu pessoas próximas a ele em cargos internos do Tribunal.

O santo Tribunal estava por fim sendo submetido ao poder temporal. Após os oratorianos terem sido acusados de ensinamentos heréticos, fora solicitado pelo rei, em 8 de agosto de 1768, que o Tribunal do Santo Ofício prendesse em seus cárceres o oratoriano Valentim de Bulhões, além de proibir que os oratorianos ensinassem em Portugal. Este acontecimento fora ímpar: “o Santo Ofício limitou-se a cumprir a ordem e prendeu nos seus cárceres um indivíduo que jamais processou ou sentenciou [...] ele fora preso por ordem do monarca, solto a mando da rainha que lhe sucedeu, e que nunca fora processado nem sentenciado pela Inquisição” (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 347).

Não há dúvidas que a administração de Sebastião José de Carvalho e Melo fora fundamental para a futura extinção do Santo Ofício, em 1821. Seu papel, no entanto, não era de extingui-lo, mas de domesticá-lo, colocando-o sob a ordem que estava sendo estabelecida naquele momento, do despotismo esclarecido.

O plano tinha a marca de ideias de quem muito inspirara Pombal, como Luís da Cunha e outros ilustrados portugueses, os quais, embora condenassem o Santo Ofício tal como existia, cogitaram que uma reforma do mesmo podia servir de apoio ao Estado para preservar o aparecimento de novas “seitas”, como se fosse possível harmonizar Inquisição e Luzes (Ibdem, p.349).

A intenção era que se interrompesse o declínio do Tribunal para que pudesse atuar em prol dos assuntos do reino.

O Marquês de Pombal colocará em vigor decisões que foram responsáveis pelo declínio do Tribunal, sendo as principais o fim da diferença entre cristãos velhos e cristãos novos, carta de lei dada em 25 de maio de 1773, além de abolir a desonra que os acusados carregavam após passarem pelas acusações do Tribunal. Além disso, foi decretado o fim dos processos contra os cristãos novos por judaizantes. Tais normas foram inspiradas principalmente nas críticas de D. Luís da Cunha (Ibidem, p. 352). Aos poucos, foram-se tomando decisões que esvaziaram as ferramentas que sustentavam a proposta de legitimar a pureza de sangue, perdendo a inquisição um de seus principais objetivos.

Podemos citar também o fim do segredo processual, a proibição de condenação baseado em apenas uma testemunha, a suspensão da tortura para se conseguir confissões, além dos acusados poderem escolher seus advogados. Houve também a redução dos autos da fé, entre outros decretos.

Muito se escreveu criticando-o por utilizar o Tribunal ao seu favor, esperando uma posição de extermínio. Esperar tal ato seria esperar que ele assumisse uma postura para além de seu tempo. Tal discussão já era feita, inclusive, nos debates de fevereiro de 1821 para que se resolvesse a extinção do Santo Tribunal. Manuel Borges Carneiro, magistrado, posicionou-se contra ao Tribunal sob ásperas críticas, citando Pombal como àquele que “num pouco enfreou”. Porém, logo fora lembrado a todos pelo ex-inquisidor João Maria Soares Castelo Branco que o Tribunal do Santo Ofício era fruto de seu contexto, sendo comum sua existência entre os demais reinos católicos.

Após este período, a imprensa foi deveras responsável pela desmoralização do Tribunal. Jornais como Correio Braziliense, O Liberal e Astro da Lusitânia se colocaram na postura de críticos ferrenhos à inquisição, alertando sobre sua violência, discrepância com a mentalidade europeia do período, mostrando como suas ações eram mal vistas pelo estrangeiro. Assim fora

Não há Portuguez sensato que não olhe para a existência deste tribunal, (quando não existe em nenhuma outra parte do Mundo civilizado, nem se quer nas outras partes da mesma Monarchia Portuguesa) como ferrete vergonhoso conservado em Portugal, para que dele se riam e façam mofa estabelecimento, principalmente depois do extinto no Brazil, não precisava de doze anos de deliberações (COSTA, 1820, p. 422).

Em 21 de março de 1821 fora declarado o fim do Tribunal do Santo Ofício em Portugal de forma unânime. Não por conta de gastos, ou outras questões internas, se não pela sua injusta violência: “conservar aberto os seus cárceres, para podermos hir lá muitas

vezes meditar sobre as desgraças da humanidade” (Diário das cortes gerais e extraordinárias da nação portuguesa, n.º 42). Mesmo aqueles que viam certa utilidade para o Tribunal, não se posicionaram, nem mesmo os dominicanos. Não havia mais argumentos, ele estava em um lugar longe demais da atual sociedade para que alguém pudesse argumentar ao seu favor.

Conclusão

O Tribunal do Santo Ofício fora extinto graças a um conjunto de fatores – que muito tem a se estudar – sendo seus críticos os principais responsáveis por conscientizar e arquitetar seu fim. Mesmo que tivesse quem o confrontasse desde a sua gênese, ao fazer parte de um contexto que condizia com sua atuação, tais críticas eram repreendidas e silenciadas; não fora assim quando adentrou no século das luzes. O Tribunal precisou enfrentar críticas que não vinham de indivíduos isolados, mas de uma nova mentalidade social. D. Luís da Cunha não fora o único que se dispôs a pontuar os malefícios que o Tribunal do Santo Ofício gerava para Portugal, mas o seu contexto junto ao trilhar de sua carreira fizera sua análise singular em diversos aspectos, mostrando-se efetiva ao ser utilizada como ferramenta por seus sucessores.

Referências

COSTA, H. J. D. (vide Correio Braziliense ou Armazém Literário. Londres, v. XXIV, 1820, p. 422).

CUNHA, D. L. D. Testamento Político (1748). São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

Diário das cortes gerais e extraordinárias da nação portuguesa, n.º 42 (26 de março de 1821).

Referências Bibliográficas

ALVES, Paulo Renato de Castro. D. Luis da Cunha e os cristãos-novos portugueses. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.

CARDOSO, Ciro Flamarion et al. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, v. 1, n. 997, 1997.

CARDOSO, J. L. A Revolução Liberal de 1820 [The Liberal Revolution of 1820]. Lisboa: Clube do Colecionador dos Correios, 2019.

FALCON, F. A época pombalina. São Paulo, Ática, 1993.

GIUSEPPE, Marcocci; PAIVA, José Pedro. História da Inquisição portuguesa (1536-1821). A Esfera dos livros, 2013.

SIQUEIRA, Sonia. A Inquisição e o inquisidor no outono da modernidade. Sæculum–Revista de História, 2014.]

LARA, José Elias. O testamento político de D. Luís da Cunha: uma proposta de "regeneração" do reino lusitano. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.

MATTOS, Y. d. A Inquisição contestada: críticos e críticas ao Santo Ofício português (1605- 1681). Rio de Janeiro: Mauad-x, 2014

MAXWELL, K. Marquês de Pombal, Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

NOVINSKY, Anita. A inquisição. Tudo é história, v. 49, 1983.

NOVINSKY, Anita et al. Os judeus que construíram o Brasil. Editora Planeta do Brasil, 2015.

NOVINSKY, Anita. Viver nos tempos da Inquisição. Editora Perspectiva SA, 2020.

RAMINELLI, Ronald. Lucien Febvre no caminho das mentalidades. Revista de História, n. 122, p. 97-115, 1990.

Estado ampliado e luta de classes em Mari (PB) - 1964: uma análise a partir dos jornais diários da Borborema e diário de Pernambuco

Ítalo Ramon Coelho de Aquino¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

1. Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa doutorado, cujo título é: “Reforma agrária na lei ou na marra: um estudo das ligas camponesas paraibanas a partir do poder judiciário, executivo e legislativo (1958-1964)”, em andamento. Assim começamos indicando que, no dia 15 de janeiro de 1964 no município de Mari, localizado a cerca de 70 km de distância da capital João Pessoa e vizinho ao município de Sapé², aconteceu um conflito que mudaria os rumos da política paraibana. O conflito ocorreu entre camponeses que faziam um mutirão de trabalho coletivo na Fazenda Olho D’água e funcionários do latifúndio da família Ribeiro Coutinho, deixando 11 mortos. Um revólver de uso exclusivo das Forças Armadas em posse de um funcionário do latifúndio, o administrador da Fazenda Santo Antônio, Arlindo Nunes, foi apreendido por camponeses.

O conflito muda o tom político e a atuação do governador Pedro Gondim em relação às Ligas Camponesas na Paraíba. Antes, o governador se aliou às ligas na eleição estadual de 1960, conseguiu ser eleito e manteve um discurso alinhado às pautas defendidas pelos camponeses. Antes de adentrar diretamente no assunto relacionado ao conflito de Mari, se faz necessário entender a formação social do município, localizado na microrregião de Sapé. Segundo o último censo do IBGE, de 2010, Mari tem 21.176 mil habitantes e tem uma área territorial de cerca de 154,824 km², fazendo fronteira ao norte com os municípios de Araçagi e Mulungu, ao sul com o município Riachão do Poço e a leste com o município de Sapé. Segundo Maria Clyvia (2017), Mari está predominantemente inserida na unidade geoambiental dos tabuleiros costeiros e também na unidade geoambiental da depressão sublitorânea.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, aprovado com o projeto, cujo título é: Reforma agrária na lei ou na marra: um estudo das ligas camponesas paraibanas a partir do poder judiciário, executivo e legislativo (1958-1964), sob orientação da Dr^a Christiane Laidler, bolsista da CAPES.

² Como é de conhecimento acerca da literatura produzida em torno das ligas camponesas, a Liga de Sapé foi a maior liga camponesa do Brasil, chegando a ter 13 mil filiados e cumprindo um importante papel na conjuntura histórica apresentada. Vale o destaque de que cerca de 11 km separam o município de Mari e o de Sapé.

Por conta disso, a sua estação pré-chuvosa se dá no período entre fevereiro e abril, ou seja, para que a terra esteja boa para ser plantada se faz necessário um trabalho que comece anteriormente a fevereiro, o que nos leva ao mês de janeiro. Para pensar a concentração fundiária da região recorreremos aos dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. De acordo com os dados do censo de 1960 sobre o número de estabelecimentos rurais existentes na região de Mari, pode-se observar que cerca de 97,82% dos estabelecimentos rurais de até 200 hectares ocupavam cerca de 21,51% da terra produtiva da região, enquanto 78,5% das terras estavam nas mãos de 8 estabelecimentos rurais que concentram assim o latifúndio marizeiro.

O município faz parte da região que é denominada de Várzea Paraibana. Essa região deu origem a um grupo que durante o século XX ficou denominada como Grupo da Várzea³. As principais famílias que faziam parte do Grupo da Várzea eram as Ribeiro Coutinho e Veloso Borges⁴. A enorme concentração fundiária do município forjou uma contradição intensa nas relações de trabalho. O censo do IBGE demonstra que os estabelecimentos rurais que detinham até 10 hectares eram 364 enquanto, e que apenas 3 estabelecimentos rurais possuíam cerca de 1000 hectares. Segundo Agassiz Almeida, que na época era Deputado Estadual e com o golpe de 1964 foi detido e perdeu seu mandato, Pedro Fazendeiro⁵ foi um dos fundadores da Liga Camponesa de Mari.

³ Ao final da década de 1940 o que se podia perceber na política paraibana era a forte influência de um grupo denominado “Grupo da Várzea”. Esse grupo era composto por algumas famílias possuidoras de vasta extensão de terra e de usinas de cana de açúcar que majoritariamente estavam situadas na várzea do Rio Paraíba. O termo “Grupo da Várzea” é determinado pelas condições geográficas do Rio Paraíba e também pela força que o capital açucareiro tinha na economia paraibana. É importante compreender o “Grupo da Várzea” como fruto do processo histórico do capitalismo brasileiro. As principais cidades onde se podia observar a influência direta do mesmo eram os municípios de Sapé, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, Mari, Pilar, Alagoa Grande e Itabaiana.

⁴ As principais figuras da família Ribeiro Coutinho foram lideranças proeminentes do século XX, como Flávio Ribeiro Coutinho e Renato Ribeiro Coutinho; já do lado dos Veloso Borges, o Aginaldo foi a liderança de maior destaque por parte das oligarquias paraibanas. Foi ele o autor intelectual do assassinato de João Pedro Teixeira. A antropóloga canadense Margo Matwychuck, em seu trabalho de doutorado intitulado “Estratégias de casamento, história de mulheres e experiências de mulheres entre famílias de usineiros em Paraíba, Brasil”, que estuda como se formaram as elites oligárquicas paraibanas através dos casamentos, afirma que as duas famílias já exerciam uma forte influência na região desde o Império e chegaram ao período republicano já ocupando cargos de poder enquanto latifundiários.

⁵ Pedro Inácio de Araújo nascido em Itabaiana/PB, em 8 de junho de 1909, e desaparecido em 7 de Setembro de 1964 era conhecido como Pedro Fazendeiro. Foi um sapateiro, camponês e sindicalista militante do Partido Comunista do Brasil, considerado o primeiro preso desaparecido da ditadura militar paraibana, junto de seu amigo João Alfredo Dias (Nego Fuba), após o Golpe militar de 1964. Era vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé e membro da Federação das Ligas Camponesas.

Pedro Fazendeiro deixou uma desafiadora história, como a de tantos outros Pedros da vida. Carregava a opressão de quatro séculos de latifúndio. Foi um dos fundadores das Ligas de Sapé e Mari, juntamente com João Pedro Teixeira”. (ALMEIDA, 2007, p.435)

O conflito estudado neste artigo aconteceu no dia 15 de janeiro de 1964 e é de extrema importância para se entender o papel da Paraíba no que antecede a ditadura militar brasileira, isso porque, além de acontecer às vésperas do golpe, no conflito ocorrido na Várzea paraibana podem ser apontados alguns elementos que contribuem para análise da importância deste conflito na conjuntura nacional. O governo Pedro Gondim, que até então exercia uma defesa da atuação das Ligas Camponesas no estado, passa a vacilar e se aproximar das elites oligárquicas que ajudaram ele a se eleger no pleito de 1960. O conflito ocorreu na fazenda Santo Antônio, que pertencia a Renato Ribeiro Coutinho e é interessante observar que um dos funcionários da fazenda detinha consigo uma arma que era de uso privativo das Forças Armadas, um revólver trinta e oito da marca Taurus.

Outro ponto importante a ser observado é justamente o fato de os trabalhadores rurais, organizados na Liga Camponesa de Mari sob orientação do presidente Antônio Galdino dos Santos (Carioca), tinham um acordo com um dos latifundiários da região de utilizar as terras da Fazenda Olho D’água pra plantar bens de subsistência, em uma atividade que era conhecida como mutirão, onde os trabalhadores rurais trabalhavam coletivamente em uma terra plantando e depois colhendo para si mesmos. Esses mutirões eram feitos e divulgados através do “boca a boca”. Quando cerca de 300 camponeses que iam para a Fazenda Olho D’água passaram pela Fazenda Santo Antônio, que pertencia a Anunciada Ribeiro Coutinho, esposa de Renato Ribeiro Coutinho, um de seus funcionários passou pela “lei do chocalho”⁶. Após isso, o grupo de camponeses seguiu caminho para a Fazenda Olho D’água para fazer o trabalho que estava sendo divulgado que era um mutirão de trabalho coletivo de produtos de subsistência. As Usinas São João e Santa Helena, que pertenciam ao grupo Ribeiro Coutinho já estavam cientes sobre o problema que tinha acabado de ocorrer e colocaram todos os olhos à procura de Antônio Galdino (Carioca), liderança camponesa, para tentar recuperar a arma que era de porte exclusivo do Exército e estava sob a posse dos funcionários da Usina Santo Antônio.

⁶ A lei do chocalho foi uma prática utilizada pelas Ligas Camponesas principalmente depois da morte de João Pedro Teixeira que consistia em coagir camponeses que tráfessem a classe. Era colocado um chocalho no pescoço do traidor da classe e ele era exposto perante os trabalhadores rurais. Foi durante o enchucalhamento de Arlindo Nunes que foi encontrado um revólver de uso exclusivo das Forças Armadas.

Entre tantos elementos que envolvem essa história, um dos que chama a atenção é que mesmo com a ordem do governador Pedro Gondim,⁷ antes de colocar a polícia para resolver a questão, uma comitiva entre funcionários da fazenda e policiais foi até a fazenda Olho D'Água tentar recuperar a arma de uso das forças armadas. Fernando da Cruz Gouveia, homem de confiança de Renato Ribeiro Coutinho (para muitos que estudam o período, Gouveia era o homem de confiança da Família Ribeiro Coutinho), se dispôs a recuperar a arma apreendida pelos camponeses. Além de Fernando Gouveia, partiram da Usina Santa Helena junto com ele José Daniel Vieira, agrônomo e funcionário das usinas, seu filho, o menor José Daniel Accioly Lima, os sargentos da ativa Cleudo Pinto Soares, Abdias Alves dos Santos (da reserva), além dos vigias da empresa José Feliciano, Antonio Barbosa, Vicente Amaro, Valdemar Severino Araújo e Arlindo Nunes (que havia sido enchocalhado pelos camponeses) além de Severino Carlos.

Vale salientar que todos portavam armas pesadas, inclusive duas submetralhadoras. Saíram dois jipes e se encontraram com Antonio Galdino, conhecido também por Carioca e um grupo de cerca de 300 camponeses por volta das 10 horas da manhã do dia 15 de janeiro de 1964 às margens da rodovia PB - 08 em busca de um revólver Smith & Wesson DA - calibre 45. As fontes utilizadas neste artigo são frutos de minha pesquisa de dissertação intitulada: “Entre enxadas, foices, metralhadoras e fuzis: estado ampliado e luta de classes em Mari (1964)”. Trabalho apresentado para a conclusão do curso de pós-graduação em história da Universidade Federal de Campina Grande. Algumas fontes foram retiradas do acervo Átila Almeida, que pertence à Universidade Estadual da Paraíba, casa que me formou.

2. Um breve resumo sobre o Tragédia de Mari

Os meses de novembro e dezembro de 1963 foram marcados pelas fortes chuvas que não eram comuns ao período, possibilitando, assim, uma grande produção de produtos primários em toda região, principalmente na região da Várzea. Tendo em vista a quantidade de chuva que teve nesse período, os donos das terras decidiram preparar o solo destinado à produção de grãos.

⁷ Pedro Gondim foi o governador da Paraíba do período em que acontece o conflito. O governador teve um papel interessante durante o período de 1958 até 1964 (ano do conflito de Mari). Concordo com a historiadora Monique Cittadino quando afirma que o governador acendia uma vela para Deus e o outra para o Diabo, pois ao mesmo tempo que fazia alianças com os setores mais reacionários e conservadores da política paraibana, como é o caso dos Ribeiro Coutinho, ia para veículos nacionais defender a existência das ligas camponesas.

Em contrapartida a isso, os camponeses mantiveram seus cultivos em pequenas áreas, situadas em propriedades onde eles eram apenas moradores, sendo sujeitos ao cambão. O cambão era uma forma opressiva de exploração por parte dos senhores donos da terra onde o camponês tinha que dar um dia ou mais de serviço, sem remuneração, ao senhor da terra, geralmente esse trabalho era feito nas segundas-feiras ou nos finais de semana.

Tendo em vista essa situação desumana e aproveitando as chuvas pouco comuns no fim do ano de 1963, os camponeses da região passaram a fazer mutirão de trabalho coletivo de produtos de subsistência. Em uma dessas visitas, construindo o trabalho de base, o agricultor Antônio Galdino da Silva, também conhecido como Carioca, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mari, convidou os trabalhadores que faziam parte do sindicato e eram sindicalizados a participarem de um mutirão na Fazenda Olho D'Água, pertencente a Manuel de Paula Magalhães. Foi feito um acordo entre Carioca e o filho de Manuel de Paula que se chamava Nezinho de Paula que na ocasião representava os interesses do pai. Nezinho afirmou que havia feito um acordo com Carioca cinco dias antes, garantindo o usufruto por três meses de uma gleba de terra onde eles não poderiam plantar bem de raiz e sim milho e feijão para sua alimentação. O que se pode verificar até então é que existia um acordo entre o proprietário da terra e a liderança camponesa sobre a utilização da terra. Portanto, a especulação de que os camponeses haviam invadido a terra de Nezinho de Paula está equivocada. Os camponeses passaram pela fazenda Santo Antônio, que pertencia a esposa de Renato Ribeiro Coutinho⁸, com o intuito de divulgar e chamar outros companheiros a participarem do trabalho que aconteceria na Fazenda Olho D'Água, entretanto, foram barrados de forma ostensiva e com arma de fogo por dois funcionários da fazenda: Arlindo Nunes da Silva que era administrador da fazenda e Severino Carlos, vigia da fazenda. Severino Carlos conseguiu fugir, entretanto Arlindo Nunes não conseguiu fugir.

O interessante é que Arlindo Nunes já era conhecido entre os camponeses como alguém que já ameaçava de forma desnecessária e destratava os camponeses, foi açoitado, mandado de volta pra fazenda e desarmado.

Segue abaixo os depoimentos de Antônio Pessoa, camponês que participou do mutirão e os depoimentos do processo crime de Arlindo Nunes e Severino Carlos que eram funcionários da Fazenda Santo Antônio.

⁸ Flávio Ribeiro Coutinho, foi um latifundiário paraibano fundador do Grupo da Várzea, a sua família detinha a maior parte das terras da região da várzea paraibana, foi em uma de suas fazendas que foi encontrada o revólver que era de uso exclusivo das forças armadas com um dos seus funcionários.

O interrogado juntamente com outros agricultores, pela manhã de ontem dirigiram-se a uma faixa de terra aproximadamente de quatro cincoenta de terra na propriedade denominada Santo Antonio do Sr. Renato Ribeiro Coutinho, onde destinavam a cultivá-la e plantar cereais; Que ao aproximarem-se da faixa de terra, encontraram-se com ou vigia ou administrador da fazenda Santo Antonio em companhia de Severino Carlos, capitão de campo das Usinas, sendo que os camponeses procuraram prender o vigia ou o administrador de nome Arlindo de Tal e Severino Carlos que conseguiram fugir; que, o interrogado assistiu quando outros camponeses tomaram do dito Arlindo um revólver em seguida colocaram no mesmo um chocalho (...) (autos do processo crime 356/1964 Antonio Galdino Pessoa, camponês, fls.04) (Maria Clyvia, pg.88, 2017).

Pedro Gondim, quando ficou sabendo do ocorrido, convocou o Coronel da Polícia Militar, Luís de Barros, que era o responsável pela polícia na região da Várzea paraibana, porém o Coronel não estava na região. Segundo o relato do camponês Antônio Galdino Pessoa, quando o grupo de agentes do estado e funcionários do latifúndio chegaram, os camponeses já foram intimidados desde o início da conversa, como podemos observar no relato abaixo: “que, os soldados e os civis, ao deixarem os veículos, dirigiram-se para os camponeses que trabalhavam nas terras de Nezinho de Paulo, e de armas em punho, acenavam para os camponeses no sentido de que os mesmo não se aproximassem. Sobre o encontro entre funcionários do latifúndio e camponeses, reproduzo abaixo o diálogo entre Antonio Galdino (presidente da Liga Camponesa de Mari) e Fernando Gouveia (funcionário do Grupo da Várzea):

Gouveia: você tem a arma que os seus homens tomaram, nesta manhã, do administrador da fazenda de Dona Anunciada? **Galdino:** tenho, doutor Fernando. **Gouveia:** Eu vim buscar a arma, ela pertence ao doutor **Renato**. **Galdino:** Eu só sei que o revólver estava na cintura do administrador. **Gouveia:** os seus companheiros enchocalharam o rapaz sem necessidade **Arlindo (GRITAVA):** foram todos eles que me agrediram. **Galdino:** este homem vive ameaçando os camponeses, doutor Fernando. **Gouveia:** deixa de conversa, homem entrega logo o revólver - Gouveia falou aos gritos. **Galdino:** pois não doutor. Aqui está a arma - levou a mão ao alforje que conduzia e retirou o revólver entregando a Gouveia (COELHO, 2004).

Vale o destaque de que quando os funcionários do bloco agroindustrial chegaram juntos com os policiais, os camponeses faziam o seu trabalho e todos pararam atentos para o que estava acontecendo. Segundo o relato de José de Aciolly Lima, os milicianos apontavam as armas em direção aos trabalhadores perguntando pelo chefe dos camponeses, e, segundo Maria Clyvia (2017), embora afirmasse que não tinham chefe, os camponeses, reconheciam no Carioca uma liderança. O teor da conversa entre Carioca e Gouveia já foi exposto, entretanto, vale salientar que depois da entrega da arma o sargento Pinto ameaçou enchocalhar Carioca.

O primeiro tiro partiu do próprio Fernando Gouveia, segundo Mirocem, o motorista de um dos jipes que levou o grupo até a fazenda Olho D'Água. Foi Fernando Gouveia quem deu o primeiro tiro e quem matou Carioca, segundo o relato dessa testemunha. Ao verem sua liderança abatida e receberem instantaneamente uma rajada de metralhadora, os camponeses partiram para um confronto desigual, com seus materiais de trabalho - enxadas, foices e facas que proporcionaram suas subsistências, que colocavam comida em suas mesas, passaram a ser literalmente sua única forma de sobreviver.

No total foram 11 mortes, sete do lado do bloco agroindustrial e quatro do lado dos camponeses. O conflito que se iniciou com a comitiva do bloco agroindustrial contra os camponeses continuou depois que o destacamento da polícia da região chegou ao local. Podemos dizer que os camponeses levaram dois ataques sequenciais, o primeiro sendo da milícia do bloco agroindustrial, que contava com policiais da ativa e da reserva e o segundo ataque quando a polícia de Mari, que escutou os tiros, sob o comando do subtenente Ospício Mendes de Sousa, que afirmou que ao chegar ao local encontraram camponeses e foram recebidos com tiros. Vale a pena destacar justamente o fato de que durante o primeiro ataque uma metralhadora caiu das mãos de um policial e é tomada por um camponês chamado Antônio Galdino da Silva.

Maria Clyvia (2017) que teve acesso ao depoimento do camponês, no qual ele afirma que já ferido largou a arma no meio do caminho por não saber manejá-la e por necessitar de ajuda, já que estava ferido e precisava buscar socorro, sendo levado até o posto da SAMDU de Sapé. O segundo ataque vitimou dois camponeses que foram: Pedro Cardoso da Silva e Genival Fortunato Felix, além do soldado José Tomaz da Silva, um conflito que resultou em onze mortos. Entre eles estão quatro camponeses e sete pessoas ligadas ao bloco agroindustrial da Várzea. O que se pode observar é que no conflito que aconteceu na cidade de Mari a relação entre as forças privadas e as forças do Estado é explícita. O primeiro fato deve-se a arma que foi encontrada em posse dos funcionários das usinas do grupo da Várzea ser de uso privativo das forças armadas, o segundo fato, não menos importante, é a comitiva montada para retomar a arma que estava em posse dos camponeses. Vale destacar a presença de policiais paraibanos da ativa que eram: Cleudo Pinto Soares e Abdias Alves dos Santos, que segundo Nelson Coelho foram resgatados por Fernando Gouveia (Contador das Usinas) no município de Santa Rita.

3. O papel do Diário da Borborema e Diário de Pernambuco na construção de uma hegemonia em relação ao conflito

O conseqüente papel dos aparelhos privados de hegemonia na disputa de um consenso era algo que se apresentava na ordem do dia na Paraíba de 1964. É importante entender que os aparelhos privados de hegemonia em Gramsci são o local onde uma classe luta e desenvolve sua hegemonia pela direção da sociedade. Ela não deve ser compreendida de uma maneira que esteja descolada da sociedade política, ou seja, Gramsci evitava reduzir o papel dos aparelhos privados de hegemonia a apenas um reflexo da ideologia dominante.

Para Gramsci, esses aparelhos tinham relação direta com a base, levando assim sua compreensão para além de uma “falsa consciência”. É de notória importância dentro da teoria do intelectual sardo partir do pressuposto de que quando os aparelhos privados não conseguem manter o consenso, provavelmente, a hegemonia dominante entra em crise.

§ 136. *Organização das sociedades nacionais.* Assinalei de outra feita que, numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entenda organização e partido num sentido amplo, e não formal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo – natural e contratual ou voluntário –, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercitivo. (Gramsci, pg.253, 1999)

O Diário da Borborema é um jornal paraibano fundado em 1957 pelo magnata da comunicação Assis Chateaubriand, também conhecido como Cidadão Kane brasileiro pelo seu ostensivo império de comunicação que chegou a ser o maior conglomerado de mídia da América Latina. O jornal Diário da Borborema é fruto de uma promessa política de Assis Chateaubriand no período em que foi candidato a senador pelo estado da Paraíba e cumprido ainda durante seu mandato, entre 1952-1957. A criação do jornal marca também o papel de referência que Campina Grande passa a ter como símbolo de modernização. Na comemoração de 50 anos do jornal, realizada na Câmara Municipal de Campina Grande, por muitas vezes escutaram-se discursos sobre a importância do jornal na vida política paraibana de meados do século XX até os dias atuais. Vale destacar que o Diário da Borborema foi um intenso apoiador dos golpistas de 1964 e o seu dono Assis Chateaubriand já vinha, em rede nacional, participando de uma ostensiva campanha

contrária ao governo de João Goulart. Os jornais que pertenciam aos Diários dos Associados já vinham sabotando o governo do presidente João Goulart que, mesmo contando com apoio popular, sofria um intenso ataque e boicote por parte da mídia impressa, principalmente por parte dos Diários dos Associados.

A proposta deste tópico é entender como esse tipo de mídia acabou por criar a situação confortável para que ocorresse o golpe militar e a consequente manutenção desses agentes políticos (militares) na vida política do país por mais de 20 anos. Por isto, o objetivo é entender como esses aparelhos privados de hegemonia, na tentativa de construir um consenso, acabaram por contribuir com uma das páginas mais tristes da história recente do Brasil que foi a ditadura militar. Resgatando a noção de aparelho privado de hegemonia de Gramsci pode-se notar que o Diário da Borborema atuava no sentido de contrarreformas de base.

Tento resgatar a noção de aparelho privado de hegemonia de Gramsci pode-se notar que o Diário da Borborema atuava com o intuito de desestabilizar as reformas anunciadas pelo governo. Entre o conjunto de reformas anunciadas pelo governo estava a reforma agrária, que boa parte dos camponeses paraibanos desejavam no período estudado. É importante entender a relação desses jornais com os grupos dominantes. Ela pode ser percebida através das pautas defendidas por esses jornais, que geralmente estavam em sintonia com as pautas defendidas pelas classes dominantes, tanto a nível federal quanto a nível estadual.

Imagem I: Capa do Jornal do Diário da Borborema no dia 16 de janeiro de 1964.

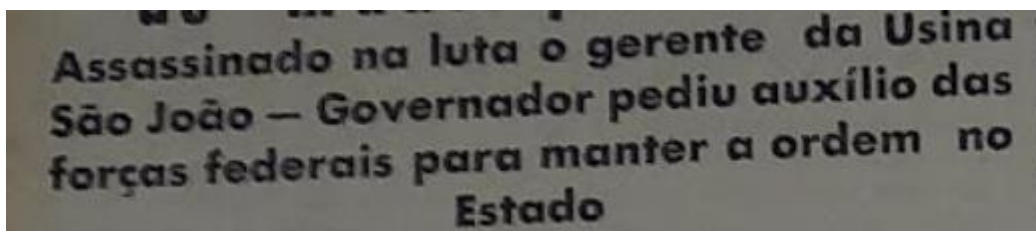


Essa é a capa do dia 16 de janeiro de 1964 - um dia após o conflito - do jornal Diário da Borborema. O destaque é que o conflito aconteceu para o Diário da Borborema entre camponeses e a polícia.

Com essa narrativa, o jornal marginaliza os camponeses por estarem em conflito com a Polícia, quando, na verdade, hoje sabemos que o conflito se deu com funcionários da Fazenda Santo Antônio que estavam em uma comitiva junto com a polícia da região. A relação aqui se complexifica, quando o jornal coloca que o conflito ocorreu apenas com elementos da polícia ele já induz que o outro, ou seja, os camponeses, que entram em conflito com a Polícia estavam fora da lei, pois a Polícia é a representante da lei, portanto, logo o leitor é levado a perceber que o lugar colocado para o camponês pelo jornal é o da ilegalidade. Abaixo vemos uma imagem que é da capa do jornal um dia após o conflito. O Diário da Borborema erra ao afirmar categoricamente que o governador havia pedido auxílio às tropas federais para manter a ordem em torno do conflito.

Apesar da intensa repressão que aconteceu no campo paraibano no pós-conflito de Mari, o que se observa é que essa repressão é oriunda da Polícia Militar do estado da Paraíba e não houve pedido do Governo Estadual para que tropas militares federais ocupassem o território da Várzea. A ocupação se deu através da própria polícia militar do estado. O jornal relatou sobre o telegrama de Pedro Gondim ao Ministro da Justiça, no qual o governador havia pedido o auxílio das forças militares federais. Entretanto, o que se sabe é que Justino Alves Bastos (comandante do IV Exército), que tinha jurisdição em todo o Nordeste junto com Augusto da Matta, do 1º Grupamento de Engenharia da Paraíba, sugeriram a Pedro Gondim a ajuda das Forças Armadas na região, o que foi rejeitado pelo governador.

Imagem II: Capa do Jornal Diário da Borborema 16 de janeiro de 1964



A demarcação de classe por parte do jornal é algo que tem que ser observado não como algo natural, mas como um projeto em uma ideia de construção de um consenso. A teoria gramsciana sobre os aparelhos privados de hegemonia nos traz luz para entendermos como os jornais acabavam por reproduzir formas de ser adequadas aos interesses do mundo burguês, ou seja, de construção de uma hegemonia.

Segundo Virgínia Fontes (2015) o fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil - e dos aparelhos privados de hegemonia - remete para a organização e, portanto, para a produção coletiva de visões de mundo, da consciência social. É importante salientar que, por mais que esses jornais tentem se dissociar da vida econômica-política, se apresentando como porta-vozes da neutralidade, sabemos que essa neutralidade não existe e esses aparelhos estão remetidos a formas organizativas que se relacionam com a esfera da produção econômica e também do Estado, portanto não devem ser considerados como fora do chão social e sim como construtores diretos de uma hegemonia que tende sempre a ter uma orientação da classe que domina.

Imagem III: Capa do Jornal do Diário da Borborema no dia 17 de janeiro de 1964.

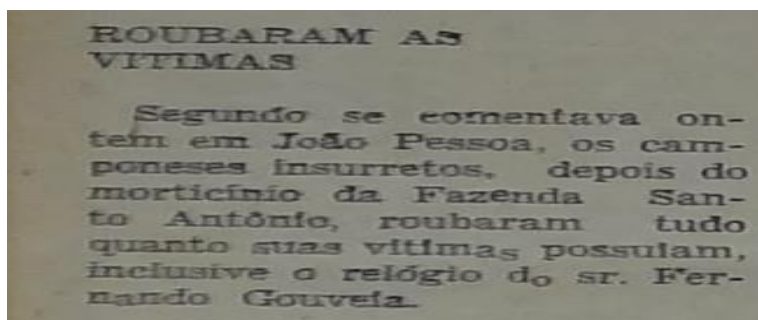


Duas questões importantes valem ser destacadas nesta capa: 1º a construção de um imaginário de que existia um processo revolucionário à esquerda em curso naquele contexto brasileiro e a 2ª questão é que esse processo revolucionário estava tão avançado que os trabalhadores já estavam organizados em táticas de guerrilhas. Pode-se perceber que não se fala no jornal Diário da Borborema de que a arma encontrada com Arlindo Nunes (funcionário da fazenda Olho D'água) era de porte exclusivo das Forças Armadas brasileiras e quando o jornal fala sobre a tragédia é jogando a responsabilidade unicamente nos/as trabalhadores rurais. Outro destaque que vale ser apresentado é quanto ao conteúdo da lide, onde a reportagem afirma: “grave conflito da fazenda Santo Antônio, no município de Mari, onde foram trucidadas sete pessoas entre policiais, elementos das Usinas São João e Santa Helena e líderes camponeses, veio despertar na Paraíba a consciência de que já existe, no Estado, uma revolução em marcha.” (DB, 17.01.1964). O texto ainda continua levantando suposições que hoje a luz da história podem ser consideradas estereótipos e evidenciam o papel cumprido por esses organismos na manipulação de um ideal coletivo, já que o jornal tinha uma circulação considerável dentro do território da Paraíba.

Mais uma vez destaco que em nenhum momento durante o texto, o jornal fala sobre a arma de porte exclusivo do exército que estava sob posse de Arlindo Nunes.

No tocante ao conflito, o jornal ainda levanta um outro ponto que demonstra nitidamente o papel cumprido por esses jornais no tocante à criminalização e marginalização dos camponeses, isso porque o jornal afirma a partir de fontes que “se comentava em João Pessoa” que os camponeses haviam roubado as vítimas do conflito. Evidentemente que isso não se comprova e não se tem evidências de que realmente tenha ocorrido, abaixo podemos ver o trecho onde o jornal faz uma acusação evidencia a ausência da suposta ‘neutralidade’ que esses organismos possuem.

Imagem IV: Capa do Jornal da Diário da Borborema no dia 17 de janeiro de 1964.



Outro jornal estudado como fonte neste trabalho é o jornal Diário de Pernambuco, fundado em 1825 por Antonino José Miranda Falcão. Trata-se de um jornal que desde sua origem se posicionou contrário a escravidão e foi também veículo oficial de comunicação do Estado de Pernambuco. No período estudado nesta pesquisa a posição do jornal foi de oposição ao governo de João Goulart e reiterou uma denúncia sem sentido de uma revolução comunista em marcha. O jornal foi um profundo crítico das Ligas Camponesas e de Francisco Julião e apoiador do movimento golpista de 1964, o jornal, que é um dos mais antigos da América Latina, na década de 1940 entra para os Diários Associados. É importante perceber que o jornal foi um efusivo porta-voz do movimento golpista de 1964, exercia também um papel de criminalização das organizações de esquerda, principalmente em torno das Ligas Camponesas. Aqui, através dessas imagens fica evidente a afinação desses veículos de imprensa com uma agenda que vinha sendo pensada há um tempo e foi executada no início do ano de 1964 culminando no golpe empresarial-militar. Para entender a complexidade das relações desses veículos com as elites econômicas da região, se faz necessário resgatar a compreensão de Gramsci acerca

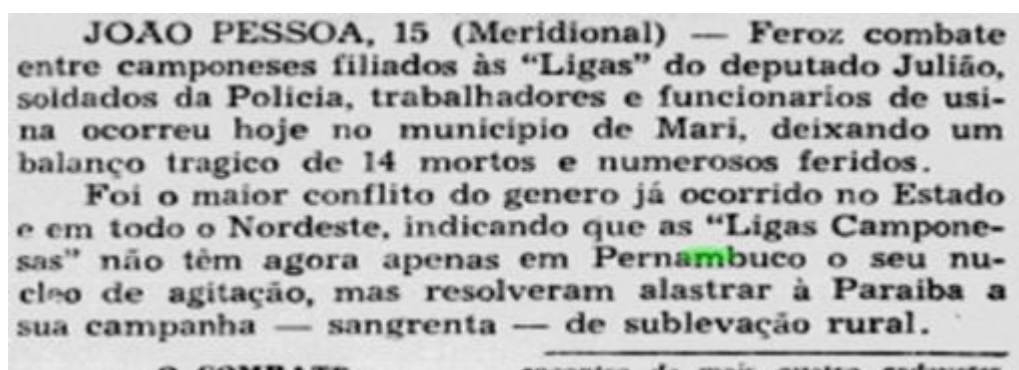
do papel que os jornais têm na construção de uma coesão e de uma hegemonia através dos seus escritos diários.

Imagem VII: Capa do Diário de Pernambuco do dia 16 de janeiro de 1964



No mesmo dia 16 de janeiro de 1964, do outro lado da fronteira da Paraíba, o Diário de Pernambuco traz uma capa que se assemelha à capa do Diário da Borborema, isso porque ambos colocam o conflito como de responsabilidade dos camponeses e dos policiais e colocam o destaque com fotos na capa principal. No corpo do texto o que se pode observar é uma leitura tendenciosa que relaciona a luta pela terra na Paraíba e toda a estrutura econômica desigual à presença de agitadores, e principalmente a figura de Francisco Julião.

Imagem VII: capa do jornal Diário de Pernambuco, 16 de janeiro de 1964



É importante salientar que a intenção deste trabalho não é de cometer nenhum tipo de anacronismo ao olhar para essas fontes, entendendo as limitações temporais que elas nos proporcionam, entretanto, vale o destaque de que o posicionamento do Diário de Pernambuco sobre o caso da tragédia fala muito sobre uma conjuntura histórica de criminalização das organizações sociais e escalada autoritária, isso porque o jornal ainda levanta a hipótese de que após o conflito os camponeses incendiaram seis veículos pertencentes à Usina São João e tocaram fogo nas plantações. Além disso, não tem uma linha onde se informa o nome dos camponeses mortos e até mesmo dos mortos pobres que representavam os latifundiários. É importante salientar que houve um silenciamento na cobertura do enterro e do velório dos camponeses nos jornais aqui analisados, ratificando assim a necessidade deste artigo de se construir uma história que tenha nos subalternos seu meio e fim. Observando o jornal Diário de Pernambuco o que se pode perceber é que houve uma ampla cobertura em torno do sepultamento dos funcionários do latifúndio, mas nenhuma linha sobre os camponeses.

Conclusão

A tragédia de Mari, ocorrida em 15 de janeiro de 1964, no município de Mari na Paraíba, foi um dos episódios marcantes no contexto dos conflitos entre camponeses e latifundiários no Brasil. O confronto resultou em uma triste contagem de vidas perdidas, no entanto, a narrativa divulgada pelos jornais da época, em especial dois (Diário da Borborema e Diário de Pernambuco) criou uma percepção distorcida ao atribuir a culpa aos camponeses e rotulá-los enquanto vândalos. O contexto do conflito remonta a um período de intensa luta por terra e reforma agrária no Brasil. As ligas Camponesas, lideradas em Pernambuco por Julião e na Paraíba por Elizabeth, Pedro Fazendeiro e Nego fubá, buscava mobilizar os trabalhadores rurais e lutar por seus direitos, reivindicando a redistribuição de terras e melhores condições de vida. No entanto, essa demanda confrontava os interesses dos latifundiários, que detinham grandes extensões de terra e mantinham um sistema de exploração desigual.

O conflito em Mari teve início quando os camponeses decidiram ocupar terras em um acordo com um fazendeiro local. Esse ato gerou indignação por parte dos latifundiários da região, mas a gota d'água foi o recolhimento de uma arma de uso privativo das forças armadas que estava sob posse de um funcionário da família Ribeiro Coutinho. É interessante notar que tanto o Diário da Borborema quanto o Diário de Pernambuco pouco dão ênfase ao que uma arma do exército estava fazendo com um funcionário de baixo escalão da usina de Renato Ribeiro Coutinho. Esse ato de resistência por parte dos camponeses gerou uma reação violenta por parte dos funcionários do latifúndio acontecendo um verdadeiro massacre, onde onze pessoas foram assassinadas sendo sete por parte dos latifundiários e policiais militares e quatro por parte dos camponeses. A partir desse trágico evento, os jornais da época desempenharam um papel crucial na construção de uma hegemonia sobre o evento. O diário da Borborema e Diário de Pernambuco, influenciados pelos interesses dos latifundiários e pelo clima político conturbado da época, retrataram os camponeses como agitadores, terroristas e criminosos. Essa narrativa distorcida teve o objetivo de criminalizar os movimentos camponeses e deslegitimar suas demandas legítimas por justiça social e acesso à terra. A Tragédia de Mari é um doloroso capítulo na história da luta pela reforma agrária no Brasil. Além das vidas perdidas, ela deixou marcas profundas na memória coletiva dos camponeses e no debate sobre a concentração fundiária.

Referências

- ALMEIDA, Agassiz. **A Ditadura dos Generais**. Betrand Brasil, 2007.
- CLYVIA, Maria. **“A tragédia de Mari”: resistência camponesas no município de Mari-PB 1964**. João Pessoa, 2017.
- COELHO, Nelson. **A Tragédia de Mari**. João Pessoa, 2004. Ideia.
- BENEVIDES, Pedro. **Camponeses em Marcha**. Paraná, 1985.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 1.
- _____. **Cadernos do cárcere**. tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000a. v. 3.
- _____. **Cadernos do cárcere**. tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. v. 4.
- CITTADINO, Monique. **Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo**. Editora: UFPB. João Pessoa. 2011.

Seminário Interno PPGHS — 2022
Seção: discentes ativos

LEMOS, Assis. **Nordeste do Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o Golpe de 64.** Universidade Federal da Paraíba, 1996.

FONTES, Virgínia. **O Brasil no Capital-Imperialismo.** Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

Praia de Ramos, entre o coronel e o Iate Clube de Ramos. Um breve levantamento sobre a formação territorial urbana da Praia de Ramos.

Jean Victor Barreto Costa¹
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de mestrado cujo título é: Favela e Memórias: Ocupação dos moradores da praia de Ramos e Parque Roquete Pinto. O presente artigo tem por objetivo localizar o Coronel Joaquim Vieira Ferreira, empreendedor da Villa Gerson (1920) e o Iate Clube de Ramos (1940), que fica na praia de Ramos, hoje conhecido como Piscinão de Ramos/Maré - RJ, como articulador dos ideais ligados às políticas públicas de expansão urbana, balnearização da Praia de Ramos e através do esporte náutico durante o Estado Novo no Território² da Praia de Ramos (1920 - 1950), considerando para análise sobre o tema, periódicos da época, a bibliografia já existente sobre o assunto, as fontes de arquivos do Estado, atas de reuniões e fotografias que têm emergido do arquivo do Iate Clube de Ramos. A motivação para o desenvolvimento desta análise inicial se faz pela necessidade de sistematização de um referencial que aponta alguns objetivos e agentes envolvidos na transformação da praia de Ramos em referência aos subúrbios para o banho de mar e esporte náutico entre os anos de 1920 a 1950.

A Maré é um dos bairros populares mais populosos do município, composto por um conjunto de 16 favelas³. No ano de 1994 é constituído o bairro da Maré, através da

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em História Social da UERJ; orientador professor Dr. Mauro Henrique de Barros Amoroso; 2022.1. Título do Projeto, Favela e Memórias: Ocupação dos moradores da Praia de Ramos e Parque Roquete Pinto. Bolsista CAPES e fotógrafo.

² O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria ideia de nação, e depois a ideia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira aquela célebre frase de Winston Churchill: “primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem”. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afete. (SANTOS, 1999, p. 08)

³ As localidades que compõem a Maré e o ano-base de constituição são, em ordem cronológica: Morro do Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Parque Rubens Vaz (1954), Parque Roquete Pinto (1955), Parque União (1961), Nova Holanda (1962), Praia de Ramos (1962), Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila dos Pinheiros (1983), Conjunto Pinheiros (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1992), Nova Maré (1996) e Novo Pinheiros (2000), esta última conhecida como Salsa e Merengue.

<https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/07/censomare-web-04mai.pdf>

Lei Municipal nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994.⁴ Dito isso, é importante destacar que as pesquisas desenvolvidas sobre a ocupação territorial desse espaço denotam historicidades específicas e dinâmicas heterogêneas entre as favelas que compõem o bairro, o que faz do bairro da Maré um território diverso e muito importante para a história do Rio de Janeiro.

O texto está dividido em 3 partes, na primeira é exposto o nascimento das práticas de banho de mar na praia do Apicú (Ramos) começo do século XX; na segunda parte, um panorama sobre a inserção da praia de Ramos como modelo de balnearização dos subúrbios e, na terceira parte as articulações entre o Iate Clube de Ramos e o Estado Novo, ocupando os espaços “vazios” da cidade e criando novos objetos de consumo pensado para contemplar as classes médias numa metrópole em efervescente crescimento.

Segundo Araújo (2008), por volta de meados do século XVIII se criou a freguesia de Inhaúma, que ia desde a região da Praia Pequena (Benfica) até o Rio Meriti. Com a mudança da capital da Bahia para o Rio de Janeiro em 1763, houve um reaquecimento paulatino da economia local para consumo interno e externo, que revitalizou grandes engenhos da região.

No século XIX as fazendas da região já se demonstraram não tão rentáveis, com isso foi necessário um desmembramento e arrendamento em pequenas parcelas de terra para pequenos agricultores (ARAÚJO, 2008, p. 101).

A praia de Ramos teve seu primeiro projeto de ocupação associado aos interesses do capitão Luiz José Fonseca Ramos e seu descendente. Este, no ano de 1886, fez um acordo com os acionistas da Estrada de Ferro Norte para que os trilhos da companhia passassem pelas suas terras, o que deu nascimento à estação de Ramos e às primeiras ocupações de caráter urbano na região. (CHRISÓSTOMO, 2019, p. 07)

Através da instalação do Instituto Oswaldo Cruz, em 1899, viu-se a necessidade de melhoramento dos meios de transporte e uma maior infraestrutura devido a importância da instituição para o país. Com essa necessidade, a partir de 1902 foi implantado o projeto de expansão pelo então prefeito Pereira Passos e a região central

⁴ Seu território está disposto sobre uma faixa praticamente contígua à margem da Avenida Brasil, que se estende ao longo de favelas que já fizeram parte dos bairros de Manginhos, Bonsucesso ou Ramos e que hoje constituem o bairro Maré, criado por meio da Lei Municipal nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994. A exceção fica por conta do território da comunidade de Marcílio Dias, distante cerca de 2.300 metros da Praia de Ramos, que não foi incluído no bairro Maré quando seus limites foram definidos na referida lei. Desse modo, quando se faz referência ao bairro Maré, a favela Marcílio Dias não é contada, uma vez que continua pertencente ao bairro Penha Circular.

<https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/07/censomare-web-04mai.pdf>

começa a ser valorizada, forçando a movimentação da população pobre para a região dos subúrbios. Assim sendo, o perfil rural da região começa a se modificar ganhando novos ares urbanos, devido à proximidade com o centro da cidade. Com isso, diversos aterros começam a se espalhar dando fim a parte dos manguezais (ARAÚJO, 2012, p. 103).

Além das intervenções do capitão Ramos para modificar e adequar o uso das terras ao processo de urbanização da cidade. No final do século XIX durante a gestão de Pereira Passos/Rodrigues Alves, a região da Leopoldina, constituída de grande manguezal, já era parte de uma série de aterros e da instalação do porto de Maria Angú que também era posto de guarda fiscal⁵, esta obra ligaria o bairro da Penha a Praça XV, com conexão para a Ilha do Governador. Esta ação está associada à necessidade de fortalecer a função portuária do Rio de Janeiro, para assim, ter efetiva melhoria na circulação de mercadorias. Como afirma Harvey (2005) no seu texto “A geopolítica do capitalismo”, onde ele fala sobre uma concordância majoritária de que “a reprodução da vida cotidiana depende de mercadorias produzidas mediante o sistema de circulação do capital, que tem a busca do lucro como seu objetivo direto.” (HARVEY, 2005, p. 129)

Tais atividades de cunho estatal relacionadas à balnearização da praia de Ramos, as ferrovias e o transporte fluvial ligavam-se à proposta de modernização do território e construção de novos hábitos culturais ao uso das praias. Fundamentadas pela ideia de progresso e eficiência. O processo de urbanização foi fortemente atravessado pelas ferrovias o que produziu e reproduziu diversos modelos de intervenção urbana. A proposta de urbanismo, entre outros quesitos, objetivava integrar a cidade ao mercado externo, que paramentava uma nova organização do espaço e do território.

O Estado sofre transformações, onde as exigências de acomodação do sistema capitalista mundial faz enquanto fator fundamental do processo de acumulação. As mudanças no sistema de produção industrial e seguida do modelo de acumulação das economias industriais (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998.). “O Estado atravessa um processo de metamorfose para dar origem a um ‘novo’ Estado, funcional para as novas condições” (*apud* Santos, Souza, Silveira. BOISER, 1992, p. 47).

Outro aspecto importante para destaque é a necessidade de moradias de caráter urbano e chácaras. Nas terras onde se localizava o Engenho da Pedra, ao final do séc. XIX, se instalaram o Coronel Joaquim Vieira Ferreira e família, antepassados das famílias

⁵ Arrecadação dos impostos fluminenses. A manhã, Rio de Janeiro. 30 dez. 1925. p. 05.
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%20192&pesq=Maria%20ang%C3%BA&pagfis=15>

Vieira e Ferreira, em sua maioria constituída de médicos, militares e advogados.⁶ Utilizaram engenhosamente as qualidades e atributos da paisagem marítima para alcançar seus objetivos imobiliários no crescente mercado de terra. O coronel tinha como objetivo em seu projeto transformar Ramos em uma espécie de capital dos subúrbios. A partir dos anos de 1920 anunciava terrenos e imóveis para venda⁷, próximos a praia de Maria Angú. Através dos Jornais tem-se acesso a materiais dedicados a reivindicar melhorias para os subúrbios⁸. Tais materiais colocam em centralidade a envergadura política do Coronel que colocava em cena o poder de barganha com demais agentes para a consolidação do projeto de ocupação e especulação imobiliária da região.

Tal processo explica a alienação das terras pertencentes à família Ramos, da qual fazia parte o sítio Bambu, vendido à família Teixeira Ribeiro; responsável pela abertura de ruas, calçamento, iluminação e esgotamento. Por volta de 1910, alguns dos terrenos ainda não ocupados, e cuja propriedade era de um dos herdeiros da antiga fazenda Nossa Senhora do Bonsucesso, passaram a integrar o patrimônio do coronel Joaquim Vieira Ferreira e sua esposa Ruth Ferreira. É dessa família, composta de médicos, advogados e militares, ou seja, de membros da elite local, que nasce alguns anos mais tarde a ideia de replicar o modelo “Beira Mar” no subúrbio. (Chrysostomo, 2019, p. 06)

Segundo Chrysostomo (2019), como elemento da identidade carioca se tem a sua vocação balneária, onde o espaço-praia passa a ser fonte de lazer e esporte, como estilo carioca de ser e com a difusão desse novo modelo de lazer o nascimento de diversos clubes de regatas. No ano de 1915 o Automóvel Club do Brasil, atentos a essa nova tendência, lança mão de um projeto de construção e instalação de um balneário moderno em Copacabana, com apelo para prefeitura do Distrito Federal de que os banhos de mar é uma questão de saúde pública, pois com o aumento do remo e dos esportes náuticos necessita-se de lugares próprios para a prática da população (Chrysostomo, 2019).

Em inícios do séc. XX, a prática de banho na praia de Ramos era recomendada pela sua capacidade terapêutica das areias monazíticas, por meio da estrada de ferro Norte e Leopoldina muitas famílias da serra de petrópolis vinham para o recôncavo de Inhaúma, onde ficava localizada a praia do Apicú. Segundo Chrysostomo (2019), o território da praia de Ramos era anteriormente conhecido com os nomes indígenas Apicú e Mariangu,

⁶ MAS obras em Ramos. Jornal de serviço - Rio de Janeiro. 22 out. 1970.

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=13115&url=http://memoria.bn.br/docreader#

⁷ ANUNCIO de terreno para venda, rua apicú. Jornal do Brasil. 17 jul 1921.

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&pasta=ano%20192&pesq=Villa%20Gerson&pagfis=9432

⁸ AINDA nos subúrbios da Leopoldina. Jornal do Brasil - 24 Jul. de 1927.

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&pasta=ano%20192&pesq=Villa%20Gerson&pagfis=57404

a praia do Apicú, significa em tupi-guarani “brejo de água salgada”. Mariangu, como foi também batizada, é o nome indígena da ave abundante na orla marítima. (apud Chrysostomo. Fraiha e Lobo, 2006).

A ideia de balnearização da praia de Ramos, não se articula diretamente ao projeto de balnearização como em Copacabana, mas pelas novas demandas das reformas urbanas no começo do século XX. As melhorias ligadas a Ramos, estavam diretamente referenciadas nas intenções do Coronel Vieira Ferreira com a Villa Gerson. Pois, os atributos para promoção da região eram, a infraestrutura dos terrenos vendidos agregada as imagens de lugar pitoresco. Nesse sentido há uma tentativa de integrar o emergente distrito de Ramos à cidade e a villa Gerson à praia de Ramos.

Tal perspectiva estava presente em seu plano de urbanização que previa a venda de lotes nas margens da Avenida Guanabara, paralela à praia de Ramos, imitando a existente em Copacabana. A fama de seu empreendimento concorreu à época para que a imprensa apelidasse a Villa Gerson de “Copacabana dos Subúrbios”. (Chrysostomo, 2019, p. 8)

Mas para que a aplicação do projeto fosse efetiva, era necessário que o coronel sensibilizasse agentes públicos e privados para captação de recursos. Com isso, Ferreira utilizou inúmeras estratégias para se aproximar e aproximar figuras e instituições que pudessem viabilizar a proposta da Villa Gerson. Dentre os dispositivos estratégicos tinham doações de terrenos, cortejos, festejos, todos esses feitos eram noticiados pela imprensa da época. Através do clube militar e da Associação Brasileira de Imprensa, o coronel teve acesso a importantes decisões de intervenção na cidade pela prefeitura do distrito federal (Chrysostomo, 2019). Um outro órgão importante que trabalhou em conjunto com os interesses do Coronel Ferreira para a dinamização da ocupação da Praia de Ramos, foi o Centro dos Chronistas Carnavalescos⁹, que era responsável pela organização das festas de carnaval a partir da década 1930, colocando a praia de Ramos no calendário oficial de carnaval da cidade (Chrysostomo, 2019, p.13).

Segundo Chrysostomo (2019), apesar da habilidade política e inserção em diversas redes sociais no ano de 1937, o projeto do Coronel não obteve aprovação final, pois, os interesses se conflitavam com as intenções de intervenção do governo Vargas,

⁹ A Associação, criada em 1925, tinha a finalidade de intermediar as relações entre o poder público e os foliões; tarefa que passou a desempenhar principalmente a partir dos anos de 1930. Nesse contexto, o discurso de valorização da cultura nacional colocava em destaque o carnaval como expressão legítima do povo brasileiro. Fazendo parte do conjunto de atores sociais que passou a atuar como mediadores políticos, tanto os Cronistas Carnavalescos, como os folcloristas exerceram papel significativo nesse contexto de afirmação dos grupos populares (ALMEIDA, 2012).

que através do corpo de engenharia tinha como objetivo a construção de um bairro proletário, a fim de conter e erradicar a massiva favelização do lugar. Tal perspectiva, no ano de 1940, evidencia importantes projetos para a região com a construção da Avenida Brasil e a construção do Balneário de Ramos.

A praia de Ramos é um caso inédito da tentativa de construção de espaços balneários na cidade do Rio de Janeiro, a partir dos anos de 1920 e 1940 havia-se a proposta de transformar tal praia em um modelo de balnearização dos subúrbios populares, com o objetivo de democratizar o lazer a classe trabalhadora que lutava por suas demandas. O espaço de praia foi uma negociação de cultura balneária que visa a construção de uma identidade suburbana.

Partindo desse ponto de vista, a disseminação do lazer popular na praia de Ramos pode ser lida de duas formas: de um lado, como um projeto de modernização que se processava por meio do consumo de novos produtos, a partir da produção simbólica de imagens espaciais (positivas ou negativas) atizadas pela mídia. Por outro, pela construção de uma imagem de ausências e de urgências, tornando o lazer mais um item nas lutas pelo direito à cidade. A resignificação do espaço-praia, que redundou mais tarde na construção do balneário de Ramos em 1948, resultou, portanto, da mistura desses dois ingredientes.

Durante esse processo de reconfiguração do espaço dos subúrbios e tentativas de empreendimentos por parte das elites locais, como o projeto da Villa Gerson: “no dia 13 de novembro de 1941, na casa do Sr. Coronel Joaquim Vieira Ferreira, na Rua Gerson Ferreira, 184, praia de Ramos” (Livro de Atas, *Yate Club de Ramos*. Rio de Janeiro, 13 de nov. de 1941, p. 1) foi inaugurado o Iate Clube de Ramos, pois como abordado anteriormente, o crescimento da prática de iatismo trouxe novas demandas da classe média que se instalava na região de Ramos. O clube se instalou na Rua Gerson Ferreira, onde se encontra até os dias atuais. E como importante agente da região, o Coronel Vieira Ferreira também foi sócio-fundador¹⁰ e estimulou o desenvolvimento esportivo, pois acreditava que tal processo era sinal de modernidade e civilidade para construção de um espaço organizado e higiênico nos subúrbios. Escrito em ata, um trecho descreve as possibilidades de articulação entre os membros do clube, Marinha e agentes públicos, para que através de um decreto¹¹ pudesse construir a sede do clube.

¹⁰ Relação de sócios fundadores. (Livro de Atas, *Yate Club de Ramos*. Rio de Janeiro, 13 de nov. de 1941, p. 03)

¹¹ Passagem do texto onde se fala da possibilidade de instalação da sede do Iate Clube e sobre decreto para uso de terras da Marinha. (Livro de Atas, *Yate Club de Ramos*. Rio de Janeiro, 13 de nov. de 1941, p. 6)

“A fundação do Iate Clube de Ramos, partiu de um conceituado grupo de esportistas residentes no subúrbio leopoldinense[...]cuja sede acha-se confortavelmente instalada na Rua Gerson Ferreira, 80, na praia de Ramos.” (A FUNDAÇÃO do Iate Clube de Ramos. Amanhã, Rio de Janeiro, 14 nov. 1941. p. 15.)

Segundo Melo (2020), a intenção era oferecer uma moderna área de lazer para atender as demandas da população suburbana, incentivando o banho de mar, mas também com as atividades esportivas, tais práticas estavam alinhadas à gestão de Henrique Dodsworth¹², prefeito escolhido por Getúlio Vargas. Tal ideia estava alinhada à construção da Avenida Brasil, adequando o espaço ao novo perfil da cidade.

Assim sendo, o Iate Clube de Ramos estava ligado ao projeto pois a ideia era transformá-lo numa agremiação, que também atendesse a classe trabalhadora e os estratos sociais populares, através de uma sede que se articulasse ao balneário da praia de Ramos. Ao articular suas iniciativas com o poder público, e vice-versa, o Iate Clube de Ramos instalou no ano de 1945 uma barraca do Serviço de Recreação Operária (SRO) na Praia de Ramos com o objetivo de administrar o lazer dos trabalhadores. Tal entidade estava vinculada ao Ministério do Trabalho que dava o direcionamento a partir dos interesses do governo (SANTOS, A., 2007).

Essa praia foi escolhida por ser considerada a preferida dos operários cariocas. A cremos nas informações fornecidas por Sússekind em seu relatório, nesse local o SRO montou uma barraca de sessenta e quatro metros quadrados, com quatro cabines para troca de roupas e que ainda contava com livros, revistas e jornais do dia, serviços de socorros de urgência e algumas cadeiras (SANTOS, A., 2007, p. 321).

Na ocasião em que se foi inaugurada a barraca, esteve presente o Capitão Hildebrando Bayard Melo (presidente do Iate Clube de Ramos¹³); Domingos Vassalo Caruso¹⁴ (proprietário do Ramos Clube do cinema de Ramos) e o Ministro do Trabalho Arnaldo Sussekind (INAUGURADA a barraca de praia para os trabalhadores. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 19 set. 1945. p. 4.)

Note-se que, nessa ocasião, falou “em nome dos moradores da Zona Leopoldinense” o comodoro do Iate Clube de Ramos, Domingos Vassalo

¹² “Em 10 de novembro desse ano, um golpe de Estado liderado pelo próprio presidente Vargas implantou o Estado Novo, suspendendo as eleições e o funcionamento do Legislativo. Henrique Dodsworth tornou-se então prefeito da capital, cargo que ocupou durante toda a vigência desse regime, realizando uma administração que durou oito anos e quatro meses. Uma das suas primeiras medidas foi a reorganização da Prefeitura do Distrito Federal. Aperfeiçoou o sistema de arrecadação de impostos, o que permitiu a aplicação de um vasto plano de obras públicas que transformou a paisagem da cidade”
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/henrique-de-toledo-dodsworth-filho>

¹³ Passagem do texto onde se fala do decreto para uso de terras da Marinha. Livro de Atas, Yate Club de Ramos. Rio de Janeiro, 13 de nov. de 1941, p. 45.

¹⁴ AINDA nos subúrbios da Leopoldina. Jornal do Brasil - 24 Jul. de 1927.
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&pasta=ano%20192&pesq=Villa%20Gerson&pagfis=57404

Caruso, personagem conhecido na região. Proprietário de muitos cinemas, foi uma liderança política local (presidente do Centro de Melhoramentos da Leopoldina), bem como do esporte carioca e nacional (foi presidente do Bonsucesso Futebol Clube e tesoureiro da Confederação Brasileira de Desportos). (MELO, 2020, p. 91).

Todas as articulações para consolidação da instalação do Iate Clube de Ramos partem dos grupos de elite da região a fim de reivindicar o *status quo* que gozava a elite da Zona Sul, mas que tinha como objetivo a promoção de ações que auxiliassem o governo Vargas direcionadas a classe trabalhadora da Leopoldina.

Eram sim ações de um grupo de elite da região, disposta a reivindicar a mesma respeitabilidade da qual gozava a elite da Zona Sul, mas que também promovia ações tendo em vista e envolvendo grupos de estrato médio e camadas populares da Zona da Leopoldina, algo que aumentava a sua credibilidade nos bairros do entorno e forjava uma visão positiva acerca de sua maneira de se portar publicamente. (MELO, 2020, p. 92)

No ano de 1948, a sede do Iate Clube se concretiza por conta da doação do terreno da Marinha, que já era especulado desde o ano da sua inauguração em 1941. No mesmo momento, se inaugura o balneário que tinha a previsão de inauguração do mesmo ano do Iate Clube de Ramos (1941), o que denota os interesses na Zona Leopoldina e projetos políticos para ocupar o tempo livre dos trabalhadores. (MELO, 2020)

Considerações finais

Apesar do processo inicial de pesquisa, o levantamento de fontes até o momento tem demonstrado a urgência de aprofundar os estudos sobre o processo de favelização do território da praia de Ramos, que hoje não faz mais parte do Bairro de Ramos, mas sim do Bairro da Maré. Os agentes históricos analisados no artigo, Coronel Joaquim Vieira Ferreira e o Iate Clube de Ramos, evidenciam importantes movimentos das elites suburbanas no processo de expansão da cidade do Rio de Janeiro, e construção de um espaço de consumo no território. Tal abordagem contribui para novas reflexões e questões sobre como a pobreza se configura nos subúrbios, levando em consideração como marco importante a instalação de um complexo industrial e da Avenida Brasil, alinhados à forte migração do nordeste para o sudeste.

Sendo assim, destaco a heterogeneidade histórica que compõe o processo de formação do que hoje conhecemos como Piscinão de Ramos, salientando que tais estudos são iniciais, com o decorrer do processo de pesquisa novas fontes irão ampliar os caminhos para prosseguimento da investigação sobre o processo de favelização da Praia de Ramos.

Referências

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. “Uma Copacabana Perdida nos confins suburbanos”: A ideia de Balnearização do Bairro de Ramos/RJ (anos de 1920-1940). <https://journals.openedition.org/confins/18086?lang=pt>

FRAIHA, Silvia; Lobo, Tiza, Ramos, de Olaria e da Penha, Rio de Janeiro: Editora Fraiha, 2006.

FERNANDES, Nelson da Nobrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio* Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

HARVEY, David. A experiência do espaço e do tempo. In *Condição pós-moderna*. São Paulo: edições Loyola, 2004.

LIMA, Rachel Gomes de Lima. Estratégias familiares para a manutenção do domínio de propriedade. (Fazenda Bonsucesso, Freguesia de Inhaúma, Séculos XIX -XX). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308097436_ARQUIVO_ANPUHSAOPAULO.pdf

MACIEL, M. E. de S. (1999). A eugenia no Brasil. *Anos 90*, 7(11), 121–130. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6545>

MELO, Victor Andrade de. Uma geografia do esporte: as experiências dos clubes de iatismo da Zona da Leopoldina (Rio de Janeiro, 1941-1954). *Geusp: Espaço e Tempo* (São Paulo). v. 24, n. 1, p. 83-103, 2020b.

MIYASAKA, Cristiane Regina. *Os trabalhadores e a cidade: a experiência dos suburbanos cariocas (1890-1920)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

PAIXÃO, J. L. Negros, identidades, resistências e estratégias de inserção: memórias e o Grêmio Recreativo de Ramos. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, A. B. G. “Nem só de pão vive o homem”: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). Tese (Doutorado em Educação), UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS; SOUZA; SILVEIRA. *Território Globalização e fragmentação*. 4º ed. Editora Hucitec-ANPUR. São Paulo, 1998.

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. USP, São Paulo, 1999.

Fontes

AS PRAIAS que as outras praias não conhecem. Carioca, Rio de Janeiro. 9 nov. 1935. p. 14. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830259&pasta=ano%20193&pesq=As%20Praias%20que%20as%20outras%20n%C3%A3o%20conhecem&pagfis=140>

Arrecadação dos impostos fluminenses. A Manhã, Rio de Janeiro. 30 de dez. 1925. p. 05. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%20192&pesq=Maria%20ang%C3%BA&pagfis=15>

A FUNDAÇÃO do Iate Clube de Ramos. A Manhã, Rio de Janeiro, 14 nov. 1941. p. 15. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%20194&pesq=A%20funda%C3%A7%C3%A3o&pagfis=13352>

(INAUGURADA a barraca de praia para os trabalhadores. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 set. 1945. p. 4. http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_07&pasta=ano%20194&pesq=inaugura%C3%A7%C3%A3o&pagfis=24268.

Você é livre? Buscando elos entre os desfiles de escola de samba, o ensino de história e a perspectiva Freireana sob a égide da ética e da ciência.

João Gonzales Moreira¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é: “Aprendi na Sapucaí!”. Um estudo da relação entre o uso e mobilização da História nos desfiles carnavalescos de Leandro Vieira”, ainda em andamento.

É preciso (e possível) desnaturalizar, descentrar, desconsertar.

Esforçando-me e buscando uma maneira de iniciar essa presente reflexão, fiz uma viagem no tempo e me coloquei novamente em uma sala de aula do 5º andar do edifício da amizade, ala Frings, da Puc-Rio, onde o Departamento de História fica instalado, e onde tive a oportunidade e o prazer de ter aulas com o Profº Ilmar Rohloff de Mattos. Na disciplina intitulada “Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História (LEAH)”, ao longo de todo um semestre, éramos estimulados pelo professor a pensarmos as nossas aulas como mediadoras de processos de desconstrução; caberia a nós, considerando a realidade, a bagagem e a participação dos alunos, propor movimentos de fuga de zonas de conforto.

Essa proposta redimensiona o papel do professor. Ela exige que o próprio, antes de tentar reconfigurar ideias dos alunos e acompanhá-los em caminhos desconhecidos, traga sempre dentro de si esse mesmo movimento de abertura e diálogo com novidades, inquietudes e questionamentos. Construindo um rápido paralelo com a atuação de um desenhista diante de seus esboços e papéis em branco dispostos na mesa, é como se a todo instante um novo detalhe pudesse ser acrescentado a um desenho já pronto ou novos contornos fossem dados a ideias já colocadas no papel; tudo pode ser reorganizado, refeito, redesenhado, reconstruído.

Os ensinamentos do professor permitem ainda o entendimento do que é ser cientista, do que é produzir conhecimento científico. O olhar deste é elétrico, está sempre

¹ João Gonzales Moreira, aluno do Doutorado do Programa de Pós Graduação em História Social da UERJ, orientado pelo Profº Drº Luís Reznik. Ingresso no ano de 2021. Título do projeto: “Aprendi na Sapucaí!”. Um estudo da relação entre o uso e mobilização da História nos desfiles carnavalescos de Leandro Vieira.

disponível a agitos e movimentações. Se ideias sobre determinado assunto estão cristalizadas, ele enxerga aí um problema. Se não houver crítica a certo posicionamento, ele percebe nisso um estorvo. O cientista se regozija no embaraço, se alimenta dele. Seu olhar não comporta calma. É como se seu lema fosse a frase há muito tempo consagrada popularmente: mar calmo nunca fez bom marinheiro.

Existem limites nesse processo de releituras e inquirições? Há de existir sim certos cuidados. Em tempos de proliferação de falas e comportamentos fascistas, é bem mais que razoável ligarmos o sinal de alerta. A ciência, o ensino, os professores, os pesquisadores e cientistas sabem bem de onde tem vindo ataques, sabem bem como são esses ataques e sabem muito bem os subterfúgios que necessitam para contra-atacar negacionistas e reducionistas. Ainda que a realidade se coloque delicada, respeitando e valorizando princípios e compromissos éticos, nosso posicionamento há de sempre ser apurado e honroso.

Diante dessas questões apresento o que motiva a elaboração deste pequeno texto: no esforço de pensar o ambiente carnavalesco das escolas de samba como provável e potente interlocutor de questões pedagógicas, mais especificamente as que envolvem o ensino de história, procuro refletir e buscar elos comuns entre esses mundos. Pressuponho que em ambos se faz urgente e relevante o estímulo a desnaturalização, descentralização e desconcertos. O esforço e a produção do Felipe Ferreira (2004) que descristaliza certas concepções que envolvem as escolas de samba e o carnaval, a preocupação com limites éticos a serem considerados pelos professores de história e por quem divulga conceitos ou conhecimentos históricos, alvo de investigação e trabalho de Fernando Penna (2021) e o convite a promoção da autonomia do educando, do ilustre Paulo Freire (2021), nos servem como pontos de reflexão e apoio. Nestes dois mundos, o do ensino e o do carnaval, esses esforços são louváveis e necessários. Assim sendo vejo relevância na continuação do debate acerca destas ideias. Que os ventos do mar guiem a nós, marinheiros, nessa viagem!

Desfilando com o momo: possibilidades e enfrentamentos no mundo carnavalesco.

Recentemente, em uma entrevista concedida ao programa Roda Viva no dia 7 de fevereiro de 2022, o jornalista Ruy Castro disse que é problemática a fala que aponta o morro como lugar de nascimento do samba. Seu argumento para defender o contrário se

apoia nas relações que músicos (sambistas) possuíam com membros da elite² e na sedução que a música do asfalto exercia sobre os moradores do morro. Refletindo sobre o tema penso que sua fala não exclui a participação de moradores do morro na “fundação” do samba, mas abre nossos olhos para o envolvimento de outros atores no processo. Acrescenta-se a esta ideia uma hipótese: esse envolvimento teve o consentimento de quem vinha do morro, ainda que por uma questão de sobrevivência. Polêmico e conciso na argumentação, Ruy nos serve como introdução para refletirmos sobre o samba é um dos seus “parentes”, o carnaval. A avidez pela descoberta da gênese de ambos é recorrente.

Realmente podemos pensar um “mundo” carnavalesco? O que podemos considerar quando pensamos no carnaval? Quais mundos existem dentro deste universo? Dependendo dos vários atores que versam sobre o assunto e dos seus respectivos interesses, várias podem ser as respostas. A fim de estabelecer um recorte, me interessa logo de início salientar que penso o carnaval a partir de algumas classificações possíveis dentro da dinâmica tempo-espaço em que me insiro, ou seja, primeiros anos do século XXI na cidade do Rio de Janeiro.

Nesta realidade é possível classificarmos o carnaval a partir de várias dimensões: o carnaval das escolas de samba, o carnaval das escolas de samba virtuais, o carnaval dos blocos de rua, o carnaval dos bate-bolas, o carnaval dos bailes e festas privadas, o carnaval dos blocos de enredo, entre outras possibilidades. Em cada uma destas classificações são inúmeras as questões que se colocam. Invisto no carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro, mais especificamente naquelas que desfilam no chamado “Grupo Especial”, cujo desfile é atualmente organizado pela Liga Independente das Escolas de Samba, a LIESA. Sobre isso falaremos adiante.

A fim de apresentar as contribuições de Ferreira (2004) destaco sobre o tema carnaval o que para alguns acadêmicos é instantâneo³: o uso das reflexões de Bakhtin (1999) e o seu conceito de carnavalização. Este filósofo russo estudou François Rabelais, escritor francês do século XVI que tem por obra famosa o “Gargântua”, de 1534. Ao

² Ruy Castro cita um caso onde, depois de ter seu violão tomado pela polícia, Donga teria recorrido ao Pinheiro Machado, poderoso político da época. Cita ainda uma relação do marido da Tia Ciata com o presidente Venceslau Brás.

³ Em diferentes áreas de pesquisa o assunto é retomado. Soerensen (2017), por exemplo, explora o autor sob uma perspectiva literária, e reinterpreta as categorias riso e máscara a partir da releitura da obra do russo.

estudar o escritor estaria Bakhtin refletindo sobre o pensamento e ação do povo francês do determinado período e isso ele faz a partir de uma perspectiva política: essas histórias ridicularizavam o poder, de construíam o poder. Carnavalização e cultura popular, intrinsecamente ligados, seriam então uma forma do povo enfrentar o poder, por meio do deboche, da palhaçada, da subversão da seriedade.

Para Bakhtin essa forma de abordar/enfrentar o poder é uma forma carnavalizada, é uma carnavalização. Ele usa esse termo porque pensa: qual é o momento em que o deboche acontece? Isso não era comum no carnaval? Por isso esse nome é escolhido. O filósofo não propõe que tudo é carnaval, mas sim que esse tipo de atitude (debochada), que acontece em vários momentos e lugares, é uma carnavalização. Aqui se deve salientar que carnaval não é necessariamente igual a carnavalização. Diferenciá-los é importante. No carnaval tem carnavalização, mas nem tudo que é carnavalizado é carnaval. Exemplos: a festa de Baco não é carnaval; ela pode ser uma festa carnavalizada, mas não carnaval.

Essa barafunda entre o conceito de “carnaval” e o de “carnavalização” vai fazer com que as duas ideias acabam se misturando, influenciando alguns estudiosos que acabam por concluir que onde tem festa, onde tem exagero, onde ter inversão também tem carnaval. Mas isso, como sabemos agora, não é necessariamente verdadeiro. O espírito da carnavalização, estudado por Bakhtin, pode se manifestar em qualquer época do ano e em qualquer lugar, seja nas comemorações do final da Segunda Guerra Mundial na Europa ou na festa do Purim entre os judeus. (FERREIRA, 2004, p. 23 e 24)

Ferreira (2004) aponta que carnaval é uma festa específica, que surge num momento específico, numa sociedade específica, num contexto específico. O carnaval enquanto festa tem como “eventos fundadores” algumas medidas adotadas por líderes da Igreja Católica, como por exemplo a do papa Gregório nos anos 600, quando propõe a ideia de quaresma, e a do papa Urbano em 1091, quando propõe uma unificação de calendário. Na medida em que se consolida uma data de recolhimento, a quaresma, os dias anteriores se tornam ainda mais festivos. Aos poucos esses dias passam a ganhar nomes: “aqueles dias em que carne vale”, “carnevale”, “carnaval”. Seria o carnaval uma oposição a uma imposição, uma regra: a quaresma. É uma festa com data e, contrário ao que muitos ainda reforçam, o carnaval não existia no mundo antigo.

Tendo feito essas considerações podemos nos debruçar sobre a principal intenção desta seção, que é mostrar o quanto nos desfiles das escolas de samba, uma das muitas facetas da festa carnaval, muitas coisas podem ser questionadas e desnaturalizadas. No trato das escolas de samba, tal como de outros variados assuntos e temáticas, por vezes

nos colocamos ávidos por encerrar debates com conclusões que fixam significados a determinadas coisas. Se permitir questionar o caráter popular, puro e igualitário da festa na Sapucaí, questionar a capacidade de subversão dentro das agremiações e dos desfiles, questionar gênero, raça e relações de poder nas escolas, questionar a atuação das escolas de samba para além dos desfiles, entre outras permissividades, reconhece no enfrentamento das questões que envolvem o carnaval a adoção de uma postura científica, atenta e respeitosa, valorizando assim sua história e importância cultural para a sociedade que vivemos. A ciência, o ensino e a festa podem ser alimentadas umas pelas outras.

Limites e cuidados na divulgação de conhecimentos históricos (ou não)

No processo de elaboração de narrativas carnavalescas são mobilizados conhecimentos históricos. Historiadores, professores e/ou outros profissionais de diferentes áreas participam da construção do enredo e balizam teoricamente as escolhas do carnavalesco nos significados conferidos a alegorias, fantasias, etc. Nessas justificativas, por vezes, aparecem obras e produções científicas. O carnaval das escolas de samba é há muito tempo um dos espaços onde “não historiadores” produzem e divulgam histórias. Assim sendo, o carnaval pode sim ser abraçado pelo que tem se identificado como História Pública. Nessa seara interessa aos envolvidos pensar mais sobre quem são esses que mobilizam, constroem e divulgam a história, quais são seus interesses e métodos.

Malerba (2014) muito contribui para nos situarmos no debate acerca do surgimento e dos significados possíveis para a História Pública. Suas questões abrangem o perfil dos que produzem e circulam conhecimentos do passado e as implicações deste trabalho. Da produção do seu texto até os dias atuais alguns elementos podem ser acrescidos ao debate; as inúmeras publicações de livros⁴ e dossiês⁵ sobre o tema, o aparecimento da temática em ST's de variados congressos, entre outras coisas.

⁴ Entre os muitos e bons livros publicados pela Editora Letra e Voz sobre o assunto, destaco dois mais recentes: “História Pública e Ensino de História”, organizado por Miriam Hermeto e Rodrigo de Almeida e lançado em 2021 e “História Pública em movimento”, organizado por Juniele Rabêlo e Rogério Rosa e lançado no mesmo ano.

⁵ Destaco o dossiê História Pública da Revista NUPEM (volume 11, número 23, ano 2019), vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSED) da Universidade Estadual do Paraná (UEPR) e o dossiê História Pública da Revista OBSERVATÓRIO (volume 3, número 2, ano 2017), vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A perspectiva de “história como entretenimento” proposta por Jordanova na Inglaterra, apresentada no texto do Malerba (2014), que passa pelo oferecimento de treinamento aos que exploram a história por membros da academia, no Brasil ainda se situa num horizonte bem distante. Por aqui ainda é possível observar barreiras na aceitação do termo e da prática da história pública. Diante disso me questiono duas coisas: de que forma essa difícil aceitação do termo entre os historiadores impede a aproximação com o público de não historiadores que mobilizam e produzem conhecimento sobre o passado? Um entendimento mais amplo do tema não nos permitiria mais rapidamente pensarmos estratégias de aproximação e/ou enfrentamento a estes que, tal como nós, mobilizam o tempo nas suas narrativas e produções?

Devemos considerar, para além das diferenças históricas e estruturais entre Brasil e Inglaterra, que no nosso país há uma diversidade entre os que produzem conhecimento histórico fora da academia. A escolha dos objetos analisados nesse texto evidencia essas diferenças. Chama nossa atenção inclusive o fato de, na maioria das vezes, nenhum destes possuírem titulação acadêmica apropriada. Além de todas essas questões, experimentamos uma lógica negacionista cada vez mais perversa, forte e amparada politicamente. Sem contar o descaso com que autoridades lidam com educação, cultura, entre outros assuntos. Talvez por tudo isso esse enfrentamento entre historiadores e “não historiadores” seja ainda mais acirrado e a possibilidade de aproximação seja bem difícil. Acredito que existe um muro propositalmente criado por acadêmicos para situar posições, diferenças e valores. De fato, qualquer reação frente a todo esse contexto poderia ser problematizado.

Me pergunto de que maneira poderia ser possível, para a academia, essa negociação e aproximação com quem mediatiza o passado. Que isso não se dê a qualquer custo, que isso não vulgarize ou rebaixe o conhecimento científico historiográfico e que consideremos os limites e desafios de acesso e diálogo com quem prioriza lucratividade, mas que consigamos dialogar com os ocupantes destes espaços mantendo nossos compromissos éticos e metodológicos. Em tempos de redes sociais e influenciadores digitais, a multiplicação de vozes e narrativas permite a publicização de histórias pelos mais diversos sujeitos, sendo eles capitalizados ou não. As audiências são múltiplas, tal como os discursos também podem ser. A academia não está apartada da realidade e deve, cada vez mais, se aproximar destes inúmeros sujeitos que consomem e se interessam pelo passado.

Uma enorme contribuição do texto de Malerba (2014) é a análise que ele faz das produções de “historiadores práticos”, termo por ele extraído da obra de Jack M. Holl (2008) para designar quem produz obras de história mesmo não sendo historiador. Analisando criticamente o conteúdo elaborado por Leandro Narloch⁶, Eduardo Bueno⁷ e Laurentino Gomes⁸ Jurandir, Malerba expõe pontualmente hipóteses por mim corroboradas.

- . os autores usam a fórmula da saga nas suas narrativas, destacando aventuras biográficas e excêntricas, juízos de valor e caráter, pouco se preocupando com análises amplificadas de contextos e interferências outras;
- . os autores avaliam negativamente a produção acadêmica e escolar como se elas não estivessem interessadas em contar “a” verdade para a sociedade, como se ela existisse;
- . os autores tem por preocupação primeira o maior alcance possível das suas produções, custe o que custar, mesmo reforçando ideias retrógradas, polêmicas e/ou infundadas, sem amparo documental, confronto de pares, procedimentos metodológicos, etc;
- . os autores recebem um suporte midiático considerável, por vezes, por trafegarem bem nesses espaços ao longo das suas trajetórias profissionais e tem como intenção bem definida o desejo de tornarem suas produções verdadeiros “best-seller”;
- . os autores investem em perspectivas (eurocentrismo, tempo linear, progressista, etc) há tempos criticadas solidamente no universo acadêmico e reforçam por vezes interpretações preconceituosas e superficiais;
- . entre estes autores, Narloch é quem mais investe em lógicas negacionistas, dando afago a abraços a conservadores que destilam discursos violentos em ambientes públicos, até mesmo em palanques e espaços políticos.

“Não há dúvidas de que estamos à beira de um campo minado, mas não há como nem porquê evitar entrar nele.” (MALERBA, 2014, p. 42). Como entrar nesse campo minado? Parte das possíveis respostas passam pelo trabalho coletivo e corajoso da Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de História (ABEH) que, pela primeira vez,

⁶ Guia politicamente incorreto da história do Brasil, 2009; Guia politicamente incorreto da História da América Latina, 2011, com a jornalista Duda Teixeira.

⁷ A viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral, 1998; Naufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1998; e Capitães do Brasil: a verdadeira história da expedição de Cabral, 1999; A coroa, a cruz e a espada: lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia, 1548-1558, 2006.

⁸ 1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão, 2007; 1822 - Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado mudaram a História de Portugal e do Brasil, 2010.

pensou na elaboração, divulgação e discussão de “Compromissos éticos da docência em História”. Tal proposta, a mim apresentada por meio do Prof^o Fernando Penna⁹, visa pensar possíveis parâmetros para a atuação de professores de história considerando as inúmeras atribuições destes no seu ofício.

O objetivo deste documento é contribuir para fortalecer o movimento de sujeitos do campo educacional que lutam para garantir que a escola continue sendo cada vez mais um lugar de desenvolver o pensamento crítico, onde se questionam as relações desiguais entre os seres humanos e a forma como nos relacionamos com a natureza. (...) Este documento visa fortalecer a atuação docente, em resposta à tentativa política de caracterizá-la como doutrinação ideológica, quando professores e professoras estão cumprindo as atribuições para as quais foram formados e agindo de acordo com práticas reconhecidas pela comunidade profissional. Para estabelecer de modo firme a autonomia docente, a estratégia aqui proposta é a pactuação de compromissos éticos que orientam a atuação profissional dentro da nossa comunidade e as relações desta com a sociedade mais ampla. (Compromissos éticos da docência em História, 2021, p. 1)

O desafio aceito pela ABEH não se restringiu a elaboração de um documento repleto de compromissos¹⁰. Ele também promoveu discussões e audiências públicas para que o documento fosse lido e criticado. E com isso firma uma premissa básica válida para o ensino de história, tal como para o ensino de qualquer outra disciplina, para a pesquisa, para a ciência: o comprometimento ético baliza toda a nossa atuação profissional e acadêmica. Sem esse comprometimento falhamos e invalidamos nossos esforços. A ética aqui pensada em acordo com o documento da ABEH é aquela que é fruto de acordos provisórios, dialógicos e pautados na equidade, reconhecendo diferenças e distintas vivências, repousando nos encontros o motim do respeito e da liberdade.

Diante das ideias aqui levantadas, dá para pontuarmos que o espírito crítico, revisionista e inquieto típico de um pesquisador/professor/cientista não ignora os limites éticos e necessários para um processo de pesquisa e divulgação científica. Não, não vale tudo. Não vale tolas contestações do passado e da natureza das coisas. Não vale negar contribuições científicas já consolidadas e comprovadas academicamente. Penso que ter esse entendimento passa pelo investimento no conceito de liberdade. A multiplicidade de vozes e públicos, cada vez mais evidente em tempos de redes sociais e uso (e abusos) da

⁹ Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UFF e parte do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História Social da FFP UERJ. Doutor e Mestre em Educação pelo PPGE da UFRJ e bacharel e licenciado em história pela mesma universidade. Atualmente é coordenador do Movimento Educação Democrática.

¹⁰ Compromisso com a democracia, com o direito à educação, com os direitos humanos e os direitos da natureza, com a autonomia docente, com o pensamento científico, com o método da História para a formação do cidadão, com a compreensão das relações de opressão em perspectiva histórica, com a memória como direito e como dever, com o trabalho de temas sensíveis, com o direito à história.

internet, cria ilusões acerca do exercício da liberdade. Existe uma linha tênue entre o exercício da nossa liberdade e a consideração com a liberdade do outro. Sorte a nossa termos Paulo Freire para dissecar tais questões.

Educar para libertar: um olhar atento para o outro

Pedagogia da Autonomia é, antes de mais nada, um convite à esperança. Paulo Freire, no seu pensar e nos seus textos, faz das suas reflexões potentes convites a professores para o desenvolvimento de uma prática austera e permanente, como se a partir disso fosse possível positivamente contribuir e impactar a vida de um outro, no caso, o educando. Este livro, o último publicado em vida pelo pedagogo pernambucano, orienta educadores no sentido de permitir aos seus alunos a experiência da liberdade. Obviamente que nesse processo de busca, onde professores e alunos caminham e atuam juntos, uma série de exigências são necessárias. E em cima dessas exigências que o livro é dividido. A leitura se torna difícil pelo seu tom constantemente provocador. É bem difícil ficar inerte nas palavras de Freire. Dá até para imaginar um tom ríspido, firme e terno na sua voz se em vez de palavras pudéssemos escutá-lo em uma palestra.

A trajetória e obra de Paulo Freire nitidamente o coloca num lugar de combate a injustiças e desigualdades sociais. Seu interesse sempre foi provocar profundas transformações na realidade por meio de práticas pedagógicas libertárias e revolucionárias. É possível sim identificar quem, para ele, são algozes na história.

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a vira “quase natural”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora. (FREIRE, 2021, p. 21)

Suas críticas à lógica neoliberal, vista infiltrada também em espaços escolares, se apoiam na sua crença do poder transformador da educação. Tal lógica impede o exercício dessa transformação. O modelo escolar regido por ideologias mercadológicas, que tratam alunos como clientes, que estimula entre os alunos competitividade, que os “treina” para experiências futuras, entre outras coisas, acabam por atrofiar os alunos restringindo-os do exercício de suas potencialidades. Acaba deixando de lado o estímulo a valores, como por exemplo, colaboração, experimentação, inovação, etc. Aprisionam o aluno dentro de um sistema falsamente igualitário e fortemente meritocrático.

Se é interesse do educador, permitir, reconhecer e valorizar a autonomia do seu educando, que seja ele o primeiro a ter essa experiência. Freire faz menção a necessidade de o educador aliar sua prática a sua teoria. Isso chama-se "corporificação das palavras pelo exemplo". De nada adiantaria ao professor falar algo diferente daquilo que é parte da sua prática. Se ele não exercita o que propõe, sua proposta é inválida. Não existe a possibilidade de convencimento nessas situações. Cabe ao professor então primeiro viver aquilo que convida o seu aluno a experimentar.

A reflexão crítica do docente sobre sua prática se coloca como um movimento fundamental. É próprio da prática educativa a adoção dessa postura, independentemente da ideologia adotada pelo educador. A prática permite ao educador confirmar, modificar ou ampliar seus conhecimentos. Professor não é o ser que tudo sabe; ele também, constantemente, está em processo de aprendizado. Conhecimento é algo inacabado e o ser humano é inconcluso, ainda em pleno desenvolvimento. O gosto por ser gente, segundo Freire, se justifica no fato da "história em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades, e não de determinismo" (FREIRE, 2021, p. 52)

A prática ainda coloca em cena um elemento fundamental também para o professor. Este possui conhecimento e capacidade também para ensinar: o aluno. Alunos não são espectadores da sua aprendizagem; são sujeitos do processo de construção de conhecimento, são protagonistas, tal como os professores. Ambos vão se alimentar uns dos outros. O aluno, como já alertara em outro grande clássico seu, não é um banco onde o professor vai depositando o seu conhecimento¹¹. O aluno não é uma conta vazia onde o professor tem permissão para depositar valores, a fim de enriquecê-lo. Pelo contrário, ele deve ser estimulado a todo instante participar do processo de construção do conhecimento com suas experiências e saberes. Compõe a perspectiva freireana o se colocar a disposição de uma educação problematizadora, onde o aluno questiona o mundo, pensa soluções, se entende como parte importante da sociedade em que vive.

É esta percepção do homem e da mulher como sendo "programados, mas para aprender" e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me faz entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos. (FREIRE, 2021, p. 142)

¹¹ A ideia de educação bancária está presente no livro "Pedagogia do Oprimido" (1974), também de Freire, e é citada algumas vezes na obra analisada.

A postura de um bom educador, segundo as reflexões propostas por Freire, reconhece a exigência por rigor metodológico, pela pesquisa, pela criticidade, pela estética, pela ética, pela crítica, pelo comprometimento, ou seja, por um monte de elementos “técnicos” que tornam possível e inteligível o trabalho docente. Em paralelo a isso essa postura também deve reconhecer valores sensíveis na relação envolvendo docentes e discentes; são exigências do ensinar o saber escutar, o ser livre, o saber exercer autoridade, o ter disponibilidade e respeito aos educandos, o ter alegria, bom senso, esperança, consciência do inacabamento humano, compreensão da educação como forma de intervenção no mundo. Enfim, é preciso reconhecer os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem e apostar nos seus valores éticos e nas suas contribuições e experiências.

No dramático e biográfico filme “A mão de Deus”, de Paolo Sorrentino, lançado no final de 2021 na plataforma de streaming Netflix, uma cena chamou muito a minha atenção e, de alguma forma, serve a essas reflexões aqui propostas. O jovem Fabietto encontra inusitadamente em um teatro o seu ídolo, um diretor de cinema, Capuano, aquele que seria uma referência na busca da realização do seu sonho de se tornar cineasta. O diretor interrompeu o espetáculo teatral criticando a atriz do monólogo, que por sua vez sai do palco chocada com o que viveu. Fabietto vai ao encontro do diretor, se apresenta como fã do seu trabalho e logo ouve grosserias que mais serviram como provocações. Em certo momento disse Fabietto se referindo a interrupção de Capuano: “Aquilo me chocou, não sabia que podia protestar no teatro.”. O diretor respondeu: “Não pode, mas faço o que quero. Sou livre. Você é livre?”.

A profundidade da cena e do filme como um todo, no meu entender, entra em consonância com reflexões aqui descritas. Como interpretar o gesto do diretor? Grosseria, falta de educação/discernimento ou, de fato, liberdade? Na busca por uma resposta para tanto me importa a percepção que o diretor teve da sua atitude. Ele justifica seus atos se identificando como livre. Apenas. Penso que por vezes, o fato de não poder ser livre, pelas condições mais diversas e adversas possíveis, nos deixa em choque quando nos deparamos com ações recheadas de liberdade. Passamos a questionar o que de fato é liberdade, o que de fato precisamos para gozar de liberdade e o que devemos fazer para entender ações de liberdade alheia. Ser livre é tão impactante que, quem é, tampouco se incomoda com julgamentos outros.

Existe relação possível entre desfiles de escolas de samba, ensino de História e Paulo Freire? Claro. Além dessa simplória aqui proposta, outras muitas são possíveis. Aqui, como ponto de inflexão, se levanta a liberdade. Liberdade no trato de questões que envolvem carnaval e desfiles; a possibilidade de desmontar pilares erguidos com conclusões consensuais dentro deste universo. Liberdade no trato de questões que envolvem o ensino; o respeito a liberdade de todos os seres exige responsabilidade e compromissos árduos e múltiplos. Liberdade na leitura e entendimento da perspectiva Freireana; na relação envolvendo docentes e discentes não existe motivação maior que aquela fincada na promoção da autonomia plena do educando.

Como Capuano, indago a mim e a quem por aqui estiver: você é livre?

Referências

- ABEH (Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de História). Compromissos éticos da docência em História. Primeira versão. 2021.
- BAKHTIN, M. M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FERREIRA, Felipe. O livro de ouro do carnaval brasileiro. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 71ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- HOLL, Jack M. Cultures in Conflict: An Argument Against “Common Ground” Between Practicing Professional Historians and Academics. *The Public Historian*, v. 30, n. 2, p. 29-50, 2008.
- KIFFER, Danielle; FERREIRA, Felipe. Isto faz um bem! As escolas de samba, a Coca-Cola e a “invasão da classe média” no carnaval carioca dos anos 50. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p. 55-72, nov. 2015.
- MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 7, n. 15, p. 27-50, 2014. DOI: 10.15848/hh.v0i15.692. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692>. Acesso em: 6 mar. 2022.
- SOERENSEN, C. A carnavalização e o riso segundo Mikhail Bakhtin. *Travessias*, Cascavel, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/4370>. Acesso em: 5 mar. 2022.

Ensino de História e Historiografia escolar: produção de saberes na perspectiva das relações Étnico-Raciais na plataforma educopédia

João Paulo Carneiro¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Introdução

*Nosso caso é uma porta entreaberta. E eu busquei a palavra mais certa. Vê se entende o meu grito de alerta.*²

Este texto faz parte do projeto Ensino de História e as Relações Étnico-Raciais: numa perspectiva das Plataformas Educopédia e Rio Educopédia (2010-2021), ainda em andamento. Nesse sentido, a epígrafe lança de forma metafórica e poética, a questão da trajetória da pesquisa neste texto, ou seja, o caminho que se pretende percorrer de forma alguma escapará do emaranhado vivo e aberto que se tenciona tecer – costurado em rede -, que se exige uma transitoriedade, portanto, passa de largo da presunção de completude, hermético, fechado e universal.

É importante destacar que, neste visamos compreender a produção de saberes a partir da temática das relações étnico-raciais em uma ferramenta digital disponível a professores e alunos utilizando como fonte documentos oficiais dos sites RioEduca, Educopédia, Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, sobretudo a Plataforma Educopédia, compreendida nesta pesquisa como material didático (MONTEIRO, 2009). Serão analisadas as aulas digitais, os planos de aula e os demais recursos imbricados nas aulas, ou, vídeos, filmes, games, jogos, podcast, enfim, os recursos no contexto das (TDIC), a partir do diálogo com diversas áreas e campos de saberes (CAPRA 2004; MORIN 2002; MATURANA; VARELA 1995), focalizando-se o pensamento sistêmico, a ecologia profunda, e o pensamento complexo para se pensar um ensino de história na esfera das relações étnico-raciais.

Outra questão necessária para pontuar diz respeito no que tange o percurso da pesquisa do PPGHS-UERJ. Iniciamos o processo no auge pandêmico da Covid-19. O curso iniciou de maneira remota. O mundo atônito teve que mudar rapidamente hábitos e comportamentos nas dimensões das novas orientações e recomendações da Organização

¹ Aluno do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS-UERJ). Orientadora: Dra. Maria Aparecida da Silva Cabral. Ingresso em 2020. Título do projeto: Ensino de História e as Relações Étnico-Raciais: numa perspectiva das Plataformas Educopédia e Rioeducopédia (2010-2021).

² Trecho da canção “Grito de Alerta” do compositor e intérprete – Luiz Gonzaga Jr. - Gonzaguinha.

Mundial da Saúde (OMS), conjuntamente a diversos órgãos e instituições do campo da saúde a nível nacional. Nesse contexto, as aulas foram assistidas de forma remota. De lá para cá, o professor orientador Dr. Fernando Penna solicitou o desligamento do programa e fomos acolhidos para a orientação através da professora Dra. Maria Aparecida da Silva Cabral e a coorientação com a professora Dra. Sonia Maria de A. I. Wanderley. Dito isto, o texto em tela está organizado da seguinte maneira: a) uma breve discussão da construção do ensino de história; b) apresentação das fontes; c) o diálogo teórico no âmbito do paradigma emergente e as relações conceituais diante das relações étnico-raciais no ensino de história.

Construção do ensino de história: uma breve discussão

Estamos cansados de saber que nem a escola nem nos livros onde mandam a gente estudar se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro e do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles” (Lélia Gonzalez).³

A construção da disciplina história como bem alertou Lélia Gonzalez no excerto acima, contribuiu para um processo invisibilizante e marginalizante de determinadas narrativas, sobretudo indígenas e negros. “A História como disciplina escolar autônoma surgiu no século XIX, na França, imbricada nos movimentos de laicização da sociedade e de constituição das nações modernas” (NADAI, 1993, p. 144). Assim, no Brasil os diálogos seguiram as influências dos manuais franceses nesse mesmo período. Contribuem para essa discussão também Torres e Ferreira (2014):

[...] a História inicialmente estudada no país foi a História da Europa Ocidental, apresentada como verdadeira História da Civilização. A História da Pátria surgia como o seu apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário. Somando-se a isso, podemos dizer que o ensino de História no Brasil emerge em um contexto de formação da nação que se legitimava à medida que se consolidava um passado habilitado a homogeneizar e unificar as ações humanas na constituição de uma cultura nacional (TORRES E FERREIRA: 2014 p 89 *Apud* MATHIAS, 2011 p. 42).

O Processo apontado por Bittencourt (2018) vincula-se intrinsecamente ao projeto de modernidade, isto é, projeto de poder engendrado e construído discursivamente para homogeneizar e desumanizar determinadas culturas (MIGNOLO E PINTO, 2015), uma visão de mundo que se autodenomina superior, avançado, moderno, ou seja, a Europa Ocidental, enquanto que os demais - “os outros” - carregam o peso dos aspectos negativos (LANDER, 2005). Projeto de poder que, semelhantemente, é salientado por Said (2007)

³ GONZALEZ, Lélia. *Jornal Mulherio*, Ano II, Nº 5, Jan/Fev, de 1982. P. 5.

no contexto colonialista britânico referente aos árabes e asiáticos “além da partilha dos territórios, do lucro, do poder governamental – o poder intelectual – denominado de orientalismo” (p. 75). Boaventura de Souza Santos em sua obra – “O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul”⁴ - analisa o processo histórico imperialista do Ocidente em sua construção monocultural como projeto de poder eurocêntrico, isto é, um conjunto de homogeneizar e unificar as construções sociais e culturais na finalidade de uma identidade nacional.

Que identidade nacional era essa? Em detrimento de quais narrativas? Uma tradição curricular que evidenciava os grandes feitos, as narrativas heróicas, a narrativa patriarcal, europeia, cristã e branca. As dimensões de disputas perpassam o processo da construção da história do ensino de história, principalmente por um “estudo mnemônico sobre um passado criado para sedimentar uma origem branca e cristã” (BITTENCOURT, 2018, p.127), o que Munanga (2014) vai chamar de processo monocultural. Sendo assim, o ensino de história no Brasil percorreu o século XIX e adentrou o século XX com “o fio condutor o processo histórico centralizado assim, no colonizador português, e depois no imigrante europeu e nas contribuições paritárias de africanos e indígenas” (NADAI, 1993, p. 149). Consequentemente, os livros didáticos, a História do Brasil, tinham como berço e matriz, o mundo europeu. (BITTENCOURT, 2009; NADAI, 1993). Essa constituição de matriz curricular inspirada na Europa por seus princípios e valores constitui o que diversos autores denominam de eurocentrismo ou eurocêntrico (MUNANGA, 2014; BITTENCOURT, 2009; NADAI, 1993; HALL, 2014; GOMES, 2010; LANDER, 2005;).

Assim, de maneira breve e sintética, chega-se nos anos de 1990 sob uma nova ordem mundial, sobretudo com a imposição do capitalismo no mercado global e a sua logicidade mercadológica. O que o currículo e o ensino de história têm a ver com essa lógica? “À sociedade, cabe a difícil tarefa de ser educada para competir e viver de acordo com a lógica de mercado, que exige domínios mais amplos de conhecimento” (BITTENCOURT, 2009, p. 101). Sendo assim, como construir um ensino de história diante das novas demandas? “Novas maneiras de pensar e de conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática?” (LÉVY, 1993, p. 7).

Plataformas digitais: educopédia

Precisa-se destacar nesse momento a compreensão de cultura digital. Diante do mundo e das demandas contemporâneas, é muito difícil não pensar em sujeitos

⁴ Consultar referências bibliográficas

conectados e interconectados numa sociedade cada vez mais tecnologizada. “Tal interação representa um dos aspectos mais marcantes da cultura digital, que é essa capacidade de relação de indivíduos com os inúmeros ambientes de informação que o cercam” (COSTA, 2008, p.13). Logo, uma das características marcantes da cultura digital é a interatividade. Há mais. Interatividade que demanda novos leitores, novos sujeitos, novas necessidades, novas relações sociais e culturais. Costa (2019) defendeu em sua tese “o digital como condição de pensamento, dependendo menos do suporte empregado e mais das práticas culturais que envolvem seu uso” (p. 14). Portanto, é preciso tentar extrair o potencial das tecnologias digitais, sobretudo para poder usá-las (COSTA, 2008). Nesse sentido, o que é Plataforma Educopédia?



Figura 1: Tela inicial da Plataforma. Fonte: www.educopedia.com.br

Para responder essa questão evocamos como fonte o site institucional para se ter a dimensão proposta.

Educopédia é uma plataforma online colaborativa de aulas digitais, onde alunos e professores podem acessar atividades de forma lúdica e prática, de qualquer lugar e a qualquer hora. As aulas incluem planos de aula e apresentações voltados para professores que queiram utilizar as atividades nas salas, com os alunos. Cada uma delas possui temas, competências e habilidades contempladas nas orientações curriculares da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Essas orientações curriculares de cada ano e cada disciplina foram divididas em 32 aulas digitais, que correspondem às semanas do ano letivo, retiradas àquelas voltadas para avaliações e revisões.⁵

Alguns eixos apontados na definição supracitada são apostas no itinerário desta pesquisa para a problematização da temática. Em primeiro lugar, apresenta a questão do tempo-espço, pois educandos e educadores podem acessar as atividades de qualquer

⁵ Disponível em: <http://www.educopedia.com.br/SobreEducopedia.aspx>. Acesso em: 12 de março de 2018 e 19 de maio de 2021.

lugar e a qualquer hora. Os fenômenos comunicacionais e informacionais, sobretudo através da internet e suas interfaces digitais eclodiram num processo acelerador do tempo. Pode-se compreender a virada digital no campo do ensino on-line através de três etapas: (i) marcada pela correspondência, relação ensino-aprendizagem individual; (ii) comunicação analógica, relação ensino-aprendizagem em massa e (iii) comunicação digital, relação ensino-aprendizagem em rede. Esse último criou uma nova logicidade.

No informacionalismo, a geração de riqueza, o exercício do poder e a criação de códigos culturais passaram a depender da capacidade tecnológica das sociedades e dos indivíduos, sendo a tecnologia da informação o elemento principal dessa capacidade. A tecnologia da informação tornou-se ferramenta indispensável para a implantação efetiva dos processos de reestruturação socioeconômica. De especial importância, foi seu papel ao possibilitar a formação de redes como modo dinâmico e autoexpansável de organização da atividade humana. Essa lógica preponderante de redes transforma todos os domínios da vida social e econômica (CASTELLS, 1998, p. 144).

Em segundo lugar, diz respeito às orientações curriculares da SME/RJ no campo da disciplina de história, as articulações curriculares entre a Base Comum Curricular Nacional (BNCC/ BRASIL, 2018), as orientações curriculares da SME/RJ e suas reformulações atuais denominada de Currículo Carioca 2020 (RIO DE JANEIRO, 2020) – que se alinha a proposta da (BNCC, 2018), ou seja, o foco nas habilidades e competências -, e a Lei 10.639/03. Portanto, como recorte para essa pesquisa pretende-se analisar as aulas digitais de história na PE, a partir de sua gênese em (2010) e suas atuais reformulações, isto é, a transição para o Rioeducopédia (2020-2021). E diante das novas reformulações curriculares da SME/RJ, é de nosso interesse também analisar os recursos pedagógicos na esfera tecnológica subsidiada pela Multirio.⁶

⁶ A Empresa Municipal de Multimeios, vinculada à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, cumpre a “missão de pesquisar linguagens e formatos, experimentar possibilidades tecnológicas em conteúdos curriculares, produzir recursos de aprendizagem, ampliar as formas de distribuição de produtos educativo-culturais e capacitar os profissionais da educação para a utilização das mídias em sala de aula.” Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/multirio/a-multirio>. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

6º Ano | História Seleccione a aula

1º Bimestre

Ordem	Nome da aula	Qtd. atividades	Plano	Apresentação	Habilidades
1	Para que aprender História?	31			
2	O tempo histórico	31			
3	A vida em sociedade: as relações sociais, regras e valores; a vida cotidiana	27			
4	Contar uma história: narrativa histórica	27			
5	Da África para outros continentes	31			
6	Os povos coletores-caçadores e os povos agricultores-pastores	29			
7	Como as diferentes culturas explicam a origem da vida humana	28			
8	A chegada dos primeiros grupos humanos à América	29			

2º Bimestre

Figura 2: Aulas digitais - 6º ano. Fonte: www.educpedia.com.br

Na tela acima se observa: as 32 aulas, a temática das aulas, quantitativo de atividades, aulas digitais que podem ser acessadas de maneira online ou offline. As atividades são divididas em 4 bimestres com 8 aulas para cada bimestre perfazendo um total de 128 aulas.

Educopédia Atividade 1: Relembrando

Vamos relembrar o que você aprendeu na última aula?

Como você aprendeu, para que a pesquisa histórica seja possível é preciso reunir pistas, vestígios que os seres humanos do passado produziram. A essas pistas nós denominamos fontes históricas.

Quais são os tipos de Fontes Históricas?

Pense e acesse para relembrar o conteúdo da última aula:

Figura 3: 6º ano. Tema: Da África para os outros continentes. Fonte: www.educpedia.com.br

A necessidade desse pequeno recorte justifica-se devido às exigências do formato para este seminário, portanto, de acordo com o a aula examinada, percebeu-se que o recurso didático utilizado nas construções dos conteúdos – como apontado acima -; demonstrou a retomada da temática anterior para servir de base para o novo tema, isto é, buscar relações conceituais e suas aplicabilidades (LIBÂNEO, 2006). A aula de nº 5 selecionada com o tema: “Da África para os outros continentes”, fora construída para embasar a origem dos seres humanos, entretanto, no decorrer das aulas posteriores, o continente africano desaparece e o continente europeu desponta como protagonista

soberano nas discussões, logo, constatando-se a permanência e continuidade de uma visão curricular eurocentrada. O grande desafio é a superação da perspectiva eurocêntrica, pois ainda é forte e persistente como é bastante denunciada na literatura especializada. “De obscuros personagens/ As passagens, as coragens/ São sementes espalhadas nesse chão”.⁷ Entretanto, não há consenso entre os pesquisadores a respeito das possíveis soluções para superar a insistência da perspectiva eurocêntrica.

Alguns intelectuais africanos⁸ do universo da filosofia apostam numa abordagem afrocêntrica, ou seja, um conjunto de posturas centradas na dimensão de seus regionalismos, como se pode verificar na fala de Séverine Kodjo-Grandvaux: “Consequentemente, é fundamental que a filosofia africana se desenvolva no contexto do continente africano e que se comunique com uma audiência africana”.⁹ Por outro lado, Kwame Anthony Appiah, defende que o afrocentrismo é um conceito ultrapassado, pois, acredita que se deve aguçar entre as culturas o diálogo e reduzir os regionalismos.

Para Almeida (2019) a questão de um currículo afrocentrado é de suma relevância para o protagonismo da história afro-brasileira e africana. A professora não está sozinha diante desse debate referente às abordagens e perspectivas nos centros acadêmicos no contexto brasileiro, todavia, também há os que divergem dessa vertente. Pereira e Souza (2014) apontam que “não se trata de substituir o currículo eurocêntrico pelo afrocêntrico, mas uma educação que gere uma sociedade mais justa”.¹⁰ Postura que se alinha ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: “É importante destacar que não se trata de mudar o foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira”. (BRASIL, 2013, p. 91). Assim, observou-se que nada está fechado, pelo contrário, são perspectivas e abordagens

⁷Ibid.

⁸Séverine Kodjo-Grandvaux (Costa do Marfim), Souleymane Bachir Diagne (Senegal), Léonce Ndikumana (Burúndi), Kwasi Wiredu (Gana) e Kwame Anthony Appiah (Gana). Cinco pensadores modernos africanos que tratam de identidade, língua e regionalismo. Portal Geledés. Traduzido a partir da tradução editada por Débora Medeiros como parte do projeto Global Voices Língua Voices, 8 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cinco-pensadores-modernos-africanos-que-tratam-de-identidade-lingua-e-regionalismo/>. Acesso em: 04 de novembro de 2021.

⁹Ibid.

¹⁰PEREIRA, Amilcar Araújo. SOUZA, Mônica Lima e. Palestra realizada no dia 13 de novembro de 2014. ANPUH ideias: ensino de História da África e das Relações Raciais nas Américas no auditório do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

em disputas e construções, entretanto, como salienta as diretrizes, o relevante se dá na ampliação. Portanto, é nessa perspectiva de ampliação que apostamos neste texto.

Paradigma emergente

Adentramos no século XXI e a nossa atenção é seduzida e disputada pelas novas interfaces da cultura digital. “A humanidade experimenta as novidades e os desafios inerentes à transição da cultura puramente alfabética para a cultura digital” (COSTA E LUCCHESI, 2016). Nesse sentido, no bojo das múltiplas transformações através das interfaces digitais, do conhecimento em rede e dos novos suportes de leituras, criaram-se reflexões e perspectivas sobre as novas maneiras de ensino-aprendizagem, o que gerou debates a respeito dos novos saberes necessários no âmbito da cultura tecnologizada. Portanto, nessa dimensão consagraram-se dois blocos perante a necessidade de uma especialização tecnológica concernente os prós e contras: i) céticos (cyberpessimistas) e os; ii) otimistas (cyberutópicos). Segundo Costa e Lucchesi (2016) é preciso um equilíbrio para evitar uma simples oposição entre analógico/tradicional e digital/inovador, mas buscando identificar as vantagens e desvantagens oferecidas pela tecnologia digital no encontro da novidade com a experiência” (p. 340). Sendo assim, apostamos nessa pesquisa que “é preciso aprender a navegar em um oceano de incertezas em meio a arquipélagos de certeza” (MORIN, 2002, p. 16), e no que tange o debate entre cyberpessimistas e cyberutópicos, optou-se nesse trabalho por uma perspectiva da possibilidade ou na análise de Costa e Lucchesi (2016) numa esfera híbrida, sobretudo para tentar fugir e evitar a simplificação maniqueísta – entre o bem e o mal -, uma possível estratégia para se esquivar da armadilha de uma contemplação “encantada” da tecnologia de um lado e o total desprezo por outro, pois não existe neutralidade na/da tecnologia e seus suportes e interfaces não se podem ignorar as modificações em relação aos métodos, resultados e relações (COSTA E LUCCHESI, 2016).

É de vital importância atentar que através da cultura digital, exige-se um processo de letramento digital, pois a escrita foi alterada em relação aos novos suportes. E com esses novos suportes – novos leitores e novas escritas -, abriu-se novas possibilidades, sobretudo narrativas não lineares (FICKERS, 2012). Sendo assim, o pensamento complexo se torna relevante a compreensão para pensar um ensino de história numa dimensão das relações étnico-raciais. Como qualquer outro conceito não está imune a críticas, e também não escapa de ser um território em disputas (ARROYO, 2013), acredito que complexidade, assim como em sua raiz etimológica – do latim *complexus*, tecido

junto -, carrega justamente a perspectiva de juntar os saberes como pôde ser observado por uma gama de pesquisadores (CAPRA, 2004; MORIN, 2011, 2002; MATURANA E VARELA, 1995).

Uma relevante questão é apontada por Chartier (1999) na esfera do texto eletrônico, quer dizer, “quando o suporte material confunde a distinção entre o autor e o leitor, entre a autoridade e a apropriação?” (p. 91). Os leitores dos textos eletrônicos extrapolam em suas intervenções para além das margens dos livros impressos, eles podem interpor no cerne. No entanto, as múltiplas formas de leituras possuem o seu aspecto incomum. “Cada leitor, para cada uma de suas leituras, em cada circunstância, é singular”. (Ibid.). No entanto, o contexto histórico de cada leitor é regido por valores e normas que os caracterizam. Nesse sentido, as construções apontadas pelo paradigma emergente – tratadas neste texto como pensamento complexo, ecológico, processo e sistêmico -, buscam escapar do paradigma mecanicista -, no qual, um dos princípios arrolados na dimensão reducionista é a simplificação. Que não deve ser confundido com simplicidade (MORIN, 2011). É possível ser simples e complexo? De acordo com o autor parece que sim, pois o conceito de complexidade foi tecido na estrada sinalizada pelas falhas do “pensamento simplificador” (Ibid., p. 6).

Estamos na “era da abundância” segundo o historiador Fickers (2012). No entanto, torna-se importante pensar no que tange o aspecto cognitivo na dimensão do pensamento complexo, de modo que, é possível tudo conhecer? De forma completa? Para o filósofo essa é uma questão axiomática do pensamento complexo, ou seja, deseja-se conhecer em múltiplas dimensões, contudo a completude é impossível (MORIN, 2011).

Dito isto, Lima (2014) lança o alerta para os cuidados que se deve ter no que tange a questão do ensino de história da África e das relações raciais nos aspectos da “simplificação”, “folclorização”, “maniqueísmo”, “idealização” e “preconceitos” (e como lidar com eles), inclusive questiona e aponta possíveis soluções: “Quais são os pontos em comum que podemos trabalhar em sala de aula? As redes de sociabilidade, solidariedade e religião. Mostra-nos que muitos são os desafios, tal é o caso de muitas “Áfricas”, pluralidade, diversidade e combinações e recombinações de identidades. Haja vista que no Brasil houve a imigração forçada de diversas etnias, no tempo, no espaço, misturas, contatos, reinvenção de identidades. A pesquisadora sugere como possibilidade no aspecto temático trabalhar com: grandes temas; perspectiva comparada e global. Designa os problemas que ainda enfrentamos tais como: formação; bibliografia para

estudo; bibliografia didática; pesquisa e a necessidade de como romper com estereótipos. No que abarca o quesito relacional com o currículo de História a professora destaca a África e o surgimento da espécie humana, África na Antiguidade, a construção da História como conhecimento – fontes, métodos e a história da África.¹¹ Portanto, o recorte da aula digital evocada anteriormente, traz como potência uma importante fonte para a história da humanidade constituída no território africano (LIMA, 2006). Há mais. Elemento importante para a práxis antirracista contrapondo a visão antropocêntrica ainda enraizada no ensino de história (GUIMARÃES, 2012).

Nesse sentido, o papel dos professores antirracistas se constitui de valiosa contribuição, pois segundo Almeida (2003) colocar a disposição dos sujeitos e introduzi-los nos ambientes virtuais não é o suficiente para que ocorram as interações e as interfaces. Também não são suficientes para dar conta da complexidade dos processos de ensino-aprendizagem. Um ambiente favorável se torna de extrema necessidade para a promoção de um aprendizado significativo. O que significa ter um ambiente favorável diante desse ecossistema eletrônico e digital?

Nesse momento compreende-se que a experiência social é preponderante, especialmente no que tange a promoção e o despertar da atenção dos sujeitos para o interesse de aprender, selecionar, organizar, filtrar, investigar, as informações relevantes e pertinentes, com a sensibilidade de entender o melhor momento para determinadas adequações na finalidade de atingir a interiorização de conceitos construídos. Nesse momento também é relevante sinalizar a escolha da terminologia – ecossistema digital -, as questões do tempo presente não podem ser compreendidas e analisadas de maneira isolada como se fazia no paradigma científico do século XX, ou dito de outra maneira, no paradigma da modernidade, pois para Capra (2004) são questões que demandam uma interligação e interdependência, ou seja, são processos sistêmicos. E para que ocorra uma nova percepção da realidade torna-se impreterível “uma mudança de paradigma tão radical como foi à revolução copernicana” (Ibid., p. 23). Essa dimensão social que independe do suporte tecnológico é o diferencial para a desconstrução de processos preconceituosos e estigmatizantes naturalizados discursivamente (VAN DIJK, 2018).

Considerações finais

¹¹ LIMA, Mônica. Palestra realizada no dia 13 de novembro de 2014. ANPUH ideias: ensino de História da África e das Relações Raciais nas Américas no auditório do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

As conclusões neste texto – de forma alguma fechadas - representam parte da pesquisa em andamento que visa compreender a produção de saberes a partir da temática das relações étnico-raciais em uma ferramenta digital disponível a professores e alunos, utilizando como fonte documentos oficiais dos sites Rio Educa, Educopédia, Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, sobretudo a Plataforma Educopédia, compreendida nesta pesquisa como material didático (MONTEIRO, 2009). De acordo com o recorte necessário para a apresentação do texto em tela foi possível perceber continuidades, principalmente no que diz respeito à visão curricular eurocêntrica no que tange o ensino de História da África.

No âmbito do ensino de história, sobretudo na perspectiva das relações étnico-raciais, apostou-se nas articulações com o paradigma emergente, pois não se encontra reduzido numa dimensão hegemônica e hierárquica como no paradigma mecanicista. Haja vista, as diversas concepções teóricas, sobretudo no campo epistemológico – pensamento complexo, pensamento sistêmico, conhecimento em rede, pensamento em processo e ecológico -, (MORAES, 2003), principalmente para dar conta de uma visão cíclica da história em contraposição à visão linear.

Referências

- ALMEIDA, Maria E. B. de. **Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem.** Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 2, P. 327-340, jul/dez. 2003.
- ALMEIDA, Anita Correia Lima de; GRINBERG, Keila. As WebQuests e o ensino de História. *In:* GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza, ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. **A escrita da História escolar: memória e historiografia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 201-212.
- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa.** 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BITTENCURT, Maria Fernandes Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BITTENCURT, Maria Fernandes Circe. **Reflexões sobre o ensino de História.** Estudos Avançados, 32 (93) 2018. USP, SP. PP. 127-149.
- BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013. P. 104.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Editora Cultrix, 2004.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 22ª ed. São Paulo: Editora Paz & Terra: 2020.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- COSTA, Rogério da. **A cultura digital.** São Paulo: Publifolha, 2008.

COSTA, Marcela A. da; LUCCHESI, Anita. Historiografia escolar digital: dúvidas, possibilidades experimentação. In: MAYNARD, Dilton C. S; SOUZA, Josefa E. (Orgs.). **História, sociedade, pensamento educacional: experiências e perspectivas**. Rio de Janeiro/Pernambuco: EDUPE, 2016. P. 336-366.

COSTA, Marcella A. F. da. **Ensino de história e historiografia escolar digital**. Rio de Janeiro, 2019. 232 f. Tese de Doutorado e História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Centro de Ciências Humanas e Sociais, RJ, 2019.

DIJK VAN, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2018.

FICKERS, Andreas. Historicism? Doing History In The Age Of Abundance. **Journal of European Television History and Culture**, 2012, 1, 1–9.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial e Educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (org). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. P. 97-110.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. PP. 21-54.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

LIMA, Mônica. História da África: temas e questões para a sala de aula. In: OLIVEIRA, I; SISS, A. (Orgs.). Caderno PENESB V. 7, Niterói, RJ: EDUFF, 2006. PP. 73-105.

GONZALEZ, Lélia. **Jornal Mulherio**, Ano II, Nº 5, Jan/Fev, de 1982. P. 5.

MATURANA, Humberto e VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano**. Campinas, SP: Editora Psy II, 1995.

MIGNOLO, W. D. e PINTO, Júlio R. de S. **A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial**. Civitas, Porto Alegre, V.15, N.3, Jul./Set. 2015. P. 382-402.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de História**. MAGALHÃES, Marcelo de Souza. REZNIK, Luis. ROCHA, Helenice. (orgs). **A História na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. P. 177-199.

MOARES, M. C. O paradigma educacional emergente. Campinas, SP: Papirus, 1997.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. Articular os saberes. In: ALVES, Nilda e GARCIA, Regina Leite. (Orgs.). **O sentido da escola**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P. 65-80.

MUNANGA, Kabengele. **Educação e diversidade étnico-cultural: A importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro**. In: COELHO, Wilma Nazaré Baía. MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. (orgs). **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói: Editora da UFF, Alternativa, 2014. P.21-33.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil: trajetórias e perspectivas**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p.143-162, set. 1992/ago. 1993.

TORRES, Xavier Marcelle. FERREIRA, Marcia Serra. Currículo de História: reflexões sobre a problemática da mudança a partir da Lei 10.639/03. In: MONTEIRO, Ana Maria et al. (org). **Pesquisa em ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas**. Rio de Janeiro: MAUD X; FAPERJ, 2014.

Por Deus, pela liberdade e contra o comunismo: as bases conspiratórias do conservadorismo estadunidense nos anos 1960.

João Victor da M. Uzer Lima¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

1 – Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado, ainda em andamento, cujo título é: “Pagos para pensar: a relação entre Universidades e Think tanks nos Estados Unidos (2001 – 2016)”. Buscamos investigar como estes dois tipos de instituições promotoras de pesquisas interagem entre si, e com os governos, na promoção (e negação) do conhecimento. Este texto traz um recorte que analisa a formação de alguns importantes think tanks e suas relações com a promoção de um pensamento conspiratório de negação científica.

O candidato democrata à presidência de 1932, Franklin D. Roosevelt, trouxe em sua plataforma grandes críticas a forma como o republicano Hoover vinha conduzindo a política econômica. Durante a campanha, Samuel Rosenman, advogado e juiz que aconselhou Roosevelt (quando governador), não reconhecendo proposta promissora vinda da comunidade empresarial para lidar com a crise dos anos 1930, adiantou que o candidato precisaria de ajuda intelectual para a campanha. Formou-se, assim, o *Brain Trust*. O grupo (originalmente formado por Rexford Tugwell, especialista em política agrária; Adolf Berle, especialista em direito corporativo e finanças; e Raymond Moley, especialista em direito penal; todos professores da Universidade de Colúmbia) foi idealizado como um “último recurso” (SMITH 1993: 71).

De acordo com Flávio Limoncic (2003: 152), embora o presidente tivesse em mente que a competição irrestrita do capitalismo liberal defendida e praticada pelos republicanos ao longo dos anos 1920 precisava ser superada, diferentes setores da sociedade tinham ideias distintas de como contornar a crise. Em busca de apoio amplo, o governo propôs um programa de recuperação em torno da *National Industrial Recovery Act* (NIRA), que visava a criação de códigos de competição supervisionados pelo Estado, em diferentes setores industriais. Nos primeiros 100 dias, o projeto, que recebeu o título de *New Deal*, lançou uma gama de programas de reformas setoriais na economia,

¹Aluno do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientado pelo professor Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão. Ingresso em 2020 com a pesquisa Pagos para pensar: As relações entre Universidades e Think tanks nos Estados Unidos (2001 – 2016)

procurando, principalmente, a criação de condições para a formação de uma poupança interna e recuperação de investimentos. No entanto, as propostas geraram tensões com a oposição. Setores conservadores protestaram contra a manutenção do *déficit* público como instrumento de criação de empregos e renda. Além disso, apontaram como a adoção dos planos representava uma mudança importante no papel do Estado referente à mediação econômica a respeito de políticas de bem-estar social que, tradicionalmente, eram feitas através de instituições filantrópicas privadas. Conforme aponta Limonic (2003: 152), “para alguns, o *New Deal* nada mais seria do que o nome americano para o comunismo, e seu objetivo último era retirar dos que tinham para dar aos que não tinham”. Grandes conglomerados industriais como a *Sun Oil Company* e a *DuPont*, bem como grandes empresas, como a *Sears*, mostraram-se contrárias às medidas reconhecidas como intervenções governamentais. Como coloca Tatiana Poggi (2008: 47), o capital industrial voltado para o mercado interno rapidamente se organizou juntamente com conservadores dos partidos Republicano e Democrata e já em 1934 fundou a *American Liberty League (ALL)*”. A Liga atuou fazendo lobby e, por diversas vezes, apelou ao Congresso pela oposição às medidas e políticas que, em sua visão, ameaçavam a Constituição e os direitos à propriedade. Mas, conforme afirma Tatiana Poggi (2008: 54), o legado mais importante da *American Liberty League*, acreditamos, tenha sido o aumento progressivo de uma tensão gerada dentro do partido Republicano na época da hegemonia do reformismo Democrata”. Houve uma cisão dentro do Partido Republicano. De um lado, aqueles levemente inclinados a aceitar algumas propostas do programa democrata; de outro, um descontentamento completo com o programa, porém, com um tom nostálgico num desejo de retornar aos tempos de ouro do livre mercado. Assim, houve um confronto entre a velha guarda e a “renovação”. Enquanto a “renovação” caminhou para um reformismo, a “velha guarda” deu origem a um novo conservadorismo, integrando políticos, intelectuais e personalidades em volta da crença de que haveria um plano em curso para destruir o capitalismo estadunidense. O deputado da Pensilvânia, Robert Rich (republicano), declarou: “Roosevelt é um socialista, não um democrata”. O senador republicano Simeon Fess (Ohio), afirmou que o “*New Deal* agora é um socialismo de estado indisfarçado”. O também senador republicano, Thomas Schall, de Minnesota, colocou Roosevelt como sendo o “primeiro presidente comunista dos Estados Unidos” (MICHAELS 2017: 77)

O *New Deal* foi abraçado pelo Partido Comunista, e a aproximação entre o Partido Democrata com o Comunista foi munição dos opositores que promoveram uma campanha contra a imagem dos “intelectuais”. Exagerando a influência destes na política do Partido

Democrata, a direita estadunidense passou a retratar os pesquisadores e consultores como experimentalistas, “impráticos”, irresponsáveis, arrogantes e conspiradores (HOFSTADTER 1963: 199). A campanha anti-intelectual por parte dos opositores do *New Deal* reforçava essa postura apontando para a influência socialista dos intelectuais. Os opositores do *New Deal* conseguiram, com sucesso, associar os acadêmicos, especialistas, cientistas e intelectuais em geral com “a esquerda”, e, conseqüentemente, com “o inimigo”. O período Roosevelt, de acordo com Schrecker (1999. 86), foi o ensaio para o “macarthismo”. O cenário de desconfiança da Guerra Fria e perseguição aos intelectuais afetaram as eleições de 1952 e estabeleceram um espaço favorável para o crescimento de *think tanks* conservadores usando o anti-intelectualismo e o conspiracionismo como adubos.

2 – O anticomunismo como fator de união

Os movimentos conservadores desenvolvidos em resposta às políticas liberais dos anos 1930 agruparam-se em três grandes grupos: os libertários, os tradicionalistas e os anticomunistas intervencionistas, mas até os anos 1950 lhes faltava uma “ideologia própria, ou mesmo uma ‘cola’ que as unisse e as fizesse mais identificáveis aos olhos da população e dos partidos políticos” (VIDAL; WIETCHIKOSKI 2019: 15). E essa “cola” foi moldada a partir de três princípios: 1) Aversão ao bem-estar social e ao poder do Estado sobre a economia; 2) Retomada da moralidade e das tradições religiosas; e 3) O combate ao comunismo. Desde os anos 1930 os *think tanks* conservadores atuavam no primeiro princípio, mas foi a partir dos anos 1950 e estas instituições efetivamente apresentaram-se como atores políticos, promovendo também os outros dois princípios. Em 1938, em ação conjunta de empresários, foi fundado em Nova York o *American Enterprise Association* (AEA). Com a missão de promover “maior conhecimento público e compreensão das vantagens sociais e econômicas acumuladas para o povo americano através da manutenção do sistema de livre e competitiva empresa”. Nascido de uma resposta ao *New Deal*, o AEA, segundo Tatiana Teixeira (2007: 202), dedicava-se a “preservar e fortalecer as fundações da liberdade – identificada como governo limitado, iniciativa privada, instituições culturais e políticas vitais – e uma forte política externa e defesa nacional”.

Nos anos 1950, o AEA decidiu uma última tentativa de tornar-se mais influente em Washington e salvar-se de uma possível falência. Sob a liderança de Allen D. Marshall, diretor da *General Eletrics*, os economistas W. Glen Campbell e William J. Baroody (os

dois membros do Câmara Americana de Comércio) foram contratados (SMITH. 1993. 175). Com suas expertises, o AEA formou seu próprio corpo permanente de conselheiros acadêmicos. De acordo com Stahl (2016. 14), o AEA tornou-se a primeira organização a adequar aos parâmetros modernos do que significa ser um ‘*think tank* conservador’”. Para Smith, o ponto de virada para o AEA foi a chegada de Baroody.

As instituições conservadoras compreendiam o processo político através da noção de “livre concorrência” na qual a melhor ideia prevalece. No entanto, Baroody reconheceu que a realidade observada de sua perspectiva não correspondia a sua expectativa. Onde a maioria das instituições conservadoras enxergava um *establishments liberal*, Baroody reconheceu a existência de uma indústria de ideias de esquerda que se estica desde os departamentos de Ciências Sociais das universidades – onde o material bruto intelectual (as ideias) era minerado – até as agências de pesquisas do governo. Estas ideias eram enfim refinadas e publicadas pela mídia (SMITH 1993: 178). Ou seja, se o “mercado das ideias” no cenário político, deveria seguir o modelo do livre mercado, Baroody conjecturou a existência de um monopólio da esquerda sobre as ideias políticas. A AEA, então, reestruturou-se para combater esse monopólio.

Na mesma época, Campbell foi convidado para reformular um outro tradicional think tank conservador, o *The Hoover Institution on War, Revolution, and Peace*. Em 1919, Herbert Hoover (ex-aluno de Stanford) doou 50,000 dólares à universidade para a construção de um projeto que coletasse e armazenasse documentos referentes à Primeira Guerra. No entanto, ao final da década de 1950 houve uma mudança de orientação e organização da instituição. Sob influência do próprio Hoover, o status de biblioteca foi oficialmente redefinido e a *Hoover War Library* tornou-se *The Hoover Institution on War, Revolution, and Peace*, uma instituição de pesquisa independente, reportando diretamente ao Conselho de Administrativo de Stanford e não mais ao presidente da universidade.

Essa mudança ocorreu para dar à instituição um caráter mais ativo. Na ocasião, Hoover declarou que era preciso “demonstrar os males da doutrina de Karl Marx – seja o comunismo, socialismo, materialismo econômico ou ateísmo – para proteger o meio de vida americano desse tipo de ideologia, suas conspirações, e para reafirmar a validade do sistema americano.” (SMITH 1993: 180) Escolhido pessoalmente por Herbert Hoover, o nome de Campbell para liderar a reorganização do instituto foi sugerido por Raymond Moley, membro chave do *Brain Trust* de Roosevelt e um dos principais nomes da construção do *New Deal*.

Além disso, destaca-se ainda as criações da *Foundation for Economic Education* (FEE) e da *Mont Pelerin Society* (MPS). Fundada em 1946 – por Leonard Read, Donaldson Brown (executivo e diretor corporativo da *DuPont* e da *General Motors Corporation*), Alfred Kohlberg (que depois veio a integrar também a *John Birch Society*), e mais –, a FEE é considerada o primeiro *Think Tanks* dedicado exclusivamente à promoção do livre mercado. Os economistas Friedrich Hayek e Ludwig von Mises foram associados ao FEE. Hayek chegou a definir a instituição como “a defesa de nossa civilização contra o erro intelectual” (HAYEK 2004).

Por outro lado, diferente dos outros think tanks (que, por definição, procuravam promover suas ideias e influenciar as políticas) a *Mont Pelerin Society* foi idealizada por Hayek como uma “organização que servisse como um espaço de livre investigação intelectual, onde cientistas sociais e pensadores especialistas dedicados à ideia do livre mercado pudessem se reunir para discutir e refinar seu pensamento.” (PHILLIPS-FEIN 2009: 281) A instituição teve nomes como os de Karl Popper, Ludwig von Mises, Milton Friedman e o já citado Friedrich Hayek entre seus fundadores. Hayek e Mises tinham conexões com a FEE enquanto Friedman teve com o AEA (integrou o quadro de conselheiros acadêmicos a partir de 1956). A primeira reunião do MPS nos Estados Unidos foi promovida quase que por esforço único de Jasper Crane, ex-executivo da *DuPont Company*, na arrecadação de recursos.

A primeira tentativa dos opositores do New Deal em estabelecer uma organização política a favor do livre mercado, a *American Liberty League* (em 1934), havia falhado em evitar a reeleição de Roosevelt em 1936 justamente por não conseguir atrair apoio popular e intelectual. Mas, ao associar a promoção do livre mercado ao anticomunismo e aos valores tradicionais religiosos, criou-se um embate no qual um dos lados representava um governo totalitário, associados a uma concentração de poder estatal e ateia; e o outro representava um governo democrático, de estado mínimo, defensor das liberdades individuais, do livre mercado e da religião cristã (VIDAL; WIETCHIKOSKI 2019: 123). Como demonstra George Nash (2014. 66 – 70), os anos do pós-segunda guerra aninham nos Estados Unidos o reavivamento da fé. Em 1940 menos de 50% da população era membro de alguma igreja, em 1955 esse número já havia subido para 60%. Os opositores do New Deal e os novos conservadores abraçam este revivalismo religioso. Distanciando-se de um “evangelho social” ou “puritanismo liberal”, aproximaram-se de uma ortodoxia cristã quase católica, dando ênfase em fatores morais e comportamentais em “respeito pelo cavalheirismo [...] encorajado uma visão mais positiva da Idade Média”. As

motivações de Jasper Crane para levar a MPS para os Estados Unidos também possui suas raízes na religião. Crane, junto de Howard Pew (presidente da *Sun Oil*) assumiu no início dos anos 1940 uma posição de liderança no Conselho Nacional das Igrejas, uma organização que se dedicava a “recuperar o controle da igreja protestantes da esquerda” (PHILLIPS-FEIN 2009: 290)

Mas a instituição que melhor exemplifica a adoção de uma visão de mundo conspiratória e anti-intelectual nas instituições conservadores (como um dever patriótico) dos anos 1950, é a *John Birch Society* (JBS). Em dezembro de 1958, após uma palestra para onze empresários do estado de Indiana, Robert Welch fundou a *John Birch Society*. Welch passou expressar a crença de que havia uma “conspiração comunista” ameaçando derrubar o capitalismo e a orientar suas críticas não apenas contra democratas e liberais, mas também contra conservadores famosos como William F. Buckley Jr. A sociedade ganhou notoriedade nos anos seguintes. Ao início dos anos 1960 a JBS somava 1.500 membros, em setembro do mesmo ano eram mais de 6.000 (BERLET, Chip; LYONS 2018: 238), e já em 1962 contava com 60.000 membros e 1,5 milhão de dólares em receita. Vale ressaltar ainda que ao longo dos anos 1960, Welch foi membro do Conselho Administrativo do FEE (MAYER 2017).

No entanto, na mesma medida em que o conservadorismo, (na promoção do livre mercado e o anticomunismo) saía das salas de reuniões dos empresários e entrava na academia e nas igrejas, ele se fragmentava e gerava contendas entre seus apoiadores. Havia, portanto, uma cisão no projeto. Por um lado os defensores do livre mercado (como Hayek, Mises e Ayn Rand) defendiam um estado liberal (à moda europeia) mínimo, um liberalismo clássico que não se restringia à economia. Por outro, para os conservadores de origem religiosa (como Buckley ou Crane) o estado deveria ser mínimo para uma liberdade na área econômica, mas forte o suficiente para zelar pelos valores morais (VIDAL; WIETCHIKOSKI 2019: 114). A união dessas vertentes veio pelos trabalhos de Buckley através da *National Review*. Muitos dos colaboradores da revista eram defensores de diferentes abordagens (libertarianismo, anti-estatismo, liberalismo clássico, anti-comunismo e mais). Buckley, como editor, “gastou quantidades extraordinárias de energia pessoal mediando entre as muitas pessoas de extremos humores e ideologias que ocupavam as cadeiras editoriais de seu jornal” (SIVEK 2008: 252).

De acordo com Nash (2014: 172 – 173), três fatores contribuíram para o sucesso do fusionismo. Primeiro, havia a demanda por uma base de princípios coesa na qual acreditar. E, embora discordassem em alguns princípios, “Talvez eles estivessem

cansados de brigas entre facções; mais provavelmente eles estavam cada vez mais conscientes da necessidade de evitar o antiestatismo quixotesco ou o autoritarismo rabugento”. Segundo, ao tentar harmonizar as vertentes do conservadorismo, o fusionismo contou com o auxílio do anticomunismo. Esse princípio, era, acima de tudo, um agregador, sendo defendido desde os anos 1930 tanto por defensores do livre mercado como por tradicionalistas religiosos. Por fim, terceiro, quando se distanciaram das disputas teóricas, “muitas vezes descobrem que não era tão difícil identificar o que eles representavam, afinal”. Assim, a fusão não teria sido uma realização de um grupo em específico, mas sim o reconhecimento de que o conservadorismo era uma casa de “muitas mansões”. Mas o aparente sucesso do fusionismo em agregar e popularizar o conservadorismo não significou necessariamente um ganho de poder político para esse grupo. Este aspecto só foi alcançado ao longo da década de 1960, em especial ao ganhar proeminência no Partido Republicano com a nomeação de Barry Goldwater para concorrer à presidência em 1964 (VIDAL; WIETCHIKOSKI 2019: 116).

3 – The Conscience of a Conservative

Por recomendação de Robert Welch (JBS), Goldwater, senador pelo estado do Arizona (de 1953 – 1965 e depois de 1967 – 1987), publicou em 1960 o livro *The Conscience of a Conservative*. A obra exemplifica como a junção dos três princípios deram ao conservadorismo não apenas uma autoridade intelectual (ao integrar acadêmicos e pesquisadores da economia para repensar alternativas para as políticas dos seguintes governos democratas), mas também revestiu essas políticas de uma autoridade moral religiosa. Tudo amarrado pelo anticomunismo e pela defesa da propriedade do indivíduo (material e espiritual).

A popularidade de Goldwater o colocou nos holofotes. John William Middelndorf, na época um banqueiro de investimentos, escreveu ao candidato afirmando que o apoio ficava cada vez mais forte, mesmo em Manhattan, centro do Estado de Nova York que tinha Nelson Rockefeller como governador (PHILLIPS-FEIN 2009: 131). O senador ainda recebeu o apoio dos “intelectuais do livre mercado”. Goldwater, que há muito já recorria ao AEI para orientação acadêmica, recebeu seu próprio “*brain trust*” encabeçado por Baroody e contando com os recursos da instituição. Baroody chegou a distanciar-se do AEI (Em 1962 o *American Enterprise Association* renomeou-se para *American Enterprise Institute* – AEI) para seguir o candidato pelo país, escrevendo seus discursos e elaborando estratégias (PHILLIPS-FEIN 2009: 164).

A campanha de Goldwater é frequentemente apontada como o clímax do movimento conservador dos anos 1960. Foi o movimento que institucionalizou o conservadorismo dentro do Partido Republicano e ajudou a apresentar ao público votante os preceitos do conservadorismo. A campanha foi um projeto externo ao Partido Republicano promovido por uma rede conservadora buscando uma unidade. Iniciado por William Rusher (da *National Review*); endossado por John William Middelndorf (que chegou a ser tesoureiro do comitê de campanha); auxiliado por diversos membros do AEI que pediram licença para trabalhar nos comitês (incluindo Baroody) e com substancial apoios da JBS. Por um lado, representou a união do liberalismo clássico com o libertarismo. Como o próprio Middelndorf descreveu a Leonard Read (FEE), em 1964, o “‘movimento Goldwater’ era nada menos que um ‘movimento libertário incorporando os ideais de Ludwig von Mises’ e Friedrich von Hayek, entre outros pensadores” (PHILLIPS-FEIN 2009: 150). Mais do que uma jogada política, para empresários como Middelndorf, foi uma causa. Por outro lado, o anticomunismo e antiestatismo da campanha deu aos *Birchers* (membros da JBS) um veículo pelo qual atacar o crescimento do comunismo nos Estados Unidos (a família Rockefeller e o “*Eastern Establishment*”). Embora Goldwater tenha sido derrotado nas urnas, o movimento conservador não perdeu fôlego. Ao contrário, foi no final da década de 1960 e ao longo da 1970 que algumas das principais vozes conservadoras se estabeleceram de vez, algumas perduram até os dias atuais. Ainda em 1964 foi criada a *American Conservative Union* (ACU), uma organização lobista que hoje se identifica como a “organização conservadora original da nação”. Também em 1964 foi fundada a *The Conservative Book Club* (CBC), um serviço que mensalmente enviava para seus membros um portfólio com uma seleção de publicações de conservadores que poderiam ser compradas por correio. Em seu segundo ano de existência, o CBC já comercializa mais de 20.000 livros por mês (EDWARDS; EDWARDS. 2015). Ativo até hoje, o CBC se declara “a luz orientadora para os amantes de livros conservadores”. Em 1966, com investimento do AEI, foi ao ar o *Firing Line*, apresentado por Buckley, o programa tornou-se o mais longo com o mesmo apresentador da história da televisão estadunidense, indo ao ar até 1999. Em 1965 Irvil Kristol e Daniel Bell lançaram a *Public Interest*, a fundação da revista é considerada como o início do movimento neoconservador na política estadunidense, uma reação à Nova Esquerda.

Considerações finais

O novo conservadorismo definiu-se ao longo dos anos 1950 e 60 formou-se a partir dos princípios: da promoção do livre mercado; da defesa de valores religiosos cristãos; e do anticomunismo. O medo de sucumbir ao comunismo e perder suas liberdades, ou de ser proibido de professar sua fé, sustentava comportamentos ou discursos que podem ser compreendidos como anti-intelectuais ou paranoicos/conspiratórios.

E esse princípio não passou despercebido pela própria direita estadunidense. Daniel Bell (2017), demonstrou que a ignição para o movimento do conservadorismo por uma união não se deu por uma unidade ideológica, ao contrário, foi o resultado do movimento. A ignição teria sido a revolta política, a desconfiança no estado e o medo. Outro ponto que Bell destaca é a dificuldade estadunidense em adaptar-se às novas necessidades devido à sua tradição religiosa e política. Esses elementos evocam o sentimento que Bell classificou como “despossuído”, ou seja, o sentimento de que a “América” estava sendo arrancada do “americano”. O movimento conservador, segundo um de seus próprios teóricos, seria uma resposta a esse sentimento. Uma tentativa de, nas palavras de Hofstadter (1963. 23): “recuperá-lo e evitar o efeito final de subvenção”, já que, “As velhas virtudes americanas já foram corroídas por cosmopolitas e intelectuais; o velho capitalismo competitivo tem sido gradualmente minado por esquemas socialistas”.

Estes mesmos princípios podem ser reconhecidos na articulação dos grupos conservadores ao final da década de 1970, na eleição de Ronald Reagan. Embora os anos 1960 e 1970 tenham um relativo equilíbrio na representação entre republicanos e democratas na Casa Branca, foi nos anos 1980 que os conservadores começaram a enxergar uma quebra no “*establishment liberal*”. Mesmo quando lideravam o poder executivo, os conservadores ainda se viam como minoria. Segundo Smith (1993. 195), alguns membros da administração Nixon pensavam estar cercados por uma teia de burocracia tecida por think tanks liberais (esquerda).

E, em certa proporção, esses mesmos argumentos e estratégias uniram as direitas nas eleições de 2016. Os discursos da Alt-Right sobre a democracia fundamenta-se na resiliência diante das notícias políticas e conhecimento disseminado através da mídia tradicional. A oposição fundamental é baseada, portanto, na insatisfação com um sistema traidor e entregue à “hegemonia da esquerda”. A democracia, nessa visão, precisa ser resgatada ou mesmo refeita a partir de valores “pré-esquerda” (MICHELSEN; ORELLANA 2019: 282). A manutenção de um “medo” e a crença de estar

constantemente sob ataque da “esquerda” caracterizaram e caracterizam até hoje importantes partes da identidade conservadora de forma que reconhecemos padrões e fórmulas sendo readaptadas em diferentes contextos, mas sempre apresentando certo grau de pensamento conspiratório e paranoia política.

Referências

AMERICAN CONSERVATIVE UNION. **Who We Are**. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20161019202226/http://conservative.org/who-we-are/>> acesso em 14 de set. 2022.

BELL, Daniel. Dispossessed. In: BELL, Daniel. (Ed.). **The radical right**. Routledge, 2017.
EDWARDS, Lee; EDWARDS Anne. How Publishers (and readers) Learned to love conservative Books. **The Daily Signal**. April 13. 2015. Disponível em: <<https://www.dailysignal.com/2015/04/13/how-publishers-and-readers-learned-to-love-conservative-books/>> Acesso em 14 de set. 2022.

HAYEK, Friedrich A. The Defense of Our Civilization Against Intellectual Error. **Freeman-new series-foundation for economic education**, v. 54, p. 8-9, 2004.

HOFSTADTER, Richard. **Anti-intellectualism in American Life**.. Vintage, 1963.

LIMONCIC, Flávio. Os inventores do New Deal. Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930. Rio de Janeiro: **Mimeo**, 2003.

MALAGISI, Christopher N. **Conservative book club. What is CBC?**. Disponível em: <<https://www.conservativebookclub.com/what-is-cbc>> acesso em 14 de set. 2022.

MAYER, Jane. **Dark money: The hidden history of the billionaires behind the rise of the radical right**. Anchor, 2017.

MICHAELS, Jonathan. **McCarthyism: the realities, delusions and politics behind the 1950s red scare**. Routledge, 2017

MICHELSEN, Nicholas; ORELLANA, Pablo De. Discourses of resilience in the US alt-right. **Resilience**, VOL. 7, NO. 3, 271–287. 2019.

NASH, George H. **The conservative intellectual movement in America since 1945**. Open Road Media, 2014.

PHILLIPS-FEIN, Kim. Business Conservatives and the Mont Pèlerin Society in: **The Road from Mont Pèlerin**. Harvard University Press, 2009.

POGGI, Tatiana Silva. **Neofascismo em cena: o avanço conservador norte-americano e o caso da National Alliance**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

SCHRECKER, Ellen. **Many are the crimes: McCarthyism in America**. Princeton University Press, 1999.

SIVEK, Susan Currie. Editing conservatism: How National Review magazine framed and mobilized a political movement. **Mass Communication and Society**, v. 11, n. 3, p. 248-274, 2008.

SMITH, James A. **Idea brokers: Think tanks and the rise of the new policy elite**. Simon and Schuster, 1993.

STAHL, Jason. **Right moves: The conservative think tank in American political culture since 1945.** UNC Press Books, 2016.

TEIXEIRA, Tatiana. **Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA.** Rio de Janeiro: Revan, 2007,

VIDAL, Camila Feix; WIETCHIKOSKI, Luciana. Revisitando os think tanks na ascensão do conservadorismo estadunidense: American Enterprise Institute e Heritage Foundation. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 54, 2019.

A história atlântica como possibilidade de abordagem teórico-metodológica para conhecer os intelectuais negros na diáspora

José Manuel Faria¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é: O atlântico Negro na imprensa negra brasileira. Intelectualidade negra nas páginas dos jornais *Quilombo* e *Versus*, ainda em andamento.

O mito da modernidade² é inaugurado com o advento das grandes navegações e tendo como marco central a chegada de Cristovão Colombo na América em 1492. Esse mito está baseado na formação do eurocentrismo, entendido aqui como o imaginário moderno/colonial que organizou a exploração imperial das Américas. Segundo esse imaginário, o outro (sem escrita, sem história, sem desenvolvimento, sem religião, sem história) foi codificado como atrasado perante os europeus, estes supostamente superiores trazendo a civilização moderna para desenvolver os primitivos. Um discurso que inventa e classifica, e mais do que isso, subalterna as populações indígenas, povos africanos, os muçulmanos e os judeus. O Atlântico foi uma invenção da Europa, produto final de sucessivas ondas de navegação, administração, colonização, exploração e imaginação. O impacto desde encontro atlântico provoca o surgimento do que Immanuel Wallerstein cunhou de “sistema-mundo moderno”:

Foi nos fins do século XV e princípios do século XVI que apareceu a que podemos chamar de uma economia-mundo europeia. Ela não era um império, mas, no entanto, era tão extensa como um grande império e partilhava algumas das suas características. Mas era diferente, e nova. Era uma espécie de sistema social que o mundo ainda não conheceu realmente antes e que constitui a característica distinta do sistema mundial moderno. Era uma entidade econômica, mas não política, ao contrário dos impérios, cidades-estados e nações-estados. De fato, ela continha precisamente dentro dos seus limites (é difícil falar de fronteiras) impérios, cidades-estados e “nações-estados” em ascensão. Era um sistema-“mundial”, não porque contivesse todo o mundo, mas porque era mais lata (sic) do que qualquer unidade política juridicamente definida. E era uma “economia-mundo”, porque as ligações básicas entre as partes do sistema eram econômicas, embora fossem reforçadas em algumas medidas por laços culturais e eventualmente, como teremos ocasião de ver, por arranjos políticos e inclusivamente estruturas confederadas. (WALLERSTEIN, 1974, p. 25)

¹ José Manuel Faria, doutorando PPGHS-FFP. Orientador: Dr. Gelsom Rosentino de Almeida. Ano de ingresso: 2021. Título do projeto: O Atlântico Negro na imprensa negra brasileira. Intelectualidade negra nas páginas dos jornais *Quilombo* e *Versus*.

² Para uma maior discussão sobre o “mito da modernidade” ver DUSSEL, Enrique. *Europa, modernidade e eurocentrismo*. In: LANDER, 2005.

Hoje, se fala muito do fenômeno da globalização, porém, esta é a fase de um processo mais amplo que se inicia ainda no século XV. Pela primeira vez na história da humanidade ocorre um contato entre os povos de todos os continentes do planeta. Assim, desde aquele momento, se intensificou o intercâmbio entre as diversas regiões do mundo. Ameríndios, europeus, africanos e asiáticos criaram condições (intencionais ou não) para uma complexa rede de trocas culturais, econômicas, políticas, demográficas e também biológicas. Uma das mais notáveis atividades que permitiram esta conexão durante a era moderna foi o tráfico negreiro, o comércio de escravizados.

Diante desse acúmulo de conexões e interações, busco aqui pensar formas de compreender o conjunto de relações estabelecidas no espaço do Atlântico. Neste caso, não o Atlântico como espaço geográfico absoluto, e sim como um espaço histórico-social, o Atlântico entendido como uma unidade de análise, articulando sempre as especificidades locais com a dinâmica geral do Atlântico e, assim sendo, o Mundo Atlântico seria o resultado do encontro de mundos distintos. Para isso, determinado grupo de historiadores³ Buscou com suas obras desenvolver uma História Atlântica que visa, entre outros elementos, uma melhor compreensão da vivência dos homens e mulheres que trocaram suas experiências e culturas e assim forjaram aspectos identitários.

Os estudos de uma perspectiva atlântica têm seu início na década de 50 ainda dentro da lógica da Guerra Fria. Jornalistas e historiadores propuseram a ideia de que desde o iluminismo havia ocorrido uma “civilização” comum no Atlântico Norte, que ligava os Estados Unidos e a Europa dentro de um conjunto de valores comuns (democracia, liberalismo, racialmente branco, judaico-cristã). Armitage chamou essa história de “Atlântico branco”, pois, toda a diáspora negra é esquecida (a história do comércio de escravizados, da escravidão, a história da África). Era mais uma história conectada com uma “civilização ocidental” e o Atlântico Norte, esquecendo-se do Atlântico Sul. Ideologicamente pensava-se o Atlântico como uma comunidade dentro da civilização ocidental em contraposição ao bloco soviético. Evidentemente existia uma forte tendência para a disputa política e ideológica entre os agentes envolvidos.

Já nos anos 1960 a perspectiva Atlântica ganha novo impulso com as pesquisas que buscavam compreender um sistema mais complexo entre África, Europa, América

³ Cito aqui três historiadores que desenvolveram reflexões teóricas pertinentes a respeito dessa História Atlântica: RUSSEL-WOOD, 2009. ARMITAGE, 2014, p. 206-217. TOMICH, 2004, p. 221-240.

do Norte e América do Sul, articulando questões locais ao contexto mais amplo do Atlântico. Ela se transformou em uma história racialmente multicolorida.

O próprio Atlântico branco se tornou um campo de estudo autoconsciente mais do que um modelo definidor para todas as outras histórias atlânticas. O Atlântico negro da diáspora africana se juntou ao Atlântico verde da dispersão política e demográfica irlandesa. Existe até mesmo um Atlântico vermelho, escrito a partir do marxismo, que descreve a formação de uma classe trabalhadora multinacional, multiétnica e multicultural no mundo atlântico inglês, formando uma “Hidra de muitas cabeças”. (ARMITAGE, 2014, p. 208)

A referência à “Hidra de muitas cabeças” faz alusão à obra de dois historiadores ingleses: Peter Linebaugh e Marcus Ridiker. Dessa maneira, a perspectiva atlântica pode ser pensada a partir dos pressupostos da História Social inglesa desenvolvida na década de 1960 por historiadores como E. P. Thompson, Christopher Hill, Perry Anderson, Richard Hoggart, Eric Hobsbawn, entre outros. O trabalho de Linebaugh e Ridiker é bastante representativo dessa escola historiográfica.

Em um ensaio inovador com título de *Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram* do ano de 1983, um discípulo de Thompson⁴, Peter Linebaugh, se propõe fazer uma “história vista de baixo”, pensando os conflitos e dominação de classe, refletindo sobre as experiências dos trabalhadores em uma perspectiva atlântica. Partindo das visões antagônicas de Francis Bacon e William Blake, Linebaugh procura “apontar para eventos profundos e hemisféricos que se originam abaixo da superfície das coisas e que não estão confinadas a qualquer nação em particular, surge assim, de todos os quatro cantos do Atlântico – América do Norte e do Sul, Europa e África”.⁵

Thompson considerava o povo inglês como portador de uma “tradição da dissidência radical”, onde a busca pela liberdade e democracia são estabelecidas desde a Revolução Inglesa pelos Levellers (Niveladores), os Seekers e os Ranters, Digger (Cavadores) ou ainda Muggletonians, Grindletonians e Quakers. Esse último questionava todos os tipos de autoridade: da lei, do rei, das escrituras, da propriedade, do patriarcado. Como diziam os Diggers: “Deus não é respeitador de pessoas” para expressar que Deus não diferencia ninguém pelo critério de raça, classe, gênero ou nação. Sujeitos vivamente apresentados por Christopher Hill em seu livro *O mundo de Ponta-Cabeça*.

Para Linebaugh, com a derrota desses movimentos e ideias na Inglaterra, se iniciou um processo de dispersão que as levaram em todas as direções, particularmente o

⁴ Sobre a trajetória intelectual e teórica de Edward Palmer Thompson ver MATTOS, 2012.

⁵ LINEBAUGH, 1983, p. 7.

Mundo Atlântico. Com o início da formatação a partir do século XVI do sistema capitalista de produção e suas posteriores leis contra a vadiagem e todos os seus códigos para obrigar ao trabalho aos pobres, dentro da nova lógica capitalista, a solução encontrada pelos dissidentes radicais foi o navio rumo às colônias britânicas na América do Norte, para Barbados, São Domingos, Jamaica:

As tradições opostas às sujeições internas da ética do trabalho protestante e também às sujeições externas ao trabalho assalariado, dispersaram-se do outro lado do Atlântico com uma face branca, assim como um século depois, transformadas por experiências novas, elas retornaram com uma face negra para ajudar a reavivar o movimento na Inglaterra. (LINEBAUGH, 1983, p. 7)

Ainda, segundo Linebaugh, essas “novas experiências de face negra” foram trazidas para a Inglaterra um século depois por homens como Olaudah Equiano⁶ (Gustavus Vassa, nome cristão): homem nascido livre na África na etnia Igbo. Escravizado aos 12 anos na região da atual Nigéria, seus donos de Equiano foram oficiais da Marinha. Ele comprou sua liberdade aos 20 anos e se transformou em marinheiro, trabalhou em navios negreiros para seu imenso constrangimento, navegou como homem livre em diversos portos do mundo, se casou em Londres, liderou ativamente o movimento abolicionista na Inglaterra que em 1807 dará fim à escravidão. Esquiano escreveu um livro autobiográfico, participou da Guerra dos Setes Anos e da primeira expedição ao Pólo Norte; foi a Serra Leoa na formação inicial deste país, correspondeu-se com a Rainha solicitando a abolição da escravatura. Como se tudo isso não bastasse, junto com a comunidade negra da cidade de Londres, Equiano jogou-se na organização do movimento operário inglês através da Sociedade Londrina de Correspondência que possuía sua célebre primeira diretriz: “Que o número de nossos membros seja ilimitado”. Em tal sociedade, estudada por Thompson⁷ de forma notável a partir das memórias de Thomas Hardy, Equiano hospedou-se na casa de Hardy entre 1790 e 1792.

Outra trajetória, também exposta em uma autobiografia, é a de Mahommad Gardo Baquaqua⁸, muçulmano (depois convertido ao cristianismo pela igreja batista norte-americana) nascido na década 1820 na África Ocidental, em Djougou (território axanti, hoje norte da atual República do Benin). Escravizado Mahommad chegou a Pernambuco

⁶ Para conhecer um pouco mais sobre a vida de Equiano ver o capítulo 4 do livro RIDIKER, 2011.

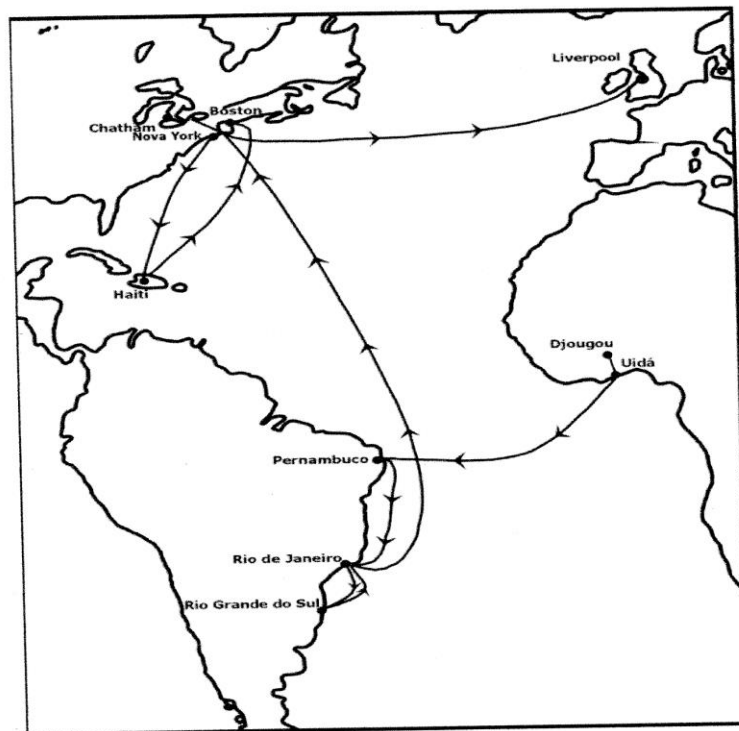
⁷ THOMPSON, 2004.

⁸ Segundo Lovejoy (2002): “O relato de Baquaqua serve como exemplo de como uma biografia pode informar a nossa compreensão da diáspora africana, e de como indivíduos encaixavam-se na história da escravidão transatlântica.” p. 6.

em 1845 onde foi comprado por um padeiro. Vendido para um capitão de navio, veio para o Rio para trabalhar como marujo num navio e aproveitar uma viagem para Nova York para fugir e conseguir a liberdade. Ele inicia seu treinamento para ser missionário, tendo passado dois anos no Haiti. Ditou para o pastor protestante Samuel Moore a história da sua vida, que foi transformada no livro *Uma narrativa interessante, a biografia de Mahommad G. Baquaqua*. Estava em Londres em 1857, e a partir de então, não se sabe mais dele. Com certeza uma vida “incomum” como chamou Lovejoy, principalmente pelas suas andanças atlânticas e porque é uma dos poucos relatos escritos que nos deixaram um escravizado.

Veja abaixo os caminhos atlânticos percorridos por Baquaqua produzido por Lovejoy.

Figura 13: Trajeto Atlântico de MahommadBaquaqua.



Mapa 1 Rota de Baquaqua da África para as Américas e Inglaterra

Afro-Ásia, 27 (2002), 9-39

13

Fonte: Paul E. Lovejoy, p. 13.

Está-se de acordo com a opinião de Linebaugh sobre os exemplos de Olaudah Equiano, de Mahommad Gardo Baquaqua, Ottobah Cugoano e de outros, representam

significativamente a forma de agir e pensar no Mundo Atlântico, envolto em grandes redes de conexões:

A segunda fase da história foi a da consolidação e do início do que tem sido denominado de “proto-pan-africanismo”. Um homem da nação Fantee, Ottobah Cugoano, foi o primeiro ex-escravo e africano a clamar pela total abolição do tráfico de escravos. Ele foi estratégico para a formação da London African Association e um líder da expedição abortada para Serra Leoa, o primeiro dos movimentos pró-retorno à África. Seu *Thoughts and Sentiments* (1787) apresenta a linguagem violenta dos pregadores puritanos revolucionários, bem como duradouras declarações de pan-africanismo. Nisso ele desenvolve uma perspectiva oceânica que pode ser comparada àquela de W. E. B. Dubois que via um nexo entre abolição da escravidão e a comuna de Paris de 1871. (LINEBAUGH, , 1983, p. 40)

Interessante chamar a atenção para o valor do navio como forma de transporte, mais também de comunicação de ideias, como ele afirma: “O navio permaneceu talvez o canal mais importante da comunicação pan-africana antes do surgimento do disco LP”.

O navio carregava trabalho cristalizado; e também levava trabalho vivo: navios de criminosos desterrados, de *indentured servants* e, sobretudo de escravos africanos. O navio não era apenas meio de comunicação entre os continentes, era o primeiro lugar onde os trabalhadores dos continentes se comunicavam. Todas as contradições do antagonismo social concentravam-se no seu bojo. O imperialismo era o principal. Quaisquer que fossem os pontos elevados que se sobressaíssem ao sol do imperialismo europeu, eles sempre lançavam uma sombra africana: não era apenas o taifeiro de Cristovão Colombo que era negro – também seu piloto, Pedro Nino, era africano. O *Mayflower*, assim que desembarcou os famosos peregrinos, zarpu para as índias ocidentais com uma carga de gente da África. Forçado pela magnitude de seus negócios a ajuntar grandes e heterogêneas massas de homens e mulheres a bordo dos navios para uma grande viagem de morte a um destino cruel, o imperialismo europeu também criou as condições para a circulação de experiências no interior das grandes multidões de trabalhadores que pusera em movimento. As pessoas conversam, afinal. (LINEBAUGH, 1983, p. 33)

Dando continuidade à sua perspectiva atlântica, Peter Linebaugh unido a Marcus Ridiker escrevem *A Hidra de Muitas Cabeças: Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. Os autores utilizam a metáfora criada pelos defensores do sistema capitalista atlântico da Hidra de Lerna, a “hidra de muitas cabeças” para designar os diversos grupos e movimentos que ameaçavam a construção desse sistema nos séculos XVII e XVIII: plebeus sem posses, criminosos desterrados, radicais religiosos, trabalhadores urbanos, marinheiros, soldados, africanos escravizados, estando Hércules representando a produção capitalista, o desenvolvimento econômico, o progresso e o trabalho. Os governantes viram na Hidra de muitas cabeças um símbolo da

desordem e resistência, sendo assim, uma poderosa ameaça à construção do capitalismo e do Império Britânico no Atlântico.

...os governantes usaram o mito de Hércules e da hidra para descrever a dificuldade de impor a ordem em sistema de trabalho cada vez mais globais, apontando aleatoriamente plebeus esbulhados, delinquentes deportados, serviçais contratados, extremistas religiosos, piratas, operários urbanos, soldados, marinheiros e escravos africanos como as cabeças numerosas e sempre cambiáveis do monstro. Mas as cabaças, apesar de originalmente postas numa combinação produtiva por seus hercúleos dirigentes, logo desenvolveram entre si novas formas de cooperação contra esses dirigentes, que iam dos motins e greves aos tumultos, levantes e revoluções. Como as mercadorias que produziram, sua experiência circulava com as correntes planetárias pelo Atlântico, em geral para o leste, das colônias americanas, das terras comunais irlandesas e dos navios de alto-mar de volta para as metrópoles da Europa. (LINEBAUGH;RIDIKER, 2008, p. 12)

A transmissão circular da experiência humana da Europa para as Américas, e depois em sentido contrário, estudada pelos autores, apresenta uma contranarrativa da modernidade, expondo o outro lado – uma história do Atlântico vista de baixo⁹ - da formação inicial do capitalismo global e do “proletariado atlântico”. Em cada um dos casos discutidos no livro (motins, revoltas, conspirações, oposições das classes subalternizadas) ficam claras as forças e personagens atlânticos e a circulação de experiências que influenciaram suas ações. Para os autores da obra:

Nosso livro é um olhar de baixo para cima. Tentamos recuperar alguma coisa da história perdida da classe trabalhadora multiétnica essencial ao surgimento do capitalismo e da moderna economia global. A invisibilidade histórica de muitos dos sujeitos do livro deve-se em grande parte à repressão de que foram vítimas: a violência da fogueira, do cepo, da força e dos grilhões de um escuro porão de navio. Também deve muito à violência da abstração com que a história é escrita, à severidade da história que há muito tem sido cativa do Estado-nação, que em muitos estudos continua sendo a moldura de análise largamente incontroversa. Este livro trata de conexões que, no decorrer dos séculos, têm sido geralmente negadas, ignoradas, ou que simplesmente passaram despercebidas, mas que, apesar disso, influenciaram profundamente a história do mundo em que todos vivemos e morremos. (LINEBAUGH;RIDIKER, 2008, p. 12)

No caso brasileiro é possível analisar através da perspectiva atlântica como eventos brasileiros podem ser compreendidos em conexão com outros ocorridos na África ou até mesmo na Índia. Veja-se alguns exemplos.

⁹ Sobre a concepção de uma “história vista de baixo” ver SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, 1992.

Uma das obras que podemos incluir nesse contexto é *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul* do historiador Luiz Felipe de Alencastro. Como o próprio subtítulo sugere, o Brasil formou-se fora do Brasil num jogo recíproco que ocorre em terras africanas e americanas no Atlântico e que se completam tendo como intermediário o oceano. “É daí que surge o Brasil no século XVIII. (...), é mostrar como essas duas partes unidas pelo oceano se completam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo.”¹⁰

Outra obra que reforça essa abordagem é *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos* de Pierre Verger. Livro lançado em 1968, então pioneiro para sua época, seu objetivo era estudar as relações estabelecidas, principalmente pelo comércio de escravos, por intermédio do Atlântico na formação do Brasil e da África Ocidental. Na sua introdução, Verger deixa claro o impacto provocado pelas duas margens do Atlântico: “Espero ser este livro capaz de transmitir a impressão de unidade que tanto me surpreendia, em minhas frequentes idas e vindas entre a Bahia e o antigo Daomé, na medida em que muito me impressionava encontrar numa margem do Atlântico coisas familiares e semelhantes àquilo que existia do outro lado.”¹¹

Essas “margens atlânticas” da qual fala Verger se encontram com *Um rio chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África* coletânea de artigos de Alberto Costa e Silva onde este descreve os vínculos estabelecidos entre o litoral africano e as margens da América, via mercadores, marinheiros, ex-escravos, escravos, que iam e vinham nas duas margens do rio.

As trocas deram-se nas duas direções, e a cada um dos lados do Atlântico não era de todo desconhecido e indiferente o que se passava no outro. A independência do Brasil, por exemplo, não ficou despercebida na África – e o prova o terem sido dois africanos os primeiros reis a reconhecê-la, o obá Osemwede, do Benin, o *Ologun Ajan* (ou obá Osinlokun), de Eko, Onim ou Lagos. Em Angola, os acontecimentos de 1822 tiveram enorme impacto, chegando a gerar uma corrente favorável à separação de Portugal e à união ao Brasil. (...) Repito: muito do que se passava na África Atlântica repercutia no Brasil, e vive-versa. Os contatos através do oceano eram constantes: os cativos que chegavam traziam notícias de suas nações, e os marinheiros, os ex-escravos de retorno e os mercadores levavam as novas do Brasil e dos africanos que aqui viviam para uma África que era ainda, no início do século XIX, um continente sem senhores externos. (SILVA, 2011, p. 54-55)

¹⁰ ALENCRASTRO, 2000, p. 9.

¹¹ VERGER, 2002, p. 23.

Com o domínio colonial europeu na África na segunda metade do século XIX e o fim do tráfico negreiro entre Brasil e África, as conexões entre as margens deste grande rio diminuíram, mas não cessaram completamente. Se a primeira onda da diáspora africana está associada ao deslocamento dos escravizados pelas Américas e em muitos casos seus retornos à África, outras ondas sucessivas, já no século XX, foram marcadas por uma migração voluntária (jamaicanos indo para Londres, angolanos para o Brasil, etc) ou ainda sob o impacto causado pelo processo de descolonização e independência dos países africanos que ocorre no pós-segunda guerra. É certo que as relações África-Brasil não se desintegraram completamente. Podemos afirmar que elementos histórico-culturais em comum fizeram com que esses povos e regiões, principalmente da África Ocidental e Central, preservassem diversos níveis e formas de diálogo até os dias atuais.

Para finalizar este ponto da discussão teórica, retorna-se ao já citado artigo do historiador britânico David Armitage, que propõe uma tipologia tripla que possa abranger todas as formas possíveis de se fazer uma História Atlântica:

- (1) História circum-atlântica – a história transnacional do mundo atlântico.
- (2) História trans-atlântica – a história internacional do mundo atlântico.
- (3) História cis-atlântica – a história nacional ou regional dentro de um contexto atlântico.

Para o desenvolvimento do estudo, interessa utilizar a categoria de História circum-atlântica, que segundo Armitage:

A história circum-atlântica é a história atlântica como uma zona particular de trocas e intercâmbios, circulação e transmissão. É portanto, a história de um oceano como uma arena distinta de qualquer uma das zonas oceânicas particulares e mais estreitas que a compõem. Esta área certamente abrange os litorais do atlântico, mas apenas na medida em que estas margens formam parte de uma história oceânica maior, mais do que um conjunto de histórias nacionais e regionais específicas que desembocaram no Atlântico. É a história das pessoas que cruzaram o Atlântico, que viveram em seu litoral e que participaram das comunidades que ele tornou possíveis, de seu comércio e de suas ideias, assim como das doenças que carregavam, da flora que transportaram e da fauna que transportaram. (ARMITAGE, 2014, p. 209)

Seguindo os passos dessa perspectiva atlântica, Paul Gilroy em seu livro *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*, compreende o Mundo Atlântico dentro de uma visão analítica fornecida pela ideia da diáspora¹² negra relacionando as experiências modernas das comunidades e interesses negros em várias partes do mundo.

¹² Para uma genealogia de diáspora e um diálogo crítico com as ideias de Gilroy ver EDWARDS, 2017.

Sua tese central é que os ideais antirracistas, embora muitas vezes se apresentem como nacionais, são construídos num circuito transatlântico, pois o tráfico, a escravidão e os debates raciais do século XX são marcados pelo intercâmbio intelectual entre ideias e pensadores, tais como Franz Fanon, C.L.R. James, Frederick Douglass, Léopold Sédar Senghor, Marcus Garvey, James Baldwin, ToussaintL’ouverture, Aimé Césaire ou W. E. B Du Bois com outros diversos pensadores brancos e seus movimentos de ideias e culturas. Gilroy utiliza-se da metáfora do navio para mostrar como intelectuais negros passam pelo mundo todo conectando e reconectando-se uns aos outros, e com a história desse mundo Atlântico.

Inclusive, antes do conceito de Atlântico Negro se tornasse usual nos meios acadêmicos, seu significado como uma forma de compreender e escrever a história que tornava os negros protagonistas centrais do mundo atlântico já estava esboçado em obras de intelectuais negros como a de C.L.R. James, *Os jacobinos Negros: ToussaintL’Ouverture e a revolução de São Domingos* lançada na década de 1930, em que os rumos da Revolução Francesa vão coincidir com o destino da revolução no Caribe francês ou ainda na vasta obra histórica e literária de W. E. B. Du Bois.

A construção teórica do Atlântico Negro de Gilroy nos propõe:

Em oposição às abordagens nacionalistas ou etnicamente absolutas, quero desenvolver a sugestão de que os historiadores culturais poderiam assumir o Atlântico como uma unidade de análise única e complexa em suas discussões do mundo moderno e utilizá-la para produzir uma perspectiva explicitamente transnacional e intercultural. [...] a ideia do Atlântico negro pode ser usada para mostrar que existem outras reivindicações a este legado que podem ser baseadas nas estruturas da diáspora africana no hemisfério ocidental. Uma preocupação com o Atlântico como sistema cultural e político tem sido imposta à historiografia e à história intelectual negra pela matriz histórica e econômica na qual a escravidão da plantation – “o capitalismo sem suas roupas” – foi um momento especial. (GILROY, 2001, p. 57-58)

Se apropriando do conceito de “dupla consciência” elaborado por W. E. B. Du Bois, Gilroy analisa essa identidade negra partida, essa dualidade existente entre ser negro e filiado a uma determinada nacionalidade. Para Du Bois:

Depois do egípcio e do indiano, do grego e do romano, do teutão e do mongol, o negro é uma espécie de sétimo filho, nascido com um véu e aquinhado com uma visão de segundo grau nesse mundo americano - , um mundo que não lhe concede uma verdadeira consciência de si, mas que apenas lhe permite ver-se por meio da revelação do outro mundo. É uma sensação estranha, essa consciência dupla, essa sensação de estar sempre a se olhar com os olhos de outros de medir

sua própria alma pela medida de um mundo que continua a mirá-lo com divertido desprezo e piedade. E sempre a sentir sua duplicidade - americano e Negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços irreconciliados; dois ideais que se combatem em um corpo escuro cuja força obstinada unicamente impede que se destroce. (DU BOIS, 1999, p. 54)

Aqui cabe considerar que as preocupações expressas por Du Bois para os negros nortes americanos também se colocam para os negros brasileiros. Este paradoxo entre uma identidade nacional e “ser negro”, também pode ser encontrado em diversos discursos dos líderes do movimento negro brasileiro. Homens e mulheres como Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos, Edson Carneiro, Solano Trindade, Lélia Gonzalez, Ironides Rodrigues, Hamilton Cardoso, Guiomar Ferreira de Mattos, Ruth de Souza, José Correia Leite entre outros e outras experimentaram esta dualidade da “dupla consciência” aspirando a uma nacionalidade que incluísse a população negra.

Referências

- ALENCRASTRO, Luís Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARMITAGE, David. Três conceitos de história atlântica. São Leopoldo: *Revista Unisinos*, 18 (2), pp. 206-217, Maio/Agosto, 2014.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Nº 11, Brasília, Agosto/2013, p. 89-117.
- BURKE, PETER (Org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- DU BOIS. W. E. B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.
- DURÃO, Gustavo de Andrade. Intelectuais africanos e pan-africanismo: uma narrativa pós-colonial. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, V. 10, Nº 25, p. 212-242, jul/set, 2018.
- EDWARDS, Brent Hayes. Os usos da diáspora. Porto Alegre, *Revista Translatio*, Nº 13, pp. 40-71, junho de 2017.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- JAMES, C.L.R. *Os jacobinos Negros: ToussaintL’Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- _____. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Editora Apicuri/Editora PUC-RJ, 201.
- LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Coleção SurSur. Clacso, 2005.

LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, N 6, 1983.

_____; RIDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOVEJOY, PAUL E. Identidade e miragem da etnicidade: a jornada de mohommahGardoBaquaqua para as Américas. *Revista Afro-Ásia*, Nº 27, 2002, 9-39.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

RIDIKER, Marcus. *O navio negreiro: uma história humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Sulcando os mares: Um historiador português enfrenta a “AtlanticHistory”. São Paulo: *Revista História USP*, 28 (1), 2009.

TOMICH, Dale. O Atlântico como espaço histórico. Rio de Janeiro, *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, nº 2, pp. 221-240, 2004.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo no tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 2002.

Pescadores artesanais da baía de Sepetiba (RJ) e modernização do sistema informacional público brasileiro: burocratização do estado e desafios de acesso aos direitos previdenciários

Karla da Silva Sampaio¹
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa, cujo título é: “A história recente do sistema digital público do Estado e as barreiras de acesso aos direitos sociais: a relação dos pescadores artesanais da Baía de Sepetiba com o meio técnico-científico-informacional (2013-2020)”, em andamento. Assim começamos indicando que, o Governo brasileiro trabalha de forma contínua na modernização dos serviços públicos a partir da transformação digital do país. A plataforma tecnológica “gov.br” desenvolvida em 2019 pelo Governo federal, possibilita acesso digital às informações, notícias e serviços prestados pelos órgãos públicos à população. Cerca de 110 milhões de pessoas já estão cadastradas na plataforma do Governo e utilizam os serviços oferecidos com apenas um *login* e uma senha. Este acesso funciona como porta de acesso aos demais canais digitais do Governo que estão integrados ao domínio “gov.br”. O “gov.br” é o projeto de unificação dos canais digitais do Estado, cujo domínio “gov.br” tem por finalidade integrar todos os canais digitais do Governo.

Com o advento da pandemia da Covid-19, a digitalização contribuiu com o trabalho das medidas preventivas no combate ao Coronavírus, de forma a evitar aglomeração de pessoas nas agências físicas dos órgãos públicos. Nesta relação do Estado com o meio informacional, podemos compreender a atual *ossatura do Estado* (POULANTZAS, 2000) como expressão do *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2000) contribuindo nos processos burocráticos com os avanços das técnicas e sistemas digitais. Essa modernização permite maior controle sobre as informações de produção dos trabalhadores, devido à unificação e fluidez do meio informacional. Nesse contexto, Poulantzas (2000) faz uma reflexão da *ossatura do Estado* a fim de compreender a relação de poder e controle do território que permeia o cotidiano. Além

¹Mestranda do Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, provada com o projeto, cujo título é A história recente do sistema digital público do Estado e as barreiras de acesso aos direitos sociais: a relação dos pescadores artesanais da Baía de Sepetiba com o meio técnico-científico-informacional (2013-2020), sob orientação do Dr.^a Cátia Antônia da Silva, bolsista da CAPES

disso, a natureza do Estado moderno contribui na reflexão a partir da calculabilidade, da impessoalidade e no poder onipresente, que Weber (2000) denomina de *burocrático-legal* (SILVA, C. SAMPAIO, K, 2020, p. 9). Dessa forma, apesar da proposta de unificação dos canais digitais apresentada pelo Governo de melhoria no relacionamento do Estado com o cidadão, percebemos que os Segurados.

Especiais (categoria do pescador artesanal no sistema da Previdência Social) da baía de Sepetiba encontram limitações no acesso digital (linguagem tecnológica rebuscada, falta de acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos). Essas fragilidades foram percebidas durante os trabalhos de campo, oficinas e entrevistas nas comunidades de pesca artesanal junto ao Núcleo de Pesquisa e Extensão: Território e Mudanças Contemporâneas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NUTEMC/UERJ).

Além disso, a instabilidade do sistema público digital, erros apresentados no processo de recuperação de senha na plataforma “gov.br” e prazo indefinido para análise de exigências no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) por meio do sistema do “Meu INSS”, em virtude da falta de servidores públicos para análise das solicitações e exigência de documentos, por exemplo, distancia o cidadão, sobretudo os pescadores artesanais, trabalhadores rurais dos direitos previdenciários (aposentadoria, auxílio-doença) e das políticas públicas (seguro defeso). Essa situação agudizou-se no período da pandemia da Covid-19 com a suspensão dos serviços públicos presenciais de forma que o cidadão dependa exclusivamente do serviço digital ou, no caso do INSS, também por meio da Central 135 do INSS de segunda a sábado das 7h às 22h, no horário de Brasília.

Nesse cenário de modernização dos serviços públicos, o NUTEMC vem atuando nas comunidades pesqueira da baía de Sepetiba por meio de oficinas e desenvolvimento de cartilhas, a fim de contribuir no processo de legalização desses trabalhadores da pesca que acontece atualmente por meio dos sistemas informacionais do Estado como aplicativos e *sites*. Estes canais digitais são portas de acesso aos direitos previdenciários e às políticas públicas. No entanto, devido à vulnerabilidade dessa categoria no manuseio dessas técnicas e à falta de equipamento, podemos perceber que a narrativa apresentada pelo Estado de “acesso simplificado” não condiz com a realidade desses trabalhadores e do próprio sistema do Estado que apresenta problemas e erros recorrentes impedindo o cidadão de acessar os seus direitos.

Migração dos canais digitais do governo para o portal unificado sob o domínio “gov.br”

Durante o processo de modernização dos canais digitais do Estado no tempo presente, *sites* do Governo realizam a migração de suas informações para o portal único como determina o Decreto Nº 9.756, de 11 de abril de 2019, que também menciona a desativação de sítios eletrônicos existentes do Governo federal.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se canais digitais os portais na internet e os aplicativos móveis que contenham informações institucionais, notícias ou prestação de serviços do Governo federal (Decreto Nº 9.756, de 11 de abril de 2019).

Durante esse processo, percebemos que *sites* antes utilizados pelos cidadãos com informações detalhadas de aposentadoria entre outros benefícios previdenciários (antigo *site* da Previdência Social), atualmente com a nova versão integrada ao domínio “gov.br” as informações foram suprimidas de forma a deixar perguntas e dúvidas sem respostas. Esses novos sistemas, canais digitais integrados, apresentam poucas informações e direciona os cidadãos para atendimento por *e-mail* e aplicativos que não conseguem atender a demanda da sociedade dentro dos prazos estabelecidos devido à falta de servidores públicos. Esta situação acumula pedidos pelo Meu INSS, solicitações de benefícios e requerimentos com os prazos vencidos e análise de pedidos que se estende por meses, situação esta que nega o acesso aos direitos aos trabalhadores.

Nesse contexto, percebe-se que o processo de modernização e constante digitalização dos canais digitais públicos contribuiu na mudança no quadro de servidores públicos. Essa situação provocou uma reconfiguração do quadro de pessoal no período de janeiro de 2019 e julho de 2022 com redução do quantitativo de servidores da Administração Pública Federal de 626.093 para 570.288 – uma diminuição de 9% no número de servidores em atividade².

Em agosto de 2022, a plataforma Gov.br passou a disponibilizar quatro mil serviços públicos digitais ao cidadão, este número representa 84% do total de 4,8 mil serviços que são oferecidos atualmente para a população³

Entre os serviços públicos oferecidos em meios digitais estão: a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o Certificado Internacional de Vacinação e a

² Fonte: <https://www.gov.br> - Publicado em 22/08/2022 10h16.

³ Fonte: <https://www.gov.br> - Publicado em 22/08/2022.

Carteira Digital de Trânsito. Diversos *sites* do Governo federal já migraram para o domínio “gov.br”, como o *site* da Receita Federal (RF) e do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Estima-se que mais de 70 *sites* do Governo já tenham migrado para o portal único. Esta ação é coordenada pela Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria Geral da Presidência da República. Neste movimento de migração é possível perceber o esforço do Governo em direção à modernização *da ossatura do Estado* (POULANTZAS, 2000).



Figura 1: Página inicial do portal único "gov.br".

Fonte: https://sso.aceso.gov.br/login_client_id=www.gov.br&authorization_id=18367d95dce.
Acesso: 22/09/2022.

Ainda sobre a plataforma do Governo, esse portal reúne informações sobre a atuação de todas as áreas do Governo. A previsão para a integração de todos os canais digitais do Governo segundo o Art. 4º do Decreto Nº 9.756, de 11 de abril de 2019, seria até 31 dezembro de 2020.

Nesse contexto, podemos perceber que a expectativa da lei era de digitalizar todos os serviços até 2020, no entanto, a realidade apresentou que não seria possível e foi adiado para 2022 (Decreto Nº 10.332, De 28 De Abril De 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022). O objetivo é de que o portal seja a entrada única para as páginas institucionais da administração federal conforme apresenta o Decreto Nº 9.756, De 11 De Abril De 2019:

Art. 4º A Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República coordenará a consolidação de portais governamentais na internet, sob o domínio “gov.br”.
§ 1º Até 31 de julho de 2019, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República e a Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia disponibilizarão a solução técnica

“gov.br” para adesão dos órgãos e das entidades da administração pública federal.

§ 2º Até 31 de dezembro de 2020, os órgãos e as entidades da administração pública federal a que se refere o art. 1º deverão: - migrar os conteúdos de seus portais na internet para o portal único, registrado sob o domínio “gov.br”; e - desativar os endereços de sítios eletrônicos existentes do Governo Federal ou redirecionar o acesso para o portal único, registrado sob o domínio “gov.br”

Nesse processo de realização do projeto de padronização digital do Governo federal é necessário a migração de dados dos portais atuais para o novo Portal Institucional Padrão, revisando e adequando a arquitetura da informação do mapa de cada portal. O Art 3º do Decreto Nº 9.756, informa que:

Art. 3º A Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia coordenará os processos de solicitação e autorizará o registro de domínios na internet e de aplicativos móveis nas lojas de aplicativos.

§ 1º Fica vedado, a partir de 1º de julho de 2019, o registro de novos domínios “. gov.br” na internet e de aplicativos móveis em lojas de aplicativos pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal a que se refere o art. 1º sem autorização prévia e análise de conformidade, a ser disciplinada em ato do Secretário de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 2º Será obrigatório, a partir de 1º de julho de 2019, a utilização do domínio raiz “gov.br”, acrescido de “/” e seguido do detalhamento do endereço, nos novos endereços de sítios eletrônicos do Governo federal.

No dia 23 de outubro de 2020, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) lançou o seu novo sítio institucional integrado ao portal único do Governo federal (“gov.br”) com o endereço [https:// www.gov.br/inss](https://www.gov.br/inss). Essa migração tem como finalidade atender ao Decreto 9.756/2019, que instituiu o portal único, por meio do qual informações institucionais, notícias e serviços públicos prestados pelo Governo federal devem ser disponibilizados de maneira centralizada. A fim de que os usuários se familiarizem com o novo portal, o INSS deixou disponível por dois meses o site antigo.

Em 30 de outubro de 2020, o *site* da Receita Federal (RF) migrou para o portal único do Governo federal (gov.br). Este *site* da Receita era considerado o endereço do Governo mais acessado durante o mês, a estimativa de acessos mensais era de 6 milhões. Além da RF, o Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), também passaram a fazer parte do portal “gov.br” - 73 sites institucionais (ou 114 endereços URL) de órgãos e entidades do Governo federal migraram para o endereço “gov.br”.

A narrativa apresentada pelo Estado é de que o sistema integrado traz para o

cidadão facilidade no acesso aos serviços e informações do Governo. No entanto, podemos perceber que essa ideia de “facilidade” desconsidera que a sociedade é heterogênea e que nem todos possuem acesso ao meio informacional por diversos fatores, seja no aspecto do conhecimento prévio de informática que podemos chamar de letramento digital, ferramentas tecnológicas (*smartphones*, computadores e *tablets*) e acesso à internet.

Nesse cenário da sociedade heterogênea, estão os cidadãos dos centros urbanos e os cidadãos de áreas rurais e periféricas. Estes últimos encontram limitações no acesso à internet (acesso precário - baixo sinal e qualidade), muitos não possuem equipamentos para acessar os portais digitais e ainda existe a questão do manuseio dos equipamentos tecnológicos.

Dessa forma, observa-se o afastamento das técnicas nessas localidades, situação esta que segundo Ribeiro (1998) são características da expansão do capitalismo que se expressa de forma perversa na sociedade acentuando a desigualdade de classe. A autora afirma que a ampliação da técnica nas áreas urbanas periféricas, tendem a produzir o distanciamento entre classes, entretanto, a continuidade desse distanciamento dificulta que a técnica “seja apropriada em benefício da sociedade” (RIBEIRO, 1998, p. 10).

Os pescadores artesanais da Baía de Sepetiba e a relação com a modernização dos canais digitais do Estado

Nesse cenário de constantes mudanças, característico do tempo presente que apresenta diversos acontecimentos num espaço curto de tempo, percebemos a dificuldade dos trabalhadores da pesca artesanal em acompanhar essas transformações.

Estes acontecimentos permeiam desde o surgimento de um novo sistema digital do Estado, até na criação de órgãos e outros que são extinguidos e mudanças nas legislações. Situações estas que influenciam no processo de legalização dos pescadores artesanais e, portanto, no exercício do seu trabalho.

Nesse contexto, podemos compreender que o meio informacional contribui no processo de organização estatal e, portanto, nos seus processos burocráticos. De forma que a atual *ossatura do Estado* (POULANTZAS, 2000) como expressão do *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2000) contribui nesses processos com os avanços das técnicas e sistemas digitais.

Nesse sentido, Poulantzas (2000) compreende a *ossatura do Estado* como o

poder de controle sobre o território, cultura, o cotidiano e as formas de sociabilidade. “Um dado importante da reflexão é a natureza do Estado moderno, baseado na calculabilidade, na impessoalidade e no poder onipresente, que Weber (2000) já tinha denominado de dominação burocrático-legal” (SILVA, C. SAMPAIO, K. p, 7. 2000).

Essa *ossatura do Estado* (POULANTZAS, 2000) estende-se à estrutura burocrática de forma que a lei não garante o acesso da classe trabalhadora:

(...) a informatização desloca das relações sociais interpessoais das formas de dominação, para as relações de poder e de controle são estabelecidas pelo Estado mediados pela impessoalidade, que os sistemas técnicos realizam. Weber (2000) lembra do poder de disposição como marcas da dominação burocrático-legal, que caracterizam o Estado Moderno, como a secularização com base no trabalho intelectual e na crença no progresso como pauta de superação de problemas. Weber demonstra que a impessoalidade e a calculabilidade fazem parte dessa dominação que marca o Estado moderno por normatizações e ações mediados pelo corpo de funcionários públicos” (SILVA, C. SAMPAIO, K. p, 9. 2000)

Dessa forma, o meio informacional contribui para maior controle sobre as informações de produção dos trabalhadores, devido à unificação e fluidez do meio informacional. Essa fluidez da informação acontece quando os segurados especiais inserem a sua produção, ou seja, informam ao *site* do Governo – e-Social, a quantidade que pescaram (a produção) em determinado período, e por meio desta ação o trabalhador emite o boleto de pagamento que se refere a nova forma de contribuição à Previdência Social como pescador artesanal.

Outra questão que limita o acesso ao sistema informacional dos segurados especiais é o processo de recuperação da senha na plataforma “gov.br” que apresenta erros e bloqueios do usuário na recuperação da senha. O acesso ao sistema “gov.br” é a porta de acesso para os demais sistemas como o Meu INSS, e-Social, SisRGP 4.0. Neste sentido, quando o usuário não consegue inserir a sua senha no sistema único todos os demais acessos aos canais digitais são impedidos.

Atualmente o portal único apresenta cinco opções para recuperar a senha: *E mail*, celular, validação facial, bancos credenciados ou *internet Banking*. No entanto, o portal ainda apresenta alguns problemas quando o cidadão esquece a senha e precisa realizar o processo de recuperação de senha. Caso a pessoa não tenha *e-mail* (situação comum na comunidade pesqueira), ou celular não cadastrado no sistema, *e-mail* de recuperação de senha do usuário não chega para o usuário, ou não tenha bancos credenciados ou o sistema apresente erros durante a solicitação de recuperação de

senha, outra forma de recuperação que o governo apresenta é por meio do acesso ao site: <https://portaldeservicos.economia.gov.br/atendimento/>.

Durante esse processo será aberta uma solicitação a partir do preenchimento de dados pessoais (CPF, nome), *selfie* com a identidade (dentro dos critérios do *site*), foto frente e verso da carteira de identidade para realizar a autorização de alteração de dados na conta “gov.br” pelo Ministério da Economia de acordo com a Lei 13.709/2019 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/113709.htm):

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. A recuperação de senha pelo número do celular, acontece por meio de um “*sms*” (mensagem de texto). O “*sms*” não chega de imediato e se fizer uma nova solicitação de “*sms*” e o usuário inserir o código errado poderá bloquear o acesso. Enquanto a recuperação é feita por meio do aplicativo “gov.br”, o usuário precisa de mais de um dispositivo (celular e computador) para a leitura do QR Code no celular. A recuperação de senha por meio dos bancos credenciados também apresenta instabilidade.

Após a criação da senha, depois de várias tentativas, outro entrave é a atualização do cadastro para prosseguir. Neste momento o usuário pode inserir o “código de confirmação de *e-mail*”, mas o usuário não pode sair da tela do aplicativo para verificar o *e-mail*, nesse caso precisaria usar mais de um dispositivo, seja um computador ou outro celular para acessar o *e-mail* e assim inserir o código. No entanto, caso o usuário demore para inserir o código, o sistema informa “tempo esgotado” e todo o processo deve ser realizado novamente. Dessa forma, caso o usuário do sistema consiga realizar todo este processo (utilizando mais de um dispositivo) e se o canal digital utilizado não apresentar nenhum erro, interrupções ou instabilidades, o usuário conseguirá finalizar o processo e então, recuperar a senha.

Durante os trabalhos de campo e oficinas nas comunidades pesqueiras, em especial no bairro da Pedra de Guaratiba, na Zona Oeste (RJ), percebemos o desconhecimento dos pescadores quanto aos canais digitais do governo (sites, aplicativos) e problemas no manuseio desses equipamentos. Outro impedimento é a fragilidade dos sistemas digitais públicos que apresenta instabilidade (erros e fora do ar) o que impede os procedimentos de cadastramento, recadastramento e solicitação de direitos previdenciários.

Dessa forma, o grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano,

Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC) a fim de colaborar no acesso aos sistemas digitais do governo nas comunidades de pesca artesanal, realiza oficinas e desenvolve cartilhas que contribuem no acesso aos sistemas e, portanto, na legalização dos trabalhadores da pesca e garantia aos direitos e as políticas públicas.

Em julho de 2022, juntamente com o grupo de pesquisa NUTEMC, desenvolvemos a cartilha intitulada “Orientação Sobre os Sistemas Digitais do Estado Para Os Pescadores Artesanais” que tem como objetivo conscientizar os trabalhadores da pesca artesanal sobre a digitalização dos serviços do Estado, além de contribuir no processo de legalização dos segurados especiais e também no acesso aos seus direitos.



Figura 2: Orientação Sobre Os Sistemas Digitais Do Estado Para Os pescadores Artesanais. Material didático desenvolvido pelo Nutemc, 2022.

A cartilha nasce da demanda dos pescadores e pescadoras artesanais que desejam a legalização de sua documentação junto ao Registro Geral de Pesca (RGP) profissional junto à Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

A sistematização do cadastramento e recadastramento passou a ser realizado, a partir de outubro de 2021 no formato totalmente digital. Esse novo procedimento tem levantado uma série de problemas de acesso ao sistema e na utilização dos dispositivos informacionais e de acesso à internet.

A presente cartilha faz parte do projeto de Extensão Pescando por meio de Redes Sociais vinculado à UERJ. Esse material será divulgado nas comunidades pesqueiras e será um meio de divulgação que visa contribuir na compreensão da nova forma de acesso à política pública por meio de sistema de informação. Além disso, a cartilha apresenta o passo a passo do acesso para o cadastramento e recadastramento do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), no sistema digital do Governo federal. Em dezembro de 2021, realizamos a oficina para o cadastramento do defeso dos pescadores artesanais dessa mesma localidade. Esse cadastramento é realizado pelo *site* do “Meu INSS” e durante o processo é necessário anexar a documentação desses trabalhadores.

Na ocasião foram cadastrados sete pescadores, e percebemos que vários pescadores não possuem *e-mail* e sequer conhecem o processo de cadastramento, fundamental para acessar o seguro defeso (benefício também conhecido como seguro desemprego do pescador artesanal). Este benefício equivale ao valor de um salário mínimo mensal pago pelo INSS no período de defeso das espécies, período este que o trabalhador da pesca fica impedido de exercer a sua atividade em virtude do defeso, ou seja, interrupção da atividade pesqueira por motivo de reprodução das espécies ou desastre ambiental.



Foto 1: Oficina de cadastro do defeso no sistema Meu INSS no bairro da Pedra de Guaratiba, Zona Oeste (RJ). Fonte: Nutemc, 20 de setembro de 2021.

Considerações Finais

O presente artigo buscou compreender e analisar o *meio técnico-científico informacional* (Santos, 2000) como parte da *ossatura do Estado* (Poulantzas, 2000) nos

processos burocráticos de controle das informações. Nesse momento, percebemos que a unicidade técnica no tempo presente serve cada vez mais aos interesses dos agentes hegemônicos. Esta constante transformação do sistema digital público é característica do tempo presente e acontece de forma acelerada na história contemporânea com a intensificação dos ritmos da história nas últimas décadas, o que faz parte e estimula o estudo da história do tempo presente (Ferreira, 2018).

Nesse cenário, os trabalhadores da pesca artesanal vulnerabilizados buscam cumprir exigências e imposições do Estado para acessar os direitos previdenciários e as políticas públicas que têm sido negadas em meio às complexidades da burocracia e do meio informacional. No entanto, observamos que o Estado que impõe o atendimento aos cidadãos de forma remota por meio dos canais digitais é o mesmo que não cumpre os prazos para tratar as solicitações em análise no sistema Meu INSS devido à falta de servidores públicos.

Neste caso, o cidadão ao entrar em contato com a Central do INSS 135 é orientado a aguardar o fechamento da análise (aposentadoria, cumprimento de exigência, auxílio-doença) e acompanhar pelo Meu INSS (site/aplicativo) sem data para fechamento da análise e, portanto, sem data para acessar o seu direito e sem direito ao agendamento para resolver questões de atendimento remoto na agência do INSS porque segundo o atendimento do INSS a solicitação não é tratada nas agência/postos de atendimento e que o mesmo deve aguardar. Esta situação distancia o acesso aos direitos previdenciários (aposentadoria, auxílio doença) e as políticas públicas (seguro defeso).

Outro fator que impede o acesso aos direitos é a fragilidade do sistema digital que apresenta instabilidade, erros e bloqueios. É interessante lembrar que a finalidade do Estado é de melhorar o atendimento aos cidadãos e reduzir o tempo de espera no atendimento. Além disso, o discurso da modernização do sistema público é de facilitar o acesso ao cidadão.

No entanto, percebemos que o discurso de “melhoria” para cidadão apresentado pelo Governo no acesso ao serviço público e informações do Estado (por meio dos canais digitais), desconsidera que a sociedade brasileira é heterogênea e que a distribuição das técnicas acontece de forma desigual no território.

Nesse contexto, as áreas periféricas e as áreas rurais afastadas do centro urbano, encontram problemas no acesso o sistema informacional. Nesse sentido, podemos

associar a falta ou acesso precário à internet nas áreas distante dos centros urbanos aos impactos na vida da população das localidades distantes do acesso à informação (trabalhadores rurais, pescadores artesanais), logo, distante do acesso aos direitos.

Referências

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ªed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, C. SAMPAIO, K. BUCH, C. EUZÉZIO, R. PINTO, P. Política pública da Previdência Social e trabalhadores da pesca artesanal: dilemas estruturais em contextos conjunturais do COVID-19. *Revista Tamoios*, 2020.

POULANTZAS, N. *O poder, o Estado, O Socialismo*. 4ªed. São Paulo: Editora: Paz e Terra, 2000.

RAINHA, Felipe Andrade et al. Território e políticas públicas: contradições e Luta dos pescadores artesanais pela garantia dos seus direitos. In: SILVA, Catia Antônia da (org.). *Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

RIBEIRO, A. C. T. *Tecnologia de informação e comunicação, saúde e vida metropolitana. Ensaios. Interface (Botucatu)*. Vol.2. no.2. Botucatu. Feb.1998.

WEBER, MAX. Os três tipos puros de dominação legítima In: MAX WEBER: *Sociologia*. Gabriel Cohn (org.). (Col. Grandes Cientistas Sociais, 13) p. 128-141. São Paulo: Ática, 1982.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Volume 1. Brasília: Editora UNB, 2000.

Organização camponesa na baixada fluminense: memória dos lavradores envolvidos nos conflitos

Karolina Moreira de Lucena¹
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

I – Considerações sobre os direitos trabalhistas no campo.

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de mestrado cujo título é: As Trincheiras da Fazenda São Lourenço: trabalhadores rurais e conflitos por terra na região da Baixada Fluminense, ainda em andamento.

A importância da produção agrícola para o desenvolvimento nacional transformava o campesinato, e sua luta, em capital político, uma vez que durante a década de 1950 a necessidade de mudança na estrutura agrária era um consenso (STEDILE, 2012). É através da coexistência com outros agentes que se constitui como categoria política, reconhecendo uma identidade em comum pautada na consideração de seus objetivos, e uma possibilidade de organização e reivindicação de direitos (FERNANDES, 2009, p. 10-11). As entidades de representação que surgiram nesse período foram muito importantes para a constituição dos trabalhadores rurais como sujeitos políticos, pois tais entidades além de darem visibilidade às demandas, formavam uma nova imagem pública, pela qual esses trabalhadores poderiam se reconhecer e produzir novas visões de si mesmos.

A atuação de forças como o Partido Comunista do Brasil (PCB), das Ligas Camponesas, da Igreja Católica, do Estado e de figuras políticas locais, é muito importante para compreender as formas de organização camponesa na Baixada Fluminense, e no país como um todo. Foi um período marcado pela disputa entre essas forças pela hegemonia na diretriz do movimento (GRYNSZPAN, 1987). Leonilde Servolo de Medeiros diz não poder afirmar se as lutas no campo iniciaram devido a reabertura democrática em 1945, ou se esse momento possibilitou que as lutas já existentes ganhassem visibilidade. O que se pode afirmar é que foi em 1940 que surgiram

¹Mestranda do PPGHS. Orientador Dr. Gelsom Rozentino de Almeida. Ingresso no ano de 2021. Projeto de Pesquisa: as trincheiras da fazenda São Lourenço: trabalhadores rurais e conflitos por terra na região da baixada fluminense

algumas entidades de representação dos trabalhadores rurais no Rio de Janeiro e em outros estados do país (MEDEIROS, 1989, p. 18)

O primeiro ponto que queremos abordar é sobre o direito de sindicalização. Um dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais- posseiros, meeiros e outras categorias que tinham sua forma de trabalho relacionada a terra, mas não eram caracterizados pela lei como empregados- em relação a sua organização, eram os impasses gerados pelas leis de sindicalização e da definição de empregado.

Medidas para a regularização do trabalho existem desde o final do século XIX, com a introdução do trabalho livre e assalariado (MEDEIROS, 1995, p. 48). Alguns exemplos são o Decreto nº 979, de 06/01/1903 que legalizava a organização sindical para profissionais da indústria e agricultura e o Decreto 6437 de 27/03/1907 que criava cadernetas agrícolas, instrumento importante para reivindicação de direitos na justiça. (SOARES, 2015 p 19). Essas leis não tinham muito alcance, estavam limitadas aos colonos do café, segundo Medeiros eram leis preocupadas em demonstrar uma conciliação entre os interesses de classe, faziam referência a “operários agrícolas”, uma redução das complexidades das relações de trabalho, que levanta a problemática da definição de “empregado”, que levou a disputas política na década de 1930 (MEDEIROS, 1995, p.54)²

Durante o período varguista o Estado busca incorporar o mundo rural, criando uma imagem dos homens e mulheres do campo, um novo conceito de trabalhador “despolitizado, disciplinado e produtivo.” (MEDEIROS, 1995, p 67). Promoveu um debate em 1941, por uma comissão formada por membros do ministério da Agricultura, Justiça e Trabalho, Indústria e Comércio e de representantes dos grandes proprietários, que defendiam a permanência dos sindicatos de formato misto, que incluíam patrões e empregados. Em 1944 foi aprovado a sindicalização separada entre empregados e empregadores, pelo Decreto lei 7038/44, que definia empregadores rurais aqueles que exploram a atividade rural por conta própria incluindo proprietários e arrendatários, e como empregados “trabalhadores ou operários rurais que trabalhassem por conta de outrem” (MEDEIROS, 1995, p.71).

²Um exemplo da dominação das classes patronais na organização é a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) 1897, uma sociedade civil que estimulava a criação de sindicatos e associações de patrões e proprietários de terras, e a criação do Ministério da Agricultura sob sua influência.

Apesar de constituir uma vitória para os trabalhadores rurais, o decreto de 1944 sofreu um revés com o decreto lei 7.449 de 1945 que abria possibilidade para a criação de associações rurais mistas, subordinadas ao ministério da Agricultura. A existência de duas leis, que seguiram caminhos opostos, mostra a “ambiguidade do sindicalismo rural”. Entidades patronais como a SNA a Sociedade Rural Brasileira (SRB) disputavam a representação sindical e política das classes no campo, e tentava manter uma falsa atmosfera de harmonia e conciliação entre os interesses, defendiam que os empregados não tinham espírito de classe, capacidade de representar a si, e também não havia necessidade de separação, pois não existia divergência de interesses entre os dois grupos. (MEDEIROS, 1995, p.73)

Se formou assim institucionalmente uma concepção de classe rural, pautada na associação entre as diferentes classes, e diferentes formas de trabalho e acesso a terra existente no campo. A própria subordinação ao Ministério da Agricultura demonstra o tratamento que o trabalhador rural tinha do Estado. A Consolidação das Leis Trabalhistas foi limitada ao operário urbano, a reforma agrária e a necessidade da extensão dos direitos trabalhistas no campo permaneceram como uma das principais pautas no período democrático. As garantias aos trabalhadores do campo ficaram restritas a algumas categorias contempladas com a criação de leis específicas, como no caso do Estatuto da Lavoura Canavieira, medida de incorporação dessa classe de trabalhadores, que garantia alguma proteção. O ETR começou a ser debatido em 1956, tinha oposição de diversos partidos (PSD, UDN, PTB e da SRB).

Essa dominação das classes patronais no campo não impediu que a classe de empregados criasse sua própria forma de organização nesse período, mas criou barreiras e diminuiu a criação de sindicatos. Até 1955 apenas 6 sindicatos de trabalhadores rurais foram criados STR de Campos 1938 (Rio de Janeiro), Barreiros, Rio Formoso, Seinhaém (Pernambuco), Ilhéus, Belmonte e Itabuna (Bahia). Existiam também outras formas de organização, segundo relatório produzido pela ULTAB em 1959, e mencionado por Felipe Soares, em 1956 haviam 108 organizações agrícolas em 17 estados e 5 entidades estaduais e federações. Em 1959 sobe para 122 e 9 respectivamente. Havia também sindicatos não reconhecidos. Mesmo com a dificuldade de regularização dos sindicatos, as formas de organização continuaram. (SOARES, 2015 p. 33)

II- As forças em disputa e as primeiras associações

Segundo Medeiros eram duas as formas de organizações utilizadas: O sindicato e as associações (ligas, uniões, irmandade). Os sindicatos eram possíveis aos trabalhadores assalariados (colonos do café, cortadores de cana). Esses trabalhadores, ainda que não tivessem leis de regularização própria, tinham respaldo da CLT. As associações, por sua vez, incluíam todos os grupos de pessoas que tinham alguma relação com a terra, mas não se enquadram nas relações de proletariado rural. Incluíam assim uma vasta categoria de trabalhadores agrícolas, como arrendatários, parceiros e posseiros, que não encontravam respaldo nas leis trabalhistas, nem possibilidade de organização através do sindicato. Reivindicavam principalmente o fim dos despejos, regularização da terra através da usucapião, investimento na produção agrícola, diminuição da taxa de arrendamento e etc. (MEDEIROS, 1989)

As associações eram organizações que tinha uma forte presença local, direta nos conflitos, a presença da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) “organização nacional, como faziam os grandes proprietários de terra” era menor. O órgão que tinha sua direção sob influência do PCB, foi criado em 1954 na II Conferência Nacional de Camponeses, era mais efetivo na formulação de bandeiras mais gerais, de denúncia da situação vivenciada no meio rural, mas também buscava atuar nas esferas estaduais e municipais (CUNHA, 2004). Tinha como objetivo a articulação de todas as associações e sindicatos de empregados rurais e o estímulo à criação de sindicatos no campo.

Surgiam as primeiras formas de organização, as associações, sindicatos, ligas, os primeiros encontros a níveis estaduais e nacionais, em que se deve destacar a participação do PCB. Independente das diversas posturas que o partido adotou a longo do tempo em relação ao sentido da questão agrária- da formação de uma frente de libertação nacional, anti-imperialista de aliança entre as classes sociais, que estabelecia como solução para a crise agrícola o desenvolvimento do capitalismo no campo, e o fim das formas feudais de exploração da terra e do trabalho-, os esforços do partido foram muito relevantes na formação de uma base na qual os lavradores puderam se organizar, expressando suas demandas e se colocando no debate político. A maioria das entrevistas selecionadas é de membros do partido que começaram a atuar nas áreas rurais da Baixada Fluminense a partir da década de 1940.

A atuação no campo passa a ser mais efetiva na década de 1940, quando busca torna-se um partido de massas, incluindo trabalhadores rurais e urbanos. A partir desse momento o termo camponês passou a designar uma categoria política específica (CARRARA, 2008). A ação do partido no campo não foi homogênea. No primeiro momento optaram por ajudar em causas menos radicais, mas que permitisse uma aproximação com os camponeses. Em 1947 foi posto na ilegalidade novamente, sua ação junto aos trabalhadores ficou mais dificultada. O partido também enfrentava dificuldades em articular suas bandeiras às demandas dos camponeses. Descrente da solução eleitoral, admitiram a luta armada como solução para a realização de seus programas políticos.

O PCB mudou a sua postura ao longo da década, devido às mudanças internacionais no partido comunista, e de um período de legalidade do partido no Brasil. Mantiveram seu apoio à reforma agrária, mas através de uma frente única, que reuniria “todas as forças interessadas no combate ao imperialismo americano” Juntos com os trabalhadores rurais se uniriam os latifundiários e empresários nacionalistas. A partir desse momento o partido passou a privilegiar as formas legais de ação.

No contato com os homens e mulheres do campo, o partido fazia traduções da situação utilizando-se de sua própria linguagem política. A imprensa comunista foi um importante “instrumento na constituição da linguagem de classe”, foi importante para criar e socializar uma nova imagem pública do trabalhador rural, rompendo com imagens antes dominantes que buscavam reforçar uma ideia de harmonia e falta de antagonismo entre as classes no campo. Era um trabalho de desnaturalização das condições de vida e trabalho vigentes, que levantava a possibilidade de questionamento ((MEDEIROS, 1995, p. 100) A imprensa comunista também contribuía para a denúncia das situações de violência vividas no campo.

Essa linguagem por sua vez era traduzida a partir das experiências locais, nos termos da experiência cotidiana, pois o projeto de atuação do PCB “de uma reforma agrária democrático burguesa”, não se desenvolvia no campo como previsto pelo partido. As diretrizes do partido foram formuladas antes de uma experiência de ação no campo, portanto tiveram que passar por um período de adaptação e reformulação. Como as demandas eram variadas, o partido tinha uma atuação específica em cada região, no Rio de Janeiro era direcionada a categoria de posseiros.

A dificuldade do partido de se tornar o representante do movimento ficou expressa na conferência da ULTAB de 1959, em que defendiam que as dificuldades de organização no campo eram referentes à condição da vida rural (dispersão, isolamento, exploração, migração, falta de tradição de organização). O PCB se encontrava com o “camponês real, passava a conhecer o campo (MEDEIROS, 1995, p. 176), as tomadas de terra na década de 1950 e as ocupações na década de 1970, mostravam que existiam vários fatores intervindo no campo que extrapolavam as teses do partido. Fatores como a capacidade de repressão local, possibilidade de aliança com outras forças, os valores, a trajetória de resistência. As diretrizes gerais do partido eram diferentes das práticas locais, na década de 1950 a palavra de ordem era a formação da “frente de libertação nacional”, se manifestava em alguns locais como tática de insurreição (como Porecatu, Trombas e Formoso), em outras áreas a luta se dava pelo caminho da legalidade e reivindicações, em outros casos a ocupação de terras. Na década de 1960 o discurso era de conciliação nacional, e atuação pacífica, mas havia resistência armada, e ocupações. O movimento precisava dessa mediação para se fazer enquanto classe, mas em momentos essa mediação escapava do controle. (MEDEIROS, 1995, p. 256)

Outra força importante na condução das lutas no campo eram as Ligas Camponesas. O que estava em divergência entre PCB e Ligas eram as duas concepções de “revolução brasileira” e de reforma agrária. Os dois defendiam a bandeira da reforma agrária, porém de formas diferentes. O PCB defendia uma reforma por etapas, “uma revolução de caráter democrático burguês e anti-imperialista”, sendo o proletariado urbano o protagonista da mudança. Para as ligas o campesinato era o principal agente na revolução, que não tinha como ser por etapas e com aliança com a burguesia e latifundiários nacionais. Apesar da retórica da radicalidade, grande parte da atuação das ligas se dava através do recurso jurídico, assim como o PCB além das formas legais de luta também se envolvia em conflitos mais extremos. (AZEVEDO 1982)

A divergência entre O PCB e as Ligas Camponesas, estavam perceptíveis no Congresso Camponês de Belo Horizonte. Apesar de terem sido excluídos da criação da ULTAB, e de estarem rompidos com o PCB, a proposta das ligas foi a que saiu vitoriosa no documento formulado no congresso de 1961. O congresso é considerado um marco na afirmação da reforma agrária, “na lei ou na marra”, e do embate entre as concepções de reforma agrária das ligas e do PCB. O encaminhamento da reunião foi a afirmação da necessidade de fim do monopólio da terra, acesso aos que nela trabalhavam, realização

de medidas como direito à organização, a sindicalização, direitos trabalhistas, entre outras. (MEDEIROS, 1989, p. 58) A disputa do congresso de Belo Horizonte se deu devido a discordância sobre o sentido das medidas parciais, que eram contraditórias às bandeiras gerais. A regulamentação do arrendamento e da parceria, para as ligas, essas medidas não tinham sentido, diante da reforma agrária.

Presente na arena de disputa pela representação da organização camponesa também estava a igreja católica. Preocupada com o avanço das forças de esquerda iniciou sua atuação no campo na década de 1960, pressionando pela regularização da sindicalização para os trabalhadores rurais. No geral as ações das entidades da igreja eram direcionadas a incentivar a organização sindical e combate ao comunismo. Porém não é possível fazer generalizações. A ação popular, por exemplo, apoiava o PCB, e tinham um certo grau de distanciamento e autonomia em relação à orientação da hierarquia da Igreja, assim como a Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC).

No Rio de Janeiro a igreja Católica teve influência através Círculos Operários Fluminenses (FCOC) que na década de 1961 dava apoio a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro FLERJ, associação fundada por Roberto Silveira para disputar a influência nas áreas rurais, e fazia oposição direta a FALERJ, e era chamada pelos lavradores de federação fantasma (GRYNSZPAN, 1987, p. 253-261)

Associações de lavradores: Nova Iguaçu e Duque de Caxias

No Rio de Janeiro umas das primeiras associações, a Associação de Lavradores de Pedra Lisa foi criada em 1948, e teve um papel muito importante na articulação das lutas pela terra que aconteciam no estado (MEDEIROS 2015 P. 251). Organizada por uma comissão de lavradores liderados inicialmente por Zé Matias, que arregimentava as pessoas e organizava a ocupação em Pedra Lisa e São Pedro (Nova Iguaçu) (SILVA 2008). Em Duque de Caxias a partir de 1949 foi formada uma “comissão de defesa dos lavradores”, liderada por José Pureza da Silva, com o objetivo de defender a “todas as camadas de camponeses” A comissão foi pioneira no estado a se voltar para a amplitude das categorias de trabalhadores rurais (PUREZA 1982 P. 25). Mais tarde, em 1952 após os despejos ocorridos na fazenda São Lourenço a comissão é transformada na Associação de Lavradores Fluminenses, que tinha o objetivo de atender os lavradores em luta em todo o Estado (HERNÁNDEZ, 2010 p. 145). A associação de Pedra Lisa e a ALF, foram umas das primeiras entidades de organização dos lavradores do estado, surgiram da necessidade

de defesa das ações de despejos, e tinham como principal objetivo atender as diversas categorias de trabalhadores rurais que estavam sendo afetados pela grilagem de terras.

Com base nos relatos presentes nas entrevistas percebemos uma importante atuação do PCB nessas associações, através de suas lideranças, mas que se deu de formas diferentes. As ocupações promovidas pela associação de Pedra Lisa, segundo Bráulio Rodrigues, "não tinham expressão política". Esse movimento em Nova Iguaçu é citado pelo líder camponês como exemplo da forma de ocupação na Baixada.

Já a Associação de Lavradores Fluminense foi fundada por José Pureza, membro do Partido Comunista, e uma das principais lideranças camponesas no Rio de Janeiro nesse período, no contexto das desapropriações que ocorriam nas fazendas de Duque de Caxias. Ambas associações foram fundadas no contexto das lutas locais, de ocupações de terras e dos despejos promovidos por grileiros. Além de demonstrarem que as formas de organização se constituíam a partir dos interesses e demandas locais mais imediatos, principalmente a Associação de Lavradores de Pedra Lisa, são uma demonstração da existência de organizações antes da atuação do PCB.

III- Os lavradores na organização camponesa. Destaques das entrevistas

Os estudos da memória ganharam lugar na historiografia, e um dos motivos é a sua capacidade de desmistificar as narrativas oficiais, e valorizar as “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989), dando voz a uma séria de grupos deixados por muito tempo a margem da história. Quando a memória sai da esfera individual para entrar na pública, como forma de reivindicação, é então constituída como uma necessidade do presente, importante para a desconstrução de estereótipos formados por enquadramentos, que ainda projetam a agricultura familiar sobre o estigma de atraso, e criminalizam o movimento pela distribuição de terra. Ressaltamos também a importância da memória na constituição das identidades individuais e coletivas, e as possibilidades que o resgate da memória pode gerar para análise de questões da atualidade, convertendo o passado “em princípio de ação do presente” (TODOROV, 2002). O que explica a escolha pelos depoimentos de lavradores, que participaram dos conflitos agrários na Baixada Fluminense, buscando compreender suas origens, motivações que implicaram nas formas de organização implementadas no período.

Bráulio Rodrigues da Silva³

Bráulio Rodrigues nasceu em Minas Gerais, perdeu seus pais muito cedo, trabalhando desde muito novo para tentar se manter. Começou a se interessar por política se posicionando contra a ditadura de Vargas. Passou a fazer parte da Juventude Comunista, mesmo não tendo “carteirinha” no partido. Se refere às reuniões de orientações do PCB como fundamentais, mesmo que o partido tivesse uma postura muito fechada, de segregação a qualquer um que não seguisse suas diretrizes. Ao chegar em Nova Iguaçu, a princípio trabalhou na construção civil, mas quando toma conhecimento do “movimento de terras” que acontecia em Pedra Lisa, organizado por Zé Matias, ele decide ficar no campo, e ajudar nessas ocupações. Foi um importante líder das lutas pela terra no Rio de Janeiro, dirigente da Falerj, sendo perseguido e preso diversas vezes durante a ditadura militar.

O relato de Bráulio Rodrigues fornece importantes informações sobre as lutas da época, como foi o processo de organização que estava iniciando. É muito expressiva a referência às ocupações, que coloca como exemplo Pedra Lisa, organizado por Zé Matias. O que gostaria de destacar são alguns aspectos da atuação do PCB no movimento na Baixada Fluminense. Ele reconhece como sendo importante a formação que o partido dava, mesmo com críticas a sua segregação e devoção. Em alguns momentos faz comparações com os movimentos do pós-ditadura, sempre se referindo a uma falta de formação de consciência dos direitos. Através da sua trajetória podemos perceber como a atuação do partido se dava no campo, de como ela se relacionava com esses grupos de lavradores que já davam seus passos. A referência a ocupação de Pedra Lisa em 1948 é desconectada de conteúdo político, “não tinha expressão política mas tinha expressão de massa”. A ocupação tinha sua forma própria. Primeiro tinha que se cadastrar, aguardar a medição, depois ocupar. Podemos entender que a atuação do partido, que foi de grande relevância para organização do movimento rural através da formação política dessas lideranças, se relacionava na prática com movimentos que já estavam sendo realizados.

Manoel Ferreira Lima

Nascido em Pernambuco, ele se estabeleceu no Rio de Janeiro em 1932 como empregado de algumas fábricas, momento que ajudou a fundar o sindicato têxtil e

³A entrevista analisada faz parte da construção do livro de *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*, de Bráulio Rodrigues, que narra sua trajetória e participação das lutas agrárias, realizado com a ajuda de Leonilde de Medeiros.

sindicatos rurais no estado. Devido a sua luta operária tinha dificuldade de conseguir emprego, então começou sua atuação no campo em 1952, chegou a ser eleito vereador em Magé, pelo PSB em 1955. Foi preso durante a ditadura, depois de solto permaneceu no Rio de Janeiro, voltando a atuar nas lutas agrárias do estado.

Destacamos de seu relato alguns aspectos importantes sobre as lutas, as organizações, os sindicatos, e a relação com as figuras políticas, órgãos federais e estaduais e o PCB. As associações eram criadas a partir dos conflitos. Antes do golpe o estatuto era feito pelos próprios lavradores, registrado em cartório e publicado no diário oficial. Em relação a forma de ação das associações ele menciona que faziam um trabalho de levantamento das terras griladas e desocupadas e promoviam as ocupações. Quando a terra ocupada era reivindicada na justiça eles continuavam a luta através das vias legais. Outra estratégia era pressionar a “massa”, com ajuda de outros setores que apoiavam a causa. Antes do golpe militar o apoio à reforma agrária era amplo, exceto pela igreja que só começou a apoiar a partir de 1968. A constituição de 1946, e os grandes proprietários de terras são apontados como os principais empecilhos a reforma, sendo o esforço do governo João Goulart de formar sindicatos uma forma de pressionar o congresso nacional.

Sobre o apoio de Tenório Cavalcanti, figura política conhecida, e que teve participação no caso da Fazenda São Lourenço em 1961, o caracteriza como reacionário, que posteriormente passou a dar apoio moral, as armas e os homens que ofereciam eram rejeitados. O relato de Manoel Ferreira contribui para o entendimento de que a resistência armada não era um direcionamento da associação. Os conflitos de resistência como da fazenda São Lourenço se davam por questões locais. Apesar da defesa de uma reforma, não só no campo, mas, em toda política nacional, não necessariamente implicava em uma articulação para que se fizesse através de uma resistência armada. A desarticulação do movimento no momento do golpe, e o entendimento de que eles não estavam preparados para o enfrentamento, corroboram para essa percepção.

Laerte Resende Bastos

Entrou para a organização camponesa após tomar conhecimento dos despejos arbitrários que ocorriam, em que os lavradores tinham as casas incendiadas. No momento da realização da entrevista 1989 ou 1990, era vice-prefeito de Nova Iguaçu, e atuava nos mutirões de retomada das terras que os camponeses perderam durante a ditadura. Sobre o período anterior a 64 fala que já existia luta, associações, ligas, mas a violência era

muito grande. Ele cita muito brevemente a Fazenda São Lourenço como uma das terras desapropriadas antes do golpe, e que estava sendo retomada. Seu relato aborda mais questões do movimento no final da década de 1970, de formação dos mutirões de ocupação.

Vale destaque na análise de seu relato a importância do apoio da igreja ao movimento, que dava legitimidade, pois “não podia ser chamada de subversiva”, e tinha projeção nacional e mundial. A importância de um trabalho de conscientização durante o processo de luta também destaca por essa liderança, e novamente um conflito armado, ou uso da violência não aparecem como parte da orientação, mas sim a pressão de massa, com o amplo apoio da sociedade, e a legalidade através da justiça.

José Pureza da Silva

Da região de Pernambuco, trabalhador urbano engajado nas lutas operárias, estava no Rio de Janeiro em 1947, trabalhando na construção civil quando decidiu viver da lavoura e ajudar na organização dos trabalhadores do campo. A princípio se estabelece na região de Xerém, nas terras da fazenda Penha-Caixaão. Criou a primeira organização de lavradores do estado, que posteriormente se tornou ALF, e a FALERJ ganhando carta sindical em agosto de 1963. Além da participação efetiva nas associações, Pureza também fez parte da criação e direção da Contag e Ultab, atuou em diversas lutas do estado, sendo uma das mais destacadas a ocupação do Imbé no ano de 1963.

Ressaltamos de seu relato aspectos da organização, que mostram a importância de uma instrução, de um agente capaz de formular e evidenciar as reivindicações dos camponeses. Era necessário estar presente no campo, vivendo a mesma vida, enfrentando os mesmos problemas, e fazendo uma formação mútua em que todos pudessem contribuir. Conforme o relato de Pureza, no final da década de 50 esse movimento ainda estava em formação. Entendemos, como base no seu relato, que uma característica marcante era a adaptação da formação e instrução partidária à realidade desses lavradores.

As estratégias que Pureza entendia como válidas não orientavam para um conflito armado. Apesar de reconhecer que as ações na justiça muitas vezes não geram resultados e que apenas com a pressão das massas se alcançaram os objetivos, essa pressão estava relacionada a manifestações públicas nas cidades, somadas a outras estratégias como o levantamento de dados e ocupação de terras griladas, no intuito de facilitar o pagamento da indenização e ter mais sucesso na desapropriação.

Outra estratégia marcante, que tem ligação direta com os conflitos das fazendas próximo a Fábrica Nacional de Motores, é a solicitação de ajuda a figuras políticas, como Tenório Cavalcanti que apesar de representarem a direita (conforme relato), fornecia apoio aos lavradores interessados no seu capital político. No despejo da Fazenda São Lourenço em 1961, Pureza diz ter solicitado o apoio do então candidato a governador do estado devido a influência que tinha com o juiz. Se eles recorrem a outro advogado não teria o mesmo resultado. Isso demonstra como se davam essas articulações que o movimento fazia para conquistarem seus objetivos.

Moisés

Em seu relato fala sobre a ocupação das áreas próximas à FNM (Duque de Caxias). Os posseiros que ocupavam a região tinham origem de diversos estados do país, antes da instalação da fábrica havia pouco interesse devido às condições de acesso e das constantes epidemias, que faziam diversas vítimas- “só permanecia quem tinha o conhecimento das ervas e do preparo dos remédios”. Esse era um dos motivos da realização das obras de saneamento no governo Vargas, na ocasião a companhia Enco ficou responsável pela dragagem da maioria dos rios da Baixada Fluminense. A dificuldade de existência de títulos de propriedade se somava a uma quantidade de documentos grilados. Fala sobre a grande produção agrícola, importante para o abastecimento de todo estado, e do transporte ferroviário no escoamento da produção, cujo o fim provocou a retirada de muitos lavradores que venderam suas terras.

Sobre o conflito da fazenda Capivari, o “formigueiro”, se tratavam de terras griladas reivindicadas pela companhia Enco. Eles sabiam da situação das terras devido ao trabalho de levantamento que faziam nos cartórios. A associação deu apoio jurídico ao levante, mas não apoiava um conflito armado, pois tinham a informação de que a desapropriação já havia sido realizada, e estavam atentos à capacidade repressiva do governo Badger da Silveira. A luta seguia o princípio legal baseado no Estatuto da Terra. Eles não queriam promover uma guerra contra o governo, apenas morar na terra onde estavam, ganhando “o pão de cada dia”. A resistência armada não era orientação das associações, mas seus membros participavam de forma independente. Não se colocar à frente desses conflitos, assim como das ocupações, era uma forma de manter a associação e evitar o seu fechamento.

Assim como nos outros relatos, Moisés atribui grande importância à existência de uma liderança, alguém com capacidade de instrução, que pudesse direcionar o

movimento. A dedicação a organização era muito relevante, caminhavam longas horas para estarem presentes nas reuniões. As ocupações na década de 1960 eram feitas de forma espontânea por pessoas sem terra e sem trabalho, que não queriam viver marginalizadas nas cidades, ocupavam um pedaço de terra e começavam as primeiras construções. Segundo Moisés a associação atuava à medida que o povo já havia ocupado, não convocava ocupação.

Não atribui grande importância ao Plano Agrário do governo Roberto Silveira, diz que era mais uma forma de enganar o povo, e não gerava condições favoráveis à produção agrícola. E também a Tenório Cavalcanti, que segundo Moisés seria um “enganador”, que “tapeava” os lavradores, não tinham interesse real de defender sua causa na justiça. Não tem conhecimento da relevância da atuação de Tenório para impedir que a polícia invadisse a São Lourenço.

Considerações finais

Podemos perceber através da trajetória dos lavradores mencionados a amplitude da participação na organização, nos debates e decisões (uma vez que havia opção de escolha das formas de representação e em aceitar, ou não, uma liderança). De forma geral, nos relatos, são ressaltados a importância de uma instrução, uma liderança para dar coesão e fundamento ao movimento. Outra questão marcante é a diversidade de estratégias implementadas por esses lavradores organizados em torno das associações, que incluíam as pressões de massa, manifestações públicas, denúncias em jornais, levantamento de dados e resistência aos despejos. Segundo Medeiros

O campesinato é um dos principais protagonistas da história da humanidade. Todavia, por numerosas vezes, em diversas situações, foram empreendidos esforços para apagá-lo da história. Esses apagamentos ocorrem de tempos em tempos e de duas maneiras: pela execução de políticas para apropriá-lo de seus territórios e pela formulação de teorias para excluí-lo da história, atribuindo-lhe outros nomes a fim de regular sua rebeldia. (MEDEIROS 2009 P.20)

Esse apagamento histórico, pelo qual passa o campesinato, e outros grupos da sociedade, é também uma tentativa de minimizar a importância desses grupos, e de silenciar suas trajetórias que contém uma forte possibilidade de se contrapor às narrativas oficiais. Ainda hoje, apesar da ampla produção acadêmica e cultural sobre as populações rurais e sua trajetória social e política, se percebe um distanciamento de um debate sobre o mundo rural na totalidade da população. A visão dualista que anteriormente antagonizava campo (atraso) e cidade (modernidade), atualmente, com a ideia

consolidada de agronegócio (Palmeiras, 2010), antagoniza as formas coletivas de produção agrícola- MST, produção familiar, pequenos e médios produtores, cooperativas- a falta de capacidade produtivo, crise econômica. O resgate dessas narrativas “subalternizadas”, se faz importante não só pelos apagamentos, mas também como forma de combater um enquadramento da memória que tende a criminalizar os grupos que reivindicam o direito de acesso à terra.

Referências

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 198.

CARRARA, Ângelo Alves. “Camponês: uma controvérsia conceitual” In. OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Menendes; OLIVEIRA, Oséias de. (orgs.) *História Agrária: Propriedade e Conflito*. Guarapuava: Unicentro, 200.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. (Org.) *O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004.

ERNANDEZ, Marcelo. *Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996)*. In SIGAD, Ligia; ERNANDEZ Marcelo e ROSA Marcelo. *Ocupações e acampamentos. Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond e Faperj, 2010.

FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; AULILO, Maria Ignez (org.) *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: UNESP, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*, Tese de doutorado, IFCH – UNICAMP, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (org.). *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). Relatório Final*. Rio de Janeiro 2015. CPDA/UFRRJ.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz; LEITE, Sérgio Pereira. *A Sociedade e a economia do agronegócio no Brasil*. Revista Brasileira de Ciência Sociais Vol. 25 n. 74, outubro de 2010.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989.

PUREZA, José. *Memória Camponesa*. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, Bráulio Rodrigues. *Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 200.

STEDILE, João Pedro (org.), *A questão agrária no Brasil. O debate na esquerda – 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 201.

SOARES, Felipe Vieira. *O campo na luta por seus direitos: uma análise sobre a relação entre os trabalhadores rurais campistas e os direitos trabalhistas no Rio de Janeiro durante o período democrático (1945-1964)* – 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2002.

Visualidades, representações e repressão: a utilização das fotografias nos processos do TSN

Kleber Oliveira dos Santos¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é: A Revolta Comunista de 1935 – A construção de representações sociais a partir da análise fotográfica, ainda em andamento.

A Defensoria pública do Rio de Janeiro produziu um relatório em 2022 intitulado: “O reconhecimento fotográfico nos processos criminais no Rio de Janeiro” na qual apontava alguns dados levantados a partir de casos julgados em tribunais neste Estado, nos quais o principal elemento probatório para fundamentação da acusação era o reconhecimento realizado pela vítima ou testemunha a partir de retratos apresentadas nas delegacias ou perante o júri, oriundos de publicações de redes sociais e outras fontes não especificadas. A preocupação da Defensoria recaía sobre os sucessivos casos de prisões ou condenações indevidas, causadas por diversos problemas tais como a fragilidade das provas apresentadas, indução a um falso reconhecimento, lapso temporal entre a ocorrência dos fatos investigados e a realização do reconhecimento na delegacia ou em juízo, dentre outros fatores. Em relação ao perfil dos indiciados, segundo os dados coletados, 95,9% eram do gênero masculino e 63,74%, pessoas de cor negra.

Chamamos inicialmente a atenção para esse levantamento recentemente publicado, para, a partir dele, iniciarmos uma discussão sobre a utilização da fotografia como prova. Esta aplicação instrumental possui uma ligação intrínseca com a manutenção de um discurso de realismo, objetividade e verossimilhança que estiveram presentes desde a invenção da fotografia, e que se constituiu na base técnica e simbólica que fundamentou a criação do retrato judiciário na Europa no século XIX.

Ao longo deste artigo buscaremos apresentar um breve histórico do desenvolvimento do retrato judiciário e sua implantação no Brasil do segundo império. Desenvolveremos ainda uma análise de fotografias anexadas nos processos do Tribunal

¹ Aluno do curso de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientador Drº Luís Reznik. Ingresso no ano de 2009. Título do projeto de pesquisa: A Revolta Comunista de 1935 – A construção de representações sociais a partir da análise fotográfica.

de Segurança Nacional (TSN), tendo como fundamentação metodológica a utilização do conceito de visualidade oriundo do campo da Cultura visual, pela qual pretendemos indicar a continuidade do discurso do realismo fotográfico que no tocante aos processos mencionados conjugou-se com o anticomunismo em voga no Brasil dos anos 1930, sendo este um fator determinante para a produção de representações e estigmatização dos envolvidos na Revolta comunista de 1935.

Origens do retrato judiciário

O século XIX foi um período marcado por grandes transformações sociais, econômicas e tecnológicas oriundas em grande parte do desenvolvimento da indústria no âmbito da Segunda revolução industrial. Os efeitos desta revolução tecnológica e produtiva se manifestaram em diferentes campos das sociedades que vivenciaram aquela transformação. Novas fontes de energia e meios de transporte foram desenvolvidas, gerando uma alteração na forma de percepção do tempo e da própria realidade, através do encurtamento das distâncias e do aumento da circulação de informações.

Não foram poucos os entusiastas desses novos tempos que saudavam principalmente as transformações tecnológicas apontando-as como um índice de avanço civilizacional e progresso. Contudo, se por um lado os anos 1800 apresentaram um inegável avanço nas técnicas produtivas e desenvolvimento tecnológico, por outro, neste mesmo período ocorreu um aumento de problemas sociais causados, em parte, pela industrialização que dentre outras consequências acelerou o êxodo rural, causando um adensamento populacional nas cidades europeias. Como consequência dessa urbanização não planejada verificou-se o um incremento nas taxas de desemprego, problemas sanitários gerados pela falta de infraestrutura das cidades e de serviços públicos adequados. Além do aumento da criminalidade acarretado dentre outros motivos pela maior mobilidade social e anonimato.

Nas grandes cidades europeias do século XIX que experimentaram o fenômeno social e urbano do surgimento das multidões, as insígnias sociais e os laços de pertencimento à comunidade tornaram-se mais fluidos ou inexistentes. Neste sentido, as classes sociais que antes mantinham um relativo distanciamento entre si, perderam sob certa medida a capacidade de mapear comportamentos, ou identificarem o “caráter do indivíduo” a partir de elementos de distinção construídos nas esferas social e cultural. Este fator esteve no cerne das discussões sobre a necessidade do desenvolvimento de

novas tecnologias que pudessem controlar os “corpos suspeitos” (COLE, 2002,p.2), neste contexto se iniciaram os debates e experimentos para a utilização da fotografia para fins de controle social e prevenção ao crime.

A fotografia foi desenvolvida a partir de estudos no campo da física e química que tinham como objetivo principal a captura e fixação da imagem e um suporte material. A sua invenção representou a conjugação de esforços de diferentes pesquisadores e cientistas que buscaram uma nova forma de representar a realidade, que contribui ainda para o desenvolvimento da ciência e do conhecimento. A invenção fotográfica é creditada a Joseph Niépce, mas que foi patenteada junto ao governo francês, por Louis Jacques Mandé Daguerre, foi reverenciada como sendo a forma mais fidedigna de representação da realidade visível, sendo alçada ao posto de equipamento tecnológico mais adequado para retratar a nascente sociedade industrial (MONTEIRO, 2013, p. 5).

Assim, em sua origem a fotografia será considerada como sendo a forma mais objetiva e impessoal de registrar as imagens. William Henry Fox-Talbot um dos desenvolvedores da técnica fotográfica a chamava de lápis da natureza (*pencil of nature*). Essa expressão pode ser relacionada à ideia de que as fotografias, diferentemente de outras formas de representação visual como a pintura e a gravura, por exemplo, não dependiam do agenciamento humano, sendo assim, aquilo que era visível poderia ser captado pelas máquinas fotográficas sem a intervenção do seu operador.

Outro ponto que devemos destacar quanto a essa questão técnica, é que se considerava que a imagem fotográfica correspondia fielmente ao seu referente o que tornaria a fotografia uma ferramenta muito utilizada em diferentes campos da ciência. A facilidade de produção e circulação dos retratos estaria associada ainda a uma maior possibilidade de autorrepresentação do indivíduo e de divulgação de imagens de lugares distantes que anteriormente eram praticamente inacessíveis. Neste sentido, a objetividade, o realismo, a facilidade de arquivamento e de circulação foram os principais fatores que explicam a utilização da fotografia como forma de registro judiciário a partir do século XIX.

Contudo, longe de ter sido um percurso direto e sem entraves, o desenvolvimento do retrato judiciário foi marcado por uma série de dificuldades acerca da aplicação prática da fotografia como forma de identificação. Havia ainda no aspecto sociocultural, uma

crítica de setores da sociedade que consideravam a fotografia judiciária uma degradação do retrato burguês.

Acerca do primeiro problema apontado no parágrafo anterior, primeiramente temos que assinalar que a fotografia não foi a primeira técnica desenvolvida para registrar um criminoso ou para identificar dentre eles, os possíveis reincidentes. Desde a antiguidade houve essa preocupação, sendo comum em algumas sociedades, a aplicação das marcas corporais² nos prisioneiros, chamadas de estigmas (GOFFMAN, 1988, p. 11) que apenas seriam abolidas na Europa no século XIX por serem consideradas degradantes e por dificultarem a reinserção social do prisioneiro.

Em algumas cidades europeias da Idade Média e Moderna, eram encomendados pelos governantes e expostos ao público, as chamadas pinturas infamantes (SÁ, 2015, p. 48), nelas eram representados ladrões, traidores, fraudadores dentre outras categorias criminais conforme figura a seguir:

Figura 1: Pinturas infamantes



Fonte: <https://www.hisour.com/pt/pittura-infamante-24019> . Acesso em 19 de setembro de 2022

Dentro deste contexto, a fotografia representaria uma possibilidade de modernização da forma como eram produzidos os registros judiciais. As primeiras experiências de aplicação judiciária da fotografia foram realizadas por funcionários de presídios belgas na década de 1840. Ocorreram grandes operações de identificação criminal por fotografia contra os revolucionários irlandeses entre os anos de 1865-1868 e

² As marcas corporais variaram ao longo do tempo. Elas poderiam ser aplicadas com ferro em brasa no condenado, havendo também casos em que ocorria a amputação de determinadas partes do corpo.

contra os insurretos da comuna de Paris em 1871 (SÁ, 2012, p.125). Nos EUA, o Departamento de Polícia de Nova Iorque criou a primeira galeria de criminosos do mundo em 1858 (MONTEIRO, 2020, p. 92) e em 1886, o detetive da polícia do mesmo departamento, Thomas Byrnes, publicou a “*Rogues’s galary*” – *professional criminals of America*” (SEKULA, 1986) que obteve certa repercussão dentre a população e a imprensa.

Até os anos 1870 os departamentos policiais não utilizavam de forma regular a fotografia de identificação. Os policiais dependiam basicamente de sua memória visual ou do auxílio de informantes para a identificação de criminosos ou reincidentes, as fotografias, nesse contexto, tinham um uso instrumental para auxiliá-los a relembrar alguns indiciados. Em seu percurso inicial como forma de identificação, a fotografia enfrentou alguns problemas que dificultaram o seu uso mais sistemático. Além do alto custo financeiro para obtenção dos retratos.³ Eles esteticamente repetiam padrões utilizados no retrato burguês, como a posse e utilização de objetos para composição da cena. Isso se devia à ausência de um setor próprio dentro do aparato policial, que forçava os órgãos de segurança a requisitarem o serviço de fotógrafos profissionais (FRABRIS, 2004, p. 4). Esta falta de uma padronização técnica objetiva era outro fator que prejudicava a identificação dos criminosos.

Ademais da questão dos custos e da falta de padronização, havia ainda o problema da falta de uma uniformidade no arquivamento e indexação das fotografias produzidas. Conforme o número de retratos criminais confeccionados aumentou, verificou-se que a sua aplicação prática se torna extremamente complexa, pois as fotos nos arquivos policiais eram ordenadas muitas vezes de modo assistemático. A indexação era feita pelo nome do prisioneiro, que poderia em ocasiões futuras usar um pseudônimo ou mesmo alterar a sua aparência para dificultar o processo de identificação.

Ao longo do tempo foram desenvolvidas novas tecnologias relacionadas à fotografia que tiveram como consequências a aceleração e diminuição dos custos de confecção dos retratos⁴ algo que beneficiou a expansão do uso do retrato judiciário. Mas

³ Sobre os custos de produção de um daguerreótipo, segundo Walter Benjamin o fato de ele ser realizado a partir de placas de prata e necessitar de um processo mais lento de manipulação até que se pudesse obter uma imagem, o tornava um objeto caro que era muitas vezes guardado em caixas de jóias. (BENJAMIN, 1994, p. 93).

⁴ Como exemplos das inovações tecnológicas podemos citar o método positivo/negativo de William Henry Fox-Talbot que barateou os custos de produção das fotografias que deixaram de serem objetos únicos, a

ainda persistem os problemas que apontamos quanto à falta de padronização das fotografias e de um método eficiente de arquivamento e indexação dos registros, cuja resolução seria alvo do trabalho de diversos pesquisadores⁵ e pessoas ligadas aos setores da polícia e judiciário, dentre os quais se destacou o funcionário da polícia francesa Alphonse Bertillon.

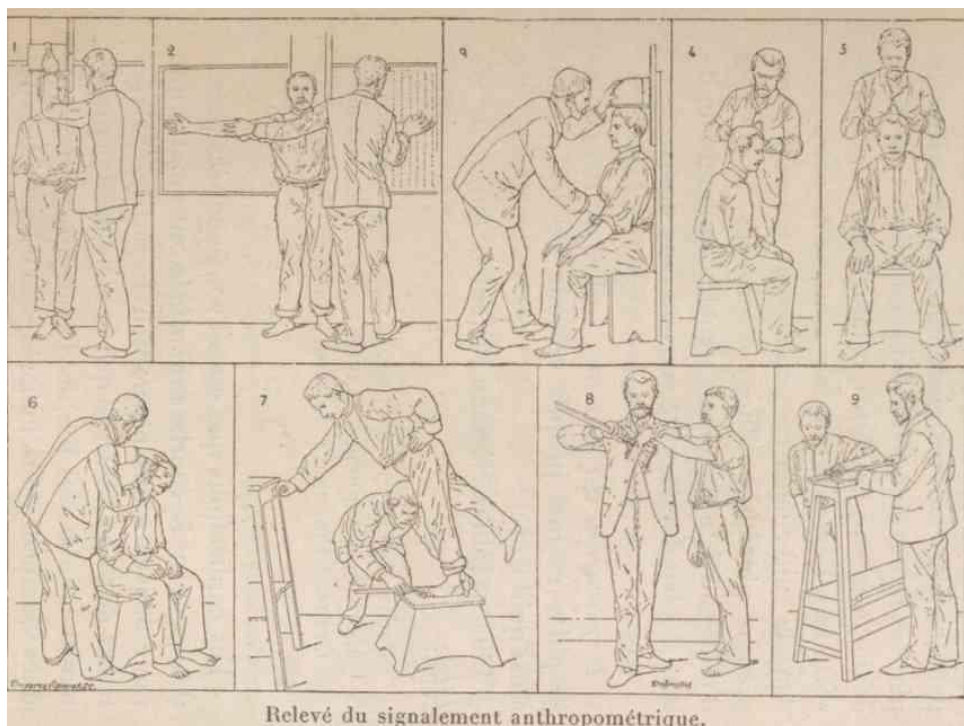
Bertillon desenvolveu uma série estudos e experimentos baseados na estatística e antropologia criminal a fim de encontrar um método eficiente de identificação de criminosos, que facilitasse também a organização dos arquivos judiciais, aumentando assim as chances de comprovação da reincidência criminal num momento em que as autoridades judiciais pensavam na mudança na forma de aplicação das penas (SEKULA, 1986. p. 4) e destinação carcerária dos condenados.

O método de identificação proposto por Bertillon denominado por ele de sinalética, mas que passou a ser mais conhecido como Bertillonagem, era tecnicamente fundamentado na mensuração dos corpos dos prisioneiros. Nesta tarefa os policiais deveriam coletar minuciosamente através de aparelhos, as medidas de partes pré determinadas dos corpos, que seriam anotadas de forma padronizadas em cartões de identificação individual. Na figura abaixo podemos ver alguns detalhes da aplicação desse método de mensuração:

invenção do instantâneo fotográfico que permitiu novos enquadramentos e poses, dando mobilidade às imagens produzidas, e a fotografia no formato cartão de visita criada pelo francês Eugène Disdéri .

⁵ Francis Galton que era primo de Charles desenvolveu a partir de técnicas de montagem fotográfica, o chamado retrato compósito cuja imagem não representaria uma pessoa em específico, mas sim o resultado da mescla de caracteres fisionômicos médios de um determinado grupo previamente escolhido, no qual se procuravam os traços genéricos de inteligência ou de criminalidade.

Figura 2: medições antropométricas



Fonte: BERTILLON, Bertillon .Laphotographie judiciaire, vecn appendice sur laclassification etl' identification anthropométriques.1890.

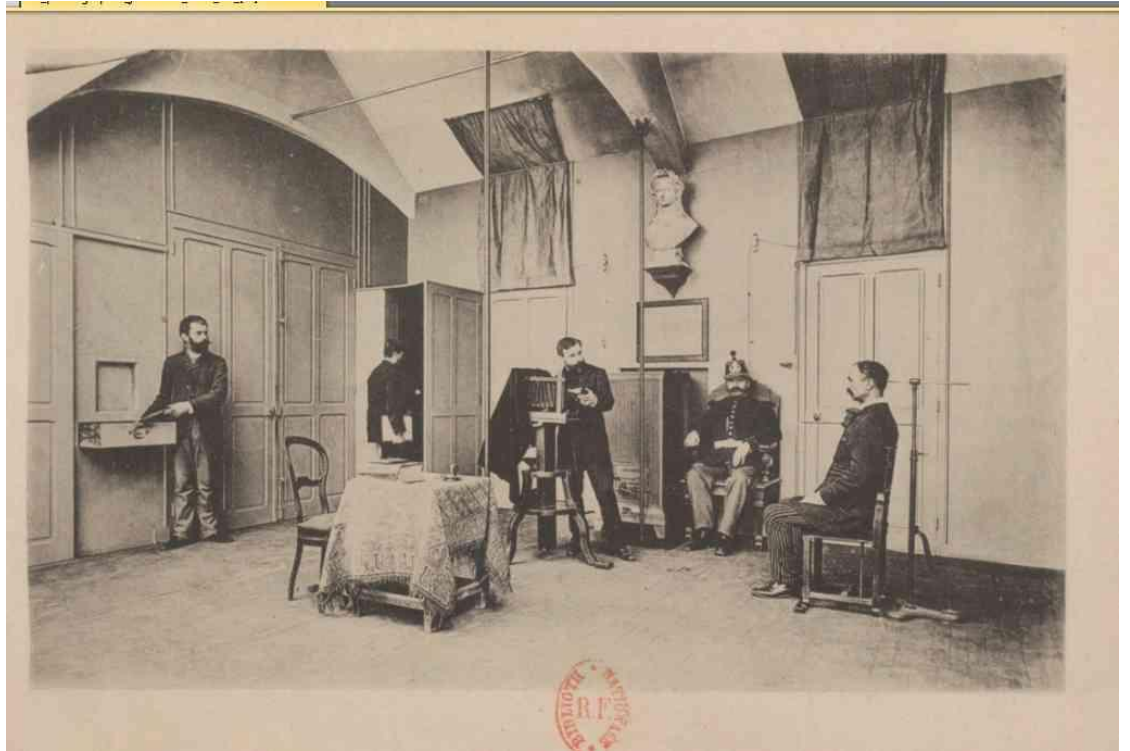
Essa forma de medição era utilizada em algumas das ciências biossociais do século XIX, que aplicavam técnicas de antropometria⁶. As fichas elaboradas por Bertillon permitiam a comparação dos dados antropométricos dos prisioneiros recém-admitidos no setor prisional com as informações que se encontravam disponíveis nos arquivos judiciários, indicando através da repetição de algumas medidas corporais a possibilidade de que um determinado preso pudesse ser um reincidente. Desta forma o próprio corpo passou a ser considerado como uma prova incriminatória.

O Bertillonagem, como dizemos, era amparado em seu funcionamento na antropometria, mas foi o seu outro pilar técnico, o retrato de identificação criminal padronizado por Bertillon, que se manteve até os dias atuais. A codificação do retrato judiciário proposta por Bertillon para solucionar a falta de uniformidade nas fotografias judiciárias. Em seu método o prisioneiro seria fotografado de frente e de perfil em uma distância focal uniformizada. Os retratados deveriam manter uma postura neutra, pois

⁶ A antropometria é um método estatístico criado por volta de 1850, que se baseava na análise e mensuração do corpo humano. Seu objetivo principal era situar o homem entre as espécies vivas e, sobretudo classificar os povos, distribuindo-os em grupos diferenciados, segundo princípios objetivos e hierárquicos.

segundo Bertillon a expressão de emoções poderia induzir reações nos responsáveis pelos julgamentos.

Figura 3: vista do atelier de fotografia judiciária



Fonte: BERTILLON, Alphonse. La photographie judiciaire, avec un appendice sur la classification et l'identification anthropométriques. 1890

Figura 4: Pranchas de identificação fotográfica



Fonte: BERTILLON, Alphonse. Identification anthropométriques .Instruction signalétique. 1893

As fotografias seriam arquivadas junto com as fichas de identificação individuais e através da coincidência das medidas corporais com a imagem do retratado, o policial responsável pela verificação dos antecedentes criminais teria segurança em afirmar a reincidência de um prisioneiro. Além de ter informações sobre o crime anteriormente praticado, que ficava anotado nos prontuários judiciais.

Com o passar do tempo, o retrato codificado por Bertillon seria adotado por departamentos de polícia em diversos países, incluindo o Brasil. O primeiro registro de prisioneiros utilizado na fotografia no Brasil foi realizado na Casa de Correção da Corte do Rio de Janeiro durante o segundo reinado. As fotografias da chamada “Galeria dos condenados”, produzidas naquela instituição ainda obedeciam à estética do retrato burguês.

Figura 5: Fotografia da Galeria dos Condenados



Fonte: <https://journals.openedition.org/orca/2266> / Acesso em 20/09/2022

Posteriormente, nosso país adotou o Bertillonagem como forma de identificação criminal até a sua substituição pelo método datiloscópico criado por Juan Vucetich Kovacevich, um antropólogo e inventor nascido na Croácia, que trabalhava como policial na Argentina.

As fotografias nos processos do TSN

O TSN foi criado em 1936 como um órgão da justiça especial incumbido inicialmente no julgamento dos envolvidos na Revolta Comunista de 1935, realizada no em cidades do Rio Grande do Norte, Recife e Rio de Janeiro. Esse tribunal atuou inicialmente como uma corte de primeira instância, cujas decisões poderiam ser submetidas à revisão do Superior Tribunal Militar (STM) que receberia os recursos impetrados. A criação do TSN significou a conjugação de esforços de diferentes setores do governo Vargas e da sociedade civil, que consideravam a gravidade dos eventos relacionados aos levantes comunistas de 1935 superiores à capacidade de julgamento dos tribunais regulares em relação à possibilidade de aplicação de penalidades mais duras e à celeridade de tramitação processual.

Excederia aos objetivos deste artigo apontar e comentar as arbitrariedades jurídicas que marcaram a atuação do TSN desde o início de suas atividades em 1936 até o seu encerramento em 1945 no ocaso do Estado Novo, mas o que podemos afirmar que esse tribunal foi utilizado pelo Governo Vargas não como um instrumento para a promoção da justiça, mas sim como uma ferramenta institucional para cercear liberdades

e perseguir adversários políticos limitando o raio de atuação dos seus opositores. O TSN passou por algumas mutações ao longo dos seus nove anos de funcionamento nos quais atacou inicialmente os inimigos de sempre (comunistas) e posteriormente os amigos de ontem (integralistas).

Em nossa pesquisa estudamos a repressão aos comunistas realizada principalmente na primeira fase de atuação do TSN (fase vermelha). Em vários dos processos que analisamos encontramos além do relato dos envolvidos, testemunhas e responsáveis pela apuração dos fatos, a presença de fotografias anexadas pela acusação como elemento probatório do crime investigado, ou pela defesa quando tinham o objetivo de provar a inocência dos réus. Essas fotografias possuíam uma estreita ligação com as representações sociais criadas e divulgadas acerca do comunismo e de seus militantes, e no tocante à acusação, refletiam em diferentes graus o anticomunismo⁷ produzido em setores de nossa sociedade, como Igreja Católica e forças armadas, por exemplo, que circulava através da imprensa, literatura etc.

As fotografias anexadas nos processos do TSN podem ser analisadas metodologicamente utilizando o conceito de visualidade oriundo do campo de estudos da Cultura Visual. A visualidade é concebida como a dimensão cultural, histórica e contextual do olhar, em contraposição a visão, considerada como a dimensão fisiológica do olhar. Ela refere-se ao registro visual no qual a imagem e o significado visual operam de modo interativo para construir uma mensagem e um sentido. Através desse conceito é possível a contextualização da imagem, relacionando-a com os fatores históricos, culturais e ideológicos que permearam a sua produção, circulação e recepção.

No tocante às fotografias de identificação de pessoas anexadas nos processos do TSN verificamos a continuidade, com variações pontuais, do modelo proposto por Bertillon, que fazia uma remissão direta da imagem do retratado, a partir de uma continuidade temporal do padrão estético utilizado e associação semântica; ao mundo da criminalidade.

⁷ Encontramos a seguinte definição de anticomunismo no Dicionário de conceitos políticos organizado por Norberto Bobbio: “Se eu quisesse oferecer uma definição vocabular, o anticomunismo deveria ser entendido como oposição à ideologia e aos objetivos comunistas; assim como existem forças sociais e políticas antifascistas, anticapitalistas, anticlericais, etc., também as há anticomunistas” (1998, p.34).

Esses retratos produzidos num momento de coação e constrangimento reforçam aspectos visuais considerados negativos dos indiciados, relacionando o comunismo à criminalidade. Algumas dessas fotografias eram acompanhadas por observações dos responsáveis pelas investigações, nestes casos esses relatos serviam como uma legenda que norteava ou induzia o entendimento que se passaria a ter sobre o réu.

Figura 6: Fotografia de identificação criminal



Fonte: APL 438 / Arquivo Nacional-RJ, volume 12, p. 870

Além das fotografias de identificação de pessoas, verificamos ainda imagens que registram locais alvos de investigações ou objetos presentes, sobretudo, nos autos de busca e apreensão formulados a partir do trabalho da polícia. As fotografias de objetos poderiam ser realizadas tanto no local de apuração dos fatos ou no laboratório da polícia técnica. Nas fotografias de registro de lugares, fatores técnicos, como o enquadramento, realçam aspectos negativos como a destruição e criminalidade imputadas aos comunistas. Este fato reforça a importância de realizarmos uma análise destas imagens amparada na visualidade, em sua perspectiva contextual e histórica, para que possamos problematizar essas fotografias, buscando nelas camadas de significados e os discursos que as atravessam.

Por exemplo, foi a fotografia abaixo foi produzida para registrar a destruição produzida no interior do quartel do 3º Regimento de infantaria, então localizado na Praia vermelha no Rio de Janeiro, que foi, junto com a Escola de aviação militar do Realengo, uma das unidades militares tomadas pelos rebeldes durante os eventos de novembro de 1935. A destruição retratada foi praticada em sua maior parte pelas forças legalistas que

reprimiram os insurretos atacando-os com artilharia pesada e aviões de combate, mas a retórica estigmatizante do anticomunismo, que foi construída no processo do TSN utilizando esta e outras imagens, omitiu essa informação.

Figura 7: Fotografia retratando o interior do 3º Regimento de Infantaria

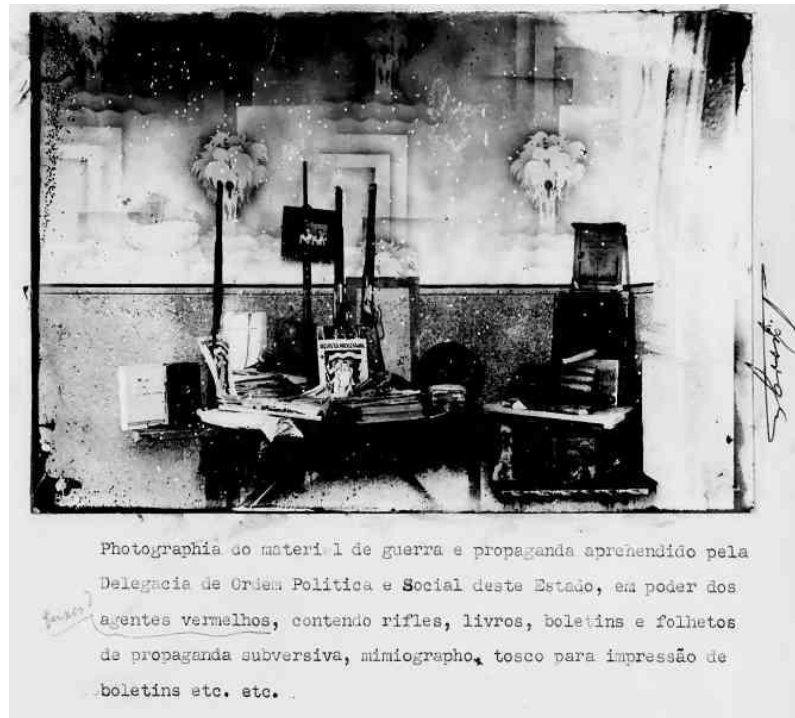


Fonte: Inquérito Policial Militar/ Superior Tribunal Militar- DF, volume 8, p 1911

Concernente às fotografias de objetos podemos verificar nas fontes analisadas uma preocupação no registro e destaque de elementos que pudessem estar associados ao delito investigado ou às representações socialmente construídas acerca do comunismo. Um fator que devemos chamar a atenção é que pela na Lei de Segurança Nacional (LSN) promulgada em 4 de abril de 1935, seria passível de punição a posse de alguns objetos como armas de guerra e munições não autorizadas pelo governo, além de materiais que pudessem ser utilizados em atos de indisciplina na esfera militar ou na “propaganda de processos violentos para subverter a ordem social” (Artigo 23). Deste modo as fotografias de identificação de objetos deveriam ser produzidas em termos de composição e enquadramento de modo a tornar o mais nítido possível os itens proibidos, que passariam a serem utilizados como provas de incriminação.

Nos processos analisados verificamos o registro de armas, explosivos, impressos e livros utilizados para militância política, conforme exemplo na figura abaixo, que se encontravam em “poder dos agentes vermelhos”, que naquele momento eram o alvo central das ações de repressão e vigilância do Governo Vargas.

Figura 8: Fotografia apresentando material de propaganda apreendido



Fonte: Apelação 288/Arquivo Nacional-RJ, volume 1, p.232

Breves considerações finais

Ao longo deste artigo, buscamos apresentar os fatores técnicos e ideológicos que estiveram atrelados ao desenvolvimento do retrato de identificação criminal, realçando a continuidade do modelo proposto por Bertillon que como indicamos foi utilizado como padrão em departamentos de polícia de vários países. A pose frente e perfil, como assinala a pesquisadora Leonor Sá passaria, através de um processo histórico e cultural de definição de significados e imputação de valores sociais, a ser diretamente associada ao crime, encarcerando o prisioneiro naquilo que aquela pesquisadora designou como “moldura semiótica” (SÁ, 2012, p. 148).

Entendemos que as fotografias, em suas diferentes temáticas, devem ser pensadas como uma escolha, um recorte do referente produzido para realçar, ocultar, disfarçar ou mesmo distorcer determinado (s) aspecto (s) do que é visualizado. Desta forma, sendo escolhas institucionais, as fotografias do TSN visavam reforçar uma representação estigmatizada, difundida em diferentes meios e suportes sobre o comunismo e seus militantes que, sob certa medida, teve uma continuidade em nosso país até os dias atuais.

Referências

- BENJAMIN, Walter. “Pequena História da Fotografia”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. – 7ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*. 11ª edição. Brasília: Editora UNB, 1998.
- BRETON, David Le. *Rostos: Ensaio de antropologia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018
- COLE, Simon A. *Suspect identities: a history of criminal identification and fingerprinting*. Harvard University Press, 2002.
- FRABRIS, Annateresa. *Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GURAN, Milton. *Linguagem fotográfica e informação*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1990.
- Lei nº 38, de 4 de abril de 1935- <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>/ Acesso em 20/09/2022.
- MAUAD, Ana Maria. *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: Editora da UFF, 2008.
- MONTEIRO, Charles. *Pensando sobre História, Imagem e Cultural Visual*. São Paulo, Unesp, v. 9, n. 2, p. 3-16, julho-dezembro, 2013.
- MONTEIRO, Vinícius Henrique Martins. *Imagens da culpa: fotografias de estelionatário na galeria dos condenados*. Dissertação de mestrado. UNIRIO, 2020.
- Relatório “O reconhecimento fotográfico nos processos criminais no Rio de Janeiro” - https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/relat%C3%B3rio_sobre_reconhecimento_fotogr%C3%A1fico_nos_processos_criminais_05.05.22.pdf / Acesso em 20/09/2022.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- Relatório “O reconhecimento fotográfico nos processos criminais no Rio de Janeiro” - https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/relat%C3%B3rio_sobre_reconhecimento_fotogr%C3%A1fico_nos_processos_criminais_05.05.22.pdf / Acesso em 08/10/2022.
- ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Editora SENAC, 2009.
- SÁ, Leonor Maria de Amorim e. *Infâmia e fama: O mistério dos primeiros retratos fotográficos judiciais em Portugal 1869-1895*. Tese de doutorado. Universidade Católica Portuguesa, 2015.
- _____. *Dimensões performativas do retrato judiciário: elaboração, recepção e autonomia retórica*. *Comunicação & Cultura*, n.º 14, 2012, pp. 125-158.
- SEKULA, Allan. *The Body and the Archive*. MIT Press, 1986.
- STURKEN, Marita & CARTWRIGHT, Lisa. *Practices of looking : an introduction to Visual Culture*. Nova York: Oxford University Press, 2017.

O Extremo sul da Bahia e a política desenvolvimentista de JK e o processo de acumulação como expansão do capitalismo

Laís Assunção Moreira¹
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de mestrado cujo título é: O processo de desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia: o extrativismo madeireiro e a política desenvolvimentista dos anos JK (1956-1961), ainda em andamento. A discussão a ser apresentada é fruto de leituras e debates realizados a partir da disciplina obrigatória “História Social do Território I” do Programa de Pós - Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores – UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Aqui trataremos de discutir sobre a problemática do território a partir de David Harvey em seu texto *A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista*.

A discussão a ser apresentada partirá da compreensão do território que Milton Santos traz em seu texto *O retorno do território*. Logo pensaremos o território de forma não alienada, e também de forma crítica à lógica do território fragmentado, como se tem pensado atualmente. Essa perspectiva nos ajuda a analisar o Extremo Sul da Bahia fora da lógica mercadológica que enxerga a transformação desse território apenas como fruto do desenvolvimento econômico – esse como elemento promotor do progresso – visão que desconsidera, ou até mesmo anula, as dinâmicas já existentes na região antes da sua inserção na economia de mercado. Essa perspectiva ainda contribui para pensarmos o território como um território de todos e não como um território de alguns, controlado e determinado pelo mercado.² Este é um tipo de leitura sobre os territórios que tem sido cada vez mais difundida e alimentada pela lógica neoliberal e pelo fenômeno da globalização que enxerga o território de forma isolada, onde esse só está conectado a partir das normas estabelecidas pelo mercado, sendo assim

¹ Aluna do curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Faculdade de Formação de Professores (FFP). Orientadora: Dra. Christiane Vieira Laidler. Ingresso no ano de 2022. Título do projeto de pesquisa: O processo de desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia: o extrativismo madeireiro e a política desenvolvimentista dos anos JK (1956-1961).

² O autor traz essa reflexão ao falar de “redes”, e de como essa noção do território em redes está diretamente ligada a interpretação neoliberal sobre os territórios. Ver mais em: SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia A. de. (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. 4. Ed. São Paulo: Editora HUCITEC; Anpur, 1998. p. 15-20.

Na democracia de mercado o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as horizontalidades hoje enfraquecidas são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores. A arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território em suas diversas dimensões e escalas. (SANTOS, 1998, p. 19)

Para iniciarmos a discussão é preciso inicialmente situar o leitor no tempo e no espaço, no caso deste trabalho, no território a qual estaremos tratando. O Extremo Sul da Bahia está localizado na região de fronteira com os estados de Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES), compreende 21 municípios, sendo eles Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itagimirim, Itamaraju, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz de Cabrália, Teixeira de Freitas e Vereda. É conhecido por sua área de Mata Atlântica onde os primeiros colonizadores chegaram, pelo turismo litorâneo e, em termos econômicos, atualmente o Extremo Sul se destaca pela grande monocultura do eucalipto para a produção de celulose. A atividade madeireira se destaca na história do Extremo Sul baiano e a década de 1950 é um marco importante, pois a partir desse período torna-se possível notar a intensidade com que a atividade extrativista se estabelece e modifica a dinâmica social, econômica e política da região. A política desenvolvimentista bem como o processo de industrialização nos anos de 1950, podem ser vistos com evidência no Extremo Sul da Bahia, não porque a região passa a contar com a presença de indústrias, mas porque a partir dessa década é possível perceber um intenso processo de transformação do território, provocado, sobretudo, pela instalação das empresas madeireiras e pela atividade extrativista que se intensifica durante as décadas de 1950-1960.

A discussão a ser apresentada passa pela análise do processo de desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia a partir da atividade extrativista madeireira no contexto dos anos de governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). Foi a partir da observação do processo de intensas e drásticas mudanças no território do Extremo Sul baiano, que se inicia a partir da década de 1950, que se identifica como essas dinâmicas podem estar atreladas ao projeto de desenvolvimento nacional impulsionado pela política desenvolvimentista durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (JK).

Governo JK: algumas ponderações

O governo de Juscelino Kubitschek – assim como tantos outros governos

brasileiros – é dotado de particularidades, no entanto nesse momento nos resguardamos a tratar de apenas algumas delas. O contexto político em que se insere o governo JK é complexo, Kubitschek governou num período de recente democracia onde teve que considerar os interesses da oligarquia rural, grupo expressivo no âmbito social e político; da burguesia/classe média tradicional que vinha se desenvolvendo, e dos setores populares que passaram a ter destaque no cenário nacional a partir do processo de democratização advindo da segunda metade da década de 1940. Juscelino Kubitschek precisou conciliar os interesses, e procurou fazer isso por meio da política econômica.

O governo JK, compreendido entre os anos de 1956-1961, é caracterizado por combinar a intensificação do desenvolvimento da indústria nacional em bases capitalistas com a experiência democrática, (MOREIRA, 2013). A administração de Kubitschek é ancorada no nacional-desenvolvimentismo, projeto político-social-econômico baseado essencialmente no aprofundamento da industrialização capitalista brasileira juntamente com o compromisso com a democracia, essa de caráter liberal. O perfil da administração já ficava evidente no slogan utilizado durante a campanha presidencial, “50 anos em 5”, que evidenciava a ideia de deixar o atraso econômico rapidamente para trás e construir um Brasil novo e moderno. A ideia de modernizar o país estava ancorada em modificar a economia nacional, ainda dependente da importação de produtos primários, tornando-a menos subordinada aos ditames do mercado externo, por isso a defesa de um projeto focado no fomento à industrialização. Na visão de JK um país industrializado, seria um país próspero e moderno.

O governo de JK é reconhecido por ter promovido, através do Plano Nacional de Desenvolvimento – sintetizado no Plano de Metas – o crescimento econômico, a modernização do país e por ter intensificado o desenvolvimento industrial. Kubitschek administra o país em um contexto instável, mas consegue garantir certa estabilidade política devido a sua política econômica, (BENEVIDES, 1976). Como apontado em diferentes estudos sobre o período, é inegável o êxito do Plano de Metas, de fato ocorrera a integração e consolidação da economia brasileira no modo de produção capitalista sem infringir a democracia, tal como era a proposta dos nacionais-desenvolvimentistas, (MOREIRA, 2013).

A execução e os resultados do Plano de Metas foram positivos, ao analisar os dados do crescimento econômico do Brasil nos anos JK é possível observar o sucesso do plano e notar o crescimento da taxa média do Produto Interno Bruto (PIB), (FARO; SILVA, 2002). Ainda nesse sentido ressalta-se que os resultados das metas de energia,

transporte e infraestrutura, considerados imprescindíveis para alavancar a industrialização, foram evidentes. As metas referentes à pavimentação e construção de rodovias superaram o previsto. A meta-síntese também foi alcançada, JK não só construiu Brasília, mas também a inaugurou. A nova capital significava tanto o novo, o moderno, quanto a conciliação dos interesses de diferentes grupos políticos que se destacavam no período, e ainda foi a forma encontrada por JK para conectar as regiões, (MOREIRA, 2013).

Para tanto, Kubitschek precisou conciliar os interesses das diversas e diferentes forças que compunham o cenário político, e nesse sentido se destacam os grupos políticos: nacionais-desenvolvimentistas – de caráter liberal –, o nacionalistas econômicos – progressista e popular – e os ruralistas, (MOREIRA, 2013). Embora houvesse discrepâncias entre os grupos, o sucesso da administração de Juscelino Kubitschek se deu pela conciliação dos interesses rurais e urbanos. O projeto desenvolvimentista fora executado abrindo as portas para o capital estrangeiro e mantendo, sobretudo, os interesses oligárquicos. O desenvolvimentismo esteve voltado não só para o meio urbano, mas promoveu a expansão dos latifúndios, com isso os resultados positivos não refletiram na vida da maior parte da população que se concentra majoritariamente na zona rural. Contudo, o projeto de desenvolvimento nacional implantado por JK causou “inúmeras consequências nefastas: a especulação fundiária, a grilagem, a formação de novos latifúndios, o fortalecimento da grande propriedade e inúmeros conflitos étnicos, sociais e fundiários”, (MOREIRA, 2013, p. 187).

Apesar de o projeto de Juscelino Kubitschek ter alavancado a industrialização e a economia do país, é um fato que o Plano de Metas, colocado em prática com o investimento do capital estrangeiro, acarretou posteriormente graves consequências como a dependência econômica, além de incentivar a expansão do setor oligárquico. Nos “anos dourados” não fora promovido um desenvolvimento capaz de alcançar as classes populares. A maior parte da população continuou ou fora ainda mais marginalizada, “a cidadania, isto é, os direitos sociais, políticos, jurídicos e econômicos da população nacional, não teve um desenvolvimento nem correlato nem comparável ao ritmo e à grandeza do que aconteceu no campo econômico”, (MOREIRA, 2013, p. 188).

No entanto faz se necessário evidenciar que seria um equívoco afirmar que as classes populares estiveram inertes. Um dos maiores exemplos da organização e mobilização dos setores populares foi a articulação das Ligas Camponesas, durante todo o período JK e posterior a ele. As Ligas estiveram evidenciando e denunciando as

contradições da política que garantia promover o desenvolvimento e a modernização do país, e comprovou que “a sustentação do projeto nacional-desenvolvimentista foi fruto de um pacto tácito entre os grandes interesses rurais e o capital industrial, de origem nacional, internacional ou uma combinação de ambos”, (MOREIRA, 2013, p. 190).

Extremo sul da Bahia

O Extremo Sul da Bahia a partir da década de 1950 passa por transformações muito evidentes, essas são notadas diante a intensa ocupação do território com o crescimento populacional, a formação de povoados, a emancipação de distritos, a abertura de estradas e a drástica modificação da área de cobertura vegetal, o que permite perceber que os reflexos e consequências da administração de Kubitschek não ficaram restritas aos centros urbanos, localizados principalmente na região sudeste do país, mas também podem ser vistas nas regiões que não possuíam grande notoriedade ao se tratar da política nacional. No caso do Extremo Sul baiano esse processo ocorreu com a vinda de empresas madeireiras que ao intensificar e acelerar o processo de exploração da Mata Atlântica promoveu a abertura de estradas e adentrou áreas antes inexploradas (CERQUEIRA NETO, 2009).

A maior ocupação do território do Extremo Sul Baiano, como mostram os Censos Demográficos de 1950 e 1960, ocorrem a partir da segunda metade da década de 1950, ou seja, no bojo da política desenvolvimentista e de integração territorial dos anos de governo do presidente Juscelino Kubitschek. Destaca-se que antes desse período não é possível classificar o território como desabitado como fora feito por anos. Estudos recentes sobre a região abordam a presença de diferentes povos no território, (FERREIRA, 2010). A região até meados da década de 1950, assim como outras regiões interioranas, era afetada por uma comunicação quase que inexistente com as demais regiões do estado. Essa dinâmica se apresentava devido, entre outros fatores, aos poucos acessos entre cidades e regiões. No caso do Extremo Sul é possível visualizar com evidência esse cenário, o que nos leva a observar o seu isolamento econômico diante o estado. Se a parte mais ao norte da região, onde se encontra o município de Porto Seguro, ainda possuía certa relação com a Zona do Cacau, a porção mais ao sul se encontra isolada, até mesmo pelo difícil contato com a capital do estado. A única forma de contato com Salvador era por meio da navegação.

As intensas modificações no território do Extremo Sul baiano, a partir da década de 1950, ocorreram com a chegada das empresas madeireiras. Essas transformações

podem ser vistas, principalmente, a partir da atividade extrativista a qual realizavam. Os Censos Demográficos de 1960 e documento BR-101 Trecho Sul são documentos que permite observar através dos seus dados a intensa ocupação do território, o crescimento populacional, a formação de povoados e a emancipação de distritos, temos como exemplo a emancipação de nove distritos num intervalo de cinco anos, sendo eles Itapebi (1958), Itanhém (1958), Medeiros Neto (1958), Itamaraju (1961), Guaratinga (1961), Itagimirim (1962), Lajedão (1962), Ibirapuã (1962), Nova Viçosa (1962). É possível ver também a abertura de estradas e a drástica modificação da área de cobertura vegetal, como alguns desses fatores. Oliveira Junior (2019) assevera que,

Assim como a industrialização demonstrava seus efeitos no Sudeste brasileiro, o Extremo Sul experimentou mudanças substanciais em meio a esse processo. Sua discriminação econômica advinda de seu potencial madeireiro provocou impactos em seu território e paisagem natural, dando início a um drástico processo de instalação e expansão de demais atividades produtivas e um significativo aumento demográfico. A distribuição deste crescente contingente humano seguiu-se os interesses da atividade madeireira, a qual, dada suas características, impelia a fixação de mão de obra em determinados pontos do interior do território, criando e intensificando o povoamento de diversos lugares. A década de 1950 é marcada pelo aparecimento de diversos distritos e vilas em todos os municípios da região. (OLIVEIRA JUNIOR, 2019, p.74)

A atividade madeireira citada pelo autor é realizada pelas seguintes empresas: Eleosippo Cunha & Companhia Limitada e Bralanda - Brasil Holanda de Madeiras S/A, ambas se destacam no período por serem pioneiras na exploração de madeireira na região, e segundo os registros, já atuavam no Extremo Sul desde a década de 1940. A Bralanda S/A se instala em 1952 na atual cidade de Medeiros Neto, antiga Vila do Água Fria, e a Eleosippo Cunha & Companhia LTDA embora venha abrir uma sede no Extremo Sul só na década de 1960, foi responsável pela abertura das primeiras estradas, na área que hoje se encontra a cidade de Teixeira de Freitas. A Bralanda S/A, uma das maiores produtoras de compensados da América Latina escoava sua produção para os principais estados do sudeste do Brasil, além de enviar parte de sua produção para países europeus, inserindo assim o Extremo Sul baiano no mercado internacional, (CERQUEIRA NETO, 2009).

Sendo assim não é possível desconsiderar as relações entre o processo de desenvolvimento do Extremo Sul baiano com a política desenvolvimentista dos anos de 1950, são evidentes as transformações as quais passam o Extremo Sul da Bahia no período de governo do presidente Juscelino Kubitschek.

A análise sobre a atuação das madeireiras no Extremo Sul da Bahia e o desenvolvimento da região nos anos seguintes também permite o questionamento sobre as benesses econômicas tão reconhecidas e reivindicadas ao tratar da administração de

Kubitschek como a modernização, o progresso e o desenvolvimento. Será possível observar que o Extremo Sul da Bahia, antes uma região “esquecida” passa a ser atrativa em termos econômicos a partir da política de desenvolvimento nacional. Entende-se que essa nova dinâmica surge como consequência da política de fomento à industrialização que provocou um aumento da atividade industrial para atender o mercado em expansão e a partir dessa lógica pode-se compreender a intensidade com que as madeireiras exploram o Extremo Sul provocando drásticas mudanças no território. Os estudos de Cerqueira Neto (2009), colaboram para a identificação das consequências da atividade extrativista ao abordar as contradições do desenvolvimento do Extremo Sul, a influência dos estados do sudeste e da atuação das madeireiras na constituição do Extremo Sul baiano. Ao trazer uma reflexão sobre a atuação das empresas, irá apontar que

juntas [as madeireiras] elas influenciaram na economia, na sociedade e no meio natural: destruindo e construindo ao mesmo tempo. Mencionar as atividades destas expressivas madeireiras no Extremo Sul da Bahia se justifica por o extrativismo vegetal ter se configurado num ciclo econômico e tal como apresenta algumas situações dicotômicas, onde se tem o aparecimento e desenvolvimento de lugares versus a eliminação ou transformação de elementos naturais e culturais, (CERQUEIRA NETO, 2009, p. 87).

O desenvolvimento do extremo sul da Bahia e a lógica da acumulação

Como é possível observar os objetivos do governo Kubitschek em promover o desenvolvimento do país – ilustrado no Plano de Metas – através do fomento à industrialização com base no modo de produção capitalista impactou – e como se procura afirmar nessa pesquisa, possui ligação direta – nas transformações que ocorreram no Extremo Sul da Bahia e inseriu esse território numa economia de mercado. Pode-se notar que as transformações tão visíveis nos grandes centros urbanos, que são tidos como os exemplos mais concretos do sucesso do governo JK, não se restringiram a esses espaços, mas se expandiu por outras partes do território brasileiro.

O processo de desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia reflete bem sobre o que Harvey em *A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista* disserta sobre a transformação dos territórios a partir da lógica do capital. Devido a necessidade de expansão para acumulação, fundamental para o desenvolvimento e aprofundamento do capitalismo, territórios antes “esquecidos” passam a ser notados e atrativos para a promoção do desenvolvimento, (HARVEY, 2005).

A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessantemente e constantemente, reforma o mundo em que vivemos. (HARVEY, 2005, p. 44)

Pode-se afirmar que a política de integração nacional de JK que adentra áreas antes inexploradas reflete esse processo, isso se dá no sentido de atingir os objetivos de desenvolver e fortalecer a economia brasileira em bases nacionais. Como uma forma de tornar a economia mais sólida e conseqüentemente de promover o desenvolvimento nacional, o processo de acumulação se dá adentrando e colonizando territórios que antes eram considerados desconhecidos e vemos que o Extremo Sul da Bahia é integrado a essa dinâmica para o aprofundamento do capitalismo.

Harvey, a partir de Marx, aponta que no capitalismo o crescimento econômico é dotado de contradições, e que as crises, que são barreiras para o desenvolvimento da economia, são parte desse processo de desenvolvimento, nesse sentido afirma que são próprias do capitalismo, “as crises periódicas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação de capital. Podemos conceber cada crise como uma mudança no processo de acumulação para um nível novo e superior”, (HARVEY, 2005, p. 47). A necessidade de um novo modelo de desenvolvimento econômico nacional adotado por JK se deu pelo fato de a crise de 1929 ter afetado drasticamente a economia nacional, uma vez que essa era baseada na exportação de produtos primários. Havia uma necessidade de superar o estado de crise em que o país se encontrava e adotar um novo projeto para alavancar a economia nacional – essa nova proposta de desenvolvimento é ilustrada no modelo nacional-desenvolvimentista adotado por Kubitschek.

Voltando ao que Harvey diz sobre “um nível superior para o processo de acumulação”, esse se relaciona com “a demanda efetiva expandida por produtos”, e um dos elementos que pode elevar o nível dessa demanda é “a expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou “o mercado mundial”, (HARVEY, 2005, p.48). Logo pode-se compreender que a questão da organização e da expansão geográfica são elementos fundamentais para a acumulação, o autor afirma ainda que “quanto mais difícil se torna a intensificação [do capitalismo], mais importante é a expansão geográfica para sustentar a acumulação de capital.”, (HARVEY, 2005, p. 48).

Atrelado à necessidade de acumulação por meio da expansão geográfica para atender a demanda de aprofundamento do capitalismo, está a necessidade do que o autor irá colocar como “anulação do espaço pelo tempo” e irá destacar as relações de transporte e a integração espacial. O que dialoga bastante com o projeto político desenvolvimentista

de JK quando se refere às metas de transporte que toca na questão de construção de estradas e rodovias e a ascensão da indústria automobilística, o autor afirma que “no contexto da acumulação em geral, o aperfeiçoamento do transporte e da comunicação é visto como inevitável e necessário. [...] o imperativo da acumulação implica conseqüentemente [sic] no imperativo da superação de barreiras espaciais.”, (HARVEY, 2005, p 50). No Extremo Sul baiano, em específico, como fora visto, com a chegada das madeiras, há o processo de aberturas de vias para o escoamento da madeira para os estados do Sudeste, observa-se que para além da drástica modificação da área de cobertura vegetal provocada pela extração madeireira a qual já mencionamos, é a partir da abertura dessas vias que irão se formar os primeiros povoados a beira das estradas, como é o caso de Teixeira de Freitas, Itamaraju, Itabela, Eunápolis, Itabatã, e conseqüentemente veremos o crescimento populacional e mais adiante o processo de urbanização bem como a formação de cidades, (OLIVEIRA JUNIOR, 2019).

Dessa forma podemos identificar, com a breve análise aqui exposta, como o processo de desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia e as transformações desse território está atrelado às dinâmicas envoltas uma política nacional que fora influenciada e marcada por um período de transição e de aprofundamento do modo de produção capitalista vivenciado no Brasil durante os anos de governo do presidente Juscelino Kubitschek.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

CERQUEIRA NETO, S. P. G. de. **Do isolamento regional à globalização**: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

FARO, Clóvis. de; SILVA, Salomão. L. Q. da. A década de 50 e o Programa de Metas. In: GOMES, Angela de Castro. (Org.). **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 67-105.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil- militar de 1964**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 155-194.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 18, n. 35, p. 1-12, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/8fM3pmLH3pQMhNBZr6DFSSS/?lang=pt>.

OLIVEIRA JUNIOR. A. de. **Industrialização, povoamento e extrativismo: da constituição do Extremo Sul Baiano à formação do "Comercinho dos Pretos" na década de 1950**. 2019. Dissertação (Mestrado em História), Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia

(UNEB) - Departamento de Ciências Humanas/Campus V, Santo Antônio de Jesus-BA, 2019.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia A. de. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. 4. Ed. São Paulo: Editora HUCITEC; Anpur, 1998. p. 15-20.

Por outras trilhas do samba niteroiense: escolas de samba de Niterói e suas territorialidades 1946-1986.

Leandro Manhães Silveira¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é: Por outras trilhas e territórios: Samba e carnaval em Niterói (1946-1985), ainda em andamento e tem como objetivo central mapear e discutir as experiências de sambistas de seis agremiações carnavalescas da cidade de Niterói: Unidos do Viradouro, Corações Unidos, Acadêmicos do Cubango, Souza Soares, Canarinhos da Engenhoca, União da Ilha da Conceição, entre 1946 e 1986.

A opção por estudar essas seis agremiações se dá no intuito de problematizar a centralidade dada pelos veículos de imprensa do período às agremiações Viradouro e Cubango como as representantes da modalidade escola de samba da cidade, essa centralidade, inclusive não arrefece após 1986, quando elas migram para o desfile carioca, em alguma medida se cristaliza e diante ao processo de desestruturação dos desfiles da cidade, ela se densifica através de uma “memória coletiva” acaba por transformar as experiências desses outros sambistas e escolas de samba em memórias subterrâneas. No entanto, como afirmou Pollak, as chamadas memórias subterrâneas sobrevivem silenciosamente e podem emergir em contextos políticos de crise, ou seja, favoráveis a elas que se encontravam silenciadas. “A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes”. (Michael Pollak, 1989, p.4).

1-As Escolas de samba disputam e “ganham” a festa na cidade.

As primeiras escolas de samba de Niterói foram fundadas por moradores de morros e favelas e em geral ofereciam o nome de sua territorialidade ao nome da agremiação. A maioria pobre, negra, descendente de ex-escravos e que ressignificam

¹Aluno do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientador: Dr. Mauro Henrique de Barros Amoroso. Ingresso no ano: 2022. Título do projeto de pesquisa: Por outras trilhas e territórios: Samba e carnaval em Niterói (1946-1985).

aspectos culturais e religiosos afro para criarem as agremiações e buscavam fundos para colocar seus carnavais artesanais na rua através do chamado “livro de ouro”, contribuições arrecadadas junto ao comércio local. É importante colocar que nas décadas de 1930 até o fim dos anos 1950, as escolas de samba disputaram ferrenhamente os territórios de carnaval da cidade com essas outras modalidades já citadas. Partilho e entendo território como na definição elaborada por Milton Santos “O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade” (Milton Santos, 1999, p.8).

“Ganhar a disputa” com as demais modalidades carnavalescas não significou, é preciso enfatizar, se transformar na única maneira que o folião da cidade tinha como opção carnavalesca, mas é importante notar o crescimento da adesão popular às escolas da cidade, sobretudo nos anos finais da década de 1950 e 1960, quando o número de agremiações cresce e é criado o II grupo, das academias, com regra bem definida: A escola que fosse campeã três vezes consecutivas se tornaria Escola de Samba². Dessa forma, as escolas de samba com suas quadras e territórios de ensaios nos morros e favelas expandiram e espraíram suas experiências socioculturais para o centro da cidade no carnaval.

Outro fator não menos importante ocorrido em 1946 foi um marco para o poder de negociação das agremiações nesse processo de ganhar à cidade. O jornal O Estado patrocinou o primeiro desfile oficial das Escolas de Samba, ocorrido na Rua da Conceição. Elas anteriormente desfilavam em locais variados da cidade de acordo com as autorizações conseguidas e realizavam percursos que em geral iam de seu território (quadra ou terreiro) em direção ao centro da cidade. O desfile oficial, com o apoio do periódico, rendia ao jornal e aos seus colunistas homenagens e o direito de fazer parte do júri do certame. Nas décadas seguintes, com ênfase a partir dos anos 1960, outros jornais como: O Globo, O Dia, A Tribuna e o Fluminense foram de suma importância para a aproximação dos sambistas dos morros e Escolas de Samba das classes médias e altas da cidade. Obviamente, cabe ressaltar que as agremiações e seus diretores percebiam a importância de tal difusão de suas programações nos meios de

² Assim ocorreu com o Cubango, criado em 1959 e que em 1964 se tornou Escola de Samba do I grupo.

comunicações como os jornais e para tanto a figura do “relações públicas” teve um importante papel para convidar jornalistas para fazer parte das agremiações.

Cabe destacar que a imprensa visitava os ensaios e participava dos “comes e bebes”, nome popular para as festas de samba, ensaios, concurso de samba e danças que ocorriam nos terreiros e quadras das agremiações e onde eram oferecidos: peixadas, angus e sopas e muitas homenagens à imprensa essa última divulgava em suas colunas semanais os ensaios ou “sambões” que consistia na principal forma das agremiações expandirem suas identidades culturais, mas para além disso, angariar fundos para colocar seu carnaval na rua e seus barracões em dia, uma vez que diferentemente das décadas 1940-1960, o livro de ouro para arrecadar fundos para o desfile junto ao comércio local não era mais a principal fonte de arrecadação de fundos.

O jornal O Globo- Niterói em matéria intitulada: Niterói quer mostrar que tem samba também (O Globo, Rio de Janeiro, Matutina Geral, 29 jan 1973, p.7), destacava a presença de desenhistas, costureiros, universitários e intelectuais nas escolas de samba de Niterói, com destaque para a Cubango onde a ala de universitários estava ligada aos projetos Rondon, Minerva e Mobral. O jornal cita que na visão de estudiosos como José Ramos Tinhorão significava um processo, já em curso, e com mais vigor entre as escolas da Guanabara, chamado de desagregação do fenômeno folclórico escola de samba. Ou seja, denota que para o entendimento de uma parte da intelectualidade da época, a Escola de Samba era um assunto de folclore e não uma agremiação sócio cultural dinâmica. Quando na realidade, essa aproximação entre diferentes classes sociais demonstra, a meu ver, um processo de negociação, afinal, em 1973, em plena Ditadura militar, o horário para acabar o samba era à meia noite. O jornal informa ainda que a agremiação teve o seu ensaio na sede do Fluminense Atlético Clube, no bairro de São Lourenço, interrompido pelo delegado de posturas e que 15 minutos depois, o ensaio foi retomado, uma vez que uma das universitárias presentes ligou para seu avô general que imediatamente desautorizou o censor. Esse é um dos inúmeros exemplos que podem ser mapeados em reportagens sobre samba e carnaval.

1.2-Cubango e Viradouro se tornam hegemônicas...

Tanto a Viradouro quanto a Cubango transformaram a área do bairro de São Lourenço no QG do samba da cidade no decorrer da década de 1970, com ensaios

lotados na sede do Ipiranga (Viradouro) e Fluminense Atlético Clube (Cubango), além de realizarem ensaios por outras áreas da cidade, a primeira também no Barreto e a segunda no Fonseca. Os desfiles das escolas de samba em Niterói cresciam em tamanho e adesões sobretudo entre 1967 e o início dos anos 1980 se tornando o segundo maior desfile do Estado do Rio de Janeiro. As agremiações não possuíam o apoio irrestrito da municipalidade, uma vez que as negociações com relação às subvenções e patrocínios eram tensas e nem sempre garantidas.

Em 27 de outubro de 1971 foi fundada a Associação das Escolas de Samba e Blocos (Revista O Desfile das Escolas de Samba, 1974, p.2), com o objetivo de ser uma entidade representativa dos sambistas para essa negociação anual com a prefeitura. De certo, a Associação por congregar escolas e blocos não era uma entidade homogênea e sem conflitos de interesses. Muito pelo contrário. O desfile era dividido entre três grupos diferentes e a hegemonia do carnaval entre 1967 e 1984 ficava com Cubango e Viradouro, as mais conhecidas escolas de Niterói e as que possuíam maiores capacidade de arrecadação com seus ensaios lotados, as que conseguiam maior espaço de divulgação na imprensa escrita, falada e televisada. Da mesma maneira, as duas escolas possuíam as duas maiores lideranças políticas do samba da época, Ito Machado, da Viradouro, que presidia a Associação, e Nei Ferreira, da Cubango. As diretrizes da Associação e poder de negociação com os políticos da municipalidade passavam por essas lideranças. No que se referia à briga pelo campeonato, Cubango e Viradouro eram inimigas, rivais.

Mas gradativamente, como só elas conquistaram os dois primeiros lugares no I grupo, as demais escolas passaram a percebê-las como alvos a serem batidos. Concordando com pensador italiano Antônio Gramsci que percebe a história como um processo determinado, marcado por contradições e disputas políticas, vale dizer, lutas de classes, podemos entender por exemplo que foi necessário que as escolas que não exerciam essa hegemonia tivessem, em alguma medida, algumas de suas demandas políticas atendidas, mesmo que parcialmente. E ao longo da década de 1970 e início dos anos 1980, uma demanda foi o aumento do número de escolas de samba, principalmente nos grupos I e II e a consequente transformação de blocos carnavalescos em Escolas de Samba. Nas palavras de Gramsci, o exercício da hegemonia não deve ser confundido como o controle do grupo dominante sobre os subordinados, pois trata-se de um processo

que não extingue os embates e conflitos resultantes dos posicionamentos e interesses específicos de cada fração de classe. (Antonio Gramsci, 2001, p.41).

A hegemonia de vitórias da dupla rival se deu em cima de campeonatos. De 1967 até 1984 só Cubango ou Viradouro levou o primeiro lugar e a concretização de uma via contra hegemônica parecia irrealizável no decorrer dos anos 1970. Mas esse processo de ruptura se dava, de “maneira surda”, aos poucos. Vez por outra, uma terceira escola beliscava o vice-campeonato ou era considerada melhor pelo julgamento popular. A vitória de um processo contra hegemônico ocorreu no ano de 1985. Depois de 18 anos, o carnaval de Niterói tinha uma campeã que não era nem Viradouro e nem Cubango. Empatadas, Corações Unidos, da Engenhoca e União da Ilha da Conceição sagraram-se campeãs do carnaval. Esse resultado criou um processo de cisão e tanto Cubango quanto Viradouro se afastaram definitivamente dos desfiles de Niterói e se associaram aos desfiles cariocas, onde permanece atualmente. As direções de ambas não aceitaram o resultado e migraram para o desfile carioca. O que chama à atenção é o fato de que os desfiles em Niterói tiveram continuidade até 1995, mas sofreu um processo lento de decadência, uma vez que perdeu espaço tanto nos jornais e mídias em geral que não deram a ênfase de outrora para as programações.

Antes de encerrar esse item de análise gostaria de voltar à questão da memória, silêncio e esquecimento e ao Pollak. Analisando algumas entrevistas com sambistas de Niterói feitas a partir da perspectiva da História Oral, é perceptível que boa parte dos sambistas ligados à Viradouro e Cubango reproduzem uma memória coletiva quase cristalizada, que reforça e lança luz sobre a rivalidade entre as agremiações, o sucesso de ambas nos desfiles e invariavelmente apontam a saída de ambas as agremiações como o marco que desencadeou o fim do carnaval da cidade, ou seja, de maneira automática, a partir da migração, os desfiles acabaram e por conta da falta de apoio maior da municipalidade. Não aparece nas lembranças o processo de disputa política e de interesses entre as escolas hegemônicas e as que buscaram romper a hegemonia delas. De maneira análoga, essa memória coletiva que elevou Cubango e Viradouro como as grandes escolas de Niterói, colaborou e ainda colabora para o silenciamento de outras memórias e para além de memórias, experiências de sambistas ligadas a diferentes escolas de samba de Niterói e seu entorno, no mesmo período no qual Viradouro e Cubango se fizeram hegemônicas.

2-Outros territórios de samba em Niterói: Corações Unidos, Canarinhos da Engenhoca, Souza Soares e União da Ilha da Conceição.

O território do bairro da Engenhoca, em Niterói, possuía duas grandes agremiações no carnaval de Niterói. Os Corações Unidos e os Canarinhos da Engenhoca. Essas agremiações rivalizavam no bairro, cresceram e levaram essas identidades e sociabilidades para além dele através do carnaval. Os Corações ficavam sediados no Largo de São Jorge, área central do bairro era azul e branca e foi fundada em 1953, descendendo do bloco Vê se pode que participou de batalhas de confetes no bairro. Como Escola de samba, sagrou-se campeã por algumas vezes na disputa do grupo principal (1960, 1964, 1965, 1966 e 1985). Uma de suas características era estar ativa durante todo ano, movimentando o bairro e as comunidades, com festividades e sociabilidades regadas a muitos comes e bebes. (Revista O desfile das Escolas de Samba, 1974).

Podemos observar que durante a década de 1960, a agremiação foi a maior campeã com 4 campeonatos no primeiro grupo. Foi a agremiação que buscou com mais fôlego tentar romper a hegemonia de vitórias de Viradouro e Cubango entre 1967 e 1985, inclusive foi uma das campeãs em 1985. Apesar de não atingir a estrutura financeira que Cubango e Viradouro atingiam nos ensaios nos principais clubes da cidade, a agremiação da Engenhoca buscou transformar sua quadra de ensaios no Largo, reinaugurada em 31 de janeiro de 1970, em um chamariz que movimentava a comunidade em torno e recebia sambistas de outras agremiações. Na referida ocasião, segundo a coluna Samba de Ivan Costa foi oferecida um angu para “inaugurar vida nova”, com a eleição do Presidente Marinho. (Costa, Ivan. Coluna Samba, A Tribuna, 25/01/1970).

No decorrer da década, além dos ensaios realizados na quadra do Largo São Jorge, a escola realizou também alguns ensaios no Ginásio Mullulo da Veiga, atual Escola Estadual Mullulo da Veiga, como por exemplo em 1973, quando contou a história do carnaval com o enredo: Do limão de cheiro ao Municipal. Suas alas eram destaques não só nos desfiles da avenida, mas também nos ensaios de quadra e no ginásio. A escola possuía ala de capoeiristas, de gafieira e sapateado e àquela altura era um show à parte. A responsável pelos treinos era a sambista Robenita Carneiro. Segundo o roteiro de

desfiles da escola entregue à imprensa naquele carnaval, a escola desfilou com 1.600 componentes. (Revista O Desfile das Escolas de Samba, 1973).

Nos anos subsequentes, a Corações realizou ensaios conjuntos com a Viradouro no Combinado 5 de julho, no Barreto. Segundo o compositor Luiz Oliveira, os ensaios do Corações Unidos no 5 de julho começavam às 9h e iam até 2h quando a Viradouro iniciava seu ensaio de 3h às 6h da manhã. Para Luiz, o objetivo da rival era aproveitar a presença do pessoal da bateria da Corações Unidos para seu ensaio, tendo em vista que os batedores da Engenhoca, tanto da Corações quanto os do Canarinhos da Engenhoca eram os melhores batedores da cidade e os da Viradouro à época não. O Largo de São Jorge nos anos 1970 se constituía como um território ou um reduto de sambistas que realizavam pagodes e conversas nos bares sobre samba, mas era nas quadras das agremiações que se dava o encontro da grande maioria, e isso se dava em torno do samba e da comida. Aos domingos a Corações Unidos realizava seu sambão e cada semana oferecia-se um prato diferente: tripa lombeira, feijoada, caldo-verde, angu à baiana estavam sempre no cardápio, e a escola faturava vendendo cervejas durante os ensaios, o que colaborou muito para somar-se às subvenções oferecida pela ENITUR. (Luiz Oliveira, em entrevista concedida a: Leandro Silveira e Matheus Viug, 2015).

Na coluna Tribuna do Samba, do jornal A Tribuna de 13 de janeiro de 1977 encontramos a segunda chamada da Escola:

Corações Unidos: A Escola de Samba da Engenhoca está informando por intermédio de Milton de Sá Rego e Tenente Jofre que suas rodas de samba estão sendo realizadas às terças, quintas e sábados. Domingo passado, houve um suculento angu à baiana durante o sambão. Ildelfonso Elias venceu o concurso do Samba com Sua majestade a Natureza. Como relações públicas, temos Moacir da Rocha, o Moa. (COLUNA TRIBUNA DO SAMBA, A Tribuna, 13-01-1977).

Fundada na outra ponta do bairro como Bloco em 1964, os Canarinhos da Engenhoca era sediada inicialmente na Favela Nova Brasília, (Travessa Oriente), e a seguir migrou para Avenida João Brasil número 2.200, a construção dessa quadra contou com a ajuda do núcleo da Legião Brasileira de Assistência-LBA e funcionava como creche das 8h às 18h. (Revista O Desfile das Escolas de Samba, 1981). Os sambistas contaram com a ajuda do comércio local do bairro para se firmarem financeiramente nos desfiles do bairro e posteriormente na avenida principal dos desfiles de Niterói, a Amaral Peixoto. Nunca se sagraram campeões do grupo principal, mas surgiram como um

furacão de vitórias nos grupos intermediários. Em 1969 foi campeã do II grupo e no decorrer da década de 1970 protagonizaram importantes inovações em enredos, como o vigiado pela censura: O mundo musical de Chico Buarque de Holanda em 1974 quando a agremiação fez homenagem ao Chico Buarque de Holanda.

A censura federal atuou fortemente reprimindo os preparativos da escola para aquele carnaval. O homenageado foi recebido na quadra da agremiação e passou uma madrugada em companhia dos sambistas da Engenhoca: “A Escola de samba Canarinhos da Engenhoca, de Niterói, homenageia sexta-feira o tema de seu samba-enredo. Chico Buarque atravessou a baía, depois do show para ouvir no terreiro da escola O Mundo Musical de Chico Buarque” (Carlos Swann, Coluna do Swann, Jornal O Globo, 04 fev de 1974, p.4). Só isso já colocava a escola no centro das atenções daquele pré-carnaval e a repressão se intensificou durante o mês final de preparação de seu barracão que ficou boa parte do tempo parado, uma vez que a censura demorou muito tempo para liberar e autorizar o seu desfile. (Desfile das escolas de samba abre o carnaval na capital fluminense, Jornal Do Brasil, 24 fev, 1974, p.3). Essa pressão da censura teria sido intensificada porque Chico gravou um programa para uma emissora carioca na quadra da Canarinhos, esse videoteipe foi censurado na Guanabara. Assim, Chico e os dirigentes tiveram que prestar esclarecimentos à censura federal para só então terem a possibilidade de desfilar (Censura libera chico para canarinhos da Engenhoca, coluna Em Ritmo de Folia, O Fluminense, 17 e 18 de fevereiro de 1974).

No carnaval seguinte, a Escola desfilou o enredo: Ismael, o Bamba do Estácio. A escola declarava estar fazendo justiça uma vez que o tradicional sambista, nascido em Niterói e um dos precursores do samba no Estácio, ainda não tinha sido tema-enredo no carnaval. Entre 1970 e 1984, a escola viveu o seu melhor momento, marcada por empolgação e alegria, suas marcas registradas e realizando no território da Engenhoca uma disputa ferrenha com o Corações Unidos em torno de quem dominava melhor os instrumentos e tocava o melhor samba, isso porque a rapaziada do bairro eram bons batuqueiros e se a Corações Unidos tinha prestígio na cidade por conta de sua bateria, os Canarinhos não deixavam por menos. A sua bateria era reconhecida para além das fronteiras do município e chegou a vencer disputas com escolas de samba cariocas. No bairro eram comuns as disputas e os encontros entre as baterias no Largo de São Jorge.

Dessa maneira, ao que tudo indica além de estarem preocupadas com o dia do carnaval e o desfile em si, essas agremiações da Engenhoca apresentam uma preocupação em criar laços de sociabilidades nos seus territórios afetivos e identitários. Luiz Oliveira em entrevista relata que na pré-adolescência ia para a quadra de samba dos Canarinhos e era recebido pela velha-guarda com carinho e os mais antigos lhe ensinaram os primeiros passos no samba. (Luiz Oliveira, em entrevista concedida a: Leandro Silveira e Matheus Viug, 2015). Após o desaparecimento dessas duas agremiações da Engenhoca, muitos sambistas experimentaram um processo de (des)territorialização. Se antes, a Engenhoca era considerada um território do samba, essa realidade se modificou com o silenciar das agremiações. Uma tentativa de (re)territorialização física, simbólica e identitária do samba por lá tem sido a criação da União da Engenhoca (2006).

A Escola de Samba Souza Soares foi fundada em 03 de outubro de 1963 por sambistas da Rua Lyons, próximo ao Morro do Souza Soares, entre eles: Olício Pereira, Mario Grande, Iti Silvio Ferreira, Paulinho Russo, Guillin e Tininho, a agremiação desfilou como bloco Bola Preta em Niterói e em 1967 ascendeu à categoria de Academia e a seguir, Escola de Samba, Souza Soares. Entre os seus componentes destacavam-se a ala Mão de Matuqueiro e a pandeireira Lila e os ritmistas comandados por Ping-Pong. (Revista O Desfile das Escolas de Samba, 1972,1975,1976,1977). Os seus carros alegóricos idealizados e montados por Paulo Roberto Campos, o Paulinho Russo a cada ano era um dos trunfos da escola.

Nos anos 1970 e início dos 1980 ainda se observava equipes de barracão usando a criatividade e construindo suas alegorias e tripés de modo artesanal. Era uma escola do morro com participação dos moradores que através do samba criavam laços de sociabilidades durante o ano todo, ou seja, não existia apenas para “representar” o morro nos desfiles de carnaval, era o território afetivo de lazer nos fins de semana, onde teciam as suas vidas. Paulinho Russo em entrevista contou como era o cotidiano das rodas de samba e ensaios da Souza Soares no início da sua trajetória:

Fazia sardinha frita, e aí fazia o Limão (borrachada), botava um galão de vinho, e aí botava o carnaval na rua. Ficava cheio, na corda ainda por cima. (...) Aqueles compensados, embalagens de geladeira, eu trazia da rua da Conceição pra fazer alegoria. Hoje em dia tenho que comprar tudo. (CAMPOS, Paulo Roberto, em entrevista concedida a: Leandro Silveira e Matheus Viug, 2015).

A construção de sua quadra de ensaios na Rua Lyons, 37, fez com que o público frequentador fosse mudando de perfil. Por iniciativa do então vereador Jofre Saud foi angariada a verba para levantar o ginásio. Em 14 de abril de 1973, através da resolução 733, da Câmara de Vereadores de Niterói, foi considerada Patrimônio Público de Niterói por iniciativa do vereador. Gradativamente, a classe média da zona sul foi se aproximando da agremiação, universitários e jovens da zona sul. Em 1974, o enredo Salubá Bahia teve a assinatura de Clóvis Bornay, recém saído da Viradouro. No ano seguinte, já com 1.000 figurantes estreou no I grupo com o enredo Maracatu- Cortejo dos reis negros, tema escolhido pelo Professor Raul Giovanni Lody. A escola contou com a presença de Adely Fátima, a “mulata 88” como sua rainha de bateria entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980. O carnaval mais marcante na memória de sambistas como Paulinho Russo e Ademir Castellar, o mestre Ping-Pong é o carnaval de 1981, “Por ser um dia de sábado”, e o mestre Ping-pong afirma que em comparação aos dias atuais, cada componente se esforçava para custear suas roupas, os sambistas eram formados na própria agremiação, como era o caso de mestre-sala e porta-bandeira. “Atualmente o dinheiro atravessou o samba e a escola tem que pagar e que o samba perdeu espaço para o funk”. (Ademir Castellar, em entrevista concedida a: Leandro Silveira e Matheus Viug, 2015).

O GRES União da Ilha da Conceição foi organizado em 01/01/1970 no bairro que lhe deu nome, em Niterói. Fruto da fusão de blocos do bairro, entre eles, o Boêmios da Ilha e o Esperança que realizavam disputas de baterias pelas ruas da Ilha. Reunia em torno de si lideranças do bairro como Manoel Brasil, Dona Maria, Bernie Cruz e Seu Amâncio Dias. Acompanhando o crescimento e modificações pelas quais o bairro passou após a inauguração da Ponte-Rio Niterói e a construção da ligação por terra para o restante da cidade, -a Escola teve ascensão rápida nos desfiles da cidade entre 1979 e 1985- da categoria de bloco em 1979 à campeã do grupo principal em 1985, empatada com os Corações Unidos e desbancando a hegemonia Cubango- Viradouro. (Leandro M. Silveira, Matheus Viug e Winnie Delmar, 2017, p.218). Ainda no tempo de bloco que só saía no bairro, a escola transformava a sede do Centro Social Urbano-CSU, no centro do bairro em sua sede emprestada e nos finais de semana Dona Maria comandava os almoços apetitosos da agremiação junto com o amigo Fagundes. A festa de 21/02/1976 mereceu divulgação na imprensa:

Fagundes e Tia Maria promoverão dia 21, sábado, a tradicional comida do Bloco U. da Ilha, cujo nome foi batizado como "roupa-velha". Neste dia entre os três destaques será escolhido o porta-estandarte (...) vamos sambar estará presente para ver de perto que tipo de roupa velha é esse menu. É isso aí gente, toda mundo na Ilha da Conceição. (LUZ, Coluna Vamos Sambar, A Tribuna, 19/02/1976).

O rápido processo de ascensão da União da Ilha da Conceição fez a quantidade de componentes crescer vertiginosamente. Em 1983, a escola possuía mais de 2.000 componentes. Os ensaios e sambas no CSU faziam sucesso. Esses foram fatores para a agremiação passar a ganhar a simpatia da população da cidade, de maneira similar ao que ocorria com sua madrinha, GRES União da Ilha do Governador, nos desfiles cariocas. Os sambistas da Ilha da Conceição organizaram visitas à madrinha, feitas de barco até a Ilha do Governador com direito a muito samba. A alegria deu o tom nesse crescimento da agremiação, mas a censura não dava trégua na marcação cerrada aos croquis de fantasias e alegorias da escola que na maioria das vezes levou enredos infantis para a Avenida.

Os desenhos só poderiam ser reproduzidos nos barracões onde trabalhadores artesanais como o seu Amâncio Dias, Manoel Filho, Rogério Sorvete e Armindo Pires comandavam os trabalhos depois do crivo da censura. Como o ocorrido em 1984 quando desfilou o enredo: Meu Pequeno Mundo Encantado, do carnavalesco Ênio Cruz. Em 1985, com o enredo antigamente é que era bom, criticando a Ditadura militar, a censura e as modificações que atravessaram o mundo do samba sagraram-se campeã do carnaval, desbancando junto com a Corações Unidos a hegemonia de Viradouro e Cubango. Continuou desfilando entre as escolas da cidade até 1989 quando enrolou bandeira. Atualmente no bairro existe a Escola de Samba Experimenta, organizada por remanescentes da União. (Pasta de documentos Históricos da Família Brasil, 2022).

Pelo que podemos concluir até o momento, os desfiles de escolas de samba na cidade de Niterói entre 1946 e 1986 foi constituído por inúmeras e diversas experiências oriundas de sambistas de vários bairros da cidade e de seu entorno. No entanto, verificase que as memórias sobre as experiências das escolas de samba têm se concentrado em torno de Viradouro e Cubango. Elas relegam ao esquecimento e transformando outras experiências e sociabilidades de outras escolas de samba e agremiações em experiências subterrâneas. Em geral, a “arenga” entre Cubango e Viradouro, campeãs de todos os carnavais entre 1967 e 1984 ajudou a cristalizar a ideia de que o carnaval de Niterói se

resumiu às experiências das duas escolas. Ao buscar investigar os indícios de outras experiências como as da Ilha, Souza Soares, Canarinhos e Corações Unidos, encontramos outras experiências que nos ajudam a entender que os desfiles em Niterói eram mais complexos, diversos. Eles contaram com outras experiências carnavalescas preparadas por sambistas de bairro como a Engenhoca, Ilha da Conceição e Santa Rosa, no sentido de romper com a hegemonia de Viradouro e Cubango no passado. E para hoje, nos ajuda a entender como essas experiências se tornaram memórias subterrâneas. Os desfiles de Niterói retornaram após dez anos de interrupção em 2006 e até hoje as agremiações antigas e novas buscam retornar à visibilidade que a festa alcançou nos anos 1970 e 1980.

Referências

GRAMSCI, Antonio. Os cadernos do cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. (vol.3); Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. Sobre História. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v.2, n.3, 1989.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13360/8560/52708>>. Acesso em: 16 jul 2022.

SILVEIRA, Leandro. M.; VIUG, Matheus. T.; SOUZA, Winnie D. Antigamente é que era bom: A folia niteroiense entre 1900-1986. Niterói: Niterói Livros, 2017.

THOMPSON. E. P. Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

Fontes

Censura Libera Chico Para Canarinhos Da Engenhoca-Coluna Em Ritmo De Folia, O Fluminense, de 17 e 18 de fev de 1974.

COLUNA TRIBUNA DO SAMBA, A Tribuna, 13-01-1977.

COSTA, Ivan. Coluna Samba, A Tribuna, edições de 13/01/1970 e 25/01/1970.

Desfile das Escolas de Samba abre o Carnaval na Capital Fluminense, Jornal Do Brasil, 24 fev,1974, p.3.

LUZ, ERNESTO. Coluna Vamos Sambar, A Tribuna, 19/02/1976.

O GLOBO, Rio de Janeiro, Matutina Geral p.7, 29 jan 1973.

Revista Desfile das Escolas de Samba e Blocos de Niterói, Beca Produções, Niterói, edições: 1972, 1973, 1974,1975,1976,1977,1978, 1979,1983.

Entrevista de Ademir Castellar, concedida a: Leandro Silveira e Matheus Viug, 2015.

Entrevista de Luiz Oliveira, concedida a: Leandro Silveira e Matheus Viug, 2015.

Seminário Interno PPGHS — 2022
Seção: discentes ativos

Entrevista de Paulo Roberto Campos, concedida a: Leandro Silveira e Matheus Viug, 2015.

Pasta de documentos Históricos da Família Brasil, 2022.

O diálogo entre espaços culturais e seus intelectuais entre os anos de 1960-1980.

Letícia Freixo Pereira¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista FAPERJ

Este texto decorre do projeto de pesquisa doutorado, cujo título é: “Espaços culturais e intelectuais na construção da memória da música popular brasileira”, em andamento. Assim começamos indicando que, a apresentação trabalha com os diferentes discursos que foram construídos em diferentes espaços culturais por intelectuais da sociedade brasileira sobre a música popular do país. Estes intelectuais - críticos, estudiosos, memorialistas, jornalistas, especialistas, pesquisadores, admiradores - construíram uma memória da música popular brasileira e consagraram seus representantes.

O Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro (RJ), a Fundação Nacional de Artes (Funarte), a Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira (APMPB) e a Editora Abril com seus fascículos da coleção *História da Música Popular Brasileira* serão os espaços culturais abordados neste trabalho. Porém, mais do que analisar estes locais, esta pesquisa irá trabalhar com os discursos, ações, projetos realizados por intelectuais brasileiros dentro destes espaços culturais para legitimar e preservar a memória da música popular do país. Ressalto que, os discursos e projetos dos intelectuais desenvolvidos nestes espaços estão conectados. O período em que esta pesquisa irá se focalizar será de 1965 com a criação do MIS até o final dos anos 1980, momento em que a Funarte e a Editora Abril realizaram uma série de programas com esta temática da canção popular.

Ficarei atenta também à relação destes intelectuais com o governo federal. Pois todos estes locais culturais foram criados no período do regime militar, alguns deles receberam apoio financeiro do governo como a APMPB e, no caso da Funarte, foi criada como política do próprio regime, como argumentei adiante.

O que não se pode deixar de mencionar é que muitos intelectuais ligados à música popular brasileira atuaram em todos estes espaços culturais (MIS, Funarte, APMPB,

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP aprovada com o projeto, cujo título é: "Espaços culturais e intelectuais na construção da memória da música popular brasileira", sob orientação do Dr^a Luís Reznik, bolsista FAPERJ.

Editora Abril), podemos citar os nomes de: Hermínio Bello de Carvalho, Paulo Tapajós, Jota Efegê, Lúcio Rangel, Sérgio Cabral, Almirante, José Ramos Tinhorão, Ary Vasconcellos, entre outros. Estes estudiosos da música popular brasileira já trabalhavam na preservação e consagração da mesma desde os anos 1940, atuando nas rádios, nos jornais (FERNANDES, 2010, p.10).

Estes sujeitos são herdeiros da Revista da Música Popular Brasileira, que fora um periódico que circulou na imprensa nos anos de 1950 e legitimava os sambistas cariocas da velha guarda como os representantes da cultura popular do Brasil (WASSERMAN, 2002, p.20). Esta revista teve como um de seus criadores Lúcio Rangel e contou com muitos destes intelectuais já citados como seus colaboradores. Muitos desses agentes culturais participaram em 1962 do *I Congresso Nacional do Samba*, no Rio de Janeiro. Neste congresso, sambistas, especialistas e estudiosos em música popular, sugeriram medidas para proteger o Samba tradicional (CARNEIRO, 1962, p.33).

Estes intelectuais possuem uma longa trajetória na preservação da música popular brasileira, eles atuavam como mediadores culturais. A mediação foi fundamental para a construção da memória da música popular. Para Marcos Napolitano: “Os mediadores, agentes socioculturais, conscientemente construíram as pontes entre a herança étnica e comunitária do samba e a identidade regional (carioca) e, depois, nacional da música popular brasileira.” (NAPOLITANO, 2007, p.27). Esses sujeitos não mediam esforços para legitimar a “tradicional” canção do país, aquela considerada por eles como autêntica, como tipicamente brasileira. A vertente intelectual de maior impacto dentro destes espaços culturais era aquela que entendia que a música popular brasileira era o Samba carioca das primeiras décadas da República.

Desta forma, a maioria dos intelectuais do MIS, da Funarte, da APMPB, da Editora Abril buscam nos anos 1920 – 1930 as referências musicais que deviam ser consagradas. Freqüentadores da boemia carioca (das rodas de samba, dos desfiles de carnaval) estes estudiosos em música popular estabeleceram uma relação de amizade com seus objetos de estudo (MORAES, 2007, p. 271). Sempre que possível vão privilegiar as memórias de Pixinguinha, Donga, João da Baiana, Cartola, Sinhô, Ismael Silva. Porém, embora seja predominante nestes locais esta concepção sobre a música popular, reconheço que ela não era exclusiva. Nestes espaços culturais era comum existir debates onde vertentes intelectuais opostas muitas vezes entravam em choque.

O primeiro espaço cultural abordado neste trabalho será o MIS do Rio de Janeiro. O MIS carioca foi criado em 1965. O museu era uma fundação, ou seja, um órgão ligado

ao governo da Guanabara, mas com liberdade de gestão. Ele foi um projeto do então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Com a transferência da capital federal para Brasília, o governador queria firmar o Rio como capital cultural do país (SANTOS, 2015, p. 13). Desta forma, o MIS foi inaugurado nas comemorações do IV centenário da cidade (MESQUITA, 2009, p. 9).

Nos planos políticos de Lacerda, o museu ajudaria também na sua campanha à presidência da República em 1966. O MIS no projeto de Lacerda contaria através de áudios e vídeos a história do Rio de Janeiro, o museu representaria a síntese da identidade carioca (AGUIAR, 2012, p.11). Porém, logo na sua inauguração Lacerda adquiriu/selecionou para o museu duas importantes coleções sobre a música popular brasileira, são elas: a coleção Almirante que é composta de milhares de partituras, livros, fotos, recortes de jornais, instrumentos musicais e a coleção de Lúcio Rangel, que era composta por documentos sonoros que faziam parte do acervo da Casa Édson. Em 1965 Carlos Lacerda saiu do posto de governador do Estado da Guanabara e a situação do museu ficou bastante crítica. O museu perdeu seu maior mecenas e passou a enfrentar dificuldades para se manter aberto.

O MIS era financiado pelo BEG (Banco do Estado da Guanabara) e o novo governador pretendia transformar o museu em um espaço de lazer para os funcionários do banco. A justificativa do novo governo era que Carlos Lacerda tinha gasto demais com o MIS, e, já que a instituição ficava perto do BEG, o local se transformaria em um clube para seus funcionários. É neste contexto que o vice-governador do Estado da Guanabara, Rafael de Almeida Magalhães, nomeia Ricardo Cravo Albin para a presidência do museu. Embora Carlos Lacerda já tivesse adquirido coleções sobre a música popular para o museu, foi na gestão de Ricardo Cravo Albin que o MIS se firmou como um museu da música popular. O diretor da instituição em conjunto com intelectuais realizou uma série de esforços para consagrar, através de projetos do museu, a memória dos sambistas da Primeira República.

Para impedir o fechamento do museu, Ricardo Cravo Albin e os seus conselheiros Ary Vasconcelos e Almirante criaram o Conselho de Música Popular Brasileira (MPB) e o Programa Depoimentos para Posteridade. De acordo com as atas das reuniões do Conselho de MPB o primeiro encontro deste órgão aconteceu em 04 de março de 1966².

² Atas das Reuniões do Conselho de MPB - *Acervo MIS/Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro na sede da Lapa.*

Durante os anos do seu funcionamento (de 1966 a 1972) este conselho contou com a colaboração de 40 conselheiros. Embora não houvesse unanimidade no pensamento dos conselheiros, a grande maioria dos seus membros era adepto de uma corrente de pensamento nacionalista que consagrava o Samba autêntico do início do século XX à cultura popular brasileira. Os intelectuais deste conselho formaram um forte núcleo da música popular brasileira. Seus posicionamentos e ações ultrapassaram os muros do museu e passaram a influenciar outros espaços culturais, e a própria sociedade.

Esse Conselho realizou uma série de ações para firmar a música popular brasileira: cursos (de música popular brasileira, de folclore), palestras, gravações de LP's (como os de Carmem Miranda, Noel Rosa, Elizeth Cardoso com Jacob do Bandolim e Zimbo Trio, 70º aniversário de Pixinguinha, Helena de Lima relembrando Ataulfo Alves), shows (dos artistas João da Baiana, Pixinguinha, Nelson Cavaquinho, Renato Murse, Clementina de Jesus), eventos para atrair a mídia (como as comemorações do “Cartola 60”, um almoço organizado pelo museu para homenagear os 60 anos do poeta da Mangueira e “O Ano Pixinguinha”, projeto para homenagear os 70 anos deste artista), o I Festival de Música dos Penitenciários e o Festival de Música Universitária. Em 1967 foram criados pelo museu os prêmios Estácio de Sá e Golfinho de Ouro. Na ata da reunião do dia 02 de fevereiro de 1968 os membros do Conselho de MPB debateram sobre o caráter destas premiações: “1º Troféu Golfinho: à personalidade que durante o ano apresentou melhor criação de música popular brasileira; 2º Troféu Estácio de Sá: a quem nesse ano mais tenha contribuído para o desenvolvimento e promoção desse gênero.³”

Os membros do Conselho de MPB selecionavam quem seriam entrevistados para o Programa Depoimentos para Posteridade. Esta coleção é constituída a partir da gravação, em áudio e vídeo, de depoimentos prestados por personalidades vinculadas aos diversos setores da cultura. Com o objetivo de guardar a memória daqueles brasileiros que “valiam a pena”, o MIS fez um verdadeiro trabalho de guardião da memória, de uma memória selecionada pela instituição. O primeiro a depor para o programa foi o sambista João da Baiana. Sua entrevista repercutiu em todas as mídias brasileiras (ALBIN, 2000, p.28).

As entrevistas que os sambistas João da Baiana, Pixinguinha e Donga deram ao programa Depoimentos para Posteridade foram transcritas e publicadas em 1970 em um

³ Reunião do Conselho de MPB - 02 de fevereiro de 1968. *Acervo MIS/Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro*.

livro produzido pelo museu intitulado: *As Vozes Desassombradas do Museu*. Dentre aqueles muitos selecionados para gravarem entrevistas para o programa apenas três sambistas da Primeira República tiveram suas falas publicadas em um livro. Neste material o diretor, Ricardo Cravo Albin, escreveu um prefácio todo voltado para a legitimação destes artistas.

O Conselho de MPB foi extinto em 1972. Mesmo antes do conselho se extinguir por completo, fica claro ao analisar as atas que as reuniões ficaram cada vez mais espaçadas, com um número cada vez menor de conselheiros. O regime militar fechou o Conselho de MPB e acabou com as premiações do Golfinho de Ouro e do Estácio de Sá, sob a alegação de conter comunistas dentro do conselho do museu. De fato, a grande maioria dos membros do conselho era ligada ao Partido Comunista. O MIS foi um espaço de grande efervescência cultural, onde um órgão ligado ao Estado lutou contra o próprio governo.

Na década de 1970 começou haver uma mudança de postura do governo militar em relação aos setores culturais (LAMARÃO, 2012, p.34). O Estado neste momento passou a desenvolver políticas nacionalistas de preservação à cultura brasileira. No governo Geisel iniciou uma abertura política no país, o regime percebeu a necessidade de uma aproximação com os agentes dos setores culturais para garantir a estabilidade da sua gestão. Como pontua Sean Stroud, os intelectuais ligados à cultura sempre foram avessos à ditadura (STROUD, 2008, p. 40). Porém, o regime precisou fazer uma associação com esse setor para assegurar uma abertura política lenta, gradual e segura. Desta forma, o governo passou a buscar uma aproximação com agentes até então avessos ao regime (MAIA, 2011, p.50). Marcelo Ridenti argumenta que paradoxalmente nos anos 1970 ao mesmo tempo em que o governo exercia a censura e a repressão política incentivava e desenvolvia políticas culturais (RIDENTI, 2001, p.56). Houve um grande investimento no polo cultural brasileiro, com a criação de uma série de órgãos ligados a este setor. Tânia da Costa Garcia sinaliza neste sentido que “após anos sem uma política de incentivo para o setor, o regime militar demonstrava disposição de aproximar-se da classe artística” (GARCIA, 2017, p.74). Muitos funcionários independentes do Estado foram contratados para executar programas culturais (BOTELHO, 2001, p.76). Ironicamente, ao mesmo tempo em que o regime militar favoreceu a entrada de capital estrangeiro e expandiu as multinacionais no país, exercia uma política nacionalista com a criação de projetos e instituições voltadas para a preservação da cultura brasileira (FONTES, 2010, p.22).

Foi a partir dessa política do governo que a Funarte foi criada em 1975 pela lei 6.312, assinada por Geisel. E, uma série de intelectuais que faziam parte do Conselho de MPB do MIS (que fora dissolvido pelo próprio regime militar) foram contratados para esta instituição. Estes intelectuais viram uma oportunidade de continuar na Funarte os trabalhos de preservação da música popular autêntica que realizavam no MIS. Continuaram desta forma divulgando a memória daqueles sambistas que já eram muito contemplados pelo museu carioca. A Funarte patrocinou e realizou uma série de projetos culturais espalhados pelo Brasil. Um dos projetos que recebeu verbas da instituição foi o Projeto Pixinguinha. Este projeto além de divulgar a memória do Pixinguinha também realizava uma série de espetáculos no país divulgando a música popular brasileira. Segundo os intelectuais do projeto esses espetáculos eram fundamentais porque nossas canções estavam cada vez mais esquecidas pela internacionalização da cultura (LAMARÃO, 2012, p.22).

Devemos destacar o papel dos intelectuais admiradores da música popular brasileira dentro da Divisão de Música Popular (DMP) da Funarte. O líder da DMP foi Hermínio Bello de Carvalho, o intelectual criou junto com seus assessores dois projetos que merecem ser abordados, são eles: o Projeto Lúcio Rangel de Monografias e o Projeto Almirante. Esses dois projetos atuavam de forma interligada e ocorreram de 1979 ao final dos anos 1980. O Projeto Lúcio Rangel de Monografias foi o primeiro da Funarte a concentrar acervos bibliográficos sobre a música popular. Neste projeto a instituição realizou um grande concurso em âmbito nacional que julgava monografias de músicos ligados à música popular brasileira. Uma comissão julgadora composta por especialistas em música popular selecionava quais artistas teriam a honra de ter sua vida biografada e depois publicada pela Funarte. Esta mesma comissão julgava quem seriam os ganhadores das monografias. Os vencedores ganharam premiações em dinheiro. Entre os artistas selecionados pela instituição para terem suas vidas monografadas temos muitos nomes ligados ao Samba carioca: Pixinguinha, Paulo da Portela, Cartola, Jararaca e Ratinho, Tia Ciata.

Um fato curioso é que alguns vencedores do concurso também faziam parte da comissão julgadora, como foi o caso de Sérgio Cabral que ganhou o concurso ao monografar a vida de Pixinguinha. Estas monografias queriam passar um conteúdo científico para o público, pois em seu manual de elaboração dizia que: “Todas as fontes

de pesquisa explicitadas devem ser minuciosamente explicadas⁴”. Este projeto foi muito divulgado nos jornais do país. Era neste veículo de comunicação que eram expostas as regras e os prazos estabelecidos pela instituição. Ao serem publicadas por uma instituição ligada ao governo, estas memórias presentes nas monografias eram institucionalizadas e ganhavam o selo da oficialidade.

O Projeto Almirante lançava os discos dos artistas consagrados no Projeto Lúcio Rangel. Dentro de cada disco continha um livreto contando um pouco da trajetória do cantor. Tânia da Costa Garcia argumenta sobre a trajetória destes intelectuais na Funarte: “[Estes intelectuais] lograram nas brechas da política cultural instituída pelo regime militar para monumentalizar artistas e repertórios do universo musical do Rio de Janeiro como patrimônio da cultura nacional.” (GARCIA, 2017, p.73)

Um outro espaço cultural que recebeu verbas da Funarte para realizar seus projetos foi a Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira (APMPB). Esta associação embora fosse independente, contou com as verbas do governo militar para organizar suas reuniões. Nos seus encontros, especialistas e pesquisadores de todo o Brasil se reuniu para pensar estratégias para preservar a autenticidade da música do país. O primeiro encontro deste órgão aconteceu em 1975 em Curitiba. Esta primeira reunião ocorreu em conjunto com o 1º Encontro da Música Popular Brasileira, que foi um festival musical organizado pelo jornalista curitibano Aramis Millarch. Com o objetivo de conservar a memória da autêntica música popular brasileira, Aramis Millarch entrou em contato com Ricardo Cravo Albin para reunir os membros do antigo Conselho de MPB do MIS nos encontros da APMPB. A associação seria composta por um corpo de pesquisadores que atuariam em todo o Brasil para proteger a música popular brasileira, eles teriam o objetivo de formar acervos e arquivos públicos com esta temática (FERNANDES, 2010, p.83). Logo no primeiro encontro da APMPB seus membros realizaram uma *Carta de Princípios*⁵ que foi dada ao ministro Ney Braga. Segundo Sean Stroud esta carta é nacionalista e cobra do governo medidas para proteger a música popular brasileira (STROUD, 2008, p.33).

A cartilha de abertura do II encontro da associação realizado em 1976 no Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro, pontua que os integrantes da APMPB passaram a trabalhar

⁴ A *Gazeta de São Paulo*, 22 de agosto de 1979. Disponível no CEDOC/ Funarte, Rio de Janeiro.

⁵ Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. *Carta de Princípios*. Curitiba, 1975. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro.

na Divisão de MPB da Funarte⁶. Este dado mostra como estes espaços culturais estão conectados e como estes intelectuais considerados especialistas em música popular brasileira circulam nestes diferentes espaços, compartilhando suas ideologias e formando uma rede de preservação da música “tipicamente brasileira”. Na III reunião da APMPB realizada em 1982 seus membros argumentaram sobre a necessidade de o governo controlar as gravadoras instaladas no Brasil, para impedir as constantes gravações de canções estrangeiras no país. Neste encontro eles redigiram um documento, nomeado como *Carta dos Pesquisadores*, que além de cobrar do governo uma série de medidas protecionistas pedia a volta do Conselho de MPB do MIS, fechado pelos militares: “que sejam restaurados ou restabelecidos os Conselhos do Museu da Imagem e do Som”⁷.

Nos anos de 1970 a Editora Abril também contribuiu na construção de uma memória sobre a música popular brasileira. Esta empresa lançou através do seu setor Abril Cultural uma coleção de fascículos intitulados *História da Música Popular Brasileira*. A Editora Abril era uma empresa privada que através da publicação de seus fascículos fez um trabalho biográfico sobre a vida do artista selecionado. Os fascículos poderiam ser adquiridos com facilidade, pois eram vendidos em bancas de jornal quinzenalmente (PEREIRA, 2005, p. 23). Dentro de cada fascículo encontramos referenciais fonográficos, iconográficos e textuais. Cada edição continha textos da vida e das obras do artista selecionado, muitas fotos e um disco com a gravação dos maiores sucessos do artista, que podiam ser gravações originais ou regravações exclusivas para compor o fascículo (MILANI, 2015, p.11). Antigos agentes culturais que já lutavam para a preservação da música popular brasileira desde a década de 1940 e atuaram no Conselho de MPB do MIS, também foram colaboradores das edições dos fascículos, como por exemplo: José Ramos Tinhorão, Sérgio Cabral, Ary Vasconcellos, Almirante, Jota Efegê, Lúcio Rangel, entre outros.

Esses especialistas em música popular foram os responsáveis pela seleção dos artistas que tiveram suas biografias publicadas. Fato curioso é que muitos entrevistados pelo Programa Depoimentos para Posteridade do MIS também foram agraciados nos fascículos. Temos o exemplo dos artistas: Pixinguinha, Ataulfo Alves, Cartola, Ismael Silva, Ary Barroso, e muitos outros. Ao biografar a vida do artista escolhido, os

⁶ Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. *Cartilha de abertura do II Encontro de Pesquisadores da APMPB*. Rio de Janeiro, 1976. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro.

⁷ Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. *Carta dos Pesquisadores*. Rio de Janeiro, 17 abr. 1982. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro, em pasta referente ao III Encontro de Pesquisadores da MPB.

colaboradores dos fascículos perguntavam sobre sua infância, família e carreira. Estes mesmos dados eram questionados aos artistas quando davam seus depoimentos ao programa "Depoimentos para Posteridade".

O fascículo do compositor Pixinguinha foi o segundo a chegar às bancas de jornal de todo o país. Nesta edição foi feita uma grande consagração ao artista - consagração similar àquela que o MIS já havia feito e que posteriormente a Funarte e a APMPB fez. Fica evidente a intenção dos intelectuais consultores da Editora Abril em preservar a memória do sambista: "Seu trabalho [Pixinguinha] como instrumentista, compositor e orquestrador está definitivamente gravado na história da música popular brasileira."⁸ Nestes fascículos a maioria dos artistas selecionados para terem suas memórias preservadas eram ligados ao Samba carioca da "época de ouro" da música brasileira, dos anos 1920-1930.

Porém, como a Editora Abril era uma empresa privada, que precisava das verbas das vendas dos fascículos para pagar seus funcionários e se manter aberta, era necessário que lançassem também fascículos de artistas vendáveis. Os artistas vendáveis eram aqueles que estavam no auge do sucesso e trariam lucro a editora. Desta forma, podemos encontrar na mesma coleção *História da Música Popular Brasileira* duas vertentes: uma ligada ao Samba carioca da Primeira República (que era a vertente predominante em que mais trabalhos foram produzidos) e outra ligada a artistas vendáveis no mercado fonográfico (MILANI, 2015, p.43). O mesmo ocorria nas gravadoras do período. Elas eram compostas por duas linhas de catálogos opostas: o "comercial" e o "cultural".

Aqueles que se classificavam como comerciais geram muito lucro para as gravadoras rapidamente. Já aqueles que se enquadram no polo cultural, escapavam desta lógica de mercado, eles vendiam a longo prazo. Este pólo cultural era formado por artistas nacionais, que quanto mais antigos ficavam mais consagrados seriam para um público seletivo. O Samba e o Choro tradicionais, considerados como autênticos para os seus admiradores, se enquadram nesta linha "cultural" (NAPOLITANO, 2017, p.54). Para poder atingir sua meta de venda, a Editora Abril lançou o fascículo de Roberto Carlos. O cantor fazia muito sucesso entre os jovens e batia recorde na venda de LP. Mas, a maioria dos especialistas em música popular que selecionavam os artistas para serem lançados nos fascículos não concordou com a publicação de Roberto Carlos. Por esse motivo,

⁸ PIXINGUINHA. *História da Música Popular Brasileira*. São Paulo, Abril Cultural, 1970.

realizaram a biografia do cantor em tom crítico, ressaltando as características mercantis de sua produção e o marketing que era feito por traz de sua figura (MILANI, 2015, p.43).

Embora muitos intelectuais ligados a estes espaços culturais abordados sejam adeptos de uma corrente nacionalista que considera como música popular brasileira o Samba das primeiras décadas da República, não posso deixar de destacar que dentro destes órgãos também ocorriam debates e não havia homogeneidade no pensamento de todos os intelectuais que compunham os quadros destes locais. Concepções diferenciadas sobre o que seria a “verdadeira” música popular brasileira também estavam em pauta. Porém, está vertente nacionalista prevaleceu entre os intelectuais devido à conjuntura do período: contexto da Guerra Fria, avanço do imperialismo norte-americano. Miliandre Garcia aponta que era importado para o país um padrão do estilo de vida norte-americano: “american way of life” (SOUZA, 2007, p.80). José Ramos Tinhorão analisa o cenário brasileiro, deixando duras críticas a uma cultura americanizada que cada vez mais se reproduzia no Brasil. Para ele, a Segunda Guerra trouxe para o Brasil, e, sobretudo para a classe média, a assimilação da cultura, dos costumes e dos estereótipos estadunidenses: “após a Segunda Guerra Mundial, todos os países foram progressivamente levados a sufocar a expressão de sua cultura, no campo da música popular, para dar lugar a ritmos, melodias e harmonias cujas raízes não estão na música tradicional de seus povos, mas na música norte-americana.” (TINHORÃO, 1969, p.9) Os jovens seriam os principais responsáveis por essa assimilação de valores norte-americanos.

Por estes motivos, neste período, muitos intelectuais vão construir uma identidade que se contraponha aos valores estrangeiros (ORTIZ, 1986, p.15). Havia um medo de se perder as raízes nacionais, medo da descaracterização das canções brasileiras. Muitos projetos foram realizados neste sentido, buscando a preservação da canção tipicamente brasileira, aquela considerada pura, livre de influências externas. E é exatamente desta forma que muitos intelectuais vão agir dentro do MIS, da Funarte, da APMPB, da Editora Abril, vão construir estratégias para preservar a memória de uma determinada música popular, realizando projetos e ações em toda a sociedade brasileira (CATROGA, 2001, p.32).

Referências

AGUIAR, Tânia Mara. *Museu da Imagem e do Som: O desafio do processo de musealização dos acervos audiovisuais no Brasil*. 212. 397f. Tese (Doutorado em Museologia) - Departamento de Museologia, Universidade Lusófona e Humanidades e Tecnologias: Lisboa, 2012.

ALBIN, Ricardo Cravo. *Museu da Imagem e do Som, Rastros de Memória*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini. *A Inteligência da Música Popular: a “autenticidade” no samba e no choro*. 2010. 414 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo - teoria e história*. 1. ed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010.

GARCIA, Tânia. *Afinidades eletivas. A Funarte e o samba carioca como patrimônio da cultura nacional*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 22, p. 70 - 92, set./dez. 2017.

LAMARÃO, Luisa Quarti. *A crista é a parte mais superficial da onda. Mediações culturais na MPB (1968-1982)*. 2012. 270 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MAIA, Tatyana de Amaral. *As políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1974)*. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH. 2011, Anais Eletrônicos, São Paulo: ANPUH, 2011.

MESQUITA, Cláudia. *Um museu para Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009.

MILANI, Vanessa Pironato. *Samba em fascículos: vertentes do gênero na coleção História da Música Popular Brasileira em tempos de consolidação da indústria cultural brasileira*. 2015. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2015.

MORAES, J. Geraldo Vinci de. *História e historiadores da música popular no Brasil*. Latin American Music Review, Texas, v. 28, n.2, p. 271-299, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. *A Síncopa das Idéias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira, Utopia e Massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2017.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

PEREIRA, Mateus H. F. *A trajetória da Abril Cultural (1968-1982)*. Em *Questão*, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 239-258, jul./dez. 2005.

RIDENTI, Marcelo. *Intelectuais e Romantismo Revolucionário. Perspectiva*, São Paulo, v.15, n.2, p. abril-junho 2001.

SANTOS, Vicente Saul dos. *A cidade do Rio de Janeiro no IV Centenário em algumas páginas literárias*. Acervo, Rio de Janeiro, v.28, n.1, p.132-143, jan./jun. 2015.

SOUZA, Miliandre Garcia de. *Do teatro militante à música engajada. A experiência do CPC da UNE (1958-1964)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

STROUD, Sean. *The Defence of Tradition in Brazilian Popular Music: Politics, Culture and the Creation of Musica Popular*. Brasileira. London: Ashgate, 2008.

WASSERMAN, Maria Clara. *“Abre a Cortina do Passado”. A Revista da Música Popular e o pensamento folclorista (Rio de Janeiro 1954-1956)*. 2002. 156f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

Fontes

A Gazeta de São Paulo, 1979 -1987. Disponível no CEDOC/ Funarte do Rio de Janeiro.

A Gazeta de São Paulo, 22 de Agosto de 1979. Disponível no CEDOC/ Funarte, Rio de Janeiro.

Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. *Cartilha de abertura do II Encontro de Pesquisadores da APMPB*. Rio de Janeiro, 1976. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro.

Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. Carta dos Pesquisadores. Rio de Janeiro, 17 abr. 1982. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro, em pasta referente ao III Encontro de Pesquisadores da MPB.

Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. *Carta de Princípios*. Curitiba, 1975. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro.

Atas das reuniões do Conselho de Música Popular Brasileira - *Acervo MIS/Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro na sede da Lapa*.

CARNEIRO, Édson. *Carta do samba*. Palácio Ernesto, 1962.

Coleção História da Música Popular Brasileira. São Paulo, Editora Abril, 1970-1982.

FERNANDES, Antonio Barroso (org.) *As vozes desassombradas do museu*. Rio de Janeiro: Artanova, 1970.

TINHORÃO, José Ramos. *O Samba Agora Vai... A Farsa da Música Popular no Exterior*. Rio de Janeiro: JCM Editores, 1969.

De Dutra a Vargas: uma discussão sobre política externa e representações dentro do contexto de tensões na Península Coreana (1948-1953)

Luan Garios Aleixo¹
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de mestrado cujo título é *O nós através de outros: representações do conflito coreano nos jornais do Brasil como imaginário de uma nação brasileira (1948-1953)*, ainda em andamento. A partir da discussão acerca das relações internacionais do Brasil entre os anos de 1948-1953, busca-se estabelecer a percepção e o posicionamento da grande imprensa no que concerne ao contexto de conflitos estabelecidos no sudeste asiático na região da Península Coreana.

Dessa forma, foi utilizada bibliografia e documentos governamentais que demonstram a posição do Estado brasileiro em relação ao conflito coreano. Tratando da atuação em oposição a uma “ameaça comunista” e voltada a interesses políticos do Brasil, aliado aos Estados Unidos. Por fim, são apresentadas visões de dois periódicos da grande imprensa, o *Correio da Manhã* e *O Jornal*, que se mostravam favoráveis aos sul-coreanos, aos Estados Unidos e à Organização das Nações Unidas.

O posicionamento dos periódicos é o foco do presente estudo, que destaca representações estabelecidas por meio de um imaginário anticomunista, do orientalismo, dos interesses dos jornais e de seu poder simbólico. Assim, é trabalhado o conceito de representação, de Roger Chartier (2011) para definir os periódicos como possuidores de motivos, códigos, finalidades e destinatários particulares. Já o conceito de poder simbólico, de Pierre Bourdieu (1989, 2002), permite reconhecer que os meios de comunicação e conhecimento, como os jornais, também se constituem como meios de poder.

Nova ordem internacional no pós-Segunda Guerra Mundial

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as preocupações da Inglaterra e dos Estados Unidos voltavam a evitar o crescimento do Japão como uma potência asiática. Nesse contexto, surgiu na região uma outra força político-militar-ideológica. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS se estabeleceu no período como uma ameaça

¹ Aluno do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social da UERJ. Orientadora: Dr^a Maria Leticia Corrêa. Ingresso no ano: 2022. Título do projeto de pesquisa: *O nós através de outros: representações do conflito coreano nos jornais do Brasil como imaginário de uma nação brasileira (1948-1953)*.

aos Estados Unidos - e vice-versa -, o que logo se tornou um confronto misto de ação militar e diplomática que seria conhecido como Guerra Fria (ARRUDA, 1975).

No período de Guerra Fria os desafios eram grandes para as nações da Ásia, que enfrentavam a passagem da fase colonial para uma nova configuração como Estados independentes. Foi nesse contexto que ocorreram diversas guerras, e surgiram ideais de nacionalismo e anti-colonialismo que perpassa as diversas nações que iam alcançando a independência na região (BISSIO, 2018, p.117).

A partir de 1945, a configuração de guerras civis era uma tendência latente ou declarada, algo que parecia ser a última resposta para a não ocorrência de guerras transnacionais e até globais (KOSELLECK, 2006, p.77). Era um período em que todas as revoluções vitoriosas se definiram em termos nacionais, configurando um espaço territorial e social que advinha do momento pré-revolucionário (ANDERSON, 2008, p.27).

A América Latina vinha de um período de grande crescimento econômico durante a Segunda Guerra Mundial. Ocorreu a expansão do setor urbano industrial focado na substituição de importações nos países de maior mercado de consumo, em decorrência das dificuldades causadas pela guerra para países da Europa e Estados Unidos quanto ao acesso a produtos manufaturados (AYERBE, 2002).

Ao determinar o nacionalismo como o “culpado” pelas crises econômicas, guerras e revoluções ocorridas na primeira parte do século XX, o presidente norte-americano Harry S. Truman desenvolveu uma política externa de “portas abertas”. Houve abertura ao exterior, fortalecendo-se uma gestão multilateral do capitalismo, resultante dos acordos de Bretton Woods, de 1944, criando-se instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial-BIRD).

Com o fim da Segunda Grande Guerra, a política externa norte-americana não tinha presença hegemônica no cenário global, mesmo considerando-se a posição do país como potência econômica. Sendo assim, os EUA buscaram uma atuação dirigida principalmente ao continente americano (AYERBE, 2002, p.63).

Já os países latino-americanos queriam, como resposta à crise, uma ajuda financeira equivalente à que recebiam os Estados europeus. Tinham, assim, interesse em injeções maciças de capitais dos EUA, o que teve importância significativa na geração futura do Plano Marshall, em 1947. No combate ao comunismo soviético, além do fortalecimento de países com dificuldades econômicas e financeiras, também deveriam

ser objeto de auxílios os países “em desenvolvimento”, na percepção dos países latino-americanos.

A política norte-americana se mostrou preocupada com essa questão no início da Guerra Fria. Essa preocupação estava relacionada com as atitudes nacionalistas e movimentos de distanciamento dos governos com relação aos EUA, visando uma política de afirmação nacional. Também girava em torno de uma possível negativa em auxiliar os EUA contra a URSS e do aparecimento de ideias antiamericanas que pudessem levar a boicotes de governos, sindicatos e outros movimentos contra o país. Essa percepção levou o governo Truman a estabelecer uma política voltada a conter o comunismo através da assinatura de diversos acordos com os demais países do continente (AYERBE, 2002, p.81).

Na Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, realizada em 1947, firmou-se o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Era um acordo voltado para o comprometimento dos países membros de auxiliarem militarmente qualquer um dos signatários em razão de ameaça externa. Em 1948, com a IX Conferência Interamericana, foi oficializada a prática panamericana desenvolvida desde a Doutrina Monroe com o surgimento da Organização dos Estados Americanos (OEA). Isso permitiu com que os Estados Unidos mantivessem parcela de controle sobre a política interna dos países do hemisfério (DALIO & MIYAMOTO, 2009, p.73).

Em relação à política externa brasileira, o pós-Segunda Grande Guerra foi período de aproximação entre as iniciativas adotadas pelos presidentes Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Getúlio Vargas (1951-1954). MOURA (2021) define as políticas adotadas por esses governos, respectivamente, como “alinhamento sem recompensa” e “pragmatismo impossível”. Desenvolveu-se uma nova dinâmica de atuação nesse setor, distinta daquela que caracterizava o Estado Novo, marcado pela maior aproximação com os EUA e interação com os países latino-americanos.

O Brasil e a política externa no pós-Segunda Guerra

O “exterior” e o “interior”, o “de dentro” e o “de fora” são concepções simbólico-ideológicas e políticas, assim como interativas e efetivas, que definem a nação. A imagem de um “nós” e de “outros” é um símbolo pujante dentro da dinâmica dos Estados-nação, com sua lógica ambígua e sentimental, empregada como discurso e na atuação política (VERDERY, 2020, p.240)

Sendo assim, uma cultura nacional se constitui através de uma narrativa que é contada e recontada, por meio de mídias, literaturas nacionais e cultura popular. Segundo Hall (2005, p.52), essas “fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação”.

Quando estamos falando de política externa, estamos dizendo de uma lógica política de diálogos entre nações, assim definidas. São relações que se estabelecem no conhecimento do limite de territórios e fronteiras e dos contornos de um território usado ou com projeção de uso. Uma relação que também se estabelece pelas relações de troca comerciais e pela importância do dinheiro.

Quanto maior a complexidade das relações externas e internas, mais necessidade de regulação; e se levanta a necessidade de Estado: o Estado e os limites, o Estado e a produção, o Estado e a distribuição, o Estado e a garantia do trabalho, o Estado e a garantia da solidariedade e o Estado e a busca da excelência na existência. (SANTOS, 2007, p.16)

No Brasil, o Estado foi governado a partir de 1946 por Eurico Gaspar Dutra. De acordo com Schwarcz (2015, p.12), a política externa foi protagonizada por uma aliança voltada aos interesses norte-americanos e se instalou uma luta contra os comunistas, como principais “inimigos”. A atuação presidencial foi marcada como arbitrária em política e determinada por tropeços com relação à economia.

Segundo Moura (2021, p.40), houve continuidade política com o primeiro governo Vargas (1930-1945) e, ao mesmo tempo, uma descontinuidade econômica, uma vez que, apesar do retorno dos partidos políticos, eleições e corpos legislativos, a administração se manteve aquém da nova constituição, com autoritarismo assistido pela oposição liberal.

Durante a administração de Dutra se estabeleceu uma política de alinhamento com os Estados Unidos como o próprio objetivo da política externa. Nessa ordem, tratava-se de uma política liberal pró-aliados ocidentais e, sobretudo, norte-americanos, delineada pelo retorno do Congresso Nacional, da burocracia especializada e de um Itamaraty fortemente induzido por esse caminho (MOURA, 2021, p.41).

Na *Mensagem Presidencial* de 1950, destacava-se o reconhecimento brasileiro, no ano anterior, do então definido governo coreano. Esse reconhecimento correspondia à identificação do governo estabelecido no Sul pelo então presidente

Syngman Rhee, que havia se declarado presidente da Península Coreana, o que demonstrava o claro posicionamento brasileiro em relação a essa questão.

Em janeiro de 1951 começava o segundo governo Vargas (1951-1954). D'Araújo (1992, p.18) analisa esse governo em dois momentos. Em um primeiro, até 1953, buscou-se uma composição política com os setores conservadores, harmonizando interesses do capital estrangeiro e dos setores mercantis da burguesia. Em outro momento, estabelecido a partir de 1953, a pauta era delimitada por uma orientação trabalhista que conciliava os interesses populares.

Na Mensagem Presidencial de 1953, o então chefe de Estado, Getúlio Vargas, destacava a resistência do mundo ocidental aos “desígnios sombrios” da União Soviética e o perigo à paz no Oriente e segurança universal, devido à ameaça comunista estabelecida no norte da Coreia. Ficava assim acentuada a posição do seu governo em relação a um dos lados da guerra entre as nações democráticas e a União Soviética e seus “satélites”.

Durante o segundo governo Vargas se estabeleceu um forte diálogo com os interesses de representantes do capital estrangeiro, fazendo-lhe concessões. Não obstante a possibilidade de barganha, os projetos econômicos negociados se configuraram em dependência econômica, tendo o Brasil muitas vezes que ceder aos interesses estrangeiros (D'ARAÚJO, 1992, p.157).

Dentro desse contexto de articulações ocorreu a IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em Washington, no período de março a abril de 1951. Marcada pela diferença de objetivos e interesses entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, configurou-se pela proposta de uma nova diretriz de relacionamento continental. Com destaque para as demandas e atuação do Brasil.

Os EUA, manifestando preocupação com as transformações no jogo do poder global, buscavam apoio latino-americano para a guerra na Coreia e voltavam atenção aos golpes de Estado que se sucediam em diversas partes do subcontinente. Esses Estados, marcados por indefinições político-ideológicas, converteram-se em motivo de inquietação para o governo norte-americano (DALIO & MIYAMOTO, 2009, p.58).

O encontro era destinado a discutir a preparação e a cooperação militares dentro do continente. Entretanto, ficou marcado por divergências de perspectivas entre as propostas norte-americanas e as das nações latino-americanas. Como resultado dessa conferência, surgiu uma nova forma de interação interamericana que definiu a política exterior do Brasil nos anos seguintes ao segundo governo Vargas.

Ao longo deste, passou a prevalecer como política externa o aspecto pragmático. Vargas tentava utilizar seu poder de barganha com base nos interesses demonstrados por outros países. Isso se tornou possível a partir da Guerra da Coreia (1950-1953) e dos interesses que possuíam os EUA em relação à América Latina, definindo um espaço de relações bastante amistosas entre o Brasil e Estados Unidos. Essa política de inclinação diplomática para o lado norte-americano tinha, segundo Dalio e Miyamoto (2009):

De um lado, nos mesmos moldes de Alexis de Tocqueville, à percepção da emergência dos Estados Unidos como futura potência global e, a curto prazo, como nação hegemônica no Hemisfério Ocidental; por outro lado, à concepção de que uma aliança tácita com esse país aumentaria o poder de barganha do Brasil no continente. (DALIO & MIYAMOTO, 2009, p.60)

Segundo os autores, se definiram três premissas que seriam seguidas pelos próximos anos na política externa brasileira: uma convergência ideológica aliada ao pensamento dos Estados Unidos; uma orientação pragmática de apoio aos posicionamentos norte-americanos, desde que se recebesse em troca apoio para seus objetivos; uma relação com os países latino-americanos subordinada aos interesses comuns entre Brasil – Estados Unidos.

No relatório Ministerial das Relações Exteriores referente ao ano de 1951 e na *Mensagem Presidencial* de Getúlio Vargas, de 1952, assinalava-se que, através de resolução da Reunião de Consulta da Conferência de Washington, confirmou-se o apoio das Repúblicas Americanas à ação norte-americana. Essa decisão tinha por objetivo reprimir a agressão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS à Coreia, assim como em todo outro lugar em que se manifestasse o seu excesso.

No Brasil, prontamente após a Revolução Russa de 1917, o anticomunismo esteve presente na imprensa, mantendo-se esse tema no decorrer da década de 1920 e ao longo do século XX. Motta (2000, p. 7) apresenta três períodos em que se registrou, em maior grau, o combate à “ameaça comunista”. Foram eles o período entre 1935-1937, o início da Guerra Fria, entre 1946 e 1950, e a crise de 1964 que levou ao golpe militar.

Para o autor (2000, p.4) o anticomunismo pode ser definido a partir de grupos que, ao longo desse período, se dedicaram, por meio de palavras (escritas e faladas) e por meio da ação, à luta contra o “inimigo vermelho”. Silva (2016, p.1) indica a definição de anticomunismo como complexa, devido ao fato de ser um movimento que apresenta diferentes formas, sendo muito mais que uma simples oposição ao comunismo e possuindo características internas e externas, variando conforme o momento histórico,

condições do país, das origens, ideias e políticas em que se baseia. Assim, as diversas matrizes do anticomunismo, ao mesmo tempo que se comunicam, possuem suas particularidades.

Ao tempo que se buscava explorar o medo da população, como método para alcançar seus fins, criou-se uma “indústria do anticomunismo”. A forma mais marcante foi a de se utilizar a imagem do comunismo como justificativa para intervenções autoritárias na vida política nacional (SILVA, 2016, p.3).

Para Rodeghero (2002, p.464), o anticomunismo se configurou como um fenômeno formado por representações criadas e utilizadas por diferentes grupos. O surgimento de tais grupos foi oriundo da oposição e da batalha contra um suposto “perigo comunista”, sendo sua identidade definida pela oposição ao comunismo. Portando, as representações utilizadas e geradas por esses grupos trouxeram significado a um imaginário anticomunista.

Com fulcro na ideia de uma ameaça comunista, intuições garantem seus lugares dentro das disputas político-ideológicas da época, da mesma forma como certos governos. Os periódicos da grande imprensa que circularam entre os anos de 1948 e 1953 representaram um espaço importante para sua ação, pois neles se achavam presentes construções simbólicas dessas instituições e das elites brasileiras, imagens e temas que permaneceram por anos de forma persistente como um imaginário anticomunista.

Representações da Coreia nos periódicos brasileiros à época da Guerra Fria

Ao trabalharmos com os jornais, como meios de comunicação e de poder, os entendemos como possuidores de um “poder simbólico”, como descrito por Bourdieu (1989). O que se apresenta nas páginas do jornal pode ser mais bem compreendido se procurarmos entendê-lo como representações e se tentarmos interpretar o que se busca representar.

Nessa ordem, Chartier (2011, p.16) define as representações como detentoras de razões, códigos, finalidades e destinatários particulares, possuidoras de uma dupla dimensão marcada por um caráter oblíquo e por outro aparente. Sendo presente a representação de algo e a apresentação da representação de algo. A partir dessa perspectiva, qualquer fonte documental nunca apresenta uma relação imediata e transparente com as relações que designa, fazendo-se necessário a articulação entre as representações das práticas e as práticas das representações.

Ao entendermos os periódicos como uma forma de conhecimento e comunicação, buscamos os compreender como situados e enquanto componentes de um poder simbólico, estruturante e estruturado, ao passo que os símbolos neles utilizados definem a realidade por meio de concordância com o sentido de uma razão existente (BOURDIEU, 1989, p.9).

Os símbolos são instrumentos de conhecimento e comunicação que possibilitam uma agregação social, fazendo possível um consenso do mundo por meio de um imaginário social. Nessa perspectiva, para Bourdieu (2002, p.4), as relações de comunicação se configuram como relações de poder, ao passo que se estabelece uma lógica de dominação simbólica conhecida e reconhecida tanto pelo dominante como pelo dominado.

Deste modo, o poder simbólico atua por meio de representações que se constituem nas relações de dominação. Relações que se fazem inseparáveis de uma lógica de desigualdade e de oposição de interesses que separam os dominantes dos dominados ou que deveriam assim ser (CHARTIER, 2011, p.23).

Podemos considerar como uma dessas representações o “orientalismo”. Quando nos debruçamos sobre um país asiático, estamos atrelados a um olhar que pode ser definido como orientalista, isto é, a partir de uma relação de poder, imaginário e dominação situada na negociação da identidade, na qual se fala sobre, autoriza-se a falar sobre e se estabelece uma relação de controle sobre o “oriente”. Desse modo se estabelece uma distinção ontológica e epistemológica entre oriente e ocidente (SAID, 1990, p.14).

Dessa forma, também, se produz o oriente imaginativamente como “inferior” e “excluído” da razão. Segundo Seth (1990, p.175), isso corresponde a uma relação de simbolização, submissão e controle onde se constitui o oriente como “impróprio para democracia” e devendo ser governado, como “incapaz” de se autogovernar. O oriente foi produzido imaginativamente, mas também materialmente, como algo estranho à realidade ocidental e até mesmo deslocado do campo da experiência humana.

Portanto, por meio do orientalismo se orientou o oriente, estabelecendo-se estereótipos raciais, ideológicos e imperialistas. O oriente nesse sentido foi simbolizado e generalizado, como quando se fala de asiáticos, árabes ou simplesmente orientais. Estes são deslocados e incorporados de forma que sua representação e sua história se tornam singulares, formando-se um tipo de oriente facilmente compreensível para os ocidentais. Estabelece-se assim o limite entre oriente e ocidente e seus diferentes níveis de “inferioridade” e “força”, em uma divisão imaginativa e geográfica (SAID, 1990).

Dessa forma, toda escrita, visão ou estudo que se institui por imperativos, perspectivas e preconceitos ideológicos dirigidos em razão de um definido “oriente” se define como um orientalismo. Essa perspectiva esteve presente nos periódicos em suas representações acerca da Guerra da Coreia, devido ao fato de que se escreve sobre e se constrói uma visão sobre através de representações “estagnadas” e que buscam definir a Coreia por meio de duas grandes potências, dela distintas, e não por sua história.

Orivaldo Leme Biagi (2001, p.59) destaca que no período em questão a grande imprensa era conservadora e anticomunista no Brasil. A família Bittencourt, à frente do *Correio da Manhã*, e a figura marcante de Assis Chateaubriand na liderança de *O Jornal* são exemplos da grande imprensa nacional comandada por grupos familiares e figuras “paternalistas”. De acordo com Luis Carlos dos Passos Martins (2010, p.8), tratava-se de uma imprensa que era “liberal” ou “neoliberal”, sendo como ambos os periódicos eram definidos ou se definiam.

O Correio da Manhã foi um dos mais respeitáveis jornais de publicação diária de grande tiragem nacional. Lançado no ano de 1901, ficou marcado nos anos de 1948-1953 pela forte oposição aos presidentes Dutra e Vargas. (BRASIL, 2020). Enquanto isso, *O Jornal*, lançado em 1919, trazia reportagens com declarações de membros do governo norte americano, deixando, assim, sua clara relação de apoio aos “aliados”. Seu dono era Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, dono do maior conglomerado de comunicação do país à época, que eram os *Diários Associados*. Devido a isso, possuía um grande poder de impacto e abrangência em suas posições. (MARTINS, 2010, p.13).

Imagem 1 – Pende para o mundo ocidental o fiel da luta contra o bolchevismo



Fonte: Correio da Manhã, Rio de Janeiro, Edição 18107, p. 1, 02 de abril de 1952.

Na primeira página da edição do dia 2 de abril de 1952, o *Correio da Manhã* traz uma reportagem destacando a fala do então general Dwight D. Eisenhower acerca da balança da guerra contra a União Soviética, que se inclinava em favor do mundo ocidental. A reportagem apresenta os interesses dos Estados Unidos pela paz, liberdade e segurança da humanidade. Traz uma temática que está coligada a reportagens que destacam a ambição do presidente Truman pela paz no mundo, ficando perceptível a clara proximidade e posição do jornal ao lado dos Estados Unidos, definidos como “aliados” em grande parte das matérias.

Ademais, apresenta definições de um imaginário social marcado por representações de uma ameaça bolchevista ao mundo como do comunismo que ameaça o ocidente. Dessa mesma forma, define o próprio imaginário orientalista que opõe o oriente ao ocidente, definindo o ocidente como o detentor do poder de democratizar o globo.

Imagem 2 – Mac Arthur ocupará toda a Coréia



Fonte: O Jornal, Rio de Janeiro, Edição 09343, p. 2, 08 de outubro de 1950.

Com o título “Mac Arthur ocupará toda a Coréia”, a edição de 8 de outubro de 1950 traz uma reportagem intitulada “Aprovada, amplamente, na ONU o plano ocidental de unificação”. Trata-se de uma reportagem acerca de um plano ocidental para gerir a Península Coreana. Nela está presente tanto a percepção do caráter imperialista de controle norte-americano sobre a Coreia, como a representação orientalista em que o jornal define o “Ocidente” como responsável por gerir e democratizar o Oriente.

Também é chamativo o editorial com o título “A responsabilidade soviética na Guerra Coreana”. O texto busca definir uma culpabilidade russa no desencadeamento do conflito estabelecido na península. O que, como destaca Visentini et al (2017), foi um

conflito que se estabeleceu como resultado de um contexto de resistência anticolonial e intensificado por uma divisão da península coreana por meio do paralelo 38°, estabelecido pelos Estados Unidos.

Conclusão

Por meio do apresentado, buscou-se estabelecer um histórico da dinâmica internacional no período posterior ao da Segunda Guerra Mundial e das manifestações da imprensa brasileira acerca do conflito coreano. Através disso, o que se pode ver são aspectos marcados por relações econômicas e político-ideológicas que o Brasil – governo e imprensa – instituiu com os norte-americanos. Nesse sentido, se faz importante destacar as discussões que se estabeleceram pela política brasileira acerca do tema, dentro dessa lógica de aproximação que fez o país apoiar o lado dos EUA na Guerra da Coreia.

Outro ponto importante é a percepção de que, ao nos debruçarmos sobre as representações manifestas nos periódicos nacionais acerca da Guerra da Coreia, não nos defrontamos com a preocupação com questões desse país, ou com a Ásia, de um modo geral, ou com sua dinâmica política, afetada pelas disputas em seu território, mas sim em relação a como esses eventos poderiam ser utilizados como símbolos no Brasil. Como isso teria significância dentro da realidade brasileira. Tratava-se de um “dizer sobre” e de um “autorizar dizer sobre” como representação de um oriente útil ao olhar ocidental. Algo que não correspondia a uma realidade brasileira, somente, mas de uma construção do próprio Ocidente.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **História moderna e contemporânea**. Editora Atica, 1975.
- AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. Unesp, 2002.
- BIAGI, Orivaldo Leme. **O imaginário e as guerras da imprensa: estudo das coberturas realizadas pela imprensa brasileira da Guerra da Coreia (1950-1953) e da Guerra do Vietnã na sua chamada "fase americana" (1964-1973)**. 2001. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- BISSIO, Beatriz. A Guerra Fria vista a partir do Sul. **Diálogos**, v. 22, n. 1, p. 115-125, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL, Bruno. Correio da Manhã. **Biblioteca Nacional Digital**, 2020. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manha/>>. Acesso em: 05, outubro de 2022.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011.

DALIO, Danilo José; MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a Conferência de Washington (1951). **História**. 2009, vol.28, n.2, pp.57-78.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **A grande imprensa" liberal" da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional**. 2010. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. 2000. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOURA, Gerson. **O Alinhamento sem Recompensa: a Política Externa do Governo Dutra**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2021.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, v. 22, pp. 463-488, 2002.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Milton. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. Editora Companhia das Letras, 2015.

SETH, Sanjay. Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva? **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 6, n. 11, p. 173-189, 2013.

SILVA, K. N. Os Anticomunismos no Brasil: entre práticas, representações e apropriações. **XX Encontro Regional de História da Anpuh-MG - História em Tempo de Crise**. Uberaba - MG, 2016.

VERDERY, Katherine. Para onde vão a “nação” e o “nacionalismo”? In: BALAKRISHNAN, Gopal; ANDERSON, Benedict. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MELCHIONNA, Helena Hoppen. **A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

Fontes

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Relatório**. Rio de Janeiro, 1951. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/105#?c=0&m=108&s=0&cv=0&r=0&xywh=-694%2C177%2C2298%2C1621>> Acesso em: 22 de julho de 2022.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, Edição 18107, p. 1, 02 de abril de 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=16317> Acesso em: 21 de agosto de 2022.

DUTRA, Eurico Gaspar. **Mensagem**. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em:

<<http://ddsnext.crl.edu/titles/124#?c=0&m=3&s=0&cv=0&r=0&xywh=-946%2C477%2C3154%2C2225>> Acesso em: 23 de julho de 2022.

O Jornal, Rio de Janeiro, Edição 09343, p. 2, 08 de outubro de 1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=110523_05&pagfis=4254> Acesso em: 10 de setembro de 2022.

VARGAS, Getúlio Dornelles. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, 1952. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/128#?c=0&m=5&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1047%2C-205%2C3501%2C2469>> Acesso em: 23 de julho de 2022.

VARGAS, Getúlio Dornelles. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, 1953. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/128#?c=0&m=6&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1000%2C-111%2C3439%2C2426>> Acesso em: 23 de julho de 2022.

Atlas Vallard: uma narrativa francesa da América em meados do século XVI

Luciana De Queiroz Pinto¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é: Atlas Vallard: uma concepção singular do mundo em 1547, ainda em andamento. Neste artigo, analisamos cinco mapas do Atlas Vallard², que descrevem territórios do continente americano em meados do século XVI. Dos 15 mapas, cinco deles focam no Novo Mundo. Examinamos os seguintes mapas: Mapa 6 - Oceano Atlântico com costa da África e Brasil; Mapa 9 - Costa Leste da América do Norte; Mapa 10 - Índias Ocidentais, México, América Central e norte da América do Sul; Mapa 11 - Nordeste da América do Sul; Mapa 12 - Sudeste da América do Sul, Estreito de Magalhães.

De aspecto portulano³, o atlas retrata territórios da Europa, África, Ásia, Oceania e América. Com descrições topográficas pelo litoral, indicações de rios e representações imagéticas. Todo conteúdo do mapa, seja escrito ou iconográfico, servia para enviar informações àqueles que tinham interesse na conquista. É fato que a política mercantilista e expansionista dos Estados Modernos se beneficiou com a colonização e a exploração de áreas. Nesse sentido, toda notícia era relevante para os conquistadores planejarem expedições e ocupações. Logo, concluímos que esses mapas fortaleceram as aspirações francesas para conquistar possessões na América.

Os mapas não são documentos isentos de juízo de valor. Eles retratam um território, são destinados a um público e possuem finalidade específica. Seus elementos

¹ Aluna do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientadora: Dr^a Daniela Buino Calainho. Ingresso no ano: 2018. Projeto de pesquisa intitulado “Atlas Vallard: uma concepção singular do mundo em 1547”.

² Pertence ao acervo do Huntington Institute. Seu título principal é *Atlas Portulano*, chamado de *Atlas Vallard*, como título secundário. Produzido em pergaminho, esse livro-atlas há um roteiro, indicação de massas de terra, ilhas, rosas dos ventos, bússolas, tabelas de declinação, números arábicos e linhas de rumo. Observa-se escalas de latitude e longitudes numeradas. De origem anônima, esse portulano, traz na 1^a folha uma epígrafe: “Nicolas Vallard de Dieppe, 1547”. Ver: PINTO, Paulo Jorge de Sousa. *A Austrália descoberta pelos Portugueses? Ficções aquém e além de Capricórnio*. Brotéria: Cristianismo e Cultura, Braga, vol. 178, n.5/6, p.496, Maio-Junho, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/16214441/A_Austr%C3%A1lia_descoberta_pelos_portugueses_Fic%C3%A7%C3%B5es_aqu%C3%A9m_e_al%C3%A9m_de_Capric%C3%B3rnio> Acesso em 18/05/2021

³ Portulanos foram cartas marítimas cuja prioridade era destacar a região costeira dos locais, para facilitar o embarque das navegações. Esses mapas portulanos facilitou o trabalho dos pilotos, porque traçavam rotas, portos e indicavam linhas de rumo que tornou a navegação mais objetiva. Para saber mais, ver RIBEIRO, Antônio M. F. da S. *Os Navios e as Técnicas Náuticas Atlânticas nos Sécs. XV e XVI: os pilares da estratégia*. Revista Militar. Lisboa, nº 2515/2516 - Agosto / Setembro, 2011. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/667>> Acesso em 25/09/2019

escritos ou iconográficos carregam em si, significados simbólicos, com discursos que consolidam um domínio ideológico. A História dos mapas como a de outros símbolos culturais, pode ser interpretada como uma forma de discurso, nos quais os códigos podem ser ao mesmo tempo imagéticos, linguísticos, numéricos e temporais, como uma forma de saber espacial (HARLEY, 2009).

Ao observar os mapas que retratam a América, podemos perceber que a parte Sul teve mais destaque, pois aparece na maioria deles. Isso reforça as hipóteses de que: os Franceses tinham maior interesse em ocupar terras ao sul do continente, por isso fizeram mais mapas dessa parte; mesmo sendo produzido em Dieppe, na França teve influência de cartógrafos portugueses, já que eram hábeis no fabrico de mapas e tinham informações das explorações lusitanas nessas terras. Não aparecem referências das monarquias ibéricas, nem escritas ou imagéticas.

O Atlas Vallard de 1547, antecede as ocupações francesas na América. Os mapas antecederam a conquista, sendo assim, tornou-se imprescindível possuir esses documentos, devido à necessidade de conhecer o espaço a ser dominado.

Da mesma forma que os canhões e os navios de guerra, os mapas foram as armas do imperialismo. Na medida em que os mapas serviram para promover a política colonial e onde os territórios foram reivindicados no papel antes de ser efetivamente ocupados, os mapas anteciparam o império. [...] Os mapas prestam-se a legitimar a realidade da conquista e do império. Eles contribuem para criar mitos que ajudam a manter o *status quo* territorial. Como instrumentos de comunicação de uma mensagem imperial, eles fornecem um complemento à retórica dos discursos, dos jornais e dos textos escritos, ou aos contos e canções populares que exaltam as virtudes do império. (HARLEY, 2009)

Em 1493 a Bula Inter Caetera⁴ e 1494 Tratado de Tordesilhas, dividiram territórios e áreas de domínios entre os reinos ibéricos, incluindo o Novo Mundo. Esses acordos pré-estabelecidos demarcavam zonas reservadas à exploração com finalidade política⁵. Estes documentos eram “o exemplo mais antigo que conhecemos de uma convenção entre dois países para, através da divisão da terra em zonas de influência que lhes são atribuídas, evitar uma concorrência que poderia conduzir a confrontações perigosas.” (ALBUQUERQUE, 1974, p.221). A representação do Tratado pode ser

⁴ Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185853> > Acesso em 15/06/22

⁵ TANZI, H. J. O Tratado de Tordesilhas e sua projeção. Revista de História, [S. l.], v. 54, n. 108, p. 533-541, 1976. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/77814>> Acesso em: 15 set. 2021.

observada no Planisfério de Cantino de 1502, que descreve: ‘Este é o marco entre Castela e Portugal’.

Imagem 1: Planisfério de Cantino, 1502



Fonte: Disponível em <https://emilib.medialibrary.it/media/schedaopen.aspx?id=2471463> >
Acesso em 27/02/2022

Diante dessa realidade binacional, a França investiu em obter áreas de domínio, burlando as regras impostas pelo acordo de 1494. Foi durante a Dinastia Valois que a exclusividade ibérica de navegação no Atlântico foi questionada. O A legitimidade sobre o Mare Liberum⁶, surgiu em contraposição ao Mare Clausum⁷.

E fora mesmo o rei da França, Francisco I (1515-1547), o primeiro a questionar o Tratado de Tordesilhas (1494), ao qual chamou de “testamento de Adão” – porque homologado pelo papa – que restringia o mundo “descoberto e por descobrir” entre Portugal e Espanha. Um prenúncio, por assim dizer, das expedições marítimas francesas, logo seguidas pelas inglesas e neerlandesas na costa brasileira. (BERBARA, 2020, p.19)

Os locais onde eram produzidos tornaram-se importantes centros de conhecimento que se espalharam pela Europa, desde cidades da península itálica, região de Flandres, península ibérica e França. Nesses lugares, havia profissionais de outras nacionalidades fabricando mapas.

Muitas vezes, numa bem remunerada clandestinidade, cartógrafos portugueses passaram para outros países, como a Espanha, para onde foram cerca de 40 deles, [...]. Outros cartógrafos portugueses prestavam serviços na Alemanha e na França, sendo digno de destaque o fato de que, neste último país, onde trabalham cerca de duas dezenas deles, sua influência foi decisiva para o desenvolvimento da famosa escola de Dieppe. (MICELI, 2002, p.161)

⁶ FERREIRA, João J. Brandão. A Tese Do “Mare Liberum” (1608) E Os Ventos Da História. Revista Militar, Lisboa, nº 2457, Outubro de 2006. Disponível em < <https://www.revistamilitar.pt/ARTIGO/139> >
Acesso em 14/05/2022

⁷ Domínio e hegemonia dos mares reivindicada pelos portugueses, consolidada pela Igreja, através de Bulas papais - *Romanus pontifex* de 1456. HESPAÑA, A. Manuel e SANTOS, M^a Catarina. Os Poderes num Império Oceânico. In: MATTOSO, José (Org.). História de Portugal, vol IV, [s.l.], Círculo de Leitores, 1993, pp. 395-413.

O que foi confeccionado em Dieppe⁸, não era apenas para um círculo fechado de franceses, atendia a um público internacional, o que fez desse local um importante centro de produção cartográfica em meados do século XVI. Tomemos o Atlas de Rotz (1542) como exemplo de documento produzido em Dieppe para o rei da Inglaterra. 'Boke of Hydrography' ou Atlas Rotz, elaborado pelo hidrógrafo e navegador, Jean Rotz⁹. São 12 mapas e na folha 2, em francês, há uma dedicatória ao rei inglês.

Nos mapas manuscritos de Dieppe¹⁰, encontramos referências em português, francês e até inglês, isto é, havia uma mistura de características. Um aspecto importante da 'Escola de Dieppe'¹¹ é a produção manuscrita, o que promovia a exclusividade do documento. Os mapas manuscritos eram mais pessoais, atendiam um gosto específico e exclusivo de reis e aristocratas. Por isso eram objetos de luxo e difíceis de serem reconstruídos ou copiados¹². Davies afirma que a cartografia normanda não representa os indígenas como selvagens, como outros mapas fizeram (DAVIES, 2012, p.348). É característica desses mapas uma representação exótica e não erótica, o que é influenciado pelo imaginário renascentista. As cenas desenhadas são típicas de comunidades primitivas e não de barbárie, além de enfatizar uma perspectiva edênica do Novo Mundo.

O Atlas Vallard enalteceu o expansionismo francês. Podemos observar o mapa cinco 'África do Sul e SW do Oceano Índico', onde aparece a imagem imponente do monarca com flor-de-lis e estandarte francês conquistando os mares, no mesmo local em

⁸ Dieppe é uma cidade francesa, localizada na costa da Normandia. No século XVI foi um importante centro de produção que reunia cartógrafos, navegadores e comerciantes. Em meados do século XVI, Dieppe teve um papel efetivo, visto que produziu mapas e atlas do Novo Mundo. Ver: SERCHUK, Camille. *Around the World: Borders and Frames in Two Sixteenth-Century Norman Map Books*. In: *Maps and Travel in the Middle Ages and the Early Modern Period Knowledge, Imagination, and Visual Culture*. Edited De Gruyter, Berlin/Boston 2018.

⁹ Ver: Jean Rotz e a Carta Marinha, 1542. In: *O Diário da Navegação*. Cambridge University Press: 23/11/2009. Disponível em <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-navigation/article/abs/jean-rotz-and-the-marine-chart-1542/A14E509389301D78464EB0A58AC4B4F7> > Acesso em 25/07/2022

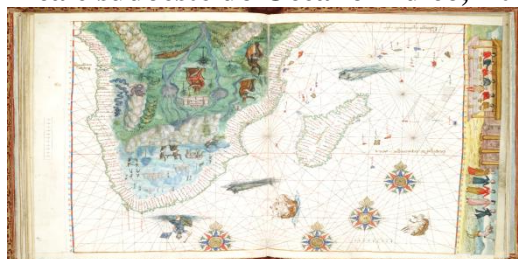
¹⁰ A lista dos mapas atribuídos a Dieppe, vão de 1538 até 1561. Cartógrafos importantes como Rotz, Desceliers, Le Testu, entre outros. Ver: CASQUILLO, José Pinto. A insídia das formas – ensaio semiótico relativo a “rio Timor” no atlas Vallard e “Brasília inferior” no globo de Schoner. *Revista Diálogos*. Fac. de Fil. e Ciências Humanas. Universidade Nacional Timor Lorosa e Dili, Timor-Leste. . Ano 2, n. 2, 2017. p. 172

¹¹ Esse termo "escola" refere-se a um grupo de cartógrafos que estavam trabalhando em conjunto com as mesmas técnicas e fontes. Ver: TOULOUSE, Sarah. *Marine Cartography and Navigation in Renaissance France*. In: WOODWARD, David. *History of Cartography*. Vol. 3, Parte 2, p. 1550

¹² Ver: SERCHUK, Camille. *Around the World: Borders and Frames in Two Sixteenth-Century Norman Map Books*. In: *Maps and Travel in the Middle Ages and the Early Modern Period Knowledge, Imagination, and Visual Culture*. Edited De Gruyter, Berlin/Boston 2018, p. 191

que aparece D. Manuel, rei português na Carta Marina de 1516 de Martin Waldseemüller¹³.

Imagem 2: Sul da África e sudoeste do Oceano Índico, Atlas Vallard, 1547



Fonte: Disponível em <https://cdm16003.contentdm.oclc.org/digital/collection/p15150coll7/id/53407>

Imagem 3: Detalhe do Mapa Sul da África e sudoeste do Oceano Índico, Atlas Vallard, 1547



Fonte: Disponível em <https://cdm16003.contentdm.oclc.org/digital/collection/p15150coll7/id/53407>

Imagem 4: Carta Marina, Martin Waldseemüller, 1516



Fonte: Disponível em <https://www.loc.gov/exhibits/exploring-the-early-americas/interactives/waldseemuller-maps/cartamarina1516/index.html>

Imagem 5: Detalhe da Carta Marina, Martin Waldseemüller, 1516



Fonte: Disponível em <https://www.loc.gov/exhibits/exploring-the-early-americas/interactives/waldseemuller-maps/cartamarina1516/index.html>

¹³ A Carta Marina de 1516, de Martin Waldseemüller. Disponível em <https://www.loc.gov/exhibits/exploring-the-early-americas/interactives/waldseemuller-maps/cartamarina1516/index.html> > Acesso em 15/04/2022

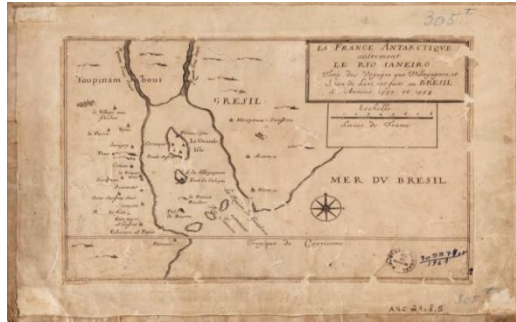
Segundo Van Duzer, “a representation of King Manuel of Portugal riding a sea monster off the southern up of Africa, indicating his nations technical mastery also political control of the seas” (DUZER, 2013, p.76). Valendo-nos da percepção de Duzer, podemos afirmar que o Atlas Vallard oferece um discurso ideológico semelhante, enfatizando o domínio francês e formação de um império colonial na era moderna.

Diante do exposto, intitulamos esse artigo ‘*Atlas Vallard: uma narrativa francesa da América em meados do século XVI*’, cujo objetivo é salientar que os franceses tinham plenos interesses no continente americano e o Tratado de Tordesilhas não foi um obstáculo. Outro ponto é que na França, propriamente em Dieppe, havia um centro de produção cartográfica importante que fornecia documentos para a política expansionista francesa. Não menos importante, percebemos que o Atlas Vallard serviu como um instrumento de exposição das terras da América na conjuntura colonialista.

Em 1534, o navegador francês Jacques Cartier chegou ao norte da América, atual Canadá. A partir desse momento, o escambo feito com os nativos, aumentou os interesses no Novo Mundo. Relatos do cronista Hans Staden, narra essa presença no Brasil “Ao chegarmos, encontramos um navio da França que estava carregando pau-brasil” (STADEN, 1556, p. 31). Essas incursões tinham finalidade comercial e também colonialista. Entre 1555 e 1567, a instalação da França Antártica foi o primeiro grande investimento de dominação na América. “Em 1555 o almirante francês Nicolas Durand de Villegagnon, subvencionado pelo rei Henrique II, estabeleceu um base comercial e militar numa ilha situada no interior da baía de Guanabara. Estava fundada a ‘França Antártica’ (BERBARA, 2002, p. 11).

Em 1590, Adolf Montbille, estabeleceu-se no território de Ibiapaba (atual Ceará), fundando uma feitoria para comércio do pau-brasil com os indígenas, deposto só em 1604. No final do século XVI e início do XVII, investiram no norte da América do Sul, fixando-se desde a colônia do Maranhão (atual cidade de São Luís), abrangendo parte do litoral amazônico, do Amapá e da Guiana Francesa, instituindo a França Equinocial.

Imagem 6: La France Antarctique autrement le Rio Janeiro[...], 1557-1558



Fonte: Disponível em Disponível em <
[http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309974/cart309974.j](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309974/cart309974.jpg)
[pg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309974.jpg) > Acesso em 18/04/2022

Imagem 7: Claude d'Abbeville, Histoire de la mission [...] Paris: François Huby, 1614



Fonte: Disponível em Disponível em <https://purl.pt/212> > Acesso em 26/05/2022

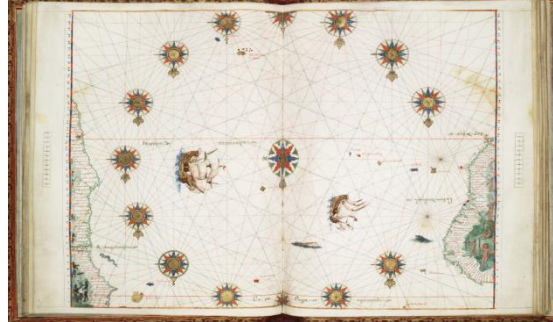
Essas colônias demonstram que houve um movimento dinâmico dos franceses em ocupar territórios na América e os mapas servem de base para essas conquistas. Em vista disso, pontuamos o Atlas Vallard como um dos esteios para essas ofensivas.

O primeiro mapa com representação da América está na prancha seis, onde aparece apenas uma pequena parte da costa oeste da África e leste do Brasil. Centralizado no Atlântico, em virtude de ser um espaço estratégico de navegação para exploração do Novo Mundo. Aparece um círculo formado por rosa dos ventos e lemos a descrição 'La Terre den Brezil'. Nas coordenadas geográficas, surge o Trópico de Capricórnio junto à Capitania de Cabo Frio, ao sul. Aparece a costa nordeste do Brasil e há a marcação da 'Linha Equinocial'. Existem pontos de arrecifes no rumo da 'Ilha do Fernan' (Fernando de Noronha). No interior do Brasil, observamos imagens de seis indígenas segurando instrumentos, madeira, arco e flecha. Indica baías, rios, montes e capitanias; informações úteis para aportar embarcações e estabelecer comércio.

A ênfase no Atlântico reforça a tese da intenção francesa em mapear e detalhar os caminhos para terras da América. Representar o espaço navegável era tão importante quanto demonstrar rotas, locais de ancoragem, povos nativos e os territórios. Esse período é o do poder marítimo, porque, pela primeira vez, o mar foi utilizado globalmente e

simultaneamente para atender interesses científicos, políticos, econômicos e militares (RIBEIRO, 2011).

Imagem 8: Oceano Atlântico com costa da África e Brasil, Atlas Vallard, 1547

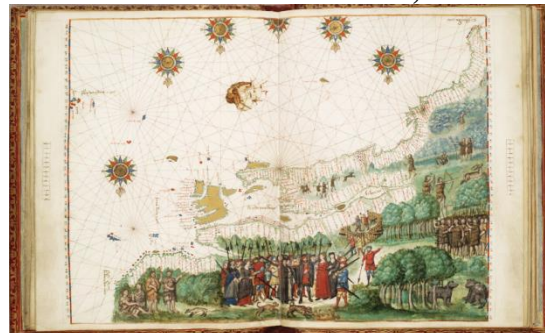


Fonte: Disponível em <<https://cdm16003.contentdm.oclc.org/digital/collection/p15150coll7/id/53412>>
Acesso em 24/01/2022

O mapa nove retrata a costa leste da América do Norte. Descreve os limites do Labrador (norte) e da Flórida (sul). A costa está repleta de toponímia, indicação de rios, praias e baías. No atual Golfo de St. Lawrence aparece a nomenclatura 'Rio Canadá' e o Atlântico norte está desenhado até as ilhas dos Açores. O que chama atenção são as cenas no interior do território, em que há um encontro entre europeus e nativos. A iconografia mostra um grupo com indumentária usada na Europa do século XVI. Mulheres com vestidos longos, homens com espadas e armas de fogo, uma pequena fortificação de madeira com canhões apontados para alguns nativos. Mais ao sul, as cenas são de caça com arco e flecha, distinguindo-se das outras armas. Uma cena que representa a ocupação e o contato com as populações autóctones.

Quando analisamos a iconografia desse mapa, podemos citar Meireles: “a imagem enquanto representação do real estabelece identidade, distribui papéis e posições sociais, exprime e impõe crenças comuns, instala modelos formadores, delimita territórios, aponta para os que são amigos e os que se deve combater (MEIRELES, 1995, p.101).

Imagem 9: Costa Leste da América do Norte, Atlas Vallard, 1547



Fonte: Disponível em <<https://cdm16003.contentdm.oclc.org/digital/collection/p15150coll7/id/53427>>
Acesso em 24/01/2022

Observando o mapa dez, notamos que o território retratado foi à primeira área de ocupação dos espanhóis. Essa prancha mostra a América Central, partes da América do Sul, na qual se denomina ‘Le Peron’ e na América do norte, a descrição que aparece é ‘La Nueve Spaigne’ e a Flórida. No Atlântico, surge uma embarcação e rosas dos ventos. Em todo atlas, esse é o único mapa que desenha o oceano Pacífico e a costa oeste da América. Destaca a Linha Equinocial e o Trópico de Câncer. Uma grande quantidade de ilhas encontra-se no centro do mapa, com indicações topográficas e as linhas de rumo.

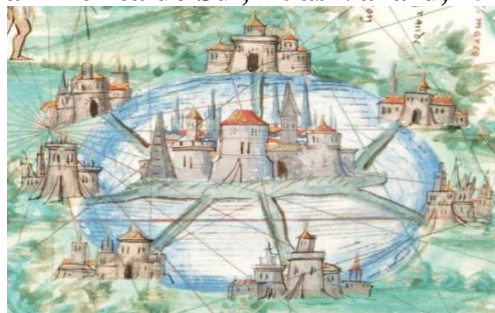
Na parte da América do Sul, observamos uma cena pacífica de convívio entre indígenas e europeus. No norte do continente, vemos imagens dos nativos com arcos e flechas, numa representação que remonta o cotidiano. Diferente dos outros mapas, esse retrata edificações de castelos, em torno de uma suntuosa construção central, na parte do atual México, destacando a presença da arquitetura europeia naquele espaço.

Imagem 10: Índias Ocidentais, México, América Central, norte da América do Sul, Atlas Vallard, 1547



Fonte: Disponível em <<https://cdm16003.contentdm.oclc.org/digital/collection/p15150coll7/id/53432>>
Acesso em 24/01/2022

Imagem 11: Detalhe do Mapa Índias Ocidentais, México, América Central, norte da América do Sul, Atlas Vallard, 1547



Fonte: Disponível em <<https://cdm16003.contentdm.oclc.org/digital/collection/p15150coll7/id/53432>>
Acesso em 24/01/2022

O mapa onze, também tem sua particularidade. É o único da América que possui borda ilustrada com duas mulheres seminuas, frutas e alimentos tropicais. Os limites ao sul são a linha do Trópico de Capricórnio e a capitania de Cap. de Frie (Cabo Frio). Ao Norte, finaliza os topônimos na latitude 16°, um pequeno trecho da América Central. Na parte do Atlântico, há rosas dos ventos e embarcações, além da indicação da Linha Equinocial. Destaca cenas do cotidiano dos nativos, com alguns caçando, outros se alimentando ou até descansando. Porém, há uma representação no interior das terras, com homens armados (europeus) próximo aos nativos que estão com ferramentas e objetos para exploração mineral. Vale lembrar que em 1545, ocorreu a descoberta da mina de prata na região de Potosí, mudando os rumos da colonização espanhola da América do sul. A mineração fez surgir cidades, novas rotas para escoar a prata, marcou presença dos castelhanos devido à necessidade de proteger essas áreas.

Imagem 12: Nordeste da América do Sul, Atlas Vallard, 1547



Fonte: Disponível em < <https://cdm16003.contentdm.oclc.org/digital/collection/p15150coll7/id/53437>>
Acesso em 24/01/2022

A prancha doze, ‘Sudeste da América do Sul, Estreito de Magalhães’, do Norte para o Sul destaca o litoral atlântico desde o nordeste brasileiro até o Estreito de Magalhães, que aparece como rio Magalhães e na outra parte, mostra uma massa de terra com presença de nativos. O rio da Prata penetra pelo interior do continente com ramificações, desaguando no Atlântico com duas capitânicas nas margens, de Sta. Paloma e Sta. Maria. Presença de rosa dos ventos no oceano. Próximo à linha do Trópico de Capricórnio surge a palavra ‘Brasília’. No limite norte do mapa, em vermelho, tem a descrição ‘Baía de todos os Santos’.

A iconografia nesse documento dá ênfase à questão econômica, ele expõe o espaço desde a bacia hidrográfica platina até as montanhas andinas. Homens vestem as cores da França, com machados e foices para trocar por madeira e produtos exóticos, simbolizando o escambo. Acima avistamos cenas do cotidiano de caça, outros dois

surgem com madeira sob os ombros, remetendo ao ciclo do pau-brasil. Na parte superior o cenário representa o extrativismo mineral. Um indígena manuseando um objeto circular, lembrando a bateia usada no garimpo de ouro de aluvião. Surge a paisagem de uma serra com os personagens segurando uma cesta cheia de prata.

Imagem 13: Sudeste da América do Sul, Estreito de Magalhães, Atlas Vallard, 1547



Fonte: Disponível em <Disponível em
<<https://cdm16003.contentdm.oclc.org/digital/collection/p15150coll7/id/53441>> Acesso em 24/01/2022

Esse Atlas deu ênfase às terras da América, num período em que as nações ibéricas fizeram intensa ocupação e exploração do continente. Assim como outros documentos produzidos em Dieppe, evidencia a força da influência portuguesa na sua composição. Esses mapas demonstram o interesse francês em conhecer áreas do Novo Mundo para consolidação da sua política expansionista. A iconografia destaca o espaço navegável do Atlântico e retrata o cotidiano dos nativos de forma edênica. Em suma, os cinco mapas ajudam a entender como a América foi percebida e projetada na cartografia do Vallard.

Referências

ALBUQUERQUE, Luís de. Estudos de História. Vol II. Coimbra, 1974. Disponível em: <[https://www.google.com.br/books/edition/Estudos de Hist%C3%B3ria Volume II/vOrDjOgDzQ8C?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=atrav%C3%A9s+da+divis%C3%A3o+da+terra+em+zonas+de+influ%C3%A2ncia&pg=PA221&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Estudos%20de%20Hist%C3%B3ria%20Volume%20II/vOrDjOgDzQ8C?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=atrav%C3%A9s+da+divis%C3%A3o+da+terra+em+zonas+de+influ%C3%A2ncia&pg=PA221&printsec=frontcover)> Acesso em 15/09/2022

ATLAS VALLARD. Autoria Anônima. Escola cartográfica de Dieppe. Disponível em <<https://cdm16003.contentdm.oclc.org/digital/collection/p15150coll7/id/53427>> Acesso em 24/01/2022

BERBARA, M^a; HUE, Sheila; MENEZES, Renato. *França Antártica: Ensaio Multidisciplinares*. Campinas: Editora Unicamp, 2020. P.19

CARVALHO, Carlos D. *História diplomática do Brasil*. Brasília: facsimilar, 1998.

CASQUILLO, José P. *A insídia das formas – ensaio semiótico relativo a “rio Timor” no atlas Vallard e “Brasília inferior” no globo de Schoner*. *Rev. Diálogos*. Fac. de Fil. e CH. Univ. Nac. Timor Lorosa’e Dili, Timor-Leste. . Ano 2/ n.o 2/ 2017.

DAVIES, Surekha. *Depictions of Brazilians on French maps, 1542-1555*. The Historical Journal, v. 55, n. 2, Cambridge University Press.p. 317-348, 2012.

_____. *Renaissance Ethnography and the Invention of the Human: New Worlds, Maps and Monsters*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

DUZER, Chet Van. *Sea Monsters on Medieval and Renaissance Maps*. The British Library, 2013.

DUZER, Chet Van. *The World for a King: Pierre Desceliers' World Map of 1550*. London: British Library, 2015

FERREIRA, João José Brandão. A Tese Do “Mare Liberum” (1608) E Os Ventos Da História. Revista Militar. Nº 2457, Outubro de 2006. Disponível em < [HTTPS://WWW.REVISTAMILITAR.PT/ARTIGO/139](https://www.revistamilitar.pt/artigo/139) > Acesso em 25/03/2022

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia, nº5, 2009. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/5724> > Acesso em: 22/03/21

HESPAÑA, António Manuel e SANTOS, Maria Catarina. Os Poderes num Império Oceânico. José Mattoso (Org.). *História de Portugal*, vol IV, [s.l.] Círculo de Leitores, 1993.

Jean Rotz e a Carta Marinha, 1542. In: O Diário da Navegação. Cambridge University Press: **23/11/2009**. Disponível em <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-navigation/article/abs/jean-rotz-and-the-marine-chart-1542/A14E509389301D78464EB0A58AC4B4F7> > Acesso em 25/07/2022

MEIRELLES, W. Reis. *História das imagens: uma abordagem, múltiplas facetas*. Pós-História, n.3, 1995.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *História e imagem: iconografia/iconologia e além*. In: CARDOSO, Flamarion Ciro; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 243-262

MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. Exp. da Coleção Cart. do Inst. Cult. Banco Santos. SP: Banco Santos, 2002.

MOTA, Avelino Teixeira da. *Reflexos do Tratado de Tordesilhas na cartografia náutica do século XVI*. Coimbra, 1973.

PINTO, Paulo J. de S. *A Austrália descoberta pelos Portugueses? Ficções aquém e além de Capricórnio*. In: Brotéria, Nº 5/6. Maio-Junho, 2014. Vol. 178, Braga/Pt. Disponível em: <https://www.academia.edu/16214441/A_Austr%C3%A1lia_descoberta_pelos_portugueses_Fic%C3%A7%C3%B5es_aqu%C3%A9m_e_al%C3%A9m_de_Capric%C3%B3rnio > Acesso em 18/05/2021

RIBEIRO, António M. F. da S. *Os Navios e as Técnicas Náuticas Atlânticas nos Séc. XV e XVI*. Rev. Militar. Nº 2515/2516 - Agosto / Setembro, 2011. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/667> > Acesso em 25/09/2019

SERCHUK, Camille. *Around the World: Borders and Frames in Two Sixteenth-Century Norman Map Books*. In: *Maps and Travel in the Middle Ages and the Early Modern Period Knowledge, Imagination, and Visual Culture*. Edited De Gruyter, Berlin/Boston 2018.

STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil: Primeiros Registros sobre o Brasil*. Disp. em < <https://prioste2015.files.wordpress.com/2018/10/duas-viagens-ao-brasil-hans-staden.pdf> > Acesso em 21/04/2022

TANZI, José Héctor. *O Tratado de Tordesilhas e sua projeção*. In: Rev. de Hist: DH – FFLCH – USP, Vol. 54, nº 108, 1976. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/77814/81796> > Acesso em 15/09/2021

TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. *O novo mundo na França: discursos e poderes (c. 1530-1630)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2014.

THOMAZ, Luís Filipe. *O Atlas Vallard: livro explicativo da edição fac-similada*. Barcelona: Moleiro Editor, 2010.

TOULOUSE, Sarah. *Marine Cartography and Navigation in Renaissance France*. In: WOODWARD, David (ed.). *The History of Cartography: cartography in the European Renaissance, Part 2*. v. 3. Chicago: University of Chicago Press, 2007. Disponível em: https://www.press.uchicago.edu/books/HOC/HOC_V3_Pt2/HOC_VOLUME3_Part2_chapter52.pdf.

Oralidade, subjetividades, trajetórias e resistências das travestis sul-mato-grossenses: analisando depoimentos

Ludmila Neves Müller¹
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa, cujo título é: “Temporada de luta: experiências de resistência e organização travesti na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul (2001 – 2021), em andamento. Assim começamos indicando que, o trabalho proposto tem por objetivo analisar a trajetória da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS), a partir das narrativas de suas integrantes e fundadoras. Os fios condutores desta discussão compreendem entrevistas realizadas por mim entre os anos de 2019 e 2022, a partir da metodologia da História Oral. Tais depoimentos variam entre as que atuam desde o início da organização, até as que entraram ao longo do tempo. São elas Cristiane Stefanny Vidal Venceslau, Hellen Kadory, Dayane Vasconcelos, Cláudia Assunção, Manuela Kika Veiga, Daniela Raylana Thaylor e Alessandra de Oliveira. Ao mesmo tempo em que apresentaremos a biografia dessas sujeitas históricas, revelaremos os processos de fundação, desenvolvimento, atuações e realizações da ATMS.

Entrevistei Cristiane Stefanny pela primeira vez ainda em 2019, para a construção de meu trabalho monográfico sobre sua trajetória política. Com duração de uma hora, o depoimento revelou caminhos que a levaram a idealizar, aos vinte e um anos de idade, um movimento organizado. Posteriormente, nos encontramos mais duas vezes para novas gravações, uma em sua casa, atual sede da ATMS, e a outra no Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) do Mato Grosso do Sul.

Cristiane foi a porta de entrada para o contato com as outras associadas, compartilhando o nome das que, segundo ela, atuaram ao seu lado de forma ativa em muitos projetos. As narrativas nos possibilitaram apresentar a história desta organização, criada oficialmente em 13 de janeiro de 2001 e que carrega, em mais de vinte anos de lutas, diversas realizações.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, provada com o projeto, cujo título é Temporada de luta: experiências de resistência e organização travesti na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul (2001 – 2021) sob orientação da Dr^a Izabel Pimentel, bolsista da CAPES.

Destacamos a criação de projetos de categorias variadas, que abrangem desde o auxílio à retificação de documentos a cursos profissionalizantes. Mencionamos a formulação da Lei Estadual 3.157, sancionada em 2005, dispondo de medidas de combate à discriminação devido à orientação sexual no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul. Esta iniciativa serviu como porta de entrada para a formulação de novas leis e decretos, a fim de inibir o preconceito e a violência contra os segmentos LGBTQIA+. Listamos a Lei 3.287/2006, que tornou obrigatória a disciplina de Relações de Gênero no currículo dos cursos de formação de policiais civis, militares, bombeiros e delegados do Estado, e a Lei 3.416/2007, acrescentando à anterior a disciplina de combate à homofobia. A Associação esteve à frente da luta pelo direito ao nome social e na organização da primeira *Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande*, do Concurso *Miss Trans e Miss Plus Size Trans MS* e o *Show da Diversidade*, que em 2022 completa sua décima nona edição. A ATMS também foi responsável por fundar o Fórum LGBT do MS e a Blitz Cidadã, que consiste em uma ação conjunta com a Polícia Militar e a Guarda Civil Metropolitana para combater crimes contra travestis e profissionais do sexo nas ruas da cidade.

Identificamos a presença de estruturas condutas violentas desempenhadas pelo Estado na região e a diminuição destas práticas em consequência da ascensão de mobilizações sociais. Através das narrativas, encontramos subjetividades, relações de afeto, união, coragem e propósito entre as associadas. São trajetórias potentes que se encontram, emergindo da marginalização ao centro do sistema excludente, protagonizando lutas por direitos, políticas públicas, respeito e dignidade.

Cristiane Stefanny e a fundação da ATMS

A trajetória de vida de Cristiane Stefanny foi marcada na pré-adolescência, quando, em 1992, mudou-se com a família da Paraíba para Campo Grande, Mato Grosso do Sul, abrigando-se então na casa de uma tia, no Bairro São Francisco. Seus pais não se adaptaram à cidade, e após dois anos decidiram regressar. “Cris”, como a depoente prefere ser chamada, ficou. Neste período, já havia arrumado dois empregos, um na Floricultura Roselândia e outro como balconista na lanchonete Gugu Lanches. Foi ausente, em seus primeiros anos na capital, a preocupação com a própria identidade de gênero, visto que a necessidade de arrumar trabalho e moradia eram questões mais urgentes.

No decorrer da entrevista, Cris relata que seu primeiro contato com o universo trans aconteceu nos bares que passou a frequentar ao longo dos anos. Como visto no

capítulo anterior, constituiu-se um imaginário pejorativo às travestis, principalmente através da imprensa. Vistas como “exóticas, estranhas, bizarras e ameaçadoras” ou “delinquentes, perigosas e criminosas” (KULICK, 2008: 49) esta atribuição parecia estar presente até mesmo no discurso de pessoas homossexuais em Campo Grande. Quando começou seu processo de hormonização², foi alertada que ao tornar-se travesti, seria privada de oportunidades e vulnerável à diversas categorias de violência. Esta transição, realmente, provocou tempos difíceis e desemprego, levando Cris a passar mais de doze anos na prostituição. Foi neste período que, segundo ela, sentiu a violência abusiva da Polícia.

[...] a questão da violência policial eu não só presenciei várias delas como também fui vítima de algumas delas, né... É claro que a pior de todas é a violência física, mas também tinha a violência verbal... (VENCESLAU, 2019)

Estas batidas acontecem todas as quartas e sextas-feiras à noite e eram, segundo a depoente, realizadas pelos policiais da DEOPS. Passando por pontos de prostituição da capital, os policiais recolhiam travestis, profissionais do sexo, mendigos, ou qualquer indivíduo “suspeito” presente no local. Jogadas nas viaturas de forma agressiva e amontoada, essas pessoas eram submetidas a toda categoria de violência. Cristiane cita como exemplo a condução irresponsável e perigosa das viaturas, em que os agentes praticavam “cavalinho de pau”, levando-as em direção a fora da cidade, geralmente nas BRs, onde realizavam sessões de tortura e espancamentos.

A idealização da ATMS partiu de Cristiane, após sua participação no VIII Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a AIDS (ENTLAIDS), ocorrido na cidade de Cabo Frio (RJ), em julho de 2000. Sua ida ao evento foi financiada pelo Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável (IBISS)³, que na época realizava um projeto de prevenção ao HIV com as travestis profissionais do sexo de Mato Grosso do Sul.

Cris volta influenciada pelos debates do encontro, idealizando um movimento organizado que poderia combater os arrastões. As discussões pré-formação da ATMS

² Para travestis e mulheres transexuais, a hormonização consiste na administração de estrogênio por via oral ou injetável e de antiandrogênicos que bloqueiam a ação excessiva da testosterona.

³ O Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste (IBISS/CO) é uma instituição sem fins lucrativos, criada em 1993. Sua atuação foi fundamental na promoção de debates e fortalecimento de organizações que hoje lutam por direitos, especialmente na região Centro-Oeste brasileira e nas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia.

aconteceram ainda no ano 2000, durante as reuniões do “Projeto Eros”⁴, entre travestis que há algum tempo já denunciavam condutas violentas por parte da segurança pública.

A formalização da associação, em 13 de janeiro de 2001, com 47 afiliadas, ocorreu durante o mandato do ex-governador José Orcírio Miranda dos Santos (1999 - 2006), mais conhecido como Zeca do PT, que trazia propostas populares. De acordo com Cris, o contexto político fez com que ela e suas companheiras se sentissem mais confiantes para mobilizar-se.

A sede da ATMS funcionou por muito tempo no Bairro Amambaí, sendo um período na Rua Nicolau Fragelli, e outro na Rua Vasconcelos Fernandes. O medo foi o principal fator para que nunca houvesse uma placa na fachada da associação. As assembleias eram marcadas com antecedência de quinze dias, e as reuniões aconteciam conforme a necessidade. Todos os encontros direcionados para a realização de projetos eram muito organizados, havendo a divisão de tarefas, geralmente indicadas por Cristiane. O financiamento vinha, na maioria das vezes, do Ministério da Saúde a partir das políticas públicas para prevenção ao HIV e DSTs.

A depoente revela que uma vez por semana as associadas passavam em todos os pontos de prostituição da cidade, conversando com as travestis profissionais do sexo sobre a importância do uso do preservativo, de como deveriam se comportar frente a ameaças e as convidando para integrar o movimento. Este também era o momento em que recebiam denúncias e pedidos de orientação.

Em sua notória trajetória como líder da associação, Cristiane foi a primeira travesti nomeada a um cargo executivo municipal, como Coordenadora de Políticas Públicas LGBT na Subsecretaria Municipal de Defesa dos Direitos Humanos de Campo Grande e chegou, entre os anos de 2012 e 2016, à presidência da ANTRA (Associação Nacional das Travestis). Em 2022, finalmente realizou o sonho de ingressar no curso de Direito.

Cláudia Assunção e os espaços de formação de política

Natural de Dourados (MS) e internada aos onze anos em uma clínica psiquiátrica por “se comportar como menina”, a travestilidade de Cláudia Assunção não fugiu ao estigma patológico atribuído à sua comunidade. Após cinco anos tratando uma doença inexistente, voltou para a casa da família assumindo de fato quem era: uma travesti.

⁴ Promovido pelo IBISS, a finalidade inicial do “Projeto Eros” era equivocada, segundo Cristiane, visto que buscava promover uma ação de prevenção à profissionais do sexo masculinos nas ruas de Campo Grande, os quais se referiam às travestis.

Esta autoafirmação fez com que, aos dezesseis anos, fosse expulsa da escola e interrompesse seus estudos, participando do que Bruna Benevides (2021: 37) chama de “processos de precarização e vulnerabilização de pessoas trans”. O preconceito e a falta de formação profissional as excluem do mercado de trabalho formal, jogadas compulsoriamente para a prostituição.

Cláudia relata que seu primeiro contato com a ATMS aconteceu em 2001, em um seminário sobre saúde da população trans no Hospital São Julião. Este foi também o dia em que conheceu Cristiane e entrou para a associação. Impressionada com a quantidade de travestis reunidas por uma causa, passou a frequentar outras reuniões, manifestações e encontros. A depoente relembra o momento em que Cristiane a inscreveu, neste mesmo ano, para o IV ENTLAIDS, realizado no Rio de Janeiro.

A pesquisa de Alessandro Soares Silva e Renato Barboza sobre as edições do ENTLAIDS, aponta que a maioria das participantes não demonstrava interesse inicial em integrar ações coletivas ou de movimentos que necessitassem de empenho pessoal. A maioria comparece pela primeira vez por curiosidade ou como acompanhante, mas ao final dos encontros, acabam se comprometendo com as bandeiras e questões que orientam os segmentos reunidos. (SILVA; BARBOZA, 2009: 271). Para os pesquisadores, estes eventos apresentam-se como um espaço de reconfiguração identitária. Observa-se que, com base na participação no movimento, travestis passam de vítimas a agentes de pressão sobre o próprio governo, sem esperar que este venha naturalmente tomar sua defesa em diversos aspectos da vida cotidiana. Para Cláudia, o contato com travestis em cargos de liderança, representando associações em diversos Estados e que possuíam cursos superiores, a influenciou a voltar a estudar.

Um dos grandes obstáculos em sua vida, no entanto, era a violência de Estado. A depoente relata que sofreu e presenciou muitos arrastões cometidos pelos agentes de segurança, porém, deixou de se intimidar, denunciando estes abusos. O ato de coragem em resistir, mesmo frente a ameaças, demonstra que a consciência militante adquirida a partir dos encontros a fez enxergar que, sem sua própria atividade e comprometimento, seria muito improvável qualquer mudança. (SILVA; BARBOZA, 2009: 271).

Segundo a depoente, uma das iniciativas mais significativas para a diminuição da violência estatal foi a formulação das Leis Estaduais de autoria conjunta entre a ATMS e o deputado estadual Pedro Kemp (PT). A Lei Estadual 3.157/2005, dispôs medidas de combate à discriminação devido à orientação sexual no âmbito do estado do Mato Grosso do Sul. As Leis 3.287/2006 e 3.416/2007 tornaram obrigatórias no estado as disciplinas

de Relações de Gênero e Combate à Homofobia no conteúdo curricular dos cursos de formação de policiais civis, militares, bombeiros e delegados.⁵

Atualmente, Cláudia exerce o cargo de coordenadora de políticas públicas LGBT+ no município de Dourados (MS).

Raylana Thaylor e a união das travestis

Daniela Raylana Thaylor começou seu processo de hormonização sem acompanhamento médico e escondida da família, que a expulsou de casa, aos dezesseis anos. Em 1987, com a ajuda de um amigo que comprou sua passagem de trem, mudou-se de Corumbá (MS) para Campo Grande, onde começou a trabalhar na prostituição. A depoente conta que sua chegada à cidade foi difícil pela rejeição das travestis campo-grandenses em relação às corumbaenses, sendo necessária a criação de um ponto somente para elas, na Avenida Calógeras. Vítima de diversos arrastões policiais, Raylana relata que

Eles vinham com tudo, todo mundo ia pro paredão, às vezes batia e às vezes não, às vezes só levava a gente longe daqui, fora... E então foi muito difícil naquela época... A gente corria deles a noite inteira... (THAYLOR, 2022).

Segundo a depoente, o período de criação da ATMS também foi muito complicado, pelo aumento da violência em consequência das denúncias. Através da imprensa, Cristiane alertava sobre tais represálias, que incluíam ameaças, xingamentos e agressões físicas. O fortalecimento da Associação, ao longo dos seus primeiros anos de atuação, esteve diretamente ligado a esta ofensiva, promovendo uma união entre as travestis que trabalham nas ruas. Outra condição a intensificar esta unidade foi a realização, em 2002, do V ENTLAIDS na capital sul-mato-grossense. Assim como Cláudia, Daniela Raylana relata que os encontros e as reuniões da associação também a ajudaram a entender mais sobre seus direitos como cidadã.

Em 2002, a ATMS atingiu o número de 150 associadas e influenciou a formação de outras duas associações: a Associação Corumbaense de Gays, Lésbicas e Travestis (ACOGLT) e a Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros de Dourados (AGLTD).

Alessandra Oliveira e o direito à saúde

Profissional do sexo, atuando há mais de vinte anos nas redondezas da Avenida Costa e Silva, em Campo Grande, Alessandra Oliveira também foi uma das travestis que

⁵ Lei que combate discriminação por orientação sexual completa 10 anos. Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul [online], 10 abr. 2015. Disponível em <<https://www.al.ms.gov.br/Noticias/56656/lei-que-combate-discriminacao-por-orientacao-sexual-completa-10-anos>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

presenciou a época dos arrastões. Associada da ATMS desde o ano de 2004, a depoente afirma que sente uma grande diferença no tratamento da polícia em relação às travestis hoje.

A entrevista revela que além da diminuição da violência, a Associação foi importante pois estendeu às travestis campo-grandenses o direito à saúde, tanto física, quanto mental. De acordo com uma revisão bibliográfica sobre as dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), apesar de todo o cidadão brasileiro ter direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação, esta não parece ser a realidade no interior dos hospitais públicos no Brasil.

O Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) do Mato Grosso do Sul foi uma reivindicação da ATMS. Este espaço exclusivo para o teste do HIV e das DSTs, antes realizados nos Centros Especializados Municipais (CEM), incentivou travestis profissionais do sexo a realizarem testes com mais frequência, por se configurarem como ambientes acolhedores. O local, financiado pelo Ministério da Saúde, também promove palestras e conta com profissionais como médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais. Esta conquista promove a profilaxia e o tratamento precoce das doenças sexualmente transmissíveis.

O ano de 2016 marca a fundação do primeiro Ambulatório Transexualizador do SUS de Campo Grande, localizado no Hospital Universitário da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Reivindicado desde 2009 pela ATMS, o espaço atende travestis e transexuais que desejam realizar a terapia hormonal com segurança e suporte clínico de especialistas em endocrinologia, urologia e ginecologia, além de atendimento assistencial e psicológico.⁶

Helen Kadory e o reconhecimento nacional

Conhecida artista, performer e Drag Queen de Campo Grande, Helen Kadory é atualmente Presidente do Fórum Estadual LGBT do Mato Grosso do Sul. Associada desde 2007, a depoente afirma que divide sua trajetória de vida entre antes e depois da ATMS.

O governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003- 2010) implementou significativas políticas públicas para a comunidade trans. A proposta “TRANSpondo Barreiras: Rede

⁶ Ambulatório transexualizador começa a funcionar dia 10 na Capital. Midiamaxnews [online], 9 nov. 2016. Disponível em <<https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2016/ambulatorio-transexualizador-comeca-a-funcionar-dia-10-na-capital/>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

de Saúde, Cidadania e Prevenção das DST/HIV” (2008), financiada pelo Ministério da Saúde, e em parceria com movimentos “T” de todo o Brasil, foi uma delas.⁷ Atuando no cargo de educadora social, este projeto inaugurou a trajetória de Helen na associação. Seu trabalho compreendia a divulgação, para pessoas travestis e transexuais, dos seus direitos como cidadãs e do conhecimento sobre as DSTs em geral. Também atuou como agente multiplicadora, recrutando novas voluntárias.

[...] esse projeto teve encerramento lá em Brasília, onde a gente participou... O presidente Lula recebeu a gente... [...] a manifestação mais marcante pra mim foi quando nós conseguimos sentar com o ex-presidente Lula, foi um grande momento... (KADORY, 2021).

O episódio narrado expressa um momento simbólico e histórico, não só para a depoente, mas para todas as integrantes da Associação de Travestis de Mato Grosso do Sul. A ATMS encerrou 2008 com o recebimento do Prêmio Nacional de Direitos Humanos.

Associação das Travestis de Mato Grosso do Sul (ATMS) recebe no próximo dia 15 de dezembro, em Brasília, o Prêmio de Direitos Humanos 2008 concedido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. [...] Em sua 14ª edição, o prêmio é um reconhecimento a pessoas e organizações que desenvolvem ações que contribuem para promoção e defesa dos direitos humanos.⁸

Dayane Vasconcelos: potencialidades da ATMS e relações de afeto entre associadas

A militância de Dayane começou em 2013, no 6º Congresso do Movimento Sem Terra (MST), em Brasília, onde pela primeira vez entrou em contato com um movimento social. Ao retornar para Mato Grosso do Sul, relata que procurou fazer parte da ATMS, integrando diversos projetos.

[...] e quando eu retornei ao estado eu precisava de um rumo, alguma coisa que me incentivasse a sair da rua, da prostituição... Do mundo da prostituição... E eu vi a ATMS com essa intuição, com esse intuito, de me fortalecer na militância, lutar pelos direitos da população LGBT e também de ter ali do meu lado pessoas que queriam me ajudar a sair desse mundo da prostituição. Esse foi um dos incentivos que eu tive pra militar... Mas o incentivo mesmo veio depois desse congresso, eu vi a população LGBT lutando pela causa... [...] A ATMS também me ajudou muito, na verdade ela foi um dos pontos iniciais da minha vida, eu não tinha estudo... Eu vivia da prostituição, e isso foi uma das coisas que eu consegui largar, as duas organizações me ajudaram, hoje eu me

⁷ Citamos também o lançamento do “Disque 100 - Serviço de denúncia à violência contra travestis e transexuais” e a Portaria MS n 1820, de 13 de agosto de 2009, que permitiu o uso do nome social no cartão do SUS.

⁸ IBISS/CO. Associação de Travestis de MS recebe prêmio nacional de Direitos Humanos. Campo Grande, 11 dez. 2008. (Acervo Privado ATMS).

sinto ATMS e me sinto MST, as duas organizações me representam e conseguiram me tirar do mundo da prostituição. (VASCONCELOS, 2021).

É possível perceber, no relato da depoente, seu desgosto com a vida na prostituição. O conjunto de debates, cursos, ações e realizações que a organização promove para suas integrantes, portanto, se configura como um potencial transformador de vidas. A entrevistada também revela a relação de afeto e irmandade entre as integrantes. Uma das ações mais bonitas da ATMS, para ela, é a de arrecadar fundos para o velório e enterro das travestis que não possuem famílias. Este ato representa verdadeira lição de humanidade.

Manoela Kika e a ATMS hoje

Trabalhando como cabeleireira desde os quatorze anos de idade, hoje, aos cinquenta, Manoela Kika é proprietária de um salão de beleza em Campo Grande. Integrante da AMTS há dezessete anos, a depoente relata que atualmente, pela falta de verbas públicas e financiamento de projetos, a organização funciona na casa de Cristiane.

A ATMS fechou porque não tinha mais condições de pagar água, luz, o prefeito evangélico não queria cobrir mais, mas até hoje ela luta por uma sede... [...] Hoje eu acho que a ATMS merece do governo nada menos que um prédio para a associação... Por tudo que a gente fez, que a Cris fez... [...] A associação não está mais no centro, está aqui na casa dela porque não tem lugar mais pra gente colocar, pra gente atuar... (VEIGA, 2021).

Para a entrevistada, a organização atuou não só pelas travestis da cidade, mas por toda uma população marginalizada, que sempre encontrou na ATMS um refúgio contra a violência e o preconceito. Mesmo nestas condições,

[...] a gente tem trabalhado... agora mesmo nessa pandemia a gente está aí se virando daqui e dali, com cesta básica, buscando apoio, fazendo intercâmbio com outras instituições para poder conseguir alguma coisa e tal... Mas estamos trabalhando, por nós, pelas trans... [...] A violência policial podemos dizer que melhorou assim uns 99%, mas a gente ainda tem a violência da sociedade, a questão da pobreza, da prostituição, da exclusão... (VEIGA, 2021).

De acordo com o Dossiê da Associação Nacional das Travestis (ANTRA) para o ano de 2022, o contexto político brasileiro dos últimos cinco anos vem piorando a situação geral das pessoas trans. Os pequenos avanços estão sendo conquistados com muita dificuldade, através do empenho dos movimentos sociais. Mesmo sem destinação de verba, investimentos ou avanço em políticas públicas por parte do Estado, continuam na luta fazendo o que podem para melhorar esta realidade. (BENEVIDES, 2022: 14).

Travessias

Com exceção de Manoela Kika, todas as associadas e colaboradoras desta pesquisa trabalharam ou ainda trabalham na prostituição, e sofreram algum tipo de violência nas ruas. A maioria foi expulsa de casa ainda jovem, e as que terminaram o ensino básico, concluíram depois de adultas e até o momento, nenhuma possui um curso superior completo. Todas as entrevistadas superam a expectativa de vida da população trans feminina no Brasil, que é de trinta e cinco anos. (BENEVIDES, 2022: 41).

Entendendo que a história da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS) não pode ser recuperada de forma linear e contínua e que a ideia de trajetória não constitui um fim em si mesma (BOURDIEU, 2006: 189)⁹, buscamos resgatar e discutir este passado a partir de fragmentos que unem biografia e contexto. Como proposto por Giovanni Levi (2006: 179), conjunturas e comparações de experiências enriquecem o objeto ou personagem estudado, e este entrecruzamento mostra-se uma importante ferramenta de preservação da memória.

Os testemunhos utilizados também apresentaram o que Andrea Casa Nova Maia (2016: 60) chama, dentro da metodologia da História Oral, de “pontos de saturação”, em que as respostas se repetem em várias entrevistas sobre o mesmo tema. Nota-se que a maioria das associadas começou suas militâncias por meio de eventos ou projetos sociais, e os consideram fundamentais na construção de uma consciência política. A importância da retificação do nome no documento de identidade e a gratidão e admiração por Cristiane Stefanny também foram assuntos recorrentes.

Referências

BENEVIDES, Bruna (Org.) **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021** – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. p. 14.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. p. 37.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. IN: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 189.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 49.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. IN: Amado, Janaina. e Ferreira, Marieta de Moraes. (Orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

⁹ Pierre Bourdieu pensa a trajetória como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço em que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações.”

MAIA, Andrea Casa Nova. História oral e movimentos sociais: A memória ferroviária em questão. IN: Almeida, Juniele Rebêlo de. (Org.) **História oral e movimento social: Narrativas públicas**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SILVA, Alessandro Soares.; BARBOZA, Renato. Exclusão social e consciência política: luta e militância de transgêneros no ENTLAIDS. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 20, n. 1, 2009, p. 271.

Fontes

ASSUNÇÃO, Cláudia. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 26 abril de 2021.

KADORY, Hellen. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 10 maio de 2021.

OLIVEIRA, Alessandra de. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 17 março de 2022.

THAYLOR, Daniela Raylana. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 17 mar. 2022.

VASCONCELOS, Dayane. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 30 abr. 2021.

VEIGA, Manoela Kika. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 25 jun. 2021.

VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. Depoimento cedido à Ludmila Müller. Campo Grande, 26 fevereiro de 2019.

RCC em Niterói: de perseguida a aliada da cúria frente à Teologia da Libertação

Marcelo Macêdo de Almeida¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é: “A Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Niterói: a disputa do Campo Religioso entre progressistas e conservadores”, ainda em andamento. Um dos focos do trabalho em desenvolvimento é identificar compreender a influência de duas novas formas de religiosidades surgidas na Igreja Católica Apostólica Romana na segunda metade dos anos 1960 sobre a juventude católica da arquidiocese de Niterói. São elas a Teologia da Libertação (TdL) e a Renovação Carismática Católica (RCC). Neste artigo busca-se identificar os motivos que possam ter levado a Cúria da Arquidiocese de Niterói, da inicial rejeição à Renovação RCC até a aceitação nos anos 1990, sobretudo, para o trabalho com a juventude.

A Pastoral da Juventude (PJ), fundada em 1973, sofreu influência direta das duas orientações religiosas desde sua fundação. Porém, a pastoral se volta quase que exclusivamente para a TdL a partir do 3º Encontro Nacional da Pastoral de Juventude, ocorrido em 1978. No encontro são definidos os pilares do movimento e é adotado um método utilizado pela Juventude Operária Católica (JOC), chamado VER-JULGAR-AGIR. A forma de atuação da juventude a partir de agora se daria em pequenos grupos de base que iriam trabalhar a realidade do jovem e da população assistida por trabalhos sociais, como colocado na pedagogia freireana. Muitos desses grupos de base da PJ se transformaram em Comunidades Eclesiais de Base (CEB), célula cristã ligada à TdL (PIERDONÁ, 1990, p.58).

A consolidação dessa orientação da Pastoral de Juventude se deu no 4º Encontro Nacional da Pastoral de Juventude, realizado em 1984. Nesse encontro estiveram presentes representantes de diversos estados do país e em que foi definida a necessidade de atuação orientada “por classes sociais, além de priorizar a formação integral” do cidadão, não apenas a espiritual, usando a “metodologia para desenvolver a articulação,

¹ Aluno do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social do Território da Uerj. Bolsista Capes. Orientador: Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes. Ingresso no ano: 2022. Com o projeto de pesquisa com o título “A Pastoral da Juventude da Arquidiocese De Niterói: a disputa do Campo Religioso entre progressistas e conservadores”.

organização e coordenação de um trabalho de evangelização” (SOFIATI, 2004, p.62). Boran (1882) divide a PJ deste período em três grupos distintos: os tradicionalistas; os socialmente engajados; e os que tinham vontade de estar engajados, mas temiam represálias do clero. Na Arquidiocese de Niterói, a cúria aceitava bem apenas a juventude tradicionalista, questionando tanto os Carismáticos quanto os Libertadores. Entre os principais motivos dessa não aceitação estava certa independência desses grupos em relação à hierarquia da Igreja, o que fazia com que o clero tradicionalista sentisse como se estivesse perdendo o controle sobre a juventude.

A Pastoral de Juventude sempre buscou o diálogo com a hierarquia institucionalizada da Igreja, mas o quadro começa a ser alterado com perspectiva dos grupos de base (SOFIATI, 2004). Na Igreja de Niterói a juventude teve dificuldades de se estabelecer, mesmo com a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) se abrindo para a TdL, incentivando a sindicalização dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a CNBB se posicionava com fortes críticas ao regime militar denunciando os abusos contra os direitos humanos, a censura e a repressão que silenciava a oposição, fazendo da Igreja um núcleo de resistência progressista. O posicionamento do órgão fez com que leigos passassem a se comprometer com as causas sociais, saindo do campo do discurso e atuando concretamente contra a ditadura, levando muitos ao exílio e até mesmo assassinatos. A principal forma de atuação desses leigos se deu através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que conseguia realizar uma conexão direta entre a vida religiosa e cotidiana, trazendo uma leitura da Bíblia a partir da sua relação com a realidade vivida no país (DELGADO & PASSOS, 2003).

A Juventude na Arquidiocese de Niterói

A Pastoral da Juventude

A cidade de Niterói foi capital do estado do Rio de Janeiro entre 1834 e 1975, uma vez que a cidade do Rio era Distrito Federal e, mesmo após a inauguração de Brasília em 1960, Niterói manteve o título de capital estadual por mais 15 anos até a fusão entre os estados do Rio de Janeiro e o da Guanabara. Esta capitalidade frente aos outros municípios fluminenses garantiu a Niterói o recebimento de diversos prédios públicos, palacetes entre outras construções que lhe garantisse pompa imperial que a diferenciava das demais cidades e que a aproximasse do Rio de Janeiro em características urbanas, sociais e econômicas (TEIXEIRA FILHO & SEIXAS, 1975). A importância dentro de um

cenário político garantiu a Niterói sua importância no campo religioso. Em 1960 a então diocese de Niterói é elevada à categoria de arquidiocese e sede metropolitana tendo como seu primeiro arcebispo Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior e o titular da igreja Catedral e Padroeiro da Arquidiocese a figura de São João Batista, estando sob sua responsabilidade às paróquias do Leste Fluminense e da Região dos Lagos do Rio de Janeiro (MATTA E SILVA, 2010).

Uma estrutura de Pastoral da Juventude (PJ) começa a ser formada em Niterói em 1975 (SANTANA, 2002), dois anos após a realização do I Encontro Nacional de Pastoral da Juventude, no Rio de Janeiro, em 1973. Em seus primeiros anos de atuação, em todos os grupos jovens os seus membros estavam ligados às suas paróquias e trabalhavam na perspectiva da realização de encontros para discutir a vida emocional dos jovens em seu aspecto familiar e pessoal, descrito por Sofiati (2004) como um olhar mais interior na vida do jovem que propriamente uma ação concreta de um engajamento social. Porém, em 1980, ocorreu a divisão da PJ da Arquidiocese em setores regionais com a formação de comissões locais, uma vez que a Arquidiocese de Niterói abrange muitas cidades e ficaria difícil gerenciar tudo de um modo centralizado. Desta forma surgem os núcleos regionais: Niterói Centro-Sul (atual Niterói Sul); Niterói Centro-Norte (atual Niterói Norte); São Gonçalo; Alcântara; Vendas das Pedras (atual rural); e Lagos (SANTANA, 2002).

A subdivisão que facilitava a gestão a partir da Diocese, com o tempo foi moldando “personalidades” distintas entre os grupos setoriais. Isso se aprofunda no ano de 1981 quando a coordenação arquidiocesana da PJ passa a ser feita por um colegiado composto por diversas pessoas, sem uma figura central o que facilitava algumas dessas “juventudes” a seguirem as diretrizes nacionais da PJ e sua orientação à participação em movimentos sociais. Surgem assim alguns grupos de base com projetos como cursos de alfabetização de adultos e na promoção de palestras sobre temas como aborto, drogas, prevenção sobre DSTs, dentre outros temas. Cada setor de juventude se abria a essas orientações ao seu modo. Muitos ainda permanecem no modelo dos grupos introspectivos, alguns já dialogando com a religiosidade carismática (ALMEIDA, 2020).

O trabalho da PJ no Brasil foi bem ativo durante os anos 1980, guiados principalmente pela TdL. Sem perder suas características, a pastoral buscava conciliar sua proposta teológica e evangelizadora firmando suas conquistas nos trabalhos comunitários e paroquiais. Contudo, relatos de jovens dos grupos de base da PJ de Niterói afirmam que o conservadorismo atrapalhava que os objetivos saíssem do papel e fossem realmente postos em prática nas paróquias e capelas mesmo quando as orientações eram

em prol de uma pastoral engajada socialmente (ALMEIDA 2020). Da mesma forma, o pleno desenvolvimento da RCC era dificultado pelo bispado tradicionalista que não aceitava a independência dos grupos de oração em relação à hierarquia da Igreja².

A situação se altera na virada para os anos 1990, quando a Arquidiocese de Niterói se abre para a forma de evangelização e as práticas da Renovação Carismática Católica (RCC), que começa a ter uma maior aceitação por parte da mitra. Essa mudança acabou dificultando o trabalho dos agentes pastorais dos grupos de base, pois começaram a desaparecer o pouco apoio que tinham para promover a ação pastoral na PJ com características sociais, comunitárias e participativas (SANTANA, 2002. P.40). Contudo, até esse momento, a RCC não era bem aceita pela cúria diocesana devido a sua espiritualidade de influências pentecostais protestantes, o que a levou a ser chamada no início de “movimento católico pentecostal³”, mesmo estando presente no território da Arquidiocese desde o início dos anos 1970⁴.

A Renovação Carismática em Niterói

Não demorou até que os Carismáticos aparecessem em Niterói. O surgimento dos “católicos pentecostais” se deu em 1967 na Universidade de Duquesne, em Pittsburgh, Pensilvânia, Estados Unidos, durante um congresso de outro movimento católico, o Cursilhos de Cristandade. Os universitários católicos de Duquesne se reuniam e suplicavam para que o Espírito Santo se manifestasse neles, o que chamam de Batismo no Espírito Santo. O então batizado no espírito adquire um dom do Espírito Santo, como o de falar outras línguas (glossolalia), por exemplo. Rapidamente a religiosidade católico-pentecostal se espalha entre jovens de outras universidades norte-americanas e, por meio de padres norte-americanos em missão no Brasil, a RCC alcança a cidade de Campinas, em São Paulo, no início dos anos 1970 (MAFFI, 2019).

A notícia sobre essa movimentação em terras paulistas fez com que as lideranças da RCC de lá viessem ao Rio de Janeiro para um retiro em 1971 convidados por um sacerdote jesuíta. De acordo com Maffi (2019), alguns participantes do retiro ficaram um pouco reticentes com aquela espiritualidade pentecostal à moda protestante, outros assimilaram bem. Assim, nasceu o primeiro grupo de RCC no Méier, Zona Norte do Rio.

² Depoimento do Monsenhor José Geraldo

³ A RCC surge juntamente com a Terceira Onda do Pentecostalismo, ou simplesmente neopentecostalismo. No cristianismo protestante o primeiro movimento pentecostal se deu em 1906. Para entender melhor as diferentes correntes pentecostais, consulte “Movimento neopentecostal brasileiro”, de David Allen Bledsoe (2012).

⁴ Depoimento do Monsenhor José Geraldo

Ao longo dos anos 1970 os carismáticos foram ganhando terreno no estado e chegaram até a arquidiocese de Niterói. Um padre foi muito importante na divulgação da Renovação Carismática na arquidiocese, o hoje monsenhor José Geraldo da Silva Pinto Souza. Nessa época ele estava na Paróquia de São Pedro de Alcântara, em Alcântara, São Gonçalo. A movimentação inicial do grupo pioneiro, segundo ele, não era bem vista pelo bispado e precisou trocar de paróquia algumas vezes até se estabelecer⁵.

Surgiu um primeiro grupo de oração que funcionava no Colégio da Providência [Santa Rosa] que tinha uma freira lá que tinha feito esse círculo de oração. Dali se deslocou para o Santuário das Almas [Icaraí], onde ficou algum tempo. Depois do Santuário das Almas foi para a Catedral de São João Batista [Centro de Niterói]”. (Depoimento do Monsenhor José Geraldo)

Assim a RCC foi implantada em Niterói, cidade sede da arquidiocese, em 1974. No mesmo ano ela chega até Cabo Frio, na Região das Baixadas Litorâneas, por meio do frei franciscano Felipe Gabriel Alves, o Frei Felipinho, que iniciava outro grupo de orientação carismática em uma paróquia comandada por frades menores franciscanos. Depois desses dois grupos de oração pioneiros o monsenhor, pessoalmente, foi o responsável pela formação dos outros dois grupos de RCC da arquidiocese de Niterói que tiveram seu início na década de 1970. Um na paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Porto Novo, São Gonçalo, e outro na paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, ambos em 1978. Durante todo este tempo de implantação da RCC na arquidiocese de Niterói, os bispos viam os carismáticos com reticências por sua espiritualidade “protestante” e por conta de que apesar de terem sempre um sacerdote como orientador espiritual, os Batismos no Espírito Santo não dependiam de sua imposição de mãos ou de sua autorização⁶.

Segundo a norma da RCC é o próprio Deus, na pessoa do Espírito Santo, que escolhe quem vai receber o dom e qual dom lhe será dado, seja a glossolalia, dom de revelação, ou outro (MAFFI, 2019). Uma possibilidade para alcançar esse tradicionalismo da diocese de Niterói pode estar na sua elevação à condição de Arquidiocese, em 1960, e seu primeiro arcebispo Dom Antônio de Almeida Morais Júnior, que fora transferido da diocese de Olinda e Recife, em Pernambuco. Dom Antonio era conhecido por sua postura conservadora e anticomunista. Entre algumas das afirmações do arcebispo está a de que católicos não deveriam votar em candidatos

⁵ Depoimento do Monsenhor José Geraldo

⁶ Depoimento do Monsenhor José Geraldo

progressistas por considerar o fato como uma traição à fé cristã (CABRAL & LEITE, 2012).

Durante os oito anos em que Dom Antônio esteve à frente da diocese de Olinda e Recife as intervenções políticas da igreja foram constantes. Sua postura anticomunista não se alteraria em Niterói. Quando ocorreu o golpe militar, em 1964, Dom Antônio “agradeceu a Deus pelo fracasso da planificação vermelha em terras fluminenses” durante missa solene em agradecimento à “revolução” realizada no Colégio Salesiano de Santa Rosa, em Niterói⁷. À frente da igreja de Niterói até 1979 (SILVA, 2011), sua postura atraiu e incentivou uma postura igualmente conservadora ao restante do clero. Em junho de 1972, o padre José Teixeira, à época vigário da basílica de Santa Rosa, em Niterói, condenou o uso de instrumentos musicais populares, como o violão, no lugar do tradicional órgão, e classificou como retrocesso o fato dos jovens da cidade frequentar a missa vestindo calças boca-de-sino e short-saias. “O que é preciso é ir à igreja com trajés realmente indicados pela modéstia cristã”, afirmou⁸. A crítica do padre afetava diretamente qualquer grupo de juventude, fosse um núcleo da PJ ou um da RCC. O estranhamento ao uso do violão não foi uma exclusividade de Niterói, Maffi (2019) aponta que o mesmo ocorreu com os pioneiros do interior paulista, porém de uma então minoria tradicionalista.

Abertura arquidiocesana à RCC

Na virada para os anos 1990 ocorre uma mudança de postura do clero em relação à RCC que pode ser explicada pelos ventos da Cúria Romana. Após as Conferências do Conselho Episcopal Latino-Americano de Medellín (1968) e de Puebla (1979) fundarem e ampliarem a Teologia da Libertação, respectivamente, a Conferência de Santo Domingo (1992), primeira sobre a total tutela do Papa João Paulo II, pôs freio ao progressismo da Igreja Latino-Americana. Convocada em 1990, a conferência trazia o tema “Nova evangelização, Promoção Humana, Cultura Cristã”. O objetivo era construir uma nova forma de evangelização para o século XXI e, com isso, implicitamente abandonar as práticas progressistas que estavam em vigor desde o fim da década de 1960.

Contudo, de acordo com Antoniazzi (1993), o objetivo primeiro de deixar a igreja progressista no passado acabou deixando nada de concreto posto em seu lugar. Para o autor, a falta de unidade do documento se explica pelo método de trabalho adotado

⁷ Jornal O Fluminense de 14 de abril de 1964

⁸ Jornal O Fluminense de 18 de junho de 1972, p.6.

durante a Conferência e na confecção do documento oficial. Principalmente há a ausência de uma “discussão clara das relações entre nova evangelização, promoção humana e cultura cristã”. Sem nenhuma alusão a diálogos episcopais anteriores sobre o tema, o que torna o objetivo principal do documento com um argumento fraco para se sustentar (ANTONIAZZI, 1993).

Com essas diretrizes frouxas sobre o que seria essa Nova Evangelização, a religiosidade da Renovação Carismática acabou ocupando esse espaço, principalmente junto à juventude católica. Em Niterói a RCC finalmente ganha espaço e reconhecimento. Em uma reportagem do jornal O Fluminense de 20 de agosto de 1991, a RCC ganha destaque como força renovadora da Igreja. A pauta era sobre o aniversário de um tradicional colégio de Niterói, mas uma retranca maior que o texto da matéria principal aponta que os carismáticos anunciam que “o mundo chegará ao ano 2000 completamente convertido aos ensinamentos de Jesus Cristo”. Um personagem da matéria, Reginaldo Barros Neto, afirma que o homem precisa retornar a sua condição humana primordial. “O mundo está muito materialista, as pessoas só pensam, de um modo geral, no bem-estar material. (...) É necessário a retomada (*SIC*) de certos valores morais que são essenciais ao humanismo e é este o objetivo da renovação carismática”⁹.

De acordo com Monsenhor José Geraldo foi nessa época que ocorreu uma grande proliferação de grupos de oração de orientação carismática na arquidiocese de Niterói. Colégios de orientação religiosa da cidade de Niterói começaram a abrir seus espaços para a realização de grandes encontros com diversos grupos de oração, como o Colégio Salesiano e, já no fim da década, até o Seminário São José, principal formador dos padres que atuam na diocese, tem um grupo de oração carismática formado por seminaristas que estudam no local.

O arcebispo de Niterói no início dos anos 1990, Dom Carlos Alberto Navarro, foi o primeiro chefe da cúpula niteroiense a declarar um apoio, mesmo que parcial, aos carismáticos. Para ele, a RCC teria pontos positivos e negativos, mas que o “gosto pela renovação espiritual; o regresso à contemplação; a acentuação do ‘Louvor a Deus’; a disponibilidade aos apelos do Espírito Santo; a leitura assídua da Bíblia; a vivência de fraternidade e a vontade de colaborar com a Igreja”, deviam ser estimuladas pela hierarquia da Igreja¹⁰. Entre os pontos negativos apontados pelo bispo estava a busca

⁹ Jornal O Fluminense de 20 de agosto de 1991, p.4.

¹⁰ Jornal O Fluminense de 20 de agosto de 1991, p.4.

exagerada, segundo sua avaliação, do mundo espiritual sem dar a devida atenção às obras sociais.

Para segurar as rédeas da juventude, a Igreja de Niterói começa a partir desse período a incentivar a participação de encontros como Encontro de Adolescentes com Cristo (EAC) e o Encontro de Jovens com Cristo (EJC). Os encontros são um retorno aos grupos de reflexões introspectivas sobre a vida do jovem, como no início da PJ. Com a aceitação do bispado e o crescimento dos grupos de oração carismáticos, a religiosidade carismática acaba por ocupar este campo na disputa com os grupos de base de orientação libertadora (SANTANA, 2002).

“Eu creio que a RCC sabendo trabalhar com a ação integrada às demais pastorais das paróquias e da diocese, como uma forma de colaboração dos vários estilos de vida cristã e católica com a espiritualidade a RCC está assim mais integrada a outros movimentos que também aceitam melhor a RCC. No começo era meio isolada, mas hoje há mais diálogo e mais integração e ela tem um setor diocesano organizado que faz com que ela tenha um direcionamento melhor e mais atuante. Isso tudo para o bem do povo de Deus e para as almas dos nossos sacerdotes”. (Depoimento do Monsenhor José Geraldo)

Considerações finais

Ao contrário do que aconteceu com a Teologia da Libertação, que a cúria romana cerceou desde o fim dos anos 1960 e, principalmente a partir do papado de João Paulo II, iniciado em 1978, a RCC foi prontamente aceita por Roma. Em 1984. Foi emitido o documento “Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação”, por meio da Santa Sé e assinado pelo então prefeito da Congregação para Doutrina da Fé, o cardeal Ratzinger, futuramente Papa Bento XVI¹¹. O documento fala sobre “perigos e desvios” da corrente teológica libertadora e fala com preocupação da possível influência das ideias de Karl Marx sobre os teólogos. Já a RCC, teve seus líderes recebidos para a 1ª Conferência Internacional de Líderes da Renovação Carismática Católica em Roma, ainda em 1973. Algumas dessas lideranças foram recebidas pessoalmente pelo Papa Paulo VI, que teria dito aos representantes que a RCC era uma resposta ao secularismo, afirmando que Deus estava deixando cair uma chuva de carismas (MAFFI, 2019).

Tradicionalmente, o clero niteroiense não acompanhou a aceitação romana sobre a RCC. Ao mesmo tempo em que repudiava a TdL, por suas orientações populares e diálogos com as ciências sociais e, principalmente, o marxismo, também repreendia os carismáticos e sua espiritualidade “protestante”. Além do Documento de Santo Domingo,

¹¹https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html consultado em 15 de setembro de 2022.

de 1992, a mudança para um bispado mais aberto à RCC pode explicar o seu crescimento nos anos 1990. Fazendo com que nessa disputa do campo religioso entre libertadores e carismáticos este segundo grupo se saísse vencedor. Essa aceitação fez com que a religiosidade dos carismáticos influenciasse os encontros como o EAC e EJC, levando temas como batismo no Espírito Santo para dentro de alguns grupos da Pastoral da Juventude.

Os setores da pastoral ligados à Teologia da Libertação não desapareceram, porém ficaram restritos a alguns grupos pontuais. Muitos dos agentes da PJ dos anos 1970 e 1980 acabaram saindo da vida paroquial e, mesmo sem abandonar sua fé cristã católica, não participam da vida paroquial. Já a RCC conseguiu ampliar seu espaço ao longo dos anos e acabou servindo de aliada para o esvaziamento dos poucos grupos de base que existiam na arquidiocese.

Referências

ALMEIDA, M. M. **Teologia da Libertação em São Gonçalo: da atuação da Pastoral da Juventude à formação da Comunidade Eclesial de Base do Morro do Jurumenha (1973-1987)**. (Dissertação). PPGHS/UERJ. São Gonçalo, 2020.

ANTONIAZZI, Alberto. **O que Santo Domingo trouxe de novo?** IN: Revista Vida Apostólica. Paulus – V.170 n.1993.

BORAN, Jorge. **Juventude, o grande desafio**. Paulinas, São Paulo, 1982.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade; & LEITE, Hugo Leonardo Silva de Oliveira. **Política e anticomunismo na arquidiocese de Olinda e Recife sob a liderança de Dom Antonio de Almeida Morais Júnior (1952-1960)**. Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAMP – V.1. n. 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves & PASSOS, Mauro. **Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)**. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos em fins do século XX. Livro 4. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003. p93-132.

MAFFI, Bruno. **Entre vós: 50 anos de renovação Carismática Católica no Brasil**. São Paulo, 2019.

MATTA E SILVA, Salvador. **Arquidiocese de Niterói: jubileu de ouro**. Editora Muiraquitã. Niterói, 2011.

PIERDONÁ, E, & FURLANETTO, I Souza. **História da PJ no Brasil**. Instituto de Pastoral da Juventude, Santo Ângelo, 1990.

SANTANA, Cláudia da Conceição. **Pastoral da Juventude: desafio ao papel social da Igreja Católica**. (Monografia) FFP/UERJ. São Gonçalo, 2002.

SOFIATI, Flávio M. **Jovens em movimento: o processo de formação da Pastoral da Juventude do Brasil**. São Carlos: Dissertação de Mestrado, UFScar, 2004.

TEIXEIRA FILHO, Álvaro & SEIXAS, Agostinho. **Fusão: Estado da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro**. Histórico e legislação. Livraria São José, Rio de Janeiro, 1975.

Fontes

Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”. Disponível em https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html

O FLUMINENSE. Niterói. Entre 14 de abril de 1964 e 20 de agosto de 1991.

SOUZA, José Geraldo da Silva Pinto. Monsenhor. Clérigo articulador dos primeiros grupos da renovação carismática Católica (RCC) na Arquidiocese de Niterói. Entrevista concedida a Marcelo Macêdo de Almeida, em Galo Branco, São Gonçalo, em 21 de agosto de 2022.

Ressignificações do baile de favela: memória e discurso no audiovisual

Maria Alice Arrais Pereira¹
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa, cujo título é: “A mercantilização do funk: uma análise sobre o Baile da Gaiola”, em andamento. Assim começamos indicando que, este artigo está inserido em dois momentos de uma investigação um pouco maior: a primeira é uma continuação do trabalho submetido a esse mesmo seminário, na versão do ano passado, que buscava definir raça como uma categoria indispensável para se pensar o funk carioca e, de forma mais completa, sendo o núcleo de análise do segundo capítulo do projeto de dissertação em curso, no Programa de Pós-Graduação em História Social do Território. Iniciamos, portanto, já com a perseguição do Baile da Gaiola e sua proibição física e com o recente contrato do DJ Rennan da Penha com a Sony Music, dias após sair da prisão.

Sendo assim, iremos investigar, nas linhas que se seguem, como estão ocorrendo mudanças no mercado musical e impactadas pela globalização (na cultura e no discurso), que parecem dar novas oportunidades para um gênero musical tão perseguido. O neoliberalismo e as suas novas reformulações parecem permitir pequenos acessos e um preconceito ainda mais maquiado na sociedade e, tentaremos nos aprofundar nessa relação que o funk, o racismo e o território são mobilizados dentro desse novo escopo.

1. O funk na e pela cidade

Comparado a outros ritmos, o funk tem uma breve história na música brasileira. Porém, esse curto espaço de tempo já conta com profundas mudanças na forma de se produzir, consumir e compartilhar o seu conteúdo, o que seria possível traçar investigações dentro do próprio estilo. Vianna (1988) realizou a primeira etnografia dos bailes funk cariocas, seu foco era apontar para os dilemas enfrentados pelos compositores em buscar as referências dos Estados Unidos da América (EUA) e, principalmente, para

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, provado com o projeto, cujo título é: A mercantilização do funk: uma análise sobre o Baile da Gaiola, sob orientação do Dr^a Joana D’arc do Valle Bahia

o polo de interferências/influências que se concentrava em uma única rua da cidade do Rio de Janeiro, na rua Sete de Setembro.

As dinâmicas de poder contavam com uma boa dose de sorte: dependia do horário, do carisma e da insistência dos DJ's e produtores para conseguir angariar as melhores batidas e remixes. Os contatos extraoficiais e as parcerias levavam em conta, por óbvio, maiores recursos financeiros e os laços afetivos, mas isso não inibia os pequenos e, até mesmo, artistas independentes em tentar levar um CD para tocar em bailes fora de sua comunidade ou comprar faixas internacionais para trabalhar em cima delas, como era feito os maiores sucessos da época².

“O mundo funk”, como delimitado pelo autor, antes do espaço conquistado em rádios e na televisão, que só ocupou esse espaço principalmente com a “Furacão 2000” tempos mais tarde, vivia em prol dos bailes. A estética, o percurso e o frenesi do baile eram investigados pelos compositores e cantores, para que uma composição fosse escolhida, mesmo que por pouco tempo, para circular em diferentes festas e dominar diferentes públicos do estado. A ação do DJ contava também para manter o baile organizado, ele controlava o público com as “manobras” de faixas que poderiam ir de românticas e agitadas em um curto espaço de tempo, assim como dependia da interferência do organizador e da equipe de segurança. Caso o ritmo estivesse muito acelerado e o público agitado ou com indícios de brigas, eles pediam ao DJ para as músicas tocadas em seguida fossem mais paradas e, assim, acalmar a euforia.

Essa lógica não nos é estranha, nos dias de hoje registramos como os DJ's controlam o ritmo das festas, mesmo as menores, como aniversário ou casamento. As “músicas ambientes”, responsáveis por proporcionar conforto e desejo de interação estão presentes até mesmo em lojas de roupas, afetando a relação que as pessoas criam com o espaço. Esse mundo dominado por sons é de grande importância para a análise histórica, Napolitano (2008) argumenta que, para os historiadores especializados no século XX, não se pode deixar passar despercebido esse fenômeno que invade a vida cotidiana há tanto tempo.

Para o autor, é necessário “perceber as fontes audiovisuais e musicais em suas estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade, a partir de seus códigos internos” (NAPOLITANO, 2008, p. 236). Sob a forte influência da linha positivista, que vigorou por muito tempo na concepção de ciência e uso das fontes,

² VIANNA, Hermano. O mundo funk carioca. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

a utilização das músicas como um documento histórico se concentrava na supervalorização das letras e ignorava o teor melódico e de formação da composição enquanto uma experiência além da parcela escrita.

A etnografia realizada por Vianna (1988), pode consagrar essas dinâmicas relativas ao uso da música e, principalmente, do seu estilo sonoro para a organização do baile. Indo de forma mais direcionada nessa análise, poderíamos fazer uma história do funk que investiga como o ritmo vem se estruturando ao longo dos anos e as mudanças dentro dele solidificam estruturas para o seu percurso e sucesso. Alguns trabalhos estão nessa linha de análise, principalmente no foco dado às mulheres dentro do “mundo funk”, a representação dos ritmos diaspóricos ou propriamente vindos de África.

A conclusão que chegamos para a grande pergunta desse objeto, não pode deixar escapar o fenômeno do DJ Rennan da Penha e do Baile da Gaiola como uma mera casualidade de circunstâncias e um suposto talento inato. O “conteúdo narrativo” citado por Napolitano (2008), que precisa ser analisado para as fontes musicais tem uma carga relativa à sua composição que não pode ser ignorada em detrimento da outra, a sonoridade, a melodia e toda a forma de sentir a música é pensada através de dinâmicas próprias que essa linguagem opera.

Os anseios dessa nova sociedade, que vive com o mundo a seu dispor em uma tela do smartphone mais próximo, totalmente conectada as notícias do Brasil e do mundo, tem total facilidade de compartilhamentos de consumo, experiências e vida cotidiana através das redes sociais, onde são o próprio consumo e ao mesmo tempo consumidores, está intimidade conectada (no duplo sentido da palavra) a velocidade das batidas musicais.

Enquanto o funk *melody* estava no seu auge no final do século XX e início do XXI, conquistando espaço na TV e rádio com a dupla Claudinho e Bochecha, o trágico acidente no ano de 2002 que culminou na morte de Claudinho deixou um profundo sentimento de saudade na população carioca que vinha aderindo ao funk de forma mais amigável, com grande apelo do público infantil. Os embates referentes aos estigmas no funk e na criminalização dessa expressão cultural não se resumem ao apreço pela dupla ou ao domínio conquistado pelo funk *melody*, mas fez uma nova divisão dentro do ritmo e serviu de argumento para os julgamentos posteriores.

É fácil perceber certas diferenciações quando questionamos certos grupos se gostam de funk, boa parte resume que o “funk de antigamente que era bom” ou até mesmo, mais diretamente: “o funk *melody* toca sempre nas festas”. As mudanças sociais do novo século e as dinâmicas específicas da cidade carioca com suas festas de rua,

alvorço da nova classe média e o crescimento dos bailes de favela foram pilares importantes para que os compositores e DJ's reinventa-se o ritmo, na aceleração do tempo e dinamismo imposto pelas novas formas de transmissão, o 180bpm (Batidas Por Minuto) chega separando de vez a música dos bailes.

O “conteúdo narrativo” dessa mudança na estrutura da música reflete questões de consumo com a mesma, investigação em cima do que o público quer ouvir e novos horizontes dos espaços em que almejam chegar. Enquanto o *melody* focava na vida comum, em adentrar os lares e até festas infantis e cantar no programa da Xuxa³, o 180bpm se consagra como o auge da festa, o momento de maior frenesi e sintonia DJ x pista de dança. Não mais restrito aos bailes de favela, o 180bpm já nasce quando o funk é tocado em casas de show's famosas, espaços anteriormente restritos a ritmos considerados “mais nobres”. Com a possibilidade de cada pessoa ser o próprio DJ, com acesso a *playlist* (lista de músicas, na tradução literal) compartilháveis e com a agência dos poderosos algoritmos que encaminham faixas relacionadas ao que se escolhe, a partir do momento em que uma música termina.

A cidade que respira a espera pelo carnaval, tal como Olinda e Salvador, conta com a produção de faixas para se consagrarem nessa data e passam a contar com blocos exclusivos de funk⁴, além de ser facilmente incluído em momentos que as festas estão mais agitadas, sem que seu foco seja o funk. Demandas de grupos que anteriormente mais reprimidos na forma de vivenciar a cidade e curtir as festas, como os LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e Demais Orientações Sexuais e Identidades de Gênero), mulheres e negros, uma explosão de novas festas nascem na cidade carioca de forma mais liberal, o funk por sua vez não pestaneja em utilizar dessas novas demandas para a sua exportação.

2. O DVD “Segue o Baile”

³ Em programa exibido no dia 02 de abril de 1999, a dupla Claudinho e Bochecha se apresentaram no programa infantil “Planeta Xuxa”.

⁴ Em março de 2019, no Museu de Arte Moderna no Rio de Janeiro aconteceu o “Bloco do Rennan da Penha”.



Figura 1 - Convite DVD Segue o Baile. Fonte: Site Escutaí.

Os novos momentos enxergados como condições para o crescimento do funk carioca contam com fortes influências internacionais e políticas, acima nós traçamos uma síntese de influências que contribuíram para esse cenário, desde mudanças no consumo com o advento da internet até a luta pelos direitos de grupos minoritários politicamente. Porém, a partir do novo cenário nacional e mundial, com mudanças econômicas, os embates travados para o funk não seguem a adequação que foi permitida ao samba, por exemplo. As associações maniqueístas que realocam a cultura negra e periférica como perigosa ao cidadão comum e a organização da cidade, utilizaram de novos tons para a argumentação própria do funk. O território das favelas, no Rio de Janeiro, se solidifica como impróprio para frequência e causa explicativa de todos os crimes que flagelam a cidade. O discurso de “guerra às drogas”⁵ legitima o uso de forças policiais com arsenal de guerra efetiva, com um inimigo oculto que repercute em todo aquele território. E, na face cultural, o funk se torna a expressão máxima de ligação com o crime e desordem urbana.

Essa associação das favelas como uma espécie de “câncer” da organização da cidade, que cresce e se expande de forma desordenada já foi abordada em diversos trabalhos, seguimos aqui com uma extensão dessa discussão, sem perder de vista a leitura crítica que guia esse objeto de pesquisa, repudiando qualquer tipo de culturalismo. O funk carioca, como bem assinalado desde o título deste artigo, é analisado como produção

⁵ ROCHA, Lia de Mattos. "Democracia e militarização no Rio de Janeiro: 'pacificação', intervenção e seus efeitos sobre o espaço público." In: LEITE, Marcia Pereira; ROCHA, Lia de Mattos; FARIAS, Juliana; CARVALHO, Monique Batista. (Org.). Militarização no Rio de Janeiro: da “pacificação” à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, 2018, p. 223-239.

cultural de grupos perseguidos: negros e favelados/periféricos. Mas, essa relação não é óbvia ou dotada de auto explicação, outras formas de cultura podem ter outro tratamento a depender do contexto ou momento histórico. Trataremos do baile de favela enquanto a porção de significados que foram atribuídas a ele de forma política e discursiva.

A favela, por si só, já ocupava um espaço de terror e de circulação apenas para pessoas “de dentro”, esse senso comum foi construído paulatinamente com apoio da mídia corporativa, das forças de segurança, pelos políticos em seus discursos e pelos cidadãos. O baile de favela, por sua vez, seria esse momento de êxtase, cercado de atividades ilícitas e de total relação com o crime. O que queremos debater, portanto, é o momento em que temos uma superprodução no bairro de maior prestígio da “nova classe média carioca”: a Barra da Tijuca, na sua casa de show mais famosa e com o nome, discurso, memória e aspectos de um baile de favela. Com ingressos custando entre R\$60,00 e R\$180,00, no primeiro lote e sendo a produção máxima do DJ Rennan da Penha, após sua prisão por associação ao tráfico, que durou sete meses, com fortes denúncias de criminalização do funk e racismo.

Para trabalharmos com o bairro da Barra da Tijuca, iremos utilizar um artigo de Novaes e Santos (2018), a partir de uma chave de leitura que aponta os padrões de reorganização urbana na cidade do Rio de Janeiro para os dois grandes eventos recente: a Copa do Mundo de Futebol, realizada no ano de 2014 e as Olimpíadas, no ano de 2016. Em suas palavras:

Tomando como base a concepção de neoliberalização como processo, o objetivo deste artigo é discutir os impactos espaciais, ou o ajuste espacial nos termos propostos por Harvey (2005), decorrentes da crescente adoção do empreendedorismo urbano e da urbanização neoliberal na cidade do Rio de Janeiro. (SANTOS e NOVAES, 2018, p. 17)

A fim de vender um novo estilo de vida, uma nova forma de vivenciar a cidade e habitar o solo, a Barra da Tijuca tem como marca os grandes espaços, as imensas galerias a céu aberto com lojas reconhecidas pelo público e acessível para aqueles que circulam de carro, os grandes condomínios e as tentativas de que parte do polo empresarial se firmasse na região visavam garantir que todo o aparato necessário para a reprodução da vida esteja ali. Para isso funcionar, uma nova gama de trabalhadores precisaria estar à disposição desta área em efervescência, onde os empresários estavam na corrida para o investimento.

Os autores definem esse processo enquanto um empreendedorismo urbano. Para eles, o bairro da Barra da Tijuca e seus entornos passaram por um conjunto de ações

públicas e extraordinárias, como as obras ligadas aos megaeventos, com aumento de estradas, shoppings-centers, a linha 4 do metrô, linhas de ônibus e outros. E que são focadas no avanço do neoliberalismo, entendido enquanto uso do Estado para assegurar a livre ação do mercado e do comércio, o que geraria bem-estar e liberdade às pessoas. O ponto de completa contradição, já esperada pela dinâmica própria do capitalismo, está na necessidade de uma gama muito superior de que pessoas sejam submetidas a condições de completa vulnerabilidade para a garantia do privilégio de poucos.

O local escolhido para celebrar e marcar como a volta do DJ Rennan é muito distante geograficamente e historicamente do território do Complexo da Penha, por outro lado, foi por decisão do próprio Estado, através de diversas operações para acabar com o Baile, que essa comunidade segue impossibilitada de fazer festas com essa “temática”, a busca por espaços de prestígios e garantia de sua liberdade artística não opera de forma tão simples nesse caso.

2.2 Discurso e Memória no DVD

Para Napolitano (2008), “a fonte é uma evidência de um processo ou de um evento ocorrido, cujo estabelecimento do dado bruto é apenas o começo de um processo de interpretação com muitas variáveis.” (NAPOLITANO, 2008, p. 240). Dessa forma, nos propomos a analisar a construção narrativa do filme com teor e mecanismos jornalísticos exibido na abertura do show e lançamento do DVD “Segue o Baile”. Em sua chamada de propaganda para a venda de ingressos na rede social *Facebook*⁶, a primeira frase é: “Uma história está prestes a ser escrita!”, recurso um tanto comum para a veiculação de abordagens artísticas novas de estruturas já conhecida, como o Baile da Gaiola.

Após sete meses de prisão e um processo, no mínimo, confuso referente a argumentos e provas questionáveis, existiam fortes denúncias que o processo se tratava de criminalização de jovens negros e funkeiros. Soma-se a isso a pouca evidência de produções de gravação de DVD com o ritmo funk e as grandes realizações fora de favelas. A chamada traz um caráter de inovação dentro da própria história do ritmo, e isso foi utilizado desde sua propaganda para a venda.

Essa nova história poderia ser relativa aos novos espaços conquistados pelo funk; pelos novos êxitos, com espaço aberto para investimentos e grandes patrocinadores; pelas novas parcerias e relações de estreitamento com a conexão do funk RJ – SP (entre os nomes mais aguardados da noite era MC Livinho, com lançamento de uma música com

⁶ Principal rede social de divulgação de eventos, no ano de 2020.

Rennan), assim como novos ritmos vindos do pop, pagode, pagode baiano e rap. Uma variedade de investidores e público realmente recente na cena do funk carioca, que até então precisava mudar sua definição de ritmo para conseguir lançar CD pelas produtoras e assim, mudar a essência de suas músicas e dança (em geral, em toda a estrutura) para adentrar na indústria musical oficial.

Outra interpretação possível e que caminha lado a lado com a história do funk, inclui o DJ Rennan enquanto um personagem que merece outra narrativa. Ter um dos maiores nomes do ritmo preso e com negativas frente ao Habeas Corpus, mesmo possuindo capital financeiro suficiente, por tanto tempo e com a perseguição por parte do Estado, da mídia e de uma parcela da sociedade, requer um jogo muito bem pensado para o surgimento e, principalmente, divulgação de uma “nova história”. Sabiamente eles reforçam a importância da escrita para a consolidação de uma história, tal como os “escrito em pedra” que simbolizava a força do registro para a perpetuação de uma lei ou ordem cronológica de reinados.

A partir do momento em que esse evento se realizasse todas as performances e as dinâmicas em que foi pontualmente pensada para a “verdadeira” história nasceria e fecundaria. Ciente de outra história e de discursos que se configuram como contrários ao que acreditam no fato de não citá-la e deixar subentendido, reforça o conhecimento geral dessa história a qual não os representa, mas que era a veiculada. Quase como um ataque de silenciamento, vangloriando o que está por vir e a vitória desse acontecimento, apenas por existir. “Escrever uma história” é o recurso de linguagem escolhido para representar o interesse maior desse show, mais do que uma busca por uma evidência que é óbvia, o acontecimento será uma parte da história assim que chegar a sua concretude. Mas, o mais importante está na representação que esse recurso é elencado, ele significa as disputas para além dos idealizadores e até mesmo para além do curto espaço de tempo de vida do DJ Rennan, se trata da construção histórica do país, de criminalização e inferiorização das culturas periféricas, faveladas e negras que agora tem mais chances de falar por si.

Essas dinâmicas referentes ao registro “puro” do passado, a partir do fato acontecido tem uma série de revisões dentro do campo de estudos. A busca pela “história oficial” *versus* “a verdade” é um dilema do qual não nos debruçamos mais. O terror das edições, das manipulações e jogo de câmera, próprios do cinema, esteve presente nas primeiras utilizações dessa arte, principalmente com Marc Ferro⁷, mas atualmente

⁷ Sua atuação é analisada por Marcos Napolitano em: NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. p.244.

seguimos na busca da investigação dessas ferramentas e seus usos, pois são próprios da linguagem criada e circulada no meio cinematográfico. “Enfim, cinema é manipulação e é essa sua natureza que deve ser levada em conta no trabalho historiográfico, com todas as implicações que isso representa.” (Napolitano, 2008, p. 247). A representação do funk em forma documental no início de uma gravação de DVD desse ritmo, com artistas de grandes nomes, e as chamadas com teor jornalístico apresentadas tem uma mensagem a passar, muitas vezes, mais de uma vez.

Outro fator que nos chama atenção está no próprio nome do evento, seguindo uma gíria carioca “Segue o Baile” poderia significar “sigamos em frente” tal como “persiga o baile” se formos pensar em uma tradução mais literal. Em entrevista ao jornalista Diego Stedile, do site Escutai, temos o seguinte relato:

Segundo Julio Loureiro, diretor geral, o nome escolhido para o DVD diz muito sobre Rennan. “É uma expressão jovem, traz muito mais do que sentido de continuação dos percalços vividos por Rennan. Este nome também é uma provocação: não há o que detenha sua música”, conta. “Ele criou tendência com seu baile, sua forma de conduzi-lo e personalidade nos palcos”.

2.3 Representação e protagonismo

A conquista de espaços e alcance de grupos minoritários politicamente significa pequenas rupturas nessa estrutura social, principalmente pela forma de produção que envolve características que de fato denunciam esquemas sociais complexos e não apenas a representação do pobre, negro, favelado de forma caricata e exótica. Se formos eleger aspectos que envolvem a educação infantil esse ponto é ainda mais importante, o reconhecimento de diferenças e o autorreconhecimento produz uma série de benefícios para esses pequenos cidadãos que estão buscando compreender como o mundo se organiza. Para Hall, “nesse contexto da ‘representação como política’, não ter voz ou não ser representado pode significar nada menos que opressão existencial” (HALL, 2016, p. 13).

Rennan e toda pessoa envolvida com uma cultura dita periférica compreende a importância de conseguir alcançar metas da cultura formal. O símbolo trazido com seu primeiro DVD diz muito sobre os novos espaços para o funk, para o seu reconhecimento como artista e para a sua vida pessoal: deixando a cadeia e ocupando os palcos. Em entrevista já citada, para Stedile, Rennan conta:

É um sonho gravar meu primeiro DVD e a Sony está me ajudando muito a realizar. Fiquei muito surpreso e agradecido com o apoio dos grupos, como Parangolé e Turma do Pagode, que saem um pouco do segmento. Mas esse trabalho será uma mistura de ideias, do funk com samba, pagode, eletrônico e hip hop.

O senso de coletividade demonstrado por Rennan em entrevista reúne essa categoria que definimos acima como “cultura periférica”, apesar de reconhecermos como um termo discutível e muito geral. Porém, a intenção é apontar como essa união é considerada natural para alguns e inexistente em outros meios. Desde os pilares do surgimento do gênero musical no Rio de Janeiro, podemos notar tamanho envolvimento entre os nomes envolvidos, assim como a inclusão atual de “cultura diaspórica” que foi tema da abordagem proposta nesta pesquisa de dissertação.

Por outro lado, nos confrontamos mais uma vez com as contradições impostas pelo sistema capitalista, em entrevista em Outubro de 2020 ao jornal O Globo, para a jornalista Maíra Rubim, Rennan diz que tomamos novos caminhos para a vida pessoal.

No fim do ano passado, ele se mudou da Penha para o Recreio. Diz que tem como objetivo garantir a estabilidade e uma vida mais confortável aos filhos Bryam, de 4 anos, e Rennan, de 2 anos; Ele diz que, além da carreira, seu modo de ver a vida mudou depois da prisão.

A perseguição vivida nas favelas da cidade do Rio de Janeiro força seus moradores a garantirem segurança e conforto por conta própria, mais uma vez, evidenciando a supremacia de um discurso liberal, que isenta o Estado de garantir e legitimar os direitos dos cidadãos.

Conclusão

Os estudos sobre o funk carioca ainda seguem uma linha única de criminalização, julgamos importante trazer mais características desse evento no tempo presente, principalmente com apoio da mídia, de grandes patrocinadores e expansão das festas de forma “multicultural”. Os aspectos identificados no século passado certamente são importantes para o nosso trabalho, mas não garante as mudanças de caráter discursivo e para a representação do funk. O baile, agora aberto, e com muito dinheiro continua sofrendo perseguição policial, associação com práticas ilícitas e renegado a uma cultura inferior. Por outro lado, queremos pontuar as diferenças que permeiam essa nova conjuntura. Principalmente relativas à violência na cidade do Rio de Janeiro e as conexões impostas pelo neoliberalismo, afetando totalmente o modo de vida e consumo na periferia do capitalismo global.

Referências

BARBOSA, Antônio Rafael. O baile e a prisão: onde se juntam as pontas dos segmentos locais que respondem pela dinâmica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria, v. 9, n. 15, p.119-135, 2006.

BRAGANÇA, Juliana. Preso na Gaiola: A Criminalização do Funk Carioca nas Páginas do Jornal do Brasil (1990-1999). Rio de Janeiro: April, 2020.

BRUM, Mário Sérgio. Favelado é 'o outro': aportes sobre estigmas e identidades em sala de aula. REEDUC, Rio de Janeiro, vol. 14, n.34. p.84-101, 2017.

ESSINGER, Silvio. Batidão: uma história do funk. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FACINA, Adriana. PALOMBINI, Carlos. O patrão e a padroeira: momentos de perigo na Penha, Rio de Janeiro. Mana 23(2), 2017, p. 341-370.

FACINA, Adriana. Indústria Cultural e Alienação: questões em torno da música brega. V Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas: Cemarx, 2007.

FACINA, Adriana. Não me bate doutor. Funk e criminalização da pobreza. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, 2009.

FACINA, Adriana; LOPES, Adriana Carvalho. Cidade do funk: expressões da diáspora negra nas favelas cariocas. VI ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, 2010.

HALL, S. Cultural e Representação. Rio de Janeiro: PUC – Rio: Apicuri, 2016.

HERSCHMANN, Micael. O funk e o hip-hop invadem a cena. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MUNIZ, Bruno Barboza. Quem precisa de cultura? O capital existencial do funk e a conveniência da cultura. Sociologia e antropologia 6 (2): 447-467.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; NOVAES, Patrícia Ramos. "Impacto Socioespaciais do Experimento Neoliberal na Cidade do Rio de Janeiro no contexto dos Jogos Olímpicos de 2016". In: LEITE, Marcia Pereira; ROCHA, Lia de Mattos; FARIAS, Juliana; CARVALHO, Monique Batista. (Org.). Militarização no Rio de Janeiro: da "pacificação" à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, 2018, p. 17-38.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Vida Sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

VALLADARES, Lícia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VIANNA, Hermano. O mundo funk carioca. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

Teatro vivencial transgressão e resistência em tempos de ditadura

Maria Eduarda Santos de Oliveira¹
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Esse texto decorre do projeto de pesquisa da dissertação de mestrado cujo título é; Purpurinas e cassetetes: teatro Vivencial e resistência cultural das homossexualidades à ditadura civil- militar brasileira (Anos 1970 e 1980), especificamente do capítulo II do qual as ideias e argumentos centrais são aqui discutidos.

O presente artigo tem como objetivo responder a seguinte problemática: Como o grupo de teatro *Vivencial* se destacou na resistência cultural das homossexualidades à Ditadura Civil Militar Brasileira por meio de sua trajetória? Ao tratarmos do grupo teatral *Vivencial* como um grupo constituidor de um território de resistência das homossexualidades à Ditadura Civil Militar Brasileira nas décadas de 1970 e 1980 nas cidades de Olinda e Recife. Encontra-se a necessidade de analisar por meio da sua trajetória suas produções materiais e simbólicas, para melhor compreendermos a constituição desse território de resistência.

O grupo *Vivencial* surgiu dentro do contexto histórico brasileiro, marcado por uma Ditadura Civil-Militar, em que o período de 1964 a 1985 no Brasil foi circunscrito pelo autoritarismo de estado; os militares assumiram o poder do Estado e instauraram uma ditadura de vinte e um anos, com mecanismos de repressão que se baseiam na Doutrina de Segurança Nacional.

Ao lançarmos o olhar para as formas das resistências culturais das homossexualidades no período da ditadura civil-militar brasileira, nos aproximamos dos movimentos artísticos que surgiram nas décadas de 1970. Dentre as variadas expressões artísticas, o teatro foi um palco de resistência para as homossexualidades², com o

¹Mestranda no programa de pós-graduação em História Social da FFP- UERJ, vinculada à linha de pesquisa Territórios, relações de poder e movimentos sociais, orientanda da Doutora Izabel Priscila Pimentel. Ingresso no ano de 2021. Projeto de pesquisa, Purpurinas e cassetetes: teatro Vivencial e resistência cultural das homossexualidades à ditadura civil-militar brasileira (anos 1970 e 1980) E-mail: dudaoliveira45@gmail.com.

²Como no período não se tinha a sigla LGBTTIAP+, *homossexualidades* será o termo utilizado no texto para não cairmos no anacronismo. Nesse contexto, de acordo com James Green, a travestilidade e transgeneridade eram vistas como formas de homossexualidades. GREEN, N, James. “Introdução”, GREEN, N, James, QUINALHA, Renan, (orgs). Ditadura e Homossexualidade: Repressão e resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdufsCar, 2015.

surgimento de grupos que tinham em sua essência o debate sobre gêneros e sexualidades, características que marcaram a atuação do grupo teatral *Vivencial* ao longo de sua trajetória.

Somos Marginal, somos o Vivencial

Em entrevista concedida ao Diário de Pernambuco em 1979, Guilherme Coelho fala sobre esse início, em que o nome do grupo só foi definido após seis meses da sua existência e o que o *Vivencial* surgiu a partir da iniciativa do Padre José Augusto Reis em fazer uma peça, com a finalidade de comemorar os 10 anos da existência da Associação de rapazes e moças do Amparo (ARMA) (COELHO, GUILHERME, 1979, p. 15.).

Os jovens da Associação de Rapazes e Moças do Amparo (ARMA) se juntaram e redigiram um texto a partir de colagens dos seguintes autores: Carlos Drummond, Fernando Pessoa, Marcuse, Brecht, Jean Genet, Platão entre outros. A colagem³ de textos foi uma característica estética que acompanhou o grupo de teatro *Vivencial* em toda a sua trajetória. Segundo Edson Cadengue, o espetáculo se caracterizava por improvisos, tratando-se de colagens de textos, abordando polêmicos assuntos naquele período, como homossexualidades, violência, droga, política, tecnologia e massificação, tendo ao fundo um telão de jornais (CADENGUE, Edson, Antonio, 2011.).

Américo Barreto integrante do grupo, em entrevista para o livro *Memórias da cena Pernambucana*, fala que logo após a estreia do espetáculo *Vivencial I* no auditório São Bento houve o seu encerramento, pois as apresentações incomodaram os padres (FERRAZ, Leidson; DOURADO, Rodrigo; JUNIOR, Wellington, 2005, p. 96.). Lucia machado atriz e produtora ao escrever sobre esse mesmo momento no livro “A modernidade no teatro aqui e ali”, apontou que foram realizadas três apresentações nesse espaço e que o encerramento se deu, porque parte do público que assistiu ao espetáculo, passou a reclamar para os beneditinos (MACHADO, Barbosa, Lucia, 2009, p. 226.). Outra argumentação da saída do espetáculo *Vivencial I* do auditório do colégio São Bento é apresentada em uma entrevista concedida ao Diário de Pernambuco em 1979 por Guilherme Coelho, na qual afirmou que as apresentações foram encerradas no auditório São Bento por a peça ter feito críticas à Igreja (COELHO, Guilherme, 1979, p. 15.). A partir dessas memórias sobre o encerramento do espetáculo *Vivencial I* no auditório do

³ O termo colagem primeiramente foi utilizado nas artes plásticas e significava aproximação de dois objetos artísticos. Esse conceito também foi aplicado às artes cênicas, significa que o encenador agrega vários fragmentos de várias origens a partir de um determinado tema.

mosteiro de São Bento podemos analisar que as representações e práticas elaboradas pelos jovens que construíram o espetáculo *Vivencial I* transgrediram o habitus conservador de parte da sociedade Olindense e da Igreja; em que tanto a instituição Igreja quanto parte do público utilizou de seus capitais para que houvesse o encerramento do espetáculo naquele espaço.

A opressão que os integrantes que montaram e encenaram o espetáculo *Vivencial I* sofreram, fizeram com que parte deles se distanciar da Igreja e da Associação de Rapazes e Moças do Amparo (ARMA), na busca de novos espaços e novos agentes socioculturais a fim de afirmar as suas representações e práticas dentro do campo cultural em Olinda e Recife.

Ao longo do ano de 1974 o espetáculo *Vivencial I* circulou por Olinda e por municípios vizinhos. Em 31 de maio de 1974 na coluna do interior do Jornal Diário de Pernambuco publicada por Vanessa Campos; encontramos uma notícia da apresentação do espetáculo *Vivencial I* em Igarassu município da região metropolitana essa informação nos permite afirmar sobre a circulação do espetáculo nos municípios vizinhos da grande Recife (CAMPOS, Vanessa, 1974, p. 35.).

Com um tom crítico ao período, o grupo que ainda não se definia como grupo *Vivencial*, exhibe na notícia o teatro como a única via possível para combater o período repressivo. Com o golpe civil militar as mudanças ocorridas dentro do campo cultural iniciadas nas décadas de 1950 a 1960, definida por Marco Napolitano como o grande baile revolucionário da cultura (NAPOLITANO. Marcos, 2017, p 120.) sofreu um corte abrupto com a promulgação do AI-5. O teatro engajado na resistência à Ditadura Civil-Militar Brasileira foi duramente atacado pelos mecanismos de repressão, levando a um esvaziamento da cena teatral e cultural brasileira. A notícia do espetáculo *Vivencial I* fala sobre esse silêncio e amordaçamento do teatro no período em Pernambuco.

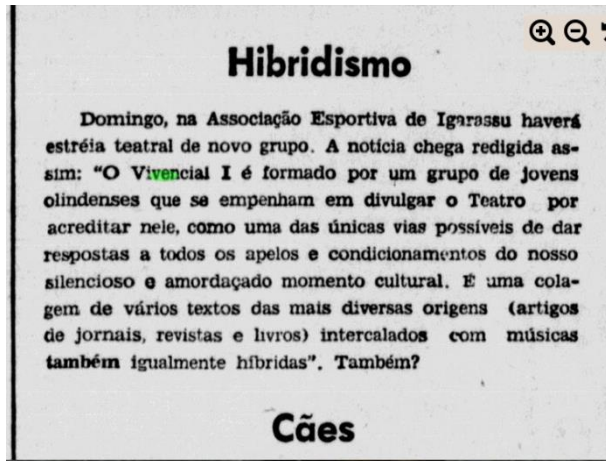


Figura 1: Hibridismo. Diário de Pernambuco. Edição 00144. 31 de maio de 1974.
Fonte: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=vivencial&pagfis=56948

Nesse processo de circulação do espetáculo *Vivencial I*, o grupo Vivencial realizou também apresentações no Abrigo de Menores no bairro de Bonsucesso; sobre essas apresentações houve uma denúncia na agência nacional do exército. Parte dos cidadãos brasileiros cooperavam com o sistema de informação e repressão na Ditadura-Civil Militar, em 1974 um cidadão ao assistir o espetáculo *Vivencial I* no abrigo de menores do Amparo em Olinda, fez uma denúncia à agência de informação do exército. Apontado que o espetáculo abordava em cena questões sobre “homossexualismo e lesbianismo”, sendo as apresentações impedidas de acontecer naquele espaço novamente; pelo órgão do exército e pelo presidente do Abrigo. Segundo Carlos Fico as maiores reclamações e denúncias estavam no campo moral, muitas delas abordam a sexualidade como um problema pra sociedade brasileira, em que as mulheres, as crianças, os Jovens e idosos deveriam ser preservados, colocando-os como incapazes e facilmente manipuláveis ao conteúdo “subversivo” (FICO, Carlos, 2004, p. 106.).

As perseguições e repressões às homossexualidades se configuraram no Cone Sul e no Brasil por meio de uma visão moralizante da sociedade heteronormativa patriarcal, com os valores conservadores da Igreja e com base na Doutrina de Segurança Nacional. As homossexualidades foram declaradas subversivas, inimigas do estado. Essa visão de sociedade dos estados levou, a prisões, torturas, mortes, censura e perseguições das homossexualidades nas Ditaduras Cívico- Militares da América do Sul. Como aponta o documento do Exército, na denúncia as homossexualidades apresentavam um “perigo social”.

Douglas Pinheiro destaca que na perspectiva da Segurança Nacional as homossexualidades no ambiente público e nos meios de comunicação seria parte do

processo de desintegração social, atendendo aos interesses comunistas, logo a repressão às homossexualidades situava-se na lógica ampliada da guerra revolucionária (PINHEIRO, Douglas, 2018, p. 20.).

Parte da sociedade brasileira possuía em sua construção social representações baseadas em valores morais heteronormativos cristãos coloniais em que a “moral e os bons costumes” e a defesa da família tradicional brasileira, serviam de base para a censura de estado e a opressão promovida por grupos sociais que partilhavam dos mesmos valores. Como também parte da esquerda brasileira acreditava que as homossexualidades eram uma decadência da sociedade burguesa e que com a revolução socialista deixariam de existir. O grupo de teatro Vivencial, por ter sido um grupo que agregou os marginalizados socialmente em destaque para as homossexualidades, sofreu tanto com a repressão do estado quanto com a opressão do conservadorismo estruturado na lógica colonial tanto da direita quanto da esquerda brasileira.

O grupo encontrou várias formas de driblar a censura federal, como; a não cobrança de ingressos, exemplo disso foi espetáculo *Vivencial I* no palco do teatro Bonsucesso em 1974, segundo Lúcia Machado o grupo Vivencial contou com dois meses de casa lotada (MACHADO, Barbosa, Lucia, 2009, p. 226). Após a temporada no teatro Bonsucesso, outras duas montagens ocorreram no ano de 1974, *Genesíaco* e *Auto de Natal*, sendo apresentadas no Mercado da Ribeira em Olinda. Ivonete Melo, integrante do grupo, destacou que nessa primeira fase, as reuniões aconteciam no Mercado da Ribeira: "Éramos um grupo marginalizado, bem discriminado, porque vivíamos numa época de repressão e a gente ia de encontro à censura" (MELLO, et.ali., 2005, p. 98.). A rua se tornou espaço para as colagens do grupo, os teatros municipais não queriam a presença do Grupo teatral vivencial, pois o grupo acolhia todas as minorias: negros, prostitutas, lésbicas, homossexuais, analfabetos.

A formação dos movimentos das minorias teve início nesse período. Segundo Heloisa Buarque o *Desbunde* passou a recusar o projeto revolucionário do período anterior e que a identificação passou a ser com as minorias: negros, homossexuais, mulheres, distanciando-se das narrativas revolucionárias proletárias (HOLLANDA, Heloísa Buarque, 2004, p. 74.).

Em 1975 Cadengue destaca que o Vivencial decidiu diversificar e chega ao universo de cordel com o espetáculo “*O Pássaro Encantado da Gruta do Ubajara*”, apresentando-se do Mercado da Ribeira, fazendo temporada no Teatro Bonsucesso, e Participando do Festival de Teatro Estadual Amador, com financiamento da Secretaria

Estadual de Cultura - SEC e Fenata, o espetáculo tinha a proposta de desconstruir a estética do teatro folclórico pernambucano (CADENGUE, 2011).

Em uma reportagem no Diário de Pernambuco em 1975, um dos integrantes do Vivencial Gil Granjeiro, residia na Igreja da Boa Hora em Olinda, concedida a moradia por Guilherme Coelho. Esse espaço era um espaço para os ensaios do grupo teatral Vivencial, que após as reclamações da vizinhança sobre o barulho alugaram uma casa para continuar os ensaios da montagem “O pássaro encantado na gruta do Ubajara”. A reportagem aparece como uma resposta à denúncia de que a igreja estava sendo profanada, pois o espaço estava sendo frequentado por prostitutas, marginais e tendo bacanais. Gil Granjeiro respondeu que essa denúncia só podia partir de pessoas contrárias ao progresso da juventude que buscava essa comunicação por meio do teatro (GIL, 1975, p. 12.).

No final do mesmo ano o grupo estreou o espetáculo, *Nos Abismo da Pernambucália*; texto de Jomard Muniz de Britto, o espetáculo procurava questionar a cultura pernambucana. Segundo Jomard Muniz, o espetáculo possuía uma estética muito ligada ao tropicalismo (MUNIZ, apud. FERRAZ, et.ali., 2005, p. 109.). O espetáculo apresentava a expressão corporal como abordagem principal e integrava o público ao espetáculo, rompendo com as barreiras do palco e do teatro tradicional, expressando as manifestações populares do carnaval e da umbanda a partir da linguagem transgressora e marginal que desempenhava o grupo de teatro Vivencial (PERNAMBUCO, Diário, 1976, p. 6.).

No ano de 1976 eles estrearam com *Vivencial II*, o espetáculo utilizou da estética de colagens de textos nos mesmos moldes do *Vivencial I* apresentando-se no Teatro Bonsucesso, Santa Izabel. Com a peça *Vivencial II* o grupo de teatro Vivencial participou da primeira amostra de teatro amador de Pernambuco.

Ainda em 1976 o grupo lançou o espetáculo *Sete fôlegos* um musical no Museu de Arte contemporânea, com colagens de textos do Jomard Muniz, Carlos Drumond, o espetáculo era dirigido por todos, Guilherme aponta que o espetáculo era para todos e especialmente para aqueles que não temem as minorias eróticas (COELHO, Guilherme, 1976, p. 10.).

No entanto, apesar de buscar romper com o teatro tradicional e com o habitus patriarcal, heteronormativo, por meio das representações e práticas através da linguagem teatral marginal. O grupo de teatro Vivencial encenou três dramaturgias que ou estavam ligadas ao teatro tradicional pernambucano ou que faziam parte da dramaturgia da

encenação moderna. Na tentativa de compreendermos essas nuances dentro da trajetória do Vivencial é que segue nosso próximo foco de luz.

Do experimental ao tradicional: no palco do vivencial

Ao longo da trajetória do grupo teatral Vivencial podemos observar que foram realizados três espetáculos dramáticos com textos consagrados da cena brasileira e internacional, sendo estes: *Sobrados e Mucambos*, *Viúva, porém Honesta*⁴ e *As Criadas*⁵. Escolhemos para a análise o espetáculo *Sobrados e Mucambos*, por fazer parte da dramaturgia brasileira.

Em 1976 o grupo começou a produzir a montagem do espetáculo, “*Sobrados e Mucambos*” escrita por Hermilo Borba Filho, adaptação da obra de Gilberto Freyre. Segundo Cadengue, o espetáculo assumiu uma forma debochada da luta de classes que Hermilo Borba Filho plasmou da obra de Gilberto Freyre (CADENGUE, Edson, Antonio, 2011.). Esse espetáculo recebeu um auxílio do Serviço Nacional de Teatro (SNT). Em 1976 foi liberada uma verba de 160 mil cruzeiros para o financiamento de espetáculos de grupos teatrais amadores em Pernambuco, sendo destinados 40 mil cruzeiros para os ganhadores, 20 mil para dar início as montagens e no cumprimento de 40 apresentações o restante do valor (PERNAMBUCO, DIÁRIO, 1976, p. 10.).

A Ditadura civil-Militar teve duas frentes de atuação sobre as produções culturais no Brasil: uma que reprimia as produções e espaços culturais que rompiam, criticavam e denunciavam os valores e práticas que representavam o projeto autoritário e a outra em que a finalidade foi financiar projetos culturais e espaços que levassem o Brasil ao “Desenvolvimento Cultural” promovendo práticas de financiamento com o objetivo de integralizar nacionalmente a cultura do país por meio das representações e práticas culturais tradicionais e nacionalistas. O grupo Vivencial não escapou desse contexto sócio-histórico, econômico, apesar da marginalidade dentro da cena teatral eles conseguiram receber apoio financeiro do estado para produzir seus espetáculos.

Os representantes da comissão julgadora foram o jornalista Paulo Craveiro, o teatrólogo Milton Bacarelli e Ariano Suassuna que no período era secretário de educação e cultura de Pernambuco. Foram selecionados quatro grupos teatrais para a produção de 40 espetáculos em Pernambuco sendo o grupo teatral Vivencial um dos selecionados

⁴ Dramaturgia de Nelson Rodrigues.

⁵ Peça do dramaturgo Jean Genet, teve sua primeira apresentação no Théâtre de l'Athénée, em Paris, em uma produção que estreou em 17 de abril de 1947.

(PERNAMBUCO, Diário, 1976, p. 10.). De acordo com Valdi Coutinho, o critério no processo de seleção foi o de que os grupos tinham que dar preferência aos textos regionais (COUTINHO, 1976, p. 12.). Logo notamos as diretrizes de financiamento do governo civil-militar, atrelados a um projeto cultural que visava fomentar a cultura tradicional e integrar a cultura nacional brasileira.

Guilherme Coelho integrante do grupo de teatro Vivencial ao falar sobre a escolha do texto, explica que a escolha se deu porque o SNT prezava por financiar autores já consagrados, apesar do respeito aos textos consagrados Guilherme Coelho afirmava que o grupo não tinha nenhuma simpatia por eles nos trabalhos produzidos. Fez-se necessário escolher um texto que não violentasse a linha de trabalho do grupo, a linha existencial e vivencial e a peça de Hermilo Borba Filho foi vista por eles como uma sincronia perfeita, pois Hermilo tentou uma renovação na linguagem teatral na cena pernambucana (COELHO, 1977, p. 32).

Sobrados e Mucambos foi escrito a partir das referências sociológicas produzida por Gilberto Freyre, no entanto em sua narrativa Hermilo Borba Filho traz para dramaturgia o componente da sexualidade como fio condutor para explicar a opressão feita pelo sistema colonial brasileiro em que o patriarcado e a igreja foram protagonistas dessa opressão e das violências cometidas pelos europeus aos africanos e indígenas. Outro debate também feito no texto é sobre o processo de transformação social, técnico e cultural ocorridos com a modernidade e a disputa entre o moderno e tradicional que permeou o Brasil (FILHO, 1972.).

O componente das homossexualidades é também abordado por Hermilo sendo a igreja a principal instituição na investigação e no julgamento das homossexualidades no período colonial brasileiro (FILHO, 1972). De acordo com Luciana Ballestrini foi estendido por Mignolo na qual a matriz colonial do poder se estrutura dentro de complexos níveis entrelaçados, o controle do gênero e da sexualidade é apontando como um desses níveis que estruturam a colonialidade (BALLESTRIN, 2013, p.100.).

A estética que Hermilo Borba Filho produziu no texto dramático *Sobrados e Mucambos* em 1971 possui o componente de unir o erudito ao popular atrelado ao seu momento histórico. A narrativa do texto, *Sobrados e Mucambos* se constituiu entre as análises sociológicas freyrianas e das representações e práticas da cultura popular, como os folguedos, receitas culinárias junto ao tema sexualidades, podemos também notar que nas didascálias ele propõe a utilização de slides e o fim do espetáculo ao som de guitarras elétricas (FILHO, 1972.). As mudanças na década de 1960, principalmente com o

tropicalismo, rompeu com a estética musical criada na década de 1950. A guitarra elétrica foi um instrumento implementado por artistas como Caetano Veloso e Gilberto Gil, no cenário musical brasileiro.

O grupo teatral Vivencial encontrou algumas dificuldades na produção do espetáculo e na sua estreia. Sobre a produção do espetáculo Guilherme Coelho relata à dificuldade financeira, a de encontrar atores negros, a falta de local para ensaiar 30 pessoas. Na crítica que faz sobre as dificuldades que encontrou para produzir o espetáculo Guilherme conclui que o teatro continuava sendo coisa da elite e que o problema estava na falta de formação de atores, o diretor cênico em Recife segundo Guilherme tinha que dirigir e formar atores ao mesmo tempo (COELHO, 1977, p.32).

Em uma carta escrita pelo artista plástico José Cláudio a Hermilo, de quem era grande amigo. José Claudio descreve o processo de montagem na peça e as dificuldades que o grupo teatral Vivencial encontrou; o cenário produzido com serrote, restos de latas de tinta pra pintar os cartazes que iria ficar na boca de cena (LIRA, 2009, p.41), cartolinas com sarrafos apanhados no lixo, para a produção do letreiro. Jose Claudio deu a ideia de imprimir sobre papéis velhos, pois não tinha outro papel, pegaram barro da estrada para modelar as formas das máscaras, atores abandonaram a peça por falta de dinheiro, cada ator copiou o texto do próprio punho por não ter dinheiro para comprar o livro (LIRA,2009, p.42.).

Para além das dificuldades com a montagem em si, o Vivencial sofreu com a censura. No documento da Censura Federal, a peça foi liberada com a indicação para maiores de 18 anos também sendo foi mutilada por cortes, com a sinalização de exame do ensaio geral (COUTINHO, 1977, p. B-5).

Em janeiro de 1977 o grupo teatral estava preparado para estrear no espaço do Nosso Teatro; a peça *Sobrados e Mucambos*, no entanto o dia em que estava marcado para a estreia foi adiado, pois a censura federal não havia aprovado o ensaio; um novo ensaio teve que se realizado para os censores. Valdi Coutinho assinala que para o Vivencial isso não era estranho, pois já havia acontecido em outras apresentações, como a estreia do *Vivencial II* (COUTINHO, 1977, p. B-5.). O pronunciamento de Guilherme Coelho sobre esses cortes foi de que os censores cortaram trechos que eram considerados pelo grupo inofensivos e deixaram trechos que eram bem mais fortes em termos de questionamentos morais (COELHO, 1977, p. B-5). A peça foi amplamente divulgada no Diário de Pernambuco, desde dezembro de 1976, junto às cobranças e críticas para que o

Vivencial produzisse um espetáculo profissional, já que tinha conquistado a verba do SNT.

Após todas as dificuldades enfrentadas pelo grupo de teatro Vivencial, em 6 de janeiro de 1977 o Vivencial sobe ao palco do Nosso Teatro com a peça *Sobrados e Mucambos*, foi a primeiro grupo a encenar a última dramaturgia escrita por Hermilo Borba Filho. De acordo com Cláudio Lira, o espetáculo; *Sobrados e Mucambos* realizado pelo Vivencial é um marco Histórico não só para o grupo como também para o teatro em Recife, pela ousadia, exuberância criativa e por sua radicalidade nas contundentes críticas às elites econômicas e culturais que tanto no passado quanto no presente se mantém sob a égide da Casa-grande (LIRA, Claudio, 2009, p.42). Após a temporada no Nosso Teatro o Vivencial levou o espetáculo *Sobrados e Mucambos* para uma sala na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco concluindo as apresentações naquele espaço.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas no período o grupo de teatro Vivencial resistiu e atuou no campo teatral em Pernambuco, seja a atuação na rua, seja não cobrança de ingressos, seja por meio da encenação de peças tradicionais a fim de obter recursos, não abandonando a estética da qual fundou o grupo, a estética experimental vivencial.

Conclusão

Podemos concluir que o grupo de teatro Vivencial teve uma proposta estética e prática teatral distinta do que era encenado nos palcos recifenses. O Vivencial se estruturou na marginalidade, na experiência, na vivência, no coletivo, na falta de recursos, nas diversidades de sexualidades e gêneros para compor a sua distinção sobre o campo teatral recifense, dominado pela estética produzida por Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, oriundos do Teatro do estudante de Pernambucano (TEP) em 1946 e que em 1960 se tornou o Teatro Popular do Nordeste (TPN).

O teatro estruturado por Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho tinha como finalidade unir a cultura erudita à cultura popular. Magela Lima aponta que o Vivencial com o espetáculo *Repúblicas Independente Darling* em 1979, rompia com o nordeste das tradições populares, no entanto o fato de o mesmo grupo produzir espetáculos como *O Pássaro Encantado na Gruta do Ubajara* e *Sobrados e Mucambos* demonstra que o grupo não chegava a confrontar de fato com os grupos da cena pernambucana ligado ao teatro do Nordeste (LIMA, Magela, 2019, p. 257.). No entanto, Cadengue coloca que foi o grupo mais radical de todos dentro da cena pernambucana em 1970, por enfrentar os

poderes instituídos pelos Militares e pelo movimento Armorial (CADENGUE., 2011, p. 189).

Um dos principais motivos que levou o grupo de teatro Vivencial a encenar as dramaturgias do teatro tradicional nordestino e do teatro moderno de acordo com os integrantes do grupo foi pelas diretrizes do financiamento estatal, mas que apesar disso o componente de transgressão do Vivencial estava impresso seja por agregar e colocar em cena os marginalizados socialmente no campo teatral, em destaque para as homossexualidades ou por imprimir o componente estético marginal que acompanhou o Vivencial em sua trajetória.

Essa perspectiva nos abre a possibilidade de compreender que as lutas que se formaram dentro do campo teatral, social, cultural e econômico nesse período estão para além das oposições ortodoxas. Atacar as estruturas constituídas através dos mecanismos dispostos no momento histórico, a fim de obter um espaço dentro do campo estruturando a sua identidade, fez do grupo Vivencial construtor e produtor de um teatro de resistência quando se acreditava que o vazio se preencheria de conservadorismo. A ironia, o cômico, que faz parte das engrenagens do teatro brasileiro foi internalizado, representado e praticado pelo grupo de teatro Vivencial ganhando o palco e a rua para afirmar as diversidades sexuais e de gêneros dentro da sociedade brasileira, construindo assim seu território de resistência.

Referências

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Rev. Bras. Ciênc.Polít. [online]. 2013, n.11.
- BARRETO, Américo *apud*, FERRAZ, Leidson. DOURADO, Rodrigo. JUNIOR. Wellington. Memórias da cena pernambucana. Recife: ed. Dos autores, 2005.
- CADENGUE, Edson, Antonio. TAP, sua cena e sua sombra: O teatro de amadores de Pernambuco. Contraponto: O grupo de Teatro Vivencial. Recife: Cepe, Pernambuco, 2011.
- CAMPOS, Vanessa. *Hibridismo. Diário de Pernambuco*. Recife, 31 de maio de 1974. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=vivencial&pagfis=56948
- COUTINHO, Valdi. “Sobrados e Mucambos agora na Biblioteca Pública.” *Diário de Pernambuco*., Recife - 15 de Janeiro de 1977. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_15/95160>.
- COUTINHO, Valdi. “Vivencial adiou estréia problemas com a censura.” *Diário de Pernambuco*, Recife, sábado, 8 janeiro de 1977.Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/94832?pesq=vivencial%20adiou
- COUTINHO, Valdi. “Vivencial com Hermilo. é o sobrado visto do mucambo”. *Diário de Pernambuco*, Recife, sexta feira 7, janeiro de 1977. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_15/94801>
- FERRAZ, Leidson. DOURADO, Rodrigo. JUNIOR. Wellington. Memórias da cena pernambucana.pág. 10. Recife, PE, Ed . dos autores 2005.

FICO, Carlos. *Alem do golpe: a tomada de poder em 31 de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Figura 1: Hibridismo. *Diário de Pernambuco*. Edição 00144. 31 de maio de 1974. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=vivencial&pagfis=56948

FILHO, Hermilo, Borba. *Sobrados e Mucambos*. Civilização Brasileira, 1972.

GIL, Granjeiro. “Igreja abandonada abriga estudantes”. *Diário de Pernambuco*, Recife, quarta feira 5, de março de 1975. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=vivencial&pagfis=67419>

GREEN, N, James, QUINALHA, Renan, (orgs). *Ditadura e Homossexualidade: Repressão e resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdufsCar, 2015.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/ 70*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

LIMA, Magela. “Os nordestes e o teatro brasileiro.” 1. ed. Jundiá [SP]: Paco Editorial, 2019.

LIRA, Claudio. *Beto Diniz, construtor de cenas e sonhos*. Fundação cultura e cidade de Recife. Recife, 2009.

MACHADO, Barbosa, Lucia. *A modernidade no teatro [ali e aqui] reflexos estilhaçados*. Recife: ed: do autor, 2009.

MELLO, Ivonete. FERRAZ, Leidson. DOURADO, Rodrigo. JUNIOR. Wellington. *Memórias da cena pernambucana*. Recife: ed. Dos autores, 2005.

MUNIZ, Britto, Jomard, *apud*. FERRAZ, Leidson. DOURADO, Rodrigo. JUNIOR. Wellington. *Memórias da cena pernambucana*. Recife: ed, dos autores, 2005.

NAPOLITANO. Marcos, *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2017.

PINHEIRO, Douglas. *Autoritarismo e homofobia: a repressão aos homossexuais nos regimes ditatoriais cubano e brasileiro (1960-1980)*. Cadernos pagu (52), 2018.

PUGLIA, Seabra, Leonardo. *O cinema em Pernambuco; orientador: Luiz Jorge Werneck Vianna*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2015.

Fontes

“Cena Aberta”. *Diário de Pernambuco*, Recife, sábado, 24 de abril de 1976. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_15/83681>.

“Cena Aberta: A verba do SNT.” *Diário de Pernambuco*, 6 de janeiro de 1976. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=vivencial&pagfis=7931

“Rebolado gay sacode as noites de Recife.” *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 de junho de 1979. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_15/137663. Acesso em: 14 de setembro de 2022.

“Vivencial apresenta peça no Nosso Teatro”. *Diário de Pernambuco*. Recife, quarta feira, 21 de janeiro de 1976. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=vivencial&pagfis=79947

A “moda do Japão”: o Japonismo presente nas revistas ilustradas cariocas

Marília Luíza Ramos da Cruz¹
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de mestrado cujo título é: Entre o leque e katana: o dualismo nas representações sobre o Japão e a imigração japonesa nas revistas ilustradas cariocas, ainda em andamento. Será abordada no presente artigo a temática que envolve a “moda do Japão” ou o Japonismo. Um movimento artístico e cultural de ampla influência que ocorreu entre a segunda metade do XIX e as primeiras décadas do século XX. Durante o andamento da pesquisa de mestrado, foi constatado que a temática é raramente abordada nos trabalhos que tratam sobre a imigração japonesa para o Brasil. Entretanto, esse movimento foi significativo, pois ajudou a moldar as primeiras imagens sobre o Japão e os japoneses.

A análise das charges, fotografias e propagandas presentes nas revistas ilustradas cariocas O Malho, Revista da Semana, Fon-Fon! e Careta, realizada no andamento da dissertação, demonstrou que o Japonismo é presente nas quatro revistas, o que indica que o modismo relacionado ao Japão foi presente no país durante a fase experimental da imigração japonesa (1908-1924). O Japonismo consistiu em um movimento artístico que ocorreu principalmente na Europa e na América do Norte, entre finais do XIX e o início do século XX. Descrevia a admiração e apropriação artística pelo estilo japonês. Influenciou-se em diversos âmbitos, como nas artes, literatura, decoração, entre outros (MATSUDA, 2020, p. 125).

A origem do Japonismo remonta ao contato inicial permeado por exotismo entre as nações ocidentais e o Japão. Existiram dois momentos extraordinários, capazes de construir um imaginário específico do encontro entre culturas tão distintas. O primeiro momento ocorreu no século XVI, já o segundo, que foi marcante para o Japonismo, aconteceu na segunda metade do século XIX (KUNIYOSHI, 1978, p. 25). Os primeiros ocidentais que estabeleceram relações com o Japão foram os portugueses. Inicialmente foram realizadas trocas e contatos vantajosos para ambas as nações. O Japão comprava produtos como o vidro, seda crua, salitre e açúcar. E vendia tecidos finos, cobre, espadas,

¹Aluna do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ FFP. Orientador Dr.º Luís Reznik e coorientador Dr.º Gustavo Villela. Ingresso no ano de 2021. Título do Projeto de Pesquisa: Entre o leque e katana: o dualismo nas representações sobre o Japão e a imigração japonesa nas revistas ilustradas cariocas.

leques. Durante praticamente meio século, os portugueses foram os únicos ocidentais que realizaram esse tipo de comércio com o Japão (SAKURAI, 2007, p. 106). Através do bom relacionamento, os portugueses intermediaram relações comerciais entre a China e o Japão, que haviam rompido anteriormente em 1480. Um ponto significativo, que serviu como a principal motivação para a expulsão dos portugueses no Japão foi a influência religiosa (MATSUDA, 2020, p. 116).

Além dos comerciantes, aportaram religiosos católicos que buscavam realizar a conversão dos japoneses. Eles receberam apoio *daimyo* (líder local) Oda Nobunaga, em virtude dos atritos entre as autoridades budistas e o poder dos senhores locais. A capacidade de conversão foi significativa, o que passou a preocupar as autoridades japonesas, pois o monoteísmo feria os fundamentos da nação japonesa, chocando com a crença de que o Japão seria o berço dos deuses fundadores do mundo.

O mito fundador da sociedade japonesa defendia que o imperador era uma figura divina, descendente direto de Amaterasu, a deusa do Sol. Apesar de seu poder fragilizado no período conhecido como Japão Feudal, as crenças religiosas também eram uma forma de impor poder e hierarquizar a população. Os preceitos do cristianismo que elevavam as figuras de Jesus e Deus entravam em choque com a capacidade de dominação das elites japonesas. Sendo assim, em 1588 os portugueses passaram a ser expulsos, perseguidos e assassinados no Japão (SAKURAI, 2007, p. 108).

Apesar do contato com os portugueses não ter sido longo, as influências podem ser percebidas na incorporação de trajes e acessórios portugueses. Um exemplo foi a dançarina Okuni, ou Izumo no Okuni. Ela era uma sacerdotisa itinerante de um santuário xintoísta. Em 1603, fez uma apresentação em Kyoto, trajando *kabukimono* (roupas estranhas de homem).

Na realidade, Okuni usava um colar com crucifixo e calças compridas dos portugueses, junto com trajes típicos japoneses. Essa apresentação de Okuni, além de marcar o surgimento do teatro Kabuki, revela como as influências europeias são determinantes na configuração desse teatro tradicional japonês, cujas características preponderantes são a excentricidade e o exagero, além do elemento “estranho” que deriva do contato próximo com os portugueses, adicionando assim, algumas características de atuação, gestos e trajes que eram incomuns aos japoneses (MATSUDA, 2020, p. 117).

Durante o período de boas relações entre Japão e Portugal, os padres jesuítas encenavam dramas litúrgicos. Kawatake (2003) indica que a relação dos japoneses com os trajes portugueses foi significativa para a configuração de uma arte tradicional japonesa, a exemplo do Kabuki. Apesar disso, as influências japonesas no Ocidente só

foram intensificadas após a forçada “redescoberta” do Japão (MATSUDA, 2020, p. 117).

Pouco tempo depois da expulsão dos portugueses, o Japão entrou no período conhecido como Era ou xogunato Tokugawa (1603-1868), um período marcado pelo isolamento intencional do Japão como forma de proteção às ameaças imperialistas estrangeiras. O Japão conseguiu manter esse isolamento até o início do século XIX, quando passou a enfrentar pressões de origens internas e externas. Dentro dos aspectos internos, podemos resumir que a estrutura feudal do xogunato estava perdendo espaço para a urbanização e alguns dos valores hierárquicos passaram a ser questionados. Já os externos, se relacionaram com a expansão do capitalismo e as intenções das potências mundiais em dominar novos territórios e mercados. Com a chegada dos norte-americanos em 1853, através de uma ameaça pouco velada ao xogum, o Japão acabou por ceder e se submeter aos chamados tratados desiguais (SAKURAI, 2007, 125-130).

Isso se justifica porque mesmo que o Japão estivesse isolado, o pouco contato que era realizado ao exterior principalmente através de espionagem e missões enviadas pelo xogum, permitiu deixar os japoneses cientes de suas debilidades em tecnologias e armamentos em relação aos ocidentais. Em 31 de maio de 1854 o xogum assinou o tratado que abria os portos japoneses ao comércio norte-americano. Além disso, foi autorizada a instalação de representantes diplomáticos estrangeiros (PANIKKAR, 1977, p 202-203). Apesar disso, o Japão possui uma peculiaridade em relação à dominação ocidental, pois “de todas as nações da Ásia o Japão era a que conhecia mais claramente as pretensões imperialistas das potências ocidentais e que melhor se dava conta de sua força (PANIKKAR, 1977, p. 202)”.

Após o estabelecimento dos tratados desiguais, que favoreciam apenas as nações ocidentais, o xogum passou a entrar em uma série de derrotas. O poder antes descentralizado entre o xogum (líder militar) e os *daimyo* (líderes locais) passou a ser concentrado na figura do imperador. Em 1868, Matsu-Hito Meiji assumiu o trono do Japão como o 122º imperador e iniciou um grande plano de modernização democrática e objetivava a unificação nacional. O principal foco deste período foi o de adaptar o Japão às exigências mundiais da época. A Era ou Restauração Meiji (1868-1912) foi marcada por um projeto de modernização e ocidentalização japonesa, através de um processo acelerado. Em um curto período o Japão foi capaz de superar os tratados desiguais e entrar no rol das nações imperialistas (SAKURAI, 2018, p. 133).

Por causa de sua trajetória peculiar em relação aos outros países da Ásia, além de ter se tornado a única potência imperialista não branca, existem discussões sobre o uso do conceito de orientalismo (Said, 2007) para compreender a relação do Japão com o Ocidente. O orientalismo pode ser resumido como um discurso em que o Ocidente define o Oriente e exerce poder e dominação em grau de superioridade. Entretanto, Said se refere principalmente ao Oriente Médio e Próximo. O Japão pertence ao Extremo Oriente e foi pouco mencionado pelo autor. A recepção da obra de Said no Japão foi encarada pelos intelectuais de forma positiva, pois de fato o Japão foi subjugado às potências ocidentais. Entretanto, o próprio Japão se tornou um colonizador na Ásia e dessa forma existiam também críticas ao próprio país e um sentimento de culpa (SASAKI, 2008, p. 164-165).

A abertura forçada dos portos japoneses na fase final do xogunato teve como resultado uma “redescoberta” do Japão, que permaneceu por dois séculos isolado. Em 1858, diplomatas ocidentais tiveram oportunidade de conhecer Edo, a então capital do Japão. Tal encontro resultou em relatos de admiração, que enxergavam o Japão como “um mundo novo, mais autêntico”. As coleções de objetos artísticos japoneses foram retratadas nos relatos de missões desses viajantes, que apresentaram suas impressões sobre a “Terra do Sol Nascente”.

Ocorreram na Europa dois eventos significativos que trouxeram visibilidade sobre o Japão. A Segunda Grande Exposição Internacional de Londres, em 1862, e a Segunda Exposição Universal de Paris, em 1867. Em ambas, foram divulgados diversos objetos japoneses, que demonstravam aspectos de sua arte e cultura (MATSUDA, 2020, p. 125). Philippe Burty, um crítico de arte e colecionador francês, foi o criador do termo *Japonisme*, que representava o grande entusiasmo sobre os produtos japoneses em Paris após a exposição (KUNYOSHI, 1998, p. 76). Destaca-se que nesse momento o governo japonês iniciou o seu interesse em exportar e construir sua imagem para o exterior. Mesmo que a abertura comercial tenha sido forçada, os japoneses souberam utilizar alguns aspectos a seu favor.

Na pintura, além dos impressionistas e outros artistas franceses, pintores de outros países como o norte-americano radicado em Paris e depois em Londres, James McNeill Whistler (1834-1904), os holandeses Vincent Van Gogh e George Hendrik Breitner (1857-1923), sentiram profundamente o impacto dos tons claros, das cores vivas, brilhantes e sem sombras, dos contornos fortes, da superfície plana, da perspectiva da vista aérea, da paginação inusitada e também dos temas presentes nas estampas de Hiroshige, Hokusai e outros artistas da escola Ukiyo-e – cortesãs, atores de teatro, paisagens do Japão,

cenas do cotidiano (DANTAS, 1984, p. 20; LITVAK, 1986, p. 109-114 apud KUNIYOSHI, 1998, p. 78).

O Japonismo influenciou o Ocidente em vários aspectos, como nas artes, arquitetura, moda, decoração de interiores, entre outros. Um ponto que merece destaques foi o alongamento da figura feminina no vestiário. O costureiro Paul Poiret ficou famoso por eliminar o espartilho dos figurinos femininos, através da inspiração do quimono. Em 1906, Poiret possuía um estabelecimento próprio e nomeou o vestido baseado no quimono de “Conficius”. A peça fez bastante sucesso e Paul Poiret introduziu o vestido retilíneo de uma só peça (KUNIYOSHI, 1998, p. 83).

Assim como o Japão também foi influenciado pela moda europeia. A partir das modernizações provenientes da Era Meiji, em que o Japão buscou se modernizar e ocidentalizar, ocorreu a necessidade de diferenciação entre os trajes “típicos” e os trajes ocidentais. Foi criada a denominação *wafuku* para os trajes originários e *yofuku* para os ocidentais. Gradativamente, os quimonos foram abrindo espaço para as roupas ocidentais. “No Japão contemporâneo, o kimono se distanciou tanto da vida cotidiana que o próprio vestir do kimono se tornou um conhecimento esotérico de poucos (GIDONI, 1999, p. 352 apud MATSUDA, 2020, p. 119).

Durante a Era Meiji, foram diversos os fatores que contribuíram para o desuso dos trajes tradicionais. Em 1851, o Imperador decretou o corte dos coques dos samurais, forçando a utilização de cortes curtos no estilo ocidental. Também ocorreu a adoção de uniformes militares no estilo ocidental e a família imperial passou a fazer aparições públicas em trajes ocidentais. Dessa forma, as camadas mais elevadas da sociedade passaram a seguir o exemplo. O quimono passou a ser visto como algo “afeminado”, que remetia à fraqueza (MATSUDA, 2020, p. 119-120).

As influências do Japonismo na literatura ocidental ocorreram anos após as primeiras influências nas artes plásticas. A *literatura japonista* teve como seu inaugurador Pierre Loti, um oficial da marinha francesa que viajou para o Japão. Seu primeiro romance foi *Madame Chrysantheme*, que alcançou muito sucesso na Europa. Loti também escreveu outros livros, em que contextualizava em detalhes as cidades e costumes japoneses. Lafcadio Hearn foi outro japonista de renome, que se casou com uma filha de samurai e adquiriu cidadania japonesa, mudando seu nome para Koizumi Yakumo (KUNIYOSHI, 1998, p. 86-90).

As influências artísticas do Japonismo no Brasil são escassas, sendo constatável uma forte filiação acadêmica. “Tudo indica que, no caso da pintura brasileira, se houve influências *japonistas*, elas chegaram filtradas pelos movimentos artísticos desenvolvidos na Europa e Estados Unidos, os quais foram estimulados pela arte japonesa [...] (KUNYOSHI, 1998, p. 94)”. O Japonismo pode ser considerado uma forma peculiar de idealismo utópico no Brasil. Esse idealismo é dividido em três partes, existindo o exotismo pitoresco, exotismo da história e o exotismo moderno. No exotismo pitoresco as imagens e representações sobre o Japão se encontram relacionadas com aquilo que é diferente, sem paralelos com o Ocidente. Como a moral japonesa, costumes e tradições.

O exotismo da história se mescla com o pitoresco, onde existe uma relação de tradicionalidade, culto aos antepassados e a figura divina do Imperador. Já o exotismo moderno se relaciona com as vitórias no Japão após sua veloz modernização proveniente da Era Meiji, onde se destaca a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). “Essas três vertentes de exotismo – conforme a própria definição do conceito, ‘o que vem de fora não é nativo’ – nos fornece alguns indícios quanto às representações do japonês no imaginário político brasileiro de 1890 e 1940 (KUNNYOSHI, 1998, p.9. apud TAKEUCHI, 2016, p. 141).

O isolamento do Japão no período do xogunato Tokugawa permitiu que os japoneses construíssem sua identidade sem interferências externas. Esse fator propiciou uma consciência sólida de comunidade para os japoneses. Além disso, as velozes modernizações da Era Meiji tornaram o Japão um exemplo ambíguo pelas autoridades políticas e intelectuais brasileiras. Essa admiração possui como argumento contrário o receio do imperialismo e a degenerescência racial proveniente da miscigenação com os japoneses. “Essas são as imagens do imigrante nipônico durante os primeiros tempos da imigração japonesa até os anos 1920, quando essa corrente imigratória se avoluma significativamente (TAKEUCHI, 2016, p. 109)”.

O Japonismo no Brasil não se expandiu para diversos campos como ocorreu na Europa, como um fenômeno cultural que ultrapassou os limites das artes plásticas e influenciou a sociedade como um todo entre 1850 e 1920. São escassas as contribuições diretas sem o filtro europeu ou norte-americano. Apesar disso, a “moda do Japão” também foi vivida, com suas características próprias. Dessa forma, o Japonismo no Brasil foi presente através principalmente das peças de teatro, publicações relacionadas a curiosidades sobre o Japão, sua cultura e a venda de variados produtos japoneses, com algumas lojas voltadas para esse meio (KUNIYOSHI, 1998, p. 97).

A primeira relação formalmente estabelecida entre o Japão e o Brasil foi o tratado de Amizade e Comércio de 1895. Naquela época, os brasileiros ainda sabiam pouco sobre a “exótica terra das cerejeiras”. O início da imigração japonesa para o país ocorreu no final da primeira década do século XX e existiram amplos debates sobre a indesejável dos japoneses. Eles eram considerados pertencentes à raça amarela e existiam projetos de branquear a população brasileira através da incorporação de europeus. A introdução dos japoneses se deu no contexto de valorização do preço do café e uma “escassez de braços” provenientes de uma crise que afetou a entrada dos europeus e a proibição da vinda dos imigrantes italianos através do Decreto Prinetti de 1902 (TAKEUCHI, 2010).

Os japoneses foram encarados como uma mão-de-obra substituta e a questão da indesejabilidade os acompanhou por praticamente todas as fases da significativa da imigração japonesa para o Brasil, como a fase experimental (1908-1924), imigração tutelada (1924-1941) e pós Segunda Guerra Mundial (1952-1963) (SAKURAI, 2008). Entretanto, existiram representações que exaltavam a cultura japonesa, os próprios imigrantes japoneses eram associados a qualidades como educação e organização. A pesquisa a que este artigo faz parte trabalha com a ideia de que a imigração japonesa possui um dualismo, pois caminhou entre a indesejabilidade e exaltações, curiosidades e o próprio Japonismo.

A primeira representação relacionada ao Japão encontrada nas revistas ilustradas cariocas foi publicada na revista O Malho em 14 de março de 1903, com autoria de Joaquim Cunha. Através das características físicas como os olhos puxados, cor de cabelo, penteado e vestimentas, concluímos que a imagem se trata de uma *gueixa*. Ela veste o quimono, uma roupa típica do Japão. Sua fisionomia transmite calma e docilidade. O estereótipo de *gueixa* foi o principal arquétipo do Japonismo. Tal imagem carregava consigo um estereótipo, próprio do discurso orientalista. O estereótipo é a principal estratégia discursiva do discurso colonial. O “outro” é enxergado em um lugar que já é conhecido e que se repete, em um processo de ambivalência (BHABHA, 1998, p.105-107). Os principais estereótipos relacionados ao Japão no início do século XX foram o de guerreiro samurai e gueixa. Não quer dizer que todos os japoneses se enquadram nessas figuras, mas eram representações que condensam a forma que os países ocidentais, incluindo o Brasil principalmente pela influência da imprensa francesa (GUIMARÃES, 2019), enxergavam o Japão e os japoneses.

Imagem 1. A Gueixa



14 de março de 1903. Edição 26. (capa)

As primeiras representações sobre o Japão se preocupavam em reforçar a ideia do Japão como um local distante, diferente e interessante. Encontramos nesse sentido um aspecto de dualidade. Ao passo que os japoneses não eram desejáveis, possuíam também uma atração exótica. A partir desse exotismo, observamos diversas propagandas de produtos japoneses, como roupas, leques, perfumes, etc.

A Revista da Semana apresentou algumas manchetes voltadas a curiosidades sobre o Japão. Destacamos o amplo uso de fotografias e desenhos. A primeira, publicada em 14 de agosto de 1904 é intitulada *Curiosidades Mundiaes, as religiões japonezas*. Em tom informativo é apresentado o mito dos deuses fundadores, com a imagem de Amaterasu e é tratado o budismo. Em 16 de outubro de 1904, foi feita outra publicação no mesmo estilo, preocupada em apresentar as divindades japonesas.

Imagem 2. Curiosidades mundiaes.



1904, 00222, p. 3.

Uma charge que mescla o modismo dos produtos japoneses com a imagem construída de um Japão exemplo a ser seguido no quesito do desenvolvimento e

modernização, foi publicada pela revista Fon-Fon! em 1909. Destaca-se que no período da publicação, a imigração japonesa para o Brasil já havia iniciado. Isso se aplica também para o modismo relacionado ao Japão, que permaneceu significativo até meados da década de 1920. Neste sentido, fica evidente que os estereótipos anteriores permaneceram, trazendo influências para as visões relacionadas aos japoneses. A propaganda a seguir é classificada como uma charge, pois a mesma não apenas funciona como um meio de divulgação, mas possui relação política com o momento em que foi publicada (MIANI, 2001, P. 39).

No texto que acompanha a charge consta:

Affonso Penna: - (Sahindo do Bazar Japão) Snrs. Ministros; já uzamos o Jiu-tsiu nos exercicios dos nossos Marinheiros agora nos vestidos de Kimonos japonezes, que tal? Que figura nós faremos?...

Calmon, D. Campista e Rio Branco: - Bella figura Exmo; trajes excellentes para nosso clima; são de la. Este Bazar Japão tem novidades e coisas ricas a que não se póderezistir.

T. de Lyra: - O dentifrício Pebeco, é o melhor da epocha.

Hermes: - Que fino chá esta caza vende.

Alexandrino: - E outros muitos artigos de luxo e para viagem que só aqui e no Japão se pode obter.

Affonso Penna: - A casa mais completa que conheço neste genero é o Bazar do Japão, Avenida Central, 118.”

Imagem 15. Bazar Japão



20 março 1909, Edição 12. p. 3.

Observa-se na imagem um grupo de homens saindo da loja Bazar do Japão, localizada no centro do Rio de Janeiro. Eles estão utilizando vestimentas e acessórios

japoneses, como sandálias, chapéu típico e quimono. Estão vestidos “à japoneza” e percebe-se que em suas mãos eles carregam pacotes, prováveis produtos que compraram no local. Através da associação entre texto e imagem, conseguimos identificar quem são esses personagens representados na charge.

Affonso Penna foi Presidente da República (1906-1909), Miguel Calmon Du Pin e Almeida foi ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (1906-1909), Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores (1902-1912), Hermes da Fonseca foi ministro da Guerra (1906-1909) e posteriormente presidente (1910-1914).

No diálogo é evidenciada uma valorização dos produtos e da cultura japonesa, como a luta, o chá e artigos de luxo. Mais do que uma mera exposição dos produtos, se observa o foco de repetir no Brasil a modernidade alcançada pelo Japão (TAKEUCHI, 2016). A charge mescla os dois principais estereótipos relacionados ao Japão, o de guerreiro *samurai* (masculino) e o de *gueixa* (feminino). O primeiro é demonstrado pela presença exclusiva de homens na imagem. E são “homens da política”, que representam e espaço público, o exterior. Diferentemente das compras femininas, que são mais voltadas a produtos de beleza e lar, os homens também fazem do local de compras um espaço para discutir seus assuntos diplomáticos. Mas sem deixar de apreciar as novidades e os produtos exóticos.

Imagem 3. A brasileira.



Fon-Fon! 15 de outubro de 1921. Edição 0042(1), p. 7.

Imagem 4. A Brasileira



Caretta. 15 de outubro de 1921, p. 27.

As imagens 3 e 4 consistem em uma propaganda que se repete, presente em outros volumes e outras revistas. Um ponto que merece destaque é a questão de o modelo representado não possuir traços ocidentais, diferentemente da imagem 1. A loja “A Brasileira” costumava fazer suas propagandas com a mesma personagem. Não é a representação de uma japonesa, mas de uma brasileira que está vestida com o modismo do Japão. Esse é um dos principais aspectos do Japonismo no Brasil, a “Moda do Japão” que aqui se incorporou. “A utilização de imagens de mulheres ocidentais em trajes típicos japoneses foi moda na Europa nas décadas de 1860 e 1870, quando o japonismo estava em voga (DEZEM, 2005, 277)”. Aqui no Brasil não foi muito diferente neste aspecto, só posterior. Nas revistas ilustradas cariocas podemos observar diversas aparições de indivíduos vestidos “à japoneza”.

Considerações Finais

A partir do que foi exposto, pode-se observar que o Japonismo ou a “moda do Japão” foi um movimento artístico e cultural significativo, pois foi capaz de influenciar não só a Europa e a América do Norte, mas também o Brasil. As revistas ilustradas cariocas apresentam como o Japão era representado através do exotismo, das curiosidades em uma nação que pouco se sabia, era diferente, distante e curiosa. Esses fatores, somados aos estereótipos, foram anteriores à chegada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil. Mas como demonstrado, o modismo permaneceu até meados da década de 1920, o que ajudou a construir visões sobre o Japão que não se baseavam na indesejável racial.

Referências

BHABHA, Homi. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. **O local da cultura**, p. 105-128, 1998.

DEZEM, R. **Matizes do “Amarelo”**: Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2005, p. 277.

GUIMARÃES, Valéria dos Santos. A Imprensa Francófona no Brasil: circulação transnacional e cultura midiática nos séculos XIX e XX. **História (São Paulo)**, v. 38, 2019.

KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão: uma utopia de viajantes**. Estação Liberdade, 1998.

Matsuda, Juliana Miyuki. **Os trajés de cena do teatro tradicional japonês: Nô, Kyogen, Kabuki e Bunraku**. São Paulo: ECA/USP, 2020.

Miani, R. A. Charge: uma prática discursiva e ideológica. In **XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação**—Campo Grande/MS—setembro. 2001.

SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Editora Companhia das Letras, 2007.

SASAKI, Elisa Massae, 2008. O Orientalismo e o Japão, in Lorenzo MACAGNO, Fernando Rosa Ribeiro, Patrícia Santos SCHERMANN (orgs.), **Histórias Conectadas & Dinâmicas Pós-Coloniais**. Curitiba (PR): Fundação Araucária (Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná), p. 163-195.

TAKEUCHI, M. Y. **Imigração Japonesa nas Revistas Ilustradas**: Preconceito e Imaginário Social (1897-1945). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2016.

O ensino de história da ditadura militar em disputa: uma discussão sobre negacionismo e ensino

Marina de Freitas Giovanette¹
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Introdução

Este texto decorre da dissertação de mestrado, cujo título é “O ensino de história da Ditadura Militar: disputas narrativas em tempos de negacionismo histórico”, especificamente do segundo capítulo, do qual a discussão concentrou-se em tratar da influência do negacionismo histórico no ensino de história, especialmente a insurgência de narrativas negacionistas sobre a Ditadura Militar brasileira no espaço virtual que visam disputar o lugar disciplinar da história.

Em 2017, Antônio Hamilton Martins Mourão – general da reserva do Exército Brasileiro e atual vice-presidente do Brasil –, afirmou que caso os três poderes não conseguissem lidar com a corrupção no país, a saída seria uma solução imposta pelo exército, destacando que tal imposição não seria fácil, mas necessária². Naquele contexto, a fala de Mourão foi realizada em um evento para outros militares e repercutiu pouco, mas em 2018, este foi escolhido como o vice do candidato à presidência Jair Bolsonaro e o assunto voltou à tona. Ainda em 2018, em uma série de entrevistas realizadas pelo Jornal Nacional da Rede Globo em meio às campanhas das eleições presidenciais, o jornalista William Bonner questionou Bolsonaro sobre a fala de Mourão e o então candidato respondeu que, assim como aconteceu em 1964, dentro da lei, a imposição citada é uma saída possível para ele, Mourão e grande parte da população brasileira. Bonner replicou, afirmando que os historiadores sérios, os livros didáticos e a ciência histórica se referem a 64 como um golpe militar e o questiona sobre a importância da democracia, então Bolsonaro respondeu:

No meu entender, foi um alerta que ele deu – se referindo à fala de Mourão – No mais... *deixa os historiadores pra lá!* Eu fico com Roberto Marinho, o que ele declarou no dia 7 de outubro de 1984, vou repetir

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social - UERJ.. Orientadora: Dr^a. Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley. Ano de ingresso: 2021. Título do projeto: O ensino de história da Ditadura Militar: disputas narrativas em tempos de negacionismo histórico.

² MONTEIRO, Tânia. General fala em possibilidade de intervenção militar e é criticado por comando das forças. O Estado de S. Paulo. São Paulo. 17 de set. de 2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,general-fala-em-possibilidade-de-intervencao-militar-e-e-criticado-por-comando-das-forcas,70002005185> Acesso em: 29 de jun. de 2021

aqui: “participamos da revolução democrática de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas ameaçadas pela radicalização ideológica, distúrbios sociais, greves e corrupção generalizada”. Repito a pergunta aqui, Roberto Marinho foi um ditador ou democrata? É a história.³

Para finalizar a entrevista, Bonner menciona o Editorial realizado pelo Jornal o Globo onde foi reconhecido que o apoio à ditadura militar foi um erro⁴.

A fala do então candidato é sintomática, demonstra seu desapego à democracia e o descaso que este possui em relação à pesquisa histórica. Ao afirmar que a declaração de Roberto Marinho, proprietário do Grupo Globo no ano de 1964, sobre o golpe militar está mais alinhada à sua leitura sobre o ocorrido do que as afirmações realizadas pela ciência histórica, este equipara a importância do discurso histórico à uma opinião pessoal – neste caso, uma opinião alinhada à sua própria leitura de mundo. Certamente, Bolsonaro naquele momento buscava usar o questionamento dos jornalistas contra a própria Rede Globo. Ainda assim, demonstra que concorda plenamente com Roberto Marinho e termina afirmando que “essa”, se referindo à leitura de Marinho, também é a história, indicando a possibilidade de existirem múltiplas leituras sobre o passado ditatorial.

A frase “deixa os historiadores pra lá!” entoada por Bolsonaro parece ser, no atual contexto brasileiro, uma afirmação que acompanha historiadores e professores de história. As narrativas produzidas por estes atores sofrem frequentes ataques no espaço público, onde são interpelados por discursos negacionistas pautados em relatos memoriais, dados baseados em fontes não científicas e informações cunhadas por indivíduos que não possuem compromisso com a ciência histórica. Tais disputas narrativas e de memória influenciam diretamente o ensino de história sobre a Ditadura Militar, portanto, buscaremos discutir acerca do recente fortalecimento do negacionismo sobre a Ditadura Militar em um contexto de crise democrática e realizaremos a análise de um documentário postado na plataforma YouTube que trata sobre a Ditadura em um viés negacionista como exemplo dessas disputas.

Breves reflexões sobre o negacionismo histórico

³ Globo. Jair Bolsonaro (PSL) é entrevistado no Jornal Nacional. 2018. (32:08s) Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6980200/>>. Acesso em: 29 junho 2020, grifo nosso

⁴ O Globo. Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. O Globo. 31 de ago. de 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

A operação negacionista se baseia na distorção e falsificação dos fatos que visa a desqualificação das produções realizadas pelas ciências sociais. Para Mateus Pereira (2015), o negacionismo é a radicalização da negação e do revisionismo. O autor apresenta a negação como o questionamento e/ou oposição à realidade factual que constrói uma distorção da factualidade com base na invalidação das fontes. Já o revisionismo é definido por Pereira como uma interpretação que não nega necessariamente os fatos, mas visa “justificar os combates políticos do presente a fim de construir uma narrativa 'alternativa' (2015, p. 865). Em suma, o negacionismo histórico realiza uma construção narrativa que “busca apagar/negar a existência de fatos específicos ou alterar drasticamente a interpretação consagrada a eles pela historiografia (contra memórias), ainda que sem nenhum tipo de evidência factual nova.” (SILVA, 2020, p. 1178). Nesse sentido, este atua também como um assassino da memória, visto que sua existência está intimamente ligada ao tratamento e a legitimação da violência ocorrida em momentos considerados sensíveis na história, como os genocídios dos povos originários e das populações africanas no continente americano, dos armênios – realizado pelo Império Otomano da Primeira Guerra Mundial –, dos judeus – pelo Estado Nazista e seus aliados na Segunda Guerra Mundial.

O negacionismo é um fenômeno político-social ligado a movimentos de extrema-direita na Europa e nos Estados Unidos da América que aflorou após a Segunda Guerra Mundial, onde seu caráter social se deve, principalmente, ao fato de que “teses negacionistas provocam impactos diretos no comportamento de milhões de pessoas” (DUARTE, CÉSAR. 2020, p. 9). Além disso, o negacionismo é um fenômeno político porque sua existência está intimamente ligada aos interesses que grupos de poder possuem sobre as narrativas referentes ao passado, especialmente aquelas que podem ser prejudiciais para tais grupos e seus planos de dominação. Nesse contexto, os negacionistas se opõem às teses e produções científicas sobretudo porque estas “inspiram políticas públicas destinadas a transformar comportamentos e modos de vida coletivos, os quais afetam interesses econômicos poderosos” (DUARTE, CÉSAR. 2020, p. 9). O termo “negacionista” utilizado para caracterizar aqueles que questionavam o extermínio judeu na Segunda Guerra Mundial foi popularizado por Henry Rousso, mas este afirma que tal denominação também se refere às produções que negam ou relativizam o genocídio armênio e, atualmente, se transformou em uma modalidade discursiva, uma maneira de representar o passado e interpretar o presente (VALIM et. al., 2021).

Nesse sentido, para Valim et. al. (2021), os negacionistas possuem como estratégia principal a contaminação da linguagem e especialmente do termo “revisãoismo”. No contexto do pós Segunda Guerra, os autores negacionistas se intitulavam como “revisãoistas”, defendendo que suas produções propunham uma releitura sobre a história recente. Sendo assim, no olhar do público em geral, estes eram interpretados como historiadores e intelectuais realizando uma prática comum nas ciências sociais: a revisão suscitada por interesses acadêmicos, novas fontes e leituras sobre o passado. Portanto, suas narrativas receberam uma melhor recepção. Ainda segundo Valim et. al., essa "geração de falsificadores" (2021, p. 15) foi responsável não somente por isentar os alemães e dar prosseguimento ao apagamento de vestígios instaurado pelo próprio sistema nazista, mas também por elaborar um "modus operandi que seria incorporado tanto pelos negacionistas posteriores quanto por seus aliados de extrema-direita em diversos países" (2015, p.15).

A partir de então, o negacionismo histórico recebe uma roupagem mais organizada e sua difusão é responsável por apresentar aos países a forma entendida pelos autores como a mais conhecida do negacionismo: a “negação inocente” (Valim et. al., 2021, p. 17). Essa forma é caracterizada por uma frequente mobilização da subjetividade na formulação do discurso negacionista sobre os passados sensíveis e traumáticos. Ou seja, é o momento onde as narrativas são construídas a partir da percepção e da experiência pessoal de cada indivíduo, podendo estes serem os algozes ou não.

Sendo assim, Valim et. al. (2021) destacam a necessidade de entender que o negacionismo histórico possui novas facetas na contemporaneidade, dentre as quais a principal é o fato de que a produção das narrativas não está mais centralizada em pequenos grupos de autores, mas possui uma autoria coletiva e descentralizada geograficamente. Para os autores, esse fato é fruto da eclosão do universo virtual:

O universo virtual não apenas forneceu espaço para a proliferação das mais odiosas e ultrajantes informações, sob um véu relativo de anonimato e impunidade, como também permitiu que muitas mais pessoas pudessem contribuir com esses negacionistas de uma maneira fácil, simplesmente refazendo ou reunindo pedaços de informações encontradas no espaço virtual (Hassan, 2016; Terry, 2017 apud. Valim et. al., 2021, p. 18)

Além de afetar a qualidade da produção de informações, esse universo também é responsável por afetar a verificabilidade das mesmas, visto que as narrativas e informações circulam em alta velocidade nas páginas da internet. Tal característica do

mundo virtual virou, inclusive, motivo de piada nas redes através da expressão “Se tá na internet, é verdade!”.

No contexto brasileiro, é possível observar que os discursos negacionistas fazem parte do contexto social de interação, tais narrativas buscam deslegitimar o conhecimento histórico e a produção historiográfica, especialmente quando se trata do período em que ocorreu a Ditadura Militar brasileira (1964 – 1985). Ao realizar um estudo sobre os comentários no verbete “Regime militar no Brasil” no site “Wikipédia”, conhecido popularmente como um veículo de pesquisa e utilizado por muitos estudantes no ensino básico, Mateus Pereira (2015) constata que é possível perceber as guerras de memória contaminadas pelas ideias negacionistas que refletem a diversidade da opinião pública sobre esse período.

A crise democrática e o negacionismo enquanto ferramenta política no Brasil

Valim et. al. afirmam que outra característica importante do negacionismo recente é o fato deste ser cada vez mais atrelado ao Estado e seus componentes (2021, p. 19). Tal aspecto já fazia parte de sua constituição, especialmente no contexto do genocídio armênio, mas é essa relação é estreitada na atualidade. Segundo Moraes (2013), o surgimento do negacionismo é inerente à extrema-direita e esta o incorpora frequentemente como um elemento de apresentação das suas narrativas ao público em geral. Ainda para o autor, o negacionismo foi utilizado especialmente com o intuito de promover novas narrativas sobre as ações e violências dos governos de extrema-direita, atraindo, portanto, mais simpatizantes para o seu projeto de sociedade através do apagamento do seu histórico de violência. Assim, é possível afirmar que os discursos negacionistas são utilizados frequentemente para isentar os Estados e as pessoas vinculadas a ele das suas responsabilidades em relação aos genocídios que os mesmos provocaram e/ou apoiaram.

Apontamos como um exemplo brasileiro dessa relação o livro *A verdade sufocada*, escrito por Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército, coronel que passou por um processo no Supremo Tribunal Federal por suas práticas de tortura. A narrativa usada por Ustra é pautada na ideia de “inevitabilidade de tomada do poder”, onde a ação dos militares foi fundamental para impedir o triunfo do comunismo no país. Sendo assim, ao tratar o Golpe de 64 como uma “contrarrevolução”, o autor visa justificar as ações dos golpistas e direcionar a responsabilidade do golpe para

os comunistas. Para Ustra, os militares envolvidos na “contrarrevolução” devem ser ovacionados, pois “atenderam ao chamado da Pátria e arriscaram a vida com coragem, lutando com honra e dignidade para extirpar o terrorismo de esquerda que ameaçava a paz e a tranquilidade do Brasil” (USTRA, 2007, p. 15).

Além disso, Ustra frequentemente busca legitimar as ações violentas do Estado através da responsabilização dos seus inimigos, especialmente a luta armada, como observamos a seguir:

Alguns criticam os métodos usados para pacificar o País. Alegam que o Estado respondeu com violência excessiva à ação dos terroristas [mas] o confronto, que não iniciamos, mas que vencemos, preservou a democracia. [...] quer queiram ou não, foi com o nosso método de combate ao terrorismo que restabelecemos a paz, com um número reduzidíssimo de vítimas (USTRA, 2007, p. 320-321 apud. SILVA, 2021, p. 4)

Para Silva (2021), a narrativa estabelecida por Ustra faz parte de uma característica específica do negacionismo brasileiro, a tendência que este possui de não negar totalmente as violências, mas realizar uma frequente relativização das mesmas. Esse traço pode ser observado na citação anterior, onde Ustra não nega a existência de vítimas, porém afirma que seu número foi reduzido e ocorreu em prol de algo maior, o “restabelecimento da paz”. Silva ainda destaca que após concluída a “missão” de combater o comunismo no Brasil, “restaria garantir que a memória dessa ‘comunidade’ de militares fosse resguardada e lançada na arena pública” (2021, p.4) e tal trabalho deveria ser feito, segundo Ustra, por autores como ele, que não foram “doutrinados” tal qual os professores e autores que estão nas Universidades e pesquisam sobre o período da Ditadura Militar brasileira.

O caso do livro *A verdade sufocada* é relevante, pois tal produção é utilizada como referência para discursos negacionistas sobre a história do período. Ademais, seu autor é frequentemente ovacionado por tais negacionistas, especialmente pelo atual presidente da República, Jair Bolsonaro. No ano de 2016, com o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff em curso, o então deputado federal justificou seu voto a favor exclamando: “Perderam em 64, perderam agora em 2016 [...]. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”⁵.

⁵Estadão. Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016. 2019. (0:48s). Disponível em: <<https://youtu.be/xiAZn7bUC8A>>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

Através da comparação entre 1964 e 2016, defende que ambos os movimentos – assim denominados pelo mesmo – aconteceram em defesa da democracia, pois na sua perspectiva, os governos de João Goulart e Dilma Rousseff levariam o país em direção a uma ditadura comunista. Seu discurso em meio ao lotado plenário da Câmara não somente distorce o sentido dos golpes de 1964 e de 2016, como também legitima a tortura e é um exemplo da sua falta de respeito em relação as minorias, as mortes e as violências que ocorreram ao longo da Ditadura Militar brasileira. Ao exaltar a memória de Ustra, o homem responsável por torturar Dilma Rousseff, Bolsonaro toca intencionalmente na dor de Rousseff e parece afirmar para ela e todas as vítimas da Ditadura que as suas memórias, por mais dolorosas que sejam, não valem nada. Bolsonaro *escolheu* exaltar a memória do torturador, que a seu ver, é o símbolo do verdadeiro herói brasileiro. Tal atitude, segundo Duarte e César, é certamente um marco a respeito da guinada política que abriu caminho para a ascensão da extrema-direita ao poder” (2020, p. 5).

Daniel Pinha, Marcelo Rangel e Rodrigo Perez (2020) afirmam que o Brasil, a partir do ano de 2013, entrou em um momento de crise democrática. Para os autores, o modelo de democracia que está em crise é o experimento liberal-burguês “[...] a partir da disfunção de suas instituições, cada vez menos capazes de sustentar seu valor fundamental: a possibilidade da representação política através do voto” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2017 apud. PINHA; RANGEL; PEREZ, 2020, p. 10). Tal momento é caracterizado, por exemplo, por atos como o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, citado anteriormente, manifestações em prol da intervenção militar e contra as instituições democráticas⁶. Daniel Pinha afirma que apesar do fortalecimento da democracia nas instituições, os “valores democráticos socialmente compartilhados” (2020, p. 39) não foram expandidos. Isso se deve, especialmente, à maneira como a redemocratização brasileira foi conduzida, uma redemocratização que priorizou a conciliação, o esquecimento e a impunidade em relação aos crimes cometidos pelo Estado contra sua própria população e contra a democracia.

Para a ciência histórica como um todo, Pinha, Rangel e Perez (2020) afirmam que a maior consequência da crise instaurada em 2013 é o fortalecimento dos discursos negacionistas da história sobre temas que até então possuíam certo consenso na academia

⁶ AMORIM, F; BORGES, S. Ato contra STF e pró-intervenção tem Bolsonaro com criança e uso de cavalo. Uol, São Paulo. 31 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/31/protestos-brasilia-31-de-maio.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 11 de jul. de 2021.

e na opinião pública. Destaca-se, portanto, o *fortalecimento* de discursos que já circulavam na sociedade brasileira, especialmente no que se refere à história da Ditadura Militar brasileira.

Narrativas negacionistas em formato de aula

Diferentes narrativas sobre a Ditadura que se instaurou em 1964 no país ocupam o espaço público e virtual brasileiro. Sônia Meneses afirma que há no tempo presente “a insurgência de outros sujeitos a disputarem o controle desse lugar disciplinar [da história]” (2019, p. 69-70), aqueles que produzem narrativas historiográficas voltadas para o grande público, insurgência caracterizada por uma apropriação conservadora do passado (2019, p. 70) direcionada para o consumo. Essa apropriação visa a simplificação das narrativas históricas, o incentivo de uma história única, que não questiona o status quo, cuja preocupação está centrada no entretenimento. Para Meneses, estabelece-se um claro conflito entre autoridade e competência, saber acadêmico e opinião. Uma produção que é, ao mesmo tempo, narrativa histórica e produto midiático” (2019, p. 70), um conjunto de narrativas “politicamente incorretas” pautadas em negacionismos e revisionismos da história que pretendem “desqualificar o papel do professor e de pesquisas históricas que não atendam as demandas políticas e os interesses desses novos produtores” (2019, p. 70).

O discurso desses “novos atores” está frequentemente pautado na defesa de que possuem a verdade sobre o passado e que serão os responsáveis por narrar o que os professores de história intencionalmente esconderam dos alunos. A plataforma online YouTube possui mais de 98 milhões de brasileiros conectados⁷, configurando um dos espaços virtuais mais frequentados pelos brasileiros de todas as faixas etárias. Segundo informações da empresa Google, dona do YouTube, este busca ser um espaço onde os assuntos surgem e são amplificados, um ambiente de liberdade de expressão, especialmente porque para realizar a publicação de um vídeo basta ter acesso à internet e algum equipamento de captação de vídeo e áudio. Sendo assim, o YouTube é um lugar de insurgência de narrativas que partem de diferentes cosmovisões.

No que se refere ao tópico do presente artigo, as características da plataforma citadas acima favorecem a difusão de conteúdos negacionistas sobre a história, visto que

⁷ Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/estrategias-de-marketing/video/entenda-o-poder-do-youtube/> Acesso em: 10 de set. de 2022.

esses conteúdos não ferem as regras da plataforma. Assim, é possível encontrar uma variedade de vídeos produzidos por tais “novos atores”, conteúdos que visam construir narrativas alternativas à historiografia e ao ensino de história, é o exemplo do YouTuber Olimpio Araujo Junior, criado do canal denominado “Mundo Polarizado” que possui mais de 660 mil inscritos. No vídeo “A Verdade sobre o GOVERNO MILITAR que ESCONDERAM de você”, Júnior realiza a introdução da seguinte forma:

Entre abril de 1964 até março de 1985 o Brasil foi governado por militares. A revolução de 1964, ao contrário do que muitos pensam, não foi um golpe militar como a esquerda brasileira costuma repetir incansavelmente. Ela foi pedida pelo povo nas ruas, referendada pelo Parlamento, apoiada pela imprensa, por empresários e até mesmo por diversos setores da Igreja Católica e não começou em 1964, ela foi resultado de quatro décadas de tentativas dos comunistas de tomarem o poder no país. O erro de muitas pessoas que julgam o governo militar brasileiro é não conhecer os reais motivos do porquê ele foi implantado e, por isso, antes de falarmos sobre ele, precisamos saber o que aconteceu antes e quais os riscos que o país estava enfrentando. *Nesse vídeo você vai conhecer a verdadeira história do governo militar no Brasil, aquilo que você não aprende na escola, nas universidades e aquilo que a mídia não mostra para você porque é contrário aos seus interesses.* (grifo nosso ref do vídeo)

O caminho argumentativo se baseia na ideia de que em 1964 os militares realizaram um contragolpe, por isso, esse vídeo é destinado a tratar do que o autor entende como a história do comunismo no país e suas “frequentes tentativas de realizar um golpe comunista”. A partir da análise do vídeo é possível compreender que o objetivo principal do autor é estabelecer uma narrativa que justifique o Golpe de 64 (chamado pelo mesmo de revolução) e o estabelecimento de um Regime Militar, além de visar justificar também as atitudes tomadas pelo governo militar ao longo desses anos.

O autor do vídeo não cita fontes bibliográficas, apenas narra a história enquanto no vídeo diversas fontes como notícias de jornais, fotos e discursos políticos são reproduzidos buscando garantir legitimidade ao que está sendo dito. Enquanto historiadores, sabemos que a fonte não cria a narrativa por si, mas depende da interpretação, comparação e argumentação de profissionais da área para tal. No vídeo analisado, as fontes são utilizadas apenas como forma de ilustrar o ponto de vista do autor.

O vídeo analisado possui mais de 723 mil visualizações e diversos comentários em concordância com seu conteúdo. Segundo Borries, “leitores, ouvintes e espectadores estão sempre envolvidos na ação, completam as representações da história somente em sua assimilação; portanto, não se deveria separar a utilização e o debate da produção, por

exemplo em livros, filmes ou programas de televisão.” (2018, p. 20). Sendo assim, é possível indicar que a recepção dos conteúdos com teor negacionista contribui diretamente para a construção dos mesmos. Tal apontamento nos leva a refletir que o negacionismo sobre a Ditadura Militar é um tópico que se fortaleceu ao longo dos anos, mas não deixou de existir desde que a redemocratização foi instaurada no país.

Considerações finais

De acordo com Pereira (2015), o negacionismo impede a construção de uma memória justa, aquela que luta contra o esquecimento, e é possível acrescentar que estes também impedem a construção de uma educação libertadora, pois a libertação pressupõe o reconhecimento, a valorização daqueles que lutaram e a justiça pelas vidas interrompidas. O que se observa na atualidade é um forte movimento de tais distorções da história em direção ao questionamento da ciência histórica, da escola, dos historiadores e professores. Em tal contexto, a reflexão acerca do ensino de história da Ditadura Militar brasileira enquanto lugar de articulação entre memória, historiografia e justiça se faz importante tendo em vista que “o objetivo maior [do ensino de História] é formar a capacidade de pensar historicamente e, portanto, de usar as ferramentas que a história dispõe na vida prática, no cotidiano, desde as pequenas até as grandes ações individuais e coletivas” (CERRI, 2011, p. 81-82).

É possível concluir, portanto, que a escola não está descolada da sociedade civil. Os debates realizados fora dos seus portões influenciam a interação dos alunos com as aulas e a forma como o conhecimento histórico é construído. Sendo assim, as guerras de memória e a insurgência de novas narrativas sobre a história da Ditadura Militar interagem com o ensino da mesma, entretanto, o ensino da Ditadura Militar também pode influenciar a forma como os debates nos espaços públicos são realizados. Nesse sentido, conhecer o contexto em que nossas aulas estão inseridas e as narrativas presentes em sala é fundamental para a construção de um ensino de história que almeja formar “um pensamento autônomo, crítico e criativo” (CERRI, 2011, p. 58) e, sobretudo, incentivar “uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação” (FREIRE, 2008, p. 46 apud. AGOSTINI, 2019, p. 53).

No livro “Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin”, Nilo Agostini afirma que “a libertação não se realiza sem a memória do passado” (2019, p. 207). Nesse sentido, refletir sobre a relação entre história, ensino de história, memória

e justiça é um ponto caro para a atualidade, pois um dos resultados do fazer histórico é a intervenção crítica sobre a memória, assim como a memória oferece farto manancial para a produção historiográfica. Ao trabalhar a questão da memória e da redenção em Walter Benjamin, o autor afirma que “há a necessidade de preservar a memória do que foi jogado nos porões da humanidade e no esquecimento pela historiografia burguesa”, pois através dela é possível realizar a busca da “redenção dos excluídos e dos vencidos” (AGOSTINI, 2019, p. 57), assim, defende que o trabalho com a memória é um dos pilares para a libertação dos oprimidos. Nesse contexto, a história fica encarregada da sua própria (re)escrita, pois ela é uma das responsáveis por incentivar no presente a busca por narrativas sobre o passado, aquelas que ainda não foram escritas. Assim como, também é responsável por combater as inverdades sobre esse mesmo passado.

Em suas instâncias e com ferramentas específicas, memória e história se encontram “como o imperativo de também dar a palavra aos que, quando vivos, já estavam condenados ao silêncio” (CATROGA, 2001, p. 49), pois não era interessante ouvi-los. Para os que viveram o processo histórico, a memória se apresenta como uma possibilidade de justiça frente à violência física e simbólica que sofreram, enquanto a ciência dos homens no tempo (BLOCH, 1997, p. 55), a história desempenha o papel de estabelecer uma narrativa que preze e lute por essa justiça. As aulas de história, entendidas como narrativas históricas e historiográficas, devem caminhar (e caminham!) para o mesmo objetivo.

Como foi afirmado anteriormente, a atualidade é marcada por um movimento de deslegitimação das instituições escolares e dos saberes construídos nestes espaços. A insurgência e o sucesso de novos atores que produzem narrativas negacionistas com sentido histórico – mas não historiográfico – está alinhada ao contexto de crise democrática. Tais produções que perpetuam opressões, alimentam injustiças e ameaçam a democracia, estão presentes no espaço público como um todo – na internet, nas livrarias, nos discursos políticos – e ecoam sobre e a partir da população brasileira. Nesse sentido, cabe a nós, professores de história e historiadores, entendermos o nosso papel nessa disputa de narrativa sobre o passado que não passou. De fato, as narrativas escolares não são a única maneira pela qual a consciência histórica dos indivíduos é formulada e transformada, mas é um dos vetores, e isso nos parece ser suficiente para direcionar a prática historiográfica em sala de aula e fora dela.

Referências

AGOSTINI, Nilo. *Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BAUER, Caroline Silveira. O papel dos historiadores nas garantias dos direitos à memória, à verdade e à justiça. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 5, p. 6-24, 2013

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.55.

BORRIES, Bodo Von. *Jovens e Consciência Histórica*. Org. Maria Auxiliadora Schimidt, Marcelo Fronza, Lucas Pydd Nechi – 1ª reedição. Curitiba: W.A. Editores, 2018.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 65.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Escola “sem” partido. Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. v. 1. 144p

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: Negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade'. *REVISTA HISTÓRIA HOJE*, v. 08, p. 66-88, 2019.

PEREIRA, Matheus. Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 31, p. 863-902, 2015.

PINHA, Daniel. Ditadura civil-militar e formação democrática como problemas historiográficos: interrogações desde a crise. *Revista Transversos*. “Dossiê: Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática”. Rio de Janeiro, nº. 18, 2020. pp.37-63. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.50330.

PINHA, Daniel; RANGEL, Marcelo; PEREZ, Rodrigo. Teoria, história da historiografia e ensino de história em tempos de crise democrática. In: *Revista Transversos*. “Dossiê: Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática”. Rio de Janeiro, nº. 18, 2020. pp. 6-16. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.50328

VALIM, Patrícia. AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Dossiê – Negacionismos e usos da história. *Rev. Bras. Hist.* 41 (87). May-Aug 2021.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá. Negacionismo Histórico: entre a governamentalidade e a violação dos direitos fundamentais. *Revista Cult*, São Paulo, pp. 1-5, 3 set. 2020.

Arqueologia, memória e educação: um olhar sobre o município de Rio das Ostras

Marlon Barcelos Ferreira¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto decorre do projeto de pesquisa de doutorado, cujo título é: Uma longa História Indígena na Região da Costa do Sol: Museus, Patrimônio e o Ensino de História Regional, especificamente dos capítulos 2 e 3, do qual algumas ideias e argumentos são aqui discutidos. Para tanto, busca-se discorrer sobre o histórico das pesquisas arqueológicas realizadas no município de Rio das Ostras, cidade do litoral do Estado do Rio de Janeiro e ao mesmo tempo, procura-se refletir sobre as políticas memoriais e educacionais que foram desenvolvidas por diferentes agentes que culminaram no processo de criação do Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba.

Nesse sentido, percebemos como memórias antes subterrâneas referentes às populações nativas, estão agora emergindo a partir de um contexto político nacional e também local. São reflexões iniciais de um projeto mais amplo, e no qual se busca compreender os processos que levaram a emergência da história e da memória indígena na região turística da Costa do Sol (Região dos Lagos), através da patrimonialização e sua posterior musealização com a criação de três museus ligados exclusivamente à história indígena dessa região: o Museu Tupinambá em Araruama, o Museu Sambaqui da Tarioba em Rio das Ostras e o Museu do Sambaqui da Beirada em Saquarema.

Essa região popularmente conhecida como Região dos Lagos, é uma das regiões turísticas mais importantes do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TurisRio)² designa este local oficialmente como Região da Costa do Sol. Uma região na qual estão incluídos os Municípios de: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Macaé, Maricá, Quissamã, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema.

¹Aluno do curso de Doutorado do Programa de Pós- Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano de 2020, com o projeto “Uma longa História Indígena na Região da Costa do Sol: Museus, Patrimônio e o Ensino de História Regional”, orientado pelo Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes.

² Companhia responsável pelo desenvolvimento e planejamento do turismo no Estado do Rio de Janeiro

Nesse momento inicial da pesquisa, busca-se discorrer inicialmente sobre o Museu Sambaqui da Tarioba em Rio das Ostras. Esse município nasceu na década de 1990, e sua criação esta atrelada ao boom de novos municípios que se desenrolou em todo o Brasil (BRANDT, 2010). A localidade teve sua história atrelada ao município de Casimiro de Abreu até a década de 1990, quando através da Lei estadual n.º 1984/92, foi criado o novo município fluminense de Rio das Ostras. Apesar de ser um município recente, a cidade de Rio das Ostras teve sua história contada em alguns livros escritos por autores denominados de memorialistas e que ajudaram a formar uma leitura do passado para os moradores. Nessas leituras sobre o passado, a presença indígena na região foi sendo inviabilizada e sua presença foi apagada das narrativas históricas e memoriais oficiais produzidos ao longo do tempo sobre o passado local. Um passado submerso e que durante muito tempo fora ignorado por amplos setores da população e tratado de forma superficial pelas interpretações patrimoniais e narrativas históricas oficiais e não oficiais produzidas sobre o passado do Brasil e também da Região dos Lagos (ALMEIDA, 2013).

O território fluminense tem uma ocupação humana muito antiga do ponto de vista histórico é bem anterior à proporcionada pela colonização portuguesa. A colonização humana dessa região teve início quando milhares de seres humanos ocuparam todo o território desta parte do litoral fluminense, em um movimento que começou há milhares de anos e que resultou em uma intensa ocupação no momento da chegada dos europeus no século XVI (ALMEIDA, 2013). A colonização e conquista portuguesa acabou levando ao extermínio de grande parte das populações nativas e a formação dos primeiros núcleos portugueses na região (MOREIRA; CARNEIRO, 2010).

A chegada dos portugueses e o processo de conquista e colonização que a partir daí se efetivou, mudou completamente a vida dos nativos e trouxe profundas alterações para os povos que habitavam essa parte do litoral. A conquista da região se inseria no processo de colonização e que “[...] exigia, pelo menos, duas alterações básicas de consequências dramáticas para os povos nativos do litoral: a expropriação de suas terras e o uso de sua força de trabalho de forma compulsória.” (FREIRE; MALHEIROS, 2009, p.48). Como parte da consolidação do domínio da região, houve a criação em 1615 da cidade de Cabo Frio e dois anos depois, em 1617, a criação da Aldeia de São Pedro no território de Cabo Frio (CARNEIRO; MOREIRA, 2010). Nesse cenário pode-se ressaltar que a presença indígena

na região não terminou com a conquista e a colonização portuguesa, a qual se levou a cabo ao longo dos séculos XVI e XVII.

Com a progressiva consolidação e estabilização do controle político sobre a região iniciou-se, de forma sistemática, um processo de efetiva ocupação dessa parte do litoral e o surgimento de diversos núcleos de povoamento e colonização portugueses. Inseridos no contexto econômico, os indígenas se constituíam como uma mão de obra importante, principalmente, nos anos iniciais e continuaram sendo até mesmo depois do estabelecimento de uma forte rede de tráfico negreiro no Brasil. O trabalho dos gentios, entre os séculos XVI e XIX, sempre foi muito importante, mesmo após a introdução maciça dos negros africanos. Embora os índios aldeados fossem considerados livres e senhores de suas terras (aldeamentos), podiam ser requisitados, e eram, para trabalhar para os colonos, mediante ao pagamento de salários e com bom tratamento. (CARNEIRO; MOREIRA, 2010, p.53).

Em seus estudos sobre os aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro, a Professora Maria Regina Almeida mostrou como os indígenas aldeados eram fundamentais como força de trabalho no Rio de Janeiro até o século XIX. Por outro lado, não apenas se constituíam como mão de obra local, como também circulavam e ocupavam aqueles espaços. Portanto, esses indígenas mesmo aldeados e misturados à população local, permaneciam se identificando como indígenas e: “[...] importa constatar que os grupos diminutos de índios, por mais misturados que estivessem, mantiveram-se, até meados do século XIX, vendo-se e sendo vistos como índios.” (ALMEIDA, 2013, p.108).

Ao longo do século XIX, verifica-se que “[...] o processo de apagamento dos indígenas no território fluminense constará na pauta do governo central e de políticos regionais.” (SILVA, 2018, p.103). Compreende-se que esses discursos oficiais estão atrelados aos interesses econômicos locais, pois:

É interessante notar o discurso de “pobreza” e decadência indígenas, constantes nesses relatórios. Juízo que somado à ideia de “extinção e perda “identitária” serão fortes argumentos utilizados por autoridades, foreiros contra os índios para, entre outros objetivos, negar-se e garantir seus direitos, principalmente a posse de seus territórios. (SILVA, 2018, p.93)

A região de Cabo Frio e seu entorno, não passou incólume a esse processo de extinção e apagamento da presença indígena no território fluminense. Nesse processo, a longa presença indígena na região foi sendo inviabilizada e sua presença foi apagada das narrativas

históricas e memoriais oficiais produzidos ao longo do tempo sobre o passado local. Um passado submerso e que durante muito tempo fora ignorado por amplos setores da população e tratado de forma superficial pelas interpretações patrimoniais e narrativas históricas oficiais e não oficiais produzidas sobre o passado da Região da Costa do Sol.

Este cenário só começou a mudar a partir das décadas de 1970 e 1980 em um período no qual o Brasil passou por grandes mudanças políticas, sociais e econômicas e pela intensificação da luta dos povos indígenas em busca de seus direitos e reconhecimento. Ao mesmo tempo, essas mudanças se complementam com novas posturas teóricas e metodológicas no campo das ciências humanas e o aumento no número de estudos sobre a questão indígena no Brasil, nos seus mais variados aspectos históricos, social, etc. (MONTEIRO, 2001).

Dentro deste contexto de mudanças políticas e sociais, houve também um avanço na luta pelos direitos indígenas quando foi sancionada em 2008, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a lei 11.645/08. Esta lei determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro e indígena aos estudantes da Educação Básica de todo o território nacional. Afinal, durante muito tempo as narrativas históricas e as instituições de ensino excluía ou incorporaram os indígenas de forma marginal, como salienta Antonio Carlos de Souza Lima:

A “narrativa histórica oficial”, os currículos desde o ensino básico ao universitário, passando pela mentalidade dos governantes – seja qual for à área da administração pública – e dos gestores de instituições de ensino, ou mesmo pelo mais comum dos cursos de graduação em história, ao fornecerem uma única linha explicativa calcada em momentos privilegiados em que os indígenas não estão presentes. (LIMA, 2006, p 15)

Por outro lado, ao longo das últimas décadas, as pesquisas arqueológicas se desenvolveram no Brasil e assim, os conhecimentos acerca dos sítios arqueológicos oriundos dos povos nativos tiveram um grande desenvolvimento em todo o Brasil. Da mesma forma, a região do município de Rio das Ostras acabou chamando a atenção de diversos arqueólogos ao longo das últimas décadas, o que levou ao surgimento de diversas pesquisas na região e que resultaram em vários estágios de pesquisas até chegar às visões e entendimentos atuais sobre a ocupação e a história dos povos nativos da região.

As pesquisas e a preservação em Rio das Ostras

Na segunda metade do século XX, aconteceu na ciência arqueológica brasileira o início de um período de crescimento das pesquisas arqueológicas e da formação do cenário teórico- metodológico da moderna da arqueologia no Brasil (PROUSS, 1992). Neste contexto, na década de 1960, o Governo Brasileiro determinou a criação do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), projeto do governo que tinha como objetivo de se fazer um levantamento da cultura material (arqueológico) e de identificar\definir as principais culturas do território nacional e que teve um papel fundamental, pois, a partir daí, a arqueologia brasileira se estruturou do ponto de vista institucional, metodológico e teórico. Este projeto resultou em inúmeras pesquisas de campo realizadas em todo o território nacional e que acabou proporcionando o primeiro grande mapeamento dos vestígios materiais das culturas nativas.

Na Região dos Lagos, as pesquisas arqueológicas de forma sistemática ganharam espaço a partir da década de 1960/70. Quando surgiram os primeiros projetos de pesquisa arqueológica ligados a pesquisadores e centros de pesquisas. Nesse sentido, desde a década de 1960/70, foram sendo desenvolvidos inúmeros projetos e pesquisas na região e que tem desde então, proporcionado um relativo conhecimento das culturas nativas que ocuparam essa região.

Em Rio das Ostras, as pesquisas arqueológicas que começaram na década de 1960, levaram à identificação de inúmeros sítios arqueológicos. Destes sítios arqueológicos, somente o sítio denominado Sambaqui da Tarioba foi escavado, mapeado e totalmente preservado. Sua descoberta aconteceu em 1967, mas somente em 1997 durante as obras da construção de um teatro no terreno da Casa de Cultura, o sítio fora redescoberto e realizado uma pesquisa ampla e políticas de preservação (OLIVEIRA, 2011). A equipe técnica responsável pelas pesquisas foi o Instituto de Arqueologia Brasileira, com a orientação do Professor Ondemar Dias (OLIVEIRA, 2011). Ao longo das pesquisas, os arqueólogos descobriram seis camadas estratigráficas como resultado da ocupação humana. Durante o processo de escavação a equipe do IAB recuperou inúmeros vestígios da cultura material dessa população de caçadores, pescadores e coletores.

Ao mesmo tempo, também as pesquisas arqueológicas foram combinadas com o desenvolvimento de políticas públicas de preservação e transformação daquele sítio arqueológico em um museu. Desta maneira, o museu fora pensado para ser um dos poucos

museus de arqueologia “in situ” do Brasil, ou seja, o material que está exposto permanece da forma como foi encontrado pelos pesquisadores e assim fica exposto e a disposição do visitante (OLIVEIRA, 2011). Uma parte importante deste projeto, é justamente entender os fatores, interesses, discursos e agentes envolvidos no processo que levou a patrimonialização e a posterior musealização deste sítio arqueológico.

Com a ação de diferentes interesses, discursos e agentes, o sítio arqueológico de Tarioba fora delimitado, escavado e em torno de sua área fora erguido uma estrutura que resultou em um novo espaço de memória municipal: O Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba. Entendemos que durante muito tempo, o Estado (Imperial e Republicano) e os diversos profissionais da memória, no caso, os arqueólogos, privilegiaram os vestígios e os artefatos arqueológicos dos segmentos dominantes da sociedade (FUNARI, 2003) e na qual os vestígios e artefatos pré-coloniais e indígenas foram descartados do discurso oficial e colocados como curiosidades ou vestígios de povos primitivos e sem história. Da mesma forma, o pensador Michel Pollak (1989) chamou a atenção para os processos de dominação e submissão através do uso de diferentes versões, visões e memórias, apontando que muitas das vezes pode ocorrer uma ruptura entre uma memória oficial e dominante e o que ele denominou de memórias subterrâneas, que são as memórias marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento.

É necessário desnaturalizar-se a falsa percepção de que as memórias e as histórias de uma sociedade emergem de um trabalho objetivo, afinal, essas histórias e memórias da sociedade são resultados de negociações, conflitos e os interesses de grupos e pessoas (POLLACK, 1989). Nesse sentido, percebemos que a seleção e a negociação de memórias são essenciais para se pensar a questão patrimonial. Desta forma, é possível dizer que aquilo que é selecionado pelas políticas públicas vai representar as memórias que se deseja lembrar no âmbito nacional e no local. No caso, um passado indígena que primeiramente foi designado pelos historiadores como a Pré-História (PROUS, 1991) e que durante muito tempo foi praticamente ignorado pela comunidade de historiadores. Neste cenário, a história desses povos nativos ficava em segundo plano:

A nossa história tem sido sempre descrita como a história da colonização, como a narrativa da transferência de pessoas, instituições e conhecimentos para um novo cenário, não-europeu, sobre o qual estas vieram a estabelecer um progressivo controle, dando origem ao marco territorial atual.” (FREIRE & OLIVEIRA, 2006, p. 17)

Assim, na cidade de Rio das Ostras, nos últimos anos foram desenvolvidos trabalhos não apenas de escavação e pesquisa, os trabalhos arqueológicos também contemplaram os aspectos de recuperação desta memória e de educação em torno dos artefatos e vestígios dos povos indígenas. Na qual essas memórias dos povos nativos que durante muito tempo ficaram submersas, estão ganhando espaço. Ao mesmo tempo, a criação do Museu Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba se enquadra na perspectiva de preservação dentro da educação patrimonial. E da mesma forma, Francisco Régis Lopes Ramos, também salienta para a importância e o papel dos museus e do patrimônio no ensino de história: “Se aprendemos a ler palavras é preciso exercitar o ato de ler objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas. Além de interpretar a história através dos livros, é plausível estudá-la por meio de objetos.” (RAMOS, 2004, p. 21-22) Nessa direção, o próprio campo a museologia também volta seus olhares para a área educacional e o papel dos museus, pois:

[...] ocorreu uma expansão e uma revisão museológica, em que foram redimensionadas as formas de atender ao público, mas também de envolver e sensibilizar pela educação museal. Tanto que nos anos 1990, passou-se a ter um espaço educativo nos museus como uma prerrogativa de organização nos museus. (ZARBATO, 2021, p. 125)

Apesar das discussões teóricas e dos avanços metodológicos, é necessário romper por parte dos professores e museus, com uma perspectiva passiva, na qual os museus são apenas locais ilustrativos de informações obtidas na escola através das aulas:

Na situação corrente, para voltar à questão educacional, um simples observador estranharia como nossos museus importantes no país costumam receber levas e mais levas de escolares cuja missão, imposta por seus mestres e passivamente aceita pelos responsáveis da instituição, é simplesmente copiar legendas, etiquetas e textos de painéis...Para tanto, não seria necessário deslocar-se da escola. Aquilo de específico que caracterizaria o museu – o que falta à escola – perde, assim, qualquer serventia. E se desperdiça a oportunidade ímpar de aproveitar para a educação esse espaço que é o domínio das coisas materiais e não da palavra, principalmente escrita. Quando não se domina a cultura material, permanece-se refém do logocentrismo excludente que deforma no Ocidente, todo nosso horizonte educacional. (MENESES, 2000, p.99)

Com base nesses referenciais que buscam pensar o papel dos museus e do patrimônio material na produção e no ensino do conhecimento histórico, procura-se nesta pesquisa, respostas para diversas perguntas em relação aos museus indígenas da Região da Costa do Sol: Qual filosofia/política que guiam as ações educativas nesses museus indígenas? A

metodologia da educação patrimonial é utilizada? Existe uma mediação profissional nesses espaços? Qual a formação dos profissionais do conhecimento que atuam nos museus? Qual o público-alvo (motivos, interesses etc.)? Quais os discursos desses patrimônios? Existe uma ligação entre as Secretarias Municipais de Educação e esses museus? Existe uma integração/diálogo com os currículos municipais?

Por fim, entende-se que durante a construção de uma historiografia regional ao longo do século XX, a leitura do passado propagada foi marcada pela ausência ou uma gradativa invisibilidade dos povos indígenas diante do colonizador português. Sendo importante considerar as novas possibilidades para o estudo e para ensino, que rompam com essa invisibilidade construída e reconheçam os povos indígenas enquanto atores ativos na construção desses espaços e das cidades da Região da Costa do Sol.

Referências

ALMEIDA, Maria Celestino de. *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

BRANDT, Cristina Thedim. A criação do município após a Constituição de 1988. O impacto sobre a repartição do FPM e a Emenda Constitucional n. 15, de 1996. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 47, n.187, p.59-75, 2010.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

LIMA, Antônio de Carlos Souza. Prefácio. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; OLIVEIRA, José Pacheco de. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: SECAD, 2006, p. 11-15

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha & OLIVEIRA, José Pacheco de. *A presença indígena na história no Brasil*. Brasília: SECAD, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. *Educação e Museus: Sedução, riscos e ilusões*. *Revista Ciências e Letras*, Porto Alegre, n.27, p. 91-101, 2000

MONTEIRO, John. Redescobrimo os índios da América Portuguesa: Antropologia e História. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Elcio; PINHEIRO, Joceny. (Orgs.). *Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 135-142.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri; CARNEIRO, Janderson Bax. *Os índios na história da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio-séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Graflina, 2010.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1992.

OLIVEIRA, Renata de Almeida. Memória da Ocupação Indígena no Estado do Rio de Janeiro. 2011. 247 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do objeto: o museu no Ensino de História. Chapecó: Argos, 2004

SILVA, Ana Paula da. Demografia e Povos Indígenas no Rio de Janeiro Oitocentista. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais; Santa Vitória do Palmar V.10, nº 20, p. 81-106, 2018.

ZARBATO, Jaqueline A. P. Museus e ensino de história: uma comparação entre ações didáticas em museus no Brasil e na Argentina. In: GONÇALVES, Nadiá; PINTO, Helena; ZARBATO, Jaqueline A. P. (org.) Caminhos da Aprendizagem Histórica: História e Educação patrimonial, debates e reflexões. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UFMS, 2021, p.123-129.

A preservação do patrimônio e a construção do passado nacional: memória e poder no Brasil na década de 1930

Maysa Anacleto de Oliveira da Silva¹
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto decorre do projeto de pesquisa, cujo título é: “A preservação do patrimônio e a construção do passado nacional: Memória e Poder no Brasil na década de 1930”, em andamento. Assim começamos indicando que o patrimônio histórico e cultural se faz presente em diversos grupos sociais e se apresenta como elemento constituinte do sentimento de identidade. A formação de identidades através da preservação patrimonial é possibilitada graças ao seu envolvimento com a memória, pois esta oferece aos indivíduos referências e meios balizares para a vida em sociedade.

Devido a essa interdependência, esse artigo se propõe a analisar a relação entre patrimônio e memória. Mas especificamente a memória social que foi construída na década de 1930 com a instauração do Estado Novo. Esse período esteve marcado por uma excessiva preocupação com o rompimento de práticas heterogêneas e a aquisição de um ideal de nação.

O passado é edificado no presente, e os intuitos pretendidos no tempo de produção têm a capacidade de determinar os elementos que farão parte do passado e futuro de um grupo que possui características de ligações comuns. Pode-se considerar que a memória tem uma natureza suscetível, pois esta pode ser tida como um instrumento e como tal é totalmente influenciada pelos objetivos do presente.

Nesse contexto, é de grande relevância compreender os processos que culminaram na memória nacional, pois as nossas lembranças são resultado da memória individual e coletiva. Tendo em vista o poder embutido na memória, os grupos ou atores que conduzem a criação das significações e memórias coletivas tendem a controlar os meios de memória, pois estes favorecem uma coesão social. Assim, as memórias comuns que os indivíduos carregam são uma mistura de criação individual e coletiva.

¹Mestrando do Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, aprovada com o projeto, cujo título é preservação do patrimônio e a construção do passado nacional: Memória e Poder no Brasil na década de 1930, sob orientação do Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Portanto, considerando os bens patrimoniais como “lugares de memória”, o trabalho de seleção de bens para serem considerados patrimônio no momento da preservação patrimonial determina aquilo que deverá ser lembrado por um grupo social. Logo, a construção da memória coletiva está diretamente ligada ao Patrimônio Cultural.

Somos moldados pelo passado, nossas memórias são o resultado de esforços externos e internos. Processos que são produzidos, de forma natural ou voluntária. Patrimônio e memória estão interligados, na medida em que um propicia a elaboração do outro. Nesse contexto, para a manutenção da memória se faz necessário a preservação patrimonial. A memória propiciada pela salvaguarda de bens patrimoniais é um recurso instrumentalizado com direções e intenções bem delimitadas.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9)

Essa afirmação acerca da função da memória possibilita o reconhecimento de sua importância para um indivíduo ou um grupo social, e sua natureza mutável permite a sua construção. A construção da memória é viabilizada por diversos fatores, sendo constituída por pessoas, personagens, lugares e acontecimentos. Essa possibilidade de construção da memória a expõe a momentos históricos e políticos.

E um dos momentos centrais do que será discutido nesse artigo é a origem do ideal de patrimônio. O conceito de patrimônio nasce no período moderno e é construído mediante a emergência de proteção de bens que se encontravam ameaçados de destruição ou perda na Europa. A preocupação surgida naquele momento deriva do fato desses lugares serem considerados portadores de memória para aquelas sociedades, e a extinção dessas construções tornaria o acesso inviável às futuras gerações. Assim, a constituição dos patrimônios está ligada à formação dos estados modernos.

Desse modo, a noção de patrimônio se origina associada à noção de valor nacional. Essa noção de valor teria como consequência um sentimento de pertencimento, algo estimado pelos recém criados Estados nacionais, pois esse processo resultaria em uma coesão social, contribuindo dessa maneira para a perpetuação de seus poderes. Os patrimônios históricos selecionados nessa época se tratavam exclusivamente de bens de natureza material e se encarregavam de reforçar o ideal nacional. Nesse sentido os monumentos possuíam papel de destaque na criação

das histórias das nações.

O patrimônio é assim revestido de simbolismo, e essa atribuição de sentidos é essencial, pois é através dessa valoração que algo se torna patrimonial. Um bem só é considerado como patrimônio se possuir significado para um grupo social. Nessa perspectiva o patrimônio é composto por lugares de memória, e de acordo com Nora “só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (Pierre Nora, 1993, p.21)

Distintamente do sentido em que era usada em seus primórdios, a noção de patrimônio se apresenta de forma ampla e não se limita a objetos e bens materiais, mas envolve tudo aquilo que possa ter significado ou relevância para a memória de um grupo. E o passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade” (Michael Pollak. 1989, p. 9) sendo, portanto, imprescindível para a manutenção da nação. O processo de salvaguarda do patrimônio permite a propagação da memória, edifica uma ideia de história coletiva e um passado que pertence a todos.

Os bens patrimoniais carregam memórias e têm a capacidade de produzir referências para o presente. As lembranças incluídas nas edificações, nos monumentos, nos lugares, nas manifestações culturais, enfim... o contato com a memória através dos patrimônios cria sentimentos capazes de tornar um indivíduo parte integrante de um grupo social. Essa interação contribui para a construção da memória coletiva.

A ideia de memória explorada aqui não se trata de algo individual, baseado somente em experiências pessoais, mas como um fenômeno coletivo, construída nas interações e trocas sociais. Ao se relacionar com o patrimônio, a memória se torna coletiva pois se refere a um passado comum. Além de se associar ao patrimônio, a memória está ligada à identidade. O sentimento de identidade propiciado pela memória é resultante de um processo de organização que culmina na construção da memória. E nessa seleção memorial a cidade pode escrever e inventar o seu passado.

A construção da memória ancorada nos elementos significativos sociais é uma prática recorrente nos Estados e a necessidade de se construir um passado para fortalecer o ideal nacional favorece a escolha das representações da nação. E como o patrimônio tem a função de guardar as memórias, o trabalho de proteção patrimonial se encontra envolvido com a construção de memórias e histórias nacionais, e essa construção segue as demandas do momento em que é empreendida. Ou seja, o que consagra um local como portador de memória é o sentido que este possui para a

sociedade em que está inserido, bem como os interesses sociais e políticos embutidos nessa escolha. O patrimônio tem, portanto, a capacidade de construir memórias.

Nesse processo de construção de memórias através da edificação ou reconfiguração de um passado, a História desempenha um papel fundamental. Nora enfatiza a relação entre memória e história, e mesmo sendo distintas há uma interdependência entre elas. Essa ligação é a base dos lugares de memória. A história detém a capacidade de tornar os lugares em *lugares de memória*. Tanto a memória individual quanto a coletiva são essenciais para as dinâmicas sociais, sendo que a memória coletiva tem a capacidade de criar parâmetros e elementos de identificação comum. Assim, a memória coletiva se torna necessária para a criação de referências. Devido a isso, os regimes políticos frequentemente evocam o passado com o objetivo de fundamentar o presente.

Essa reinterpretação do passado com a intenção de formar memórias é uma ação recorrente dos Estados que almejam produzir uma harmonia social através da adoção de práticas e meios que propiciem a criação de meios significantes comuns. Esse contato com a memória fornece aos governos a legitimação de seus sistemas e ideais; para tanto é imprescindível que ocorra um processo de seleção do passado. E essa escolha do passado quando pautada em alicerces que despertam um sentimento de pertencimento, produz uma memória que pode ser tida como algo natural:

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992, p. 2)

Esse trabalho de organização e seleção da memória foi presenciado no período do Estado Novo, pois o governo e seus componentes detinham o desejo de romper com a política e os ideais vigentes da Primeira República. No entanto, Michael Pollak alerta para a capacidade de construção da memória, pois esta pode ser consciente ou inconsciente. No caso da estruturação de um ideal de nação – algo que foi buscado no Estado Novo – a construção da memória foi intencional e objetivava semear uma ligação entre os membros da sociedade com vista a propagar um sentimento de identidade. O elo entre sociedade e governo era essencial naquela época, pois contribuía para a legitimação do regime por intermédio da coesão social.

Esse processo de organização da memória culmina em um trabalho de enquadramento de memória e participam desse procedimento profissionais de história e de preservação. A elaboração de discursos sobre acontecimentos e personagens, e

objetos materiais são resultantes do enquadramento da memória:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (POLLAK, Michael, 1989, p.9)

No caso brasileiro esse processo de enquadramento da memória exercido pelos intelectuais no Estado Novo esteve relacionado a uma recuperação das raízes. Essa ideia está intimamente ligada à formação de identidade, pois a valorização do patrimônio acaba por originar ou fortalecer um sentimento de pertencimento social. A aquisição do ideal de patrimônio propicia a sociedade dispor de meios capazes de criar uma interação com o passado, passado esse que remete a memórias comuns. “A referência nacionais. Nesse sentido, a preservação patrimonial atendeu aos anseios nacionais expelidos naquele momento ao promover a salvaguarda de bens considerados lugares de memória.

A ligação entre patrimônio e memória proporciona a construção de uma história e esse processo estrutural da memória culmina em um sentimento de identidade. Entretanto, os diferentes atores entrelaçados nesse processo dificultam a ocorrência de uma homogeneização de ideias e essa divergência idealista acaba por originar conflitos. Desse modo a construção da memória, principalmente a memória nacional, se apresenta como elementos de disputas pessoais e políticas.

A memória nacional é um exemplo da possibilidade da construção da memória e essa capacidade de elaboração propicia à política ou aos grupos dominantes a capacidade de criar ou recriar uma história, ou seja, permite a manipulação da memória. Nesse sentido, a ação política tem a habilidade de interligar memória, identidade e ideal nacional. Essa relação entre política e memória é determinante para a sociedade.

A reconfiguração do passado através da memória pelos Estados é possível graças a existência de uma ausência de coesão social, o que demanda a criação de símbolos que condizem com os anseios dos grupos representantes da nação. O Estado detém a possibilidade de construir memórias e identidades por meio do ato de seleção de memória, pois nessa produção de significados a memória proporciona a criação de identidade. Nessa lógica, “memória e identidade podem perfeitamente ser negociados” (Michael Pollak, 1992, p. 5.) por grupos dominantes ou pelo Estado. Essa produção de símbolos foi fundamental no Estado Novo, pois nesse período se objetivava a promoção

de uma unidade nacional para favorecer o ideal de nação.

Ao ser utilizada pelo Estado, a memória se apresenta como um elemento discursivo, que narra o passado conforme os conceitos defendidos por quem domina o seu uso. A sua relação com o presente permite a memória ser uma construção eficaz do passado, que atende aos anseios do momento atual. Ao findar com as práticas oriundas da Primeira República, o regime estado novista arquitetou a constituição de uma identidade ligada à cultura nacional. Originar um ideal de identidade alicerçado no Estado correspondia aos meios centralizadores e unificadores do Estado Novo. No processo de construção nacional varguista os componentes do governo se comprometeram em estabelecer um vínculo entre indivíduo e nação.

Essa vinculação entre indivíduo e nação é proporcionada também pela preservação patrimonial, pois por se tratarem de “lugares de memória” os bens patrimoniais têm o poder de fecundar um sentimento de identificação social através das lembranças que portam.

A valorização de bens patrimoniais foi de extrema importância no processo de edificação da memória nacional empreendido pelo Estado Novo. Ao ser criado, o Sphan esteve encarregado de construir a “história oficial” do Brasil. Isso se deu na seleção dos elementos que integrariam a memória social e estes estavam relacionados à arquitetura modernista.

Para resguardar a memória contida nos bens patrimoniais se faz necessário a sua preservação. A preservação patrimonial se origina na modernidade paralela a noção de patrimônio, pois uma vez reconhecido o seu valor simbólico para a sociedade seria preciso a adoção de medidas de proteção a esse bem, com intenção de conservar os significados e disseminar um sentimento de identidade. O bem patrimonial deve ter significações relevantes, para assim permitir a construção de uma história. As práticas de preservação criadas pelos Estados nacionais se referem às construções que eram consideradas como possuidoras de valor nacional, que fossem capazes de representar a nação. E nesse momento a ideia de patrimônio está associada a de monumento.

Em seus primórdios a preservação patrimonial esteve preocupada com as edificações e construções materiais, como na França por exemplo. O objetivo dessas práticas além da conservação, era sinalizar a emergência de proteção de tudo aquilo que era tido como elemento significante comum, que pudesse contribuir de alguma forma para a coesão social. Como o patrimônio se adequa às necessidades do grupo

social e do contexto histórico a que se destina, às práticas preservacionistas são heterogêneas e não se apresentam de forma unívoca, atendendo aos anseios de cada sociedade.

No Brasil uma preocupação relevante com a proteção do patrimônio surgiu nos anos 1920 e assim como na Revolução Francesa a noção de patrimônio adotada foi a de conferir identidade nacional. E em se tratando de preservação patrimonial, antes da regulamentação dessa prática foi criado um projeto de autoria de Mário de Andrade, que a sua época foi considerado inovador, principalmente por se distinguir das concepções europeias do campo do patrimônio.

A construção de uma identidade com base no passado é característica do anteprojeto de Mário de Andrade, ele deu ênfase às manifestações culturais brasileiras, as diferentes formas de expressão. No projeto foi defendido a preservação de bens oriundos de produções culturais, que tivessem a capacidade de representar o passado. A visão patrimonial de Mário de Andrade se diferenciava de outros ideais apresentados sobre o tema. Enquanto as práticas preservacionistas europeias se direcionaram para bens imóveis, Mário de Andrade reconhecia o valor cultural do patrimônio e almejava uma preservação patrimonial ampla, que não se limitasse à materialidade, mas que correspondesse às características brasileiras.

O anteprojeto de Mário de Andrade foi essencial para a constituição do patrimônio brasileiro, no entanto havia a necessidade de criar meios legitimadores para a preservação patrimonial. Com essa intenção foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no ano de 1937. A criação do Sphan foi possibilitada graças ao contexto político e ideológico da época – Estado Novo e modernismo.

As questões relativas ao patrimônio no Brasil estão ligadas ao modernismo, que se apresentava como um movimento cultural que influenciou a arte, a literatura e até mesmo a política. E apesar de por vezes ser considerado como um movimento exclusivamente artístico, o modernismo deve ser tratado por sua amplitude, pois além do campo das artes e cultura, ele se preocupou com a construção de um passado e a criação de uma identidade nacional.

O Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) nasceu no período do Estado Novo e sua criação foi possibilitada devido às pretensões desse regime político, que esteve marcado por um caráter centralizador e autoritário, e demonstrou um esforço em associar o Estado à nação. O projeto de nação empreendido entre 1937 e 1945 esteve pautado em ideologias fortalecedoras, que deram legitimidade

ao regime. Entretanto, apesar da centralização pretendida, as ações tomadas pelo Estado Novo não se apresentavam de maneira homogênea.

O Estado Novo utilizou de meios reprodutores de ideais como forma de legitimar o regime e esses ideais se materializaram com os modernistas participando do governo e implementando medidas que produzissem um sentimento de nação, como a preservação patrimonial. Com a preservação patrimonial, houve naquele momento a invenção do passado da nação. E nesse desejo de se construir um passado nacional tem destaque o Sphan – composto majoritariamente por intelectuais modernistas – que com seus funcionários promoviam a seleção e preservação de bens considerados significativos para a sociedade. Essa construção da nacionalidade brasileira ancorada na preservação de bens patrimoniais foi baseada na autoridade, tanto do chefe do governo do regime do Estado Novo quanto do órgão responsável, o Sphan.

Nesse momento foram priorizados para preservação os bens imóveis que reporta ao período colonial, desconsiderando assim a diversidade cultural brasileira. Nesse contexto, a área da arquitetura e da restauração foram valorizados. A intenção de promover a proteção de bens arquitetônicos coloniais e sobretudo os monumentos religiosos era criar referências, e essas foram alicerçadas no período escolhido para a composição do passado nacional. Durante a preservação patrimonial desse período os intelectuais modernistas promoveram uma reinterpretação da arquitetura e da arte coloniais associando esses monumentos com sua ideologia. As práticas de preservação patrimonial oportunizam o manuseio da memória por regimes políticos. Essa ação de construção memorial tem fundo didático, com o intuito de prover ensinamentos, de propagar uma visão uníssona do passado, algo que deva ser internalizado de maneira a engendrar uma formação social harmoniosa.

A proteção de bens patrimoniais naquele período se resumiu a bens imóveis de natureza colonial. Segundo o ideal adotado “A memória é assim guardada e solidificada na pedra”, (Michael Pollak, 1989, p. 10) nos monumentos e esses propagam o sentimento de pertencimento, permitindo aqueles que com eles tenham contato se apropriem de suas lembranças e as associam com o seu passado e suas origens. A relação existente entre patrimônio e memória é estreita, caracterizando uma interdependência. Os grupos sociais estão ancorados na memória, pois esta lhes confere identidade, para tanto os meios de memória são essenciais. A possibilidade de construção da memória permite ao patrimônio criar um sentimento de pertencimento

De acordo com o que foi discutido aqui e como salienta Pollak, a memória

pode ser construída. Seguindo essa lógica, sendo a preservação patrimonial um meio de guardar a memória de uma sociedade, o Estado determina o que comporá a memória coletiva. Portanto, no período do Estado Novo a criação do passado nacional foi proporcionada pela seleção da memória através da proteção dos bens patrimoniais.

No entanto, os critérios e práticas de preservação adotadas pelo Sphan, que foram orientadas por perspectivas pessoais, acabaram por desconsiderar a diversidade cultural brasileira ao promover a salvaguarda de bens imóveis, em sua maioria arquitetônicos coloniais em detrimento de outros que portavam a expressão das características do povo brasileiro. Pode-se afirmar que a memória oficial cunhada pelo Estado Novo foi limitada ao privilegiar as visões de alguns segmentos da sociedade.

Diante disso, é possível afirmar que há um poder embutido na preservação patrimonial. Isso porque a memória enquanto uma construção pode sofrer interferências de grupos dominantes e a preservação patrimonial pode ser usada como objeto dessa construção, disseminando visões através da dotação de significados, pode ser tida assim, como meio de fortalecimento de um ideal.

social. No entanto, nessa dinâmica o passado precisa ser criado ou reconfigurado para que possa oferecer a base ideológica adequada ao contexto social e local.

Referências

BOMENY, Helena. *Infidelidades Eletivas: Intelectuais e Política*. In: Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP) Ed. Universidade de São Francisco, 2001. p.11-35.

BOSE, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo: USP, v. 1, n.1, p. 199-200.

CHAGAS, Mário. Memória política e política da memória. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003. p. 136-167.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia. *Introdução – História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.34, p. 11-24, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.

GOMES, A.M.C.. O Redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOMES, Ângela de Castro. “Essa gente do Rio... Os Intelectuais cariocas e o modernismo”. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. V.6, n.11, 1993, 62-77.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N. 10, 1993.

OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

_____. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. P. 200-212.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do Campo intelectual. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSSO, M.; GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Ensinar e aprender história em tempos de incerteza: o ensino remoto, a retomada presencial e o fenômeno da expansão da *cibercultura* na educação básica

Naicon de Souza Brinco¹
Doutorando em História Social – PPGHS-FFP/UERJ

1. Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é *Ensinar e aprender História em tempos de incerteza: o ensino remoto, a retomada presencial e o fenômeno da expansão da cibercultura na educação básica*, ainda em andamento.

No ano de 2020 experienciamos nas escolas e universidades brasileiras a suspensão das atividades presenciais e a inclusão de ferramentas digitais nos processos escolares (BRASIL, 2020b). Segundo estimativas divulgadas na nota técnica do Ipea *Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia* (NASCIMENTO *et al.*, 2020) cerca 84% dos discentes dos anos finais do ensino fundamental, no Brasil, possuíam acesso à *internet* em suas casas no ano de 2018. No entanto, não especifica de forma qualitativa os tipos de conteúdo e frequência de acesso ao *ciberespaço*. Majoritariamente, os rostos que dão vida ao número de 16% dos discentes sem acesso à *internet* em casa são alunos de escola pública, negros ou indígenas de baixa renda e domiciliados fora de regiões metropolitanas das capitais. Esta nota técnica levanta questionamentos acerca do acesso e possibilidades estratégicas a partir de uma perspectiva nacional, concluindo com o risco de uma ampliação da desigualdade social.

As indagações acerca do impacto da *cibercultura* e das mídias digitais no contexto educacional e na cultura histórica dos estudantes, surgiram a partir da sala de aula, enquanto professor de História da educação básica na rede pública. Na unidade escolar no qual ocorre a presente pesquisa, no município de Macaé, percebemos uma aceleração do fenômeno da expansão do uso das mídias digitais e de referência a *cibercultura* na fala dos estudantes e na prática dos professores, no contexto do ensino remoto como medida de contenção pandemia de COVID-19 (MACAÉ, 2020; MACAÉ, 2021). A, assim denominada educação remota, com uso do *Google Meet*, *WhatsApp*, *Classroom*, *Mentimeter*, *Google Forms*, *Youtube*, *Facebook*, *Google Earth*, *Prezi*, sites de pesquisa

¹ Aluno do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ com a orientação da Dr^a Maria Aparecida Cabral. Ingresso no ano de 2022. Título do projeto de pesquisa: *Ensinar e aprender História em tempos de incerteza: o ensino remoto, a retomada presencial e o fenômeno da expansão da cibercultura na educação básica*.

e apostilas impressas, ocorrendo de forma assíncrona e síncrona, foi a resposta da instituição a uma nova realidade que se impôs com os protocolos sanitários estabelecidos para contenção da pandemia, ações norteadas por decretos municipais e reuniões entre os educadores do colégio.

Em um intervalo de duas semanas a instituição escolar recolhia seus cartazes de “proibido celular” e enviava mensagens “estudem pelo celular”. O processo envolveu professores de todas as disciplinas, que de forma colaborativa descobriam novas formas de operar na prática pedagógica as tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Com o completo retorno presencial em 2022, encontramos alunos que não sabiam usar um caderno, dividindo-o por disciplina, porém gravavam vídeos no *TikTok* com certa facilidade. Apresentavam dificuldades em manter-se em sala realizando atividades escritas e manusear as ferramentas analógicas (cadernos, livros, sumários), mas quando proposto que gravassem um *podcast* ou envelhecessem papel com ajuda de tutoriais no *Youtube*, engajaram-se na leitura dos textos e produziram narrativas acerca do passado estudado e de um futuro possível. Tendo apenas algumas aulas na sala de informática e poucos celulares disponíveis. Engajando, nos grupos, mesmo os alunos que retornaram à escola em 2022 sem ter o digital em seu cotidiano. Operando, nestes processos de ensino e de aprendizagem, com os livros didáticos e com seus cadernos - na construção de roteiros e produção de resumos de pesquisas feitas em *sites* como o da Olimpíada de História². Acessando experiências históricas relacionadas ao conteúdo curricular e operando com conceitos. Ao dialogarem com os saberes que traziam de seus cotidianos com os típicos da cultura escolar: a escrita em cadernos, uso de livros didáticos, atividades no quadro, produções textuais, trabalhos em grupo, pesquisa em textos hospedados em enciclopédias ou *sites*.

Portanto levantamos as seguintes questões: neste contexto da pandemia de COVID-19, dos quase 2 anos de ensino remoto e distanciamento social, que experiências de aprendizagem tiveram os estudantes? Quais impactos na cultura escolar e no processo de ensino e aprendizagem em História após a retomada do ensino presencial no ano de 2021?

A investigação de tais questões ocorrerá também em oficinas a serem desenvolvidas junto aos alunos, explorando a forma com qual se apropriam da experiência

²Utilizamos junto com os estudantes como referência o seguinte endereço eletrônico: <<https://www.olimpiadadehistoria.com.br/especiais/excluidos-da-historia>>. Acessado em 22 de setembro de 2022.

histórica e assinam sua existência nas maneiras de uso das mídias digitais no âmbito escolar (CERTEAU, 1998). Em tais oficinas buscaremos gerar fontes originais a serem interpretadas com a chave metodológica da narrativa proposta por Ricoeur (2010a, b), experiência (BONDÍA, 2002; BENJAMIN, 2012a, 2012b) e a hipótese de espaço de experiência e horizonte de expectativas de Koselleck (2006).

2. Referenciais Teóricos

Por considerarmos que o professor de História atua em uma área de fronteira entre a História e a Educação (MONTEIRO; PENNA, 2011), mobilizamos neste texto, autores destes dois campos, na aproximação de diálogos e percepção de diferenças. Ao tratarmos das TICs considerando como imbricada a cultura, deslocamos a centralidade das técnicas de uso da tecnologia para a construção do conhecimento, junto aos alunos, enquanto atividade intelectual relacionada às sensibilidades e produção de sentidos.

2.1 Narrativa e Cultura Histórica

No campo da teoria da História operamos com a teoria da narratividade proposta por Ricoeur (2010a; 2010b) em diálogo com a noção de experiência e narrativa de Benjamin (2012a, 2012b); a ferramenta heurística de espaço de experiência e horizonte de expectativas de Koselleck (2006); e a hipótese de regimes de historicidade de Hartog (2013). Na incorporação do passado enquanto conteúdo curricular, de forma a qual o presente não seja hipertrofiado a ocupar todo o espaço de experiência e avançar sobre horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006; HARTOG, 2013), silenciando narrativas e experiências passadas (BENJAMIN, 2012a). Operamos também com o conceito de cultura histórica e o entendemos em uma perspectiva mais geral, no qual o termo histórico refere-se a eventos passados, incluindo pensamentos e ideias, e o termo cultura as atitudes, percepções e valores compartilhados por um grupo (GREVER; ADRIAANSEN, 2017, p. 77).

Sob a perspectiva que o desenvolvimento cognitivo dos estudantes acontece por meio de suas experiências socioculturais e instrumentos linguísticos (VIGOTSKI, 2008) pensamos o professor como mediador na aprendizagem dos conceitos e conteúdos históricos, ao se movimentar entre as vivências dos discentes e o conhecimento científico-historiográfico, em linguagens que lhe são próprias. Ademais, concordamos com Cuesta (2015), que considera que o ensino de História tem na narrativa uma potência metodológica como instrumento de mediação.

O conceito de narrativa, na perspectiva de Ricoeur (2010a), é caracterizado pelo agenciamento de fatos, que ao serem dispostos em um sistema, pela composição da intriga, tem a potência de explicar algo que aconteceu em um singular coletivo. Para Benjamin (2012a; 2012b) a narrativa media a experiência humana no tempo. Ao narrar, os jovens intercambiam suas experiências e incorporam experiências passadas. Em contraste ao fenômeno do consumo rápido de informações, acompanhadas de explicações, valorizadas na medida de quão nova são, e apesar de sua aparente confiabilidade, por vezes tão fantasiosas quanto lendas e contos de fadas.

Operar com tal conceito na sala de aula, com suporte da imaginação, pode auxiliar os professores a dialogar com as formas dos estudantes se posicionarem no mundo, em meio ao contexto social a qual vivem (FERNANDES, 2019). Em atividades, no qual os alunos produzam narrativas ficcionais no campo do possível (RICOEUR, 2010b). Adentrando no fértil terreno da imaginação de jovens que estão a iniciar a adolescência ao narrar histórias — uma ferramenta de acumulação e transmissão da experiência tão antiga que se confunde com o início da história humana (FERNANDES, 2019).

A construção narrativa pela composição da intriga, para Ricoeur (2010b), é uma produção ativa, que mantém os caracteres como singulares, e na representação da ação dos personagens tem a potência de universalizar a narrativa enquanto singular coletivo. Em histórias narradas que a humanidade conta a si mesma e que abrangem não só o passado como também o presente e, para os jovens nascidos em meio a expansão das mídias digitais, parecem ter maior autenticidade quando contadas de forma visual (FERNANDES, 2019).

Defendemos um ensino de História no qual as narrativas que o professor mobiliza na sala de aula ocorram em movimentos temporais de aproximação e historicização de fenômenos do tempo presente, ancorados nas vivências e experiências dos discentes. A partir de similaridades (Mesmo), de diferenças (Outro) e analogias (Análogo) (RICOEUR, 2010). Mobilizando conceitos que auxiliem na leitura crítica da própria realidade e no acesso ao passado — em um vaivém constante entre categorias teóricas e o mundo concreto.

Consideramos que o ensino e aprendizagem em História, ópera movimentos de expansão dos espaços de experiência (KOSELLECK, 2006) dos discentes da educação básica com o acúmulo da experiência humana (BENJAMIN, 2012b; BONDÍA, 2002) trabalhada a partir do diálogo entre currículos, saberes docentes, discentes e acadêmicos.

Pensamos a História e o ensino de História como desnaturalizados de fenômenos sociais, que têm a potência de instigar o desejo de novos horizontes de expectativas e afetar a cultura histórica dos discentes.

Nesta perspectiva, concordamos com Gontijo (2019) que trata da cultura histórica não pela rigidez de representações do passado, mas das relações cognitivas e afetivas que “fornecem um substrato para orientação no tempo, para fortalecimento de identidade coletiva para coesão de grupos e legitimação de domínios” (p. 69). Entre os níveis de análise do estudo da cultura histórica está o da narrativa histórica que ao contar, descrever e recriar está produzindo, mediando, apropriando-se e disseminando, no presente, diferentes experiências históricas (GREVER; ADRIAANSEN, 2017). A partir desta concepção, consideramos que tratarmos do passado, em sala de aula, “separado da dialética entre futuro, passado e presente é uma abstração” (RICOEUR, 2010b, p. 265)

Ao pesquisarmos acerca da aprendizagem dos estudantes, estamos falando não somente sobre os alunos, mas com os alunos. Sem a necessidade de ‘reinventar a roda’ ou reinventar-se na busca de uma constante atualização como cobra a lógica do mercado (TURIN, 2018), mas a partir de bases conceituais já conhecidas, nos organizando em novos espaços e linguagens. Pois, consideramos que a aprendizagem em história, que intenciona a apropriação de outras experiências históricas no espaço de experiência dos estudantes, passa pelos sentidos que os discentes dão ao conteúdo na relação entre o conhecimento e suas vidas (BONDÍA, 2002). E que o ensino de História ocorre na articulação entre os saberes dos professores e dos estudantes, na construção do conhecimento histórico escolar de forma significativa (FREIRE, 1987).

2.2 O ensino de História e as Tecnologias da Informação e Comunicação na sala de aula

Consideramos que uma ideologia centrada nas TICs como solução de problemas sociais de inclusão e enfrentamento aos desafios que a prática no chão da escola faz diariamente emergir, dialoga com o regime de temporalidade consolidado na Idade Moderna (KOSELLECK, 2006). Ao pormos em diálogo a perspectiva de Ferreira e Sá (2018) – que citam a existência de uma crença que as novidades da tecnologia deveriam ser usadas na educação porque elas existem e seu desenvolvimento solucionaria por si só, de forma técnica, questões educacionais brasileiras – com a hipótese histórica de Hartog (2013) acerca dos regimes de historicidade – que mobilizou os conceitos de Koselleck (2006) para caracterizar diferentes formas de experimentação do tempo por indivíduos e

coletividades — podemos perceber que, de certa maneira, a crença determinista de um futuro melhor gerado naturalmente pelo desenvolvimento tecnológico, sem agenciamento dos sujeitos, pode vir a promover uma maior hierarquização da sociedade, em classificação de saberes, tal qual o regime de historicidade da modernidade.

No entanto, Ferreira e Sá (2018), não apagam as potencialidades das TICs, pois consideram que estas ferramentas não se resumem a integradoras introduzidas a sala de aula, e sim estão imbricadas à cultura. Neste contexto, consideramos que uma prática educativa dialógica se faz quando os estudantes são desafiados a se posicionarem enquanto seres do mundo e com o mundo, pois promove uma aprendizagem que os auxilia a perceberem-se sujeitos não só no decorrer do processo de construção de conhecimento, como também no mundo em que vivem, nos espaços que frequentam e se informam — sejam eles físicos ou no *ciberespaço* (FREIRE, 1987).

Ao fazer uso das mídias digitais, no espaço de incerteza das transformações tecnológicas, é possível movimentar-se entre recursos pedagógicos analógicos, como livros, cartolinas e jornais impressos, e digitais, como celulares e recursos do *ciberespaço* (LUCCHESI; MAYNARD, 2019). Encurtar distâncias geográficas na exploração de locais, que por motivos logísticos, de outra forma os estudantes não teriam acesso com a mediação do professor.

Atuamos com a perspectiva de que o conceito de *cibercultura* representa “a cultura contemporânea mediada pelas tecnologias digitais” (SANTOS; WEBER, 2014). Quando celulares conectam alunos ao espaço virtual, as informações transitam entre ambientes digitais e físicos superando distâncias geográficas, pois a fronteira entre o físico e o digital se torna indistinguível (MADDALENA; ROSSINI; SANTOS, 2018, p. 94). As imagens dessas mídias não são apenas uma complementação do texto escrito, mas um outro texto com forte presença na formação dos jovens na atualidade (FERNANDES, 2019). A *hipermídia* não depende do espaço-tempo de sua emissão/criação/postagem, pois hibridiza sons, imagens e textos cheios de informação com características multidimensionais, (re) construídas de forma dinâmica conforme a navegação de cada sujeito — sendo possível transitar por todos os processadores digitais do mundo ao serem transformados em códigos binários (0 e 1), a linguagem da máquina (MADDALENA; ROSSINI; SANTOS, 2018).

Os textos escritos e a linguagem verbal foram privilegiadas na *web* 1.0, na qual era necessário conhecimento especializado por parte dos usuários. A *web* 2.0 apresenta

interfaces colaborativas e *softwares* sociais livres, de uso gratuito, com troca de mensagens em tempo real (MADDALENA; ROSSINI; SANTOS, 2018). As chamadas “redes sociais” (*Facebook, YouTube, Instagram, Twitter, WhatsApp, TikTok*), que tanto integraram as aulas de histórica nos anos de 2020 e 2021 como o ensino remoto e ainda estão presente de forma híbrida ao ensino presencial na escola locus da pesquisa, emergem como ambientes virtuais que permitem aos usuários – sejam professores ou alunos - construir páginas e compartilhar conteúdo de forma simples e interativa.

Leite (2009) nos traz a reflexão da condição cultural de uma adolescência empoderada, que transita com facilidade nos ambientes virtuais, por vezes, ensinando e/ou assumindo a operação de compras, correspondência e outros fazeres na *internet*, em suas famílias ou na escola. No entanto, Jenkins (2009) acrescenta ao debate as hipóteses do engajamento ou alienação: (i) a participação no *ciberespaço* desperta o engajamento cívico ao envolver os sujeitos nas mais diversas associações, desde *games* a culinária, promovendo a liberdade de expressão e a cultura participativa; e (ii) a distração de questões da vida real, pois, deslumbrados pelas liberdades individuais, tornam-se apenas consumidores das informações que se avolumam cada vez mais rapidamente, não participando dos debates que têm o potencial de transformar as instituições sociais.

Concordamos com Leite (2009) e Fernandes (2019) que a apropriação da perspectiva intercultural na educação promove o diálogo entre as diferentes formações culturais no espaço escolar. Transformando disputas acerca das distintas linguagem e suportes, que podem ser exemplificadas em frases como “sai da *internet* e vá ler um livro”, em diálogos e hibridações.

Com o advento da *cibercultura* os lugares de aprender ultrapassam os muros da escola, basta uma ferramenta tecnológica de acesso (FERNANDES, 2019). Porém, a análise deste fenômeno como oportunidade de promover a diversidade e capacitar a democracia não pode ignorar como estamos distantes desse objetivo, ao permanecermos atentos às dimensões éticas pelas quais estamos gerando conhecimento (JENKINS, 2009).

Candau (2009) traz a reflexão de ser fundamental, para os processos de aprendizagem, a dimensão cultural a qual os alunos estão inseridos, de forma a torná-la mais significativa. A validação e legitimação das experiências cotidianas (CERTEAU, 1998) dos discentes fora do espaço escolar podem promover o desenho de uma aula com um tema (ROJO, 2007), que dialogue com o universo temático mínimo dos alunos

(FREIRE, 1987). Porquanto os sujeitos são históricos, marcados por uma cultura, ao criar e recriar a realidade social constroem ideias e narrativas (FERNANDES, 2019).

Novas e antigas tecnologias interagem de forma cada vez mais complexa com transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais onde antigas e novas práticas culturais se cruzam (JENKINS, 2009). Nas quais as narrativas fragmentadas do *ciberespaço* convivem com as histórias contadas pelos pais e avós dos alunos (JENKINS, 2009). Sujeitos que tem em sua identidade diferentes referenciais, na qual ser leitor assume uma forma híbrida (ler, ouvir e ver) e possuem novos modos de perceber o tempo pelas aceleradas mudanças audiovisuais e informacionais (FERNANDES, 2019).

Temos considerado como pressuposto a legitimação dos saberes dos estudantes no espaço escolar em diálogo com as propostas e objetivos do ensino de História (FERREIRA, 2018). O que não pressupõe legitimação de narrativas negacionistas, pois segundo Freire (1996)

A resistência do professor, por exemplo, em respeitar a “leitura de mundo” com que o educando chega à escola, obviamente condicionada por sua cultura de classe e revelada em sua linguagem, também de classe, se constitui em um obstáculo à sua experiência de conhecimento. Como tenho insistido neste e em outros trabalhos, saber escutá-lo não significa, já deixei isso claro, concordar com ela, a leitura do mundo ou a ela se acomodar, assumindo-a como sua. Respeitar a leitura do mundo, do educando não é também um jogo tático com que o educador ou educadora procura tornar-se simpático ao educando. É a maneira correta que tem o educador de, com o educando e não sobre ele, tentar a superação de uma maneira mais ingênua por outra mais crítica de inteligir o mundo. (p. 46)

Os alunos que já nasceram em uma sociedade marcada pela expansão da *cibercultura*, em que as narrativas privilegiam as imagens e não mais o texto escrito, como em gerações anteriores (FERNANDES, 2019) podem ser os protagonistas do processo de ensino-aprendizagem em História.

Pode-se identificar, neste contexto, o controle privado de recursos sociais, seja no tratamento e controle de dados coletivos (*Big Data*) ou nos espaços virtuais onde se estabelecem novas práticas educacionais, de forma institucional ou não (Manifesto Sobre a Vigilância na Educação, 2021). Como pensar a educação hoje, por exemplo, sem disponibilizarmos nossos dados individuais e coletivos as grandes corporações como *Google* e a *Meta* (*WhatsApp*, *Facebook*, etc.)? Ou, que táticas de uso pode-se mobilizar para ressignificar os produtos oferecidos por tais oligopólios?

3. Considerações finais

Na perspectiva de que quaisquer narrativas em que falamos sobre o outro estamos falando um pouco acerca de nós mesmos, consideramos que operar com o passado na educação básica é também falar sobre as demandas do presente. Contribuir na constituição de identidades e na relação com a alteridade, gerar sentido e orientar-se no tempo – dialogando, em sala de aula com questões locais no território — ao lançar o olhar para a atuação dos sujeitos na sociedade — e globais — em um espaço comum a qual diferentes grupos movimentam-se — na desnaturalização de modelos de cidadania que excluem a realidade local.

Segundo Pereira e Giacomoni (2018, p. 14) “aprender é uma forma de amar. Na justa medida em que amar é abandonar o Eu pela extemporaneidade do encontro”. Portanto, tratamos a aprendizagem em História como um encontro com outro, com a alteridade e diversidade. No qual professores e alunos se modificam no decorrer do processo. Ao habitar esta experiência com outros mundos que não os seus, os estudantes expandem as possibilidades de pensar em futuros possíveis para além de suas experiências anteriores às aulas de História. Imaginar e desejar um amanhã que não esteja à venda (KRENAK, 2020).

Referências

- BENJAMIN, W. Experiência e Pobreza. **Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8a ed. São Paulo: Brasiliense, 2012a. p. 1675–1769. Versão Kindle.
- BENJAMIN, W. O Narrador. **Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8a ed. São Paulo: Brasiliense, 2012b. p. 3032–3413. Versão Kindle.
- BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20–28, abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 19 set. 2022.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Despacho de 9 de dezembro de 2020**. Diário Oficial da União, Brasília, 10 dez. 2020a. 1, p. 106.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria n° 343, de 17 de março de 2020**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 mar. 2020b. 1, p. 39.
- CANDAU, V. Memória (s), Diálogos e Buscas: Aprendendo e Ensinando Didática. In: CANDAU, V. (Org.). **Didática Questões Contemporâneas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forma e Ação, 2009. p. 29–46.
- CERTEAU, M. DE. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. 3° ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CUESTA, V. Enseñanza de la Historia y enfoque narrativo. *Revista História Hoje*, v. 4, n. 8, p. 152–173, 2015.
- FERNANDES, A. H. **Narrativa de crianças na sociedade da imagem**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

FERREIRA, G. M. DOS S.; SÁ, J. C. DE. Recursos educacionais abertos como tecnologias educacionais: considerações críticas. **Educação & Sociedade**, v. 39, p. 738–755, 2018.

FERREIRA, M. DE M. Qual a relação entre História Pública e Ensino de História. In: MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R.; BORGES, V. T. (Org.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 29–38.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONTIJO, R. Cultura Histórica. In: FERREIRA, M. DE M.; OLIVEIRA, M. M. D. DE O. (Org.). **Dicionário de Ensino de História**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 66–71.

GREVER, M.; ADRIAANSEN, R.-J. Historical Culture: A Concept Revisited. In: CARRETERO, M.; BERGER, S.; GREVER, M. (Org.). **Palgrave Handbook of Research in Historical Culture and Education**. London: Palgrave Macmillan UK, 2017. p. 73–89. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/978-1-137-52908-4_4>. Acesso em: 11 out. 2021.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JENKINS, H. **Cultura De Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: PUC Rio/Contratempo, 2006.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEITE, M. S. Entre a bola e o MP3: novas tecnologias e diálogo intercultural no cotidiano escolar adolescente. **Didática: questões contemporâneas**. Rio de Janeiro: Forma & ação. 1. ed. Rio de Janeiro: Forma e Ação, 2009. p. 121–138.

LUCCHESI, A.; MAYNARD, D. C. S. Novas Tecnologias. In: FERREIRA, M. DE M.; OLIVEIRA, M. M. D. DE O. (Org.). **Dicionário de Ensino de História**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 179–184.

MACAÉ, P. M. **Decreto 027/2020**. 2020. Disponível em: <<http://www.macaerj.gov.br/midia/uploads/Decreto%2027-2020.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2021.

MACAÉ, P. M. **Decreto 119/2021**. 2021. Disponível em: <<http://www.macaerj.gov.br/midia/uploads/Decreto%20119-2021%20-%20modificac%CC%A7a%CC%83o%20anexo%20I%20decreto%20municipal%20046%20-%20versa%CC%83o%2001%20com%20retorno%20na%20faixa%20vermelha.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2021.

MANIFESTO SOBRE A SEGURANÇA NA EDUCAÇÃO (VÁRIAS AUTORIAS). **Site Abertas.org**. 2021. Disponível em: <https://aberta.org.br/portfolio/manifesto-sobre-a-vigilancia-naeducacao/>

MADDALENA, T. L.; ROSSINI, T. S. S.; SANTOS, E. Diário Hipertextual Online de Pesquisa: Uma Experiência com o Aplicativo Evernote. In: SANTOS, E.; CAPUTO, S. G. (Org.). **Diário de Pesquisa na Cibercultura: Narrativas Multirreferenciais com os Cotidianos**. Rio de Janeiro: Omodê, 2018. p. 91–110.

MONTEIRO, A. M. F. DA C.; PENNA, F. DE A. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 1, 2011.

NASCIMENTO, P. M. et al. Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia. **Nota Técnica, no 88**. Brasília: Ipea, ago. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/39779>>. Acesso em: 22 set. 2021.

Pereira, N. M., & Giacomoni, M. P. (2018). Flertando com o Caos: os jogos no Ensino de História. **Jogos e ensino de história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. P. 9-18.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa: A intriga e a narrativa histórica**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a. v. 1.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa: O tempo narrado**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b. v. 3.

ROJO, R. Letramentos digitais: a leitura como réplica ativa. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 46, p. 63–78, jun. 2007.

SANTOS, E.; WEBER, A. Diários on Line, Cibercultura e Pesquisa Formação Multirreferencial. In: SANTOS, E. (Org.). **Diários On line. Dispositivo Multirreferencial de Pesquisa Formação na Cibercultura**. 1. ed. Santo Tirso, Portugal: Whitebooks, 2014. p. 53–69.

TURIN, R. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo**, v. 24, n. 2, p. 186–205, 2018.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 4a Edição ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

O período informacional e a história: as novas tecnologias digitais e as fontes históricas

Pedro Benicio Almeida Pinto¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa doutorado, cujo título é: “Pescadores e gerenciamento costeiro: a implementação do Zee da baixada santista - SP (2013-2019)”, em andamento. Assim começamos indicando que, no período de 1990 a 2020 a História teve um grande avanço por causa da popularização e consumo de livros, principalmente porque a produção historiográfica saiu da tutela acadêmica, segundo afirma Malerba (2017). Essa mudança aconteceu por causa da internet. As plataformas digitais criaram uma base de produção e circulação que fez expandir a produção e circulação de narrativas (MALERBA, 2017). Trata-se então de um momento peculiar em que o informacionalismo se torna base para a nova lógica social por conta dos processos que levaram a cultura a se tornar virtual numa economia informacional/global (CÂMARA; BENICIO, 2017). Com isso, a sociedade se transforma culturalmente segundo o contexto em que vive e com as formas de uso das tecnologias digitais.

Dessa forma, Lupton (2015) aponta que a sociedade vive mediada pelos softwares de comunicação nos seus espaços de lazer, trabalho e relacionamentos, sendo parte da vida social e, de certa forma, da identidade. Conseqüentemente, a compreensão da sociedade passa pelo entendimento das tecnologias digitais.

A sociologia faz a discussão digital pelo viés da prática, do futuro, dos métodos, das instituições digitais e dos dados digitais. O digital, nessa visão, seria o produto da ação humana tendo em vista que são as mulheres e os homens que tomam as decisões (VIANA-TELES, 2017). Por outro lado,

A História Digital contribuiu para problematização da compreensão dos historiadores sobre a pesquisa acadêmica. Dentre as oportunidades abertas pela História Digital está a criação de novas oportunidades e desafios a exemplo da capacidade de exibir fontes primárias e objetos de dados relacionados vinculados a essas fontes como tabelas, gráficos e mapas e a disseminação de plataformas de publicação. No campo das práticas, a História Digital também poderia contribuir para ensinar erudição histórica para os alunos de graduação, e melhorar a qualidade do ensino de história nas escolas primárias e secundárias. E isso pode ocorrer por que além de oferecer novas ferramentas

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, aprovado com o projeto, cujo título é: Pescadores e gerenciamento costeiro: a implementação do Zee da baixada santista - SP (2013-2019), sob orientação do Dr^a Catia Antonia da Silva

para apresentar artesanatos e eventos, o processo de construção do argumento histórico (VIANA-TELLES, 2017, p. 88).

Portanto, temos um mundo imerso no meio tecnológico informacional que seria segundo Castells (1998), a capacidade tecnológica das sociedades e indivíduos estruturar as relações socioeconômicas através de redes. Dessa maneira, no contexto informacional a geração de riqueza, o exercício de poder e a criação de códigos culturais passa pela lógica das redes das tecnologias da informação, que por sua vez dominam a vida social e econômica. Portanto, a sociedade estaria dentro do que Castells (2005, p. 20) chamou de sociedade em rede, sendo ela uma

Estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes [...]. É um sistema interligado.

Nesse cenário, seria cabível pensar na democratização das informações visando obter o exercício pleno da cidadania, por conta da possibilidade do acesso ilimitado aos dados. A democratização do acesso às informações provenientes do processo de revolução tecnológica possibilita a emergência de um projeto emancipatório. Esse projeto trouxe um afloramento de narrativas provindas de diferentes pessoas que não são historiadores formados, são jornalistas, advogados, médicos e tantos outros que, segundo Malerba (2017) acabam contribuindo para o diálogo e fazendo com que os historiadores profissionais tenham que se empenhar e ter atenção ao seu ofício cada vez mais.

Contudo, essa revolução tecnológica trouxe outras questões preocupantes, como a restrição ou a atenção orientada no universo digital em que se utiliza os filtros de informação para se ter um direcionamento para certas informações (CÂMARA, BENICIO, 2017). Questões essas que veremos na próxima sessão.

O meio digital: questionamentos e reflexões

A sociedade tem estabelecido um discurso de que o desenvolvimento tecnológico trouxe avanços e progressos, principalmente, pensando no horizonte de expectativa de um futuro que consiga superar as problemáticas do presente (CÂMARA, BENICIO, 2017).

Sendo assim, quando a história se propõe a estudar as tecnologias digitais ela traz consigo inúmeras formas de “conectar dados, representar o passado e evidenciar as particularidades de formas sociais herdadas” (VIANA-TELES, 2017, p. 90), permitindo novas leituras que possam ser feitas valorizando, construindo e usando narrativas

passadas, permitindo o reconhecimento de outras formas de organização sócio temporais. Entretanto, o autor chama a atenção para que não aconteça a confusão dos dados com as evidências. Os dados seriam as informações processadas por computador, apesar das evidências poderem ser usadas como um argumento histórico.

Dessa forma, a internet seria um espaço público que no contexto da tecnologia de comunicação facilitaria a transparência dos dados. Contudo, Câmara e Benicio (2017) lembram que a internet é uma tecnologia em rede que diferente das anteriores permite ter acesso a um grande volume de informações, por que não dizer, discursos. Principalmente, porque a internet é um meio que torna possível a construção de inúmeras narrativas, proporcionando o anonimato da fonte, tornando possível a livre manifestação dos diferentes pontos de vista.

Pensando dessa maneira poderia se predispor a diminuição do monopólio do poder das elites e dos poderes tradicionais sobre as fontes e os canais, tornando a cultura mais diversa, plural e diversificada. Ademais, seria passível de se pensar que esse novo meio traria uma ebulição de ideias fazendo com que as pessoas pensassem os fatos e acontecimentos podendo discutir e tirar suas próprias opiniões e permitindo as pessoas mudarem de opinião sobre algum pensamento pré-existente.

Contudo, o que aconteceu foi que o volume de informações foi tão grande que se tornou necessário criar filtros de informações para organizar e hierarquizar-las.

Um deles, usado, pelo Google até 2009, era o page rank, um filtro que organizava a ordem das ocorrências, não de forma arbitrária, mas privilegiando os sites mais “relevantes”, ou seja, aqueles cujos links eram mais compartilhados por outros sites (PARISIÉ, 2014, P.9). Mecanismos como este confirmam a intuição de Vaz de que, à medida que a rede aumenta, cresce também o número de nós e conexões, sem que, no entanto, os laços entre eles sejam aleatórios ou homoganeamente distribuídos. Assim, a tendência da internet não é a de que transforme, mas de que repercuta a opinião pública (CÂMARA, BENICIO, 2017, p. 48).

Com isso surgem novos perigos provenientes do aumento do volume de informações.

O ativista digital americano Eli Parisier nota que, quando a interferência da tecnologia vai além do que percebemos em nossa interface com ela, há o risco de termos uma percepção deformada do mundo, sendo tal, para ele, o perigo que traz hoje a Internet. O conceito principal com que trabalha o ativista é o de “bolhas de filtros”: processos de personalização promovidos por sites como Google ou Facebook, em que alguns sinalizadores – como históricos de pesquisa, dados pessoais, localização – filtram o conteúdo que o usuário visualizará conforme uma previsão do que seria de seu interesse (CÂMARA, BENICIO, 2017, p. 48).

O perigo de estar incluído em uma bolha de filtro é que o olhar e percepção dos fatos da realidade deformam a maneira de enxergar o mundo, tendo em vista que o filtro

só colocaria a disposição as informações personalizadas. Assim sendo, a internet daria uma visão focada em uma dada realidade, ou discursos mais próximos dos principais veículos de informação – mais fortes e poderosos na mídia – favorecendo a produção de uma fragmentação social (CÂMARA, BENICIO, 2017). Ou seja, não haveria grandes mudanças, pois as grandes mídias que estão a longos tempos no mundo das informações continuariam tendo controle sobre os conteúdos, como os grandes jornais tiveram esse papel.

A fonte digital, desse jeito, se torna uma questão importante para os estudiosos que buscam conteúdos na internet. Para Cezarinho (2018) a preservação das fontes digitais passa por vários fatores, mas o fator primordial seria o local em que estariam guardados os documentos, tendo em vista que muitas empresas do mundo digital estariam se utilizando dos documentos como via de ganhar dinheiro, restringindo o acesso a grande parte das pessoas que não poderiam ou não querem pagar para ter acesso aos documentos.

Por outro lado, a questão da autoria dos documentos também tem sua relevância, tendo em que pela autoria é possível se estabelecer uma questão de confiança com os documentos. Por isso, o autor destaca que é preciso buscar por páginas confiáveis para se ter mais segurança e credibilidade na autoria dos documentos, e só seria possível para o autor se fossem feitas buscas em sites “oficiais”. Cezarinho (2018) destaca que a autoria é diferente da referência, tendo em vista que a referência, por sua vez, poderia ser levada em consideração o endereço eletrônico, mas ao mesmo tempo pode ter os autores que produziram tal documento.

Ao mesmo tempo existe uma certa dificuldade dos historiadores em utilizar as fontes digitais, segundo Cezarinho (2018). Primeiramente, porque os historiadores estariam tradicionalmente acostumados a utilizar documentos escritos em papel. O segundo fator seria a pouca discussão sobre as fontes digitais, principalmente dos profissionais em utilizar os equipamentos tecnológicos.

A utilização das fontes digitais vem sendo inevitavelmente questionada, principalmente por causa do número de informações presentes no meio digital, mas também pela resistência dos historiadores em utilizá-las em detrimento aos papéis oficiais, fato este ligado principalmente pela metodologia positivista. Contudo, deve-se levar em consideração o que Lucien Febvre escreveu sobre as fontes e os conhecimentos históricos utilizados pelos historiadores.

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para

fabricar seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve do homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreatada que supre a ausência do documento escrito? (FEBVRE apud LE GOFF, 1992, p. 540).

Acrescenta-se a problemática a questão da aceleração causada pelas tecnologias que trouxeram distorções das noções de temporalidade e espacialidade, causando uma dificuldade de acompanhamento e entendimento do que está se acontecendo. Principalmente, porque estão acontecendo sucessivos eventos concomitantes que são captados e veiculados pelas tecnologias, fazendo com que seja difícil se ter uma noção da totalidade e da dimensão das ações que estão ocorrendo.

Lucchesi e Maynard (2013) apresentam outras contribuições a essa discussão. Para eles, a internet se tornou um lugar de comunicação pública da História que tem um axioma da escassez na abundância, destacando que a internet traz uma instantaneidade das informações quase em tempo real, mas ao mesmo tempo não apresenta uma permanência estável das informações que um arquivo é capaz de dar. Esse é um fato que incomoda muito aos historiadores, pois tendo um arquivo em que se pode recorrer e sabe-se em que local ele se encontra traz uma facilidade e tranquilidade para se poder ter acesso às informações e poder produzir estudos em cima dos arquivos e fontes presentes.

Portanto, Lucchesi e Maynard (2013) explicam que fazer história digital é ter consciência das suas vantagens e desvantagens e saber utilizá-las para os seus estudos. Porque a internet te dá as vantagens de capacidade de armazenamento, acessibilidade, flexibilidade, diversidade, manipulabilidade, interatividade e hipertextualidade. Porém, ela apresenta os seus pontos contra como: superinformação, dúvida da qualidade, durabilidade, leitabilidade, passividade e inacessibilidade.

Porém, o que se destaca e traz uma atratividade para o uso das tecnologias é o fato da sua flexibilidade que torna possível a utilização de diferentes tipos de mídias podendo haver uma interação entre elas. Por isso, Lucchesi e Maynard (2013, p. 12) destacam que “a flexibilidade, assim, transforma a experiência do consumo de história, ao passo que as mídias digitais também vão, em virtude da sua abertura e diversidade, alterar as condições de produção da história”.

Na internet, segundo Cezarinho (2018), é possível encontrar dois conjuntos de fontes digitais: os primários digitais e os não-primários digitais. Os primários seriam os presentes somente na internet – como os sites, blogs e documentos digitais (fotos, jornais, etc.) -, os não primários seriam as produções que a internet não participa da produção. No caso da busca pelas fontes digitais o conselho metodológico para

Escapar dos sites falsos na rede seria o de rastrear os diversos links que apresentam a mesma temática e detectar a existência de conexão com páginas institucionais ou oficiais. Nesse caso, essas interconexões legitimaram os dados. Procedimentos comum aos historiadores o de contrapor as fontes, confrontar os dados, pois “tornar um *fake site* sendo um *site* verdadeiro seria um erro grosseiro, portanto o historiador deve estar atento a esta possível prática na hora de selecionar suas fontes (CEZARINHO, 2018, p. 322, grifo do autor).

Para Gibbs e Owen (2013) seria necessário a utilização de um método para a escrita da História para interpretar os dados históricos provenientes do campo digital. Assim sendo, ocorreria uma mudança na perspectiva de análise historiográfica focando mais na argumentação e nos dados utilizados do que na narrativa propriamente dita.

Seria interessante entender a internet como um bem cultural, sendo um “espaço de autonomia, mas como reflexo das infinitas relações sociais” (CEZARINHO, 2018, p. 330). Levando em consideração que os sujeitos ordinários reformulam os bens culturais com as suas práticas, como bem apontou Certeau (2007). As práticas do cotidiano têm a capacidade de enfrentamento e de burlar a vigilância, possibilitando o acontecimento de alteração. Portanto, a internet se encontra na capacidade estratégica de viabilizar mudanças. Um exemplo disso é que

A própria estruturação da *internet* consente que os usuários e usuárias ocultem as suas identidades pela rede. Ainda mais quando se trata de temáticas problemáticas, por exemplo, questões que envolvam crimes, torna-se imprescindível que esses atores e atrizes sociais disseminem e compartilhem informações em formatos diversos sem que sejam identificados (as). Posicionar-se sobre um tema problemático por meio de uma plataforma *online* como o *Facebook* parece ser muito mais confortável e menos comprometedor. Certamente por não haver contato físico com outrem, fazendo com que os sujeitos se coloquem com maior intensidade e com menores chances de serem repreendidos. Da mesma forma, permite esconder a si mesmo, o que propicia maior liberdade no que será dito (CEZARINHO, 2018, p. 334).

Ou seja, é importante notar as contribuições e os percalços ou problemas que a vida virtual traz para a sociedade e como e em que medida impactam as relações e vidas das pessoas. O exemplo das bolhas de filtros são um exemplo das problemáticas que giram no entorno da internet.

Como aponta Almeida (2010) é fundamental o historiador se apropriar das fontes digitais sem deixar de levar em consideração o rigor metodológico na utilização de tal

ferramenta. O autor apresenta as pesquisas de mestrado e doutorado como um documento que está inserida na lógica da fonte digital, portanto para o autor

Os historiadores que buscam compreender o presente, negligenciar as fontes digitais e a Internet significa fechar os olhos para todo um novo conjunto de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que vêm se desenvolvendo juntamente com o crescimento e popularização da rede mundial de computadores (ALMEIDA, 2011, p. 12).

Soma-se às fontes digitais na década de 2020 a crescente digitalização dos documentos oficiais – novos e antigos -, que estão sendo todos digitalizados e colocados nos grandes sistemas oficiais dos governos. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de ver os pontos negativos que a internet teve, como o aumento dos ataques cibernéticos, a proliferação de notícias falsas (chamadas de Fake News), a cobrança para acessar as fontes.

É importante salientar o amplo espectro de documentação proporcionado pela Internet, especialmente para os historiadores do Tempo Presente. Em alguns casos, essa abundância pode chegar ao extremo. Mais do que facilitar o trabalho do historiador, a grande quantidade de fontes constitui um obstáculo perigoso (ALMEIDA, 2011, p. 24).

Como afirma Câmara e Benicio (2017) a técnica aliada a tecnologia da informação trouxe benefícios de acesso às informações, contudo o aumento expressivo da quantidade de informações forçou a hierarquização, criando os filtros e fazendo com que se impossibilita certas interações que abriram a oportunidade de descentralizar as informações disseminando os diferentes pontos de vista. O que acontece é que

Além de enfraquecer nosso senso do que é público, que se baseia, essencialmente, em questões que nos são alheias, a personalização da internet leva o usuário a um sentimento de infalibilidade, uma vez que sua percepção de mundo está deformada pelos filtros. Sem saber quais os critérios de seleção são utilizados para definir o que será tornado visível e o que será deixado de fora, o indivíduo tem a sensação de que está vendo tudo, e de que tudo corresponde ao modo como ele pensa (CÂMARA, BENICIO, 2017, p. 11).

A internet, as fontes digitais e os documentos

Um dos fatores que dificultam a utilização das fontes digitais são as faltas de discussões teórico-metodológicas sobre o assunto, até mesmo porque muitos dos documentos digitais estão sendo utilizados recentemente. Por isso, é compreensível a pouca reflexão sobre o assunto e a sua sistematização. É de se esperar que ao longo dos próximos anos e décadas aumente o número de pesquisas utilizando fontes digitais, fazendo com que se tenha um olhar mais atencioso para as metodologias e métodos utilizados. Sendo dessa forma passível de se ter uma análise dos erros e acertos ao longo do processo de construção analítica das fontes digitais (ALMEIDA, 2011).

Deve ser levado em consideração o fato de que as evoluções tecnológicas são muito rápidas, assim como os impactos sociais, porque a tecnologia é feita para atender as demandas da sociedade e do mercado que então acaba alterando a sociedade e o espaço geográfico.

Para Almeida (2011), a internet tem o potencial como fonte de pesquisa enorme, além do que ele tem um caráter efêmero fazendo com que seja mais importante a sua utilização,

O pesquisador do Tempo Presente tem acesso exclusivo a esse material, pois ele só é acessível em uma restrita janela temporal. Como se estivesse em um trabalho de “arqueologia de salvamento”, o historiador torna-se responsável pela análise e também pela preservação da informação. Não fosse a sua intervenção, o documento poderia ser perdido em caráter definitivo (ALMEIDA, 2011, p. 16).

Para isso, portanto, é necessário tecer algumas considerações a respeito da noção de documento, porque com o advento das novas tecnologias começou-se a produzir documentos digitais. Portanto, entende-se como documento

O registro da expressão da experiência humana, em suas mais variadas manifestações, independente de seu suporte material. Sendo assim, podemos considerar como “documento histórico” uma enorme variedade de registros da atividade humana: escritos dos mais variados tipos, logicamente, mas também música, arquitetura, palavra oral, pintura, escultura, teatro, fotografia, cinema, iconografia, vestuário etc. (ALMEIDA, 2011, p. 17).

Segundo Almeida (2011) existe a separação entre o suporte físico e o conteúdo informacional, fazendo com que exista uma possibilidade de manutenção do conteúdo em um novo suporte. Com o passar do tempo as tecnologias avançaram e criaram maneiras de suporte: disquete, CD, DVD, USB, Hd externo e nuvem. Contudo, tem-se utilizado o formato de PDF para armazenar e salvar os arquivos, possibilitando a criação/formação de um banco de dados digital. Dessa forma, o documento digital seria um registro das atividades humanas codificadas em códigos binários, na qual precisa de uma máquina para acessar as informações.

Por conseguinte, o documento digital no mundo virtual pode vir a se tornar uma fonte digital que, por sua vez, na internet precisa se ter um pouco de cuidado e critérios para se avaliar a autoria e procedência. Primeiro de tudo precisa-se selecionar as fontes de pesquisa, se é uma fonte autoral ou de uma segunda fonte ou obra. Para isso, é importante ser analisada num rol de várias/outras fontes. Para se ter mais credibilidade é importante verificar se há uma instituição respaldando o site e as publicações, sendo possível verificar através de selos digitais, de documentos eletrônicos de verificação, e

demais meios de comprovação existentes. Um exemplo, de locais virtuais seriam os portais de periódicos da CAPES, SCIELO e outros.

Dentro do universo virtual é possível encontrar documentos resultantes de digitalizações de documentos físicos, como: livros, jornais, etc. Os documentos físicos têm se tornado documentos digitais com grande frequência até nos acervos de arquivos de instituições como bibliotecas, universidades, centros de pesquisas, museus e fundações.

Por fim, também temos a partir de um certo período os documentos que foram criados já em formato digital.

Considerações finais

Ao analisar a internet, poder-se-ia enxergá-la como um espaço público em que se teria uma convergência ou divergência de conteúdos que poderia levar a existência de conflitos coletivos, ou seja, se teria uma interação de diferentes pontos de vistas de grupos e indivíduos que na teoria levaria a um diálogo, racional. Tornando possível uma mediação de dilemas coletivos, ou seja, seria previsível a existência de um espaço público democrático, em que seria possível haver a liberdade e um enriquecimento nas comunicações sociais (LUCCHESI, MAYNARD, 2013).

A internet reduziu as distâncias, mas com isso não se deixou de impactar o território. A internet modificou as relações e as dinâmicas espaciais que, por sua vez, impactaram a forma como as pessoas vivem e as suas relações foram e são dinamizadas. Modificadas e aceleradas em relação ao que acontece no mundo. O fato de o computador ou o telefone conseguir transmitir informações imediatamente permite que as transformações que eram mais lentas aconteçam de uma forma mais acelerada. E por esse fator é compreensível a preocupação dos estudiosos em relação a compreensão do mundo atual, da história do tempo presente, devido às bruscas mudanças que acontecem sem poder ter um tempo de reflexão e maturação dos fatos que acontecem. Porém, não se pode deixar de incorporar a internet na reflexão sobre os estudos das fontes e documentos existentes presentes no cenário que se apresenta.

Dessa maneira, é fundamental o aprofundamento dos estudos dentro da História, a que alguns estudiosos denominam história digital, porque inevitavelmente o mundo utiliza bastante o meio digital para trocar e apresentar as informações. Portanto, este pequeno texto é um ensaio das ideias e enfrentamento que esse novo momento nos

apresenta, buscando trazer algumas ideias de estudiosos do assunto para refletir e aprofundar as ideias.

Referências

ALMEIDA, F. C. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. In: **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS** (Online), v.3, p. 9-30, 2011.

CÂMARA, S.; BENICIO, M. HISTÓRIA DIGITAL: entre as promessas e armadilhas da sociedade informacional. **Revista Observatório**, v. 3, n. 5, p. 38-56, 1 ago. 2017.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, v. 3., 1998.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 13. Ed. – Petrópolis: Vozes, 2007.

CEZARINHO, F. A. História e fontes da internet: uma reflexão metodológica. **TEMPORALIDADES**, v. 10, p. 320-338, 2018.

GIBBS, F.; OWENS, T. The Hermeneutics of Data and Historical Writing. In: NAWROTZKI, K; DOUGHERTY, J. **Writing History in the Digital Age**. Michigan: University of Michigan Press, 2013, p. 159-170.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos** / Reinhart Koselleck; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: editora da UNESP, 1992.

LUCCHESI, A.; MAYNARD, D. C. S. História e Historiografia Digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública. In: **XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social**, 2013, Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: ANPUH, 2013. V. 1. P. 1-17.

LUPTON, D. **Digital Sociology**. Routledge, 2015.

MACHADO, A. C. História digital em tempos de crise: as demandas do tempo imediato e suas implicações no trabalho dos historiadores. **AEDOS: REVISTA DO CORPO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFRGS** (online), v. 12, p.69-99, 2020.

MALERBA, J. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA** (IMPRESSO), v. 37, p. 135-154, 2017.

ORTEGA, C. D. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S.l.], v.7, n. esp, p. 41-64, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118749>. Acesso em: 10 ago. 2022.

VIANA-TELES, H. História Digital, Sociologia Digital e humanidades: algumas questões metodológicas. **Revista Observatório**, v. 3, p. 74-101, 2017.

A vida associativa na cooperativa agrícola Torre Bela

Pedro Freitas de Almeida¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Este texto faz parte do projeto de pesquisa *Revolução dos Cravos e a Reforma Agrária: Portugal, terra de produção de saberes*. Em andamento no curso de doutorado do Programa de História Social do Território e como sugerido pelo orientador busca retratar apenas uma das muitas cooperativas agrícolas surgidas durante o Período Revolucionário em Curso em Portugal. Também utilizamos apenas um dos muitos filmes e documentários decupados na pesquisa.

Na terça-feira, 23 de abril de 1975, se inicia a ocupação de Torre Bela, localizada na Freguesia de Manique do Intendente, Conselho de Azambuja, até então, uma reserva de caça da família real de Bragança. A propriedade, de cerca de 1700 hectares, há 15 anos dedicava-se à silvicultura, prática de poucos custos, visto que a cortiça é retirada a cada nove anos. Trabalhadores regulares eram apenas dez para toda a propriedade. Torre Bela foi, até o início da ocupação, símbolo do passado feudal, incorporado ao fascismo e representou o que foi conceituado por lideranças do PCP como “ocupações selvagens”: sem técnicas agrícolas, sem maquinário, agricultores com pouca escolaridade e sem nenhuma organização política que desse o rumo da ocupação.

A ocupação da Torre Bela deu muito que falar aquém e além fronteiras. Muitos aprovaram-na como justa e apoiaram-na. Muitos outros reprovaram-na, como banditismo. Muita gente do povo, como aconteceu no dia um de Dezembro de 1975, ignorando a história do seu povo para dar ouvidos aos latifundiários e caciques que querem manobrar a história a seu favor, juntaram-se aos portões da Quinta insultando-nos como ladrões e tentando desconhecer-nós como filhos do seu povo e seus irmãos no sofrer e na opressão. (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. Abril de 1975)

O filme *Torre Bela* (HARLAN,1975/1977) é uma grande reflexão sobre os saberes do trabalho associado embutidos em uma ocupação de terra. Os recortes são feitos, com falas de populares e líderes da ocupação, sem narrador e no “olho do furacão”. O documentário mostra a ocupação e, em seguida, a organização coletiva da terra pelos

¹ Aluno do Curso de Doutorado do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Estado do Rio de Janeiro e bolsista da CAPES. Orientado por Gelson Rozentino de Almeida. Ingresso em 2022. Título do projeto de pesquisa: *Revolução dos Cravos e a Reforma Agrária: Portugal, terra de produção de saberes*.

trabalhadores de uma das maiores herdades de Portugal. Com o apoio do exército e de algumas organizações de esquerda, os trabalhadores organizaram uma Cooperativa que tinha como objetivo aniquilar o estranhamento do trabalho e produzir a vida associativamente. Os trabalhadores foram tentando dar conta das demandas organizacionais dos espaços, objetos e ferramentas coletivas. O documentário traz uma cena ao ar livre com o povo aglomerado, discute os rumos da ocupação. A discussão transforma-se em uma plenária onde, por unanimidade, forma-se a cooperativa:

Trabalhador 1 - Viemos aqui pra ter trabalho e não é para matar ninguém.

Trabalhador 2 - Os donos dessa terra não estão de acordo com a cooperativa, (...) não se importam realmente em dar trabalho a algumas pessoas. A reforma agrária é um fato que poderá durar um mês, dois ou três anos a seguir, mas é um facto. Até lá, nós estamos em uma época de transição, por conseguinte, vamos formar durante esse ato de transição até a reforma agrária sair, um contrato nos moldes de cooperativa. Nós queremos agora um contrato que nos dê um trabalho aqui, mas cooperativamente. Sejam os a trabalhar para todos e não para um homem só.

Trabalhador 3 - Vocês não fizeram só pra ter trabalho. Vocês fizeram para ter a terra, porque são vocês que irão trabalhar. (...) mas se aqui se fizer uma cooperativa, em uma parte desta terra, é preciso que este latifundiário que está aí cheio de casas vazias para passar o fim de semana e para as caçadas, e para os amigos deles exploraram esse povo durante anos e anos, os vossos pais, vossos avós.

Trabalhador 4 - Com muita serenidade, mas nós temos que estar conscientes dos nossos direitos, daquilo que queremos, mas com serenidade, pois vos digo se é pra ter aqui um contrato de trabalho para o conjunto dos trabalhadores, como o início para uma cooperativa vocês não devem ficar por ai. Este indivíduo que está aqui não pode ficar com o resto da propriedade. Pois (...) não há direito de que existam aqui imóveis vazios quando há necessidades aqui a volta dessas aldeias (HARLAN, 1975/1977, min:19:29)

Outro documento utilizado foi o manifesto político da Ocupação Torre Bela (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela, abril de 1975). Nele é passado também um ponto de referência para destacar e valorizar as conquistas e as necessidades da reforma agrária como um projeto do desenvolvimento econômico de Portugal e da consciência de classes de todos os trabalhadores.

Pela manhã, os trabalhadores dirigiam-se para o largo da aldeia em busca de emprego. Aí eram escolhidos os mais jovens e fortes, pelos capatazes. Os velhos e fracos eram desprezados... Já pouco rendiam... Os abutres tinham comido a sua carne. Para estes, a miséria, as esmolas e a vagabundagem era o seu único fim. (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela, Abril de 1975, pag. 13)

A justificativa acerca da expropriação da terra passava muito pela noção política de que o tempo e as riquezas oriundas do trabalho haviam sido roubados durante anos pelos grandes proprietários e patrões. Outra noção política era de que a correlação de

forças só se manteve por tanto tempo com os patrões graças a coerção promovida pelos proprietários, pela Guarda Nacional e pela PIDE

O processo pedagógico e revolucionário trouxe a valorização dos saberes transmitidos entre gerações de trabalhadores explorados, na maioria das vezes, por meio do relato oral de pai para filho ou de avô para neto. Com a instrumentalização política das cooperativas, esses relatos tornaram-se fontes históricas e permitiram-nos a utilização nessa pesquisa, como o relato que segue, que foi retirado do manifesto da Cooperativa Agrícola Popular da Torre Bela:

As histórias que nos contam os velhos destas redondezas e que os mais novos ouviram contar aos pais e avós dão-nos o direito de considerar a existência deste grande latifúndio como um resto de feudalismo que já não tem sentido e era uma afronta às tradições do povo desta região. (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. Abril de 1975, pág.7)

Os militares fizeram reuniões com os representantes das cooperativas para tentar suprir suas demandas. No filme *Torre Bela* (HARLAN,1975/1977), uma dessas reuniões é registrada. Os militares refletem sobre a possibilidade de deixar sob o controle da cooperativa os carros militares presentes em território angolano, que seriam devolvidos diante da independência da colônia. A ajuda e fomento estatal para as cooperativas foi um debate fluente tanto nas esferas superiores do governo, quanto nas diferentes expressões nas bases do poder popular.

A reforma agrária consiste também no fomento de parques de tractores e máquinas agrícolas, construção de silos, adegas, lagares, barragens, eletrificação rural, construção de estradas, construção de escolas e institutos de formação de milhares de especialistas agrícolas. Consiste na formação de cooperativas de comercialização que assegurem em condições eficazes a compra dos produtos agrícolas por preços compensadores e o fornecimento à agricultura dos produtos necessários. (MIGUEL, 1975)

Quando um trabalhador explica a outro o porquê da coletivização dos meios de produção e porque isso é vantajoso para todos, se percebe a Pedagogia da Produção Associada. O que os trabalhadores aprendem e ensinam, uns aos outros, no cotidiano de trabalho? Há passagens educativas relativas a toda documentação pesquisada das assembleias e reuniões das cooperativas.

É 50 vezes melhor do que era, a vida agora como cooperador. É mais certo, tenho um ordenado mais certo. Lá fora, ganhava, outras não. Aqui sei que estou bem, estou cedo. Estou satisfeitíssimo. A diferença de trabalhar aqui ou para o patrão, é que eu sempre trabalhei melhor para mim. Não volto a trabalhar para o patrão. Se isto acabar vou para o estrangeiro... Para o estrangeiro trabalhar para outro patrão?... Mais vale morrer. (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. Abril de 1975, pág.19)

Há um momento em que se discute, no documentário *Torre Bela* (HARLAN,1975/1977), sobre a coletivização (a partir da indenização) da enxada de um camponês.

A situação transcrita a seguir se dá entre dois camaradas da cooperativa Torre Bela. O primeiro trabalhador tenta convencer ao segundo que suas ferramentas, seu trabalho e seus meios de produção, agora, pertencem à cooperativa, logo, à coletividade.

Qual é o valor da tua ferramenta?

Qual é o valor da tua ferramenta?

O valor da minha ferramenta eu não sei. Sei que custa mais dinheiro.

Ah... então é isso que tu dizes? Isto é da cooperativa tudo isto é da cooperativa não é a tua nem a deste nem a minha. É da cooperativa.

Tudo é da cooperativa? E os outros que não trazem ferramenta nenhuma, a ferramenta deles é da casa deles... E a minha fica cooperativa, e a minha fica da cooperativa, e a deles que não trouxeram nenhuma para utilizar a cá a trabalhar, nem querem trazê-las que é pra não levar descaminha e dão descaminho à dos outros e ficam com elas, as dos outros.

Dá-me licença? Isto é no valor de cem escudos?

Exatamente.

Dá para a cooperativa, a cooperativa dá-te cem escudos. E isto já não é teu. Isto é meu, é deste é de todo mundo.

Pode ser muito bem, mas eu é que trabalho com ela, eu preciso fazer amanhã trabalho naquilo que é meu, naquilo que já tenho. Não tenho direito de comprar outra? Depois essa outra fica a ser da cooperativa, depois eu vou comprar outra e é sempre da cooperativa, pá. Oh pá?! (HARLAN,1975/1977)

A discussão acima parece simples e clara, mas a complexidade da linguagem esconde interesses mais densos. Posteriormente, pudemos entender o papel e o personagem que cada um dos sujeitos queria, de fato, interpretar na cena. O trabalhador, que quer a ferramenta, acredita que deve ter a posse, porque a utilizará para trabalhar, e em momento algum demonstra pretender utilizá-la para explorar o trabalho alheio a partir do arrendamento, enquanto o manifestante, que propõe a coletivização, acredita que seu papel é liderar o trabalho, os trabalhadores e ensinar-lhes como fazer o que eles fazem desde pequenos, e, para isso, utiliza-se de um discurso específico. O trabalhador, que não entende ou não acredita ser possível a coletivização das ferramentas, (ao menos naquele momento) o faz para trabalhar, o outro para liderar trabalhadores.

Será que vamos aprender as lições da história, para não cairmos de novo em individualistas-egoístas? Só trabalhando coletivamente a terra e aprendendo a planificar as diversas possibilidades de bem a explorar e administrar com a participação activa e responsável de todos, é que deixará de haver uns a mandar e outros a trabalhar, uns a serem explorados e outros a terem os lucros. É nisto que estamos empenhados há um ano e de um modo cada vez mais conscientes queremos, com a nossa cota parte, contribuir para o novo capítulo da história do nosso povo. (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. Abril de 1975, pág.12)

Essa avaliação só foi possível, posteriormente, depois que o líder que pretendia coletivizar a enxada, desacatou uma deliberação da plenária e dormiu na cama do Duque de Lafões. Como demonstramos, a polêmica é complicada e controversa. Será que Thompson nos ajudaria a entender a questão? Para o historiador marxista, o foco desta polêmica não estaria no mero debate econômico, com um mero maniqueísmo entre os que querem compartilhar a ferramenta e os que querem ser donos dela. O fato é que, mesmo que um determinado objeto seja coletivo, pode haver uma discordância de como cuidar dele, que funções este objeto pode executar, e, em caso de escassez, quem seriam os primeiros a utilizá-lo? Outra questão importante é a do processo de formação da consciência, em especial, dos trabalhadores menos intelectualizados que têm, portanto, menos capacidade de articulação política, mas que nem por isso, são menos interessantes ao processo socialista. Muito pelo contrário, o que podemos perceber, em documentos de distintas cooperativas e diferentes organizações, é um combate ao que se classificou por caciquismo político, valor associado pelos cooperados ao individualismo e a ideologia burguesa.

Que as terras por nós recuperadas nos dêem os meios da nossa própria recuperação humana e social
(...)
Sem privilégios, individuais ou de grupo, braços abertos à fraternidade entre todos os explorados do mundo. (cooperativa agrária popular da torre bela. Abril de 1975)

A mobilização das pessoas gerou a ocupação, a organização dos ocupados transformou a Torre Bela em um locus de produção associada; ali se produziram e compartilharam experiências, criaram-se saberes, na medida em que produziram uma nova práxis social. Como nos lembra Gramsci: *Descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestões e ajudas exteriores, é criação, mesmo que a verdade seja velha.*

A princípio nem sequer sabíamos fazer uma reunião, queríamos falar todos ao mesmo tempo, ninguém se entendia, " - Esperar pela minha vez para falar! Foi proibido de falar tanto tempo e agora não posso falar quando me apetece? Isso é que era bom."
Era uma confusão
Para que as reuniões? São uma pura perda de tempo. - diziam alguns preocupados com a produção até descobrirmos que umas horas perdidas a planear podem-nos fazer ganhar tempo e dinheiro e que as pessoas humanas não são máquinas de mera produção.
Agora tentamos fazer reuniões mais regulares e pôr a funcionar as equipas de trabalho. Cada um por sua vez fala, crítica, é criticado, aprende e procura comunicar o que vai aprendendo. Lentamente vamos aprendendo a fazer o resumo das reuniões o que nos obriga a avançar e a progredir. (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. abril de 1975)

Transcrevemos a seguir algumas intervenções de uma reunião da cooperativa

Torre Bela em que os agricultores conversam sobre a posse da terra:

Por tanto, não está em questão o ser dono ou não ser dono da terra, o que se está em questão é que todos vão trabalhar e todos vão se servir da terra para viver melhor.”

Quando se faz uma cooperativa não é para arrumar mais proprietários. Não é para isso que se faz uma cooperativa. Faz-se uma cooperativa para que a terra seja um instrumento de trabalho para os que nela trabalham.”

Após a plenária os ocupantes entoam as palavras de ordem:

Abaixo a reação!”, “O povo está, com o MFA!” e “Soldado amigo, o povo está contigo!” (HARLAN,1975/1977)

Será a força das ideias, aliada à força das ações, capaz de mudar os rumos históricos? Tanto a teoria quanto a prática estão submetidas ao desenvolvimento das forças produtivas? Até o presente momento de nossa pesquisa, responderemos que sim.

Os dois primeiros meses de trabalho duro na cooperativa, sem ajudas, nem remunerações, nem salários, nem ordenados, sem podermos exigir do patrão que nos pagasse, obrigaram-nos a enfrentar algumas questões fundamentais. Se não temos países não temos salários. Não há ordenados. Como viveremos? Vamos tentar responder às necessidades mais urgentes, atender aos casos. (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. Abril de 1975, pag. 24)

Cenas do trabalho associado e da mobilização dos trabalhadores estão presentes durante todo o filme retratando os processos de ocupação e produção da vida nas terras do 25 de Abril. Buscar água, pulverizar as plantas, tudo tem um novo sentido de coletividade. O trator leva todos ao trabalho. O momento das refeições também tem um novo significado. O refeitório, o trator, a plantação, as máquinas, as ferramentas e as propriedades foram socializadas. Agora o trabalho associado gera uma nova prática e uma nova experiência social. Essa consciência e ação coletiva são, em si, uma práxis revolucionária.

O manifesto da cooperativa traz na primeira página seus objetivos: “NÓS OS TRABALHADORES DA TORRE BELA ESTAMOS EM LUTA CONTRA O FEUDALISMO, O CAPITALISMO, A BURGUESIA LATIFUNDIÁRIA E OS NOSSOS PRÓPRIOS DEFEITOS.” (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. abril de 1975, pág.1)

Tentamos até aqui mesclar: resoluções do manifesto da cooperativa de trabalhadores, transcrições do documentário, entrevistas posteriores sobre todo o processo e depoimentos de trabalhadores. A todo tempo enfatizamos as perspectivas pedagógicas por eles apreendidas e apresentadas. No depoimento abaixo, o cooperador associado agradece aos movimentos internacionalistas pelo apoio prestado ao processo revolucionário local:

Não quero deixar de agradecer, apesar de saber que os camaradas Portugueses e Estrangeiros ao ajudar-nos não estão à espera de agradecimentos, para eles vai a nossa solidarização e o nosso abraço revolucionário. Wilson Faustino Filipe - 28 ados – cooperador (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. abril de 1975, pág.19)

Os documentos analisados, evidenciam que, a solidariedade e o internacionalismo destacados pelos trabalhadores, de fato, existiram, não só no suor derramado lado a lado, mas também, de forma remota com o apoio econômico e político, vindo de outros países. Enfatizamos, portanto, o poder das ideias e das ações, da solidariedade e da unidade política, da teoria e da prática.

Os cooperadores da Cooperativa Agrícola Popular da Torre Bela, a todos os amigos e camaradas portugueses e estrangeiros que de longe sem nunca nos terem visto e sobretudo aos que vieram, lado a lado conosco, experimentar a dureza do trabalho e da luta em que nos empenhamos e decidida e desinteressadamente nos apoiam e ajudam dos mais diferentes modos... (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. abril de 1975, pág. 5)

Acreditamos que o processo de formação política de trabalhadores se dá através do estudo e do fazer político. A formação de dirigentes e lideranças práticas, se dá nos momentos em que os indivíduos veem-se obrigados a tomar decisões. Um dirigente político é, portanto, um indivíduo que toma decisões. Nem sempre esse indivíduo tomará decisões acertadas ou adequadas, mas o processo pedagógico está garantido, e, nesse processo, forjam-se dirigentes. Na construção política, e mais específica, de dirigentes da classe trabalhadora tornar-se-á necessário uma atmosfera repleta de espaços democráticos, a fim de educar e formar esse dirigente.

Todos, portanto, ao desempenharem suas atividades cotidianas, desenvolvem uma visão de mundo que compõe uma estrutura de pensamento que se manifesta por meio da linguagem oral, gestual, de imagens etc. No trecho abaixo os militantes do PREC trouxeram questões e abstrações do novo raciocínio lógico que as conquistas do 25 de Abril permitiram. Enxergamos nestes uma coerência com a conjuntura em que viviam.

Quem tem razão? Qual será o futuro?

A resposta só a história no-la poderá dar, mas enquanto o povo for o autor da história e enquanto o passado foi o mestre e a mãe da vida e do futuro, sabemos já e temos consciência disso, que o fim deste feudo e a restituição aos seus destinos possuidores, é lei da história e um acto de justiça. (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. abril de 1975)

Estes trabalhadores realizaram coletivamente, portanto, seus objetivos sem o apoio do governo. Não se prescindiram em solicitá-la, mas uma vez negada, já tinham a mentalidade de executar pelas próprias mãos o que por bem compreendiam como

necessidade. Além de trabalharem, os agricultores promovem festas com músicas e práticas esportivas na cooperativa. Os trabalhadores do campo, com a organização comunal, constroem as estruturas para uma nova maneira de viver, e não mais trabalham até seus limites para sobreviver. *“Que o trabalho, o comer, o discutir, o aprender, e o gerir constituam um só tempo: o tempo de viver.* (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. abril de 1975, pág. 1)

Como também demonstramos, não conseguimos pensar a educação de trabalhadores sem o conceito de práxis, utilizado por diferentes autores. Práxis para nós é uma unidade coerente entre a teoria e a prática cotidiana. Sem iludimo-nos com as contradições inerentes às sociedades de classe, não isolamos a relação direta entre pensamento e ação nos resultados concretos obtidos pelos seres humanos. Também não negamos que um pensamento social depende das condições reais de existência concreta de um determinado indivíduo. Numa abstração, podemos supor da mesma forma, que um pensamento coletivo, depende de relações coletivas edificadas no cotidiano da vida social.

Só queria deixar bastante claro mais uma coisa: a cooperativa agrícola popular da Torre Bela já fez correr muita tinta, mas houve um líquido diferente que correu muito mais: o suor dos trabalhadores, que para fazerem destas terras subaproveitadas, terras férteis, foi preciso trabalhar muito. Convidamos os incrédulos a visitar-nos, para verem com os olhos, aquilo que deturpam. (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. abril de 1975, pág. 19)

A concepção de verdade por mais que parta do campo das ideias, ganha sua validade na experiência prática. Deste modo, os camponeses de Torre Bela convidam a todos os incrédulos a experienciar a realidade por eles vividas. Dedicam seu trabalho braçal e intelectual à sociedade. Em Torre Bela nem a produção espiritual ganhou sua parceira perfeita, a propriedade coletiva.

Aos camponeses pobres como nós e duramente explorados
A todos, mesmo aqueles que nos reprovam e criticavam, oferecemos estes escritos, fruto do nosso trabalho como o trigo e o milho e os produtos da terra que recuperamos e pusemos a produzir mais para benefício nosso e para contribuir com o nosso trabalho para a construção do país novo que todos desejamos para todos os portugueses. (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. abril de 1975)

As fontes por nós encontradas, demonstram os interesses desses trabalhadores em produzi-las. E isso, para nós, é um fenômeno de grande interesse. Entender que esses trabalhadores se preocuparam em construir fontes históricas para que, no futuro, nós,

cientistas sociais, pudéssemos entender suas intenções e interesses sociais, representa um salto qualitativo entre a consciência social e a produção científica.

Apoiados pelo grupo sócio-cultural trocamos por uns dias as enxadas pelas esferográficas e as forquilhas, serrotes e tratores pelas máquinas de escrever! fizemos de noite horas de trabalho e decidimos lançar para o público uma primeira experiência que há-de continuar com uma participação mais ativa e direta de cada um dos cooperados para mostrar que a par do amanhã e cultivo das terras, também cultivamos outras culturas que tanto como o trabalho nos enobrecem como HOMENS. De certo modo, os nomes todos da lista de cooperados somos já autores desta brochura e das que tentaremos lançar no futuro. (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela, abril de 1975)

Além de transmitir às gerações futuras as experiências de viver em uma propriedade coletiva e trabalhar, sem o julgo de patrões, as iniciativas documentais das cooperativas tinham o interesse de exportar também, às terras vizinhas, o projeto revolucionário à lembrança do passado ou às esperanças futuras; serviam para nortear as tarefas práticas do presente. E assim o foi. Até hoje, as cooperativas portuguesas formadas durante o PREC servem de referência teórica e prática para as experiências atuais de trabalho associado.

Referências

- CUNHAL, Álvaro. *A revolução Portuguesa. O passado e o futuro. Cap.6: A reforma agrária.*
- CUNHAL, Álvaro. *Contribuições para o Estudo da Reforma Agrária* Edições Avante 1976
- Decreto-Lei N.º 406-A/75, de 29 de julho
- Decreto-Lei N.º 203-C/75 de 15 de abril de 1975
- MIGUEL, António Gervásio e Francisco. *Intervenção na Assembleia Constituinte, em 15 e 18 de Julho de 1975* Edições «Avante!». 1975.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (1989). *Salazar e o salazarismo.* Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum, cap.1 Costumes e cultura.*
- TIRIBA, Lia. *Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes.* 2006.
- TIRIBA, Lia. PIAZZOLOTO, Camila. e ALMEIDA, Pedro Freitas. *Catálogo de Filmes 25 de Abril.* Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação. Faculdade de Educação Universidade Federal Fluminense 2011
- TIRIBA, Lia. *Processo e Trabalho e Processo Educativo: Notas Sobre o “Período de Ouro” da Educação de Jovens e Adultos em Portugal.* In: CANÁRIO, Rui e RUMMERT, Sonia Maria. *Mundos do Trabalho e Aprendizagem.* Educa, Lisboa. 2009.

TIRIBA, Lia. *Saberes do trabalho associado: Cenários da autogestão no “processo revolucionário em curso”*

TORRE Bela. Direção de Thomas Harlan. Cooperativa Era Nova, Societá Cinematográfica Italiana (SCI), Albatros, 1975/1977. 105’min.

Fontes

Conferência Agrária: Évora 30/31 outubro de 1976 para consolidar e avançar. 1976.

Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela: Torre Bela duma Tapada Real...a uma Cooperativa Agrícola Popular ou o fim do Feudalismo em Portugal. Abril de 1975.

Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela: Torre Bela: Uma experiência de vida comunal. Combate. A Libertação dos trabalhadores é obras dos próprios trabalhadores ed.46.

A relação da Odebrecht com o governo angolano (1984-90)

Pedro Paulo Cordeiro Chaves¹
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de mestrado cujo título é: Política, Guerra Civil e a Construção Pesada: a relação da organização Odebrecht com o governo angolano (1984 – 2002), ainda em andamento. Diante disso, será abordado de maneira inicial considerações significativas acerca da temática obtidas até o momento. Em face ao exposto, é considerável dizer que o Brasil foi a primeira nação a reconhecer a soberania de Angola, durante o governo Ernesto Geisel em 1975. Essa postura *sui generis* na época, seria o caminho para que no decênio seguinte, acontecesse o advento da internacionalização da Odebrecht para a região africana. Assim, nos dias de hoje com mais de três décadas de atuação em Angola, a companhia é uma das maiores empresas em atividade no país, atuando em diversos setores estratégicos no país africano. Além da notória relação com o governo angariada desde a chegada no país, a empresa brasileira virou um braço direito do Estado.

Colocados tais elementos introdutórios, ao longo dos últimos anos vem sendo produzido certas pesquisas acadêmicas, no que se refere a Odebrecht em Angola. A grande maioria das análises desenvolvidas, têm como foco a política externa do Brasil para nação africana atrelada às atividades e empreendimento da companhia na região angolana. Por outro lado, há uma lacuna acerca de trabalhos sobre a Odebrecht a partir da sua relação com o Estado angolano. A ausência de estudos faz com que seja relevante explorar a ligação entre o governo africano e a empresa brasileira. Além disso, através da apreciação de fontes primárias e secundárias que exploram o tema de pesquisa, averiguou-se ao menos duas lacunas. A primeira é que se percebe na temática, poucas pesquisas no próprio campo científico da história social, fundamentada e alinhada a partir da base metodológica teórica- conceitual do materialismo histórico. Atrélado a isso, a segunda questão é a falta de uma historiografia original abrangente

¹Discente do curso de mestrado do Programa de Pós- Graduação em História Social da UERJ. Orientador: Dr Sydenham Lourenço Neto. Ingressante no ano 2021. Título da Pesquisa: Política, Guerra Civil e a construção Pesada: a relação da organização Odebrecht com o governo angolano (1984 – 2002).

que delinea a relação entre a empresa Odebrecht e o Estado angolano no referido período.

Posto isso, como forma de entendermos sobre a pesquisa e os elementos investigados até o momento, o artigo está esquematizado da seguinte maneira: o primeiro subtópico é um conciso histórico sobre a formação da sociedade política angolana após libertação nacional, para entendermos o governo instaurado que veio a criar laços com a Odebrecht. Logo em seguida, delimitamos uma breve análise sobre a trajetória da empresa brasileira e sua consolidação como uma grande empresa detentora de uma hegemonia no seio da sociedade brasileira amparada pelo aparelho Estatal do regime civil militar. E por fim, nos debruçamos nos paradigmas de Gramsci, como forma de compreender a formação de um bloco hegemônico entre a Odebrecht e o governo angolano dentro do Estado africano, após a libertação nacional e a reconstrução do país.

Breve entendimento acerca da formação do estado angolano: pós libertação nacional (1975 - 90)

Após a independência de Angola ter acontecido, pode-se perceber no Estado angolano, marcas permanentes do jugo colonial e da guerra civil, circunstâncias essas que influenciam e estão arraigadas até hoje na ex-colônia. Nos primeiros anos recém independente, o Estado angolano se configurou com uma entidade estatal soberana, controladora de todos os processos sociais, gerando assim uma administração pública e um Estado de intervenção por parte das elites estatais (CHIMANDA, 2010: p.42).

Resultando no processo de privatização das companhias públicas nos anos 1980 e 1990, reforçou a posição do Estado como entidade regulatória central, pelo fato de que os dirigentes do governo multiplicaram os pontos de controle do capital estrangeiro criando agências regulatórias, a fim de maximizar suas rendas (ALENCASTRO, 2020: p.129). Mbembe (2001), aborda que as políticas dos regimes africanos pós-coloniais foram concebidas a partir de um “Estado imaginário”, que não foram capazes inicialmente de provocar o desmantelamento de todas as corporações e instituições coloniais, dando-lhes significados e novas funções.

Com a conquista do partido MPLA², o movimento que obteve apoio político e militar da antiga URSS e de Cuba, impôs um governo marxista leninista monopartidário em Angola. Amparado num planejamento central, tendo o controle das atividades estatal da maior parte das empresas produtivas e de 1976 a 1978, absorvendo importantes responsabilidades na gestão operacional do país (MENEZES, 2000: p.230).

Ao mesmo tempo que acontecia uma nacionalização no país, a participação de empresas estrangeiras ainda era pertinente dentro de Angola, na ótica do sociólogo Nunes, isso consistia em um paradoxo angolano. O Estado com uma economia dependente desde o tempo colonial, mas recentemente do Ocidente, tanto em termos de mercados quanto de investimentos, a exemplo do seu maior comprador de petróleo os Estados Unidos, sendo antagonista ao bloco socialista durante a Guerra Fria (NUNES, 2015: p.45).

Com isso, mesmo na década de 80, as características da luta nacionalista de Neto, sendo aprofundada, evoluiu o pragmatismo-liberal com a transição para a economia de mercado nos anos 90, resultando em um país dependente ainda mais ao capitalismo liberal internacionalizado (VIDAL, 2016: p.828). A solução desse paradoxo foi favorável pelo o modelo do Ocidente, através da integração crescente de Angola à economia de mercado aos organismos internacionais que regem esta economia, não tendo espaço para o marxismo leninismo (NUNES, 2015: p.45-46).

Posto isso, em Angola as corporações estrangeiras permaneceram atuando nas áreas como petróleo e mineração, agiram no interesse de sua rentabilidade e investimentos, o governo percebeu que as condições de guerra e a reconstrução do país, fosse a única alternativa de financiar aquele difícil momento de transição (MENEZES, 2000: p.34). Caracterizando assim, um país constituído por um sustentáculo, tendo uma grande necessidade de se submeter às heranças coloniais e rendidos ao capital estrangeiro.

Em linhas gerais, a privatização em sua estrutura não representou mais do que a permissão para que membros do governo dominassem o novo setor empresarial privado da futura “economia de mercado” e utilizassem o aparelho de Estado, assegurando-lhes a manutenção hegemônica do poder (VIDAL, 2016: p.842). Desde 1970 até a atualidade, a vitória do MPLA e dos seus princípios organizativos, defendidos pela ala pragmática-liberal do partido, não são um produto exclusivo do governo aliado ao capital

² No fim dos anos 40 surgiu um movimento de libertação nacional angolano, que representava uma nova geração de nacionalista, possuindo um pensamento marxista que buscavam a libertação do jugo colonial e a construção de uma identidade africana.

internacional para usurpar os recursos do Estado (VIDAL, 2020: p.850). Na verdade, o problema se desenvolveu e se proliferou na esteira das ações econômicas e políticas colonial. Criando em Angola, uma monopolização do Estado, ou seja, do partido MPLA, dependente do mercado estrangeiro.

Processo histórico da Odebrecht (1940 – 1990)

No presente subtópico será esboçado sobre a trajetória da companhia baiana. Dito isto, a partir da ótica do pensador Santana (2004), a trajetória da companhia pode ser compreendida em quatro ciclos: local, regional, nacional e transnacional. No primeiro ciclo como empresa local, a construtora obteve como contratantes centrais: entidades federais e o governo estatal baiano. No Término do decênio de 40, a empresa era uma das mais influentes do Estado. As construções realizadas nesse período, foram: o Círculo Operário, o Estaleiro Fluvial da Ilha do Fogo, o cais e a ponte de atracação em Canavieiras (ODEBRECHT, 2020). Além de construir edifícios, como por exemplo, o edifício Belo Horizonte, a sua primeira hidrelétrica de Correntina, rodovias e obras portuárias na costa sul da Bahia.

Em 1954, a organização se transforma em uma sociedade anônima e começa a se intitular como Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO). No mesmo ano, a construtora almejou uma nova parceria com a recente estatal Petrobras. No controle da nova estatal estava como primeiro presidente, o ex-governador baiano Juracy Magalhães. Essa relação gerou muitas obras, como a participação da construção do oleoduto Catu-Candeias, instalações de apoio, estações de tratamento de água, plataformas marítimas, pontes, canais, barragens, dentre outras (DANTAS, 2007: p.80). E em 1957, operaram na construção da refinaria Landulpho Alves e no início da década de 60 edificaram o edifício central da Petrobras em Salvador.

Ao longo dos anos 50 e 60, ocorreram os primeiros empenhos para atuação da companhia em outros setores, ocasionando contratempos financeiros, tais circunstâncias fez com que a empresa mudasse sua estratégia negocial alcançando novos estados para operar. Em menos de um decênio a construtora Norberto Odebrecht (CNO), se tornou uma companhia regional, adentrando em seu segundo ciclo, com operações em diversos estados do nordeste brasileiro.

Em meados da década 50, o impulsionador para o desenvolvimento da construtora foi a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, conhecida como Sudene (1959-2001). No início dos anos 60, especificamente em 1962, com a emersão da

filial da CNO em Recife e com o apoio do mais novo cliente ao parque industrial da região, a companhia tornou-se polo dinamizador da economia baiana (SANTANA, 2004: p.108).

A partir dessas circunstâncias, a região nordestina passou a vivenciar uma fase de ampliação e desenvolvimento, sendo o fator basilar para a expansão da construtora. Nos anos seguintes, a empresa conquistou diversos contratos, como por exemplo, das fábricas da Willys Overland, Coperbo, Alpargatas Confecções, Tintas Coral do Nordeste e o edifício sede da Sudene. Não obstante, com o golpe de 1964, a decadência da Sudene fez diminuir essa importante fonte de contratos da empreiteira (Revista O Empreiteiro, 1972: nº 79 *apud* CAMPOS, 2017: p.45).

Ao longo do decênio de 1960, a construtora havia se qualificado para atuar em construções de maiores dimensões estruturais e sobretudo no gerenciamento de obras com maior teor de complexidade, com expressivo número de operários, insumos e tecnologia. No fim da mesma década, a empresa já contabilizava 500 construções e se consolidava como uma das mais vultosas na região, todavia a CNO em outras regiões brasileiras não possuía uma grande atuação (SANTANA, 2004: p.108).

A expansão em nível nacional, viria na década de 70, o período foi virtuoso para as grandes empreiteiras nacionais, por um lado havia a proibição imposta pela ditadura militar para atuação das construtoras estrangeiras, no outro se tinha um governo que passou a investir em obras civis (CABRAL; OLIVEIRA, 2017: p.193 -194). Os governos militares possuíam como uma das principais características ao longo do governo uma política desenvolvimentista. Durante essa época, ocorreu a inserção de vários planos nacionais de desenvolvimento, conhecidos como (PND).

Inicialmente a relação da Odebrecht com o regime militar não foi tão intensa, tendo ainda somente contratos regionais. Mas ao longo do período ditatorial, sua operação veio a se expandir em nível nacional. A ampliação, se sucedeu em virtude da relação duradoura entre Norberto Odebrecht e Ernesto Geisel, assim que a recém petrolífera foi criada em Salvador em 1953 (CAMPOS, 2014: p.99). Os dois desenvolveram uma relação duradoura. Em um momento dessa relação, Geisel recentemente empossado ao cargo de presidente da estatal convidou o empresário para operar a edificação da nova sede da Petrobras no Rio de Janeiro em 1969 (CABRAL; OLIVEIRA, 2017: p.194).

Norberto Odebrecht levou sua empresa a expandir em outros setores e se internacionalizar. Antes disso, a Odebrecht possuía subsidiárias, mas particularmente em

regiões afiliadas à construção, como venda de materiais de construções, equipamentos, fundações etc. Ao mesmo tempo, a companhia passou a atuar em setores que não correspondiam apenas ao fornecimento de suas próprias atividades, escolhendo como alvo prioritário o ramo petrolífero (CAMPOS, 2017: p.28).

No mesmo período acontecia o fim do “milagre” econômico brasileiro, em virtude do impacto da segunda crise do petróleo e o aumento dramático dos preços no cenário mundial, que fizeram o país entrar em recessão. O que levou a Odebrecht a buscar novas possibilidades no exterior, participando de concorrências para obras de engenharia em países do terceiro mundo, dessa maneira iniciou o processo de internacionalização (SANTANA, 2004: p.111).

No decênio seguinte, a construtora se expandiu ainda mais, ampliou seus projetos nacionalmente, adentrando em novos setores. No início da década de 80, a companhia fundou a *holding* Odebrecht S. A. No período em que Emílio Odebrecht, primogênito de Norberto Odebrecht, recebia o cargo de vice-presidente da companhia. Seu pai continuava no comando da *holding*, na qual por muitos anos, obtiveram uma relação direta de líder e liderado (ODEBRECHT, 2014). A construtora cresceu ainda mais quando realizou o maior consórcio no ramo da construção civil no período do regime militar. Foi quando conquistou parte da CBPO - Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CAMPOS, 2014: p.102).

Nos anos seguintes, se configurou uma nova fase que deu partida à inserção em novos setores, como a de Óleo e Gás. A companhia passou a operar nos setores de papel e celulose, telefonia e concessões de serviços públicos. A compra de várias empresas, nesse período, se deu justamente em virtude do programa de privatização impulsionado pelo governo de FHC.

Na década de 90, mais e mais partes das empresas adquiridas nos anos 80, veio a ser arrematada, a partir das privatizações dos governos Collor e Itamar CAMPOS 2017: p.31). Já no cargo de presidente, Emílio era bastante hábil para fechar acordos e projetos, diminuir despesas, pressionar fornecedores e expandir as margens. Esse comportamento do empresário era muito primoroso na hora de aumentar a interconexão política da companhia. Em suma, a empresa se consolidou como uma força hegemônica no setor da engenharia brasileira, tendo como suporte o aparelho estatal nas conquistas dos seus contratos e seu crescimento. Essa postura de se relacionar com o Estado e ser dominante acontece em Angola também, no entanto em uma conjuntura diferente.

A relação da Odebrecht com o estado angolano (1985-90): uma análise gramsciana

A ideia é apresentar o contexto histórico da incursão da Odebrecht em Angola, mostraremos o percurso da construtora no contrato da hidrelétrica e no ramo diamantífero, gerando o início da relação com o governo angolano MPLA e se tornando um bloco de poder no seio do Estado angolano. Para isso, como base teórica – metodológica, nos apoiaremos nos estudos gramsciano, em particular, o uso do conceito de Estado Ampliado. De acordo com Campos (2014), a teoria ampliada do Estado, não entende somente o conjunto de agências que operam na administração pública, mas incluindo também os chamados aparelhos privados de hegemonia, organismo que compõe o Estado. A Odebrecht a partir da sua capacidade intelectual e dominante emerge como uma força e almeja seu espaço dentro do Estado.

Posto isso, é axiomático dizer que nas concepções de Antônio Gramsci, para uma investigação expressiva da sociedade e do Estado não é válido separar certas categorias e princípios gramscianos da completude das suas inspirações como a hegemonia e a sociedade civil e política. Para o teórico, o Estado não se constitui e nem se limita a uma burguesia, mas sim se estrutura a partir de uma ampliação. O mesmo, é entendido como sociedade política, conhecido como Estado – coerção, que é formado pelo conjunto de mecanismos dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da coerção e se tem a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações (COUTINHO, 1981: p: 76).

Além disso, a sociedade política e a sociedade civil não podem ser compreendidas abstratamente ou como camadas separadas, mas sim como uma relação orgânica. E é a partir dessa concepção que se fundamenta o Estado ampliado, no qual sua estrutura se dá por meio da luta de classe, de forma gradual e por intermédio da sociedade civil, visando à conquista de posições. Conforme elucida, Sônia Regina de Mendonça:

O Estado parte de dois registros: das formas dominantes na produção (classes e frações) que se instituem e se estabelecem por intermédio das organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que, atrelado a cada aparelho ou órgão do Estado restrito, estão sempre presentes projetos e intelectuais vinculados às agências(s) da sociedade civil. Uma delas, por certo, deterá a hegemonia junto a certo organismo estatal, enquanto outras igualmente lá far-se-ão presentes, em permanente disputa (MENDONÇA, 2014: p.38).

A partir desse pensamento, a problematização se estabelece em entender a Odebrecht no seio da sociedade civil e política do Estado angolano como um aparelho

hegemônico. Em uma região recém independente, deflagrado politicamente entre disputas de classes e frações e com uma guerra civil instaurada, almejava privilégios e uma posição considerável no país.

Contextualizando, no fim da década de 1960, as empresas nacionais de construção pesada brasileiras iniciaram um grande processo de internacionalização, os dirigentes dessas firmas têm se organizado e agido em conjunto junto ao aparelho de Estado de modo a obter benefícios, financiamento e acordos (CAMPOS, 2012: p.1). No que tange a Odebrecht e seu histórico de atuação em outros países, a companhia encetou seus primeiros projetos em 1979, a partir da hidrelétrica no Peru e posteriormente no Chile, que não obtiveram grandes avanços.³

Já na década de 80, aconteciam as primeiras investidas e relações da empresa baiana na África que foram empreendidas inicialmente em terras angolanas. Crê-se que a oportunidade de entrada da Odebrecht na nação africana, ocorre em um contexto em que se tinha uma crise no setor da construção no Brasil, o ciclo expansionista do governo militar dava sinais de esgotamento, e uma das alternativas implicava na internacionalização e diversificação dos negócios. (SANTANA, 2004: p. 111).

Angola, se configurava como uma região prodígio em riquezas como diamantes, recursos hídricos e petróleo, perpassando nesse período por uma crise em sua infraestrutura básica devido às guerras civis pela independência. O longo vínculo histórico entre Brasil-Angola e em particular, o reconhecimento *sui generis* e ambivalente do Brasil face à libertação nacional de Angola em 1975 durante o regime militar. A contribuição da diplomacia brasileira e o governo militar da época de Geisel, adotou uma política de forte apoio às iniciativas ao aumento das exportações de manufaturas e serviços, em Angola, a exemplo da internacionalização da Odebrecht, a partir do contrato da Hidrelétrica de Capanda em Angola (SANTANA, 2004: p.114).

O acordo para realização da obra levou três anos até sua assinatura, permeado por complexas negociações que se desenvolviam em cidades muito distantes entre si, Luanda, Moscou e Rio de Janeiro (SANTANA, 2004: p.112). Tudo se inicia a partir de uma jornada até a União Soviética, a partir de uma delegação brasileira, liderada pelo então

³ A Odebrecht havia fechado uma parceria para a construção de um canal de irrigação na região do Peru. Mas a ditadura não alinhada de Francisco Morales Bermúdez, o projeto fora congelado e no Chile deixou de ser justo na concorrência de Colbún-Machicura. a americana Atkinson assumiu a obra (GASPAR, 2020: p.65).

ministro Delfim Neto, com o intuito de resolver a queixa dos soviéticos sobre a diminuição brasileira na presença na balança de exportações soviéticas.

O grupo soviético (Technopromexport) se responsabilizaria pelo investimento, projeto e montagem eletromecânica da hidrelétrica e dos equipamentos. Já o Brasil ficaria responsável pela realização da construção de engenharia, o financiamento foi fomentado pelo Banco do Brasil na época. Ocorreu uma resistência perante a questão do financiamento da obra, que somente foi alcançada quando Marc Altit, que atuava como diretor de desenvolvimento de negócios na área internacional da Odebrecht, estruturou um contrato inovador, com muitas variáveis e um mecanismo de garantia: o petróleo produzido em Angola (CAPAI, VIANA, 2016). Conhecida também por negociações *countertrade*.

Apesar da confirmação para a realização do projeto, até aquele momento, havia a carência de um respectivo cliente. Não obstante, Luís Almeida, atuou induzindo o ministro de Energia e Petróleos a constituir uma autarquia estatal para ser encarregado pela hidrelétrica. Propiciando um acordo com a companhia do Brasil, Furnas para contribuir na execução da nova empresa, conhecida como Gamek (Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza). No primeiro contrato, a empresa FURNAS se responsabilizou pela prestação de serviços diversos, incluindo atividades de fiscalização e gerenciamento técnico-contratual.

O Projeto Capanda era uma obra grandiosa, orçada inicialmente em US\$ 650 milhões, na época o maior acordo comercial envolvendo uma construtora brasileira no exterior e que se tornou um dos mais importantes contatos das empresas da Organização Odebrecht (SANTANA, 2004: p.112). No entanto, ao longo dos anos, a obra obteve diversos problemas em sua infraestrutura. Lançada em 1987 e completada em 2004, depois de orçamentos e prazos terem sido estendidos inúmeras vezes, continua sofrendo de insuperáveis problemas de manutenção (ALENCASTRO, 2020: p. 132). De modo geral, a construção da hidrelétrica de Capanda, acontece no meio de um território imerso por uma guerra civil, que perdurou por décadas até o cessar fogo em 2002. A hidrelétrica, além de ter sido o ingresso da empreiteira no país e no mercado africano, seria o fio condutor para entrar no setor diamantífero. O primeiro contrato no setor foi com a estatal Endiama, no (Projeto Luzamba) na Lunda Norte, em 1991.

A atuação ocorreu por meses, até ser alvo e enxotada da região por guerrilheiros da Unita. Mas foi em um curto período de tempo que a Odebrecht a partir da exploração

em catoca expandiu no ramo diamantífero e fazia parte de um consórcio com a Endiama juntamente com a empresa de Israel Lev e a estatal russa Alrosa. A mesma, foi a primeira mina de diamante em exploração em Angola e a quarta do mundo e em 2014, vendeu 82 milhões de quilates, respondendo por 84,7% do volume de produção em Angola, e teve um lucro líquido de US\$ 126 milhões (ALENCASTRO, 2020: p. 134).

Já no ano de 1993, concretizaram um segundo acordo para atuar na mina de Catoca, em outra região, em Luanda do Sul. No entanto, em 2017 a Sociedade Mineira de Catoca informou a venda da participação de 16,4 % que a Odebrecht possuía no consórcio. Conforme explicita o jornalismo angolano, um dos motivos em ceder a sua quota, seria em virtude dos processos judiciais, no âmbito da investigação da lava jato (NOVO JORNAL, 2017).

É válido mencionar que a mina de Catoca respondia aos desejos do MPLA, o partido necessitava de um braço direito para atuar junto ao Exército. De acordo com os relatos que ainda estão sendo estudados, a Odebrecht apoiou ao MPLA no conflito armado. Uma das ações tomadas pela Odebrecht perante o conflito foi manter relações com as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FLAPA), do MPLA, movimento que possuía o domínio da capital e de outras províncias. Desse modo, Luiz Almeida relato pela Agência Pública, tomou logo uma postura para concretizar esse apoio:

Autorizado por Emílio Odebrecht, liguei para o coronel António dos Santos França N'Dalu, então chefe do Estado-Maior das FLAPA [Forças Armadas Populares de Libertação de Angola], amigo com quem eu compartilhava conversas e histórias" [...]. N'Dalu se tornaria o general dos generais, servindo duas vezes como vice-ministro da Defesa. “Após um breve silêncio, o coronel N'Dalu afirmou que implementaria as medidas necessárias para a segurança da construção da usina (VIANA, Natalia; CAPAI, Eliza, não paginado).

O coronel constituiu um gabinete militar chefiado pelo capitão Jorge Silva “Sapo”, membro do Estado-Maior, em pouco tempo “Sapo” se tornou mais um aliado da empresa e em 1992 o angolano ingressou no quadro de funcionários da Odebrecht (CAPAI, VIANA, 2016). Além disso, não foi somente com o exército, a empresa possuiu cooperação com os filhos e membros da família do governante José Eduardo, entre eles, José dos Santos e José Eduardo Paulino dos Santos e o seu genro Córion Dú (CAPAI, VIANA, 2016). A partir da associação de Muanga que era uma sociedade entre a Endiama, a Odebrecht Mining Services, a Sociedade de Desenvolvimento Mineiro de Angola (SDM) e a Di Oro Sociedade dos familiares do governante José Eduardo.

Em síntese, a inserção nos negócios de diamantes e a base de apoio dada ao governo e aos militares, foram cruciais para o desenvolvimento do percurso da companhia ao longo dos anos em Angola. Em 1994, a empresa iniciou o projeto Luanda do Sul e em 1995, em consórcio com a Raytheon firmou um contrato com a Organização das Nações Unidas (ONU) para prestação de serviços e apoio logístico em todo o território angolano (ODEBRECHT, 2014). De acordo com Alencastro (2020) a Odebrecht foi bem-sucedida nos país, porque soube colocar-se a serviço dos objetivos políticos e militares do Estado angolano. A empresa conseguiu confiabilidade do Estado e se consolidou em um bloco de poder em Angola juntamente com o governo.

Conclusão

Por fim, pretendeu-se alcançar, com o trabalho, o entendimento de como se estruturou a relação da organização Odebrecht e o governo angolano. Desse modo, a investigação obteve como recorte temporal, o ano de 1984 quando a empresa aterrissa no território angolano, perpassando por um expressivo período de expansão com contratos e atuação em setores, como o de exploração de diamantes na década de 90, obtendo garantias e parcerias do Estado angolano. Para isso, nos debruçamos nas contribuições teóricas do italiano Antônio Gramsci, a partir das suas análises sobre o Estado Ampliado, tendo como objetivo compreender a empresa como um aparelho privado hegemônico que se vinculou de forma expressiva nas definições políticas e na sociedade civil de Angola, almejando privilégios e uma posição considerável no país.

Referências

- ALENCASTRO, Mathias. A Odebrecht e a formação do Estado angolano (1984-2015). *Novos Estudos*, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), V39 n.º. São Paulo, 2020. p. 125-141.
- CABRAL, Marcelo. OLIVEIRA, Regiane (org.). O príncipe, uma biografia não autorizados de Marcelo: Odebrecht. In: *O reino*. Editora Alto Astral, São Paulo. 2017.p. 189 - 230.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs.). "Os Camargo, os Andrade e os Odebrecht: as grandes famílias brasileiras da construção civil". In: *Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p.352.
- CAMPOS, Pedro Henrique. *Estranhas Catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar 1964-1988*. Niterói: Editora da UFF, 2014. p.444.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A indústria da construção pesada do Rio de Janeiro no século XX: protagonismo, tensões políticas e decadência. *Espaço e Economia. Revista Brasileira de geografia econômica*, n. 12, 12 jul. 2018. p. 4. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/3356> Acesso em: 04, nov. 2020.
- CHIMANDA, Pedro. *Do Monopartidarismo à transição democrática em Angola*. Tese de Mestrado em Filosofia Política. Universidade de Lisboa. Portugal. 2010. p. 66.

CHIMBULO, Avelino Euclides da Silva; FILHO, Alcides Goulart. Política Econômica de Angola de 1975 a 2012: a trajetória da mudança de modelos. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 1, n. 39. 2014 p. 92 -105.

DANTAS, Ricardo Marques de Almeida. Odebrecht: a caminho da longevidade sustentável? Dissertação (Mestrado em Administração) Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007. p. 285.

DIAMANTES: Odebrecht vai vender a sua participação na Sociedade Mineira da Catoca, a 4ª maior mina do mundo. *Novo Jornal*. [S.L.], ago. 2017. Disponível em: <http://novojournal.co.ao/economia/interior/diamantes-odebrecht-vai-vender-a-sua-participacao-na-sociedade-mineira-da-catoca-a-4a-maior-mina-do-mundo-40905.html>. Acesso em: 4 out. 2020.

JOSE, Joveta. Angola: independência, conflito e normalização. In: MACEDO, José Rivair (org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008.

LAGE, Raquel Rodrigues. A construção pesada Brasileira. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017. p. 394.

LIBERATO, Ermelinda. O antes, o agora e o. Mulemba: *Revista Angolana de Ciências Sociais*, [S.L.], n. 510, p. 31-51, 1 nov. 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/1775>. Acesso em: 4 out. 2020.

MBEMBE, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001. p. 274.

MENDONÇA, Sônia Regina. O estado ampliado como ferramenta metodológica. *Max e O Marxismo*, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 27-43, 26 maio 2014. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/35>. Acesso em: 5 out. 2020.

MENEZES, Solival Silva. Dinâmica da transição de uma economia dependente para economia centralmente planejada e sua inflexão recente para economia de mercado. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1996. p. 405.

ODEBRECHT. Odebrecht, c2014. História. Disponível em: <https://www.odebrecht.com/pt-br/organizacao-odebrecht/historia> Acesso em: 20, out. 2020.

ODEBRECHT. Relatório anual - Angola. Salvador, 2014. Relatório online. Disponível em: <https://www.odebrecht.com/sites/default/files/rsodebrechtangola2014.pdf> Acesso em: 20, out. 2020.

ODEBRECHT. Relatório anual. Salvador, 2019. Relatório online. Disponível em: https://www.odebrecht.com/sites/default/files/relatorio_anual_2019.pdf Acesso em: 27, out. 2020.

PEREIRA, José Maria Nunes. O Paradoxo Angolano: Uma política externa em contexto de crise (1975 - 1994). Coleção: ciências humanas e sociais. Série Ciência Política e Relações Internacionais – nº1. São Paulo: Kilombelombe, 2015. p

SANTANA, Ivo. A experiência empresarial brasileira (1970-1990). Salvador: Ponto e vírgula publicações, 2004.

VIANA, Natalia; CAPAI, Eliza. Em Angola, a Odebrecht no espelho: como a empreiteira brasileira tornou-se sustentáculo do regime autoritário de José Eduardo dos Santos. Agência Pública. São Paulo, 2016. Ver em: <https://apublica.org/2016/02/em-angola-a-Odebrecht-no-espelho/>. Acesso em: 16, jul. 2019.

VIDAL, Nuno de Fragoso. O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacionalista. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 815-854, 24 nov. 2016.

Representações do governo Vargas no *Almanaque da Parnaíba*

Priscila Saraiva de Moura Souza¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista FAPERJ

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é: Em busca de uma cidade moderna: transformações urbanas e representações de Parnaíba em seu *Almanaque* (1924-1941), ainda em andamento. Aqui buscamos analisar o *Almanaque da Parnaíba* e as leituras que se podem fazer da Era Vargas, em especial do Governo Provisório. O periódico foi fundado na cidade de Parnaíba (PI) pelo comerciante Benedicto dos Santos Lima em 1924, nas décadas de 1930 e 1940 já figurava como o principal periódico local.

Ângela de castro Gomes analisando a propaganda política no governo Vargas assevera que as décadas de 1930 e 1940 são identificadas, de uma forma geral, como um período em que, internacionalmente e por algumas circunstâncias, cresceram o interesse e a atenção dos governos, tanto democráticos como autoritários, com uma política de comunicação que tornasse suas realizações conhecidas. Isso passou a ser fundamental para que conseguisse a adesão de seus governados, tais décadas viram nascer sofisticadas políticas de propaganda (GOMES, 2003, p.1).

A propaganda política ganha, no período, a dimensão de um discurso político capaz de atingir um público mais amplo, de extravasar os restritos círculos de elite, com uma linguagem centrada no uso das imagens facilmente apreendidas pela população a que se destinava. Nessa perspectiva o *Almanaque* se destaca como uma fonte rica em textos e imagens sobre o período. É, portanto, a partir das publicações de imagens de cunho político, presentes no *Almanaque*, que buscamos aprofundar algumas reflexões sobre a dinâmica assumida pelo mesmo de propaganda estadonovista.

Logo após a Revolução de 1930, o *Almanaque* publicou a fotografia do “grupo de revolucionários após a vitória da causa, em pose especial para o *Almanaque da Parnaíba*” (*Almanaque da Parnaíba*, 1931, p.111) e uma fotografia do novo prefeito da cidade, o “Engenheiro Civil Samuel Antonio dos Santos, Prefeito Revolucionário de Parnaíba”

¹ Aluna do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, turma de 2019. Projeto de pesquisa: Em busca de uma cidade moderna, transformações urbanas e representações de Parnaíba em seu *Almanaque* (1924-1941). Orientada pelas professoras Dr^{as} Ana Carolina Huguenin e Maria Letícia Correa.

(AP, 1931, p.115), “nomeado por portaria de 6 de outubro de 1930, tomando posse no meso dia, cargo que exerceu até 17 abril do ano seguinte”(PASSOS, 1982,p.316).

As publicações do *Almanaque* que fazem referência ao momento político estão pautadas nas homenagens ao presidente, ao interventor e ao prefeito da cidade. Destacam-se ainda as festas cívicas e o ideal de progresso pautado na construção e reforma de escolas e inaugurações onde se prestavam homenagens ao presidente Vargas. Abaixo temos a imagem do interventor federal tenente Landri Sales.

Figura 1: interventor Landri Sales



Legenda: Landri Sales, militar que governou o Piauí de 1931 a 1935. Fonte: ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba, ano 9, 1932, p. 16.

O *Almanaque* empenhava-se em construir uma imagem do Chefe de Estado, dos seus nomeados e mais ainda do Estado Novo. Mostrou-se nacionalista em três aspectos: na busca acelerada em demonstrar as transformações, criando o imaginário de um novo tempo, onde o progresso e a educação trabalhava efetivamente nesta construção, indispensáveis para a regeneração da nação, essenciais para a construção do patriotismo e nacionalismo; na busca, através de artigos, pelo desenvolvimento econômico de base industrialista; e a busca pela recomposição da unidade e estabilidade política nacional através da publicação da imagem do presidente e das suas inaugurações.

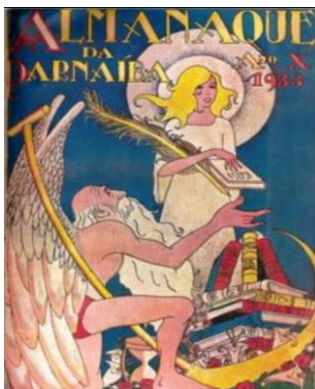
O nacionalismo poderia ser muito útil como meio de edificar um consenso popular. Era um sentimento que podia unir os brasileiros de diversas classes e setores,

dar-lhes um senso de comunidade. “Como argumentava os apologistas intelectuais do nacionalismo desenvolvimentista, a identificação com a nação em um esforço comum poderia ajudar a superar as tensões de classe produzidas por uma sociedade em desenvolvimento”. (SKIDMORE, 1975, p.142)

O *Almanaque* se empenhou na construção de uma memória nacional, memória está pautada em uma cultura política autoritária e nacionalista. Segundo Salânia Maria Barbosa Melo a nacionalização da sociedade era um dos principais objetivos do governo Vargas, um movimento que envolveu a quase todos: modernistas, intelectuais que idealizavam o Estado, católicos, militares, professores e operários, com o interesse de dar um caráter nacional, de nacionalizar tudo, criando assim justificativas para reproduzir a cultura nacional e que o homem assumisse o sentimento de brasilidade e de pertencimento ao Brasil (MELO, 2009, p. 26). Assim, ideais morais, políticos ou culturais foram propagados pelos intelectuais nas mais diversas sociedades.

A edição de 1933 que comemorava os dez anos de circulação do anuário festejou “toda a energia intelectual piauiense nas multifárias modalidades de sua projeção” e o “êxito obtido” desde o lançamento do mesmo². A capa da edição sinalizava “uma saudação do Tempo à Imprensa”³. Na ilustração uma mulher segura o *Almanaque*, uma guardiã do tempo e da memória como uma Mnemosine⁴ celebrando a história do periódico e apresentando o novo exemplar.

Figura 2 – Capa do *Almanaque da Parnaíba* de 1933



Legenda: “Reflete a capa do Almanaque da Parnaíba, no seu décimo ano, mais uma expressiva alegoria que esboça uma saudação do Tempo à Imprensa, por vê-la surgir trazendo às mãos esta presente edição especial comemorativa” Fonte: A CAPA do Almanaque. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, n.p.

² DEZ ANOS. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, n.p.

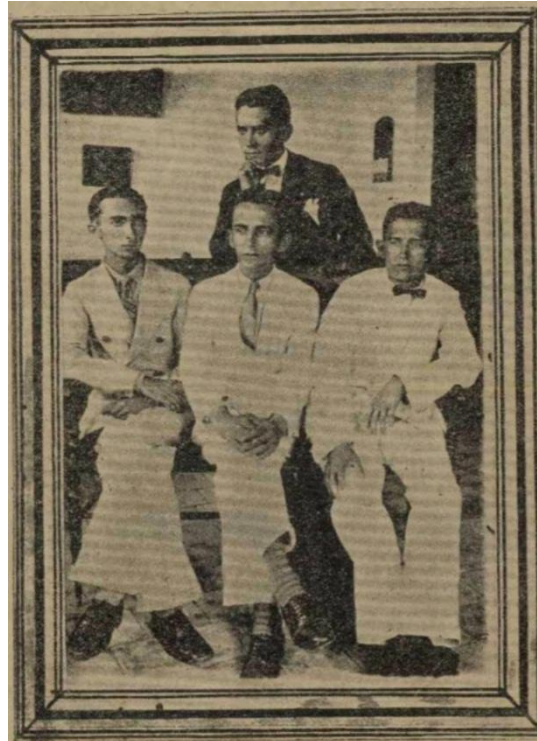
³ A CAPA do Almanaque. Parnaíba, ano 10, 1933, n.p.

⁴ Segundo a mitologia grega, Mnemosine, filha de Urano e Gaia, é uma força primitiva da natureza, a guardiã da memória, que lembra o passado e o transmite aos mortais.

A décima edição do *Almanaque* tinha o objetivo de demonstrar a vitalidade do periódico. A mulher representando o tempo, trazendo o exemplar de 1933 nas mãos, demonstrava o êxito da iniciativa de Benedicto dos Santos Lima. A edição festejava ainda “o crescente conceito que vinha sendo dispensado, animando o prosseguimento da jornada empreendida”. Em outras palavras, a edição festejava o trabalho do seu idealizador, dos colaboradores, dos patrocinadores e dos leitores.

Também se encarregou de construir uma história da cidade, fixando uma memória para o futuro, estabelecendo o que deveria ser lembrado e/ou esquecido. Como construtor de uma memória para a cidade e de afirmação de um passado histórico a presente edição trouxe um dossiê onde as transformações na cidade eram objeto central de estudo. A mesma não apresentava um dossiê da trajetória do periódico, um quadro de colaboradores ou mesmo reunia as fotos das capas das edições anteriores. Sobre essa trajetória, a edição apresentou apenas fotos que destacavam os orientadores do *Almanaque* (Benedicto dos Santos Lima, Edison Cunha, Vicente Araújo, J. Adonias Monteiro), e os colaboradores Joel de Oliveira, Alarico da Cunha e R. Petit..

Figura 3 - Os orientadores do Almanaque



Legenda: “Estão sentados, da esquerda para a direita, Vicente Araújo, Edison Cunha e Benedicto dos Santos Lima. Em pé, o nosso admirável caricaturista, J. Adonias Monteiro”. Fonte: OS ORIENTADORES DO ALMANAQUE. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, p. 75.

Muitos outros nomes compunham a lista de colaboradores do *Almanaque*, no entanto o mesmo se dedicou a publicar sobre Parnaíba, assumindo ser um almanaque de cidade. Atuou na tentativa de consolidar a imagem de uma urbe que se modernizava e empenhou seus esforços nessa edição para demonstrar as mudanças feitas na interventoria de Landri Sales e dos prefeitos Ademar neves (1931 a 1934) e Mirócles Vêras (1934-1945).

Abaixo podemos ver os títulos dos artigos de destaque desta edição:

Tabela 1 – artigos de destaque da edição comemorativa dos dez anos do *Almanaque da Parnaíba*

Parnaíba – o passado
Parnaíba por dentro
Comemoração marcante, o aniversário do Ginásio parnaibano
Parnaíba – o presente
Dossiê Embelezamento urbano
Conhecendo Parnaíba
Nossas praias
Parnaíba – Norte do Brasil

Nesse exemplar constavam algumas das seções fixas como o Calendário, a Galeria dos Piauienses ilustres (publicada a partir da edição de 1925) e a Seção Charadística (publicada desde a primeira edição). A edição de 1933 apresentou duas novas sessões que se tornaram fixas, a Página Religiosa e a Infantil que num primeiro momento ocupavam uma folha do anuário.

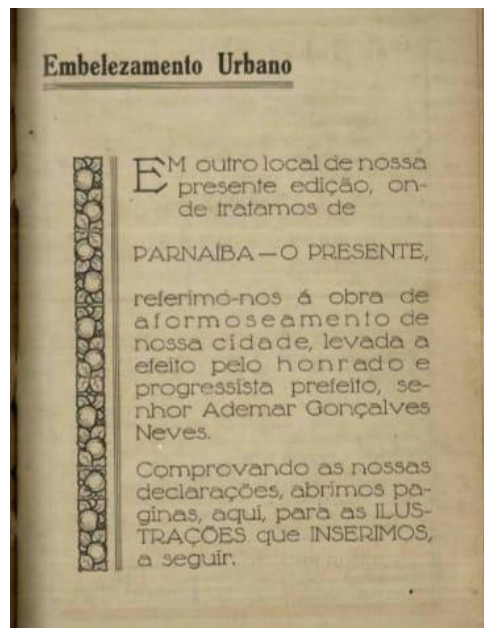
Os títulos dos artigos davam um tom otimista à efeméride parnaibana, como exemplo podemos citar um trecho do artigo “Parnaíba – o presente” que destaca “a situação privilegiada a poucos quilômetros do mar que destinou-lhe uma missão especial no seio da comunidade piauiense, como seu empório comercial por excelência. Daí o progredir contínuo que desfruta” (A.P., 1933, p.89).

Outro ponto importante a se notar é que, em sua descrição sobre a cidade, o *Almanaque* a nomeia como congregadora de pessoas oriundas de todas as partes do Estado devido ao forte comércio e a presença de “importantes firmas importadoras e exportadoras” (A.P., 1933, p.89). A ênfase é dada ainda as transformações que esse comércio proporciona, destacando as novas construções, o editor ressalta que, “quem a visita pela primeira vez, observa logo uma centena a mais de novas habitações elegantes

que adornam aqui e ali a cidade, com sua estrutura artística” (A.P., 1933, p.89). O artigo “Parnaíba- o presente” inicia pontuando a importância de Parnaíba como cidade portuária, apresentando a expressividade arquitetônica do centro remodelado e em seguida descreve algumas instituições e construções como o edifício da prefeitura, a cadeia pública, o grupo escolar Miranda Osório, o matadouro, o mercado público, o jardim público, os armazéns municipais, a usina elétrica.

Havia a necessidade de partilhar as conquistas advindas desde o charque até o comércio dos produtos extrativistas; daí, a preocupação de também em apresentar toda a pujança da cidade através do dossiê: *Embelezamento urbano*. As conquistas foram divulgadas, legitimadas e festejadas, para tanto, o recurso utilizado foi o das imagens. Abaixo imagem da capa do dossiê com uma justificativa para uso das mesmas:

Figura 4 – Apresentação do dossiê Embelezamento urbano



Fonte: Embelezamento Urbano. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, p. 121.

Sob a justificativa de que as imagens "comprovam" o que já havia sido publicado sobre a cidade de Parnaíba, o dossiê objetivava o máximo de visibilidade ao progresso em curso na cidade, divulgava o trabalho na Estrada de Ferro, o calçamento da cidade e as reformas na Praça da Matriz. O que podemos encontrar em comum em todas as imagens do dossiê é uma estratégia de consolidação de uma imagem de cidade, funcionando como “uma prova cabal do caráter modernizador e transformador da cidade” (LIMA, 2013, p.28).

Figura 5 – Embelezamento urbano



Legenda: Três aspectos das obras de calçamento da cidade. Velhas e pesadas rochas substituídas por meio fio de cimento armado. Ao alto o início dos trabalhos na Praça da Matriz. Ao centro e embaixo, as obras na rua 28 de julho. Fonte: *Embelezamento Urbano. Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, p. 97

Como bem informava a capa do dossiê *Embelezamento Urbano*, o uso das imagens objetivava que o leitor assimilasse as transformações em curso, a imagem fornecia assim as provas, os indícios, funcionando como um documento iconográfico acerca daquela realidade. Segundo o editor do anuário a fotografia possibilita ao leitor a apreensão das transformações que a cidade de Parnaíba enfrentava.

As demais imagens que compunham o dossiê destacam o calçamento da cidade, o ajardinamento das praças e o transporte das pedras para Parnaíba através da Estrada de Ferro Central do Piauí. O uso dessas imagens colocava Parnaíba num lugar de conquista, de crescimento. Esse esforço buscava superar qualquer estereótipo imagético ou discursivo sobre essa parte do Norte do Brasil. A edição de 1933 formulou um arquivo de imagens e enunciados, produzindo uma nova forma de ver Parnaíba como podemos observar no trecho abaixo:

E eu vejo Parnaíba predestinada para a floração piauiense, sendo de salientar a agitação do seu comércio na relação de cidades semelhantes. O seu mercado de algodão avança, centro mais importante do Estado na exportação desse gênero, sob cujo fomento ainda se ressalta a vontade progressiva de seu distendimento cultural. (ALMEIDA, 1933, p.133)

Em quase todo o exemplar, a representação de Parnaíba manteve-se de uma cidade com um lugar de destaque, responsável por fomentar o desenvolvimento do Estado. Renato Ortiz (ORTIZ, 2001, p. 32) analisando o século XX traz uma reflexão acerca do termo modernização considerando os aspectos que compunham a conjuntura brasileira. Conforme o autor, o conceito de moderno foi apresentado no Brasil como algo associado à ideia de progresso e de civilização. Para as elites do referido século, o moderno traria reconhecimento ao país e ofereciam um novo retrato ao Brasil condizente aos valores europeus. Segundo Ortiz, a noção de modernidade é empregada no Brasil de modo irregular, uma vez que o modernismo ocorreu no Brasil sem modernização. Sobre o modernismo Marshall Berman assevera que o mesmo adquiriu características diferentes em países subdesenvolvidos, construído “sobre a fantasia e sonhos de modernidade”(BERMAN apud ORTIZ, 2001,p.34), que ajudariam a compor uma identidade nacional que tinha a industrialização como ponto necessário para se concretizar a nacionalidade brasileira, pois, a partir da capacidade industrial, o Brasil conseguiria produzir seus próprios bens simbólicos e diminuiria a dependência em relação aos produtos importados.

Essa prática de modernização associada à ideia de progresso de preocupação e divulgação da industrialização incidia sobre o *Almanaque da Parnaíba* em todas as suas fases. O anuário continha artigos que divulgavam a realização da atividade, ao passo que questionavam a necessidade de avançar com a industrialização, desempenhando assim um papel progressista, como vemos abaixo:

Hão se avantajado no território industrial, a Usina S. José, de Moraes & Cia, que beneficia algodão; Fabricas Cortez, do comendador Francisco Cortez, extração de óleos vegetais e fabrico de sabão; cortume de couros e peles, de Roland Jacob; fabrica de Mosaicos, de Rezende Cia; de calçados: as sapatarias Moderna e Minerva, de Neves & Cia, e Lima & Cia; cigarros: Empresa Parnaibana de Fumos Ltd.; beneficiamento de algodão e cereais, de Narciso Machado & Cia. e Raimundo Candeira; e com viabilidade de grande desenvolvimento a **FABRICA ESTRELA de propriedade do esforço industrial, nosso amigo, Sr. ANTONIO JOSÉ DE SOUSA**, que não há de negar merece, destaque pelo amor ao trabalho, encorajamento e força de vontade diante de todos os óbices que a quase três anos, sem desfalecimento vem se batendo com interesse ao seu ramo de indústria, conseguindo agora, coroadado de pleno êxito [...]o seu já conhecido sabão Estrela, em barra, que esta sendo vendido em todo o Estado por intermédio dos concessionários de sua fábrica, Srs. James Frederick Clarck & Cia Ltd.[...]. (A.P. 1934, p. 144) (Grifo do autor).

O artigo Indústria Parnaibana, destacado acima, ressaltava Parnaíba como “um dos mais prósperos municípios do Piauí, detendo as principais fortunas particulares, mas

em matéria de indústria ainda não atingira a décima parte da sua finalidade”. Defendia a importância da industrialização como uma questão necessária, argumentando sobre a facilidade que a cidade tinha para adquirir matéria prima “a preços módicos para as principais indústrias e mão de obra relativamente barata”. Fatores que contribuem para o crescimento da mesma. O artigo convocava “os capitalistas piauienses a meditem sobre as grandes probabilidades que oferecem[iam] as indústrias no Estado” (A.P., 1934, p. 144).

No século XX, Parnaíba se estabeleceu como a própria representação do progresso pelo seu *Almanaque*. A divulgação das construções e os artigos exaltando a indústria parnaibana, enumerando e enaltecendo a atividade industrial, foram consolidando a imagem de progresso. A urbanização acelerada, o crescimento econômico, a industrialização e a melhoria das comunicações e dos transportes eram os fatores avaliados pelo periódico para determinar o desenvolvimento de uma cidade piauiense, adquirindo o significado de desenvolvimento contínuo, numa perspectiva capitalista. Não era uma realidade parisiense, ou mesmo carioca, mas o Piauí mexia-se.

O *Almanaque* fora apresentado como um resumo da atividade de um município próspero, construindo-o através do cruzamento de práticas e discursos que se cristalizaram como representações deste espaço, como a sua essência. Essa representação se dava na apresentação das reformas e na exaltação do trabalho do prefeito Ademar Gonçalves Neves, reafirmando a imagem de um gestor “honrado e progressista” (A.P., 1933, p.121). Uma figura proeminente para a cidade que, segundo o *Almanaque*, “em pouco mais de um ano de administração, se deve assinalados melhoramentos, dentre os quais o calçamento urbano, cobrindo mais de 30 mil metros quadrados” (A.P., 1933, p.43).

O *Almanaque* buscou “solidificar a imagem tanto progressista do prefeito quanto a ação modernizadora de sua empreitada à frente do executivo municipal” (LIMA, 2013, p.28). Observando o momento político o *Almanaque* legitimou e enalteceu o poder constituído.

A construção da cidade de Parnaíba foi consideravelmente atribuída aos administradores Ademar Neves e Mirócles Vêras, bem como ao interventor Landri Sales. Na análise do anuário é possível perceber um conjunto de imagens enaltecendo o interventor⁵ e suas passagens pela cidade.

⁵ Segundo Dulce Pandolfi um interventor era um representante direto do poder central nos Estados, representava um delegado do Governo provisório e pautava sua atuação no código dos interventores. PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de Ascenso político. p. 345-

Figura 6 – Governo do Estado



Legenda: “S. Excia. o interventor do Piauí, Capitão Landry Salles Gonçalves”. Fonte: GOVERNO DO ESTADO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 11, 1934, p. 7.

A preocupação com a cidade é colocada de maneira tão intensa que a figura do interventor (parte da administração municipal), por vezes é apresentada pelo anuário como uma parte do governo a ser enfatizada. O interventor representava a figura de Vargas na conjuntura local e, por isso, possuía poderes para dialogar com os outros agentes do aparelho estatal e até interferir nas decisões tomadas. O *Almanaque* procurou se resguardar, aproveitando o espaço que havia conquistado para dar repercussão positiva aos feitos do interventor tanto na administração pública quanto na vida pessoal. Observamos essa relação por meio das imagens abaixo:

Figura 7 – “Três belos instantâneos”



Legenda: “1-O Prefeito Ademar Neves, na Central do Piauí, ao pronunciar o seu magistral discurso de saudação e entrega da Cidade ao Sr. Interventor Landri Sales; 2- O ato inaugural do monumento oferecido pelas classes operárias, ao prefeito Ademar Neves – uma grande águia de bronze, como um símbolo de progresso; 3- Famílias da sociedade Parnaibana fazendo o FOOTING no novo jardim inaugurado à rua Dr. João Pessoa”. TRÊS BELOS instantâneos. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 11, 1934, p.199.

346. In.: GOMES, Ângela Maria de Castro. et aL. (Orgs.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30*. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 1980.

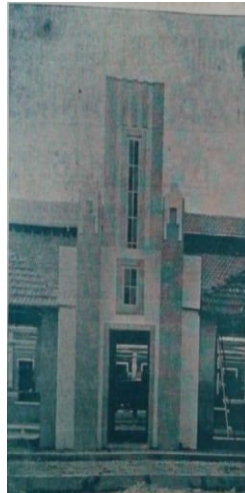
Das imagens que constam na edição de 1933 essa página é uma das mais significativas, ela caracteriza melhor o significado destas inaugurações onde destaca a presença das autoridades locais. As três imagens registram a presença do interventor, a inauguração do monumento da águia, o monumento marcava o voo daquela gestão; o novo jardim inaugurado e a presença de várias pessoas sugerindo assim a relevância da presença do interventor e dos acontecimentos. Na mesma assertiva, a figura 7, ilustra uma das obras públicas municipais pertencentes a uma série de imagens que divulgam as realizações da administração de Ademar Neves.

Na imagem acima, o *Almanaque* discorre a respeito de uma visita do interventor se utiliza de definições que enaltecem sua administração, mas que também difundem aspectos da ideologia estadonovista. A participação do interventor na entrega do monumento em homenagem ao prefeito Ademar Neves e entrega da cidade – como menciona a legenda da foto- ao Sr. Interventor Landri Sales revela características, frequentemente difundidas pelo regime, como a necessidade de reforçar o sentido de unidade nacional e também de progresso, ideia que o Estado Novo queria associar ao seu Governo e, conforme Ortiz, “ajudou a construir a concepção de moderno, inicialmente apresentada no Brasil no século XX” (ORTIZ,2001,p.32). Por meio dessas imagens, o anuário contribuía para a construção de uma imagem favorável ao interventor ressaltando seus feitos e dando notabilidade às suas ações.

Observou-se a divulgação da melhoria das instalações de água, tanto textualmente quanto em registros fotográficos, ganhavam destaque também por enfatizar a importância do gestor em questão ligando tais serviços aos mesmos e ao progresso municipal.

Por meio dessa análise constatamos que o *Almanaque* se organizou não só para dialogar com os mais altos representantes do Governo, na esfera municipal (prefeito de Parnaíba) e estadual (interventor) destacando assim os seus feitos. O anuário oferece visibilidade a algumas construções como vemos abaixo:

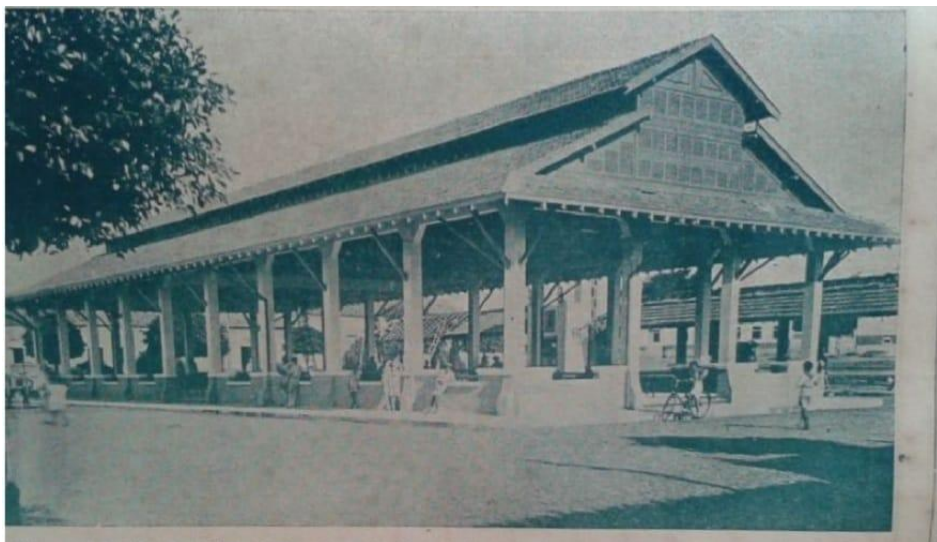
Figura 8 – Torre da caixa d’água do mercado de frutas de Parnaíba



Legenda: “Torre da caixa d’água do Mercado de Frutas, no plano superior com capacidade para 8.000 litros d’água. Embaixo dois mictórios e W. C. Administração do prefeito Ademar Neves”. Fonte: OBRAS PÚBLICAS municipais. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 11, 1934, p.105.

Outra imagem elencada como exemplo do progresso é o mercado de frutas de Parnaíba, segundo o *Almanaque*, ele foi “construído por iniciativa da administração de Ademar Neves” destacando a estrutura de concreto e as 118 mesas de mármore para venda de frutas como vemos abaixo:

Figura 9– Mercado de frutas de Parnaíba

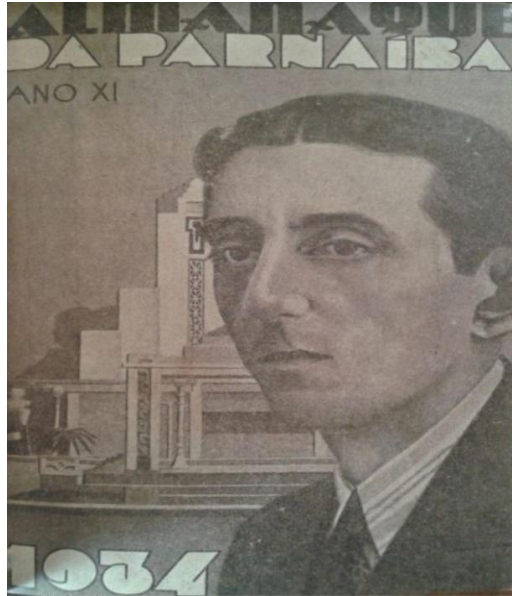


Legenda: “Vista geral do Mercado de Frutas de Parnaíba, construído por iniciativa de Ademar Neves. Estrutura em concreto armado. Dispõe de 118 mesas de mármore para vendas de frutas e verduras e 48 nichos para vendas de cereais”. Fonte: MERCADO DE frutas de Parnaíba. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 11, 1934, p.101.

O conteúdo das respectivas edições faz referência a uma cruzada por divulgação dos melhoramentos na estrutura da cidade durante o governo provisório. Na imagem da capa de 1934 vê-se o rosto do prefeito Ademar Neves e atrás dele uma de suas obras

municipais. Além das ilustrações no conteúdo do periódico, nota-se a presença de publicidade para o governo municipal na capa da respectiva edição. Foram utilizados tons de cinza, preto e branco com destaque para o rosto do prefeito como vemos abaixo:

Figura 10 – Capa da edição do Almanaque de 1934



Legenda: Imagem de Ademar Neves, prefeito de Parnaíba. Fonte: *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 11, 1934, p. 7.

Apesar do *Almanaque* se posicionar de maneira amistosa com as autoridades do período, o anuário apresentava-se ao público como uma publicação isenta e desprovida de interesses em relação ao Governo. Esse movimento permitia brechas para que o periódico dialogasse com os governantes, mas também fazia com que o *Almanaque* passasse aos leitores a impressão de que se tratava de um veículo informativo e independente.

Na ocasião dessas publicações o estado do Piauí enfrentava a grande seca, tema que não foi explorado pelo periódico que se dedicou a publicar as reformas urbanas e a visita do presidente Getúlio Vargas a Teresina. O *Almanaque* publicou o registro fotográfico da tarde do dia 23 de setembro de 1933:

Figura 11: O presidente Getúlio Vargas em Teresina



Legenda: “Dois aspectos da visita do chefe do governo provisório à Escola Normal, vendo-se em ambos os instantâneos, o interventor Landri Sales”. Fonte: O PRESIDENTE. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 11, 1934, p. 205.

A questão da estiagem já era prevista no final de 1930. No início de 1931, o problema da seca já estava nas páginas dos principais periódicos nacionais. O tema da seca é apresentado na edição de 1933 do *Almanaque* em uma linha de um artigo que exaltava a cidade de Parnaíba e suas exportações. Afirmando que

No primeiro semestre do ano findo, o de maior vulto exportador, daqui se destinaram a portos nacionais 1.261 toneladas de pluma de algodão, num valor oficial de 3.694 contos. A inclemência da seca neste ano, todavia, tolheu a perspectiva do esforço do contribuinte nessa parte produtora de que a adaptação do solo piauiense se ressentiu do abandono. Ainda assim, indo a passada safra até meses deste ano, atingiremos uns 8.000.000 de quilos de algodão em caroço, numa proporção superior a 40.000 hectares de terrenos sem estímulo técnico, o que significa que essa relação reduzida da grandeza territorial do Estado estaria para uma produção muito maior, provido que é também de possibilidades há muitas outras culturas. Resta que a obra patriótica empenhada pelos governos, fomentando e disciplinando a administração agrícola, tenha proveitosa continuidade, mormente quando o nacional visa esse incentivo, já principalmente interessado na especialização algodoeira ⁶.

O artigo exalta a quantidade de exportações destinadas a portos nacionais mesmo com a “inclemência da seca” e celebrava que atingiria “uns 8.000.000 de quilos de

⁶ ALMEIDA, José de. Conhecendo Parnaíba. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, p. 133.

algodão em caroço”. Faz referência ainda à particular atenção dada pelo governo a produção de algodão, depositando confiança nas iniciativas do mesmo. Entre elas podemos citar em 1931 a diluição do antigo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - MAIC, responsável pelos recursos necessários à produção rural. Para a criação de outros dois ministérios: o do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Agricultura.

A produção algodoeira acentuou-se em quase todos os estados nordestinos: Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe e proporcionou novas estruturas de produção ligadas a uma espécie de sistema rural economicamente representativo. Vargas tomou o poder em nome de um estado mais forte, centralizador, intervencionista, que alcançasse o desenvolvimento econômico. Os estados do Norte e Nordeste, que vinham de uma experiência desfavorável a seus interesses ao longo da República, identificaram uma oportunidade de participar do jogo político após as mudanças promovidas pela Revolução de 30 e a redução das forças dos estados do Centro-Sul. Segundo Dulce Pandolfi “os estados do Norte e Nordeste se viram compelidos a atuar de forma conjunta, o que marcaria a história da região” (PANDOLFI,2003, p. 28).

Teresinha Queiroz assevera que apesar das crises que o Brasil enfrentava, o discurso sobre Piauí, principalmente durante o Estado Novo, definia o mesmo em boas condições econômicas. A lucratividade do extrativismo, o clima centralizador e patriótico, que foi característica marcante da ditadura Vargas, fomentara a impressão de que a economia se apresentava de modo estável. No entanto, a autora defende que essa representação da receita econômica nem sempre condizia com a situação do Estado (QUEIROZ,2006, p.47).

Referências

BERMAN, Marshall. Apud ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e mito Vargas: calendário de 1940. *Anais do Simpósio Cultura e política nas Américas*, ANPUH, João Pessoa, 2003.

LIMA, Frederico Osanam Amorim. Um pirilampo nas páginas do Almanaque: imagens reluzentes de uma Parnaíba que deseja ser, se vendo. In: SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de; LIMA, Frederico Osanam Amorim. *Parnaíba: a cidade que nos habita*. Parnaíba: Sieart, 2013.

MELO, Salânia Maria Barbosa. *A Construção da memória cívica: as festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí (1930-1945)*. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará-UFC. 2009.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

PASSOS, Caio. *Cada rua sua história*. Parnaíba: IOCE, 1982.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: *Brasil Republicano*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense da pecuária ao Extrativismo*. 3 ed. Teresina: EDUFPI, 2006, p. 47.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1975, p.142

Fontes

EMBELEZAMENTO URBANO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, p. 121.

GOVERNO MUNICIPAL. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, p. 43.

PARNAÍBA – O PRESENTE. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933.

REVOLUÇÃO EM Parnaíba. Grupo de revolucionários fotografados, após a vitória da causa, em pose especial para o Almanaque da Parnaíba. In: *Almanaque da Parnaíba*, ano 8, 1931, p. 111.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: *Brasil Republicano*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

REVOLUÇÃO EM Parnaíba. Engenheiro civil, Samuel Antonio dos Santos, prefeito revolucionário de Parnaíba. In: *Almanaque da Parnaíba*, ano 8, 1931, p. 115.

ALMEIDA, José de. Conhecendo Parnaíba. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, p. 133.

INDÚSTRIA PARNAIBANA. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 11, 1934, p. 144.

A história nos quadrinhos: um canal possível de socialização afetiva dos saberes históricos

Priscilla Damasceno Rodrigues¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista FAPERJ

1. Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa doutorado, cujo título é “A história nos quadrinhos: um canal possível de socialização efetiva dos saberes históricos”, em andamento. Assim começamos indicando que, durante os dois anos onde foram desenvolvidas as pesquisas e aprofundamentos teóricos que resultaram em nossa dissertação de mestrado, defendida em 2020, tivemos a oportunidade de refletir sobre uma metodologia de ensino de História que unia recursos narrativos aos gráficos no caminho de uma troca de conhecimentos mais significativa e empática com os/as estudantes. A metodologia, que já fazia parte da nossa prática cotidiana em sala de aula, assumiria, a partir daí, o papel de tema de reflexão acadêmica, no sentido de explorarmos suas possibilidades no campo da produção dos saberes histórico/didáticos, especialmente, mas não exclusivamente, com alunos/as do Ensino Fundamental.

As histórias em quadrinhos (HQ's) são organizadas em forma de narrativas gráficas, porque unificam conteúdo visual e, boa parte das vezes, linguagens grafadas. Este artefato cultural, que nasceu assumindo a função de importante instrumento da comunicação humana, dialoga, sem grandes dificuldades, com as ciências pedagógicas, que também têm em sua razão de ser a missão de buscar mecanismos sempre mais envolventes e bem-sucedidos, para o processo de ensino-aprendizagem. Sob esse signo, esta ferramenta comunicativa pode vir a se tornar um potente instrumento nas práticas educativas nas aulas de História, bem como em outras disciplinas de diferentes áreas de conhecimento.

Na pesquisa concluída, estivemos voltados para o uso da metodologia como canal lúdico do Ensino de História. No projeto em questão, pensamos na possibilidade do aprofundamento reflexivo acerca desta prática, que entendemos representar, também, uma escolha de caráter didático/afetivo. Para além das trocas de saberes e conteúdos

¹ Discente de doutorado do PPGHS - FFP/UERJ, projeto: A história nos quadrinhos: um canal possível de socialização afetiva dos saberes históricos, sob orientação da Dr^a. Márcia de Almeida Gonçalves.

historiográficos, entendemos que as vias de desenvolvimento deste processo possam tocar os/as estudantes de forma empática e afetiva. Construir com os/as jovens caminhos de ensino e aprendizagem de História, onde suas subjetividades sejam consideradas e respeitadas, pode ampliar uma troca potente de inter-individualidades. Neste sentido o uso das HQ's nas salas de aulas, adquire um aspecto afetivamente engajado por parte do/a educador/a, uma vez que este recurso didático se propõe a afetar o universo cognitivo dos/das educandos/as de forma positiva e qualitativa.

Caminharemos, portanto, em direção a uma reflexão no campo da teoria da aprendizagem, especificamente no escopo do Ensino de História. Nosso diálogo inicial se dará com teóricos da Filosofia e da Psicologia da Educação, a fim de mapearmos as contribuições desses saberes no que se refere ao desenvolvimento da inteligência humana, considerando processos de socialização de História através de um artefato cultural envolvente, afetivo e historiograficamente comprometido. Autores como Paulo Freire, Henry Wallon e Marcelo Fronza servirão de aporte teórico neste primeiro momento da pesquisa.

Uma breve consideração filológica acerca do termo “afeto”, ou da variação “afetivo”, tem se mostrado necessária nessas confabulações iniciais. A palavra afeto, segundo o dicionário digital “Significados” se refere à inclinação de alguém por alguma coisa, seja de forma positiva ou negativa. É originada do vocábulo latino “affectus”, que denota disposição, estar direcionado à. Seu radical vem de “afficere”, que equivale a afetar e constitui fazer algo a alguém, influir sobre. Na demonstração positiva de afeto entre os seres humanos haverá o desenvolvimento de atitudes acolhedoras, empáticas e carinhosas, refletindo-se, dessa forma, em trocas prazerosas para os indivíduos envolvidos na relação.

A reflexão filosófica e psicológica a respeito do que está em questão, quando existe uma escolha consciente e afetiva de uma determinada linguagem e instrumento didático, ganha relevância num curso de pós-graduação direcionado também ao campo do Ensino de História. Aqui pensaremos nas histórias em quadrinhos para além de sua característica de artefato cultural. Nossa pretensão está ligada a discorrermos sobre seu potencial de aproximação lúdica e empática com os/as jovens educandos/as, sua capacidade aproximá-los/as e mostrar-lhes de forma gráfica, abstrações e recortes espaço/temporais trabalhados nas aulas da nossa disciplina.

Entendemos que o conhecimento da História pode ser sintetizado e socializado de maneira mais leve e humana e que essa socialização pode ser ainda mais rica e

empática, de acordo com os instrumentos acessados no ato do ensino/aprendizado. Os saberes históricos veiculados através das narrativas oralizadas ou gráficas, abrem um espaço de percepções mais vívidas e significativas das experiências dos sujeitos, em recortes temporais e espaciais determinados. A comunicação historiográfica visual pode alimentar o universo cognitivo dos/as nossos/as jovens, à medida que lança mão de uma linguagem artística e lúdica, que geralmente tem uma boa aceitação na faixa etária destes/destas estudantes. Neste sentido, as histórias em quadrinhos vão funcionar como instrumentos de decodificação histórico didática e também afetiva, como defendemos nesta tese.

2. Referenciais teóricos e objetivos da pesquisa

No trabalho que desenvolvemos durante o curso de mestrado, refletimos acerca de que tipo de História faria mais sentido científico/pedagógico tanto para o corpo docente como para os discentes. Ali nos debruçamos sobre as narrativas históricas como um relevante princípio epistemológico historiográfico, capaz de nos fazer enxergar as vidas que pulsam em determinado recorte espaço temporal. Pesquisar, escrever e ensinar utilizando essa metodologia pode viabilizar a construção de uma escala de causas, processos e relações históricas, interessantes ao fazer dos historiadores/as professores/as.

Além de Stone e Revel, nossa galeria de teóricos contou com o apoio de Ilmar Rohloff de Mattos (2006) e de Ana Maria Monteiro (2012). De Mattos, utilizamos especificamente as colaborações existentes em seu texto: “Mas não somente assim: leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem” (MATTOS, 2006). Pareceu-nos muito oportuna sua tese a respeito do fazer historiográfico que acontece necessariamente em sala de aula. Ao elaborar uma contraposição ao tipo de aula dada por Capistrano de Abreu, nos finais do século XIX, no tradicional Colégio Pedro II, Mattos alega que a opção daquele catedrático nos diferencia, no sentido de que hoje não são apenas os textos escritos que servem de base para contar e ensinar a História. A aula de História passou a ser vista como um texto, que é criação individual e coletiva ao mesmo tempo – e o/a aluno/a é o/a leitor/a dessa aula.

Ana Maria Monteiro em “Tempo presente no ensino de História: o anacronismo em questão” (MONTEIRO, 2012), levanta e analisa questionamentos que ocupam o imaginário dos docentes, ao refletirem acerca do nosso ofício, propondo questões como: “para que serve a História?”; “para que formar professores de História?”; “há diferenças

entre formar um historiador e um professor de História?"; "qual o valor da História hoje, no presente?" A autora utiliza conceitos historiográficos já bem expostos e esmiuçados por clássicos, como Reinhart Koselleck (2006) e François Hartog (2013) a fim de refletir sobre as ideias dos regimes de historicidade e da pluralidade de relações com a temporalidade. Aqui ela ressalta a força do tempo presente na questão da escrita e do Ensino de História, partindo também do esquema que reforça a relação existente entre presente/passado/presente, no fazer historiográfico/didático.

A reflexão da autora legitima a ideia de que uma operação historiográfica trabalha necessariamente no tempo e com o tempo, fazendo do mesmo uma ferramenta que garanta inteligibilidade e imputação de sentidos aos processos históricos que serão alvos de investigação, seja no espaço acadêmico, seja no cotidiano dos professores/as e alunos/as durante as aulas de História. Neste sentido, ao nos propormos a construir materiais histórico/didáticos para turmas do Ensino Fundamental II, poderíamos enfrentar uma barreira cognitiva em potencial, que seria a falta de identificação e interesse por partes dos/das estudantes, que, a princípio, não se sentiriam representados por temas e recortes espaço/temporais distantes e diversos. Aqui reside, segundo Monteiro, a necessidade de serem feitas as considerações dos regimes de historicidade que viabilizam nossa aproximação e a possibilidade de encher de sentido o aprendizado de qualquer recorte temporal.

Abriremos, agora, diálogo com as ideias de Marcelo Fronza, que busca pensar nas perspectivas de alcance dessa prática para o segmento do Ensino Médio e certamente, diríamos, para o Ensino Fundamental: "sabe-se que a narrativa gráfica é uma das conceptualizações estruturantes das histórias em quadrinhos, e isso possibilita que os jovens desenvolvam a capacidade de reconstruir suas ideias na forma de uma narrativa". (FRONZA, 2015, p. 83).

O trabalho de pesquisa do autor se propôs a investigar como a estrutura das histórias em quadrinhos poderia modificar a natureza do pensamento histórico. Acessando teóricos como James V. Wertsch, Mark Rozin e Mikhail Bakhtin, Fronza descreve que as narrativas históricas desenhadas pelos jovens podem servir como objetos de resistência e de escrita, ou reescritas, de textos históricos que têm um formato mais canônico.

Sendo as ditas narrativas gráficas uma tipologia textual que mistura texto e desenho, o uso dos quadrinhos poderia abrir esse diálogo crítico entre a temporalidade dos/das discentes com determinados recortes ou temas das aulas de História. Essas

imagens alternativas de um passado podem estabelecer uma poderosa ponte cognitiva, intersubjetiva e afetiva entre o passado, presente e futuro. Assim, a possível relação de intersubjetividade que o uso das linguagens imagéticas pode promover está no cerne da relevância das narrativas gráficas para alunos de faixas infanto-juvenis. E essa ação dialética permeia o movimento de educação dos seres humanos que se abrem para as atividades educativas, estas, por sua vez, trazendo a compreensão de uma nova realidade por meio dos saberes trocados no contexto pedagógico.

Aqui, o ser que sofre uma intervenção didática proposta pelo/a docente, também se coloca como aquele/a que age de forma reflexiva, operando como sujeito desse processo que acontece necessariamente através de um tipo de linguagem colocada como ponte de comunicação entre os agentes da aula de História. José Alberto Correia, Junot Cornélio Matos e Shalimar Michele Gonçalves de Silva (2010) apresentam essas percepções que dialogam com o raciocínio de Fronza. Os quatro autores mencionados lançam mão de princípios teóricos encontrados em Bakhtin, que acredita que os sujeitos sociais interagem entre si e com enunciados e novos saberes que lhes são apresentados, concordando ou discordando nessa interação, e com Paulo Freire, que defende que a Educação significativa acontece a partir de um diálogo entre docente e discentes no sentido de formar e transformar os segundos em aprendizes atuantes. Outrossim, os nomes citados por Fronza estariam engajados no desenvolvimento do preceito da dialogicidade intrínseca do saber pedagógico.

Ainda em 2009, com a parceria de Adriane de Quadros Sobanski, Edilson Aparecido Chaves, João Luís da Silva Bertolini, Fronza publica um valioso manual, sucinto e muito agregador, a respeito de como promover o ensino e a aprendizagem de História por meio do uso de quadrinhos e canções. No terceiro capítulo da obra, os autores explicam a relevância didática existente em relação à teoria das histórias em quadrinhos e os pressupostos epistemológicos da História. Aqui, a cognição histórica será desencadeada através do narrar dos sujeitos envolvidos, professores e jovens discentes. Adiante, os autores qualificam o que são as chamadas narrativas históricas gráficas, bem como sua potente função didática, identificando-as como historietas que trazem em seu roteiro temas historiográficos esteticamente estruturados.

A produção ou a utilização de uma “HQ” pode conduzir à aprendizagem histórica de qualidade. Contudo, os quadrinhos são um tipo de fonte ou de material didático que deve estar necessariamente atrelado ao conhecimento histórico-científico. O papel do/a

docente historiador/a é promover a “confrontação” entre os variados tipos de fontes e textos históricos, estimulando uma maior apreensão didática de conceitos como “anacronismo” ou “descontextualização”, presentes nesses artefatos culturais, viabilizando um aprendizado amplo, crítico e problematizado dos temas propostos.

Vale ressaltar que, mesmo ocupando espaço com outros recursos visuais, sonoros e interativos disponíveis nesse primeiro quartel do século XXI, as histórias em quadrinhos ainda têm uso garantido em várias salas de aula de diferentes disciplinas, como História, Língua Portuguesa e Sociologia. No Brasil, particularmente a partir da década de 1980, período da redemocratização, com destaque ao momento após aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997, ocorreu um incentivo à utilização de práticas pedagógicas com linguagens diferenciadas. As narrativas dos quadrinhos começaram a se livrar de certo preconceito acadêmico e passariam a ser alvo de pesquisadores da educação sob diversos aspectos.

Sobre as ramificações de pesquisa no vasto campo Educação, fomos buscar nosso aporte teórico em dois autores que nos trouxeram relevante contribuição na construção das primeiras reflexões do tema desta pesquisa. Henry Wallon nos ajudará a pensarmos nas teorias psicogenéticas, e sobre como a afetividade faz parte do desenvolvimento da inteligência dos indivíduos. Paulo Freire nos levará a analisarmos filosoficamente que uma educação problematizadora e significativa é capaz de abrir o universo cognitivo dos/das educandos/as. Nesse sentido, a Psicologia e Filosofia da Educação nos servirão de apoio argumentativo, a fim de discutirmos que o uso das histórias em quadrinhos nas aulas de História passa por uma escolha didática, consciente e científica dos/das docentes que pretendem comunicar saberes históricos por vias afetivas.

O professor, médico e psicólogo francês Henri Wallon (1879-1962) entendia que conflitos e contradições fazem parte do desenvolvimento psíquico normal da criança, e não precisam ser considerados necessariamente problemas a serem combatidos pelos educadores, uma vez que auxiliam no processo de desenvolvimento mental. Assim sendo, para Wallon o desenvolvimento do pensamento infantil não ocorre de forma contínua, ele é caracterizado enquanto processos não lineares e atravessados por fatores biológicos e socioculturais.

Existe um destaque ao caráter social na teoria walloniana, que se propõe a arrazoar também a respeito dos processos e ambientes sociais nos quais vivem as

crianças, principalmente na escola. Seu estudo identificou que meninos e meninas precisam do convívio social com adultos e com outras crianças para experimentar relações diferentes daqueles familiares, aprendendo a lidar com emoções relacionadas, como a aceitação, trabalho em grupo, superações de conflitos e frustrações. A vivência, trocas de saberes, atravessamentos intersubjetivos, sociais e afetivos seriam, segundo o autor, fatores formadores da cognoscibilidade do ser humano.

A inteligência nasce dentro da afetividade e estabelece certa relação de conflito. Para Wallon, a inteligência se desenvolve após a afetividade. Para nutrir a inteligência, se faz necessário mobilizar os afetos. Wallon propõe três campos funcionais que, no início da vida, são indiferenciados e imaturos: a emoção (afetividade), o ato motor (psicomotricidade/movimento) e a inteligência. O progresso nesses campos estaria relacionado às relações sociais e ao amadurecimento neurológico. A conexão destes 3 campos funcionais dá origem à pessoa integral que, segundo o cientista, é representada pelo conjunto dos âmbitos afetivo, motor e cognitivo, e também pela integração dinâmica entre o orgânico e o social.

Segundo Wallon, podemos compreender a afetividade de forma abrangente, como um conjunto funcional que surge do orgânico e adquire uma forma social na relação com o outro e que é uma dimensão fundadora da formação integral do indivíduo. A teoria walloniana significa um marco relevante e inovador no pensamento pedagógico, pois até então, a afetividade era pouco considerada no processo educativo. A emoção ocupa um lugar de destaque nas concepções de Henri Wallon, pois para ele a emoção tem papel central na evolução da consciência de si, sendo um fenômeno orgânico, psíquico e social.

Estudos que se debruçam sobre metodologias ou reflexões do fazer didático que optam por um caminho afetivo, encontram um manancial dialógico nas ideias de Wallon. Aqui se deu o encontro entre nossas primeiras confabulações e um teórico que nos servirá de norte inicial no tema que pretendemos desenvolver neste curso de doutorado. Para o autor, é relevante que a escola ofereça formação integral para os alunos e alunas, e que a sala de aula não seja um espaço para estar apenas o corpo da criança, mas também suas emoções, sentimentos e sensações. A afetividade é colocada em primeiro lugar, porque é através da emoção que a criança faz a comunicação e o intercâmbio entre os indivíduos, possibilitando seu desenvolvimento pleno e formando sujeitos mais ativos, participativos, pensantes e independentes.

Se no campo da Psicologia da Educação, através da teoria walloniana, percebemos a relevância da afetividade no ato educativo, na filosofia freireana encontramos muitos pontos de reflexão a respeito de como se dá uma formação significativa. O pernambucano nos chama atenção para uma prática de ensino que trabalha com metodologias e metas didáticas, sociais e políticas de transformação dos indivíduos, a fim de que tenham acesso e participem ativamente de seus processos educativos, sendo convertidos em agentes de impacto da realidade e da comunidade onde vivem. A leitura de mundo proposta por Freire também acontece através de mecanismos que conectam afetivamente as pessoas consigo mesmas, com outros seres humanos e com o ambiente que as cercam; elas os constituem e são constituídas por eles.

Nas primeiras páginas de seu livro “A importância do ato de ler” (2001), o autor relembra com singeleza a leitura das crianças que ainda não leem as palavras, e que isso trata-se de um ato de percepção do mundo a partir de sua vivência, observações e subjetividade. O ato de ler não se resume apenas à decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, segundo Freire, esta habilidade humana “se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” (FREIRE, 2001, p. 9)

Sobre a leitura sensorial do mundo, o autor escreve que se trata de um esforço onde ocorre a entrega do indivíduo que vai recriando e revivendo, no texto que se inscreve, neste movimento a experiência vivida se antecipa ao momento em que ainda não acontece a leitura da palavra em si. Freire aponta, também, que a leitura da infância é atravessada pelas vivências e experiências trocadas com os mais velhos: "Daquele contexto - o do meu mundo imediato - fazia parte, por outro lado, o universo da linguagem dos mais velhos, expressando as suas crianças vírgulas e seus gostos, os seus receios, e seus valores." (FREIRE, 2001, p. 10)

Ao ser introduzido na leitura da palavra, o pequeno Paulo lia aquilo que fazia sentido dentro do seu universo subjetivo reservado. A compreensão particular que apreendia de seu contato com as primeiras letras, o que ocorreu em casa por intermédio de seus pais, unia naturalmente a decifração das palavras escritas com a percepção de mundo que lhe era subjetiva.

A professora Eunice Vasconcelos foi uma de suas primeiras professoras da escolinha particular que frequentou quando menino. Ela deu continuidade ao seu processo de alfabetização, iniciada no aconchego do reduto doméstico. Com uma didática que enchia de ternura as memórias do autor até sua fase adulta, o introduziu ao

contexto da "palavramundo". Anos depois, os atravessamentos humanos, científicos e metodológicos que vivenciou com seus mestres e mestras, reverberaram no professor afetivo do jovem docente Paulo Freire. Este se esmerara em estimular seus/suas estudantes normalistas em um processo de aprendizagem curiosa e interativa.

Freire acredita que somente uma aprendizagem significativa conduz a memorização substancial do objeto a ser apreendido. Neste sentido, a reflexão e a prática a respeito dos instrumentos didáticos, do tipo de linguagem e metodologia que serão utilizadas em sala de aula, teriam tanta importância quanto o próprio conteúdo que se almeja socializar. Alunas e alunos são tocados/as por saberes que os/as afetam, isto posto, importa que o lado emotivo no ato de ensinar e aprender receba a devida atenção. Uma memorização mecânica não é eficiente o bastante para que estudantes de fato tenham conhecimento de qualidade. "Só aprendendo-a seriam capazes de saber, por isso, de memorizá-la, de fixá-la, a memorização mecânica da descrição do elo não se constitui em conhecimento do objeto". (FREIRE, 2001, p. 12)

O autor reforça que a palavra escrita por si só não é mágica. Leituras enormes nem sempre vão garantir a apreensão qualitativa do objeto comunicado. Alfabetização envolve um movimento muito maior do que o saber ler mecanicamente as palavras. Diríamos o mesmo em relação a alfabetização histórica. O alfabetizando é sujeito do ato de alfabetizar, no qual está passando necessariamente por sua subjetividade. Ao esvaziar ou relativizar o poder metafísico das palavras escritas, a busca por formas múltiplas de leituras do ser e do mundo adquire maior respaldo. A comunicação que se dá no ato de ler pode dialogar com linguagens escritas, desenhadas, esculpidas, pintadas, representadas através de performances corporais e com outras formas de expressões culturais humanas. A linguagem quadrinística é uma delas.

Uma das máximas do autor passa pela ideia de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Com os/as estudantes que acompanhamos, em quase vinte anos de magistério, escolhemos acompanhá-los/las no caminho da leitura do mundo através das narrativas gráficas ou histórias em quadrinhos, unindo palavras e imagens no ato de leitura e reescrita do objeto histórico. Uma escolha metodológica, didática, científica e afetiva.

As palavras com as quais educamos deveriam ter conexão com o universo cognitivo e com as emoções de educandos/as. Freire propõe, ainda, que há necessidade de desenvolvimento de uma leitura crítica da palavra e do mundo, transformando o ato educativo em um momento de atravessamento de subjetividades e afetividades em um

instrumento de formação contra- hegemônica, considerando aqui suas inspirações em máximas de Gramsci.

Quase no apagar das luzes de seu livro, o autor relata uma experiência vivida em uma pequena comunidade pesqueira chamada Monte Carlo. Ali, Freire relata que através de desenhos e palavras geradoras que eram utilizados como elementos codificadores do objeto que se propunha a compartilhar com seus/suas estudantes, o ato educativo se dava de forma mais significativa para todos os envolvidos. A decodificação/desenho/representação gráfica do povoado de Monte Mário abriu o campo de percepção crítica dos educandos no estudo da história local. As imagens uniram-se a fala e a palavra escrita e assim formaram um potente recurso de veiculação e trocas de saberes.

Um ponto de diálogo importante entre a teoria walloniana e a teoria freireana reside no fato de que ambos os teóricos entendem que os seres humanos são indivíduos sociais, portanto o ato educativo acontece necessariamente através das trocas humanas didáticas, políticas, afetivas científicas e intersubjetivos. A escolha por uma metodologia didático afetiva traz consigo o comprometimento com esta percepção. O Ensino de História sendo veiculado através das histórias em quadrinhos nasce dessa sensibilidade e dessa preocupação científico/didática.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa pretendemos refletir a respeito da socialização dos saberes históricos para crianças e jovens dos anos iniciais do Ensino Fundamental II – sexto e sétimo anos – através de um caminho afetivo, que terá seu gatilho no recurso didático artístico que construiremos para essa finalidade. Aqui concebemos o afeto como sinônimo de postura que visa tocar com gentileza o universo cognitivo dos/das estudantes. O conteúdo que se pretende quadrinizar, trabalhará com os seguintes temas: a antiguidade africana; a história dos povos originários antes do século XV e o papel das mulheres na sociedade brasileira do período pré-colonial. Pensamos que estes assuntos sejam capazes de despertar identidades históricas e subjetividades relevantes à formação escolar, cidadã e humana nas crianças. Nosso foco estará voltado para observação de como as turmas e os grupos de análise apreendem estes conteúdos citados, a fim de que consigamos associar o uso das histórias em quadrinhos, funcionando como canal empático de construção de saberes históricos. Há muito trabalho pela frente, mas estamos animados e empenhados para essa empreitada histórico/didática/afetiva.

Referências

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **“História e Narrativa”**. In Ilmar Rohloff de Mattos (org.) **Ler e Escrever para Contar: documentação, historiografia e formação do historiador**. Acces, Rio de Janeiro, 1998.
- BARCA, Izabel, MARTINS, Estevão Resende & SCHMIDT, Márcia Auxiliadora (orgs). **Jörn Rüsen e o Ensino de História. Curitiba. Ed. UFPR, 2010.**
- BERTOLINI, João Luís da Silva; CHAVES, Edilson Aparecido; FRONZA, Marcelo & SOBANSKI, Adriane de Quadros **Ensinar e aprender História: histórias em quadrinhos e canções: metodologia, Ensino Médio. Curitiba: Base Editorial, 2009.**
- BONIFÁCIO, Selma de Fátima. **“Quadrinhos e ensino de História: análises sobre o conhecimento histórico presente na ‘Nona Arte’”**. Fóruns Contemporâneos de Ensino de História, Online, 2013 – ojs.feunicamp.br
- BURIN, Fátima Osmari. **As emoções e a afetividade na aprendizagem segundo Wallon.** <https://www.impare.com.br/post/as-emo%C3%A7%C3%B5es-e-a-afetividade-na-aprendizagem-segundo-wallon>.
- DANTAS, H. **A afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon.** In: LA TAILLE, Yves de, OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão.** São Paulo: Summus, 1992. 117 p.
- EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial: princípios e práticas do lendário cartunista.** 4ª edição – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2010 (1ª edição:1989).
- _____. **Narrativas Gráficas.** São Paulo. Devir, 2005.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 42. Ed. São Paulo: Cortez, 2001. 87p.
- _____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 11ªEdição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FRONZA, Marcelo. **“Narrativas históricas gráficas como expressão da aprendizagem histórica de jovens estudantes do ensino médio: perspectivas da educação histórica”**. In Revista História Hoje, v. 4, nº 8, p. 81-103 – 2015.
- GALVÃO, I. **Henri Wallon: Uma concepção Dialética do desenvolvimento infantil.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da Silva & RODRIGUES, Fabiana Conceição de Moura Gonçalves. **“Histórias em quadrinhos e ensino de História: olhares e práticas”**. OPSIS, Catalão, vol. 13, n. 1, pp. 66-82 – janeiro/ junho. 2013.
- LA TEILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão.** 18. Ed. São Paulo: Summus, 1992. 117p.
- LEITE, Eduard dos Santos & MATOS, Julia Silveira. **“Considerações sobre as práticas pedagógicas e a utilização dos quadrinhos no espaço escolar: metodologias, vivências, professores”**. In: Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS. Aedos, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 64-78, jul. 2015.
- LUYTEN, Sonia M. Bibe. **O que é História em Quadrinhos?** 2ª edição – São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino aprendizagem de História.** Tempo (online). 2006, vol. 11, n. 21, pp 5-16.
- McCLOUD, Scott. **Desvendando os Quadrinhos: desenho, criação, animação, roteiro.** São Paulo: Editora M. Books do Brasil, 2005 (1ª edição:1993).

Do chão da escola ao ambiente remoto: um caminho de pesquisa sobre estética e política no ensino de história

Rafael Monteiro de Oliveira Cintra¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é “A aula que a gente lembra é aquela que nos toca” – estética e política no ensino de História”, ainda em andamento. ensino de História escolar é atravessado por questões do/no tempo presente (MONTEIRO, 2015). Em um período transversal a diferentes crises, das sanitárias às democráticas, percebemos que professores e professoras de história se sentem instados/as a se posicionarem diante delas. Ao longo do século XX, o mundo passou por diferentes experiências de guerras e catástrofes que fizeram ruir a ideia de progresso construída nos séculos anteriores. Se tais experiências não fossem suficientes para desmoronar as perspectivas de futuro, os últimos anos das primeiras décadas do século XXI pareceram descortinar as ruínas do mundo.

Em 2019, quando postulamos o projeto para uma pesquisa de doutorado – atualmente em curso – desejávamos realizar uma observação participante em aulas de história do ensino básico e médio, no chão das escolas². Nosso objetivo era mapear e analisar as escolhas dos professores para narrar o que narram, explicar o que explicam. Entendemos que face a um amplo repertório artístico e cultural, as práticas docentes são caracterizadas também pelas preferências dos professores/as como sujeitos consumidores e criadores de tais produtos (TARDIF, 2005; ROCHA, 2014). Mas não só isso, entendemos que ao incorporarem tais elementos à intriga das suas aulas (RICOEUR, 2010), teriam o objetivo de despertar sentimentos e emoções outras para além daqueles habituais da economia da sala de aula. Ou seja, quando os docentes evocam uma imagem, um filme, uma música, desejariam instaurar um ambiente que proporcionasse à aula de história uma dimensão sensível e poética. Essa dimensão, por sua vez, poderia nos revelar um potencial político para a aula de História, pois esses convites estariam ligados à oferta

¹ Discente de doutorado do PPGHS-FFP/UERJ, projeto: “A aula que a gente lembra é aquela que nos toca – estética e política do ensino de história”, sob orientação da Dr^a Helenice Rocha, bolsista: CAPES.

² Adotamos a inspiração etnográfica como pressuposto epistemológico da nossa pesquisa. Desejamos encará-la não somente como um método, a observação participante, mas como uma postura a ser adotada. Alguns elementos como a não hierarquização entre teoria e empiria, descrição ou mobilização de conceitos da antropologia foram considerados. Para saber mais sobre tal posição diante do campo, ver: ROCHA; MONTEIRO, 2021)

de experiências que os/as estudantes supostamente não teriam no espaço das suas experiências fora da escola. Sendo assim, professores de História estariam particularmente comprometidos com esferas da vida social e cultural dos seus estudantes, para além da intencionalidade pedagógica.

Com esta problemática de pesquisa iniciamos nossas observações nas aulas de História, em 2020. Contudo, em março daquele ano, como sabemos, as escolas foram fechadas com o objetivo de conter a disseminação da Covid-19. Este trabalho tem o objetivo de apresentar os desvios e caminhos que adotamos neste contexto, em relação à problemática apresentada anteriormente, assim como alguns resultados preliminares da nossa pesquisa. Observamos as aulas de dois professores de História no ambiente remoto, que adotaram plataformas de reuniões virtuais como forma de permanecerem em contato com os/as estudantes. Destacamos que se trata de professores de escola pública, segmento da população escolar particularmente afetado neste período.

Um encontro mediado por telas

De acordo com dados levantados por Alexandre Duarte e Alvaro Hypolito (2020), o Brasil contava, em 2020, com 182.468 estabelecimentos de ensino, entre os quais 99,7% afirmavam ter o modo presencial como única modalidade de mediação didático-pedagógica. Quando os portões das escolas fecharam, algumas normas e iniciativas foram estabelecidas para que a comunidade escolar, especialmente professores e estudantes, mantivessem algum tipo de contato didático-pedagógico³. Os dois professores cujas aulas observamos adotaram as reuniões síncronas como forma de mediação e interação com os/as estudantes. O primeiro deles, Luiz, é professor do ensino médio em uma escola estadual. A segunda, professora Teresa, leciona nos últimos anos do ensino fundamental em uma escola municipal. Ambos atuam na região metropolitana do Rio de Janeiro⁴.

³ Em 18 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborou as diretrizes que deveriam orientar as escolas da educação básica e as instituições superiores na condução das aulas remotas. O parecer CNE/CP no 5/2020 (Brasil, 2020) autorizava o ensino remoto no ensino básico, reforçando a autonomia das escolas, redes e instituições de ensino. Tal parecer listava uma série de alternativas para viabilização dessas aulas nesse não tão novo, mas certamente inesperado modelo: meios digitais, videoaulas, plataformas virtuais, redes sociais, programas de televisão ou rádio, material didático impresso e entregue aos pais ou responsáveis (Brasil, 2020, p. 8-9). Se, por um lado, tal medida pode ser compreendida como razoável diante da situação inesperada e calamitosa, por outro, pode ser encarada como um mecanismo que desvelou e acentuou as desigualdades sociais entre estudantes brasileiros.

⁴ O professor Luiz já era participante da pesquisa quando aconteceria na própria escola e colaborou na dissertação de mestrado defendida em 2019. A entrevista concedida naquela época nos instou a elaborar o projeto de doutorado e contribuiu sobremaneira para a construção da nossa problemática de pesquisa. A segunda professora, Teresa, foi indicada por outra professora ativa na rede em que trabalha, que conhecemos, mas cujas aulas não poderiam ser observadas por dilemas éticos. Além disso, a professora Teresa possuía o perfil que procuramos, pois manteve o contato síncrono. Os nomes dos professores foram

Respeitando os limites e escopo deste texto, utilizaremos alguns registros de diário de campo e entrevista livre que realizamos com o professor Luiz.

Após as observações das aulas desse professor, realizamos uma entrevista para apurar algumas impressões específicas sobre a modalidade remota e síncrona. Mesmo antes de o governo do estado fornecer o pacote de dados que permitia a alunos e professores se encontrarem nessa modalidade, o professor já o fazia. Ele diz que, no início, até tentou postar materiais na plataforma Google Classroom™, como a maioria dos professores da sua escola, mas logo percebeu que os/as estudantes não retornaram às atividades. Além disso, essa forma de mediação transparecia um antigo problema: a dificuldade de leitura desses jovens.

Assim, a gente sempre valoriza as outras disciplinas na formação do aluno, mas os problemas de interpretação, de leitura, num modelo de aula em que você só posta textos, nisso ficava muito evidenciada a carência de formação. E muitas vezes na sala de aula você acaba mascarando isso porque eu tô falando e eles não estão lendo... eu escrevo no quadro, então eles estão anotando o que eu estou escrevendo... eu quase não peço para eles lerem porque a aula é muito corrida, *então nesse tipo de aula, quando o cara só tem que ler, aí fica nítido*. Então as aulas presenciais muitas vezes mascaram [essa deficiência], porque assim, meu modelo de aula, e a maneira como eu acho que tem de ser uma aula de história, é de mais conversa, de escrever menos no quadro e conversar mais, debater mais, isso sempre ficou muito mascarado [professor Luís, 2021, grifo meu]

Então assim, mesmo antes de o estado fazer essa coisa do Google Meet, eu já tinha plena consciência de que eu deveria falar com eles. E eu acho que história se aprende no debate, entendeu? Na discussão, na troca de ideias, mesmo que na hora eles não falem, mas depois eles vêm falar comigo sobre determinado tema que eu falei. Então eu acho assim, a aula de história colocando texto, texto, texto, mata a aula de história, mata aquilo que é essência da aula de história. [...] A questão de optar pela aula ao vivo sempre foi natural para mim. Eu nunca fiquei na dúvida. *A outra é mais fácil, né, só postar lá toda semana. Se alguém do estado vir vai ver que eu postei lá... É muito mais fácil, mas pra mim isso nunca foi um ponto de dúvida. Eu sempre achei “eu tenho que dar aula, eu tenho que falar com eles. Eles têm que me ouvir, me ver. O máximo que eu puder fazer uma aula parecer com uma aula presencial, eu tenho que fazer* [professor Luís, 2021, grifo meu].

Sendo assim, ele explica que iniciou, por conta própria, as atividades em modo síncrono com os/as estudantes, em encontros semanais que chegavam a ter quase duas horas de duração. A postagem de materiais não parecia suficiente. Primeiro, ele atribui à

codificados em respeito ao que fora estabelecido junto ao comitê de ética da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A realização da pesquisa no ambiente remoto foi autorizada através do parecer nº 4.398.893.

suposta deficiência leitora uma justificativa para manutenção dos encontros síncronos⁵; logo depois, ele argumenta que suas aulas – no chão da escola – acontecem sob a forma de debate e, para preservar tal característica – que chama de “essência” – precisou encontrar uma maneira de **ver e falar com os estudantes**. O que avaliamos desse exemplo é que, mais do que ver e falar, **o professor quer ser visto por eles/elas**, um grupo que constituem esse “outro” ao qual se dirige.

Compreendemos, junto com Rocha (2006), que a linguagem possui centralidade e especial relevância em aulas de história. Da perspectiva dialógica que a assumimos (BAKHITN, 2019), esse “outro” a quem o professor se volta informa as escolhas que realiza para o percurso de uma aula. Nesse caso, não somente as materialidades que evoca, mas também a própria modalidade que considera mais pertinente à sua compreensão do fenômeno “aula de história”.

Desse modo, algumas características das experiências que aconteciam no chão da escola precisaram ser consideradas também nesse novo formato. É certo que novas iniciativas exigem novos começos, mas o que aconteceu em 2020 pode ser interessante para avaliarmos não somente as rupturas, mas também as buscas pelas permanências de certos modelos. Para Mikhail Bakhtin (2004), os gêneros do discurso são resultados da estabilização de expectativas de um enunciado. Se considerarmos que existe uma expectativa sobre o que é uma “aula de História”, então ela mesma poderia ser considerada uma manifestação de um gênero do discurso. Segundo o filósofo da linguagem, o conteúdo temático (assunto), o estilo (as maneiras particulares de escrita) e a construção composicional (estrutura formal), conjuntamente mobilizados, configuram uma estética a partir da qual um gênero discursivo passa a ser reconhecido. Ou seja, determinados temas estão diretamente relacionados a uma forma de apresentação, a um “estilo” possível.

Com efeito, o professor atribui ao fenômeno “aula” aquilo que caracteriza o encontro: uma voz que quer ser escutada, um corpo que quer ser visto por outro (seus estudantes). Durante as observações das suas aulas, em diversos momentos, quando utiliza o Microsoft Word™ como “quadro branco”, Luiz interrompeu o compartilhamento da tela no meio da explicação e disse “**deixa eu voltar aqui para ver vocês**”⁶.

⁵ A relação entre a suposta deficiência leitora de estudantes das escolas brasileiras, sobretudo de escolas públicas, na relação com o ensino de história, é abordada por Rocha (ROCHA, 2010). Recuperamos tal discussão na tese, mas não aprofundaremos neste trabalho.

⁶ Embora não estejamos analisando especificamente as aulas da professora Teresa, é interessante notar que ela também realiza esse mesmo movimento.

Em algum momento muito importante da explicação, sobre a campanha eleitoral de Julio Prestes e Getúlio Vargas, o professor sai do quadro e diz “deixa eu voltar aqui pra ver vocês”, mas os alunos não estão com a câmera ligada, somente a foto estática (alguns alunos nem isso tem. Somente 4 tem fotos). Essa frase é muito curiosa pois parece revelar o impulso de aproximação do professor com os alunos. (Excerto de diário de campo, 22/06/2020)

Inferimos, então, que existem certas naturalizações docentes: algumas explicações demandam um encontro desses corpos, ainda que mediado por telas, ainda que os corpos de seus interlocutores diretos sequer apareçam – os/as estudantes raramente abrem suas câmeras.

É nesse sentido que apontamos um primeiro desvio em relação àquela problemática apresentada anteriormente. Se antes estávamos preocupados com distintas materialidades evocadas pelos professores/as no processo de mediação didática, como imagens e músicas, agora reconhecemos a relevância do corpo e da voz docente em uma aula de História quando falamos de estratégias para sensibilizar os/as estudantes. Porque a voz emana de um corpo, ela nem sempre é estéril ou impenetrável como há muito a oralidade tem sido acusada nas pesquisas em ensino de História⁷. Ela pode ter nuances, variações, entoações e ritmos que revelam o efeito sensível que os docentes desejam provocar nos/as estudantes. No excerto apresentado acima, o professor afirma que, mesmo quando estava produzindo os materiais escritos, se preocupava em dar a eles uma dimensão da sua “oralidade”. Ao escrever como se estivesse falando, podemos compreender que a intenção almejada era de que, no outro lado, os textos fossem lidos como se estivessem sendo oralizados por ele. Isto é, como se os/as estudantes, ao lerem o material, pudessem estabelecer uma relação com aquela voz – quem sabe, até onde nos permite a imaginação, mesmo escutá-la.

Para Paul Zumthor (2018), a performance pode ser compreendida em um espectro amplo, que vai desde a leitura de um texto escrito ao encontro que integra corpos em determinado tempo e lugar. A característica em comum, que unifica tais extremos, é a comunicação poética que elas instauram. Em sua definição, essa poética está relacionada ao prazer e estímulo das experiências, mais do que à informação, ainda que estes dois elementos possam estabelecer diálogos. Para o historiador,

⁷ A oralidade é costumeiramente associada à transmissão/memorização do conhecimento histórico. Esse discurso está presente em diferentes momentos da história do ensino de História, como no movimento escolanovista ou no momento de abertura política e perspectivas para um ensino de História mais significativo, nos anos 90 (NADAI, 1993; STEPHANOU, 1998).

Na situação de oralidade pura, tal como pode observá-la um etnólogo entre populações ditas primitivas, a “formação” se opera pela voz, que carrega a palavra; a primeira “transmissão” é obra de um personagem utilizando em palavra sua voz viva, que é, necessariamente, ligada a um gesto. A “recepção” vai se fazer da audição acompanhada da vista, uma e outra tendo por objeto o discurso assim perfomatizado: é, com efeito, própria da situação oral, que transmissão e recepção aí constituam um ato único de participação, copresença, está gerando o prazer. Quanto à “conservação”, em situação de oralidade pura, ela é entregue à memória, mas memória implica, na reiteração, incessantes variações re-criadora.[...]

[...] Todas as funções desta (ouvido, vista, tato...) a inteleção, a emoção se acham misturadas simultaneamente em jogo, de maneira dramática, que vem da presença comum do emissor da voz e do receptor auditivo, no seio de um complexo sociológico e circunstancial único. A situação de pura escritura (...) elimina, em princípio totalmente, esses fatores. (ZUMTHOR, 2018, p. 61-62)

Assim, continuando a sua explicação, o medievalista afirma que mesmo na leitura de textos escritos podemos ver desvelada uma dimensão poética, à medida que buscamos reconstituir a “unidade perdida”. Ao ler um texto, procuramos, através de um exercício pessoal e imaginativo, recompor uma certa “falta” através da sugestão de ritmos, posturas e pausas para aquilo que lemos. Dito de outra forma, buscamos recompor uma dramatização ausente. Ora, não seria isto que o professor almejava proporcionar aos estudantes quando diz que escrevia os materiais escritos como se os narrassem? Ou ainda, quando diz que, para ele, uma aula de história naquele contexto só poderia acontecer através do encontro síncrono, não estaria buscando recuperar a epítome da performance, provocando e evocando a presença dos corpos em “sala” de aula, como era antes?

Com efeito, vimos que os encontros síncronos são justificados de muitas formas. Seja pela suposta deficiência leitora que Luiz atribui aos estudantes, seja porque, segundo ele, é no encontro síncrono que a “essência” da aula é preservada. Em nossa análise, essa “essência” pode ser explicada pela compreensão docente do gênero discursivo “aula de história”, mas também pelo elemento performativo que estaria enfraquecido em outros tipos de encontros não-síncronos. Este é um dos caminhos analíticos em percurso.

Intencionalidade política

O professor leva um bom tempo explicando o que significa o aumento do dólar para o mercado nacional. Diz que para quem exporta é ótimo, mas para quem importa é uma “merda”. Isso tudo para explicar que o campo vende café, Prestes, e a classe média, Vargas, se sentia prejudicada. Ele diz: “agora a gente consegue entender porque a classe média foi às ruas de camisa verde e amarela a favor de Vargas”. Reforça que Vargas vai ter apoio de parte dos militares, principalmente de tenentes, de tenentes para baixo. Ele diz: “O tenente é a classe média de farda. **Deixa eu até fechar aqui pra gente conversar melhor**” [mais uma vez reforça a aproximação]. Só aqui (no Brasil) que a gente tem um ex-sargento que foi encontrado em uma casa em Atibaia e esse

sargento paga uma conta de 70 mil em dinheiro no hospital... e é só sargento, só sargento, no Brasil tem isso, mas normalmente, de forma honesta, o salário de um sargento não é o de um cara que vai ter uma Ferrari... [...] a classe não é só o dinheiro que você tem. Se o pobretão da esquina ganhar na megasena, ele não vai pertencer (à elite) ... tem a questão cultural etc., não é só financeiro”. E continua: “O Brasil foi construído em cima de uma elite e uma classe média que odeia pobre. Então toda vez que a gente vê o pobre se aproximando da classe média, ela fica desesperada... Na cabeça da classe média, aquele lugar ali deveria ser da classe média”. O professor então simula uma pessoa da classe média falando: “Vou colocar meu filho no PH pra ele entrar na UFRJ, pra ele ser advogado pela UERJ... Já pararam pra pensar? Três mil reais num cursinho pré-vestibular você paga uma Estácio, porra...” (Excertos de diário de campo e falas do professor, grifo nosso, 22/06/2020)

O professor diz que não tem maneira mais eficaz de um governo manter os trabalhadores como ovelhas do que vendendo a ideia de que a mudança não depende da luta deles. Ele diz: “Eu tiro do trabalhador o horizonte da luta quando eu digo que quem deu a eles esses benefícios (fala dos benefícios) ... tudo isso foi conquistado pelos trabalhadores, movimentos sociais, mas quando eu digo que foi benevolência de Vargas, eu digo: ‘aí, viu, vocês estão lutando há muito tempo e não ganharam, mas o presidente deu a vocês’”. E Luiz continua dizendo que os livros didáticos muitas vezes “vendem” a ideia de que Vargas concedeu direitos trabalhistas, se dirigindo aos alunos: “de que VOCÊS receberam o prêmio”. Nesse momento, o professor inclui os alunos no rol de trabalhadores. (Excertos de diário de campo e falas do professor, 01/07/2020)

Passagens como as trazidas acima se repetem ao longo da exposição do professor, em diferentes momentos dos quase 6 meses de observação das suas aulas. Ele evoca episódios e escândalos no cenário político e social, brasileiro e internacional, à medida que eles acontecem. De alguma maneira, o professor encontra uma forma de historicizar essa realidade, evidenciando de que modo podemos encará-los como residualidade dos acontecimentos do passado. A classe média é constantemente evocada pelo professor, sobretudo no contraste com a realidade dos/as estudantes, presumidamente pobres. De fato, estamos falando de uma escola situada em uma cidade pobre e periférica, cuja maioria dos alunos e alunas são negros/as e moradores/as de favela. O professor compartilha parte dessa realidade com esses/essas estudantes: embora branco, ele também mora nesta cidade, e esse aspecto em comum é constantemente evocado como um marcador identitário que os uniria.

Durante a entrevista, o professor afirma que um desafio que se impõe à volta das aulas presenciais é que muitos alunos não participaram das aulas virtuais e, portanto, possuem uma lacuna que dificulta o aprendizado de determinados conteúdos curriculares. Por exemplo: quando está tematizando a abolição da escravidão e se esforça em desmitificar a figura da princesa Isabel como heroína, ele nota a dificuldade de os /as alunos/as perceberem o que foi o horror da escravidão, já que não tiveram aulas sobre esse conteúdo curricular.

Luís parte de uma perspectiva cronológica da história, que estrutura o currículo escolar vigente, e desconsidera que os alunos podem ter representações outras sobre a escravidão que foram adquiridas nos diferentes espaços e produtos que mobilizam o passado. No entanto, quando tivemos a oportunidade de acompanhar suas aulas remotas, a cronologia não parecia tão imprescindível ao professor: ele estava dando aulas sobre o Estado Novo de Getúlio Vargas quando o americano George Floyd foi assassinado. Na ocasião, não hesitou e disse aos alunos que o episódio era muito grave e que, portanto, a próxima aula seria sobre as questões raciais nos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Urge ao professor tematizar este caso. Nessa aula, que também observei, o professor passou não só por aquele momento da história, mas também pela questão racial na formação das 13 colônias e episódios de racismo cotidianos das sociedades americana e brasileira. Quer dizer, aquele momento convidou o professor a fazer uma interrupção no percurso habitual (cronológico), sem considerar se os alunos tinham ou não referenciais necessários para compreender a temática abordada. Presumimos que estas distintas inferências só foram possíveis no contexto da aula síncrona, pois ela preserva uma espontaneidade relativa ao “agora”.

O que nos chama atenção nestes casos, sobretudo no modo como o professor tematiza questões prementes a respeito de classe e de raça, é a possibilidade de enxergá-los como o que caracterizaria a estética e, conseqüentemente, a intencionalidade política do ensino de História. O que o professor parece estar fazendo, a todo tempo, é evidenciar os caminhos do passado que culminaram na disposição atual dos corpos. Como sabemos, estamos falando de uma sociedade fraturada que, especialmente naquele ano, vivenciou uma verdadeira crise que afetou de forma ainda mais agudizada determinados setores da sociedade. A própria desigualdade de acesso a computadores e internet é constantemente abordada pelo professor, que distingue seus/seus estudantes daqueles das escolas particulares – que tiveram mais estrutura para acompanhar as aulas, prestar o vestibular, entrar na universidade pública...

Ou seja, observamos que a aula de História se tornou um lugar de denúncia das desigualdades atuais, presumidamente vividas pelo auditório ao qual o professor se dirigia. No entanto, entendemos que esta “denúncia” não deseja morrer no espaço-tempo de uma aula, mas contribuir para que os/as estudantes compreendam que é possível embaralhar os lugares historicamente atribuídos a determinados corpos nessa sociedade. A frase “quando a filha da empregada chega à universidade o patrão surta” é constantemente proferida por Luís.

Para Jacques Rancière⁸, a estética pode ser, grosso modo, compreendida como o próprio aparelho sensível, ou seja, aquilo que é percebido e vivido. Quando este aparelho sensível é fissurado, quando aqueles corpos aos quais foram atribuídos determinadas maneiras de agir, sentir e pensar percebem a possibilidade de agirem, sentirem e pensarem de outras maneiras, acontece o que chama de política. Ela seria, justamente, a fissura dessa ordem – o que conceitua como política –, provocando assim uma outra realidade estética. É por isto que, para o filósofo, a política acontece quando o próprio sujeito percebe a possibilidade de produzir uma fenda nessa realidade. O filósofo afirma:

A política é assunto de sujeitos, ou melhor, de modos de subjetivação. Por subjetivação entenda-se a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação, portanto, vai de par com a reconfiguração do campo da experiência. (RANCIÈRE, 2018, p. 49)

Sendo assim, dentro da perspectiva de “política” que adotamos, não poderíamos afirmar que a política acontece nas aulas do professor Luís. Isto porque não sabemos até que ponto esta construção narrativa ou maneira particular de construção do passado realmente impacta na autopercepção dos/as estudantes dentro desse “aparelho sensível”. Contudo, acreditamos, até agora, ter analisado indícios que nos permitam sustentar a existência da **intencionalidade política** das suas práticas, através das escolhas particulares de abordagem dos conteúdos curriculares e os temas que deles são inferidos.

Projetos, presente e futuros

De qualquer forma, o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes. Em qualquer cultura há um repertório limitado de preocupações e problemas centrais ou dominantes. Há uma linguagem, um código através do qual os projetos podem ser verbalizados com maior ou menor potencial de comunicação. Portanto, insistindo, o projeto é algo que pode ser comunicado. A própria condição de sua existência é a possibilidade de comunicação. Não é, nem pode ser, fenômeno puramente subjetivo. Há, sem dúvida, uma relação entre projeto e fantasias que não pretendo explorar aqui, mas o projeto para existir precisa expressar-se através de uma linguagem que visa o outro, é potencialmente público. Sua matéria-prima é cultural e, alguma medida, tem de “fazer sentido”, num processo de interação com os contemporâneos (VELHO, 2013, grifo nosso, pos. 650-655)

Na citação acima, o antropólogo Gilberto Velho argumenta que os projetos coletivos existem quando expressados através de uma linguagem que visa o outro. O que

⁸ Em outro texto, elaboramos de forma mais sofisticada as categorias de Jacques Rancière, traçando a relação entre elas e o que denomina de “regime estético das artes”. Neste texto, analisamos ainda outras cenas escolares, apresentando algumas apostas da tese. Ver: MONTEIRO, 2020.

observamos nas aulas dos professores Luis e Teresa é que suas aulas são permeadas por temas candentes e mobilizados através dos modos como encaram o passado e o reconstrói: na maneira como o materializa, reconstrói. Se por um lado podemos vislumbrar as práticas docentes da perspectiva da intencionalidade política, como abordamos na seção anterior, por outro podemos mirá-las através dos sonhos e futuros partilhados e construídos por alunos/as e professores/as. Se encaramos os projetos como algo a ser desenvolvido no futuro, precisamos antes visualizar os meios e condições nos quais nos encontramos, para então prosseguir. Nos parece, portanto, que a força poética e expressividade dos encontros de uma aula de História é um ambiente privilegiado para discutir o mundo e o que faremos dele.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BRASIL. *Parecer CP/CNE no 05/2020*. Reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da Covid-19. Brasília, DF: MEC, 2020.
- DUARTE, Alexandre; HYPOLITO, Alvaro. Docência em tempos de Covid-19: uma análise das condições de trabalho em meio à pandemia. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 736-752, 2020
- ROCHA, Helenice. *O lugar da linguagem no ensino de história: entre a oralidade e a escrita*. 2006. 462 f. Tese (doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- ROCHA, Helenice. A escrita como condição para o ensino e a aprendizagem de história. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 60, 2010.
- ROCHA, Helenice. A presença do passado na aula de história. In: MAGALHÃES, Marcelo et al. (Org.). *Ensino de história: usos do passado, memória e mídia*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2014. p. 33-52
- ROCHA, Helenice; MONTEIRO, Rafael. Aproximações etnográficas da escola: entrada furtiva em um pomar ou mergulho em significados partilhados? In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (Org.). *Ensino de história e suas práticas de pesquisa*. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo, RS: Oikos, 2021. 470 p.
- RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa vol. 1 – A intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- MONTEIRO, Ana Maria. Aulas de história: questões do/no tempo presente. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 58, p. 165-182, 2015.
- MONTEIRO, Rafael. Professores de história sob a perspectiva de estética e política em Jacques Rancière. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 38, n. 1, p. 9-26, 2020.
- NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Rev. Bras. de Hist.* São Paulo. v.13, no 25/26, pp. 143-162, Set. 92/ Ago. 93.
- STEPHANOU, Maria. Instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, no 36, 1998.
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis: Vozes, 2005.

VELHO, Gilberto. Projeto, orientação e emoções em sociedades complexas. São Paulo: Zahar, 2013. E-book kindle.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção e leitura*. São Paulo: Ubu, 2018.

Colônias agrícolas na Bahia oitocentista: trabalho, escravidão e economia.

Ramom Pereira de Jesus Moreira¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista FAPERJ

As razões da colonização: terra, poder e grande lavoura

Este texto faz parte do projeto de pesquisa no curso de doutorado cujo título é *Colonização estrangeira no Sul da Província da Bahia: A colônia Leopoldina, manutenção e composição da família escrava entre 1818-1888*, ainda em andamento.

As grandes navegações iniciadas a partir da idade moderna desempenharam um importante papel no que diz respeito à formação do novo mundo, isso aconteceu principalmente porque as atividades marítimas viriam promover uma interligação das áreas parcialmente ou totalmente desconhecidas, neste aspecto as nações ibéricas cumpriram um destacado papel no que diz respeito à ocupação de territórios no além mar, e isso deu-se em grande medida pela descoberta de novas rotas navegáveis, neste caso, o oceano Atlântico. As vias descobertas pelo Atlântico garantiram o sucesso de conquistas posteriores. “Desse modo a abertura do Atlântico foi crucial nesse processo, sobretudo porque só nele o verdadeiro isolamento foi rompido” (THORTON, 2004, p. 54).

Embora saibamos que as várias partes do mundo nunca estiveram em um isolamento total, nota-se o papel crucial do Atlântico como agente promotor de encontros, mesclas e mundializações, por mares viajavam mais do que pessoas, viajavam ideias e ideais de dominação, ampliação territorial e acúmulo de riqueza, “as viagens [eram] muitas vezes férteis em encontros imprevistos” (GRUZINSKI, 2014. p.164). As rotas atlânticas foram as principais viabilizadoras de riquezas e conquistas das nações ibéricas, por elas se descortinam os céus do Novo Mundo, através delas se escovam produtos, matérias-primas e mão de obra de um lado a outro.

Ao objetivar o acúmulo de riquezas, encontrar metais preciosos e se fortalecerem politicamente a coroa portuguesa não poupou esforços em se lançarem ao mar, isso fez com que em grande medida se voltassem para a colonização das terras descobertas no que viria ser a América do Sul, a qual denominaram de Brasil, tendo em vista que a longo

¹ Aluno do curso de Doutorado no Programa de Pós-graduação em História Social UERJ. Orientador Dr. Ronaldo Vainfas, ingresso no ano de 2021, título do projeto: *Colonização estrangeira no Sul da Província da Bahia: A colônia Leopoldina, manutenção e conservação da família escrava entre 1818-1888*.

prazo ela atendia aos interesses portugueses, quer seja pela “ausência”² de reinos politicamente desenvolvidos, ou pelo dinamismo de atividades rentáveis que aqui puderam ser desenvolvidas, fruto de um clima tropical que em grande medida foi apropriado ao desenvolvimento da grande lavoura³. A grande lavoura que buscava atender exclusivamente aos interesses de uma economia mercantil, foi antes de tudo a base para o fortalecimento do antigo sistema colonial luso-brasileiro, sendo a atividade econômica que por mais tempo vigorou na colônia, mesmo quando a produção aurífera desenvolveu-se na região das Minas a partir do século XVIII a agricultura de grande escala continua reforçando o cabedal econômico.

Para Vera Lúcia Amaral Ferlini (2002) o modo de produção colonial, isto é, aquele baseado na grande propriedade de monocultura e escravista, consagrava o poder dos grandes proprietários de terra, ao mesmo tempo em que impedia ou pelo menos dificultava o desenvolvimento de outras atividades ainda que elas indiretamente permanecessem atendendo aos interesses da grande lavoura mercantil. Neste sentido a economia colonial pautava-se principalmente pela escravidão, monocultura e grande propriedade.

Ocupar o novo território para o capital mercantil implicou estruturá-lo de maneira a canalizar todos os esforços para a produção de grandes lucros monopolizados pelo estado e pela burguesia emergente. Grande propriedade e exploração escravista constituíram, assim, elementos basilares da produção colonial, direcionada pelo Estado às necessidades mercantis europeias, impedindo a pequena produção pelo caráter de produção escravista em larga escala (FERLINI, 1988, p. 156).

A partir disso, percebe-se que em grande medida a coroa portuguesa buscava ao longo do fortalecimento do Antigo Sistema Colonial mecanismos de distribuição e ocupação da extensão territorial em sua colônia americana, bem como a instauração de uma política de doação de terras que viria ser significativa para o incremento da grande lavoura, “a colonização só tinha sentido, só se lhe confere sentido quando produz para o mercado externo” (LAPA, 1982, p. 40). Observamos mais adiante que o fator “terra” será

²É importante ressaltar, que essa ausência não era real, em toda extensão territorial existia a presença de grupos indígenas, organizados à sua maneira, com seus próprios códigos, com sua própria fala. No entanto, muitos grupos foram dizimados, realocados e desorganizados, a partir do contato com o Branco Europeu. Tzevetan Todorov (1983), em sua obra *A conquista da América: A questão do outro*, ao relatar os impactos da dominação espanhola sob os reinos ameríndios descreve o quão cruel e nefasto foram esses encontros, ressaltando ainda que os espanhóis encontraram por exemplo os Astecas que possuíam uma organização social, política e econômica, mais evoluída em muitos aspectos do que vários reinos europeus. No entanto, a questão do outro passa por um processo de invisibilidade diante dos olhos daqueles que estavam ansiosos pela dominação e acúmulo de capital.

³Ver principalmente: Caio Prado Jr (1986); (1992) e Ciro Flamarion Cardoso (1981); (1982).

em grande medida motivo de revisionismo da legislação da coroa portuguesa tanto em Portugal sede da metrópole como no Brasil colônia.

O recebimento de terras em forma de sesmarias estava condicionado ao aproveitamento da mesma, caso isso não fosse atendido, descumpri-se-ia as intenções primárias da coroa portuguesa, sendo essa responsável pela retirada do título de concessão de terras ao sesmeiro. Neste sentido o sistema de Sesmarias constituía-se como um empreendimento público que se executava sobre as ordens privadas, e no caso do Brasil especificamente não tinha a intenção de atuar com o provimento de cereais/ itens de subsistência, pelo contrário, sua missão deveria ser a de atender aos interesses da empresa mercantil (FERLINI, 1988). O interesse por uma agricultura camponesa ou o incentivo a formulação de núcleos agrícolas de abastecimento local só passaria ser uma intenção latente com a queda do Antigo Sistema Colonial e o advento da independência do Brasil.

Assim sendo fica evidente que durante muito tempo a colonização portuguesa no Brasil preocupou-se principalmente com o desenvolvimento de atividades econômicas mercantis que se pautavam principalmente pelo uso de mão de obra escrava, é sabido que a grande lavoura para uma boa exequibilidade necessitava de terras de boa qualidade – e essa devido a extensão territorial da colônia poderia ser doadas em grande quantidade – além disso, era de fundamental importância uma boa quantidade de trabalhadores, neste caso especialmente aqueles em estado de escravidão, aqui especialmente predominou-se os de origem africana.

De modo geral essas são algumas linhas mestras dos acontecimentos que caracterizam o lançamento das empresas ibéricas e suas conquistas no além mar. Perceber a formulação e a ruína do antigo sistema colonial torna-se de substancial importância para entendermos os rumos tomados no Brasil ainda na primeira metade do século XIX como propostas para o (re)estabelecimento de uma economia capaz de revigorar as bases do Império.

Abre-se o século XIX e com ele uma sucessão de acontecimentos que viriam mudar drasticamente os rumos políticos de diversas nações europeias, e isso viria afetar diretamente as relações coloniais que ainda se mantinham em diversas partes. Com as coroas Ibéricas isso não se deu de forma diferente, no que tange a Portugal deu-se a partir de 1808 a transmigração da família real e da corte portuguesa para o Brasil. A vinda da família real para o Brasil e as mudanças que foram aplicadas nas colônias levaram também a uma mudança na legislação quanto a posse e doação de terras, “nesse ínterim,

a questão da propriedade da terra passaria a ser mais um dos inúmeros embates políticos e sociais” (MOTTA, 2012, p. 201).

A partir deste período reforçou-se um dos antigos desejos da coroa portuguesa, que dizia respeito à ocupação dos espaços com pouco ou nenhum povoamento⁴, neste sentido buscou-se a retomada de antigas práticas de incentivo colonizador, como a doação de lotes de terras em sesmarias, buscando com isso aquecer o processo de ocupação territorial ao mesmo tempo em que a coroa portuguesa se resguardava dos custos com essa empreitada. A política de concessão de terras gerou um acalorado debate, pois desde as últimas décadas do século XVIII discutia-se em Portugal sobre a manutenção ou não da lei de sesmarias, tendo em vista as cartas regias de 1808 que permitia a doação das terras tomadas dos índios e consideradas devolutas – com a inexistência de aldeamentos ou benfeitorias - e da doação de sesmarias para estrangeiros que residiam no Brasil⁵.

A vinda da família real Brasil possibilitou que em 25 de janeiro de 1808 ocorresse a abertura dos portos, e com isso o fim do pacto colonial, e como resultado das discussões sobre as sesmarias e fruto da política joanina de ocupação territorial decretou-se em 25 de novembro de 1808 um documento que garantia a doação de terras em sesmarias para imigrantes europeus. Os portos brasileiros não se abriam apenas aos mercadores estrangeiros, como também o acesso à terra se tornou uma possibilidade para europeus não portugueses.

DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1808

Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil. Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público, aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo as minhas reais ordens se concedem aos meus vassallos, sem embargo de quaisquer leis ou disposições em contrário. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 25 de novembro de 1808. Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.⁶

Fica evidente que o decreto de 25 de novembro de 1808 retomava uma antiga prática da coroa portuguesa que havia sido adotada ainda no século XIV por Dom Fernando I, com esse regime de sesmarias o monarca buscava conter o êxodo rural,

⁴ Vale salientar que essas regiões eram consideradas despovoadas na perspectiva do colonizadas. As regiões escolhidas para sediarem núcleos imigratórios já eram ocupadas por população indígenas.

⁵ Ver: MOTTA, Márcia Maria. Direito à terra no Brasil: A gestão do conflito 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2012.

⁶Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 166.

resolvendo o problema de falta de mão de obra camponesa evitando o aumento no preço deste tipo de serviço bem como o aumento nos preços dos gêneros agrícolas de abastecimento interno.

“Deve-se esclarecer que esta solução de doar capitâneas já era um comportamento antigo dos reis portugueses, conforme a ocupação das ilhas oceânicas, também tentada em Angola” (TAVARES, 2001, p. 81). Evidencia-se, portanto que estas medidas adotadas pelo rei de Portugal, não foram tendências exclusivas do Brasil colônia, porém foi à medida mais eficaz encontrada pela coroa para aplicar em suas possessões do além mar, no entanto, o que nos parece é que essas práticas dinamizaram e diferenciavam-se em tempos e espaços distintos, e isso se reflete nas alterações estabelecidas pelo decreto de 25 de Novembro de 1808, “o sistema de donatarias foi utilizado ao longo da experiência colonial portuguesa como um recurso para a colonização de regiões em que o Estado monárquico não possuía condições de povoar e beneficiar diretamente” (CANCELA, 2012, p. 98), tornou-se assim uma ação pública, legitimada pelo Estado, porém executada por agentes privados.

No tocante ao decreto assinado por D. João VI percebe-se uma série de modificações no que diz respeito à política de doações de terras, o que antes era algo restrito aos colonos portugueses vassalos do rei, agora se estendia para estrangeiros europeus de outras nacionalidades. Neste sentido, os estrangeiros residentes no Brasil além de poderem ser beneficiados com doações de terras para o cultivo de lavouras poderiam trazer mais imigrantes para que o projeto de colonização fosse executado.

Percebe-se que um dos maiores anseios ao se permitir a doação de terras para imigrantes estrangeiros era que estes pudessem instalar aqui suas indústrias, tendo em vista que a economia brasileira ainda no século XIX tinha como base a agricultura pautada no trabalho escravo, o que implicava diretamente com os acordos estabelecidos com a Inglaterra. Para tanto, aos colonos estrangeiros estava vedado o uso de mão de obra escrava de qualquer natureza em suas lavouras, devendo estas estarem voltadas para o abastecimento das cidades e vilas com itens de subsistência.

É possível pensar que a política de incremento ao processo imigracionista para o Brasil teve início ainda ao final do século XVIII, como sugerido por Lucelinda Corrêa (2005) estendendo-se até as primeiras décadas do século XX. A ampliação ao direito de acesso à terra por estrangeiros dada a partir das políticas joaninas encontraram também espaço durante o período imperial e da República Velha. A política de imigração buscava assim um incentivo ao branqueamento da população, a formulação de uma classe média

rural que não ferisse os interesses da elite agrária aqui já estabelecida. Essa pretensa burguesia rural que aqui se formaria seria fundamental na mudança da estrutura agrária do país, desvinculando-se assim da grande lavoura e do uso de trabalho escravo. Buscava-se assim “transformação de relações sociais pela difusão de novas relações de trabalho ou mesmo pelo estabelecimento de diferentes relações de troca capazes de influenciar as práticas tradicionais” (LYRA, 1982, p. 6).

Sobre estes aspectos nota-se o caráter liberal luso-brasileiro ou ao menos a tentativa de aplicação de uma política liberal que minimamente se adequasse às ideias difundidas por Adam Smith – isso principalmente durante o governo de D. João VI – neste cenário, os debates referentes à imigração e o fim do trabalho escravo toma fôlego. Se a escravidão era vista como um atraso às ideias econômicas liberais a política de imigração europeia por não portugueses figurava-se como uma possível solução para este problema.

Neste contexto, temos o Sul da província da Bahia, pertencente à antiga capitania de Porto Seguro, que durante a primeira metade do século XIX foi foco de um projeto imigratório, fruto das políticas joaninas, que a partir do decreto assinado em 25 de novembro de 1808, concedia lotes de terra em sesmarias a imigrantes europeus de diversas nacionalidades. “No contexto do Brasil imperial ainda na primeira metade do século XIX, as colônias agrícolas da Bahia seguiam o modelo adotado pela política joanina, que consistia em ocupar os “vazios” do território” (JONES, 2014, p. 21).

A Bahia desempenha um papel fundamental tanto no reconhecimento de Lisboa como centro político do Império, como também ao lançar a política imigratório, visando com isso uma saída para a crise de mão de obra que se previa com a proximidade das leis que colocaria fim ao trabalho escravo, buscava ainda resolver questões de crise do abastecimento de gêneros alimentícios e a ocupação de territórios vazios. Essa era sem dúvidas uma política reformista que buscava novas alternativas para uma sociedade que se pautou principalmente nos engenhos de açúcar e no uso de trabalhadores em estado de escravidão (MOTTA, 2012), neste aspecto é possível perceber por quais motivos, políticos baianos, como foi o caso de Domingos Borges⁷, defender o aprimoramento do sistema de sesmarias em um contexto em que se cogitava a retirada de uma legislação que possibilita a doação de terras pelo Estado.

⁷ Foi Senador do Império do Brasil entre 1833 a 1855.

Percebe-se o pioneirismo da província da Bahia no que diz respeito ao incremento e incentivo desse processo de colonização, quer seja pela tentativa de solucionar questões de mão de obra ou crise no abastecimento. Cleiton Jones (2014) estima que entre 1816-1898 tenham sido formadas no território baiano cerca de quinze colônias agrícolas que se diferenciavam no que diz respeito à sua gênese.

Neste sentido cabe-nos questionar os motivos pelos quais o governo provincial da Bahia apostou no projeto migratório ao longo do século XIX, ainda que de imediato a formação das colônias agrícolas sejam elas compostas por europeus não portugueses, luso-brasileiros ou mistos não atenderam – pelo menos não em sua totalidade - diretamente aos interesses do governo imperial, que buscavam o aumento populacional nas áreas não habitadas, bem como a esperada transformação das relações de trabalho que fossem capazes de superar os modelos já estabelecidos, não veio de fato acontecer.

No caso do Brasil a vinda de imigrantes relacionou-se a diversas questões como a ocupação de porções desabitadas do território, a substituição da mão de obra escrava embargada com o fim do tráfico atlântico e, mais tarde, com a abolição e a formação de uma classe de trabalhadores livres e moralizados, sustentado nas idéias de modernização e progresso dominantes (JONES, 2014, p. 10).

A partir destas prerrogativas elucidadas por Cleiton Jones (2014) entendem-se os motivos pelos quais a Bahia buscou ao longo de todo esse período enquadrar-se naquilo que o autor chamou de “ideias de modernização”. Outros dois fatores que podem justificar o pioneirismo baiano são: A mudança da capital do império, deixando de ser Salvador e passando ser o Rio de Janeiro e mais adiante com o fim do tráfico Atlântico em 1850 e o advento do tráfico interprovincial de cativos tornou-se cada vez mais difícil a manutenção de mão de obra escrava.

Para que o projeto se concretiza o governo central encarregava-se da doação de sesmarias para o assentamento dos imigrantes, conceder liberdade de culto garantia de não recrutamento obrigatório, além da disponibilização de subsídios financeiros.

As doações que foram permitidas em 1808 começam a vigorar a partir de 1818, no entanto “durante a primeira metade do século XIX nota-se uma ausência de uma política de colonização organizada, o que se tinha até então era uma política de acesso à terra” (LYRA, 1982, p. 7). Essa constatação talvez justifique a brevidade de algumas colônias agrícolas instaladas na Bahia, quer seja pela falta de maiores incentivos por parte do governo imperial e provincial, ou pelas perdas humanas em massa, provocadas por diversas crises epidêmicas.

Nota-se que não houve espaços na província da Bahia que não tivessem sido palco da tentativa imigratória durante todo o século XIX, no entanto nenhuma delas foi tão bem-sucedida, exceto uma colônia formada ao Sul da Província, na antiga Capitania de Porto Seguro em 1818 nominada de Leopoldina, em homenagem a esposa do então príncipe regente Dom Pedro I.

Criação e composição étnica da colônia Leopoldina

A partir de 1818 a região que posteriormente passou a ser denominada como Sul da província da Bahia vivenciara uma de suas maiores experiências a partir da formação de colônias agrícolas que buscavam atender antigos interesses quanto à ocupação dos vazios territoriais e o abastecimento de gêneros alimentícios.

Das colônias constituídas na primeira metade do século XIX na Província da Bahia, interessa-nos aqui, a formação da Colônia Leopoldina que foi composta principalmente por suíços, alemães e anos depois eram integrados também por alguns nacionais. A colônia Leopoldina configurou-se como a experiência de colonização de maior notoriedade na província da Bahia, não só pela longevidade como também pelo seu papel de relativo destaque na economia baiana, devido à produção de café para exportação.

A colônia Leopoldina, foi constituída na atual região extremo Sul da Bahia, nas proximidades da antiga Vila Viçosa, pertencentes à comarca de Caravelas, que até o final do período colonial integrava aos domínios da antiga capitania de Porto Seguro. A recorrência de algumas fontes indica que a formação da colônia deu-se no ano de 1818, dez anos após a assinatura do decreto de concessão de terra a estrangeiros por D. João VI na transmigração da família real portuguesa para o Brasil.

Para a colônia Leopoldina vieram colonos alemães e suíços, as terras da colônia destacaram-se pela grande produção de café, o que lhes conferiu maior notoriedade dentre as demais colônias, instituídas a partir de 1818.

Ilmo. Senhor Doutor Juiz de Direito

As plantações, que existem no lugar chamado Colônia Leopoldina e que pertencem a estrangeiros, nas quais se cultiva o café em braços de escravos, são as que enumero abaixo:

Banda do Norte do Rio Peruípe

Fernando Krunde, prussiano
Gustavo e Constancio Jattaros, suíços

Defunto Abrão Vouga, suíço
Henrique Borrel, suíço
Madame Jeoffroi, franceza
Felippe Moers, hanoverano
Ernesto e Francisco Krull, hanoveranos
Banda do Sul do Rio Peruípe
João Martinho Flach, suíço
Defunto Augusto Coffrane, suíço
Defunto Alfredo Coffrane, suíço
Lambert, alemão

Fora destas fazendas nomeadas tem vários sítios lavrados por índios e outras pessoas com suas próprias famílias, mas que são tão pequenos que não merecem nem podem ser lembrados aqui, como o dono muda de instante em instante, e as propriedades brasileiras já por fim não entram nesta enumeração.

João Conrado Lang
Doutor em Philos e Medicina⁸

Como visto pelo documento anteriormente mencionado, Lang em carta escrita ao Ilmo Doutor Juiz de Direito, informa que a composição da colônia Leopoldina foi bastante matizada, vieram indivíduos de diferentes nacionalidades, a saber: Georg Wilhelm Freyreiss (Suíço), Barão Von demBusche (Alemão), Carlos Guilherme Mohrardt, um médico que atuava em Vila Viçosa desde 1818, cônsul hamburguês Pedro Peyck⁹, além dos homens livres e europeus é possível perceber o grande contingente de escravos africanos, que trabalhavam nas fazendas no cultivo de sua principal cultura, o café. Produto este que angariou riqueza e destaque aos senhores de terra da colônia Leopoldina, “se cultiva o café em braços de escravos”¹⁰.

O documento escrito por João Conrad Lang sinaliza-nos ainda outras questões, ao relatar a existência de outros sítios lavrados nas proximidades da Colônia Leopoldina, quer seja por índios ou outras pessoas, indicando que para além da cultura do café, outras vivências e outros fazeres econômicos se faziam presentes na região, embora o autor do documento tente minimizá-las “são tão pequenos que não merecem nem podem ser lembrados aqui”¹¹.

Outro elemento que merece destaque, é a questão da posse de terra na região Sul da província, especificamente nas proximidades da comarca de Caravelas, pertencentes à capitania de Porto Seguro, é importante ressaltar, que anos antes a implantação da Colônia Leopoldina, a mesma região passou por um processo de reorganização e ocupação dos

⁸Arquivo Público do Estado da Bahia, Colonos e Colônias, maço 4607, p. 4. Salvador.

⁹ CORREA, LucelindaSchramm. O resgate de um esquecimento: A colônia Leopoldina. GEOgraphia – Ano 7 – Nº 13 – 2005. p. 91.

¹⁰Arquivo Público do Estado da Bahia, Colonos e Colônias, maço 4607, p. 4. Salvador.

¹¹Idem.

“sertões porto-segurenses”, período este que permitiu a criação/emancipação de alguns espaços dando-lhes o caráter de vilas, como foi o caso da Vila Viçosa, Prado e São Mateus. Para estes espaços foram enviados índios fugidos dos aldeamentos, indivíduos segregados de outros espaços, mas principalmente vindos de São Paulo e Rio de Janeiro, e por isso talvez a constatação de Lang, ao afirmar que os donos dos sítios lavrados nas proximidades da colônia mudavam de instante em instante¹².

A colônia Leopoldina [à princípio] era formada por três fazendas: Riacho D'Ouro, Pombal e Helvécia [Helvécia], cujos proprietários já mencionamos. Além deles, outros imigrantes, alemães e suíços, residem e trabalham nas terras da colônia, embora [muitos deles] não fossem proprietários de terras. [...] 130 pessoas livres entre estrangeiras e nacionais, e mais de 1.000 escravos (CORREA, 2005, p. 92)¹³.

É possível notar que a pujança da Leopoldina se dava principalmente pela utilização do trabalho escravo negro africano, sendo este grupo a maioria absoluta daqueles que povoavam a colônia. Dessa forma, a colônia Leopoldina destacou-se entre as demais colônias agrícolas constituídas tanto por nacionais como por imigrantes que foram formadas ao longo da primeira metade do século XIX, quer seja pela longevidade, mas principalmente pelo acúmulo de riqueza adquirida por intermédio da manutenção e conservação da mão de obra escravizada africana neste espaço.

Nesta ocasião, aos presidentes da província da Bahia interessavam-se no aumento populacional e principalmente na reposição de mão de obra livre que pudesse atuar nas grandes ou pequenas lavouras, uma vez que no decorrer do século XIX uma série de interferências quanto à manutenção do sistema escravocrata foram suscitadas. “O regime de colonização estabelecido ia frontalmente de encontro ao regime de trabalho e ao sistema fundiário predominantes no Brasil do século XIX” (LYRA, 1982, p. 20), no entanto, ao contrário do que havia sido proposto, a colônia Leopoldina se descaracteriza da condição de colônia agrícola estrangeira.

A colonização estrangeira para a Bahia foi sempre justificada pelos presidentes da província como sendo uma política capaz de suprir a paulatina falta de braços para a grande lavoura. No entanto, a forma como foi estabelecida a grande maioria dos colonos importados não estava de acordo com a importação de mão de obra. (LYRA, 1982, p. 126).

¹²Ver Principalmente: Cancela (2012).

¹³Grifo nosso.

Neste cenário a província da Bahia constituiu-se desde os primeiros momentos como uma importante agente do processo de importação de imigrantes europeus, ainda que durante a primeira metade do século XIX, essa atividade fosse esparsa e insipiente, no entanto encontramos a partir da criação da colônia Leopoldina uma importante referência que ilustra o pioneirismo baiano nesse grande processo, ainda que anos mais tarde, a Leopoldina desobedecesse às normas previamente estabelecidas, contudo, a mesma nunca perdeu ainda que nominalmente o *status* de colônia agrícola estrangeira.

A colônia Leopoldina por algum tempo conseguiu amoldar-se às exigências estabelecidas no decreto de 1808, no entanto, a agricultura familiar começou a enfraquecer-se, somada a isso se tinha a ausência de políticas que garantem apoio aos imigrantes vindos para a Bahia, e as dificuldades que se tinha em desenvolver nestes espaços empreendimentos de grande escala e rentabilidade utilizando-se unicamente os trabalhadores livres, estas e algumas outras insatisfações motivaram os colonos europeus a introduzir mão de obra escravizada em suas terras, descaracterizando assim aquilo que foi idealizado para as colônias agrícolas cedidas aos colonos europeus.

Em contraposição a esta proibição, a Colônia Leopoldina, ao invés de ter desempenhado, unicamente a função agrícola de subsistência, utilizando mão-de-obra familiar é livre, acabou por se destacar no cenário regional como colônia de produção cafeeira para exportação (GOMES, 2009, p, 40).

A referida colônia chegará a meados do século XIX com tanto destaque pela potência de suas atividades econômicas que o então presidente da província da Bahia o Sr. João Mauricio Vanderley, em 1855 disse que:

Foi fundada em 1818, no município de Vila Viçosa à margem do rio Peruhype. Ignora-se o número de colonos que para ali tem entrado desde a época de sua fundação até hoje; mas o seu estado é relativamente florescente. Entretanto, não pode ser considerada como uma colônia regular; por quanto na agricultura empregam-se quase exclusivamente braços escravos.¹⁴

A esta altura, a Leopoldina já não cumpria as normativas de simples colônia agrícola, na fala do Doutor João Maurício Wanderley recitada em primeiro de Março de 1855, deixa-nos transparecer algumas informações que corroboram para a compreensão do dinamismo econômico existente nas fazendas da colônia Leopoldina “seu estado é relativamente florescente”¹⁵, e isso 37 anos após sua fundação. É inegável que os colonos

¹⁴Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o doutor João Maurício Wanderley no dia 1º de março de 1855. Salvador: Tipografia de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855, p. 40

¹⁵Idem.

que ali se instalaram eram movidos por ambições comerciais que perpassa os próprios interesses do governo provincial em simplesmente promover o povoamento dos vazios da província. Este ano, o Brasil destacava-se com as grandes lavouras de café, principalmente as da região Sudeste, neste sentido nos é pertinente dizer que os proprietários de fazendas da Leopoldina, eram também desejosos de espaço neste grande mercado cafeeicultor.

Nesse sentido é importante reforçar que, a principal mão de obra era escrava africana, e o principal item de produção era o café, o que segundo Lyra (1982, p. 26) correspondia a 60% de toda a produção cafeeira da província da Bahia. Claro que quando comparada em um cenário nacional, essa produção era ainda diminuta, no entanto em um cenário regional, obtiveram pujança e destaque.

Observemos a seguir as proporções que a produção cafeeira da colônia Leopoldina atingiu na primeira metade do século XIX.

Tabela 1: Produção de café da colônia Leopoldina 1836-1853¹⁶

Ano	Sacas de 60kg
1836	6.610
1842	8.570
1848	Entre 16.156 e 17.138
1851	17.138
1853	24.483

Ao analisarmos as informações acerca da produção cafeeira da colônia Leopoldina entre os anos de 1836 e 1853, é importante destacar que nenhuma outra colônia agrícola obteve tanta notoriedade econômica, este fato está intrinsecamente ligado ao tipo de mão de obra utilizada, se levarmos em consideração que a produção do café em 1853 experimentou um salto de produção em relação aos anos anteriores, mesmo havendo em 1850 a proibição do tráfico de cativos africanos.

Do total de africanos entrados na Bahia no período 1781-1855, a região Sul da Bahia absorveu 63% do total, estando relacionado a uma forte expansão agrícola na região, pois neste período houve a expansão das lavouras de café, principalmente ao sul próximo a Caravelas, sendo a Colônia Leopoldina um

¹⁶LYRA, Henrique Jorge Buckingham. Colonos e colônias – Uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – Salvador, 1982, p.26.

exemplo, bem como também a introdução da lavoura cacaueteira na região de Ilhéus (CORREËA, 2005, p. 94).

É possível perceber que a região Sul da Bahia, encontrava-se intimamente ligada ao tráfico de escravos africanos, especialmente os colonos estrangeiros que integravam a colônia Leopoldina, o que fortalece o entendimento que mesmo após a proibição do tráfico de escravos africanos ocorreu um aumento significativo tanto da produção do café, como também no número da população cativa. O que suscita duas possibilidades, uma de que apesar da promulgação da lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil, continuava existindo um tráfico provincial, outra possibilidade latente é que nas fazendas da colônia Leopoldina, havia a manutenção e incentivo a formação de núcleos da família escrava, pratica bastante adotada por muitos senhores de escravos, para garantir não apenas o crescimento da população cativa sob seu domínio, como também manter um maior controle contra fugas e motins¹⁷.

Lyra (1982, p.27) aponta que em 1848 a população escravizada estimava-se em 1.267, e que em 1858 esse número quase que duplicou, sendo a população escravizada desse período estimada em 2.000. Levando em consideração que a população de escravos da Leopoldina se sobrepunha ao número de colonos livres, e que a sua economia se baseava em produtos de exportação e não para a subsistência, é que uma serie de contestações quanto ao *status* de colônia foram feitas para a referida localidade.

[..] Por esta razão, o estatuto de colônia foi, inclusive, contestado diversas vezes na época. Restou, no entanto, a característica de uma comunidade formada, basicamente, por proprietários de terras e de escravos estrangeiros e seus descendentes brasileiros (CARMO, 2010, p. 54).

Alane do Carmo (2010) nos informa que o descumprimento dos critérios básicos para a formação de colônias agrícolas por imigrantes geraram alguns transtornos aos proprietários de terra da Leopoldina, sendo inclusive revogado o seu título de “colônia agrícola estrangeira”, no entanto a pujança econômica da referida localidade, de maneira alguma incomodava aos administradores da província da Bahia, uma vez que a partir da produção de café ali desenvolvida, a província ocupava espaço ainda que pequeno na economia do cenário nacional.¹⁸

¹⁷Sobre a formação de famílias escravas ver principalmente: CARMO (2010) e SLENES (1988)

¹⁸Vale ressaltar, que durante todo o período colonial a província da Bahia integrava as zonas produtoras de riqueza, quer seja pela produção de tabaco, algodão ou cana-de-açúcar, mas a partir da entrada do café no cenário da produção econômica nacional, foi perdendo seu espaço para a província de São Paulo e Rio de

A respeito desse incisivo uso de mão de obra escrava por parte dos colonos estrangeiros, mesmo em meio às proibições referentes ao uso de cativos nas colônias instituídas após o decreto de 25 de novembro de 1808 Oberacker Jr. (1967, p. 221) indica que:

O espírito dominante, e o desprezo ao trabalho corporal considerado humilhante para o homem branco, contagiou em breve todos os imigrantes açorianos e estrangeiros, conduzindo-os ou à ociosidade ou ao emprego de escravos (OBERACKER JR, 1967, p. 221).

Como já mencionado anteriormente a política de povoamento e imigração estrangeira promovida nas primeiras décadas do século XIX evidenciava dois desejos do governo imperial: povoamento e substituição de mão de obra. O trabalho escravo principalmente do negro africano, que se solidificou no Brasil desde o início da sua colonização, já estava fadado ao término, por este motivo, ficava proibido que o colono estrangeiro conservasse em suas atividades econômicas o emprego de escravos africanos, no entanto as atividades laborativas não apeteçiam aos colonos estrangeiros que não hesitaram em recorrer a este tipo de mecanismo que “estava já há quase trezentos anos, fortemente entranhado no tecido social da colônia Brasil” (CORRÊA, 205, p. 95).

A agricultura familiar apresentou-se como a saída emergencial mais “eficaz”, uma vez que as cidades estavam passando por um processo de crescimento, e necessitavam de abastecimento de gêneros alimentícios, visto que a atenção econômica se voltava para a produção e exportação do café (CUNHA, 2017).

Já na segunda metade do século XIX, a colônia Leopoldina, caminhava para a perda da sua condição de “colônia” aos moldes do decreto de 25 de novembro de 1808, uma vez que na mesma, tornará ricos empreendimentos agrícolas, que usavam quase que exclusivamente a mão de obra negra e escrava.

A utilização de mão de obra escrava africana descaracterizava as terras da condição de colônia enquanto tal, isso implicava também na perda de alguns benefícios concedidos exclusivamente para a manutenção das colônias estrangeiras.

Os vários relatórios dos presidentes das províncias e os documentos do consulado da Suíça na Bahia discutem a questão da mão de obra empregada no cultivo do café na Colônia de Leopoldina. São quase exclusivamente braços escravos, africanos e crioulos em número muito superior ao de estrangeiros. É difícil, entretanto, precisar a exata população escrava na colônia ao longo dos seus quase setenta anos de existência. (CARMO, 2010, p. 31)

Janeiro, no entanto destaca-se o dinamismo econômico desempenhado pela Bahia ao longo de todo este período.

Carmo (2010) afirma que a colônia Leopoldina começou a entrar em colapso ainda durante as décadas finais do XIX nos anos que antecederam a abolição da escravidão, pois as fazendas da referida colônia se valiam principalmente do trabalho escravo como o principal meio para o seu desenvolvimento, desta maneira o fim do sistema escravista colocaria a economia da Colônia Leopoldina em crise.

Abre-se a segunda metade do século passado com um fato que se pode considerar o ponto de partida de toda nossa evolução posterior: é a abolição do tráfico de escravos em 1850. Nenhum outro acontecimento da nossa história teve talvez repercussão tão profunda. Por suas consequências, mediatas ou imediatas, ele se faz sentir até os últimos anos do império (PRADO JR., 1972, p. 80).

O período que antecedeu a total proibição da escravidão foram períodos de intensas resistências contra o sistema escravocrata, e as imposições deste, os indivíduos escravizados resistiram o quanto puderam isso acontecia de diversas maneiras. “Em suas lutas cotidianas, os escravos impuseram limites à dominação escravista e jamais se acomodaram” (ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006, p.69).

Referências

- CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial**: índios, colonos e autoridades régias na colonização da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808). 2012. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2012.
- CARMO, A. F. **Colonização e escravidão na Bahia**: A Colônia Leopoldina (1850 – 1888). Salvador: Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2010.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil – 1850-1899**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CORREA, Lucelinda Schramm. O resgate de um esquecimento: A colônia de Leopoldina. **GEOgraphia** – Ano 7. Nº 13, 2005. pp. 87-111.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. – 7º ed. – São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- CUNHA, Jorge Luiz da. A colônia de São Leopoldo: A primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Revista Acadêmica Licenciatras**. Ivoti. V. 5. N. 2. p. 37-43. julho/dezembro. 2017.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder**: O mundo dos engenhos no nordeste colonial. São Paulo – Brasiliense, 1988.
- JONES, Cleiton Melo. **“Vem aí a imigração”**: Expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014, 142 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, BA, 2014.
- LIMA FILHO, Valney Mascarenhas de. Comércio de cabotagem e tráfico interno de escravos em Salvador (1830-1880). **Cantareira**, 32ª ed. Jan-Jun, 2020

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. **Colonos e colônias** – uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – Salvador, 1982.

_____. A “crise” de mão-de-obra e a criação de colônias agrícolas na Bahia: 1850 – 1889. In: CARRARA, A. A; DIAS, M. H. (orgs). **Um lugar na História**: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau. Ilhéus: Editus, 2016. pp. 233-305.

MOREIRA, Uerisleda Alencar. **Laços afetivos e familiares**: relações parentais legitimadas nos ritos católicos em Caravelas, BA, entre 1840-1860. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2014.

NOVAIS, Fernando. **Estruturas e dinâmica do antigo sistema colonial –séculos XVI-XVIII**. 4. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1986.

OBERACKER Jr. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico, v. 3. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. **Caminhos e descaminhos da abolição**: escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888). Tese (Doutorado em História Social). Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. Criminalidade, resistência escrava e abolicionismo na colônia Leopoldina, Bahia (1889-1888). **Revista de História Regional** 21(1): 83-109, 2016.

SLENES, Robert W. Na senzala uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. Corríg. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2011.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Editora UNESP; Salvador, BA: EDUFBA, 2001.

Os malandros cariocas e seus territórios: charges e caricaturas

Reinaldo Ramos Diniz¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

1- O Abre-alas que eu quero passar

[...]Eis minha filosofia Nos braços da boemia, me deixo levar. Eu vou por becos e vielas Chegou o barão das favelas Quem me protege não dorme. Meu santo é forte, é quem me guia Na luta de cada manhã, um mensageiro da paz. De larôs e saravás! (“A ópera dos malandros” Samba-enredo de 2016 do Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro)

Este texto decorre do projeto de pesquisa doutorado, cujo título é: “Os chargistas pedagogos da civilização de Momo, em andamento. Assim começamos indicando que, o malandro carioca foi tema do enredo do Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, no carnaval de 2016: **Opera do Malandro**². Esse “típico” habitante carioca viveu e praticou, entre a proclamação da República e fins da década de 30 do século XX, a sua filosofia de vida, que a letra do samba enredo nos fala “Eis minha filosofia, nos braços da boemia, me deixo levar (...)”. Na comissão de frente, abrindo os trabalhos da agremiação tijuicana, vemos um grupo de seis malandros Zé Pilintras, com seu sapato bicolor, calça e paletó branco sujo da rua, suspensório, camisa vermelha e chapéu fazendo a sua coreografia em torno de Exu malandro da rua - com sua roupa vermelha e preta, cartola e capa, - e de três damas da noite que se revestem em pombagiras.

Esse desfile carnavalesco, essa encenação operística, desencadeia a memória e as lembranças coletivas sobre a história da vida cotidiana do malandro carioca. Segundo Maurice Halbwachs (2006), as

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (Halbwachs, 2006, p.30)

Porém ao estimular e memória e lembrança coletiva de outrora, mesmo quando os outros não estejam presentes, para estudar e rememorar tem que ter em mente os problemas inerentes à transmissão dessas lembranças, “a possibilidade de existirem falsas recordações e enganos dentro da memória coletiva” como nos adverte Eliza Bachega

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, aprovado com o projeto, cujo título é “Os chargistas pedagogos da civilização de Momo”, Dr^a Maria Leticia Corrêa.

² Para assistir o desfile completo <https://www.youtube.com/watch?v=4o73eZ7IEPc>, acessado em 01/08/2022.

Casadei - baseada no pensamento de Marc Bloch (1998)- que diz

Ao tratar a questão da memória coletiva como um dado comunicacional, várias implicações são articuladas a partir da noção de que os mesmos problemas que afligem a comunicação atingem também a memória coletiva. E isso diz respeito, basicamente, ao fato de que ela está sujeita a erros de transmissão, a mal entendidos e até mesmo, a distorções conscientes em torno do passado. Bloch coloca, portanto, a possibilidade de existirem falsas recordações e enganos dentro da memória coletiva. (Casadei, 2010, p. 157)

Como podemos observar esse enredo, que é uma livre adaptação da peça a “A Ópera do Malandro” de Chico Buarque de Holanda, foi desenvolvido pelo (a) carnavalesco (a) Renato Lage e Marcia Lage em seis atos. Os carnavalescos nos transmitiram uma memória coletiva via Chico Buarque que por sua também vez fez as suas pesquisas históricas, - provavelmente em casa com os estudos do seu pai- para produzir a sua peça. Há toda uma gama de intermediários para comunicar esse enredo.

A nossa intenção nesse artigo é contribuir, também, com outras visões e imagens para os estudos históricos desse tipo de carioca de outrora. Esse herói às avessas, o “barão das favelas”, filho de Exu e primo de Macunaíma. Que com as *táticas e práticas cotidianas* (CERTEAU, 1994) de Zé Pilantra, exerceu, nos ”becos e vielas” da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a sua profissão de vida e de fé: a boemia.

Seu nascimento ocorreu no final do século XIX e se criou com a construção da “Cidade Maravilhosa”, época de transição do Rio Colonial para o Rio Moderno da *belle époque tropical*². Viveu em vários territórios, entende esse conceito na acepção dado por Milton Santos em que “(...) território é o lugar em que desemboca todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.” (Santos, 2006, p. 13).

Nasceu e cresceu no território da Pequena África- que em sua base espacial compreendia a zona portuária, da Gamboa, Santo Cristo, Saúde e a Cidade Nova- e no centro da cidade. No ocaso de sua vida foi morar, seguindo a expansão espacial da urbe carioca, para os subúrbios das estradas de ferro da Central do Brasil e da Leopoldina.

²A modernização do Rio de Janeiro, iniciada na gestão de Rodrigues Alves (1902-1906) – com as reformas urbanas e sociais de Pereira Passos, as políticas sanitárias de Oswaldo Cruz, o novo código de posturas, feitas a qualquer custo. Criaram, de fato, as condições para que ocorresse na cidade carioca uma “belle époque tropical”, (NEEDELL, 1993).

Seus pais eram negros ex-escravizados, mestiços, em sua grande maioria, e brancos pobres. Já veio ao mundo deserdado das riquezas da nossa pátria mãe gentil, sobrando para ele, nessa nova ordem social, que se inaugura com a abolição da escravidão e a proclamação da República.

A sua forma de viver no espaço e tempo dos seus territórios, não seguia os ditames morais e éticos ditados pela sociedade burguesa e elitista que se implantava na cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do XX. A sua vida era vivida “no fio da navalha” (DEALTRY, 2009, p.6), no “ócio dissimulado ou a criminalidade fortuita ou permanente”, acalentando um sonho: ser dono do seu destino, do seu corpo, ser homem livre.

O corpo do malandro lhe pertencia era, também, um dos seus territórios onde “desemboca todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas” (Santos, 2006, p. 13). Este corpo não era somente indolente, ocioso como a literatura, os jornais, as charges e caricaturas das revistas ilustradas da época retratavam, de forma caricatamente. Ele era ágil, forte, destemido, gracioso, protetor, seguindo a tradição do seu pai Exu. Era, também, malemolente, fraco, artiloso, arrogante, violento-seguindo a tradição da sociedade escravista e patriarcal brasileira. Mas não era utilizado para trabalhos braçais, como a maioria de seus antepassados escravizados o faziam de forma obrigatória; mas sim para praticar, com astúcia, a arte de amar, de andar, de se vestir, de jogar bilhar, de tocar violão, de dançar canções, modinhas, maxixes e desfilar nos cordões carnavalescos com a sua coreografia sincopada. Esse comportamento é uma *habitus*, para Pierre Bourdieu essa noção “(...) é um conhecimento adquirido e também um *haver*, uma capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis* indica a disposição incorporada, quase postural (...)” (BORDIEU, 1989, p. 61). E um desses *habitus* era fechar seu corpo com patuás e mandingas, para proteção espiritual e material do seu santo guerreiro; mas se fosse preciso ir a luta com o gingado da capoeira.

A capoeira teve origem como uma das formas de resistência dos escravizados à opressão do regime escravista brasileiro. Uma *trampolinagem*, este termo pego emprestado a Michel de Certeau que nos define como

(...) palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de

representações estabelecidas. Tem que ‘fazer com’. Nesses estratégias de combate existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor. Destreza tática e alegria de uma tecnicidade” (1994, p. 79).

Esse Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, registrado pelo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2008, nos lega uma memória coletiva dessa arte, com seus golpes e lances táticos, alegres e com muita técnica. Iremos analisar essa arte, da defesa e do ataque. Através da produção iconográfica das charges e caricaturas, da época estudada, dos *chargista/caricaturistas pedagogos* (DINIZ & GOMES, 2014).

Entre estes *chargistas/caricaturistas pedagogos*, citamos Raul Pederneiras, Kalixto, e J. Carlos. Esses artistas gráficos eram verdadeiros *flâneur*³ que, além de serem exímios escritores, dramaturgos, professores, dançarinos, capoeiristas, delegados, trocadilhistas, pedagogos de momo, eram detetives sociais, cronistas visuais que conseguiram transpor para seus traços a vertigem da alma encantadora das ruas e as transformações da cidade carioca em sua cotidianidade. Nas revistas ilustradas como *Kosmos, Careta, Fon-Fon!, O Malho, D. Quixote* vemos atuação de alguns desses e podemos apreciar essa maestria desse trabalho etnográfico e pedagógico. Em contato direto com esse cotidiano, saboreando os cheiros e os gostos, sentindo as paixões candentes da folia e da boemia tornam-se, também, etnólogos, ao fazerem análises e críticas bem-humoradas das situações vivenciadas; assumem o papel de pedagogos e cúmplices demiurgos de uma nova realidade que estava sendo urdida pela nascente burguesia carioca, como nos ressalta Ana Maria Maud (2000, p. 269), "as revistas ilustradas nos primeiros vinte anos do século XX compuseram o catálogo de valores, emblemas, comportamentos e representações sociais, através do qual a burguesia se imaginou e se fez reconhecer [...]".

Essa produção iconográfica é admitida como um documento, fonte primária para o(a) pesquisador(a), permitindo a investigação da história por meio das situações do cotidiano e dos personagens e situações expressas nelas. Através das linguagens desenhadas das charges e caricaturas podemos compreender, destacar alguns dos *hábitus* do corpo malandro, no caso a capoeiragem.

³A figura do flâneur, representa a arte de andar pelas ruas, de maneira errante, investigando o espaço urbano, os hábitos da vida cotidiana das cidades modernizadas. Esta categoria foi criada por Charles Baudelaire e analisada, também, por Walter Benjamin.

2 -A multiterritorialidade da malandragem

O malandro pra valer. Não espalha Aposentou a navalha Tem mulher e filho e tal. Dizem as más línguas que ele até trabalha. Mora lá longe e chacoalha Num trem da Central. (HOLANDA, 1979)⁴

Nessa linda música, que o compositor Chico Buarque de Holanda fez em homenagem e crítica a forma de viver do malandro carioca, nos fala que este fora cooptado, sucumbiu a relação de trabalho de exploração da de mais valia da mão de do capitalista brasileiro, resistiu até onde deu. Ele mudou de habitus “aposentou a navalha” para trabalhar honestamente e sustentar “mulher e filho e tal”. Mudou, também, de endereço, “mora lá longe”, como a grande maioria da população trabalhadora e pobre da sua época fez- devido às reformas urbanas e sociais feitas nas duas primeiras décadas do século XX pelos “(...) os engenheiros capacitados na Escola Politécnica e filiados ao Instituto Politécnico Brasileiro e ao Clube de Engenharia (...)” (ARAUJO, 2016, p. 30). Foi empurrado para os morros e subúrbios da Central do Brasil e Leopoldina.

E seu livro Pereira Passos: um Haussmann Tropical, Jaime Larry Benchimol (1992), analisa as reformas do espaço urbano e social da cidade do Rio de Janeiro, durante a administração de Francisco Pereira Passos como prefeito do Distrito Federal, destaca entre estas: reforma do Porto; a reformulação do sistema viário⁵; a política do *bota-abaixo*, que consistiu na demolição de antigos casarios coloniais, transformados em cortiços, ocupados pela população pobre; embelezamento com a construção de praças, avenidas e prédios modernos na região central da cidade; saneamento sanitário; novas posturas sociais⁶

Ocorreu vários processos de criação e desaparecimento dos territórios a esses processos Rogério Haesbaert (2004) chama de des-res-territorialização. Esses processo criou a possibilidade de “experimentandar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla (...)”, uma multiterritorialidade, segundo o geógrafo:

⁴ Trecho da música “Homenagem ao malandro” do LP “Ópera do malandro” de Chico Buarque, ano 1986.

⁵ Dentre estas a abertura da Avenida do Cais, da Avenida do Mangue e da Avenida Central. Segundo André Nunes de Azevedo “No entanto, uma ampla intervenção urbana, conforme anunciou Rodrigues Alves, não se poderia limitar ao Porto e à região portuária do Rio de Janeiro, objetos da reurbanização a cargo do Governo Federal. Ela deveria atingir a estrutura viária da cidade.” (AZEVEDO, 2003, p.41). Foram construídas várias vias para integrar o centro as regiões e os bairros

(...) a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. (HAESBAERT, 2004, p.344).

Foi nesses territórios que o anti- herói da metrópole carioca moderna vai adquirindo materialidade nas figuras de Madame Satã, misto de rainha e rei da Lapa de outrora, além dele(a) temos notícias de Leopoldo “Pé de Mesa”, Geraldo “Bico de Ferro”, “Cupido”, Soares “Caixa de Fósforos”, Miguelzinho, Ismael Silva , dentre outros representantes, dos vários malandros ,rufiões que cantavam e encantavam com seus violões as serenatas das noites de boemia da cidade, eram chamados pela crônica da época do "povo da lira"⁷.

Esse personagem da história carioca – o malandro – nasceu, cresceu e viveu na Gamboa, nos morros da Favela - depois chamado de Providência-, do Pinto e Nheco, nas “casas de angu”⁸ onde matava sua fome física e afetiva; em Santo Cristo, no Cais do Valongo junto ao cemitério dos pretos novos - região que recebeu seus antepassados escravizados na África e que foi o túmulo destes. Participou das revoltas da vacina e da chibata na Praça da Harmonia na companhia de Prata Preta, Camisa Negra, Manduca da Praia e de João Cândido; na Saúde, na Pedra do Sal junto com João da Baiana, no terreiro de João de Ubá, nas ladeiras do morro da Conceição, nas irmandades religiosas negras com suas muitas danças entre elas o lundu, o batuque, a capoeira, a dança dos

⁶ Esse novo código de posturas foi “(...) uma reformulação de valores que os habitantes da cidade carregavam consigo. Pode-se exemplificar esse aspecto nas alterações nas vestimentas e rotinas da população. (ARAUJO, 2016, p. 14).

⁷ Segundo Raul Pederneiras, a palavra *lyra*, significa: "Viola, violão, música. *Povo, pessoal da lyra, gremio de capadocios ou capoeiras serenatistas*" (Pederneiras, 1922: 32).

⁸ Esses caras eram conhecidos , também, com Zungús. Eram locais de socialização onde se criavam laços afetivos , emocionais de pertencimento para as classes subalternizadas e pobres da Pequena África. São tidos como os embriões do “jeito” carioca de frequentar o botequim, como sendo a sua segunda casa.

velhos, a congada- com suas batidas de palmas ao som de caxambus e atabaques, em homenagem ao Rei Gongo. No cais do porto e nos trapiches junto com os estivadores, exercendo uma de suas maneiras de ganhar a vida: o contrabando.

Nas festas orgiásticas do carnaval, os malandros formavam os cortejos, nas ruas centrais da cidade, das zabumbas dos zé-pereiras, cantando as marchinhas nos ranchos, defendendo os estandartes como mestre-sala dos *alarmantes cordões*⁹, assistindo os préstitos das Grandes Sociedades e aos desfiles dos corsos na Avenida Central- que era, em termos urbanos, a vedete principal da modernização da Bella Époque carioca. Nesse movimento, o percurso da malandragem ultrapassa as fronteiras entre o Passeio Público, a Avenida Beira-Mar e a Rua da Glória.

Pertencem ainda a esses territórios as pensões das ruas escuras da encosta do Morro de Santa Tereza, como a Conde Lage, a Taylor e a Joaquim Silva, onde tinham as suas mulheres cafetinizadas. As esquinas do pecado da Lapa onde dançavam as cançonetas, modinhas e maxixes nos cabarés, cafés-concertos, chopes-berrantes, mafuás A Praça Tiradentes , terra dos teatros de revistas e das operetas. O Campo de Santana, local das gafieras¹⁰.

Foi nas festas com rodas de choro e de samba amaxiado das casas das tias Ciata, Bebianana , na Cidade Nova da região do Mangue, que se juntou a Pixinguinha, Catulo da Paixão Cearense, Anacleto de Medeiros, Villa-Lobos, Sinhô, Heitor dos Prazeres, Donga , dentre outros que criaram o samba, como a música predominante do Rio de Janeiro (MOURA, 1995), (SANDRONI, 2001). Frequentando os terreiros das religiões de tradição afro-ameríndias, a umbanda carioca e o candomblé, fechavam o seu corpo e recebiam seus patuás (SÓDRE, 2002). Como canta a música do

⁹ Termo usado por João do Rio – em uma crônica publicada em 1 de março de 1903, no jornal *Gazeta de Notícias* – para descrever o seu encontro com essa manifestação carnavalesca:

“O cordão vinha alarmante depois de ter dançado em frente à redação de um jornal. Lembra, no meio daquela multidão compacta e febril, uma enorme serpente bordada de luz. À frente, um grupo desenfreado de quatro ou cinco cabrochas adolescentes, com os sapatos desfeitos e grandes arcos pontiagudos, corria abrindo as bocas em urros loucos. Instintivamente o povo fendia, de súbito apavorado. Depois um negralhão todo de penas, com a face lustrosa como piche, a gotejar suor, estendia com braço musculoso e nu o tacape de ferro, ladeado de quatro negrinhos que se quebravam em letras ágeis manejando grandes facões de pau prateado. (apud. FERREIRA, 2004, p. 281)

¹⁰ O nome desses estabelecimentos como mafuás e gafieras está presente no linguajar dos dias atuais. O primeiro se referia a casa de espetáculos que se pareciam como uma espécie de parque de diversão de adultos com vários tipos de formatos, do cinema ao circo, a mais famosa foi a Maison Moderne comandado por Paschoal Segreto. Já a gafeira era local onde se dançava o maxixe de forma sensual, onde a malandragem fazia uma coreografia que acompanhava o tango brasileiro, estas casas de dança eram vistas pelas elites como locais que se cometem gafes, até que o dono de um dessas deu o nome de seu estabelecimento de Gafeira Elite, esta existe até hoje na Rua Frei Caneca no Campo de Santana.

Salgueiro “Meu santo é forte, é quem me guia/ Na luta de cada manhã, um mensageiro da paz/ De larôs e saravás!”.

Nos “becos e vielas” dos morros do São Carlos- no Estácio- e da Mangueira chegou o” barão da favela”. Tocando e dançando o samba batucado com ritmo mais sincopado e com influência dos “pontos” das casas de santos (VIANNA,2012), ajudaram a fundar- em companhia de Ismael Silva, Cartola, Carlos Cachaca e outros - as primeiras escolas de samba da cidade: Deixa Falar (agosto de 1928) e Estação Primeira de Mangueira (1928).

Indo de trem, em direção aos subúrbios da Central do Brasil e da Leopoldina participaram da Festa da Penha, do jongo do quilombo da Serrinha. Criam e tinham os seus atletas das rinhas de galos¹¹ em Olária e Ramos.

Este imenso território foi o seu escritório de trabalho onde a boemia, os jogos de azar, a cafetinagem e a arte do jogo de capoeira eram a sua maestria.

3- As charges e caricaturas da dança/ luta dos malandros: a capoeira

As reformas urbanas e sociais das e classes dominantes, efetuadas pelos engenheiros e médicos sanitaristas, tinham um sentido que era dado pelo projeto de modernização das elites: o de “civilizar” a população pobre a partir de um projeto eurocêntrico de caráter eugenista, em que o popular tinha assimilar a cultura erudita, como nas reformas urbanas e sociais dos engenheiros. Os intelectuais foram os missionários desse projeto (SEVCENKO, 1983) para a sociedade em geral e para os analfabetos.

Sobre o papel da elite intelectualizada da sociedade carioca, nas duas primeiras décadas do século XX, vemos que Pereira (2001, p. 88) afirma:

Tal perspectiva, claro, não era apenas carnavalesca: pedagógica é um termo adequado para exprimir a visão de uma parcela intelectualizada da sociedade, próxima ou dependente das elites tradicionais, mas empenhadas em projetos de transformar a nação e na atualização do país sob uma ótica liberal e progressista. (2001, p. 88)

Podemos constatar que a imprensa carioca foi o aparelho privado de hegemonia da classe dominante, onde os intelectuais teceram esse discurso e criaram o consenso sobre o sentido dessa modernidade conservadora. A charge de J. Carlos, um dos

¹¹ Lima Barreto em seu romance *Claro dos Anjos* nos apresenta essa paixão pela briga de galo com o seu personagem-vilão Cassi de Azevedo, que personifica o malandro da classe média suburbana que ganhava dinheiro com as rinhas e o jogo de dados.

chargistas-pedagogos, publicada na revista ilustrada *O Careta*, mostra que o “elegante” pierrô chuta o índio, expulsando-o do carnaval, de forma violenta. Exemplifica os ideais e valores que estavam sendo tecidos no corpo carnavalesco carioca, o passado arcaico não era mais tolerável- como foi feito também no corpo da cidade que foi rasgado e demolida de seu passado colonial.



Figura 1. CARLOS, J. [Pierrot enxota índio]. *O Careta*, 20 fev. 1909.

Há uma transformação física tanto na materialidade quanto na subjetividade do corpo. O corpo do novo carnaval moderno eurocêntrico e branco é entronizado pela violência contra o corpo antigo, índio e negro.

Outro representante dos chargistas-caricaturistas pedagogos foi Calixto Cordeiro, conhecido como Kalixto. Começou sua carreira em 1898, *O Mercúrio*, passando pelas redações dos jornais e revistas importantes do Rio de Janeiro, tais como: *O Riso*, *D. Quixote*, *A semana Ilustrada*, *Ilustração Brasileira*, *Kosmos*, *A Caricatura*, *Gazeta de Notícias*, *O Cruzeiro*, *O Tagarela*, *o Malho*, *Degas e Fon-Fon!*, sendo, junto com Pederneiras, diretor artístico e responsável pela popularização das charges e caricaturas humorísticas. Também se dedicou à pintura, escultura, xilogravura, poesia, teatro, literatura, além de fazer as alegorias dos prêmios- nos dias atuais seriam os carros alegóricos das escolas de samba- das sociedades carnavalescas Tenentes do Diabo e Democráticos.

Segundo Dealtry (2010, p. 66 e 67) e Cunha (2008, p.89) Kalixto era um “exímio capoeirista”, “formado nas rodas da Cidade Nova” - onde atualmente fica o prédio Balança Mais Não Cai, em alusão ao espaço onde eram realizadas as rodas de capoeira. Desenhou charges e caricaturas sobre a capoeira bem como a forma estereotipada do malandro capoeirista. O seu traço demonstra uma grande maestria ao desenhar os seus personagens, como observar na sequência de golpes de capoeira, nas figuras, abaixo extraídas da Revista Kosmos de março de 1906.



Figura 2 A peneiração . Kalixto, Revista Kosmos, março de 1906. Fonte Biblioteca Nacional.

Figura 4: O calça ou a rasteira.
Kalixto, Revista Kosmos,
março de 1906.



Figura 3 Figura 3: A cocada. Kalixto, Revista Kosmos, março de 1906..

Nas charges acima podemos observar a roupa que era o uniforme de trabalho do malandro: paletó grande, largo e desabotoado, camisa e gravata de seda em cores vivas, calça larga de boca estreita, sapato bicolor e bico fino, os bastões e sua fiel amante inseparável, a cortante navalha. Percebe-se uma sequência de ação, o jogo de corpo que o capoeirista tinha que ter, era uma luta dançada com uma coreografia e agilidade que exigia muita força física.

Na época dos *alarmantes cordões* - que João do Rio nos descreveu, de forma preconceituosa- eram os malandros capoeiristas que defendiam a porta-estandarte, para que outras agremiações rivais não tomassem o estandarte¹², por meio da evolução da sua dança/luta da capoeira, com a ajuda da navalha. Hoje nos desfiles das escolas de samba o quesito mestres-salas e porta-bandeira é um dos mais esperados, pois demonstra a maestria com que estes integrantes defendem a sua agremiação com uma bela coreografia dançada; na atualidade a navalha foi substituída pelo leque do mestre-sala que pára exalta a performance da porta-bandeira.

Outra característica que nos indica essas imagens é a origem étnica e social dos malandros capoeiristas. Podemos ver os cabelos encaracolados, pretos (apesar da charge original não ser colorida) com as feições negroides.

Os malandros capoeiristas, do século XIX e início do XX, eram reconhecidos pela imprensa por "não gostarem de trabalhar", ligados à violência e à marginalidade, uma ralé. Mas na verdade eram utilizados como mão de obra, pelos donos do poder político, como seus capangas, inclusive nas eleições, como nos fala José Murilo de Carvalho (1987, p.87),

Desde o Império, as eleições na capital eram marcadas pela presença dos capoeiristas, contratados pelos candidatos para garantir os resultados. A República combateu os capoeiras, mas o uso de capangas para influenciar o processo eleitoral só fez crescer. Fiel cronista da cidade, Lima Barreto observa em *Os Brazundangas* que às vésperas de eleição ela parecia pronta para a batalha (...) As eleições eram decididas por bandos que atuavam em determinados pontos da cidade e alugavam seus serviços aos políticos.

Esse bandos- temidos por sua destreza tática, alegria e valentia, no jogar a capoeira- formavam associações chamadas de malta como: os nagoas- que dominavam as periferias da cidade - e guaymús -que dominavam as área central (ARAÚJO & JAQUEIRA, 2008, p. 109).

¹² Muitas lutas e brigas ocorriam durante os desfiles de carnaval devido essa rivalidade.

Referências

ARAÚJO, Adauto Tavares. **Administração pública e reformas**: um estudo sobre a produção intelectual de Carlos Sampaio (1920 – 1930). Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2016.

ARAÚJO, P. C.; JAQUEIRA, A. R. F. **Do jogo de imagens as imagens do jogo: nuances de interpretação iconográfica sobre a capoeira**. 1. ed. Coimbra: Centro de Estudos Biocinéticos – Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, jun. 2008.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX. 1ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALIXTO, 1906. In: L. C. A Capoeira. Revista Kosmos. Ano 3, nº 3, mar. 1906.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 108, p. 153-161, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CUNHA, Fabiana Lopes da. **Caricaturas carnavalescas**: carnaval e humor no Rio de Janeiro da ótica das revistas ilustradas Fon-Fon! e o Careta (1908-1921). Tese de Doutorado. São Paulo. USP /FFLCH. Mimeo. 2008.

DEALTRY, Giovanna. **No fio da navalha – malandragem na literatura e no samba**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

DINIZ, Reinaldo Ramos; GOMES, Thulio Pereira Dias. Índícios de uma pedagogia de momo: o papel pedagógico dos chargistas na modernização do carnaval. In: **Livro de anais do Congresso Scientiarum História VII**. Rio de Janeiro: UFRJ/HCTE, 2014.

FERREIRA, Felipe. **O livro de ouro do carnaval brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro: 2006.

HOLANDA, Chico Buarque de. **Homenagem ao malandro**. In: LP “Ópera do malandro”. RJ, Poligran/Philippe, 1979. faixa 9, disco 1.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: Acesso em: 19 ago. de 2020.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 2ª Ed. Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

MAUD, Ana Maria. “Flagrantes e instantâneos: fotografia de imprensa e o jeito de ser carioca na Belle Époque”. In: LOPES, A. H. (ed.). **Entre Europa e África – a invenção do carioca**. Rio de Janeiro, Topbooks/FCRB. 2000, p. 209.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

PEDERNEIRAS, Raul. *Cenas da vida carioca*. Rio de Janeiro: Editora do Jornal do Brasil, 1917.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1991.

SANDRONI, Carlos. *Feitiço Decente: transformações do samba no Rio de Janeiro. 1917 – 1933*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, Ed. da UFRJ, 2001.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In. SANTOS, Milton & BECKER, Bertha (Org.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2007.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade – a forma social negro-brasileira*. Salvador/Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Estado da Bahia/Imago, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Ditadura militar na Baixada Fluminense: embates entre historiografia, ensino de história e conflitos de memória

Samuel de Almeida Henriques¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Esse texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é Ditadura militar na Baixada Fluminense: embates entre historiografia, Ensino de História e conflitos de memória, ainda em andamento.

Ensinar história vai muito além da explicação do conteúdo. É possibilitar ao aluno vislumbrar o mundo a partir de perspectivas críticas de maneira que este possa se sentir sujeito e protagonista de sua própria história, percebendo que esta é parte integrante do um movimento maior e que nós fazemos parte do mosaico que compõe a superestrutura. Ter esse entendimento é fundamental para a prática docente. As novas gerações dispõem de bastante acesso aos mais diversos tipos de produção historiográfica, informação ao alcance das mãos, na rede. Sabemos que ainda não é uma realidade para todos, mas de uma grande maioria. Para muitos destes, a escola se tornou obsoleta, desgastada e sem sentido. A escola não é mais o centro exclusivo de produção e circulação historiográfica para os alunos. O acesso à internet está dentro de nossas casas e a apenas um clique de suas mãos. Sendo assim, o volume de informação é extenso e facilitado. Por isso, pensar em uma escola que atue não apenas no fornecimento de conteúdos conceituais, mas na utilização dos mesmos como meio para desenvolver habilidades e competências capazes de instrumentalizar os alunos para a sociedade, os capacitando para atuação efetiva como cidadãos críticos e atuantes, capazes de agirem e transformarem a realidade em que vivem, mostra-se como função primordial da escola no século XXI.

O desafio da escola hoje, certamente, permeia essa posição em que se encontra, pois o seu papel não deve apoiar-se em *transmitir conteúdos*. A escola deve ser muito mais que isso! Por termos acesso à informação de forma instantânea, o que a escola deve estar atenta, assim como o professor que se encontra atuante em sala de aula, é que não basta transmitir a informação, é necessário provocar o aluno de forma a manifestar nele o interesse pelo que está aprendendo, despertando sua curiosidade, criando sentido para

¹ Aluno do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientador: Dr. Daniel Pinha. Ingresso no ano de 2022. Projeto de pesquisa: Ditadura militar na Baixada Fluminense: embates entre historiografia, Ensino de História e conflitos de memória.

o que ensina. Quando provocado, o aluno sai da inércia e passa a atuar de forma crítica. Para isso, a escola precisa estar em movimento, buscando alternativas que instiguem e motivem o aluno. Pensando na formação desse educador que atuará na escola, as universidades, centros de pesquisas e produções acadêmicas, também precisam estar atentas a essas transformações, de forma a oferecer um currículo que contribua para a formação de profissionais mais “anteados”, com novas propostas educacionais.

Nesse caso, a utilização de conceitos históricos, como a História Local, são estratégias fundamentais para trazer à compreensão do aluno a partir de sua própria realidade, apresentando uma história mais próxima, mais palpável, que faça sentido. Um exemplo que corrobora com essa perspectiva, é a utilização de referências que fazem sentido para uma determinada sociedade. Veja o exemplo do bispo Dom Adriano Hypólito, que dá nome a ruas e escolas na cidade de Nova Iguaçu. Dom Adriano foi Bispo da Diocese da cidade e se tornou uma figura de projeção nacional ao lutar a favor dos Direitos Humanos em plena Ditadura Militar. Ao trabalhar com a imagem de Dom Adriano, o professor aproxima fato e realidade do aluno, possibilitando melhor compreensão dos conceitos que se pretende trabalhar: democracia, ditadura, direitos humanos e liberdade. Eventos ligados ao bispo e à ditadura militar no Brasil, são fundamentais e colaboram para o desenvolvimento da consciência histórica. Descobrir que o prédio vizinho à sua casa foi invadido pelas forças de repressão - que visavam impedir um congresso sobre direitos humanos -, a explosão da catedral de Nova Iguaçu e a pichação da igreja Santo Antônio da Prata são referências de fatos históricos, ocorridos na cidade, que têm relação com um contexto mais amplo, dando para os alunos daquela localidade, um sentido histórico.

Trabalhar com a memória e compreender como os locais de memória são importantes para a formação da identidade de uma sociedade, contribui para a formação da consciência histórica e para a necessidade de preservação de espaços de memória. É importante perceber que a memória é sujeita à problematizações da historiografia e do ensino de história, que pode ser utilizada como instrumento para a formação da política de memória e que a preservação da memória colabora para as ações de indivíduos e/ou grupos sobre aquela sociedade. Preservar a memória de Dom Adriano, por exemplo, é preservar um passado de luta e resistência contra violações dos direitos humanos. É entender que a realidade democrática do Brasil de hoje é fruto dessa luta e resistência e que a vitória da Constituição de 1988 é resultado das lutas individuais de pessoas comuns, como muitos habitantes de Nova Iguaçu. Refletir junto com o aluno e problematizar essas

questões torna-se fundamental para a compreensão de conceitos importantes para o fortalecimento da democracia, instrumentalizando o jovem para debates de memória, trazendo à consciência sua importância enquanto agente na manutenção do processo democrático e na preservação da memória de resistência às violações dos direitos humanos. A provocação da consciência histórica, através da apresentação dos locais de memória e sua importância para a formação da identidade de uma comunidade traz sentimento de pertencimento, inserindo o jovem nesse processo enquanto protagonista na defesa de tais direitos.

Instrumentalizar não significa doutrinar, mas dar ao aluno o conhecimento necessário para que possa fazer suas escolhas e defender, com base em fundamentos concretos, sua posição em um debate, de forma que possa se apropriar de tais conceitos e ser capaz de desenvolver o senso histórico com base nos princípios democráticos. Trabalhar com essa temática (Dom Adriano Hipólito e sua contribuição para resistência à violação dos direitos humanos em Nova Iguaçu), trazendo para o dia a dia dos alunos um universo que, apesar de fazer parte do passado recente, “que não passa”, parecia muito distante de suas realidades.

A escolha do exemplo e tema não foram aleatórias, durante minhas aulas, como professor de história da cidade de Nova Iguaçu, percebi em muitos jovens discursos de defesa do período de governo militar no Brasil. Esse contexto de sala de aula gerou questionamentos: como um passado tão presente e marcante por violações aos Direitos Humanos, pode trazer recordações que provocam empatia por muitos em relação à Ditadura Militar? Qual a influência da mídia digital, jornais, revistas, redes sociais na construção de uma narrativa de memória não vivenciada? O que leva jovens a defenderem o retorno da Ditadura Militar ao Brasil? Será que conhecem verdadeiramente o conceito de democracia?

O objetivo não é responder tais questionamentos, mas mobilizar conceitos como direitos humanos, democracia, ditadura e memória. Para isso, foi pensada um ferramenta on-line, um aplicativo com um mapa virtual contendo espaços de memória, em Nova Iguaçu, relacionados ao passado recente de luta em prol dos Direitos Humanos e usando como referência a figura de Dom Adriano Hypólito.

1. Locais de memória, Ensino de História e História Local: conceito e seus usos como ferramenta nas aulas

Ao analisar as formas de transformação da memória cultural, Assmann afirma que “grande é a força da memória que reside no interior dos locais” (ASSMAN, 2011, 349). Para a autora, os locais também podem ser utilizados como objetos de memória, já que o vínculo entre proximidade e distância confere uma aura a esses locais, pois a zona de contato torna a memória algo palpável, concreto. Em suas pesquisas sobre os “locais de memória”, Assmann destaca um tipo de memória utilizado como suporte para a proposta pedagógica a ser apresentada, são os “locais traumáticos”.

Enquanto o local de recordação se estabiliza por meio da história que se conta sobre ele (sendo que, de sua parte, o local sustém e confere veracidade à narrativa), o local traumático se vê assinalado pela impossibilidade de se narrar a história. A narração da história está bloqueada pela pressão psicológica do indivíduo ou pelos tabus sociais da comunidade. Expressões como o pecado, vergonha, coação, poder do destino, sombras são palavras tabus, conceitos velados que não se manifestam, mas afastam o que não pode ser dito, encerrando tal coisa em sua própria condição inacessível. (ASSMAN, 2011, 317)

Os locais de memória também podem ser subjetivos, como a lembrança. Sobre esse conceito Beatriz Sarlo, em seu trabalho “Tempo passado” (SARLO, 2007), afirma que a lembrança é algo incontrollável, constantemente presente em nossas vidas. A lembrança é capaz de trazer o passado para o presente, podendo ressignificá-lo, oferecendo variações de interpretações. Só é possível eliminar a lembrança quando se elimina os sujeitos e fontes que a carregam. Mesmo quando há um genocídio, como foi o caso da bomba de Hiroshima, a memória sobrevive em meio aos escombros. Por isso incontrollável e involuntária. Mesmo a memória que não quer ser lembrada pode surgir, basta um local de memória para que isso possa acontecer. Por isso há, em alguns governos, políticas de “apagamento da memória”. Mas, apesar disso, ainda restam memórias individuais – os testemunhos – capazes de manter algumas lembranças e reconstruir a memória.

O pesquisador Albuquerque Júnior, aponta para o papel fundamental do historiador sobre a provocação em relação ao uso da memória. Segundo ele, o papel do historiador, seja na pesquisa ou em sala de aula, é “fazer defeitos nas memórias” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012), ou seja, buscar ouvir os vivos e mortos, os locais que falam por si só, regatar olhares e versões sobre um mesmo fato histórico. Esse papel de mediador/provocador do professor de História diante dos desafios que lhe são apresentados em sala de aula, contribui para reposicionar o lugar da memória da ditadura na construção da identidade política desses alunos. Para isso, se faz necessário um

currículo capaz de dar suporte a novas práticas de ensino, com metodologias mais coerentes com as características do aluno contemporâneo. Essa reelaboração do Ensino de História tem relação com as concepções educacionais, defendidas e afirmadas por lei e diretrizes da educação brasileira. Nessa perspectiva, a elaboração dos currículos escolares é de grande valia, pois orientam para o desenvolvimento das habilidades e competências, fatores fundamentais para a formação de pessoas capazes de compreender o contexto da realidade em que estão inseridos, respeitando as diversidades e as opiniões divergentes, pilares de uma sociedade democrática.

Essa ênfase no conflito permite refletir sobre a internet como um “veículo de memória”, em especial por trazer os conflitos de/pela(s) memória(s) para o espaço público: “não existem ‘guerras de memórias’ sem que se coloque a questão da transmissão (silenciada ou esquecida) e da mediação, isto é, da mediação (em sentido amplo)” (...) As guerras de memórias pressupõem a visibilidade que a mídia pode agregar ao debate público. Trata-se, em geral, de interrogações do presente sobre violências de um determinado “passado-presente”. As guerras de memória nos convidam a empreendermos uma “analítica” sobre as estreitas e complexas relações entre a mídia e historicidade. (PEREIRA, 2015, 869)

Nesses tempos de embates virtuais, cabe ao historiador e ao professor de história evidenciar as disputas políticas de memória e orientar os alunos sobre a importância da democracia e dos direitos humanos. É fundamental abordar a questão da criticidade em relação à fonte histórica, para evitar a reprodução de discursos baseados em fontes não confiáveis, orientando e provocando o aluno a pensar historicamente, reelaborando seus próprios discursos a respeito dos temas que estão sendo tratados.

A reelaboração da memória ganha um capítulo intrigante com as questões lançadas por Huyssen (HUYSSSEN, 2000) ao adotar a categoria de passado-presente. O passado que não passa e que pode ser ressignificado pelo presente a partir do tempo e espaço. Huyssen chama atenção para os excessos do uso da memória contemporânea, apontados por alguns críticos por causar amnésia e, conseqüentemente, a perda da consciência histórica.

A acusação de amnésia é feita invariavelmente através de uma crítica à mídia, a despeito do fato de que é precisamente esta – desde a imprensa e a televisão até os CD-Roms e a Internet – que faz a memória ficar cada vez mais disponível para nós a cada dia. [...] se o aumento explosivo de memória for inevitavelmente acompanhado de um aumento explosivo de esquecimento? E se as relações entre memória e esquecimento estiverem realmente sendo transformadas, sob pressão nas quais as novas tecnologias da informação, as políticas midiáticas e o consumismo desenfreado estiverem começando a cobrar seu preço? Ao final, e para começar, muitas das memórias comercializadas em massa que consumimos são “memórias imaginadas” e, portanto, muito mais facilmente esquecíveis do que as memórias vividas. (HUYSSSEN, 2000, 18)

As questões trazidas por Matheus Pereira e Huyssen podem levar à problematização sobre a construção de memórias coletivas. Em sala de aula percebemos que os alunos reelaboram as memórias trazidas por seus familiares a partir de suas próprias vivências no contexto presente. Sendo assim, ressignificam essas memórias, sendo alimentados e alimentando discursos existentes na mídia em geral, sendo influenciados por ela e influenciando também. A partir daí essas memórias subalternas, vividas por seus familiares de gerações anteriores, emergem e movimentam os argumentos e ideias da juventude atual.

Essa geração que viveu a ditadura e foi contemporânea a ela construiu suas próprias memórias sobre o fato. Durante algum tempo, no período pós ditadura, por se ambicionar a construção de um Estado democrático de direito, muitas memórias e até opiniões sobre o período ditatorial ficaram guardadas ou mesmo reprimidas. Não era ético se mostrar a favor da intervenção militar, visto que, com ela, vinham as violações dos direitos humanos. Por isso, muitos que se colocavam a favor das ideias conservadoras, reprimiram suas memórias que defendiam a ditadura militar.

O contexto político vivenciado no Brasil recentemente com as eleições de 2018, permitiu que muitas memórias subalternas reprimidas por essa ética democrática emergissem. Protestos populares e manifestações de grupos conservadores a favor do retorno dos militares ao poder, questões não apaziguadas, trouxeram à tona o “negacionismo” sobre a Ditadura Militar, gerando o conflito de memórias - em especial, em um momento em que a presidência da República é ocupada por um político que se notabilizou como defensor do legado do regime militar, o qual não reconhece como ditadura.

Nesse caso, não cabe ao professor classificar essas memórias como certas ou erradas, mas instrumentalizar o aluno a compreender o que é uma democracia, o que viola essa democracia, o que são direitos humanos e refletir sobre a trajetória de elaboração da democracia no Brasil.

A localidade tem hoje funções didáticas no Ensino da História que devem ser aproveitadas e potenciadas. Esse aproveitamento torna-se ainda mais evidente quando a nova forma de encararmos os conteúdos históricos exige o sentido prospectivo da cidadania nacional ou europeia, sem abdicção da inserção no espaço onde habitamos. Trazer a localidade para dentro da sala de aula é potencializarmos a formação de cidadãos conscientes, favorecendo a competência histórica e garantirmos uma função social e individual para a História. (ALVES, 2006, 65)

A História Local tem contribuído de forma significativa para o ensino-aprendizagem de História. Através da perspectiva de um olhar regionalizado, partindo do

micro para o macro, os conteúdos ministrados pelos professores puderam ganhar mais significado, possibilitando maior inteligibilidade por parte do educando. Ao usar como referências elementos do cotidiano da comunidade na qual a escola está inserida, o professor, mediador do conhecimento, aproxima a perspectiva histórica à realidade. Com isso, noções como identidade, protagonismo e cidadania ganham potencial de desenvolvimento, através da troca de informações e utilização de fontes que fazem parte do cotidiano do próprio aluno. Com a ampliação da categoria de fontes, uma fotografia de família, um relógio antigo, um recorte de jornal ou mesmo um ferro de passar roupas antigo, pode servir como ponto de partida para a construção conceitual de História.

A partir da História Local pode-se chegar a níveis mais complexos de elaboração e contextualização de referenciais historiográficos, possibilitando ao educando perceber que estudar história é muito mais que apreender um conteúdo, lembrando que o conteúdo é um meio, não um fim por si só, para a condução de uma aprendizagem significativa. Através dessa perspectiva, a História pode deixar de ser grafite e tinta, ganhando vida, e contribuindo para formar consciências e, conseqüentemente, seres humanos mais comprometidos com a defesa da democracia e dos direitos humanos – meta mais ampla do ensino de história na escola conforme a legislação curricular vigente. A consciência histórica traz a importância do jovem em se posicionar diante dos fatos e agir enquanto ser social, objeto principal do debate em torno da elaboração do produto, que reúne esses conceitos básicos no campo da história.

O produto

Muitos são os conceitos e teorias que nos levam a várias reflexões acerca do uso da História Local como ferramenta fundamental para a compreensão da história e as complexidades que cercam os fatos. O produto tem uma linguagem acessível, de fácil manuseio. Um aplicativo com um mapa virtual, capaz de ser manipulado não só por alunos, mas por qualquer outro usuário. Tem como norte trabalhar a identidade do povo iguaçuano através não só de um fato marcante, como também de uma figura singular que serviu de referência, como liderança religiosa e comunitária, que marcou a formação identitária do povo iguaçuano.

Foram mapeados alguns locais de resistência e formação de lideranças comunitárias em Nova Iguaçu, durante o bispado de dom Adriano Hypólito. Através desse mapeamento é possível fazer um circuito de memória que possa ser percorrido tanto física quanto virtualmente, permitindo o acesso a documentos, fotografias e depoimentos. Através

deste circuito são trabalhados conceitos como Direitos Humanos, identidade, democracia e ditadura. São conceitos importantes, tendo em vista uma região estigmatizada e muito marcada pela violência, preconceito, corrupção e desmandos. Mostra como as lideranças em Nova Iguaçu colaboraram na luta para a ampliação do direito ao voto, liberdade de expressão e demais garantias constitucionais, fundamentais para que os jovens possam saber se posicionar na sociedade e se tornarem protagonistas de seus próprios destinos.

O mapa propõe um tour virtual pela cidade de Nova Iguaçu, tendo como destino locais que serviram como resistência às violações aos Direitos Humanos. Conta com a colaboração do Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e do arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, foram reunidos documentos como cartas, fotografias e depoimentos em arquivos virtuais. Um aplicativo que oferece aos professores, alunos e demais públicos, a possibilidade de fazerem uma viagem ao passado, através da tela de um dispositivo eletrônico, utilizando como referência a História Local, incluindo Nova Iguaçu no âmbito da história nacional, personalizando a história geral, aguçando a consciência histórica. O aplicativo tem como plataforma o site StoryMap JS e foi apresentado como produto final da tese de mestrado intitulada como *Dom Adriano e Ensino de História para os Direitos Humanos: um mapa digital sobre locais de memória e resistência em Nova Iguaçu*, do programa PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

A figura de Dom Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu, é utilizada como referência por sua atuação como liderança, dentro da Igreja Católica, na luta em defesa dos Direitos Humanos na cidade - com o recorte cronológico entre 1966 a 1994. Os conceitos utilizados, relacionam quatro pontos fundamentais propostos nesse trabalho: História Local, Locais de Memória, Ensino de História e Direitos Humanos. Trabalhar esses conceitos em sala de aula é de fundamental importância para dar sentido à história e desenvolver a consciência histórica dos alunos. A História Local relaciona os fatos ocorridos em Nova Iguaçu, o contexto nacional de Ditadura Militar e violação aos Direitos Humanos, no recorte cronológico proposto. Cada local visitado virtualmente conta com uma breve descrição e um link para o aprofundamento sobre a importância daquele local para a história regional. Neste link, o aplicativo apresenta também um arquivo em PDF, sempre com quatro propostas de questões a serem respondidas pelo usuário. Estas questões têm como objetivo fazer um diagnóstico de verificação sobre a apreensão dos conceitos trabalhados naquele local.

O Local de Memória é trabalhado a partir da exibição de imagens sobre o local e associação do mesmo à figura de Dom Adriano e sua importância enquanto figura de resistência à violação dos Direitos Humanos. Lembrando que resistência não significa necessariamente a opção pela luta armada como tática de enfrentamento ao regime, mas a forma como a violação é enfrentada. No caso de Dom Adriano, através de textos em jornais, criação de espaços para formação de lideranças comunitárias e eclesiais e reuniões que visavam conscientizar a população mais carente sobre a necessidade de exigir melhores condições de vida.

A perspectiva do Ensino de História é trabalhada a partir da didatização de documentos e dos Locais de Memória. Há vasta produção acadêmica acerca da figura de Dom Adriano e as formas como lidou com as violações dos Direitos Humanos. Entretanto, até onde pudemos pesquisar, não há uma ampla circulação desse material para o meio escolar. O aplicativo contribui para tornar o ensino sobre a Ditadura Militar mais próximo da realidade dos alunos de Nova Iguaçu e mostrar a importância de elementos da sociedade iguaçuana, tendo como referência Dom Adriano, na luta contra as violações dos Direitos Humanos. Pretende-se, com isso, inverter a lógica de uma história mais geral, aproximando-a da história cotidiana. Essa metodologia pode contribuir para a formação de consciência histórica e compreensão de conceitos fundamentais para a sociedade, como Ditadura, Democracia e Direitos Humanos - fundamentais para a proteção à vida e à liberdade, contra a violação dos Direitos Humanos.

A defesa dos Direitos Humanos é o ponto principal deste aplicativo, permeando todos os pontos de “parada” no tour virtual. Desde a casa de Dom Adriano até a Catedral Santo Antônio de Jacutinga, há referências a violações e resistência, relacionadas à luta em prol dos Direitos Humanos. Lembrando que a defesa dos Direitos Humanos tem relação com várias outras questões que não se traduzem em violência direta. Quando há necessidade de questionar a falta de saneamento básico para uma comunidade, organização de passeatas a favor da melhoria do transporte público e proteção aos perseguidos políticos, ali está a busca pelo respeito à dignidade humana. Como podemos ver, trabalhar esses conceitos é ponto fundamental para a formação de gerações mais conscientes e capazes de construir um olhar crítico sobre as demandas da sociedade, atuando de forma incisiva na transformação da mesma em prol da construção coletiva e da justiça social.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. “Fazer Defeitos nas Memórias: para que servem a escrita e o ensino da história?”. In: Márcia de Almeida Gonçalves; Helenice Rocha; Luís Reznik; Ana Maria Monteiro. (Org.). Qual o valor da História hoje?. 1ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012, v.

ALVES, Luís Alberto Marques. A história local como estratégia para o ensino da história. Porto: Universidade do Porto, 2006.

ASSMAN, Aleida. Espaços da Recordação: formas e transformação da memória cultural. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011. Introdução, p.15-27 e Capítulo 5 da Segunda Parte – “Locais”.

BARBOSA, Vilma. L. Contribuições para pensar, fazer e ensinar a história local. 2006.

BAUER, Caroline Silveira. As políticas de memória e de esquecimento sobre as ditaduras argentina e brasileira através das rememorações dos golpes civil-militares. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.

CAIMI, Flávia Eloísa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?. Porto Alegre: Anos 90, 2008.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERRI, Luís Fernando. Um lugar na história para a didática da história. In: História & Ensino. Londrina, v. 23, p. 11-30, jan/jun. 2017.

DOMINGUES, Marcia de Fátima Villar Moreira Pinto. A sombra comunista na cidade de Nova Iguaçu: Ismael Ramos e sua atuação política nos anos de 1950 e 60. Nova Iguaçu, RJ. UFRRJ.

FICO, Carlos. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 464 - 483. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn.

GADAMER, Hans-Georg. O problema da consciência histórica. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Escrita da história e ensino da história tensões e paradoxos In: A escrita da história escolar memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HALBWACHS, Maurice. “A Memória Coletiva”. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória. Arquitetura, monumento, mídia. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora. 2000.

HYPÓLITO, Dom Adriano. A ira de Deus na terra da violência. Revista Playboy. Outubro De 1978. São Paulo. Entrevista concedida a Audálio Dantas.

JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria, Siglo Veintiuno editores, España 2001.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: Revista Brasileira de História da Educação. Nº1 jan./jun. 2001.

KRONEMBERGER, Adriana. Dom Adriano Hypólito: no rastro da violência em Nova Iguaçu. São Paulo. Fonte Editorial. 2019.

LUCENA, Célia Toledo. Memória e História Local: Ensino e Pesquisa. In: Tópicos Educacionais. Recife, v.12, n. 1; 2, 1994.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História". Tempo [online]. 2006, vol.11, n.21.

MONTEIRO, Ana Maria. "Tempo presente no ensino de história: o anacronismo em questão". In, Marcia Gonçalves, Helenice Rocha, Luís Reznik, Ana Maria Monteiro (org). Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: FGV, 2012.

PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). Minas Gerais: Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio." In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

QUINAN, Licia Gomes. As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador/professor. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

RICOEUR, P. A Memória, a história, o esquecimento. Campinas, Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn, Teoria da História: Uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Aula de história: evento, ideia e escrita. In: História & Ensino. Londrina, v. 21, n. 2, p. 83-103, jul/dez. 2015.

SALES, Jean; FORTES, Alexandre (Orgs.). A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: movimentos sociais, repressão e poder local. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SANA, Peter. A dimensão educativa do pensamento e da ação de D. Adriano Hypólito nas lutas sociais da Baixada Fluminense no período da ditadura militar (1964-1985) / Peter Sana. – 2015. 119 f.

SARLO, Beatriz. "Tempo passado", "Crítica do testemunho: sujeito e experiência" e "A retórica testemunhal" In Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. "Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da História". Intelligere, Revista de História Intelectual, vol. 3, nº2, p. 60-76. 2017. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em 21/04/2020.

SILVA, Percival T. da. Origem e Trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB 1974/1992). Tese de Mestrado, Departamento de Educação UFF, 1993.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. In: Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr 2000 No 13.

TRAVERSO, Enzo. O passado, modos de usar: história, memória e política. Lisboa, Edições Unipop, 2012, 1ª ed.

ULRICH Gumbrecht. "Depois de 'Depois de aprender com a história', o que fazer com o passado agora?". In Fernando Nicolazzi, Helena Miranda Mollo e Valdeci Lopes de Araújo. Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

Fontes

<https://storymap.knightlab.com/#examples>

<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/2>

A Revolta de Aragarças e seus desdobramentos na década de 1960

Sandro Gomes dos Santos¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é os revoltosos de Aragarças e as suas contribuições ao governo de Castelo Branco (1959 – 1967), ainda em andamento. Trinta e seis anos se passaram desde a decadência da Ditadura no Brasil e os assuntos que perpassam esse momento histórico ainda causam inquietações e grandes discussões em quase todos os círculos da sociedade brasileira. Com o intuito de compreender as relações entre os golpistas da Revolta de Aragarças² com a deflagração do Golpe de 1964 e a instalação do Governo de Humberto de Alencar Castelo Branco é que “nasceu” a presente pesquisa.

Considerando as pesquisas realizadas até o presente momento não localizei estudos acadêmicos ou similares tendo por objeto específico, a atuação dos conjurados da Revolta de Aragarças atuando no golpe e no regime político do Brasil a partir de 64, bem como não há trabalhos que remetam à relação expressa entre as sublevações ocorridas no Governo Juscelino Kubitschek e os ensejos que motivaram às suas atuações durante a presidência de Castelo Branco.

Tampouco, encontrai trabalhos que se preocuparam com a deflagração de uma possível rede de sociabilidade ou até mesmo da manutenção de ganhos pessoais e seus impactos na sociedade envolvendo estes indivíduos que ousaram precipitar um golpe militar ainda na década de 1950. Desta forma, a pesquisa se demonstra inédita, acrescentando uma nova contribuição historiográfica, tratando das relações de poder, troca, benefício e corrupção no “coração” do regime ditatorial de 1964.

Como é notório, antes mesmo dos primeiros minutos do Governo Juscelino Kubitschek, uma parcela considerável das Forças Armadas do Brasil já se mostrava insatisfeita com o que eles acreditavam ser um “continuismo Vargasista”. “A própria posse do presidente foi

¹ Aluno do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientador: Prof^o Dr. Sydenham Lourenço Neto. Ingresso em 2022. Título do projeto de pesquisa: os revoltosos de aragarças e as suas contribuições ao governo de Castelo Branco (1959 – 1967).

² O evento ocorrido em Aragarças, interior de Goiás, foi o tema de minha monografia do curso de História – Licenciatura, intitulada “*A Revolta de Aragarças: Muito Além do Primeiro Sequestro Aéreo da História*”, concluída no primeiro semestre de 2016 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

garantida através de um contragolpe militar. Ao longo dos quatro anos de governo, JK teve que lidar com sucessivos conflitos, de proporções variadas, sendo a última grande crise a Revolta de Aragarças, em dezembro de 1959.” (CARLONI, 2011, p. 14)

Encabeçados pelo tenente-coronel aviador Haroldo Veloso, pelo tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier, ambos da Aeronáutica e pelo coronel do Exército Luis Mendes, todos participantes do grupo militar autointitulado Movimento de Recuperação Nacional³ (MRN), colocaram em prática na madrugada de 2 de dezembro de 1959, a Revolta de Aragarças. Foi rapidamente abafada pelo governo JK, tendo durado pouco mais de trinta e seis horas, entrando para a história como o primeiro sequestro aéreo na história da humanidade⁴.

O Golpe de Aragarças teve a participação de oficiais das três forças e até de civis, o que demonstra um caráter mais amplo do que a insurreição de Jacareacanga, ocorrida em 1956 que conforme os estudos sugerem, ficou restrita apenas aos oficiais da própria Aeronáutica. De acordo com os próprios arquivos gerados pelos conspiradores, a referida célula militar do MRN tinha como o seu principal objetivo eliminar os movimentos comunistas internacionais, supostamente encabeçados no Brasil por Leonel Brizola e pelo continuísmo das ideias do ex-presidente Getúlio Vargas.

Os rebeldes saíram das bases aéreas do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, e foram encaminhados, então, para Aragarças, interior de Goiás, ainda no mesmo dia. Inicialmente estes “pretendiam bombardear os palácios presidenciais das Laranjeiras e do Catete, no Rio de Janeiro, e contavam com outros revoltosos que supostamente ocupariam as bases aéreas de Santarém, Xingú, Cachimbo, Xavantina.” (CARLONI, 2010, p. 218) Assim, ganharia tempo para novos grupos incorporarem ao movimento com o intuito de derrubar o governo Juscelino Kubitschek.

Os planos de ataque aéreo aos palácios foram suspensos por conta de um suposto acordo com oficiais de comando da Marinha, que prometeram aderir ao levante caso não

³ O Movimento de Recuperação Nacional foi denominado desta forma pelos próprios conspiradores da Revolta de Aragarças e consta em documentos internos do grupo que foram evidenciados a partir da análise dos arquivos pessoais do Coronel do Exército Luis Mendes que estão sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército (AHEX). As cópias destes materiais constam nos anexos F, G, H e I de minha dissertação intitulada *Jacareacanga e Aragarças: revoltas e revoltosos (1956 – 1961)*, defendida em novembro de 2019 junto do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

⁴ A Revolta de Aragarças entrou para o Livro dos Recordes como o primeiro sequestro aéreo da história da humanidade a partir dos esforços do advogado e escritor José Mario Guedes Miguez (2008). O autor ficou orgulhoso de sua contribuição, tendo inclusive anexado o certificado emitido pela agência certificadora com o feito em seu livro.

fossem bombardeados os alvos.” (CARLONI, 2010, p. 219) Encontrando problemas táticos, devido a não incorporação de diversos grupos ao seu movimento, os seus líderes fugiram para a Argentina, Bolívia e Paraguai, só retornando ao Brasil já no Governo Jânio Quadros.

Estes oficiais promoveram uma sublevação violenta contra a democracia brasileira ao sequestrar aeronaves e seus passageiros com o intuito de bombardear o presidente e seu governo. A pena para este crime é a reclusão de até 20 (vinte) anos, com aumento de 1/3 para os seus líderes.⁵ Os inquiridos foram enquadrados como crime de deserção, onde a punição seria no máximo de 2 (dois) anos de prisão, mas na prática não cumpriram nem um dia.

Na contramão do esperado, quando os rebeldes regressaram à pátria não foram punidos, pelo contrário, tendo sido anistiados pelo próprio governo, retomaram as suas atividades laborais dentro dos quartéis, sem maiores intercorrências para estes. Com isso receberam os salários atrasados do período que estavam exilados e todos os “direitos interstícios” que faziam jus.

Pouco tempo depois, quando do Golpe de 1964, estes conspiradores assumiram funções estratégicas para a manutenção do status quo do Governo Castelo Branco, recém-inaugurado. O breve levantamento da trajetória dos três principais líderes deste movimento, o tenente-coronel aviador Haroldo Veloso, o tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier, ambos da Aeronáutica, e o coronel do Exército Luis Mendes nos indica a importância destes ativos à manutenção do regime nos primeiros anos deste.

A pesquisa irá se debruçar sobre um grupo específico da sociedade, militares de extrema direita, que se projetaram a nível nacional através da Revolta de Aragarças contra um presidente eleito democraticamente. Poucos anos depois, os líderes deste mesmo grupo se instalaram em funções importantes no governo ditatorial, auxiliando a proporcionar uma dinâmica singular para a história brasileira.

As relações sociais e de poder estabelecidas entre os militares revoltados participantes do Movimento de Recuperação Nacional demonstraram ter uma amplitude

⁵ O direito penal militar é aplicado no Brasil desde o tempo do Império, conhecido como o Supremo Conselho Militar e de Justiça, que posteriormente se transformou no Superior Tribunal Militar (STM), que atualmente tem sede em Brasília. O vigente Código Penal Militar data de 1969, e foi editado por meio do decreto-lei 1001. Para saber mais sobre este assunto: BRASIL. Código Penal Militar. Decreto-Lei Nº 1.001, De 21 De Outubro De 1969. 1969. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm>. Acesso em: 20 Set. 2022.

nacional e poder econômico relevante. Durante o período em que estiveram exilados, houve uma campanha de caráter nacional que rapidamente entrou em ação e que possibilitou a manutenção do status financeiro das famílias dos conspiradores, incluindo viagens para “matar a saudade” dos familiares que estavam espalhados pela América Latina, por no mínimo um ano.

Ainda pensando nessa sociabilidade, podemos destacar que esta boa relação não estava presente apenas no Executivo, através da própria organização militar, como também conseguiram apoiadores inclusive no Judiciário. Esta “afinidade”, por assim dizer, ficou evidente na alteração do enquadramento jurídico dos crimes cometidos pelos mesmos. Utilizaram suas relações de poder para não serem punidos de forma efetiva diante de seus atos golpistas.

Outra validação pública desta rede de influência e recompensa é a própria participação destes indivíduos na implantação e no Governo Castelo Branco. Não menos importante, um prisma que merece atenção perpassa a questão da identidade comum e das inspirações deste grupo que já na década de 1950, se interessava em tomar o poder em suas mãos.

Considerando as hipóteses levantadas, demarquei “objetivos específicos” que irão auxiliar o caminho a ser percorrido, dentre os quais, analisar o Inquérito Policial Militar que caracterizou o crime de deserção, ao invés de sublevação violenta e explicar os enquadramentos jurídicos dos revoltosos e analisar o processo de anistia dos revoltosos ainda no Governo Juscelino Kubitschek, bem como caracterizar a conjuntura da sociedade brasileira durante o Governo João Goulart.

Delimitar as posições das principais correntes políticas e militares nas vésperas do Golpe de 1964, avaliar o papel desses revoltosos na campanha que levou à queda do presidente João Goulart e caracterizar as ações destes líderes quando das suas participações no governo de Castelo Branco em consonância com os interesses maiores do regime irão auxiliar no decorrer da pesquisa.

Relacionar os oficiais às suas redes de associados e verificar como suas ações trouxeram benefícios pessoais para estes, bem como compreender quais outros tipos de vantagens foram estabelecidos entre o grupo de militares rebelados em Aragarças com o presidente Castelo Branco serão os caminhos que pretendo dar conta durante o desenvolvimento da elaboração da tese.

A proposta se demonstra inédita, acrescentando uma contribuição historiográfica singular ao período, tratando das relações de poder, troca, benefício e corrupção no “coração” do regime ditatorial de 1964. Nas pesquisas realizadas até o presente momento não localizei estudos acadêmicos ou similares tendo por objeto a atuação dos conjurados da Revolta de Aragarças no golpe e no regime político do Brasil a partir de 64, bem como não há trabalhos que remetam à relação expressa entre as sublevações no Governo Juscelino Kubitschek e os ensejos que motivaram às suas atuações no Governo Castelo Branco.

Tampouco encontramos trabalhos que se preocuparam com a deflagração de uma possível rede de sociabilidade ou até mesmo da manutenção de ganhos pessoais e seus impactos na sociedade envolvendo estes indivíduos que ousaram precipitar um golpe militar ainda na década de 1950.

Ao analisar a bibliografia já consolidada sobre o período, encontramos Maria Benevides em seu livro “O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política”, bem como, “O Brasil de JK” de Ângela de Castro Gomes; além de “JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil”, de Celso Lafer, trabalham o mesmo período histórico, mas com questões diferentes.

De forma ampla, os trabalhos destacados acima, enaltecem os aspectos da política de desenvolvimento econômico, analisando o programa de governo e as metas estabelecidas, além da importância da aliança partidária entre o Partido Social Democrático⁶ (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro⁷ (PTB), para a garantia da estabilidade política do país.

Outros trabalhos já referenciados pela historiografia como “O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964”, de Luiz Alberto Moniz Bandeira; “João Goulart: Entre a Memória e a História”, da Marieta de Moraes Ferreira e “João Goulart - Uma Biografia” de Jorge Ferreira. Estes trabalhos debruçaram-se sobre a luta de classes, a participação do empresariado, sobretudo do setor estrangeiro, além dos principais

⁶ PSD – Partido Social Democrático, fundado formalmente em julho de 1945, reunia em sua maioria os interventores e todos aqueles administradores do Estado Novo.

⁷ PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, fundado formalmente em agosto de 1945, reunia os partidos da continuidade de Getúlio, buscando os operários e as novas forças sociais emergentes.

impasses de seu governo, seu papel no momento do golpe e sua atuação no exílio, além de constituir extensa e cuidadosa análise sobre o ex-presidente.

José Mario Miguez, advogado, militante político, pesquisador e escritor do livro “O Primeiro Sequestro Aéreo da História da Humanidade”, utilizou de depoimentos de autoridades da época, onde narram detalhes do sequestro. Utilizou-se ainda, de documentos oficiais como Portarias do Departamento de Aviação Civil, Certidões de Imóveis locais e circulares da Prefeitura Municipal para rememorar a história do sequestro aéreo do quadrimotor da Panair do Brasil.

Miguez tinha como objetivo ao escrever o seu livro, a reivindicação da inclusão da “Revolta de Aragarças” como o primeiro sequestro aéreo da história humana, tal como conquistado quando da inclusão do feito no RankBrasil - Livros dos Recordes em 2007. Em seu texto não há uma preocupação quanto aos motivos que levaram nossos personagens a realizar tal feito. Tampouco utiliza as suas fontes para a compreensão dos conflitos existentes durante o governo JK.

O oficial Próspero Punaro Baratta Netto, registrou suas memórias num livro de sua autoria, denominado AMAZÔNIA – TUA VIDA É MINHA HISTÓRIA, onde conta a sua versão sobre a sua vida militar e a participação nos golpes da década de 1950. O livro está disponível na Biblioteca do Instituto Histórico da Aeronáutica e parece ser uma edição independente, sem uma gráfica conhecida ou edição específica, nos remetendo à noção de um “diário”. Não se trata de um documento com rigor historiográfico, tampouco literário ou científico.

Washington Amud Mascarenhas, também participante de Aragarças, seguiu o exemplo do amigo e escreveu o livro “Vencer pela correção”, contando as suas memórias pessoais em torno do seu cotidiano nas Forças Armadas. Esta versão dos fatos também está disponível na Biblioteca do Instituto Histórico da Aeronáutica e infelizmente consegui encontrar versão para aquisição. A leitura do livro de Mascarenhas não é prazerosa e o mesmo se utiliza de eufemismos, onomatopeias e até de metáforas pouco compreensíveis para quem não conhece a vida da caserna. Utiliza trechos soltos e tempos depois retoma o raciocínio sem nenhum rigor metodológico.

João Ferreira de Lima, tenente reformado da Força Aérea Brasileira e autor do livro “Jacareacanga: asas da verdade” utiliza de sua publicação como um verdadeiro diário de suas memórias sobre os acontecimentos que presenciou como sargento legalista das tropas que abafaram a sublevação destes militares. Porém, dicotomicamente, enaltece

a figura heroica e caridosa do major Haroldo Veloso, um dos conspiradores que ele ajudou a prender.

“Senta a Pua” de Rui Moreira Lima e “Jacareacanga: asas da verdade” de João Ferreira de Lima são publicações de autores militares tal como os citados acima, pouco convencionais ao estudo acadêmico, porém é extremamente interessante a utilização destes. Estes escritores foram atores ativos nestes eventos, sendo estas publicações o verdadeiro fruto da experiência de vida dos mesmos, o que enriquece a escrita e a análise histórica quando tratada com a devida problematização necessária.

Vale ressaltar a importância de uma apreciação mais apurada e detalhada do que o habitual ao utilizarmos este tipo de documento, visto que o autor “produz uma fonte calçada em sua memória individual [...] A confusão epistemológica e metodológica é inerente a este gênero de narrativa. Objeto e sujeito se entrelaçam” (ROLLEMBERG, 2016, p. 4) legitimando a atenção indicada.

Sérgio Lamarão, doutor em História pela UFF e autor dos verbetes no dicionário temático do CPDOC/FGV sobre as duas revoltas estudadas durante a dissertação, busca reconstruir a narrativa dos eventos pesquisados a partir dos dados que constam no livro “História das Revoluções Brasileiras”, de Glauco Carneiro⁸.

Carneiro sintetizou as matérias da Revista O Cruzeiro, instituição em que trabalhou por um longo período, realizando um “jornalismo histórico”, com a mera preocupação de registrar as matérias para a posteridade através dos depoimentos das vítimas, sem problematizar as questões ali levantadas ou até mesmo pensar nos desdobramentos dos eventos mencionados em suas reportagens e livro.

“Castello: A marcha para a ditadura” do jornalista e escritor Lira Neto, apresenta um trabalho biográfico e narrativo intenso sobre o homem, o militar e o político, dando foco nas intrigas políticas do período até a entrega da presidência para Costa e Silva. Em “1964: a Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe”, René Armand Dreifuss realiza um trabalho singular de pesquisa que nos inspira a trabalhar de maneira

⁸ Glauco Carneiro, cearense, diplomou-se pela Faculdade Nacional de Direito no Rio de Janeiro (turma de 1964). Especialista em Comunicação e Relações Públicas. Trabalhou em “O Cruzeiro”, “O Globo”, “O Jornal”, “Manchete”, “Tendência” e outros periódicos do Rio de Janeiro e São Paulo. Publicou: História das Revoluções Brasileiras (1965); O Revolucionário Siqueira Campos (1966); A Face Final de Vargas (com Lourival Fontes, 1966); Um Repórter no Mundo Português (1971); Lusardo - O Último Caudilho (1977/1978); Cunha Bueno - História de um Político (1982), e Batista Lusardo - Discursos Parlamentares; O Cerco da Lapa (A epopéia de Gomes Carneiro); O Menor como Alvo da Comunicação de Massa; Aspectos Psicossociais da Comunicação de Massa (Um novo elemento na fórmula de Opinião Pública); Um Congresso contra o Arbítrio e O Poder da Misericórdia (A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo).

efetiva com as fontes, mas infelizmente não chega a nos dar base para debater a participação dos revoltosos da década de 1950 junto ao regime instaurado.

Jorge Ferreira e de Angela de Castro Gomes nos guiam pelo livro “1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura militar no Brasil” focando através de periódicos, a explicação das origens da crise que antecedeu a deposição de Goulart propriamente dito, não se restringindo ao público acadêmico, com uma leitura agradável e leve, mas infelizmente também não se preocupa com a dinâmica de estudo aqui proposta.

A partir da necessidade de estudo e da busca por uma melhor compreensão sobre a inserção e a participação política destes principais líderes junto ao governo federal e seus associados no pós-1964 é que proponho o encaminhamento da presente proposta de pesquisa.

As pesquisas desenvolvidas ao longo de minha trajetória na graduação e mestrado nos levaram a conhecer melhor os eventos golpistas ocorridos durante o Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – 1960), bem como trouxeram consigo diversas questões que infelizmente ainda não consegui dar conta de responder por inúmeros motivos.

Neste momento, ganhou uma nova oportunidade de tentar estudar os desdobramentos destas inquietações no doutorado. Para tal, acredito ser possível comprovar que os líderes da Revolta de Aragarças foram participantes ativos do movimento político que depôs o presidente João Goulart em 31 de março de 1964; ocuparam cargos importantes na “máquina pública”, colaborando assim à manutenção do Governo de Castelo Branco e mesmo após a ida para a reserva remunerada estes continuaram a auxiliar na manutenção do status quo do regime militar, bem como faziam parte de uma rede de “clientelismo político” que imperava nas Forças Armadas Brasileiras.

Para comprovarmos com êxito essas suposições, torna-se necessário buscar a compreensão da trajetória dos revoltosos de Aragarças, a partir do término deste evento, desde a instalação do processo de Inquérito Policial Militar até a participação destes oficiais nos primeiros anos do regime militar.

O método materialista histórico-dialético será o Norte para a realização desta pesquisa, partindo das descobertas inseridas pelas fontes consultadas para descobrir a fundamentação que organizou os grupos em destaque e a sociedade como um todo durante

o período dos anos entre 1959 e 1967. Neste sentido, a reflexão teórica e prática dos temas a serem abordados e que estão aparentes num primeiro olhar, possam ser superadas, buscando-se então a realidade concreta, pensada, compreendida em seus aspectos, contradições e singularidades.

Para tanto, utilizaremos como uma das principais fontes da pesquisa, os próprios Inquéritos Militares instaurados pelas Forças Armadas quando do início da Revolta de Aragarças. Estes arquivos estão parcialmente digitalizados e disponíveis para consulta no site do Superior Tribunal Militar.

Os arquivos que pertenciam ao falecido Coronel do Exército, Luis Mendes da Silva, um dos líderes da Revolta de Aragarças, foram doados gentilmente pela sua filha, Iracilda Mendes Damasceno dos Santos, ao Arquivo Geral do Exército – AHEX e ao Arquivo Nacional. Entre os dois fundos, temos mais de mil documentos iconográficos, sonoros e textuais que remontam às décadas de 1950 e 1960 e que serão essenciais para a compreensão dos fatos analisados.

Entre estes dados, temos correspondências expedidas e recebidas, fês de ofício, de documentos apreendidos de comunistas fichados no território do Amapá, além de anotações, decretos, portarias e organogramas que serão importantes para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que “esses documentos serão utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras.” (FIGUEIREDO, 2007, p.5)

Utilizaremos os jornais O Globo, o Jornal do Brasil, Tribuna da Imprensa e O Diário Carioca, além da revista O Cruzeiro. A escolha por estes periódicos se deu por motivos notórios, dentre eles, pela representatividade local dos mesmos além de gozarem de credibilidade e prestígio moral para a sociedade local, tendo o objetivo de trazer detalhes sensíveis ao olhar da sociedade desta época, com o objetivo de reconstituir a atmosfera social e política do período.

Estes periódicos serão utilizados como fonte primária para a pesquisa histórica, uma vez que “a Imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas. Seu estudo é enriquecedor.” (ZICMAN, 1985, p.99)

A utilização deste tipo de fonte traz a necessidade de ir além da eventual crítica realizada pelo historiador, é imperativo “pensá-lo a partir de suas parcialidades, a começar

pela observação do grupo que o edital, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos.” (SILVA, 2010, p. 5)

Outra fonte que utilizei e que acredito que será muito importante são as quatro entrevistas do Brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, realizadas por Celso Castro e Maria Celina D’Araujo através do projeto "1964 E O REGIME MILITAR", desenvolvido pelo CPDOC com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no período de 1992 a 1995, que foram digitados pela equipe do projeto e estão disponíveis em modo eletrônico junto ao acervo da Fundação Getúlio Vargas.

Além da documentação e das fontes empregadas, se faz necessário à utilização de uma base teórica, bibliográfica, que norteie o estudo através de autores que conhecem com profundidade o período estudado, tais como Denis Moraes, Lúcio Flávio de Almeida, Maria Victória de Mesquita Benevides, Marleine Cohen, René Armand Dreifuss, Rui Moreira Lima, João Ferreira de Lima, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Karla Guilherme Carloni, Renato Lemos e Heloísa Maria Murgel Starling, dentre outros para auxiliar nesta tarefa.

Referências

- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Não comprar gato por lebre – para um reexame da relação entre nacionalismo e antiimperialismo nos anos JK*. Lutas Sociais, n. 15/16. São Paulo, NEILS, 2006.
- ARGOLO, José Amaral, Kátia Ribeiro, Luiz Alberto M. Fortunato. *A Direita Explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1996.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *Manifesto Dos Mineiros*. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BRASIL. Arquivo Nacional. Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo. *Fundo Luis Mendes da Silva: catálogo de documentos sonoros*, Rio de Janeiro: O Arquivo, 2012. 9 p. Disponível em <https://www.arquivonacional.gov.br/images/...ao.../Lus-Mendes-da-Silva-final-9-nov.pdf> Acessado em 10 de janeiro de 2019.
- BRASIL. Código Penal Militar. *Decreto-Lei Nº 1.001, De 21 De Outubro De 1969*. 1969. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm Acessado em 10 de outubro de 2019.
- CARLONI, Karla G. *Embates internos: militares X militares no governo JK*. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. XXVI Simpósio Nacional de História - Anpuh 50 anos, 2011.
- CARLONI, Karla G. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras*. 2º Volume. Edições O Cruzeiro. 1965.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15ª Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, José Murilo. “*Vargas e os militares: Aprendiz de Feiticeiro*”. In.: Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

COHEN, Marleine. *JK*. 1ª. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DREIFUSS, RA., and DULCI, OS. *As forças armadas e a política*. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. *Sociedade política no Brasil pós-61* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 132-181. ISBN: 978-85-99662-63-2.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 436p

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes. Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000,

FIGUEIREDO, N.M.A. *Método e metodologia na pesquisa científica*. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo*. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010

LAMARÃO, Sérgio. *Carta Brandi*. Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LAMARÃO, Sérgio. *Movimento do 11 De Novembro*. Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LAMARÃO, Sérgio. *República do Galeão*. Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LAMARÃO, Sérgio. *Revolta de Aragarças*. Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LAMARÃO, Sérgio. *Revolta de Jacareacanga*. Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LEMOS, Renato. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil, 1964-1979*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEMOS, Renato; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs.). *Empresariado e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

LEMOS, Renato. *Poder Judiciário e poder militar (1964-1969)*. In: Celso Castro; Vitor Izecksohn; Hendrik Kraay. (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bom Texto, 2004, v. , p. 409-438.

LIMA, João Ferreira de. *Jacareacanga: asas da verdade*. Belém, PA: Grafimorte, 1999.

LIMA, Rui Moreira. *Senta a pua!* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1980.

MIGUEZ, José Mario Guedes. *O Primeiro sequestro aéreo da história da humanidade*. 2ª ed. Goiânia: Editora Kelps. 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8ª edição ver. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

NETO, Lira. *Castello: A marcha para a ditadura* Capa comum. Companhia das Letras. 1ª Edição. 2019. 464p

ROLLEMBERG, Denise. *Historiadores franceses na zona cinzenta: lembranças da guerra*. In ____ Resistência: memória da ocupação na França e na Itália. São Paulo: Alameda, 2016

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmar Yoshihara. *Imprensa e Política no Brasil: Considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica*. Revista Histórica da Reflexão, v.4, n. 8 – UFGD – Dourados. Jul./Dez. 2010.

STARLING, Heloisa. *Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. 2ª Ed. Petrópolis. Vozes. 1986.

ZICMAN, Renée Barata. *História através da imprensa – algumas considerações metodológicas*. Projeto História. São Paulo, n. 4, jun. 1985.

A promoção do conservadorismo evangélico no Facebook – uma introdução ao estudo de caso do pastor Franklin Ferreira

Sergio Tuguio Ladeira Kitagawa¹
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa doutorado, cujo título é: “Da porta da igreja à tela do smartphone: os reformadores da era digital”, em andamento. Assim começamos indicando que, o presente trabalho aborda a atuação do pastor batista calvinista Franklin Ferreira. Líder de uma coalizão interdenominacional chamada Coalizão Pelo Evangelho, Ferreira é um formador de opinião entre os evangélicos conservadores. Autor de uma obra de Teologia Política, é atuante no Instituto Brasileiro de Direito e Religião (IBDR) e atuou como professor da Academia da ANAJURE (Associação Nacional de Juristas Evangélicos) e tem um curso na plataforma do Burke Instituto Conservador. Em meio a pandemia de Covid-19 tornou-se colaborador do “Gazeta do Povo”, um jornal curitibano que se tornou digital em 2017, com colunistas conservadores de direita. O texto aponta conexões por afinidade eletiva entre o neocalvinismo de Ferreira e o conservadorismo moral, político e econômico em vigor no Brasil contemporâneo e que sustenta a construção de identidades e representações do bolsonarismo.

1. Situando o personagem: a onda conservadora e os evangélicos

Diferentes pesquisadores concordam sobre uma onda conservadora que teve início na primeira parte da década de 2010 e tem um caráter transnacional (CHALOUB e PERLATTO, 2016; ALMEIDA: 2017, 2018 2019; MESSEMBERG: 2017; BURITY: 2018, 2020, 2021). O revigoramento do conservadorismo, sobretudo nos EUA e América Latina tem como partícipe razoável número de evangélicos, um campo religioso que no Brasil se mostra essencialmente pentecostalizado. Certamente que sua participação na política partidária e nas controvérsias na esfera pública são parte importante do atual cenário, ainda que seja discutível uma relação causal direta do voto evangélico com a vitória de Jair Bolsonaro (FONSECA: 2018), vitória que pode ser interpretada como ponto alto da onda conservadora no Brasil

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, aprovado com o projeto, cujo título é, Da porta da igreja à tela do smartphone: os reformadores da era digital, sob orientação do Dr^a Joana D'Arc do Valle Bahia.

Tem sido alvo de observação o fato dado de as ideias conservadoras terem fundamento religioso ou afinidades eletivas com a teologia evangélica (SOUZA JÚNIOR, 2020). Especialmente no que tange a pautas morais, mas não somente, os evangélicos fazem parte da onda conservadora. Sua crescente inserção na esfera pública tem justificativa teológica. Dentre as teologias políticas que se destacam no cenário brasileiro podemos citar a teologia do domínio e a teologia neocalvinista. No atual contexto, a diferença mais marcante do neocalvinismo com relação à teologia do domínio é que enquanto essa apela a uma visão espiritualista em que as diferentes esferas da vida foram tomadas por demônios e precisam ser reconquistadas pelos cristãos, os calvinistas apresentam suas ideias de forma racionalizada, intelectualizada, valendo-se de uma aproximação de seus pensadores com o meio acadêmico, buscando legitimar sua visão de mundo no próprio pluralismo de ideias característico das sociedades democráticas.

Curiosamente, há indicativos de inserção das doutrinas calvinistas entre os pentecostais incipientemente trabalhados por Lopes (2018) e Peixoto (2020). Essa inserção tem se dado principalmente nas Assembleias de Deus, a maior denominação pentecostal brasileira. Para além dessa inserção, a teologia política calvinista se imiscuir em outras esferas sociais fora do campo religioso, como é o caso de *think tanks*, associações e cursos sobre conservadorismo, tendo por foco áreas como a educacional e a jurídica, como será brevemente citado mais à frente.

A relação entre o conservadorismo e o calvinismo será aqui observada na teologia política do pastor batista Franklin Ferreira, como forma de delimitação. Ele foi escolhido como principal fonte de meu objeto de pesquisa quando tive acesso a uma foto de Bolsonaro com o livro “Contra a Idolatria do Estado” e posteriormente acessei um vídeo publicado no Facebook do pastor² em que efusivamente o então deputado indicava a leitura do livro. Bolsonaro e Ferreira são personagens que no universo da pesquisa simbolizam o conservadorismo e neocalvinismo respectivamente em seu próprio campo.

² <https://www.facebook.com/ProfFranklinFerreira/videos/1743775005696240/>, acesso em 15/10/2021.



Figura 1 -Fonte: Facebook



Figura 2 - Fonte: Twitter

2. Franklin Ferreira e sua teologia política neocalvinista

Franklin Ferreira é mais especificamente um pastor de origem batista³, já que hoje atua em uma igreja independente, a Igreja da Trindade, em São José dos Campos. Conforme declaração dada em um de seus vídeos ele foi pastor de uma igreja batista em uma comunidade no Rio de Janeiro⁴. Foi naquela comunidade em que se sentiu movido a falar sobre política, depois de buscar responder pastoralmente ao choque causado entre os membros de sua igreja pela morte de cinco pessoas queimadas dentro de um ônibus na

³ Como a pesquisa focou-se no uso das redes sociais, não recorri a entrevista com o personagem, o que ficará para os desdobramentos da pesquisa de doutoramento.

⁴ Veja <https://www.youtube.com/watch?v=Gn9hcy3HIZM&t=16s>, acesso em 15/10/2021.

Penha, no subúrbio do Rio de Janeiro, em novembro de 2005. Além desse dado mais pessoal, são poucas as informações biográficas mais detalhadas sobre Ferreira. O que mais se destaca é o seu histórico de trabalho que evidencia um ministério dedicado ao ensino teológico, atuando em diferentes instituições de formação de pastores em diversas denominações, conforme dados retirados do seu currículo na Plataforma Lattes. A forma como se apresenta no seu perfil do Facebook também privilegia sua atuação como pastor, professor, teólogo e, principalmente, diretor de um seminário teológico, o Martin Bucer, em São José dos Campos.

Ferreira recorre frequentemente a uma afirmação do pensador holandês Abraham Kuyper: “na extensão total da vida humana não há nenhum centímetro acerca do qual Cristo, que é o único soberano, não declare: Isto é meu!” (KUYPER Apud FERREIRA: 2016, p.203. Kuyper foi um político e teólogo holandês que exerceu o cargo de primeiro-ministro, tendo sido um dos expoentes da teologia política neocalvinista. Essa corrente teológica pode ser interpretada como uma leitura do calvinismo que se desenvolveu na virada do século XIX para o século XX com forte ênfase na participação do cristão em questões culturais e políticas. Interessantemente, Kuyper foi bastante influenciado pelo anti revolucionário Groen Van Printerer, que por sua vez teve suas ideias derivadas de Edmund Burke que é considerado o “Pai do Conservadorismo”. Franklin Ferreira recorre a Kuper em sua principal obra sobre política *Contra a Idolatria do Estado*, bem como em suas palestras disponíveis em vídeos no Youtube. Isso permite que ele seja incluído entre os adotam uma teologia política neocalvinista.

Quais os pontos fundamentais da teologia política neocalvinista expressa na obra de nosso personagem, seja seu livro ou seus vídeos?

Em primeiro lugar, seus escritos e suas palestras têm como maior objetivo chamar o cristão a atuar na esfera pública. Essa participação tem amparo religioso, é fundamentada teologicamente, mas não se pretende apresentar religiosa ou teológica. Não há gritos. Demônios nomeados sob os títulos das divindades afro-brasileiras não são exorcizados. Não há campanhas por milagres movidas pela coleta de doações financeiras. É uma atuação fundada no conceito calvinista de vocação, sendo a realização da atividade profissional para glória de Deus e, por isso, de forma capacitada, no exercício de dons e talentos aperfeiçoados no conhecimento humano desenvolvidos como parte da chamada “graça comum”, que é derramada sobre os crentes e descrentes.

Em segundo lugar, uma das principais características de Franklin Ferreira e do segmento evangélico que ele, como ator social, representa é a apresentação que

transcende os limites da pertença aos quadros de lideranças religiosas. Em geral, ele se apresenta como professor, como teólogo, como consultor acadêmico. A importância da formação e da atuação acadêmica é parte do processo de legitimação do discurso, especialmente quando comparados os pastores calvinistas com as lideranças evangélico-pentecostais midiáticas. Destaca-se a sobriedade do pastor-professor. Diferente da postura agressiva de personagens midiáticos como Silas Malafaia e o deputado Marcos Feliciano, Ferreira se caracteriza por uma fala tranquila, palestrante, racionalizada, que demonstra um autocontrole já percebido nos calvinistas na célebre análise weberiana como “autocontrole puritano” (WEBER, 2003, p.92-93).

Para os neocalvinistas, não é necessária uma linguagem estritamente religiosa, dotada de símbolos litúrgicos ou fraseado ou remissões aos dogmas tão afeitos ao ambiente eclesiástico, mas que haja uma interação no espaço de intersecção entre a racionalidade secularizada e a racionalização da religião. Ferreira se apropria de um conceito habermasiano, o de “tradução cooperativa dos conteúdos religiosos”, em que cabe aos que creem demonstrar racionalmente a razoabilidade de suas crenças quanto a como as coisas devem ser sem necessariamente usar argumentos ou linguagem religiosa. Sua opinião é mais uma em uma realidade plural e colocá-las em debate e disputa por aceitação faz parte do jogo democrático.

Em terceiro lugar, no que tange a participação no campo político por meio de programas político-partidários, a teologia política neocalvinista tal como se reconstrói a partir de Franklin Ferreira envolve duas realidades: a do foro íntimo, que respeita a individualidade do fiel, que pode, por si, filiar-se e militar na esfera pública; contraposta a essa, está a realidade da Igreja enquanto instituição, que nunca é apolítica, mas sempre apartidária. Não cabe a Igreja sair em defesa de partidos ou agentes políticos individualmente. No entanto, Ferreira é essencialmente antirrevolucionário e muito especificamente um opositor ferrenho da esquerda política. O discurso neocalvinista interpreta a esquerda como rival do cristianismo. Este não indica ou designa quais os partidos políticos cujos programas são compatíveis com a visão da fé cristã defendida por essa linha teológica. Ao mesmo tempo, restringem a escolha e acabam por direcionar o voto: esquerda e extrema esquerda – leia-se comunismo e socialismo – não!

3. Franklin Ferreira e suas redes de sociabilidade

A pesquisa começou focando principalmente a relação entre o conservadorismo e os evangélicos nas redes sociais digitais. Curiosamente, a partir de Ferreira, a quem

consideramos um personagem-chave, foi-se desvelando uma rede de contatos em diferentes campos, ainda que ligados pelo viés conservador do discurso. O uso das mídias não exclui a inserção ou construção de uma rede de relacionamentos influentes em diferentes organizações. As redes sociais digitais mostram-se um instrumento de divulgação e recepção de ideias desenvolvidas nessas redes de sociabilidade e tornam públicas as suas bandeiras e iniciativas gerando adesão por meio dos “seguidores” que se tornam “curtidores” e “compartilhadores”.

Num primeiro plano, a principal rede de influência de Ferreira é de cunho interdenominacional. O pastor é o presidente da Coalizão pelo Evangelho. Trata-se de uma iniciativa de pastores e presbíteros que compartilham da teologia calvinista, sendo uma “seção” da *Gospel Coalition* estadunidense. Seus principais objetivos são promover uma confessionalidade com base nos princípios da Reforma Protestante e fornecer subsídios para que o evangelho seja defendido e vindicado na esfera pública. Em consonância com o que indicam Mariano (2011), Montero (2012), Machado (2015), Camurça (2019), Burity (2005), dentre outros, percebe-se nesses objetivos que há uma articulação intencional em levar convicções religiosas ao debate e isso acontece sob uma lógica apoiada em duas concepções: a) a de competição, seja com referenciais ditos seculares ou de cunho religioso que concorrem com os evangélicos; b) a de participação dos evangélicos no sistema republicano diante da noção de pluralismo democrático.

O exame da inserção de Ferreira na esfera pública faz perceber que sua participação no Instituto Brasileiro de Direito e Religião é a segunda mais importante presença do pastor, onde ele ocupa a função de secretário do Conselho Deliberativo, cargo que rendeu um encontro oficial com o presidente Bolsonaro em julho de 2019 (Figura 3). O IBDR é uma *think tanks* criada em 2018 com o objetivo declarado de propor uma visão “crítico-transcendental” da sociedade a partir de uma abordagem que faça o direito e a teologia dialogarem entre si, sob uma perspectiva da cosmovisão judaico-cristã percebendo como danosa a tentativa de expurgar da vida pública o fenômeno religioso. O IBDR tem como presidente de honra Ives Gandra Martins, jurista que emitiu parecer sobre a admissibilidade de um processo de impeachment ainda no primeiro mês do segundo mandato da então chefe de Estado. Os membros do IBDR são majoritariamente ligados ao Instituto Presbiteriano Mackenzie e/ou à prelazia católica *Opus Dei*. O Mackenzie é uma instituição cuja associada vitalícia é a Igreja Presbiteriana do Brasil, denominação de confissão calvinista a que pertencem os pastores Milton Ribeiro e André Mendonça, que tomaram parte do primeiro escalão do governo Bolsonaro. Um importante

ponto de contato entre os católicos da *Opus Dei* e os calvinistas são sua construção discursiva que apela a intelectualidade, a racionalidade e que se mostra receptiva a um grupo letrado, especializado, que deseja viver sua profissão sem renunciar à fé ao mesmo tempo sem renunciar a razão. O principal destaque para o IBDR está no fato de entrarem em cena em um momento crítico da conjuntura brasileira, municiando cristãos a agirem na esfera pública, municiados por pareceres técnico-jurídicos fundamentados epistemologicamente.



Figura 3 - Fonte: site da Vieira e Regina Advogados.

Duas outras instituições foram marcadas pela presença de Ferreira. São elas a Associação Nacional de Juristas Evangélicos e o Burke Instituto Conservador. Sua participação nessas instituições foram mais pontuais do que sua atuação de liderança na Coalizão pelo Evangelho e no IBDR, mas são dignas de nota em função do caráter das instituições e do seu papel na atual onda conservadora.

A ANAJURE foi fundada em 2012, ocasião em que estava presente Damares Alves, então assessora jurídica da Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida, liderada pelo então senador evangélico Magno Malta. Desde sua fundação a associação tem se dedicado a defender as liberdades civis fundamentais, mais notadamente a liberdade religiosa e de expressão. A ANAJURE promove periodicamente a chamada “Academia ANAJURE”, um encontro de formação para juristas evangélicos que tem por objetivo treinar estudantes e recém-formados em Direito na Cosmvisão Cristã aplicada às Ciências Jurídicas. Ferreira foi professor da edição de 2017. A associação tem em seus quadros diversos nomes ligados de alguma forma a Universidade Presbiteriana Mackenzie, mantida pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie. Institucionalmente, a ANAJURE tem se destacado pelo constante *lobby* junto ao governo. Pode ser classificada

como uma associação de militância jurídica no sentido de promover ações jurídicas específicas, seja por meio de pareceres à luz dos textos legislativos, seja em ações de monitoramento de proposições legislativas ou por meio de seus vários programas de apoio jurídico às denominações evangélicas, agências missionárias e outras instituições. Ainda que a maioria de seus membros não seja calvinista, é perceptível a influência dessa linha doutrinária seja pela atuação dos membros consultivos, seja pelo contexto discursivo confessional pelo qual transitam os que têm ligação com o Mackenzie, seja pela constatação de que palestras-chave dadas nos cursos promovidos pela Academia ANAJURE são dados por calvinistas.

Ferreira também é professor do Burke Instituto Conservador que mantém um curso *online* dado pelo pastor intitulado “A Política, o Estado e a Igreja”. Fundado em São José dos Campos por Wesley Santos, Wagner Lima e Ramon Dias, sobre os quais se consegue poucas informações, o instituto se autodefine como um centro cultural de constituição clássica. Vários professores do Instituto são figuras recorrentes nos círculos conservadores brasileiros como Aramis de Barros, Francisco Razzo, Thiago Rossi e Ana Caroline Campagnolo. Vários temas são tratados nos mais diferentes cursos como aborto, feminismo, *homeschooling* e globalismo. O Instituto reúne a interdisciplinaridade sob os auspícios de uma proposta pedagógica, educacional, formativa, lançando mão de filósofos, economistas, jornalistas, historiadores, juristas e, sem preconceitos, também os teólogos.

Além de Franklin Ferreira, diferentes personagens pertencem a duas ou mais das instituições supracitadas ao mesmo tempo.

4. Franklin Ferreira: um reformador da era digital

Ferreira sabe muito bem se valer dos recursos digitais. Ele está presente no Facebook, no Instagram, mantém um grupo no Telegram e um canal no Youtube. Seu *modus operandi* nas redes sociais digitais permite incluí-lo no fenômeno do “ativismo digital evangélico” descrito por Cunha (2019, cap.3, *passim*), em que assumindo um papel de “influenciadores digitais”, personagens atuam na “esfera pública digital” ou “esfera pública virtual” como produtores, reprodutores ou credenciadores de conteúdo político (Cunha: 2019, p.206).

No presente trabalho, dou ênfase às postagens de sua página no Facebook que possuía 146.096 seguidores em 25/10/2021. Dentre diferentes indicações de materiais (vídeos, artigos, etc.) nessas postagens, Ferreira tem recorrentemente postado seus textos

escritos para o Jornal *A Gazeta do Povo* ou matérias e colunas escritas por outros autores. No que se refere ao Jornal *A Gazeta do Povo*, cabe aqui uma rápida nota: era o jornal diário de maior circulação de Curitiba, Paraná. Em 2017, deixou de circular impresso migrando para uma atividade diária online e uma revista impressa aos fins de semana (LIMA; FERNANDES; COSTA: 2019, p.2) Em 2018 declarou-se o jornal mais lido no mês de outubro – justamente o mês das eleições presidenciais que levaram Jair Bolsonaro ao poder – com 33,7 milhões de visitantes únicos. Ainda que um jornal de perfil conservador, Martins (2018) aponta uma guinada ainda mais radical à direita que teria tido início a partir de 2009 e com maior força em 2015, sob a liderança de Guilherme Döring Cunha Pereira, presidente do Grupo Paranaense de Comunicação e numerário da *Opus Dei*. Dentre os atuais colunistas do jornal estão nomes como Alexandre Garcia, Rodrigo Constantino, Luiz Felipe Pondé e João Pereira Coutinho⁵.

Dado o caráter sintético desta apresentação, escolhi algumas postagens do final do mês de outubro de 2021 para exemplificar o ativismo digital de Ferreira. A primeira postagem analisada é a de 30 de outubro de 2021 (Figura 4), em que compartilha uma nota pública do IBDR⁶ em defesa da liberdade de expressão do jogador de vôlei Maurício de Souza. A nota critica a campanha pelo “cancelamento” nas redes sociais do esportista e a perda de seu contrato.

O jogador havia se manifestado contrário ao uso de linguagem neutra em novelas, sua preocupação com a construção do personagem “Superman” como bissexual e sua discordância quanto a participação de jogador transexual na equipe feminina de basquete estadunidense. Para o IBDR, do qual Ferreira é secretário, a cultura do cancelamento disseminada nas redes sociais põe em risco a liberdade de pensamento e expressão garantidas pela Constituição Federal, especialmente por ensejar consequências na vida profissional dos cancelados. Em 01/11/2021 a postagem contava com mais de 1.900 curtidas e 302 compartilhamentos.

⁵ Veja: <https://www.gazetadopovo.com.br/#explore>, acesso em 31/10/2021.

⁶ A nota está disponível em <https://static1.squarespace.com/static/5bfc81e6266c07c8f534faa3/t/617c557202e1535ae48aede7/1635538290712/Nota+Jogador+Mauri%CC%81cio+Souza.pdf>, acesso em 31/10/2021.



Figura 4 - Fonte: Facebook

Alguns dias antes, em 28 de outubro de 2021 Ferreira havia postado o link para um editorial publicado no jornal *A Gazeta do Povo* (Figura 5)⁷. A imagem postada por Ferreira continha a seguinte citação: “*Classificar as manifestações de Maurício de Souza como ‘homofóbicas’ ou ‘ilegais’ é muito mais que uma distorção grosseira do seu conteúdo; é a admissão de que há assuntos que não podem ser nem mesmo discutidos, quanto mais questionados*”. A publicação contava em 01/11/2021 com mais de 5.900 curtidas e cerca de 2.200 compartilhamentos.

⁷ O texto completo, aberto inclusive a não assinantes, está disponível em https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/o-cancelamento-de-mauricio-souza-e-a-liberdade-de-expressao-agredida/?utm_source=instagram&utm_medium=midia-social&utm_campaign=gazeta-do-povo&utm_term=feed&fbclid=IwAR3JHVhKb2Z1FtgnOUC7TuGsDzwGOqtn2z6eMnxDKWDo2x8k5vej1Wa5is, acesso em 01/11/2021.



Figura 5 - Fonte: Facebook

Em postagem de 25 de outubro de 2021 (Figura 6), Ferreira demonstra seu antiesquerdismo a partir de uma crítica ao líder da revolução cubana Ernesto Che Guevara. Numa sequência de imagens produzidas pelo jornal *A Gazeta do Povo*, lê-se os seguintes trechos destacados: “7 Coisas que você precisa saber antes de vestir uma camisa do Che Guevara”; um “assassino frio, um torturador, sádico e um materialista sedento de poder”; 1) “uma das mansões mais luxuosas de Havana”; 2) “promoveu a queima de livros e assinou sentenças de morte para autores que discordavam dele”; 3 “supervisionando a tortura e execução de milhares de cubanos sem julgamento”; 4) “se você tem dúvida, deve executar”; 5) “ignorava os princípios mais elementares da economia”; 6) “importou uma frota de limpadores de neve da Tchecoslováquia porque achava que eles seriam ótimos para colher cana”; 7) “o socialismo valia mais do que milhões de vítimas de uma guerra nuclear”.

A publicação contava em 01/11/2021 com mais de 1.100 curtidas e cerca de 745 compartilhamentos.



Figura 6 - Fonte: Facebook

Em postagem de 22 de outubro de 2021 (Figura 7), vemos a indicação de uma obra em fase de escrita tendo como tema a visão da teologia reforma (leia-se calvinista) sobre os judeus. Ferreira tem sido visto como um sionista, defendendo uma posição simpática a Israel no conflito com os árabes palestinos. Curiosamente, essa postagem possuía em 01/11/2021 com apenas 343 curtidas e 29 compartilhamentos.



Figura 7 - Fonte: Facebook

Uma postagem de 21 de outubro de 2021 (Figura 8) mostra a derrubada de um aplicativo de Bíblia pela *Apple* atendendo pedido do governo chinês. Ferreira veicula com recorrência em suas postagens notícias sobre a repressão do Partido Comunista da China aos cristãos. Percebe-se uma tentativa de associar imediata e necessariamente todo o espectro político da esquerda com a ditadura, a repressão e a perseguição. Suas postagens parecem ser um alerta aos cristãos sobre o que pode vir a acontecer caso a esquerda retome o poder no país.

Essa postagem possuía em 01/11/2021 com mais de 1.300 curtidas e cerca de 780 compartilhamentos.



Figura 8 - Fonte: Facebook

Uma postagem de 19 de outubro de 2021 (Figura 9) apresenta uma crítica ao chamado “progressismo”. Esse é um termo recorrentemente usado por Franklin Ferreira para se opor aos evangélicos não conservadores. Em diferentes postagens Ferreira os trata como uma ameaça ao que entende ser o verdadeiro Evangelho, como um “cavalo de tróia” inserido entre os evangélicos brasileiros e que precisa ser combatido. O meme postado consta de duas figuras sobrepostas: na de cima, uma serpente é mostrada com a legenda “comunismo”. Abaixo, uma serpente que leva presa sobre a cabeça uma espécie de pelúcia ou algo do tipo em formato de unicórnio com a legenda “progressismo”, indicando que o progressismo nada mais seria do que o comunismo disfarçado em uma

aparência benéfica, prometendo força e pureza, mas trazendo veneno e destruição. Essa postagem possuía em 01/11/2021 mais de 3.200 curtidas e 671 compartilhamentos.



Figura 9 - Fonte Facebook

Essa é apenas uma pequena mostra da análise das diferentes postagens de Ferreira que permitiram que a pesquisa de doutoramento chegasse à algumas conclusões fundamentais: o antipetismo é muito presente no ativismo digital de Franklin Ferreira como consequência de sua total intolerância com o que chama de “esquerdismo”. Há uma verdadeira “cruzada” para divulgação de que a esquerda é uma posição política inaceitável não somente para os cristãos, visto que o esquerdismo seria, em sua ótica, frontalmente oposto ao cristianismo, como também para os não-cristãos visto que os totalitarismos seriam obra da esquerda e uma nefasta consequência da adoção de suas ideias. A defesa intransigente do ideal liberal é uma marca das postagens de Franklin Ferreira, sobretudo da liberdade de pensamento e opinião, mas também presente a liberdade do mercado. O Estado é visto apenas como um agente de punição securitária, à luz de sua compreensão do texto bíblico de Romanos capítulo 13, sendo um agente recompensador dos justos e punidor dos malfeitores. Dentre as questões políticas mais controversas está a questão do Estado de Israel, que não é unanimidade entre os

calvinistas, mas está atrelada a escatologia dispensacionalista muito presente nos diferentes grupos pentecostais.

Os pontos de vista defendidos por Ferreira como antiesquerdismo, defesa intransigente do liberalismo político e econômico, defesa de um Estado repressor e securitariamente punitivo, a defesa da moralidade sexual cristã como normativa como a manifestação do direito à liberdade de expressão e opinião, o apoio irrestrito ao Estado de Israel, são todas ideias presentes no bolsonarismo. Ainda que se deva ter em mente que as convicções religiosas calvinistas de Ferreira não são uma causa imediata do bolsonarismo, seu papel como influenciador digital certamente fundamenta percepções favoráveis às pautas defendidas, quando não adesões ao projeto bolsonarista. Isso se dá por afinidade eletiva, conceito encontrado em Weber e interpretado por Löwy (2011), que designa um processo pelo qual duas ou mais formas culturais — sejam elas religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas — entram, a partir de analogias significativas, afinidades de sentidos, em uma relação de atração e influência recíprocas, escolha mútua, convergência ativa e reforço mútuo.

Curiosamente, uma rápida passagem de olhos pelas diversas postagens de Franklin Ferreira em sua página no Facebook permite perceber que as que possuem maior interação dos seus seguidores, seja curtida ou outras reações, ou comentários e compartilhamentos, são justamente as postagens em que assuntos afeitos à esfera pública como política, economia e defesas morais são abordados. A interação com os conteúdos estritamente religiosos, como sermões, indicações de bibliografia ou outros ligados a sua posição como pastor não possuem o mesmo número de interações.

Considerações finais:

A pesquisa apontou Franklin Ferreira como um “reformador da era digital”. O que define essa “tipologia”, essa “classificação”? Por partes, podemos definir como segue:

Deve-se entender “reformador” sob alguns parâmetros fundamentais: em primeiro lugar, é um líder religioso que defende uma reforma contínua na igreja cristã, uma volta contínua ao que entende ser o padrão normativo, o texto, as Sagradas Escrituras, a Bíblia cristã. A reforma defendida começa na vida pessoal, tem por consequência imediata um avivamento nas comunidades eclesiais locais e se expande para a sociedade na medida em que crentes reformados levam suas convicções para a esfera pública e ali, no cotidiano, vivem seu culto público; em segundo lugar, esse líder é intelectual, acadêmico, revestido de autoridade por um certo currículo, produção literária e argumentação

arrazoada aceita ou – quando não completamente aceita – respeitada por seus pares e recebida pelo grupo de base que ele influencia; em terceiro lugar, a forma como apresenta sua teologia lhe confere autoridade na medida em que são construídas ligações com os pensadores fundadores de sua tradição teológica, ou seja, a apropriação e interpretação de autores passados é feita de forma que transmita simbolicamente uma linha ininterrupta de verdade autorizada.

Deve-se entender “digital” na sua capacidade de ler a realidade presente e não negar, mas buscar se beneficiar da mediação das mídias digitais, mormente das redes sociais digitais. O reformador da era digital é mais um “digital influencer”, com perfis nas diferentes redes, com seguidores e até inserção em um importante jornal, hoje publicado exclusivamente de forma digital. Mas não só. O que mais tem sido surpreendente no decorrer da pesquisa é que as redes sociais digitais não superam e não são capazes de excluir a tradicional rede de sociabilidade que está por detrás das telas: posições estratégicas que são ocupadas em diferentes terrenos, mesmo em diferentes campos que cada vez mais se aproximam, tendo suas antigas fronteiras ou limites cada vez mais confusos. Isto posto, a observação desse personagem faz concluir que ele soube construir – quando não se inserir – em importantes espaços de sociabilidade, espaços que garantem visibilidade e influência sobre diferentes grupos sociais. Assim, a partir dessa presença física real, Ferreira enquanto reformador da era digital sabe também marcar presença na realidade virtual, transmitindo as ideias para suas redes sociais digitais, publicando ou compartilhando conteúdo dessas diferentes redes, fazendo-as conhecidas e gerando mobilizações e adesões a um projeto de ocupação consciente da esfera pública a partir de convicções muito bem estruturadas e com argumento organizado.

Os pontos de convergência entre cristãos evangélicos e conservadores são território fértil das afinidades eletivas em que a junção de interesses dos mais diversos manipulam toda uma série de símbolos e acionam identidades e representações que mimetizam complexos fatores estruturais e permitem simplificações e reducionismos que opõe direita e esquerda, honestidade e corrupção, velha política e nova política e outros binômios operados na lógica do combate, da guerra, do “nós” e “eles” e que exigem nos tempos de crise uma escolha, uma tomada de lado. A mesma lógica, quando aplicada em outras controvérsias, como o modelo econômico a ser adotado; a política de segurança pública a ser implementada ou a moralidade pública que deve ser considerada normativa, manipula identidades e representações religiosas não necessariamente apresentadas como religiosas e, assim, compõe um universo de convicções conservadoras defendidas como

uma solução para a crise política, econômica e social. Convicções legitimadas pelo discurso intelectual, arrazoado, estruturado, secularizado, como mais uma peça no intrincado jogo do campo político. Ferreira sabe se valer dessa dinâmica e sua presença nas redes sociais digitais são uma mostra disso.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. “Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. IN: *Novos Estudos*. CEBRAP: São Paulo. Volume 38, nº 1. p.185-213. Jan-Abr.2019.

ALMEIDA, Ronaldo de. “Os impedimentos de Dilma” IN: ALMEIDA, Ronaldo & TONIOL, Rodrigo. *Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos*. Análises conjunturais. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos PAGU*, v. 50, 2017, pp. 5-30.

BURITY, Joanildo. ¿Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña? La coyuntura post impeachment en Brasil. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v. 22, p. 1-24, 2020.

BURITY, Joanildo. “Religião e República: Desafios do Pluralismo Democrático”. IN: *Caderno de Estudos Sociais*. Recife, vol.21, nº1-2; p.23-42. Jan/Dez.2005.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?. In: TONIOL, Rodrigo; ALMEIDA, Ronaldo. *Conservadorismo, fascismo e fundamentalismo: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

BURITY, Joanildo. El pueblo evangélico: construcción hegemónica, disputas minoritarias y reacción conservadora. *Encartes*, v. 3, n. 6, p. 1-35, set. 2020-fev. 2021.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. “Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018” IN: *Estudos de Sociologia (UFPE)*, v. 2, p. 3-212, 2019.

CHALOUB, Jorge. PERLATTO, Fernando. “A Nova Direita Brasileira: Ideias, Retórica e Prática Política” IN: *Insight Inteligência*. Ano XIX, nº 72, Jan/Fev/Mar de 2016. p.25-41.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Do púlpito às mídias*. Evangélicos na política e ativismo digital. Curitiba: Editora Appris, 2019.

FONSECA, Alexandre Brasil. Foram os evangélicos que elegeram Bolsonaro?. *Revista IHU Online*, 7 nov. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584446-foram-os-evangelicos-que-elegeram-bolsonaro>. Acesso em: 21 jun. 2021.

LIMA, Myriam Regina Del Vecchio. FERNANDES, José Carlos. COSTA, Rosa Maria Dalla. “Os leitores da Gazeta do Povo diante de um jornal em desmaterialização”. E-compós (Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), v. 22, jan-dez, publicação contínua, 2019, p. 1–23.

LOPES, Marcelo. *Metanoia pentecostal: sinais de uma primavera educacional na Assembleia de Deus no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

LÖWY, Michael. *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa central (um estudo de afinidade eletiva)* São Paulo: Perspectiva, 2020.

MACHADO, Maria das Dores Campos. “Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos”. IN: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 35(2): 45-72, 2015.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*. Porto Alegre, v.11, n° 2, 2011, pp.238-258.

MESSEMBERG, Débora. “A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros”. IN: *Revista Sociedade e Estado*. Volume 32, nº 3, Set/Dez de 2017. p.621-647.

MONTERO, Paula. “Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso”. IN: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, 32 (1): 167-183, 2012.

PEIXOTO, Pedro André de Sousa. Quem eles pensam que são? Identidade calvinista no Brasil contemporâneo. *Temporalidades: Revista de História*, ed. 32, v. 12, n. 1, jan./abr. 2020.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Ditadura, repressão e racismo

Stephanie da Rocha Santana da Silva¹
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Não tínhamos algemas para todos, tivemos que coagi-los psicologicamente.
Tenente Luís Cláudio²

Este texto decorre do projeto de pesquisa, cujo título é: “Da perseguição à reorganização: a luta do movimento negro no Brasil nas décadas de 1970-1980”, em andamento. Assim começamos indicando que, os abusos cometidos pela ditadura civil-militar vigente entre os anos de 1964 e 1985 deixaram marcas nos grupos que foram perseguidos por ela que duram muito mais que 21 anos. O aumento das blitz nas favelas, a violência enfrentada saindo dos bailes de música *soul*, a vigilância constante dos órgãos de informação e a negação do racismo, que mesmo velado era gritante e mortal, feriu pessoas negras no período da ditadura e segue ferindo até os dias atuais com as consequências das ações iniciadas ou intensificadas pelo governo autoritário.

Esse trabalho visa analisar o olhar da ditadura civil-militar sobre o movimento negro nesse período, principalmente o Movimento Negro Unificado e Movimento Black Rio, que foi marcado pelo constante ataque aos direitos humanos de seus opositores. Para isso, utilizaremos os documentos produzidos pelos órgãos de vigilância do aparato repressivo em várias de suas esferas e entrevistas realizadas pelas Comissões da Verdade do Rio de Janeiro e de São Paulo com ativistas no período.

Sendo assim, a repressão, a vigilância e o medo que seus fundadores e frequentadores sentiram fazem parte da história desses dois movimentos e consequentemente dos seus militantes e da construção das suas identidades que se formavam em meio a luta contra a discriminação racial. Dito isso, a análise do contexto

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, provada com o projeto, cujo título é Da perseguição à reorganização: a luta do movimento negro no Brasil nas décadas de 1970-1980 sob orientação do Dr^a Izabel Pimentel.

²Essa frase foi reproduzida no *Jornal do Brasil* em 30 de setembro de 1982 e foi atribuída a um tenente da Polícia Militar identificado apenas como Luís Cláudio, chefe de uma blitz nos Morros da Coroa/Chacrinha na qual 18 homens negros foram amarrados pelo pescoço numa só corda e enfileirados em posição análoga à escravidão.

político é indispensável para compreendermos o panorama do início do movimento negro contemporâneo brasileiro.

A documentação produzida por essa ditadura é vasta e tem sido estudada por historiadores desde que o acesso a ela foi possível. Seguindo esse mesmo caminho, vamos analisar a documentação produzida pelos órgãos de vigilância e repressão sobre o movimento negro brasileiro para demonstrar como o Estado ditatorial via e produzia sentidos próprios para a atuação do movimento.

Esses arquivos produzidos por ditaduras são chamados de *arquivos sensíveis*. Esse termo fica conhecido no Brasil nos 2000 e é definido da seguinte forma:

documentos produzidos no período da Ditadura Militar no Brasil, entre 1964 e 1985, cujo conteúdo informacional conteria segredos de Estado e/ou expressariam polêmicas e contradições envolvendo personagens da vida pública ou de seus descendentes. Arquivos produzidos em regimes repressivos ou totalitários, nos quais os direitos humanos e as liberdades são violados, como as ditaduras do cone sul, as guerras étnicas, as da descolonização, sem esquecer os conflitos civis da atualidade, são, por essa razão, denominados “sensíveis” (SILVA, 2022, 10)

Os arquivos sensíveis podem ser divididos em quatro grupos documentais distintos:

O primeiro deles compreende os documentos produzidos pelos órgãos de inteligência e repressão da ditadura brasileira, como relatórios, prontuários, dossiês, ordens de busca e prisões, fotografias tiradas a partir dos serviços de espionagem, ofícios, circulares, telegramas, entre outros, além dos depoimentos e declarações tomados em interrogatórios, que não respeitavam os códigos penais e os Direitos Humanos. A segunda tipologia abrange os documentos roubados e capturados pela repressão brasileira, que incluem documentos pessoais e de organizações das esquerdas, panfletos, jornais, correspondências pessoais, diários, etc. O terceiro conjunto documental diz respeito à documentação sobre a repressão produzida e/ou reunida por vítimas ou familiares de vítimas da repressão ou ainda por organismos de defesa dos Direitos Humanos durante a ditadura, que podem incluir também documentos oficiais obtidos por atingidos ou familiares para realizar denúncias. Por fim, o quarto tipo documental corresponde aos acervos constituídos em períodos democráticos, a partir de investigações – impulsionadas por iniciativas do Estado – para promoção de reparações e/ou apurações das violações dos Direitos Humanos, como as realizadas pela Comissão Nacional da Verdade. (Ibidem, p. 11)

No caso desta dissertação, apesar de contar com as Comissões da Verdade do Rio e de São Paulo que trazem capítulos específicos para tratar da questão racial na ditadura civil-militar em cada Estado, será predominante a análise de documentos pertencentes ao primeiro grupo de documentos da repressão, ou seja, os que foram produzidos pelos órgãos de inteligência e repressão. E esses órgãos de inteligência e repressão agiam de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional.

A ditadura civil-militar brasileira, assim como as demais ditaduras latino-americanas, foi estruturada em torno da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)³. Essa Doutrina foi criada nos Estados Unidos e divulgada nas escolas militares que formavam os oficiais latino-americanos. No contexto da Guerra Fria, foi criada para combater o inimigo “vermelho”, o comunismo. A DSN reproduzia internamente o conflito internacional capitalismo versus comunismo, para seus adeptos o comunismo era um mal a ser combatido e superado. Neste caso, o elemento comunista além de terrorista tornava-se um agente interno, inimigo que estava agindo contra a unidade da nação. Sendo assim, não era mais tratado como um cidadão de seu país de origem e não merecia o mesmo tratamento que os demais.

Sobre a participação dos Estados Unidos nas ditaduras latino-americanas, Padrós salienta:

A responsabilidade dos EUA na promoção, sustentação ou apoio direto a esses regimes, portanto, é mais que evidente. Seus interesses econômicos, estratégicos, políticos ou militares estão presentes em todas as experiências concretas de SN da região. No início dos anos 1960, sob a administração de Kennedy, os EUA estabeleceram as diretrizes da estratégia contra-revolucionária para a América Latina; entre elas, destacavam-se a promoção de ações sobre a reforma social, o aumento da capacidade preventiva e ofensiva da “contra insurgência” e a criação de um sistema hemisférico contra a repressão. (PADRÓS, 2008, p. 168)

E acrescenta:

(...) corações e mentes foram conquistados com relativa eficiência, embora não todos; diante da bandeira do anticomunismo, a influência dos EUA se fez sentir e muitos oficiais policiais e militares tornaram-se hostis a qualquer proposta de mudança na sociedade, reformista ou revolucionária. (Ibidem, p. 172)

A Lei de Segurança Nacional foi responsável pela perseguição e prisão de vários opositores ao regime. A violência com a qual foram tratados é bastante estudada por pesquisadores especialistas no tema, bem como no cinema e nos meios de comunicação. No caso das associações, grupos e organizações que compunham o movimento negro na década de 1970, eles eram enquadrados em dois artigos da Lei de Segurança Nacional: o

³A primeira Lei de Segurança Nacional criada pela ditadura militar foi o Decreto-Lei 314 em 13 de março de 1967 definindo crimes contra a segurança nacional, esse Decreto-Lei foi alterado por um novo em 1969 o Decreto-Lei 510 que tornava mais severas as punições. O Decreto-Lei nº 314 incorporou a Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra sob forte inspiração norte-americana apoiava-se no conceito de “guerra total” onde vários os setores da sociedade estão envolvidos na guerra que nesse caso era contra o comunismo e buscava combater o inimigo interno. Para mais informações sobre a doutrina de segurança nacional: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-seguranca-nacional>. Acessado em 11 de julho de 2022.

primeiro era o que estava definido no artigo 21 da lei, que considerava crime “tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo”;(PIRES, 2015, p. 24) e o artigo 33 inciso VI, que versava sobre “incitar publicamente o ódio ou a discriminação racial” (Ibidem).

Para pôr a lei em prática, o governo ditatorial contava com um aparato repressivo de identificação de ameaças e extração de informações. Esse era o Sistema Nacional de Informações (SISNI), um conjunto de órgãos de vigilância destinado a produção de informações em prol da política de segurança implementada pelos militares. O SISNI se estruturava da seguinte forma:

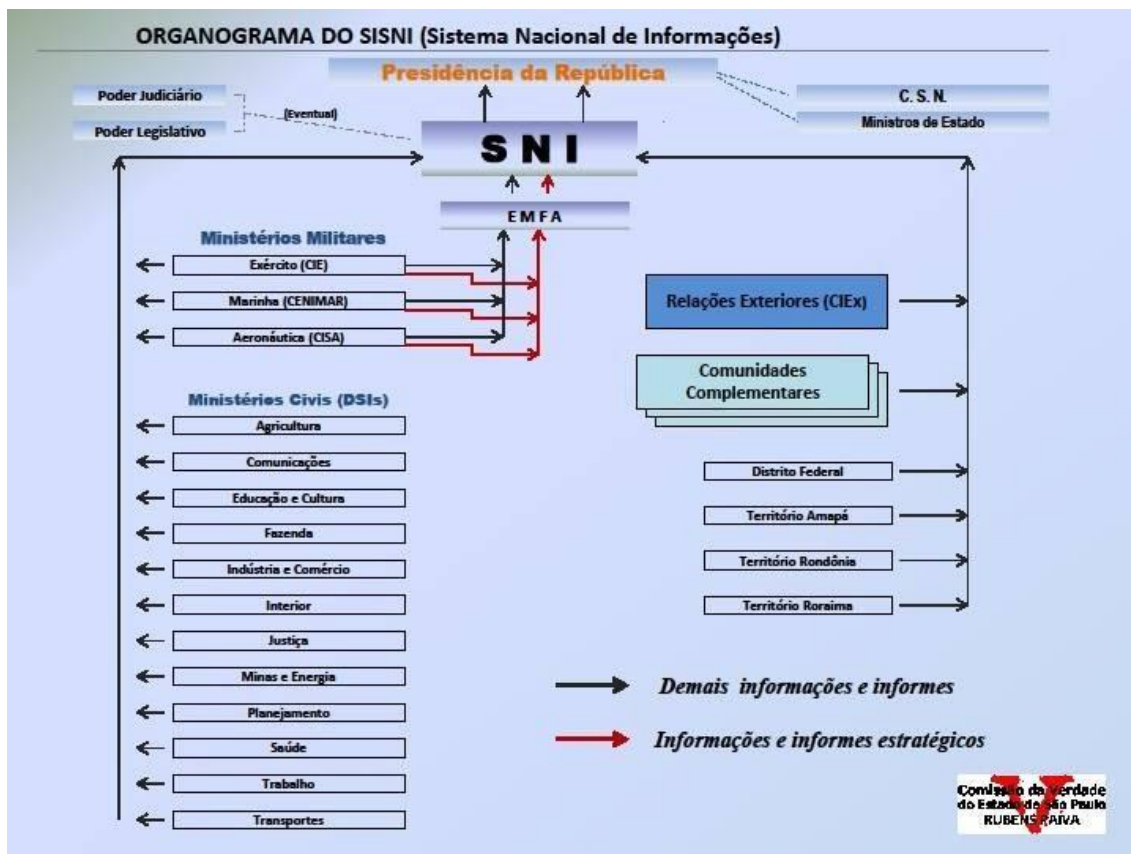


Figura 6: Organograma do SISNI montado pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” a partir de documentos de órgãos de repressão política da ditadura. Acessado em: 30/06/2022.⁴

Em relação ao movimento negro e à questão racial no Brasil, tema dessa pesquisa, destacamos o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os órgãos de informações das Forças Armadas que se reportavam a ele: o Centro de Informações do Exército (CIE), o

⁴Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/>

Centro de Informação da Aeronáutica (CISA) e o Centro Nacional de Informações da Marinha (CENIMAR). A documentação produzida por esses órgãos referente ao movimento negro será analisada ao longo desse capítulo.

O Serviço Nacional de Informações (SNI) era o órgão de cúpula do SISNI e foi criado por Golbery do Couto e Silva alguns meses depois do golpe civil-militar em 1964. No entanto, é com a vitória da chamada “linha dura”, iniciada com o governo do General Arthur Costa e Silva, que ele começou de fato a funcionar. Esse órgão era responsável por reunir informações de pessoas ou associações consideradas subversivas pelo regime. Em 1968, o SNI teve sua atuação ampliada com a instauração do Ato Institucional nº5⁵, que representou o aumento da repressão. O setor de informações contou também com as Divisões de Segurança e Informações (DSI) localizadas nos diversos prédios públicos civis e militares. O SNI chegou a ter 2.500 funcionários e uma escola. A Escola Nacional de Informações tinha como objetivo formar espões civis.

Os órgãos de informações aqui citados e a comunidade de informações, por eles formada, são importantes para analisar a atuação da ditadura brasileira em relação ao movimento negro, que na maior parte, se constituiu em forma de vigilância sob associações e militantes que de alguma forma chamavam atenção do governo em torno de um suposto perigo para a segurança nacional.

A produção documental dos órgãos de informações da ditadura sobre o movimento negro pode ser encontrada hoje no Sistema de Informações do Arquivo Nacional⁶. Os agentes responsáveis por elaborar esses registros chamam a atuação em torno da questão racial de “Racismo Negro no Brasil”. Baseado no inciso VI do artigo 31 da Lei de Segurança Nacional, aqui já citado, os militantes do movimento negro foram acusados de incitar o ódio racial e mais, acusados de criar, ou importar, um problema que no Brasil não existia e que seria contrário à formação da sociedade brasileira reforçando a democracia racial. A democracia racial foi uma expressão criada para descrever a sociedade brasileira como uma sociedade socialmente igualitária entre brancos e negros. A partir da atuação do movimento negro e de pesquisadores das relações raciais no Brasil, a democracia racial passou a ser encarada como um mito.

⁵Os atos institucionais são normas de natureza constitucional que foram expedidas pela ditadura militar entre 1964 e 1969. Em dezembro de 1968, o governo editou o AI-5, que autorizou o presidente a decretar o recesso do Congresso Nacional, interferir nos Estados e Municípios sem os limites constitucionais e a cassar mandatos eletivos. Ainda no mês de dezembro, opositores do governo foram presos assim como tiveram seus mandatos cassados.

⁶ <https://sian.an.gov.br/>

Assim sendo, a democracia racial integra a base ideológica da ditadura civil-militar. Na medida em que, na ótica da ditadura, o racismo é visto como inexistente, essa abordagem negacionista ocasiona uma inversão de papéis na qual quem comete racismo é quem o denuncia em uma sociedade onde ele supostamente não existe. E é exatamente com base nessa acusação de “racismo inverso” que o governo militar amplia e baseia sua perseguição e repressão ao movimento negro brasileiro.

Repressão ao Movimento *Soul*

Durante a década de 1970, o movimento negro e a discussão sobre a questão racial no Brasil ganharam espaço. O movimento voltou a respirar e a se organizar pela primeira vez depois do golpe civil-militar de 1964. Por um lado, militantes negros, sejam mais experientes como os que atuavam antes do golpe ou jovens universitários, criaram grupos de estudos e de pesquisas que no geral buscavam promover a cultura negra e - depois ficaram conhecidas como “associações culturais”. Simultaneamente, muito por influência da chegada do ritmo *soul*, cabelos afro, roupas coloridas e discursos de valorização da estética negra se popularizam a medida que os bailes *black* vão se tornando comuns no subúrbio carioca. Mesmo que não necessariamente essas iniciativas tivessem relação entre si, todas partiam do mesmo lugar: a constatação que o Brasil não era um país racialmente igualitário. E mais, a denúncia do mito da democracia racial vai ser a principal linha de atuação desse momento do movimento negro brasileiro.

Essas associações culturais logo entraram no radar dos órgãos de vigilância e da polícia política da ditadura militar. Mas aqui focaremos na presença do movimento *black* na documentação produzida pela comunidade de informações. Começamos então com um dos documentos mais antigos encontrados no acervo pertencente ao Arquivo Nacional sobre o tema. Ele é importante, pois traz um resumo dos principais assuntos que vão aparecer nas demais documentações sobre esse movimento:

Existe no BRASIL, já há alguns anos, embora com certa raridade, a intenção velada do movimento subversivo em suscitar o problema da discriminação racial, com o apoio dos órgãos de comunicação social. [...] Pela análise realizada pelos Órgãos de Informações, em 1971, conclui-se que indivíduos inescrupulosos e ávidos, para aumentarem as vendas de seus jornais ou revistas, e outros, principalmente por estarem ligados ou viverem na subversão ou terrorismo, estavam constantemente, difundindo boatos e notícias que exploravam o assunto, combinando-o com incidentes ocorridos no meio artístico (na época, o caso de TONY TORNADO, através da TV), com temas abordados em programas ao vivo e novelas pela TV, com assuntos ventilados em revistas e até em letras de canções apresentadas por artistas de renome.[...] Nesses anos, a repercussão do assunto foi considerável, chegando a influir na

moda com o aparecimento de um novo tipo de cabeleira, gestos típicos e dísticos alusivos em peças de roupas, visando a dar uma conotação de presença e fortalecimento da raça de cor negra.[...] Nos Estados Unidos da América do Norte, a criação e atuação dos grupos e movimentos conhecidos por ‘PANTERAS NEGRAS’, ‘BLACK POWER’ e outros de menor expressão, tem extensões que extrapolam os problemas locais, repercutindo em vários outros países, assumindo formas de organizações internacionais, sempre seguindo as premissas do M. C. I. [Comunismo Internacional], em colimar o agravamento das tensões sociais, visando à destruição das sociedades ocidentais.[...] O assunto se presta à ideia-força do movimento subversivo-terrorista, por ser sensível à nossa população e contrário à formação brasileira. É explosivo e aglutinador, capaz de gerar conflitos e antagonismos, colocando em risco a segurança nacional. (ARQUIVO NACIONAL: AC ACE 78482/74, CNF, I/I)

O trecho acima pertence à Informação 437/74 da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça para ser difundida entre Serviço Nacional de Informações (SNI/AC) – Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) – Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) – Centro de Informações do Exército (CIE) e consegue explicitar bem porque a entrada do movimento *soul* no Brasil e as discussões que ele levantava foi considerada subversiva. Apresenta os dois pontos, que já apresentamos aqui, da Lei de Segurança Nacional: tentar subverter a ordem político-social vigente e incitar o ódio racial. Os modos de vestir, falar, os penteados e toda essa cultura *black* sempre aparecem nas documentações que falam sobre o Movimento Black Rio como sinal de alerta para os militares. Isso se relaciona muito, apesar de não excluir o aspecto das influências internacionais e do anticomunismo, com o controle dos corpos exercido pela ditadura militar com apoio de setores conservadores da sociedade. Afinal, “os documentos da repressão refletem os e são refletidos pelos princípios conservadores, que norteavam a ditadura civil-militar brasileira.” (SILVA, 2022, p. 13)

Um caso interessante para se analisar a questão de controle dos corpos negros e censura relacionado ao movimento *soul* é o cantor Tony Tornado. Em 1970, o *soul* já estava se popularizando no Brasil e começou a aparecer nos festivais de música. Um deles foi o Festival Internacional da Canção (FIC), que em sua quinta edição teve a vitória de Tony com a música BR-3. No ano seguinte, em 1971, Elis Regina assumiu o posto de líder do júri do VI FIC. Acontece que diferente dos competidores que precisavam passar pelo crivo constante dos censores, ela como jurada não foi interrogada sobre o que iria cantar ou como iria cantar. Pois bem, Elis subiu no palco, no Maracanãzinho e, enquanto os votos do festival eram apurados, na frente de 20 mil pessoas cantou *Black is Beautiful*:

Hoje cedo, na Rua do Ouvidor quantos brancos horríveis eu vi / Eu quero um homem de cor / Um deus negro / do Congo ou daqui / que se integre no meu

sangue europeu / “Black is beautiful, black is beautiful / Black beauty so peaceful / I wanna a black, I wanna a beautiful. (REGINA, 1971, faixa 2)⁷

A música que foi composta pelos irmãos Marcos e Paulo Sérgio Valle já havia tido problemas com a censura. A letra original era: “Eu quero um homem de cor, um Deus negro do Congo ou daqui que melhore meu sangue europeu” e desagradou aos militares que achavam absurda a ideia de sangue negro melhorando um sangue europeu. De acordo com Julio Maria em “Elis Regina: nada será como antes”, biografia da cantora, o censor perguntou aos compositores: “O que vocês querem? Trazer música de protesto social para o Brasil?” Em resposta a isso e tentando salvar a canção, Paulo Sérgio Valle sugeriu ao censor que trocasse a letra por “que se integre ao meu sangue europeu” e conseguiu o carimbo que liberava a música, lançada no disco ELA, sem trazer nenhum tipo de problema para a cantora.

Voltando ao VI FIC no Maracanãzinho, Tony Tornado escutava a apresentação de Elis Regina nos bastidores. Emocionado, subiu ao palco na segunda vez que Elis entoava “Eu quero um homem de cor”. Com o braço estendido e o punho cerrado caminhou até abraçar Elis. Era o que os militares precisavam para pegá-lo e assim o fizeram. Ainda nos bastidores do festival foi levado para a delegacia e interrogado:

Então você é o negrão da ‘BR-3’?” perguntou o delegado. “Aquele que dança dando giro?” “Sim, sou eu mesmo.” “Então dança um pouco aí pra gente.” Toni cantava e fazia todos os passos que sabia. Quando parava, um novo policial aparecia. “Olha só, esse aqui é o Toni Tornado, dança aí pra ele ver”, pedia o mesmo delegado. Diante do terror psicológico daquela situação vivida por quase 12 horas, ele recebia um recado: ou baixava a bola ou raspava seu [cabelo] blackpower. (MARIA, 2015, p. 224)⁸

Desde que venceu o V FIC, Tony Tornado se tornou nacionalmente conhecido e estava na capa de várias revistas e jornais, muitas dos quais não conseguiam esconder o incômodo que seu corpo negro de quase dois metros de altura, seu estilo *soul* e, principalmente, o cabelo *black power* causavam e assim ele entrou na mira dos militares. Todos sabiam que Tony tinha morado um tempo em Nova York, no bairro do Harlem, e corria o boato que tinha conhecido os líderes dos Panteras Negras. Quando ele foi detido, o racismo apareceu nas perguntas do delegado que o chama de “negrão” e ameaça cortar seu cabelo. A ameaça feita a Tony Tornado se tornou real para vários frequentadores dos bailes de música soul que aconteciam no Rio de Janeiro. A Comissão Estadual da Verdade

⁷REGINA, Elis. **Elas**. Rio de Janeiro: Phillips Records. LP (35 mim). Faixa 2.

⁸MARIA, Julio. **Elis Regina: Nada será como antes**. São Paulo: Editora Master Books, 2015, p. 224.

do Rio de Janeiro (CEV-RJ) apurou isso através de entrevistas realizadas não só com os organizadores, mas com frequentadores dos bailes que acabaram se tornando lideranças em suas comunidades. Isso é o que diz José Fernandes Pereira, conhecido como Xavante, líder comunitário da Rocinha:

Todas as vezes que eu entrei em cana lá na internada de Olaria porque aí tinha aqueles bailes, aqueles bailes lá no Lespan, na Casa dos Marinheiros ali, teve uma época que eu me lembro muito bem, que a gente saindo do baile tinha aquela polícia naval que fazia ronda ali e a gente saiu e eles foram atrás da gente, entendeu? Correram, saíram atrás da gente, pegou o nosso grupo, que a gente saía daqui da Rocinha e ia dançar lá praqueles lados, então tinha sempre uma disputa de movimentos, de bairro e tal, e aí, rapaz, eu tinha um cabelo que era isso assim, era um black grande, e os caras cortaram nosso cabelo, deixaram a gente careca. (...) levaram a gente pra dentro do quartel. (PIRES, 2015, p 44)

Essa questão que se refere a cortar a força o cabelo afro é ao mesmo tempo uma violência física e simbólica contra o orgulho da própria negritude que essas pessoas passaram a exibir na década de 1970. O movimento *soul* e, especificamente, o Movimento Black Rio, promoveu entre os negros a aceitação e orgulho de seus traços, seus cabelos e suas origens africanas através do vestuário baseado em estampas africanas. Dessa forma, incentivou os negros a desafiarem padrões estéticos ou comportamentais vigentes enraizados na sociedade brasileira, balançando a estrutura racial ferozmente defendida pela ditadura civil-militar que acreditava que cada um tinha um lugar definido na sociedade. Sobre isso:

O exercício de liberdade experimentado na aceitação do próprio corpo, cabelo, cultura e ancestralidade em um território de enraizada moral colonial-escravista era demasiado inapropriado para o ambiente de repressão e violência imposto pelo regime. Quanto mais o regime endureceu, mais cabeleiras orgulhosamente se encrespavam, roupas extravagantes eram expostas e a partir de tudo isso a desconstrução de imagens naturalizadas de subserviência e subalternidade. O incômodo que geram era evidente, não fosse isso não haveria a necessidade de mostrar aos que foram apreendidos (ilegalmente) a postura que nunca deveriam ter deixado de ter: cabelos raspados, aparência uniforme, olhar desviado para baixo, de preferência, invisíveis. (Ibidem, p. 39)

Além do racismo relacionado à estética negra, outro motivo para perseguição ao Movimento Black Rio pelos militares, e talvez o mais explorado, é a ideia, compartilhada inclusive por vários grupos da sociedade, de que o movimento era uma “infiltração” dos ativistas radicais norte-americanos, principalmente os Panteras Negras e também do Movimento *Black Power*. Essas referências aparecem em vários documentos produzidos pelo governo. Por volta dos meados da década de 1970, os bailes *black*, abordados no capítulo anterior, já eram populares no subúrbio Rio de Janeiro e o *soul* já tinha

extrapolado os limites dos festivais chegando às gravadoras. Os militares acompanharam sua evolução com atenção, como aparece nesse trecho da informação nº 580/19 do SNI:

No segundo semestre de 76, alguns órgãos da chamada grande imprensa do RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO passaram a publicar, com ênfase, matérias abordando o problema racial no País. As principais reportagens tiveram como motivação o chamado "Movimento BLACK" iniciado quase que, simultaneamente, nas cidades do RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO e, por similitude, denominados "BLACK RIO e BLACK SÃO PAULO". Esse movimento se estendeu ao Nordeste com o denominado "BLACK BAHIA", este de raízes mais nativistas e de menor envergadura que os citados anteriormente. O "Movimento BLACK" originou-se nos ESTADOS UNIDOS, com uma maior divulgação da música "soul" e, por intermédio das gravadoras multinacionais, penetrou em vários países com população negra[.] Movimento com comercial, em torno de seus jovens, onde essas próprias empresas incentivam o intuito de auferir lucros com a venda de discos. Encarado como uma manifestação primordialmente grupos "SOUL" passaram, também, a aglutinar, em líderes, elementos que viam no novo Movimento uma maneira de demonstrar, à sociedade branca dominante sua autenticidade e criatividade. Tais elementos passaram a exigir de seus líderes manifestações de antagonismo racial que, por conveniência ideológica, eram registradas com') destaque pela imprensa infiltrada e/ou sensacionalista. (ARQUIVO NACIONAL: AC ACE 109622/76, CNF, I/IV)

Segundo Paulina Alberto (2015), em seu dossiê “Quando o Rio era Black”, o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) começou a investigar o mundo dos bailes *soul* em 1975, um ano antes deles serem apresentados ao grande público por uma matéria do Jornal do Brasil. O DGIE era então recém-criado e integrava a chamada polícia política, que no Rio de Janeiro era o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS / RJ). Em 1975, a polícia política passava por uma reestruturação e se tornou o DGIE que contava com um Departamento de Polícia Política e Social que se destinava a ser a inteligência da força policial. Essa reestruturação se deve às mudanças políticas que o país atravessava.

Em meados da década de 1970, tanto os grupos de esquerda revolucionária, quanto a esquerda tradicional, já haviam sido desmontados e a oposição era feita por setores moderados. Esse período foi marcado pelo início da abertura política e proliferação dos movimentos sociais: os chamados “novos movimentos sociais” ou “movimentos sociais identitários”, que são reunidos em torno de questões que envolvem a identidade como o movimento feminista, o movimento gay (atualmente LGBTQIA+) e o próprio movimento negro.⁹

⁹ Além dos já citados, outros movimentos sociais também agitaram o cenário brasileiro no período. São eles: movimento estudantil, movimento operário, greve dos metalúrgicos, Comunidades Eclesiais de Base, movimentos pela Anistia, etc

Acontece que esses grupos traziam pautas que não necessariamente eram defendidas pelas esquerdas tradicionais e apesar de despertarem o olhar dos policiais eles não sabiam bem como enquadrar esses movimentos. Esse foi exatamente o caso dos bailes *soul*, que foi o primeiro contato importante da polícia política do Rio de Janeiro com organizações, associações ou movimentos de caráter racial. Nem sequer havia ativismo negro em sua lista de proibições. Dessa forma, no seu primeiro contato com os bailes, a polícia política os entende como uma ameaça à ordem social, mas debate como caracterizar essa ameaça.

Movimento Negro Unificado

Outro caso de interesse para nós é certamente o Movimento Negro Unificado e como a repressão interferiu nos processos de articulação para sua criação e seu lançamento durante um ato público em 1978. O MNU é resultado da articulação entre as associações culturais que surgem no início e se proliferam em meados da década de 1970 e é o assassinato brutal de Robson Silveira da Luz, torturado e assassinado dentro de uma delegacia em São Paulo, o estopim para que os militantes do movimento negro paulista entrassem em contato com lideranças negras de outros estados para criar um movimento unificado para atuar contra a discriminação racial do Estado, especialmente como resposta à violência policial. O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) foi fundado no dia 30 de junho de 1978 e seu ato de lançamento aconteceu no dia 7 de julho, cerca de 3 meses após a morte de Robson Silveira da Luz.

Esse processo não passou despercebido pelos agentes da ditadura civil-militar, sobretudo porque o novo movimento afirmava abertamente que o Brasil era um país racista e que parte significativa desse racismo vinha do Estado. Nesse sentido, o Movimento Negro Unificado representava todas as preocupações que os órgãos de informações e de repressão tinham em relação à discussão do racismo no Brasil. Pois ele rompe abertamente o pacto de silêncio imposto pelo discurso da democracia racial defendido e propagado pelo Estado. Tanto rompe que sua escolha de inauguração é um ato público onde as pessoas carregavam faixas e cartazes contra o racismo e pedindo uma autêntica democracia racial.

Realizar um ato público como forma de lançamento do novo movimento foi no mínimo uma escolha ousada. Uma escolha que se mostrou bem-sucedida por se aproveitar dessa ausência de proibição mais direta do governo sobre o movimento negro na ditadura. Como aconteceu com o DGIE e os bailes *black*, a vigilância do governo entendia o

movimento negro como uma ameaça, mas não sabia como tipificá-la. E em São Paulo, a relação entre movimento negro e autoridades policiais era complexa e se desenvolveu em uma brecha entre a legalidade e a ilegalidade. Tanto que algumas organizações preferiam realizar suas atividades com autorização prévia da polícia especialmente quando se tratava de passeatas. Esse foi o caso do MUCDR que, na tentativa de acalmar os temerosos com a possível reação da polícia, preferiu avisar que teria algum tipo de aglomeração no dia 7 de julho no Teatro Municipal de São Paulo, como relembra Milton Barbosa:

E inclusive nós tivemos que usar de esperteza. Havia setores um pouco mais conservadores, meio querendo pular fora, porque exigiram que a gente fosse entregar uma carta para o secretário de Segurança. E a gente percebeu nesse dia que a gente tinha que manter aquele setor, a gente percebeu que a gente tinha que entregar essa carta lá para o secretário de segurança, e elaboramos uma carta meio besta, dizendo que a gente ia fazer uma manifestação, para evitar que forças alienígenas... Um tema esquisito... Que desviasse o caminho da nossa juventude. (...) E fizeram uma comitiva lá, acho que o Eduardo de Oliveira, Antônio Leite e foram entregar para o secretário. E foi bom isso porque nesse contato eles, acho que em função daquela cartinha, liberaram a praça. Não montaram esquema de repressão. (BARBOSA, 2004. p. 31)

É importante dizer que essa liberação expressa nunca veio. Mas a proibição também não veio, e nesse caso a falta da proibição foi suficiente. Porém, mesmo com a falta da estrutura repressiva em toda sua magnitude, a polícia política estava presente e não deixou mais de acompanhar o MNU durante toda a ditadura civil-militar. Ele foi foco de uma série de informações, informes e relatórios sob acusação de racismo e de comunismo, principalmente pela ligação de seus fundadores com a Convergência Socialista¹⁰ e por essa acusação também foi acompanhado pelo aparato repressivo de São Paulo. Esse é o tema da dissertação de mestrado de Karin Kossling (2007), que analisa a documentação referente à vigilância ao movimento negro produzida pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social/ DEOPS/SP.

Durante o fim da década de 1970 e início da década de 1980, o DEOPS/SP acompanhou de perto o MNU. Sobre o ato foram recolhidos panfletos distribuídos com a carta de princípios do novo movimento e quem o estava fazendo. Sua atuação foi acompanhada até mesmo fora do estado de São Paulo já que era uma organização que

¹⁰Organização política socialista trotskista criada em 28 de janeiro de 1978 com a intenção de criar um partido socialista no Brasil. Nos anos de 1980 foi absorvida pelo Partido dos Trabalhadores quando este foi criado por parte dos militantes da Convergência. A organização é desfeita em 1994 quando seus últimos membros passam a integrar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados. Corrente da Convergência Socialista.

possuía representação em vários estados e a carta de princípios distribuída em outros estados, como no Rio de Janeiro e em Salvador, foi enviada ao DEOPS/SP.

O DEOPS/SP utilizou a estratégia de infiltração para colher informações sobre as ações e sobre as identidades dos militantes do MNU em São Paulo. Não sabemos se o DGIE usou também essa estratégia no Rio de Janeiro. É possível, pois os documentos aqui já citados sobre o funcionamento das associações culturais, suas divisões internas, formas de cumprimentar e modo de agir, se embutido de alguma verdade, precisaria de alguém interno para uma descrição tão apurada do que acontece nas reuniões que não eram públicas.

No entanto, faz sentido que essa prática tenha acontecido mais em São Paulo do que no Rio de Janeiro. Muitos dos militantes paulistas fundadores do MNU eram membros da Convergência Socialista, como já citado, mais especificamente o Núcleo Negro Socialista¹¹. Houve uma adoção das pautas socialistas por parte dos militantes do movimento negro que tiveram contato com essas pautas através desses membros fundadores, ampliando assim o caráter organizacional político dentro do movimento negro. Isso significou que, apesar da pauta mais importante ser o combate ao racismo, o movimento negro deste período percebe que essa luta está associada à questão da luta de classes e há um aprofundamento nos males que assolam a maioria na população negra. Com isso, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que será o resultado dessa nova fase da luta antirracista, se insere na luta pela reforma agrária, contra a ditadura civil-militar e a favor da anistia.

O MNU integra os movimentos sociais que vão caracterizar a luta pela democracia no período de abertura política iniciado em 1974 e que dura até meados da década de 1980. Isso porque nesse período a luta armada havia sido derrotada pelos militares e a oposição à ditadura tomou novas formas. Os movimentos sociais identitários vão assumir papel importante nessa nova fase da atuação das esquerdas como resistência ao governo autoritário e na luta pelas liberdades democráticas.

A “infiltração” nos movimentos sociais era realizada normalmente por sargentos, oficiais, civis e às vezes por informantes. Era outra técnica de conseguir informações e limitar as ações desses movimentos assim como os interrogatórios e torturas. Essa ação de se infiltrar para colher informações era documentada por relatórios e fotografias nas quais os que apareciam viravam alvo de investigação do regime militar.

¹¹Corrente da Convergência Socialista.

Considerações finais

Neste trabalho, discutimos algumas das formas de repressão que o governo ditatorial aplicou ao movimento negro em suas diferentes frentes de atuação. Apesar da vigilância ser a mais recorrente, não foi a única e essa repressão alcançou diversas formas da resistência negra, mesmo as que não se sentiam e não se pretendiam políticas. Toda essa repressão teve como ideologia a defesa do mito da democracia racial, ideologia chave para entender as alegações de “racismo negro” e da expressão “antagonismos raciais”, tão difundida entre os órgãos do aparato repressivo da ditadura civil-militar.

Isso nos lança uma questão importante que se relaciona com as implicações do atrelamento de um termo extraído da política, um termo com tanto peso, tanto significado para definir um modelo ideal das relações raciais brasileiras. Dizemos democracia racial e não sociedade igualitária, multirracial ou algo do tipo. Pode-se pensar que a democracia é essencial no processo de erradicação das desigualdades oriundas da raça, ou melhor, do racismo. Analisando a documentação produzida pela repressão, fica clara a importância de negar o papel do Estado na consolidação desse ideal racialmente não apenas igualitário, mas democrático. A questão é: É possível democracia racial onde não há democracia?

Ditaduras não são terrenos férteis para a diversidade de ser e de parecer o que é. Ser negro, no sentido de construção da sua identidade política, e parecer negro, ostentar com orgulhos os símbolos dessa negritude foram vistos como afronta a uma lógica racista e padronizadora dos corpos que não se encaixavam em um padrão criado pelas elites que queriam se manter no poder e um Brasil que se parecesse com elas.

Na direção contrária do que é considerado democracia, os “anos de chumbo” foram essenciais para a manutenção das desigualdades raciais entre brancos e negros no Brasil. Por um lado, negando o problema, apagando, diminuindo e reprimindo sua existência, por outro intensificando a violência contra corpos negros nas favelas e periferias brasileiras, seja oficialmente ou com grupos de extermínios, matando, torturando e aprisionando pessoas negras como faziam no período da escravização, como quem lembra o seu lugar social.

Referências

ALBERTO, Paulina. Quando o Rio era Black: Soul Music no Brasil dos anos 70. **História: Questões & Debates**, v. 63, n. 2, 2015.

MARIA, Julio. **Elis Regina: Nada será como antes**. São Paulo: Editora Master Books, 2015, p. 224.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KOSSLING, Karin Sant' Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**. Dissertação (Mestrado em História)– Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e Violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: Fico, Carlos et al. (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro**. Comissão da Verdade do Rio de Janeiro. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

REGINA. Elis. **Ela**. Rio de Janeiro: Phillips Records. LP (35 mim). Faixa 2.

SILVA, Izabel Pimentel da. “Territórios de memória: O olhar da ditadura brasileira sobre as esquerdas revolucionárias sul-americanas através dos arquivos da repressão”. In: SCHEIDT, Eduardo; ARAUJO, Rafael; MAIA, Tatyana (orgs). **Estado, democracias e crises no tempo presente latino-americano**. Rio de Janeiro: Lemos Mídia, 2022.

Fontes

BARBOSA, Milton. Milton Barbosa e Regina Lúcia dos Santos (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 15min).

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. “Discriminação Racial no Brasil”, 25 de setembro de 1974. Arquivo Nacional. Fundo Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. AC ACE 78482/74, CNF, I/I.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). “Racismo Negro no Brasil”, 14 de julho de 1978. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI).AC ACE 78482/74, CNF, I/I.

Elaborar um “Projeto de Vida”: reforma do ensino médio e vidas em projeção

Susanna Fernandes Lima¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

I- Trajeto de Referências

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado cujo título é: “Ser é ser percebido²”: o Projeto de Vida e o lugar da História ensinada na constituição do sujeito da aprendizagem no mundo contemporâneo, especificamente do capítulo 1, e reúne minhas primeiras impressões relativas à implementação obrigatória do componente curricular Projeto de Vida na matriz do “Novo Ensino Médio”³, objetivando, futuramente, investigar como o campo do Ensino de História pode contribuir para a formação da subjetividade dos sujeitos que ocupam os bancos escolares neste novo cenário.

Para início de conversa, pretendo elaborar um trajeto de referências que oriente o/a leitor/a quanto ao caminho que percorri para compreender, ainda de forma lacunar, ressaltando, os passos para a implementação e desenvolvimento do Projeto de Vida enquanto componente do currículo que vem se estabelecendo no contexto já mencionado.

Importante destacar que sou professora de História em escolas públicas e privadas no estado do Rio de Janeiro. Ainda que algumas escolas tenham iniciado seus passos para a implementação da BNCC a partir da publicação da Lei 13.415/17, no caso das escolas estaduais, o modelo do Novo Ensino Médio tornou-se uma realidade aplicada na prática a partir do início do ano letivo de 2022.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 14 de dezembro de 2018, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), de 25 de junho de 2014, estabelece o Projeto de Vida como componente curricular obrigatório para o Novo Ensino Médio, válido a partir da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Enquanto parte da política nacional da Educação Básica, a BNCC objetiva “superar a fragmentação das políticas educacionais, [ensejar] o fortalecimento do regime

¹ Aluna do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingressa no ano 2021, com o projeto “Ser é ser percebido”: o Projeto de Vida e o lugar da História ensinada na constituição do sujeito da aprendizagem no mundo contemporâneo”, orientada pela dr^a. Márcia de Almeida Gonçalves, com coorientação da dr^a. Sonia Wanderley.

² Frase do filósofo irlandês George Berkeley (1685-1753).

³ Em razão da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) por meio da lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

de colaboração entre as três esferas de governo e [ser] balizadora da qualidade da educação” em território nacional (BNCC, 2018, p. 8. Grifos nossos).

Logo em suas primeiras páginas, o texto de apresentação da BNCC informa que, além de garantir a definição de um conjunto “orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais” (BNCC, 2018, p. 7) aos/às estudantes brasileiros/as, o documento normativo estabelece 10 competências gerais, “que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento” dos/das estudantes (BNCC, 2018, p. 8).

Cabe um esclarecimento, definido pelo próprio documento normativo, quanto ao conceito de competência:

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BNCC, 2018, p. 8)

As competências gerais, portanto, pretendem corroborar com o “desenvolvimento integral” do/da estudante, a fim de apoiar “as escolhas necessárias para a concretização dos seus projetos de vida e a continuidade dos estudos” (BNCC, 2018, p. 5). São elas:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BNCC, 2018, p. 9-10.)

Desta forma, cada uma das dez competências intenciona abordar um aspecto da vida do/a aluno/a, ao longo das três etapas da Educação Básica, tendo em vista os âmbitos da vida pessoal, do exercício da cidadania e da formação para o mundo do trabalho. Destaco a competência 6, que trata diretamente do Projeto de Vida:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BNCC, 2018, p. 9-10. Grifo nosso.)

A competência geral número 6 é a que me interessa mais de perto, posto que aborda condições necessárias à elaboração do Projeto de Vida por parte do/a estudante, conforme previsto na Lei do Novo Ensino Médio: “§ 7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (Lei 13.415, 2017.).

No que concerne à “formação integral” do/a estudante, a BNCC informa que está comprometida com uma

construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos [das] estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir. (BNCC, 2018, p. 14. Grifo nosso.)

É importante ressaltar que, apesar da legislação informar que a construção do Projeto de Vida deve se dar ao longo do Ensino Médio, a BNCC aponta esta como sendo uma tarefa que deve ser iniciada no nível Fundamental, em seus anos finais, a fim de “estabelecer uma articulação não somente com os anseios [dos/as] jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio” (BNCC, 2018, p. 62. Grifo nosso).

Outro ponto fundamental, que serve como base para este início de reflexões, é entender como, na letra do documento normativo, o Projeto de Vida deve funcionar. Antes, porém, de enunciar essa etapa, é importante compreender como a Base entende o Ensino Médio. Um movimento essencial é o de perceber que BNCC pretende operar com o conceito de “juventudes”, como mencionado acima, por um lado “não [caracterizando] o público dessa etapa – constituído predominantemente por adolescentes e jovens – como um grupo homogêneo, nem conceber a “juventude” como mero rito de passagem da infância à maturidade” (BNCC, 2018, p. 462. Grifo nosso.).

Por outro, assinala que

Adotar essa noção ampliada e plural de juventudes significa, portanto, entender as culturas juvenis em sua singularidade. Significa não apenas compreendê-las como diversas e dinâmicas, como também reconhecer os jovens como participantes ativos das sociedades nas quais estão inseridos, sociedades essas também tão dinâmicas e diversas. (BNCC, 2018, p. 463)

Dessa forma, o documento aponta para dois objetivos: primeiro, acolher as diversidades a fim de alcançar a promoção do respeito à pessoa humana e aos seus direitos, de forma intencional e permanente e, segundo, que a escola garanta a alunos/as o protagonismo em sua escolarização, alçando-os/as à posição de interlocutores no que diz respeito ao currículo e ao processo de ensino e aprendizagem. Tudo isso com vistas à obtenção de “uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita-lhes definir seu projeto de vida, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos” (BNCC, 2018, p. 463).

Nesse sentido, uma escola que acolhe juventudes, segundo a BNCC, precisa se comprometer com a educação integral de seus/suas estudantes, e com a construção de seus Projetos de Vida. A partir daí, o encaminhamento do documento é o de repensar o contexto do Ensino Médio no mundo contemporâneo, propondo, numa releitura das finalidades desta etapa proposta pelo artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases, de 20 de dezembro de 1996, novas metas, que se organizam nos seguintes eixos:

- favorecer a preparação básica para o trabalho e a cidadania;
- promover o aprimoramento do/a estudante enquanto pessoa humana, tendo em vista sua formação ética e o aprimoramento de sua autonomia intelectual e pensamento crítico;

- garantir aos/às alunos/as o entendimento dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, promovendo a relação entre teoria e prática.

Mediante esses eixos, e suas metas recontextualizadas, além de “garantir a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental” (BNCC, 2018, p. 464), o documento afirma ser

[...] imperativo repensar a organização curricular vigente para essa etapa da Educação Básica [o Ensino Médio], que apresenta excesso de componentes curriculares e abordagens pedagógicas distantes das culturas juvenis, do mundo do trabalho e das dinâmicas e questões sociais contemporâneas (BNCC, 2018, p. 467-468. Grifos nossos.).

Para dar conta desse objetivo – “repensar a organização curricular vigente” –, o texto da Base informa que a Lei do Novo Ensino Médio substitui modelo único de currículo do Ensino Médio por um que se quer “diversificado e flexível”. Referenciando a Lei, temos:

Art. 4º O art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional.” (Lei 13.415, 2017.)

É justamente no escopo dos Itinerários Formativos que, no texto da BNCC, vai se encaixar o Projeto de Vida, que deverá ser elaborado utilizando-se de pilares como protagonismo e autoria⁴, que teriam sido estimulados ao longo do Ensino Fundamental. Mais do que isso, a BNCC trata o Projeto de Vida como “eixo central em torno do qual a escola pode organizar suas práticas” (BNCC, 2018, p. 472).

Assim como eu, você, leitor/a deste texto deve estar, há algum tempo, aguardando uma definição sobre o que é o Projeto de Vida. De acordo com o texto da Base:

Projeto de vida é o que [os/as] estudantes almejam, projetam e redefinem para si ao longo de sua trajetória, uma construção que acompanha o desenvolvimento da(s) identidade(s), em contextos atravessados por uma cultura e por demandas sociais que se articulam, ora para promover, ora para constringer seus desejos. Logo, é papel da escola auxiliar [os/as] estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a

⁴ Estes pilares encontram-se previstos, dentre muitas partes do texto, na 5ª competência geral da educação básica, que se liga às tecnologias digitais de informação e comunicação.

relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu projeto de vida. É, também, no ambiente escolar que [os/as] jovens podem experimentar, de forma mediada e intencional, as interações com o outro, com o mundo, e vislumbrar, na valorização da diversidade, oportunidades de crescimento para seu presente e futuro (BNCC, 2018, p. 472-473. Grifos nossos.).

Estamos, nós, educadores/as, trabalhando com projeção de futuro quando o assunto é a elaboração do Projeto de Vida a partir do que está proposto no texto da Base. Recupero aqui a intenção principal desta pesquisa, qual seja: investigar como o campo do Ensino de História pode contribuir para a formação da subjetividade dos sujeitos que ocupam os bancos escolares, tendo em vista a implementação obrigatória do componente curricular Projeto de Vida na matriz curricular do Novo Ensino Médio.

II- Muitos passos à frente – estes são apenas os primeiros

Em Língua Portuguesa, a expressão Projeto de Vida é composta por um nome – “Projeto” – e por um complemento nominal – “de Vida”. Dar nome às coisas é um dos estratos da identificação, que possibilita a outras pessoas saberem daquilo de que pretendemos falar. Mas, esse reconhecimento superficial, esse saber pelo nome, talvez não seja suficiente para viabilizar o conhecimento das camadas que compõem aquilo que se pretende conhecer, bem como sua profundidade, seus detalhes, aquilo que está oculto na aparência.

Leonor Arfuch (2016) empreende um movimento interessante ao afirmar que questionar a linguagem é um movimento fundamental em toda investigação narrativa. Ela diz:

A linguagem como objeto da filosofia, como construtora do mundo, como configuradora da subjetividade, imprime uma peculiar virada na reflexão, atenuando a fantasia de apreender o fato puro ou o desejo de alcançar a plenitude do sentido. Quando pensamos que estamos falando de fatos, advertiu-nos o linguista francês Oswald Ducrot (1981), na verdade estamos sempre falando de palavras sobre fatos. **E a palavra, além de sua (forçada) pretensão de exatidão, é marcada pela duplicidade, pela falta, pelo desvio, pelo delírio** (ARFUCH, 2016, p. 236. Grifo nosso. Tradução livre.).

Aproveitando o período destacado na citação acima, e retomando o componente curricular que é objeto desta análise, conforme é possível verificar não apenas no texto da BNCC, como também no da Lei 13.415/17, *os currículos do Ensino Médio precisam se reorganizar* a fim de que caiba neles um trabalho voltado para a construção do Projeto de Vida do/a estudante seguindo o viés do *protagonismo desse sujeito da aprendizagem que está inserido/a na categoria juventudes*.

Me pergunto: o que é necessário para que um currículo escolar se reorganize? A partir de quais procedimentos ocorre essa reorganização? É preciso levar em conta que há muitas disputas em torno dos currículos, e que, em se tratando de documentos normativos que funcionam em nível nacional, essa redação, aparentemente inofensiva, aponta para subtrações cruéis sendo manifestadas em ambos os textos. Currículos também não se constroem sozinhos.

Somado a isso, se recuperarmos pelo menos uma das propagandas veiculadas sobre o Novo Ensino Médio ainda em 2017⁵, encontraremos frases como: “com o novo Ensino Médio você tem mais liberdade para escolher o que estudar”⁶, ou “é a liberdade que você queria para decidir o seu futuro”⁷ sendo ditas por jovens. Uma leitura superficial já permite identificar outra manipulação acontecendo, afinal, trata-se de colocar apenas nas mãos dos/as jovens, desses seres ainda em desordem, ainda em processo de vir a ser, de conscientização de quem são no mundo, esse imperativo poderoso que é poder escolher o que estudar na escola.

Ainda na introdução, a BNCC atrela a ideia de protagonismo do/a estudante à de “educação integral”:

Assim, a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida”. (BNCC, 2018, p. 15)

Ora, apesar da rápida discussão que fiz na segunda seção desse texto, aparentemente, o/a jovem tomado pela BNCC protagoniza sozinho a sua aprendizagem e o desenvolvimento de seu Projeto de Vida. O que encontra consonância com o texto proferido por jovens na peça midiática mencionada acima que foi veiculada quando da reforma que transformou o Ensino Médio em “novo”.

Não apenas no momento introdutório, mas, em vários outros, o texto da BNCC aponta para um/a jovem que existe e se constrói sozinho, aparentemente sem a agência de um/a docente para mediar essa sua formação. O alicerce desse protagonismo aparece ligado diretamente aos interesses pessoais desse/a estudante – como a jovem que afirma,

⁵ Disponível em: https://youtu.be/DFfRjP_hyzM. Acesso em 22/09/2022.

⁶ Minutagem: 0:18”. Disponível em: https://youtu.be/DFfRjP_hyzM. Acesso em 22/09/2022.

⁷ Minutagem: 0:21”. Disponível em: https://youtu.be/DFfRjP_hyzM. Acesso em 22/09/2022.

no vídeo, que quer se tornar professora porque é o que ela ama⁸ –, ou quando a própria Base afirma que uma escola que acolhe juventudes deve ter o compromisso de

Assumir a firme convicção de que todos [as] [os/as] estudantes podem aprender e alcançar seus objetivos, independentemente de suas características pessoais, seus percursos e suas histórias [se se] garantir o protagonismo dos estudantes em sua aprendizagem e o desenvolvimento de suas capacidades de abstração, reflexão, interpretação, proposição e ação, essenciais à sua autonomia pessoal, profissional, intelectual e política. (BNCC, 2018, p. 465. Grifos nossos.)

Confesso ver problemas nessa abordagem, afinal, de onde essa juventude parte para definir objetivos de vida? De que relações? E como é possível desprezar as diferenças de características pessoais, percursos e histórias no processo de elaboração desse “eu que desejo me tornar”, se, ao fim, são esses elementos que nos diferenciam no mundo, tanto na mão daquilo que em nós é único, irrepitível, quanto no apontamento para certa condição de precariedade e vulnerabilidade nas sociedades?

“Não haveria “uma” história do sujeito, tampouco uma posição essencial, originária ou mais “verdadeira”. É a multiplicidade dos relatos, suscetíveis de enunciação diferente, em diversos registros e *co-autorias* (a conversa, a história de vida, a entrevista, a relação psicanalítica), que vai construindo uma urdidura reconhecível como “própria”, mas definível só em termos relacionais: *eu sou tal* aqui em relação a certos outros diferentes e exteriores a mim”. (ARFUCH, 2010, p. 129. Grifos da autora.)

A ideia de um protagonismo juvenil que se constrói “independente” de muitas coisas que são fundamentais no que diz respeito à formação do sujeito como sujeito me parece equivocada. Especialmente por talvez fazer sumir o diálogo fundamental entre estudante e professor/a, dado que estes dois são elementos que substantivam a experiência escolar – sem desconsiderar todos os demais componentes que fazem a roda da escola girar.

Se for verdade que uma prerrogativa essencial para a elaboração do Projeto de Vida, tomando por base o protagonismo dessas juventudes, é auxiliar estudantes em seu reconhecimento enquanto sujeitos, conforme já mencionado acima, como a BNCC pretende ensaiar que a escola dê conta disso? A partir de que ingredientes, posto que a dimensão da relação entre professor/a e aluno/a perde seu posto para um/a jovem que se forma sozinho? Fico com a impressão de que esse processo formativo do eu não encontra caminho para se realizar – e, precipitadamente ou não, talvez seja este o objetivo real.

Por hora, encerro este texto com uma questão que abre para a continuidade deste que será um capítulo em minha tese de doutorado:

⁸ Minutagem: 0:5” a 0:08”. Disponível em: https://youtu.be/DFfRjP_hyzM. Acesso em 22/09/2022.

Como pensar a questão do biográfico no campo da educação? [...] Por outro lado, e este é o aspecto, penso eu, menos contemplado e sobre o qual gostaria de insistir, está a questão da biografia em sala de aula, o que ela supõe em relação às experiências dos sujeitos no processo educativo. Porque na tensão uniformizadora da escola, em sua pretensão de universalidade, muitas vezes o grupo prevalece sobre as individualidades e seus próprios traços se diluem em categorizações de ordem geral. (ARFUCH, 2016, p. 240. Tradução livre.)

Se, como afirma Francisco Sousa, “o tempo é a forma da experiência” (2021, p. 110), é necessário encontrar um caminho para que determinadas questões sejam pensadas em percurso; enquanto ouvimos, pensamos sobre as camadas, ensaiamos deixar as coisas em condição indefinida, sem normas, barreiras, fronteiras, permitindo que não sejamos, todos/as envolvidos/as, engolidos/as pela necessidade de compreensão e resposta imediatas.

Que haja tempo.

Referências

ARFUCH, Leonor. **O Espaço Biográfico**. Dilemas da Subjetividade Contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

_____. **Subjetividad, memoria y narrativas**: una reflexión teórica y política en el campo de la educación. *Magis, Revista Internacional de Investigación en Educación*. 9 (18), 227-244.

BRASIL. **LEI N° 13.005/2014**, de 25 de Junho de 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

BRASIL. **LEI N° 13.415**, de 16 de Fevereiro DE 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/pesquisar?q=Humanas&t%5B%5D=39>

SOUSA, Francisco Gouvea de. *Ensino e cidadania, redemocratização e descolonização*. In: PINHA, Daniel; GUIMARÃES, Géssica; RANGEL, Marcelo de Mello. **Diante da Crise: teoria, história da historiografia e ensino de História hoje**. Vitória: Editora Milfontes, 2021, p. 99-112.

Mídia e violência urbana: uma análise das matérias sensacionalistas do jornal O São Gonçalo

Tânia dos Santos Tavares¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

I – Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é: Mídia e Violência Urbana: uma análise das matérias policiais do Jornal o “*O São Gonçalo*”², ainda em andamento. O objetivo é realizar uma breve análise sobre a imprensa sensacionalista e sua estigmatização. Acredita-se que as matérias sensacionalistas publicadas pelos jornais populares reafirmam representações sociais que criminalizam a pobreza.

A mídia ocupa um papel de relevância em uma sociedade democrática, em qualquer que seja sua forma de veiculação. Ela transmite informações, forma opiniões, além de possuir a capacidade de dirigir a atenção e categorizar o público. Dessa forma, ela constrói um mapa de prioridades e relevâncias sociais, atingindo valores expressivos na sociedade, na qual se evidenciam espaços segregados e lugares onde diferentes grupos sociais não se misturam. Assim sendo, a mídia tem um papel importante no campo político, social e econômico nas sociedades contemporâneas, contribuindo para fomentar a criação de estereótipos, ratificar preconceitos e consolidar o ‘senso comum’ já presentes no imaginário social.

Neste sentido, faz-se necessário investigar a colaboração (in)direta da mídia na segregação, repressão e extermínio de sujeitos “indesejáveis” ao sistema Capital, por meio de suas notícias sensacionalistas sobre violência urbana e segurança pública. Averiguou-se que a citada fração populacional é perseguida e configurada pelos meios de comunicação, especialmente o jornal “*O São Gonçalo*”, como foco dos problemas sociais relativos à pobreza, miséria e a violência urbana.

Desse modo, pretende-se examinar a relação intrínseca/indissociável entre esse jornal, o controle social e a população marginalizada no cenário atual marcado, sobretudo,

¹Aluna do curso de doutorado do programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientador Rui Aniceto Nascimento Fernandes. Ingresso no ano de 2021.

² O jornal O São Gonçalo foi fundado pelo capitão Belarmino de Mattos em 1931. Em 22 de janeiro de 1931 saiu o primeiro número de *O São Gonçalo* afirmando-se órgão independente das correntes políticas e pró-desenvolvimento local. A princípio o jornal circulou semanário, depois bissemanário, tornando-se diário em 1958. Disponível no blog <https://jornalistabelarminodemattos.blogspot.com/2019/08/a-gazeta-e-imprensa-goncalense.html>. Acesso em 26 de setembro de 2020..

pelas mazelas sociais sofridas pelos favelados do município de São Gonçalo³, que, por sinal, sua jurisdição geográfica consiste na delimitação espacial da pesquisa, entre os anos de 1998 e 2019, ano que este periódico passou a ser digital.

Assim sendo, a presente pesquisa possui o objetivo de discutir a espetacularização do crime nos jornais e sua relação com a necessidade de legitimação do discurso político punitivista na realidade do sentimento global de insegurança que afeta as grandes cidades. Também será demonstrado neste trabalho que o medo e o terror repercutidos pela mídia servem como instrumento de reprodução da configuração de relações sociais excludentes e autoritárias que estão enraizadas historicamente na sociedade brasileira desde seus primórdios. Pois, é a disseminação do terror midiático que age como instrumento de controle e disciplina social das classes populares que ao final do processo colabora com os interesses conservadores e reacionários de certa parcela abastada da população.

Diante desse prisma, faz-se necessário investigar a colaboração (in)direta da mídia impressa na segregação, repressão, na estigmatização e extermínio de sujeitos “indesejáveis” ao sistema Capital, por meio de suas notícias sensacionalistas sobre violência urbana e segurança pública publicadas em jornais populares. Para tanto, será realizada uma breve discussão sobre o sensacionalismo midiático e suas características, sob à ótica de autores como Márcia Franz Amaral (2006) em sua tese de doutorado, assim como Rosa Nívea Pedroso (2001) e Danillo Angrimani (1995). Para contribuir com o norte da pesquisa, serão utilizadas também as abordagens de Erving Goffman para o embasamento da conceituação de Estigma (1891)⁴

II – Mídia e Sensacionalismo

É necessário antes entender o conceito sensacionalismo e suas características usado pelos jornais conhecidos como populares, os quais se dedicam à exploração da violência e espetacularização do crime. Esses fatores determinam a localização de pontos de violência, mediante fotos de cadáveres, textos curtos e títulos chamativos, além de banalizar a violência com objetivo de causarem impacto e reafirmarem representações sociais que criminalizam a pobreza.

³O município de São Gonçalo possui uma área territorial de 248,160km² e uma população de 1.091.737 habitantes, segundo o último censo demográfico do IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/sao-goncalo.html>. Acesso em 06 de Outubro de 202

⁴ O livro **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada** de Erving Goffman utilizado neste trabalho foi publicado em 1891 e digitalizado em 2004.

O minidicionário Caldas Aulete (2004, p. 726) define o termo sensacionalismo como: “[...] a exploração da notícia com o objetivo de causar sensação (2) ou escândalo”. Mesmo diante de tantas referências sobre aquilo que choca utilizando-se da desgraça alheia, é necessário um olhar atento para o conceito sensacionalismo.

Amaral (2004) aponta para a insuficiência do termo sensacionalismo para analisar os novos jornais populares. De acordo com ela, o termo sensacionalismo é muito mais do que "degradação de mau gosto" usado pelos jornais populares, visto como um subproduto inferior da atividade jornalística. Márcia mostra que nem todo produto dedicado às classes b, c e d se encaixam nesse lugar sensacionalista.

Para Amaral (2004, p. 23):

[...] se apresenta inócuo, tanto por suas insuficiências, quanto pelas mudanças ocorridas na imprensa auto-intitulada popular nos últimos anos. Nossa problemática, passa, então, por outros caminhos: pelo reconhecimento das implicações das posições sociais e simbólicas entre o jornal e leitor, pela necessidade da incorporação da noção de mercado de leitores nos estudos sobre o jornalismo, pela análise dos *Modos de Endereçamento* dessa imprensa e de suas conexões culturais.

A autora entende “que o sensacionalismo é um modo de caracterizar essa imprensa, uma percepção de fenômeno localizado historicamente e não o próprio fenômeno”. Para ela, a imprensa popular vai muito além do sensacionalismo, e, que é um equívoco rotular um jornal sensacionalista com apenas o intuito de provocar sensações.

Ainda conforme a autora (2006, p. 21):

A noção de sensacionalismo, que por anos pairou como explicação da estratégia dos produtos populares, está agora ultrapassada. Os novos jornais, ampliadores dos índices de leitura em segmentos populares, são fundados em diversas características que devem ser abordadas de maneira não generalista.

Amaral (2005) também comenta que “os limites e equívocos que acompanham a noção do sensacionalismo” por serem bastante utilizados se tornaram “uma categoria flácida, sem fronteiras e sem vigor.” E seus produtos jornalísticos falam de lugares diferentes e concedem espaços variados para vozes oficiais e populares: o lugar de fala. Segundo a autora, o conceito de sensacionalismo atribuído aos jornais populares é insuficiente e aponta outros caminhos que levam para análise dos “*Modos de Endereçamento*” desse segmento, “de suas conexões culturais” e define o sensacionalismo como:

Um modo de caracterizar o segmento da grande imprensa, uma percepção do fenômeno localizado historicamente e não o próprio fenômeno. Corresponde mais à perplexidade com o desenvolvimento da indústria cultural no âmbito da

imprensa do que a um conceito capaz de traduzir os produtos midiáticos populares mais recentes.” (p.2)

Em relação ao lugar de fala, Amaral (2004) ressalta que o termo está envolto no conceito de campos sociais. O campo jornalístico apesar de sua autonomia é influenciado e recebe influência de fatores econômicos. “Quem fala num jornal, fala a partir de relações objetivas de dominação, subordinação, complementaridade ou antagonismos, ou seja, fala a partir de posições sociais diferentes, que detém ou não a diversas capitais” (p.23).

Segundo Amaral (2006, p. 16), “esse segmento da imprensa utiliza elementos culturais historicamente destinados aos setores populares ou produzidos por eles”. E ressalta que o termo ‘popular’ não tem sentido contra-hegemônico.”

Segundo esse entendimento, a autora evidencia na mesma página 16:

O ‘popular’ identifica apenas um tipo de imprensa que se define pela sua proximidade e empatia com o público-alvo, por intermédio de algumas mudanças de pontos de vistas, pelo tipo de serviço que presta e pela sua conexão com o local e o imediato.”

Assim, Amaral (2006, p.30) aponta ainda que os jornais populares utilizam-se de recursos editoriais para facilitarem a leitura como: “identificação, interatividade, emoção, serviço, e diversão e destina-se abertamente a um público leitor de baixa renda e pouco escolaridade.” E, que, para sobreviver ao mercado, “provocam um distanciamento gráfico, linguístico e temático da imprensa conhecida como de qualidade ou referência.”

Para Rosa Maria Pedroso (2001, p. 22), “O sensacionalismo é uma forma de mitificação de tratamento das classes sociais”, daquilo que mascara a realidade e desperta maior interesse de grupos com baixo nível intelectual e que aumente o número de vendas, conforme descreve na página 22:

Os jornais populares veiculam notícias reconhecidas como desacreditadas e sensacionalistas porque exploram e supervalorizam a violência pessoal. Isto não significa que esses jornais não veiculem acontecimentos políticos, econômicos e culturais. Tratamos aqui especificamente do trabalho que os editores realizam para que o jornal assume características popularescas, recorrendo aos apelos gráficos, visuais e linguísticos da primeira página. O caráter sensacional da linguagem jornalística revela um vínculo instável de comunicação entre jornal e leitor devido às carências culturais e econômicas das classes populares.

De acordo com Pedroso (2001) a maneira como os jornais popularescos interpretam a realidade “(e do imaginário do povo)” produz um “senso comum” “dos acontecimentos e da informação”, que define o discurso de um jornal popular.

Amaral concorda com Pedroso (2001), quanto esta definição o jornalismo sensacionalista “processado por critérios de intensificação e exagero gráfico, temático, linguístico e semântico, contendo em si valores e elementos desproporcionais, destacados, acrescentados ou subtraídos no contexto de representação e construção do real social” (Pedroso *apud* Amaral, 2006). Mas Amaral ressalta para necessidade “relativizar este conceito”, não podendo tratá-lo como fenômeno “*in totum*” (p. 25). Para ela, a noção do termo sensacionalismo “de tão utilizado, tornou-se uma categoria flácida, sem fronteira e sem vigor.” (p.24). Para a autora, as notícias não surgem de maneiras naturais nas páginas dos jornais, como “reflexo do que acontece” elas são construídas, a partir de símbolos e estereótipos e imagens que interferem na construção da manchete e no conteúdo da matéria.

Outro estudioso do assunto, Danilo Angrimani (1995), menciona que o sensacionalismo estimula o emocional do leitor. O autor diz, logo na introdução do seu trabalho, que é preciso “entender as circunstâncias em que o sensacionalismo ocorre”, assim como, as “necessidades inconscientes” que esse gênero jornalístico compreende. Dessa forma, Angrimani (1995, p.16) aponta para algumas definições em relação o conceito:

Sensacionalismo é a produção de noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato. Em casos mais específicos, inexiste a relação com qualquer fato e a “notícia” é elaborada como mero exercício ficcional. O termo “sensacionlista” é pejorativo e convoca uma visão negativa do meio que o tenha adotado.

O autor analisa o sensacionalismo como linguagem emocional que remete aos textos apelativos para o inconsciente dos consumidores, atendendo às necessidades psicológicas coletivas. “A narrativa (sensacionalista) transporta o leitor, é como se ele estivesse lá, junto do estuprador, ao assassino, ao macumbeiro, ao sequestrador, sentindo as mesmas emoções” (p.17).

Segundo Angrimani, (1995, p.19-22), o texto sensacionalista já se fazia presente na imprensa desde o seu primórdio e que esse gênero jornalístico já era observado em publicações de diferentes países como na França e nos Estados Unidos. Entre os anos de 1560 e 1631, aparecem os primeiros jornais franceses – “*Nouvelles Ordinaires*” e “*Gazette de France*” e neste último, já apresentava matérias sensacionalistas parecidas com as que são feitas atualmente. Percebe-se nesse momento a presença do *fait divers*, termo jornalístico utilizado para fatos extraordinários e acontecimentos marcantes.

Fait divers é uma expressão francesa, e segundo o dicionário Pierre Larousse é a rubrica sob a qual os jornais publicam “gêneros diversos”, como crimes, acidentes, suicídios, inundações (Angrimani, 2006 p. 25), acontecimentos insólitos que podem provocar o interesse das pessoas. Estudos apontam que esse tipo de narrativa jornalística, começou aparecer na imprensa brasileira ainda no século XIX, e no século XX foi utilizado pela maioria dos jornais do país.

Entretanto, Angrimani (1995, p. 16) aponta para uma diferença entre o estilo sensacionalista e o *fait divers* como gênero, quando diz que “a edição do produto sensacionalista é pouco convencional, escandalosa mesmo.” E que o “*fait divers* é seu principal “nutriente”, mas não é o único.” Escândalos e bizarrices, “também comparecem com igual peso na divisão do noticiário.” “É uma linguagem que obriga o leitor a se envolver emocionalmente com texto, uma linguagem editorial “clichê”.

Dessa forma, o sensacionalismo se caracteriza pelo *faits divers*. Assim, segundo Discini, citado por Mendes (2014, p.4), quanto mais hiperbólicas as manchetes, as fotos, mais impactante é enunciação de um texto de estilo sensacionalista, cujo objetivo é “o grito, o susto, o baque de um tiro de revólver”. Desse modo, o *fait divers* no sensacionalismo se complementam, ou seja, esse fator produz ingredientes que despertam a curiosidade para o leitor e se constitui na principal fonte para o noticiário sensacionalista.

Segundo Amaral (2006, p. 20), os primeiros elementos do sensacionalismo passaram a ter repercussão, ainda em 1900 no livro de Brito Broca, autor de *A vida literária no Brasil – 1900*. Essa obra tratou sobre as inovações literárias da imprensa brasileira, e, também, do escritor Afonso Lima Barreto, o qual comparou os jornais nas primeiras décadas do século XX.

Em 1969, nas palestras da Semana de Estudos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), os palestrante desse evento partiam do “pressuposto de que todo o processo de comunicação é sensacionalista em si, pois mexem com sensações físicas e psíquicas e apela para as emoções primitivas por meio de características místicas, sádicas e monstruosos“ (AMARAL 2006, p. 20). Nessa oportunidade, o jornalista Alberto Dines mostrou que toda imprensa é sensacionalista, e cita o *lead* como recurso para destacar “os elementos mais palpitantes da história para seduzir o leitor.” Esse autor dividiu o sensacionalismo em três tipos: gráfico, linguístico e temático. O gráfico ocorre quando a ênfase visual é desproporcional à importância do

fato; o linguístico é baseado no uso de determinadas palavras; e o temático busca emoções e sensações sem considerar a responsabilidade social da matéria jornalística.

Percebe-se que o gênero sensacionalismo no jornalismo não exprime uma totalidade e pode ocorrer de várias maneiras. Para Amaral, “todo jornal é sensacionalista, pois busca prender o leitor para ser lido e, conseqüentemente, alcançar uma boa tiragem.” (Amaral, 2006, p. 20-21). A autora cita Ciro Marcondes Filho, que em seu livro *O Capital da Notícia*, que diz: o que diferencia um jornal dito “sensacionalista de outro dito ‘sério’ é a intensidade”. O sensacionalismo é o grau mais radical de mercantilização da informação. Neste contexto, Filho diz que “a imprensa sensacionalista repete o modelo clássico do modo liberal de informação, com suas técnicas de manipulação” e que essa prática interfere na psique humana, conforme cita: “As notícias da imprensa sensacionalista sentimentalizam as questões sociais, criam penalização no lugar de descontentamento constituem-se num mecanismo reducionista que particulariza os fenômenos sociais.”

Amaral (2006), Pedroso (1994) e Angrimani (1995) se aproximam, quando observam que o sensacionalismo é um conceito que vai além da provocação de emoções. É um conceito que se manifesta em vários graus.” (p.22). Deve-se considerar que o jornal sensacionalista “age como um educador, proibindo e castigando, mas também com propósitos mais cruéis: há humilhação, domínio, (controle sobre o objeto) e uma perspectiva de quem quer ferir, causar dor” (Angrimani, 1995. p.78).

III Conclusão

Diante do exposto, percebe-se que as matérias jornalísticas sensacionalistas oferecem indícios significativos para construção e reafirmação de representações sociais das camadas populares. Pois considera-se que a citada fração populacional é perseguida e tornada pelos meios comunicativos, incluído, pelo *O São Gonçalo*, o foco dos problemas sociais relativos à pobreza, miséria e à violência urbana.

Diante disso, percebe-se o papel relevante da mídia no campo político, social e econômico nas sociedades contemporâneas. Essa instituição contribui para fomentar a criação de estereótipos, ratificar preconceitos e consolidar o ‘senso comum’ já presentes no imaginário social.

Dessa forma, observa-se que a mídia estimula o processo de alarde social que influencia forças políticas e aguça campanhas de “lei e ordem”, as quais reforçam a

estigmatização e a falsa representação de identidades contra um inventado “inimigo interno”, ou seja, os ‘marginalizados’ moradores de favelas (Baratta. 2002, p.224).

Referências

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular**. Editora Contexto. São Paulo, 2006.

_____. Sensacionalismo, um conceito errante. Disponível em <https://seer.ufrgs.br>. 2005. Acesso em 10/06/22.

_____. **Lugares de Fala do Leitor no Diário Gaúcho**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre, 2004.

ANGRIMANI, Sobrinho, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995. 2ª edição. (Coleção Novas Buscas em Comunicação; v. 47)

ANDRADE, Fábio Martins de. **Mídia e Poder Judiciário: A Influência dos Órgãos da Mídia no Processo Penal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007.

AULETE, Caldas, 1823?-1878. **Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa**/Caldas Aulete [atualização do banco de palavras, Conselho dos Dicionários Caldas Aulete, editor responsável, apresentação Evanildo Bechara. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal*: introdução à sociologia a do direito penal. Coleção Pensamento Criminológico, nº 1. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador** / Marc Bloch; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: A influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CAMARGO, Aspásia A. de Nunes, MÁRCIA B. M. **Como fazer uma entrevista?** Rio de Janeiro: CPDOC

FERNANDES, Fernando Lannes. 1978 – Violência, medo e estigma. Efeitos sócio-espaciais da “atualização” do “mito da marginalidade” no Rio de Janeiro. **Dissertação**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. Michel. **Vigiar e punir**. São Paulo: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

MENDES, Conrado Moreira. **Fait Divers, Um Gênero Do Discurso**. Artigo publicado revista eletrônica ISSN 1807-8591 Mestrado em Letras: Linguagem, Cultura e Discurso / UNINCOR V. 11 - N.º 1 (janeiro-junho - 2014).p.4. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es>> articulo.

MORETZSOHN, Sylvia. Imprensa e criminologia – o papel do jornalismo nas políticas de exclusão social. **[Internet]** disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviaimprensa-criminologia.pdf>. Acesso em 14/10/2020.

_____. **Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

PEDROSO, Rosa Nívea. **Elementos para uma teoria do jornalismo sensacionalista**. R. Bibliotecon. & Comun., Porto Alegre, 6: 37-50 jan./dez. 1994, p. 41. Publicado em <https://cedap.ufrgs.br/jspui/bitstream>,

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

SOARES, Rosana de Lima. **Mídias e Estigmas Sociais: Sutilezas e Grosseria da Exclusão** **Dissertação**. Tese apresentada como requisito parcial para concurso de Livre Docência junto ao Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em <https://www.teses.usp.br>

História, memória e dominação masculina no ex-território federal do Amapá (1944-1964)

Tatiana Pantoja Oliveira¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo tema é “A Dominação Masculina na Amazônia Setentrional: gênero, habitus e divisão sexual do trabalho no ex-Território Federal do Amapá”, em andamento no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ). Foi formulado a partir das discussões teóricas feitas durante o curso.

O ofício do historiador não se restringe ao estudo do passado. Como instruiu Bloch (2001), são as questões colocadas pelo presente que impulsionam o historiador à investigação histórica. As relações sociais que se configuram na atualidade são marcadas pelas desigualdades nos campos do trabalho, da educação, da política e de gênero, entre outros, nos quais os homens tendem a ter mais acesso ou privilégios. O que levou a que tais relações sejam marcadas por desigualdades e preconceitos? O que faz com que isso se perpetue no tempo e espaço, constituindo-se em processo histórico? Pode-se levar mais adiante e indagar tais processos históricos se constituíram da mesma forma e em todos os lugares ou quais foram as especificidades e os tons dessas diferenciações. No Brasil, um país de dimensões continentais, podemos analisar processos semelhantes ou diferenciados de Norte ao Sul?

Dirigindo nosso olhar para o Norte do País, verifica-se que, ao longo de sua trajetória histórica, os ditames vindos do Centro-Sul orientaram as políticas públicas que deveriam ser seguidas. No tocante ao Amapá, situado na chamada Amazônia Setentrional, a investigação das ações e dos discursos de agentes e das instituições no campo da educação possibilita contribuir para essas reflexões.

1 Agentes e instituições em tela

No período colonial, o Amapá era fonte de preocupação das autoridades portuguesas por ser área de disputa com franceses, holandeses, ingleses e até suíços, que concorriam com os portugueses pela soberania na região. Diversos projetos de fortificação e de colonização foram implementados para garantir a posse do que já se chamou outrora de Capitania do Cabo

¹ Aluna do Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ). Orientadora: Joana D'Arc do Valle Bahia. Ingresso: 2022. Projeto de pesquisa intitulado “A Dominação Masculina na Amazônia Setentrional: gênero, habitus e divisão sexual do trabalho no ex-Território Federal do Amapá.”

Norte. No entanto, o Amapá era uma província do Grão-Pará e essa vinculação continuou quando o Brasil se tornou República. Quando se negociou a incorporação do Acre,² alguns grupos passaram a reivindicar a autonomia em relação ao Pará, o que não foi atendida pelo Governo Federal (SANTOS, 2006).

Uma marcante mudança ocorreu em 1943, quando o Amapá foi incluído entre as antigas províncias para alçar ao estatuto de Território Federal,³ fruto de outra decisão tomada de fora para dentro da região, com a intenção de que a União controlasse a exploração mineral a qual o Amapá demonstra grande potencial, por deter enorme concentração de jazidas de manganês. Nesse afã, o Governo Federal escolheu como governador o capitão do Exército Janary Gentil Nunes para dirigir, igualmente de forma draconiana, o recém-criado Território, implementando o programa expresso pelo trinômio “Sanear, Educar e Povoar, ” além de intermediar as negociações para a implantação da companhia mineralógica ICOMI S.A (SANTOS, 2006).

O Governo Janary Nunes foi responsável por várias obras de saneamento, urbanização, construção de prédios públicos e de várias escolas, duas delas notadamente segregadas sexualmente, sob o regime de internato: a Escola Industrial de Macapá, criada em 1950, para moços e rapazes com o fito de aprender a profissão de artífices, e a Escola Doméstica de Macapá, criada em 1951, para meninas e moças a fim de receberem instrução escolar e habilidades em prendas domésticas, colocada sob a tutela de uma ordem religiosa feminina. Outras escolas foram fundadas com base na coeducação, oferecendo cursos em externato, tais como a Escola Normal de Macapá, o Colégio Amapaense e o Colégio Comercial do Amapá (LOBATO, 2009). Nestas escolas de ensino misto também se pode observar que havia cursos que preferencialmente eram dirigidos a um gênero específico, como a Escola Normal, que tinha a maioria do corpo discente do sexo feminino, e as outras citadas, de maior procura pelo público masculino (OLIVEIRA; FERREIRA, 2017).

Em relação à Igreja Católica, vários missionários do Pontifício Instituto das Missões (PIME), vindos da Itália, começaram a se instalar no Território a partir de 1948, substituindo a antiga Congregação Sagrada Família, cujos sacerdotes eram de nacionalidade alemã (GHEDDO, 2000). Em 1951, chegam missionárias, quase todas italianas, da Ordem das Irmãs de Caridade das Santas Capitânia e Gerosa, também conhecida como Ordem das Irmãs de Nossa Senhora Menina, para administrar a Escola Doméstica de Macapá. Com objetivo de fortalecer

² O Acre foi transformado em território pelo Decreto-Lei nº188, editado no dia 7 de abril de 1904.

³ Criação sancionada pelo Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943. Junto com o Amapá, desmembrado do Estado do Pará, foram criados mais quatro Territórios Federais: de Roraima em 1962; Guaporé, sendo renomeado em 1956 como TF de Rondônia; de Ponta-Porã; de Iguaçu (PORTO, 1999)

a ação pastoral e as diretrizes do projeto de romanização na região, os missionários, imbuídos de uma visão de mundo e de religiosidade europeias, tomaram várias medidas que muitas vezes se chocaram com costumes e modos de viver a religiosidade da população local (LOBATO, 2013).

Nesse ínterim, o Amapá apresenta um *locus* fértil para se analisar a articulação entre Território, Identidades e Representações, envolvendo as relações entre Estado e Igreja Católica em torno da questão de gênero. Constituiu-se no então recém-criado Território Federal do Amapá formas de poderes que se manifestaram por intermédio do autoritarismo com o estabelecimento de um Governo com agentes administrativos nomeados pelo Estado Nacional, que visava impor um reordenamento econômico e social, por meio da escolarização e da divisão sexual do trabalho, relacionado ao controle sobre a mulher, alicerces de um novo modelo de família. Também se manifestaram pela influência da Igreja Católica, que difundia valores afins. Possibilita analisar ainda como esses poderes se coadunam para naturalizar as relações de gênero, alcançando a eficácia da violência simbólica, por meio da introspecção de *habitus*.

2 Aceleração da história com a criação do ex-território federal do Amapá

Uma das reflexões importantes suscitadas por Nora (1993) ao discutir a relação entre História e memória, para nossa pesquisa, é pensar em que medida pode ser empregada a metáfora da aceleração da História com a transformação do Amapá em Território Federal. As comunidades tradicionais, que viviam basicamente do extrativismo vegetal, ritmado pelo tempo da natureza, passaram a ser questionadas em seus costumes e modos de vida, indesejados pelo Capital que se instalava com todo o aparato minerador e explorador. Como isso significou a ocorrência do fenômeno do fim da sociedade-memória nesta parte da Amazônia?

Pode-se cogitar também se de alguma forma essas comunidades enfrentaram os ditames autoritários, ou se adaptaram a eles, ou então se reinventaram, resistindo em meio a esse processo, por meio dos lugares de memória. Pode-se pensar na população local que, obrigada seguir um calendário escolar que restringia os seus filhos das atividades econômicas sazonais, ligadas ao extrativismo vegetal, encontrava no abandono da escola a única saída para garantir a segurança alimentar da família, uma vez que a ajuda dos filhos era imprescindível nessas atividades (LOBATO, 2009).

Podemos ainda pensar nas diferenciações dos processos históricos nos diferentes continentes e dentro do nosso próprio país. Segundo Nora (1993), os efeitos da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização desencadearam o

(...) Fim das sociedades-memória, como todas aquelas que asseguravam a conservação dos valores, igreja ou escola, família ou Estado. Fim das ideologias-memórias, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro; quer se trate da reação, do progresso ou mesmo da revolução. (...).” (NORA, 1993, p. 8).

O Capitalismo tudo arrasta nessa aceleração da História, inclusive a memória, tida como verdadeira, social e intocada, das quais as sociedades tradicionais seriam as guardiãs. Nesse ponto, pode ser traçado uma discussão com Bauman (2003, p. 30), que discorreu sobre o papel da comunidade no mundo da modernidade, relacionado ao processo civilizador capitalista, enredado numa dupla face, sendo emancipatória e coercitiva ao mesmo tempo. Transformar as comunidades em “massas” e libertá-las “velha e rígida rotina (a rede de interação governada pelo hábito) para serem espremidas na nova e rígida rotina (o chão da fábrica governado pelo desempenho de tarefas)”. Esse processo se converteu numa tentativa de transformação das comunidades em massa trabalhadora (BAUMAN, 2003, p. 30).

Embora tardio, esse transcurso veio a se manifestar no Amapá, justificado pelo discurso de segurança e integração nacional. De fato, foi um pano de fundo que possibilitou ao Estado expandir seu aparato burocrático e militar sobre esta região e explorar diretamente as divisas geradas pelas atividades econômicas (SANTOS, 2006).

A concepção vivente do Estado-Nação, implementada pelo Governo Vargas no Brasil, subordina o Território aos desígnios dos interesses do Estado, moldando-o e conformando-o como seu fundamento, conforme apontado por Santos (1998), diferentemente da noção pós-moderna de transnacionalização do território. A criação de Territórios Federais foi, destarte, uma estratégia de controle do Governo Federal sobre áreas com grande potencial econômico.

É preciso atentar que o território por si só não se constitui em categoria de análise e sim o conceito de território usado. De acordo com Santos (2011, p. 14), essa categoria envolve o “chão mais a identidade”, sendo a identidade o “sentimento de pertencer aquilo que nos pertence” e o território “o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.” Assim, são as relações humanas entremeadas no território, usando e apropriando o espaço físico do lugar de diversas formas, fazendo dele parte inerente de sua identidade, que orientam a análise, especialmente ao se historicizar essas relações.

Dois mecanismos foram utilizados a nível discursivo para justificar a criação dos territórios federais e atrair imigrantes para a sua colonização. Porto (1999) apontou a ideologia da Segurança Nacional, que alicerçava o espraiamento das relações capitalistas, por meio de condições jurídicas e econômicas na reorganização do espaço. Por sua vez, Nunes (2014, p. 21)

analisou o discurso do vazio demográfico, revelando o quanto as populações “eram invisíveis ao poder público e às suas políticas de desenvolvimento territorial, ” servindo mais como pano de fundo para que as empresas mineradoras se instalassem na Amazônia com o apoio das instituições públicas.

Todavia, não se intencionava apenas incrementar o número de habitantes, e sim preparar verdadeiros núcleos civilizadores em regiões fronteiriças. Consoante a ideologia do Estado novo, a qualificação do cidadão como ser pertencente à nação se daria por meio da sua vinculação particular ao processo produtivo (REIS, 1988).

Os estudos de Silva (2011, p. 109) analisaram a realização desses intentos na criação do Território Federal do Amapá (TFA), pelo mesmo encaminhamento. A premissa era de que “a identidade nacional passava a ser a identidade territorial, sem a qual não seria possível a construção do Estado Nacional [...] a partir da redivisão territorial e da implantação de uma política intervencionista e centralizadora do Governo Federal, na região”. Nacionalismo, intervenção e centralização tornaram-se os motes convergentes para a política no TFA.

O programa do Governo do Território Federal do Amapá (GTFA), sob administração de Janary Gentil Nunes, era expresso pelo trinômio “Sanear, Educar e Povoar”. Para Lobato (2009, p. 89), a integração das áreas de fronteiras dos Territórios Federais criados no mesmo período priorizava a colonização por homens com corpos saudáveis e mentes educadas, enfim, habilitados à promoção da riqueza pessoal e nacional. Em consonância ao Governo Central, portanto, o Governo Territorial colocou em prática o projeto de desenvolvimento do Amapá, não apenas concedendo a exploração de suas riquezas minerais, que atraem um grande contingente de migrantes com a oferta de empregos, como também por meio de uma política educacional na qualidade de um instrumento de nacionalização.

A exploração da reserva de manganês pela empresa ICOMI S.A. foi tomada como propulsora econômica da formação de uma sociedade laboriosa e ordeira. Estava em curso um processo de remodelação da sociedade, por meio da “ ‘elevação’ social do caboclo [que] passava pela urgência em torná-lo economicamente útil e socialmente ajustado ao novo tipo de sociedade amazônica ‘nacionalmente integrada’ ” (PAZ, 2014, p. 36).

Ainda em concordância com a análise do autor ora citado, seria pela educação que o caboclo transformar-se-ia em operário disciplinado e de conduta moral, para assim e, deste modo, cumprir a importante função de preservar a integridade das fronteiras, garantindo a soberania nacional sobre elas. Tornava-se premente uma mudança radical nos hábitos e

costumes tradicionais aos olhos tanto do setor público quanto do privado. Foi dentro dessa concepção conjugada de desenvolvimento e de integração nacional que foram erguidas as duas Company Tows pela referida empresa, divulgadas pelo governo como modelo de desenvolvimento socioeconômico a ser replicado para todo o TFA.

No entanto, essas Company Tows significaram uma extensão do controle sobre o trabalhador para as relações familiares, com o incentivo para que formassem famílias semelhantes ao modelo das classes médias dos países centrais da economia mundial, atribuindo a cada membro um papel social a ser exercido e fiscalizado, nas quais o homem deveria ser “chefe e provedor, assistido na criação dos filhos pela esposa dona de casa e principal responsável pela manutenção da ‘estabilidade’ doméstica em vários sentidos, desde a limpeza das residências até a sua auto-imagem elegante, polida e submissa” (PAZ, 2014, p. 173). Desenhava-se no espaço privado a divisão sexual do trabalho, intento que o GTFA procurava igualmente reproduzir para todo o Amapá.

A educação escolar ganhou, por isso, grande destaque no Governo Janary Nunes. Por meio dela moldar-se-iam os habitantes, considerado o melhor meio de formar um homem novo que, segundo Lobato (2009), seria alguém disciplinado e engajado ao trabalho produtivo, num grande esforço de se tentar transformar o homem regional, revigorando-o para que ajudasse no desenvolvimento. Exigia-se a cooperação da população para com projeto do Estado com a transformação de seu modo de vida, mas de modo impositivo, sem levar em conta a realidade local. As escolas inauguradas neste período refletiam as intencionalidades do governo.

3 Reflexões sobre memória, poder, representação e dominação masculina

Outro ponto de discussão, levantado por Nora (1993), para refletir sobre suas implicações para nossa pesquisa, diz respeito ao papel da Igreja, da escola, da família e do Estado na conservação dos valores das sociedades-memórias. Pode ser estabelecido aqui uma conexão, guardada as devidas diferenciações teóricas, com Bourdieu (2017) a respeito da importância que essas instituições desempenharam nessa conservação (trabalho histórico de eternização), mas pelo viés do processo de dominação simbólica, que não apenas envolve os diversos grupos sociais, mas também as relações entre os sexos, dando vazão ao conceito de dominação masculina e sua reprodução.

O trabalho de reprodução esteve garantido, até a época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É, sem dúvida, à Família cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na Família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da

representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero [...], ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. Ela age, além disso, de maneira mais indireta, sobre as estruturas históricas do inconsciente [...]. (BOURDIEU, 2017, pp.119-120).

A instituição escolar também foi identificada por Bourdieu (2015, p. 125) como uma estratégia de reprodução, no qual se pode inscrever o *habitus* em seus predecessores como uma forma de hereditariedade social dos caracteres adquiridos. ” Para o autor, na instituição de ensino é desenvolvida uma cultura escolar que “propicia aos indivíduos um corpo comum de categorias de pensamento que tornam possível a educação. [...] Na verdade, os indivíduos ‘programados’, quer dizer, dotados de um programa homogêneo de percepção, de pensamento e de ação [...]” constituindo o produto mais específico dessa cultura (BOURDIEU, 2013, p. 206). Ademais, a escola transmite os pressupostos da representação patriarcal e nos cursos com aptidões específicas destinados aos sexos femininos e masculino (BOURDIEU, 2017).

No ex-Território Federal do Amapá, as instituições apontadas acima foram impulsionadas a transmitir esses valores, reproduzindo a dominação masculina das comunidades tradicionais, que sentiam no período anterior muito o pouco o seu peso em suas vidas cotidianas. Pode-se questionar em que medida essas instituições tiveram eficácia na transformação do modo de viver dessas populações tradicionais.

Chega-se nesse momento num outro ponto de discussão crucial para a pesquisa, que é acerca da questão da memória. Tão relevante para a análise são os discursos e as ações do Estado e da Igreja Católica perante a população, quanto a forma como essa população poderia processar, interiorizar ou repelir as representações, no jogo da violência simbólica. Nesse caso, acessar a memória dos que viveram no recorte cronológico selecionado, traz uma contribuição inestimável para o amadurecimento das reflexões acerca da pesquisa.

No entanto, existem vários itinerários metodológicos e reflexões teóricas que o historiador pode optar por seguir. Destarte, pode-se indicar a contribuição de alguns autores mais destacados, como Nora (1993, p. 13) já citado nesse texto, que elabora o conceito de lugares da memória, associados aos eventos e monumentos que se remetem às lembranças do passado, por meio na necessidade de que é preciso “criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas”, tornados assim pela ação da história em se apoderar deles para “deformá-los, transformá-los, sová-los e petrifica-los”.

Dessa forma, o historiador não acessa a memória verdadeira e sim a memória transformada por sua passagem em História. O acesso que se dá a ela por meio dos estoques materiais, dos arquivos, dos vestígios, dos testemunhos, dos documentos, imagens, dos discursos etc. Com uma observação aguçada, Nora (1993, p. 16) afirmou devemos ter em mente, ao se debruçar sobre essa materialização da memória, é a interrogação de que “vontade de memória elas testemunham, a dos entrevistados ou a dos entrevistadores”, consciente de que os arquivos são a “secreção voluntária e organizada de uma memória perdida.”

Esse é uma questão nevrálgica para o historiador, pois conforme o apontado por Gaddis (2003, p. 17), “o passado é algo que nunca podemos possuir. Porque quando percebemos o que aconteceu, os fatos já estão inacessíveis para nós; não podemos revivê-los, recuperá-los ou retornar no tempo como em um experimento de laboratório [...]. Só podemos rerepresentá-los.” Então, isso se constitui em um árduo trabalho ao lidar com as fontes – os vestígios disponíveis do passado que já não existe mais – examinando seus detalhes e suas intencionalidades.

Chartier (1988, p. 24) transformou representação em conceito operatório, segundo o qual permitiria ao pesquisador ir além do trabalho de explorar e mapear o leque de sentidos e de significados para saber como é “historicamente produzido um sentido e diferencialmente construída uma significação”. Passa-se a conceber a sociedade como um campo de lutas de representações de diversos grupos sociais, pela hegemonia. Traduziria as posições e interesses dos atores sociais e descreveria a sociedade tal como os agentes históricos pensavam que ela era, ou gostariam que ela fosse levando em conta a variabilidade e a pluralidade de compreensões das representações, tornando possível a unidade entre os discursos e práticas dos diversos grupos sociais. Dessarte, analisar os interesses de cada grupo social ou instituição na divulgação de suas representações é parte integrante da minha pesquisa que está se desenvolvendo.

Na intersecção entre memória e poder, Gondar (2003, p. 34) veio a contribuir com esse ponto, para ela tão imbricada ao ponto de sustentar que “todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.” Inspirando-se no referencial teórico deixado por Foucault, a atenção se volta para como a memória pode ser fabricada e construir subjetividades. Ao trilhar o preceito metodológico desse autor, Gondar (2003) afirmou que a memória pode ser analisada como monumento e como resistência à dominação por meio da contra-memória, desconstruindo as artimanhas do Poder.

Halbwachs (1990) também enveredou pela inquirição sobre a memória, interessando-se em desvendar a forma como as lembranças se cristalizam na consciência individual, por meio dos pontos de referência, e se distinguem em memória autobiográfica (individual) e memória coletiva (histórica). Na formação dessas memórias, as interações entre os grupos sociais foram identificadas como fundamentais.

O exame da combinação de influências que as instituições, como o Estado e a Igreja, passaram a difundir no ex-Território do Amapá pode também perpassar pela tentativa de elaboração de memórias coletivas, mas de forma impositiva. Como bem observado por Pollak (1989, p. 1), deve-se estar atento que a constituição da memória coletiva perpassa pela “imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, [que] acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo”, com a identificação da memória nacional como a forma mais completa de uma memória coletiva. Deslocando a análise para as memórias em disputa, se coloca em primeiro plano analítico as memórias que foram reprimidas pela dominação da memória oficial, podendo-se distinguir a “memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar a impor.”

Portanto, deve-se apreender as sutilezas nos depoimentos, onde os silêncios, os esquecimentos, os “não-ditos” são tão essenciais analiticamente, quanto o que se explana nas palavras e nos documentos. Para Pollak (1989, p. 6), a constituição da memória coletiva como memória nacional, tendo como ponto de referência o passado para “manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também a oposição irreduzível” tem sua melhor expressão, tomada de empréstimo de Henry Rousso, como trabalho de enquadramento da memória, manifestando as tentativas de controle da memória por diversos atores profissionais, pelas testemunhas oficiais, pelo controle do acesso aos arquivos e pela formulação de discursos e materializados em monumentos, bibliotecas e museus, filmes-testemunhos, documentários. Contrapondo-se a essa construção dessa memória coletiva, os instrumentais da história oral, a partir das memórias individuais, possui grande potencial na investigação sobre a eficácia desse controle e revelando as memórias subterrâneas. Desse modo, utilizar a História Oral pode ser intensamente profícuo para desvendar a problemática de pesquisa que nos impelem à investigação.

Considerações finais

As discussões não se esgotam por aqui. Há um grande percurso teórico-metodológico a percorrer e muitos pontos ainda a refletir, além da incursão pelas fontes. Os autores abordados neste texto produziram o efeito de germinação, no qual as ideias brotam enquanto descortinam-se outras leituras. A jornada científica é encantadora e está apenas no seu percurso inicial.

Referências

- ALBERTI, Verena. **História Oral na Alemanha**: semelhanças e dessemelhanças na constituição de um mesmo campo. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6811/866.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 31 out. 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. 7. ed., 1ª. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- _____. **Escritos de educação**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATTANI, Afrânio (Org.). Petrópolis: Vozes, 2015.
- _____. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017, p. 21.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- GADDIS, John. **Paisagens da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GHEDDO, Piero. **PIME: 150 anni di missione (1850-2000)**. Bologna: EMI, 2000.
- GONDAR, Jô. “Memória, poder e resistência”. In: GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel Angel de (org.). **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na fronteira da modernização**: a política educacional no Amapá. Belém: Paka-Tatu, 2009.
- _____. A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). 2013. 239 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02102013-131130/pt-br.php>>. Acesso em: 16 jan. 2015
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, 1993.
- NUNES, Elke Daniela Rocha. **O controle social exercido pela ICOMI como estratégia de usos e ação sobre o território no Amapá, de 1960-1975**. Macapá: UNIFAP, 2014.

NUNES FILHO, Edinaldo P. Formação histórica, econômica, social, política e cultural do Amapá; descrição e análise do processo de formação histórica do Amapá. In: OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolpho (org.). **Amazônia, Amapá**; escritos de História. Belém: Paka-Tatu, 2009, pp. 211-234.

OLIVEIRA, Tatiana Pantoja.; FERREIRA, Norma-Iracema de B. Onde se reza e também se estuda: Estado, Igreja Católica e a escolarização no ex-Território Federal do Amapá (1948-1964). **Tempo Amazônico online**: revista eletrônica da ANPUH – Seção Amapá, v. 2, n. 2, jan./ jun. 2015, p. 74-93. Disponível em: <<http://www.ap.anpuh.org/tempoamazonico>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

PAZ, Adalberto. **Os mineiros da Floresta**: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica. Belém: Paka-Tatu, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, n. 3, v. 2, 1989, p. 3-15.

PORTO, Jadson Luís R. Os Territórios Federais e sua evolução no Brasil. **Presença online**: revista de educação, cultura e meio ambiente/UNIR, Porto Velho, v. 3, n. 15, mar. 1999. 11 p.

_____. Os territórios federais e a sua evolução no Brasil. **Presença online**: revista de educação, cultura e meio ambiente/UFRO, v. 3, n. 15, p. 46-52, mar. 1999. Disponível em: <http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/presenca15completa.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2014.

REIS, Elisa P. O Estado Nacional como ideologia. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2166/1305>. Acesso em: 22 mar. 2015.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**: da autonomia territorial ao fim do Janarismo (1943-1970). Belém: Grafinoite, 2006.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et. al. (orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Betha (orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o reordenamento territorial. 3 ed. Cap. 1. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Maura Leal da. Integração, nacionalização e povoamento nas margens do território nacional. In: AMARAL, Alexandre et al. (Org.). **Do lado de cá**: fragmentos de História do Amapá. Belém: Açáí, 2011, p. 95-113.

Pacificando o branco: atividades educativas indígenas em escolas do ensino básico

Thais Elisa Silva da Silveira¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado, cujo título é “Amansando o Branco”: projetos educativos indígenas para o Juruá.” Nas últimas décadas, grupos indígenas vêm demonstrando insatisfação em relação à “História oficial” e estão reivindicando a necessidade de se contar uma “outra História do Brasil”. O lugar pouco dignificante destinado aos indígenas na historiografia e no ensino de história (MUNDURUKU, 2012, p. 23) corroborou e ainda corrobora com a perpetuação de preconceitos e outras formas de violências. Edson Brito, historiador kayapó, destacou que no ensino de história as culturas indígenas são ensinadas de maneira generalizante, havendo uma ênfase nas derrotas e nas perdas, apagando-se as estratégias de resistência criadas em resposta às conjunturas de cada época. Há um privilégio de uma “visão romântica e folclórica, em que os indígenas são sujeitos condenados não apenas ao passado, mas também à pobreza, à preguiça, ao isolamento e a uma pretensa inferioridade biológica e cultural.” (BRITO, 2009, p. 67/68).

Às vésperas das comemorações dos quinhentos anos da chegada dos portugueses ao Brasil, John Monteiro (1999) criticou o fato da história dos povos indígenas ter sido transformada pela historiografia tradicional em uma crônica da extinção, onde eles só têm um papel relevante no início da colonização, aparecendo apenas esporadicamente em outros momentos ao longo do tempo. Para o autor, há uma grande dificuldade entre os professores de história em explicar os povos indígenas do presente, considerando que a historiografia os apagou da história, criando uma ideia equivocada e danosa de que os povos originários são apenas alguns pobres remanescentes daqueles indígenas do início do período colonial (MONTEIRO, 1999, P. 239).

Vinte três anos após o citado artigo de John Monteiro, é possível observar o quanto seu questionamento ainda é atual. Evidentemente, não podemos esquecer que de lá para cá, houve diversos avanços com a contribuição dos historiadores que compõe a “Nova

¹Aluna de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientadora: Dra. Márcia de Almeida Gonçalves. Ingresso no ano de 2020. Título da pesquisa: Amansando o Branco: atividades educativas indígenas para o Juruá.

História Indígena”, que têm se esforçado não apenas em preencher as imensas lacunas a respeito da participação das populações indígenas na história do país, e especialmente de atribuir-lhes outros papéis, para além de empecilhos à colonização ou de colaboradores rapidamente assimilados à população local. Esta nova história, além de dar visibilidade a estes sujeitos, ressalta seu protagonismo e importância no desenrolar dos acontecimentos da história do Brasil, ao demonstrar diversas estratégias utilizadas pelos povos indígenas ao lidarem com o novo cenário trazido pela colonização. No entanto, a incorporação das contribuições da Nova História Indígena em pesquisas sobre outros temas ainda é pequena (ALMEIDA, 2017, p. 34).

No que se refere a historiografia didática, Circe Bittencourt (2013) destacou que a produção didática referente à temática indígena sempre esteve ligada a historiografia acadêmica, pois o desconhecimento do tema e a difusão da ideia de seu desaparecimento acompanharam historiadores e autores de livros didáticos. Mesmo após a aprovação da lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena nas escolas do ensino básico, pesquisas como a de Mauro César Coelho e Helenice Rocha (2018) apontaram que mesmo no início da colonização, período em que os indígenas aparecem com destaque nos livros didáticos de história, eles não são colocados no papel de protagonistas, mas como coadjuvantes passivos e atemporais irrelevantes para o desenvolvimento dos fatos narrados. Entretanto, os autores apontaram como uma das dificuldades de uma mudança paradigmática a própria produção historiográfica:

Como a historiografia que ainda alimenta a estruturação da narrativa escolar sobre a história colonial do Brasil ainda é fortemente eurocêntrica por ausência do enfrentamento dessa característica no campo da história da historiografia brasileira, em nossa compreensão, em tais narrativas, os indígenas surgirem com efetivo protagonismo seria um paradoxo. As narrativas escolares não têm como estabelecer os indígenas como efetivos protagonistas. (COELHO e ROCHA, 2018, p. 481)

Sendo assim, entendemos que a escola e a história ensinada nela reproduzem paradigmas que sustentam a colonialidade. Aníbal Quijano (2007) nos lembrou que a colonialidade é um elemento constitutivo do poder capitalista que se sustenta na imposição de uma classificação étnico-racial da população mundial. Foi no desenvolvimento do poder capitalista que se configurou algumas novas identidades sociais e geoculturais, assim como relações intersubjetivas baseadas na dominação e hegemonia eurocentrada. Nos centros hegemônicos, foram elaboradas novas formas de

conhecimento, que passaram a ser conhecidas como racionais, que visavam suprir as demandas do capitalismo. Esta razão passou a ser imposta como única forma de racionalidade válida e o eurocentrismo se tornou dominante entre os educados, onde criou-se a ideia de que os europeus eram os povos mais avançados e que a humanidade era dividida entre povos inferiores e superiores (QUIJANO, 2007). Apesar do conceito de raça ter mudado ao longo dos séculos, a atitude dos colonizadores desde o século XVI parte da racialização da população mundial e da crença de graus de humanidade, que justificam a dominação. (MALDONADO-TORRES, 2007)

A tentativa de reelaboração e divulgação da História dos povos indígenas também tem sido feita no interior do movimento indígena. Questionar o que chamam de “história oficial” e contar a “verdadeira história do Brasil” tem sido parte de uma estratégia de educar a população não indígena, visando a conquista de direitos. Podemos observar esta preocupação na década de 1990 na pauta das reuniões de professores indígenas, no contexto da luta pela educação escolar indígena, onde era mencionada a necessidade de educar a população não indígena. No item 13 da Declaração dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima de 1991, por exemplo, apontaram que “Nas escolas dos não-índios será corretamente tratada e veiculada a história e cultura dos povos indígenas brasileiros, a fim de acabar com os preconceitos e o racismo.” (CIMI, 1992, p. 35).

Diversas ações educativas, em que a história tem um papel importante, têm sido realizadas por indígenas pelo Brasil. Um exemplo importante é a curadoria de exposições sobre populações indígenas nos museus pelo Brasil. A participação destes agentes tem proporcionado novos sentidos às coleções sobre os povos originários, onde as demandas e as cosmovisões dos povos representados fazem parte da elaboração das exposições. Um grande exemplo é o Museu Maguta, organizado pelos tikuna na cidade de Benjamin Constant/AM. Criado em um momento de violentas disputas por terra, no final da década de 1990, o museu tinha como um dos objetivos conquistar o reconhecimento dos tikuna como indígenas pelo restante da sociedade, garantindo o direito ao território. (FREIRE, 2009). A literatura indígena também se destaca como um movimento importante de diálogo com a população não indígena. Para alguns autores indígenas como Daniel Munduruku, Graça Graúna, Kaká Werá Jeckupe e Edson Brito Kayapó, as obras oferecem a oportunidade de divulgação de uma outra narrativa histórica, contrária as tradicionais (LIMA, 2016, p. 61).

Um outro movimento que podemos observar é a visita de indígenas a escolas da educação básica. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, a ida a escolas para promover palestras, mostra de artesanatos, oficinas, contação de histórias, apresentações culturais, brincadeiras a convite de professores tem sido um programa rotineiro de alguns indígenas ligados aos movimentos sociais, especialmente durante o mês de abril. Independente de possuírem licenciatura ou não, falam com propriedade sobre o que fazem, sabem seus objetivos, escolhem as atividades de acordo com a faixa etária do público, o espaço disponibilizado, a quantidade de alunos e o tempo que terão para o desenvolvimento de suas atividades. Justificam suas escolhas pedagógicas a partir dos conhecimentos empíricos e teóricos que adquiriram ao longo da vida.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apesar de não se saber quando estas atividades se iniciaram, é possível observar que a ocupação do prédio do Antigo Museu do Índio, ao lado do estádio do Maracanã, em 2006 que resultou no surgimento da Aldeia Maracanã, intensificou essas atividades, pois promoveu uma maior visibilidade das populações indígenas na região, assim como proporcionou o fortalecimento do movimento indígena no Rio de Janeiro, o que possibilitou uma articulação interna voltada para luta por direitos no espaço urbano onde a educação da população não indígena passou a ser uma estratégia adotada por eles para a luta por direitos.

Sem fazer uma busca exaustiva, chegamos a uma lista de mais de quarenta nomes de indígenas que promovem ou já promoveram atividades em escolas da educação básica no Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do século XXI. A partir de uma seleção que envolveu disponibilidade, diversidade étnica e de trajetórias de vida, entrevistamos oito pessoas, buscando entender suas intenções pedagógicas ao irem a escolas, especialmente quando mobilizam o passado com uma função educativa. Em geral, os entrevistados são pessoas ligadas ao movimento indígena e que possuem ou tiveram algum engajamento com a Aldeia Maracanã durante a primeira ocupação do antigo museu entre 2006 e 2013 ou com os grupos que se separaram após a desocupação de 2013. Quase todos são moradores da região metropolitana do Rio de Janeiro, com exceção de um que nasceu na cidade do Rio de Janeiro, mas mora no interior do Estado. Pertencem às etnias Tukano, Kariri Xokó, Potiguara, Xavante, Guarani, Pataxó e Tupinambá. Apenas um nasceu no contexto da aldeia. Duas nasceram em outras cidades fora da aldeia, mas migraram para a região posteriormente, outras duas nasceram no Rio de Janeiro, mas

durante a infância viveram o trânsito entre cidade e aldeia e outros três também são cariocas que passaram por um processo de retomada étnica na fase adulta adultos.

Suas histórias têm em comum a convivência com diversos estereótipos e preconceitos atribuídos aos indígenas. Como possuem a especificidade de estarem na cidade e a imagem do senso comum é de que o lugar destinado aos indígenas é a floresta, são sempre questionados sobre sua presença, passando pela desconfiança de suas identidades ou mesmo por ataques que ferem suas dignidades e até a integridade física. O uso de tecnologias e outras facilidades do mundo moderno também é sempre questionado, pois a concepção de que indígenas foram exterminados pela colonização e que os que sobraram são remanescentes dos povos originários de 1500, congelados no passado, possuindo uma cultura fixa e fadados a deixarem de existir, seja pela violência de fazendeiros, garimpeiros, madeireiros, políticos e tantos outros que ainda hoje vivem em confronto com as populações indígenas, seja pela a ideia da existência de um processo evolutivo e de assimilação dessas populações. Devemos lembrar que a História, assim como seu ensino na escola corroboraram e ainda corroboram com tais concepções tão prejudiciais aos povos indígenas, inclusive na própria formação de suas identidades, como podemos perceber na observação de Carina Pataxó:

Uma coisa que ficou muito marcado é a questão do ensino de história, por exemplo, que eu via espelhos na então “Descoberta do Brasil”. Então, toda essa mentira, toda essa história que nossos antepassados, de maneira muito dócil cederam território, tudo isso monta uma narrativa ao longo do tempo de você não querer ser. Então, eu comecei a me enxergar num determinado momento até no não lugar. Então eu nem era a menina da cidade e com comportamento assim, assim, assado, mas eu também não era a índia dentro de um estereótipo onde eu não me identificava nisso. (CARINA PATAXÓ, 2021)

Outro ponto em comum nas suas histórias é uma postura insurgente perante ao etnocídio indígena. Em outro trabalho, argumentei que a invisibilidade da população indígena nas cidades não é o resultado de uma assimilação natural das populações indígenas à sociedade envolvente, mas de um projeto de integração iniciado no período colonial, mantido e ampliado pelo Estado brasileiro de longa duração, que visava transformar as populações indígenas em trabalhadoras pobres. Esta política só foi parcialmente interrompida com a Constituição de 1988. Mas ao longo do tempo, a invisibilização também passou a ser utilizada por indígenas como estratégia para evitar preconceitos e discriminação (SILVEIRA, 2016). A afirmação do pertencimento étnico

nas cidades (não só nelas) e o enfrentamento das consequências negativas de tal ato no contexto de uma população que possui uma concepção completamente equivocada e preconceituosa dos povos indígenas, e ainda lutar por direitos é um ato de resistência à colonialidade.

As motivações para irem às escolas a convite de professores, relacionam-se com suas trajetórias de vida e com pautas mais gerais de luta do movimento indígena. Observamos algumas intenções pedagógicas comuns entre eles, como romper com preconceitos e estereótipos e dar visibilidade aos indígenas no presente, valorizar a riqueza e a diversidade cultural dos povos, gerar empatia e ganhar apoio da população não indígena na luta por direitos como a demarcação de terras, mostrar que possuem conhecimentos válidos e são capazes de dialogarem sobre os problemas ambientais entre outros e oferecerem propostas viáveis para solucionar questões de interesse mundial e por fim romper com a assimilação, reforçar as identidades étnicas e promover processos de retomada étnica. Nos debruçarmos rapidamente sobre a intenção em oferecer visibilidade aos indígenas no presente.

Carlos Tukano, um indígena do Amazonas que veio para a cidade do Rio de Janeiro no início deste século e aqui atuou como agente educativo do Museu do Índio e se tornou cacique da Aldeia Maracanã, ao refletir sobre o ensino nas escolas, afirmou que elas esquecem de dizer que os índios mudaram e que convivem na atualidade com os aparatos tecnológicos disponíveis. Esta queixa nos remete a diversas pesquisas sobre a temática indígena no ensino de história, que afirmam que estes sujeitos são tratados como seres do passado. A maior ênfase aos indígenas no período colonial, a sua invisibilidade em outras épocas e o uso de paradigmas eurocêntricos, evolucionistas e assimilacionistas para pensá-los, os colocam sempre como povos fadados ao desaparecimento por serem atrasados e porque o contato com culturas superiores fará com que evoluam e deixem de ser, tornando os indígenas sempre como povos do passado.

O cacique Tukano, por exemplo, afirmou acreditar que possui a missão de levar conhecimentos “desse indígena do presente”, que passou por transformações ao longo do tempo e dos quais os professores, especialmente os de história, não têm informação. Na sua percepção, os professores de história ficam truncados na época do descobrimento, sem saber como o índio está nos dias de hoje:

muitas vezes os professores de história, ele tem dificuldades de ter outras informações. Tem essa ausência da União, do Ministério da Educação e Cultura, né, para chegar a essas *informações atualizadas da questão da era contemporânea*. As coisas mudaram nas aldeias (...). Então precisa de mais informações para professores de história, *essa realidade de hoje, dos povos indígenas na era contemporânea* (...). Os professores não sabem se o índio está usando tecnologia...(CARLOS TUKANO, 2022. Grifos da autora).

Sua percepção é bem próxima a de John Monteiro que no final do século XX, afirmava que:

É sempre complicado para o professor de história explicar a persistência de grupos indígenas no Brasil de hoje, quando a historiografia os obliterou nos tempos coloniais: daí vem a ideia nociva e preconceituosa de que os índios são apenas os pobres remanescentes daqueles que tiveram algum lugar, embora incômodo na história do país.” (MONTEIRO, 1999, P. 239)

Para mudar esta compreensão, a própria presença deles nas escolas promovendo atividades educativas e falando por si mesmos sem a mediação de um professor, já é uma tática de mostrar-se no presente e refutar uma história e um ensino que os colocam como sujeitos do pretérito. Ao falarem para alunos e professores, dotados de recursos pedagógicos e estratégias de ensino, discursando com propriedade sobre suas culturas, diversidade e formas de pensar, se mostram como pessoas do presente e que falam do tempo presente.

Júlia Xavante, uma indígena carioca, professora de artes e que passou por um processo de retomada étnica na década passada, tanto em suas aulas ou nas atividades que promove em outras escolas também colocou em sua entrevista que uma de suas primeiras preocupações era mostrar o indígena do presente:

a minha proposta mais raiz mesmo, mais inicial, mais pontapé é os alunos, os professores saberem que o indígena está vivo, né, que ele fala português, que ele faz xixi, que ele faz coco, que ele usa calça jeans, que ele usa celular, e aparelho no dente, e óculos, né. Mostrar que esse indígena está contemporâneo, que ele não vai, não vai chegar lá assim, pelado, de arco e flecha pintado, né, que ele vai chegar normal, como toda as outras pessoas chegam. (JÚLIA XAVANTE, 2021)

Sheila Potiguara, uma jovem mineira que mora no Rio de Janeiro desde a infância, casada com um rapaz pataxó, que também promove atividades voltadas para escolas, contou sobre o seu incômodo em relação a ligação dos povos indígenas aos povos primitivos, um equívoco que considera comparável a compreensão da população negra como escrava. Também afirmou que se nega a fazer trabalhos em escolas particulares que buscam na sua visita apresentar índios do passado, fazendo questão de ressaltar que a

maioria das aldeias utilizam recursos tecnológicos do presente, como luz elétrica, fogão, e conexão com a internet. Também mencionou os indígenas que vivem em contexto urbano como ela, que não precisam de cocar para continuarem indígenas.

É curioso observar que apesar desta reflexão, as idas da potiguara às escolas traz elementos ligados a uma tradição indígena, como vestimentas, pinturas corporais e o próprio cocar, o que poderia ser entendido como uma contradição. Entretanto, a contextualização que faz de algumas tradições que reproduz nas escolas, como cânticos acompanhados pela batida do maracá, traz para o presente o significado de uma prática considerada ancestral.

Outra estratégia utilizada, especialmente pelas três professoras da educação básica entrevistadas, Júlia Xavante, Marize Guarani e Carina Pataxó é levar outros indígenas para as escolas onde lecionam para palestrarem, realizarem oficinas e apresentações culturais, assim como realizar aulas de campo em aldeias indígenas. Também costumam apresentar personalidades indígenas de destaque em áreas onde até bem pouco tempo não eram ocupadas por indígenas, como no caso das artes. Pessoas como Jaider Esbell na arte contemporânea, Daniel Munduruku na literatura, e os rappers do Brô Mcs, Mc Kunimim ou Kaê Guajajara, propiciam um debate que dá visibilidade aos indígenas no mundo contemporâneo, assim como cumprem um papel estratégico de representatividade.

Mas podemos considerar que no caso das três professoras que atuam no ensino básico, o próprio ato de se assumirem como indígenas nas escolas em que trabalham é um compromisso que assumem politicamente em relação aos alunos e com a luta dos povos indígenas por visibilidade, representatividade e contra o racismo e preconceito. Uma ação que não traz apenas consequências positivas. Carina destacou a dificuldade que sente em sofrer diversas violências e ainda encontrar forças para educar, mas também refletiu sobre a sua importância como professora indígena, ao pensar que sua trajetória e relação com a identidade teria sido mais bonita se nas escolas onde estudou tivesse alguém que cumprisse este papel de representatividade que ela cumpre no presente com seus alunos. Cabe destacar que todos os entrevistados afirmaram ter encontrado alunos que se identificaram como indígena ou que afirmaram ter ascendência indígena. Todos possuem uma preocupação com eles nas escolas, pois sabem o quanto ela pode ser hostil na formação de crianças e adolescentes indígenas.

Sendo assim, apesar de suas narrativas também estarem centradas na violência e no genocídio promovido pela colonização portuguesa e posteriormente pelo Estado brasileiro, buscam também uma virada de chave interpretativa, que permite não só a compreensão de indígenas convivendo com não indígenas nas cidades, mas especialmente em questionar a assimilação, repensar quem são os cidadãos brasileiros, quais as suas origens e mostrar que ser indígena não é incompatível com o presente e com o futuro.

A visita em escolas se mostra como uma possibilidade de combate ao paradigma da assimilação. Ao se afirmarem com indígenas em contexto urbano, contando suas trajetórias, demonstram que é possível ser indígena e viver na cidade. O espaço urbano pode ser compreendido como local favorável ao etnocídio. Nos relatos dos oito entrevistados pudemos perceber como este ambiente é hostil às manifestações do pertencimento étnico, fazendo com que muitos indígenas, em um processo doloroso e traumático escondam, se afastem e abandonem suas identidades. Também é um local pouco propício para um processo inverso, que chamaremos aqui de retomada étnica, já que preferimos mobilizar um conceito muito utilizado pelos próprios indígenas no Rio de Janeiro.

A promoção de atividades pedagógicas em escolas tem uma intenção de rompimento com o processo de assimilação, de reforçar filiações étnicas e promover retomadas. A pressão pela assimilação é muito intensa na história de indígenas que vivem em contexto urbano e esta realidade não se mostrou diferente na trajetória dos entrevistados. Nas entrevistas de Paula Kariri Xokó, Marize Guarani, Júlia Xavante e Ricardo Tupinambá, o questionamento da assimilação, da mestiçagem e do pardismo aparece de forma enfática. Afirmaram que levam este debate para sala de aula. Para estes sujeitos, que fizeram suas retomadas nos últimos anos, levar essa discussão para as salas de aula é também uma tentativa de legitimação das suas identificações perante o olhar externo. A preocupação com um debate sobre a mestiçagem também esteve presente na entrevista de Sheila Potiguara, que demonstrou grande preocupação com sua filha, que nasceu com a pele clara e os cabelos cacheados.

Neste sentido, ao se voltarem para o passado nas atividades pedagógicas, lembram dos casamentos interétnicos, muitas vezes forçados, de índias caçadas a laço. Falam de histórias de mulheres indígenas que têm seus filhos na cidade e que estas crianças deixam

de se identificar como indígenas. Apontam algumas contradições da sociedade, que não compreende o indígena na cidade, mas não estranha a dupla cidadania tirada por muitos brasileiros em países europeus. Questionam o fato do negro não precisar falar línguas africanas, ter nascido na África, seguir uma religião de matriz africana, jogar capoeira para se afirmar, mas do indígena ter uma gigantesca dificuldade para comprovar sua filiação étnica. Houve também um forte incômodo por parte de alguns entrevistados do que chamam de “pardismo” ou questão do pardo, especialmente em relação à estratégia dos movimentos negros, ao somar a população que se declara como preta e parda como negra. Lembraram que toda a discriminação sofrida por populações indígenas levou e ainda leva a muitos se declararem como pardos.

Ao retomarmos as considerações de John Monteiro, que ao apontar alguns problemas sobre a interpretação das resistências indígenas, destacou a insistência em colocar estas populações como exteriores à sociedade colonial e nacional. Nas Américas, em um quadro mais geral, há um distanciamento apressado entre o mestiço e suas origens indígenas” (MONTEIRO, 1999, p. 240). Santiago Castro-Gomez (2005) afirmou que dentro do projeto de modernidade há uma tentativa de submeter a vida sob o controle do homem através do conhecimento. Este projeto parte de uma instância central, os Estados Nacionais, que são responsáveis pelo controle da natureza e das relações sociais. Ao implementar regras coletivas para toda sociedade, usam “critérios racionais” legitimados pelas ciências sociais, que criam perfis de subjetividades padrões (o cidadão) e gera o fenômeno da “invenção do outro”. De acordo com o autor:

a invenção da cidadania e a invenção do outro, se encontram geneticamente relacionados. Criar a identidade do cidadão moderno na América Latina implicava gerar uma contraluz a partir da qual essa identidade pudesse ser medida e afirmada como tal. A construção do imaginário da ‘civilização’ exigia necessariamente a produção de sua contraparte: o imaginário da ‘barbárie’.
(CASTRO-GOMEZ, 2005)

O autor acrescentou que o Estado Nação atua com uma maquinaria geradora de ‘otredades’ que devem ser disciplinadas (CASTRO-GOMEZ, 2005). A escola cumpre este papel de formação do cidadão conforme um padrão, tratando as alteridades humanas como exemplos de um não ser.

Mas ao mostrarem a humanidade e contemporaneidade do “Outro” e especialmente ao deslocarem o debate da alteridade indígena para a identidade, os educadores indígenas levam para sala de aula novas formas de interpretação da história do Brasil e geram a possibilidade negada aos estudantes de se reconhecerem nessas histórias e de compreenderem de que há um futuro para os povos indígenas. Sendo assim, as atividades promovidas por estes indígenas nas escolas se colocam como uma estratégia de enfrentamento da colonialidade do poder, do ser e do saber.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Ouvir e Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*. Vol. 37, nº 75, 2017, 17-38.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 25-67.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *MANA*, 2006, v. 12(1), pp. 39-68.
- BERGAMASHI, Maria Aparecida. Entrevista: Gersem José dos Santos Luciano – Gersem Baniwa. *Revista História Hoje*, vol. 1, n. 2, 2012, pp. 127-148
- _____; ZEN, Maria Isabel; XAVIER, Maria Luisa (Org.). **Povos Indígenas & Educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- BITTENCOURT, Circe. A história das populações indígenas na escola. In: PEREIRA, Amílcar e MONTEIRO, Ana (Org.) **Ensino de história afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132.
- BRITO, Edson Machado. O ensino de história como lugar privilegiado para o estabelecimento de um novo diálogo com a cultura indígena nas escolas brasileiras de nível básico. In: **Fronteiras: Dourados**, Mato Grosso do Sul, v. 11, n. 20, p. 59-72, jul/dez. 2009.
- CASTRO-GOMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Clacso, 2005.
- CIMI. **Com as próprias mãos** – professores indígenas construindo a autonomia de suas escolas. Brasília: CIMI, 1992
- COELHO, Mauro; ROCHA, Helenice. Paradoxos do protagonismo indígena na escrita escolar da História do Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 464 - 488, jul./set. 2018.
- FREIRE, José Ribamar Bessa;. A descoberta dos museus pelos índios. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. RJ: Lamparina, 2009.

LIMA, Sélvia Carneiro de. **Escritores indígenas e produção literária no Brasil: sujeitos em movimento**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago y GROSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas alla del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombres Editores, 2007.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura: um manifesto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago y GROSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas alla del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombres Editores, 2007.

MONTEIRO, John. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adalto (org). **A outra margem do ocidente**. SP: Cia das Letras, 1999.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Edições Paulinas, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago y GROSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas alla del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombres Editores, 2007.

SILVEIRA, Thais Elisa Silva. **Identidades (in)visíveis: indígenas em contexto urbano e o ensino de história na região metropolitana do Rio de Janeiro**. 2016. 132F Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

Promovendo a inclusão e construindo saberes: equidade para democratização do conhecimento

Valeria de Oliveira¹
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é Políticas de Acessibilidade para Inclusão e Permanência no Ensino Superior: contexto nacional de 2004 a 2021 em instituições públicas, ainda em andamento.

A história do ensino superior (ES) brasileiro registra que a universidade, por um longo tempo, não considerou ser um território para mulheres, negros, pobres, pessoas com deficiência ou representantes de diferentes minorias. Nas últimas décadas, os que antes eram excluídos, hoje fomentam demandas que, na mesma proporção, motivam a criação de políticas públicas de acessibilidade para manutenção de uma universidade plural, um lugar em que o respeito à diferença impulse a implementação de políticas que respeitem as garantias de direitos com equidade para todos.

As ações afirmativas se apresentam como políticas públicas necessárias para reparar injustiças históricas e estreitar distâncias existentes entre diferentes coletivos, grupos e indivíduos, que, por anos, permaneceram à margem da sociedade. Promover acessibilidade e inclusão é responsabilidade, inclusive, da universidade. Acreditamos, portanto, que investimentos em pesquisas que contribuam para promoção de igualdade de condições de acesso e permanência com êxito em diferentes espaços da universidade possibilitam o desenvolvimento de estratégias e práticas acadêmicas inovadoras, assim como variados serviços, inclusive, para estudantes considerados público-alvo do atendimento acadêmico especializado (AAE)².

Movimento social de direitos da pessoa com deficiência: em busca de políticas acadêmicas de acessibilidade e inclusão.

Para que uma instituição de ensino superior (IES) pratique a inclusão e viabilize o ingresso de estudantes público-alvo do AAE com acessibilidade e garanta-lhe o direito

¹Aluna do curso de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientador: Dr. Gelsom Rozentino de Almeida. Ingresso no ano: 2022. Título do projeto de pesquisa: Políticas de Acessibilidade para Inclusão e Permanência no Ensino Superior: contexto nacional de 2004 a 2021 em instituições públicas. valeriagpdoc@gmail.com

² Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), o público-alvo do AAE são as PcD sensoriais (surdez, cegueira, surdocegueira), físicas, intelectuais, TEA (Transtorno do Espectro Autista), transtornos globais do desenvolvimento e da aprendizagem, dificuldades de aprendizagem, altas habilidades/superdotação.

de permanência com êxito, faz-se mister implementar adequações específicas com o uso de tecnologias assistivas³ (TA) baseadas em desenhos universais de aprendizagem⁴ (DUA). Atenções diferenciadas devem ser expressas nos diferentes espaços e atividades acadêmicas, para que todas e quaisquer barreiras sejam eliminadas, as arquitetônicas, de comunicação e informação, de sinalização nos espaços coletivos – físicos e eletrônicos, e, principalmente, na disponibilização de recursos acadêmicos.

A falta de ações direcionadas à inclusão de todos, além de um desserviço das Instituições de IES públicas, é um ato excludente que perpetua a submissão do estudante público-alvo do AAE à condição de extrema desigualdade em comparação a seus pares. Negar a esses discentes o direito de acessibilidade na universidade é o mesmo que os sentenciar à evasão. A falta de condições de permanência com êxito a cada semestre letivo e conclusão de seus cursos é negar-lhes a participação em processos seletivos que valorizem suas potencialidades, o que acaba por incidir em ato criminoso, segundo a constituição que, em 2009, teve toda convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência (CIDPD) apensada a seu texto original.

Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008, conforme o procedimento do § 3º do art. 5º da Constituição, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007; (...) DECRETA: Art. 1º A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, apensos por cópia ao presente Decreto, serão executados e cumpridos tão inteiramente como neles se contém (BRASIL, 2009).

Pensando no panorama das políticas de acessibilidade nas universidades públicas brasileiras entre 2004 e 2021 e o lugar ocupado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) nesse cenário, estruturamos a pesquisa de forma que, além de propor o levantamento de possíveis práticas de acessibilidade para inclusão da pessoa com deficiência (PcD) no ES, buscamos investigar como que as IES públicas no Brasil vêm apresentando, ou não, políticas internas de garantia de direitos de acesso e permanência

³ “Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.” (BRASIL, 2007)

⁴ Desenho universal para aprendizagem é um conjunto de possibilidades – materiais flexíveis, técnicas e estratégias – para ampliar a aprendizagem de estudantes com deficiência, ou não, para atingir o maior número possível de discentes, universalizando, portanto, de forma equânime a construção de conhecimentos em diferentes áreas.

em seus cursos com vista às devidas conclusões e encaminhamentos às carreiras escolhidas pelos discentes que se beneficiarem com tais ações afirmativas.

Dados preliminares, levantados no primeiro semestre do curso de doutorado no PPGHS, evidenciam que as universidades existentes até 2004 foram, naquele ano, legalmente, impulsionadas pelo governo federal a promover diferentes ações em prol da acessibilidade e inclusão da PcD (BRASIL, 2004) e, a partir daquele ano, novas unidades de nível superior públicas foram criadas por todo Brasil, incluindo os Institutos Federais (IF) que, embora ofereçam o ensino médio, vêm aprimorando seus cursos técnicos superiores, especializações e mestrados acadêmicos.

Conduzimos nossas discussões a partir do marco legal representado pelo decreto 5296 (BRASIL, 2004), que motivou a promulgação de outros instrumentos legais que corroboraram para formulação de políticas nacionais de inclusão, dentre os quais destacamos: a) o decreto 5626/2005 que, além de regulamentar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - língua nacional reconhecida por lei (BRASIL, 2002), dedicou total atenção às questões que envolvem a acessibilidade para a pessoa com surdez; b) a portaria do MEC 976 que dispõe sobre os critérios de acessibilidade em eventos promovidos em instituições de ensino conforme decreto 5296/2004 (BRASIL, 2006a); c) o decreto legislativo 186 que ratifica o texto da CIDPD e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007 (BRASIL, 2008a.); d) o decreto 6949, já mencionado, que apensa toda CIDPD e os 15 artigos de seu Protocolo Facultativo à Constituição Brasileira, fazendo desse documento internacional parte integrante da carta magna do Brasil (BRASIL, 2009); e) a lei nº 12.711 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais por reserva de vagas (BRASIL, 2012a); f) a lei 12.764 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e reconheceu que a pessoa com TEA têm os mesmos direitos legais que uma PcD (BRASIL, 2012b); g) a lei nº 13.146, a lei brasileira de inclusão (LBI), que institui o estatuto da PcD (BRASIL, 2015); h) a lei 14.254 que dispõe sobre os direitos de acessibilidade de discentes com dislexia, TDAH ou outros transtornos de aprendizagem (BRASIL, 2021). Essas são as principais legislações federais sobre a temática, mas já detectamos algumas outras federais, estaduais e municipais que corroboram com a pesquisa.

Além dos instrumentos legais já mencionados, trazemos para essas reflexões iniciais registros documentais das quatro conferências nacionais dos direitos da pessoa com deficiência (CNDPcD), quando tivemos a oportunidade de participar, ativamente, de

algumas conferências municipais dos direitos das pessoas com deficiência entre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, das quatro conferências do Estado do RJ e das quatro Conferências Nacionais (CNDPcD).

Em 2004⁵, realizou-se em Brasília a *I Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Acessibilidade, você também tem compromisso* (ICNDPcD). No eixo “Educação Inclusiva” a mesa sob a responsabilidade da Sra. Claudia Griboski, na época, Secretária de Educação Especial da SEESP-MEC, apesar da preocupação em levar para a ICNDPcD o panorama nacional sobre acessibilidade e inclusão educacional, com a proposta de universalização de acesso à educação, o debate, se quer, chegou à discussão sobre o ensino médio (EM), quiçá, sobre o ES.

Falou-se em princípios, direitos, determinações legais e políticas de inclusão, mas os dados e informações não passaram do ensino fundamental (EF), principalmente dos anos iniciais, EF1. O EM foi citado, apenas, quando alguns programas do MEC ficaram em evidência, como, por exemplo, o de distribuição do livro didático, sendo alguns em Braille, e a atenção dada aos dois institutos de educação especial do Rio de Janeiro, o INES⁶ e o IBC⁷.

Entre a fala da Secretária e debates, muito pouco foi dito sobre o ES.

A Educação Especial está presente na Educação Infantil, está presente no ensino fundamental, está presente no ensino médio e na **educação superior**. E a Constituição já dizia que temos que buscar a elevação, **que o aluno tenha os mais elevados níveis de ensino**. Hoje, comprovadamente, nós já temos uma política onde o **ensino superior** tem se dado, gradativamente, com a questão do acesso, já **temos um número mais amplo** de alunos **no ensino superior** [grifo nosso]. (BRASIL, 2006b, p. 195)

Griboski, mesmo não trazendo dados consolidados sobre o ES, reconheceu que os estudantes público-alvo do AAE, já estavam presentes na universidade e que eles, mesmo estando no ES, necessitavam de acessibilidade para que permanecessem em progressiva atividade acadêmica.

Dentre os desafios listados pela representante da SEESP-MEC na ICNDPcD para educação brasileira, destacamos três que, transversalmente, devem orientar práticas acadêmicas no ES,

⁵ Embora a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência tenha ocorrido no ano de 2004, seus anais só foram publicados em 2006, por isso as referências das citações da ICNDPcD foram registradas como BRASIL, 2006b.

⁶ Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), fundado em 1857, em atividade até a presente data.

⁷ Instituto Benjamin Constant (IBC), fundado em 1854, permanece em funcionamento até hoje.

valorizar a diferença (...) a transposição de barreiras para a aprendizagem e para a participação dos alunos com igualdade de oportunidades [e] oportunizar esse acesso à educação, às condições que lhe são necessárias, à implementação da política de inclusão educacional, da promoção do acesso e da qualidade. (BRASIL, 2006b, p. 196)

A condição da PcD evidencia sua necessidade de atenção especializada por toda vida escolar/acadêmica. Concluir a educação básica e chegar à universidade não faz da PcD alguém que prescindir de tecnologias assistivas. Mesmo no ES, a PcD necessitará de apoio especializado.

Em 2008, a *II Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Inclusão, participação e desenvolvimento, um novo jeito de avançar*, vinculou o eixo educação ao trabalho, o que nos fez crer que teríamos debates que se dedicassem mais ao ES, entretanto, na mesa em que discutimos as relações entre trabalho e educação, só tivemos a participação da Coordenação da Secretaria de Educação Especial do MEC, Claudia Dutra que pouco falou e dois professores universitários que trouxeram dados de suas pesquisas e práticas que não avançaram na temática. João Ribas, antropólogo, Dr. em Ciências Sociais pela USP e coordenador do programa de empregabilidade de pessoas com deficiência da SERASA problematizou questões de trabalho e a Dra. Rita Figueiredo, da Universidade Federal do Ceará, atuante no campo da educação especial e coordenadora de um curso nacional de formação de professores para o atendimento educacional especializado em cerca de 600 municípios das cinco regiões do país, introduziu o debate sobre educação com inclusão das PcD.

Diferente dos debates da ICNDPcD de 2004, na II Conferência, ter um debate promovido por uma professora que vive, na prática, a docência e a pesquisa em diálogo entre a universidade e a escola, mesmo sem incluir nos debates a inclusão no ES, fez com que acreditássemos em novas perspectivas de aplicabilidades práticas sobre inclusão na educação.

A Secretária do MEC destacou a necessidade de mudança de concepção para se alcançar a inclusão e o quanto *a educação e o trabalho são temas-chave para que se efetive, de fato, inclusão, participação e desenvolvimento* (BRASIL, 2008b, p.41), mas esse acabou por se tornar um discurso vazio.

Figueiredo, a partir de três elementos para construção de uma instituição de ensino com inclusão, *a construção de uma cultura inclusiva, a construção de uma política de inclusão e a construção de práticas de inclusão* (BRASIL, 2008b, p.50), destaca que o desenvolvimento de valores e a capacidade de as instituições darem respostas eficazes às

diversidades dos estudantes, levando em consideração as especificidades de cada discentes, deve garantir, *a alocação de recursos em benefício dos processos de aprendizagem, em benefício dos espaços, dos conhecimentos e das relações que se estabelecem* (BRASIL, 2008b, p. 50).

Novamente Figueiredo destaca, ainda, o princípio fundamental para inclusão, *o conhecimento é construído a partir da atividade do sujeito diante das solicitações e dos desequilíbrios causados no próprio meio* (BRASIL, 2008b, p.51), outro princípio considerado de suma importância para o debate, é o fato de que *o sujeito de conhecimento é um sujeito autônomo. Esse sujeito não é um sujeito passivo que depende unicamente do professor para construir conhecimento. Ele tem autonomia* (BRASIL, 2008b, p.51). Por isso a extrema importância em se dar ênfase à pessoa e não às suas dificuldades e a necessidade de se desenvolver ações colaborativas, elementos centrais do processo de inclusão escolar/acadêmica. Nesse contexto, enfrentamos *o desafio de, no desenvolvimento das práticas cotidianas, transformar para ser capaz de garantir a acessibilidade e a permanência* (BRASIL, 2008b, p.51) de todas as pessoas com deficiências na academia para que tenham condições de se apropriarem do conhecimento como bens culturais, pois essa é uma meta legal em nosso país. *A própria CIDPD em seu art. 24 garante a inclusão total de todos os alunos no sistema escolar sem nenhum tipo de discriminação* (BRASIL, 2008b, p.51). A palestrante lembra de *todos os aspectos em relação à escolarização das pessoas com deficiência e que essa garantia começa no Ensino Fundamental e vai até o Ensino Superior [grifo nosso]* (BRASIL, 2008b, p.51), essa foi a única menção ao ES.

Concluindo, Rita Figueiredo cita *a questão da política nacional de educação especial, que propõe, também, a mudança de valores, de atitudes e de práticas educacionais, para atender a todos os alunos, sem nenhum tipo de discriminação* (BRASIL, 2008b, p.51).

Em um grupo temático sobre direitos humanos, educação e as pessoas com deficiência, Fábio Adiron coordenou os trabalhos e fez um breve resgate histórico para situar o grupo, pois, dali saiu propostas que seriam levadas para votação em plenária, lembrou: *o ano de 2008 tem adquirido significado importante no que diz respeito ao refinamento e reafirmação da necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas, com ou sem deficiência* (BRASIL, 2008b, p. 187). Destacou que há 60 anos, depois de duas guerras mundiais, tínhamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estávamos comemorando 20 anos da promulgação da Constituição

publicada pós regime militar e que, após décadas de exclusão e segregação, tínhamos acabado de ratificar a CIDPD (BRASIL, 2008b).

Embora Adiron não tenha mencionado a máxima utilizada no movimento de inclusão da PcD “**nada sobre nós sem nós**”, nas entrelinhas, explicita esse posicionamento:

Vida independente não significa “abrir mão de” informações qualificadas, mas ao contrário, de posse delas fazer escolhas. Essa sem dúvida é uma das funções da escola, entendida como um espaço comum que informa e discute sobre questões relevantes a todos nós, cidadãos. Na convenção, este princípio está assim disposto: “Os Estados Partes deverão assegurar que as pessoas com deficiência possam ter acesso à educação comum nas modalidades de: ensino superior, treinamento profissional, educação de jovens e adultos e aprendizado continuado, sem discriminação e em igualdade de condições com as demais pessoas. Para tanto, os Estados Partes deverão assegurar a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência”. (BRASIL, 2008b, p. 188)

É evidente, portanto, que, a partir do investimento em políticas públicas de formação em nível superior, garantimos, inclusive, a participação de pessoas com deficiência nos espaços de decisões sobre suas culturas e modo de viver. E quem melhor do que a própria pessoa adulta para definir o que é melhor para si e para seus pares? Por isso, reconhecemos *as diferenças e com elas a necessidade de apoios diferenciados para cada pessoa [para que] cumpra-se a Constituição Federal de 1988 que determina que todos realizem seu direito à educação [inserção e grifo nossos]* (BRASIL, 2008b, p. 188).

Mapeando os anais da IICNDPcD, reconhecemos nossa participação ao detectarmos a proposta do eixo educação, a qual foi incluída como uma das deliberações da Conferência, que tem como foco o ES: *Adotar procedimentos básicos, em âmbito nacional, para a avaliação das pessoas com deficiência, com vistas ao seu acesso ao ensino superior e ao emprego público, complementando as normas existentes e contemplando o princípio da equidade* (BRASIL, 2008b, p.91).

Trazemos, ainda, para esse texto mais uma das nossas reivindicações implementadas em todo território nacional a partir da lei nº 12.711 que dispõe sobre o ingresso da PcD nas Universidades Federais por reserva de vagas. Na época nos inspiramos na realidade da UERJ ao propor o texto da moção aprovada em plenária.

Nós, participantes da II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, reunidos em Brasília no período de 01 a 04 de dezembro de 2008, vimos propor o estabelecimento de cotas, em todas as universidades públicas, destinadas à pessoa com deficiência. Essa prática já é uma realidade em algumas universidades brasileiras e reflete a garantia de acessibilidade ao ensino superior a esse segmento. (BRASIL, 2008b, p.96)

Da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Um olhar através da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU: novas

perspectivas e dessa, ainda, não conseguimos resgatar os anais, entretanto, encontramos seu relatório final. Ainda, sobre a dicotomia inclusão/exclusão no ES, temos uma proposta do eixo trabalho e reabilitação profissional e uma moção de repúdio proposta pela Associação para Inclusão à Comunicação, Cultural e Arte – ARCCA-BA, a qual foi destinada ao MEC.

Nós, delegados(as) da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, protestamos contra a **situação de desrespeito, a qual passam os estudantes com deficiência no ensino superior, pela falta de recursos e procedimentos educacionais que lhes permitam o digno-ingresso, permanência e término de seus estudos**, a exemplo da (UFBA) Universidade Federal da Bahia e da (UFRB) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, nas quais não existem núcleo de apoio previsto em lei. [grifo nosso] (BRASIL, 2012c, p. 81)

Ao apoiar a iniciativa da delegação da Bahia, reconhecemos reivindicações de diferentes coletivos de estudantes do Brasil que, apesar de suas matrículas no ES, encontram dificuldade para manterem-se em atividade acadêmica. Muitos, inclusive, não encontram apoio nem para acessar o vestibular, direito reconhecido constitucionalmente.

Pensando nas práticas destinadas ao ensino, pesquisa e extensão, destacamos uma das propostas do eixo trabalho e reabilitação profissional que reconhece a universidade como *locus* capaz de contribuir para formação e reabilitação de pessoas que, por quaisquer fatores, tornaram-se pessoas com deficiência. Essa atenção teria, portanto, o objetivo de desenvolver práticas de extensão e pesquisa, função das universidades públicas, destinadas à *reabilitação profissional com estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior (...) para capacitação de pessoas com deficiência* [grifo nosso] (BRASIL, 2012c, p. 34).

Em 2016, entre os dias 25 e 27 de abril, com a proposta de práticas interseccionais, a *IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência, a transversalidade como radicalidade dos Direitos Humanos*, discute temáticas transversais, além de ter sido parte integrante XII Conferência Nacional Brasileira de Direitos Humanos, que agregou cinco movimentos distintos: a 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT e a **4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**; todas no mesmo Centro de Convenções, em Brasília, com plenárias em comum e grupos temáticos para que cada coletivo discutisse questões oriundas das conferências estaduais.

Nos anais específicos da IVCNDPcD, assim como nos anais e relatório final das outras três CNDPcD, foi possível detectar que as reivindicações continuaram bem semelhantes, solicitações de promoção *de acesso e permanência da pessoa com deficiência à educação em todos os seus níveis, desde a educação infantil até o nível superior e cursos profissionalizantes, de forma a garantir a elas a igualdade de oportunidades* (BRASIL, 2016, p. 13), evidência de que não basta a existência de movimentos reivindicatórios, se não tivermos um Estado que apresente como política pública a promoção de acessibilidade para inclusão no ES.

Estão presentes, no mesmo documento, denúncias em forma de moções e, uma delas, nos impactou a partir do título “**Educação: inclusão ou barreira?**” Depois de idas e vindas, entendemos que já temos experiências capazes de sustentar políticas de acessibilidade exequíveis, mas, o que presenciamos, até hoje, são momentos em que tais expertises dão lugar a práticas excludentes.

Embora políticas sejam implementadas, nem todas são levadas a frente. Em momentos de transição, propostas de gestões anteriores são interpretadas como políticas de governo ou de interesse interno da gestão anterior, o que leva bons projetos ao “cancelamento” a cada nova gestão. Quem tem como plano de gestão/governo melhorar as políticas implementadas por gestões anteriores garante a inclusão de todos, mas essa não é uma realidade nacional.

Na denúncia, “**Educação: inclusão ou barreira?**”, registra-se que

A educação para as pessoas com deficiência tem promovido uma falsa inclusão na sociedade. Falta de formação profissional, de valorização e remuneração baixa dos professores. A falta de políticas educacionais e de sincronização entre o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e municipais acarreta uma perda de qualidade na formação das pessoas com deficiência e no seu aprendizado para o ensino técnico e superior. O estado brasileiro precisa, urgentemente, desenvolver a reestruturação da Política Educacional para pessoas com deficiência (transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação), acima de 18 anos, garantindo as cotas e reserva de vagas para as pessoas com deficiência no ensino superior, bem como, inserir nas diretrizes curriculares da Educação básica, profissionalizante e superior o ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como segunda língua. (BRASIL, 2016, p. 41)

De todas as citações documentais referentes às quatro Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas com Deficiência, reconhecemos que a supracitada resume parte da nossa proposta de pesquisa para chegarmos a formulação de um projeto político acadêmico (PPA) a ser implementado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde fazemos parte do corpo docente/técnico/especializado da Pró-Reitoria de

Políticas e Assistência Estudantis (PR4), ao coordenar a “Coordenadoria do Programa Rompendo Barreiras, COOPRB-UERJ (UERJ, 2021 e 2022).

Vale ressaltar que, não por falta de empenho, desejo ou mobilização do movimento de luta pela inclusão da PcD, mas por forças políticas opostas, desde 2016 não tivemos mais nenhuma conferência, nem as preliminares, municipais e estaduais.

Reflexões preliminares

O Brasil é reconhecido como a nação detentora do melhor ementário legal para inclusão, entretanto, não basta que tenhamos leis exemplares se o Estado não fornece subsídios que garantam a implementação de práticas acessíveis e inclusivas destinadas a estudantes considerados público-alvo do AAE no ES.

Trazemos para essa reflexão um decreto do atual governo (Brasil, 2020) considerado um retrocesso, pois institucionaliza o desmonte do que foi construído ao longo de décadas, mas que, a partir de uma audiência pública de 2 dias, foi suspenso pelo STF em dezembro do mesmo ano.

Se temos em mãos documentos legais, teóricos e técnicos que respaldam nossas práticas sob os aspectos citados, resta-nos aprofundar nossa base teórica e documental antes de anunciarmos projetos políticos acadêmicos exequíveis pois, se falamos de inclusão no âmbito educacional, mas não trazemos para esse debate as políticas de inclusão em nível superior, está explícito, nesse contexto, que grande parte do coletivo de PcD permanecerá à margem dessas discussões e, conseqüentemente, excluída do processo de formação acadêmica.

Referências

- BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm Acesso em: 15 set 2022
- _____. Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. 2004b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em: 15 set 2022
- _____. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em: 15 set 2022
- _____. Portaria do MEC nº 976 de 05 de maio de 2006. 2006a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port976.pdf> Acesso em: 15 set 2022
- _____. Anais da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: *Acessibilidade, você também tem compromisso*. Brasília-DF: CONADE. 2006. 360 p. 2006b. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/1501/1/SEDH_anais_2008.pdf Acesso em: 15 set 2022
- _____. Ata VII do Comitê de Ajudas Técnicas da CORDE de 13 e 14 de dezembro de 2007 - CAT Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf Acesso em: 15 set 2022
- _____. Decreto Legislativo nº 186 de 10 de junho de 2008. 2008a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm Acesso em: 15 set 2022

_____. Anais da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: *Inclusão, participação e desenvolvimento, um novo jeito de avançar*. Brasília-DF: CONADE. 2008. 224 p. 2008b. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/1502/1/SEDH_anais_2008.pdf Acesso em: 15 set 2022

_____. Decreto nº 6.949 de 26 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em: 15 set 2022

_____. LEI nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 15 set 2022

_____. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em: 15 set 2022

_____. Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. 2012b. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em: 15 set 2022

_____. 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Um olhar através da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU: novas perspectivas e desafios. Relatório final. Brasília-DF: CONADE. 2012c Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-com-deficiencia/avancos-das-politicas-publicas-para-as-pessoas-com-deficiencia> Acesso em: 15 set 2022

_____. Anais da 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: *Os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência, a transversalidade como radicalidade dos Direitos Humanos* Brasília-DF: CONADE. 2016. Disponível em: http://conselhos.social.mg.gov.br/conped/images/conferencias/Anais_confrenencia.pdf Acesso em: 15 set 2022.

_____. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Disponível em: [D10502 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm) Acesso em: 15 set 2022.

_____. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Disponível em: [L14254 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14254.htm) Acesso em: 15 set 2022. UERJ. Ordem de serviço UERJ/PR4 nº 20248578 de 29 de julho de 2021.

_____. AEDA nº 078/Reitoria/2022. De 21 de julho de 2022.

Masters of War: O comunismo, a bomba e o juízo final em *Doctor Strangelove*

Wallace da Silva Costa¹
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de mestrado cujo título é: *Godzilla e Dr. Strangelove: Representações do medo no cinema da Guerra Fria*, ainda em andamento. O presente trabalho é uma versão concisa do terceiro capítulo de minha dissertação. Em linhas gerais, na dissertação procuramos analisar dois filmes produzidos durante a Guerra Fria: *Gojira* (1954) – que possui um capítulo à parte – e *Dr. Strangelove* (1964), que dá nome a este texto. Nosso interesse é compreender o tratamento dispensado por Stanley Kubrick, diretor do longa, ao conflito ideológico e geopolítico da época e como este discurso dialoga com seu contexto cultural imediato – vez por outra reproduzindo, vez por outra ridicularizando o *status quo*. Assim, daqui em diante, partiremos para uma análise da narrativa, dos elementos estéticos dispostos em tela e do conhecimento histórico que pode ser produzido com base nos dois primeiros.

1. Prólogo: o alerta vermelho e a sátira.

A narrativa do filme se inicia com imagens gravadas acima das nuvens, no Círculo Ártico, onde vemos picos de montanhas e ouvimos o uivo do vento acompanhando as imagens. Uma voz em *off* nos informa de rumores sobre a criação de uma nova e poderosa arma soviética.

O filme se inicia com uma referência direta à corrida nuclear e aos rumores sombrios em torno do “Juízo Final”, que consumiam as Forças de Inteligência e a sociedade. Com o advento da bomba atômica, o fim da aliança entre União Soviética e Estados Unidos levou a uma crescente tensão entre os dois países. O mundo passou a observar com atenção e certa dose de horror a corrida tecnológica entre potências, cujo principal objetivo era o aperfeiçoamento dos meios de destruição em massa.

O fato de possuir e produzir artefatos nucleares implicava num enorme poder de barganha e colocava todas as divergências no âmbito das relações internacionais sob uma nova perspectiva, pois “desde o verão de 1945, todas as tensões entre o Leste e o Oeste

¹ Aluno do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientado pela Professora Dr^a. Ana Carolina Huguenin Pereira. Ingresso no ano: 2020. Título do projeto de pesquisa: *Godzilla e Dr. Strangelove: Representações do medo no cinema da Guerra Fria*.

traziam, em segundo plano, o risco de um recurso à arma nuclear” (DELMAS, 1979, p. 71).

E ainda que não tenha levado tanto tempo para a URSS reproduzir o feito dos EUA, isto não implicou numa ameaça imediata à segurança continental dos EUA. Em razão do alcance dos mísseis atômicos soviéticos e o desafio logístico de transporte e mobilização, o território estadunidense “era, ainda, invulnerável” (DELMAS, 1979, p. 72).

Segundo Delmas, os EUA provavelmente estariam cientes de todos esses avanços do inimigo há um ano e se preparavam para contrapor esses progressos e protegerem seu território e população (DELMAS, 1979, p. 75). E não obstante a superioridade numérica, os EUA tiveram mais uma vez, por algum tempo, a superioridade tecnológica com a bomba de hidrogênio (GADDIS, 2005, p. 61).

A URSS continuava a diminuir sua distância em relação aos EUA, seu avanço era mais rápido que o previsto. O complexo militar-industrial soviético dava agora motivos para o Tio Sam se preocupar. A segunda metade da década de 1950 foi especialmente ameaçadora para os EUA (GADDIS, 2005, p. 68).

Uma vez que seus feitos se tornaram notórios, não demorou para que os soviéticos utilizassem o poder de barganha advindo de seu arsenal atômico. Entretanto, ainda que se gabasse a respeito de uma produção acelerada de armamentos, Khrushchev bem sabia a disparidade entre seus discursos e a realidade, mas fazia parte do jogo político performar poder para os inimigos (GADDIS, 2005, p. 70).

As mentiras de Khrushchev foram desfeitas por um porta-voz de J. F. Kennedy, que fez saber ao mundo que imagens de satélite tornaram manifesto o blefe dos soviéticos. Ficou claro para todos que a capacidade bélica da URSS não havia sequer chegado perto de se igualar à capacidade dos americanos. Essa descoberta foi realmente danosa para a URSS na balança de equilíbrio de poder na esfera internacional (GADDIS, 2005, p. 69).

Queremos, com essa contextualização, deixar claro que, para o público presente na exibição original, toda esta preparação para a atmosfera do filme que se situa numa realidade repleta de rumores que circulam nos altos escalões do poder, de espionagem internacional e de frágil equilíbrio de poder, é demasiadamente verossímil. Os públicos poderiam identificar a narração inicial com o mundo em que estavam inseridos.

Com o fim da narração, uma tela preta serve de rápida transição para o plano do bico de um avião. Sendo o cinema a junção entre as imagens em movimento e o som, o sentido da cena é conferido pela combinação destes elementos. Nesse caso, a música instrumental, suave e romântica que toca junto à apresentação do plano e de sua

sequência, na qual vemos o abastecimento do tanque de combustível de um B-52 em pleno voo, confere uma conotação sexual às cenas de poderosas máquinas de guerra em primeiro plano. O bico do avião e, depois, o bocal de abastecimento – dois objetos fálicos – passam a ser imaginados como os órgãos sexuais dessas máquinas e o que se vê é a simulação do intercurso sexual entre duas aeronaves, o que figura tão absurdo quanto cômico. Se com a narração em *off* somos preparados para um possível drama político, é na sequência dos créditos que Kubrick mostra o verdadeiro tom do filme.

Como podemos perceber na ficha técnica dos créditos, Kubrick adapta para as telonas o enredo do livro *Red Alert*. O diretor foi responsável pela alteração do tom da narrativa encontrada no livro que serviu de base ao filme. Se o livro é uma ficção que se leva a sério, levando a sério também a ameaça nuclear; *Dr. Strangelove* ganha contornos de comicidade, na medida em que lhe é adicionado um tom jocoso e satírico.

Em 1962, Kubrick já trabalhava no roteiro de um *thriller* sobre a guerra nuclear. Mas a frustração com esse projeto, que não era ainda *Dr. Strangelove*, o fez perceber que seria impossível tratar do tema de maneira séria. Essa guinada na pré-produção é confirmada por Lee Minoff, produtor executivo do filme, segundo o qual: “Kubrick se deu conta de que isso era tão inacreditável que só poderia ter efeito e ser absorvido através de uma lente cômica, uma lente satírica, e esse era seu grande conceito para o filme. Ele começou com um filme muito literal e muito sério sobre o jogo nuclear e não poderia ser feito” (NAYLOR, 2000). E, com isso em mente, o diretor foi atrás de Terry Southern para roteirizarem um novo filme. De acordo com o relato do filho de Terry, Nile Southern, “Stanley diria a Terry: ‘Terry, qual é a coisa mais ultrajante que esse personagem pode dizer e ainda ser crível?’” (NAYLOR, 2000).

2. Ambientação e apresentação de personagens.

Após os créditos, a edição nos teletransporta rapidamente para o interior de uma base aérea. Uma vez dentro desse ambiente, somos apresentados a personagens que desencadearam a narrativa: Capitão Lionel Mandrake (Peter Sellers), oficial britânico, e o General Jack D. Ripper (Sterling Hayden).

Em seu escritório, Ripper liga para Mandrake. O que se segue são duas importantes perguntas e três ordens. Ripper faz questão de saber se o capitão reconhece a sua voz, pois é a confirmação de sua identidade que respaldará as ações que serão tomadas. A segunda pergunta se refere à confirmação da posição dos aviões estadunidenses, aqueles que estão sempre no ar, preparados para atacar alvos soviéticos. Uma vez que as respostas

de Mandrake são positivas, Ripper lhe informa que a base entrará em alerta vermelho. O general informou que estavam em guerra. Perplexo, Mandrake pergunta se há envolvimento dos russos no combate; Ripper diz não saber mais que isso. Antes de encerrar a conversa, Ripper direciona o capitão a transmitir o plano R para um grupo de bombardeiros. Por último: “Confisquem todas as rádios particulares imediatamente”. Assim, não haveria possibilidade do inimigo, no exterior da base, se comunicar com sabotadores infiltrados.

O diálogo se desenrola em tela e informa mais do que aquilo que é verbalmente expresso. A construção está também na *mise-en-scène*. Enquanto Mandrake é apresentado num ambiente amplo, bem iluminado, cercado por máquinas de ponta e por outras pessoas – o que apontaria para suas intenções mais claras, uma personalidade mais racional e comedida e a ligação concreta que tem com outras pessoas; Ripper se encontra sozinho em seu escritório, um espaço bem mais estreito e mal iluminado, cercado por quadros e gravuras que fazem referências ao campo militar – o que apontaria para a obscuridade por detrás de suas ações, uma personalidade inescrutável, beirando o sombrio, em razão de sua sisudez, além da sua desconexão com outras pessoas e proximidade com o bélico. O que conecta ambos é o lema do *Strategic Air Command* (SAC) ao fundo, “*Peace is our profession*”.

Antes de prosseguirmos, nos detenhamos ainda um pouco na questão levantada por Mandrake diante da notícia da guerra: “Todos os russos estão envolvidos, senhor?”. O diretor pressupõe que o público está ciente dos desdobramentos da política internacional desde o fim da Segunda Guerra e como dois aliados, em tempos de guerra, acabaram por se tornar dois ferrenhos inimigos, em tempos de paz.

Embora alguns eventos durante a guerra e outros no imediato pós-guerra tenham abalado a relação entre os países vencedores, estes não eram motivos suficientes para inaugurar um novo período de guerra ou paz armada. Sendo assim, o que os levou a isso?

As perdas da URSS eram tremendas. Embora Stálin temesse o que viria da parte de seus aliados com o fim da guerra, ele tinha pleno conhecimento de que sem a cooperação da Inglaterra e dos EUA, a reconstrução seria tarefa penosa. Quem vê no líder do Kremlin um ideólogo apaixonado não está a par das manobras que operava no âmbito da política internacional para se equilibrar, sem atritos desnecessários com outros países. Concordamos com os analistas que veem a condução da política externa soviética a partir de uma perspectiva realista. “Desse ponto de vista, [a URSS] agia como uma grande potência à busca de maximização de sua segurança e poder e, portanto, procurava garantir

os seus interesses de Estado” (MUNHOZ, 2020, p. 35). A ideologia não impelia Stálin ao combate imediato, antes era o conforto e certeza de que a URSS não teria de sujar as mãos para que seus objetivos se concretizassem e seus inimigos tropeçaram.

Do lado americano, Roosevelt, um homem já experimentado por mais de dez anos de presidência, tentando conciliar os interesses soviéticos no pós-guerra com os planos já traçados para o bem-estar de seu país. Temos aqui outro político realista que possuía profunda consciência de quais eram os interesses de seus compatriotas e quais eram as ferramentas que tinha à disposição para alcançá-los. Com isso em mente, Roosevelt adiou decisões que trariam desavenças entre os aliados para o fim da guerra. Ele agia de modo a impor gradualmente “o seu ponto de vista sem colocar em risco a Aliança” (MUNHOZ, 2020, p. 88).

É tarefa árdua precisar em que momento se iniciou o que chamamos de Guerra Fria. Melvyn Leffler propõe uma hipótese satisfatória de como isso se deu. Para o historiador, a Guerra Fria é fruto de condições no sistema internacional que criaram riscos que Truman e Stalin não poderiam aceitar e oportunidades que eles não poderiam resistir” (LEFFLER, 2007, pp. 57-58).

Segundo Leffler, o fator determinante para a escalada das tensões no pós-guerra dizia respeito às questões de política doméstica. Na segunda metade da década de 1940, a opinião pública norte-americana se voltava contra a URSS e o tratamento dito pacífico que Truman dispensava em relação ao inimigo servia de munição para o discurso de oposição. Não havia pressão o suficiente para levar o presidente a agir firmemente na arena internacional; entretanto, havia nesses ataques a oportunidade oculta de mobilizar a opinião pública, a partir das paixões anticomunistas da população, de modo a favorecer a plataforma política do governo. Truman e sua equipe souberam jogar com as expectativas e medos alheios; transformaram seu calcanhar de Aquiles em seu ponto mais forte. “O apoio de Truman subiu muito na primavera de 1947 conforme ele tomou a ofensiva contra a URSS. A intenção de Truman não era iniciar uma cruzada que aprisionava a ele e a seus sucessores, mas ele o fez” (LEFFLER, 2007, p. 71). Toda comoção interna passou a reforçar e aprofundar a percepção dos altos escalões militares estadunidenses a respeito da maneira com que deviam lidar com a ameaça externa do comunismo.

Do outro lado da Cortina de Ferro, Stálin também teria visto sua política externa ser influenciada pela relação das populações soviéticas com suas políticas internas. Os soviéticos passaram por terríveis perdas durante a guerra. O país se encontrava arrasado,

milhões morreram em combate, os vivos estavam empobrecidos. Então, quando a vitória foi declarada, as populações soviéticas acreditavam que veriam dias melhores (LEFFLER, 2007, p. 73).

Em vez da materialização dos prognósticos otimistas, a realidade do pós-guerra foi dura para com eles. O descontentamento era imenso, pois faltavam comida e moradia digna para a população. As populações dos territórios anexados durante a guerra não demonstraram grande felicidade com a imposição do modelo soviético (LEFFLER, 2007, pp. 73-74). Stálin considerou prudente responder a toda sorte de descontentamento com mão de ferro. As engrenagens da máquina de propaganda doméstica foram lubrificadas para novamente instruírem as populações sob domínio na pureza ideológica (LEFFLER, 2007, p. 74).

A soma de todos os fatores da conjuntura soviética em fins da década de 1940 e início da década de 1950 – pressões, externas e internas, e a teleologia marxista –, associados à personalidade paranoica de seu líder, fez com que Stálin chegasse à conclusão de que em “ninguém poderia confiar, muito menos nos capitalistas” (LEFFLER, 2007, p. 75). Assim, pareceria não restar alternativa para o secretário-geral do Partido Comunista senão lidar rispidamente também com seus desafetos na esfera internacional.

A seu modo, cada um desses atores objetivava garantir segurança para si, para seus conterrâneos e seu modo de vida. Mas, por se tratar de um período de muita tensão, qualquer movimento – até mesmo os defensivos – era lido pelos *policymakers* do lado adversário como postura ofensiva, o que fez com que a hostilidade escalasse rapidamente.

3. *Cowboys* e amantes na Força Aérea.

O narrador retorna para mais uma vez deixar o público a par de uma estratégia militar secreta. Com o propósito de prevenirem um ataque nuclear surpresa, os EUA manteriam uma larga frota de bombardeiros B-52 no ar. A frota se manteria no ar 24 horas por dia, dispersa desde o Golfo Pérsico até o Oceano Ártico.

Kubrick nos transporta para o interior de um desses aviões. O primeiro militar que nos é apresentado olha fixamente para baixo, para algo que está fora do plano de visão do espectador. O olhar penetrante e a expressão grave do militar repousam sobre uma modelo seminua numa revista *Playboy* – se nos atentarmos um pouco mais para a fotografia da moça notaremos que Kubrick insinua mais uma vez, por meio dela, a conexão íntima e

profunda entre sexo, política e guerra; afinal, uma edição da revista *Foreign Affairs* é o único objeto responsável por cobrir a nudez da modelo.

O responsável pela comunicação da aeronave toma um livro preto com códigos ultrasecretos para finalmente saber qual o comando dado pela base. Surpreso pela diretiva, o tenente contacta seu superior a bordo. Assim, vemos que o oficial responsável por aquela aeronave é o Major T. J. “King” Kong (Slim Pickens) – o homem que folheava a *Playboy*. Enquanto espera a confirmação da base, o Major Kong abre um baú e ali guarda seu capacete. Com a confirmação da mensagem, Kong tira daquele baú um chapéu de *cowboy*, assumindo o que parece ser a personalidade de qualquer personagem caricato do Oeste prestes a entrar num tiroteio épico pela vida e manutenção da civilização, como é comum nos filmes de faroeste.

Kubrick nos redireciona para o interior de um quarto de hotel, onde uma jovem de biquíni se bronzeia deitada de costas para cima, sob a luz artificial. O telefone toca e a senhorita Scott pergunta ao General “Buck” Turgidson (George C. Scott), que se encontra no banheiro, deve atendê-lo. E é assim que descobrimos o relacionamento complexo entre a secretária e o militar, relacionamento que claudica entre o profissional e o amoroso. O envolvimento entre ambos é um segredo, visto que a senhorita Scott mente ao Coronel “Freddie” Puntrich sobre o que estão a fazer no quarto de hotel – revisando a papelada do general, ela diz.

No quarto, as coisas esquentam. A senhorita Scott grita ao General Turgidson, ainda no banheiro, tudo aquilo que o coronel lhe desejava transmitir. Oito minutos antes da ligação, uma transmissão da *Burpelson Air Force Base* ordenando o plano de ataque em grupo R foi monitorada. Começa agora uma corrida contra o tempo. Turgidson, agora fora do banheiro, coloca todos em alerta vermelho até que se descubra o que se passa.

4. Quando a paranoia toma o poder de decisão.

Na base aérea, Ripper utiliza os alto-falantes para preparar seus subordinados para os ataques dos inimigos que sobreviriam. O inimigo poderia vir em grupos destacados, facilmente reconhecíveis enquanto adversários, ou numa espécie de quinta coluna, emulando o uniforme e o comportamento das forças americanas para se infiltrar na base. Ninguém era confiável. O general coloca seus soldados em estado de alerta e paranoia.

Enquanto evacua o setor de inteligência, Mandrake encontra um rádio. O capitão britânico, que serve nos EUA por meio de um programa de troca de oficiais, ouve a

transmissão cotidiana ainda rolando, sinal de paz no mundo exterior, se dirige ao escritório de seu superior para informar as boas novas. Não há guerra, as ordens de ataque podem ser revertidas a tempo de evitar um desastre. Ripper tranca a sala e informa ao capitão que os bombardeiros não serão chamados de volta.

O General Ripper revela seu plano. Não há modo de fazer voltar o grupo de ataque sem o código que somente o general conhece, assim, segundo Ripper, restaria ao presidente tomar a decisão de se comprometer totalmente com o ataque nuclear, lançando todo seu arsenal contra os soviéticos, antes que esses tenham a chance de contra-atacarem. O general deu o primeiro passo, pois não suportaria ter de assistir, passivo, a infiltração, a doutrinação, a subversão e a conspiração internacional dos comunistas com a intenção de... “poluírem nossos preciosos fluidos corporais”.

Abandonamos a tensão criada pelo diálogo absurdo e nos encontramos na Sala de Guerra. Os diálogos iniciais desta reunião giram em torno da necessidade do presidente Merkin Muffley (Peter Sellers) compreender exatamente como se deu a crise instaurada por Ripper e o que pode ser feito para evitarem uma tragédia anunciada. O general teria se aproveitado de uma salvaguarda no programa nuclear para agir; o plano R como mencionado acima previa a possibilidade de um comandante ordenar uma retaliação atômica em caso do presidente ter sido abatido por um ataque soviético a capital do país. Uma vez que o plano R é acionado, os transmissores dos bombardeiros são alterados para receberem apenas mensagens codificadas a partir de uma sequência que somente o oficial que deu a ordem tem acesso, tornando-se assim o único capaz de trazer os aviões de volta.

Ao longo do diálogo entre o presidente Muffley e o General Turgidson percebemos que Ripper pode não ser o único oficial “psicótico”. Enquanto o presidente mobiliza um ataque à base de Burpelson para que Ripper possa cooperar com o fim da crise, Turgidson se mostra preocupado com o alto número de baixas que isso pode causar entre os estadunidenses. Para evitar o fratricídio, Turgidson propõe outra saída. Uma vez que a probabilidade de cancelarem o ataque diminui a cada minuto que passa, Turgidson considera que seria mais prudente aproveitar a ocasião e destruir o maior número possível de bases de lançamento de mísseis soviéticos, diminuindo a capacidade de retaliação vermelha. Turgidson afirma que os americanos venceriam a guerra com uma modesta e aceitável baixa civil, algo em torno de 20 milhões de mortos.

Desta maneira, notamos que a loucura que tomou conta de Ripper não é considerada como um acidente isolado por Kubrick. Para o diretor, diversos militares envolvidos na

guerra nuclear parecem estar corrompidos por uma mentalidade de destruição em que pessoas se tornam meros números dispostos a serem sacrificados pela ideologia.

5. A diplomacia, os “preciosos fluidos corporais” e o medo.

Tencionando reduzir os possíveis danos causados pela investida desautorizada de Ripper, o presidente se dispõe a receber o embaixador soviético, Alexi de Sadesky (Peter Bull), na Sala de Guerra, buscando uma saída diplomática para a crise, deixando claro que toda situação está sendo causada pelos devaneios de um único homem.

Uma ligação é feita para o *premier* soviético, para lhe informar do que está a se passar, mas ele parece não estar disponível para atender a ligação feita pela linha direta que conecta Washington à Moscou. O embaixador russo nos informa que, embora seja um homem do povo, o *premier* ainda é um homem e pode estar satisfazendo alguns de seus desejos mundanos.

Uma vez que o contato é estabelecido, vemos o presidente Muffley se esvaziar de toda sua masculinidade e assumir um papel efeminado. Deixemos claro que dentro do universo diegético, masculinidade parece traduzir a intrepidez estúpida e o comportamento agressivo dos militares que são enquadrados amiúde próximos de armas e ou objetos fálicos, o que apontaria para uma virilidade latente e potente. Desta maneira, masculinidade é a qualidade daquele que está disposto a agredir e dominar sobre os inimigos e sobre as mulheres. Muffley torna-se um personagem risível durante a ligação, pois a forma como se dirige a Kissoff lembra a maneira que uma namorada discute o relacionamento com seu par.

Muffley aponta a Kissoff um plano de contingência. Não sendo possível tomar a base a tempo de contactar os aviões, o Pentágono informaria suas localizações para que o governo soviético pudesse abatê-los antes de atingirem seus alvos. Antes que a ligação seja derrubada, o *premier* e o embaixador trocam algumas palavras em russo. Sadesky informa a todos da existência de uma nova categoria de armas, produzida entre os soviéticos. “*The Doomsday Machine!*”.

Com o som de intensa troca de tiros ao fundo, estamos de volta ao escritório de Ripper para finalmente sabermos do que trata a “poluição de nossos preciosos fluidos corporais”. O general argumenta que os comunistas são vistos trocando a ingestão de água pelo consumo de vodka por uma boa razão: a água pura e doce, que precisamos para renovar nossos preciosos fluidos corporais, tem sido contaminada pelos soviéticos.

A maior e mais perigosa conspiração comunista já enfrentada pelos americanos, segundo Ripper, é a fluoretação da água para consumo. Ripper notou que certo dia, após o sexo, sentiu uma profunda sensação de cansaço e vazio e, felizmente, interpretou corretamente essas sensações: os comunistas estariam enfraquecendo os corpos estadunidenses para facilitar sua subjugação.

6. Dromocracia: O fim é uma questão de tempo.

Sadesky descreve ao alto escalão norte-americano do que se trata a “Máquina do Juízo Final”. Um dispositivo atômico equipado com bombas feitas com *cobalt thorium G*, elemento químico capaz de produzir uma nuvem radioativa que cobrirá a Terra por quase 100 anos, inviabilizando a vida. A máquina foi desenvolvida para responder autonomamente a qualquer ataque lançado contra o território da URSS, não havendo qualquer maneira de desativá-la.

A lógica por detrás do dispositivo era mais que familiar para todo alto-escalão dos dois lados da Cortina de Ferro. Após a Crise dos Mísseis, Robert McNamara, Secretário de Defesa, vislumbrou uma alternativa que lhe pareceu eficiente para evitar um conflito nuclear. O medo teria sido o elemento que impediu o estopim do que seria a primeira guerra atômica; assim, por que não capitalizar em cima disso? A nova estratégia passou a ser conhecida como *Mutual Assured Destruction* – popularizada pelo seu acrônimo MAD. “A suposição por trás [da estratégia] era que se ninguém poderia ter a certeza de sobreviver a uma guerra nuclear, não haveria uma” (GADDIS, 2005, p. 80).

Somos, então, apresentados ao personagem que dá nome ao filme, O Dr. Strangelove (Peter Sellers), diretor de pesquisas e desenvolvimentos bélicos, um alemão naturalizado cidadão americano. O cientista afirma que chegou a cogitar o desenvolvimento de armamento similar nos EUA, porém não levou a ideia adiante por não parecer cumprir bem o seu papel na dissuasão típica da Guerra Fria. De acordo com o cientista, o ponto forte da Máquina do Juízo Final era sua automação. Porém, ainda segundo o cientista, a máquina perderia seu sentido se sua existência for mantida em segredo. Para infelicidade geral, o anúncio estava programado para a próxima segunda, quando ocorreria o Congresso do Partido.

A velocidade de resposta se tornou elemento tão importante e decisivo na guerra do século XX que a única saída encontrada pelas personagens do filme foi entregar a decisão a uma máquina. Para Paul Virilio, o que diferencia a arma nuclear de qualquer outra arma não é seu poder destrutivo superior; a questão giraria em torno da velocidade. Não há

quem discorde do fato de que antes de Hiroshima, já possuíamos armas capazes de dizimar centenas de milhares de pessoas. Porém, nenhuma dessas armas conseguiria produzir a mesma devastação que a bomba atômica num período tão curto de tempo. No contexto da Guerra Fria, o controle do tempo de resposta era primordial para a segurança nacional e internacional. “Não temos mais tempo para a reflexão. O poder da velocidade é ‘isso’. A democracia é isso. A democracia já não está nas mãos dos homens: está nas mãos de instrumentos computadorizados, de máquinas automáticas de resposta, etc” (LOTRINGER e VIRILIO, 1984, p. 61).

Na base aérea, os soldados de Ripper se rendem diante da ofensiva. O general teme não ser capaz de lidar com a tortura que sofrerá para que revele os códigos que trarão os bombardeiros de volta. Ripper entra no banheiro e tira a própria vida com um tiro.

Entra em curso o plano de emergência para neutralizar a ameaça aérea ordenada pelo General Ripper. Um míssil se dirige contra o bombardeio que acompanhamos desde o início, mas seus tripulantes conseguem escapar do impacto direto da explosão. O avião continua no ar, ainda que tenha sofrido alguns danos – sendo um deles a perda de qualquer meio de comunicação com o incêndio do painel.

Na base, Mandrake é feito refém pelo coronel à frente da invasão, que parece não estar ciente do que se passa. Mandrake convence o coronel a deixá-lo telefonar ao presidente – o capitão está convencido de que está perto de descobrir o código de Ripper.

O código informado por Mandrake foi recebido pela maioria dos bombardeiros a tempo. Com exceção de um, todos os aviões que não receberam o código foram abatidos pelos soviéticos. Cientes de que um avião segue seu curso, Muffley pede a Dimitri que posicione tudo que tem nos alvos daquele bombardeio para que possa abatê-lo a tempo. Dentro do avião, Kong está decidido a cumprir sua missão, embora a perda acelerada de combustível o impeça de alcançar seus alvos preordenados. A solução encontrada pela tripulação é mirar noutro alvo, algo mais próximo. Os rapazes da tripulação encontram dificuldades nos mecanismos de lançamento da bomba. Pode ser que não ativem a Máquina do Juízo Final. O novo alvo se aproxima enquanto o Kong desce para tentar resolver o mau funcionamento.

O compartimento se abre e Kong é lançado com a bomba. O *cowboy* balança seu chapéu no ar enquanto se segura ao míssil. Por se tratar de um filme tão permeado por questões de sexualidade, não podemos deixar de notar que a queda de Kong sobre o foguete que destruirá toda a vida no planeta poderia ser comparada com a maior ereção de um homem que o mundo já viu. Assim, Kubrick estaria apresentando aos espectadores

o estranho prazer que políticos e militares desenvolveram pela bomba e a destruição dela proveniente.

Após contemplarmos a nuvem de cogumelo da explosão, vemos Strangelove surgir das sombras. O cientista alemão fala sobre a possibilidade de preservar um pequeno núcleo da espécie humana em minas subterrâneas. O cientista comete o ato falho de chamar o presidente de “*Mein Führer*”. Ninguém parece dar muita atenção a isso.

Os presentes naquela sala parecem deslumbrados com a ideia de Strangelove, especialmente pela possibilidade de terem de conviver nessa nova sociedade com uma taxa de dez mulheres para cada homem. A única coisa capaz de interromper esse sonho é a ideia paranoica de Turgidson de que os russos poderiam preservar alguns de seus mísseis para – após esses cem anos – investirem contra os EUA e tê-los nas mãos. Enquanto estão distraídos, o embaixador Sadesky se afasta do grupo e passa a tirar fotos dos painéis americanos. Assim, nos últimos minutos de projeção, Kubrick dá razão a Turgidson em sua paranoia.

O que se segue é uma sequência formada pela compilação de registros de explosões nucleares e suas nuvens de cogumelo. Sobre essas imagens, ouvimos a poderosa voz de Vera Lynn em *We'll Meet Again*. “Nós nos encontraremos novamente. Não sei onde, não sei quando, mas eu sei que nos encontraremos novamente”. A canção, associada às imagens, revela a crença do diretor de que seria apenas uma questão de tempo para vermos as armas nucleares em ação. Podemos dizer que, até hoje, quase 60 anos após o lançamento de *Dr. Strangelove* o uso desse tipo de armamento não foi totalmente descartado, desempenhando ainda um papel importantíssimo na geopolítica internacional. Talvez ainda seja uma questão de tempo.

Em *Dr. Strangelove*, Stanley Kubrick parece propor uma releitura da realidade por meio da ficção, onde os temores advindos das bombas nucleares no contexto da Guerra Fria poderiam ser pensados sob uma nova ótica – nesse caso, uma ótica satírica. Essa repetição da realidade vivencial no fictício passa pela reconfiguração do real, onde o mundo e os eventos que conhecemos ganham novos contornos, diferentes daqueles que havíamos sido apresentados até então, sendo reordenados de acordo com os propósitos narrativos do autor. A ideia aqui é de que o universo representado se estabelece a partir de casos irrealis ou impossíveis, mas cujos efeitos têm uma relação de equivalência com o real, o factível, e se retira daí as consequências necessárias do caso descrito. Assim, todo o absurdo observado em tela é um meio encontrado pelo autor para incentivar seu

público a rever a maneira com que lidavam com os absurdos de sua realidade, onde a bomba atômica constantemente ameaçava a existência humana.

Referências

BAZIN, André. *O que é o cinema?*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

CASTILHO, Paloma. *De macaco selvagem a anjo espacial: a visão de Stanley Kubrick sobre a Guerra Fria e a manifestação do sublime no filme 2001: Uma Odisseia no Espaço*. Dissertação (Dissertação de mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2019.

DELMAS, Claude. *Armamentos Nucleares e Guerra Fria*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GADDIS, John Lewis. *The Cold War: a new history*. Nova Iorque: Penguin Group, 2005.

LEFFLER, Melvyn P. *For the soul of mankind: the United States, the Soviet Union, and the Cold War*. New York: Hill and Wang, 2007.

LOTRINGER, Sylvere e VIRILIO, Paul. *Guerra Pura: A militarização do cotidiano*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MUNHOZ, Sidnei J. *Guerra Fria: história e historiografia*. Curitiba: Appris, 2020.

SOUSA, Antônio Cícero Cassiano. *Cinema e política: o anticomunismo nos filmes sobre a Guerra Fria (1948-1969)*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2002.

Fonte

Inside: 'Dr. Strangelove or How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb'. Diretor: David Naylor. Produtores: Não identificados. País: EUA. Produtora: Columbia TriStar Home Entertainment. 2000. Arquivo em mídia digital. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iJ6BiRtGTak>>. Acesso em: 7 de abril de 2022.

PARTE II

Discentes Egressos

Coletar para precisar: atuação do intelectual Félix Pacheco na introdução da datiloscopia no Brasil e as novas dimensões da criminologia no início do século XX

Antonio Maureni Vaz Verçosa de Melo¹
Doutor em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

O presente texto é um desdobramento da minha tese, tem como objetivo refletir sobre a introdução do sistema de datiloscopia no Brasil no início do século XX por Félix Pacheco² e sua repercussão no contexto da criminologia, introduzindo um novo debate científico no contexto das teorias biodeterministas relacionadas ao crime e ao criminoso. Observa-se que a adoção deste novo sistema de identificação, arquivamento de dados sobre o contexto criminal iria alterar o pensamento sobre a criminologia, a postura policial e a ótica judiciária sobre a antropologia criminal, enriquecendo a teoria entorno da polícia científica e da medicina legal, construindo novos arcabouços para sua melhor desenvoltura técnica nas primeiras décadas do século XX. Ao mesmo tempo, construíram espaços para as discussões no campo intelectual sobre as temáticas que envolvem o crime e o criminoso no contexto científico, bem como a aplicação da pena ao delito.

Desde meados do século XIX a discussão sobre a criminologia ampliou o espaço no campo científico, alimentando o debate sobre o crime e o criminoso. Essas questões foram levantadas principalmente por um grupo de intelectuais representados principalmente por juristas e médicos, mas por outros profissionais liberais. Esses debates ocorriam em torno de laboratórios, gabinetes científicos, congressos, encontros, conferências realizadas por estes intelectuais na tentativa de compreender o “homem criminoso”. É nestas argumentações que vão surgir teorias sobre este contexto, especialmente as criadas por Cesare Lombroso e Alphonse Bertillon. Compreendemos que existiram outros pensamentos, todavia foram as duas teorias elaborados por estes

¹Doutor em História Social (UERJ-FFP), ingresso em 2017 e egresso em 2021. A tese - *Compartilhando ideias e tecendo o poder: atuação dos intelectuais piauiense na Era Vargas no Piauí (1930-1945)*, sem bolsa. Orientação do professor Doutor Luís Reznik.

² José Félix Alves Pacheco. n. Teresina (PI), 1879 – f. Rio de Janeiro (RJ), 1935. Piauiense de ampla participação na imprensa, literatura e política. Foi o primeiro piauiense a ingressar na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1912. Ocupou várias funções públicas. Foi ele que trouxe para o Brasil o sistema datiloscópico, quando diretor do centro de identificação do Rio de Janeiro. No jornalismo foi diretor do *Jornal do Comércio* no Rio de Janeiro, depois o seu proprietário. Na literatura se destacou na poesia, com obras como: *Chicotadas* (1897), *Via-Crúcis* (1900), *Poesias* (1914), *No Limiar do Outono* (1918) e outras. Na política ocupou o cargo de Ministro de Estado, deputado federal e senador pelo Piauí em várias legislaturas.

pensadores acima que tiveram ampla penetração na criminologia no Brasil³ no final do século XIX para o início do século XX.

Cesare Lombroso, que desenvolveu diversas atividades como médico, foi diretor do Asilo de Alienado, na cidade de Paiva, este ambiente hospitalar e outros que percorreu como profissional serviram como espaços de estudos e experiências para apreender não só em relação a criminalidade, mas a outros comportamentos humanos, inclusive ligados à demência humana. Foi neste contexto, que criou a sua teoria sobre o homem criminoso e também instituiu a escola italiana de Antropologia Criminal. O seu livro *O Homem Delinquente* (1876), narra os principais aspectos do seu pensamento sobre o homem e o crime:

Em seu mais importante livro, *O Homem Delinquente*, obra na qual reúne teorias advindas do *materialismo*, *evolucionismo* e *positivismo* para defender sua argumentação sobre a natureza do crime e do criminoso, sua tese central era de que alguns homens estariam predestinados ou, usando uma expressão mais lombrosiana, “determinados” ou não ao crime. Assim, o criminoso seria biologicamente determinado para o mal por razões hereditárias. (FONTELES NETO, 2016, p.545). (Grifo do autor).

Trata-se de uma teoria que relaciona o homem criminoso, como um indivíduo propenso hereditário para os delitos. Era para Cesare Lombroso um retorno ao mundo selvagem, não civilizado. Estes indivíduos precisavam ser mapeados a partir da coleta de dados anatômicos, elementos psicológicos, fisiológicos e sociológicos. Era um conjunto de informações complexas que na maioria das vezes não poderia ser interpretado por pessoas que não tivessem um treinamento técnico específico sobre o conteúdo coletado.

Essas ideias foram recepcionadas no Brasil pela Faculdade de Direito do Recife, sendo a pioneira nos debates e discussões em relação às ideias de Cesare Lombroso e seus seguidores. Seu pensamento aspirava por respostas científicas dentro de um contexto de mudanças, principalmente no cenário urbano que ansiava por disciplinar e orientar os seus habitantes, em um processo civilizatório no seio das cidades em constante transformações urbanísticas. Entre os pensamentos que circulavam na Faculdade de Direito do Recife e em seus periódicos acadêmicos, temos outros pensamentos filiados ao de Cesare Lombroso, como:

Outros pensamentos filiados a essa corrente intelectual, como é o caso de Ferri, apesar de concordarem com as caracterizações de Lombroso, restringiam-nas “aos criminosos natos”, que carregavam anomalias e estigmas atávicos,

³OLIVEIRA JÚNIOR, Alcidesio de. *Penas especiais para homens especiais”: as teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira na década de 1940*. 2005. Dissertação Mestrado das Ciências da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz - Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Rio de Janeiro, Brasil. p.52.

possuindo “uma predisposição pessoal ao delito”. O debate se torna mais complexo com as posições de Garófalo, que discorda das delimitações anteriores e estabelece não um tipo antropológico, mas três classes de criminosos: o assassino, o violento, o ladrão. (SHCWARCZ, 1993, p.166-167).

As teorias em torno do criminoso eram férteis e ao mesmo tempo absorvidas por diversas correntes, em que algumas se utilizavam de aplicações originais, em outras, se observava a busca de aperfeiçoamento. Na realidade a sociedade ansiava por respostas, os intelectuais relacionados ao contexto se empenharam não apenas em encontrar explicações para o crime, mas para identificar os autores e formas de punições. Essas respostas percorriam os cenários acadêmicos do universo do Direito, inclusive no ambiente brasileiro, a exemplo acima a Faculdade de Direito do Recife. Essa ótica de comunicação em relação a antropologia criminal é oriunda a partir de diversas classificações criadas por diversos olhares em direção à sociedade.

Essas ideias se associam a outros pensamentos, inseridas no contexto do pensamento criminal no Brasil, uma delas sendo de Alphonse Bertillon. O pensamento deste pesquisador criminal se assentava em duas premissas básicas: a estabilidade da ossatura dos adultos e a variedade das medidas individuais. A primeira é que o crescimento dos ossos se estabilizava por volta dos vinte anos. A segunda premissa é que as medidas estavam relacionadas a diversos elementos corporais, como: estatura, envergadura, altura do busto, comprimento do pé. A partir destas ideias iniciais, se associaram marcas particulares, como tatuagem, sinais de nascimento e a fotografia métrica, que corresponde a imagem coletada de frente e de perfil, bem como o retrato falado.

Esse método foi denominado de sistema antropométrico ou antropologia judiciária, contribuindo para que Alphonse Bertillon fosse um dos fundadores da polícia científica. Esse conjunto de conhecimento em torno dos procedimentos técnicos e científicos para desvendar os atos criminosos foi denominado de *bertillonage* por Alexandre Lacassagne, em homenagem ao seu criador. Essa teoria ganhou espaço científico nos debates teóricos relacionados ao pensamento criminal na América, por meio das reuniões e debates em torno do 2º Congresso de Antropologia Criminal (1889), que promoveu a penetração destas concepções *bertillonage* na Argentina, influenciando a sua propagação em alguns países da América, inclusive no Brasil.

Esse conjunto de teorias mencionadas anteriormente contribuíram para formar no Brasil um conjunto de fichas criminais que serviram de dados catalogados para que a

polícia e o poder judiciário conduzissem o processo de investigação e acusação em torno dos crimes e dos seus infratores. Ao mesmo tempo que essas informações formavam uma base arquivista utilizada pela polícia criminal no Brasil, com a adoção deste sistema a partir da Proclamação da República, ela começou a sofrer diversas críticas, por que alguns dos seus métodos eram considerados humilhantes aos cidadãos envolvidos em torno de um crime, a exemplo, o método de Bertillon.

O regime republicano no contexto brasileiro, no âmbito de sua implantação, ao mesmo tempo que exigia um controle social, tentava criar novas condições, entre elas: ações para substituir a mão de obra escrava; necessidade de um processo de industrialização; almejava projetos urbanísticos de alargamentos das ruas, com a criação de passeios públicos; um processo de branqueamento da população; estabelecimento de critérios diferenciadores de cidadania, dentre outros. Ao mesmo tempo que copiava modelos europeus, estes sofreram adaptações nos trópicos brasileiros. Todos esses elementos pairavam no contexto de disciplinar não só os espaços, mas os habitantes, produzindo em alguns momentos, discussões que associavam estas mudanças, a um “caso de polícia”.

Neste ambiente de mudanças surgiram no Brasil, as condições políticas e culturais para que Félix Pacheco, criador e diretor do Gabinete de Identificação e Estatística do Distrito Federal, uma instituição profissional, diante das orientações do ideário positivista, ideologia orientadora do regime republicano no Brasil, pudesse introduzir novos pensamentos científicos relacionado aos estudos da criminalística. Félix Pacheco, desempenhou diversas atividades não apenas no campo literário, como um ativo colaborador da imprensa nacional, chegando a ser um dos proprietários do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, um dos maiores períodos do país. Como político, participava ativamente não apenas dos debates deste campo, mas penetrava enquanto intelectual no universo científico. Nos cargos que ocupou, buscou implementar mudanças que colocassem o desenvolvimento em aplicabilidade. Um bom exemplo, foi seu contato com as ideias científicas de Juan Vucetich, sobre a datiloscopia na Argentina onde este método foi adotado não apenas pela polícia científica, mas pelo poder judiciário para elucidar os crimes daquele país. Sobre a datiloscopia, temos o seguinte trecho:

A datiloscopia constitui um método para identificação criminal e civil de pessoas vivas e mortas, reconhecidas ou não, reunindo os dados de qualificação, dados morfológicos - exame descritivo por meio do desenho digital. [...], "a datiloscopia deriva de daktylos-dedo e skopein-examinar, foi criada na Argentina, por Juan Vucetich que o batizou de Icnofalangometria com a finalidade de estudar as impressões digitais". A datiloscopia é dividida

em civil, criminal e clínica, respectivamente, a primeira trata do reconhecimento de pessoas para expedição de documentos de identificação, que são os seguintes: carteira de identidade, cédula e passaportes, a criminal reveste-se de três aspectos, identificação do indiciado em inquérito policial, expedição de documentos de idoneidade e aproveitamento das impressões papilares encontradas em locais de crime e, pôr fim, a clínica que estuda as perturbações que se verificam nos desenhos digitais (SILVA, 2018,p.38).

O pensamento científico de Juan Vucetich sobre a datiloscopia não foi o pioneiro na tentativa de desvendar estes aspectos das identificações digitais. No entanto, a datiloscopia e a sua propagação na América Latina, foram resultados dos seus estudos e de sua defesa no campo intelectual sobre este método científico, que contribuíram com o universo dos estudos da criminologia. O sistema datiloscópico utilizado por Juan Vucetich, é o que chamamos de “decadactilar”, ou seja, cada indivíduo é identificado pelo conjunto de impressões relacionadas aos dez dedos das mãos, coletadas em formulário ou ficha datiloscópica. Essas informações coletadas, eram únicas e pessoais, formulando uma identidade, não apenas original, mas particular em termos científicos.

Esse sistema foi amplamente defendido no Brasil por Félix Pacheco enquanto diretor do Gabinete de Identificação e Estatística da capital federal, sendo considerado o introdutor deste método no Brasil. Félix Pacheco, participou ativamente do 3º Congresso Científico Latino Americano, em 1905 na cidade do Rio de Janeiro, conduzindo algumas reuniões. Este evento científico, era um espaço que reunia diversos intelectuais que debatiam não apenas, a ciência criminal, mas a diversos campos em seu contexto. Essas reuniões, palestras promoviam o engajamento diversos intelectuais, não somente da área do direito, mas da medicina e de outros ramos científicos para argumentar, debater e expor suas ideias relacionada as temáticas. O congresso era dividido em seções:

1) Matemática e Engenharia, 2) Ciências Físicas e Naturais, 3) Ciências Médicas e Cirúrgicas, 4) Medicina Pública, 5) Ciências Jurídicas e Sociais, 6) Ciências Antropológicas, 7) Ciências Pedagógicas, 8) Agricultura e Zootecnia. O evento que durou dez dias, de 6 a 16 de agosto e que contou com a publicação de 112 trabalhos e centenas de participantes, ofereceu inúmeros banquetes, recepções, passeios e sessões solenes de abertura e fechamento (ALMEIDA, 2016, p.5-6).

Nestas sessões os participantes explanaram suas convicções científicas direcionadas a cada campo de estudo. Essas concepções tinham repercussões não apenas nos países europeus, mas na América Latina. Entre as ideias defendidas neste congresso, temos a defesa do sistema datiloscopia realizada por Félix Pacheco na plenária na seção de Ciências Jurídicas e Sociais. O seu trabalho explanado foi intitulado *A excelencia do systema dactyloscopico Vucetich e a necessidade de criação dos gabinetes*

*intercontinentais*⁴. Temos o seguinte trecho, da referida fala de Félix Pacheco⁵ “O trabalho do diretor do serviço [...] condenação formal do Systemma Bertilton, por imperfeição, falível, complicado, dispendioso, vexatório e deprimente. [...]”⁶. Nas palavras do intelectual o sistema de *bertillonage*, estava ultrapassado por vários motivos entre eles: possuía diversas falhas técnicas; o seu alto custo, por exigir diversas fichas e material humano não apenas para preenchê-las, mas para guardar em espaços amplos, com diversos fichários; uma estrutura para coletar as informações que ficava ociosa para outras práticas científicas, tudo isso tornava o método defasado, além da alta exposição das pessoas no momento da coleta, não respeitando aspectos como dignidade e cidadania, conceitos tão professados pela república.

Continuando nas palavras de Félix Pacheco na defesa do sistema datiloscópico:

- a) O systema dactylocopico é o que mais convém adaptar como base dos convênios internacionais para permuta de informações relativas aos antecedentes dos indivíduos perigosos; b) Devem ser excluídos em absolutas desta permuta as informações concernentes ao passado político dos indivíduos; c) Seria de grande utilidade a criação de três Gabinetes Intercontinentais, para permuta de Individuaes Dactyloscopicos: um numa capital da Europa, outro na América do Norte, estendendo-se seu raio de acção até a América Central, e outro na América do Sul⁷.

Na escrita de Félix Pacheco o método do Vucetich, era o mais apropriado para o momento, ainda acrescentava argumentos da necessidade de intercâmbio de informações entre os continentes, europeu e americano, interligando a América com uma rede científica de dados para compartilhar informações sobre os indivíduos com práticas relacionadas ao crime. Para o início do século XX, as ideias de Félix Pacheco eram visionárias, pois propunha não apenas a trocas de informações relacionadas aos criminosos, mas, a cooperação científica e o aperfeiçoamento da criminologia e das demais ciências auxiliares, com o treinamento do seu corpo de colaboradores. Um outro aspecto relevante na exposição do intelectual é a exclusão de informações políticas dos suspeitos, nas trocas entre as instituições policiais dos países, pois estas informações para Félix Pacheco não eram essenciais para estudo da antropologia criminal dos indivíduos.

Os membros do congresso foram convidados para visitar as instalações do Gabinete de Identificação e de Estatística, sob a direção de Félix Pacheco. Foram

⁴ Foi preservado a gramática da época, como forma de conservar a identidade do documento pesquisado.

⁵ 3º Congresso Científico Latina Americano. *Jornal do Comercio*. Rio de Janeiro. Edição 220. 09/08/1905. p. 2 Biblioteca Nacional (BN).

⁶ *Ibidem*.p.02.

⁷ *Ibidem*.p.02.

conduzidos para conhecer não somente o ambiente físico, mas todo o sistema de operação técnica do gabinete e as amplas instalações que propiciavam a dinâmica do trabalho neste espaço científico criminal. Os integrantes da visita ficaram muito satisfeitos com o trabalho de organização dos dados criminais. Félix Pacheco, recebeu diversos elogios pelo seu empenho na organização do gabinete, como algo primordial para o avanço do campo científico criminal brasileiro, em que estas informações coletadas e sistematizadas poderiam entre outras coisas produzir a união técnica entre a polícia e atuação judiciária, acrescentando que as informações permitiam a construção de dados estatísticos para conduzir novas ações institucionais⁸.

Quem estava presente como convidado de honra no referido evento científico era Juan Vucetich, a convite de Félix Pacheco. Foi dada a palavra para o intelectual expressar seus pensamentos a respeito da datiloscopia, no qual passou a explanar a sua palestra intitulada de *Evolução da Dactyloscopia*⁹. Neste trabalho analisa a evolução histórica do método da coleta das impressões digitais, destacando a importância de sua propagação no continente americano. Na sua fala deixa claro da necessidade científica da existência de colaboradores deste método, no qual Juan Vucetich chamava de “servidores da verdade”¹⁰. Vejamos, um trecho de sua fala:

[...] a) Porque é simples, rápido e certo, permitindo encontrar com segurança e proptidão a individual dactyloscopia archivada no armário já subdivisão por famílias, [...] permito estender até o infinito a decomposição analytica, reunindo além disso, a vantagem de ser o mais econômico, o de mais fácil difusão e o que melhor consulta as prerrogativas da personalidades humana [...] b) [...] qualquer impressão repetidas o numero de vezes que se quiser dá sempre o mesmo resultado [...]; c) Porque o desenho digital é immuntavel desde os ultimos mezes de vida intra-uterina até a decomposição cadavérica: só a dactyloscopia permite comprovar a identidade exacta dos menores e cadavares [...]; d) As impressões digito-palmares e plantares, sagrentas bem como as invisíveis reveladas, podem determinar e facilitar a descoberta do criminoso. e) Seria de grande vantagem substituir todos os antigos sistemas pela applicação pura e simples da impressão digital, susceptível de ser empregada com a máxima utilidade nos actos da vida civil, commercial, militar, etc.; reservando-se a filiação morphologica, os signaes particulares e cicatrizes visíveis para os fins das capturas na vida publica [...]¹¹.

Nas palavras de Juan Vucetich encontra-se uma defesa científica do sistema datiloscópico por diversos argumentos, como: de ser um processo simples; de baixo custo; baseado em dados científicos confiáveis, pois as digitais, são desenhos únicos e pessoais. Um aspecto salientado pelo método *vucetichismo*, como ficou conhecido método desenvolvido por Juan Vucetich, é que a coleta das digitais poderia ser realizada

⁸ Ibidem.p.02.

⁹ Ibidem.p.02.

¹⁰ Ibidem.p.02.

¹¹ Ibidem.p.02.

tanto em vivos, como em mortos, tudo isso associado a pouco investimento do Estado, pois a sua adoção pelas instituições dos países não era onerosa em relação às demais práticas já utilizadas. Salienta que sua aplicação poderia ser utilizada por diversas instituições do Estado, criando assim uma rede de informações interna, conseqüentemente no país, estabelecendo possibilidade de cooperação internacional. Sua análise era simples, baseada em quatro tipos fundamentais de agrupamento: o arco, a presilha interna, a presilha externa e o verticilo. Observamos a imagem a seguir, destacando estes elementos:

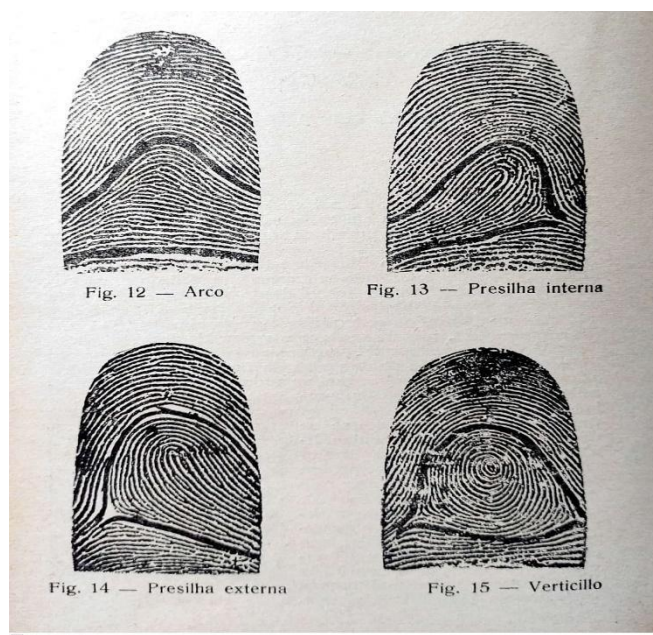


Imagem 01: As digitais e seu agrupamento familiar.

Fonte: VIOTTI, Manuel N. *Dactyloscopia e Policiologia*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1935. p.106.

Na imagem estão presentes os quatro elementos identificados na coleta das digitais que serviam de análise e parâmetros, para as demais observações técnicas e científicas na compreensão das impressões digitais. Esse sistema datiloscópico argentino, utilizando o processo Vucetich, foi ao longo do início das décadas do século XX adaptado não apenas pelo Gabinete de Identificação e Estatísticas do Distrito Federal, mas por diversos estados do Brasil, que tinham a capital federal e o gabinete como referência para a implantação de uma investigação e polícia técnica científica.

Podemos acrescentar ainda com base na explanação de Juan Vucetich no congresso, os seguintes pontos de sua fala que:

[...] f) A antheopometria por si só não identifica: para chegar á identidade provável são – lhe indispensaveis a filiação morphologica, a photographia, os sigmaes particulares, as cicatrizes, as tatuagens, obrigando o detendo a despi-se até à cintura, ao passo que cem a individual dactyloscopica se determina a

identidade da pessoa, acrecendo que todos as policies do mundo poderão ler na mesma individual, qualquer que seja a classificação que adoptem, vindo assim a constituir uma verdadeira *linguagem universal*, o “Systema Dactyloscopico”¹². (Grifo do autor).

Segundo *vucetichismo* o sistema da antropometria criava uma situação de desconforto em relação ao suspeito, pois o processo na coleta das informações para compor o banco de informações, era para o intelectual uma invasão na intimidade corporal do suspeito ou simplesmente, ao invés da ciência ajudar o homem e a sociedade, a mesma se tornava opressora da intimidade e da liberdade, elementos tão defendidos pelas ideias que marcaram as primeiras décadas do século XX. Um elemento já mencionado no corpo do texto é a importância do compartilhamento de informações entre as polícias de diversos locais do mundo, pois o método era simples e poderia ser informado por qualquer profissional do departamento consultado. A interligação de informações entre as polícias de diversos países já era uma necessidade iminente, em que as constantes imigrações ocorridas no final do século XIX e início do século XX, exigiam dos países que as suas instituições se atualizassem.

Portanto por meio da abertura teórica introduzida por Félix Pacheco pela oportunidade de contato com o *vucetichismo*, outros pensamentos da antropologia criminal e as técnicas da polícia científica, da reestruturação Gabinete de Identificação e Estatística do Distrito Federal, vamos ter nas concepções da criminologia no Brasil novos horizontes científicos por meio da aplicação da polícia técnica científica brasileira. O mesmo gabinete que inovou em sua estrutura física, criou uma publicação para dar vazão às discussões e propagação do pensamento policial e criminal no Brasil, o *Boletim Policial*.

Os trabalhos publicados pela revista do *Boletim Policial* tinham uma diversificação de temáticas que iriam refletir a propagação científica e ao mesmo tempo adoção de ações relacionadas não apenas a criminologia, mas a diversos campos de saberes do universo jurídico e social, demonstrando que a virada do século XIX para o século XX, não foi apenas um passar de anos, mas um compartilhar de pensamentos científicos de diversos intelectuais brasileiros que estavam inseridos em diferentes espaços de saberes, contribuindo para a riquezas de ideias. Um bom exemplo, é o fragmento do artigo *Os methodos da policia scientifica – A função da photographia nos inquéritos judiciários* de Elísio de Carvalho.

¹² Ibidem.p.02.

1) Ella será um documento indiscutível tomado automaticamente e reproduzindo fielmente os factos. [...]. 2) A imagem photographia, tomada nos logares, servirá para a demonstração durante a audiência. [...]. 3) A imagem photographia de um crime pôde igualmente exercer uma influência psychologica. [...]. 4) Enfim, os pequenos detalhes, salientados fotograficamente sobre o logar do delicto, taes como as pegadas, as impressões de linhas papilares da pelle da mão ou dos dedos, as manchas de sangue, etc., podem servir á identificação ou à busca do malfeitor desconhecido. [...]. A photographia e em documento impessoal, registrando automaticamente os mínimos detalhes. (CARVALHO, 1911.p. 308-310).

Este artigo de Elísio de Carvalho, que foi diretor do Gabinete de Identificação e Estatística, disserta a importância da fotografia no trabalho pericial, ao mesmo tempo demonstra o surgimento de novas vertentes no contexto das ciências. Ou seja, na tentativa de elucidar um crime e identificar um criminoso, as ferramentas deixaram de ser apenas indícios com provas frágeis, agora serão provas técnicas, somadas a um conjunto de arcabouços científicos na identificação justa de um crime.

Não apenas o *Boletim Policial*, mas demais publicações relacionadas ao contexto científico foram impactadas pelas mudanças de pensamento das novas vertentes inseridas no campo da criminologia e na técnica pericial no Brasil, bem como a postura do poder judiciário diante do crime, criminoso e seu julgamento perante a sociedade. O campo da ciência criminal e pericial nas primeiras décadas do século XX, mostraram exatamente esta tendência, um caminho sólido, na tentativa de identificar não apenas o criminoso, mas alicerçar a justiça.

Referências

ALVES, Breno Eduardo Campos . ALMEIDA, Marta de. *O Terceiro Congresso Científico Latino Americano no Rio de Janeiro e a conexão entre cidade e redes científicas*. Anais Eletrônico do 15º Seminário Nacional de História e da tecnologia. 2016. Florianópolis. Santa Catarina. Disponível em: https://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1473954833_ARQUIVO_textoMartadeAlmeida.pdf. Acesso em: 23 Ago. 2022.

Breve história da investigação criminal. Curitiba (PR): Editora CRV, 2021.

BATISTA, Vera Malaguti. *Criminologia e política criminal. Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: v. 1. nº.2, jul/dez. 2009.

CARVALHO, Elísio. *Os methodos da policia scientifica – A função da photographia nos inquéritos judiciários p. 307-318*. *Boletim Policial* (Imprensa Nacional - RJ). abr. maio e jun. nº 12, 13 e 14 de 1911.

CARMIL, Renato. *Relatório sobre o serviço de identificação antropométrica, apresentado ao cidadão ministro da Justiça e Negócios Interiores*. p.107-108. Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil (RJ). nº. 91, 1897.

DARMON, Pierre. *Médicos e Assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia: O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. 2.ed. São Paulo: Coimbra Editora, 1997.

DIAS, Rebeca Fernandes. *Criminologia no Brasil: cultura jurídica criminal na Primeira República*. São Paulo: Lumem Jus, 2000.

FERRARI, Mercedes García; GALEANO, Diego. *Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil*. p.171-194. Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. v.23, supl., dez. 2016.

FERLA, Luís Antonio Coelho. *Feio, Sujos e Malvados sob Medida: do Crime ao Trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo*. 2005. Tese de Doutorado em História. Universidade de São Paulo. São Paulo.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. *A Criminologia e a polícia no Brasil na transição do século XIX para o XX. Passagens* - Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. p. 543-559. Rio de Janeiro, v. 8, nº3, set/dez, 2016.

GALEANO, Diego. *Identidade cifrada no corpo: o bertillonage e o Gabinete Antropométrico na Polícia do Rio de Janeiro, 1894-1903*. p. 721-742. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, nº. 3, set.- dez. 2012.

HILLESHEIM, Betina; SILVA, Mozart Linhares da. *O Espectro Eugenista no Discurso Biodeterminista Contemporâneo*. Revista Psicologia: Ciência e Profissão Jul/Set. 2018 v. 38 nº3, p. 413-423 *Jornal do Comercio* (RJ). Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

LAMOUNIER, Bolivar. *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LOMBROSO, César. *O Homem Delinquente*. Obra baseada na 2ª ed. Francesa. Porto Alegre: Ricardo Lenz Editor, 2001.

MÉRIDA, Cristiane Brandão Augusto. *O Cérebro Criminógeno na Antropologia Criminal do Século XIX: Um Estudo sobre a Etiologia do Crime a partir da Medicalização da Sociedade*. 2009. 174 f. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

MONTEIRO, Rodrigo Maia. *Polícia, prisão e circulação de ideias criminológicas: o Boletim Policial e a consolidação da escrita policial no Rio de Janeiro (1907-1918)*. Dissertação de Mestrado em História Social. 2019. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). São Gonçalo (RJ).

OLIVEIRA JÚNIOR, Alcidesio de. *Penas especiais para homens especiais”: as teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira na década de 1940*. 2005. Dissertação Mestrado das Ciências da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Rio de Janeiro, Brasil.

PACHECO, Félix. *O problema da identificação*. *Jornal do Comércio*, p.2. 30 dez. 1902.

_____. *Entrevista com o Dr. Beazley*. *Jornal do Comércio*, p.3. 10 ago. 1899.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. *Sociologia Jurídica*. 3ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

_____. *Antropologia Jurídica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SÁ, Alvinio Augusto de, et. al; *A criminologia no Brasil: História e Aplicações Clínicas e Sociológicas*. São Paulo: Campus Elsevier / Campus Jurídico, 2010.

SILVA, Uthant Saturnino. *Arquivo criminal e o sistema de classificação Vucetich representação e identificação por impressão digital*. Revista RACIn, João Pessoa, v. 6, nº. 2, p. 35-52, Jul./Dez. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870 – 1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

VIOTTI, Manuel N. *Dactyloscopia e Policiologia*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1935.

_____. *Dactyloscopia e filiação morfológica: o Systema Vucetich*. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Segurança Pública, 1909.

Fontes

Academia Brasileira de Letras (ABL)

Arquivo Nacional (AN)

Biblioteca Nacional (FBN)

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

Periódicos e Revistas:

Boletim Policial (Biblioteca Nacional -RJ)

O Compadre de Ogun: a relação entre o òrun e o ayé e o entrelaçamento do catolicismo com o candomblé

Bruno Rodrigues Pimentel¹
Doutor em História Social — PPGH-FFP/UERJ
Bolsista - FAPERJ

Introdução

Este texto decorre da tese de doutorado cujo título é: “Coleção Recôncavo: aspectos da cultura baiana através da (re)construção de Carybé e seus colaboradores”. A pesquisa teve como propósito analisar a Coleção Recôncavo, publicada em 1951, composta por desenhos de Carybé e textos introdutórios de colaboradores. No decorrer da tese, foi investigada a teia que Carybé fazia parte e a partir daí foi possível compreender a relação íntima entre Jorge Amado e Carybé.

De autoria de Jorge Amado (1912-2001), a obra *Os Pastores da Noite*, publicada em 1964, reúne três narrativas diferentes onde os mesmos personagens se movem autônomos, e as histórias podem ser lidas independentemente. *O Compadre de Ogun* é uma das histórias que compõem a obra, mas o texto ganhou existência independente em 1995, quando passou a ser editado como livro separado e recebeu ilustrações do artista plástico Carybé (1911-1997). Este artigo tem como propósito analisar a obra *O Compadre de Ogun* centrada nas representações desenvolvidas pelo autor e ilustrador sobre o universo mítico do candomblé na Bahia.

Neste sentido, o conceito de representação será operado no decorrer da análise e estará em conformidade com as acepções desenvolvidas por Pierre Chartier (1991; 2002). A noção de representação nos possibilita pensar o discurso contido como uma realidade construída. Realidade que só se tornou possível pela visão do construtor, que, por sua vez, está ligada à sociedade onde o discurso foi desenvolvido. Acreditamos que a ideia de representação indica a maneira que uma determinada realidade é construída, refletida e dada a compreender por distintos grupos sociais em períodos e lugares diferentes.

¹ Aluno egresso do doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Orientadora: Dr^a Joana D’Arc do Valle Bahia. Ingresso no ano: 2016. Egresso no ano: 2020.



Figura 1: Carybé, sem título, déc. 1990, serigrafia sobre papel, 50 x 34,9 cm. Acervo Sesc RJ.

O livro narra as dificuldades enfrentadas por Massu para organizar e realizar o batizado do seu filho Felício. Na imagem acima (Figura 1), Carybé representou, por meio da técnica da serigrafia, o momento que dá início a trama desenvolvida. A negra Benedita, prostituta alagoana, depois de meses reapareceu e deixou o bebê Felício aos cuidados do negro Massu, alegando ser seu filho. O menino era loiro, de cabelo escorrido e olhos azulados, de acordo com a descrição do autor. Esse fato trouxe uma série de insinuações e teorias a respeito da paternidade da criança. Mas segundo Amado, isso não passava de:

Vontade de falar dos outros, de incentivar maledicências. Olhos azulados qualquer menino pode ter, mesmo sendo de pai negro, pois é impossível separar e catalogar todos os sangues de uma criança nascida na Bahia. De repente surge um loiro entre mulatos ou um negrinho entre brancos. Assim somos nós, Deus seja louvado.

Benedita dizia ter saído o menino assim branco, por haver puxado ao seu avô materno, homenzarrão loiro e estrangeiro, bebedor de cerveja (...). Explicação, como se vê, das mais razoáveis, só as más línguas teimava em não aceitá-la e viviam atribuindo pais ao garoto como se não lhe bastasse Massu, um pai e tanto (...) Sem falar na avó, na negra velha com seu menino nos braços. (AMADO, 1995, p. 7)

No trecho acima, podemos observar que o autor difundiu o pensamento de que na Bahia a relação entre pessoas de diferentes grupos étnicos era comum. Ele transmitiu a ideia de mistura e miscigenação, que também é operada por Carybé (CARYBÉ, 1951,

s/p;). O trecho também mencionou a Dona Veveva, avó de Massu, “(...) quase centenária ainda capaz de dançar nas rodas das iawôs, no candomblé (...)” (AMADO, 1995, p. 7).

Amado destacou que Benedita era uma ótima mãe, “até fome passava para nada faltar ao seu menino. Vestia-o com bordados e rendas caras, trazia-o nuns trinques de ricaço, parecia filho de capitalista.” (AMADO, 1995, p. 5). Ela entregou seu filho para Massu, pois estava muito doente e sentia que o seu fim estava próximo. Não se sabia se ela havia falecido na Bahia, no hospital de indigentes, ou no burgo de Pilar, em Alagoas, já que ela não desejava morrer sem rever os campos onde havia nascido.

Considerando essas informações, os motivos representados por Carybé, na imagem acima, ficam mais compreensíveis. O artista destacou Dona Veveva com o menino Felício nos seus braços e ao seu redor um número considerável de pessoas, que curiosamente olham o bebê, que, por sua vez, tinha 11 meses de vida e ainda não tinha sido batizado. “Onde já se viu, perguntava Veveva, menino de onze meses e ainda pagão?” (AMADO, 1995, p. 11). Ela interpretava o fato como sendo uma displicência de Benedita, pois, se o bebê, porventura, morresse sem sacramento jamais desfrutar das belezas do paraíso.

Outro fato relevante que precisa ser ressaltado é o entrelaçamento do catolicismo com o candomblé representado, no decorrer de toda a obra. Dona Veveva era iniciada no candomblé. Mas, isso não impedia que ela temesse que seu bisneto Felício não desfrutasse do paraíso caso morresse sem o sacramento do batismo. Veveva conciliava, assim, distintas crenças, de acordo com o discurso construído. Amado enfatizou a conciliação do candomblé com o catolicismo. Nesse sentido, a mistura construída por ele é pautada pela ideia de conciliação, junção, convívio harmônico. No decorrer da narrativa, foi enfatizada a beleza existente na conciliação de princípios de distintas doutrinas e/ou filosofias presentes na Bahia.

O batizado de Felício: a relação entre deuses e mortais na construção de Jorge Amado e Carybé

Amado e Carybé não dissociavam, nas representações textuais e imagéticas, o mundo transcendente e o mundo imanente. Eles não conceberam nenhuma separação

espiritual entre o òrun e o ayé², assim como a concepção tradicional dos iorubás. Segundo Gisèle Cossard (2008, p. 15-16), no início só existia Olorun, único, imenso, total,

(...) mas veio um tempo em que o tédio o dominou e a sua plenitude não mais lhe satisfez. Então, Olorun se dividiu, fazendo surgir elementos diferentes de si mesmo. Esse dom de multiplicidade deu origem ao mundo, através de uma força única refletida em várias direções. Olorun é considerado como a força suprema que domina o mundo; as inúmeras forças que o cercam não podem ser definidas como boas ou más.

No início não havia céu nem terra. Existia apenas um estado indefinível, que podemos chamar de *o nada*. (COSSARD, 2008. p. 15-16)

Olorun é a força vital, o elemento primordial de onde teria originado tudo. Ele é a energia matriz. Ele não é representado materialmente e não é possível contatá-lo. Os orixás estão abaixo de Olorun, são ministros ou agentes do deus supremo. A eles é destinado o objetivo principal do culto do candomblé. Os homens seriam cópias desvanecidas dos orixás dos quais descendem. Assim, cada homem herdou do seu orixá suas características, como estão relatadas nos mitos.

Os mitos e as explicações cosmogônicas nas religiões brasileiras de origem africana são numerosos e, muitas vezes, contraditórios. De acordo com Prandi (2001, p. 24-25), o objetivo das narrativas míticas é explicar os fenômenos naturais e/ou sociais pertencentes ao mundo, mas cabe destacar que uma das principais características dessa narrativa é que ela recorre ao sobrenatural para explicar as coisas da vida humana e do mundo natural. A concepção de mundo, característica da sociedade tradicional iorubá, está presente na construção de Jorge Amado e Carybé, conforme veremos.

Dona Veveva estabeleceu o prazo estrito de 15 dias para Massu organizar o batizado: igreja, padre, obrigações e devoções, enxoval etc. Logo, com ajuda dos amigos, essas questões foram resolvidas. Faltava apenas decidir os padrinhos. Tibéria foi escolhida para ser a madrinha e Massu deveria escolher apenas um entre os muitos amigos para ser padrinho de Felício.

²De acordo com Wande Abimbola, os iorubá concebem o mundo como formado por elementos físicos, humanos e espirituais. Os elementos físicos são amplamente divididos em dois planos de existência: ayé (terra) e òrun (céu). Ayé, que é também algumas vezes conhecido por ìsálaye, é o domínio da existência humana, das bruxas, dos animais, pássaros, insetos, rios, montanhas, etc. Òrun, que é outras vezes conhecido como ìsálórùn, e o lugar de Ólodumarè (O Deus Todo-Poderoso), que é também conhecido como Òlorun significando literalmente ‘o proprietário dos céus’; o òrun é também o domínio dos Òrisá (divindades), que são reconhecidas como representantes de Ólodumarè; e dos ancestrais” (ABIMBOLA, 1981, p. 2).

Os dias passaram e Massu não conseguiu decidir quem ia ser o padrinho do seu filho. Foi então que durante uma caminhada, o Cabo Martim contou a Massu o quão bonita havia sido a festa de Oxumaré no candomblé de Arminda de Euá. “O cabo, em sua vida inteira de macumba, nunca vira descer tanto santo de uma só vez, só Oguns vieram sete e cada qual mais esporreteado...” (AMADO, 1995, p. 25). Foi então que

Parou negro Massu sua caminhada: era filho de Ogun e também seu ogã. Martin contava da festa da dança e das cantigas. Massu, apesar do balaio na cabeça, em equilíbrio instável, cheio de coisa de quebrar, ensaiou uns passos de dança. Martin quebrou também o corpo e puxou uma cantiga do orixá dos metais.

_ Ogun ê ê! Salvou Massu.

E teve uma iluminação, como se o sol explodisse em amarelo, aquele sol cruel e castigado, teve um revertério, um troço nos olhos, uma visão: viu nos matos próximos Ogun rindo para ele, todo paramentado, com as suas ferramentas, a dizer-lhe para ter calma porque ele, Ogun, seu pai, resolveria o problema do padrinho do menino. Massu deveria procurá-lo. Disse e sumiu ligeiro, de tudo aquilo só ficou um ponto de luz na retina do negro, prova insofismável do acontecido. (AMADO, 1995, p. 25).

O universo mítico do candomblé não estava restrito ao espaço do terreiro. O mundo visível e o mundo invisível aparecem unidos por relações vitais com intercâmbios permanentes. Neste sentido, o território sagrado para o candomblé não foi representado apenas com território do terreiro, mas também os locais onde a diáspora africana pode ser recriada, e isso inclui outros espaços urbanos além do terreiro. Os mercados, as feiras, as festas, as igrejas, as ruas, as praias, as lagoas são espaços que criam toda uma sociabilidade urbana fundamental (CORRÊA, 2003). A citação, assim, evidencia a relação íntima e cotidiana entre o mundo dos deuses e dos mortais.

Para obter a resposta de Ogun, Massu foi consultar Mãe Doninha, sua mãe de santo, “iyalorixá do famoso Axê da Maia Porta”, onde ele era ogã levantado e confirmado. Mas naquele dia ela não pôde atendê-lo. Ela estava nas camarinhas das iaôs, ocupada com uma obrigação, sendo assim, mandou que pedissem para ele retornar na tarde do dia seguinte. Ao retornar, Massu colocou Mãe Doninha a par de tudo. Ela pediu que ele esperasse e “dirigiu-se para a casa de Ogun (...)” (AMADO, 1995, p. 34) para tirar tudo a limpo.

Em seguida, a iyalorixá explicou a Massu as determinações de Ogun. “Deveria o negro trazer dois galos e cinco pombos além de uma travessa de acarajés e abarás para dar de comida à sua cabeça. Responderia ele então sobre o padrinho. Na quinta-feira, daí

a dois dias, após o crepúsculo.” (AMADO, 1995, p. 34-35). Todos se perguntavam quem seria o escolhido por Ogun como o mais digno para ser o padrinho do menino.

Os dias se passaram e chegou o momento de ter a resposta de Ogun. Os sacrifícios e os ritos foram realizados. A divindade ficou satisfeita, “(...) via-se logo, pois veio rindo e brincando, e saudou a todos (...)” (AMADO, 1995, p. 39). A iyalorixá agradeceu e perguntou se estava mesmo ele disposto a ajudar Massu na escolha do padrinho do seu filho. O orixá respondeu que estava ali para isso. “Coube a Massu então por sua vez agradecer e transmitir suas mais efusivas saudações. Pois ali estava ele com aquele danado problema do batizado do filho, menino bonito e esperto, tão buliçoso e arrenegado, era um capeta, até parecia de Exu” (AMADO, 1995, p. 39).

Amado não associou o orixá Exu ao diabo, mas o apresentou como sendo uma entidade ambígua. Exu não foi representado como ruim, embora pudesse fazer coisas que poderiam ser consideradas negativas. De acordo com Carybé, Exu apressa o final do mês, acha graça dos excessos alheios, ele goza de todos nós. Exu transita pelos casarões do Pelourinho e anda pelas ruas fazendo travessuras, traquinagens e diabruras (CARYBÉ, 1951, s/p; PIMENTEL, 2022, p. 289). No entanto, Exu, se bem tratado e agradado, pode desfazer qualquer perversidade que havia maquinado. Ele sensibiliza-se facilmente se lhe for oferecido um galo, farofa e pinga, alimentos e bebidas atribuídos a ele.

A princípio o diálogo com Ogun foi realizado por meio do jogo de búzios. Quando Massu perguntou ao orixá qual seria a solução para aquele imbróglio:

Escutou-se então na camarinha o tilintar dos ferros, o som do aço contra o aço, o ruído de espada uma contra a outra, pois Ogun é o senhor da guerra. Ouviu-se um riso alegre e divertido, e era Ogun, cansado do lento diálogo através do jogo das contas, querendo mais diretamente estar com eles, era ogun cavalgando uma de suas feitas, sua filha. Ele rompeu pela porta, saudou Doninha, postou-se no peji, elevou a voz: – Decidi, já decidi. Ninguém vai ser o padrinho do menino. O padrinho vou ser eu Ogun. – E riu. (AMADO, 1995, p. 40)

Diante da situação inusitada, Doninha quis uma confirmação. Ogun disse que, daquele momento em diante, Massu era o seu compadre, despediu-se, mandou que preparassem a festa e disse que só retornaria para o batizado.



Figura 2: Carybé, sem título, déc. 1990, serigrafia sobre papel, 50 x 34,9 cm.

Na figura 2, podemos observar Mãe Doninha sentada, Tibéria, Massu e seu amigo Jesuíno. Eles estão na casa de Ogun. Neste momento, os sacrifícios e os ritos já haviam sido feitos e o orixá, na representação, aparece cavalcando uma das suas filhas. Carybé transmitiu essa ideia por meio de uma sombra majestosa na cor azul, cor atribuída a Ogun.

Depois do anúncio de Ogun, Massu ficou inflado de vaidade, pois compadre de Ogun nunca existirá, ele era o primeiro. Mas foi a partir daí que surgiu uma nova e imprevisível questão: “como fazer para ir Ogun à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Negros e lá testemunhar o ato católico?” (AMADO, 1995, p. 43). A essa altura a notícia espalhou-se e todos queriam assistir ao batizado para ver como fariam para ter o orixá presente na cerimônia.

A solução era a seguinte: Ogun iria até a Igreja montado numa feita, tal como no dia em que o orixá falou pela boca da feita e tomou para si o encargo de padrinho. Ficou combinado que Arthur da Guima, filho de Ogun, fingiria ser o padrinho, sendo cavalo do orixá. Para isso, Arthur da Guima trocava de nome e dizia ao padre que se chamava Antônio de Ogun, para que o orixá figurasse no registro de batismo do menino.

A escolha do nome se deu, pois na Bahia, conforme destacou Amado, Santo Antônio era associado a Ogun. Segundo ele, os paroquianos eram

(...) eram também de candomblé, misturavam o santo romano e o orixá africano, confundindo-os numa única divindade. Também nas camarinhas dos candomblés (...) as estampas de santos católicos estavam penduradas junto aos fetiches, ao lado das esculturas negras, São Jerônimo na camarinha de Xangô, São Jorge na de Oxossi, Santa Bárbara no peji de Iansã, Santo Antônio no de Ogun. (AMADO, 1995, p. 61)

A ideia de mistura, no sentido empregado pelo autor, pode ser compreendida como uma junção de coisas distintas que são postas em conjunto. A conciliação das diferentes culturas não foi pensada por ele como sendo uma sobreposição de elementos. Isso ocorreria de maneira diferente para Roger Bastide (1961), que defendia que as culturas do branco, negro e índio não se confundiam. Elas coexistiam e se sobrepunham. Amado, por sua vez, transmitiu uma ideia de interpenetração entre os santos católicos e africanos. Esse fato fica evidente no trecho em que foi discutido qual nome seria assinado no ato do batismo. “Ogun não era Santo Antônio? Pois então: era só dá o nome completo, Antônio de Ogun” (AMADO, 1995, p. 68).



Figura 3: Carybé, sem título, déc. 1990, serigrafia sobre papel, 50 x 34,9 cm. Acervo Sesc RJ.

A parte final do romance foi sintetizada por Carybé através da Figura 3. O artista representou uma galinha-d’angola no rosado do terreiro de Mãe Doninha. Era o dia do batizado do menino Felício, mas o sol ainda não havia nascido. Próximo a porta do

barracão podemos observar a silhueta e a sombra de alguém que parece procurar o animal, que está distante, no roçado. Mas para compreender a importância e o brilhantismo dessa representação é necessário considerar os fatos a seguir.

Na véspera do batizado, Tibéria, Massu e Arthur da Guima dormiram no axé. Os três precisavam fazer o bori, “limpando o corpo e dando de comer à cabeça, ao santo.” (AMADO, 1995, p.71)

Chegaram no começo da noite, esvoaçam as sombras pelo caminho de São Gonçalo, baixando sobre a ladeira de mistério, esconderijo de Exu. Exu se fazia ver por entre o mato cerrado, ora como um negro adolescente e fascinante, ora como um velho mendigo de bordão. Sua risada matreira e gozadora ressoava nos copos e nos matos dos arbustos, no vento fino do crepúsculo. (AMADO, 1995, p.71-72).

Mãe Doninha deu sequência aos ritos e, por meio do jogo, Ogun declarou estar pronto para o dia seguinte. Ele “recomendou apenas, e o fez enfática e insistentemente, que não deixassem de fazer, bem cedo pela madrugada na hora de o sol raiar, o despacho de Exu, seu padê. Para ele não vir perturbar a festa.” (AMADO, 1995, p.74). Experiente e precavida, a iyalexá já tinha separado a galinha-d’angola para sacrificar para Exu. O próprio orixá havia escolhido o animal. “Muito cedo levantou-se Doninha, ainda era noite, e chamará por Stela, sua mãe-pequena. Acordaram depois algumas filhas. Deviam fazer o despacho de Exu. Doninha, acompanhada de Stela e das filhas, dirigiu-se à casa de Exu. Uma iawó fora buscar o *tou-fraco*”, representada por Carybé na Figura 3. (AMADO, 1995, p.77). A filha de santo voltou alarmada, pois a galinha-d’angola havia fugido.

No mesmo instante em que tomava conhecimento do fato, Doninha ouviu uma risada de zombaria no mato.

Quem poderia estar rindo assim, descaradamente, senão o próprio Exu, o orixá mais discutido, moleque e sem juízo, gozador, gostando de pregar peças? Tantas e quantas já fizera a ponto de ser confundido com o diabo. Enquanto cada um dos orixás era um santo de Deus – Xangô, São Jerônimo; Oxossi, São Jorge; Iansã, Santa Bárbara; Omolu, São Lázaro; Oxalá, Senhor do Bonfim, e assim por diante –, Exu não era santo nenhum, e gente sem grandes conhecimentos na seita acusava-o de ser o demônio. E todos o temiam e para ele era sempre a primeira cerimônia de todas as festas e as primeiras cantigas. Ele pediu o *tou-fraco*, iria se contentar com outro animal? Ou ficaria contrariado? (AMADO, 1995, p. 78).

Amado destacou que a associação de Exu ao diabo era coisa de quem tinha um conhecimento limitado do candomblé. Exu era uma divindade ambígua, travessa, que gostava de pregar peça. Por isso, conforme afirmou o autor, ele era o primeiro a ser

reverenciado nas cerimônias públicas ou privadas. Tudo começava com o padê de Exu, o despacho de Exu.

Mas, de acordo com algumas narrativas, Exu é o primeiro a ser reverenciado, pois uma das suas funções é estabelecer a comunicação, por meio do transido, entre o òrun e o ayê. Por isso, ele também é compreendido como o Orixá da comunicação, o elebó, o transportador do ebó, das oferendas. Amado não explicitou esses detalhes, mas na última página do livro destacou que Exu era o orixá dos caminhos, do movimento. Nesse sentido, ele rege a comunicação e o comércio, é conhecedor dos caminhos e dos habitantes das encruzilhadas.

No lugar da Galinha-d'angola escolhida por Exu, ofereceram três pombas brancas. Parecia que ele tinha consentido, pois não ouviu mais as suas risadas. O barracão estava cheio, parecia data de grande festa do calendário do axé. Os atabaques soaram e a roda se formou. Estavam todos aguardando a chegada de Ogun. No entanto, conforme narrou Amado, algumas coisas ocorreram diferente do esperado e Ogun tardava a descer. Somente depois de muito custo, Ogun montou o seu filho Arthur da Guima. Mas o orixá, conforme observado, se apresentava diferente. Ele batia-se pelas paredes, rolava pelo chão, gargalhava, atirou longe os sapatos, foi saudar o mato etc.

Segundo a narrativa, ele “dançou bonito como o quê. Uma dança festiva, dança guerreira de Ogun, mas modificada, cheia de picardia e virtuosismo” (AMADO, 1995, p.82). A iyalorixá estava admirada. O orixá queria ir à igreja vestido com suas roupas de festas e portando as suas ferramentas, diferente do que havia sido combinado. No trajeto, metade a pé e metade de bonde, ele correu algumas vezes para o mato.

O Largo do Pelourinho estava repleto de pessoas que não queriam perder o inusitado batismo. Saveiristas, feirantes, gente do mercado, choferes diversos, capoeiristas, quituteiras, putas, entre outros populares. Babalaôs, ialorixás, ogãs, e muitas feitas e feitos no santo estavam presentes. Amado especificou também a presença de Carybé, Mário Cravo, Mirabeau Sampaio e sua esposa Norma, Mestre Pastinha, Mestre Didi, Vivaldo da Costa Lima, Waldeloir Rego, entre outros.

“O orixá ria numa gaitada só.” (AMADO, 1995, p. 89). Vinha dançando e, quando se aproximou da Tibéria, sacou uma ferramenta que levou escondida e tocou a cabeça do menino Felício, mas não era uma ferramenta de Ogun.

“No alto da escadaria, passando entre a gente de mãos estendidas com as palmas voltadas para frente, a saldá-lo, o orixá soltou sua risada, tão grotesca e cínica, tão de pouco caso e molecagem”, que Doninha e outros da seita compreenderam. “Os peitos encheram-se de temor”. Só a criança, nos braços fortes de Tibéria, sorria num enlevo para o irrequieto orixá.” (AMADO, 1995, p. 90).

Padre Gomes percebeu o movimento atípico da igreja superlotada, nem parecia que “batizava-se o filho de um negro pobre.” (AMADO, 1995, p. 92). Via-se baianas com seus coloridos trajes festivos e homens vestidos com ternos azuis e fitas azuis na botoeira do paletó. As cores de Ogun estavam presentes no interior da Igreja e no Largo do Pelourinho.

Conforme a representação de Carybé, Figura 4, e Jorge Amado, “em torno da pia batismal havia-se reunido um pequeno grupo composto pelo encantado e Tibéria, Massu, Veveva, Doninha, Otália, Jesuíno Galo Doido, cabo Martin, Pé-de-Vento, Curió, uns poucos mais” (AMADO, 1995, p. 92).



Figura 4: Carybé, sem título, déc. 1990, serigrafia sobre papel, 50 x 34,9 cm. Acervo Sesc RJ.

Padre Gomes pensou que o padrinho estava bêbado e quando perguntou o seu nome. O orixá gargalhou alto, agitando as ruas e quebrando os vidros. Ele deu três saltos

e disse: “Eu sou Exu, quem vai ser padrinho sou eu. Sou Exu!” (AMADO, 1995, p. 94). Neste momento aconteceu algo inesperado, o padre estremeceu, tirou seus calçados, rodopiou e semicerrou os olhos. Alguns perceberam o que acontecia. O padre murmurou algo e Mãe Doninha disse uma saudação na língua dos orixás. Era Ogun.

A explicação era a seguinte: Ogun tinha se atrasado naquela manhã, pois teve obrigações na Nigéria e uma festa em Santiago de Cuba, outro lugar da diáspora africana. Quando chegou no barracão do Axê da Meia Porta, Arthur da Guima já estava montado por Exu, “seu irmão irresponsável. Exu ria dele e o imitava, queixando-se de não lhe haverem dado o prometido, uma galinha-d’angola.” (AMADO, 1995, p. 94).

Ogun procurou um filho seu para desmascarar Exu, mas não obteve sucesso. Até que na igreja ele reconheceu um dos seus filhos: padre Gomes. O sacerdote era filho de Josefa de Omolu, neto de Ojuaruá, obá de Xangô³. Neste podia descer mesmo não tendo feito suas obrigações no tempo devido, naquela emergência ele servia. Ser padre não o fazia menos filho de Ogun. Assim, Ogun entrou pela cabeça de padre Gomes.

O orixá guerreiro aplicou duas bofetadas em Exu, que compreendeu ter terminado a brincadeira. Exu abandonou Arthur da Guima e se escondeu atrás do altar de São Benedito, santo de sua cor. Santo que também dava nome a negra Benedita, mãe do menino Felício. Ogun deixou padre Gomes e possuiu o seu filho Arthur, conforme deveria ter acontecido desde o barracão, se não fosse Exu. A partir daí, o batizado transcorreu conforme deveria e toda Bahia ficou em festa. Massu se tornou compadre de Ogun, e cresceu em prestígio e importância.

Exu, escondido no altar de São Benedito, “riu por algum tempo, recordando suas estripulias. Depois adormeceu e parecia um menino igual aos outros, quem o visse assim, nem desconfiaria ser aquele o Exu dos caminhos, o orixá do movimento, tão moleque e arrenegado a ponto de o confundirem com o diabo.” (AMADO, 1995, p. 100).

³ Padre Gomes era neto de Ojuaruá, um dos últimos a fazer a viagem num navio negreiro, teve seu dorso cortado pela chibata e era um chefe em sua terra. Ele fugiu de um engenho de açúcar em Pernambuco, tomou parte num quilombo. Na Bahia, “amigara-se com uma mulata clara e forra, terminando a vida com três filhas e uma quitanda” (AMADO, 1995, p. 55). Ele era Obá de Xangô e frequentava o candomblé do Engenho Velho “escondido sob a terra, perseguido, nos tempos mais duros. Eis porque o futuro padre, em sua primeira infância, foi muitas vezes levado a festas e obrigações de orixás e, não tivesse partido para internato do seminário, certamente teria feito ou assentado o santo, por sinal Ogun, conforme fizera constatar Josefa apenas ele nascera.” (AMADO, 1995, p. 58). Josefa era a filha mais velha de Ojuaruá e mãe do Padre Gomes. Ela era filha de Omolu e fizera santo ainda pequena.

Conclusão

Não era apenas uma maneira de se disfarçar no catolicismo, mas também uma forma de viver a religião. A Igreja de Nossa Senhora do Rosários dos Pretos, conforme vimos, podia comportar orixás e santos católicos igualmente, pois, para Amado e Carybé, santos e orixás se confundem. Se fundem, se associam. De certo modo, eles estavam construindo uma africanidade e envolvendo a Bahia em sua construção, tornando-a um “território-terreiro” (CORRÊA, 2006, p. 51-52), pois as divindades não estavam restritas às casas de axé. Elas transitavam por todos os espaços da cidade e faziam parte da vida cotidiana das pessoas. Estavam intimamente ligadas à vida prática.

Na concepção tradicional iorubá os mundos transcendente e imanente não estão dissociados, pois a religião é o elemento estrutural basilar. A religiosidade se estende por todas as esferas da existência e influencia os comportamentos coletivos e individuais, assim como vimos na obra analisada. A concepção filosófica e o sagrado iorubá estão presentes na construção analisada.

Foi construída uma ideia de interação recíproca de culturas e povos distintos que teve como cenário a Baía de Todos os Santos. Lugar onde o catolicismo e o candomblé, conforme as representações, se fundiram. Por isso, a construção de Amado e Carybé também pode ser pensada com base no estudo desenvolvido por Paul Gilroy. Pois as relações e os circuitos comunicativos que foram estabelecidos em decorrência da diáspora, muito bem representada pela metáfora do Atlântico Negro, favoreceram relações que extrapolaram as fronteiras étnicas do Estado-nação, permitindo que as populações dispersas conversassem, interagissem e efetuassem trocas culturais, num verdadeiro entrelaçamento transnacional (GILROY, 2001).

Os temas apresentados podem ser compreendidos como um patrimônio negro transnacional, que foi construído e que está em constante formação nos fluxos e trocas, que se deram pelo desenvolvimento das estruturas transnacionais criadas na modernidade. A formação dessa rede possibilitou que as populações negras formassem, durante a diáspora africana, uma cultura que não pode ser identificada exclusivamente como caribenha, africana, americana ou portuguesa, mas todas elas ao mesmo tempo. Trata-se de uma cultura que, pelo seu caráter híbrido, não se encontra circunscrita às fronteiras étnicas ou nacionais (SANTOS, 2002). Assim, as relações diaspóricas favoreceram a

formação de um circuito comunicativo alicerçado nas trocas culturais, conforme visto no decorrer da análise da obra.

Referências

- ABIMBOLA, Wande. **A concepção Yoruba da personalidade humana**, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, n. 544, p. 1-21, 1981.
- AMADO, Jorge. **O compadre de Ogun**. Ilustrações de Carybé. Rio de Janeiro, Record, 1995.
- BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia: rito nagô**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- CARYBÉ, Pseud. **Temas de candomblé**. 27 desenhos de Carybé [s/n]. Texto de Carybé. Salvador: Livraria Turista, 1951a. (Coleção Recôncavo; n. 9).
- CARYBÉ, Pseud. **Orixás**: 38 desenhos de Carybé [s/n]. Texto de Pierre Verger. Salvador: Livraria Turista, 1951b. (Coleção Recôncavo; n. 10).
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Tradução de Andrea Daher e Zenir Campos Reis. **Estudos Avançados**, São Paulo (SP), v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- CHARTIER, Roger. **Pierre Bourdieu e a história**. Debate com José Leite Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Topoi, 2002.
- CORRÊA, Aureanice de Mello. O terreiro de candomblé: uma análise sob a perspectiva da geografia cultural. **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 51-62, 2006.
- COSSARD, Gisèle Omindarewá. **Awó: o mistério dos orixás**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.
- GILROY, Paul. **O Atlântico negro como contracultura da modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- PIMENTEL, Bruno Rodrigues. “**COLEÇÃO RECÔNCAVO**”: a cultura popular baiana (re)construída por Carybé e seus colaboradores. Curitiba: Editora Appris, 2022.
- SANTOS, Eufrázia Cristina Menezes. Resenha de “O atlântico negro. Modernidade e dupla consciência”. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade de São Paulo, v. 45, n. 1, p. 273-278, 2002.
- PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

A BNCC permite acesso à produção e a democratização do conhecimento?

Carla Cristina da Silva Lavinias¹
Mestre em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto foi pensado a partir de nossa dissertação de mestrado, cujo título é: “A BNCC e a definição de um currículo para a disciplina história: Análise das três versões da BNCC e a história a ser ensinada nos anos finais do Ensino Fundamental”, e – principalmente -, por estarmos vivenciando um momento em que a polarização política dita boa parte dos debates no seio da sociedade brasileira. Por conta disso, é mister que façamos reflexões sobre o papel da democracia nas nossas vidas e sua importância para além desses debates, sobretudo como o seu uso e/ou seu desuso afetam nosso cotidiano através da Educação.

Nos últimos anos temos nos debruçado sobre a BNCC, especialmente em relação ao contexto de produção das versões aprovadas em 2015, 2016 e 2017² – respectivamente -, dando ênfase ao Componente Curricular História nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Tendo em vista as nossas pesquisas sobre o tema, assim como a partir da defesa de nossa dissertação, temos nos indagado a respeito do acesso dos estudantes à Produção e a Democratização do saber e o papel da BNCC nesse processo, sobretudo, compreendendo a mesma como Artefato Cultural.

O objetivo principal deste artigo é externar algumas indagações que tem nos acometido nos últimos meses referente à nossa pesquisa em torno da BNCC e suas versões. Assim, nosso intuito não é fechar um pensamento referente à BNCC - se ela está ou não fazendo algo positivo ou negativo -, mas sim o de levantar questões para que, juntos, possamos pensar sobre o papel que tal documento está ocupando na sociedade

¹ Egressa do curso de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, orientada pelo Doutor Rui A. N. Fernandes. Conclusão em 2021, com a dissertação: “A BNCC e a definição de um currículo para a disciplina história: Análise das três versões da BNCC e a história a ser ensinada nos anos finais do Ensino Fundamental”.

² A terceira versão foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em dezembro de 2017, sem a parte que se destina ao Ensino Médio. No entanto, vale esclarecer também que a versão que está em vigor – em 2022 – no Sistema Educacional Brasileiro, foi àquela aprovada em 2018 pelo mesmo órgão, com o Ensino Médio incluído, ou seja, poderíamos dizer que a versão de 2018 é a “quarta versão” e vigora até os dias atuais.

brasileira por meio da Educação, ou, sobre quais papéis estão dando ao mesmo documento para que atue na nossa sociedade. Desta maneira, no afã de dar continuidade à nossa pesquisa de mestrado e também pelo fato de estarmos restritos às limitações deste artigo, partimos para a questão do que entendemos como Democracia, para chegarmos ao termo Democratização (do Saber/do Conhecimento pela BNCC).

Para tanto, voltemos um pouco no tempo para explicitar brevemente que, com a emergência da política na Grécia Antiga, por volta do VI século antes da era comum (a.e.c), a democracia de igual forma emerge, conceito esse que entra em desagregação no decorrer da História Ocidental, sobretudo após o período da Antiguidade, até reemergir por volta do século XVIII³, tomando força como democracia liberal no século XIX⁴ e como democracia social no século XX⁵.

Nesse momento, vamos nos aprofundar um pouco na questão da democracia ateniense para compreendermos o sentido de democracia que temos nos dias de hoje, especialmente no Brasil, é um tipo de democracia totalmente estanque daquele vivenciado na Grécia Antiga, além de nos auxiliar na questão da produção e da democratização do saber mediante a BNCC na qual este artigo se propõe.

A democracia não foi produto de um só homem e, algumas vezes, foi interrompida (especialmente nas revoluções oligárquicas), porém restaurada logo em seguida graças à “ação popular”. Seus principais arquitetos foram, sem dúvida, Sólon, Clístenes, Efiltes e Péricles (SOUZA, 2002, p. 154). Instaurada na Grécia Clássica, a democracia ateniense ganhou forma durante o governo de Clístenes que, entre 508 a 507 a.e.c., empregou uma série de reformas político-administrativas estabelecendo os pilares de uma forma de governo, que seria resgatada nos séculos XVII, XVIII e XIX como substrato para as democracias modernas (BAPTISTA, 2014, p. 6).

A democracia ateniense (no grego: δημοκρατία, leia-se: *demokratía*) dava-se de forma direta, contudo, envolvia pequena parcela da população. De acordo com Neyde

³ O século das Luzes - em especial - com o advento do Iluminismo, ascensão do Liberalismo e a Revolução Francesa (CAMBI, 1999, p. 198 e p. 324; HOBBSAWM, 1977; KARNAL, 2006, p.140-142).

⁴ Marcado – principalmente - pelo florescimento dos Estados-Nação na Europa impulsionando grandes movimentos europeus como a Revolução Industrial, e pela independência das colônias europeias na América Latina (HOBBSAWM, 2002; HOBBSAWM, 1990).

⁵ Conhecido como “O Breve Século XX” (HOBBSAWM, 1995) foi um século marcado pela Grande Depressão dos EUA, pelas Grandes Guerras, incluindo a Guerra Fria, a independência das colônias europeias na África e Ásia, a Globalização entre outros eventos.

Thelm, podiam participar somente os cidadãos homens livres (*eleutheroi*), e com direitos políticos (pois estes poderiam ser perdidos), nascidos em Atenas, maiores de 30 anos e filhos de pai ateniense (THELM, 1980, p. 38), e, a partir de 451 a.e.c., passaram a exigir a participação daqueles que comprovarem serem filhos de pai e mãe atenienses. Além disso, ainda precisavam ser reconhecidos pela *fratria*⁶ de seu pai e inscritos nos registros cívicos do *demós*, bem como estarem quites com as obrigações militares. Tinham como direito à participação política, a propriedade da terra e a defesa do território cívico (GUIMARÃES, 2012, p. 102). Aos que não possuíam cidadania política, como escravos, mulheres e estrangeiros, esses direitos eram inacessíveis. Estima-se que cerca de 10% da população ateniense eram compostas por cidadãos, o que, para época, era considerado um número relativamente alto. A liberdade e a igualdade constituíram a essência dessa democracia expressa através de três princípios básicos: isocracia⁷, isonomia⁸ e isegoria⁹.

Conforme Ferreira, a isegoria, a isonomia e a isocracia eram traços fundamentais do regime democrático ateniense além de privilegiarem o convívio e a manutenção da vida em comum, pois os atenienses viviam para a comunidade¹⁰. Todos tinham o direito à palavra, a igualdade perante a lei, e a igual participação no exercício do poder (FERREIRA, 1989, p. 171 *apud* BAPTISTA, 2014, p. 15). Essa igualdade era dada, pois todos os membros do corpo político ateniense eram livres e, por isso, considerados iguais entre si. Como Fábio Lessa nos aponta, Aristóteles, no século IV a.e.c., afirma que “a liberdade é o princípio da prática democrática”, ou seja, a liberdade é o preceito que determina a igualdade (LESSA, 2008, p. 61).

⁶ A disputa pelos *Genos* (a base das comunidades gentilícias — na qual um ajuda o outro na produção e na colheita) gerou a formação das *fratrias*, logo a igualdade social presente no período pré-homérico deixou de existir, havendo então desigualdade social entre as tribos. Contestando assim 3 grupos oficiais: os *Eupátridas*, os *Georgois* e os *Thetais* (THELM, 1980, p. 39).

⁷ Uma *isocracia* é uma forma de governo em que todos os cidadãos têm igual poder político. O termo deriva do grego antigo ἴσος, que significa "igual" e κρατεῖν, que significa "ter poder" ou "governar" (FERREIRA, 1989, p. 171 *apud* BAPTISTA, 2014, p. 15).

⁸ O princípio da igualdade ou da *isonomia* provavelmente tenha sido utilizado em Atenas, na Grécia antiga, cerca de 508 a.C. por Clístenes, o pai da democracia ateniense (Idem).

⁹ *Isegoria* (do grego: ἰσηγορία) é um conceito oriundo da democracia grega. Consiste no princípio de igualdade do direito de manifestação na *eclesia*, na assembleia dos cidadãos, onde se discutiam os assuntos da *pólis*. A todos os participantes era dado o mesmo tempo para falar sem ser interrompido (Idem).

¹⁰ Sartori nos lembra que “a *pólis* era uma cidade-comunidade, uma *koinonía*. *Pólis* é melhor traduzida como “cidade” e quando é referida a “cidade-estado” não deve ser compreendida como a concepção moderna de Estado, a qual pressupõe uma unidade política soberana que se impõe sobre uma sociedade, regida por uma constituição (SARTORI, 1994, p. 35)

Corroborando com Fábio Lessa, Neyde Thelm e Robert Dahl, Giovanni Sartori menciona o ideal de democracia esperada pelos homens modernos não é a mesma dos gregos, principalmente em se tratando da relação ao uso do conceito no cotidiano e na ênfase dada pelos gregos em viver em função da comunidade e para a comunidade (SARTORI, 1994, p. 38; LESSA, 2008; THELM, 1980; DAHL, 2001, p. 20-22).

Posto isto, percebemos o quão longe estamos da ideia de democracia ateniense, não que a deles ou a nossa forma de democracia é ou não a maneira correta, mas compartilho nossa preocupação em relação ao individualismo praticado em nossa sociedade que, muitas vezes, é exacerbada. Para tanto, vale a observação de Robert Dahl de que a “democracia tem significados diferentes para povos diferentes em diferentes tempos e diferentes lugares” (DAHL, 2001, p. 13).

Desta forma, podemos perceber que, ao longo do tempo, o conceito e o exercício da democracia se transformaram e se ressignificam discursivamente conforme os mais variados eventos sejam eles históricos, políticos, econômicos e/ou sociais, os quais tomaram por base os escritos da Antiguidade. No entanto, eles também influenciaram e influenciam as tomadas de decisões pelo mundo, tais como as discussões atuais sobre uma possível *desglobalização* mundial, em certa medida - visto que não mais conseguimos viver como antes da Globalização, singularmente em se tratando da internet -, frente às consequências da pandemia de Covid 19, a crise climática e, sobretudo, relativa à guerra da Rússia contra a Ucrânia.

Tomando como referência o exposto, resgatamos a pergunta norteadora deste ensaio: A BNCC permite acesso à Produção e a Democratização do Conhecimento? No intuito de aprimorar nossas reflexões sobre tal indagação, em particular sobre a BNCC democratizar o conhecimento, começamos este estudo reflexivo relembando que o termo democracia da qual temos conhecimento é o resultado de inúmeros processos de apropriações e ressignificações discursivas baseadas nos registros da Antiguidade. Neste momento, iremos continuar tais reflexões, a partir do próprio documento e suas versões - aquelas aprovadas em 2015, 2016, 2017 e 2018 respectivamente -, e das pesquisas feitas sobre o mesmo tema, tendo como aporte teórico-metodológico a abordagem do “Ciclo de Políticas” e pelo Levantamento Bibliográfico Qualitativo e Documental.

Assim, podemos nos fazer outras perguntas para dar continuidade ao nosso exercício reflexivo: a BNCC foi elaborada democraticamente? Ela incentiva democraticamente a produção do conhecimento dentro e fora das instituições educacionais do país? Esse conhecimento produzido é socializado de forma democrática por ela?

Em nossa pesquisa para a dissertação buscamos evidenciar que a BNCC foi pensada e legitimada por Leis, Diretrizes e Planos Educacionais Brasileiros¹¹ antes da aprovação de sua primeira versão em 2015. Ao tratar de refletir a partir das perguntas feitas neste artigo, enfatizando a ideia de democracia que dispomos e aplicando-a no âmbito educacional brasileiro, podemos salientar as prerrogativas de Vivian Rodrigues quanto aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que em seus documentos introdutórios, é anunciado por meio das diretrizes curriculares, que a educação deve ser democrática e participativa para que se construa uma educação para a cidadania, ou seja, o que está em debate é a “função social da escola propondo reflexões acerca da aprendizagem e seu processo” (RODRIGUES, 2016, p. 60).

Pensando numa educação democrática que almejamos para nosso sistema educacional - contendo a função social prática (que não fique no plano teórico apenas) e que proponha um diálogo efetivo em torno da aprendizagem e de seu processo para com a comunidade da qual a escola estiver inserida, em qualquer lugar do território brasileiro -, nos faz pensar que esse conhecimento deve ser para qualquer pessoa que o deseje. É pensar que a padronização do ensino está, no mínimo, na contramão de uma educação emancipadora tal como os moldes de Paulo Freire (1971).

Refletindo a respeito dessa padronização, trazemos as colaborações de Vanessa Costa (2018, p. 110) quando denuncia que, para o PNE, a BNCC não é uma meta a ser alcançada, mas sim uma estratégia para que atinja as metas relacionadas à universalização do ensino fundamental (metas 2 e 3); para a avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica [IDEB¹²] (meta 7); para a formação de professores (meta 15).

¹¹ Constituição Federal do Brasil de 1988; em 1996 - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96); Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de 1997 – 2000; Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNGEB ou apenas DCN's) em 2010; Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014.

¹² Foi formulado para medir a qualidade do aprendizado, em nível nacional, e estabelecer metas para a educação, sendo o resultado da combinação entre o fluxo escolar e o desempenho dos alunos nos exames nacionais (Santos e Croce, 2016, p. 9).

Nestes pensamentos, tal como Costa (2018), inferimos que o PNE (2014-2024) materializou a ideia de se ter um Currículo Comum Nacional - sendo pensado desde muito antes de 2015 – ano que se aprovou a versão preliminar da BNCC -, sob o “discurso predominante baseado na mercantilização da educação de que, a construção de uma base comum do currículo -, fosse a salvação da educação brasileira”. Porém, a “percepção e prática de tal discurso na elaboração do mesmo” [Currículo Comum] "padronizar o ensino sob a promessa de universalizar-lo" (SANTOS e COELHO, 2017, p.12 *apud* LAVINAS, 2021, p. 31, com adaptações).

Nestes termos, a respeito das políticas educacionais, tais como a BNCC, em serem um instrumento de universalização do ensino, é primordial mostrar o que Elizabeth Macedo (2013, 2015) nos auxilia ao dizer que o ensino deve ser individual e universal e não padronizado, pois “todos” (universal) perdem a diferença (individual) ao serem integrados na promessa do “todos como um” (padronização). A mesma autora também nos mostra (MACEDO, 2013, 2014, 2015) que a BNCC possui metas mensuráveis focadas em resultados, sobretudo, por conta das influências das redes público-privadas, como os Organismos Internacionais¹³, no intuito de controlar e direcionar os discursos dos professores e profissionais da educação para a lógica do mercado financeiro ligado à eficiência e eficácia.

Entendendo a BNCC como base – de acordo com alguns autores¹⁴, para a elaboração de seus respectivos projetos políticos pedagógicos e, conseqüentemente, seus currículos, sejam para as instituições educacionais públicas ou privadas -, também como um “currículo comum” para o Brasil – conforme outros autores¹⁵ -, sublinhamos o

¹³ Tais como: UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Os quatro pilares da Educação são conceitos de fundamento da educação baseados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenado por Jacques Delors. São eles: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser); OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico); PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) sendo que, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), é responsável pela aplicação do Pisa no Brasil; entre outros – Para maiores esclarecimentos, ver: RODRIGUES, 2016, p. 42 et. seq.

¹⁴ Tais como: Garcia Neira, Alviano Júnior e Ferreira de Almeida (2016), Fernandes da Silva Júnior (2016) e Santos e Coelho (2017), etc.

¹⁵ Partindo dos argumentos trazidos por ARROYO, 2011; MOREIRA e CANDAU, 2007; MOREIRA, 2013; entre outros.

conceito de “artefato cultural”, que é o currículo prescrito¹⁶, enfatizado por Ivor Goodson (ANJOS, 2013, p. 284; CARDOSO, 2007, p. 3; GOODSON, 1995, p. 78).

Compartilhando com tais pensamentos, Santos e Croce nos alertam que, a partir do momento que o autor da BNCC, particularmente das duas primeiras versões, denota “que se o desejo da base [...] é de formar sujeitos conforme as necessidades da sociedade, então, podemos entendê-la como currículo” (SANTOS e CROCE, 2016, p. 11).

Posto isto, percebemos que a BNCC e suas versões são a representatividade do currículo prescrito e do *artefato cultural* defendido por Goodson - uma vez que é socialmente construído, portanto não é neutro podendo sofrer modificações -, além de ser usado para atender a vários interesses e/ou até mesmo almejar a construir um ambiente democrático e reflexivo para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos e alunas como sujeitos críticos e autônomos dentro e fora do ambiente escolar. E como tal, a BNCC é constituída por disciplinas escolares, como por exemplo, o Componente Curricular História.

Como *artefato cultural* a BNCC sofreu inúmeras influências tanto no quesito do contexto de sua elaboração quanto em relação à produção de seu texto e de sua aprovação, o que nos explica o porquê de termos tido várias versões do mesmo documento até sua aprovação final em 2018, quando se incluiu a parte que se destinava ao Ensino Médio sob a “aprovação” do Conselho Nacional da Educação (CNE).

Seguindo o assunto da “aprovação” do CNE da versão em vigor da BNCC, Vanessa Costa denuncia, assim como as demais versões anteriores ao ano de 2018, a maneira “aligeirada” de como todo o processo da elaboração da BNCC foi feita “dentro de um cenário de dissensos entre a sociedade em geral e os membros do CNE” (COSTA, 2018, p. 131). Ainda acrescenta que, ao término desse processo “aligeirado” de elaboração do documento e das audiências “públicas” para discussão e sugestões de propostas, a versão final do mesmo chega ao CNE. Continuando, Costa deixa claro que

¹⁶ Currículo Prescrito: é aquele que define seus próprios conteúdos, que obedecem as determinações que procedem do fato de ser um objeto regulado por instâncias políticas e administrativas Podemos citar que currículo prescrito é um currículo igual para todos, elaborado para que o professor simplesmente pegue pronto, execute como foi elaborado [grifo nosso] (MOREIRA e CANDAU, 2007, p. 18).

houve a eleição de uma “Comissão Bicameral¹⁷ para acompanhar os debates sobre a BNCC”, de 2018, “e emitir parecer conclusivo acerca da proposta a ser recebida pelo CNE”. As conselheiras entraram com um processo com pedido de vistas das minutas que versavam sobre o parecer e a resolução sobre a aprovação do documento em dezembro de 2017 (COSTA, 2018, p. 131).

Diante das análises feitas por essa comissão às minutas, desde a versão preliminar da BNCC até a versão de 2018 - com a inclusão do Ensino Médio, principalmente em relação a esta última versão -, as conselheiras demonstraram suas posições contrárias à aprovação do parecer alegando, entre outras coisas, que a BNCC apresentava “incompletude e limitações e, portanto, havia a necessidade de se ampliar o diálogo democrático” (COSTA, 2018, p. 131) para assegurar a qualidade social da educação básica no Brasil, além de enfatizarem a pressa em aprová-la:

Importante ressaltar que o documento base, contendo 8 (oito) anexos, utilizado pelos Conselheiros Relatores para emissão do Parecer e da Resolução, só foi enviado aos membros do Colegiado no dia 29 de novembro de 2017, via Secretaria Executiva do CNE. Este fato, aliado à necessidade de análise detida do referido material, foi amplamente sinalizado na reunião de dezembro, tendo sido destacado, inclusive, a falta de tempo para leitura atenta dos documentos. Nas reuniões da Comissão Bicameral no mês de dezembro foram apresentadas pelo MEC as inclusões feitas na BNCC pelo Comitê Gestor e suas equipes, segmentadas por componente curricular, de forma individualizada e oralmente. Não foram apresentadas justificativas por escrito para a não inclusão de contribuições ocorridas nas audiências públicas e mesmo as apresentadas pelo CNE. Mais uma vez, é fundamental assinalar os limites da referida tramitação da matéria. No momento da apresentação, o MEC ainda recebeu contribuições de Conselheiros e Conselheiras e se comprometeu a incluir algumas delas no documento da BNCC. Este processo não permitiu uma análise pormenorizada das inclusões, por parte da Comissão e do CNE, como requer a matéria, sobretudo, se considerarmos a substantiva contribuição advinda das audiências públicas” (Pedido de Vista, 2017, p. 35 *apud* COSTA, 2018, p. 131).

Vale ressaltar que, mesmo com essas argumentações contrárias à aprovação da BNCC, o CNE não as considerou e aprovou a BNCC-EM no final de 2017 sendo homologada em 2018.

¹⁷ Composta pelas conselheiras Márcia Ângela da Silva Aguiar (presidente da comissão), Aurina Oliveira Santana e Malvina Tuttmann. Para maiores esclarecimentos ver: Portaria CNE/CP nº 11/2014, Minuta de Parecer e Projeto de Resolução que trata da BNCC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78251-minuta-parecer-projeto-resolucao-que-trata-bncc-2-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 23/05/2019.

Corroborando com Vanessa Costa, destacamos os argumentos de Fabrício Gomes quando este diz que houve uma pressa em aprovar a BNCC para, acima de tudo, atender aos interesses neoliberais (GOMES, 2018, p. 258).

(...) a definição aligeirada de um currículo da educação básica, em menos de quatro anos, com debates oficialmente direcionados e pouco participativos, que está definindo todas as demais políticas no campo da educação no País, de forma fragmentada e assistemática. Tudo gira em torno da BNCC!

(...) No conjunto, as reformas aceleradas, sobretudo, a partir de 2016, atendem aos interesses do capital privado, seja pela fragilização das relações de trabalho, em especial da representação sindical; pelo esvaziamento do currículo do ensino médio, com objetivo explícito de formar mão de obra com competências tecnicistas, habilidades específicas e adequadas às demandas momentâneas e fluídas do mercado” (KUENZER, 2017 *apud* GOMES, 2018, p. 258).

Esses apontamentos vêm de encontro com o que defendemos em nossa dissertação de que as reformas educacionais no Brasil tem sido instrumento da lógica econômica neoliberal e a BNCC não fica fora dessa constatação. Em relação à última versão aprovada pelo CNE em dezembro de 2017 (homologada em 2018), porque dentre as demais versões apontadas neste trabalho foi à única posta em prática, ela delimita e restringe o direito ao conhecimento em sua globalidade, pois se reduz ao direito de aprendizagem voltada para a formação de *indivíduos com competências para disputar uma vaga no mercado de trabalho e se submeter à intensificação e à precarização do trabalho* (FILIPE, SILVA e COSTA, 2021; LAVAL, 2004).

Concordando com essa assertiva, Jane Bittencourt (2017), Vanessa Costa (2018) e Costa e Silva (2019) também apontam que essas dez “Competências Gerais” presentes na BNCC são estratégias mercadológicas neoliberais, pois visam à avaliação da aprendizagem – o resultado – e não o processo dessa aprendizagem se contrapondo à valorização da qualificação, ou seja, as Competências não valorizam o processo da produção do conhecimento.

Na chave dessa reflexão, trazemos as considerações de Tomasz Skudlarek, especialmente, relativo “à forte ligação entre o discurso da educação e o da economia” que resulta na “*descoberta* da cultura e da educação como fatores de crescimento econômico” produzindo “uma metáfora poderosa: *capital humano*¹⁸” (SKUDLAREK,

¹⁸ De acordo com Shultz, Tomasz explica, o significado original dessa metáfora se refere às habilidades e informações que possuem valor econômico (SHULTZ, 1981 *apud* SKUDLAREK, 2013, p. 81).

2013, p. 81). Reiterando, Christian Laval nos indica que, para a “OCDE, o capital humano reuniria os conhecimentos, as qualificações, as competências e as características individuais que facilitam a criação do bem-estar pessoal e econômico” (LAVAL, 2003, p. 25)

Assim, com a auxílio de Whitty, inferimos que, “se a educação é importante para os negócios, então ela deve ser dirigida como uma agência” [o que infelizmente tem acontecido nos últimos anos e o que nos indigna profundamente] (WHITTY, 1997 *apud* SKUDLAREK, 2013, p. 82). Nestes termos lembramos e devemos dizer em alta voz o título do livro de Laval (2003): “A Escola não é uma empresa [!]”.

Retomando a questão da teoria do capital humano, talvez como oponente, continua Tomasz, outra teoria emerge como a consequência produzida pela teoria do capital humano, a “do capital *social*, em que são os vínculos sociais e a coesão em vez das habilidades e do conhecimento que são economicamente avaliados” (SKUDLAREK, *op. cit.*).

Nesta linha de raciocínio, Christian Laval nos acrescenta que, “a competência está estreitamente conectada com a exigência de eficácia e de flexibilidade solicitada aos trabalhadores na ‘sociedade da informação’” (LAVAL, 2003, p. 55). Concordando com Laval e acrescentando-o, Tomasz sublinha que, na lógica do neoliberalismo, a concorrência é uma precondição óbvia da eficiência (SKUDLAREK, 2013, p. 83). Desta forma, “escolas concorrentes precisam de bons resultados finais para provar que produzem os seres humanos desejados” [pelo mercado]. Assim, “a *condição de igualdade* da educação moderna é abandonada” fazendo com que todo o sistema educacional volte ao “estágio do tempo das escolas segregadas” (Idem).

Seguindo por essa lógica, onde o conhecimento é produzido visando dinheiro para que possa ser investido em outras produções de conhecimento, o que aumenta a competição e, conseqüentemente há o aumento da eficiência, emerge, portanto um novo tipo de capital, o “capital do conhecimento” (SKUDLAREK, 2013, p. 84-85). Nesse ponto, o autor aponta para uma interessante sugestão dizendo que urge se reestruturar a sociedade, preocupando-se de como ela está estruturada em alinhamento com sua propriedade e exclusões de tal modo que se torne uma sociedade do conhecimento capaz de traduzir a economia em estruturas sociais e culturais (SKUDLAREK, 2013, p. 86).

Ainda, assevera Tomasz, que no contexto construído em torno do capital do conhecimento, o diploma – as credenciais de escolaridade mediante a sociedade neoliberal - adquire valor e a forma de marcador do status social. Conforme essa perspectiva, “o valor do diploma decide o nível de renda e, *consequentemente*, como gostamos de pensar, o lugar que a pessoa assume na estrutura social” (SKUDLAREK, 2013, p. 92).

A partir dessa argumentação perguntamos: qual o papel da BNCC nesse contexto? Pelo que nos foi exposto pelos autores supracitados, ela permite acesso à Produção e a Democratização do Conhecimento? Para a BNCC ser de fato democrática, ela deveria ter sido elaborada às pressas e colocada em prática mesmo sem a aprovação daqueles que deverão utilizá-las? A produção do conhecimento será fomentada pela BNCC ao substituir a valorização da aprendizagem por uma educação a partir de competências?

Por hora, deixamos aqui o que está escrito no preâmbulo da nossa Constituição, pois ela foi o documento que, de acordo com a própria BNCC, deu o primeiro passo para sua legitimação:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, Preâmbulo).

Entretanto, fica outra pergunta: a BNCC caminha na mesma direção que sua “precursora”?

Referências

BNCC. Proposta Preliminar. Minis. da Edu.. 1ª Versão Revista. Abril 2015. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/#/site/inicio> - Acesso em: 25 de julho de 2018.

BNCC. Proposta Preliminar. Minis. da Edu.. 2ª Versão Revista. Abril 2016. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/#/site/inicio> - Acesso em: 02 de julho de 2018.

BNCC. Proposta Preliminar. Minis. da Edu.. 3ª Versão Revista. dez 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77960-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017_df&Itemid=30192 - Acesso em: 02 de julho de 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm - Acesso em: 20 dez. 2018.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G.. *Dicionário de Política I*. Trad.: Carmen C, Varriale et all.; Coord. trad.: João Ferreira; Rev. Geral: João F. e Luis G. P. C.. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., Vol. 1, 1998. p. 319-329.

FINLEY, Moses I. *A Economia Antiga*. Porto: Ed. Afrontamento, 1986.

_____. *Os Gregos Antigos*. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. *Democracia antiga e moderna*. Trad. de Waldéa Barcellos, Sandra Bedran. RJ: Edições Graal Ltda, 1988.

GUIMARÃES, Laercio D.; VIEIRA, Ana L. Bomfim. *O Ideal de cidadania na sociedade da Atenas Clássica*. Revista Mundo Antigo, ano I, v. 1, n. 2, dezembro 2012.

COSTA, Vanessa do S. S. da. *Base Nacional Comum Curricular como política de regulação do currículo, da dimensão global ao local: o que pensam os professores?* 2018. 185 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, PUC/SP, SP, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21910> - Acesso em: 18/08/2020.

SZKUDLAREK, Tomasz. *Significantes vazios, educação e políticas*. In: TURA, Maria de L. R. e GARCIA, Maria M. A. (Orgs). *Currículo, Políticas e Ação Docente*. RJ: EdUERJ, 2013.

Caxias Magazine: imprensa, educação e eleições municipais em 1985

Eliana Santos da Silva Laurentino¹
Doutora em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista - FAPERJ

Primeiras considerações:

O presente texto é um desdobramento de minha tese cujo título é: Tensões e conciliações: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008). O objetivo geral do trabalho foi analisar as dimensões de poder da produção do conhecimento a partir da criação de um Instituto Histórico, considerando os interesses políticos dos intelectuais nas obras, o impacto no desenvolvimento de pesquisas com foco na História Local e a divulgação das produções, em uma perspectiva de escala (REVEL, 1998). Especificamente nesse texto será abordado parte do último capítulo, sobre o papel da “Caxias Magazine: ‘a Revista da Nova Cidade’”, discutindo suas principais ideias e argumentos.

O Instituto Histórico em Duque de Caxias foi criado, vinculado à Câmara Municipal, em 1971, no contexto do enquadramento do município como Área de Segurança Nacional, durante o período da ditadura militar no Brasil. Com a abertura política, em 1985, o instituto histórico atravessou momentos de transições e somente por meio da criação de uma Associação de Amigos do Instituto Histórico (ASAMIH), em 2001, promoveu um encontro geracional entre os membros em defesa do acervo e da manutenção do espaço, que resultou, em 2008, em sua transformação em ponto de cultura por meio de um projeto estadual.

A análise da Caxias Magazine permitiu identificar que a chegada dos agentes na ASAMIH e o encontro geracional dos membros estão atravessados por práticas e ações realizadas muito antes da criação da associação. As ações de estímulo à pesquisa ao acervo do Instituto Histórico, a criação de uma Revista especializada, Revista Pilares da História, e o esforço de direcionar mecanismos de legitimação da instituição e sua importância para o fortalecimento de uma identidade territorial, é antecedida por práticas

¹ Aluna egressa do doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientador prof. Dr. Rui Aniceto Fernandes. Egresso no ano: 2021. Título da tese: Tensões e conciliações: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008).

de memórias, como a revista *Caxias Magazine*, que operou com a intencionalidade pedagógica para o desenvolvimento de uma consciência histórica.

Jörn Rüsen (2010), em *Funções do saber histórico*, destaca que o aprendizado histórico está presente em diferentes espaços, e não é exclusividade da escola, mas uma atividade da consciência histórica que fornece uma ampliação do passado humano, ao produzir experiência do passado, com o aumento de competências que possibilitem uma interpretação histórica dessa experiência. Para Rüsen (2010, p. 110), a cultura histórica seria a parte operante da consciência histórica. Nesse sentido, as diferentes práticas e usos do passado são fundamentais para a compreensão da historiografia sobre o local e os incentivos às novas pesquisas.

A revista *Caxias Magazine*, fundada em 1984, por Carlos de Sá Bezerra, contribuiu para a consciência histórica da região, no sentido de fortalecimento de símbolos identitários e do direcionamento de políticas de memória, ao articular o lembrar e o esquecer nas comemorações da cidade, dentro de uma perspectiva do que poderíamos chamar, na atualidade, de história pública.

Assim, por meio de algumas matérias das primeiras edições da *Caxias Magazine* foi possível identificar como os textos sobre a história da região estavam contidos em um periódico voltado ao público amplo e como a revista operou com a intencionalidade pedagógica para o desenvolvimento de uma consciência histórica. Tal prática foi presente nas edições da revista, com destaque para o ano de 1985, quando ocorreu um movimento para a eleição local. Isso reforçou as disputas diante da oportunidade do município de Duque de Caxias escolher o prefeito, depois de sair da condição de Área de Segurança Nacional.

Nesse sentido, cabe apresentar como os movimentos que promoveram o direcionamento de produções e práticas sobre a História Local, com uma perspectiva alinhada a profissionalização do campo, são parte de um processo de sedimentação, tensões e conciliações de práticas históricas distintas, herdeira das ações desenvolvidas na *Revista Caxias Magazine*.

Tempo de comemorar: “uma cidade com meio século de existência”

O amazonense Carlos de Sá Bezerra trabalhou no *Diário Carioca*, foi correspondente do *Correio Sindical* de São Paulo e repórter da *TV Continental*. Depois de 15 anos na revista *Cidade e Municípios*, registrou, no primeiro editorial da revista

Caxias Magazine, a motivação para escolher Duque de Caxias: a crença na “capacidade de suas forças produtoras” e a expectativa de ascensão da cidade, considerando a realização de uma “profunda análise” de seu crescimento econômico e social (BEZERRA, 1984, p. 1).

A revista Caxias Magazine, voltada para o grande público, apresentou reportagens que possuíam registros com referências de símbolos de identidade da cidade, especialmente, do Duque de Caxias como o pacificador de uma população migrante e trabalhadora, além de recuperar referências históricas à política local, como a figura de Tenório Cavalcanti, uma liderança política polêmica no território. Esses símbolos de síntese de uma história da cidade foram mais marcantes em datas comemorativas, com o objetivo de construir ou de solidificar memórias de um passado da cidade.

Como afirma Rodrigo Bonaldo (2014), existem formas distintas de compor a memória coletiva, e os momentos de comemoração são muito propícios para os registros e a consolidação de identidades. Autor do texto “Um fardo do presente? O jornalista entre a história e a memória”, Bonaldo (2014) recupera um debate sobre o papel da memória e seu distanciamento do universo acadêmico, com uma abordagem que contribui para o entendimento da minha leitura sobre o uso constante nos periódicos locais de textos históricos, que, nos primeiros anos, são produzidos no formato de reportagens e, depois, também aparecem no formato de uma coluna, chamada de “História” ou de “Histórico”.

Desse modo, consideramos que o uso do passado não é uma exclusividade do historiador, e que a aplicabilidade dos registros com perfil histórico foi uma marca das publicações da editora Bel-Bezerra, expressa nos 10 primeiros anos da revista. No editorial da revista de agosto de 1985, na edição de comemoração de um ano, Sá Bezerra, além de apresentar uma visão sobre a cidade e quais seriam seus representantes – os nordestinos e os migrantes de maneira geral – também recordou matérias que registraram momentos comemorativos de Duque de Caxias e a imagem de “cidade-dormitório”², que deveria, segundo ele, ser superada.

O editor lembrou a matéria que a revista Cidades e Municípios realizou, em 1983, sobre os 40 anos de emancipação político-administrativa da cidade e reafirmou que “a nossa querida Duque de Caxias dentro de mais três ou quatro anos deixará de ser ‘ainda uma cidade-dormitório’” (BEZERRA, 1985, p. 1). O recurso de ativar memórias nas

² Sobre a ideia de cidade dormitório. Ver a tese de Costa (2009).

práticas correntes da revista e, principalmente, seja nas comemorações do periódico ou nos festejos de 25 de agosto, dia do patrono da cidade, foi frequente.

Na mesma edição comemorativa de um ano da revista foram registradas cinco páginas com informações de nascimento e feitos sobre o Duque de Caxias, entre imagens e referência aos textos publicados em outras edições, como a citação da edição de fevereiro do mesmo ano, que dizia que: “Luiz Alves de Lima, como gostava de assinar, teve ao longo de sua vida toda uma trajetória de heroísmo, habilidade política e democrática” (LUÍS ALVES..., 1985, p. 9).

A matéria sobre o patrono fecha o conjunto de textos da edição dos eventos comemorativos do 25 de agosto. O primeiro texto foi sobre a Câmara Municipal de Duque de Caxias (CMDC), “Assim funciona a nossa câmara”, seguido da reportagem sobre o instituto, “O Instituto e a nossa história”; e o fechamento, com a matéria sobre o Duque de Caxias, “Luís Alves, o Guerreiro gentil”.

O interesse pela “nossa história” foi expresso nas páginas da revista, que manteve um registro contínuo de matérias com perfil histórico, e passou a compor coluna específica, mas sem uma produção contínua e sem identificação autoral. De acordo com Beatriz Sarlo (2007, p. 13), “as histórias não acadêmicas, dirigidas ao público formado por não-especialistas, pressupõem sempre uma síntese”. Assim, a produção realizada pela revista, com o objetivo histórico, cumpria um papel de informar como “surgiu o povoado”, de apresentar Caxias à população e de comemorar o presente, ao passo que pauta os rumos e o futuro da cidade.

Caxias Magazine: “Revista da Nova Cidade”

Com esse discurso de valorização, que destaca o crescimento socioeconômico, Carlos de Sá Bezerra, considerava que a Caxias Magazine era a “Revista da Nova Cidade”, e que estava “predestinada a tornar-se o maior município de nosso Estado” (BEZERRA, 1984, p. 1). Ao reforçar um vínculo com a “comunidade caxiense” e sem “compromissos com grupos ou partidos políticos”, o editor destacou o coquetel de lançamento, realizado na Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias, “superou as expectativas”, por conta da “qualidade representativa dos vários segmentos da sociedade” (BEZERRA, 1984, p. 1).

Na matéria “Solenidade e coquetel marcam o lançamento de CAXIAS MAGAZINE” Sá registrou, de modo geral, os representantes presentes, como: “comerciantes, industriais, executivos e educadores, jornalistas, políticos e gente do

povo”, e não omitiu a insatisfação com a ausência do prefeito, ao dizer “[...] lamentamos a ausência do Prefeito Hydekel Freitas que não se dignou mandar um representante nem sequer acusar o recebimento do convite que lhe enviamos” (SOLENIDADE..., 1984, p. 14).

Desde o lançamento, a revista apresentou seus interesses econômicos, a necessidade de anunciantes, e fez questão de se posicionar como uma referência à imprensa local, além de indicar uma pretensa neutralidade política. Contudo, o periódico foi um significativo instrumento de intenções e direcionamentos do jogo de poder local.

A abordagem da imprensa fez parte do campo de disputas sociais inseridas nos processos que se constituíram (CRUZ; PEIXOTO, 2007). As opiniões sobre as demandas locais foram expressas, principalmente, no editorial da revista, mas também em outras matérias, como forma de construção e de divulgação dos interesses locais.

Um exemplo de que a revista mobilizou diferentes grupos políticos foi manifestado na sua própria solenidade de lançamento. O evento foi presidido pelo superintendente da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), o engenheiro Jaime Sartori, e contou com outros nomes conhecidos da intelectualidade local, entre eles: Newton Menezes, Rogério Torres e Barboza Leite; a chefe coordenadora de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Vilma Teixeira de Oliveira; alguns vereadores, como Edvaldo de Souza, que era presidente da Câmara Municipal de Duque de Caxias. A presença das figuras públicas expressa como a aproximação com o meio de comunicação seria fundamental para os passos políticos na cidade, o que foi confirmado com os debates promovidos, por meio de entrevistas, com os principais indicados à eleição de 1985.

Os jornais já eram considerados importantes pelas lideranças conhecidas da política local devido à influência sobre a opinião pública, visto o Luta Democrática, que pertencia Tenório Cavalcanti³, e A Folha de Caxias, de Ruyter Poubel⁴. A revista, com outro formato e periodicidade, se encarregou de potencializar a desejada imparcialidade.

³Tenório Cavalcanti obteve significativa atuação política, e com a criação do jornal Luta Democrática, em 1954, ganhou mais notoriedade. Após o golpe militar, “manteve alguma ligação com os governos posteriores a 1964, inclusive através de seu genro, Hydekel Freitas Lima, deputado federal pelo estado do Rio na legenda governista da Aliança Renovadora Nacional (Arena) entre 1975 e 1982 e, mais tarde, senador entre 1990 e 1995. Em novembro de 1978, participou de uma recepção ao então presidente eleito João Batista de Oliveira Figueiredo, em visita a Duque de Caxias”. Disponível em: <https://www18.fgv.br//cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-tenori> Acesso em: 10/10/2022.

⁴Ruyter Poubel foi eleito vice-prefeito no mandato de Moacyr Rodrigues do Carmo, que era oriundo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e representava a ala trabalhista dentro do partido do MDB (CANTALEJO, 2008).

Ricardo de Brito e Nuno Bessa Moreira (2017, p. 63), preocupados com cruzamento entre a História da Historiografia e a História da Historiografia da Comunicação, destacam que as revistas, como modalidade de imprensa, do ponto de vista das características recorrentes, possuem “os artigos, a orientação editorial (desdobradas em várias peças), a combinação entre texto e imagem e a segmentação dos públicos”. Nesse sentido, os autores lembram que as revistas se diferem dos jornais, quanto à periodicidade e, principalmente, por serem opinativas. Desse modo, identificar como os registros na construção de memórias em revistas direcionadas ao grande público requer, além da crítica à fonte, uma atenção especial do entendimento que suas particularidades, seja o formato, as disposições de imagens, o quantitativo dos conteúdos, a identificação de seção, entre outros.

O editorial da revista, nas edições do primeiro ano, apresentou um esforço de marcar a neutralidade, e fez questão de frisar que não tinha preferências políticas: “nós não temos compromissos com grupos ou partidos políticos [...], tendo compromisso apenas com a Comunidade Caxiense, e, sobretudo com a VERDADE” (BEZERRA, 1984, p. 1, grifo do autor). A revista se propunha entregar mensalmente, de forma avulsa, aos seus assinantes, um conteúdo variado com: “reportagens, entrevistas, artigos e crônicas sobre assuntos diversos, como política, economia, sociedade, cultura, artes, esportes e lazer” (BEZERRA, 1984, p. 1). A proposta era atingir um público mais popular, mas não apenas. Sá Bezerra sabia o quanto as abordagens temáticas contemplavam um público mais “politizado”, e a proximidade da intelectualidade local da revista sinalizava um movimento de apoio, reconhecimentos ou mesmo visibilidade no cenário político.

Não foi possível identificar o alcance da revista, no sentido do volume de tiragem, mas, de acordo com as constantes respostas do editor sobre a receptividade na cidade, consideramos que tinha certa circulação, e isso sugere um reconhecimento, entre os que estavam escrevendo na revista, para uma certa intelectualidade local. Na edição de agosto de 1989, aniversário de cinco anos do periódico, Carlos de Sá Bezerra escreveu uma crônica intitulada “Um pouco de história da CAXIAS MAGAZINE”, e, ao recuperar os apontamentos do editorial de lançamento sobre o desdobramento da revista Cidade e Municípios, também apresentou o crescimento de sua participação na cidade. Pontuou que sempre foi questionado sobre como conseguiu realizar um trabalho tão exitoso, e o discurso do editor é sempre o de alguém desconfiado com o poder local. Para ilustrar isso, conta que foi a um jantar com o vice-prefeito do período, Wilson Gonçalves e, quando

questionado sobre o sucesso e a manutenção da revista, ele diz o que isso representou, ao pontuar que:

[...] senti no ar que aquela pergunta era maliciosa como outras que corriam na cidade, tipo, esse cara é milionário ou testa de ferro de algum político ou econômico? A verdade é que eu era um ilustre desconhecido para a maioria. [...] tenho consciência que o nosso trabalho tem contribuído com as mudanças sociais e política que se processam em nosso município. [...] por causa da minha conduta me colocaram algumas “pechas” como o latifundiário da imprensa, o Roberto Marinho de Caxias (BEZERRA, 1989, p. 3, grifo nosso).

O registro ainda conclui que o trabalho era independente, no esforço de negar alianças partidárias⁵, mas, ao mesmo tempo, sem negar posicionamentos e preferências, que como reconheceu Bezerra, tinha consciência dos impactos sociais e políticos, bem como de seu prestígio local. Sabemos que as matérias avaliativas incluem o interesse de autovalorização, contudo, insistimos que a revista possuía um significativo alcance, considerando os vínculos e os presentes nas edições de comemoração do periódico, principalmente, nos anos iniciais, no contexto da possibilidade do enquadramento da cidade como Área de Segurança Nacional.

O alcance das mensagens na cidade foi fundamental no ano de 1985. Duque de Caxias estava no final do mandato do último prefeito nomeado, Hydekel de Freitas, e às vésperas de iniciar um processo eleitoral, “depois da promessa feita pelo então candidato à Presidência da República Dr. Tancredo Neves, a uma comissão de vereadores dos três municípios considerados e mantidos como Área de Segurança Nacional” (BEZERRA, 1985, p. 1). Para tanto, a revista iniciou uma série, na seção “Entrevistas”, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Entrevistas realizadas por Ariovaldo B. Nascimento

Candidato	Manchete da entrevista	Mês de publicação
Deputado Messias Soares	Messias Soares – o homem da capa branca	Janeiro
Hydekel de Freitas	Hydekel: o último prefeito nomeado?	Fevereiro
Ruyter Poubel	Ruyter Poubel, de vice a prefeito	Março

⁵O volume de anúncios na Revista sugere uma certa autonomia do editor, sem uma dependência direta dos investimentos públicos.

Juberlan de Oliveira	Juberlan de Oliveira – Um caxiense para Duque de Caxias	Maio
Luís Novaes	Luís Novaes, novo nome nos meios políticos	Junho

Fonte: LAURENTINO (2021), a partir da revista Caxias Magazine (jan./jun. 1985).

Apesar de saber que o volume de imagens, a quantidade de páginas e demais dados representam as escolhas e os posicionamentos do periódico, considero que os títulos das matérias já sugerem os favoritismos, especialmente, em relação aos candidatos Ruyter Poubel e Juberlan de Oliveira. Mesmo que os candidatos não estivessem definidos, a revista já apontava para as possíveis alianças e o potencial dos partidos. E assim ocorreu, pois, nos meses seguintes, foram outras definições dos candidatos, como: Poubel foi derrotado na escolha partidária do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), porque o candidato do partido foi Silvério do Espírito Santo (PMDB/ Partido da Frente Liberal). A revista manteve o discurso de que, tanto Juberlan, do PDT, quanto Silvério, do PMDB/PFL, seriam os “franco-favoritos”. Para endossar isso, na crônica “Os prefeitáveis na reta de chegada” constam os nomes de apoio local à cada candidatura. Silvério contava com o apoio de Moacyr do Carmo, “o último prefeito eleito”, além de “políticos de peso considerável, como o Ex-prefeito Américo de Barros, o ex Deputado Federal Peixoto Filho, o Deputado Estadual Messias Soares, o jornalista Ruyter Poubel e o senhor Hydekel de Freitas” (PREFEITÁVEIS..., 1985, p. 5).

O segundo favorito, Juberlan de Oliveira, era o deputado estadual “mais modesto, mas não menos arrojado”. O registro sugere inúmeros feitos do candidato durante o período, e destaca que ele foi secretário de Educação e Cultura do “prefeito Renato Moreira da Fonseca”, bem como os concursos para professores, as inaugurações e duplicações de escolas, e a distribuição de merenda no ensino supletivo. Mesmo com toda campanha para o fim do enquadramento, a matéria não diz que Renato Moreira era um coronel e interventor na cidade (PREFEITÁVEIS..., 1985, p. 5). Além disso, reforçou que Juberlan de Oliveira fez visitas “às regiões mais carentes e afastadas do Centro de Duque de Caxias ‘onde o prefeito Hydekel jamais pisou’, e procurou sensibilizar as bases e as lideranças comunitárias” (PREFEITÁVEIS..., 1985, p. 5). Assim, as disputas eram definidas por nomes conhecidos na política e a revista teve um papel em definir quem era elegível.

Poucos são os que realmente estavam disputando, os demais candidatos são apenas enumerados de forma diminuta, entre eles: Getúlio Gonçalves (PTB), Fernando Machado (PT), Antônio Maninho Reis (PS) e Daniel Eugênio Figueiro (PDC). Além de pontuar outros nomes que estariam apenas “para levantar poeira das pistas [...]”, dizia que “muitos são candidatos de si próprio e (talvez) de seus familiares...” (PREFEITÁVEIS..., 1985, p. 5).

Sob a perspectiva de “uma nova cidade”, a revista foi um instrumento para o direcionamento e a definição do novo prefeito. Juberlan Oliveira foi eleito nas eleições de 15 de novembro de 1985 e a edição de dezembro comemorou a “vitória do povo brasileiro”, com o direito de realizar as eleições na cidade, além de apresentar uma entrevista com o prefeito eleito sob a manchete “Juberlan quer governar com o povo, sem violência, sem rancor e sem ódio”.

No discurso do prefeito, na abertura da entrevista, ele frisou: “a NOSSA VITÓRIA corresponde a quebra de um ciclo político” (JUBERLAN..., 1985, p. 4, grifo do autor). Este seria um novo ciclo para Juberlan, que chamou de “renovador”. Seria este o início da “nova cidade”? Certamente, a “linha de chegada” dos presidenciáveis era a prefeitura, mas o lugar de partida era “a nossa Câmara”.

A referência de “nossa câmara”, “nossa cidade” e “nossa história” foi a base para envolver a população em um projeto comum: a construção de uma nova cidade, sob a promessa de crescimento econômico e social de Duque de Caxias. Assim, a revista foi um canal de registros históricos recorrentes para alimentar um esforço de construção dessa “uma nova cidade”.

Nas colunas “História” e “Histórico”, os textos apresentaram, de maneira direta, assuntos sobre a cidade, que, inicialmente, não contavam com a identificação do autor, mas, a partir de 1994, ficaram sob a responsabilidade de Rogério Torres⁶. De modo geral, a proposta dos textos e das colunas criadas: “História” ou “Histórico”, foi apresentar “as marcas da história” ou um “breve histórico geográfico e cultural”, ou seja, um panorama⁷.

⁶ Rogério Torres nasceu em 1942 no Rio de Janeiro e foi morar no antigo Núcleo Colonial São Bento (Duque de Caxias – RJ) com 10 anos. Formado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Roberto Silveira (IERS) e História pela Universidade Augusto Mota (SUAM), foi professor da rede estadual, membro do Conselho Municipal de Cultura de Duque de Caxias e dos Institutos de São João de Meriti e Nova Iguaçu (MARQUES, 2005). Torres foi um dos fundadores do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB) e está entre os fundadores da ASAMIH. Entre suas publicações estão: “Sonegação, Fome e Saque” de 1987 com coautoria de Newton Menezes e “Caxias de Anticamente” (2011).

⁷ A partir da criação da ASAMIH, em 2001, ocorreu um encontro geracional dessa intelectualidade e dos agentes da Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC) no Instituto Histórico. A criação de uma revista especializada, a Revista Pilares da História, precisou acomodar os diferentes interesses e os modos

Nesse sentido, acontecimentos marcantes da cidade são revisitados, além de pessoas e lugares, como a igreja de Santo Antônio, o patrono, a Folia de Reis, Barboza Leite e Solano Trindade. Além das temáticas específicas, os conteúdos históricos também aparecem nas colunas de cultura e de desenvolvimento, principalmente, nas reportagens, com o objetivo de fortalecer a imagem de neutralidade da revista.

Considerações Finais

A aplicabilidade dos registros com perfil histórico foi uma marca das publicações da editora Bel-Bezerra, expressa nos 10 primeiros anos da revista. A revista, direcionada ao grande público, contribuiu para o fortalecimento de símbolos identitários e no direcionamento de políticas de memória, principalmente em eventos significativos da cidade, como foi o período da eleição do prefeito, em 1985. Assim, a revista foi um canal de registros históricos recorrentes para alimentar um esforço de construção de “uma nova cidade”.

Além das matérias apresentadas nas colunas com recorte histórico, sem identificação dos jornalistas, a edição também contou com outros textos e colunas com foco comemorativo. Desse modo, os textos apresentados na revista e direcionados ao grande público tencionavam falar sobre o futuro, para tanto, a ressignificação das memórias da cidade era frequente.

O papel da revista seria apresentar registros com um balanço da história da cidade, no formato de síntese, apontando para as contribuições de ícones da região e suas relações para a construção nacional, não apenas no sentido de indicar a contribuição do Lugar, mas de atribuir o próprio reconhecimento nacional às referências da cidade, como foi o caso para o patrono da cidade, o Duque de Caxias. Nesse sentido, a Revista Caxias Magazine representa os esforços de muitos agentes na condução dos projetos políticos na região, que, por meio da imprensa e com os usos do passado, promoveram práticas educativas, não formais, para a condução dos interesses em curso.

Referências

ALMEIDA, Tania Amaro. *Trilhas, roteiros e legendas de uma cidade chamada Duque de Caxias: memórias e representações de Francisco Barboza Leite (1950-1990)*. Duque de Caxias: ASAMIH, 2019.

BENTIVOGLIO, J. Revistas de História: objeto privilegiado para estudar a História da Historiografia? In: BENTIVOGLIO, J.; ARRAIS, C. A. (Orgs.). *As revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Editora Milfontes, 2017, p. 7-30.

de escrita. Assim, o esforço de criar bases sólidas sobre “o rigor da pesquisa acadêmica” reconhecia a existência de distintos interesses e a necessidade de concessões.

BONALDO, R. *Um fardo do presente? O jornalista entre a história e a memória*. In: MAGALHÃES, M. et al. (Orgs.). *Ensino de História: usos do passado, memória e mídia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 5.245-5.767.

BRITO, R. de; MOREIRA, N. B. Algumas reflexões teóricas e o caso da Revista de História em Portugal (112-1928). In: BENTIVOGLIO, J.; ARRAIS, C. A. (Orgs.). *As revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Editora Milfontes, 2017, p. 55-80.

CANDAU, J. *Memórias e amnésias coletivas*. IN CANDAU, J. *Antropologia da memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005, p. 83-122.

CANTALEJO, M. H. de S. *O município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. 2008. 183f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica. A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 31-119.

COSTA, P. A. Duque de Caxias (RJ): de cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970. 2009. 339f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa*. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

FERNANDES, R. A. N. *Historiografia e a identidade fluminense. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*. 2009. 272f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LAURENTINO, Eliana S. S. *Tensões e conciliações: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008)*. 2021. 248f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

MARQUES, A. S. *Militantes da cultura em uma área periférica de Duque de Caxias (1950-1980)*. 2005. 166f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2005.

REVEL, J. *A microanálise e a construção do social*. In: REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 15-38.

RÜSEN, J. *Didática: funções do saber histórico. História viva: formas e funções do conhecimento histórico (Teoria da História III)*. Brasília: Ed. UnB, 2010, p. 85-133.

SÁNCHEZ-COSTA, Fernando. *“La fragua de la identidad: memoria, conciencia histórica y cultura histórica”*. In: PALOS & SÁNCHEZ-COSTA. *A vueltas con el pasado. Historia, memoria y vida*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2013.

SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 121p.

SOUZA, M. S. de. *Escavando o passado da cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014. 228p.

Fontes

BEZERRA, C. de S. Editorial. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano I, n. 1, p. 1, ago. 1984.

BEZERRA, C. S. Editorial. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano I, n. 6, p. 1, fev. 1985.

BEZERRA, C.S. Crônica. *Um pouco de história da Caxias Magazine*. *Caxias Magazine*. Duque de Caxias, 1989.

BEZERRA, C. S. Editorial – Uma cidade com meio século de existência. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano IX, n. 108, p. 1, set. 1993.

BEZERRA, C. S. Crônica – Caxias: rumo ao futuro promissor. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano IX, n. 108, p. 3, set. 1993.

Juberlan quer governar com o povo, sem violência, sem rancor e sem ódio. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano II, n. 16, p. 4-6, dez. 1985

Luís Alves, o guerreiro gentil. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano I, n. 11, p. 8-12, ago. 1985.

NASCIMENTO, A. B. O Duque de Caxias não era o Lima e Silva. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano I, n. 6, p. 6-8, fev. 1985.

Prefeitáveis na reta de chegada. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano II, n. 14, p. 4-7, out. 1985.

REGINA, L. Um Instituto e nossa História. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano I, n. 11, p. 6, ago. 1985.

Solenidade e coquetel marcam o lançamento de *CAXIAS MAGAZINE*. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano I, n. 2, p. 12-14, set. 1984.

Direitos humanos e conteúdos de história: relações possíveis a partir das falas de estudantes do ensino médio

Fabírcia Vieira de Araújo¹
Doutora em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto decorre da tese de doutorado cujo título é: “Direitos Humanos no Ensino de História: entre o currículo e as representações de alunos e professores”, especificamente o capítulo 2 do qual as ideias e argumentos centrais são aqui discutidos. Em tempos permeados por discursos e práticas violentas e excludentes, externadas de múltiplas formas em nosso cotidiano, em que os nossos direitos são constantemente violados, é de fundamental relevância fazer emergir a discussão acerca dos direitos que foram declarados em vários processos históricos como humanos. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva analisar a relação entre os conteúdos curriculares de História e os direitos humanos, a partir das falas de estudantes do ensino médio de duas escolas públicas da cidade de Campos dos Goytacazes, no norte fluminense. Entende-se que os conteúdos em História, em certos limites, podem evocar a temática dos direitos humanos; a construção histórica de tais direitos se insere de forma mais explícita ou direta em determinados conteúdos que fazem parte da tradição curricular.

Os direitos humanos são aqui compreendidos enquanto direitos históricos (BOBBIO, 2004), não despontaram todos de uma só vez, nasceram gradualmente, em determinadas circunstâncias históricas marcadas por inúmeras lutas contra a opressão. Conforme Piovesan (2004), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, introduz a concepção contemporânea de direitos humanos, pautada na universalidade, indivisibilidade e interdependência desses direitos. Em 1993, na Conferência de Viena da ONU e com a Declaração de Direitos Humanos de Viena, a concepção contemporânea de direitos humanos foi reiterada.

Para além da dimensão de universalidade que fundamenta a premissa da igualdade, os direitos humanos também englobam uma perspectiva multicultural, que chama atenção para o direito à diferença. Como ressalta Piovesan (2004, p.30), “ao lado do direito à igualdade surge, também, como direito fundamental, o direito à diferença.

¹Aluna egressa do Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientadora: Dr^a Helenice Aparecida Bastos Rocha. Ingresso no ano de 2017. Egresso no ano de 2021. Título da tese: “Direitos Humanos no Ensino de História: entre o currículo e as representações de alunos e professores”.

Importa o respeito à diferença e à diversidade”, assegurando às categorias vulneráveis um tratamento especial. De modo semelhante, Boaventura de Souza Santos (2003) compreende que, nos dias atuais, os direitos humanos precisam ser ressignificados à luz de um prisma multicultural, necessitam incluir aspectos ligados à diversidade cultural. Cabem aos direitos humanos promover a articulação entre igualdade e diferença: “temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2003, p.458). Assim, faz-se necessária uma igualdade que reconheça as diferenças e uma diferença que não produza desigualdades.

Boaventura aponta a relatividade das culturas, que expressa a incompletude de cada uma delas e também a diversidade cultural. Cada cultura tende a considerar os seus próprios valores fundamentais como universal e cada uma tem a sua concepção de dignidade humana, que é incompleta e que apresenta as suas problemáticas. No entanto, as aspirações a distintos valores fundamentais concretizadas por diferentes culturas podem levar a preocupações isomórficas, preocupações convergentes entre essas culturas. Assim, Santos (2010) propõe o diálogo intercultural sobre tais preocupações isomórficas acerca da dignidade humana, por meio da hermenêutica diatópica². A hermenêutica possibilita o reconhecimento da incompletude mútua entre as culturas, o entendimento de que cada cultura não possui todas as respostas, e a possibilidade de uma contribuir com a outra, de uma interação e diálogo a fim de uma inteligibilidade mútua, o que pode levar a uma concepção mestiça e contra-hegemônica de direitos humanos.

Os direitos humanos hegemônicos ou convencionais estão mais ligados à matriz liberal e ocidental, definida por Santos (2014) como aquela que entende os direitos humanos como direitos individuais e evidencia os direitos civis e políticos. Outras concepções de direitos humanos também foram formuladas sobre aquela matriz, “as de inspiração marxista ou socialista, que reconhecem os direitos coletivos e privilegiam os direitos econômicos e sociais” (SANTOS, 2014, p.24).

É oportuno registrar que as ideias que giram em torno da universalidade e do relativismo das culturas foram acertadas ainda com a Conferência de Viena, ao menos no plano teórico. Compartilha-se aqui das ideias de Santos (2003) e Piovesan (2004) acerca da articulação entre igualdade e diferença no âmbito dos direitos humanos, entendendo que, como alude Sacavino (2008, p.225): “a igualdade não se opõe à diferença, e sim à

² Santos (2010) propõe a prática da hermenêutica diatópica acerca da dignidade humana entre o conceito islâmico de *umma*, o conceito hindu de *dharma* e o conceito ocidental de direitos humanos.

desigualdade. Diferença se opõe à padronização e à uniformidade.” Ambas as perspectivas devem ser consideradas, uma vez que, na atual conjuntura, apesar de serem por vezes evocadas positivamente, não deixam de sofrer ataques.

No Brasil, a participação política de segmentos da sociedade civil na luta em prol dos direitos humanos se revela visível nas últimas décadas: distintos grupos e movimentos sociais, tais como os de mulheres, negros, indígenas, homossexuais, ecologistas, entre outros, apresentaram/apresentam múltiplas demandas por meio de diferentes protestos e busca de alargamento de direitos. Tivemos também as manifestações de rua em 2013 e a mobilização das juventudes por meio das ocupações de escolas públicas, em 2016. Por outro lado, também é comum ouvirmos expressões, tais como, “direitos humanos para humanos direitos” ou “bandido bom é bandido morto”, que colocam em jogo a universalidade dos direitos; E, ainda, “direitos humanos são direitos de bandidos”, indicando uma visão negativa desses direitos. É certo que os direitos humanos se inserem num campo de conflitos e disputas. Muitos são os pontos problemáticos em relação aos direitos humanos nos dias atuais, como o problema da segurança pública, da justiça, da violência policial, das execuções extralegais, entre outros.

No tópico seguinte, serão apresentadas as análises de grupos focais que foram concretizados no ano de 2018, como parte de uma pesquisa de doutorado concluída em 2021. Os grupos focais foram realizados com alunos de uma turma do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio, em instituições que aqui chamaremos de Escola 1 e Escola 2³. Na Escola 1, 27 estudantes participaram da pesquisa, e na escola 2, o total de 36 discentes. Os grupos focais ocorreram de forma separada, por turma. Os dados coletados em cada grupo foram reunidos de forma a agregar as informações obtidas na Escola 1 e as obtidas na Escola 2. As análises presentes nesse texto serão concretizadas por escola. Como forma de identificar os fragmentos obtidos em cada turma, serão utilizados os códigos (G1), para se referir as respostas obtidas no grupo focal do 1º ano, (G2) no grupo focal do 2º ano e (G3) no grupo focal do 3ºano. Foi utilizada a técnica da análise de conteúdo temática para a análise e interpretação dos dados.

No que diz respeito às escolas, cabe dizer que ambas são da rede estadual de ensino, sendo a Escola 1, em específico, vinculada à Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). As escolas são consideradas instituições tradicionais de Campos, detentoras de um longo histórico: a Escola 1 foi criada ainda em 1895, e a escola 2, no ano de 1922,

³ O nome das instituições não será divulgado, devido aos acordos estabelecidos com o Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ. Os alunos mencionados ao longo do texto receberão nomes fictícios.

ambas com nomes distintos dos que recebem hoje. As instituições estão localizadas em pontos distintos da cidade. A Escola 2 no Centro do município e a Escola 1 próxima ao Centro, mas ainda em uma área movimentada, de muita circulação de pessoas e significativo comércio. Ambas são de fácil acesso, com grande fluxo de transportes públicos em suas proximidades. As duas apresentam amplo espaço físico. Em 2018, ano em que a pesquisa foi concretizada, estavam matriculados na Escola 1, na Educação Básica, 1030 estudantes no total, conforme os dados divulgados pelo portal QEd⁴. Já na Escola 2, estavam matriculados 1478 estudantes no total, também de acordo com os dados divulgados pelo portal QEd.

Quanto aos participantes da pesquisa, de forma geral, é oportuno registrar que são jovens com idade entre 15 a 20 anos – tendo duas exceções na Escola 2, um aluno de 27 e outro de 41 anos – que em sua maioria não trabalha (trabalho aqui entendido enquanto fonte de renda), e que vem de famílias de baixa renda. Na Escola 1, a maioria se considera branco, seguido por um empate entre negros e pardos. Já na Escola 2, os que se consideram negros e pardos foram as respostas mais recorrentes. Os grupos focais ocorreram em sala de aula e os alunos que tiveram interesse em contribuir com a pesquisa puderam participar.

Relações possíveis entre conteúdos curriculares de História e os direitos humanos nas falas dos alunos

Quando questionados diretamente se os conteúdos que estudaram nas aulas de História possuem alguma relação com os direitos humanos, de forma geral, os alunos da Escola 1 apontaram que sim, mas nem todos desenvolveram as suas respostas: “deve ter, mas eu não sei”, “tem a ver, mas não sei explicar”, ou então, “não tem o que falar [...] nunca relacionei nada com história” (G1).

Tal aluno que afirmou nunca ter relacionado nada com história, apontou: “acho que qualquer luta que as pessoas tiveram que fazer foi importante”. Seu colega de turma entende que “toda revolução, toda essa história, assim, de revolução, são pessoas que lutam pelo direito que elas não tinham” (G1). Outro estudante disse que “todos os movimentos realizados antes foi em busca de seus direitos, como liberdade e o direito de opinar. Não tinha isso, agora a gente tem o direito a ter esses direitos [...]” (G1). Em consonância com essas assertivas, uma aluna dessa turma asseverou que “cada direito que

⁴ Disponível em: <<https://www.qedu.org.br/>>. Acesso em: 23/12/2020.

o homem tem foi uma luta no passado [...].” Esses discentes não apontaram um conteúdo específico, mas associaram que os direitos são fruto de lutas que ocorreram no passado, como nas revoluções, que fazem parte do currículo da História escolar. Eles entendem que os direitos de que somos detentores não surgiram de modo aleatório, acidental.

Um dos alunos anteriores também mencionou a escravidão e a Revolução Industrial. Sem discorrer demasiadamente sobre os referidos conteúdos, o estudante apontou que os negros lutaram pelos seus direitos, a terem os seus direitos iguais aos das pessoas brancas, da mesma forma os trabalhadores, “[...] pra poder trabalhar nas fábricas sem as condições que eles tinham, que eram desumanas” (G1). O aluno associou os direitos humanos aos próprios fatos históricos marcados por lutas por direitos. Nesse caso, são exemplos da história em que os direitos são vistos sob uma perspectiva negativa, da exclusão, ausência.

Outro discente também citou a escravidão, mas não explicitou seu ponto de vista. Sobre o referido conteúdo, uma aluna apontou o seguinte:

[...] a gente pode ver que, estudando História, a gente vai vendo que o tempo foi se passando e houve uma luta pra conquistar, como por exemplo, os negros. Antigamente eram todos escravos, aí veio a alforria dos negros e tal, [...] como por exemplo deixou de ser mão de obra escrava pra ser assalariado, com horário pra entrar, por mais que não se seguia. O certo era até 8 horas de trabalho mas ainda assim não era, não era com boas condições, mas a luta começou aí, então sim, teve sim esse... essa travessia de um estado pro outro até chegar hoje, onde a gente pode não ter totalmente acesso aos nossos direitos humanos, mas em comparação a como era lá trás, a gente tem, a gente pode dizer que tem, então claro que tem relação (G2).

Novamente, a questão dos direitos humanos e sua relação com o ensino de História se associa à luta para conquistar esses direitos, iniciada no passado e travada ao longo do tempo, chegando ao presente com os direitos alcançados, embora nem sempre implementados.

Uma aluna mencionou a “história do nazismo” e afirmou que:

Foi uma coisa contra o direito, né. [...]. Eles não tinham a liberdade de se expressar, né, eles tinham sempre que obedecer aquilo que aquele governo dizia que era o correto, eles não podiam ficar, ir contra, ser oposição, porque eles eram assassinados, torturados, tinha aquele negócio de... aquelas câmeras de gás. [...] perseguia o judeu [...] (G3).

Assim, é possível verificar que a aluna e também suas duas colegas de turma, pois concordaram com seu ponto de vista, associam nazismo à ausência dos direitos humanos. Mais um exemplo da história pensado na ótica da negação dos direitos, da violação.

Outra estudante citou as Diretas Já, apesar de desconhecer o seu significado: “Diretas Já foi o quê? Quê que é isso? Nem sei da onde que surgiu, da onde que surgiu essa história na minha cabeça...” (G3). Sua colega responde: “o voto direto do povo” (G3). Ao associar conteúdo de História e direitos humanos, a aluna fez menção a um assunto que se relaciona à luta por direito, ela poderia ter citado qualquer outro conteúdo, mas lembrou de um assunto que não foge da discussão em questão. Nesse caso, o voto, que é um direito, foi aludido, mas sem outras informações a respeito do conteúdo que a referência.

A aluna que anteriormente mencionou o nazismo, também falou da Era Vargas, desta vez, enquanto algo positivo no âmbito dos direitos, devido à criação dos direitos trabalhistas, direitos de cidadania nesse caso, mas que não deixam de pertencer ao rol dos direitos humanos: “eu acho que a parte da Era Vargas tem a ver sim, de forma positiva porque ele criou aquela Constituição, não, os direitos trabalhistas...” (G3). Ela é capaz de situar a estirpe de tais direitos no Brasil. Sua colega aproveita o assunto abordado e menciona o fato de as mulheres não poderem trabalhar no passado. Assim, no conteúdo sobre a Era Vargas, os direitos estão associados à afirmação, a algo positivo.

No entendimento de um aluno, nem todos os conteúdos de História se relacionam aos direitos humanos. Segundo ele: “tem uns que podem até ser semelhantes, mas tem uns que não tem nada a ver com direitos humanos” (G2). Esse discente citou como exemplo a Revolução Industrial enquanto conteúdo que não se relaciona à temática dos direitos. Todavia, duas de suas colegas de turma se manifestaram de modo a discordar de sua opinião: “não, eu acho que tem sim”, “é o que mais tinha a ver, né?”, indicando que esse assunto se relaciona sim, foi nesse contexto que começaram as indústrias, os empregos, mas os trabalhadores não recebiam os seus direitos. A Revolução Industrial é vista novamente pelos alunos na ótica da ausência de direitos.

Portanto, é possível perceber que esses discentes se basearam nas generalizações dos exemplos da história, mencionado em algumas ocasiões, fatos em que os direitos foram afirmados ou negados. Os conteúdos que são ensinados em História contribuíram para que eles identificassem a temática dos direitos humanos a partir de diferentes fatos e temporalidades. Alguns estudantes entendem, por exemplo, que quando pensamos em Revolução Industrial, os direitos dos trabalhadores ainda não eram afirmados. Os direitos de liberdade, o voto e os direitos trabalhistas foram aludidos e associados aos conteúdos de História, especificamente a história do Brasil e da Europa. Além do mais, outros alunos que se manifestaram têm clareza de que os direitos afirmados hoje são conquistas

alcançadas por meio de lutas travadas no passado, e isso é significativo. Não são direitos que chegaram a nós sem lutas dos diferentes atores sociais.

Foi possível verificar que os estudantes que se manifestaram apresentaram mais dificuldades em desenvolver as suas respostas. A relação estabelecida ocorreu de forma mais fragmentada, o que pode ser natural, já que as percepções dos alunos a partir do que viram nas aulas são incompletas, mas relevantes para eles, como nos remete Jarvis (2015) sobre a questão da aprendizagem.

Algo semelhante foi verificado na Escola 2. Quando questionados se os conteúdos que estudaram nas aulas de História possuem alguma relação com os direitos humanos, ao menos três alunos apontaram que não, a maioria entende que sim, mas nem todos quiseram ou conseguiram apresentar seu raciocínio. Uma aluna, por exemplo, disse: “eu não sabia comunicar” (G2), mas concordou com a fala de um colega sobre como um conteúdo de História – a Ditadura no Brasil – se relaciona com a temática dos direitos humanos. Outros não souberam responder por não conhecer muito bem os conteúdos da disciplina: “eu não sei História direito”, “ah eu não sei, porque eu não estudo História” ou então, “ah História é muita coisa”, “me dá dor de cabeça” (G2). Assim como ocorreu com os alunos da escola anterior, de modo geral, mesmo os que afirmaram existir a relação entre os direitos humanos e as aulas de História, não se estenderam em suas reflexões.

Aos que não estabeleceram relação entre os conteúdos das aulas de História e os direitos, o argumento foi o de que “História só fala coisa antiga. [...] São direitos humanos! Direitos humanos é Sociologia” (G1). Para um segundo aluno: “História é a história do passado e direitos humanos é mais dia a dia” (G2). É possível entender que, para esses estudantes, os direitos humanos se referem ao tempo presente, assim, não se relacionam com a História, pois, na visão dos alunos, o ensino de História não se associa com o presente por nós vivido, limita-se aos fatos longínquos.

Os dois discentes mencionados no parágrafo anterior demonstraram entender que direitos humanos se referem a algo mais atual, mas evocam o passado ao desenvolverem suas respostas. No caso do segundo aluno, o seguinte exemplo foi explicitado: “porque no passado o negro era tratado como escravo, hoje em dia já não é.” Esse estudante entende que no âmbito da escravidão os negros não usufruíam os direitos humanos, pois eram tratados como escravos, assim, involuntariamente, ele fez uma associação entre o âmbito dos direitos e um conteúdo do currículo de História. No caso do primeiro aluno mencionado anteriormente, ao exemplificar como aprendeu direitos humanos em

Sociologia, ele se referiu a um fato passado – o mote dos direitos civis nos Estados Unidos – e que, inclusive, também é conteúdo do ensino de História:

O que eu aprendi sobre alguns direitos é que, foi com Sociologia, no caso que, lá nos Estados Unidos tinha coisa pra negros e pra brancos, não era a mesma coisa, tinha a bebedouro pra branco, era melhor do que o negro, os negros ficavam no fundo do ônibus, aí eu aprendi mesmo em Sociologia (G1).

Assim, mantendo a sua opinião contrária, o aluno questiona: “Por quê que História tem alguma relação com a matéria de direitos humanos?”

Suas colegas logo respondem: “porque Hitler é coisa de História”, “História fala sobre a escravidão” (G1). Sobre o primeiro assunto, a aluna explica: “ele torturava os negros, perseguia as pessoas e isso é direitos humanos.” Sobre o segundo, outra aluna aponta: “uma doméstica aí que trabalha mais de não sei quantas horas aí e recebe pouco, isso aí pra mim é escravidão.” As alunas associaram práticas atreladas ao personagem histórico (Hitler) e o tema histórico (escravidão), que são vistos nas aulas de História, à ausência ou violação de direitos. Assim, uma delas reforça: “eu acho que História tem mais a ver com direitos humanos do que qualquer outra matéria.” Segundo ela, a História “fala sobre o nosso passado, a gente aprender da onde a gente veio, aprender a se respeitar.” Nesse sentido, é possível entender que, para essa discente, as questões que envolvem os direitos humanos também estão ligadas ao passado e, além disso, o respeito, que é importante para a concretização dos direitos, também pode ser trabalhado na História escolar.

Outros alunos também associaram a escravidão aos direitos humanos, ou à ausência desses direitos. Um estudante apontou que os cativos eram comparados aos animais, viviam na senzala e a temática dos direitos humanos entra nesse conteúdo, pois “não havia igualdade” (G2) entre os escravos e os seus donos. Para uma discente, a escravidão “fere completamente os direitos humanos” (G3).

No que diz respeito à 2ª Guerra Mundial, uma aluna chamou atenção para o lado da religião: “primeiramente o preconceito, né, matar os judeus só por ser judeu. [...] você não pode ferir a religião” (G3). A estudante associa a morte dos judeus por conta de sua crença religiosa aos direitos humanos, subentende-se, assim, que direitos foram violados. Ainda sobre o conteúdo da 2ª Guerra, outra discente mencionou que: “eu não lembro exatamente, mas os direitos humanos surgiram depois da Primeira ou da Segunda Guerra? Eu não lembro, mas a gente vê esse parâmetro histórico que dá necessidade do... da pressão do direito pra defender as pessoas [...]” (G3). A aluna estava se referindo à

Declaração Universal de 1948, construída após a 2ª Grande Guerra como forma de superar as atrocidades acarretadas naquele contexto, e que introduz a concepção contemporânea de direitos humanos. Indo ao encontro desse raciocínio, outro estudante apontou que nas aulas de História é possível estudar como os direitos humanos foram conquistados no passado, mas não concedeu nenhuma exemplificação.

No tocante à Ditadura no Brasil, três alunos também relacionaram esse conteúdo estudado nas aulas de História aos direitos humanos, dois deles se manifestaram. Para uma estudante: “[...] o povo não podia votar, quem decidia quem ia ser o próximo presidente era o pessoal que já trabalha pro governo [...]” (G3). Conforme outro aluno:

Na época da ditadura as pessoas eram oprimidas. Não tinham direito à liberdade de se expressar, era isso... não tinha direito à nada. Se você escrevesse uma música, até pra você tocá-la num evento você tinha que passar pela censura, se o pessoal da ditadura não aceitasse uma palavra que eles achavam que vai ter problema, os militares, a música não passavam, o livro não passava, a reportagem, se você escrevesse uma reportagem, se ela fosse divulgada, se a ditadura achasse que aquilo ali era contra eles, o jornal era fechado, botavam fogo no jornal [...] (G2).

Mais uma vez, os alunos fizeram uma associação entre conteúdos estudados em História e violação de direitos, também são capazes de mencionar quais são esses direitos a partir de um fato passado, no caso das citações acima, o voto e a liberdade de expressão. Nessa perspectiva da ausência, outros alunos apontaram que no passado os negros e as mulheres, principalmente, não podiam exercer os seus direitos.

Vemos que, assim como ocorreu na Escola 1, os discentes da Escola 2 que se manifestaram também formularam suas respostas de forma fragmentada. Eles partiram igualmente da generalização dos exemplos da história, mencionando fatos que são estudados nas aulas em que os direitos humanos despontam sob a ótica da negação, da violação, da ausência, como é o caso da escravidão e da Ditadura Militar.

De forma geral, ao relacionarem os direitos aos conteúdos de História, os alunos foram capazes de identificar os próprios direitos a partir dos fatos estudados em História: voto e Diretas Já, liberdade de expressão e Ditadura, direitos trabalhistas e Era Vargas, por exemplo. Eles evidenciaram os direitos convencionais, evocaram mais os direitos civis e políticos do que os sociais, abordando a história do Brasil e da Europa. A história de países asiáticos ou africanos, por exemplo, não foi aludida quando estabelecidas as relações. As discussões que giram em torno dos direitos humanos estão muito atreladas às histórias de países ocidentais, “o mundo contemporâneo é dominado pelo Ocidente”

(SEN, 2010, p.227), e o próprio ensino de História muito teve ou ainda tem uma predominância eurocêntrica, assim, os estudantes consolidaram suas ideias principalmente a partir dessas perspectivas, desse contexto nos quais estão inseridos e que lhes é apresentado pela escola. Os discentes expuseram os elementos que aprenderam e que para eles são significativos (JARVIS, 2015).

A partir das falas dos participantes da pesquisa, é possível entender que os conteúdos do ensino de História podem contribuir para que os jovens compreendam e consolidem ideias sobre os direitos humanos, defendendo que a História ensinada tem essa potencialidade. Mas, é oportuno destacar que tal contribuição está muito vinculada ao âmbito cognitivo, do domínio do conhecimento, e não necessariamente fará com que os estudantes articulem tal conhecimento ao que é vivido no dia a dia. Os estudantes podem entender a possibilidade de uma discussão sobre os direitos humanos no conteúdo referente à escravidão, por exemplo, podem identificar a temática dos direitos no conteúdo sobre o nazismo, mas não necessariamente vão compreender que direitos humanos não é assunto só relativo à escravidão ou ao nazismo, mas que esses conteúdos também auxiliam a pensar os dias de hoje, o contexto que os cerca, o mundo prático. Para isso, a mediação do professor é fundamental, ela é importante para que os alunos consigam estabelecer essas conexões, entre o que foi estudado nas aulas de História e o exercício dos direitos no dia a dia.

É possível reconhecer que essa potencialidade dos conteúdos de História tem as suas limitações, visto que tais conteúdos abarcam principalmente os fatos e processos históricos, e não os direitos humanos em si. De qualquer forma, podemos esperar uma ênfase na temática transversal dos direitos humanos articulada aos conteúdos curriculares de História, que ligados mais diretamente ao contexto dos estudantes – via mediação do professor – podem possibilitar uma contribuição ainda mais enriquecedora. Para isso, é necessário que o docente enxergue essa articulação, e assim trabalhe essa potencialidade.

Assim, sustento a importância de o ensino de História e seus conteúdos terem uma relação mais explícita e consolidada com os direitos humanos, especialmente em um momento em que tais direitos são constantemente ameaçados. É de significativa relevância que a História escolar, via mediação do professor, possibilite aos alunos entender que a temática dos direitos humanos se articula não só aos conteúdos ensinados, mas também às suas próprias experiências cotidianas. Que possibilite aos discentes estabelecer o diálogo entre o passado estudado e o presente vivido. A proteção aos direitos

humanos pode ser fortalecida via educação, e o ensino de História por meio dos conteúdos que evocam tais direitos, trabalhados em sala de aula, pode muito contribuir.

Sustento ainda que o ensino de História propicie a mobilização da temática dos direitos humanos para além dos conteúdos que versam uma história ocidental, e que também possibilite aos estudantes elaborarem ideias para além dos direitos humanos convencionais. Direitos ambientais, por exemplo, podem ser explorados em conteúdos sobre guerras, que provocam a destruição do meio ambiente afetando a vida do homem. É possível também pensar em direitos humanos a partir de culturas não ocidentais, e as discussões acerca do respeito e do direito à diferença podem receber aí grande potência.

Em tempos de violações de direitos humanos e de disputas em torno de seus sentidos, é de suma importância trazermos à tona a discussão sobre esses direitos. O ensino de História com seus conteúdos pode despontar enquanto importante contribuição para apresentar aos jovens o amplo âmbito dos direitos humanos, possibilitando que eles desenvolvam um pensamento crítico e analítico acerca desses direitos.

Referências

ARAÚJO, Fabrícia Vieira de. *Direitos humanos no ensino de História: entre o currículo e as representações de alunos e professores*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo, 2021, 240f.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

JARVIS, Peter. Aprendizagem humana: implícita e explícita. *Educação & Realidade*, v.40, n.3, Porto Alegre, jul./set.2015.

PIOVESAN, Flávia. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*, ano 1, n.1, p.20-47, 2004.

SACAVINO, Susana Beatriz. Educação em/para os direitos humanos em processos de democratização: o caso do Chile e do Brasil. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. 289f.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Introdução - direitos humanos: uma hegemonia frágil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos* [livro eletrônico]. 1ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade* [livro eletrônico]. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

“Porque há muitos que vivem a Ley Mozaica e a Seita Mourisca”: exemplos da cooperação missionária na Índia Portuguesa

Gustavo Nascimento Rocha Dias¹
Mestre em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Este trabalho decorre da dissertação cujo título é: *A Pescaria das Almas: a construção do ideário missionário na Índia Meridional na primeira metade do século XVI*.

Nos idos de 16 de maio de 1546, na ilha de Amboíno (Molucas), em uma carta endereçada ao rei D. João III, o líder jesuíta Francisco Xavier diz que uma das necessidades para se fazerem na Índia portuguesa “bons christãos [...] hé que mande Vosa Alteza a samta Ynquizição, porque há muitos que vivem a ley mosaica e a seita mourisca” (REGO, 1950, v.3 p. 351). Portanto, trata-se de um pedido para visitação ou mesmo instalação da instituição repressora, oficialmente inaugurada no ano de 1536 no Reino.

Através das informações acima, penso, é possível considerarmos alguns fatores importantes. O primeiro deles é que a informação corria depressa, mesmo dentro das limitações da época – além do próprio Francisco Xavier ter aportado no continente asiático em 1542. Em segundo lugar, vê-se uma relação próxima entre os agentes eclesiásticos e o poder temporal. O terceiro e último fator, e talvez o mais evidente, é que a justificativa do missionário jesuíta perpassa a razão de ser clássica dos Tribunais do Santo Ofício: a perseguição e o controle das comunidades descendentes de cristãos-novos e/ou mouriscos (TAVARES, 2002, p. 162).

Segundo o trabalho clássico do historiador indiano Anant Priolkar, essa solicitação de Francisco Xavier teria sido a primeira para a instalação da Inquisição em Goa (PRIOLKAR, 1998, p. 23). Apesar do seu importante trabalho, Priolkar assume uma postura de denúncia anticolonial e ignora alguns aspectos importantes. Por exemplo, na mesma coleção de fontes consultada pelo pesquisador (REGO, 1947-1958), há documentos que demonstram uma cooperação entre o braço secular e o espiritual para além da própria Inquisição. Documentações essas, então, que fornecem subsídios para

¹Aluno egresso do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, com Bolsa CAPES, orientado pela Prof^a. Dr^a. Célia Cristina da Silva Tavares e co-orientado pela Prof^a. Dr^a. Patrícia de Souza Faria (UFRRJ). Ingresso no ano de 2019 e egresso no ano de 2021. Autor da Dissertação “*A Pescaria das Almas: a construção do ideário missionário na Índia Meridional na primeira metade do século XVI*”.

supormos que os agentes missionários almejavam a conversão e manutenção de alguma ortodoxia católica entre os chamados “Cristãos da Terra”.

Retrospectos

As primeiras embarcações lusitanas que cruzaram o Cabo da Boa Esperança, em torno de 1500, contavam com frades franciscanos. Eles prestaram serviços espirituais nas naus, casas de orações, fortalezas e feitorias. Além disso, construíram conventos e atuaram na evangelização entre as diversas comunidades nativas que tiveram contato.

Dentre as primeiras possessões portuguesas na Índia portuguesa estava a Cidade de Goa, em 1510, conquistada militarmente por Afonso de Albuquerque – o segundo Governador da Índia. Os franciscanos fixaram-se apenas em 1517, sob égide do frei Antônio Louro junto a mais 13 frades. Eles foram enviados à Ásia com ordens de D. Manuel para a construção de casas para os frades e esmola real para construção de dois conventos, um em Goa e outro em Cochim (REGO, 1949, v.2 p. 132). Assim teve início o Comissariado franciscano na Índia. O frade Louro foi importante, pois teria sido um dos primeiros a pensar sistematicamente a conversão naquelas paragens. Intentou implementar a criação de bairros separados entre comunidades cristãs e não-cristãs, a criação de casas para doutrina nos rudimentos da fé cristã e (supostamente) batizou mais de oitocentas pessoas (REGO, 1947, v.1 p. 350). Porém, como dito acima, tais atividades se davam com anuência da Coroa.

Demonstrando, assim, alguma relação entre o poder secular e a esfera espiritual. Tal relação aparece na administração da *Res Publica* através da presença de agentes eclesiásticos em funções temporais, sobretudo através do regime de Padroado (XAVIER, 2003, p. 133-137). Tal regime “contemplava os direitos e obrigações daquele que fundava, edificava e dotava uma igreja ou outra fundação pia e lhe atribuía os meios necessários para o seu funcionamento ou manutenção” (XAVIER, 2004, p. 40). O Padroado remonta à Idade Média, pois o *jus patronatus* foi a ação da Igreja de instituir um indivíduo ou uma instituição como o padroeiro de um território (NEVES, 2001, p. 466-467).

O Padroado sintetizou a íntima relação entre as esferas temporal e espiritual. Na Ásia portuguesa, tratava-se do “estabelecimento de instituições eclesiásticas no espaço indiano e o desenvolvimento de um modelo de presença, assistência e controle moral, em cooperação com a Coroa portuguesa” (VENTURA, 2011, p. 19). Assim, em espécie de

simbiose, o poder temporal se impôs gradualmente sobre os espaços e pessoas em seus domínios, enquanto a Igreja retomou espaços políticos de atuação através das missões.

O Catolicismo deveria cumprir o papel de intermediador nas relações entre os portugueses e as demais populações nativas. Apesar de institucionalmente e discursivamente inaceitáveis, as práticas interculturais não deixaram de ocorrer. Principalmente devido à proximidade entre esses “mundos” gentio, converso e português. Entretanto, ao longo do século XVI, e principalmente a Inquisição de Goa, os portugueses se preocuparam com as chamadas práticas “gentílicas” ou “gentilismo” dos “novamente convertidos” (DISNEY, 2010, p. 319).

A cidade de Goa, por exemplo, necessitava da criação de um sistema administrativo que incorporasse essa população nativa. A realidade se impunha e faltava mão-de-obra para as tarefas cotidianas (FARIA, 2013, p. 31). Foram necessárias negociações com os poderes locais e a capacidade dos líderes portugueses na região de adaptarem-se às estruturas sociais anteriores. Nesse sentido Afonso de Albuquerque incentivou casamentos entre seus homens e mulheres nativas, pois pretendia construir uma *Res Publica* integrada às redes de sociabilidades, e que essas fossem leais ao Estado da Índia. Esse movimento não é de toda novidade, pois seguia experiências atlânticas (COSTA e LACERDA, 2007, p. 97).

Esse período é normalmente tratado como mais tolerante ou menos agressivo com as práticas e costumes nativos. O incentivo aos casamentos mistos acima citados, as vezes são considerados justificativas para uma presumida tolerância. Os portugueses, porém, buscavam encontrar outras similaridades com a realidade já conhecida. Entretanto, progressivamente, os possíveis enganos foram desfeitos. Ainda assim, a realidade se impôs e concessões foram necessárias; seja porque necessitavam da mão-de-obra nativa, seja pela necessidade de seus conhecimentos.

Para além das necessidades práticas, Ricardo Ventura (2011) apresenta argumentos contrários à perspectiva tolerante. Diz que não devemos confundir necessidades cotidianas, comerciais, militares e/ou administrativas com tolerância. Essas primeiras décadas teriam sido décadas negociadas. Os nativos pleiteavam integrar cargos e ofícios, integração que ao longo do tempo gerou uma série de conflitos econômicos e religiosos. Autoridades espirituais, como o Vigário Geral Miguel Vaz, reclamaram de forma contundente da prática de aceitar não-cristãos na estrutura do Estado da Índia. Para ele, seria necessário substituir nativos não-cristianizados por

conversos. O religioso queria introduzir e integrar os conversos nesta nova *Res Publica Christiana*.

A criação dessa nova comunidade cristã, leal à Coroa portuguesa e ao Catolicismo, remontam tradições e narrativas que legitimaram a existência do próprio Portugal. Schwartz (2009) defende que desde o medievo o reino português se estabeleceu através da uniformidade legal e religiosa. A religião foi o elemento de conformidade do Império, usada para esvaivar diferenças. Assim, a missionação ganhou espaço e se tornou formadora dos súditos do Império que nascia. Os missionários desempenharam o papel de levar o gentio asiático à soberania da Coroa através das práticas católicas. Para isso o controle do *outro* seria essencial, pois se não houvesse ordenação das práticas diárias, eventualmente, a desordem dissolve a *Res Publica* e do Estado.

As relações entre as estruturas seculares e espirituais foram utilizadas no processo de (tentativa de) homogeneização dos súditos. A Igreja promovia um sistema cultural e religioso, através da sua doutrina e dos seus dogmas. Assim, por meio da repetição ritualística, difundia noções de hierarquia, ordem e obediência (PAIVA, 2011, p. 261). Condicionava o objeto da conversão em parâmetros de como pensar e agir, reforçando a posição de dominância do poder temporal. A Igreja, como detentora dos mecanismos objetivos e subjetivos, impôs o disciplinamento a fim de conseguir uma “obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, em virtude de uma atitude adestrada” (WEBER, 2010, p. 102).

Para os sujeitos desse período, religião e política se misturavam. A identidade religiosa integrava política, comercial e socialmente o indivíduo à *Res Publica* que se construía no Ultramar (HESPANHA, 2019, p. 243-249). A adoção do Cristianismo “englobava a educação, a moral, a arte, a sexualidade, as práticas alimentares, as relações de casamentos, ritmar a passagem do tempo e os momentos fundamentais da vida” (GRUZINSKI, 2001, p. 98). Porém, para compreender os novos símbolos e discursos, o alvo da evangelização deveria ser educado, eliminando suas crenças anteriores.

O processo de missionação pressupõe a separação dessas diferentes identidades. Porém, o converso nunca assumiria o estágio de assimilação de uma nova identidade e o apagamento do antigo. O converso cristaliza uma identidade transitória, pois essa identidade reflete a categoria social a que esses sujeitos estavam submetidos. Afinal, são sujeitos que não foram devidamente integrados na sociedade que os converteu, assim como não poderiam retornar à comunidade de origem (XAVIER, 2016, p.2-3).

O elemento religioso, como dito, deveria eliminar as diferenças e aglutinar o Império. Portanto, esse Império que se construía através do Cristianismo necessitava separar o que era cristão do não-cristão. Separação essa que não ocorreu apenas no campo jurisdicional, mas também no âmbito material. Separar fisicamente significava controlar entrada e saída dos territórios lusos, além de fixar o *outro* territorialmente. Pretendia-se a manutenção e coesão da identidade social. Foi através dessa lógica que surgiram as propostas do frei Antônio Louro, citado acima, da construção de bairros separados para cristãos e não-cristãos. Uma maneira de assegurar a conversão, mas também de assegurar o controle daqueles não-cristãos.

Conversão, Disciplina Social e Cooperação

Em Goa, oficial e nominalmente, as estruturas diocesanas iniciaram em 1534 com a fundação do Bispado de Goa. A partir de então, o Bispo incumbente gozou de maior autonomia, suas decisões foram agilizadas e a burocracia espiritual foi mais bem gerida. A fundação da diocese esteve de acordo com a conjuntura de consolidação da cidade portuária como o centro administrativo do Estado da Índia. A implementação dos aparatos eclesiásticos acompanhou a dos institucionais militares, judiciais e monetários. Portanto, a Igreja foi fundamental no processo de consolidação da *capitalização* (SANTOS, 1999) da cidade.

O primeiro Bispo foi o secular e teólogo Francisco de Mello, mas faleceu em Portugal antes de chegar à Índia. O primeiro a exercer a função, de fato, foi o franciscano da província reformada da Piedade frei D. João de Albuquerque. Sua nomeação foi confirmada em 1537, mas só chegou em Goa em 1539. Ele foi um dos responsáveis pela reforma do clero goês; por reformas administrativas, como a divisão de Goa em quatro paróquias; apoiou medidas para a conversão; apoiou também a instalação de novas ordens religiosas (FARIA, 2013, p. 68). Assim, também foi fundamental na difusão e publicação “da bula da Inquisição [por exemplo], difundindo naquelas paragens a existência do novo tribunal e a obrigação que todos tinham de denunciar casos de heresia de que tivessem conhecimento” (PAIVA, 2011, p.152). O que nos leva a questionar, em parte ao menos, a informação apresentada logo no início desse trabalho sobre o pioneirismo de Francisco Xavier em relação a atuação da Inquisição na Ásia portuguesa. Retornaremos a isso mais adiante.

O período de Reformas e a reação da Igreja de Roma impactaram Portugal fortemente, causando conflitos no Reino e reflexos no Ultramar. Ao longo da década de

1530, e consolidando-se na seguinte, houve a exportação da ideologia da Reforma Católica para Goa e o restante da Ásia portuguesa. Assim, por volta da década de 1540 houve uma guinada do comportamento de autoridades civis e eclesiásticas, com um esforço maior de cristianizar as gentes e os espaços nativos, eliminar os sinais e práticas consideradas recristianizar a própria sociedade luso-asiática assegurando a ortodoxia doutrinária e ética, combatendo assim o cripto-judaísmo e as práticas mouriscas, mas também aquelas consideradas gentílicas (TAVARES, 2002, p. 80-81).

Na década de 1530, o enviado apostólico para a parte oriental do Império foi D. Fernando Vaqueiro, franciscano da Piedade e de idade avançada, promoveu tentativas de reformar fiéis e o clero. Ordenou nativos ao sacerdócio com intenção de otimizar o número de conversões e qualidade delas (FARIA, 2008, p. 90). Entretanto, parece que o D. João III não estava satisfeito com seus serviços e o dispensou, transferindo suas atribuições ao Vigário Geral.

Indicado ao cargo pelo D. Francisco de Melo, o vigário em questão era Miguel Vaz. Foi nomeado em um momento de mudanças políticas e eclesiásticas na Ásia portuguesa. Existem poucas informações de sua vida pregressa e dos primeiros anos de seu vicariato. De todo modo, sabemos que por D. Francisco de Melo nunca ter assumido efetivamente o Bispado, ficou Vaz com a maioria das responsabilidades eclesiásticas até a chegada do novo bispo em 1539.

Em 1533, recém-empossado, Vaz escreveu um longo relatório do que entendeu ser o estado da Cristandade e instruções para o novo bispo, permitindo que ele partisse de Portugal para a Índia portuguesa provido de documentações necessárias para implementá-las. Esse relatório, porém, parece estar perdido e possuímos apenas um resumo da carta original. Por sua vez, o resumo foi escrito pelo Secretário da Índia Pedro de Alcáçova Carneiro (GAVETAS, p. 187-192). É notório que as propostas de Vaz visavam uma sistematização e consolidação de práticas e ideias que já estavam em desenvolvimento.

Solicitava que os converso e seus filhos fossem instruídos para exercerem ofícios necessários, pois os oficiais do Reino eram poucos e empregaria parte dos cristãos – em sua maioria muito pobres. A educação e inclusão de descendentes de portugueses e conversos na Cristandade luso-asiática – na Ordem que se estabelecia – não foi de todo uma novidade. Há relatos desse processo em décadas anteriores.

Por exemplo, o Governador Afonso de Albuquerque doou sacas de arroz para jovens órfãos que não possuíam algum ofício ou estivessem aprendendo as letras (REGO, 1947, v.1 p. 246). Em 1518, Sebastião Pires escreveu para D. Manuel reclamando sobre

como o ensino dos "meninos cristãos" (órfãos) (REGO, 1947, v.1 p. 341) foi prejudicado por Lopo Soares de Albergaria; pois ele revogou verbas para esse propósito por Afonso de Albuquerque. Entretanto, D. Duarte de Menezes ordenou que entregasse “cynquenta cartyhas e cinco Fros Santorum e quatro avajeliarum pera os ele lá dar a moças e orffaaõs pera por eles aprenderem a ler” (REGO, 1947, v.1 p. 419). Portanto, seria uma infraestrutura capaz não apenas de absorver novos agentes, mas também capaz de instruir e conformar os indivíduos recém-chegados na *Res Publica* que se pretendia *Christiana*.

Mesmo com esses exemplos anteriores, Miguel Vaz assumiu em uma conjuntura que permitiu uma política sistematizada e não mais pontual, coincidindo com a elevação da Cidade de Goa à Sé episcopal. Assim, as propostas deste relatório de 1533 podem ser categorizadas como tributárias dessas experiências anteriores, mas também como características dessa conjuntura – e não apenas em relação aos assuntos tratados acima. Assim sendo, a Religião e a conversão foram instrumentos de uma política de controle da sociedade nativa em uma Ordem legitimada pelo Catolicismo.

No ano de 1533, também, o Papa Clemente VII elevou a condição da Cidade de Goa à Sé Episcopal, a partir do consistório de 1533 (TAVARES, 2002, p. 103). Porém, foi somente com Paulo III e a Bula *Aequum Reputamus*, em 1534, que a decisão de Clemente VII foi confirmada. O papado de Paulo III também aprovou o Tribunal da Inquisição em Portugal no ano de 1536 e em 1540 a fundação da Companhia de Jesus. Como visto acima, com o falecimento de D. Francisco de Melo, Miguel Vaz deteve a autoridade por todo o vasto território da Ásia portuguesa até 1539, com a chegada do frei D. João de Albuquerque

Miguel Vaz, antes e após a chegada do primeiro Bispo residente de Goa, trabalhou para fortalecer a posição do seu vicariato, amadurecer suas políticas e agir para consolidar os aparatos eclesiásticos para a construção de uma Cristandade ou *Res Publica Christiana*. Assim, parece possível compreender que as políticas para a evangelização das populações nativas da Ásia portuguesa fizeram parte de um projeto imperial joanino. Ângela Xavier aponta para o fato da tentativa do reinado de D. João III em integrar as comunidades submetidas ao jugo português através da religião e do direito, o que configurou “uma absoluta novidade desta época” (XAVIER, 2003, p. 45). Portanto, condizente com as tentativas de Vaz em introduzir os conversos no sistema de ofícios da *Res Publica Christiana* que pretendeu formar, ao menos, em Goa.

As propostas de Vaz priorizaram uma boa formação intelectual daqueles que fossem em missão, comportamento exemplar e a valorização do exercício missionário.

Foram elementos essenciais (FARIA, 2008, p. 93), dentro de suas perspectivas, para a formação dessa nova sociedade que deveria emergir e se sobrepor àquela anterior. Assim, antes mesmo da presença do Bispo castelhano, Miguel Vaz e seus companheiros agiram para conformar os costumes e converter. Nas *Memórias* (fl. 99v) é dito:

Trazendo em sua companhia ao Padre Simão Vaz, que na Ilha de Moro derramou o sangue, e deo a vida pella fee de Iesu xpto [Christo] as maos de infieis no anno de 1535 sendo ali vigario o Padre Francisco Alveres, e outro do mesmo nome, que passou ao Preste João. O Padre Gaspar Coelho que residia em Meliapor. O Padre Vicente da Veiga em Mallaca; e outros muitos todos discipulos do espirito do Padre Mestre Avilla.

Miguel Vaz e seu grupo possivelmente influenciaram-se pela espiritualidade do Mestre Ávila – por conseguinte, de algum erasmismo. Ele foi missionário que atuou na Península Ibérica durante a primeira metade do século XVI. Sendo verdade a influência de Ávila, percebemos elementos importantes da religiosidade do mundo português de então. Primeiro, na década de 1530 verifica-se a presença de uma religiosidade próxima do pietismo mais intimista. Não é estranho franciscanos reformados, como os da Província da Piedade, aproximam-se dessa forma de espiritualidade. Assim, por conseguinte, Ângela Xavier houve certa homogeneidade do grupo que a Coroa enviou ao Ultramar em missão. Isto é, há fortes indícios que desde a década de 1530 foram escolhidos os que foram próximos de alguma religiosidade ou espiritualidade reformada (XAVIER, 2003, p. 146-152).

No relatório de 1533, encontramos propostas de Vaz para reformar os costumes, as práticas e as religiosidades da sociedade luso-indiana. Foi um conjunto de ações e propostas que supostamente garantiam a criação, implementação e consolidação da tão desejada *Res Publica Christiana*; de acordo com o ideal de “ser” e “fazer ser” cristão. Entretanto, sua posição alterou-se de uma perspectiva mais compreensiva – se assim é possível denominar – para uma mais intolerante. Ele deslocou sua concepção erasmista de conversão pela Graça, para sistematicamente perseguir práticas e signos dos cultos das populações nativas, no início da década de 1540. Como foi no caso da destruição das imagens e templos que hoje chamamos de “hindus”.

Portanto, Vaz agiu ativamente pela imposição de alguma ortodoxia através do uso da força do poder temporal. Postura essa que coincide, ainda, com o período tradicionalmente compreendido pela historiografia como uma virada para tempos de maior intolerância. Não significa que houve um giro completo na sua metodologia, mas penso que Miguel Vaz apercebeu-se da necessidade de optar por uma modulação de seu *modus operandi*, ou seja, conforme a necessidade e a possibilidade da aplicação. Por

exemplo, quando atuou no processo da primeira conversão em massa na Ásia portuguesa, na região que os portugueses denominaram Costa da Pescaria, não foi capaz de impor qualquer ortodoxia – apenas de batizar o maior número possível de *paravás*². Região essa que se tornou uma das principais zonas de atuação da Companhia de Jesus na Índia, a princípio, por indicação do próprio Vaz a Francisco Xavier.

Não há documentos de autoria do próprio Miguel Vaz descrevendo esse período, porém, há documentos de outros autores com informações importantes sobre esse período. O próprio Francisco Xavier escreveu:

Venimos por lugares xpistianos, que agora abrá ocho años que se hizieron xpistianos. Em estos lugares no abitan portugeses, por ser la tierra muy estéril em extremo y pauperrima. Los cristianos destes lugares, por no aver quien los enseñe em nuestra fe no saben más della que dezir que son cristianos (MONUMENTA, 1899, v.1 p. 273).

Por sua vez, Sebastião Gonçalves (1957, v.1 p. 133) diz em sua crônica que:

Estando pois o *Beato* Padre o inverno de 42 em Goa soube do *Padre* Miguel Vaz, vigairo geral, como os paravás pescadores do aljôar se tinham convertido a nossa samta fé em tempo do governador Nuno da Cunha no anno de 1523, porém que de christãos não tinham mais que o nome por falta de quem os doutrinasse.

Sabemos que a data de 1532 é pouco provável, ainda mais se tomarmos o que disse Schurhammer (1944, v.1 p. 147). Ele afirma que as conversões ocorreram entre 1535 e 37, o que é mais condizente com o exposto acima. Ainda há uma carta de D. João da Cruz, nativo converso, de 1537, que relata sua perspectiva de como se deu esse processo de conversão em massa (REGO, 1949, v.2 p. 256-260). Apesar de descreverem dezenas de milhares de nativos convertidos pela ação de Vaz, é difícil atestar veracidade. De toda forma, é certo que havia comunidades de pescadores que conheceram o Cristianismo através dos missionários portugueses no sul do subcontinente indiano.

Portanto, o Bispo de Goa D. João de Albuquerque não encontrou uma página em branco no campo das políticas para a conversão em 1539. Outrossim, ele e seu grupo, que aportaram em Goa nesse ano, acrescentaram ao quadro missionário. Também não se pode deixar de lado que as estruturas e consolidação do aparato eclesiástico ocorreu nas praças em que os poderes seculares também se consolidaram. Além do que já foi citado, o Bispo logo que aportou na Cidade de Goa constituiu a Igreja de Santa Catarina em Sé, incentivou pregações, administrou sacramentos, promoveu reforma dos costumes e

² *Paravá* deriva do malaiala *pavavar* e designa uma casta de pescadores muito pobres e alienados do restante da sociedade por matarem e alimentarem-se de peixes.

defendeu ortodoxia Católica. Além disso, constituiu as Confrarias de Nossa Senhora do Rosário e a da Nossa Senhora da Luz.

Entretanto, entre 1539 e 1542, os grandes agentes para a conversão de Goa e da Ásia portuguesa foram Miguel Vaz e Mestre Diogo Borba. Implementaram uma política de conversão que desvaloriza espiritual e intelectualmente os nativos; hierarquizava juridicamente os conversos e não conversos; destruía, esvaziava, proibia e substitui os elementos “religiosos” locais; separou fisicamente cristão e não-cristão. Portanto, reforço, não houve necessariamente novas propostas, mas sim a disposição e condições políticas para efetuar tais medidas.

Por volta dos anos 1540, pouco antes e pouco depois, foram solidificados os primeiros mecanismos materiais e simbólicos que denominamos de Disciplinamento Social. Portanto, quando a historiografia aponta para esse período como um momento importante de viragem para tempos intolerantes (PEARSON, 1990, p.116), na verdade ela está identificando a progressiva constituição da presença portuguesa e suas consequências. Conforme a posição portuguesa estava assegurada, a posição da Igreja também se consolidou e assim conseguiam impor certa ortodoxia.

Esse período que carregou nas tintas da intolerância coincidiu com as mudanças internas no Reino. Novamente, foi o período das Reformas. Porém, também foi de reestruturação da cristandade latina sob a orientação do Papa em Roma. Nesse processo, ainda na década de 1530, houve negociações para instalação da Inquisição em Portugal. D. João III conseguiu que o Tribunal ficasse sob sua jurisdição, a exemplo da vizinha Castela que conseguiu um Tribunal em 1478.

No início deste trabalho nos deparamos com a leitura da Bula da Inquisição pelo Bispo de Goa. Entretanto, esse foi o início de processos e perseguições a práticas consideradas judaizantes, mouriscas e (mais à frente) gentílicas, o alvo primeiro das ações inquisitoriais. Como no caso do Bacharel e Cristão Novo Jerônimo Dias em 1543, que Miguel Vaz leu sua sentença e Mestre Diogo o acompanhou até sua execução – primeiro sendo afogado e depois queimado. Caso emblemático, pois foi após a sua execução que a bula regulamentando o novo Tribunal do Santo Ofício português foi lida (CORREA, Livro 4, Tomo IV p. 292-294).

Entretanto, em 6 de janeiro deste ano de 1543, Miguel Vaz escreveu uma carta ao Rei sobre o estado de coisas da Índia. Lá pelas tantas há, em meio a partes corroídas, que Vaz pediu a presença da Inquisição anteriormente e fazia lembrança do pedido “por serviço de Deus e de V.A.”. Justificou esse pedido porque “esta terra há muitos cristãos novos

[...] [e] aver sempre fama de o não bom viver desta gente” (REGO,1949, v. 2. p. 339). Portanto, além do primeiro pedido da Inquisição ter sido feito por Vaz sob a tradicional justificativa da presença dos Cristãos Novos, esse pedido de 1543 foi um reforço e contradiz o que Priolkar defendeu. De modo que, juntamente com o que foi apresentado neste trabalho, a imposição de alguma ortodoxia está claro que foi anterior.

Considerações Finais

Francisco Xavier aportou em Goa no ano de 1542 e logo iniciou suas atividades missionárias. Parece plausível afirmar que foi influenciado de alguma forma pelo Auto de Fé de 1543 contra Jerônimo Dias, pelas atividades religiosas e mesmo pela atividade missionária anteriores a sua chegada. O jesuíta não presenciou a condenação e execução do Bacharel, pois havia sido instruído por Miguel Vaz a seguir para missões na Costa da Pescaria. Portanto, também é provável ter sido informado do ocorrido e o próprio Vaz apresentado suas ideias inquisitoriais. De toda maneira, o desejo pela presença do Tribunal do Santo Ofício parece ser mais um dos exemplos da interação e cooperação dos diferentes agentes eclesiásticos.

Referências

- DISNEY, Anthony. A Expansão Portuguesa, 1400-1800. Contatos, Negociações e Interações. In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo R. (org.). **A Expansão Marítima Portuguesa**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- FARIA, Patrícia de Souza de. **A conquista das almas do Oriente: franciscanos, catolicismo e poder colonial português em Goa (1540-1740)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- FARIA, Patrícia Souza de. **A conversão das almas do Oriente. Franciscanos, Poder e catolicismo em Goa: séculos XVI e XVII**. Niterói: Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2008.
- GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HESPANHA, Antonio Manuel. **Filhos da Terra. Identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa**. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- NEVES, Guilherme P. Padroado. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 466 – 467.
- PAIVA, José Pedro. **Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- PEARSON, M. N. **The New Cambridge History of India. The Portuguese India**. Cambridge University Press, 1990.
- PRIOLKAR, Anant K. **The Goa Inquisition: The Terrible Tribunal for the East**. New Delhi: Voice of India, 1998.
- SANTOS, Maria Catarina Madeira. **Goa é a chave de toda a Índia. Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)**. Lisboa: CNCDP, 1999.

TAVARES, Célia C. da S. **A Cristandade Insular: Jesuítas e Inquisidores em Goa (1540-1682)**. Niterói: Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2002.

VENTURA, Ricardo N. de Jesus. **Conversão e conversabilidade. Discurso da missão e do gentio na documentação do Padroado Português do Oriente (séculos XVI e XVII)**. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura e de Cultura), Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

XAVIER, Ângela Barreto. **A Invenção de Goa. Poder Imperial e Conversões Culturais nos Séculos XVI e XVII**. Florence, European University Institute, 2003.

XAVIER, Ângela Barreto. A organização religiosa do primeiro Estado da Índia. Notas para uma investigação. In: **Anais de História de Além-Mar**, nº5, dezembro de 2004.

XAVIER, Ângela Barreto. De converso a novamente convertido. **Cultura** [Online], vol. 22/2006, posto online no dia 29 de janeiro de 2016

WEBER, Max. **Conceitos Sociológicos Fundamentais**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2010.

Fontes

AS GAVETAS da Torre do Tombo (Gav. XIX-XX, Maço 1-7). Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do ultramar, 1974. v. 10.

CORREA, Gaspar. **Lendas da Índia**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1864.

MONUMENTA Xaveriana. Matriti: Typis Augustini Avrial, 1899.

MEMORIAS para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Goa e Seus Suffraganeos. BNL, cod. 176.

SCHURHAMMER, Georgem. **Epistolae S. Francisci Xaverii**. Romae: Monumenta Historica Societati Iesu, 1944.

REGO, Antonio da Silva. **Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Índia**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1947-1958. 12 v.

Memórias em disputa. O filme: os sobreviventes – Filhos da guerra de Canudos

Janaina Santana Alves da Silva¹
Doutora em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre da dissertação de mestrado, cujo título é: “Canudos: um estudo sobre a representação nos livros didáticos (1997-2016)”, do qual as ideias e argumentos centrais são aqui discutidos. Minha apresentação aborda o documentário “**Sobreviventes - Filhos da Guerra de Canudos**”, produzido por Paulo Fontenelle, nos permite problematizar o diálogo entre memória e cinema. Nosso objetivo é perceber o filme como um espaço de recuperação, registro, reconhecimento, preservação e divulgação de um universo até então sistematicamente ocultado e destinado ao esquecimento - a memória da Guerra de Canudos, que, pelos planos oficiais do governo após a derrota que impôs aos “conselheiristas”, deveria ser eliminada.

Iniciamos nossa exposição indicando que, ao longo da história da Guerra de Canudos diversos pesquisadores registraram o apagamento da memória dos sobreviventes que foram estigmatizados como “jagunços”, “fanáticos” dentre outros estereótipos. O pós-conflito os sobreviventes iriam enfrentar uma nova luta, mas dura, mas cruel, era uma nova batalha, muito mais longa e cause igual há que eles enfrentaram dentro da cidade de Bello Monte quando estava em guerra. Essa luta os sobreviventes teriam que buscar maneiras para salvaguardar as memórias e permanecer vivo, pois a própria historiografia mostra que os mesmos foram duramente perseguidos assim que guerra acabou.

O documentário “*Sobreviventes – Filhos da Guerra de Canudos*” (FONTENELLE, 2004, 1:10:00), traz em seus 110 minutos de duração um aporte para pensar/discutir questões como: gênero documental, como a instância narradora e o pacto existente entre a obra e o seu leitor (SERAFIM, 2010, PP: 20). Neste documentário o diretor Paulo Fontenelle apropriou-se da oralidade e de como a memória está incutida nas narrações dos narradores para

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, aprovada com a pesquisa cujo título é: Canudos: um estudo sobre a representação nos livros didáticos (1997-2016). Sob orientação do Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes.

transparecer uma verossimilhança do sentimento que cada pessoa carrega daquele episódio ou de como a história fora lhe passada/ensinada.

Este documentário é uma das produções que contam a história do povoado de Antonio Conselheiro; existe ainda o longa-metragem de ficção do diretor Sérgio Rezende “*Guerra de Canudos*”, com a participação de José Wilker, Cláudia Abreu, Paulo Betti, e Marieta Severo (1997), o documentário de Ipojuca Pontes “*Canudos*” com a participação de Walmor Chagas (1978), além do filme “*Os sete Sacramentos de Canudos (Die Sieben Sakramente Von Canudos)*” produzido por Peter Przygodda para a ZDF alemã, com a participação dos diretos brasileiros Joel de Almeida, Jorge Furtado, Otto Guerra, Luiz Alberto Pereira, Pola Ribeiro, Ralf Tambke e Sandra Werneck (1996), são todos filmes que de alguma forma mostrou por um viés diferente da história tradicional a memória deste povoado.

O filme pode ser interpretado como um reflexo da sociedade na qual ele foi produzido, o documentário “*Sobreviventes – Filhos da Guerra de Canudos*” é uma reconstrução do passado, uma reconstrução por via oral, uma vez que ele também é uma fonte importante para compreensão, além de ser uma análise do tempo presente com as memórias do passado.

O historiador Robert Rosenstone em seu livro “*A história nos filmes – os filmes na história*” salienta que o documentário assim como “*a obra de história escrita, o constitui os fatos selecionado os vestígios do passado e envolvendo-os em uma narrativa. Como a história escrita, o documentário ignora a ficção geral – que diz que o passado pode ser integralmente contado em um enredo com começo, meio e fim*” (ROSENSTONE, 2010, PP: 110).

Segundo S. Heath apud Roger Odim em seu artigo “*Filme documentário, leitura documentarizante*” salienta que: “*é sempre um documento – um documentário – do filme e do cinema; todo filme é um documento de si próprio e de sua real situação a respeito da instituição cinematográfica e da complexidade da instituição social da representação*” (ODIN, 2012). Nesse sentido, o cinema documentário pode ser considerado uma verossimilhança da realidade. Nichols apud Cristina Soares de Souza e Gildésio Bomfim de Oliveira em seu artigo “*Cinema Documentário e filme de ficção: Convergência e Rupturas*” delinea que os filmes:

“*geralmente dão à impressão de que olhamos para dentro de um mundo privado e incomum de um ponto de vista externo de nossa posição vantajosa no mundo histórico, ao passo que os*

documentários geralmente dão a impressão de que, de nosso cantinho do mundo, olhamos para fora, para alguma outra parte do mesmo mundo” (NICHOLS, 2005, p.117 apud SOUZA, 2014, PP: 04).

Os autores ainda apontam que esse gênero cinematográfico permite um encontro do diretor com o espectador, socialmente em mundos diferentes, contudo, interligados por um único objeto a câmera que lhe confere um poder de sedução (SOUZA, 2014, PP: 05).

Desta maneira, a memória da Guerra de Canudos representa uma marca social na história brasileira, pois mesmo depois de muito tempo a República pretendeu aniquilar todos os espaços que contemplasse a memória daquele grupo menos abastado. É a partir da compreensão do diálogo entre a memória e o cinema, enquanto ambos são instrumento de dominação e divulgação de ideias, proponho pensarmos como a relação entre história, memória e silêncio/esquecimento na guerra de Canudos se dá no filme “*Sobreviventes – Filhos da Guerra de Canudos*”.

O filme/documentário “*Sobreviventes - filhos da Guerra de Canudos*” como memória

Enveredando por esse caminho pretendemos realizar uma descrição do filme/documentário “*Sobreviventes - filhos da Guerra de Canudos*”, um filme sobre a Guerra Canudos realizado em 2004, pelo cineasta Paulo Fontenelle. O referido documentário pretende evidenciar o depoimento do único sobrevivente de Canudos, o senhor Antônio de Isabel e dos descendentes: o senhor João de Régis, Dona Julia, Dona Ana de Bendegó, Senhor Ioio da professora, Dona Maria Batista Andrade, Dona Zefa de Mamede e Dona Salustiana sendo filhos e filhas, netos e netas de conselheiristas que mantêm viva a memória deste arraial. Por conta das limitações deste artigo vamos elencar apenas três depoimentos do total de nove personagens citados acima. Dito isto, vamos agora partir para a sinopse do documentário e os respectivos depoimentos.

Sinopse:

O documentário “*Sobreviventes - filhos da Guerra de Canudos*”, conta com 110 anos depois da Guerra, pois conta a história dos descendentes de quem conseguiu sobreviver ao genocídio. Os depoimentos dos anciões Antônio de Isabel – 110 anos de idade é o último sobrevivente vivo que conheceu Antônio Conselheiro, seu João de Régis, cuja uma parte da família saiu nos últimos dias guerra; Dona Zefa de Mamede, a sua mãe escapou pouco antes dos portões fechar por completo para buscar comida e quando retornou para cidade o exército

já havia destruído o arraial; Dona Maria Batista Andrade afirma que sua avó saiu com toda a família de dentro de Canudos; Ioio da professora é filho da professora que foi ajudante do Nina Rodrigues e a sua casa foi usada pelo Coronel Moreira César; Dona Ana de Bendegó é neta de sobrevivente e lembra das histórias que sua avó contava para ela quando criança; Dona Júlia também é neta de sobreviventes que conseguiram escapar pouco antes do cerco final ao Arraial e por último dona Salustiana que narra como a represa de Cocorobó afagou Canudos de uma vez por toda da história.

O documentário contém ainda a presença do fotógrafo, documentarista e pesquisador dos movimentos populares da história do Brasil, Antonio Olavo, ele faz um fio condutor entre a historiografia e a narrativa dos outros entrevistados. Olavo marca junta das oralidades dos anciões a historiografia com passagem dos grandes acontecimentos como: a morte do Major Frebrônio de Britto e Moreira César, os atos de degola cometido pelo exército aos sobreviventes masculinos, o fechar dos portões de Canudos e posterior o incêndio causado pelos comandantes do exército para destruir as casas que ainda permaneceram de pé e pôr fim à construção de uma represa que varre do mapa a cidade de Canudos.

Como podemos perceber este documentário recompõe o final da guerra e como cada indivíduo conseguiu escapar só ou acompanhado de outras pessoas da mesma família. É nítido em suas falas o sofrimento antes, durante os combates e mesmo depois de vencidos os sobreviventes não podiam falar do que havia acontecido naquele anfiteatro. Há de se pensar que a cidade de Belo Monte era um “*sonho*” de uma vida digna sem opressão dos coronéis, uma vida sem fome era a busca do paraíso de Deus na terra.

O diretor Fontenelle foi com uma pequena equipe para Canudos e rodou o filme “*Sobreviventes – Filhos da Guerra de Canudos*” inteiro em menos de dez dias. Esta equipe era composta por: Cleyde Afonso produtora; Marcio Bredariol e Cleisson Vidal fotógrafos; e a Trilha sonora: Marcos Souza. Contudo, Paulo Fontenelle além de ser diretor e roteirista também ficou com a montagem do filme. E as gravações do filme foram realizadas nas cidades de Canudo Velho (local da guerra), Canudo Novo (para onde a velha cidade foi transferida), Bendegó, Rosário e Euclides da Cunha².

² Canal Imaginário. Disponível em: <<https://www.canalimaginario.com.br/?q=node/6>>. Acessado em: 19/05/2017

Cabe ainda mencionar que a produtora, Canal Imaginário, do qual Paulo Fontenelle é sócio, custeou boa parte da produção deste filme, num valor de R\$30 mil reais e a outra parte foi financiada pelo Ministério da Cultura e da Petrobrás.

O documentário “*Sobreviventes Filhos da Guerra de Canudos*” relata a história desse infortúnio massacre e o seu desfecho, considerando não a visão da historiografia tradicional, mas sim do ponto de vista dos derrotados. É possível perceber pelas histórias contadas que Canudos foi considerada uma cidade tão desenvolvida que incomodava os coronéis, ou seja, as autoridades políticas e até as autoridades religiosas que tratavam a população com práticas de servidão moderna e aljava os menos abastados de seus direitos. Por este viés conseguimos entender que Canudos alcança um status de cidade desenvolvida, pois tudo que existia em Salvador, a capital do Estado da Bahia, se tinha de forma igualitária dentro de Canudos com exceção da polícia, pois não precisava, como os próprios depoentes contam, por não haver assaltos dentro da cidade.

Neste documentário os relatos das pessoas que possuem mais de 100 anos de idade conseguem iluminar novas formas de compreender o desfecho da guerra. Além disso, a narrativa do filme começa entre os anos de 1896-1897 e antes de chegar ao final do mesmo ele dá um salto no tempo e apresenta como Canudos foi afogada pelas águas do rio Vaza-Barris. Fazendo um parêntese, esta construção da barragem de Cocorobó começou na década de 50 e terminou no final da década de 70 sepultando, de uma vez por todas, as marcas/vestígios do que foi Canudos de Antonio Conselheiro. Voltando para análise do documentário, na primeira parte os depoentes descrevem como aconteceu o final da guerra, a morte do coronel Moreira César, e o fim dos sobreviventes que ficaram presos em Canudos e a primeira vez que o canhão foi disparado no sertão com seu rastro de destruição e morte.

A segunda parte do documentário é apresentada unicamente pela senhora Salustiana³ que conta como a enchente afogou Canudos para sempre – deixando apenas as suas memórias. Entretanto, como a sua narrativa faz parte do segundo momento, o nosso objetivo é salientar a guerra, o pós guerra e como essas imagens são memórias traumáticas para alguns sobreviventes. Além disso, ela narra que ao longo da construção da represa de Cocorobó as

³ **Dona Salustiana** – 91 anos de idade aponta que presenciou as águas do rio Vaza-Barris afogar canudos deixando apenas a memória individual de cada um que por algum motivo sobreviveu ao infortúnio.

pessoas foram removidas de suas casas para outras cidades, inclusive toda sua família foi retirada de Canudos.

Vale ainda destacar que o documentário conta com a presença do historiador Antonio Olavo que faz um fio condutor entre a narrativa dos personagens com a historiografia mostrando a semelhança das oralidades das histórias.

Descrição do filme:

O filme começa com um texto que explica que a produção do documentário foi feita a partir da pesquisa da obra do fotógrafo Evandro Teixeira.

Do texto passa-se ao primeiro depoimento, do senhor João de Régis (FONTENELLE, 2004, mm: 02:00), um idoso de 96 anos (filho e neto de sobreviventes da Guerra de Canudos). Ele identifica e indica a linhagem de sua família, que morreu em Canudos: por parte da família do pai, relata a morte de seus avós, de sua irmã e de seu cunhado. Apenas seus dois irmãos, Odilon e Macelinho, conseguiram escapar. Segundo ele, por parte da família de sua avó, morreram dois homens, um chamava-se Noberto e o outro José, mais conhecido por alguns pelo pseudônimo de Zé Guerra. Esses gostavam de uma boa briga, assim como Pajéu, Zé Abade, Pedrão e outros que lutaram na Guerra.

O senhor João de Régis relata que ainda existe o último sobrevivente de Canudos que conheceu Antônio Conselheiro, ele seria o senhor Antônio de Isabel.

A seguir fala o historiador Antônio Olavo (Ibidem, 2004, mm: 03:42). Ele narra que, em Canudos, as pessoas respeitavam uns aos outros e que, naquele arraial, não existia fome, perseguição, prostituição e nada do que existia em torno da cidade, o que explicaria a resistência da população e a necessidade de fazerem quatro expedições para acabar com a cidade de Bello Monte. A última delas, inclusive, fechou os portões da cidade em 5 de outubro de 1897, acarretando a saída de muitas pessoas, mesmo que algumas tenham se recusado a deixar o combate, pois preferiram morrer lutando do que voltar para miséria que era viver fora de Canudos.

Antonio Olavo, observar que Conselheiro era popular porque conhecia bem o sofrimento do sertanejo, um homem que tinha uma filosofia, e a sua vida era um bom exemplo para ser seguido. De 1874 a 1893, Antônio Conselheiro andou por Ceará, Pernambuco, Sergipe e Bahia, construindo igrejas, cemitérios e açudes. Ele sempre pregava o bem e, por isso, era muito querido e amado pelos seus seguidores. Para encerrar a parte

desta cena, Olavo alega que somente três personagens históricos tinham o carisma dos menos afortunados: Padre Cícero, Lampião e Antônio Conselheiro.

Nesse momento, a filmagem faz a transição para o personagem Antônio de Isabel. É importante mencionarmos que Antônio de Isabel conheceu o Conselheiro quando ele tinha aproximadamente 6 ou 7 anos de idade e, portanto, era uma criança.

Na ocasião da filmagem, com 110 anos, Antônio tem imagens dispersas e fragmentadas. Lembra-se da figura de Conselheiro “*um velho da cara larga, barbudo com uma barba já branca.*” Ele “*achava Conselheiro feio que nem uma onça*”. Diz que quando o viu pela primeira vez, ele estava levando um carregamento de madeira e dormiu na Varginha com a sua “*multidão de mais de 50 homens*”. “*... era gente como o castigo. Levou de uma vez só o carregamento da madeira. Nessa vez que eu vi ele na Varginha ele ia no meio da multidão, no meio do povo que levava a madeira. Eu só me lembro dele assim: ele era feio, homem, um bicho meio feio da cara larga, não era bonito não*”(Ibidem, 2004, mm: 13:22).

Na sequência, o documentário mostra as imagens de Canudos alagada pela represa de Cocorobó, bem como o povoado com suas casas de massapé, o seu rebanho bovino magro pela falta de alimento, as cabras que estão entre os poucos animais que conseguem viver no sertão nordestino, os cactos e outras plantas nativas da caatinga.

O personagem Antonio de Isabel é mais uma vez apresentado. Na sequência ele fala de outro sobrevivente, João Graúna que lhe teria contado que numa ocasião, quando os combatentes do arraial avistaram uma vaca, no momento que a mataram para levá-la até Belo Monte, soldados do exército que marchavam sobre o mesmo local, quando perceberam a presença deles em torno do animal, lançaram um disparo de canhão que atingiu a todos, inclusive, o animal. Dessa forma, nem foi possível identificar quem era gente e quem era animal devido ao tamanho do desastre que o disparo causou.

Fazendo uma avaliação da população de Canudos, a partir de dados disponíveis, Antônio Olavo explica que se “*Canudos tinha aproximadamente 25 mil pessoas, significaria que esse número equivalia a 13,5 por cento da população de Salvador, com 400 anos de existência. Hoje Canudos teria quase 500 mil habitantes, reagindo à mesma proporção que qualquer outra cidade*” (Ibidem, 2004, mm: 35:30).

Dando continuidade aos depoimentos, em relação ao senhor João de Régis, constatamos que ele salienta o silenciamento a que se condenava os fatos. Perguntar ou querer saber alguma coisa sobre Canudos antes da década de 50 era uma questão de pavor, pois existiam o coronel Zé Américo, o Barão de Jeremoabo e Cícero Dantas que perseguiram os jagunços que tinham participado do combate, nomeia, entre eles, “*o finado Pedrão que foi daqueles que mais brigou ai na guerra e tal de fim, que era amigo do Conselheiro*” (Ibidem, 2004, mm: 35:53).

O senhor João de Régis aponta que Pedrão foi quem tinha enterrado o corpo de Moreira César, no entanto, o senhor Ioio da Professora conta outra história sobre o fim do corpo de Moreira César. Apesar disso, sabemos que o corpo do general teria sido queimado próximo à casa onde vive o senhor João de Régis, e ele próprio afirma que o cadáver foi queimado e não enterrado. Depois, esse senhor ainda ressalta que fizeram uma obra, que ao completar 100 anos, todos vieram inaugurá-la somente para chamar o Imbuzeiro (Ibidem, 2004, mm: 36: 39) de Moreira César.

Antônio Olavo argumenta que, depois da terceira expedição, viria a quarta mais organizada, que contaria com tropas de 17 Estados e com 3 generais, sendo dividida em duas colunas; uma viera de Sergipe, enquanto a segunda saiu de Monte Santo. Elas se encontraram perto da cidade de Canudos e, durante os combates, antes de chegar ao alto da favela, as tropas sofreram várias baixas de comida e armamento. O marechal Carlos Machado Bittencourt, temendo mais uma derrota, envia novos reforços com munição e víveres, porém, somente conseguiu concluir a destruição de Canudos no início de outubro, mas precisamente no dia 5.

Nesta parte do filme, Dona Zefa de Mamede - 96 anos de idade, demonstra sua fragilidade física, reclama que não anda mais e não tem firmeza na mão para pegar um copo com água. A mesma salienta que muito poucas pessoas conseguiram sair de Canudos antes do cerco final do exército. Ela frisa ainda que alguns indivíduos partiram logo após a morte de Antônio Conselheiro.

Nesse momento, Antônio Olavo explica as diferentes narrativas existentes sobre o tipo de “*morte*” que teve Antônio Conselheiro. Uma delas é apresentada pela historiografia tradicional, que relata que seu falecimento ocorreu através de um ferimento de bala. Antônio

Olavo destaca que os historiadores não estiveram na guerra pra saber de fato o que ocorreu para que Conselheiro viesse a falecer.

Antônio Olavo comenta ainda que sondou Rufino, filho de Pedrão, que estava em Canudos e presenciou os últimos dias de Antônio Conselheiro, sobre o falecimento do líder combatente, e ele disse que Conselheiro não morreu, pois “*ele anoiteceu e não amanheceu*” e quando foram procurar o corpo dele, não o acharam mais. É como se ele tivesse sido encantado de uma forma que o corpo dele desaparecesse e ultrapassasse da vida para morte, transformando-o em mito, foi então que seu Rufino afirmou que ele não morreu, pois teria se tornado um ser encantado.

Questionando essa crença, o senhor Antônio de Isabel, que é contemporâneo da guerra (tinha de 6 a 7 anos de idade), tendo conhecido muitos conselheiristas, alguns inclusive que lutaram na guerra, fala que Conselheiro morreu por conta de uma doença comum, e como todos acreditavam que ele iria ressuscitar, aguardaram, mas quando o corpo começou a adquirir um mau odor, resolveram enterrá-lo. Para o senhor Antônio de Isabel, o líder guerrilheiro morreu de morte natural, e ele não acredita nessa história contada pelo filho de Pedrão sobre o encantamento de Conselheiro.

Não conformado com as respostas, Antônio Olavo foi perguntar ao senhor Ioio da professora sobre as causas da morte de Antônio Conselheiro, o idoso relatou que Conselheiro morreu de ferimento de bala quando estava na igreja, assim que uma granada explodiu na porta em que estava Antônio Vicente Mendes Maciel, gerando assim muitos estilhaços que acabaram atingindo o beato. Para acudir Antônio Conselheiro, chamaram o médico de Belo Monte, Manoel Quadrado, mas infelizmente o líder do movimento veio a falecer. A historiografia tradicional descreve outra versão a respeito da morte de Antônio Vicente Mendes Maciel, que foi através de uma caminheira (uma desintéria), e desta forma, Antônio Olavo mostrou as várias versões do falecimento de Antônio Conselheiro.

João de Régis reitera que Canudos estava prestes a se esgotar e, sem a presença de Conselheiro, que havia morrido, todos os seus maiores defensores haviam saído. Esse senhor relata que o seu pai, seu tio e alguns parentes tinham deixado Canudos para arrumar comida e somente havia a estrada de Uauá aberta e, depois de algum tempo, fecharam todas as saídas, não restando nenhum lugar para fugir, o que poderia acarretar no suicídio como opção de libertação.

Para o senhor Antônio de Isabel, Conselheiro desgraçou muita gente em Canudos, pois houve um momento em que não dava mais para vencer. Nos enterros, os corpos ficavam ao relento, e quando Canudos foi vencida, Artur Oscar fechou a cidade para sempre. Contudo, ele deu a ordem que, durante um determinado tempo, quem quisesse sair da cidade de Belo Monte, poderia, mas assim que terminasse o prazo, os restantes seriam mortos. Então, enquanto todos os homens foram degolados, as mulheres e crianças tiveram destinos diferentes.

Segundo Antônio Olavo, o último homem degolado foi Antônio Vicente Mendes Maciel, sendo exumado e decapitado. A sua cabeça foi levada para Salvador pelo médico Nina Rodrigues examinar se de fato Conselheiro era louco. E em 1905, a sua cabeça foi destruída pelo incêndio na antiga faculdade de medicina Teresa de Jesus. Olavo sublinha que o ato de cortar cabeças de algumas lideranças populares, era uma tradição da elite brasileira, um exemplo desses atos pode ser confirmado por meio da história de Tiradentes, Zumbi dos Palmares e Lampião. A cabeça é a representação de um mal que foi cortado da sociedade brasileira, além de ser um símbolo de vitória e um exemplo para os demais que se atrevessem a questionar o poder público.

Dona Zefa de Mamede declara que não se lembra de Antônio Conselheiro, mas se lembra de como algumas pessoas saíram de Canudos. Os que estavam baleados e não podiam andar, gritavam pedindo para sair daquele anfiteatro de guerra. Quando o exército cercou o local, os soldados incendiaram diversas casas causando a morte de pessoas, que foram carbonizadas. Como descreve dona Zefa de Mamede, a sua avó levou um tiro, pois quando saiu para buscar comida e um pouco d'água para se alimentar e saciar a sede, de repente, uma bala de canhão caiu em cima de uma casa que atingiu 18 pessoas, inclusive a sua avó. Quando a fumaça baixou, as pessoas foram até o local para ver se tinha sobreviventes, e chegaram perto de sua avó. Ela pediu para ver a filha Mamédia, e quando a filha chegou ao ambiente sua avó já havia falecido. Dona Zefa de Mamede relata que sua mãe se lembrava ter visto um crânio de uma moça pendurado no teto com o seu cabelo arrastando no chão (as casas dos conselheiristas eram pequenas e baixas e as mulheres naquela época cultivavam seus cabelos longos).

Após essas narrativas da derrota de Canudos, o diretor usa fotografias para demarcar o sertão e a caatinga que o cerca, e em cada foto, há um pedaço das últimas palavras de Favila Nunes, repórter de guerra que relatou:

“...a permanência aqui é insuportável em vista da situação de Canudos transformada num vastíssimo cemitério com milhares de cadáveres sepultados outros milhares apenas mal cobertos com terra e, o pior de tudo, outros completamente insepultos. Não se pode dar um passo sem tropeçar em uma perna, um braço, um crânio. Um corpo inteiro, outro mutilado, um monte de cadáveres aqui meio queimado, outro ali fumaçando, outro adiante completamente putrefato, disforme Canudos não existe mais para a nossa infelicidade, basta a sua eterna memória que mais parece um pesadelo. Enfim, está tudo acabado. (Favila Nunes, correspondente da Gazeta de Notícias - 1897)” (Ibidem, 2004, mm: 55:29).

Na cena final do filme, João de Régis, retorna à cena fazendo uma observação relevante: em seu depoimento expressa dúvidas com relação a versões de episódios da guerra, porque conhece algumas versões que se chocam, como, por exemplo, sobre o uso e as decorrências da “matadeira”, o canhão trazido pelas tropas do exército. Que efeito, de fato, teria provocado?

O senhor João de Régis expressa nas suas últimas palavras uma espécie de avaliação que faz de todo o acontecimento: que a Guerra de Canudos foi uma imprudência do Presidente Prudente de Moraes e do Governador da Bahia, Luís Viana, com o arraial de Belo Monte, do Antônio Vicente Mendes Maciel.

As cenas finais apresentam imagens do cotidiano dos personagens, os “sobreviventes, filhos de Canudos” nas suas casas, nos “vazios” do sertão, na situação de precariedade a que estão quase todos sujeitos daquela região.

Em suma, concluímos que o documentário, que analisamos aqui, salienta a memória subterrânea que fora diversas vezes ignorada pela historiografia tradicional. Cabe a nós destacar, portanto, que o filme/documentário “*Sobreviventes – Filhos da Guerra de Canudos*” propõe um debate sobre a guerra e o seu final. Mesmo depois de 125 anos da Guerra de Canudos, é possível mostrar um pouco do reflexo do que foi a sociedade canudense, recuperando a abordagem de quem viveu de perto ou pelo relato de seus próximos a guerra e o seu desfecho. Os descendentes dos verdadeiros sobreviventes narram as histórias como se tivessem participado, vivido e sofrido com as atrocidades vividas por seus parentes. Cabe ainda destacar que no início deste artigo nosso objetivo era perceber o filme como um espaço de recuperação, registro, reconhecimento, preservação e divulgação de um universo até então sistematicamente ocultado e destinado ao esquecimento. Porque, nós tratamos o

filme como um documento conforme as concepções do autor Robert Rosenstone, 2010. Bem como preferimos não abordarmos a questão da oralidade, mesmo sabendo que ela permeia o nosso objeto de estudo, que é o documentário “*Sobreviventes – Filhos da Guerra de Canudos*”. Sendo assim, torna-se evidente que os limites impostos à análise dos depoimentos, consideramos, entretanto, que esta limitação não impede a consideração do teor dos depoimentos, como elementos de memória individual e coletiva. Como registros de uma memória social cujas tentativas de abafamento das quais se desvencilhar, os tornam incontornáveis, resguardados todos os cuidados necessários.

Em contraponto com a apresentação dos depoimentos dos “sobreviventes”, além da interposição de fotografias e informações textuais de testemunhos documentais escritos e/ou referências historiográficas a sequência das cenas é costurada pela contextualização produzida pela interpretação historiográfica do historiador Antonio Olavo, que oferece informações e referências, entre as demais interposições de depoimentos.

Esse conjunto de recursos constrói uma narrativa, aparentemente guiada pela memória dos “sobreviventes”, enquanto torna evidente a fragilidade dos depoentes e a urgência da preservação dos registros desses “sobreviventes - filhos da Guerra de Canudos”.

Essa fragilidade, decorrente da condição física dos testemunhos, os “sobreviventes”, é reforçada pela introdução das imagens e do depoimento sobre a submersão de Canudos Velho sob as águas da represa de Cocorobó. Nessa ocasião surge Canudos Novo, para abrigar a população da antiga cidade. A renomeação e o redimensionamento do espaço implicam em ressignificações e desdobramentos da memória.

Ao enfatizar essa precariedade de vestígios físicos e as condições de preservação da memória de Canudos, ao mesmo tempo em que os resgata e registra, o documentário possibilita a apresentação e reflexão de questões sobre a constituição, apagamento, recalque, persistência e recomposição dessa memória.

Canudos existe, resiste, persiste, ainda.

Referência

CARNEIRO, Glauco. “*História das Revoluções Brasileiras – da Revolução da República à Coluna Preste (1889/1927)*” (1º Volume). Edições o cruzeiro, 1965.

CATROGA, Fernando. “*Memória, História e historiografia*”. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

COIN, Cristina. *A Guerra de Canudos*. São Paulo: editora Scipione, 1992.

COSTA, José Francisco Carvalho. “*Textos de José Calasans*”. In: Revista da USP: Dossiê Canudos. São Paulo, Nº 20, Dezembro, Janeiro, Fevereiro 93-94, pp: 6-27.

CUNHA, Euclides da. “*Os Sertões: Campanha de Canudos*”. Ed 15ª. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1940.

_____. *Canudos (Diário de uma expedição)* – Rio, Livraria José Olímpio Editôra, 1939.

FERRO, Marc. “*História e Cinema*”. Tradução Flávia Nascimento – São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FONTENELLE, Paulo. “*Sobreviventes - Os Filhos Da Guerra De Canudos*”. [Filme-vídeo]. Produção: Cleyde Afonso. Direção: Paulo Fontenelle. Gênero: Documentário. Ano: 2004. Música: Marcos Souza. DVD (106 mim.)

GUERRA, Sérgio Armando Diniz. “*Sobrevivência na tela: ficção e documentário, dois filmes são exemplos de como o cinema impediu que a destruição de Canudos significasse esquecimento*”. In: Revista de História da Biblioteca Nacional: “*Canudos Guerra dos Brasis*”. Rio de Janeiro, Nº 111, Ano 10, Dezembro de 2014.

HALBWACHS, Maurice. “*A memória coletiva*”. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.

MOCELLIN, Renato. *Canudos fanatismo ou a luta pela terra?*. São Paulo: editora do Brasil, 1989.

NORA, Pierre. “*Entre memória e história: a problemática dos lugares*”. Projeto História. São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

ODIN, Roger. “*Filme documentário, leitura documentarizante*”. Significação. São Paulo, n.37, 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/Master/Downloads/71238-95273-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Master/Downloads/71238-95273-1-SM%20(1).pdf)> acessado em: 30/05/2016

PIEIDADE, Lélis. “*Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897-1901*”. Organizador: Antonio Olavo. 2ª edição, Salvador: Portfolium, 2002.

POLLACK, Michael. “*Memória e identidade social*”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.

_____. “*Memória, esquecimento, silêncio*”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC-FVG, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROSENSTONE, Robert A. “*A história nos filmes – os filmes na história*”. Tradução Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SERAFIM, José Francisco. “*LENDO UM FILME DOCUMENTÁRIO: TODA A MEMÓRIA DO MUNDO*”. Ponto de Acesso, Salvador, v. 4, n. 1, p. 19-29, abr. 2010. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3984/2949>>. Acessado 07/09/2017.

SOUZA, Cristiana Soares de e OLIVEIRA, Gildésio Bomfim de. “*Cinema Documentário e Filme de Ficção: Convergências e Rupturas*”. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2014/resumos/R41-0214-1.pdf>>. Acessado em: 04/09/2017.

A tirania em dois tratados políticos portugueses do século XVI

José Vinicius da Costa Meneses¹
Mestre em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Este texto decorre da dissertação cujo título é: “Manuais para bem reinar e salvar: os ideais de bem comum e salvação nos espelhos de príncipe impressos em Portugal durante o reinado de Dom João III (1521-1557)”. O objetivo principal é levantar uma discussão sobre como era apresentada a ideia de tirania em Portugal no século XVI, especificamente, a partir de duas obras: a *Breve Doutrina e Ensino de Príncipes*² (1525), do frei Antônio de Beja e o *Tratado dos Estados Eclesiásticos e Seculares*³ (1557), de Diogo de Sá. Deste último, concentramos a análise na terceira parte, que tem o título “Dos reis e príncipes seculares”.

Para empreender este trabalho, o estudo e a definição das *representações* tal como nos apresenta Roger Chartier se tornam importantes. Neste sentido, observamos que os autores em seus escritos se utilizam de autoridades passadas para montar uma imagem de um exemplo que deve ficar ausente: o do tirano. E, embora pertençam os autores ao século XVI português e aos círculos mais próximos do poder real, ambos – como veremos – apresentam maneiras distintas de apresentar o tema, mas acabam por executar através de seus textos “práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo” marcando “simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 2002, p.23).

Tendo em vista que através da escolha das fontes o nosso recorte temporal tenha sido o século XVI, ressaltamos a dinamicidade tanto no contexto europeu como no português. Trata-se de um período marcado pela efervescência social, econômica e política, atrelada – entre outros – à Reforma Protestante, à Contrarreforma e à própria Expansão Marítima, esta última já em curso desde o século XV para as monarquias ibéricas. Imerso neste contexto, podemos observar o reino português passando por mudanças de ordem social, cultural, política e econômica.

¹ Egresso do curso de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, orientado pela Prof.^a Dra. Célia Tavares. Conclusão no ano de 2017, com a dissertação “Manuais para bem reinar e salvar: os ideais de bem comum e salvação nos espelhos de príncipe impressos em Portugal durante o reinado de Dom João III (1521-1557)”.

² A partir de agora referido como “Breve Doutrina”.

³ A partir de agora referido como “Tratado dos Estados”.

O ano das obras escolhidas neste trabalho demarcam quase perfeitamente o reinado de Dom João III, que foi de 1521 até 1557. A historiografia deste período durante muito tempo foi marcada por polêmicas quanto às ações do monarca. Dois exemplos muito claros são as posições de Alexandre Herculano e Alfredo Pimenta.

Enquanto Alexandre Herculano – romancista e liberal em meados do século XIX – descreve o monarca como um fanático religioso e pouco inteligente, tendo a intolerância do seu reinado fundada principalmente nas inclinações e caráter do chefe de Estado (HERCULANO, 1846, 205), Alfredo Pimenta traz em sua biografia sobre o monarca que este tomou as ações necessárias para aquele contexto, sendo a Inquisição uma espécie de “polícia” na defesa da fé. Assim, Dom João III teria cumprido seu papel contra as heresias reformistas e o perigo judaico. (PIMENTA, 1936, p.159)

Somente a partir da década de 60 do século XX começou a surgir na historiografia portuguesa interpretações sobre o reinado de Dom João III que não se prendiam a um comprometimento ideológico ou um juízo moral (BUESCU, 2008, p.12). O surgimento de novos documentos e problemáticas, além das mudanças metodológicas, contribuíram para a fuga de interpretações que caíssem em uma dicotomia rasa das ações do monarca em um período em que a sociedade portuguesa e o mundo estavam em constante mudança (BUESCU, 2008, p.12).

Esta rápida passagem pela historiografia sobre o período joanino nos alerta para a necessidade de buscar um trabalho com as fontes da época que leve em consideração essa especificidade de mudanças/continuidades em geral. Assim, ao invés de propor uma definição de “tirania/tirano” e buscá-la nos documentos – o que poderia levar a uma interpretação deslocada da perspectiva de mudança e da atuação de seus atores sociais no contexto – observamos a vida dos autores e como suas obras trabalham com esta questão.

Ao observarmos os autores das obras em análise, vemos a proximidade deles com os mais altos círculos da sociedade portuguesa. Frei Antônio de Beja, autor da *Breve Doutrina*, foi um religioso da Ordem dos Jerônimos, tendo possivelmente ocupado o cargo de Capelão Régio, ainda no reinado de Dom Manuel (1495-1521). Além da dificuldade em encontrar dados relativos ao nascimento e morte, também é problemático encontrar segurança quando observamos sua formação acadêmica. Segundo Joaquim de Carvalho, o frei teria sido licenciado em Teologia na Universidade de Lovania (BEJA, 1969, p. 178), sendo que José Sebastião da Silva Dias discorda desta hipótese e sugere que os estudos do frei tenham sido feitos na Universidade de Lisboa (DIAS, 1969, p. 178).

Além da obra já mencionada, frei Antônio de Beja produziu outros escritos, como a tradução da epístola de São João Crisóstomo – *Nemo laeditur nisi a se ipso*, de 1522 e o livro *Contra os Juzos dos Astrólogos*, de 1523, ambos dedicados a Dona Leonor (a essa altura, viúva de Dom Manuel) e o *Memorial dos pecados*, de 1529, dedicado a Dom Jorge de Almeida, Bispo de Coimbra. Todos os livros de frei Antônio de Beja foram impressos em Lisboa e na oficina de um mesmo tipógrafo, Germão Galharde.

Igualmente dono de uma biografia prejudicada pela falta de documentação, são mínimas as informações sobre a vida de Diogo de Sá. Sabe-se, contudo, que era natural de Coimbra e primo de personalidades ilustres do reino, como o poeta Sá de Miranda e de Mem de Sá, governador do Brasil (1558-1572). Não se sabe qual universidade teria cursado, contudo, é reconhecido por Diogo Barbosa e outros como “insigne nas Faculdades da Teologia, Jurisprudência e Matemática” (BARBOSA, 1791, p. 692). Além disso, foi nomeado capitão-mor por Dom João III em 1545, visto que participou do combate contra o rei de Calicute (1525); da conquista de Adém e nos sucessos da armada de Estêvão da Gama, no Mar Vermelho e do segundo cerco de Diu (1546). (SÁ, 2017, p.17)

Dono de uma produção que abarca conteúdos diversos, Diogo de Sá teve duas de suas obras publicadas na França e em latim: o *De Nauigatione Libri Tres* (1549) – de caráter multifacetado, mas predominantemente “científico” – e o tratado jurídico *De Primogenitura*, este último, com duas edições: em 1551 e em 1552. Os dois livros foram dedicados a Dom João III. Já o *Tratado dos Estados Eclesiásticos e Seculares* (1557) – dedicado a Dona Catarina – e o livro *Inquisição e Segredos da Fé* (c. 1562), dedicado ao cardeal D. Henrique, foram escritos em português e não receberam autorização para serem impressos.

Segundo Ana Cristina da Costa Gomes, a não autorização para que tais obras fossem impressas passa pelo recrudescimento da ação da censura inquisitorial em Portugal a partir dos anos 50 do século XVI. Além disso, o fato de estarem em vernáculo – possibilidade de abranger um público para além daquele universitário e erudito – e tratarem de controvérsias religiosas entre judeus e católicos contribuíram para que estas e outras obras da época, como o *Diálogo Evangélico sobre os Artigos da Fé contra o Tamul dos Judeus*, de João de Barros, sofressem com a censura inquisitorial (GOMES, 2004, p. 55).

Embora o livro *Inquisição e Segredos da Fé* (c. 1562) não aparece literalmente em qualquer lista de livros proibidos, seu assunto e forma – controvérsias religiosas entre

judeus e católicos em língua portuguesa – já o classificaria como proibido desde a década de 60 do século XVI. Já o *Tratado dos Estados* (1557) consta nominalmente no rol de livros proibidos de 1581 e era proibido também tanto no *Catálogo do Reino* e no *Catálogo de Castela* (GOMES, 2004, p. 56).

Estas rápidas biografias dos autores possibilitam algumas análises. A primeira, está relacionada ao lugar de produção em que ambos estão. Com frei Antônio de Beja, vemos a presença e a força das ordens religiosas – neste caso, dos Jerônimos – na Corte portuguesa. O próprio frei foi confessor de Dona Leonor e vários outros de seus membros ocuparam cargos de relevo no reino, seja como confessores ou capelães-reais seja como reformadores de instituições do reino, como a Universidade de Coimbra com o Fr. Diogo de Murça (DIAS, 1960, p. 94).

No caso de Diogo de Sá, vemos o paradigma “armas e letras” ou “mar e terra” (GOMES, 2012, p.12): um fidalgo versado em diversos assuntos que participou do itinerário das conquistas portuguesas no Oriente e manteve contato com a produção do conhecimento sobre estes fatos. Além de produzir sobre aquilo que presenciou, também entra em contato com outras vertentes do conhecimento que então estava em circulação nos principais centros universitários europeus, como Paris, por exemplo (GOMES, 2004, p. 22).

A segunda análise a ser feita está relacionada ao contexto histórico de produção de suas obras. O recém-empossado rei Dom João III convivia com o dilema de ser solteiro e a necessidade de garantir um casamento que trouxesse estabilidade sucessória para o reino e a convivência pacífica com a vizinha Castela. Entre as pretendidas para ocupar o posto de rainha estavam Dona Carlota (da casa dos Valois, morta em 1524), Dona Catarina (irmã de Carlos V) e a própria madrasta Dona Leonor.

Somente após um longo período de tratativas, que incluíam também possessões no Oriente, em julho de 1524 o rei casou-se com Dona Catarina (BUESCU, 2008, p. 174). A *Breve Doutrina*, de acordo com o próprio frei Antônio de Beja, seria um “serviço ou dom” dentro do “exercício das santas letras” para um rei que agora vivia com “nova e real companheira” (BEJA, 1965, p. 111).

Por outro lado, Diogo de Sá vivia em um cenário totalmente diverso ao escrever sua obra. Dom João III acabara de falecer, deixando Dona Catarina como regente durante a menoridade do seu neto, Dom Sebastião. Para além das questões já mencionadas sobre a censura inquisitorial e as ressonâncias do Concílio de Trento que chegavam rapidamente

a Portugal, é preciso ressaltar a instabilidade política gerada pela ausência temporária de um sucessor e as proximidades de Dona Catarina com Castela.

As pressões eram externas e internas, no momento em que Dona Catarina, tida por muitas vezes como “estrangeira”, assumiu a regência. As pressões externas vinham de Castela, uma vez que havia a pretensão de Dona Joana, mãe de Dom Sebastião, assumir a regência e a pretensão de Carlos V em consolidar Dona Catarina como regente e forçá-la a jurar Dom Carlos (neto de Carlos V) como rei de Portugal na falta de Dom Sebastião (BUESCU, 2007, p. 332-334).

Já as pressões internas eram materializadas pelas principais casas aristocráticas do reino e, principalmente, pelo próprio cardeal-infante Dom Henrique. Um episódio exemplar das dificuldades do momento foi a própria escolha de um mestre para a educação de Dom Sebastião. Enquanto parte do conselho e o cardeal Dom Henrique tinham escolhido como mestre o jesuíta Luís Gonçalves da Câmara, Dona Catarina tinha como principais nomes para o cargo o dominicano frei Luís de Granada e o agostinho frei Luís de Montoya. Por fim, Dona Catarina acabou cedendo e atribuindo ao padre Luís Gonçalves da Câmara o cargo, fato que ilustra também a crescente importância dos jesuítas em Portugal na época (BUESCU, 2007, p. 336-338).

Tendo em vista o falecimento de Dom João III e com o fim expor as regras dos estados eclesiásticos e seculares para melhor “reger e salvar”, Diogo de Sá dedica seu livro para Dona Catarina. Interessante ressaltar a explicação dada por Diogo de Sá quando se refere à língua utilizada. O autor diz que, pelo fato de Dona Catarina

[...]ficar na administração e governança de todos seus reinos e senhorios até idade perfeita do muito alto e poderoso rei Dom Sebastião, o primeiro deste nome vosso neto, segue o estado terceiro dos reis e príncipes seculares como sem letras podem saber o como em seus estados se hão de haver, assim no poder que por Deus lhes é dado, como na administração da Justiça, pela qual somente reinam, e como hão de ordenar as leis e tudo o mais que fizerem e ordenarem[...] (SÁ, 1557, fol. VIII)⁴

Assim, de modo semelhante à ação de frei Antônio de Beja, Diogo de Sá também aproveita a mudança de estado da rainha – de casada para viúva e de rainha para regente – para lhe dedicar uma obra que, de certa forma, ultrapassa a governação e retrata alguns grupos que compõem a sociedade portuguesa. Neste ponto temos uma diferença com a obra do frei: enquanto este não menciona a possibilidade de outras pessoas, além do rei, de utilizar a sua obra, Diogo de Sá, ao defender escrever sua obra em português, diz que

⁴ As citações das fontes foram modernizadas para facilitar a leitura das mesmas.

só assim os portugueses podem saber a verdade do que pertence ao estado que lhe couber e em que foi posto por Deus (SÁ, 1557, fol. VI).

Ainda que pertencessem a grupos diferentes da sociedade portuguesa ou que tivessem experiências de vida e formações intelectuais distintas ou convivido em momentos distintos do século XVI, ambos os autores tinham – ou buscavam ter – proximidade com a realeza, visto o contexto histórico específico no momento da produção de suas obras e como estas funcionam para sua colocação em uma sociedade de corte repleta de disputas. E, aludindo à importância dos governantes em serem ligados à leitura, se colocam como aqueles que lhes poderiam suprir tal demanda.

Tendo em vista sua dimensão real, ao serem direcionados à realeza em seus respectivos contextos, os dois livros poderiam ser classificados como espelhos de príncipes. Estes são manuais – de estilo variado (diálogos, tratados, epístolas) – e que apresentam o elenco das virtudes que seriam necessárias ao governante para que este alcançasse o bom governo (HANSEN, 2006, p. 134). Contudo, é importante também salientar que, embora muitos deles apresentem um caráter pedagógico ou de instrução, os espelhos de príncipes acabam fomentando e legitimando a representação tanto do próprio rei quanto do poder político ligado à instituição régia (BUESCU, 1996, p.29-30).

Embora tenha sido um tipo de fonte por muito tempo relegada pelos historiadores dado seu caráter normativo, o estudo deste tipo de fonte possibilita a observação de um momento histórico em especial e a dimensão pedagógica evidencia a necessidade de se ter um príncipe educado como uma necessidade política (BUESCU, 1996, p. 31).

É importante ressaltar, que, embora trate do estado real e dos príncipes apenas em um dos “estados” de seu livro e opte por escrever em português exatamente para que mais portugueses – dos outros “estados”, mesmo que não fossem doutos – tivessem acesso ao que nele estava escrito, de certa forma, a obra de Diogo de Sá não deixa de ser um aconselhamento à Dona Catarina, uma vez que os livros aconselham aquilo que os vassallos não o dizem (SÁ, 1557, fol. XI). Além disso, apresenta à regente não apenas as virtudes e os vícios de seu estado, mas também as mesmas características de alguns outros estados – 11 estados – que compõem o reino para que melhor pudesse reinar.

Tendo em vista que sejam obras direcionadas em um primeiro momento à realeza dos seus respectivos contextos, tem-se sentido observar o que os dois autores discorreram sobre o tema deste trabalho: a tirania. Seguindo uma ordem cronológica, iniciemos com o livro de frei Antônio de Beja.

A *Breve Doutrina* “surge essencialmente como uma obra em que avulta o conselho, a advertência e o exemplo, de ressonância bíblica, polarizada em torno das virtudes cristológicas da sabedoria, justiça e prudência” (BUESCU, 1996, p. 59). O livro, que possui poucas cópias e que foi impresso com privilégio, conta com uma longa carta introdutória direcionada a Dom João III – em que majoritariamente utiliza os escritos de Pico della Mirandola –, seguida das partes relacionadas com as três virtudes citadas anteriormente.

Embora frei Antônio de Beja utilize ao longo de todo o livro exemplos de como o rei não deve agir, ele trata a tirania de forma mais direta quando apresenta o ideal de rei prudente e quando apresenta a virtude da justiça. No primeiro momento, amparado pela *Política* de Aristóteles e alguns livros do Novo Testamento, o debate é apresentado a partir da necessidade que o rei prudente deve ter em refrear seus apetites e ser senhor de suas vontades. E, para exemplificar, ele utiliza dois personagens-chaves: Alexandre, o Grande e Jesus Cristo. O primeiro aparece como um exemplo negativo que, embora tenha conquistado muito em sua vida, não era senhor de si mesmo. Já Jesus Cristo aparece como Aquele que, além de ser senhor de si, foi humilde e se pôs a serviço dos demais. O frei afirma que

o tirano, como diz Aristóteles no [livro] V das Políticas, todas as coisas dispõem a seu proveito, mas o Rei do mundo, Cristo, sendo rico em sua divindade, por nos foi feito pobre, como diz Paulo. O tirano, diz Aristóteles, dá-se muito a suas deleitações (*sic*) e este Rei verdadeiro, Jesus, toda sua vida dispendeu em trabalhos, de maneira que Isaías, verdadeiramente ele tomou em si nossas enfermidades e ele sofreu nossas dores. E com esta prudência houve o Rei Jesus sabedoria, assim divina como humana. (BEJA, 1969, p. 116)

Além de possibilitar a percepção da filiação de frei Antônio de Beja às autoridades de longa tradição dos espelhos de príncipe, como Aristóteles – desde as obras de São Tomás de Aquino e Egídio Romano –, vemos como a própria imagem de Jesus Cristo se torna importante para a modelagem do rei perfeito em contraste com o tirano. Com isso, o rei – que foi posto no trono por Deus – deveria a partir do uso das três virtudes (sabedoria, justiça e prudência), seguir em tudo o exemplo de Cristo (BUESCU, 1996, p.147).

No segundo momento, quando trata da virtude da justiça, frei Antônio de Beja utilizou novamente a base aristotélica – no caso, a *Ética a Nicômaco* – e bíblica para apresentar uma definição de tirania que passa pelo aspecto legal. A partir da exposição do que seria a “Justiça geral e legal”, o frei entende que a partir do momento em que a lei

não sirva para conservar de defender o comum proveito da República e não tornar os cidadãos bons e virtuosos, já não seria lei, mas tirania (BEJA, 1969, p.133).

A justiça, para o frei Antônio de Beja é fundamental. Considerada a principal parte do livro pelo próprio autor, seria a partir da justiça exercida pelo rei alcançar a paz, segurança, unidade, fortaleza e guarnição da nação entre outras coisas (BEJA, 1969, p. 143). E, principalmente, não se atendo a afeições pessoais aos poderosos e dando aquilo que é justo a quem for de direito, seria possível atingir o bem comum.

Por outro lado, a ausência da justiça ou seu uso voltado a beneficiar particulares interesses poderia acarretar a perdição da alma, uma vez que se os poderosos escapassem da justiça do mundo, não escapariam da justiça de Deus. Poderia acarretar também na fome, na peste, citando inclusive o frei uma carestia no ano de 1522 como sinal do castigo divino ou mesmo perdas nos estados eclesiásticos – não fica claro se ele refere à Reforma, segundo Ana Isabel Buescu (BUESCU, 1996, p.151) – e seculares (BEJA, 1969, p. 142).

Através destes pontos mencionados da obra de frei Antônio de Beja, observamos que a tirania pode ser relacionada à ausência das qualidades características ligadas à imagem de Jesus Cristo. Preocupado em demonstrar um arquétipo do príncipe perfeito para um monarca que acabara de mudar de estado, o autor acaba ligando a tirania ao pecado do rei, na medida em que este não atende aos anseios da coletividade, e, principalmente, quando se torna injusto, levando seu reino ao “pó”, ao invés de alcançar o bem comum (BEJA, 1969, p.142).

Quando passamos a observar a obra de Diogo de Sá, percebemos que a questão da justiça se torna ainda mais central e isso acaba pautando a diferença quanto ao modo de exposição se compararmos com os escritos de frei Antônio de Beja. Ao longo de toda a descrição e explicação sobre o estado dos reis e príncipes, prevalece a discussão sobre a justiça e raramente abra-se espaço para qualquer outra virtude. E, quando acontece, logo o autor alude a uma subordinação destas para com a justiça. Acrescente-se a isso também o fato mencionado por Ana Cristina da Costa Gomes de que Diogo de Sá utiliza e aprofunda ideias no Tratado dos Estados retiradas do seu tratado jurídico *De Primogenitura* escrito em latim mais de vinte anos antes (GOMES, 2004, p. 77).

Sendo a justiça posta em destaque, é importante ressaltar o papel que a lei divina teria para Diogo de Sá. Ana Cristina da Costa Gomes observa que, para o autor, a “multiplicidade e desencontro das leis não têm motivo de existir porque, para o governo dos homens, é suficiente a lei de Deus” (GOMES, 2004, p. 75). Neste caso, para evitar

que as leis humanas se afastassem das leis divinas, reis e príncipes deveriam constantemente reformar e corrigir suas leis e estas serem justas (GOMES, 2004, p. 75).

O papel das leis positivas e sua relação com a lei divina é tão importante que, um dos pontos que Diogo de Sá mais discute é se a vontade ou aquilo que passa na mente do rei pode ser considerado lei. O que torna válida uma posse ou um direito não é a vontade ou o querer do rei, mas sim a sua causa, uma razão. Por isso, seria lícito não guardar uma lei que seja injusta – por exemplo, se entrar em conflito com a própria lei positiva ou divina – e aqueles que resistem a tais desmandos, seriam vistos com bons olhos por Deus (SÁ, 1557, fols. 223-224).

Por isso Diogo de Sá afirma que

donde se pode notar que toda razão da lei natural é que os reis e príncipes não podem instituir lei alguma fora do bem comum e público que a lei e razão natural porque foi instituído. E se pode notar que cada vez que contra o bem comum, não somente fazer alguma coisa, mas a presumir, que passa os termos de seu poder. E não buscando o proveito comum e da república, mas o seu não merece nem poder ter nome de Rei nem de Senhor, nem reitor, nem de príncipe, mas de tirano (SÁ, 1557, fols. 146-147).

Para evitar o que chama de “maus entendimentos” antigos e gentílicos que são declarados por “novos beijos e novas línguas” e que geram abusos, Diogo de Sá, através da utilização da Bíblia, filósofos, jurisconsultos e dos Padres da Igreja, começa o seu texto alegando a necessidade de usar como base para a governação dos reis e príncipes aqueles conhecimentos e experiências que Deus legou aos seres humanos (SÁ, 1557, fol. 108). Seria necessário tratar de todos os estados escolhidos em seu livro e ainda mais o dos reis e príncipes, para “resolver as escrituras divinas e humanas, para dar regras claras como em cada um se pode os cristãos salvarem” (SÁ, 1557, fol. 118).

Sendo a justiça o principal meio de se alcançar o bem comum, os reis e príncipes, não devem ser imunes às leis que obrigam aos seus súditos, segundo Diogo de Sá. Colocados por Deus contra a Sua própria vontade em seus estados – depois de um pedido do próprio povo e o autor usa aqui por diversas vezes o exemplo de Saul, do Antigo Testamento (SÁ, 1557, fol. 119) – os reis devem ter consciência do limite dos seus poderes, restando a malícia e dispondo os cidadãos em concórdia.

Tal perspectiva aparece em espelhos de príncipes desde a Idade Média e tem como referência o livro do Deuteronômio. Através da leitura realizada pelos Padres da Igreja, este livro serviu para opor o *regimen*, ligado ao rei justo, da *dominatio*, ligada ao tirano e sua dominação. Não haveria, portanto, uma realeza fundada na vontade divina, mas na

concessão de Deus a um pedido das tribos de Israel. Neste sentido, trata-se de uma realeza condicional: “o *regimen* real não abole o *regimen* divino; ao contrário, permanece-lhe submisso”. Com isso, o Deuteronômio acaba estabelecendo os limites da força secular, sendo um mal necessário graças à corrupção (SENELLART, 2006, p.113).

Embora aconteça, para Diogo de Sá, a prática da injustiça seria incabível ao rei (SÁ, 1557, fol. 204). Mesmo na escolha de seus ministros, o rei deve ter cuidado para escolher pessoas que não cometessem juízos errados ou julgassem de acordo com interesses privados. A escolha de um ministro que cometa injustiça poderia ser relevada, mas a ciência de que o ministro comete abusos e ainda assim permanece no cargo, seria um desvio de prevaricação cometido pelo rei (SÁ, 1557, fol.269).

Um ponto que não aparece no livro do frei Antônio de Beja e é discutido por Diogo de Sá é a questão da remoção do tirano. Neste sentido, Diogo de Sá argumenta utilizando a teoria do poder mediato que a partir da vontade do povo em ter um rei e estando em pecado, tal vontade se torna uma necessidade, visto que em pecado se perde o livre-arbítrio. Por isso, embora o rei tenha sido eleito para fazer e cumprir a justiça, o tirano só poderá ser removido com o auxílio de Deus (SÁ, 1557, fol. 135).

Isso não significa que o tirano não sofrerá as consequências dos seus atos. Tal julgamento e emendas será dado a ele por Deus, sendo pior que as penas da justiça do mundo. Neste sentido, em diversas partes do seu texto, Diogo de Sá faz outras referências à tirania de modo a alertar como evitá-la. Por exemplo, a partir do momento em que o rei retira do povo um tributo que não seja necessário ao bem comum, mas para seu proveito próprio, daí ele estaria sendo tirano (SÁ, 1557, fol.138).

De uma maneira geral, podemos perceber que tanto Frei Antônio de Beja, quanto Diogo de Sá compartilham um rol de autoridades que aproxima ambos de uma conotação comum quanto à tirania. O tirano, seria aquele que perde o nome de “rei” e que prefere atender a seus caprichos do que a governar em prol do proveito comum. Cometendo injustiças, ofenderia a principal virtude usada para se alcançar o bem comum, a justiça. E como se trata de um contexto cristão, o tirano ofende diretamente a Deus, uma vez que foi posto neste estado por Ele e como Ele deveria amar e zelar pelo seu povo, visando a salvação das almas.

Um tanto diversa entre os dois autores é a estrutura do texto. Neste sentido, o contexto em que ambos escrevem afeta diretamente o modo de exposição das suas ideias. Escrever para um jovem rei que acaba de se casar e aparentemente consegue manter

segura sua sucessão, possibilita dentro da formação do frei Antônio de Beja, a produção de um texto de caráter mais pedagógico.

Por outro lado, o texto de Diogo de Sá explora mais a fundo questões teóricas e fundamentais no que se refere à própria justiça, à origem do poder, a melhor forma de governo, além da relação destes assuntos com a perspectiva religiosa. Exatamente por tratar de tais assuntos – e em português – seu livro não foi impresso e acabou incluído no rol dos livros proibidos: tornou-se vítima da censura inquisitorial em um momento delicadíssimo da monarquia, no qual uma criança de pouco mais de 3 anos era levantada como rei e uma rainha vista como estrangeira assumia a regência.

Assim, o trabalho consegue demonstrar o quão interessante e rico podem ser as análises de um momento tão dinâmico da história portuguesa no século XVI. A distância temporal e as generalizações rápidas e apressadas tendem a passar a errônea percepção de unidade e padronização, ocultando detalhes que podem contribuir cada vez mais com o debate historiográfico da época moderna.

Referências

ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. Antologia do pensamento político português. Século XVI. Vol. 1. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1965.

BUESCU, Ana Isabel. Catarina de Áustria (1507-1578): infanta de Tordesilhas, rainha de Portugal. Lisboa: A esfera dos livros, 2007.

_____. Dom João III (1502-1557). Rio de Mouro: Temas e debates, 2008.

_____. Imagens do Príncipe: Discurso normativo e representação (1525-49). Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

CHARTIER, Roger. A História Cultural. Entre Práticas e representações. Alges: Difel, 2002.

DIAS, Sebastião José da Silva. A política cultural da época de D. João III. Vol. 1. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1969.

_____. Correntes do sentimento religiosos em Portugal (século XVI e XVII). Coimbra: UC; Instituto de Estudos Filosóficos, 1960.

GOMES, Ana Cristina da Costa. Diogo de Sá: Os horizontes de um humanista. Lisboa: Prefácio, 2004.

GOMES, Cristina Gomes. Diogo de Sá no renascimento português. Vol. I. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos - Faculdade de Letras de Lisboa, 2012.

HANSEN, João Adolfo. Educando príncipes no espelho. In: Floema Especial: Caderno de Teoria e História literária. Edições UESB - Ano II, n. 2 A, 2006. pp. 133-169. Online: <http://periodicos.uesb.br/index.php/floema/article/viewFile/81/89>.

HERCULANO, Alexandre. História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal. Lisboa: Imprensa da Portugal-Brasil, 1879-1880.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana Histórica, Crítica e Cronológica*. Tomo I. Lisboa: Na Officina de IGNACIO RODRIGUES, Anno de 1752.

PIMENTA, Alfredo. *D. João III*. Porto: Livraria Tavares Martins. 1936.

SÁ, Diogo de. *De Nauigatione Libri Tres*. Lisboa: Academia de Marinha e Centro de Estudos Clássicos, Universidade de Lisboa, 2017.

SEHELLART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

Fontes

BEJA, Frei Antônio de Beja. *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1965. Edição Fac-similada.

SÁ, Diogo de. *Tractádo dos Estádos ecclesiásticos & seculáres*. Em que por muy breue & claro stillo se mostra como em cada hu[m] delles se pode o Christã saluár. Manuscrito. [1557].

Entre tiros e barricadas: revolução e fim ideal em *Les Misérables* e *germinal*

Lara Cristina Veiga Bernardo¹
Mestre em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

I Introdução

— *Écoutez, s'écria brusquement Enjolras toujours aux aguets, il me semble que Paris s'éveille*².

Este texto decorre da dissertação de mestrado, cujo título é: especificamente do capítulo X, do qual as ideias MISERÁVEIS DO REINO E O GERMINAL DE UMA NOVA SOCIEDADE: CONTEXTO HISTÓRICO E ELABORAÇÃO ARTÍSTICA EM VICTOR HUGO E ÉMILE ZOLA (DA POBREZA DEGRADANTE À REDENÇÃO), algumas ideias e argumentos centrais são aqui discutidos. Nesta apresentação pretende-se fazer uma análise das obras *Les Misérables*, de Victor Hugo e *Germinal*, de Émile Zola, destacando as diferentes construções artísticas de projeções de futuro, a partir das influências políticas, sociais e literárias do século XIX. Em *Les Misérables*, o futuro projetado e idealizado tem influências diretas dos ideais religiosos do autor, que acreditava que o progresso deveria levar para um futuro onde não existissem misérias. A idealização de um futuro transformado, a partir do romance de Zola, se dá pela participação política dos trabalhadores, através da reunião em sindicatos, de reivindicações e greves. Em *Germinal*, a possibilidade de um futuro construído pela classe trabalhadora é criada a partir do derramamento de sangue dos mineiros, que se levantam contra a exploração a que eram submetidos.

O século XIX na França foi marcado por profundas mudanças sociais e econômicas que afetaram diretamente o cotidiano e a vivência dos sujeitos históricos, em especial, das camadas empobrecidas. Foi um século marcado pela Era napoleônica, pela Restauração, pelas revoluções de 1830, 1848 e 1871, e por processos acelerados de industrialização e urbanização. Nesse contexto, verifica-se uma profusão de novas ideias

¹ Mestra pelo Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, aprovada com o projeto: os miseráveis do reino e o germinal de uma nova sociedade: contexto histórico e elaboração artística em Victor Hugo e Émile Zola (da pobreza degradante à redenção), sob orientação do Dr^a, Ana Carolina Huguenin Pereira, bolsista da CAPES

² HUGO, Victor. *Les Misérables*. Ed. Francesa, 1862, p. 1567. – Ouçam! – exclamou bruscamente Enjolras, sempre de espreita. – Parece-me que Paris se levanta. (HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 1642)

e identidades sociais, o surgimento de novos partidos políticos, de afirmação de ideais revolucionários e movimentos contestadores. De acordo com J. Guinsburg (2013), estas transformações históricas não poderiam passar ao largo do campo da Literatura, repercutindo no desenvolvimento do movimento literário romântico, cujas origens remontam a finais do século XVIII e, posteriormente, no movimento Naturalista.

O autor traça um panorama histórico sobre as principais mudanças socioculturais do século XIX e suas repercussões na esfera da Literatura, levando inclusive em consideração os ideais iluministas do século anterior que ainda inspiravam as mentes. O Romantismo, de acordo com Guinsburg, "é fruto de dois grandes acontecimentos na história da humanidade [...], a Revolução Francesa e suas derivações, e a Revolução Industrial" (Ibidem, p. 24). Desta forma, o autor considera a criação literária como algo intimamente relacionado ao contexto histórico. Tal ideia pode ser problematizada, como o faz Edward Said em seu livro *Cultura e Imperialismo* (SAID, 2011), onde se aponta a Literatura como importante formadora de opiniões e criadora da materialidade histórica, na mesma medida em que a materialidade histórica influencia a Literatura. O contexto histórico figura, tanto no Romantismo hugoano, quanto no Naturalismo zolaniano, como fonte de inspiração e tema de debate.

Hugo viveu durante o período da Restauração Monárquica e presenciou as revoltas populares de 1832. Zola viu de perto as vilas mineiras do Norte da França e desceu até o fundo das minas de carvão. Formadores de opinião e nomes consagrados da cultura e da literatura francesas, estes dois grandes literatos foram também afetados pelas mudanças de seu tempo. No entanto, o que diferencia o romance de Hugo do de Zola é mais do que o enredo. O olhar é diferente, a perspectiva, as ideias que precederam ambos, a formação e, consecutivamente, as representações. Ambos relataram, respectivamente em *Les Misérables (Os Miseráveis)* e em *Germinal*, aquilo que mais interessa a este trabalho, a forma de vida das populações miseráveis na *modernidade* (BERMAN, 1986) oitocentista.

II. Fim ideal em *Les Misérables*

Em *A tentação do impossível*, Mario Vargas Llosa (2012) destaca que, em *Les Misérables*, é como se tudo se encaminhasse para as barricadas. Nelas, todos os ideais e sujeitos se encontram, nelas todos se veem frente à morte, idosos e crianças, homens e mulheres, revolucionários e homens do exército.

A revolta urbana retratada por Victor Hugo representa os motins ocorridos em 1832, quando classes empobrecidas foram às ruas contra a Monarquia Burguesa de Julho.

Tal movimento faz parte do contexto revolucionário pós 1815, e mais especificamente, após 1830, quando a classe operária assume maior protagonismo nas lutas políticas. De acordo com Hobsbawm:

1830 determina uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã-Bretanha e na França, e dos movimentos nacionalistas em grande número de países da Europa.

Por trás destas grandes mudanças políticas estavam grandes mudanças no desenvolvimento social e econômico. Qualquer que seja o aspecto da vida social que avaliarmos, 1830 determina um ponto crítico (HOBSBAWM, 2006, p. 162)

Embora não seja a data que marca as revoltas retratadas por Hugo, o autor menciona 1830 como marco histórico fundamental para o enredo do romance. Em 1832 Hugo se deparou com a chacina cometida pelo exército monárquico contra os operários e estudantes miseráveis, que gritavam com toda força revolucionária herdada de 1789 (HOBSBAWM, 1996), exigindo o “progresso” revolucionário e social, que o próprio autor defende “como cimo”³.

As revoltas ligadas aos acontecimentos de 1830 tiraram a esse grande acontecimento parte de sua pureza. A Revolução de julho teria sido um belo golpe de vento popular, imediatamente seguido de um belo céu azul. As revoltas, porém, tornaram o céu novamente nebuloso. Fizeram degenerar em querela essa revolução a princípio tão notável pela sua unanimidade. Na Revolução de julho, como em todo progresso irregular, existiam fraturas invisíveis; as revoltas puseram-na à mostra. Pode-se então dizer: - Ah! isto está quebrado. – Depois da Revolução de julho, o que se sentia era o alívio; depois das revoltas, sentia-se a catástrofe. (HUGO, 2012, p. 1431)

O ideal de Victor Hugo não se relacionava à morte dos revolucionários, mas sim ao que esperava a partir deles. “Do alto” (como se expressa o autor) seria possível vislumbrar um futuro, um ideal, uma causa, uma sociedade capaz de se redimir e a partir disto perdoar a todos, menos legalista e mais misericordiosa. Uma “humanidade do alto”, uma “sociedade sem rei” e uma “religião sem livro”⁴.

³ HUGO, Apud. WINOCK, Michel. *Victor Hugo na arena política*. Ed. Rio de Janeiro: Difel, 2008, p. 70. “Em meu pensamento, *Os Miseráveis* nada mais são que um livro tendo a fraternidade como base e progresso como cimo.”

⁴HUGO, Victor. Apud. WINOCK, Michel. *Victor Hugo na arena política*. Rio de Janeiro: Difel, 2008, p. 69. Se o radical é o ideal, sim, sou radical. [...] Sim, uma sociedade que admite a miséria, sim, uma religião que admite o inferno, sim, uma humanidade que admite a guerra me parecem sociedade, religião e humanidade inferiores, e é na direção da sociedade do alto, da humanidade do alto e da religião do alto que inclino: sociedade sem rei, humanidade sem fronteiras, religião sem livro. Sim, combate o padre que vende a mentira e o juiz que distribui a injustiça. Universalizar a propriedade (o que é o contrário de aboli-la), suprimindo o parasitismo, ou seja, chegar a essa meta: todo homem proprietário e nenhum senhor, esta é, para mim, a verdadeira economia social e política. A meta está longe. Será um motivo para não se

O cenário que parece o fim do romance, apenas anuncia o fechamento do enredo. A barricada leva aos esgotos, onde *Jean Valjean* salva a vida de *Javert*, o oficial que lhe perseguiu durante toda a vida. Tem-se então o perdão supremo, expressão do ideal cristão, que o personagem havia experimentado a partir do bispo *Myriel*, e que se coloca acima da formalidade e das falhas das leis dos homens. Quem sobrevive à barricada pode escolher entre a morte e a vida. *Javert*, incapaz de compreender o perdão, movido a vida toda pela lei humana, se suicida; *Marius* sobrevive e se casa com *Cosette*; *Jean Valjean* é acolhido pela morte com a presença fantasmagórica do bispo *Myriel*. Então o fim ideal se apresenta de forma mais clara.

Durante toda a vida política e intelectual, Victor Hugo militou, a partir de uma perspectiva humanitária, contra a pena de morte e por uma sociedade mais justa para todos. De acordo com Winock (2008), ao presenciar a carnificina sofrida pelos revoltosos de 1832, o romancista se sentiu profundamente comovido a ponto de tematizá-las em seu maior romance. Relatos do próprio autor demonstram sua profunda comoção diante das mortes, consideradas por ele como desnecessárias e injustificáveis⁵.

O ideal, portanto, não estava na revolta, na barricada como solução revolucionária, mas na construção de uma sociedade diferente, renovada pela justiça social e pela fraternidade. Durante toda sua vida lutou por isso, se tornando um porta voz da esquerda a partir da Terceira República, como mencionado no capítulo 3 deste trabalho. O desfecho ideal estaria naquilo que a trajetória de *Jean Valjean* representa: perdão, justiça, fraternidade, revisão da legislação, inspiração no perdão divino. Ali estava o ideal de progresso para Victor Hugo.

III. Fim ideal em *Germinal*

Talvez seja possível dizer que existiram dois Zolas: um pré-Auzin e outro pós-Auzin, portanto, um antes de *Germinal* e outro após, ou a partir, de *Germinal*. O naturalista escolhe o tema de *Germinal* em 1884, quando decide escrever um romance tendo uma mina de carvão como cenário e uma greve como tema central. Por conhecer

encaminhar a ela: Abrevio e resumo. Sim, enquanto for permitido ao homem querer, quero destruir a fatalidade humana; condeno a escravidão, enxoto a miséria, ensino à ignorância, trato a doença, clareio a noite, odeio o ódio. Eis o que sou, e por isso fiz *Os Miseráveis*. Em meu pensamento, *Os Miseráveis* nada mais são que um livro tendo a fraternidade como base e progresso como cimo.

⁵ HUGO, Victor. *Ouvres complète de Victor Hugo, Actes et paroles*. Vol.1. Publiées par Paul Maurice, puis par Gustave Simon. France : Gallica, p. 162. Disponível em : < <https://gallica.bnf.fr>>, acesso em abril de 2021.

pouco sobre a temática e a fim de trazer elementos de realidade material e científica para o romance, encontrou a necessidade de fazer uma pesquisa de campo. Desta forma, Zola seguiu para Auzin, no nordeste da França, onde permaneceu por cerca de nove meses.

Tomando outra vez como exemplo *Germinal* e a extensa pesquisa feita por Zola sobre as minas de carvão, não há como desconsiderar a pretensão de “verdade” que o autor tinha em suas obras. O Naturalismo, de um modo geral, tinha como obsessão mostrar a realidade. (BORGES, 2018, p. 52)

O autor chegou na região no momento em que os mineiros se preparavam para uma greve. Então participou das reuniões dos comícios de trabalhadores organizados pelas lideranças locais (TROYAT, 1994). Apesar de não se sentir politicamente inclinado ao socialismo até então – levando em consideração sua rasa participação política e declarações pessoais expressas em cartas e diálogos - Zola entende que o partido socialista e as discussões em torno das transformações sociais pela revolução estavam fortemente presentes no meio operário.

Zola está acumulando anotações para o décimo terceiro volume da série [*Les Rougon-Macquart*], intitulado *Germinal*, e que terá “como panorama uma mina de carvão de pedra e como tema central uma greve”. Ora, ele não conhece nada nesse universo subterrâneo nem das reivindicações dos mineiros. Uma viagem ao local torna-se imprescindível. Em fevereiro de 1884, seguindo o conselho do deputado Alfred Giard, decide fazer uma expedição, caderneta na mão, à bacia Norte da França. Chega ali no momento em que os mineiros entram em greve. Uma greve selvagem, que durará cinquenta e seis dias e que acabará fracassando. A fim de melhor documentar sobre o *negro país*, vai até Auzin, assiste a comícios socialistas, informa-se sobre a questão operária, desce em companhia de um engenheiro na mina Renard, a seiscentos e setenta e cinco metros de profundidade. (Ibidem, p. 162-163)

Zola escreveu sobre uma vila mineira em meio a uma greve que se desenrola em uma revolução. De acordo com Borges (2018), o autor idealizou e escreveu *Germinal* em um contexto de reformas das leis trabalhistas e legalização dos sindicatos, durante a Terceira República. Apesar de se passar no Segundo Império, *Germinal* expressaria, então, as reivindicações dos trabalhadores, que desembocaram nas conquistas alcançadas durante a Terceira República.

A contradição entre patrões e operários extrapola o ambiente de trabalho e colocava também no campo das instituições políticas. A 3ª República era vista como aliada natural dos trabalhadores contra patrões católicos; com a legalização dos sindicatos em 1884 as reformas trabalhistas começaram. Zola escreveu *Germinal* exatamente neste momento, o que ajuda a explicar sua preocupação em mostrar estas contradições no ambiente da mina. (BORGES, 2018, p. 148)

Mas a trama de *Germinal* não poderia se desenrolar somente nos sindicatos e entre discussões político-ideológicas. Era preciso descrever de forma minuciosa a condição

material de vida dos operários, seus costumes cotidianos, seus vícios. Desta forma, Zola entra nas casas, conversa com médicos a respeito da saúde dos mineiros, anda pelos campos, observa mulheres e crianças (TROYAT, 1994).

De acordo com Josephson (1947), é possível diferenciar duas etapas na vida de Zola, que coincidentemente – afinal não existe uma relação direta e imediata - se refletiam em sua aparência física. Teria existido um “Zola gordo” (JOSEPHSON, 1947, p. 233), acomodado às riquezas advindas de seu sucesso literário, organizador dos serões de Médan, parecido com os burgueses que descreve em seus romances; e teria existido posteriormente o “Zola magro” (Ibidem, p. 306), pós-Auzin, que começa a se inserir mais no debate político, critica de forma mais aberta o sistema econômico e posteriormente se envolve no caso Dreyfus. Quando sai do conforto de Médan para passar meses no Norte, fazendo pesquisa de campo e anotações sobre as condições de vida dos trabalhadores, Zola passa, então, por um processo de transformação.

Além de ir até Auzin, entrar nas casas dos mineiros e participar de comícios políticos, de modo a oferecer uma descrição ultrarrealista da realidade que pretendia retratar com objetividade científica, Zola desceu até o fundo da mina de carvão, de onde saiu profundamente impactado. Enquanto Hugo se propõe a observar a miséria a partir de um olhar que considera como sendo “do alto”, espiritualizado e transcendente, Zola faz o caminho inverso e observa a miséria de baixo, do mais fundo abismo social, do fundo de uma mina de carvão. As anotações que faz a respeito da experiência de descer até o fundo da mina demonstram as impressões impactantes que a experiência nele provocou. De acordo com Troyat (1994): “Barrigudo, quase sem respirar, com o coração fraco, vaga nas galerias obscuras com o pressentimento de que nunca mais voltará a ver o dia” (TROYAT, 1994, p. 163), Zola teria se sentido sufocado no fundo da mina de carvão, saindo dela profundamente impactado. Em *Germinal*, Zola descreve suas percepções ao descer ao fundo da mina, através do personagem Étienne, protagonista do romance e operário que acabara de chegar na região.

O embarque continuava em cima e embaixo, um atropelado confuso de gado. [...] Todos estavam à vontade. Quanto a ele, às vezes não sabia se estava descendo ou subindo. Quando o elevador corria reto, sem tocar nas guias, era como se estivesse imóvel; mas em seguida produziam-se umas trepidações repentinas, uma espécie de deslocamento de todas as pranchas, que lhe faziam temer o pior. Ademais, ele não conseguia distinguir as paredes do poço por trás da rede onde colara o rosto. As lâmpadas mal iluminavam os corpos empilhados a seus pés. Somente a lâmpada do contramestre, no vagonete vizinho, brilhava como um farol. (ZOLA, 2008, p. 37)

As impressões de Zola sobre o fundo da mina aparecem no romance de diferentes formas: através das representações sobre a exploração dos trabalhadores, que perderam suas vidas e a saúde no trabalho de extração do carvão; da dicotomia entre a vida dos burgueses e dos mineiros, que enriqueciam tranquilos enquanto os mineiros passavam fome mesmo trabalhando muitas horas por dia em um trabalho degradante; da animalização dos personagens, como apontado no capítulo um deste trabalho; ou a partir das diferentes percepções de tempo. De acordo com Borges (2018), as percepções de tempo no romance variam de dentro para fora da mina de carvão; como se dentro o tempo se tornasse apenas trabalho e fora a vida seguisse como deveria.

Germinal pode ser compreendido como um grande romance geológico, um romance da rocha e da terra. Por este motivo, não nos parece estranho que Zola tenha usado a comparação entre o interior e o exterior da mina para fazer a distinção entre o tempo interno e o tempo externo das personagens. (BORGES, 2018, p. 149)

Enquanto do lado de fora a vida segue, os operários convivem, acontecem festas e reuniões familiares, bem como reuniões políticas e organização da greve, dentro da mina só existe o trabalho e a opressão do homem pelo capital. Nas entranhas da terra, o homem é ainda mais animalizado que fora dela.

Pouco a pouco, os veios enchiam-se de gente, o corte começava e todos os andares, no extremo de cada caverna. O poço devorador tinha engolido sua ração diária de homens, cerca de setecentos operários que trabalhavam neste horário no formigueiro gigante, furando a terra em todos os sentidos, esburacando-a como a uma madeira velha atingida pelo caruncho. E, no meio do silêncio pesado, do esmagamento das camadas profundas, poder-se-ia ouvir, colando o ouvido à rocha, o laborar desses insetos humanos em marcha, desde o voo do cabo a subir e a descer o elevador da extração, até a mordida das ferramentas cortando a hulha no fundo dos canteiros de desmonte. (ZOLA, 2008, p. 41)

É a partir do fundo da mina, de dentro da terra, do abismo social que a mina representa, que nasce ou germina o ideal revolucionário presente no romance. O fim ideal em *Germinal* tem a ver com a construção utópica de uma nova sociedade a partir da revolução encabeçada pelos trabalhadores. O romance não apresenta de forma clara que sociedade seria essa, mas desenha suas possibilidades e motivações. Uma revolução seria necessária, não para pôr fim ao sistema industrial, mas sim à desumanização causada pelo afastamento entre homem e terra/natureza (BORGES, 2018).

É muito significativo que Zola, conscientemente ou não, tenha escolhido as entranhas da terra para mostrar que o homem estava perdendo sua humanidade ao separar-se dela e, ao mesmo tempo, fez o “germinar de uma nova sociedade” partir exatamente do interior da terra. Mas diferentemente de um fisiocrata,

que faria o homem ser verdadeiramente produtivo na agricultura, Zola se coloca como um entusiasta do desenvolvimento tecnológico, fazendo o homem voltar a ser humano em contato com o combustível da sociedade industrial. Temos aqui, portanto, um Zola que critica não a industrialização, mas a perda de humanidade. (Ibidem, p. 151)

O ideal de uma sociedade transformada pela revolução está alinhado com as ideias progressistas do século XIX, que permearam o Naturalismo de Zola, assim como permearam o Romantismo de Victor Hugo. Diferente dos jovens escritores pessimistas - em nível político e social - do final do século, que aderem ao Parnasianismo e se colocam de forma apolítica (BOURDIEU, 1996), Zola é um entusiasta do desenvolvimento industrial e científico e dos lemas – fraternidade, igualdade e liberdade – da Revolução Francesa, e se mantinha otimista quanto às possibilidades futuras para a humanidade (WINOCK, 2006). Portanto, não acreditava no fim da industrialização ou do avanço científico, mas em uma possível transformação social, que a partir de *Germinal*, pode-se entender como advinda dos trabalhadores.

O próprio Zola, como vimos, apesar de republicano de longa data, chega a brigar com os fundadores da Terceira República, imobilizados nas quimeras de um idealismo retrógrado, incapazes de assimilar as lições da ciência moderna. Zola, pelo menos, conserva um profundo otimismo quanto ao destino da França. É essa confiança que se esgarça em muitos corações franceses no início da década de 1880. (Ibidem, p. 737-738)

Seu entusiasmo quanto ao progresso científico, portanto, se relacionava a uma perspectiva de aperfeiçoamento social e histórico. *Germinal* não poderia ter um título melhor. Dentro da terra germina um ideal, uma luta, uma greve, uma força revolucionária e coletiva, germina a possibilidade de “uma nova sociedade” (BORGES, 2018).

Conclusão

De formas diferentes, Hugo e Zola lutaram contra injustiças sociais, tais como sistema prisional, pena de morte, educação para os pobres e trabalho. Hugo não veria o fim da pena de morte na França, que aconteceria somente em 1981, quase cem anos após sua morte. Zola, que lutou pelo caso Dreyfus, também não veria a libertação e reabilitação do prisioneiro.

Les Misérables, considerado um “livro perigoso” (LAMARTINE, Apud. LLOSA, 2012, p. 164), e com “tentações impossíveis” (LLOSA, 2012), defende uma perspectiva de revolução social capaz de libertar os homens de todas as formas de injustiça, criando na terra uma sociedade em conformidade com ideais cristãos de Hugo. Uma sociedade sem rei, na qual mulheres não precisassem se prostituir para não morrer de fome, uma

religião sem livro (HUGO, Apud. WINOCK 2008), um sistema penal capaz de perdoar e reinserir os presos e o ensino laico para todas as crianças. Os ideais de Hugo se apresentam de forma clara em *Les Misérables*.

Zola, diferente de Hugo, não inclui em sua obra a defesa ou a exaltação de uma série de ideais espirituais de natureza cristã, mas constrói a imagem de uma revolução liderada pelo proletariado, que luta contra os males da industrialização capitalista e burguesa. Assim como Hugo, ele não é contra o progresso material, e, mais ainda, é defensor árduo do desenvolvimento científico, enquanto escritor naturalista (WINOCK, 2006). Em *Germinal* a transformação social seria impulsionada pelo sangue dos mineiros, derramado em *Montsou*, o qual irrigava a terra e inspirou futuras gerações de trabalhadores.

O que aproxima Hugo e Zola, *Les Misérables* e *Germinal*, neste trabalho, é a capacidade que os dois autores tiveram de identificar as principais problemáticas sociais do século XIX francês, representá-las através da literatura para, a partir de então, construir ideais e possibilidades. A questão não está na aplicabilidade das ideias de cada um deles, mas na força revolucionária presentes em seus romances. Victor Hugo andou por Paris na noite dos motins de 1832 (WINOCK, 2008), viu de perto o massacre do exército contra a população empobrecida, assim como viu, em todas as outras noites de Paris, a pobreza se amontoando e por vezes se amotinando, e sendo morta por fome ou por bala. Émile Zola foi até o norte da França e nas minas de *Auzin* observou de perto a realidade material das famílias mineiras (JOSEPHSON, 1947). Ele desceu ao fundo da mina de carvão, se sentiu sufocado, testemunhou as péssimas condições de habitação e trabalho, a fome e o cansaço dos mineiros (TROYAT, 1994). Também viu a força revolucionária dos comícios da Internacional Socialista, que instigava os trabalhadores à greve. Os pés deles pisaram, seus olhos viram, suas mentes pensaram e suas penas escreveram, a partir do Romantismo e do Naturalismo, possibilidades históricas (GUINZBURG, 1989).

Referências

- AUERBACH, Erich. *Mimesis: Representação da realidade na Literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BARRETO, Lima. *Toda Crônica*. Vol. II. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- BÉNAC, Henri. O Romantismo Francês. *Revista do Instituto de Letras da UFRGS*. V. 8, n. 8,9, 1963.
- BENJAMIN, Walter. *A origem do drama barroco alemão*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- Ibidem. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- Ibidem. *O anjo da História*. São Paulo: Autêntica, 2012.
- BERLIN, Isaiah. *As raízes do romantismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- BERRETTINI, Célia. As ideias literárias de Émile Zola. In: GUINSBURG, J., FARIA, João R. (orgs.). *O Naturalismo*. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a ventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BORGES, Rilton Ferreira. *Zola e as percepções do tempo: Naturalismo e História em Germinal*. São Paulo: Alameda, 2018.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza*. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CHALHOUB, Sindy. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHATÊLIER, Louis. *A Religião dos Pobres: as fontes do cristianismo moderno, séc. XVI – XIX*. Ed. Lisboa: Estampa, 1994.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como representações. *Revista das Revistas: Estudos Avançados*, vol. 11, n. 5, 1991.
- COSTA, Tiago Leite. *Profundidade e Revolução: uma leitura de As Raízes do Romantismo de Isaiah Belin*. XV ABRALIC, 2016.
- DICKENS, Charles. *Oliver Twist*. São Paulo: Abril, 1973.
- Ibidem. *Um Conto de Duas Cidades*. São Paulo: Nova Cultura, 2002.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.;
- Ibidem. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- FACINA, Adriana. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- GUINSBURG, J. e FARIA, João Roberto (Orgs.). *O Naturalismo*. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- GUINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUINZBURG, Carlos; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1989.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: Lamparina, 2014.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções: 1789 – 1848*. São Paulo, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa: Dois Séculos Reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- HUGO, Victor. *Les Misérables*. Ed. Francesa, 1862.
- Ibidem. *Napoléon, Le Petit*. Édition du groupe: Ebook livres et gratuits, 1852.

- Ibidem. *Os Miseráveis*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- Ibidem. O último dia de um condenado, In: *Obras completas*. Volume XV, São Paulo: Editora das Américas, 1995.
- JOSEPHSON, Matthew. *Zola e seu tempo*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1958.
- LIMA, Luiz Costa. *Controle do imaginário e a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LLOSA, Mario Vargas. *A Tentação do Impossível: Victor Hugo e Os Miseráveis*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2012.
- LÖWY, Michel & SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LOWY, Michel. *Walter Benjamin: Aviso de Incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- Ibidem. *El pensamiento de Walter Benjamin por Michael Lowy*. Conferência apresentada por Michael Lowy. El marco de las actividades “Espaces Marx”. Paris, setiembre de 2012.
- Ibidem. *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 1990.
- Ibidem. *Romantismo e Revolução com Michel Lowy*. Conferência do ciclo Utopias do Teatro Maria Mattos. Lisboa, 10 de fevereiro de 2017.
- LUCKÁCS, Georg. *A Teoria do Romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- OLIVEIRA, Bernardo B. C. A Filosofia enquanto crítica literária. “O Baudelaire de Benjamin e vice-versa”. *Alea Estudos Neolatinos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 1, p. 37-48, 2005.
- PEREIRA, Claudemir Carlos. “A análise da construção do suicídio através da narrativa de um amor impossível na obra Os sofrimentos do jovem Werther, de Goethe”. *Revista Sem Aspas*. Vol 4, n. 1, jan/jun, 2015.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- PILOSU, Mario. *A Mulher, a Luxúria e a Igreja na Idade Média*. Lisboa: Estampa: 1995.
- PONIONI, Cláudia. *Émile Zola em português: um estudo das traduções de Germinal no Brasil e em Portugal*. São Paulo: Annablume, 1999.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* Editora Universidade de Brasília – Brasília/DF; Editora Ática – São Paulo/SP – 1989.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SEIGEL, Jerrold. *Paris Boêmia: Cultura, política e os limites da vida burguesa: 1830-1930*. Ed. Porto Alegre: L&PM, 1992.
- SILVA, Luiz E. C. Barroso. *O rochedo é a tribuna, a liberdade o brado: os discursos políticos do exílio de Victor Hugo*. Brasília: Dissertação de Mestrado em Literatura, Universidade de Brasília, julho de 2016.
- SIMMEL, Georg. “Die Großstädte und das Geistesleben”. In: SIMMEL, Georg. *Gesamtausgabe*. Frankfurt: M. Suhrkamp. 1995. vol. 7. pp. 116-131. Tradução de Leopoldo Waizbort. Tradução de Leopoldo

Waizbord, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010>.

TROTSKI, Leon. *Literatura e Revolução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

TROYAT, Henri. *Zola*. São Paulo: Página Aberta, 1994.

WINOCK, Michel. *As Vozes da Liberdade: Os escritores engajados do século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Ibidem. *Victor Hugo na arena política*. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

ZOLA, Émile. *Germinal*. Québec: La Bibliothèque électronique du Québec, Collection À tous les vents, vol. 57, 1885.

Ibidem. *Germinal*. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

Ibidem. *O Romance Experimental e o Naturalismo no Teatro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

Imprensa e Política no Brasil: a reeleição de FHC no jornal *O Estado de S. Paulo*

Letícia Crespo Bomfim¹
Mestre em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre da dissertação cujo título é “*Imprensa e Política no Brasil: as eleições presidenciais de 1998 no jornal O Estado de S. Paulo*” (BOMFIM, 2021), realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). O objetivo da pesquisa é analisar e discutir a atuação do jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) no decorrer do processo eleitoral de 1998, pelo qual Fernando Henrique Cardoso foi reeleito, tornando-se figura responsável pela manutenção de um modelo neoliberal no Brasil.

No decorrer da pesquisa a hipótese levantada foi a de que *OESP* atuou de forma ativa em torno de ideias neoliberais e buscou uma adesão da sociedade à política de reformas administrativas e econômicas do Estado brasileiro que se aprofundaram no primeiro governo FHC, de forma a convencer seus leitores de que a possibilidade de reeleição de Fernando Henrique Cardoso era também uma garantia de manutenção da reestruturação do Estado, de uma política neoliberal no Brasil. Assim, como referencial teórico, adotamos a perspectiva do autor sardo Antonio Gramsci e apresentamos o jornal como um *aparelho privado de hegemonia*, que devem ser entendidos como conjunto de organismos, no qual a hegemonia, o consentimento e as concepções de mundo são organizados² (GRAMSCI, 2000).

A década de 1990, na América Latina especificamente, teve como características uma política e modelo de economia que seguiam as diretrizes do que é denominado como

¹ Aluna egressa do mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, orientada pelo Professor Drº Rafael Vaz da Motta Brandão. Ingresso no ano de 2019. Egresso no ano de 2021. Autor da Dissertação *Imprensa e Política no Brasil: as eleições presidenciais de 1998 no jornal O Estado de S. Paulo*.

² Para Antônio Gramsci, a conquista do poder dentro da sociedade capitalista se dá na esfera da luta pela hegemonia, conquistada a partir de conflitos que se dão não apenas na esfera econômica e política, mas também no que diz respeito ao plano ético-cultural; assim, a construção de *hegemonia* se faz através de um determinado *consenso*, não apenas através de uma força material. Ao pensar o processo pelo qual se dá a obtenção da hegemonia, Gramsci analisa os contornos do Estado, entendido a partir de uma concepção ampliada de Estado, sendo isto a soma da *sociedade política* (Estado restrito, responsável pelos mecanismos de repressão) e *sociedade civil* (espaço de luta pelo consenso onde atuam os *aparelhos privados de hegemonia*), ou seja, hegemonia encouraçada de coerção’ (Q 6, § 88, p. 763-764). (GRAMSCI, 2000); (COUTINHO, 1992); (GRUPPI, 1978, p. 12-13)

o *Consenso de Washington*³ e suas recomendações, sob o imperativo de uma agenda neoliberal e sua expansão pelo mundo. Fica evidente nesta conjuntura a significação da vitória de Fernando Henrique Cardoso ainda nas eleições presidenciais de 1994 – seu primeiro mandato significou a consolidação de tal projeto político-econômico neoliberal.

Na leitura das fontes – editoriais e matérias internas publicadas no jornal entre os períodos de junho de 1997⁴ e outubro de 1998, quando ocorrem as eleições – é perceptível que o periódico explora com mais ênfase três temáticas que acabam por se tornar parte da campanha favorável a candidatura do candidato e presidente Fernando Henrique Cardoso em suas páginas: o Plano Real, as reformas de Estado e econômica, além das privatizações. Soma-se a esta “campanha” uma dura oposição a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva e seu projeto, pelo Partido dos Trabalhadores – esta porém não será tratada neste artigo⁵. Desta forma, a análise do posicionamento de *OESP* se dará a partir de tais abordagens.

A expansão neoliberal nas páginas de *OESP*

A investigação do jornal *O Estado de S. Paulo* revelou características editoriais alinhadas com ideias liberais e neoliberais, o que é enfático em sua aproximação ao projeto do governo FHC. Seguindo esta mesma conclusão, Cássio Almeida destaca que

O Estadão conhece o seu público leitor e escreve no objetivo de dirigi-lo. O jornal destaca-se como porta-voz dos interesses empresariais, especialmente da burguesia paulista [...] A grande imprensa sabe que a melhor forma de vencer um debate é não debater, e usa essa máxima até as últimas consequências. Não há debate nas páginas do *Estadão*, mas sim um monólogo

³ O Consenso de Washington se tratou de conclusões debatidas a partir de um encontro organizado pelo Instituto de Economia Internacional, em novembro de 1989, em Washington, capital dos Estados Unidos, no qual reuniram-se as já citadas organizações financeiras internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) –, além de funcionários do governo norte-americano. A organização deste evento teve como objetivo avaliar a América Latina, ou melhor, o desempenho desta região no que diz respeito ao empreendimento de reformas nos países que a compõem. Decorreu então dessas conclusões um “consenso” acerca das medidas, ou reformas, que deveriam ser adotadas pelos países da América Latina. São dez os pontos recomendados a esta região: disciplina fiscal; focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura, redirecionando recursos para a manutenção da máquina administrativa e subsídios para setores com maior retorno econômico; Reforma Tributária; Liberalização financeira; Taxa de câmbio competitiva, para estimular um crescimento rápido na exportação de setores não tradicionais; Abertura do comércio exterior; Eliminação das restrições ao capital estrangeiro; Privatização com a transferência de empresas estatais para o capital privado (nacional e estrangeiro); Desregulamentação da Economia, com a redução da legislação de controle sobre o processo econômico e das relações trabalhistas; 10) Direito à propriedade intelectual.

⁴ Quando é aprovada a Emenda da Reeleição.

⁵ Cássio Almeida destaca que “na longa guerra de posições pela consolidação de sua ideologia liberal-conservadora, *OESP* simplifica e vulgariza os problemas nacionais, omite e desqualifica interlocutores contrários. Diariamente o jornal pressiona e influencia o leitor ao recomendar os votos em políticos à direita e destrata as alternativas de esquerda, como se, invariavelmente, a posição neoliberal do jornal fosse natural e não lhe coubesse críticas ou debates (ALMEIDA, 2018, p. 222).

de narrativa única, no qual a ideologia neoliberal é apresentada como “única possível” para resolver a crise econômica e nunca o modelo neoliberal é responsável pelas crises da economia mundializada. (ALMEIDA, 2018, p. 221)

Durante todo o período analisado, o periódico torna enfático o sucesso do programa de estabilização Plano Real, não só no que se refere ao combate da *hiperinflação* mas também no que tangia à melhoria de vida da população brasileira. Deste modo, o êxito do Plano Real apresentava “*o lado nobre da reeleição*” (*O Estado de São Paulo*, 23 de junho de 1998, p. 2), admitia a OESP como forma de apresentar FHC e sua manutenção no poder como também uma continuação do programa e suas conquistas.

No período de junho de 1997 até o período de processo eleitoral de 1998, ao tratar o Plano Real, *O Estado de S. Paulo* segue em muitas edições este mesmo modelo de reportagem apresentado anteriormente. As matérias internas e editoriais se constroem em torno de resultados de pesquisas de opinião, as quais não mostram somente a aprovação ou reprovação do Plano Real – que, por vezes, o atrelam a figura de Fernando Henrique Cardoso e sua aprovação -, mas também opiniões de “especialistas” e governistas acerca do assunto como: “*Pesquisa indica maior otimismo dos brasileiros: Aumentam o percentual dos que acreditam que 97 será um bom ano e dos que aprovam o Real*” (*O Estado de São Paulo*, 27 de agosto de 1997, p. 1.); “*Pesquisa aponta confiança no Real e em FH*” (*O Estado de São Paulo*, 27 de agosto de 1997, p. 4); “*O brasileiro aumentou a confiança no sucesso do Plano Real e no governo Fernando Henrique Cardoso*” (*O Estado de São Paulo*, 27 de agosto de 1997, p. 4)

Ainda no mesmo editorial afirmava-se que sem a implantação do real, seriam impraticáveis as transformações conseguidas desde 1994, como o fato de o governo, economia e sociedade voltarem a funcionar; o fim da hiperinflação; entre 1994 e 1997, houve redução do número de miseráveis, assim como da concentração de renda e a taxa de mortalidade infantil. É aqui dada voz aos interlocutores do presidente-candidato, que dizem que o “*aprofundamento e a ampliação dos benefícios da estabilidade [...] constituem ‘o lado nobre da reeleição’*”. *De hoje a 103 dias, os brasileiros poderão dizer, pelo voto, se desejam ou dispensam essa nobreza*” (*O Estado de São Paulo*, 23 de junho de 1998, p. 2).

Outra questão que se destacava em *O Estado de São Paulo* neste período era o posicionamento da oposição em relação ao mesmo, com atitudes não completamente contrárias à ideia do programa de estabilização, mas que se concentrava em apontar os

erros na condução do mesmo. Isto ocorre principalmente em momentos de críticas pelo candidato petista, Luiz Inácio Lula da Silva em sua campanha às eleições de 1998. Era afirmado em editoriais que se tratava de “*ceticismo cínico*”, “*má fé*” (*O Estado de São Paulo*, 30 de junho de 1998, p. 3) não reconhece os frutos da estabilidade, dos bons resultados do Real.

É bem verdade, que o Plano Real teve bons resultados frente à economia. As pesquisas que abordam o tema destacam que a inflação foi arrefecida. Em 1993, quando o plano foi lançado, a inflação alcançava quatro dígitos, chegando a 1.500%; os anos que vão de 1994 e 1995 corresponderam a um período de crescimento, no qual o PIB brasileiro cresceu mais que o PIB mundial (MIRANDA, 2015, p. 61); houve uma situação de melhora relativa na distribuição de renda. Contudo, o período que corresponde aos anos de 1996/1997 e 1998/1999, são, respectivamente, de arrefecimento do crescimento econômico e estagnação: a balança comercial brasileira entrou em déficit e a imagem do Brasil foi fragilizada frente aos países estrangeiros; A taxa de desemprego, do período 1992/1995 vinha sendo reduzida, devido à retomada do crescimento econômico.

Porém, no ano de 1998, a taxa de desemprego que era de 4,64% aumentou significativamente, chegando a 7,59%. (FILGUEIRAS, 2000, p.65) Apesar do governo manter um discurso de que o crescimento do desemprego era consequência da conjuntura externa, a política de estabilização, calcada na valorização do câmbio, em uma ampla abertura comercial e em elevadas taxas de juros tinha grande responsabilidade no aumento das taxas de desempregados. Soma-se a isto o crescente déficit público, resultado da política de arrocho salarial e juros elevados, além do baixo crescimento da economia que acabaram por aumentar os gastos com serviços sociais prestados pelo setor público – e não, como afirmavam os governistas, pela previdência ou pela folha de pagamentos (SINGER, 1999, p. 41)

Segundo Luiz Filgueiras, os países latino-americanos, o agendamento liberal fomentado pelo *Consenso de Washington* se complementou a partir de planos de estabilização. Assim o Plano Real não deve ser entendido apenas como um plano de estabilização monetária (FILGUEIRAS, 2000). O programa de estabilização da economia brasileira, implantado durante o governo Itamar Franco e sustentado durante uma parte do governo FHC, representou a acomodação de uma aliança conservadora da classe dominante brasileira e do projeto neoliberal – em sintonia com a conjuntura internacional –, bem como relegou à derrota às forças da esquerda, naquele momento lideradas pelo candidato da oposição, Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

Por sua vez, Marcus Ianoni destaca uma questão imprescindível à discussão

O Plano Real expressou e conduziu ao poder uma vontade “coletiva” liberal, núcleo ideológico que capturou o interesse público antiinflacionário. O partido liberal dirigiu a estabilização monetária e a reconstrução do Estado. Se pensar na concepção gramsciana de hegemonia como *reforma intelectual e moral* e também como *direção*, pode-se admitir que o Plano Real converteu em *hegemonia política* o que se difundia como *hegemonia civil*, superando a sinergia entre as crises ideológica e política. (IANONI, 2009 p. 173)

No tocante às reformas do Estado, estas incluíam ajuste fiscal a partir de reformas administrativas e econômicas, abertura econômica e privatizações, com o intuito de superar as crises que se abatiam no país. Em um cenário de expansão do neoliberalismo, o discurso adotado foi o de que a reforma do Estado era necessária para a conformidade das economias nacionais à economia internacional, e esta condição não fugiu ao Brasil. Os governos eleitos a partir dos anos 90 no país foram responsáveis pela adoção de uma agenda de redefinição do papel do Estado. Esta ruptura teve início com o governo Collor, com continuidade no governo de Itamar Franco (1992-1994), mas um empenho e aprofundamento maior no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) (BRANDÃO, 2019, p. 61).

Marcelo Carvalho aponta que os três governos que implementaram o processo de reforma do Estado no Brasil, o fizeram de formas diferenciadas. No entanto, todos apresentavam como enfático que “o mercado, e não o Estado, deve ser o elemento central da definição das estratégias de apropriação e uso do excedente econômico”, e colocaram em prática leis, projetos, decretos que direcionaram a política econômica brasileira rumo a um projeto neoliberal de privatizações, abertura e desregulamentação econômica, além da transformação administrativa estatal (CARVALHO, 2002, p. 49-50). No entanto, apesar destas semelhanças, é importante ressaltar que:

diferentemente do governo de Collor, FHC conseguiu articular um pacto político baseado em um amplo apoio das diferentes frações do capital nacional e internacional, industrial e financeiro, representadas por diversas entidades e instituições, tais como Febraban, Fiesp, CNI, Firjan, BID, FMI, Banco Mundial, entre outras. Tal apoio possibilitaria não apenas a continuidade, mas também o aprofundamento das reformas neoliberais iniciadas nos dois governos anteriores. (BRANDÃO, 2019, p. 174)⁶

⁶ Fernando Henrique Cardoso divulga o projeto de seu governo no que diz respeito às reformas de Estado, lançando em seu discurso as *Bases do novo modelo de desenvolvimento* do seu governo, que incluía a estabilidade econômica com o aprofundamento do programa de estabilização; abertura econômica objetivando a integração da economia brasileira com o mercado mundial; uma nova relação Estado-mercado, pela qual o “eixo dinâmico da atividade produtiva passa decididamente do setor estatal para o setor privado” (CARDOSO, 1994, p. 17); a aceleração da privatização no setor de infra-estrutura, tendo

Assim, a OESP buscava uma adesão da sociedade à política neoliberal consolidada por FHC. Assim, tendo Fernando Henrique aprofundado aquelas reformas no Brasil ainda em seu primeiro mandato, argumentando inserir o Brasil em uma Nova Ordem Mundial e superar o que ele denomina de “Era Vargas”, uma era de nacional-desenvolvimentismo, ganha apoio nas edições do jornal.

Chamamos atenção para algumas manchetes editoriais que nos parecem ser um apoio irrestrito às ações do governo FHC no que concerne às reformas do Estado e às privatizações, e, desta forma, um apoio à reeleição do presidente-candidato e a manutenção daquele projeto de governo neoliberal.

Em relação às reformas do Estado, destacamos o discurso assumido *OESP* de que as reformas constitucionais se apresentavam como o principal “remédio” para apresentar o descontrole dos gastos públicos, o aumento do déficit fiscal e da dívida pública do Brasil, e o de que o governo FHC estava ciente disto e agia nesta direção. No entanto, coloca o jornal que os congressistas obstruíram as reformas e projetavam uma imagem de falta de noção de responsabilidade com os eleitores, além de custar seus empregos e bem-estar social (O Estado de S. Paulo, 03 de fevereiro de 1998, p. 3). Para o jornal, os opositores das reformas queriam desmoralizar o governo FHC, outros queriam afagar eleitores ou fazer das reformas moedas de troca a seu favor e, na verdade, mantinham um “*círculo vicioso do déficit*”, “*sacrificando o interesse público*” (O Estado de S. Paulo, 07 de maio de 1998, p. 3). O único meio de modificar este cenário, para *OESP*, era que o Congresso aprovasse as reformas.

Pela análise das fontes, nos parece que o jornal se utiliza daqueles argumentos de forma a culpar o Congresso pela permanência dos problemas econômicos e sociais brasileiros através do atraso da aprovação das reformas constitucionais, isentando assim Fernando Henrique Cardoso. Argumentam que “*o Congresso deve dotar o governo de instrumentos que reduzam a dependência de capitais voláteis*” (O Estado de S. Paulo, 06 de novembro de 1997, p. 3), e que “*Eles são os responsáveis*” (O Estado de S. Paulo, 31 de outubro de 1997, p. 3), referindo-se aos parlamentares que se recusaram a escutar o pedido do presidente para que votassem as reformas constitucionais.

como objetivo de reduzir a dívida pública, mas principalmente aumentar a possibilidade de investimento do Estado naquilo que ele é essencial: investindo em seu povo, em saúde, educação, cultura e segurança (CARDOSO, 1994, p. 21); reforma tributária; reforma da Previdência; e o fim dos monopólios estatais. Assim, já em seu primeiro mandato, o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso concentrava uma alta expectativa da implementação daquelas bases de desenvolvimento no Brasil.

No que concerne às privatizações, a “ineficácia” da gestão do Estado nas empresas estatais é invariavelmente utilizada como justificativa em favor das desestatizações. Em editorial de 02 de agosto de 1998, esse posicionamento é explícito: como Fernando Henrique Cardoso, o jornal mantém o discurso de que no passado, as estatais cumpriram seu papel e impulsionaram o crescimento do Brasil, mas que muitas delas, naquele contexto, tornaram-se “*peso morto*”. Para os editorialistas, “*as estatais foram privatizadas não pelo que fizeram no passado, mas pelo que não fariam no futuro*” (O Estado de S. Paulo, 02 de agosto de 1998, p. 4).

Para servir de exemplo à atuação de *OESP* favorável às privatizações implementadas no governo FHC, destacamos o processo de desestatização do setor de telefonia. No período em que foram analisadas as fontes, o setor de telefonia ganhou grande destaque nas páginas do jornal *OESP* – principalmente porque era um contexto de amplo debate acerca do fim do monopólio do Estado sobre esse setor. O que se percebe é uma ferrenha defesa do fim do monopólio das telecomunicações no Brasil. Em diferentes editoriais, bem como em matérias internas do jornal, se afirma que a licitações das telecomunicações são “*revolucionárias*”, um “*marco histórico*”, uma “*vitória*”, um “*umbral da modernidade*”.

Considerações finais

O jornal *O Estado de S. Paulo* não se mobiliza em defesa do presidente apenas quando se trata daqueles assuntos. À FHC é doado espaço no jornal para que explique ações do governo ou se retrate quando recebe críticas. A exemplo disto, refletindo estritamente sobre o objeto *eleição de 1998 no jornal O Estado de S. Paulo*, destacamos alguns dos editoriais que antecedem este pleito eleitoral – dirigindo o foco de análise para o momento em que as pesquisas de intenção de voto apresentam resultados que favorecem ao candidato Lula, quando os índices de ambos os candidatos diminuí em no mês de maio de 1998: de acordo com a pesquisa feita pelo Instituto Vox Populi acerca da decisão eleitoral, o presidente-candidato FHC apresentava o índice de intenções de voto de 36%, enquanto o outro candidato de oposição havia subido quatro pontos, apresentava 26% das intenções de votos.

OESP publica os resultados da pesquisa no dia 21 de maio de 1998 (*O Estado de São Paulo*, 21 de maio de 1998, p. 1) e, dias depois, explica em seu editorial “*O que derrubou os índices*”. (*O Estado de São Paulo*, 27 de maio de 1998, p. 3). Para os

editorialistas, “*o que veio minando o prestígio do governo [...] foi o fato de, nos formadores de opinião, ter-se cristalizado em lento processo a sensação de que o governo, atado pela inação do Congresso e por seu estilo por demais sobranceiro para um eleitorado ainda acostumado a governos de estilo populista, era incapaz de resolver os problemas cruciais que vinham se colocando*”. (*O Estado de São Paulo*, 27 de maio de 1998, p. 3)

Nos editoriais dos dias 28 de maio, “*Explicando para convencer*”, e 1 de junho, “*As razões da insatisfação*”, é explicado ao leitor que o pacote adotado pelo governo de imposição de medidas de austeridade fiscal levou à queda da popularidade de então Presidente Fernando Henrique Cardoso, o que ficou claro nas pesquisas de intenção de votos entre os meses de maio e junho. No entanto, há uma evidente defesa das decisões do Presidente.

No editorial “*Explicando para convencer*”, *O Estado de S. Paulo* reforça o discurso de FHC, afirmando que as dificuldades econômicas pelas quais passava o Brasil eram efeito do cenário econômico-financeiro internacional, de seus “desacertos e distorções”. Mesmo tendo provocado arrocho salarial e a piora da qualidade de vida da população, o pacote de outubro era inevitável, necessário na tentativa de amenizar as consequências da crise internacional. (*O Estado de São Paulo*, 28 de maio de 1998, p. 3.)

Mesmo sendo necessária e tendo evitado que a estabilização da economia – conseguida durante três anos, com crescimento econômico e benefícios que era sentidos pela população – fosse destruída pela crise asiática, o emocional das pessoas frente ao contexto de desemprego e de outros problemas sociais falou mais alto. O editorial analisado deixa claro que os problemas mais graves enfrentados pelos brasileiros “*não são frutos do que o presidente Fernando Henrique Cardoso fez, mas sim, do que ele teve condições de fazer, apesar do esforço de convencimento desenvolvido junto a parlamentares [...]*”, quando a oposição negou ao presidente que tomasse todas as medidas necessárias. (*O Estado de São Paulo*, 01 de Junho de 1998, p. 3.)

Segundo colocam os editorialistas, naquele momento o tema era crise e os motivos de descontentamento eram culpa de FHC. Porém, mesmo que as medidas tomadas por seu governo não tenham tido êxito maior, nenhum outro governante brasileiro teve melhores resultados que Fernando Henrique Cardoso: a economia não se fragilizou, a produção aumentou em quantidade e qualidade, e o problema da seca no Nordeste, que se tornou um tema bastante debatido, era uma questão existente desde os tempos

coloniais. “*Se alguma responsabilidade cabe ao atual governo, é o fato de ter abolido o alucinógeno da inflação*”. (*O Estado de São Paulo*, 05 de junho de 1998, p. 3)

Tudo isto ainda é endossado pela Proposta de Governo para um segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o programa “*Avança, Brasil*”, no qual o candidato se compromete com a manutenção do governo anterior e por meio do qual prometia-se avançar nas reformas estruturais; combater os déficits orçamentários; simplificar o sistema tributário; levar adiante o programa de privatização, fortalecendo o Estado no papel de regulador.

Nos meses seguintes, vemos como destaque, mais uma vez, as pesquisas de opinião em *OESP*: “*FHC reverte insatisfação e é aprovado por 58%*” (*O Estado de São Paulo*, 28 de julho de 1998, p. 8); “*FHC mantém vantagem, mostra Ibope*” (*O Estado de São Paulo*, 31 de julho de 1998, p. 4); “*FHC mantém chances de vitória no 1º turno*” (*O Estado de São Paulo*, 14 de julho de 1998, p. 8); “*FHC amplia vantagem e venceria no 1º turno*”; 633 “*Ibope mostra que FHC ainda continua na frente*” (*O Estado de São Paulo*, 28 de julho de 1998, p. 4); “*FHC mantém vantagem mesmo com a crise*” (*O Estado de São Paulo*, 28 de julho de 1998, p. 4); “*FHC cai, mas vence no 1º turno*” (*O Estado de São Paulo*, 3 de setembro de 1998, p. 1); “*FHC sobe para 47% e Lula cai para 23%*” (*O Estado de São Paulo*, 11 de setembro de 1998, p. 1); “*FHC avança e garante quase a metade dos votos – pesquisa foi realizada no auge da crise*” (*O Estado de São Paulo*, 17 de setembro de 1998, p. 4).

Em editorial logo após a vitória de Fernando Henrique Cardoso na eleição de 1998, *OESP* afirma que em um contexto anterior o presidente não arriscava seu capital político em confrontos mais sérios com o Congresso e em enfrentar pressões. No entanto,

Agora, a reeleição [...] dispensam-nos dessas cautelas. Reeleito que já está, diante de um Congresso renovado sob o signo da crise – uma coisa e outra poupando-o do constrangimento de barganhar o varejo para fazer passar o atacado, como fez durante todo o primeiro mandato –, o presidente dispõe à plenitude do que carecia em 1995: as condições para começar a remover do cenário institucional os múltiplos disparates legados pela Constituição de 1988, cuja obsolescência só não é vista pelos privilegiados que se beneficiam de suas prescrições irracionais. (“Um voto racional, um claro mandato”. *O Estado de São Paulo*, 6 de outubro de 1998, p. 3.)

Nesse sentido, *O Estado de S. Paulo* atuou como um importante *aparelho privado de hegemonia*, tomando “partido” na defesa da reeleição de FHC, através de um agendamento político e ideológico, que teve como objetivo um projeto de futuro para o Brasil – um projeto alinhado com as ideias neoliberais, de aprovação de reformas

estruturais no Estado. Isto demonstra o poder dos meios de comunicação sobre a sociedade, sobre os rumos e projetos que a definem.

Referências

ALMEIDA, Cássio. A imprensa como partido político ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. *Dimensões*, v. 40, jan.-jun. 2018.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT (1989-2014)*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2017.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais no Brasil: as privatizações dos bancos estaduais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

BRASIL. *Lei nº 8.031*, 12 de abril de 1990.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso no Senado Federal*, 14 de dezembro de 1994

CARVALHO, Marcelo. *A Reforma do Estado no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

COSTA, Lúcia Cortes. O governo FHC e a reforma do Estado brasileiro. In: *Pesquisa e Debate*. São Paulo, vol. 11, nº 1 (17), 2000.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 109

IANONI, Marcus. *Políticos Públicos e Estados: o Plano Real*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 78, 2009.

MIRANDA, Victor Garcia. *Âncoras Monetárias e Ordem Atômica: a aprovação da Emenda da Reeleição no Brasil*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, 2015.

SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

Fontes

Pesquisa indica maior otimismo dos brasileiros”. *O Estado de São Paulo*, 27 de agosto de 1997, p. 1.

Pesquisa aponta confiança no Real e em FH”. *O Estado de São Paulo*, 27 de agosto de 1997, p. 4.

Eles são os responsáveis”. *O Estado de S. Paulo*: Páginas da Edição de 31 de outubro de 1997, p. 3

A defesa do interesse comum”. *O Estado de S. Paulo*: Páginas da Edição de 06 de novembro de 1997, p. 3

Recado de Davos ao Congresso Nacional”. *O Estado de S. Paulo*: Páginas da Edição de 03 de fevereiro de 1998, p. 3.

A responsabilidade pelo déficit público”. *O Estado de S. Paulo*: Páginas da Edição de 07 de maio de 1998, p. 3.

Diminui diferença entre Lula e FHC”. *O Estado de São Paulo*, 21 de maio de 1998, p. 1

O que derrubou os índices”. *O Estado de São Paulo*, 27 de maio de 1998, p. 3.

Explicando para convencer”. *O Estado de São Paulo*, 28 de maio de 1998, p. 3.

As razões da insatisfação”. *O Estado de São Paulo*, 01 de Junho de 1998, p. 3.

De ilusão também se vive”. *O Estado de São Paulo*, 05 de junho de 1998, p. 3)

O real, o Real e a reeleição”. *O Estado de São Paulo*, 23 de junho de 1998, p. 2.

Os frutos da estabilidade”. *O Estado de São Paulo*, 30 de junho de 1998, p. 3.

FHC reverte insatisfação e é aprovado por 58%”. *O Estado de São Paulo*, 28 de julho de 1998, p. 8

FHC mantém vantagem, mostra Ibope”. *O Estado de São Paulo*, 31 de julho de 1998, p. 4

FHC mantém chances de vitória no 1º turno”. *O Estado de São Paulo*, 14 de julho de 1998, p. 8.

FHC amplia vantagem e venceria no 1º turno”. *O Estado de São Paulo*, 20 de julho de 1998, p. 4

Ibope mostra que FHC ainda continua na frente”. *O Estado de São Paulo*, 28 de julho de 1998, p. 4

FHC mantém vantagem mesmo com a crise”. *O Estado de São Paulo*, 28 de julho de 1998, p. 4

FHC cai, mas vence no 1º turno”. *O Estado de São Paulo*, 3 de setembro de 1998, p. 1

FHC sobe para 47% e Lula cai para 23%”. *O Estado de São Paulo*, 11 de setembro de 1998, p. 1

FHC avança e garante quase a metade dos votos – pesquisa foi realizada no auge da crise”. *O Estado de São Paulo*, 17 de setembro de 1998, p. 4.

Com a cabeça no passado”. *O Estado de S. Paulo*: Páginas da Edição de 02 de agosto de 1998, p. 4.

Mulheres nativas e perseguição idolátrica no vice-reino do Peru - séculos XVI e XVII

Lorena Gouvêa de Araújo¹
Doutora em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre da tese de doutorado cujo título é: O Peru no feminino: o papel das mulheres na sociedade antiga e colonial dos Andes (século XVI e XVII). Para a ocasião, destaco que o processo de repressão e de submissão sociocultural, imposto pelos colonizadores aos nativos do Vice-Reino do Peru, durou décadas. Desde a chegada de Pizarro (1532) até o fim da última organização inca em Vilcabamba (1572) foram quarenta anos de tensões travadas entre conquistadores e autóctones, dos quais parte esteve ora aliada, ora em lados opostos, de acordo com os interesses locais. No entanto, ainda que os castelhanos tenham suprimido os ritos estatais mais significativos desde os primeiros anos da conquista, as práticas ancestrais locais continuavam sendo realizadas na clandestinidade (GAREIS, 1991). A própria Igreja acabou por tolerá-las, especialmente a partir do século XVII, e foi obrigada a pensar em novos e dramáticos métodos de combate às práticas nativas. A este respeito, Dino Fernández (2013), citando Raúl Porras Barrenechea, mencionó que o séquito de visitantes responsável pelas campanhas de Extirpação de Idolatrias, primeiro, investigava e descrevia com minuciosidade as estátuas, os ídolos e os monumentos sagrados de uma determinada região para, em seguida, eliminá-los.

Neste artigo, tentarei elucidar - através das fontes eclesiásticas - como a moralidade europeia esteve presente no Vice-Reino do Peru, nas chamadas campanhas de Extirpação da Idolatria, e como esta moralidade influenciou na evangelização nativa durante o século XVII, particularmente em relação ao aspecto feminino. Assim como ocorreu na Península Ibérica, na América a perseguição contra as mulheres também esteve atrelada às diretrizes eclesiásticas pertencentes à Coroa espanhola. A diferença de horizontes (nativo e europeu) acabou criando ruídos interpretativos, os quais se desdobraram na captura das sacerdotisas autóctones.

¹ Aluna egressa do curso de doutorado do Programa de Pós Graduação em História Social (PPGHS) da UERJ. Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Vainfas. Ingresso: 2017. Egresso: 2022. Tese: O Peru no feminino: o papel das mulheres na sociedade antiga e colonial dos Andes (século XVI e XVII).

Para que se possa compreender a situação eclesiástica que desembarcou na colônia durante o século XVI, é necessário entender a conjuntura da Igreja europeia de períodos anteriores. De acordo com Ronaldo Vainfas (2010), o século XVI foi o momento no qual se descobriu, em uma religião folclorizada, moralidades impudicas em face dos mandamentos. Além disso, um clero não apenas despreparado, mas integrado à vida da comunidade. Para o pensamento católico, tais circunstâncias só podiam indicar o triunfo do demônio na Terra.

Na Europa, a Igreja nunca deixou de enfatizar a superioridade de suas práticas e princípios canônicos em oposição à magia realizada pelos agentes religiosos (curandeiros e curandeiras, adivinhos e adivinhas, perfumistas, etc), os quais ela buscou, cuidadosamente, associar ao paganismo. Durante a Baixa Idade Média, este assunto continuou ganhando as páginas dos escritos teológicos. Na *Summa Teológica*, por exemplo, Tomás de Aquino expressou sua preocupação com as práticas mágicas, as quais, para o teólogo "demandam, necessariamente, consultas aos demônios e eram atendidas mediante pactos tácitos ou expressos - *quae daemones consulit per aliqua pacta cum eis inita, tacita vel expressa.*" (PEREIRA, 2011, p. 9). Era através na invocação dos seres diabólicos que os indivíduos manifestavam sua predisposição ao rompimento com Deus. O gênero feminino, por excelência, estava no topo das suspeitas, pois, como já amplamente difundido pela moral católica, eram mais susceptíveis às desventuras demoníacas.

O pensamento moralizador amplamente difundido na Europa, foi o mesmo que, nos Andes, atribuiu às práticas religiosas ancestrais o signo demoníaco. As equivocadas traduções entre a teologia cristã e tais práticas religiosas andinas foram uma arma cuidadosamente utilizada pelo corpo evangelizador, e serviu de justificativa à uma suposta similitude entre a cultura herética europeia e a nativa peruana, resultando na aplicação dos discursos androcêntricos e misóginos também na colônia.

Durante os anos 1600, foram abundantes os processos referentes à região do Huarochirí que fulminaram personagens do sexo feminino pertencentes a famílias pobres da região. Ancorados nos moldes europeus, os processos da justiça eclesiástica condenaram, por diversas vezes, as práticas cerimoniais protagonizadas pelas nativas e as consideraram, não raramente, enquanto bruxas e feiticeiras.

Idolatria nativa na serra central do Huarochirí: vozes femininas

As visitas de Extirpação à Idolatria nativa, levadas a cabo pelo visitador Juan Sarmiento de Vivero, no Huarochirí, iniciaram-se em janeiro de 1660, mediante o rito da leitura do *Edito General* na Igreja do *pueblo* de San Lorenzo de Quinti. Neste *Edito*, o visitador advertia aos nativos para que confessassem suas idolatrias, tal como delataram os idólatras. Os processos disponíveis no *Archivo Arzobispal de Lima*, referente à localidade e período mencionados, são consequência da leitura deste *Edito*.

Dentre os processos analisados, destaco um ocorrido entre os dias sete e vinte e três do mês de abril de 1660, no *pueblo* de San Lorenzo de Quinti (Huarochirí).² Como de costume, Sarmiento de Vivero é o responsável por receber a declaração da nativa María Poma Ticlla, a qual estava acusada de ser feiticeira de seu *pueblo*. Durante a investigação, o visitador questionou à María se seu *ayllu* Queripa possuía alguma *huaca* (*mochadero*) na região. María lhe respondeu que:

(...) antiguamente tenían el mochadero en el pueblo viejo de Quiripa que hoy está un cerro y cuando vino el Señor Doctor don Francisco de Ávila visitador lo descubrió y de él sacaron muchas cosas y que esto lo sabe porque después de haber pasado el dicho Señor don Francisco de Ávila vino un fiscal del pueblo de San Damián y quemó muchas cosas que sacaron de allí y diciéndole [o visitador] que pues había declarado todo lo que está escrito que diga su ochas³ porque han denunciado de ella que es hechicera y por esa causa la fue aprender Don Diego Bartolomé, dijo que no sabe de hechizos (...) (AAL: Leg. III, Exp.15, 1660, f.7).

Don Diego Bartolomé, junto a Juan de Noblejas, formava a dupla de intérpretes que acompanhava Juan Sarmiento de Vivero em suas visitas na serra central de Lima, durante a década de 1660. Como pode ser percebido, no relato oferecido por María Poma Ticlla, a declarante informou não saber de feitiços, além de noticiar que o ídolo do *pueblo* velho de Quiripa (outras vezes descrito como Queripa), seu *ayllu*, foi destruído na época de Ávila (a partir de 1610).

O processo que envolve Maria Poma Ticlla se une a outro, que se inicia em primeiro de janeiro de 1660 e se estende até vinte e seis de maio do mesmo ano, ocorrido também no *pueblo* de San Lorenzo de Quinti.⁴ Nele encontra-se a declaração da nativa María Guanico ao visitador Juan Sarmiento de Vivero. María Guanico era amiga de Maria Poma Ticlla e foi convidada para depor porque, além das suspeitas de feitiçaria que envolviam seu nome, deveria esclarecer as acusações já existentes contra sua amiga. Durante a diligência, a nativa foi questionada, pelas autoridades religiosas, sobre o ídolo

² AAL: Leg. III, Exp.15, 1660.

³ Palavra traduzida como “pecado”, pelos religiosos católicos.

⁴ AAL: Leg. IV, Exp. 13, 1660.

de seu *ayllu* Cupara. Os clérigos deixaram claro que sabiam que o haviam escondido e que o mesmo se encontrava em cima do *pueblo* local. Sobre este assunto, a declarante informou não sabia nada a respeito e que “*lo que sabe es que el dicho doctor Don Francisco de Ávila lo había destruido todo y quemado*” (AAL: Leg. IV, Exp. 13, 1660, f. 8). Na sequência, sendo perguntada quantas vezes havia ido com as pessoas do *ayllu* Gualcaraya quando estes iam sacrificar à *huaca* de mesmo nome, María Guanico disse que:

Juan Mateo va a ese paraje a sacrificar cuyes y esto lo sabe porque el dicho Juan Mateo le ha comprado tres cuyes a esta declarante en tres veces, y preguntándole esta declarante que para que eran le dijo que estaba enfermo y que con aquello lavaría su cuerpo y que eran para llevarlos a los ídolos Gualcaraya = y preguntándole que si ha visto los dichos ídolos = dijo que sí que los ha visto que son dos piedras grandes y largas y que la una tiene teta = y que la mujer del Juan Mateo llamada Ysabel le dijo a esta declarante que no dijese estas cosas porque decían que ella era la que lo decía todo (...) (AAL: Leg. IV, Exp. 13, 1660, f. 8v).

A estes acrescento ainda outro processo, ocorrido entre os dias dezesseis e vinte e um de maio de 1660, no mesmo *pueblo* dos supracitados.⁵ Na ocasião, o visitador Sarmiento de Vivero, tomando declaração da nativa Isabel Choqui, recebeu informação desta declarante (após ameaçá-la de tormento) a respeito de uma *huaca* (*mochadero*) que os nativos de San Juan de Tantaranche adoravam durante o período da diligência. A nativa informou que:

(...) en el camino de San Juan de Tantaranche real está una piedra pintada que aunque el señor doctor Ávila la mandó raspar y enterar ahora parece que esta vuelta a pintar y que se llama Sumasauru y preguntándole que qué sacrificios le hacen a la dicha peña dijo que los antiguos llevaban chicha y coca y preguntándole que como se llama el mochadero que está en el camino bajo como se viene de el dicho pueblo de San Juan de Tantaranche después de haberle hecho muchas amenazas = dijo que es una piedra a modo de musca limpi y que el señor doctor Ávila la no la halló ni llegó a ella = y preguntándole que qué sacrificios le hacen a la dicha guaca Limpe = dijo que le sacrifican chicha y que la echan en misma peña porque no les falte chicha y esto lo hacen por el tiempo del barbecho⁶ todos los que van (...) (AAL: Leg. IV, Exp. 20, 1660, f. 2).

Como pode ser percebido, os três processos destacados dizem respeito a alguma *huaca* que Francisco de Ávila tomou conhecimento durante a primeira onda sistematizada de visitas da Extirpação de Idolatrias (1610-1622). A um destes ídolos, a declarante diz

⁵ AAL: Leg. IV, Exp. 20, 1660.

⁶ Técnica agrícola na qual se deixa uma terra de cultivo em descanso por um ou vários ciclos, de maneira que ela possa se renovar.

que a comunidade não lhes rende mais culto (*mochadero* Quiripa), a outro continuam realizando cerimônias (Sumasauru) e a outro ainda, o Dr. Ávila nem mesmo tomou conhecimento durante suas visitas (*huaca* Limpe). Além desta questão, destaco a ameaça ao tormento enquanto estratégia utilizada por parte das autoridades religiosas contra as nativas, a fim destas confessarem as suspeitas a respeito da idolatria local.

Chamo atenção para a habilidade nativa de esconder e/ou revelar detalhes a respeito de sua religiosidade. Esta dinâmica pode ser percebida quando Isabel Choqui informa que a *huaca* Sumasauru, na época das visitas de Ávila, havia sido “destruída” e que, posteriormente, voltou a ser pintada e cultuada pelos locais. Menciona também que a *huaca* Limpe, nem mesmo foi percebida por Francisco de Ávila. Verifica-se que a dinâmica religiosa ancestral não apenas sobreviveu ao corpo evangelizador colonial de 1660 como conservou, de uma forma ou de outra, seus cultos desde o período de Ávila. No processo que envolve María Guanico, o fato da nativa informar que nada sabe a respeito da *huaca* de seu *pueblo* é curioso ou, pelo menos, suspeito. Condenada como feiticeira *maestra* pelo juiz visitador Juan Sarmiento de Vivero⁷ e personagem reconhecida pela população do Huarochirí, é possível que Maria Guanico tenha omitido informações, em nome de sua segurança pessoal e de seus pares. Se assim ocorreu, essa postura remete à possibilidade de que uma grande quantidade de ídolos, descobertos por Ávila, terem continuado existindo, mesmo após as visitas do clérigo à região. Sendo assim, o conhecimento que os religiosos possuíam a respeito das *huacas* e *mochaderos* locais estava diretamente relacionado à disposição da população em lhes revelar. As cerimônias ancestrais não encontraram seu fim com a evangelização. À medida que a extirpação de idolatrias avançou no território, essas cerimônias foram revistas, repensadas e praticadas na clandestinidade, inclusive contando com o auxílio das autoridades religiosas autóctones.

O fato de Sarmiento de Vivero ter descoberto menos ídolos e *huacas* durante suas visitas, em comparação ao que foi descoberto por Ávila anos atrás, pode sugerir uma relação pouco amistosa entre o curaca (e seu *ayllu*) e o visitador. Como visto, na sociedade ancestral a figura do cacique funcionava como um elo de coesão entre os poderes político e religioso com a população nativa. Na existência de um impasse entre as autoridades local e eclesiástica, é provável que os autóctones atendessem às pretensões de seu chefe ancestral. A esse respeito, deve-se levar em consideração que, antes de se tornar visitador

⁷ Ver processo AAL: Leg. IIA, Exp. 6, 1660.

das idolatrias em 1610, Francisco de Ávila foi cura da província de San Damian, ou seja, o clérigo manejava com desenvoltura o idioma e práticas religiosas autóctones. Não obstante, conhecia a geografia da serra central de Lima e possuía relação próxima com os naturais. É razoável imaginar que seu currículo possa ter facilitado que um maior número de informações, a respeito da religiosidade andina, tenha chegado a seu conhecimento. Por outro lado, Sarmiento de Vivero não era uma figura conhecida entre os locais, era um visitador espanhol, possivelmente desprovido da intenção de estabelecer vínculos afetivos com a população huarochirana, no objetivo de garantir maior número de denúncias. Esta conjuntura em torno do visitador parece tornar desfavorável a obtenção de maiores informações advindas dos nativos, senão aquelas retiradas através de ameaças físicas e psicológicas, como as ocorridas nas diligências.

É equivocado, no entanto, acreditar que a maioria dos assuntos a respeito da religiosidade nativa estejam atrelados à rejeição do cristianismo. Na maior parte dos casos, a principal reclamação dos curas era a de que os andinos mantiveram suas práticas religiosas junto às práticas cristãs, ato considerado heresia pela Igreja. É inegável que o pensamento católico ganhou adeptos na colônia, mudando, inclusive, a perspectiva religiosa ancestral (os quais, em alguns casos, desejaram receber reconhecimento por parte da igreja no Vice-Rei),⁸ ainda que estas mudanças não correspondem ao ideal do nativo cristão evangelizado pelos religiosos católicos.

A adesão nativa ao pensamento cristão, ainda que frágil no ponto de vista do conquistador, provocou mudanças de perspectiva entre os integrantes de uma comunidade local. Esta transformação, embora discreta, acabou sendo responsável por modificar a maneira através da qual determinados membros de um *ayllu* passaram a compreender as cerimônias ancestrais. Federici (2010) chegou a pontuar, em seu estudo sobre a Inglaterra pré-industrial, que antes que vizinhos se acusassem entre si ou que comunidades inteiras se vissem em pânico por terem uma bruxa em seu meio:

tuvo lugar un adoctrinamiento sostenido en el que las autoridades expresaron públicamente su preocupación por la propagación de las brujas y viajaron de aldea en aldea para enseñarle a la gente a reconocerlas, en algunos casos llevando consigo listados de mujeres sospechosas de ser brujas y amenazando con castigar a quienes les dieran asilo o les brindaran ayuda (...) (FEDERICI, 2010, p. 227).

⁸ A este respeito ver: ESTENSSORO FUNCHS, 2003.

O comportamento da bruxa, intolerável pela Igreja, deveria ser também inaceitável por todos os membros da comunidade, rechaçado pelo vizinho e denunciado, até mesmo, por seus parentes. Mas para que se chegasse a este ponto, era necessário um profundo trabalho de transformação mental, o qual, evidentemente, o corpo clerical não se furtou de realizar.

No processo o qual envolve María Poma Ticlla, irmã de Don Sebastián Quispe Ninavilca e cunhada de Francisca Melchora, esposa deste curaca,⁹ a nativa informou ao visitador que, sabendo que Don Diego Bartolomé - fiscal e, por muitas vezes, intérprete das visitas - buscava seu marido, escondeu-se na casa de Francisca Melchora (sua cunhada), a fim de evitar sua prisão. O mencionado fiscal - na companhia de Joseph de Requena – ao chegar à casa de dona Melchora a procurar Poma Ticlla, aquela teria questionado por qual razão o cavalheiro “(...) *entraba en su casa a quitarle la honra (...)*” (AAL: Leg. III, Exp. 15, 1660, f. 3v.). Na sequência, dona Melchora teria retirado da mão de Don Diego uma vara que ele trazia e a jogado no chão. Maria Poma Ticlla e Francisca Melchora, diante dos agravos que julgavam ter sofrido por parte das autoridades religiosas, encaminharam-se a Lima, a fim de denunciar os agentes. Antes disso, Francisca, por intermédio de sua criada Ampo, teria mandado dizer a María que a acompanhasse, já que poderia sofrer tormentos caso permanecesse na serra do Huarochirí. Seguindo as instruções da cunhada, e acompanhadas de Isabel Llaxa, partiram para a capital.

Na sequência do processo, ao ser perguntada sobre o objetivo da ida a Lima, Poma Ticlla informou que Francisca Melchora desejava informar ao protetor de índios que o visitador Vivero cobrava de vinte a trinta pesos aos nativos que não quisessem ser denunciados como feiticeiros. Durante o trajeto de ida, Francisca teria reclamado para sua cunhada que não possuía dinheiro suficiente para garantir este pagamento ao visitador. Na sequência de sua declaração, a declarante informou que, em Lima:

(...) el señor protector les dijo (...) que el visitador no hablaba de sus causas de hechiceras sino de las pedradas que habían tirado y que doña Melchora dijo que no tenía plata para sacar papeles y que se volviera y se volvió con la dicha doña Melchora e Ysabel Saxa porque no las quisieron oír y que el señor protector les había dicho que el señor visitador era un santo que no los hacía agravio y que así se volvieron (...) (AAL: Leg. III, Exp. 15, 1660, f. 4).

⁹ AAL: Leg. III, Exp. 15, 1660.

A ousadia de Francisca Melchora não ficaria impune. Sua atitude desencadeou em outro processo,¹⁰ no qual foi acusada de ter desacatado o fiscal Don Diego e os demais, por haver atirado no chão a vara que trazia o fiscal. A nativa foi condenada a vinte pesos e oito reais, multa que deveria ser revertida para a Igreja. Além disso, pagaria seis pesos das custas do processo “*en que las modere por ser pobre y (...) [que] de hoy en adelante tenga el respecto que se ve a los ministros de la justicia con percibimiento de que será castigada conforme la gravedad de su delito (...)*” (AAL: Leg. III, Exp. 17, 1660, f. 6).

Os dois processos mencionados se complementam e envolvem nativas pertencentes a uma das famílias mais importantes do Huarochirí, a do curaca governador Don Sebastián Quispe Ninavilca (já falecido na ocasião). Tendo se encaminhado a Lima a fim de denunciar a prática da cobrança de custas aos nativos que quisessem livrar-se do crime de feitiçaria, Francisca, viúva do curaca, acabou condenada a pagar a mesma quantia por ela denunciada, ou seja, vinte pesos. É possível que se tivesse o valor cobrado por Sarmiento de Vivero, não sofreria as consequências de seu destemor. Não se sabe, da mesma forma, qual teria sido o destino da ré caso dispusesse da quantia necessária para imputar, sobre este visitador, a acusação que realizou frente o defensor de índios, em Lima. Mas, acima de tudo, o destemor e o conhecimento do funcionamento da máquina colonial, por parte de Francisca, é evidente. Ela não apenas defendeu sua cunhada María Poma Ticlla do foro dos visitadores, como se dirigiu a Lima para denunciar a corrupção do juiz.

Dito destemor de Francisca Melchora parece familiar. Seu falecido marido, Don Sebastián Quispe Ninavilca, também possuía questões tramitadas dentro da justiça eclesiástica. No processo datado de dezessete de maio de 1660,¹¹ Quispe Ninavilca aparece como réu em uma querela envolvendo Juan de Noblejas que, na ocasião, está descrito enquanto *alguacil mayor* de San Lorenzo de Quinti. Segundo a cabeça do processo, Don Sebastián teria saído “*de mano armada y hecho pensado del pueblo de Huarochirí a este dicho pueblo [de San Lorenzo de Quinti] con espada y daga ceñidas y encontrando con el alguacil mayor de las visitas Juan de Noblejas lo hirió en una mano por estar indefenso sin armas*” (AAL: Leg. IV, Exp. 21, 1660, f. 2). A justiça considerou que o curaca atentou contra a vida de Juan de Noblejas, pois este só sobreviveu porque Ninavilca foi detido pelos declarantes e o *alguacil* socorrido pelos mesmos. Contam ainda

¹⁰ AAL: Leg. III, Exp. 17, 1660. Datado entre trinta de abril e quatro de maio.

¹¹ AAL: Leg. IV, Exp. 21, 1660.

as testemunhas que, na sequência deste atentado, o governador de Huarochirí fugiu em direção a seu *pueblo*.

Juan de Noblejas, além de *alguacil mayor* do *pueblo* de San Lorenzo de Quinti, cumpria a função de intérprete das visitas de extirpação em vários outros processos.¹² Dita função pode ter facilitado o acúmulo de inimizades entre este e os nativos huarochiranos. De outro lado, na figura pública de *alguacil mayor*, possivelmente Noblejas esteve passível de querelas com outras autoridades locais, assim como pôde ter ocorrido com o curaca governador Don Sebastián Quispe Ninavilca. As fragilidades internas provocadas pelos visitantes foram profundas e os caciques, enquanto autoridades religiosas e de coesão interna, precisaram mitigar os estragos desencadeados pela busca e pela condenação da religiosidade andina. Neste cenário, é possível que a animosidade causada pela presença da visita de extirpação e dos clérigos católicos e seus assistentes tenha alcançado altos graus de insatisfação por parte dos naturais, haja visto que a família do próprio Don Sebastián, como já demonstrado, esteve envolvida em denúncias na capital.

Destaco que, ao ser perguntada se seu irmão, Don Sebastián, se consultava com alguma feiticeira, Maria Poma Ticlla informou que o governador do Huarochirí teria escondido os documentos que incriminavam a autóctone, de forma a poupá-la de uma querela eclesiástica e evitar que alguma autoridade castelhana se dirigisse ao *pueblo*.¹³ Enquanto figuras de respeito e de autoridade dentro das comunidades, aos caciques cabia conhecer a justiça europeia e manejá-la. Mas é certo que, ao encobrir e dissimular casos de idolatria nativa, cultivaram inimizades com as autoridades católicas, alheias à dinâmica ancestral huarochirana. Quanto mais eram descobertos e punidos os autóctones, mais se fragmentava a prática andina, ou melhor, menos se vigoravam os laços de parentesco, a coesão e a reciprocidade local. Para esta situação ser minimizada, era essencial que os *ayllus* garantisse a manutenção das cerimônias ancestrais em período colonial, sendo os curacas os verdadeiros garantidores da sobrevivência destes rituais.

Considerações finais

Ainda que seja consenso que a nova organização social inaugurada na colônia tenha afetado profundamente a vida dos nativos, existe menos acordo quando o assunto diz respeito ao papel desempenhado pelas mulheres. Normalmente os autores se dividem

¹² Ver procesos AAL: Leg III, Exp. 16, 1660; Leg. III, Exp. 17, 1660; Leg. IV, Exp. 19, 1600; Leg. IV, Exp. 20, 1660; Leg. IV, Exp. 21, 1660, etc.

¹³ AAL: Leg. III, Exp. 15, 1660.

entre ou insistir que, neste período, as nativas mantiveram os elos comunitários (ZULAWSKI, 1993; LARSON, 1983); ou enfatizam que, na verdade, elas sofreram com a quebra das relações tradicionais e o surgimento de outras novas (GLAVE, 1989). A respeito da mulher colonial e de sua relação com a religiosidade ancestral, Silverblatt (1990) informou que:

Mientras los hombres indígenas frecuentemente huían de la opresión de la *mita* y del tributo, abandonando sus comunidades y dirigiéndose a las emergentes haciendas a trabajar como yanacunas (cuasi siervos), las mujeres escapaban a las *punas* inaccesibles y muy alejadas de las reducciones de sus comunidades natales. Una vez allí, ellas rechazaban las fuerzas y los símbolos de su opresión, desobedeciendo a los funcionarios españoles, al clero y a los mismos funcionarios de su comunidad. También rechazaban vigorosamente la ideología colonial que reforzaba su opresión, rehusándose a ir a misa, a participar de la confesión católica o aprender el dogma. Aun más importante era que la mujer no solamente rechazaba al catolicismo; ella retornaba a su religión nativa y a la cualidad de las relaciones sociales que su religión expresaba, hasta donde le fuera posible (SILVERBLATT, 1990, p. 146).

É indiscutível a importância do trabalho de Silverblatt sobre as mulheres andinas, no entanto, no que diz respeito ao trecho destacado, a autora parece não levar em consideração justamente a complexidade das relações coloniais. Não creio ser possível generalizar que elas foram sujeitas que, refugiadas nas punas, aproximaram-se de sua ancestralidade. Nem todas as nativas se mantiveram na pobreza¹⁴ ou foram vítimas do sistema colonial.¹⁵ Não estou, no entanto, pretendendo afirmar que elas não se conectaram com as cerimônias rituais, apenas ponderando que não se resumem a isso. O cenário que envolveu o feminino na colônia foi vasto e inquietante e, por isso, esteve presente em variados estudos desde muito tempo até a atualidade. As nativas foram protagonistas em diversas atividades religiosas no mundo colonial e, ainda que os documentos não sejam esclarecedores quanto a diversidade de mulheres e de homens dedicados ao culto ancestral, “(...) *Hernández Príncipe nos habla de ‘ministras’, sortilegas, hechiceras, rapias y soñadoras en la región de Recuay*” (HUERTAS, 1981, p. 36), entende-se que elas existiam em número expressivo dentro do cenário religioso andino.

Torna-se impossível, nesse sentido, dimensionar a quantidade de mulheres que, na colônia, esteve obrigada a trabalhar com suas famílias nos campos ou as que fugiram para as punas. No entanto, para este artigo, me interessa analisar aquelas que se mantiveram dentro de seu núcleo social de origem, isto é, aquelas que, mediante os

¹⁴ Stern (1986) nos informa a respeito de mulheres que enriqueceram durante o período colonial, justamente se valendo da dinâmica da sociedade do Vice-Reino. (Ver. STERN, 1986, p. 244, 257, 262 e 266)

¹⁵ Inés de Huaylas (ROSTWOROWSKI, 2015).

contratempos decorrentes da sociedade colonial, preservaram-se em seus *ayllus* e se encarregaram da tarefa ritual. Elas estavam muito mais próximas das *acllas* incaicas do que se pode supor.

É muito provável que, nos Andes, durante o período colonial, ao se manterem em seus *ayllus*, as nativas tenham tomado para si a responsabilidade em afirmar os laços comunitários que, a esta altura, já se encontravam em crise. Enquanto os homens nativos de prestígio foram sugados pelas instituições políticas e religiosas coloniais, as mulheres puderam, mais livremente, desde suas comunidades, serem as portadoras da reciprocidade ancestral. Talvez, para tal tarefa, nutriram-se do conhecimento das *acllas* incaicas. Se estas foram mulheres necessariamente convocadas pelos Incas para compor a instituição, no período colonial, as sacerdotisas parecem ter se responsabilizado e servido enquanto mediadoras entre divindades e seres humanos.

Referências

CARO BAROJA, Julio. *Las brujas y su mundo*. Madrid: El libro de Bosillo, Alianza Editorial, 1969.

FEDERICI, Silvia. *Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010.

FERNÁNDEZ, Dino León. “Un proceso de extirpación de idolatrías en el curato de Santiago de Aija, doctrina de Huaylas, 1672”. In: *Investigaciones sociales* [S. l.], v. 17, n. 31, p. 127–145, 2013.

GAREIS, Isis. “Extirpación de idolatrías e identidad cultural en las sociedades andinas del Perú virreinal (siglo XVII)”. In: *Boletín de Antropología Universidad de Antioquia*, vol. 18, núm. 35, 2004, pp. 262-282 - Universidad de Antioquia - Medellín, Colombia, 2004.

_____. “La metamorfosis de los dioses: cambio cultural en las sociedades andinas”. In: *Anthropologica*. No. 9 - dezembro, 1991.

GLAVE, L.M., “Mujer indígena. Trabajo doméstico y cambio social en el siglo xviii”. In: *Trajinantes. Caminos indígenas en la sociedad colonial, siglos xvi y xvii*. Lima, 1989.

GOSE, Peter. *Aguas mortíferas y cerros hambrientos: Ritos agrarios y formación de clases de un pueblo andino*. Quito: Ecuador, Abya Yala, 2004.

_____. “Mountains, Kurakas and Mummies: Transformations in Indigenous Andean Sovereignty. Cerros, Kurakas y Momias: Transformaciones de la Soberanía Indígena Andina”. In: *Población & Sociedad*, Vol. 23 (2), pp. 9-34, 2016.

LARSON, Brooke. “Producción doméstica y trabajo femenino indígena en la formación de una economía mercantil colonial”. In: *Historia Boliviana* 3/2, 1983.

MILLONES, Luis. *El retorno de las huacas: estudios y documentos sobre el taki onqoy siglo XVI*. Lima: IEP- SPP, 1990.

MO ROMERO, Esperanza e GARCÍA, Margarita Eva Rodríguez. “Las mujeres andinas y el mundo hispánico: descomposición de una sociedad y ritos de supervivencia”. In: *Espacio, tiempo y forma. Serie IV, Historia moderna*, ISSN 1131-768X, N° 11, pp. 147-158, 1998.

PEREIRA, Rita de Cássia Mendes. “Da irrealidade dos atos mágicos ao pacto satânico: magia, bruxaria e demonologia no pensamento eclesiástico”. In: *Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais*. Salvador, 2011.

PURKISS, Diane. *The Witch in History: Early Modern and Twentieth-Century Representations*. London-New York: Routledge, 1996.

RAMOS, Gabriela. “Política eclesiástica y extirpación de la idolatría: discursos y silencios en torno al Taqui Onqoy”. In: *Revista Andina*, Año 10. Nº 1, julio 1992.

SILVERBLATT, Irene. *Luna, Sol y Brujas – Género y clases en los Andes prehispánicos y coloniales*. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas, 1990.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ZULAWSKI, Ann. “Mujeres indígenas y la economía de mercado en la Bolivia colonial”. In: STOLCKE, Verena. *Mujeres Invasadas. La sangre de la Conquista de América*, España: Cuadernos Inacabados 12, pp. 67-91, 1993.

Fontes

Archivo Arzobispal de Lima, sessão *Hechicerías e Idolatrías*

Leg. III, Exp.15, 1660.

Leg. III, Exp. 17, 1660

Leg. IV, Exp. 13, 1660

Leg. IV, Exp. 20, 1660.

Leg. IV, Exp. 21, 1660.

Uma análise da recepção das teorias darwinistas no Brasil por meio da literatura naturalista de finais do século XIX

Maria Angela Gomes Gonçalves¹
Mestre em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Introdução

Este texto decorre da pesquisa de dissertação de mestrado, cujo título é: “especificamente do capítulo X, Meio”, raça e homoerotismo em Bom-Crioulo de Adolfo Caminha (1895) do qual as ideias e argumentos centrais são aqui discutidos. Começamos indicando que, os romances naturalistas surgiram como uma oposição ao Romantismo, apropriando-se de teorias e temáticas científicas sem seguir um roteiro linear. A exemplo das teorias evolucionistas, as obras do movimento naturalista não seguiram direção unívoca, nem tiveram a pretensão de fazê-lo. Desse modo, “[...] não é possível compreender plenamente a estética naturalista sem considerar a sua ligação com esse ‘desmonte confuso’” (FARIA, 2016; p. 94), A proposta do naturalismo é descrever, a partir de uma estética ultrarrealista e de pressupostos científicos, aspectos diversos do contexto social. Na escola naturalista, o escritor pretendia colocar-se diante do objeto em sua essência, registrando cientificamente, em tese, as noções que viriam a construir seu próprio texto em uma “transposição direta da realidade” (CANDIDO, 2015; p. 107), como afirma Antonio Candido.

O autor naturalista, portanto, ao escrever sobre o contexto que o cerca, e procurar capturá-lo com precisão e suposta isenção, produz uma reflexão, através da escrita criativa, sobre a sociedade na qual e sobre a qual escreve. O que nos leva a destacar outro ponto relevante: a diferença entre o Naturalismo brasileiro e o Naturalismo europeu. Ainda que inspirado no modelo europeu, o Naturalismo no Brasil foi marcado pelas especificidades de um país ainda escravocrata e monarquista, que caminhava para a abolição e para a instauração do regime republicano.

¹ Mestre pelo Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, aprovada com a dissertação cujo título é “Meio”, raça e homoerotismo em Bom-Crioulo de Adolfo Caminha (1895) sob orientação do Dr^a Ana Carolina Huguenin Pereira e coorientada por Ana Paula Barcelos, bolsista da CAPES.

No Brasil, os romances naturalistas divulgaram modelos cientificistas, com personagens condicionados pelas máximas deterministas relacionadas a uma perspectiva fisiologista e biologizante. Segundo Lilia Schwarcz, “a moda cientificista entrou no país por meio da literatura e não da ciência mais diretamente” (SCHWARCZ, 1993; p. 32). Desse modo, a percepção dos literatos, diante dos novos conceitos científicos, tendia a uma esperança de que a ciência trouxesse mudanças na construção política e social do país.

O período de surgimento dos romances naturalistas no Brasil, não por coincidência, é o mesmo em que uma série de transformações políticas culminou na crise do sistema monárquico e na abolição da escravidão, ainda em finais do século XIX. O Naturalismo é, como apontamos, parte do avanço e da influência do pensamento científico desenvolvido na Europa e incorporado pela sociedade brasileira daquele período.

Os romances naturalistas, portanto, surgiram em um período de expansão das ideias científicas incorporadas aos enredos das obras de ficção a partir de variadas vertentes de interpretação, inclusive, no que tange a uma abordagem múltipla da ideia de evolução. O presente artigo pretende construir um panorama histórico acerca da recepção do darwinismo no Brasil e das temáticas que pautaram os romances naturalistas.

A recepção das teorias darwinistas no Brasil

O final do século XIX é marcado tanto pela resistência quanto pela aceitação das ideias de Darwin no Brasil e em outros países. Uma questão muito específica aos brasileiros, no que concerne à recepção das teorias darwinistas no país, é a escravidão, alvo de debate em pesquisas e teorias oitocentistas. O confronto entre vários autores, como afirmam Heloísa Maria Bertol Domingues e Magali Romero Sá, leva-nos a concluir que sua recepção instaurou debates e polêmicas, “além de dividir a opinião dos que com ela se envolviam, deixaram claro que, no caldeirão do conhecimento, como ‘darwinismo’ confundiram-se as várias interpretações da ideia da evolução” (DOMINGUES; SÁ, 2003; p.119). Foi dentro desse turbilhão de interpretações, que envolvem questões socioculturais para além de questões científicas que os romances naturalistas surgiram, despontando quase no mesmo período de instauração da Primeira República.

Angela Alonso afirma que os romances científicos da geração de literatos brasileiros de 1870 formularam personagens e enredos que “rompiam com a estetização da sociedade imperial”.

Os romances científicos, que muitos membros dos grupos de contestação redigiram, alçaram à matéria literária os homens livres, pobres, os mulatos, como nos romances de Aluísio de Azevedo (*O homem*, 1887); os estudantes, de *O Ateneu* (1888); as mulheres cultas, de *A carne* (1888). Criaram novos tipos nacionais, incluindo a gama de aliados na autoimagem do regime monárquico. Esses romances, minuciosamente descritivos, sociológicos, rompiam com a estetização da sociedade imperial que os romances de Alencar tinham nutrido. (ALONSO, 2001; p. 242)

Alonso afirma que vigorava no país uma tradição político-intelectual escorada em três núcleos: o indianismo romântico, o catolicismo e o liberalismo estamental, que tinham o objetivo de definir a nacionalidade, representar a sociedade hierárquica e limitar a cidadania (ALONSO, 2001; p. 167). Confrontando-se de diversas formas com tais tradições, muitos membros da geração de 1870 apresentaram suas conclusões como ‘científicas’ ou se reputavam como ‘pensadores da política’. Isto não autoriza, todavia, afirmar que visassem a produção de conhecimento acadêmico” (ALONSO, 2001; p. 166). A partir de seu ativismo político, tal geração readaptou o evolucionismo e as produções intelectuais do século XIX no período em que as ideias de Darwin foram incorporadas independentemente, de acordo com a adesão de autores e cientistas que adotavam um posicionamento parcial, criando diversas vertentes interpretativas a partir da publicação de *A origem das espécies* (1859).

Sobre a reapropriação e a ressignificação de ideias científicas no Brasil e no contexto histórico em que se desenrolou, Karoline Carula afirma:

Em 1850, o fim efetivo do tráfico de escravos africanos acabou com a reprodução da mão de obra oriunda da África influenciando na transição do cativo para a liberdade. A Lei do Ventre Livre, de 1871, acentuou as discussões acerca da proximidade do fim da escravidão e da mão de obra a ser utilizada após a abolição. O término da guerra do Paraguai enfraqueceu a opinião pública acerca do poder Imperial. O manifesto republicano de 1870 e a criação do partido republicano, que propunham a mudança de regime político, também colaboraram para a desestabilização monárquica. Os debates que despontaram neste momento eram, muitas vezes, permeados pelas novas teorias científicas/cientificistas europeias – positivismo, evolucionismo, darwinismo, naturalismo, dentre outros ismos – que eram lidas, ressignificadas e apropriadas pela camada letrada brasileira. (CARULA, 2012; p. 9)

Ao afirmar que as teorias científicas europeias eram “lidas, ressignificadas e apropriadas pela camada letrada brasileira” (CARULA, 2012; p. 9) Carula corrobora as afirmações de Alonso em *Ideias em Movimento*. Segundo esta autora, o cientificismo europeu associado à experiência nacional nos anos 1870 acabou por produzir um discurso próprio. Alonso afirma ainda que “este caráter pragmático e moderado da elite imperial deu conteúdo novo ao repertório europeu e a experiência brasileira particularizou os esquemas mentais estrangeiros” (ALONSO, 2001; p. 56), de modo que discursos de

caráter evolucionista e determinista foram apropriados de forma a justificar e encaminhar certas contradições e dilemas internos do país.

Teorias como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social-darwinismo, “um cinemathographo em ismos”, começam a se difundir a partir dos anos 70, tendo como horizonte de referência o debate sobre os fundamentos de uma cultura nacional em oposição aos legados metropolitanos e à origem colonial. (SCHWARCZ, 1993; p. 28).

Segundo Regina Cândido Ellero Gualtieri, “[...] na década de 1860, para ser um darwinista, bastava rejeitar a criação especial, aceitando, em vez disso, a descendência comum das espécies e a incorporação do homem no curso geral da evolução” (GUALTIERI, 2008; p. 198. Gualtieri afirma ainda que “as teses darwinistas tiveram uma adesão parcial dos cientistas que rejeitaram as concepções conflitantes com as suas concepções e valores e admitiram em seus trabalhos apenas aquelas com as quais se identificavam” (GUALTIERI, 2008; p. 195), portanto, reinterpretando e ressignificando.

Heloísa Maria Bertol Domingues e Magali Romero Sá afirmam que o Brasil, diante das teorias darwinistas, se torna um país “*sui generis*” (GUALTIERI, 2008; p. 101), ou seja, único em seu gênero. As autoras colocam como os pontos principais dos debates de aceitação e negação das ideias de Darwin uma relação triangular: o imperador, os cientistas brasileiros e os pares europeus, incluindo o próprio Darwin. A valorização da ciência no Brasil, nos marcos de uma “cientificidade difusa” (SCHWARCZ, 1993; p. 30), se relaciona à adoção do discurso cientificista em voga na Europa, o que significaria buscar legitimidade no plano internacional, isto é, reconhecer o país como uma nação moderna e “civilizada”, não mais associado à dominação colonial, ao ponto do próprio imperador se afirmar como um entusiasta dos avanços científicos, aproximando-se, inclusive, do pensamento evolucionista, ainda que não concordasse com Darwin acerca da origem dos homens. Para Lilia Schwarcz:

Um primeiro exemplo dessa postura pode ser encontrado na própria figura de Dom Pedro II, na época denominado “mecenas na sciencia”. Para além da influência política e do papel centralizador que o monarca exercia, o imperador também ficou conhecido como assíduo frequentador de exposições, expedições e reuniões de cunho científico nacionais e internacionais (SCHWARCZ, 1993; p. 30).

O Brasil e outros países da América eram vistos como objetos de estudo por pesquisadores estrangeiros. O próprio Darwin, em sua passagem pelo Rio de Janeiro, visitou o Jardim Botânico e, sobre ele, escreveu:

[...] cresciam plantas muito conhecidas pela grande quantidade de suas propriedades. As folhas da cânfora, da canela e do cravo desprendem um aroma muito delicioso; e a fruta-pão, a jaca e manga disputavam a primazia da magnificência da folhagem. A paisagem dos arredores da Bahia quase que se caracteriza por estas duas últimas árvores. (DARWIN, 1890; p. 23 *apud* DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 99)

Domingues e Sá ressaltam que, “apesar de Darwin ter visitado o Jardim Botânico e ter exaltado a natureza do país, não fez referência aos naturalistas brasileiros nem tampouco visitou o Museu Nacional que, na época, já possuía uma exposição de história natural aberta ao público”. E acrescentam que, naquele período, a importância atribuída ao país não se resumia a um campo de observação, porque o Brasil também era visto como terra fértil à aceitação e ao suporte das novas ideias: “[...] o Brasil não foi somente o palco da elaboração da teoria da evolução por seleção natural; também foi neste país que nasceu imediatamente um suporte a ela. Aqui, surgiu uma das mais importantes interpretações da teoria na área da biologia: a de Fritz Müller” (DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 99).

Utilizando crustáceos marinhos como objeto de estudo, Müller testou as ideias de Darwin em campo. “Em 1864, ficou conhecido no meio científico internacional pela publicação de um pequeno livro, *Für Darwin*, no qual demonstrou, através de estudos embriológicos em crustáceos, a teoria de Darwin” (DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 99). O livro de Müller repercutiu imediatamente pela Alemanha e pela Inglaterra e teve sua tradução para o inglês sugerida pelo próprio Darwin em 1869. Segundo Domingues e Sá, “Müller tornou-se amigo e colaborador de Darwin, com quem trocava correspondências, abordando seus estudos sobre diferentes grupos de animais e vegetais e a inter-relação entre eles, como quando enviava material para estudo”.

O pesquisador alemão defendia que a capacidade intelectual dos negros não era inferior à dos brancos. Na época, segundo Thomas Glick, “houve um debate sobre o fato de Cruz e Sousa ser um homem negro, como Müller mencionou numa carta a seu irmão Hermann, o que reforçou sua opinião de que a capacidade intelectual dos negros não era inferior à dos brancos” (GLICK, 2003; p. 185). O autor afirma ainda que o poeta, diante das teorias darwinistas, precisaria reafirmar sua capacidade intelectual: “Cruz e Sousa estava numa posição pouco invejável, pois tinha de confrontar sua inferioridade social como negro que era, mesmo aceitando as insinuações darwinistas de sua proximidade racial com seus ancestrais simiescos” (GLICK, 2003; p. 186). A raça, portanto, tornou-se um ponto importante no que diz respeito às discussões e à recepção das ideias científicas no Brasil. Domingues e Sá afirmam, neste sentido, que o eixo orientador para a

interpretação do cientificismo no Brasil baseava-se na raça e no evolucionismo: “No Brasil, nas últimas décadas do século XIX, tanto o evolucionismo quanto a teoria racial eram eixos orientadores das ciências naturais e moldaram o pensamento dos intelectuais que idealizaram a nação” (DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 97).

Na segunda metade do século XIX, a escravidão já era uma instituição desmoralizada e combatida no cenário internacional. Portanto, o regime escravista do país comprometia suas pretensões no sentido de fazer parte dos círculos “civilizados”. Angela Alonso explica que, enquanto os negros eram vistos como um empecilho para a civilização brasileira, os indígenas tornaram-se alvo de positivistas abolicionistas que “[...] resgatavam o indianismo que novos liberais e federalistas científicos afastavam” (ALONSO, 2001; p. 218). Domingues e Sá afirmam que, no núcleo dos positivistas “teóricos das raças”, acreditava-se que inserir os índios na sociedade seria uma alternativa à mão de obra escrava:

[...] para os teóricos das raças e construtores da civilização “nacional”, a questão do século XIX, não foi inserir os negros escravos na sociedade, pois estes eram considerados estrangeiros. A questão foi inserir os índios nessa construção social do país, pois eles se apresentavam como alternativa à mão-de-obra escrava, e, além disso, conheciam o interior do país, que se pretendia explorar. (DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 98).

Portanto, a partir da questão da raça, podemos compreender a inserção das teorias darwinistas no Brasil, ao menos em um sentido social, que não foi único, “uma vez que teve repercussão na biologia” (DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 98). As ciências naturais tomaram forma em diversas áreas, mas foram, principalmente, a antropologia e a geologia “que abordaram a questão da evolução” (DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 98).

Depois de Müller, uma série de pesquisadores e teorias acerca do evolucionismo ganharam um sentido mais amplo e, por consequência, se separaram do darwinismo, este, em contrapartida, encontrou muitos contestadores.

Na década de 70, começaram a se esboçar as posições dos brasileiros em relação ao darwinismo; E, embora a teoria tivesse defensores no meio científico brasileiro, encontrou muitos contestadores. Porém, o mesmo não aconteceu em relação à ideia de evolução. Essa ideia ganhou um sentido mais amplo no Brasil nessa época e apresentava-se dividida entre o que se chamou darwinismo (tido como um sistema de ideias relativo aos princípios característicos da evolução entendida por Darwin) e o que foi simplesmente evolucionismo. (DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 100).

Um contestador importante do darwinismo foi o próprio imperador que, como dito anteriormente, se colocava como um homem da ciência (DOMINGUES; SÁ, 2003; p.

101)², mas concordava com teses antidarwinistas. Segundo Domingues e Sá, em correspondência, o imperador escreve: “A doutrina da evolução é muito decepcionante, embora se apoie sobre muitos fatos” (DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 101). Em outra missiva, datada de 1891, ele diz:

Eu temo lhe dizer o quanto a leitura de Van de Ghegn me interessou. Mas eu continuo a crer que o primeiro homem não foi negro, nem descendente do macaco. Eu repetiria com o autor que vale mais a ignorância cega do que a ilusão na ciência. (DOMINGUES, 2003; p. 102).

As questões acerca da origem da espécie humana despertaram o interesse de pesquisadores da década de 1870 – questões que, no Brasil, foram influenciadas pelos franceses Paul Broca³ e Quatrefages⁴, através da antropologia craniométrica e antropométrica (DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 103). A teoria de Quatrefages tem parte de sua base nos fósseis enviados pelo imperador, que foram encontrados pelo dinamarquês Lund⁵ em 1840, na chamada Lagoa Santa, região centro-leste da província de Minas Gerais. Tais fósseis “[...] foram um dos pontos fortes da controvérsia entre os que professavam o darwinismo e os resistentes à sua aceitação”. (DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 103).

No Brasil, os médicos João Batista de Lacerda e Rodrigues Peixoto se vinculavam às mesmas perspectivas teóricas de Quatrefages com o método craniométrico, tanto que, em 1878, o trabalho ganhou o reconhecimento da comunidade francesa de antropologia, quando, na ocasião, os médicos foram homenageados na Exposição Antropológica de Paris (DOMINGUES; SÁ, 2003. p. 104). Segundo Santos, um dos objetivos de Lacerda era “difundir os estudos antropológicos, ainda que não houvessem fervorosos adeptos entre os homens científicos do Brasil” (SANTOS, 2010; p. 88). Esses estudos iam de encontro a uma importante discussão para o país: a utilização da mão de obra africana.

Santos também destaca uma afirmação feita por Lacerda durante a Exposição Antropológica de 1882 no Museu Nacional sobre os indígenas. Referindo-se aos Botocudos, Lacerda afirmou: “[...] eles são ferozes, sem arte de espécie alguma e sem pendor para o progresso e para civilização [...] Como trabalhador braçal, o índio é

² Pedro II foi um dos únicos a ser eleito para um dos oito lugares reservados a sócios estrangeiros na Academia de Ciências de Paris e o único brasileiro a ser admitido.

³ Pierre Paul Broca: cientista, médico, anatomista e antropólogo francês.

⁴ Jean Louis Armande de Quatrefages de Bréau: naturalista francês, filho de fazendeiros protestantes. Estudioso da área das ciências naturais, onde se especializou.

⁵ Peter Wilhelm Lund foi um dos naturalistas dinamarqueses, dos mais notáveis do século XIX, é considerado o pai da paleontologia e arqueologia no Brasil.

inquestionavelmente inferior ao negro [...]” (SANTOS, 2010; p. 89). A afirmação de Lacerda foi baseada em estudos acerca da força muscular do indígena e ele a justifica da seguinte maneira: “medimos com o dinamômetro a força muscular de indivíduos adultos [...] e o instrumento denunciou uma força abaixo da que se observa geralmente em indivíduos brancos ou negros [...]” (SANTOS, 2010; p. 89). Sobre a capacidade auditiva do povo Botocudo, a pesquisa concluiu: “[...] o seu sentido mais fino e apurado é o da audição. Entretanto, os sons combinados, quer de pequenas variações, quer de simples frases melódicas, dificilmente se retém no ouvido indígena” (SANTOS, 2010; p. 89). Assim, os pontos defendidos por Lacerda se alinham às correntes científicas difundidas em sua época, principalmente em relação ao branqueamento, que analisaremos adiante.

Outro pesquisador reconhecido por Quatrefages foi Ladislau Netto, que “[...] foi, de fato, uma figura fundamental no debate sobre o darwinismo no Brasil, porém, diferentemente de Lacerda e Peixoto, manifestava-se muito ambigualmente sobre as questões da evolução” (SANTOS, 2010; p. 108). Sobre Netto, Domingues e Sá afirmam que o estudioso “[...] se mostrou simpático às teorias transformistas sem ser essencialmente um darwinista” (DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 108), chegando a discordar de Darwin acerca da origem das plantas trepadeiras. Sobre o evolucionismo, Netto afirmou:

A doutrina da evolução que espanta a ignorância, irritando a superstição do fanatismo vai ganhando terreno no campo dos refratários ao invés de novas legiões de ciência que, com crescente entusiasmo professam, porque é mais lógica, a mais natural, e por isso mesmo a mais atrativa de todas quantas até agora se apresentaram para explicar a admirável epopeia da criação (NETTO, 1882; p. 6-7 *apud* DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 103).

A partir da década de 1880, Netto assumiu uma postura mais inclinada aos estudos arqueológicos, preocupando-se com a “evolução social”, principalmente com a mestiçagem. Sobre o tema ele disse:

Já desapareceram numerosas tribos e com elas sua língua, suas cerimônias bárbaras, suas tradições e muitos outros documentos que seriam hoje para nós tão preciosas bases de estudo etnográfico. É preciso, portanto, que nos atemos a salvar o pouco que resta, para não sermos condenados por nossos sucessores, como dizemos agora que nossos predecessores negligenciaram o passado. (NETTO, 1882; p. 6-7 *apud* DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 103).

A preocupação de Netto situa-se no contexto das discussões e teorias a respeito da mestiçagem no Brasil, o que o aproxima de Lacerda. Netto preocupava-se com o desaparecimento das tribos indígenas e não admitia comparar os índios a bestas. Para ele, os antigos habitantes do país descendiam de uma cultura superior” (DOMINGUES; SÁ,

2003; p. 113). Já Lacerda, “[...] argumentava que o Brasil era um país racialmente viável pelo fato de sua população estar no caminho de vir a se constituir em uma ‘raça branca’” (SANTOS, 2010; p. 90). Vale ressaltar que a pesquisa de Lacerda acerca dos Botocudos, mencionada anteriormente, concluía ser de difícil reversão as condições intelectuais da tribo. Contudo, o autor mudou seu posicionamento em estudos subsequentes, como afirma Gualtieri: “Esse posicionamento (referindo-se ao posicionamento de Lacerda acerca dos Botocudos), mudou-se em escritos subsequentes e ele se afastou dos preceitos poligenistas, abandonando a ideia de criação em centros separados” (GUALTIERI, 2008; p. 206).

A partir da mudança de percepção, Lacerda enumerou alguns obstáculos que deveriam ser enfrentados com a finalidade de tornar o Brasil um país próximo à evolução das civilizações do homem branco. Baseado nas ideias de Lacerda, Santos afirmou que “o primeiro [obstáculo] era quanto ao destino dos índios e negros, e destes em particular, cujos vícios ‘foram inoculados na raça branca e nos mestiços’” (GUALTIERI, 2008; p. 206). O segundo desafio dizia respeito aos mestiços, qualificados “como fisicamente inferiores aos negros, além de moralmente instáveis; intelectualmente, porém, comparavam-se aos brancos” (GUALTIERI, 2008; p. 206). No entanto, quanto à capacidade intelectual dos mestiços, complementa:

Não que os mestiços em geral fossem naturalmente tão viáveis em termos de inteligência: “os generosos proprietários de escravos” é que por meio do processo de “seleção intelectual”, haviam estimulado aqueles mais dotados intelectualmente a participar na vida social, gerando uma população de mestiços diferenciada. (GUALTIERI, 2008, p. 206).

Gualtieri chama atenção para o fato de que Darwin reconheceu a existência da influência do meio sobre os seres:

[...] [através da] ação direta do meio sobre o organismo e que o hábito ou uso e não-uso de partes dos seres vivos tinham um papel na transformação do mundo vivo, processos identificados com o lamarckismo, [assim] Darwin acabava por colocar a seleção natural como um mecanismo principal, mas não exclusivo para dirigir a evolução dos seres vivos. (GUALTIERI, 2008; p. 198).

A autora diz que “esse reconhecimento favoreceu ainda mais a incorporação diferenciada do evolucionismo darwinista” (GUALTIERI, 2008; p. 198), ou seja, as correntes que interpretavam o processo evolucionista através do meio, encontravam refúgio no lamarckismo, teoria do século XIX proposta pelo biólogo francês Jean-Baptiste Lamarck, que acreditava que alterações no ambiente causavam mudanças nas necessidades dos organismos que ali viviam e, por consequência, no seu comportamento.

Tal teoria, “tinha seus mecanismos vistos como expressão de luta dos organismos para se adaptarem à vida” (GUALTIERI, 2008; p. 198). Por outro lado, ao lamarckismo, se impunha outra questão: a seleção natural. “Aceitar a seleção natural, de outro modo, implicava reconhecer a impossibilidade de o indivíduo se aperfeiçoar pelos seus próprios esforços, uma vez que os não aptos eram simplesmente eliminados” (GUALTIERI, 2008; p. 199).

Ladislau Netto foi um exemplo de pesquisador que não negava a ocorrência da seleção natural. Seus textos contribuem para interpretações lamarckistas que, por sua vez, se aproximavam de uma visão criacionista. “As ideias lamarckistas possibilitaram com mais facilidade conciliar o evolucionismo com a existência de Deus, orientando o processo de transformação” (GUALTIERI, 2008; p. 202). Lacerda também não negava a existência de Deus no processo evolutivo e chegou a afirmar ser a “Religião irmã gêmea da Ciência” (LACERDA *apud* GUALTIERI 2008; p. 205), ou seja, “as crenças religiosas deveriam preencher as lacunas insupríveis da ciência” (GUALTIERI, 2008; p. 205). Nesse sentido, Gualtieri observa que a visão de Netto não só se aproxima da religião, mas cria um pensamento otimista no que diz respeito à evolução e ao futuro da humanidade e salienta a importância da evolução intelectual e social, entendida como desenvolvimento psicológico. Segundo o autor:

As ideias evolucionistas de Ladislau se, por um lado, permitiam conciliar ciência e religião, por outro favoreciam um posicionamento mais otimista quanto ao futuro da humanidade. Preocupava-se com a evolução da espécie humana e criticava o fato de que “os mais ilustres expositores das leis da evolução não se comprometeram especialmente com a parte mais importante desta ciência, que é a seleção intelectual do gênero humano, ou seja, seu desenvolvimento psicológico, que, com mais propriedade poderíamos chamar de evolução social”. (NETTO, 1882; p. 148 *apud* GLAUTIERI 2008; p. 203).

Sendo assim, a percepção de Netto tinha reflexo direto na educação⁶. Em contrapartida, na década de 1880, August Weismann, biólogo alemão considerado o segundo teórico evolucionista mais notável do século XIX depois de Darwin, iniciou uma série de estudos sobre a hereditariedade e concluiu que “as alterações nos tecidos somáticos (do corpo) não interferiam no germe, eram transitórias e desapareciam com os indivíduos, sem serem transferidas para os descendentes” (GUALTIERI, 2008; p. 208). Ou seja, a possibilidade colocada por Weismann de refutar hipóteses lamarckistas quanto

⁶ Nas palavras de Gualtieri, “Ladislau Netto acreditava, com efeito, no papel civilizador da educação”. (NETTO *apud* GUALTIERI, p. 203).

à existência de mecanismos que contribuíssem para originar modificações nos organismos, de modo que, na concepção de Weismann, as variações resultam de causas internas e não de influência do meio (GUALTIERI, 2008; p. 208).

Diante da negação sobre a influência do meio nos seres, as teorias de Darwin perdem a flexibilidade tornando-se mais dogmáticas aos olhos de alguns críticos. Contudo, é importante perceber que o próprio autor de *A Origem das Espécies* não nega a influência de aspectos externos no processo de evolução, como afirma Gualtieri:

O fato é que Darwin nunca desconsiderou a importância da herança dos caracteres adquiridos e, em sua obra *Variação dos animais e plantas domésticas* (1868), apresentou um mecanismo de hereditariedade – a pangênese – compatível com as ideias lamarckistas. Aliás, esse texto, como lembra Bowler (1922:66), era frequentemente mencionado pelos defensores das ideias de Lamarck como prova de que Darwin estava se voltando para o lamarckismo, provavelmente por estar cedendo aos argumentos antisselecionistas nada incomuns depois de 1859; nesse trabalho de 1868, havia um capítulo inteiramente dedicado a discutir a influência direta das condições ambientais sobre o desenvolvimento das variações nos seres vivos. (GUALTIERI, 2008; p. 209).

Diante de tais interpretações, surge o que Gualtieri aponta como neodarwinismo⁷ e neolamarckismo. O neodarwinismo seria uma “designação para o movimento que aceitou a exclusividade do selecionismo para gerir o processo evolutivo, tal como proposto por Weismann [...]” (GUALTIERI, 2008; p. 209), ou seja, sua intenção não era promover as ideias darwinistas, mas incorporá-las a novos estudos. Já o neolamarckismo é definido pela autora nas seguintes palavras:

[...] um movimento heterogêneo que em linhas gerais, desdobrava-se em duas grandes tendências: a que recuperava a noção lamarckista de que entre os seres vivos havia uma tendência inerente que os forçava a se modificar, vinculando-a a ideia de evolução regular e linear (ortogênese), e a vertente que aceitava a herança dos caracteres adquiridos como um mecanismo intencional, mas não capaz de gerar padrões regulares de evolução. (GUALTIERI, 2008; p. 2010).

O neodarwinismo e o neolamarckismo são ramificações de teorias pré-existentes, nas quais se verificam elementos ligados às vertentes haeckilianas e spencerianas. Estes, contudo, “[...] são considerados pela historiografia como neolamarckistas da segunda tendência, por defenderem a manutenção da herança dos caracteres adquiridos como um mecanismo pelo menos tão importante quanto a seleção natural” (GUALTIERI, 2008; p. 210).

⁷ Termo criado por George J. Romanes, em 1896.

Os haeckilianos, termo advindo de Haeckel, naturalista alemão e partidário do darwinismo, têm Augusto Cezar de Miranda Azevedo, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como representante no Brasil. Azevedo tinha sua pesquisa relacionada à concepção biológica de Darwin e direcionada pelo pensamento haeckiliano. Para ele, “Darwin foi, no terreno zoológico e botânico, o revolucionário que produziu a mesma reforma que Lyell na geologia, assim baqueou nas ciências naturais a absurda hipótese teleológica sustentada por Cuvier e, ultimamente, por Louis Agassiz” (DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 114).

Azevedo foi um dos quadros mais empenhados em defender as ideias de Darwin no Brasil, além de atribuir os problemas do período monárquico ao pensamento científico do imperador, que negava as teorias darwinistas. Domingues e Sá afirmam: “Ele [Azevedo] não somente defendeu o darwinismo, como também, através dessas ideias, defendeu a política republicana contra o imperador, alegando que a causa principal dos problemas sociais era a ignorância daquela teoria pelos que legislavam” (DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 115). Uma das críticas de Azevedo diz respeito à seleção dos homens enviados ao exército, pois esta colocaria em isolamento “homens fortes, vigorosos” (AZEVEDO, 1897; p. 41 *apud* DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 115), que poderiam se reproduzir nos núcleos familiares, contribuindo para a evolução da espécie.

Domingues e Sá apontam, no pensamento de Azevedo, o que viria a ser o darwinismo social. Por sua vez, para Haeckel, de quem Azevedo era discípulo, a causa orgânica e a variação do meio sobre o indivíduo eram fatores que deveriam ser incorporados às pesquisas científicas, o que o classificava como lamarckista. Segundo Gualtieri:

[...] para Haeckel, era inadmissível a causa orgânica da variabilidade permanecer desconhecida; a variação deveria ter uma causa e ser explicada de uma maneira completamente mecânica, e a solução por ele encontrada foi abraçar a herança dos caracteres adquiridos. O seu modelo recapitulacionista, de fato, harmonizava-se perfeitamente com a explicação lamarckista. A variação surgida do esforço em se adaptar ao meio era incorporada ao padrão de crescimento dos indivíduos. As sucessivas incorporações explicavam a evolução das espécies. (GUALTIERI, 2008; p. 211).

O naturalista alemão deixou clara sua rejeição às ideias de Weismann, como relata Gualtieri: “Haeckel justificou sua rejeição às ideias de Weismann, afirmando que negar a ‘herança progressiva’ seria voltar ao misticismo, e concluiu ‘melhor faríamos então, aceitar o mistério da ‘criação isolada de cada espécie’”. (GUALTIERI, 2008; p. 212).

Enquanto Azevedo professava as ideias de Haeckel no Recife, através de Sylvio Romero, as ideias de Spencer ganhavam projeção no restante do país. Herbert Spencer, filósofo, biólogo e antropólogo inglês, foi um profundo admirador de Darwin, que procurou aplicar as leis da evolução a todos os níveis da atividade humana. Romero era um adepto da mestiçagem, acreditava que o futuro do Brasil era o branqueamento (DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 117) e criticava as ideias de Haeckel. Segundo ele, “[...] a fórmula haeckeliana – ‘Cada povo que se desenvolveu recapitula as fases anteriores da evolução da espécie humana’ – aplicada à sociedade era exagerada e não muito acertada” (DOMINGUES; SÁ, 2003; p. 117).

Outro pesquisador que deve ser mencionado é Hermann von Ihering, alemão que morou no Brasil com a finalidade de aprofundar suas pesquisas naturalistas. Ihering “[...] deixou clara sua oposição à ideia de seleção natural e sua identificação com a tendência teórica que admitia a existência de uma força intrínseca ao organismo, que dirigia o processo evolutivo, à semelhança da ortogênese” (GUALTIERI, 2008; p. 218). O filho de Ihering chegou a afirmar que “suas convicções eram filiadas às de Darwin e Haeckel, sem, contudo, serem darwinistas” (IHERING apud GUALTIERI, 2008; p. 218.). Gualtieri complementa afirmando que, “talvez, para ser mais preciso, devesse escrever: ‘sem, contudo, serem darwinistas ou haeckelianas’” (GUALTIERI, 2008; p. 218), a autora indica ainda um ponto de discórdia entre Haeckel e Ihering: a concepção religiosa, pois “Haeckel era ateu e Ihering, diferentemente, era luterano” (GUALTIERI, 2008; p. 220).

As teorias mencionadas tornaram-se pauta dos romances naturalistas, que, ao se debruçar sobre os debates científicos em voga na segunda metade do século, trouxeram à cena, através de enredos que suscitaram polêmica e escândalo, personagens que fugiam aos padrões morais e comportamentais vigentes – como homossexuais, criminosos ou prostitutas. Ainda que corressem o risco de rejeição por apresentarem personagens fora do padrão, ao fazê-lo, despertaram a atenção do público, que não permanecia indiferente. Auerbach afirma que os romances naturalistas “são cheios de realidade e de gênio, mas pobres de humor e de calma interna” (AUERBACH, 1971; p. 442) e causaram sensação entre o público leitor, contornando, assim, o “perigo da indiferença”.

Conclusão

O cientificismo europeu norteou a produção intelectual do Brasil do século XIX de modo que as teorias racialistas serviram como base para justificar a exclusão social e as escolhas políticas tardias em relação à República e à Abolição. Neste período,

acreditava-se que o embranquecimento da população resultaria em sua evolução, e pesquisadores como João Batista de Lacerda, Ladislau Netto, Rodrigues Peixoto, produziam pesquisas baseadas em teorias evolucionistas e darwinistas.

A literatura naturalista incorporou estas influências. Adaptar as teorias científicas europeias à realidade do Brasil em finais do século XIX, inclui trazer à cena questões relacionadas a um país escravocrata, que passava por um processo de abolição tardia e de queda da Monarquia, em meio a um processo conturbado de reformas e modernização conservadora.

O Naturalismo traz personagens marginalizados para os seus enredos, justificando seus comportamentos através do meio e da raça e levantando questionamentos acerca da moral de homens negros, homossexuais e pessoas pobres. No Brasil, a ascensão dessa escola literária coincide com o período de popularização dos romances e o crescimento da indústria editorial, que contribuíram para que títulos com temáticas pouco exploradas ganhassem destaque no comércio e despertem a curiosidade e o interesse dos consumidores. Portanto, o Naturalismo brasileiro é formulado a partir de três fatores importantes: o cientificismo europeu reapropriado e adaptado à realidade brasileira; a popularização do livro e a curiosidade de um público consumidor ampliado por temáticas consideradas obscenas.

Referências

- ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento - A geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971.
- CANDIDO, Antonio. *O Discurso e a Cidade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre Azul, 2015.
- CARULA, Karoline. *Darwinismo, Raça e Gênero: Conferências e Cursos Públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.
- DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero. *Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.
- FARIA, Maraísa Gabriela de. *As barbas espantadiças do público: uma história da edição, circulação, recepção e fortuna crítica de Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Instituto de Letras, 2016.
- GLICK, Thomas. O positivismo brasileiro na sombra do darwinismo: o grupo ideia nova em desterro. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero (Orgs.). *A recepção do Darwinismo no Brasil*, Rio de Janeiro, ed. FIOCRUZ, 2003, p. 181-189.
- GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. *Evolucionismo do Brasil: ciência e educação nos museus 1870-1915*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2008, v.1

SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, Degeneração e a Viabilidade de uma Nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930). In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça como Questão*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

**Mulheres e resistência, da repressão ditatorial à democracia: feminismos,
memórias e identidades em Belo Horizonte
(1975-1980 e 2018)**

Natália Silva Elias¹
Mestre em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre da pesquisa de dissertação de mestrado, cujo título é: “Mulheres e Resistência, Da Repressão Ditatorial à Democracia: Feminismos, Memórias e Identidades em Belo-Horizonte (1975-1980 e 2018)”, do qual as ideias e argumentos centrais são aqui discutidos. Assim começamos indicando que, no Brasil, a década de 1970 é marcada por mudanças e transições políticas, sociais e culturais. Desde 1964 o país vivia sob uma ditadura civil-militar que excluía formas de liberdade de expressão e autonomia do sujeito. Mas, ainda que dentro de um quadro repressivo, o Brasil passou por um processo transnacional que permitiu o contato com movimentos de mudança que já vinham acontecendo desde o pós-Segunda Guerra Mundial: a contracultura, os movimentos antiguerra, estudantis, dos direitos civis, feministas e diversos outros que englobam o momento de efervescência da década de 1960.

O movimento de contracultura começa a ganhar força no Brasil, quando o país já vinha sendo atravessado por um contexto particular, a partir de influências externas, e características próprias, com diversas manifestações estudantis e distintas formas de resistência de oposição à ditadura. Mas somente a partir de 1974 ocorrem mudanças significativas e de maior impacto, quando o país começa a passar por um momento de transição política, anunciada pelo então presidente Geisel, em seu famoso slogan: “abertura lenta, gradual e segura.”

Nesse período é que ocorre o aparecimento de novos repertórios de ação coletiva e pública, que possibilitou aos movimentos sociais se posicionarem de forma mais eficaz, como a ocupação do espaço público pelos movimentos sociais em um amplo processo de luta contra o regime ditatorial, “pelas liberdades democráticas”.

¹ Mestre pelo Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP, provada com a dissertação cujo título é “Mulheres e Resistência, Da Repressão Ditatorial à Democracia: Feminismos, Memórias e Identidades em Belo-Horizonte (1975-1980 e 2018)”, sob orientação da Doutora Izabel Priscila Pimentel da Silva.

Dentro desse recorte temporal está inserido o objeto de pesquisa desse artigo. Temos como foco de análise um grupo específico de mulheres que atuou em Belo Horizonte, capital mineira, em prol do feminismo entre 1975 e 1980 e em 2018. Em 1980, organizaram um ato público em resposta ao assassinato de mulheres por seus companheiros, movimento conhecido como “Quem Ama Não Mata”. Em 2018, organizaram novamente o mesmo ato, em resposta a novos feminicídios ocorridos no país.

Partimos da hipótese que inauguraram o que chamamos de *geração de transição* quando inseridas dentro do contexto de abertura política no Brasil. Buscaremos compreender os elementos constitutivos dessa geração, pensando nas subjetividades desses depoimentos, (re)construções identitárias dessas mulheres e como elaboram narrativas acerca de suas atuações nos dois momentos de atuação.

1975: As *bad girls*

Na primeira metade da década de 1970, sete universitárias, estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) se juntaram em Belo Horizonte e formaram um grupo de estudos para discutir questões que permaneciam no silêncio do indizível. Queriam descobrir e desvendar aquilo que era proibido ao feminino. O sexo e o gozo, o corpo e seus tabus; as relações entre os sexos, os relacionamentos afetivos e seus desdobramentos na subjetividade de cada uma delas: “A busca pelo prazer, claro todas nós tínhamos 23, 24 anos e estávamos loucas para ter nossos orgasmos maravilhosos. E cadê esses orgasmos que não chegavam?”. (SILVA, 2017 a). O espaço público se tornou palco para o debate de assuntos antes reservados ao espaço privado: “Eu brinco que éramos as *bad girls!*”.” (SILVA, 2017 a)

O grupo era formado pelas jornalistas Mirian Chrystus de Melo e Silva; Elizabeth Maria Fleury Teixeira; Elizabeth Cataldo; a economista Márcia Flausina; a advogada Elizabete Almeida Assunção; Lúcia Afonso, bacharel em Letras; e Cátia Gallauer.

Antes de prosseguirmos é de fundamental importância ressaltar que, a partir das entrevistas com essas mulheres – realizadas segundo a metodologia de História Oral – é possível perceber a rememoração subjetiva de cada uma dessas mulheres, cada qual com sua lembrança do período. Segundo Portelli, é importante ressaltar que a questão não é discutir uma memória versus outra, e, sim, destacar que são múltiplas memórias fragmentadas, com diversas influências culturais, sociais e ideológicas, e que a grande

diferença entre elas está na transformação das representações sem fatos por parte de cada memória. (PORTELLI, 1996, p. 103-130)

A trajetória dessas mulheres foi impactada em 1975 com o Ano Internacional da Mulher. Foi realizado no Rio de Janeiro no mesmo ano, o Seminário sobre Feminismo com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Mirian Chystus relata que: Ali, eu aprendi duas coisas: o que que era uma sociedade dividida em classes e como é que a mulher participava dessa divisão na sociedade. [...] Mudou a minha forma de perceber a vida, a questão da mulher. (SILVA, 2020 a).

Foi a partir dessa experiência que Mirian Chystus voltou a Belo Horizonte, com a ideia de organizar um Seminário na capital: “[...] participou desse Congresso no Rio e volto pra Belo Horizonte pensando por que não fazer algo semelhante aqui.” (SILVA, 2020 a)

Em um primeiro momento, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG foi contatado, com a proposta de realização do Seminário, mas houve resistência por parte da diretoria. O desejo de realizar o Seminário, no entanto, se manteve, e foi com a ajuda de Afonso Paulino, dono do *Jornal de Minas*, que no ano de 1975 se realizou o “Mulher em Debate”. Apesar da recusa por parte do movimento estudantil, o espaço físico do DCE foi disponibilizado e em outubro de 1975, durante três dias, aconteceu o Seminário, que teve a participação de vários profissionais e intelectuais que discutiram sobre temas relacionados à questão da mulher. Assim, constituíram a primeira celebração do Ano Internacional da Mulher em 1975 em Belo Horizonte. No testemunho de Mirian Chystus, existe a afirmação de que o Seminário abriu espaço para a fundação do grupo de estudos: “A gente falou: “Olha, a gente vai fazer um grupo de estudos”. [...] umas seis ou oito mulheres que participavam desse grupo... (SILVA, 2020 a)

Em todos os testemunhos existe a construção de uma narrativa que coloca o grupo de estudos intrinsecamente ligado à redação do jornal alternativo *De fato*, que veio a ser fundado no final de 1975 com a saída de vários jornalistas do *Jornal de Minas*, após uma matéria publicada sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog. A partir da criação do jornal alternativo, os encontros passaram a ocorrer no bairro Floresta em Belo Horizonte. Dividiam-se então entre reuniões sobre feminismo e pautas jornalísticas. Os encontros para discussões feministas aconteciam uma vez na semana. Eram feitas leituras, e dentre elas são citadas Simone de Beavouir, Bett Friedan e Helleieth Saffiotti.

Relevante pois, dizer que, o grupo de estudos tinha a característica de um grupo

intelectual e de reflexão, com um caráter de apreensão de saberes, adquirido no contexto social e político dos anos 1970 no Brasil, no espaço de experiência na luta contra a ditadura. Portanto nos cabe o pensamento de Sirinelli, ao definir a intelectualidade como produto de ações políticas e/ou difusoras da cultura, abrangendo indivíduos no âmbito da criação ou mediação, assim como a inserção na coletividade, de modo a contribuir nas decisões de caráter conjunto: “Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver”. (SIRINELLI, 2003, p. 248)

Sendo assim, ao passo que, com maior acúmulo de informações o grupo foi ganhando espaço e notoriedade na sociedade belorizontina, passando então a ser um ponto de referência para as discussões sobre “questões da mulher”. As ações realizadas entre 1975 e 1977 dizem respeito a convites e realizações de palestras em escolas, entrevistas para a imprensa e debates relacionados a datas específicas como os dias das mães e/ou oito de março.

Ainda que fizessem essas ações como forma de conscientização é importante ressaltar que era um grupo formado por mulheres brancas, de classe média/média alta e que afirmam e reafirmam suas identidades como mulheres intelectuais. Mantinham uma consciência de classe, e era visível para elas o cruzamento entre os dois marcadores sociais: gênero e classe, mas a teoria não levava à prática. Não se dialogava com mulheres metalúrgicas, de classes sociais menos favorecidas ou mulheres negras. Nesse período, em meados de 1977, o grupo começa a ter suas primeiras divergências internas, contribuindo para seu desmantelamento. Ligado a essas divergências se encontra novamente o jornal *De Fato*, onde o grupo se destacou na atuação, ocupando o espaço discursivo dentro da Imprensa Alternativa.

A construção de um espaço de resistência: O alternativo *De Fato*

Na busca por uma via para se expressarem, inserindo-se neste fenômeno político e cultural que permeia o Brasil, foi criado o jornal *De Fato*. Jornal alternativo que circulou mensalmente entre 1976 e 1978 em Belo Horizonte. O jornal foi idealizado pelo jornalista Aloísio Moraes e foi fruto de uma intensa mobilização de vários outros jornalistas que trabalhavam no Jornal de Minas como dito anteriormente.

É, pois, com o cruzamento sempre perceptível entre o jornal e o grupo de

mulheres, que veio constituir diversas matérias de cunho feminista ao alternativo, utilizando-o como porta voz para tais pautas sobre a mulher. Foram diversas as matérias: sobre as precárias condições de empregadas domésticas, prostituição, críticas a concursos de beleza, violência doméstica, e tantas outras.

Em uma forma de denúncia, as mulheres dentro do *De Fato*, conseguiram transportar em sua linguagem, esses temas, ao público. “Nos processos discursivos, passa a ser possível para os interlocutores a projeção do lugar social da feminista enquanto posição, enquanto *formação imaginária*.” (CESTARI, 2008).

Assim, essas mulheres permaneceram entre leituras, reuniões, ações e escrita jornalística, de 1975 até a primeira metade do ano de 1977. Nesse ano, no entanto, o grupo já contava com algumas dispersões. Nesse período o *De Fato* passou por uma mudança administrativa e no perfil de sua redação, construindo assim a ideia de duas fases de funcionamento da Redação.

Foi assim, nessa segunda fase, que houve a expulsão de alguns integrantes do jornal, quando fizeram uso de substância ilícita depois de uma reunião na sede do jornal. Após a decisão de desligamento de alguns, ocorreu o suicídio de um dos participantes. Esse fato acabou gerando uma divisão entre aqueles que foram expulsos e outros que decidiram se afastar do *De Fato*, e os que permaneceram até os momentos finais de seu funcionamento em 1978. Consequentemente houve também um “racha” entre as mulheres do grupo de estudos, por exemplo com a decisão de Elizabeth Fleury de abandonar as reuniões e o jornal alternativo: “Eles expulsaram amigos nossos. Um deles se matou enforcado pelo pescoço [...]”. (TEIXEIRA, 2020).

Esse também era um momento em que essas mulheres estavam amadurecendo, tentando transformar suas vivências a partir das experiências universitárias, buscando estabilidade financeira e profissional. Assim, em 1978 o grupo de estudos já estava disperso, e cada uma dessas mulheres, com novas trajetórias. Mas, a história de atuação, no entanto, não termina aqui.

Um ato de revolta: “Quem ama, não mata” em dois tempos

Em julho de 1980, em Belo Horizonte, no intervalo de quinze dias em apenas um mês, ocorreram dois assassinatos de mulheres em detrimento do machismo estrutural. Maria Regina dos Santos Souza Rocha e Eloísa Ballesteros foram mortas por seus respectivos maridos. A repercussão foi grande na imprensa, havendo então um reagrupamento, que contou novamente com alguns integrantes do antigo grupo de

estudos. Assim, foi idealizado o Ato “QUEM AMA NÃO MATA”. O ato não teve relação direta com o grupo de estudos, uma vez que esse já estava disperso. Elizabeth Fleury explica: “Nós estávamos dispersas. Mas nós estávamos o tempo inteiro articuladas, espaços que a gente trafegava eram praticamente os mesmos.” (TEIXEIRA, 2020).

O ato se desenvolveu como uma passeata em 18 de agosto de 1980, fazendo o trajeto da Avenida Afonso Pena até a Igreja São José em Belo Horizonte. Iniciado às 16:30 horas, o trajeto se iniciou, se reunindo no centro da cidade, para que às 17 horas contasse com discursos e declamação de poemas na junção de diversas organizações, que elaboraram falas referentes aos acontecimentos e em memória às mulheres vítimas de violência.

Como ação efetiva, em decorrência do mesmo, foi criado o *Centro de Defesa da Mulher-Núcleo MG* e, meses depois, o *Centro de Defesa dos Direitos da Mulher* (CDDM). Assim, o CDDM evoluiu, em conjunto com novos grupos e lideranças, resultando no *Conselho Estadual da Mulher*, criado pelo então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. O ato pode ser visto, portanto, como uma das primeiras movimentações em Minas relativa à implementação de políticas públicas, em defesa aos direitos das mulheres, que se desdobrou em diversas ações ao longo dos anos, repercutindo durante décadas no imaginário e memória das mulheres presentes.

Ainda, destacamos uma das facetas mais fantásticas da história dessas mulheres, quando trinta e oito anos depois, em uma conjuntura política totalmente diferente, inserida em um contexto dos novos feminismos, se reuniram em 2018 para novamente realizar o ato QUEM AMA NÃO MATA. A indignação permaneceu sendo a mesma: a violência contra a mulher, a partir de novos episódios de assassinatos de mulheres por seus respectivos companheiros. Mas agora, com o advento da tecnologia e novas formulações nas teorias de gênero/feministas, o que fez com que a organização do evento demandasse mais tempo e novas abordagens. A partir de uma narrativa interseccional, na negação de definições essencialistas da feminilidade, com uma ótica reflexiva a partir da subjetividade e pluralidade do ser feminino, o feminismo a partir do final da década de 1980 carregava novas formas de atuação. A partir dessa fase, a “categoria unificadora mulher perde terreno para a categoria gênero, demarcando fronteiras de classe, raça, sexualidade e localidade”, (GONÇALVES; PINTO, 2011, p.25).

É a partir desse contexto que se transita entre terceira onda, pós feminismo, ou ainda, uma quarta fase a partir das revoluções tecnológicas, colocando o(s) feminismo(s)

na categoria digital a partir da larga utilização das redes sociais. Esse momento de efervescência nas redes sociais em 2018 foi palco para as primeiras discussões para a realização do segundo ato, logo após a repercussão na grande mídia em julho do mesmo ano, em relação ao assassinato da advogada Tatiane Spitzner, arremessada do sexto andar pelo seu marido, em Guarapuava, no Paraná.

No intervalo de quase quarenta anos, o contato entre as mulheres do grupo original formado em 1975 se perdeu. Apenas em 2018 Beth Fleury foi contatada. Em 2018, o nível de organização se torna maior, principalmente em relação às mudanças percebidas por ela e pelas outras mulheres, dentro do movimento feminista.

Ainda que pensassem na junção de novos movimentos identitários, houve a dificuldade de aderência de mulheres da nova geração, da juventude feminista atual: “moças jovens de uma geração mais nova, que poderiam pensar numa renovação. Coisa que não aconteceu, que nosso movimento continua um grupo de mulheres da nossa geração”. (TEIXEIRA, 2020). Nesse processo de organização, outro ponto de dificuldade se deu na busca pela representação de mulheres negras, que pudessem contribuir no dia: “E aliás, foi muito difícil conseguir a representação das mulheres negras no nosso ato.” (SILVA, 2020 a).

Apesar disso, conseguiram construir uma programação que abrangesse diversas representações de mulheres. Assim o Ato foi realizado, dessa vez, não mais nas escadarias da Igreja São José, mas na Praça Afonso Arinos, no centro da cidade, em frente ao Sindicato de Jornalistas de Belo Horizonte. Realizado de forma artística e cultural também, não contou com uma passeata, mas na centralização e concentração em forma de evento, com uma estrutura totalmente diferente da anterior. Teve início às 18 horas do dia nove de novembro. Assim, após a realização do segundo ato QUEM AMA NÃO MATA, constituiu-se novamente um grupo, caracterizado por Mirian como um grupo político cultural. Assim, são caracterizadas agora como “Movimento Feminista Mineiro - Quem Ama Não Mata”, e continuam fazendo ações na divulgação das teorias feministas na sociedade Belo Horizontina.

A geração de transição: construções identitárias, representações e memórias de feministas belorizontinas

Este artigo é fruto de um extenso trabalho de pesquisa que constitui a dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores, como

requisito parcial para obtenção do Título de Mestre.² Portanto, é necessário pontuar que se constitui de uma parcela resumida de todo o trabalho realizado. Sinalizaremos neste tópico aquilo que consideramos de suma importância explicitar como resultado obtido a partir das análises teóricas feitas em todo o processo da pesquisa.

O grupo de mulheres analisado encontra-se dentro de um âmbito de mudanças e transições políticas e sociais, em um momento de grande efervescência do ensino superior, momento esse que ainda carregava simbolicamente aspectos e memórias geracionais das movimentações contraculturais da década de 1960.

É a partir dos conceitos de memória, identidade e representação, que surge também uma outra questão de suma importância: o conceito de geração. Analisando os testemunhos das mulheres é possível perceber memórias geracionais que contribuíram para a construção de suas identidades, principalmente no que diz respeito ao período de transição de abertura política no Brasil entre 1975 e 1980. O conceito de geração está imbricado no processo de rememoração. Como diz Nora, “a geração é produto da lembrança”. (NORA, 1997, p 2.999).

Essas memórias geracionais podem ser identificadas a partir do trecho: “Calça jeans, camiseta, tênis e vamos pra luta. Agora, essa era a estética feminista, mas a gente não pode se esquecer também, que a gente estava em plena época da era de Aquarius.” (SILVA, 2017 a)

A época de Aquarius citada por Mirian surge na explosão dos movimentos contraculturais do final da década de 1960, sendo o pensamento muito difundido pelas comunidades hippies. É, pois, uma memória construída, de um determinado momento e que propagada por outros grupos chega até a entrevistada e forma um plano de fundo, no qual constrói sobre ele justificativas de suas experiências.

Percebendo isso a partir da análise dos testemunhos dessas mulheres, a pesquisa buscou demonstrar e reafirmar que as memórias coletivas formadas por e nos eventos fundadores³, são formuladas e apropriadas pelos indivíduos de uma mesma geração, tanto quanto aqueles que são caracterizados em outra geração temporal. Essa característica de memórias herdadas das movimentações de 1968, nos proporcionou chegar em um questionamento importante que deu seguimento ao restante do nosso trabalho. Pensando

² Ver trabalho completo em: <http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2022/01/Natalia-Silva-Elias.pdf>. Último acesso em 20/09/2022

³ Ver mais em: SIRINELLI, Jean François. “A Geração”, In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

que a luta dessas mulheres foi impactada pelos processos de abertura política no Brasil, quais eram as identidades que estavam constituindo naquele período de transição? Para dar conta dessa pergunta, cunhamos o termo *geração de transição*, que nos permitiu analisar de forma mais eficaz essas construções identitárias e categorizar características específicas dessa geração temporal.

A partir de dois “eventos fundadores”, 1974 (início do complexo processo de abertura política) e 1975 (Ano Internacional da Mulher), podemos afirmar que o peso da lógica política nas construções das redes de poder insuflou o surgimento de diversas movimentações sociais levando a um processo de metamorfose e construção de múltiplas identidades individuais e coletivas em diversos níveis de realidade, na medida em que as mulheres analisadas se relacionavam, viviam e se viam em meio às múltiplas relações dos grupos sociais. Assim, a partir dos testemunhos dessas mulheres, acreditamos que uma das maiores características da geração de transição diz respeito à construção de uma identidade intelectual formulada no discurso, que se apoiava nos estudos acadêmicos e acreditava que a mudança social estava ligada a intelectualidade, diferente da chamada geração de 1968, que defendeu formas mais radicais de ação, como a luta armada.⁴

Para além dessa identidade intelectual que abrange não só essas mulheres, mas todo um grupo que mantinha relações de convívio, em lugares de memória, como o ambiente universitário, bares noturnos na capital mineira, assim como a redação do jornal alternativo *De Fato*, buscamos demonstrar a construção de identidade e representações que fazem de si próprias e que nos permite caracterizar o movimento feminista no recorte temporal estudado.

you are a guerrilla [...] it gave a charm to me too. Then, this was a confrontation, [...] a certain order, erotic too, [...] a question of you putting yourself like this, facing forward, I am a woman, I am a woman of my body, I give to whom I want, if I want I give, if I want I don't give. (SILVA, 2017 a)

Neste sentido, a representação do passado vivido que é visualizado no presente pela testemunha traz à tona um sentido de identidade, uma criação de identificação com símbolos através do discurso, do sentido de se ver como uma movimentação militante e ao mesmo tempo erótica. Essa visão de erotismo não só contribui para a formação da

⁴ Ver em: SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a dissidência comunista da Guanabara (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p.184

identidade do sujeito que discursa, como também do movimento social em que se insere, quando a mesma afirma que, em relação ao movimento feminista, “a segunda onda já é dos anos 1960/1970 que é a questão da liberdade sexual e o direito ao próprio corpo”. (SILVA, 2017 a).

Ainda nos chama a atenção a utilização do termo “guerrilheira” pela entrevistada, uma vez que o grupo de estudos do qual pertencia, estava longe de pegar em armas. A associação com a guerrilha pode ser vista como uma legitimação de suas ações, para possivelmente parecer mais militante, transgressora e subversiva, levando em consideração a dificuldade das feministas em ocuparem um espaço de determinado valor na luta contra a ditadura, sem serem vistas como um desvio de forças. Dessa forma, expondo essa formação da identidade do sujeito que discursa, como também do movimento social em que se insere, é possível entender o distanciamento que instaurou entre o movimento feminista e demais movimentos/grupos inseridos em outras camadas sociais. O movimento feminista do período carregado por essas construções identitárias (físicas e simbólicas) incluía e excluía outras identidades femininas. Nos testemunhos, é possível ver esses embates identitários: de um lado, a luta por um espaço de reconhecimento e de recusa dos papéis atribuídos ao feminino, mas por outro, o movimento manteve-se dentro de uma bolha intelectualizada, rejeitando qualquer tipo de identidade que se aproximava daquilo que queriam se distanciar. Se a grande maioria das mulheres pobres, negras, do campo, indígenas, dentre outras, não ocupavam o espaço acadêmico e muito menos estavam inseridas nesse seleto grupo de mulheres intelectuais militantes, passam então a serem caracterizadas em identidades formuladas nas memórias e representações sociais, como explícito, no interessante trecho de Elizabeth Fleury: “E a gente acabou criando um preconceito ao contrário”. (TEIXEIRA, 2016)

A partir dessas afirmações, é que compreendemos as dificuldades de aderência de mulheres jovens e negras no segundo ato QUEM AMA NÃO MATA, realizado em 2018 em Belo Horizonte. Caracterizadas por tanto tempo como identidades que não faziam parte do foco de importância do movimento feminista da década de 1970/1980, não é difícil conceber a ideia de que outras identidades descartadas e invisibilizadas por tanto tempo se recusassem ou sentissem receio de estarem inseridas em um movimento reconhecido historicamente como classista/elitista: “E aí como é que você aproxima da mulher da periferia pra falar de prazer, sexo, não era a prioridade delas.” (COSER, 2020).

Ainda dentro dessas análises, investigamos as diferenças identitárias entre os dois momentos de atuação dessas mulheres. Pensando a identidade para além de uma visão

essencialista e unificada dos indivíduos, quando nunca se é, mas sempre está, num processo de construção, desconstrução e reconstrução, conseguimos apontar novas representações sobre o ser que essas mulheres formulam, trinta e oito anos depois de suas primeiras ações coletivas. Se identificando nesse novo momento (2018) como mulheres idosas é perceptível a retração na militância, a partir de uma insegurança gerada em contato também com novos feminismos. A consciência de que a narrativa feminista agora se transformou em feminismos, no plural, gerou um impacto nessas mulheres, trazendo de forma direta a insegurança de estarem à frente de uma movimentação social. Essa insegurança também se refletiu na necessidade de inserir mulheres de outros segmentos no evento de 2018: “Elas ficavam pedindo desculpa porque elas são velhinhas. [...] não temos que pedir desculpa para alguém por alguma coisa, que negócio é esse. [...] Eu falei, o que está faltando é memória histórica aqui, como ninguém resgata memória, fica todo mundo pedindo desculpas para as garotas.” (TEIXEIRA, 2020)

É justamente na recuperação dessas experiências passadas que se faz no presente que um determinado sentido volta à tona, na tentativa de consagração dos atos exercidos que reivindicam uma herança histórica na posição que essas mulheres mantinham no campo da luta militante feminista. A reedição do ato QUEM AMA NÃO MATA em 2018 traz consigo a celebração de uma ação e o resgate de uma memória, como também sua transmissão para as novas gerações, para assim fazerem uma representação social de seu grupo.

Interessante observar que mesmo diante dessa insegurança frente a novas narrativas e feminismos se carrega no discurso novamente um sentido de geração: “abrimos caminho pra esse povo todo” (ELIZABETH, 2020) Na construção de uma nova representação sobre si e sobre as outras, como mulheres idosas, é visível que, ainda se mantém viva na memória as ações e experiências passadas que dão sentido ao presente.

Em suma, compreendemos que todas as ações realizadas por essas mulheres se traduzem através de uma rejeição em dois tempos vividos de uma fórmula comum, mas que muda suas características através das experiências presentes: os estereótipos de gênero construídos socialmente. A rejeição das funções sociais atribuídas a mulheres jovens, assim como a rejeição das funções sociais atribuídas às mulheres idosas.

Considerações finais

O trabalho buscou compreender a construção de identidades e representações de mulheres que participaram do pioneiro movimento feminista mineiro. A partir de suas memórias, constituiu-se uma análise em que se coloca o movimento feminista das décadas de 1970 e 1980 como importante ferramenta de mudança social. Foi a partir de suas ações que ocorreram mudanças significativas no âmbito dos direitos das mulheres, como é o caso da criação de centros de apoio e delegacias da mulher, além de trazer a público questões antes invisibilizadas e repletas de tabus.

Podemos então dizer que essas mulheres, tanto aquelas que estiveram no grupo de estudo original, assim como as que se inseriram no movimento em 2018, constituíram identidades à medida em que se relacionam e compartilham experiências. As mulheres mineiras que fundaram o grupo de estudos feministas em plena ditadura civil-militar brasileira buscaram romper com paradigmas e lutaram para conquistar espaço na sociedade. São mulheres que inauguraram uma geração, que chamamos de *geração de transição*, abrindo portas para assuntos antes mantidos nos silêncios dos tabus, e colocaram em xeque o conservadorismo e o patriarcalismo presentes em todas as relações sociais. Dessa forma, ressaltamos a importância de analisar a trajetória dessas mulheres, para que se possa compreender os percursos do movimento feminista brasileiro no Brasil contemporâneo.

Referências

- CESTARI, Mariana Jafet. Imprensa feminista brasileira na década de 1970: Um lugar de enunciação público e legítimo das mulheres. Publicado em: Língua, Literatura e Ensino. Maio de 2008 – Vol. III.
- GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 36, p. 25-46, janeiro-junho de 2011.
- NORA, Pierra. La Génération”. In.: NORA, Pierre (org.). *Leslieuxdemémoire*, vol. 2, Paris: Gallimard, 1997.
- PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”, in: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a dissidência comunista da Guanabara (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- SIRINELLI, Jean François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª.ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 248.

Fontes

DE FATO, edição n° 5, julho de 1976.

COSER, Silvana Maria Leo. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 02/09/2020

SILVA, Mirian Chystus (a) Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017

_____. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

TEIXEIRA, Elizabeth Maria Ferreira. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016

_____. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 15/05/2020.

Semiótica e História: metodologia de análise documental de os Atos de Tomé e da ata do Sínodo de Diamper de 1599

Odimar Gomes Junior¹
Mestre em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

É preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irreduzível a elas. (GINZBURG, 2002, p. 43)

A Igreja de São Tomé e a Igreja Católica

Este texto decorre da dissertação de mestrado: “Encontros e desencontros na Índia do século XVI (1502-1599): a redescoberta dos cristãos de São Tomé pelos portugueses e a tentativa de latinização do rito siro-malabar até ao Sínodo de Diamper” A seguir nos procuraremos analisar como a Linguística, em especial a Semiótica, contribui para a análise de documentos históricos e para a historiografia. Para isso, retomaremos o primeiro e o terceiro capítulos da dissertação que defendemos quando da obtenção do título de mestre do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ/FFP (GOMES JUNIOR, 2021), no qual foram feitas análises de “Os Atos de Tomé” e da ata do Sínodo de Diamper. Utilizamos também nessa última parte da análise a ampliação do conceito de contexto (interno e externo) do texto a partir da leitura de alguns trabalhos de Quentin Skinner.²

Para se entender o que se passou durante todo o século XVI, e em especial em 1599, na região do Malabar³, faz-se necessário compreender a tradição cristã indiana. Ela inculca em seus fiéis que sua fé remonta ao primeiro século d.C., por volta do ano 52. O documento que comprovaria tal assertiva é “Os Atos de Tomé”⁴, no qual se afirma que esse apóstolo teria levado o Evangelho àquela região. Essa tradição foi reforçada pelos missionários enviados pela coroa portuguesa como forma de demonstrar um início ortodoxo da fé cristã no local. E não somente uma fé ortodoxa, mas também submissa a São Pedro, líder dos apóstolos. Percebe-se um discurso que propicia a criação de uma

¹ Aluno egresso do Programa de Pós-Graduação em História Social – UERJ/FFP, período de 2018 a 2021. Orientadora Prof.^a Dr.^a Célia Cristina da Silva Tavares; co-orientadora Prof.^a Dr.^a Bruna Dutra de Oliveira Soalheiro Cruz. Título da dissertação: Encontros e desencontros na Índia do século XVI (1502-1599): a redescoberta dos cristãos de São Tomé pelos portugueses e a tentativa de latinização do rito siro-malabar até ao Sínodo de Diamper

² Em especial o trabalho *Significado e interpretação na história das ideias* (SKINNER, 2017).

³ Região que fica a sudoeste da Índia, onde hoje fica o estado de Querala.

⁴ Faço uma análise de *Os Atos de Tomé* no primeiro capítulo da dissertação.

imagem de submissão apostólica que, por analogia, se aplicaria às Igrejas descendentes desses apóstolos: se Tomé se submete a Pedro, logo a Igreja do Malabar deveria se submeter à Romana.

Não é possível neste trabalho entrarmos em pormenores que vão desde o primeiro século ao final do XVI. Basta sabermos que já no século IV a Igreja de São Tomé “fazia parte do patriarcado de Antioquia, cuja jurisdição se estendia desde o Mar Grego até a Pérsia e à Índia” (GOMES JUNIOR, 2021, p. 33). Quando, em 431, Nestório foi considerado herege e excomungado da Igreja por causa de sua doutrina cristológica, parte da Igreja de Antioquia o apoiou, criando um cisma na comunidade.

Em 431, quando da excomunhão de Nestório, parte da Igreja de Antioquia apoiou o bispo de Constantinopla, causando uma (*sic*) cisma nessa Igreja, dividindo-a em Igreja Ortodoxa Siríaca de Antioquia (contra Nestório) e Igreja Assíria do Oriente (a favor de Nestório). Esta última estendeu sua influência para a Pérsia, que já possuía ligação com a Igreja Malabar desde a chegada nessa região de um grupo de cristãos persas, talvez liderados por Tomé Cananeu (Knai-Thoma). Desde então a Igreja de São Tomé passou a receber bispos enviados pela Igreja Persa, ainda que, conforme Correia⁵, essa sucessão de bispos não tivesse um fluxo contínuo. (GOMES JUNIOR, 2021, p. 33)

Por conta dessa ligação com a Igreja Nestoriana e de ritos próprios adotados no decurso dos séculos, somando-se ao fato de os bispos serem casados e a confluência da cultura e da bricolagem existentes nas religiões no Malabar, os portugueses começaram a impingir nos Cristãos de São Tomé o epíteto de hereges, pois não somente teriam se afastado do que era considerado pela Igreja Romana o “correto caminho” da fé cristã, como aceitado como liderança de suas igrejas bispos que estariam ensinando as suas heresias. Os Cristãos de São Tomé também eram acusados de gentilidades, pois, segundo a acusação por parte dos portugueses, aqueles estariam se comportando e mantendo comunhão com os não cristãos.

Pesava, assim, sobre os tomesinos uma dupla acusação: heresia e gentilidade. Ainda que ambas as acusações pareçam contraditórias, pois ou se é herege, ou se é gentio. Contudo, na acusação dirigida aos tomesinos, parte-se do pressuposto de que eles teriam deixado os ensinamentos de Cristo, tornando-se hereges e vivendo à moda dos gentios. Por isso a acusação de gentilidade, sendo o sufixo -idade utilizado para demonstrar a qualidade, o modo de ser, de se portar. Assim a acusação não era a de que seriam gentios, mas de que estariam se comportando como tal, fruto do afastamento do que os

⁵ CORREIA, 1997, p. 416.

portugueses consideravam a sã doutrina. Nessa relação, vejamos, por exemplo o que Cunha (2004, p. 288) diz sobre isso:

A comunicação entre os cristãos malabares e os brâmanes e naires não se restringia apenas ao nível social, ou às obrigações políticas e guerreiras relacionadas com os soberanos locais, dado que também possuía aspectos religiosos sincréticos, sendo frequente os hindus pedirem aos cassanares⁶ para praticarem exorcismos e os cristãos requererem a intercessão de algum espírito do panteão hindu que os favorecesse no cotidiano.

Acontecia aqui o que Moreira (2008, p. 73, 74) descreveu tão bem em seu artigo sobre o deslocamento religioso⁷, especialmente discorrendo sobre “hibridização de práticas religiosas e pluralismo religioso”:

Acontece uma mescla, uma bricolagem e combinação aleatória de elementos de universos simbólicos distintos, às vezes em termos de resignificação, outras vezes em termos de simples justaposição, outras vezes em termos de homogeneização de elementos, gostos e comportamentos. Como escreveu Pace (1997, p. 27), a proximidade de fronteiras entre sistemas simbólicos faz com que o outro, o exótico e diferente, não esteja mais distante: pode-se conviver com ele ao lado, em zonas francas, nas quais “cada um pode consumir alguma coisa que provém do outro sem preocupar-se demais” se está sendo infiel a seu próprio sistema simbólico.

Resumidamente era esse o contexto em que, após muitas disputas pelo poder eclesiástico na região, D. Frei Aleixo de Menezes conseguiu convocar um Sínodo que teve lugar em Diamper, local estrategicamente escolhido, haja vista que Diamper pertencia a Cochim, região de maior influência dos portugueses e onde o exército português poderia chegar com mais facilidade (GOMES JUNIOR, 2021, p. 104).

A análise de “Os Atos de Tomé”

Creemos ser importante quando tratamos com fontes antigas, na medida do possível, o acesso direto à língua original ou, ao menos, uma tradução fiel e que respeite as regras da ecdótica. Partindo desse pressuposto, utilizamos para a análise de “Os Atos” a edição siríaca publicada por William Wright, o manuscrito B.L., o mais antigo texto integral em Siríaco datado de 936, edição usada por A. F. J. Klijn (KLIJN, 2003), e o texto Grego de Lipsius e Bonnet (LIPSIUS; BONNET, 1903). Passamos em seguida à comparação de ambos os textos, procurando identificar semelhanças e diferenças entre eles. De grande valia é também, quando se procura estudar textos ligados ao cristianismo,

⁶ Forma como os bispos e os sacerdotes da Igreja de São Tomé eram conhecidos.

⁷ Ainda que o artigo se refira à contemporaneidade, mesmo no século XVI já se podia notar o que ele descreveu naquele ambiente religioso indiano.

o conhecimento bíblico. Assim utilizamos o texto do Novo Testamento em paralelo com esses dois manuscritos para fins de comparação. Utilizando essa metodologia, percebemos que o autor de “Os Atos” faz algumas citações *ipsis litteris* do texto grego do Novo Testamento.

O texto de “Os Atos” parece ter sido escrito na Síria por volta do terceiro século, talvez entre 220 e 230 e traz em seu escopo termos siríacos, gregos e latinos, o que ajuda em sua datação. Ainda na pesquisa inicial do texto, seguimos a divisão dos “Atos” para a sua exegese.

A partir da análise e da comparação entre os dois manuscritos escolhidos e o texto Grego do Novo Testamento, pudemos perceber que o texto Grego de “Os Atos” se aproxima mais do escrito bíblico e é mais suscetível à influência latina. Quando Tomé se reporta às suas atividades como carpinteiro, por exemplo, ele afirma que poderia construir palácios, termo esse grafado em Grego como *praitória*. O mesmo se dá com o nome de uma personagem que aparece, Márcia (*Μαρχία*), nome romano.

Outra diferença significativa entre ambos os manuscritos se percebe quando, no segundo ato, o texto siríaco diz que “Judas Tomé chegou ao Reino da Índia” enquanto o texto grego traz “cidades da Índia”. Essa última forma narrativa se aproxima mais da realidade do subcontinente, pois não havia um Reino, mas sim reinos.

Por fim, após tabelas comparativas, análise do texto traduzido do siríaco por William Wright com os textos Gregos de “Os Atos” e do Novo Testamento, percebemos quase que uma adaptação do Novo Testamento para se narrar o que o apóstolo Tomé teria feito na Índia levando a mensagem do Evangelho. O escrito é repleto de referências à castidade, milagres, prodígios, pobreza e submissão à vontade de Deus. Traz um destaque à similitude entre Tomé e Jesus como se ambos fossem gêmeos não somente na aparência física, bem como na forma de agir e de se portar.

À guisa de comparação de como o escrito bíblico foi fundamental para a produção de “Os Atos”, reproduzimos aqui a tabela 1 apresentada na dissertação, destacando os termos iguais (GOMES JUNIOR, 2021, p. 45):

Comparação entre 1 Coríntios ⁸ e a versão Grega de Os Atos de Tomé		
1 Coríntios 2:9	Ἄ ὀφθαλμὸς οὐκ εἶδεν καὶ οὐκ οὐκ ἤκουσεν καὶ ἐπὶ καρδίαν ἀνθρώπου οὐκ ἀνέβη, ὅσα ἠτοίμασεν ὁ θεὸς τοῖς ἀγαπῶσιν αὐτόν.	O que os olhos não viram, ouvidos não ouviram e não subiu ao coração do homem, são essas coisas que Deus preparou para os que o amam.
Atos de Tomé, cap. 36	περὶ ὧν ὀφθαλμὸς οὐκ εἶδεν οὐδὲ οὐκ ἤκουσεν, οὐδὲ ἐπὶ καρδίαν ἀνθρώπων ἀμαρτωλῶν ἀνέβη, ἃ ὁ θεὸς ἠτοίμασεν τοῖς ἀγαπῶσιν αὐτόν.	Concernente ao que os olhos não viram, nem ouvidos ouviram, nem subiu ao coração dos homens pecadores, [isto é] o que Deus preparou para os que o amam.

Tabela 1: elaborada pelo autor

Das 20 palavras presentes no texto bíblico, 12 se repetem no texto de “Os Atos”, ou seja, o segundo texto reproduz 60% do primeiro.

Análise semiótica da Ata do Sínodo de Diamper

Se, por um lado, a herança fundadora do cristianismo no Malabar remonta ao apóstolo Tomé, também conhecido como Dídimos (o duplo, o gêmeo), por meio da narrativa de seus atos; por outro, recorre-se também a essa narrativa na tentativa de demonstrar o quão distante esses cristãos estavam dos ensinamentos de seu líder fundador por terem se tornado nestorianos.

A utilização do nome do apóstolo fundador daquela cristandade reforça não somente o mito fundacional, mas incute na mente do público destinatário do discurso a ideia de que a causa de a Igreja tomesina encontrar-se nessa situação de “prostituição”, “idolatria”, “vivendo como gentios e afastados da comunhão da verdadeira Igreja de Cristo” se deve ao fato de que, no transcorrer de sua história, essa Igreja deu ouvidos a “ensinamentos de demônios”, deixando-se seduzir pela grande “Babilônia”. (GOMES JUNIOR, 2021, p. 122)

Não iremos aqui, como já dito, nos atermos ao processo histórico de como a Igreja no Malabar chegou a essa situação, uma vez que isso já foi amplamente discutido no trabalho sobre a tentativa de latinização dessa comunidade (GOMES JUNIOR, 2021). Seguindo a proposta do presente artigo, após demonstrarmos como foi feita a análise de “Os Atos de Tomé”, passaremos à análise do registro escrito do Sínodo de Diamper.

⁸ No trabalho citado está referenciado o texto de 2 Coríntios, sendo o texto correto o de 1 Coríntios. Pelo erro, pedimos desculpas.

Nessa análise, começamos por perscrutar o contexto externo ao texto em que o documento foi produzido, destacando-se a necessidade de, para melhor apreender o discurso presente no texto: 1) procurar entender o percurso histórico da comunidade estudada, ainda que o projeto de pesquisa faça um recorte geográfico e temporal específico, identificando as relações de poder presentes; 2) atentar para o fato de que o discurso presente no texto não reflete o real, mas um recorte da apreensão da realidade apresentado no interior do texto por verossimilhança: “o discurso verossímil não é apenas uma representação ‘correta’ da realidade sócio-cultural, mas também um simulacro montado para *fazer parecer verdadeiro* e que ele se prende, por isso, à classe dos discursos persuasivos.”(GREIMAS; COURTES, 1979, p. 490. Itálico do autor). Essas duas posturas foram identificadas na dissertação como contextos externo e interno do escrito.

Por contextos externo e interno do escrito, este trabalho parte do pressuposto de que é necessário se entender as condições sócio-históricas de sua produção (contexto externo) e os enunciados e diálogos travados dentro do documento, bem como estes foram estruturados (contexto interno). (GOMES JUNIOR, 2021, p. 100, 101)

Assim sendo, começamos nossa análise a partir do contexto externo, não somente do percurso histórico anteriormente descrito, mas também escolhendo obras com datas de publicação próximas ao sínodo, a saber: a *Jornada do Arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Menezes* (GOUVEIA; LOUREIRO, 1606) e o *Synodo Diocesano da Igreja e Bispado de Angamale dos antigos christãos de Sam Thome* (LOUREYRO, 1606). Vale ressaltar que são obras posteriores ao sínodo e simpatizantes aos portugueses.

A necessidade de se estudar o contexto externo deve-se à exigência de uma compreensão maior no qual o texto é produzido, evitando-se, desse modo, que o leitor leve para o texto suas expectativas, pressuposições e preconceitos⁹, ou seja, devemos procurar extrair do texto o máximo possível e não introduzir no texto nossas ideias, o que seria uma leitura anacrônica do texto. Assim, perseguimos “poder oferecer uma explicação não somente do sentido do que foi dito, mas também daquilo que o autor em questão pode ter pretendido com o que disse” (SKINNER, 2017, p. 386). Desse modo, Skinner procurará recuperar tanto o significado histórico do que foi dito quanto o que tencionava o escritor para se entender o seu texto.

Para isso, devem-se levar em conta duas regras: 1) levar em consideração “as convenções prevalecentes que governam as ideologias em uso”; e 2) quanto ao

⁹ No sentido de conceitos pré-concebidos.

escritor, é preciso entender “suas crenças empíricas, suas percepções e sentimentos, seus valores morais e políticos, assim como suas ideologias compartilhadas, trocadas intersubjetivamente com seus pares, com sua audiência.” (GOMES JUNIOR, 2021, p. 101 *apud* SOUZA, 2008, p. 9)

Nessa busca, identificamos que o texto da ata do Sínodo de Diamper foi produzido antes mesmo do Sínodo, sendo feita de Dom Frei Aleixo de Menezes, o que pode demonstrar que o Sínodo teria sido apenas um encontro formal para ratificar o que já fora decidido por ele previamente. Notamos também que isso somente se deu após a morte de Mar Abraão, arcebispo metropolitano da Igreja de São Tomé, talvez devido à influência deste último na região e sua recusa em aceitar o rito latino. Constatamos que, apesar do discurso de D. Frei Aleixo afirmando que ele celebrava o Sínodo mediante autorização do Papa Clemente, o breve enviado por Sua Santidade não concedia essa autorização, mas somente assentia que ele nomeasse um novo arcebispo de rito latino para o lugar de Mar Abraão que morreria. Também percebemos que, antes do Sínodo, Aleixo de Menezes se encontrou com alguns cassanares e negociou com eles, como se pode notar na seguinte citação:

o mesmo fez a hũ Caçanar que tinha muito tempo acõpanhado ao Arcebispo Abraham, e era tido por letrado entre elles, que cõ grande pertinacia defendia seus erros, & a obediencia do seu Patriarcha de Babylonia, tendo cõsigo algũs dias, & pondoo à sua mesa, tratandolhe nas divinas escrituras, & sãtos Doutores a falsidade delles, com que os anathematizou, & professou a Fé nas mãos do Arcebispo, **ainda antes do Synodo**, & perseverou de modo, que nelle **o proveo de Vigairo de hũa das melhores Igrejas da Serra, & da mesma maneira a todos procurava de trazer asy, pera os ter benevolos nas cousas que lhe queria propor no Synodo.** (GOUVEIA; LOUREIRO, 1606, f. 58. Grifo nosso)

Percebe-se nessas breves demonstrações a importância do contexto externo ao escrito para se entender as relações e disputas travadas em seu interior. Nas palavras de Fiorin, “estudar a historicidade inerente a um texto é, assim, analisá-lo do ponto de vista das relações que um texto mantém com o outro.” (FIORIN, 2012, p. 10).

Antes de passar à análise semiótica da ata propriamente dita e ainda na busca do entendimento do contexto externo, procuramos entender como Gouveia descreveu o ambiente pré-sínodo. É possível identificar que, após a morte de Mar Abraão, D. Aleixo tenta impor sua autoridade sobre os cristãos de São Tomé, embora ele fosse arcebispo de Goa, local sem jurisdição no Malabar. Em movimento contrário ao de D. Aleixo, quem assumiu a liderança da Igreja de São Tomé em lugar de Mar Abraão foi o arcebispo Jorge de la Cruz, retratado por Gouveia como quem agia com falsidade, sendo cismático e

enganador, e se mantinha nos “erros” denunciados pela Igreja Católica Romana, pelos portugueses e por D. Frei Aleixo de Menezes.

Por outro lado, Jorge de la Cruz não reconhecia, a princípio, a autoridade de D. Aleixo, alegando que este somente possuía autoridade sobre os latinos e não sobre os tomesinos. Gouveia resolve o impasse com relação a essa autoridade invocando uma imagem muito conhecida, até hoje, dos cristãos: a parábola do filho pródigo, que reproduziremos aqui semelhantemente ao que foi feito no trabalho que serve de base para este artigo (GOMES JUNIOR, 2021, p. 114).

Não nos interessa aqui uma exegese do texto bíblico, pois partimos do pressuposto de que o narrador se interessa mais em retratar, a partir do texto considerado sagrado para o seu público, a verossimilhança entre o pecador que à casa retorna e é abraçado graciosamente pelo pai. Não podemos nos esquecer, contudo, que se por um lado essa narrativa possibilita o retorno do pecador, por outro, não deixa de rotulá-lo com tal. Façamos a comparação entre Lucas e Gouveia na tabela 2:

LUCAS 15:18-20¹⁰ A parábola do filho pródigo	A Jornada... – Cap. XVII¹¹ De como o Arcebiago ultimamēte se reduzio a obediēcia da Igreja Romana, & do Arcebispo, & ambos convocarão os povos a synodo Diocezano no lugar de Diamper
18 – Vou me levantar, irei até o meu pais e direi a ele: “Pai, pequei diante do céu e diante de ti,	querer se Deos por sua misericórdia alembrar daquella Christandade, que avia mil & quinhentos annos sustentava o nome de Christo Senhor nosso, & adoraçam de sua Cruz, & o santo bautismo no meyo de tanta Gentilidade, fizeram que o Arcebiago de todo coraçam, & vontade, se viesse deitar aos pès do Arcebispo, & de todo se sogeytasse à Santa Igreja Romana, com todos seus sequazes.
19 – já não sou digno de ser chamado teu filho. Faz de mim como um de seus empregados.	& em se erguēdo, se lhe deitou aos pès dizendo palavras do filho prodigo: pay pequey cõtra o Ceo, e diante de vos, não sou dino de ser chamado vosso filho peço perdam de meus erros, ã são grandes.

¹⁰ Traduzido do texto Grego de ALAND et al., 1994, pelo autor.

¹¹ GOUVEIA; LOUREIRO, 1606, f. 55v.

20 – E levantando-se, foi ao encontro de seu pai. Estando ele ainda distante, o seu pai o viu e, movido de compaixão, correu até ele, abraçando-o e beijando-o várias vezes.	Ergueo o Arcebispo, & abraçandoo cõ mostas de muito amor, lhe disse, dos males passados me não alẽbrarei, os bẽs presentes folgara que fossem de dura. Mayor he a bõdade de Deos q̃ vos reduzia ao grêmio da Igreja Cathoilca, que a malícia do Demonio q̃ vos apartava della.
--	--

Tabela 2: elaborada pelo autor.

Gouveia, ainda que não explicitamente, deixa transparecer a alegria da volta do pecador arrependido (Lucas 15.10), identificado no texto dele como Jorge de la Cruz. Se a alegria não é explícita, o mesmo não se pode dizer do contraste evidente entre o pecado de Jorge/filho pródigo e a graça de D. Aleixo/pai.

Ao atribuir a Jorge de la Cruz a postura e as palavras do Filho Pródigo, o documento procura demonstrar que aqueles que se afastam da verdade e da submissão da Igreja Católica Romana tornam-se semelhantes àquele que, conforme a parábola, tomou sua parte na herança (com o pai ainda vivo), foi viver conforme lhe aprazia e, como consequência, experimentou a miséria (perdeu tudo) e a impureza (foi viver entre os porcos). Por sua vez, o texto de Gouveia exalta a figura de Dom Aleixo, tornando-o semelhante ao pai da parábola que recebe o filho e lhe perdoa os pecados. Além da retórica textual, a percepção visual que o discurso provoca coopera no simulacro de bondade cristã do actante que está em conjunção com a “sã doutrina” ao descrever o “pecador” deitado aos pés do arcebispo de Goa (posição de inferioridade, de humilhação) e Aleixo de Menezes como aquele que o ergue, que o levanta “cõ mostas de muito amor”. Opera-se a oposição entre a maldade do “pecador” e a bondade do doador do perdão, bem como procura transmitir a impressão de que somente a verdadeira religião da Igreja Católica Romana pode levantar o pecador e tirá-lo da humilhação que o pecado provoca. (GOMES JUNIOR, 2021, p. 114)

Na análise semiótica propriamente dita do contexto interno, o iniciamos com dois planos: o da expressão e o do conteúdo. No primeiro, procuramos identificar a forma, a data, o autor do documento e demais características que o compõe; no segundo procuramos identificar o que em semiótica se denomina percurso gerativo de sentido, ou seja, o modo de disposição em que os componentes do texto são articulados em relação uns com os outros. Trata-se da progressão que vai do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto, partindo do nível fundamental, passando pelo narrativo e culminando no discursivo.

Há três níveis do percurso gerativo de sentido (tabela 3):

1. Fundamental, com interesse de estabelecer as categorias semânticas presentes no texto;

2. Narrativo, que procura analisar se foram conhecidas suas quatro fases, ou seja, manipulação, competência, performance e a sanção;
3. Discursivo, isto é, reconhecer como se concretizaram as formas abstratas do nível narrativo.

<p>Nível fundamental</p> <p>Uma categoria semântica é uma oposição tal que a vs b. Podem-se investir nessa relação oposições como vida vs morte, natureza vs cultura, ortodoxia (euforia) X heresia (disforia) etc. onde se forma o quadrado semiótico.</p>
<p>Nível narrativo</p> <p>Narratividade não é narração. Narratividade é uma transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes, quando se tem um estado inicial, uma transformação e um estado final.</p> <p>Essa transformação ocorre devido aos papéis desempenhados no texto pelo(s) sujeito(s) e pelos objetos (modais e de valor). Os modais são o querer, o dever, o poder e o saber.</p> <p>As categorias fundamentais são convertidas à ordem do fazer. Há, então, dois tipos de enunciados: o de estado (conjunção ou disjunção com o objeto) e o de fazer (onde se opera a transformação entre sujeito e objeto).</p> <p>Ainda no nível narrativo, estrutura-se uma narrativa complexa numa sequência canônica de fases: manipulação (por sedução, tentação, provocação ou intimidação), competência (saber e poder fazer), performance (onde acontece a transformação principal no texto) e sanção (pode ser tanto cognitiva quanto pragmática).</p>
<p>Nível discursivo</p> <p>Aqui as formas abstratas do nível narrativo são revestidas de termos que lhe dão concretude. A narrativa é assumida pelo sujeito da enunciação. As oposições fundamentais, assumidas como valores narrativos, desenvolvem-se sob a forma de temas.</p>

Tabela 3: elaborada pelo autor.

No nível fundamental é possível estabelecer as oposições semânticas estabelecidas no discurso que, no caso do estudo em questão, contrapõe ortodoxia/heresia, certo/errado, verdade/mentira. A forma como o discurso aparece no texto demonstra os cristãos de São Tomé com uma posição disfórica em relação à sã doutrina do Evangelho enquanto a Igreja Católica teria uma relação eufórica e se utiliza dessa relação na tentativa de operar uma transformação na Igreja Tomesina (nível narrativo), procurando fazer com que esta Igreja entre em conjunção com o objeto de valor (ortodoxia, sã doutrina) apontado pela Igreja Ocidental.

Em seu último nível, o discursivo, as formas abstratas do nível narrativo tomam concretude nas pessoas de D. Frei Aleixo de Menezes e de Jorge de la Cruz. Busca-se

fabricar a ilusão de verdade que o texto procura impor não aos participantes do Sínodo, mas àqueles a quem o texto se destina, tanto aos apoiadores da Igreja Católica, demonstrando o zelo dela pelo Evangelho, quanto aos opositores, pois tenta persuadi-los de que deveriam renunciar a séculos de rito e doutrinas próprios e abraçar o novo imposto pelo outro.

Nesse efeito de produção da realidade, há não só a menção à doutrina, ao papa, aos títulos eclesiásticos apresentados ou aos livramentos de perigos [...], mas recorre-se também à ancoragem¹² tanto ao tempo da fundação da comunidade eclesiástica do Malabar quanto ao seu personagem principal, São Tomé. (GOMES JUNIOR, 2021, p. 128)

Outras características que a análise semiótica da fonte destaca são a manipulação pela sedução e pela intimidação. A primeira é feita pela lembrança do mito fundacional da comunidade tomesina, procurando destacar o privilégio que essa comunidade teve, dentre tantas outras igrejas, de ter sido escolhida por Deus para ser fundada por um de seus apóstolos, devendo eles retornarem ao ensino apostólico. A segunda forma de manipulação, a intimidação, destaca que o Diabo, inimigo do Evangelho, teria semeado heresias na comunidade e aqueles que seguem a sua doutrina seriam condenados juntamente com ele, assim como o foi Nestório, principal artífice da heresia nestoriana. Nestório estaria padecendo no inferno depois de morto, não sem antes ter sofrido em vida com o apodrecimento de sua língua com que proferiu tantas heresias. Tenta-se introduzir no outro o medo do castigo divino que destrói o corpo e a alma (Cf. Lucas 12:4,5). Diante do discurso, os cristãos de São Tomé são colocados perante de uma escolha: voltar à tradição apostólica e serem abençoados por Deus ou permanecerem no erro e serem castigados tanto em vida como no porvir. Em outras palavras, eles teriam que escolher entre Tomé e Nestório, pois o discurso produzido colocou ambos os personagens em antítese.

Mudam-se algumas formas de se argumentar, mas o discurso que procura mostrar o modo correto de ser um cristão perpassa todo o documento sempre na categoria semântica que opõe heresia vs. ortodoxia, verdade vs. mentira, salvação vs. perdição, tendo os valores positivos como eufóricos em contraposição aos valores negativos, ou disfóricos. (GOMES JUNIOR, 2021, p. 135)

Considerações finais

Foi uma opção nossa utilizar a semiótica combinada com a análise do discurso de linha francesa na análise da fonte, mas outros recursos metodológicos da linguística

¹² Ancoragem é o recurso semântico que procura atar o discurso a pessoas, espaços e datas que o destinatário reconhece como reais ou existentes produzindo a ilusão de cópias da realidade.

poderiam ter sido aplicados. O historiador não tem acesso direto à realidade, mas uma relação mediada pela linguagem, ou seja, essa realidade apresenta-se a nós sempre semioticamente através de discursos que se relacionam com outros discursos. “Na verdade, não se pode distinguir entre a realidade e sua representação, se o real é inacessível a nós fora dos quadros da linguagem.” (FIORIN, 2012, p. 10, 11).

No que diz respeito ao diálogo travado com outros discursos Barros (2009, p. 355) vai comentar que “Os textos estabelecem diálogos com outros textos, seja no nível apenas dos conteúdos discursivos dos temas e figuras, seja no nível propriamente textual, em que as relações incluem também as aproximações entre planos da expressão.”

O que procuramos demonstrar aqui é a importância da linguística, em especial da semiótica, na interpretação de textos, uma vez que “a semiótica formulou ferramentas que nos possibilitaram penetrar com bastante acuidade na constituição do universo de valores dos actantes das narrativas e conhecer de perto as suas motivações e finalidades.” (PORTELA, 2019, p. 135). Devemos nos lembrar que o historiador trabalha com textos e ele precisa, na medida do possível e guardadas as devidas proporções, “deixar o texto falar” e não impor ao texto a sua voz. E, deixando-o falar, escutá-lo de forma crítica, lembrando-se sempre das palavras de Ginzburg (2002, p. 43): “É preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irredutível a elas.”

Referências

ALAND, B. et al. (ed.). *The Greek New Testament*. 4th Revised Edition ed. Stuttgart: Hendrickson Pub, 1994.

BARROS, D. L. P. de. Uma reflexão semiótica sobre a “Exterioridade” discursiva. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 53, n. 2, 2 dez. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2120>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

CORREIA, J. M. *Os portugueses no Malabar (1498-1580)*. Lisboa: Impr. Nacional-Casa da Moeda, 1997.

CUNHA, J. T. e. De Diamper a Mattanchery: caminhos e encruzilhadas da Igreja Malabar e Católica na Índia. Os primeiros tempos (1599-1624). Em: *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2004. 5.

FIORIN, J. L. Semiótica e História. *STIS Seminários Teóricos Interdisciplinares do SEMIOTEC - Cadernos Didáticos e Anais*, v. 1, n. 1, 2 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/stis/article/view/2025>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

GINZBURG, C. *Relações de Força: História, Retórica e Prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES JUNIOR, O. *Encontros e desencontros na Índia do século XVI (1502-1599): a redescoberta dos cristãos de São Tomé pelos portugueses e a tentativa de latinização do rito siro-malabar até ao Sínodo de*

Diamper. 2021. UERJ/FFP, São Gonçalo, 2021. Disponível em: <<http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/06/Odimar-Gomes-Junior.pdf>>.

GOUVEIA, A. de; LOUREIRO, D. G. de. *Jornada do Arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Menezes Primaz da india Oriental, religioso da ordem de S. Agostinho. Quando foy as serras do Malauar, & lugares em que morão os antigos christãos de S. Thome, & os tirou de muytos erros & heregias em que estauão*. Em Coimbra: na officina de Diogo Gomez Loureyro, impressor da Vniuersidade, 1606.

GREIMAS, A. J.; COURTES, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

KLIJN, A. F. J. *The Acts of Thomas: Introduction, Text, and Commentary*. 2 Revised ed. Boston: BRILL, 2003. v. CVIII

LIPSIUS, R. A.; BONNET, M. *Acta Apostolorum Apocrypha*. Wisconsin-Madison: Herrmannvm Mendelssohn, 1903. v. 2

LOUREYRO, D. G. de. *Synodo diocesano da Igreja e Bispado de Angamale dos antigos christãos de Sam Thome das serras do Malauar das partes da India Oriental. Celebrado pello... Senhor Dom Frey Aleixo Menezes Arcebispo Metropolitano de Goa... aos 20. dias do mes de Junho da era de 1599... no lugar, & reyno do Diamper*. Em Coimbra: na Officina de Diogo Gomez Loureyro, impressor da Universidade, 1606.

MOREIRA, A. da S. O deslocamento do religioso na sociedade contemporânea. *Estudos de Religião*, v. 22, n. 34, p. 70–83, 2008.

PORTELA, J. C. Semiótica e ideologia. *Revista do GEL*, v. 16, n. 1, p. 132–142, 10 dez. 2019.

SKINNER, Q. Significado e interpretação na história das ideias. *Revista Tempo e Argumento*, v. 9, n. 20, p. 358–399, abr. 2017.

SOUZA, V. S. de. Autor, texto e contexto: a história intelectual e o ‘contextualismo linguístico’ na perspectiva de Quentin Skinner. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, v. 5, n. 4, p. 1–19, 31 dez. 2008.

A influência do Romantismo em *Frankenstein* de Mary Shelley

Raphael Matheus de Moraes Ribeiro¹
Mestre em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Frankenstein tece uma crítica ao ideal de progresso em curso e a forma como esse ideal impactava a sociedade. A descoberta de novos conhecimentos revolucionários e transformadores alterou, conforme referido, a relação dos indivíduos com as instituições vigentes e entre eles próprios. Enquanto uma obra elaborada na primeira metade do século XIX e em plena Revolução Industrial, *Frankenstein* sofreu influências do movimento político e literário do Romantismo. Esse gênero ganha força no final do século XVIII e engloba uma grande variedade de características, muitas vezes contraditórias². David Simpson, por exemplo, se refere ao Romantismo como:

Escritos do final do século XVIII e início do XIX, que compartilham uma situação histórica semelhante sem necessariamente se manterem unidos por qualquer característica ou prescrição essencial.³

Assim, para Simpson, as obras românticas estariam inseridas em um mesmo contexto histórico – no caso marcado, como viemos apontando, por uma série de transformações revolucionárias no sentido político, socioeconômico e tecnológico, mas que não partilhavam de outras peculiaridades estilísticas próprias, por exemplo.

Michel Lowy enxerga o movimento como uma visão de mundo e uma estrutura mental coletiva⁴, que se expressa no âmbito da política, da cultura e das manifestações artísticas – não somente na literatura, mas também em outras artes⁵. Na Grã-Bretanha, suas maiores realizações se deram no campo da poesia, principalmente com os escritos de poetas românticos como Wordsworth, Coleridge, Keats, Shelley, Blake e Byron destoando, por exemplo, do romantismo no continente, que teve um ímpeto maior na música, nas artes, na política e na filosofia.⁶

¹ Egresso do curso de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, orientado por Dra. Ana Carolina Huguenin. Conclusão em 2022, com a dissertação: “O Prometeu moderno: A revolução técnico-científica em *Frankenstein* de Mary Shelley”.

² LOWY, Michael. *Romanticism Against the Tide of Modernity*. Trad. Catherine Porter. London: Duke University Press. 2001. p. 1

³ SIMPSON, David. *Romanticism, criticism and theory* in, *The Cambridge Companion to British Romanticism*. Cambridge: Cambridge University Press. 1993. p. 1 “The writings of the late eighteenth and early nineteenth centuries, sharing a general historical situation but not necessarily held together by any essential or prescriptive characteristics.”

⁴ LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Trad. Wanda Nogueira Caldeira. Brant. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 14.

⁵ Ibid.

⁶ GUIMARÃES, Armando Rui. Mary Shelley: Vida e Obra. In. ARAÚJO, Alberto Felipe. Et al. O mito de *Frankenstein*: imaginário & educação. Organização Alberto Filipe Araújo, Rogério de Almeida e Marcos

Frankenstein é o produto de discussões acerca dos potenciais que as novas descobertas técnicas e científicas trariam para a sociedade. A obra discute essas novas descobertas e teorias a partir de um olhar crítico e até certo ponto pessimista. Tal característica se faz presente nas produções românticas, que dentre outros fatores tinham como característica uma visão crítica do ideal moderno de progresso vigente nas sociedades científico-racionalistas e industrializadas, principalmente a partir do século XIX. Como afirma Michael Lowy:

Muitos românticos, consideravam o estado moderno, baseado em individualismo, propriedade, contratos e burocracia administrativa racional como um sistema tão mecânico, frio e impessoal quanto o de uma fábrica.⁷

O individualismo, a solidão, a frieza e desconsideração em relação ao próximo são aparentes em quase todos os personagens de *Frankenstein*: Walton se sentia sozinho em seu navio, pois não possuía uma companhia intelectualmente elevada com a qual pudesse partilhar seus gostos e ambições; Victor Frankenstein se isola cada vez mais em suas pesquisas e estudos, longe da família e dos amigos. Elizabeth, sua noiva, é uma órfã que, na ausência de seu amigo e prometido noivo, é mantida dentro de casa, apenas na companhia de seu pai adotivo; e por último a Criatura, a quem é negada qualquer contato com os homens, devido à sua aparência disforme.

A solidão e a revolta da criatura, fruto de um experimento científico, desencadeia uma série de reações violentas e destrutivas que afligem pessoas inocentes, como o irmão mais novo de Victor, William; a criada da família Frankenstein, Justine; o amigo de infância de Victor, Clerval, e sua irmã adotiva e noiva Elizabeth. Diante de tantas mortes violentas, Victor faz a seguinte reflexão sobre suas “artes profanas” – os experimentos científicos que resultariam no horror:

Assim falou minha alma profética, despedaçada por remorso, horror e desespero, ao contemplar aqueles que amei dependendo um vão pesar por sobre as tumbas de William e Justine, as primeiras vítimas desafortunadas de minhas artes profanas.⁸

No trecho acima, Victor lamenta a morte prematura de seu irmão William e da criada, Justine⁹, que fora acusada pelo assassinato. Mesmo sem provas, ele atribui os

Beccari. São Paulo: FEUSP, 2018. p. 69

⁷ LOWY. op. cit. p. 39.

⁸ SHELLEY, Mary. *Frankenstein ou O Prometeu Moderno*. DarkSide; Tradução: Marcia Xavier de Brito, Carlos Primati, Rio de Janeiro, 2017, p. 104

⁹ Há aqui uma brincadeira realizada pela autora. O nome Justine vem do latim Iustina, que significa “justo”. Entretanto, a personagem é julgada e morta injustamente por um crime que não cometeu, sendo, indiretamente, uma vítima do monstro criado por Frankenstein.

crimes à sua criatura e prevê que aqueles serão apenas os primeiros de muitos mortos: “Novamente se lamuriarão em funerais, e o som de suas lamentações serão ouvidos por muitas vezes!”¹⁰.

As obras do romantismo, por seu componente crítico, poderiam servir de combustível ideológico para alimentar posicionamentos políticos desfavoráveis ao *status quo*. Nesse sentido, a Revolução Francesa, foi um dos acontecimentos que serviram de catalizador para o surgimento do romantismo na Europa. Segundo Otto Maria Carpeux:

O acontecimento da Revolução Francesa produziu na Europa inteira — e no continente americano — uma profunda emoção, exprimindo-se em uma literatura de tipo emocional, que se deu a si mesmo o nome de “Romantismo.”¹¹

O movimento romântico estendeu suas influências sobre a filosofia, a literatura e a música europeias, enfatizando a imaginação e o sentimento, o amor pela natureza e um interesse pelo passado¹². Segundo Michel Lowy, o Romantismo tinha como característica uma:

Nostalgia pela harmonia perdida entre humanos e a natureza, consagrando a natureza como objeto de um culto místico, eles observam com melancolia e desespero o processo de mecanização e industrialização, a conquista mecanizada do meio.¹³

O movimento romântico buscava no passado uma alternativa ao mecanicismo predatório da sociedade industrial, que se alimentava da natureza e afetava as relações humanas de maneiras negativas, ao promover, por exemplo, o individualismo exacerbado e a pauperização. O que os autores românticos se propunham a fazer era o que Lowy vai chamar de “reencantar o mundo”¹⁴. Um dos caminhos para esse reencanto se daria através de um retorno a tradições religiosas e elementos místicos. Em *Frankenstein*, Victor inicia os seus estudos a partir da alquimia e do conhecimento mágico, e é perceptível como o encanto, de certo modo infantil, do personagem pelas promessas alquímicas vai sendo minado e corroído pelo racionalismo e pela objetividade da ciência moderna.

Esse retorno ao passado também pode se referir às esferas política e econômica: Lowy aponta que há no movimento um “Romantismo Restitucionista”, que busca a restituição de um passado pré-capitalista que se encontraria nas sociedades medievais.¹⁵

¹⁰ SHELLEY, op. cit. p. 104

¹¹ CARPEAUX, 2019, p. 1365

¹² ARAÚJO. op. cit., p. 69

¹³ WATT. op. cit. p. 38

¹⁴ Ibid. p. 30

¹⁵ Ibid. p. 59

Escritores que partilhavam dessa visão romântica eram, por exemplo, aqueles que se desiludiram com os rumos da Revolução Francesa, principalmente no período Napoleônico. Na Inglaterra, os “Lake poets”¹⁶ perderam o seu entusiasmo em relação ao movimento revolucionário, pois não viam mais nele a esperança de criação de uma nova sociedade que haviam idealizado, voltando-se assim para a ideia de restituição de um passado perdido.¹⁷

A despeito do desencanto, a influência da Revolução Francesa no movimento romântico britânico se deu de maneira profunda e intensa. Como observam Lowy e Sayre, o romantismo, a despeito de tendências nostálgicas, é um movimento moderno que propõe uma crítica à modernidade. Algumas vertentes do movimento apresentam tendências reacionárias, mas muitas outras elaboram e incorporam alternativas revolucionárias¹⁸. A influência da Revolução Francesa no movimento romântico inglês se refletiu principalmente entre os intelectuais, literatos e jovens poetas da ilha britânica que, a princípio, haviam defendido o processo revolucionário¹⁹, utilizando os acontecimentos da França como inspiração para seus escritos. Como aponta Carpeaux:

O maior acontecimento na história inglesa do fim do século XVIII deu-se na França, disse Cherteston. Foi saudada pelos intelectuais afrancesados como Fox, pelos loucos, como Blake, e pelos utopistas como Godwin.²⁰

Mary Shelley foi influenciada por ideais progressistas relacionados à revolução e pelo movimento romântico que incorporou tais valores. *Frankenstein* bebe da fonte de vários autores e poetas, a começar pelos pais da autora: William Godwin e Mary Wollstonecraft, que foram escritores políticos cujas obras serviram de grande influência na construção do enredo de *Frankenstein*. De acordo com Chris Baldick, a Inglaterra, durante as primeiras décadas da revolução francesa, testemunhava a proliferação de dois tipos de escrita: um aumento na produção de literatura gótica, liderado por Ann Radcliffe, e a criação de livros e panfletos políticos influenciados pelo trabalho do filósofo conservador Edmund Burke, *Reflexões sobre a Revolução em França*²¹. Os pais de Mary

¹⁶ Os “poetas dos Lagos”, como Wordsworth e Coleridge, que iniciaram o movimento romântico inglês com as *Lyrical Ballads* (1798) e que inicialmente apoiaram, mais ou menos abertamente, os ideais revolucionários franceses.

¹⁷ *Ibid.* p. 61

¹⁸ LOWY, Michel. SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. Boitempo. São Paulo. 2015.

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ CARPEAUX. *op. cit.*, p. 1396.

²¹ BALDICK, Chris. In *Frankenstein's Shadow: Myth, Monstrosity and Nineteenth-Century Writing*. Oxford University Press, 1987.p. 16

Shelley, entusiastas dos ideais revolucionários e projetos progressistas que vinham da França, fizeram parte de um movimento denominado por Gary Kelly como ‘Jacobin Novel’²². Segundo C. Baldic:

Os trabalhos desse grupo eram abertamente endereçados aos problemas políticos e sociais explicitados pelo processo revolucionário. Obras de cunho Político-Filosóficas, esses escritos amalgamavam os terrores da literatura gótica com a crítica social de *Things as They Are*²³ o título original de *Adventures of Caleb Williams* de William Godwin.²⁴

Para o autor, *Frankenstein* repercutia e ecoava este movimento, que sobrepuja literatura (com destaque à literatura gótica) e discurso político. Essa afirmação é fundamentada em seu capítulo *The Politics Of Monstrosity*, onde o autor aponta como algumas obras de Godwin e Wollstonecraft foram referenciadas por Mary Shelley. Por exemplo, o autor compara o personagem Caleb, de *Things as They Are*, de Godwin, a Victor Frankenstein e sua criatura, uma vez que “Caleb, como Victor e o monstro, tem desuportar as injustiças e os sofrimentos causados pelos erros alheios.”²⁵.

Outra produção de Godwin apontada como provável fonte de inspiração por Sir Wallter Scott, em sua crítica no segundo volume da *Blackwoos’s Magazine* de 1818,²⁶ foi *St. Leon, A Tale of the Sixteenth Century*²⁷. Walter Scott comparou *Frankenstein* a *St. Leon*, na medida em que as duas obras tratam de assuntos que abrem novos canais e espaços para o pensamento.²⁸ No conto de Godwin, o protagonista descobre os segredos da pedra filosofal e o elixir da vida eterna e, mesmo assim, se desaponta com seus esforços “fúteis” de ajudar a humanidade, já que seus projetos levam à morte de seus entes queridos, conforme constatado por St. Leon na seguinte passagem:

Eu me senti verdadeiramente assombrado pelos fantasmas daqueles que eu assassinei, como Nero ou Calígula foram; minha esposa, meu filho, meu negro leal; e agora, em adição a esses, a afetuosa Julia. Eu possuo o elixir da vida eterna, mas eu me vejo como um monstro que não merece existir.²⁹

²² KELLY, Gary. *The English Jacobin Novel 1780-1805*. Oxford. Oxford University Press. 1976.

²³ GODWIN, William. *Things as They Are: Or, The Adventures of Caleb Williams*. 4. Ed. London. A. & R. 1816.

²⁴ BALDICK. Op. cit. p.16

²⁵ Ibid. p. 27

²⁶ Disponível

<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.hxq6vy&view=1up&seq=662&q1=Frankenstein>. Acesso em: 29/07/2020.

²⁷ GODWIN, William. *St. Leon, A Tale of the Sixteenth Century*. London. A. & R. 1831.

²⁸ SCOTT, Walter. *Remarks on Frankenstein or The Modern Prometheus; a Novel*. Blackwood Edinburgh Magazine, London, n. 2. p. 614. 1818.

²⁹ GODWIN, 1831, op. cit. p. 363. Apud BALDICK. op. cit. p., 37.

Como aponta Baldick, os personagens de ambas as obras demonstram, no decorrer de suas trajetórias, uma postura crítica diante do racionalismo radical que levam seus protagonistas a uma empreitada obsessiva e a uma falha tentativa de alterar a natureza e a sociedade ao seu redor.³⁰ A história de Godwin conta, inclusive, com um horrível gigante chamado Bethlem Gabor, cujos sofrimentos o tornaram um misantropo, como se verifica na seguinte passagem: “Eu odeio a humanidade — declara Gabor; Eu não nasci para odiá-los, mas eles me forçaram a odiá-los.”³¹ A declaração de Gabor é semelhante à da criatura de Frankenstein que, ao salvar uma criança, recebe como agradecimento um tiro a queima roupa:

Os sentimentos de bondade e gentileza que cogitara a poucos momentos deram lugar a uma fúria infernal e ao ranger de dentes. Inflamado pela dor, jurei ódio eterno e vingança à espécie humana.³²

No que diz respeito à influência da produção de Mary Wollstonecraft sobre a obra da filha, M. Shelley, Baldick ainda observa: “Mary Godwin foi, sem querer, a causa da morte de sua progenitora”³³ uma vez que Wollstonecraft faleceu durante o parto – assim, o contato e relação de Mary com sua mãe foi essencialmente textual. Sobre o túmulo da mãe ela lia suas obras e foi lá onde ela se encontrara com Percy B. Shelley antes de anunciar sua união com o poeta a seu pai.³⁴

Das produções de Wollstonecraft, Mary absorveu o interesse pela teoria da educação³⁵, sendo o autodidatismo um ponto de destaque em *Frankenstein*, já que, tanto Victor quanto sua criatura demonstram grande facilidade para os estudos, aprendendo por conta própria, cada um, os tópicos que lhes interessava. Ao descrever a sua história de vida, desde a fuga do laboratório, passando por seutempo na floresta até a estadia em um chalé onde habitava uma pobre família, o monstrosos apresenta trechos que exaltam a sua enorme facilidade de aprendizado:

Cada conversa dos moradores do chalé agora apresentava-me novas maravilhas. Enquanto ouvia as instruções que Félix dava à forasteira, o sistema estranho da sociedade humana era também explicado a mim. Ouvi sobre a divisão de propriedade, da riqueza imensa e da pobreza miserável; a respeito de classe social, de descendência e nobreza de sangue.³⁶

Mary Shelley se inspira ainda na obra de sua mãe, *Vindication of Those Rights of*

³⁰ BALDICK. op .cit. p. 37.

³¹ GODWIN, 1831, op. cit. p. 363. Apud BALDICK. op. cit. p., 37

³² SHELLEY. op.cit p. 149

³³ Ibid. p. 31

³⁴ Ibid. p. 31

³⁵ BALDICK, op. cit. p. 38

³⁶ SHELLEY, op. cit. p. 131

*Woman*³⁷, para abordar temas relativos à situação da mulher na sociedade, como por exemplo a forma como Justine foi julgada e condenada pelo assassinato do irmão de Victor. Nessa obra Mary Wollstonecraft se defende de seus contemporâneos, que temeriam a inovação racional³⁸ e a extensão de direitos liberais e democráticos às mulheres, como apresentado no seguinte trecho:

Tudo o que é novo, aparenta ser errado para eles [seus contemporâneos]; e não sendo aptos a distinguir as possibilidades do monstruoso, eles temem o que não deveria ser temido, fugindo da luz da razão, como se ela fosse um tição; todavia os limites do possível nunca foram definidos para parar a robusta mão da inovação.³⁹

Na década de 1790 o clima reacionário identificava na inovação racionalista e nas reformas políticas algo de ‘monstruoso’⁴⁰. Nesse sentido, a própria Mary Wollstonecraft foi considerada uma figura “monstruosa” ou aberrante devido a suas ideias progressistas e inovadoras.⁴¹ Vale ressaltar que antes de se casar com Godwin, Mary Wollstonecraft havia vivido na França revolucionária, defendendo o movimento, seus ideais libertários e seus protagonistas.⁴²

Outra importante influência na construção de *Frankenstein* foi Samuel Taylor Coleridge. O poeta era amigo de Godwin⁴³ e foi, junto de Wordsworth, um dos que iniciaram o movimento romântico inglês, no que ficou conhecido como as *Lyrical Ballads*⁴⁴. O poema *The Rime of Ancient Mariner*⁴⁵ era conhecido por Mary desde sua infância⁴⁶, e, como ainda observa Baldick, é citado por Walton, na seguinte passagem de *Frankenstein*:

Zarparei para regiões inexploradas, para “a terra de brumas e neve”, mas não matarei nenhum albatroz, portanto, não fique preocupada com minha segurança ou se voltarei para ti tão extenuado e pesaroso quanto o “Velho Marinheiro”⁴⁷

E por Victor:

Como quem vai com medo e horror, num caminho deserto, E após virar pra trás avança. Só olhando a frente, certo de que algum demônio medonho o segue

³⁷ WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindication of the Rights of Woman*. Ed. Mirim BrodyKranmnik, Harmondsworth, 1975.

³⁸ BALDICK. op. cit. p. 38

³⁹ WOLLSTONECRAFT, 1975. p. 265 apud BALDICK. op. cit. p. 38

⁴⁰ BALDICK.,op. cit. p. 38

⁴¹ Ibid.

⁴² GUIMARÃES. op. cit. p. 54

⁴³ SHELLEY. op. cit. p. 38

⁴⁴ GUIMARÃES. op. cit. p. 63

⁴⁵ COLERIDGE, Samuel Taylor. *The Rime of Ancient Mariner*. 1792. Disponível em: <https://resources.saylor.org/wwwresources/archived/site/wp-content/uploads/2014/05/ENGL404-Coleridge-The-Rime-of-the-Ancient-Mariner.pdf>. Acesso em: 29/07/2020.

⁴⁶ BALDICK. op. cit. p. 39

⁴⁷ SHELLEY. op. cit. p. 38

bem de perto.⁴⁸

No poema, o velho marinheiro mata um albatroz que o perseguia, trazendo assim uma onda de má sorte. É um conto sobre culpa e isolamento que se encaixa perfeitamente na personalidade de personagens de *Frankenstein*. Coleridge, assim como os pais de Mary Shelley, havia apoiado o movimento revolucionário francês, tendo, com o advento do terror e das guerras napoleônicas, mudado de ideia em relação aos rumos que a revolução havia tomado.⁴⁹

O Romantismo inglês teve também grande contribuição de Lord Byron. George Gordon Byron foi um poeta boêmio que fez parte da segunda geração romântica inglesa, junto de Percy B. Shelley e John Keats.⁵⁰ Robert Southey caracterizou a obra de Byron, no prefácio de seu livro de poemas *A Vision of Judgment*⁵¹, como vinculada à “Escola Satânica” do romantismo (junto de Percy e Keats), escola essa na qual se fundiam vitalismo, malditismo, ativismo político e fortes traços de sensibilidade exacerbada⁵². Esses poetas “satânicos” se assumem como decididamente românticos, expressando, através de suas obras e trajetórias de vida, revolta contra uma sociedade que os estigmatizava⁵³. Como afirma Eduardo Iañez:

O resultado final de terem posto em prática tais atitudes artísticas e de comportamento perante a vida será o ‘satanismo’, ou seja, a recusa da moral estabelecida e a exaltação de uma vida estética regida única e exclusivamente pela própria genialidade.⁵⁴

Amigo de Percy B. Shelley, Byron foi, conforme referido, o responsável por propor o desafio que estimulou Mary a escrever *Frankenstein*, após uma sessão de leitura sobre histórias de terror alemãs. Otto Maria Carpeaux pontua que, à exceção de Wordsworth, a maioria dos poetas ingleses sofreram grande influência do romantismo alemão, sendo Byron um grande admirador de Goethe.⁵⁵

O marido de Mary Shelley, Percy B. Shelley era discípulo de Godwin,⁵⁶ e foi profundamente influenciado por *Political Justice*,⁵⁷ tendo dedicado o prefácio da primeira

⁴⁸ Ibid. p. 77

⁴⁹ GUIMARÃES. op. cit. 63.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ SOUTHEY, Robert. *A Vision of Judgment*. London. 1821

⁵² ARAÚJO. op. cit. p. 63

⁵³ Ibid.

⁵⁴ IÁÑEZ, Eduardo. *O Século XIX: Literatura Romântica. História da Literatura. Volume*

6. Tradução de Fernanda Soares. Lisboa: Planeta Editora, s. d. 1996. p. 23.

⁵⁵ CARPEAUX. op. cit. p. 1403

⁵⁶ ARAÚJO. op. cit. p. 33

⁵⁷ GODWIN, William. *An Enquiry concerning Political justice, and its influence on General Virtue and Happiness*. London. 1783

edição de *Frankenstein*⁵⁸ ao sogro— o marido da autora realizou correções e escreveu alguns trechos da primeira edição do romance.⁵⁹ Também influenciado pela literatura alemã, Percy B. Shelley, segundo Carpeaux, retirou dela o emprego de simbolismos gregos,⁶⁰ fazendo referência a mitologia clássica em seus poemas, o que pode explicar o resgate do mito prometeico em *Prometheus Unbound*, obra essa que denota o “classicismo dionisiaco”⁶¹ do autor.

O Romantismo Gótico

Frankenstein, como obra ligada ao movimento romântico, se relaciona a um subgênero que é o da literatura gótica, fundada por Horace Walpole com o seu *Castelo de Otranto*⁶². O termo “gótico” era usado de forma pejorativa à época do lançamento do romance de Walpole, devido à influência neoclássica em voga em fins do século XVIII, de modo que o que se almejava nas produções artísticas era a implementação de elementos de equilíbrio e harmonia.⁶³ Por sua vez, as produções góticas eram caracterizadas pelo excesso de contradições e ideias, criando, assim, uma literatura que verbalizava os medos e desejos de seus leitores.⁶⁴ Judith Halberstain afirma que esse excesso também se expressa dentro da estrutura textual das obras góticas:

A forma da novela é monstruosa; ela se abre para o excesso, como o monstro da história, as partes da novela excedem o todo. Sua estrutura, seu exoesqueleto, e também os seus conteúdos— filosofias sobre a vida, meditações sobre o sublime, narrativas sentimentais sobre família e moral, discussão estética— faz da novela um texto monstruoso. A monstruosidade de *Frankenstein* é literalmente no texto da novela ao ponto que a produção textual em si mesma é responsável por gerar monstros.⁶⁵

Frankenstein apresenta em si uma miríade de temas e contradições que compõem a narrativa, podendo ser considerada uma obra com ambições grandiosas (ou mesmo, de acordo com Halberstain, “monstruosas”). O enredo da novela em si já é o suficiente para causar espanto no leitor, ainda mais quando se leva em conta a afirmação da própria autora no prefácio da novela, no sentido de que o livro é “sua hedionda criação”⁶⁶. Desse modo,

⁵⁸ O prefácio da primeira edição de *Frankenstein*, que saiu em 1818, foi escrito por Percy B. Shelley.

⁵⁹ ARAÚJO. op. cit. p. 67

⁶⁰ CARPEAUX. op. cit. p. 1403

⁶¹ Ibid. p. 1599

⁶² WALPOLE, Horace. *O Castelo de Otranto*. Nova Alexandria Ltda. São Paulo. 1994.

⁶³ PHILLIPS, Sarah Renee. *The Gothic and Science Fiction: Shelley, Crichton, Stevenson & Wells*. 2005. Senior Project: University Honors Program. p. 3.

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ HALBERSTAM, Judith. *Skinshow: Gothic Horror and the Technology of Monsters*. London: Duke University Press. 1995. p. 31.

⁶⁶ SHELLEY, op. Cit. p. 25.

a história se apropria de vários elementos característicos do romantismo, da literatura de ficção científica e da literatura gótica para criar uma produção “excessiva” em conteúdo, forma e temática, uma verdadeira “monstruosidade” literária.

Chris Baldick observa que “há um fundo de fontes literárias sobre as quais Frankenstein canibalisticamente se alimenta.”⁶⁷, no sentido de explorar várias influências e tradições literárias. A exemplo da composição do monstro, no romance, pedaços por pedaços são acoplados de forma a criar um todo disforme, uma literatura excessiva e tensa, que se vale de múltiplas referências e temáticas. O que Chris Baldick chama de “canibalismo” Nancy Armstrong vai chamar “comportamento onívoro”, que seria a absorção de diferentes influências, literárias ou não, para a construção do romance.

Deste modo, *Frankenstein* seria uma obra “canibal” por se alimentar de outros textos, mas também “onívora” por se “alimentar” de outras referências. A crítica ao cientificismo, as referências à tradição alquímica, os aspectos biográficos, todos esses elementos e referências fazem da parte da obra. Assim como o ser criado por Victor contém tanto restos humanos como animais, o texto de *Frankenstein* é inspirado tanto por outras produções literárias quanto por discussões totalmente alheias ao campo da literatura.

Se, como eu acredito, é o caso, a novela contém a história da sexualidade nela, e então sua própria história — a história de ficção — é posta junto com essa “outra” história. Dado o comportamento onívoro que estou atribuindo a novela, tem pouco material cultural que não pode ser incluído no domínio feminino. Consequentemente há pouca informação política que não possa ser transformada em informação psicológica.⁶⁸

Quando *Frankenstein* é caracterizado como uma novela canibal ou onívora, isso significa que cada elemento (literário ou não) do qual o texto se “alimenta”, se torna combustível para a construção de sentido, o mesmo ocorre com a criatura, que simboliza medos distintos presentes no contexto social em que o romance foi elaborado, como, por exemplo o medo do feminino, do capitalismo ou das massas revolucionárias:

Pela sua composição, ele [o monstro] nunca poderá ser apenas uma coisa, nunca representará apenas uma ansiedade. Sua formação, de pedaços e peças de vida e morte, de criminosos e animais, objetos animados e inanimados, significa que ele sempre está no limite de se quebrar dentro de suas partes constitutivas. É essa propensão do monstro em se desconstruir a qualquer momento, de sempre estar em processo de decomposição, que faz com que aquilo/ela/ele seja inidentificável e um modelo para o leitor gótico.⁶⁹

⁶⁷ BLADICK. Op. cit. p. 34.

⁶⁸ ARMSTRONG, Nancy. *Desire and Domestic Fiction: A Political History of the Novel*. New York and Oxford: Oxford University Press, 1987. p.204.

⁶⁹ HALBERSTRAM, Judith. p. 36-37

De acordo com Phillips, a literatura gótica, como subgênero do romantismo e a partir de suas temáticas tensas e contraditórias, “se torna um meio para as pessoas inserirem conflitos em suas mentes e vidas: o velho e o novo, o racional e o irracional, natural e sobrenatural”⁷⁰. O romance gótico tinha como característica a junção, tensa e ambivalente, entre referências ao passado e ao presente, à tradição e à modernidade, gerando uma ambivalência narrativa e temática. Tal ambivalência é central na vida de Victor Frankenstein, pois, embora ele rejeite os alquimistas do passado para abraçar as ciências e os métodos científicos modernos, as suas ambições, no sentido de gerar a vida de modo artificial, não deixam de estar ligadas à influência e à ambição alquímicas:

Victor concilia a herança alquímica com os objetivos das ciências modernas (com especial relevo para a física, a fisiologia e anatomia), seguindo deste modo a crença inabalável nos progressos científicos da época, particularmente dos avanços fulgurantes da física e da química moderna, da anatomia e da fisiologia que procurava não só compreender a natureza, mas fundamentalmente dominá-la.⁷¹

Victor menciona que, ao se deparar pela primeira vez com os estudos de alquimia, ele não tinha um interesse inicial sobre a disciplina, mas após ler sobre os milagres que os alquímicos prometiam, o encanto por esse novo campo de estudo que se apresentava lhe tomou em absoluto:

Nesta casa, por acaso, deparei-me com as obras de Cornélio Agrippa. Abri o livro com apatia. A teoria que o autor tentava demonstrar e os fatos maravilhosos que relatava logo transformaram essa sensação em entusiasmo. Uma nova luz pareceu despontar em mim e, vibrando de alegria, comuniquei a descoberta ao meu pai.⁷²

Esse interesse se transforma num grande desdém no futuro, demonstrado pela forma como ele narra esse seu contato com a obra de Agrippa para Walton:

Se, em vez dessa observação, meu pai tivesse se esforçado para explicar que os princípios de Agrippa estavam totalmente ultrapassados e que um sistema científico moderno fora introduzido, o qual possuía uma força muito maior que o antigo porque os poderes do sistema de outrora eram quiméricos, ao passo que os princípios da ciência moderna eram reais e práticos...⁷³

Somada a essa justaposição entre tradição (no caso, a Alquimia) e modernidade científica, há também uma oscilação entre leis convencionais da realidade e as possibilidades sobrenaturais⁷⁴ na narrativa. Ao resgatar a tradição alquímica para em seguida confrontá-la (e combiná-la) com a ciência moderna, Mary Shelley consegue

⁷⁰ PHILLIPS. op. cit. p. 3

⁷¹ ARAÚJO. op. cit. p.109

⁷² SHELLEY. op. cit. p. 55

⁷³ Ibid.

⁷⁴ Ibid.

mesclar as expectativas de descobertas milagrosas e impossíveis – como o elixir da vida eterna ou a pedra filosofal – com os as possibilidades e perigos potenciais de uma nova forma de saber cujas potencialidades são, aparentemente, ilimitadas.

E é justamente essa falta de limites que traz apreensão ao leitor, pois é através da ciência moderna, e da própria racionalidade dos métodos e saberes científicos, que a busca obsessiva e irracional de Victor Frankenstein consegue encontrar um meio para a realização de uma das ambições da Alquimia: a criação da vida.

Ao trazer a sua criatura à vida, Victor gera, além disto, um “terror corporal”⁷⁵ – a monstruosidade do novo ser, cujo corpo é um apanhado de cadáveres, gera, assim, o espanto, o desconforto e o terror. De acordo com Halberstan, os romances góticos da década de 1790 associavam terror com um determinado local⁷⁶, geralmente um castelo abandonado ou criptas antigas. Mas em *Frankenstein* o “local” e a fonte do terror é o próprio corpo, deformado e mutilado, da criatura⁷⁷.

O terror, neste caso, também emana do outro, daquilo ou daquele que é estranho – uma criatura viva e desconhecida, que incorpora a estranheza da alteridade – e não de fantasmas, demônios ou entidades sobrenaturais.⁷⁸ A criatura é chamada de “demônio” por seu criador⁷⁹, mas ele sabe e nós leitores também sabemos que não se trata de um “demônio”: a monstruosidade da criatura se encontra na proximidade que ela tem da humanidade – afinal, ela foi confeccionada com partes humanas, e é também inteligente, articulada e capaz de emocionar-se e de aprender – e, ao mesmo tempo, sua distância em relação a qualquer forma de vida, pela maneira como foi concebida, no laboratório do Dr. Frankenstein, a partir de retalhos de cadáveres.

Essa ideia se torna clara quando levamos em conta, por exemplo, o tratamento que a criatura recebe, a princípio, do velho De Lacey, que, por ser cego, não percebe a aparência disforme do monstro:

Se me confiasse incondicionalmente os detalhes de sua história, talvez possa ser útil para esclarecer-lhes. Sou cego, não tenho como julgar por seu semblante, mas há algo em suas palavras que me leva a crer que o senhor é sincero. Sou pobre e exilado, mas me dará verdadeiro prazer ser, de alguma maneira, útil a uma criatura humana.⁸⁰

Para o velho De Lacey, que pôde conhecer a criatura somente pela voz, ela se

⁷⁵ HALBERSTAN. op. cit. p.28

⁷⁶ Ibid. p. 28

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ SHELLEY. op. cit. p. 152.

⁸⁰ SHELLEY. Op. cit. p. 143

passava por uma pessoa pobre e desafortunada como qualquer outra, uma criatura humana – afinal, o ser que Victor havia criado era inteligente e articulado. Todavia, assim que família do patriarca De Lacey o vê, a narrativa descreve o horror que a sua aparência inspira:

Quem poderia descrever o horror e a consternação deles ao me ver? Ágata desmaiou, e Safie, incapaz de socorrer a amiga, saiu correndo do chalé. Félix veio em minha direção e, com uma força sobrenatural, apartou-me do seu pai, cujos joelhos agarrei. Em um êxtase de fúria, lançou-me ao chão e golpeou-me violentamente com um bastão⁸¹

Walton, quando observa a criatura pela primeira vez, reage dizendo: “Jamais encontrei algo tão horrível quanto o seu rosto, de tamanha repugnância e fealdade apavorante,⁸² e logo em seguida, ele fecha os olhos para poder conversar com a criatura.⁸³

Apesar de não haver o fator sobrenatural na narrativa, e do realismo nela presente, seja através de ambientes comuns ou de fatos históricos que menciona, o elemento do terror é marcante na mesma. Como afirma Adam Roberts:

Em geral, a novela gótica inclui desdobramentos misteriosos e sinistros, não raro envolvendo entidades sobrenaturais, como fantasmas ou demônios, embora às vezes tais eventos sejam explicados em termos racionais.⁸⁴

Dentro do universo da obra, a criatura misteriosa é chamada de “monstro” ou “demônio”, ela é a causa das mortes que ocorrem no decorrer da história. Todavia, na maior parte da narrativa, apenas Victor interage com a criatura e é somente pelo ponto de vista dele que ficamos sabendo de suas façanhas e atrocidades. Quando finalmente Victor decide confiar em alguém para explicar e racionalizar a torrente de tragédias que lhe abate, os relatos sobre a criatura são encarados como um delírio, que é o que ocorre quando Victor recorre a um magistrado para lhe auxiliar na caça a criatura:

Esse discurso causou uma mudança considerável na fisionomia de meu ouvinte. Ouvira meu relato com uma espécie de descrença parcial conferida às histórias de espíritos e acontecimentos sobrenaturais, mas, ao ser convocado a agir oficialmente, foi tomado mais uma vez pela influência da incredulidade.⁸⁵

O monstro criado por Frankenstein inspira o horror e mobiliza nos leitores o sentimento de medo não apenas por sua aparência horrenda e antinatural, mas também por instigar a imaginação acerca das possibilidades monstruosas que o conhecimento científico, se empregado de maneira irresponsável e destrutiva, poderia produzir.

⁸¹ Ibid. p. 143.

⁸² Ibid. p. 223.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ ROBERTS, Adam. A verdadeira História da Ficção Científica: Do preconceito à conquista das massas. São Paulo: Seoman, 2016. p. 172.

⁸⁵ SHELLEY. Op. cit. p. 204

Referências

- ARMSTRONG, Nancy. **Desire and Domestic Fiction: A Political History of the Novel**. New York and Oxford: Oxford University Press, 1987.
- BALDICK, Chris. In *Frankenstein's Shadow: Myth, Monstrosity and Nineteenth -Century Writing*. Oxford University Press, 1987.
- CARPEAUX, Otto Maria. **História da Literatura Ocidental**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.
- COLERIDGE, Samuel Taylor. **The Rime of Ancient Mariner**. 1792. Disponível em: <https://resources.saylor.org/wwwresources/archived/site/wpcontent/uploads/2014/05/ENGL404-Coleridge-The-Rime-of-the-Ancient-Mariner.pdf>. Acesso em: 29/07/2020.
- GODWIN, William. **An Enquiry concerning Political justice, and its influence on General Virtue and Happiness**. London. 1783.
- GODWIN, William. **St. Leon, A Tale of the Sixteenth Century**. London. A. & R. 1831.
- GODWIN, William. **Things as They Are: Or, The Adventures of Caleb Williams**. 4. Ed. London. A. & R. 1816.
- GUIMARÃES, Armando Rui. Mary Shelley: Vida e Obra. In. ARAÚJO, Alberto Felipe. Et al. **O mito de Frankenstein: imaginário & educação**. Organização Alberto Filipe Araújo, Rogério de Almeida e Marcos Beccari. São Paulo: FEUSP, 2018.
- HALBERSTAM, Judith. **Skinshow: Gothic Horror and the Technology of Monsters**. London: Duke University Press. 1995
- IÁÑEZ, Eduardo. **O Século XIX: Literatura Romântica**. História da Literatura. v. 6. Tradução de Fernanda Soares. Lisboa: Planeta Editora, s. d. 1996.
- KELLY, Gary. **The English Jacobin Novel 1780-1805**. Oxford. Oxford University Press. 1976.
- LOWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Trad. Wanda Nogueira Caldeira. Brant. São Paulo: Boitempo, 2005
- LOWY, Michel. SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade**. Boitempo. São Paulo. 2015.
- LOWY, Michael. **Romanticism Against the Tide of Modernity**. Trad. Catherine Porter. London: Duke University Press. 2001.
- PHILLIPS, Sarah Renee. **The Gothic and Science Fiction: Shelley, Crichton, Stevenson & Wells**. 2005. Senior Project: University Honors Program.
- ROBERTS, Adam. **A verdadeira História da Ficção Científica: Do preconceito à conquista das massas**. São Paulo: Seoman, 2016.
- SCOTT, Walter. **Remarks on Frankenstein or The Modern Prometheus; a Novel**. Blackwood Edinburgh Magazine, London, n. 2. p. 614. 1818.
- SHELLEY, Mary. **Frankenstein ou O Prometeu Moderno**. DarkSide; Tradução: Marcia Xavier de Brito, Carlos Primati, Rio de Janeiro, 2017.
- SIMPSON, David. **Romanticism, criticism and theory in, The Cambridge Companion to British Romanticism**. Cambridge: Cambridge University Press. 1993.
- SOUTHEY, Robert. **A Vision of Judgment**. London. 1821.

WALPOLE, Horace. **O Castelo de Otranto**. Nova Alexandria Ltda. São Paulo. 1994.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Vindication of the Rights of Woman**. Ed. MirimBrody Kranmnik, Harmondsworth, 1975.

Clóvis Bevilacqua e o direito de família no código civil de 1916: as discussões sobre casamento civil e condição da mulher na passagem à modernidade no Brasil

Roberta Alcântara Gomes da Silva¹
Mestre em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este texto decorre da dissertação do mestrado cujo título é *Clóvis Bevilacqua e o projeto de Código Civil: o casamento civil e a condição da mulher na passagem à modernidade no Brasil*. Objetivamos refletir a respeito das discussões sobre o casamento civil e a condição jurídica da mulher durante o processo de aprovação do projeto de Código Civil de Clóvis Bevilacqua, sancionado em 1916, após mais de uma década em tramitação. No seio desse processo, observamos que os temas relacionados ao direito de família suscitaram polêmicas e debates acalorados. Além disso, evidenciaram conflitos ideológicos entre os juristas e bacharéis em Direito envolvidos. Algumas propostas apresentadas por Bevilacqua em seu projeto, que se referem a essas questões, por exemplo, foram consideradas progressistas por uma maioria conservadora e, assim, acabaram sendo rejeitadas e, conseqüentemente, modificadas no documento aprovado. Nesse sentido, é de nosso interesse investigar as razões para tanto.

Em primeiro lugar, devemos ter em mente que todo esse processo reflete fortemente o contexto histórico em que ele se desenrola, que foi marcado pela passagem à modernidade no Brasil. A partir da conceituação de Marshall Berman, compreendemos a modernidade como um conjunto de experiências transformadoras que inaugura um período de agitações e contradições no mundo. Para Berman, a modernidade une a humanidade, mas, “é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia” (BERMAN, 1986, p.15).

Esse turbilhão envolveu a modernidade em uma intensa rede de transformações efêmeras, uma vez que tudo que parece ser sólido, na verdade, mal chega a se solidificar e, na mesma rapidez em que aparece, é destruído e substituído. Ser moderno, portanto, “é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça

¹ Aluna egressa do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientadora: Prof.^a Ana Paula Barcelos. 2019-2021. Dissertação: *Clóvis Bevilacqua e o projeto de Código Civil: o casamento civil e a condição da mulher na passagem à modernidade no Brasil*.

destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (BERMAN, 1986, p.15).

Tal turbilhão atingiu o Brasil durante o século XIX e introduziu uma série de transformações políticas, econômicas, sociais, ideológicas e urbanísticas, alcançando seu ápice na virada para o século XX, com a reestruturação do Estado, após a proclamação da República, em 1889. De acordo com Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho, a mudança de regime político propiciou modernizações como a intensificação da urbanização, a introdução de novas práticas de sociabilidade inspiradas na *belle époque* francesa e a secularização do Estado (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.14-15). Contribuiu também para a expansão do processo de formação de uma ordem burguesa no país. Fabiana Rodrigues verifica que é nesse momento que as expectativas por mudanças se tornam evidentes (RODRIGUES, 2008, p.9). Observamos, a partir daí, o planejamento de projetos de reformas que visavam transformar o Brasil em uma nação moderna e civilizada. Não coincidentemente, foi nesse mesmo momento em que se reacenderam as discussões sobre a necessidade de se aprovar uma codificação civil.

Compreendemos que esses projetos reformadores eram influenciados, sobretudo, pelas ideias modernas que chegavam ao Brasil a partir de um intenso processo de circulação de ideias. A modernização dos meios de transportes, no mundo, acelerou o deslocamento de pessoas, mercadores e, também, de livros e revistas que difundiam tais ideias. Pensamos esse processo ancorados na discussão sobre circularidade proposta por Carlo Ginzburg. Investigando a possível influência que o conto “O demônio da garrafa” de Robert Stevenson exerceu sobre Bronislaw Malinowski na criação da etnografia vinte e cinco anos depois de sua publicação, e de como o próprio conto teria inspirações em “A pele de Onagro” de Honoré de Balzac, escrita sessenta e um anos antes, Ginzburg chama atenção para o fato de que em toda produção de conhecimento há um diálogo entre épocas, gerações, centros e periferias. Há sempre uma circulação de ideias (GINZBURG, 2004, p.113).

No Brasil, esse processo estabeleceu um diálogo constante entre os intelectuais brasileiros e as principais correntes de pensamento europeias, sobretudo a partir da década de 1870. Ressaltamos que, no nosso entendimento, as ideias, quando aqui chegavam, não eram simplesmente apropriadas, mas sim adaptadas. Segundo Angela Alonso, essas ideias funcionam como recursos usados conforme as possibilidades de se adequar e intervir nas particularidades da conjuntura brasileira. Os intelectuais, assim, “dosaram os valores universais vindos do mundo europeu civilizado e a realidade nacional a civilizar”

(ALONSO, 2002, p.56). Em outras palavras, não ocorreu no país somente a importação e imitação das ideias modernas europeias, mas, sim, a adaptação de acordo com as demandas brasileiras.

Os operadores dessa adaptação, bem como das reformas modernizantes do início da República, eram, em sua maioria, juristas e bacharéis em Direito. Observamos que eles eram uma constante na vida pública do país desde o Império, desempenhavam atividades na administração pública, na vida política, nas escolas, em jornais e na literatura. Para Neder, por isso, atuavam de forma expressiva, também no processo de ideologização da sociedade brasileira (NEDER, 2012, p.181). A ação desses intelectuais é, portanto, fundamental nesse contexto.

As faculdades de Direito brasileiras, localizadas em São Paulo e em Recife, foram peças fundamentais no aperfeiçoamento desses intelectuais e na consolidação da cultura jurídica nacional. Exerceram, ainda, papel importante na difusão das ideias modernas que solidificaram as bases das reformas operadas no país. É interessante salientar, contudo, que haviam claras diferenciações no ensino e nos objetivos de cada uma delas. Segundo Sérgio Adorno, a Faculdade de Direito de São Paulo era marcada por um ensino mais pragmático e conservador, voltado a formar membros para compor o Estado. Nesse sentido, privilegiava a formação política dos seus discentes em detrimento da formação fundamentalmente jurídica (ADORNO, 1988, p.141). Já a Faculdade do Recife possuía um ensino mais avançado, voltado a produção de conhecimento e a reflexão sobre a sociedade, a partir das principais ideias em voga naquele momento, formando, assim, juristas e pensadores. Deve-se, principalmente a Tobias Barreto a evolução intelectual dessa instituição, uma vez que ele exerceu grande influência, como professor, em seu processo de ideologização, ao introduzir os modelos evolucionistas e social-darwinistas e passar a adaptá-los ao direito e à realidade nacional.

É com a reestruturação do Estado sob a forma republicana, que os juristas e bacharéis formados por essas academias assumem papel singular. Isso ocorreu porque o Estado passou a ser diretamente associado à organização jurídica, conforme argumenta Neder (NEDER, 2012, p.83). Nessa perspectiva, as reformas modernizantes foram fundamentadas, primordialmente, pelo Direito. Identificamos, contudo, na ação e no discurso da maioria desses intelectuais, laços estreitos com antigas tradições. Isso ocorre porque um dos paradoxos centrais da modernidade do século XIX é a relação que se constitui entre modernidade e tradição. De acordo com Berman, o sentimento predominante naquele momento, era o de viver em um mundo revolucionário que assistia

a grandes transformações, mas, concomitantemente, ainda não era um mundo moderno por inteiro (BERMAN, 1986, p.16). As tradições estão, portanto, intrínsecas à modernidade.

Dessa forma, se estabelece um cenário definido por rupturas e continuidades. No Brasil, a passagem à modernidade ao mesmo tempo em que introduziu um conjunto de transformações, também fez surgir fortes resistências políticas, ideológicas e afetivas à essas mudanças, em especial, entre os juristas e bacharéis, que, contraditoriamente, eram os operadores dessas mudanças. De acordo com Neder e Cerqueira Filho, as matrizes de tais resistências se encontram numa visão de mundo religiosa, de vertente tomista, difundida em Portugal e em suas colônias, pela Igreja. Dessa forma, preceitos morais eram perpetuados dentro da sociedade, o que produzia permanências culturais de longa duração (NEDER, CERQUEIRA FILHO, 2007, p.116).

Como parte integrante do Estado até o fim do Império, a Igreja exercia influência sobre a sociedade brasileira, tendo sido instrumento essencial na manutenção da ordem e na inculcação de valores e normas. Assim, naquela virada do século XIX para o século XX, as resistências e as permanências ficam muito perceptíveis, uma vez que a mudança de regime trouxe consigo a secularização das estruturas de poder, ou seja, a Igreja deixou de fazer parte do Estado e o catolicismo deixou de ser a religião oficial do país.

Diante disso, a Igreja procurou construir uma ação autônoma em relação ao Estado, visando preservar seu poder e força sobre a sociedade. Segundo Anna Marina Pinheiro, a Igreja deu início a uma reforma estrutural, buscando não só resistir à cultura das “elites secularizantes”, como também criar suas próprias “vanguardas intelectuais” (PINHEIRO, 2017, p.26). Para Roberto Romano, a instituição assumiu uma postura incisiva contra o Estado e o pensamento secularizante, a partir dos preceitos do Ultramontanismo, doutrina católica caracterizada pela rigidez e pelo conservadorismo (ROMANO, 1979, p.105).

A formação de um discurso religioso original que se opunha ao liberalismo e ao positivismo, correntes que direcionaram a proclamação e os primeiros anos do novo regime, foi peça fundamental para essa ação da instituição (PINHEIRO, 2017, p.26). Com tal discurso, a Igreja procurou se aproximar daqueles que estavam atuando no interior de setores que, durante o Império, estava sob seu controle e que considerava essenciais para a preservação de sua força e poder de penetração na sociedade, tais como a educação, a assistência social e a família, como pontua Jefferson Pinto (PINTO, 2010, p.163). Ao se infiltrar nesses campos, podia se certificar que as decisões políticas tomadas seriam

compatíveis com seus preceitos. Essa ação foi facilitada com o surgimento de um laicato católico militante que procurou validar o discurso conservador e ultramontano, como aponta Rodrigues (RODRIGUES, 2008, p.66-67).

Considerando-se a importância do Direito nesse contexto e o papel central que assumiu no Estado, após a proclamação da República, identificamos que foi dele que a Igreja buscou se aproximar. E a partir dessa bem-sucedida aproximação, o discurso religioso restaurado passou a permear o discurso jurídico que também se atualizava frente às profundas mudanças e conflitos. Além disso, identificamos que parte significativa dos bacharéis e juristas envolvidos nas reformas modernizantes, compunha esse laicato católico militante, o que evidencia que as resistências de que falamos, de fato, incidiram fortemente no pensamento dos intelectuais que operaram essas reformas.

Podemos dizer que tudo isso impactou a forma como esses intelectuais adaptaram as ideias modernas que chegavam ao país. Os reformadores estavam realizando, portanto, uma leitura conservadora dessas ideias. Dessa forma, o discurso jurídico predominante naquele contexto estava assumindo contornos conservadores, assim como a própria modernidade brasileira.

Para Neder, um efeito disso foi a formulação de projetos de reforma preocupados com o controle e disciplinamento da sociedade (NEDER, 2012, p.115). Exemplos dessa situação, são as legislações publicadas nos primeiros anos do período republicano. O Código Penal estabeleceu um disciplinamento conservador e repressivo aos trabalhadores pobres (NEDER, 2012, p.127). Em matéria civil foi aprovado o Decreto nº 181 que instituiu o casamento civil, mantendo, contudo, sua indissolubilidade. No interior das práticas de disciplinamento instituídas por essas legislações, notamos que haviam múltiplas permanências de práticas repressivas tradicionais, ligadas, ainda, à sociedade escravista (NEDER, 2012, p.115).

Assim sendo, constatamos que essas eram as expectativas para o Código Civil. Contudo, o projeto apresentado por Clóvis Bevilacqua em 1899, foi na contramão dessas expectativas. O conteúdo, que incluía disposições sobre direitos individuais e trabalhistas, filiação natural, capacidade jurídica da mulher e divórcio; e excluía diferenciações preconceituosas, comumente usadas no direito naquela época, como “mulher honesta” e “mulher desonesta”, foi considerado muito avançado.

Inicia-se, assim, um processo marcado por intensas e exaltadas discussões, que evidenciaram as disputas ideológicas entre uma minoria que, inspirada no processo revolucionário francês, defendia encaminhamentos mais progressistas e, assim, almejava

um Código Civil moderno que acompanha os avanços da sociedade; e uma maioria conservadora, que alinhada ao discurso predominante, lutava para manter o conteúdo tradicional e somente modernizar a forma do documento, como aponta Neder e Cerqueira Filho (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.42-43). Como pontuamos no início, os debates mais inflamados sobre o projeto de Bevilacqua se referem aos temas relacionados ao direito de família. Observamos que, sobretudo, o casamento civil, o divórcio e a condição jurídica da mulher concentraram grande parte das discussões.

Investigamos os discursos a partir das atas da Comissão Especial Revisora da Câmara dos Deputados, que se reuniu durante o ano de 1901. Faremos isso alinhados ao método de análise de discurso proposto por Michel Foucault. Assim, pensamos o discurso como um instrumento importante para a organização da sociedade, uma vez que estabelece e reproduz valores, através de procedimentos discursivos e mecanismos de exclusão. O discurso garante o controle, o poder e, mais ainda, consegue ditar o que é a verdade. O que se diz pode ser verdadeiro, mas se não estiver inserido no discurso dominante, o discurso não se encontra “no verdadeiro”. De acordo com Foucault, surgem duas posturas distintas para se analisar o discurso, uma crítica e outra genealógica. Enquanto a crítica procura responder como os discursos se formam, para atender a que necessidades, como eles se modificam e se deslocam e que força exercem, a genealógica busca entender quais os procedimentos que estavam influenciando na formação dos discursos, quais foram as condições de sua aparição, de seu crescimento e de sua variação (FOUCAULT, 1999, p.60-61).

Nessa perspectiva, verificamos nas atas das reuniões da comissão revisora a utilização constante de argumentos religiosos, no que se refere ao direito de família. Deputados e juristas como Manuel Francisco Correia e Andrade Figueira, reagiam a propostas como a igualdade entre maridos e esposas, a capacidade jurídica da mulher e o divórcio, com argumentos conservadores e religiosos.

Destacamos o deputado Andrade Figueira, que certamente tem um dos discursos mais emblemáticos no que se refere à mulher. Para ele, as propostas sobre a igualdade entre esposas e maridos e o divórcio afetariam diretamente a vida da mulher, que seria a “parte mais fraca do casal”. Ele entendia que, se essas propostas fossem aprovadas, as mulheres se tornaram verdadeiras “megeras”, que “poderiam servir os maridos. Isto seria um presente de gregos: convertê-las em anjos, que são, em demônios, para castigo da outra metade do gênero humano (Riso.) [grifo no original]” (BRASIL, 1919, p.575). Especificamente no que se refere ao casamento, ele expõe sua filiação religiosa de

maneira direta. Para ele, “o casamento, como Cristo instituiu, é uma coisa séria, elevada. Jesus Cristo ensinou que o casamento deve ser indissolúvel e que, não sendo isto, não vale nada. Mas, dizia, quando fui interrompido, que o que se pretende atualmente é ridículo” (BRASIL, 1919, p.583).

Compreendemos, a partir do método de Foucault, que esse discurso entrava na “ordem do discurso” daquela conjuntura, porque, como explicamos, o discurso jurídico predominante no início da República tinha um caráter moderno-conservador e foi permeado pelo discurso religioso. A defesa da indissolubilidade do matrimônio e a rejeição do princípio da igualdade da mulher, nos mostram a influência das concepções católicas nas discussões e evidenciam as resistências. Em nossa análise, a todo momento encontramos a reafirmação do casamento como um sacramento da Igreja e da família como sagrada. Era esse o discurso validado e socialmente reconhecido, estando, portanto, no que Foucault chama de “no verdadeiro” (FOUCAULT, 1999, p.35).

O discurso mais progressista, defendido por uma minoria nesses debates, estava, portanto, fora do “no verdadeiro”. Isso ocorre porque, esse discurso não corrobora com os ideais conservadores predominantes. Nas falas de juristas como Anísio de Abreu, observamos um interesse manifesto de contestar os argumentos que evidenciamos acima.

Entendemos que Clóvis Bevilacqua estava inserido nessa minoria mais progressista. Isso fica evidente, não só nas suas propostas sobre direito de família, como também na sua trajetória intelectual. Nesse sentido, é de nosso interesse, também, analisar sua formação intelectual e, para isso, selecionamos alguns de seus livros e artigos, publicados entre o fim do século XIX e início do século XX. Aplicamos na análise dessas fontes, o método indiciário cunhado na História, por Ginzburg. Segundo o autor, o método tem origens muito antigas, que remontam à pré-história. O caçador pré-histórico teria sido o primeiro narrador de uma história, porque era capaz de ler nos rastros deixados pelas presas uma série coerente de eventos (GINZBURG, 2003, p.151).

O paradigma indiciário, portanto, sempre remete ao trabalho do caçador e consiste no exame minucioso de rastros deixados pelas “presas”. No caso do trabalho historiográfico, os documentos históricos deixam testemunhos involuntários sobre usos e costumes e cabe ao historiador ler esses testemunhos para além das intenções de quem os produziu, a partir do pressuposto de que em todo texto há elementos incontroláveis e inconscientes. No que tange a esta pesquisa, o método propicia, então, compor a trajetória de Bevilacqua, refletindo não só sobre o que ele quer nos mostrar em seus textos, mas também sobre o que pode estar nas entrelinhas.

Desde muito jovem, Clóvis esteve em contato com as ideias modernas. Silvio Meira afirma que seu pai, o padre José Bevilacqua, possuía uma pequena fortuna, o que permitiu a Clóvis acesso ao estudo e às ideias e livros que circulavam no país (MEIRA, 1990, p.29). Na juventude, já era um idealista e defensor agressivo da abolição e da República e escrevia artigos para periódicos em defesa dessas ideias. Nessa época, de acordo com Meira, Clóvis engajou-se no movimento positivista, tendo sido influenciado pelas ideias da fase científica do comtismo. Quando Comte sugere a existência de uma religião positiva, Clóvis se afasta e passa a integrar a dissidência francesa do positivismo, chefiada por Émile Littré (MEIRA, 1990, p.237).

Em 1878, ele ingressou na Faculdade de Direito de Recife e entrou em contato com uma profusão de novas ideias. Dentre essas ideias, Clóvis aproximou-se, principalmente, do evolucionismo de Herbert Spencer. Para ele, o evolucionismo spenceriano é:

A síntese ousada que traduz belamente essa grandiosa concepção do mundo, cujas pilastras mais fortes são a observação e a indução científicas, e cujas mais vultuosas conclusões se concretizam na evolução, como princípio geral, e no agnosticismo, como reconhecimento da fraqueza de nossos instrumentos de investigação (BEVILACQUA, 1899, p.39).

Com a influência de Tobias Barreto, Clóvis aprofundou seus estudos em Direito. Sua maior contribuição para a formação de Clóvis foi, certamente, a introdução da literatura e filosofia jurídica alemã, com Albert Hermann Post e, especialmente, Rudolf von Jhering.

Em linhas gerais, o pensamento de Clóvis Bevilacqua foi profundamente marcado tanto pelo evolucionismo spenceriano, quanto pela literatura e filosofia jurídica alemã de Jhering e Post. Encontramos referências a ambos e a adoção de seus princípios em várias de suas obras. A evolução seria, para Clóvis, universal, ou seja, uma evolução que se opera por toda parte do mesmo modo e, dessa forma, também para o direito. A teoria evolucionista seria, então, a chave da evolução jurídica. Para aplicar esses princípios ao direito, se ancora em Jhering e Hermann Post. Assim, passa a ver o direito como um fato social, o fato que torna possível a coexistência humana em sociedade (BEVILACQUA, 1896, p.141). Com a evolução, portanto, direitos vão aparecendo para proteger a sociedade e os indivíduos (BEVILACQUA, 1896, p.167). Para Clóvis, por conta disso, o direito deveria deixar de privilegiar somente uma classe e se estender à totalidade dos cidadãos (BEVILACQUA, 1896, p.200).

Assim, podemos compreender algumas das propostas de seu projeto de Código Civil, sobretudo, no que se refere ao direito de família. Defendia, como mencionado, o princípio da capacidade de representação jurídica da mulher e, também, a igualdade entre maridos e esposas. Para ele, se o homem tinha seus direitos e deveres bem constituídos, a mulher também deveria ter os seus igualmente assegurados para, assim, poder preservar seu bem-estar e sua dignidade na vida conjugal (BEVILACQUA, 1943, p.150). Nesse sentido, ele propôs em seu projeto que a mulher casada se tornasse companheira e sócia do seu marido e que dividisse com ele responsabilidades sobre o sustento dos filhos e da família. Como ele declara em uma reunião da Comissão, a mulher foi: “pouco a pouco, conquistando uma posição na família, até chegar ao estado presente, em que reclama, na ordem privada, direitos iguais aos do homem” (BRASIL, 1919, p.867).

Além disso, Bevilacqua entendia o casamento como uma parceria e a família moderna como igualitária que deveria ser foco “de onde irradiam múltiplas relações, direitos e deveres, que é preciso conhecer e firmar” (BEVILACQUA, 1943, p.20). No entanto, no que se refere a sua dissolubilidade, Clóvis assume uma postura mais moderada, propondo em seu projeto o divórcio como separação de corpos, mantendo, portanto, a indissolubilidade do matrimônio. Acreditava que era uma questão “melindrosa” e que tanto a separação de corpos, quanto o divórcio na acepção lata da palavra, poderiam provocar desunião no seio familiar (BEVILACQUA, 1892, p.47).

Mas, provando sua posição progressista, Clóvis também rechaçou as influências religiosas no direito civil e no direito de família. Para ele, por exemplo, faltava rigor científico nos argumentos daqueles que ainda defendiam a manutenção do casamento como um sacramento da Igreja e negavam o caráter de contrato que ele carrega (BEVILACQUA, 1943, p.34-34).

Dessa maneira, ao ler os textos de Bevilacqua, para além das suas intenções, tal como sugere o método indiciário, observamos uma reflexão, de fato, mais progressista, sobre a sociedade e os direitos civis, do que os posicionamentos predominantes naquela conjuntura, marcadamente conservadores, principalmente, se considerarmos que se formava uma República cujas ações autoritárias e repressivas eram cada dia mais notáveis. Questões relativas à igualdade de direitos sequer eram uma preocupação do quadro político-jurídico brasileiro daquele momento.

Por tudo isso, identificamos que as ideias mais progressistas de Bevilacqua foram rejeitadas e alvo de severas críticas ao longo de todo o processo de discussão e aprovação de seu projeto de codificação. Seu principal opositor seria Rui Barbosa, figura central nos

primeiros governos do período republicano, tendo, inclusive, trabalhado ativamente na elaboração das primeiras legislações republicanas de caráter moderno-conservador. Mesmo antes de ser apresentado, Rui Barbosa já se pronunciou contra o projeto. Criticava a rapidez com que o presidente Campos Sales e seu Ministro da Justiça, Epiácio Pessoa, planejavam aprovar o código, ainda no quadriênio de seu mandato. Verbalizou também seu descontentamento com a escolha de Clóvis para a incumbência, posto que, acreditava que ele não tinha maturidade e o conhecimento suficientes para a realização da tarefa. Após realizar a leitura do projeto, Barbosa expôs sua opinião através de um extenso Parecer, enfatizando, principalmente, questões linguísticas e não o conteúdo jurídico.

Há diferentes hipóteses sobre as motivações de Rui Barbosa para suas fervorosas críticas. Porém, considerando que Rui fazia parte da maioria conservadora, nos alinhamos à interpretação de Neder que sugere que as críticas de Rui Barbosa, especialmente as de fundo linguístico, foram um pretexto para atrasar a aprovação do Código Civil e não só porque ele desejava uma redação mais cuidadosa, mas, principalmente, para retirar as ideias mais progressistas contidas no projeto de Bevilacqua. Para Neder, "caso Rui Barbosa invocasse questões jurídicas, correria o risco de ver o código aprovado sem muitas delongas. Dessa forma, usou de um ardil político. A acusação de má redação levantou uma polêmica barulhenta, dentro e fora do Parlamento" (NEDER, 2011, p.160).

Com essa movimentação, Barbosa teria se colocado no centro do processo de aprovação da codificação civil e, assim, conseguiu redefinir os rumos que o projeto de Bevilacqua iria tomar. Nas palavras de Neder, Barbosa "usou de cautela na condução do processo de reforma da codificação civil e, ao mesmo tempo, manobrou para que as formulações mais liberais e radicais fossem afastadas do Código Civil" (NEDER, 2011, p.166).

O projeto foi embargado e permaneceu assim até 1912, quase uma década depois de sua chegada à Comissão Revisora do Senado. Em 1912, após as modificações, foram aprovadas as emendas do Senado ao projeto de Código Civil, que foi enviado de volta à Câmara dos Deputados. Após mais dois anos de discussões, em 1915, a redação do projeto foi finalmente aprovada. No dia 1º de janeiro de 1916, a lei 3.071 sancionou o primeiro Código Civil brasileiro, que só entraria em vigor no início do ano seguinte. Após tantas discussões e revisões, o projeto de Bevilacqua foi profundamente alterado. No direito de família, o código aprovado era muito mais conservador do que o proposto por Bevilacqua. Dessa forma, propostas como a da capacidade de representação jurídica da mulher e da igualdade entre esposas e maridos foram rejeitadas. O marido continuou o "líder" do casal

e a mulher permaneceu sendo considerada incapaz perante a lei. Já o casamento civil, permaneceu indissolúvel até 1977, quando foi aprovada a Lei nº 6.515, conhecida como a Lei do Divórcio.

Por fim, reiteramos que todo esse processo reflete fortemente o contexto histórico em que se desenrola, marcado pela relação entre modernidade e tradição, por rupturas e continuidades. Especialmente no que diz respeito ao direito de família, no entanto, o Código Civil de 1916 funcionou como uma continuação da legislação antes vigente, posto que não aprovou avanços, sobretudo no que se refere à mulher e ao casamento civil, como demonstramos. Essa situação evidencia as permanências culturais de longa duração do conservadorismo e das concepções religiosas. As decisões tomadas e consolidadas com a aprovação do Código Civil de 1916 alimentaram essas permanências que ainda se fazem presentes no Brasil atual.

Referências

- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Guerra, 1988.
- ALONSO, Angela. **Ideias em movimento – A Geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 200.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In: **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 143-179.
- _____. “Tusitala e seu leitor polonês”. In: **Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. pp.91-113.
- MEIRA, Silvio. **Clóvis Bevilacqua: sua vida, sua obra**. Fortaleza: UFC, 1990.
- NEDER, Gizlene. **Discurso jurídico e a ordem burguesa no Brasil**. Niterói: Editora da UFF, 2012.
- _____. **Dois margens: ideias jurídicas e sentimentos políticos no Brasil e em Portugal na passagem à modernidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Ideias jurídicas e autoridade na família**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- _____. “Os filhos da lei”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**. São Paulo, v. 16, n. 45, pp. 113-125, 2000.
- PINHEIRO, Anna Marina. **Igreja Católica, medicina e imprensa feminina: representações sobre o corpo da mulher no Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
- PINTO, Jefferson de Almeida. “A restauração católica-tomista a partir do campo político e jurídico de Minas Gerais na passagem à modernidade”. In: **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, vol.2, n.5, setembro-dezembro, 2010, pp. 140-165.

RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. **Ideias Jurídicas, Famílias e Filiação na Passagem à Modernidade no Brasil (1890-1940)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2008.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

Fontes

BEVILACQUA, Clóvis. “Breve noções de legislação comparada sobre o divórcio”. In: **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife**, v.2, n.1, 1892. pp.44-51.

____. **Criminologia e Direito**. Bahia: Livraria Magalhães, 1896.

____. **Direito da Família**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1943.

____. **Esboços e Fragmentos**. Rio de Janeiro: Laemmert e C., 1899.

____. **Juristas Philosophos**. Bahia: Livraria Magalhães, 1897.

BRASIL. **Código Civil Brasileiro. Trabalhos relativos à sua elaboração**, vol. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

Die Traumdeutung: Rock in Rio, mais lucidez empresarial do que sonho.

Roberto Alexandre de Jesus Martins¹
Mestre em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Este texto decorre da dissertação de mestrado, cujo o título é: “Territórios de liberdade: cultura, música e juventudes, dos festivais da década de 1970 ao *Rock in Rio* e processo de redemocratização”, especificamente o capítulo 3: “*Rock brasileiro – Rock in Rio – Redemocratização: um território simbólico da década de 1980*”, do qual as ideias e argumentos centrais são aqui discutidos.

O artigo analisa as vivências que influenciaram o publicitário Roberto Medina a idealizar o festival *Rock in Rio* em 1985; na esteira das movimentações políticas e culturais no período da transição democrática. Um megaevento lembrado, muitas vezes, como um sonho impossível e heroicamente realizado.

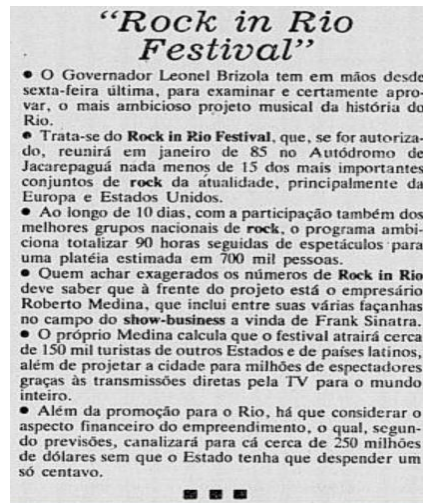
Contudo, entendemos que a criação do mesmo traz em seu embrião muito mais do que coragem quixotesca, mas sim os ideais herdados do patriarca da família Medina estabelecido como um influente benfeitor na cidade do Rio de Janeiro, que sucumbiu diante do acirramento da ditadura civil-militar brasileira.

A frustração com a derrota da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional pode ser traduzida como uma espécie de “ressaca”, posterior a “embriaguez democrática” que havia tomado conta da população, que percebe na “campanha das diretas-já”² o significado de “mudanças já”. Não obstante, o otimismo frustrado, em pouco tempo seria substituído por outro reclame: “Tancredo já!”. Até lá, vinte e um dias após os deputados da situação demonstrarem sua falta de empatia perante o desejo de 80% da nação e um general no Planalto Central dar seu espetáculo de brutalidade e opressão, o *Caderno B do Jornal do Brasil* dava a seguinte nota:

¹ Aluno egresso do Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social da UERJ. Orientado pelo Prof. Dr.: Rafael Vaz da Motta Brandão. Conclusão em: 2022, com a dissertação: “Territórios de liberdade: cultura, música e juventudes, dos festivais da década de 1970 ao *Rock in Rio* e processo de redemocratização”.

² “Diretas já!” foi a maior mobilização cívica suprapartidária da história do Brasil foi frustrada em 26 de abril de 1984 pelo Congresso. A emenda recebeu 298 votos a favor dos 320 necessários; derrota selada principalmente pelos 113 deputados ausentes.

Figura 1 - Rock in Rio, nota na Coluna do Zózimo.



Fonte: *Jornal do Brasil*, 15 mai. 1984. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemerotecadigital>>. Acesso em: 20/05/2021.

Um mês depois, o jornal *O Globo* dava a mesma informação num outro tom, onde Roberto Medina era apontado como “um empresário com compromisso econômico e social”, com o propósito de incentivar a vocação turística do Rio de Janeiro no exterior. Nas transcrições das declarações e no conteúdo da notícia, estava exposta a intenção de realizar o *Rock in Rio Festival*, de 04 a 14 de janeiro de 1985, num terreno de 300 mil metros quadrados ao lado do Riocentro, com 15 nomes nacionais e 15 internacionais não confirmados até aquele momento. Poucas alterações nos números de público e investimento, em comparação a nota do *JB*, mas sutilmente pairando dúvidas nas entrelinhas, quando se lia que as máquinas estavam a postos aguardando sinal verde para começar a terraplanagem ou quando o idealizador afirma precisar de apoio do poder público, somado a necessidade das casas noturnas, hotéis e restaurantes embarcarem para criar um projeto global. Começava, ali, outra campanha, com a estratégia de realizar a publicidade espontânea em torno de um novo projeto privado.

A origem da determinação do diretor-presidente da Artplan de realizar um festival a céu aberto aparece em diferentes publicações e depoimentos do próprio, com a mesma narrativa. A de que Roberto Medina estava disposto a deixar o país rumo aos Estados Unidos da América; sentia-se frustrado por causa da crise econômica, da violência na cidade e das incertezas quanto ao futuro do país. Quando num passeio, ao comunicar o seu plano, foi retrucado por Maria Alice, sua esposa à época: – “Você devia fazer alguma coisa aqui antes de ir. Senão vai se culpar lá fora. Estou certa disso” (NEVES, 2006, p. 89). Após o questionamento, Medina passou a noite em claro e criou de uma vez o *Rock*

in Rio.

Não deixa de ser um bom começo de história para a realização de algo que tinha muito mais pontos contra do que em prol; num país derrotado economicamente, tumultuado politicamente, “exilado” culturalmente e talvez a favor somente o momento de retomada do costume da participação popular. Longe de desacreditar o mérito do empresário, muito menos desmentir a quase mitológica verdade da criação do fato. Há alguns aspectos que podemos revistar.

Começemos pela questão do sonho. Porque é neste conceito que alguns autores elevam a ideia do *Rock in Rio*. Na biografia de Marcos Eduardo Neves (2006) acima do subtítulo: “A vida e obra de Roberto Medina”, paira a expressão: “vendedor de sonhos”. No manual de empreendedorismo de Allan Costa e Arthur Igreja (2019), a designação é: “Rock in Rio: a arte de sonhar e fazer acontecer”. Acompanha o tom de epopeia Luiz Felipe Carneiro (2011) com seu livro: “Rock in Rio: a história do maior festival de música do mundo”. E por fim, consta na letra do hino oficial do festival até os dias atuais. Sem contar as diversas declarações do idealizador, herdeiros e aliados, nas mais de três décadas passadas a cada nova edição do festival.

Nossa memória nacional parece preferir epifanias, gestos heróicos com temperos mágicos em detrimento da observação de processos. A publicidade também. Medina pode até ter sonhado, mas bem acordado. Seguindo o Ginzburg (1989), no seu *paradigma indiciário*, percebemos sinais que descortinam que a pretensão pode ser fruto de decurso.

Medina era uma personalidade em ascensão para além do ramo publicitário, haja vista sua popularidade alcançada em 1980, após realizar o concerto do cantor Frank Sinatra em pleno Maracanã, então maior estádio de futebol do mundo, que lhe garantiu entrada no livro dos recordes ao colocar quase 180 mil pessoas para assistir um artista solo. Mas este espetáculo, a princípio, apesar da ideia construída em torno de seu ineditismo, fora também resultado de outra sequência, que levará o recorde de vendas do *scotch whisky* engarrafado no Brasil, *Passport*, através de um filme comercial feito pela Artplan para a conta da *Seagram*, tendo como *endorsement* o ator David Niven. Segundo o próprio criador da ideia, trazer Frank Sinatra ao Brasil surgiu num rompante, em meio as dificultosas negociações com a equipe do cantor para estrelar outro filme comercial, para a venda da mesma bebida.

Numa época onde o “poder da caneta” estava nas mãos de diretor de agência, os arroubos criativos de Roberto Medina rendiam piadas internas nos corredores dos seus concorrentes. Este era o caso da agência paulista DPZ, onde se contava que Medina seria

capaz de chegar pela manhã na Artplan com a proposta de ressuscitar John Lennon, reagrupar os Beatles, e fazê-los tocar num barco no meio da Lagoa Rodrigo de Freitas, o que seu ilustrador Benício³ desenharia perfeitamente o plano e Roberto Medina sairia para vender a ideia e a venderia.

No Natal de 1983, a Artplan organizou, com a promoção do governo do Estado, a Missa do Galo, num altar flutuante em um palco de 400 metros quadrados na Lagoa Rodrigo de Freitas, celebrada pelo Cardeal Dom Eugênio Sales que, apesar da chuva, teve orquestra sinfônica regida por Isaac Karabtschevsky, presença de autoridades do governo e queima de fogos no encerramento.

Em fevereiro de 1984, em poucas linhas, a coluna do *Zóximo* dava a nota: Michel Jackson cantando no Brasil – esse o novo objetivo do empresário Roberto Medina. Move-se à mesma disposição que o fez trazer para apresentações aqui *Frank Sinatra* há alguns anos. No mesmo mês, trouxe a dupla de coreógrafos Dennon e Sayhber Rawles, do longa-metragem *Staing Alive*⁴, estrelado pelo ator John Travolta, para um filme publicitário em tom de superprodução com trinta bailarinos, para o lançamento da cerveja Malt 90.

Em março, na página *Opinião* do *JB*, Medina propôs uma "trégua de alto nível Suprapartidária"; a respeito da recuperação do Rio de Janeiro, afirmando que dos pretensos dois milhões de dólares de arrecadação com o turismo no país, 60% ficariam no Estado sem maiores esforços. Acenava soluções como: “podemos construir aqui um centro cultural internacionalmente famoso e um dos mais importantes pólos de desenvolvimento científico e tecnológico”, além de trazer atrações nacionais e internacionais para vestir o Rio de luzes e cores, atestando: “Se apenas o carnaval pode render, em uma semana, meio bilhão de dólares, não há porque não repetirmos eventos com verdadeira repercussão internacional, que nos tragam milhares de visitantes a cada semana, a cada mês”.

Todavia, a evidência sobre um novo projeto está na matéria mais detalhada do *Jornal do Brasil*, sobre a mesma Missa do Galo na Lagoa meses antes, com declarações de Roberto Medina como diretor da Artplan Publicidade e do seu pai, Abraão Medina, diretor da Artplan Promoções. Naquela ocasião, Roberto Medina declarou que a celebração católica transmitida pela TV Manchete fazia parte de outras promoções, como

³ José Luiz Benício da Fonseca (1936-2021), famoso ilustrador de livros, discos e peças publicitárias; conhecido por criar mais de 300 cartazes para o cinema nacional.

⁴ Os embalos de Sábado Continuum (Staying Alive). Direção de Sylvester Stallone. Produção: Robert Stigwood e Sylvester Stallone. Roteiro: Sylvester Stallone e Norman Wexler, baseado em personagens criados por Nick Cohn. Estados Unidos da América; Paramount Home Entertainment, 1983. (93 min)

a realização de um concerto de *rock* em sete dias, com bandas internacionais e nacionais tendo como atração principal os Rolling Stones, a ser realizado no autódromo de Jacarepaguá. O espaço contará com camping, barracas para venda de produtos, efeitos luminosos, queima de fogos de artifício, orquestra sinfônica e transmissão de televisão para vários países.

Medina, aproveitava para defender o papel da iniciativa privada juntamente com o poder público acima de partidos e ideologias; a fim de promover o Rio de Janeiro, estancar a violência e viabilizar projetos para crianças abandonadas. Embora, paralelamente, seu irmão mais velho, deputado federal pelo PDS, Rubem Medina, usasse similar expediente, sendo mais enfático em críticas ao governo municipal e estadual, pois pretendia concorrer ao posto de prefeito. Na mesma matéria, é no entusiasmo do Medina pai “em devolver à cidade a decoração de natal que fazia antigamente”, que percebemos a intenção de retomada de algo que a ditadura havia usurpado da família, o que explica o comportamento, por vezes, tido como megalomaniaco do empresário publicitário. Neves (2006, pp. 42-64) nos leva a acreditar que o comportamento desmedido do Roberto Medina empresário pode ser fruto de uma herança genética e empírica, já que este começou ainda adolescente a acompanhar os negócios do pai.

Abraham Medina, como grafa o biógrafo, ou Abraão como aparece nos jornais da época, fugindo dos maus tratos da madrasta, aos onze anos de idade, se abrigou com o tio materno Samuel Garson, trabalhando por vinte e oito anos na sua loja de pianos. Com a doença deste, assumiu a frente do negócio e foi o responsável pela expansão das Casas Garson em várias filiais. Casou-se com Rachel Levy, sobrinha da atriz Célia Zenatti, esposa de Francisco Alves, o “Rei da Voz”, recordista de venda de discos e considerado um dos maiores cantores do país à sua época, de quem Abraham foi patrocinado por doze anos do seu programa na Rádio Nacional. Desolado com a morte prematura de Chico Alves num acidente automobilístico e certo que deveria abrir seu próprio negócio, homenageou o amigo ao inaugurar a Rei da Voz Aparelhos Eletrosonoros S/A, que se tornou a maior rede de eletrodomésticos do país nos anos 1950.

Num tempo de transformar novos hábitos em necessidade através da propaganda e a fim de não encalhar seu estoque dos caros aparelhos de televisão – meio de comunicação ainda a dar os primeiros passos no país – criou e patrocinou o programa Noite de Gala na TV Rio, canal 13. Um dos primeiros programas de variedades na incipiente televisão brasileira. Com abertura executada por uma orquestra sinfônica regida por um iniciante maestro, Tom Jobim, onde figuraram apresentações de atrações

internacionais como: Connie Francis, Johnny Mathis, Ray Charles, Neil Sedaka, Roy Hamilton, Rita Pavone, Billy Ekstine, Amália Rodrigues e Nat King Cole. Apresentado por Murilo Nery, Tônia Carrero e Ilka Soares; reportagens e entrevistas a cargo de Flávio Cavalcanti e Oscar Ornstein; comentários políticos de Hélio Fernandes; locução de Luis Jatobá; humor com José Vasconcelos e as exibições das “Certinhas do Lalau” de Sérgio Porto, com as vedetes Carmem Verônica, Rose Rondelli, Márcia de Windsor e Íris Bruzi. Foi lá que Chico Anysio, um dos redatores, estreou um personagem na televisão. Sucesso absoluto, o Noite de Gala foi contratado pela TV Tupi, tornando-se o palco onde despontaram atrizes como Norma Bengell e Betty Faria e a cantora Elis Regina, que se apresentou ao lado de Jorge Ben e Wilson Simonal.

Abraham estendeu seus negócios e se tornou empresário de casas noturnas e espetáculos, tinha como contratados a dupla Luiz Carlos Miele e Ronaldo Bôscoli, produziu shows brasileiros de sucesso no exterior, alavancou carreiras como a da cantora Elza Soares. Segundo declaração do Roberto Medina: “Meu pai acreditava que as grandes empresas têm de ter visão mais abrangente e se relacionar com o conjunto da população, com a cidade, com o Estado, enfim, com o país” (NEVES, 2006, p. 52).

Destarte, participou de construções e reformas de praças públicas, pavimentação de ruas e melhorias. Através do patrocínio da Rei da Voz, promoveu eventos como festas de São João na Lagoa Rodrigo de Freitas; festas de Dia da Criança com passeios, lanches e distribuição de brinquedos para pequenos de orfanatos e escolas pobres; desfile em homenagem a conquista da Copa do Mundo de Futebol de 1958 e mandou erguer a estátua do Bellini nas cercanias do Maracanã. “Apesar de judeu, adorava Natal” e levou a visita do Papai Noel pela primeira vez ao Estádio Jornalista Mário Filho. Idealizou a parada de Natal durante 13 anos e decorava a cidade com enfeites natalinos. Reformou e transformou em casa de espetáculos o Teatro da República, homenageou com bustos no Largo da Carioca, Carmen Miranda e Francisco Alves, patrocinou o programa Quando os Ponteiros se Encontram a fim de resgatar da morfina o cantor Orlando Silva.

Aproximando-se da política, participou da campanha à presidência de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros e mantinha uma relação intensa com Carlos Lacerda. Quando este governou a Guanabara, foi o responsável pelas festas de comemorações dos 400 anos do Rio durante um ano. Com a mudança da capital do país promoveu o Festival do Rio para revitalizar a cidade. Contratava caminhões pipa para regar o Parque do Flamengo. Segundo Neves, Abraham Medina “agia como um governador a mais que o Rio tinha”.

Todavia, apoiador do golpe de 1964, arrependeu-se ao primeiro dia da ação dos

militares, passando a desobedecê-los e tornando-se um crítico sobre as visões econômicas do governo. Logo, passou a ser perseguido, teve transmissão interrompida direto do Sumaré durante um de seus discursos e começou a ter dificuldades impostas pela ditadura junto às suas empresas. Por fim, o Noite de Gala, já na TV Globo, foi tirado do ar. No ano seguinte após a instauração do AI-5 teve sua mansão invadida, cômodos revistados, telefones arrancados, móveis quebrados, por homens à paisana armados que o levaram para a Vila Militar junto com o filho Rubem, deputado federal pelo MDB, que também fora censurado por discursar a favor de JK. Rubem foi espancado e ambos foram ameaçados de serem jogados de um avião. O pai, por passar muito mal e ser um homem de prestígio, foi solto no dia seguinte. O filho passou duas semanas sem que a família tivesse notícias e só foi solto na véspera do Natal. Neves escreve que, quanto a Abraham Medina, o arbítrio da violência do Estado fez “quebrar sua estrutura como ser humano”, ao mesmo tempo que fez com que Roberto Medina resolvesse assumir o legado e sonho do pai como seus. O fato de tentar enfrentar a ditadura e ser derrotado prejudicou os negócios do “Velho Medina”, mas levou Roberto Medina a trabalhar com publicidade e, surfando no “milagre econômico” da opressão, tornou-se um empresário de sucesso no ramo.

Antes de pensar no seu *Woodstock*, Medina tentou trazer o parque temático da *Disney* para o Brasil. Diante da negativa do vice-presidente da empresa estadunidense, planejou o seu: o Rio Planeta Sonho, projeto que não se tornou viável. Apesar da piada citada anteriormente, na narrativa de Neves (2006, p.85) é descrito que o assassinato de John Lennon, “quebrou o publicitário brasileiro” no sentido de tristeza, inviabilizando um dos seus principais sonhos, que era realmente juntar os Beatles em ao menos um show no Brasil.

Mais adiante, nas descrições do autor, no período de seis meses de gestação da ideia, sabe-se que Oscar Ornstein reuniu-se com Medina, pois tinha a ideia de trazer os Rolling Stones ao país, mas desistiu diante do projeto, da ideia maior que era o *Rock in Rio* (NEVES, 2006, p. 92); um mega concerto em dez dias ininterruptos, noventa horas de música, capaz de parar o Brasil, canalizar dinheiro para o Estado, valorizar o caráter turístico da cidade, mostrar o país para o mundo e de alguma forma uma resposta a maldição lançada aos negócios e a influência do “Velho Medina” pela ditadura.

A diluição do império de Abraham Medina pelo regime opressor, de alguma maneira, resultou na ascensão do filho ao transformar a Artplan num negócio familiar de sucesso. Àquela altura, meados da década de 1980, a agência de publicidade figurava

entre as dez principais do país, instalada num prédio moderno e equipado às margens da Lagoa, o que garantia imponência comercial ao passo que gerava engessamento interno. Mesmo com a resistência dos comandados, do próprio pai e do cenário de quase imobilismo empresarial diante da crise econômica e incertezas, nada parecia impedir a determinação do Roberto Medina de vender seu novo projeto.

Cid Castro, testemunha das movimentações da ideia por dentro da agência Artplan, não obstante, naquele momento, ser um estagiário auxiliar de Benício, descreve: “Business innovation, essa era a verdadeira razão para o Roberto se aventurar no mundo do rock ‘n’ roll” (CASTRO, 2010, pp.38-39). Em outras palavras, Medina, tinha a estratégia de reunir o passado das promoções e *merchandising* que efetivamente alavancavam vendas em tempos que os anúncios eram fracos, com o presente da publicidade tradicional, que desde o final dos anos 1970 vivia o auge do seu sucesso, com diretores e criadores desfrutando de prestígio e tratados como celebridades; com filmes comerciais, jingles e imagens consideradas e premiadas como arte e muito dinheiro investido por anunciantes. Assim, ao contrário da tradição de pagar um espetáculo com a arrecadação da bilheteria, Medina percebeu que seu objetivo em hipótese nenhuma fecharia as contas desta maneira. Precisava completar a verba com patrocínio. A solução foi vender uma estrutura profissional como uma plataforma de comunicação, onde a participação e congraçamento fossem mais importantes que as atrações no palco.

Auxiliado por poucos crédulos e entusiasmados três ou quatro colaboradores a tratar da programação visual do evento, o “sonho” de Medina foi transformado em projeto empresarial com o auxílio do publicitário baiano Nizam Guanaes. Mais que dramática, foi vertiginosa a evolução dos rabiscos num papel para a execução de fato. Se internamente temia-se falência e desemprego, a ideia empolgava externamente, o que fez do *hall* de entrada da Artplan um núcleo de interessados. Segundo Castro (2010, p.61), “choviam jornalistas, managers, ex-músicos, ex-empresários, escroques”.

A empolgação trouxe parceiros de peso, como a cervejaria Brahma, com quem já se tinha em andamento a campanha “O prazer de fazer bem feito”, para a cerveja Malt 90; a Rede Globo, a completar vinte anos de existência; e a rádio alternativa em ascensão Fluminense FM, para prestar consultoria. Medina, munido da sua vivência do concerto do Maracanã e das realizações dos shows de Julio Iglesias e Barry White, aliado a Luís Oscar Niemeyer e Oscar Ornstein, saiu em campo para prospectar na Europa e Estados Unidos a lista das 114 indicações de astros captadas nas pesquisas da pequena rádio de Niterói.

Ao descobrir que o Brasil constava numa espécie de lista negra do *show business*, pensou em desistir. Mas foi através da gratidão e capital profissional conquistados com os assessores de Frank Sinatra, que o empresário conseguiu visibilidade da imprensa internacional, possibilitando fechar uma lista de atrações. Em poucos meses, o *Rock in Rio* era uma realidade percebida com entusiasmo, com um território próprio em construção, logomarca, hino e lista de artistas internacionais.

No decorrer do ano de 1984, durante as obras para construção de uma “cidade para o rock”, o projeto empresarial angariar o alinhamento de empresários, executivos da indústria musical, empreiteiros e, principalmente, dos meios de comunicação, se transformando no “sonho” a ser vendido para grande parte da população de inevitável percepção. Mas também, seria transformando em objeto de discussões de diversos setores da sociedade. Recebendo reclamações públicas de entidades religiosas de alto e baixo clero, protestos panfletários de membros de partidos políticos, opiniões contrárias e a favor por parte de críticos da imprensa. Até ameaça de cancelamento por parte do prefeito da cidade, chegando a entraves burocráticos e proibição junto ao governador Leonel Brizola; desconfiado das intenções e atitudes políticas e comerciais dos Medina. Foi também celeuma pública em jornais e televisão entre os presidentiáveis Tancredo Neves e Paulo Maluf. Por fim, esteve ameaçado de ser fracasso de público em virtude de um boato, sem origem definida, atribuído a uma premunição catastrófica do profeta Nostradamus.

Todavia, a dias do começo do evento, o *rock* transformou-se no assunto, se estabelece como cultura para todas as idades, uma verdadeira *rockmania* que alcançava toda programação do verão da cidade do Rio de Janeiro. A esta altura, a Cidade do *Rock* pronta e entregue com festa da cumeeira já tinha sido transformada em ponto turístico para as pessoas de todo Brasil em passagem pelo Rio. Trocava-se a praia para tirar fotos na porta do rockódromo. O *Rock in Rio*, além do turismo, era marca de roupas e acessórios, almanaques, álbum de figurinhas, tema de conversas, com ampla cobertura da imprensa.

A Globo apresentava o *Momento do Rock* diariamente em duas edições, abordando, além do elenco, um histórico sobre música e comportamento, afora várias inserções nos telejornais. Também prometia especiais e flashes ao vivo durante o evento, cobrindo testes de som e luz, ensaio dos artistas nacionais, chegadas dos astros estrangeiros, entrevistas coletivas em hotéis, aglomerações de fãs querendo autógrafos. Até o governador, que condenara, ao fim, embarca oferecendo apoio na segurança e

transporte público, prometendo comparecer no primeiro dia de festa⁵.

O megaevento, mais do que uma campanha, tornara-se uma aposta para dias melhores. O Rio de Janeiro era o objeto dos olhos atentos de todo país e exterior. De alguma forma o sentimento do país era muito mais “Rock in Rio Já!”, do que “Tancredo Já!”; até porque a eleição indireta estava praticamente resolvida com antecedência de dois meses. Bem lembrava Marcos Sá Corrêa então editor da revista *Veja*:

Talvez um dia todos os políticos brasileiros se encontrem juntos no grande comício da vitória universal. Todos, menos o Deputado Paulo Maluf – que foi escolhido por consenso, depois de se escolher por sua própria conta, o derrotado de plantão do regime. Durante a maior parte destes 20 anos a opinião pública assistiu a um interminável debate entre líderes civis e militares, disputando entre si o título de sócio-fundador de 1964. Em 1984, Maluf é o único proprietário do regime (Corrêa, 1984, p.11).

Numa coluna ao lado, no mesmo *JB*, intitulada: “Bode Expiatório”, Wilson Figueiredo advertia que a eleição indireta foi boa para os dois lados: PMDB e o governo. Correa, em tom de ironia, também afirmava que, em 15 de janeiro, o Brasil estaria mais para *Rock in Rio* do que para Colégio Eleitoral, pois tudo já tinha sido antecipado e até o PMDB, numa atitude “revolucionária” no processo sucessório sem rival, estava em campanha para o Presidente que estava de saída. Haja vista um comício marcado pelo governador de Minas Gerais, Hélio Garcia, pró-Figueiredo.

O mesmo presidente que em seis anos foi incapaz de dizer para onde ia o país, que alegava que a oposição não entendia sua abertura. Estava aborrecido com os governadores do seu partido por não apoiarem a candidatura de Maluf, que fundamentalmente também não apoiava e rompia com os dissidentes que formaram a Frente Liberal por serem antimalufistas. Para não falar da própria “oposição”, que tinha como vice da chapa, José Sarney, “ex-cacique” do PDS e com folha corrida de serviços prestados à ditadura. A sucessão, então, tornara-se um desconforto para o otimismo, mais um imbróglio de velhos políticos e um factóide incoerente chamado de “nova república”.

Quanto ao *Rock in Rio*, não era só um “sonho” de roqueiros certamente, nem o primeiro festival de *rock* do país, mas em virtude da grande concentração de estrelas da música, com uma plateia jamais reunida, no maior local especialmente construído para sua realização, era algo inédito. Um empreendimento publicitário, que fora incorporado pela população como o espaço de comemoração de um novo tempo; numa “embriaguez de liberdade” capaz de soterrar falácias de céticos, conservadores, religiosos e antiquados.

⁵ Leonel Brizola não foi, enviou o seu vice Darcy Ribeiro.

Referências

ALEXANDRE, Ricardo. *Dias de luta: o rock e o Brasil dos anos de 80*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

CARNEIRO, Luiz Felipe. *Rock in Rio: a história do maior festival de música do mundo*. São Paulo: Globo, 2011.

CORREA, Marcos Sá. A Conciliação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 dez. 1984, 1º Caderno, p. 11. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 04/10/2022).

CASTRO, Cid. *Metendo o Pé na Lama: os bastidores do Rock in Rio 1985*. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.

COSTA, Allan. *Rock in Rio: a arte de sonhar e fazer acontecer*. São Paulo: Editora Gente, 2019

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia D. A. N. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NEVES, Marcos Eduardo. *Vendedor de Sonhos: a vida e a obra de Roberto Medina*. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

Fontes

Jornal do Brasil. Disponível no sítio: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> . *O Globo*. Disponível no sítio: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>> .

W/Cast por Washington Olivetto. Disponível no canal da plataforma de compartilhamento de vídeos *YouTube* no sítio: <https://www.youtube.com/c/wcastpo_rwashingttonolivetto>.

A Formação do patrimônio imobiliário nos conventos femininos do Império Português (Goa e Rio de Janeiro, Sécs. XVII E XVIII)

Rozely Menezes Vigas Oliveira¹
Doutora em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista-FAPERJ

Introdução

Este texto decorre da pesquisa doutorado, cujo título é: “As mônicas no Vale dos Lírios: das “santas” fundadoras às freiras sublevadas do Monte Santo em Goa, de 1606 a 1738”, do qual as ideias e argumentos centrais são aqui discutidos. Assim começamos indicando que, o ponto de partida deste estudo é o Convento de Sta. Mônica de Goa, que como objeto de pesquisa vem desde 2010 ganhando diferentes análises em minhas investigações. Nesses estudos, o conceito expandido de território, como construtor de uma identidade coletiva – um empréstimo da Geografia –, esteve presente norteando-os. Também houve a preocupação de encaixar o cenóbio goês dentro de um contexto maior do mundo religioso feminino na época moderna. No atual estudo, o propósito é aprofundar essa análise ao dar ênfase a dois conventos localizados na Índia e na América portuguesas, e, assim, resgatar a construção do patrimônio colonial dessas instituições.

Para tal, além do convento goês, foi escolhido o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro. Apesar de não serem irmãs de ordem nem terem sido fundadas no mesmo período, ambas as instituições foram pioneiras em seus territórios coloniais. No Oriente não houve conventos femininos antes de 1606, quando da criação do convento de Sta. Mônica e no Rio de Janeiro, apesar de já existir o Recolhimento de Sta. Teresa, futuro convento das carmelitas, este só foi assim instituído em 1781, 31 anos após a fundação do convento da Ajuda. As duas instituições foram fixadas em cidades de grande importância para Portugal. A cidade de Goa, capital do Império Português do Oriente, havia vivido dias áureos no século XVI e no início do XVII entrava num longo processo de reconfiguração territorial e econômica, que diminuía sua influência. Já a cidade do Rio de Janeiro, de uma simples conquista do século XVI, se tornava no XVIII uma importante cidade portuária e centro comercial, passando, em

¹ Doutora pelo Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP aprovada com a tese cujo título é As mônicas no Vale dos Lírios: das “santas” fundadoras às freiras sublevadas do Monte Santo em Goa, de 1606 a 1738, sob orientação do Dr^a.Célia Cristina da Silva Tavares, bolsista FAPERJ.

1763, a ser a capital do Estado do Brasil e desenvolvendo uma complexa organização social e institucional com uma larga circulação de recursos e crescimento populacional.

O recorte cronológico adotado para este estudo abrange os 30 anos iniciais tanto do Convento de Santa Mônica quanto do Convento da Ajuda – início do século XVII e segunda metade do século XVIII, respectivamente. Essas datas, distintas entre si, não refletem um período histórico amplo, mas um específico da vida religiosa feminina: os anos de fundação e afirmação dos cenóbios nas sociedades em que se inseriram. Privilegia as resoluções emanadas pelos monarcas e seus bispos e também as práticas das comunidades para se estabelecerem de forma definitiva. A partir desse recorte é possível compreender as normas de captação de recursos impostas aos claustros femininos por seus superiores, com enfoque nos bens de raiz adquiridos. Percebe-se ainda o comportamento das professoras de cada instituição, em suas circunstâncias particulares, com os seus recursos econômicos – já que as diferentes propriedades adquiridas pelas religiosas foram, além do dote das noviças e das esmolas, uma fonte importante de recursos e de subsistência conventuais. Considerando o referido por Ricardo da Silva de que as propriedades rurais e urbanas e seus rendimentos foram importantes fontes de renda para as instituições religiosas (SILVA, 2011, 228), este estudo pretende analisar como essas mulheres puderam desenvolver e ampliar o patrimônio de suas instituições através das negociações de compra e venda de terras e construções urbanas. Acrescentar, portanto, uma reflexão mais global das práticas econômicas existentes na vida religiosa feminina em diferentes contextos coloniais do império português.

A fim de reconstituir as práticas patrimoniais dos conventos de Goa e do Rio de Janeiro foram utilizadas fontes de diferentes arquivos. Para o convento de Goa, apesar de não terem sido localizadas fontes que possibilitaram uma análise séria dos dados, foi possível identificar a obtenção de propriedades tanto por meio dos dotes como por contratos de compra e venda ou através de instrumentos de crédito. O primeiro deles, o *Livro de registo da entrada das primeiras madres e noviças no Convento de Santa Mônica*, está localizado no Arquivo do Paço Patriarcal de Goa. Escrito por duas mãos e aparentemente em épocas diferentes, na primeira parte, além dos dados gerais das freiras, o documento permite a visualização dos dotes das primeiras freiras.

No *Apologia*, Fr. Diogo de Sta. Anna mencionou que esse livro teria sido escrito pela escritã do convento Sor. Barbara de Jesus, desde a madre fundadora até a madre de número 155 ([JESUS], APP, nº 249, CPG/018/Lv003, fl. 2v; SANTA ANNA, 1632, ANTT, Manuscritos da Livraria nº 2236, fl. 43). A série Papéis do Mosteiro, presente na

coleção do Convento de Santa Mônica do Directorate of Archives & Archaeology of Panaji (antigo Arquivo Histórico do Estado da Índia), acondiciona alguns dos contratos de compra e venda, entre outros documentos administrativos do convento. Dos demais documentos localizados em instituições de guarda portuguesas, destacam-se neste estudo duas relações dos bens de raiz pertencentes ao Santa Mônica: uma elaborada, em 1618, pelo chanceler dos conselheiros do vice-rei, Gonçalo Pinto da Fonseca, e outra escrita em 1636 por Sebastião Soares Paez, desembargador, procurador da Coroa e da fazenda real e ouvidor geral do crime. Ambas com o objetivo de informar a coroa ibérica sobre a situação econômica do Estado da Índia (FONSECA, In REGO, t. VIII, 1977, 85-87; PAEZ, ANTT, Livros das Monções, liv. 35, fl. 377-378).

Por sua vez, para o convento do Rio de Janeiro, foram encontrados dados sobre as propriedades adquiridas através dos dotes nos seis volumes das *Petições para o ingresso no noviciado no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda*, presentes no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ, cód. 081, Série Congregação Religiosa), que acondicionam os processos de entrada de noviças desde a fundação do cenóbio até meados do século XIX.

No Arquivo Nacional, os fundos dos Ofícios de Notas do Rio de Janeiro revelam variados tipos de escrituras lavradas pelas ou para as religiosas concepcionistas, como de doação, de dotes, de aforamentos e de venda, realizadas na jurisdição desta cidade (ANRJ, Ofício de Notas do Rio de Janeiro, BR RJANRIO 5D; BR RJANRIO 5E; BR RJANRIO 5F; BR RJANRIO 5G). Por fim, no arquivo do próprio convento foi encontrado um livro intitulado *Publicaforma*, que possui as escrituras lavradas entre as religiosas e diversos indivíduos da sociedade colonial. Por meio deste último documento – sem autoria, mas que aparenta ter sido escrito no século XIX – é possível verificar que as propriedades conventuais ultrapassavam os limites da cidade do Rio de Janeiro.

Os processos de fundação em Goa e no Rio de Janeiro

O Convento de Sta. Mônica de Goa foi a segunda de uma tríade de fundações² do arcebispo de Goa, D. Fr. Aleixo de Menezes voltada à assistência da mulher de origem portuguesa na Ásia Portuguesa. Maior de todo o além-mar lusitano, ultrapassou o número de 100 professoras, em meados do século XVII, sem contar os outros grupos de mulheres

² Tríade também formada pelos recolhimentos de Nossa Senhora da Serra e de Santa Maria Madalena.

que viviam nele. Suas constituições determinavam que somente mulheres brancas poderiam professar solenemente, mas mulheres de outras etnias eram aceitas no claustro como irmãs leigas, conversas, servidoras, criadas e escravas, além de haver alguns exemplos de convertidas que se tornaram freiras de véu preto³.

A fama de sua riqueza perdura até os dias atuais. Autores goeses e portugueses sempre foram unânimes ao tratarem do patrimônio desse cenóbio. As palavras de José Nicolau Fonseca podem os representar: “This convent had formely considerable landed estate yielding a large income, but sustained a heavy loss when the Maráthás conquered the Portuguese territory to the north of Bombay, where some of the lands were situated” (Fonseca, 1994, 309). Esse consenso foi amplamente fundamentado nas fontes oficiais, que desde os anos iniciais da instituição até as invasões marathas, criticaram o patrimônio avultoso das agostinhas. De fato, as rendas da comunidade eram altas devido aos dotes e às esmolas dadas, o que ocasionou por várias vezes conflitos com o poder civil, preocupado com o enriquecimento do convento e com a diminuição de mulheres aptas ao casamento.

O cenóbio marcou definitivamente a vida feminina nas possessões portuguesas, já que recebiam viúvas ricas e donzelas vindas de diversos fortes e regiões do Estado da Índia. Com o passar do tempo, seu raio de influência foi diminuindo à medida que o próprio Estado da Índia foi perdendo territórios, mudando de uma instituição imperial – com a entrada de mulheres originárias de uma ponta à outra do Oriente Português – para uma de caráter local, como mulheres provenientes principalmente de Goa e das regiões circundantes. Apesar desse encolhimento, as mônicas goesas continuaram tendo uma grande importância para aquela sociedade, que ali depositava suas filhas e parentes.

O Convento de Na. Sra. da Conceição da Ajuda, assim como havia ocorrido com muitos outros cenóbios em Portugal, Espanha e América Espanhola, foi fundado a partir de um recolhimento já existente. Um aspecto que refletia a resistência das populações frente à política régia contrária ao enclausuramento de mulheres. Como a Coroa não permitia a criação de conventos, mas sim a de recolhimentos, Leila Algranti (1993, 99-100) argumenta que a estratégia utilizada era primeiro solicitar a fundação destes para depois persistir na transformação para cenóbios.

Assim, foram enviadas quatro freiras do Convento de Sta. Clara do Desterro da Bahia a fim de exercerem os cargos de governo da comunidade, ficando estabelecido o

³ Sobre as mulheres que faziam parte da comunidade agostinha goesa, vide o capítulo 2 da minha tese (OLIVEIRA, 2019).

máximo de 33 professoras, que dariam um dote de cem mil réis. Como atenta Amanda de Oliveira (2015, 118), o perfil dessas mulheres era composto de brancas, filhas legítimas, com pureza de sangue, boa fama e capital suficiente para arcar com os gastos da entrada no claustro. Ademais das religiosas, também eram aceitas mulheres que viveriam no convento temporariamente, como meninas educandas e mulheres recolhidas, que se abrigavam no claustro devido à ausência de um membro masculino da família, o que facultou um caráter assistencialista ao convento mesmo que direcionado a um grupo específico de mulheres.

O patrimônio imobiliário de agostinhas e concepcionistas

As práticas, como compra, venda, aluguel, arrendamento, entre outras, foram amplamente utilizadas pelas ordens femininas, almejando a construção de um patrimônio conventual suficiente para a manutenção de cada comunidade, durante todo o seu funcionamento. A partir desse costume, as freiras e monjas se tornaram grandes proprietárias de terras e imóveis urbanos, que muitas vezes moldaram a organização social e urbanística da região em que a comunidade se encontrava. A quantidade de bens de raiz podia variar de acordo com o tempo de atividade, das doações fundacionais ou das relações com a sociedade, e algumas casas já eram fundadas possuindo propriedades que auxiliariam, junto com os dotes, no custeio dos gastos cotidianos da comunidade (CASTELAO, 1993, 108).

Deste modo, Sta. Mônica em Goa ficou bastante conhecida pela sua riqueza, enquanto a Ajuda no Rio gozou de rendimentos muito proveitosos nos primeiros quinze anos de existência. Na Índia, apesar das argumentações dadas pelas religiosas e por seu administrador de que sofriam de dificuldades financeiras, segundo o chanceler da Relação de Goa, apenas onze anos após a primeira profissão de fé solene, a comunidade possuía um rendimento de 4.000 pardaus anuais (equivalentes a 1.440\$000 réis), somente com os bens de raiz (FONSECA, In REGO, 1977, 87). No Rio de Janeiro, foram as determinações do governo de D. José I e do Marquês de Pombal que restringiram a vida religiosa feminina com a proibição, principalmente, de entrada de novas noviças. De fato, o cenóbio havia construído um bom legado, mas com a restrição de novas vocações, com o retorno das madres fundadoras para o Convento do Desterro em 1760, e com a perda de religiosas por mortes, em torno de 1769, a Ajuda começou a passar por dificuldades de subsistência (COSTA, 2020, 329-330).

A preocupação com a sobrevivência e crescimento do patrimônio das comunidades, que não possuíam um patrimônio inicial considerável, foi algo que esteve na mente dos prelados responsáveis pela fundação das instituições. O Arcebispo Menezes, nas *constituições* do convento goês, explicitava a importância ao cuidado que as freiras deveriam ter com a obtenção de propriedades rurais e urbanas:

As rendas, que mais conuêm ao Conuento conforme a terra em *que* viuem, sam Varseas arrendadas a arros, ou a dinheiro; Marinhas outrosi arrendadas a cumbos de Sal, ou dinheiro: Cazas alugadas, ou aforadas como for mais proueito do Conuento, conforme aos lugares em que estiuerem, e dannificaçam que tiuerem: Aldeas do Norte se as puderem auer, que andaraõ arrendadas, e por nenhum caso as aforarà o Conuento possuindoàs, alem dellas todas serem do foro delRei nosso Senhor: Sorretores, que outrosi não aforaraõ senaõ arrendaràm. Palmares por hora não he renda de *que* as Religiosas possam tirar proveito, por terem necessidade de seus donos andarem sempre em vigia sobre elles, e sendo das Religiosas se dannificaràm todos: e assi os que o Conuento ouer dalguma herança, venda, e compre noutra renda, se o tempo ao diante, que tudo muda, não amostrar que ficão os palmares de boa qualidade pera os reter, e arrendar o Conuento. (MENEZES; SANTA ANNA, [1607], BPE, G.R., Armº III – IV, nº 24, fl. 150v)

O Bispo D. Fr. Antônio do Desterro também previu o recebimento de propriedades como dote e determinou que:

[...] terá cada uma delas de dote o que bem e seguramente render cem mil reis, ou em dinheiro ou em propriedades seguras, de que hão de tomar posse o mosteiro como verdadeiro patrimônio dele enquanto a religiosa for viva, obrigando-se porém por morte dela a satisfazer por seu procurador a quantia do dito dote de quatro mil cruzados em pagamento de cem mil reis cada ano aos dotadores ou aos seus herdeiros, caso que eles voluntariamente o não queiram deixar para o mosteiro, ou por direito lhe não pertença. (DESTERRO, 1908, 41).

Em Goa, as religiosas, com seu administrador, teriam seguido à risca essas diretrizes nas primeiras décadas da instituição. A venda, realizada em 05 de maio de 1609, de um palmar grande de nome Seguabata, uma marinha de sal e uma várzea chamada Baisalla, situados na aldeia de Nellur, em Bardez, herança de Sor. Jeronima de Jesus, confirma a rejeição em manter palmares (DAA, Convento da Santa Mónica, Papéis do Mosteiro, nº 7888, fl. 19-22v). Os 4.500 pardaus xerafins pagos em dinheiro – quantia que seria usada para cobrir, especificamente, os gastos com as obras de construção do convento – além de pouparem as religiosas do gasto com a manutenção de um bem rejeitado pelo fundador, auxiliavam naquilo que viria a ser o maior empenho da comunidade: dar início e finalizar a construção suntuosa de sua igreja e convento.

No Rio de Janeiro, também foi seguido o determinado nas *constituições* da casa e doações de propriedades foram feitas nas escrituras de dote. Por exemplo, em 10 de setembro de 1755, o Tenente Pascoal Coelho Bastos e sua mulher Jacinta Teresa de Jesus doavam uma fazenda na freguesia de Irajá para sua filha Ana Maria de Jesus entrar no convento (ANRJ, BR RJANRIO 5D, 127, fl. 39v). Essas propriedades e a prática de se cobrar as propinas, como as de 400.000 réis para a construção de novas celas, as concepcionistas também puderam finalizar a construção de seu primeiro edifício. Contudo, a devolução do dote após a morte das religiosas, prevista pelo prelado parece ter sido uma das principais causas da privação econômica enfrentada pela comunidade.

A situação econômica dos anos iniciais de Sta. Mônica gerou um conflito com o poder local, que buscava, em geral, restringir o patrimônio das religiosas e a população claustral. Inseridos neste contexto, encontram-se duas relações dos bens da instituição, que testemunham que as mônicas continuaram a negociar compra e venda de propriedades, partindo dos dotes que iam recebendo e como elas foram alterando suas práticas e se encaixando nas práticas econômicas locais.

A primeira lista, elaborada em 1618, pelo chanceler dos conselheiros do vice-rei, Gonçalo Pinto da Fonseca, contém vinte itens, que na verdade correspondiam a mais propriedades, pois alguns compreendiam mais de um bem. A comunidade, em geral, manteve os imóveis e rendimentos adquiridos através dos dotes e heranças de suas professoras, mas em alguns casos – a saber, sete – elas também compraram ou aforaram. Das aldeias e várzeas obtidas, as primeiras foram compradas na região da Província do Norte, enquanto as últimas nas terras de Bardez. Delas, todas com obrigação de pagamento de foro ao rei, com exceção da Ilha Varoá, cuja informação era apenas dos rendimentos, e os pedaços de várzeas em Bardez, que teriam sido aforados ao convento (FONSECA, In REGO, t. VIII, 1977, 85-87).

Dezoito anos depois, mais especificamente em 8 de março de 1636, o desembargador, Sebastião Soares Paez, que acumulava os cargos de procurador da Coroa e da fazenda real e ouvidor geral do crime, elaborou uma outra lista dos bens das freiras de Sta. Mônica, para enviar ao Rei Filipe III (PAEZ, ANTT, Livros das Monções, liv. 35, fl. 377-378). Essa teria sido uma resposta ao monarca, que solicitou que listagens dos bens das ordens religiosas que atuavam no Estado da Índia lhes fossem enviadas por meio do Vice-Rei Conde de Linhares. Ao comparar os dois documentos, é interessante observar a semelhança entre os ambos autores, que acusavam as religiosas de estarem omitindo a

real quantidade de propriedades que possuíam e seus rendimentos. Argumento muito utilizado ao longo da permanência das ordens religiosas na Ásia Portuguesa pelos oficiais administrativos, sobre o levantamento dos bens que as mesmas possuíam.

Entretanto, há diferenças no restante das informações observadas nos documentos. O primeiro deles é o objetivo. Se na lista de Fonseca, foi pormenorizado como os bens haviam sido adquiridos, informando o valor de compra de alguns e tendo apenas no final, o total dos rendimentos anuais, na lista de Paez, ele privilegiou detalhar os rendimentos anuais de cada propriedade, embora sem explicitar a soma total. Esses totais dos rendimentos também são bastante diversos. Enquanto na lista do chanceler pode-se observar que o convento recebia, por ano, 1.440.000 réis, nesta segunda relação, o valor mais que triplica, resultando em 4.386.600 réis anuais. Um aumento bastante considerável, levando em conta o intervalo de somente 18 anos entre a feitura de ambos os documentos e que algumas das propriedades relatadas na segunda lista haviam sido arrendadas no sequestro dos bens das religiosas de 1635, restando-lhes apenas os foros. Quanto aos imóveis elencados, apenas cinco se repetiram: a aldeia Dainsa, que António da Silva Rego não havia identificado com certeza a escrita da palavra; a aldeia Balcão, que o mesmo transcreveu como Baleão; a aldeia Varoá em Damão, que na lista de 1618 consta como Ilha Varoá em Baçaim, podendo ter sido um equívoco de um dos autores da época; as várzeas de Ucassaym, Nacholna e Marná, em Bardez, transcritas por Rego como Veassym, Nacholnola e Marna; e, por fim, as boticas das ilhas Chorão, Divar e Juá, que na lista de 1618 estão quantificadas em 3, 4 e 1, respectivamente.

Observando a tipologia dos bens em ambas as listas, percebe-se que na primeira lista a maioria dos bens listados é urbana, com concentração na cidade de Goa, havendo casas térreas e sobradadas, chalé e boticas. Por outro lado, na relação de 1636, nota-se apenas três itens de casas urbanas e boticas, que rendiam pouco ou nada. Os demais 16 itens são de caráter fundiário: várzeas, palmares, aldeias e jonos – que aparecem apenas nessa lista. Uma provável mudança nas prioridades da comunidade que, inicialmente, transparecia a necessidade da comunidade de manter bens mais próximos, que permitissem uma entrada mais rápida de renda em dinheiro para os pagamentos dos funcionários da obra. Já no início de 1636, essa preocupação havia sido superada, com a construção do convento concluída em 1627. Portanto, as religiosas não precisam tanto das casas urbanas, optando por investir em propriedades rurais, consideradas mais rentáveis.

Ainda aparece no segundo documento a posse de *jonos*, uma parte do rendimento anual das aldeias, aos quais os *gancars* tinham direito e que poderiam conceder a quem não o era por retribuição (DALGADO, 1919, v. 1, p. 494) ou por dívidas. Conforme Teotônio de Souza (1994, p. 79), a aldeia podia leiloar o *jon* do *gancar* que não tinha condições de pagar seus impostos e muitos deles, por causa de endividamento, terminaram vendendo esse privilégio para indivíduos de fora das comunidades e instituições no século XVII. Outra prática comum era dar o benefício ao santo patrono da aldeia. Lamentavelmente, a fonte não permite saber de que modo as mônicas adquiriram os *jonos*, mas o fato de os possuírem ratifica ainda mais a inserção dessas mulheres, teoricamente isoladas do mundo laico, não só na sociedade como também nos meandros das negociações coloniais locais.

As práticas patrimoniais do Convento da Ajuda, diferentemente do cenóbio goês, não sofreram muitas alterações com o tempo. Mesmo após o término da edificação da primeira casa, as concepcionistas mantiveram a maioria de suas propriedades entre as construções urbanas da cidade do Rio de Janeiro. A partir do “Banco de dados da estrutura fundiária do Recôncavo da Guanabara”, elaborado por Maurício de Abreu, foram encontrados nos livros dos ofícios da cidade, contratos de venda em que o convento aparecia como comprador ou vendedor. Então, se em 18 de setembro de 1751, observa-se o Padre Antonio Carvalho de Souza, procurador do convento, comprando um sobrado com frontaria de pedra e cal na rua de Nossa Senhora do Rosário do Cônego José Mendes Leão, livre de foro, por 1.613 réis ((ANRJ, BR RJANRIO 5D, 121, fl. 170v - 172v); em 31 de outubro de 1764, teria sido a vez do padre Luiz de Azevedo, como procurador das religiosas, vender uma morada de casas térreas situada na rua conhecida como do Sabão Velho à Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, por 1.450 réis (ANRJ, BR RJANRIO 5D, 136).

Logo que compravam os imóveis ou os recebiam em forma de pagamento dos dotes, as concepcionistas aforavam-nos a fim de fazer uso de seus rendimentos. Deste modo, percebe-se não só escrituras de aforamento realizadas por seus procuradores como também escrituras de venda de outrem, em que o chão era foreiro às religiosas. O padre Souza, em 27 de maio de 1752, aforou os chãos com cinco braças de testada, localizados ao lado da Ajuda, 13.800 réis anuais – 3.000 por três braças e 2.400 por cada uma das outras duas braças (ANRJ, BR RJANRIO 5E, 67, fl. 88v). Por outro lado, as religiosas aparecem como proprietárias dos chãos situados na travessa da Alfândega, nos quais um

sobrado havia sido construído e suas benfeitorias estavam sendo vendidas pelo padre Caetano José de Carvalho a José da Cruz Pinto, em 17 de maio de 1765, pela quantia de 1.190 réis. O valor que a Ajuda recebia anualmente pelo foro era de 1.440 réis (ANRJ, BR RJANRIO 5D, 136). Além disso, apesar de Amanda Costa (2020, 306-307) informar que a Ajuda possuía apenas uma fazenda em Macacu e uma chácara na Lagoa da Sentinela, foram encontrados documentos referentes também a uma fazenda em Campos dos Goytacazes (*Publicaforma*, Arquivo do Convento da Ajuda, fl. 91-101).

Prelúdio de uma conclusão...

Apesar de este estudo ainda estar em andamento e necessitar de mais análises, pode-se verificar que os rendimentos arrecadados foram essenciais não apenas para o sustento material como também para o alimento espiritual, sabendo-se que as mesmas garantem além do custeio de alimentação, manutenção do edifício e pagamento dos assalariados, a aquisição de paramentos religiosos, realização de festividades e assistência às almas. Ao observar os dois casos estudados, percebe-se que nas duas instituições as freiras puderam desenvolver alguns negócios que contribuíram para a construção das casas e da fazenda conventual e, por conseguinte, para a sobrevivência e a funcionalidade da comunidade.

De compra em compra, de doação em doação, ambos os conventos coloniais foram construindo e aumentando suas possessões e o controle sobre seu patrimônio. Esse desenvolvimento econômico da comunidade não só auxiliou nas construções de seus edifícios, como também trouxe o que Antônia Fialho Conde chamou de “reconocimiento y autoridad de la institución en cuestiones locales” (CONDE, 2008, 108). Através dos diversos tipos de contrato, assinados no locutório, as religiosas estabeleceram redes não apenas com seus familiares, mas a expandiram a outros indivíduos bastante característicos da realidade colonial, como os gancares, os comerciantes e senhores de embarcações, que realizavam as viagens pelo Índico e mares orientais, ou como os negociantes, fazendeiros e comerciantes do Rio de Janeiro e adjacências.

Referências

- ALGRANTI, Leila. *Honradas e devotas: mulheres na Colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.
- BURNS, Kathryn. *Hábitos coloniales: Los conventos y la economía espiritual del Cuzco*. Lima: Institut Français d'Études Andines, 2008.
- CASTELAO, Ofelia Rey. Las economías monásticas femeninas ante la crisis del Antiguo Regimen. In: MARINAS, María Isabel Viforcós e PÉREZ, Jesús Paniagua (coord.). I Congreso Internacional del

Monacato Femenino en España, Portugal y America, 1492-1992, Vol. 2, León: Universidad de León, Servicio de Publicaciones, 1993.

CONDE, Antónia Fialho. La economía de las comunidades religiosas femeninas en el Sur de Portugal (1550-1700): el caso del monasterio de S. Bento de Cástris. In: *Actas del Congreso Internacional Guadalupe y la Orden Jeronima: una empresa innovadora*, Extremadura: Junta de Extremadura, Consejería de Cultura y Turismo, 2008. p. 104-108. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2330/1/LaEconomia%5B1%5D.pdf>> Acesso em: 01 ago. 2016.

COSTA, Amanda D. de O. *A busca pela clausura no Rio de Janeiro colonial: as religiosas do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro (1750 a 1806)*. 2020. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

DALGADO, Sebastião R. *Glossário Luso-Asiático*. 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919.

FONSECA, José Nicolau. *An historical and archaeological sketch of the city of Goa*. New Delhi: Asian Education, 1994.

OLIVEIRA, Amanda D. de. *O Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro como instituição social e religiosa (1705-1762)*. 2015. 181p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Rozely M. Vigas. *As mônicas no Vale dos Lários: das “santas” fundadoras às freiras sublevadas do Monte Santo em Goa, de 1606 a 1738*. 2019. 473f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

_____. *No Vale dos Lários: Convento Santa Mônica de Goa e o modelo feminino de virtude para o Oriente (1606 - 1636)*. 2012. 219p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2012.

SILVA, Ricardo M. A. da. *Casar com Deus: vivências espirituais femininas na Braga Moderna*. 2011. Tese (Doutorado em História – Conhecimento em Idade Moderna) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Minho, 2011.

SOUZA, Teotónio R. de. *Goa Medieval: a cidade e o interior no século XVII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

Fontes

DESTERRO, D. Fr. Antônio do. *Regra das Religiosas da Imaculada Mãe de Deus. Aprovada pelo Santo Padre Inocêncio XII e Constituições Dadas por D.Fr. Antônio do Desterro Bispo do Rio de Janeiro as Religiosas do Convento da Ajuda*. Rio de Janeiro: RODRIGUES, & c. TYP. DO “JORNAL DO COMMERCIO, 1908.

FONSECA, Gonçalo Pinto. Tittulo dos bens que tem o Convento das religiosas de Santa Monica da cidade de Goa feito no mez de Janeiro de 1618. In: RÊGO, António da Silva (dir.). *Documentação para a história das Missões do Padroado Português do Oriente: Índia*. Coligida e anotada por António da Silva Rêgo, vol. 8, p. 85-87. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1947-1958.

[JESUS, Sor. Bárbara de]. *Livro de Registo da entrada das primeiras madres e noviças no Convento de Santa Mônica*. Arquivo do Paço Patriarcal de Goa, nº 249, CPG/018/Lv003.

MENEZES, D. Fr. Aleixo de e SANTA ANNA, Fr. Diogo de. Constituições que hão de guardar as religiosas da ordem de nosso Padre Santo Agostinho, assim neste mosteiro de nossa madre Santa Mônica fundado nesta cidade de Goa. [1607]. BPE, G.R., Armº III – IV, nº 24.

Ofício de Notas do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, BR RJANRIO 5D; BR RJANRIO 5E; BR RJANRIO 5F; BR RJANRIO 5G.

PAEZ, Sebastião Soares. *Relaçã dos bens que possuem as freiras de Sta. Mônica neste estado, e rendimento delles*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Livros das Monções, liv. 35, fl. 377-378.

Papéis do Mosteiro, Directorate of Archives and Archaeology, Convento da Santa Mônica, nº 7888.

Petições para o ingresso no noviciado no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda. 6 vols. ACMRJ, cód. 081, Série Congregação Religiosa.

Seminário Interno PPGHS — 2022
Seção: discentes egressos

Publicaforma. Arquivo do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro.

SANTA ANNA, Fr. Diogo de. *Apologia do insigne mosteiro de Santa Mônica de Goa*. 1632. ANTT, Manuscritos da Livraria n° 2236.

Promoção do passado: arquivos privados no arquivo público do estado do Espírito Santo

Tiago Braga da Silva¹
Doutor em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre da tese cujo título é: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: aquisição e descrição dos acervos privados (1988-2020), especificamente o capítulo: Promoção do passado: arquivos privados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, do qual as ideias e argumentos centrais são aqui discutidos.

Os arquivos públicos, conforme afirmam Rousseau e Couture (1998, p. 165), possuem sete funções arquivísticas que devem orientar a sua atuação no cumprimento do seu papel social de preservar e disponibilizar os documentos sobre sua custódia: criação; aquisição; conservação; classificação; avaliação; descrição e difusão de arquivos.

Não há uma sobreposição de importância, todas as funções arquivísticas contribuem para que a instituição arquivística alcance os seus objetivos perante a sociedade. No entanto, Delmas (2010, p. 17-53) afirma que ainda há um grande desconhecimento sobre o que sejam os arquivos e explica sua função na e para a sociedade, elencando quatro utilidades possíveis para eles, a primeira: “Provar para defender seus direitos”, o autor relaciona essa utilidade diretamente com o estatuto probatório dos arquivos, ao direito de alguém sobre alguma coisa. A segunda, “Lembrar do que foi feito e da experiência adquirida para agir”, relacionada com o aspecto estratégico, numa perspectiva administrativa. Já as duas próximas utilidades citadas pelo autor, têm total relação com a ideia do arquivo no seu contexto mais amplo, direcionado para um uso científico e um uso social.

Assim, a terceira utilidade refere-se a “Conhecer para entender aquilo que outros fizeram ou descobriram”, enfatizando e concebendo o arquivo como útil para conhecer e compreender. Concepção evidenciada pela influência da revolução científica do século XVII, seguida pela Era industrial, colocando essa utilidade do arquivo como um alargamento de sua utilização, que antes era voltado para a religião e o direito e passa

¹ Aluno egresso do doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Orientador: Dr^a: Helenice Aparecida Bastos Rocha. Ingresso no ano: 2017 – egresso no ano: 2021. Título da tese: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: aquisição e descrição dos acervos privados (1988-2020).

então a ser compreendido como importante para a erudição e, sobretudo, como enfatiza o autor, para as ciências. A quarta e última utilidade apontada pelo autor, “Identificar-se para existir e promover as relações sociais”, está relacionada com a memória dos indivíduos e dos grupos sociais.

Os Arquivos Públicos são instituições que assumem diferentes papéis nas sociedades. Além de funcionarem como um lugar de memória, e para tanto, devem se ocupar não apenas em custodiar os documentos, numa espécie de depósito passivo de papéis, mas devem ter uma posição mais ativa, participante dos contextos sociais, tal qual o movimento de luta pelo direito à memória.

Para posicionar o arquivo neste contexto, mais dinâmico, como um instrumento voltado à emancipação social e fortalecimento da democracia, é preciso reconhecer a necessidade de um olhar mais apurado e crítico de suas práticas. Mesmo aquelas que historicamente estão consolidadas, mas, não difundidas em termos de ação, como é o caso da aquisição de acervos e descrição de documentos.

Essas funções influenciam diretamente nas respostas às demandas dos usuários do arquivo. Isso porque a aquisição é o processo de entrada do documento no arquivo e a descrição é o processo de saída da informação sobre ele, que possibilita os usos pelos usuários.

Posto isso, e considerado que as questões que envolvem a aquisição, conservação e disponibilização de acervos privados, em especial os arquivos pessoais, no Estado do Espírito Santo, perpassa, de forma mais centralizada, as práticas do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, pois, atualmente, representa o principal espaço possível para o recebimento desse material, este trabalho teve como objetivo analisar o processo de aquisição e descrição dos acervos privados do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) entre os anos de 1988 a 2020.

Para tal, a pesquisa utilizou as informações disponibilizadas no site institucional do arquivo, documentos institucionais do APEES, de notícias publicadas em sites, além de análise dos processos de doação do APEES.

Aquisição de acervos e descrição de documentos

O processo de constituição dos acervos considerados de valor permanente, custodiado pelos Arquivos Públicos, ocorre a partir da entrada de documentos no arquivo, que é definida pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, como sendo:

1. Ingresso de documentos em arquivo(2), seja por comodato, compra, custódia, doação, depósito(2), doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração(1) ou transferência. [...] 2 Ingresso de documentos em documentos de arquivo corrente(2) através do protocolo. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 85)

O conceito de aquisição é amplo e abarca também a entrada de documentos no arquivo corrente e intermediário. No arquivo permanente, especificamente no contexto dos arquivos estaduais, em geral, a constituição do acervo ocorre via recolhimento, que segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 143) “[...] é a entrada de documentos públicos em arquivos permanentes, com competência formalmente estabelecida [...]”. A passagem do documento do arquivo corrente ou intermediário para o arquivo permanente depende da operação de valoração dos documentos realizada pelas comissões de avaliação de documentos, relacionada com o processo de gestão de documentos. Assim, esses agentes influenciam diretamente na composição dos acervos dessas instituições.

Ademais, a constituição do acervo dos arquivos estaduais ocorre por doação, que através de um termo, “[...] instrumento legal particular que define e formaliza uma doação a arquivo [...]” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 161), um determinado acervo, de pessoa física ou jurídica, é doado de forma gratuita e voluntária a um determinado arquivo público. Destaca-se que entre as formas de aquisição, tem-se a possibilidade da compra de acervos.

A partir do processo de aquisição, são formados os conjuntos documentais dos arquivos permanentes, que serão ordenados por *fundos*, definido pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 97) como sendo: “[...] Conjunto de documentos de uma mesma proveniência [...]”. A noção de fundo tem a sua origem teórica na aplicação do princípio da proveniência. [...]”(ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 92), que vai orientar o tratamento dos documentos em todas as fases do ciclo vital dos documentos.

Além dos fundos, os arquivos também conservam as coleções, que numa oposição aos fundos documentais, não possuem relações orgânicas, sendo reunidos de forma intencional, conforme definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 52) “[] Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente []”.

O processo de aquisição é a operação que visa constituir os fundos dos arquivos públicos e se situa no campo da subjetividade, pois através dele, considerando as

dinâmicas impostas por agentes internos e externos, a temporalidade da ação e vontade política, é que serão eleitos os itens do passado pela via do arquivo.

Quer seja no processo de recolhimento, como resultado da avaliação de documentos, ou pela via da doação, que inclui a aceitação de determinado conjunto pela instituição arquivística. No que diz respeito ao processo de aquisição de um determinado arquivo pessoal por uma instituição arquivística, deve-se levar em consideração, que

A preservação desses arquivos pelas instituições está sujeita a critérios de seletividade, o que pressupõe a existência de um processo decisório no qual os arquivos pessoais são objetos de disputas, o que faz com que o processo de aquisição seja uma ação política fundamental à preservação. Os valores atribuídos ao arquivo como objeto relevante, e as decisões sobre o que vai ser adquirido e preservado em caráter permanente determinam os contornos e limites do acervo custodiado por uma instituição. (BORGES;MURGUIA, 2014, P. 4851)

Não há como ignorar, por um lado, a importância da gestão de documentos no processo de constituição de acervos no arquivo permanente, através do processo de avaliação, e por outro, as nuances técnicas, políticas e, em alguns casos, simbólicas, que perpassam o processo de aquisição de arquivos pessoais. Lembremo-nos que na ausência de uma política de arquivo, os processos de aquisição ficam fragilizados, o que pode impactar na preservação do patrimônio documental nacional e local.

Uma vez recolhido ao acervo de um arquivo estadual para guarda definitiva, o acervo precisa passar pelo processo de descrição. O desenvolvimento da metodologia de descrição na arquivologia teve como contribuição ideias de bibliotecários, historiadores e arquivistas. O bibliotecário contribuiu através das suas técnicas de classificação e catalogação, os historiadores através dos métodos concebidos para servir aos seus próprios fins, e as contribuições dos arquivistas, que consistiram nos processos de arranjo e a descrição coletiva dos documentos (SCHELLENBERG, 1980, p. 70).

O que se espera do arquivo, e aqui referimo-nos aos permanentes também chamados de arquivos históricos, é uma ação mais ativa e dinâmica no jogo do lembrar e esquecer. Assim, sobressai dentre as suas funções, a função de descrição de documentos, que segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística é um “[...] Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa [...]” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67).

Assim, essa atividade caracteriza-se como uma atividade essencial dos arquivos

permanentes, configurando-se como elemento importante na promoção do direito à memória, visto que seu objetivo principal é “[...] tornar acessíveis os documentos que se acham na custódia do arquivo [...]” (SCHELLENBERG, 1980, p. 202). O processo de viabilização de acesso aos documentos de arquivos, deve ter um olhar multifocal, compreendendo não apenas as legislações que versam sobre o direito à informação e à memória, mas também sobre as práticas operadas nas instituições arquivísticas, sobretudo as práticas que envolvem as atividades de descrição e aquisição.

Na década de 1980, a normalização da descrição arquivística ganhou impulso internacional. Em 1988, o Canadá fez uma proposta ao Conselho Internacional de Arquivo (CIA) para a construção de normas internacionais de descrição. Nos primeiros anos da década de 1990 diferentes países: Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Malásia, Portugal e Suécia, integraram uma comissão pertencente à CIA, com o objetivo de discutir a normalização da descrição arquivística. (BRASIL, 2006, p. 7). Em 1994, a comissão concluiu a elaboração da Norma de Descrição de Documentos Arquivísticos (ISAD-G). Em 1996 lançaram a norma ISAAR(CPF), com o objetivo de regular a descrição do produtor dos fundos documentais. (BRASIL, 2006, p. 7)

No contexto brasileiro, em 2001, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) criou a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA) através da Portaria nº 56, de 30/9/2001. Sua finalidade era propor normas, em conformidade com a ISADG e a ISAAR(CPF), de descrição brasileira. Em 2006, foi publicada a Norma de Descrição Arquivística (NOBRADE). O processo de descrição tem como finalidade a produção de instrumentos de pesquisa que, segundo Bellotto (1991, p. 108):

Há os genéricos e globalizantes, como os quadros de fundos e os guias, e há os parciais que são detalhados e específicos, tratando de parcelas de acervo como os inventários, catálogos, repertórios e índices, incluindo-se, também, entre os instrumentos de pesquisa, a publicação de documentos na íntegra, a chamada ‘edição de fontes’.

Os instrumentos de pesquisa são obras de referência, e podem ser de diferentes formatos e abrangência. “[...] As definições terminológicas dos instrumentos de pesquisa na arquivística brasileira modificaram-se com o tempo, embora o espírito geral da descrição tenha permanecido o mesmo [...]” (LOPEZ, 2002, p. 34).

Esses instrumentos podem ser classificados em: Guia, inventário, catálogo, catálogo seletivo e índice. O guia é o mais abrangente e tem como base de descrição os conjuntos documentais amplos. O objetivo é apresentar o arquivo de forma ampla,

trazendo informações sobre horário de funcionamento, endereço, informações sobre os conjuntos documentais, regras para acesso, entre outras informações. Deve ser preferencialmente, o primeiro instrumento a ser produzido pelo arquivo e periodicamente, considerando as mudanças institucionais, deverá ser atualizado, “[...] Ele é a porta de entrada da instituição e permite um mapeamento panorâmico do acervo [...]” (LOPEZ, 2002, p. 23).

Na sequência tem-se o inventário que tem como objetivo “[...] oferecer um quadro sumário de um ou mais fundos ou coleções. O objetivo é descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação [...]” (LOPEZ, 2002, p. 23).

Os catálogos e índices têm como objetivo possibilitar a localização específica dos documentos, tem como base da descrição as unidades documentais. Há também a possibilidade de produzir um catálogo seletivo, cujo objetivo é descrever os documentos de forma pormenorizada, seguindo um critério temático.

De maneira geral, o processo de descrição representa a ponte que liga o documento ao usuário através da confecção dos instrumentos de pesquisas, que viabiliza o acesso às informações depositadas nos arquivos.

A institucionalização e disponibilização dos acervos privados do arquivo público do Estado do Espírito Santo

A doação de um acervo de arquivo pessoal para uma instituição de guarda, no caso para um arquivo público pode envolver inúmeras questões, pois sua produção, guarda e, por fim, sua doação possui uma intencionalidade, visto que o arquivo pessoal é uma construção dos autores, dos custodiadores e do próprio investigador/pesquisador que mobiliza o material. (BRANDI, 2013. p. 110-111)

Nessa direção, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, ao receber através do processo de doação conjuntos documentais privados, também participa ativamente do processo de preservação de elementos do passado, que servirá para a produção de conhecimento sobre o passado, seja pela via da História, ou não.

A doação de um arquivo privado para uma instituição arquivística pública enseja um processo de significação de valores e representações. Pois, invoca não apenas a singularidade de seu produtor, mas, a partir das mobilizações do arquivo, tais como: lançamento de instrumentos de pesquisa do arquivo, exposição, disponibilização para pesquisa, reportagem nos meios de comunicação oficial ou não, imputa ao arquivo

privado uma dimensão pública. Essa dimensão pública dos arquivos privados custodiados pelas instituições arquivísticas, por sua vez, contribui, a partir da mobilização por diferentes sujeitos, para a construção de determinadas narrativas e, para a consolidação ou revitalização de memórias em um âmbito coletivo.

Nesse sentido, podemos pensar que a escolha de qual acervo um arquivo público decide adquirir, seja por compra ou doação, e, em outra dimensão de subjetividade, quais os documentos o produtor, familiares ou herdeiros, decidem manter no arquivo, aproxima o arquivo pessoal das concepções das contribuições de Le Goff (1996, p. 537) sobre documento como monumento, resultado de uma montagem da história, de uma época, da sociedade e dos sujeitos que interagem com o acervo.

O acervo de arquivos privados² do APEES é formado por 13 conjuntos; 6 são de políticos: Waldemar Mendes de Andrade, Vitor Buaiz, Elcio Alvares, Christiano Dias Lopes Filho e Setembrino Pelissari; 4 de pessoas com trajetória relacionada à cultura: Maria Stella de Novaes; Paulo Bonino, Renato Pacheco e Milson Henrique; 3 associadas ao campo da magistratura, de atuação como funcionário de governo e da saúde: Vicente Caetano, Bertolo Malacarne e Jayme Santos Neves. Esse breve retrato nos revela que os sujeitos considerados importantes para a história do Espírito Santo e, portanto, seus acervos merecedores de serem conservados de forma definitiva no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, estão relacionados a áreas que historicamente foram e ainda são dominadas por uma elite política e econômica. Mesmo nos acervos cujo produtor não tenha sido político, sua trajetória perpassa o campo político. Essa realidade é apresentada no acervo de Maria Stella de Novaes, que mesmo não tendo ocupado um cargo político no governo do Estado, mantinha uma estreita relação com o campo político e, por conseguinte, com o grupo que detinha o poder.

Maria Stella de Novaes, natural da cidade de Campos de Goytacazes-RJ, nasceu em 1894 e faleceu em 1981. Atuou como professora de desenho, caligrafia, ciências naturais e história natural, além disso, representou o Espírito Santo em diversos congressos. Foi membro de diversas instituições culturais: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e uma das fundadoras da Academia Feminina Espírito-

² Os arquivos privados são definidos pelo definido pelo Dicionário de terminologia arquivística como sendo “Arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa”. Também chamado arquivo particular.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 35). Os acervos privados referem-se, no caso do APEES, a arquivos de pessoas (arquivos pessoais).

Santense de Letras. Publicou livros sobre botânica, pedagogia, história, folclore e literatura. Vale destacar que ela representava a elite letrada da época.

Além disso, ela compunha a família Monteiro, que teve forte influência na política nos primeiros anos da República no estado do Espírito Santo, que ficou conhecida como Oligarquia Monteiro. Tendo dois membros da sua família, tios de Maria Stella de Novaes, ocupado o cargo de presidente do estado: Jerônimo de Sousa Monteiro, inclusive foi em seu governo que criou-se o Arquivo Público do Estado, em 1908, que governou o Espírito Santo entre 23 de maio de 1908 até 23 de maio de 1912, pelo Partido Republicano Construtor (PRC) e seu irmão Bernardino de Sousa Monteiro, no período de 23 de maio de 1916 até 23 de maio de 1920, pelo mesmo partido.

O arquivo privado de Maria Stella de Novaes foi doado ao Arquivo Público do estado do Espírito Santo em dois momentos, o primeiro, pelos familiares em 1981, logo após a sua morte. O segundo, em 2016, pelo historiador João Eurípedes Franklin Leal que, conforme afirma Fernando Achiamé (2016, p. 1), “[...] ficou com uma parte do acervo da pesquisadora após seu falecimento [...]”. Na primeira doação, junto aos documentos arquivísticos, foi doada uma quantidade de material bibliográfico, o que ocasionou a mudança do nome da biblioteca de apoio do arquivo para “Biblioteca Maria Stella de Novaes”. (ACHIAMÉ, 2016, p. 1) Atualmente, a biblioteca possui um acervo de 18.000 (dezoito mil) volumes impressos, entre livros, jornais, revistas, recortes, Leis, Decretos, Anais, Publicações Oficiais.

As diferentes mobilizações de um arquivo pessoal podem incorrer com o objetivo de consolidar um determinado entendimento sobre o passado. O Arquivo pessoal de Bertolo Malacarne, por exemplo, pertencente ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), insere-se em um contexto de afirmação do protagonismo de seu titular por seus familiares.

Bertolo Malacarne atuou como agente de terra no norte do estado do Espírito Santo, na década de 1920. Sócio da firma Costa & Malacarne, que funcionou de 1923 a 1928 com autorização do Secretário de Agricultura, Dr. Benvindo de Novaes. Em 1929, quando fez um contrato com o Estado para a ‘Nova Concessão’, a firma passou a existir legalmente. (MALACARNE, 2000, p. 6)

Os familiares de Bertolo Malacarne reivindicam seu protagonismo no processo de colonização do norte do estado do Espírito Santo, especificamente, na fundação da cidade de São Gabriel da Palha. Essa narrativa é assumida como “oficial” no âmbito da administração pública municipal, visto que na apresentação da história da cidade, na

página da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha, Bertolo Malacarne é reconhecido como primeiro colonizador, juntamente com Anísio Matias (ajudante e imediato de Malacarne) e sua mulher Dona Pequena.³

Em uma reportagem publicada em 31 de maio de 1981, pelo Jornal *A Gazeta*, um dos principais jornais do estado do Espírito Santo, de autoria do jornalista Daniel Lopes, com o título: *São Gabriel da Palha: entre a lenda e a realidade*. Sidney Sebastião Malacarne, um dos oito filhos de Bertolo Malacarne, afirma que “[...] seu pai foi injustiçado na região, devido a ação política de algumas pessoas que ele não prefere citar nominalmente [...]” (LOPES, 1981). Essa afirmação ocorre diante da circulação de uma narrativa que diz que a cidade de São Gabriel da Palha-ES, teria sido fundada por João Gabriel, um pobre pescador, na década de 1920.

Sidney Sebastião Malacarne afirma que essa história é uma lenda, e que consegue provar suas declarações a partir dos usos de documentos e que, além disso, o não reconhecimento do pioneirismo do seu pai trata-se de um jogo político desagradável.

Com o objetivo de colocar um “ponto final” nessa polêmica, e provar o protagonismo do seu pai, Sidney Sebastião Malacarne afirmou que “[...] ele pretende fornecer os elementos necessários para que algum parente escreva um livro a respeito “[...] por que colocaria um ponto final nessa questão e nós teríamos condições de divulgar boa parte dos documentos disponíveis.[...]” (MALACARNE, 2000, p. 6)

A publicação do livro ocorreu no ano 2000, 19 anos depois da publicação da reportagem. Foi escrito pelo sobrinho de Bertolo Malacarne, Altair Malacarne, com o objetivo de esclarecer um engano sobre a fundação da cidade de São Gabriel da Palha: “[...] Como o sobrinho de Bertolo (em italiano é sem acento gráfico) Malacarne, achei que devia procurar a verdade [...]” (MALACARNE, 2000, p. 1)

Em 2015, Altair Malacarne, disponibilizou o livro na íntegra na internet, e afirma que “[...] Faço a postagem do texto original, sem alterações; decorridos 14 anos, houve acréscimo de novas imagens; espero continuar prestando pela força da internet o esclarecimento sobre os fatos relativos ocorridos.[...]”⁴

O ato de doação do Arquivo pessoal de Bertolo Malacarne ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, ocorrido em 18 de dezembro de 2012, pela filha de Bertolo

³ Informação disponível em: <https://saogabriel.es.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

⁴ Disponível em: <https://sites.google.com/site/saogabrieldapalhaesbr/home>. Acesso em: 10 set. 2021.

Malacarne, Diogena Malacarne, representa, juntamente com a reportagem, a publicação do livro e sua disponibilização na internet, uma estratégia para consolidação da narrativa sobre o protagonismo de Bertolo Malacarne na fundação da cidade de São Gabriel da Palha. Que passa a ter seu acervo particular institucionalizado como um patrimônio documental de uma instituição de memória em âmbito estadual e de referência para a pesquisa sobre a história do estado do Espírito Santo.

Entre os documentos listados no termo de doação do acervo de Malacarne, encontram-se documentos produzidos após a sua morte, possibilitando pensar a construção desse arquivo não apenas numa perspectiva individual do seu produtor, mas conjunta, especialmente pelos seus familiares, orientados pelo desejo de reivindicar o protagonismo de Bertolo Malacarne na fundação da cidade de São Gabriel da Palha.

Os conjuntos documentais privados do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), priorizam sujeitos de uma determinada classe social, aquelas que historicamente são favorecidas: políticos, homens brancos, juristas, médicos, que investiram na produção de documentação escrita valorizada socialmente (livros, diários, arquivos pessoais).

Em busca de elementos para compreender o processo e as justificativas de aquisição de acervos privados, buscou-se nos documentos produzidos pelo arquivo os registros dos recebimentos das doações dos arquivos privados, especificamente nos termos de doação ou documentos equivalentes. Nessa empreitada, pouco pode-se descobrir, visto que os termos de doação não se referem à totalidade dos fundos privados, e quando se referem, não apresentam elementos da justificativa de sua aceitação por parte do arquivo. O que sugere que, longe de uma concepção de espaço de cidadania e democracia a partir da transparência da informação, o arquivo ainda oferece indícios de silenciamentos e opacidade informacional a respeito da aquisição de acervos privados.

Por outro lado, as negativas quanto às intenções de doações de acervos privados não são registradas. Não saberemos, pelo menos pela via dos documentos do APEES, se houve, quantos e quais acervos foram oferecidos ao Arquivo e, se seu recebimento foi negado. Essa lacuna regimental corrobora para pensar essa instituição distante dos princípios constitucionais, que provêm a proteção de referências culturais dos diferentes grupos sociais que constituem o povo brasileiro. Além disso, abre precedentes para a atuação de agentes que podem, motivados por diferentes interesses, influir em ações para a preservação de determinadas representações do passado. Visto que os usos do passado através do arquivo são uma possibilidade, dentre outras marcas e manifestações:

monumentos, praças, nomes de ruas, nomes de prédios públicos e etc.

Para ter acesso a esses acervos, é preciso considerar aspectos como estrutura física do APEES, que possui uma sala de consulta com mesas e funcionários à disposição do pesquisador, mas também a organização do acervo e a existência de instrumentos de pesquisa, resultado do processo de descrição de documentos. Dos 13 acervos, 8 contam com instrumentos de pesquisa, e 5 estão em fase de organização. O acesso aos documentos de arquivo é uma condição determinante às instituições arquivísticas, seja federal, estadual ou municipal. Essa função está diretamente relacionada com a capacidade de respostas às demandas de informação dos usuários.

Conclusão

Embora o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo esteja aberto a receber acervos privados, o que representa um avanço, esse processo deve ser regulamentado, visto que não possui uma política clara de aquisição e de descrição, e, mais do que isso, tratado como um processo sensível, cujas consequências podem reverberar em diferentes indivíduos e grupos sociais, sobretudo aqueles sub-representados pelas histórias oficiais, em diferentes temporalidades.

É preciso considerar que diferentes entendimentos permeiam os arquivos pessoais, sua pluralidade envolve não apenas sua materialidade, enquanto suporte que conserva indícios sobre o passado, mas invoca possibilidades de representações no campo simbólico para o seu produtor nas diferentes temporalidades e para os seus familiares, e, também, para grupos sociais que com o produtor do acervo tenha uma relação de identificação.

Essa prerrogativa deve ser orientada a partir de uma dimensão plural, reconhecendo o protagonismo de diferentes indivíduos e grupos sociais na sociedade. Os conjuntos documentais privados do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), priorizam sujeitos de uma determinada classe social, aquelas que historicamente são favorecidas: políticos, homens brancos, juristas, médicos, que investiram na produção de documentação escrita valorizada socialmente (livros, diários, arquivos pessoais).

Por outro lado, sem o processo de descrição, mesmo que se tenham os documentos em bom estado de conservação, o arquivo não conseguirá ou terá grandes dificuldades em cumprir sua função social, que é justamente possibilitar o acesso do público que realiza a pesquisa.

Nessa direção, numa linguagem matemática, podemos considerar a seguinte equação: Aquisição de acervos (Entrada de documentos) + Descrição de documentos (Saída de Informação) = Resposta à demanda de informação. Concluo que o processo de aquisição de acervo e o processo de descrição de documentos são basilares na atuação dos arquivos públicos, uma vez que o primeiro representa a entrada de documentos e o outro, a possibilidade de acesso à informação. A composição desses dois processos representa a capacidade ou as possibilidades de respostas às demandas de informação apresentadas aos arquivos públicos; e pode ser uma chave elucidativa na análise da atuação das instituições arquivísticas no contexto das lutas pelo direito à memória.

As instituições arquivísticas públicas, seja através dos conjuntos documentais públicos ou privados, conservam uma parcela significativa de registros que se referem a fatos passados sobre uma coletividade, uma memória coletiva, ou numa outra perspectiva: uma memória partilhada, que, por tabela, referem-se também a memórias individuais. Os sentidos criados a partir do acesso aos documentos de arquivos podem contribuir com a constituição das memórias individuais e dos grupos. Posto isso, numa sociedade democrática, os arquivos precisam se configurar como instituições democráticas e de direito que devem atender às demandas de todos os cidadãos e de todos os grupos.

Referências

- ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. Maria Stella de Novaes e a cultura capixaba. **Tertúlia capixaba**. Vitória, 2016. Disponível em: https://www.tertuliacapixaba.com.br/paraler/maria_stella_de_novaes_e_a_cultura_capixaba.html. Acesso em: 20 jan. 2021.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de atividades desenvolvidas no quadriênio 1999-2002**. Vitória, 2002.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz. 1991.
- BORGES, R. S.; MURGUA, E. I. O processo de aquisição de arquivos pessoais na Fundação Oswaldo Cruz: etapas e registros. **Enancib**, v. 15, 2014.
- BRANDI, Felipe. Arquivos privados e história dos historiadores: sobrevoo no acervo pessoal de Georges Duby. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana (Orgs.). **Arquivos Pessoais: Reflexões Multidisciplinares e Experiências de Pesquisa**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2010. 196p.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). **PROGED do Governo do Estado do Espírito Santo**. Governo do Estado do Espírito Santo. 2005. Disponível em: <https://proged.es.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

LOPES, Daniel. São Gabriel da Palha: *entre a lenda e a realidade*. **Jornal A Gazeta**, Vitória, 31/05/1981, sp., c.1-4.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documento e arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial, 2002. (Como fazer, 6).

MALACARNE, Altair. **São Gabriel da Palha**: a história da origem. Nova Venécia: Gráfica Cricaré, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1980.

Conflitos e Tensões no Interior da “Colônia Syria” na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX

Vanessa Kellner Francis Santos¹
Mestre em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre da dissertação, cujo título é: *As relações entre Sírios e Libaneses no Rio de Janeiro entre 1900 -1920 São Gonçalo 2019*, da qual as ideias e argumentos centrais são aqui discutidos. Assim começamos indicando que, a presente apresentação tem como objetivo apresentar as tensões e conflitos que existiram no interior da chamada “Colônia Syria” na cidade do Rio de Janeiro. No primeiro momento, iremos mostrar as narrativas que prevaleceram nos estudos acadêmicos sobre a temática, que apresentou na maioria das vezes uma comunidade extremamente unida e harmônica. No segundo momento, iremos mostrar através dos periódicos do período, alguns conflitos e tensões que mostram outro aspecto dessa comunidade.

Dentro dos diversos estudos sobre os mais variados tipos de imigração do final do século XIX e início do século XX, a imigração de sírios e libaneses se apresenta de forma peculiar. Por quê? De todas as levas migratórias que estavam ocorrendo nesse período, os imigrantes oriundos da região ocupada pelo Império Otomano não tinham uma categoria definida frente às autoridades das políticas imigratórias. Além disso, a presença gerava questionamentos e desconfianças perante a sociedade e elite brasileira já que não eram “nem brancos, nem negros, nem amarelos”. (LESSER, 2015, 87). Logo, classificar a presença dos mesmos como “desejáveis” ou “indesejáveis” era complexa e dividia a opinião da sociedade.

Esse trabalho faz parte de uma pesquisa que buscou em matérias da imprensa carioca do período, proporcionar e enriquecer análises em relação a essa imigração. Tal escolha cronológica, de 1900 – 1920, deveu-se ao fato de atender melhor o objetivo desse trabalho, que teve como intuito perceber, de forma breve, as formas como sírios e libaneses foram vistos pela sociedade carioca e, principalmente, a complexidade e interações conflituosas que existiam no interior da colônia, ainda pouco citadas em

¹ Mestre pelo do Programa de Pós Graduação de História Social – PPGHS/UERJ- FFP aprovada com a tese cujo título é: *As relações entre Sírios e Libaneses no Rio de Janeiro entre 1900 -1920 São Gonçalo 2019*, sob orientação da Dr^a Joana D’Arc do Valle Bahia.

trabalhos acadêmicos. A metodologia utilizada foi a análise de documentos, que buscou relacionar os discursos e contexto histórico de forma atenta, atrelando sempre à conjuntura e as regiões do momento analisado.

A partir disso, percebemos que o grupo foi alvo de inúmeros preconceitos por parte da população carioca, que os percebia muitas vezes como uma ameaça ao comércio, com hábitos esquisitos, arruaceiros ou briguentos, entre outras características consideradas negativas. Além disso, a partir dessa mesma imprensa, foram encontradas colunas de intelectuais sírios que dedicaram –se em desconstruir tal imagem marginalizada, utilizando dos impressos para ressaltar a qualidade, união e pontos positivos do grupo, visando assim, facilitar sua inserção na sociedade carioca. Tais descrições positivas prevaleceram nas narrativas e na maioria dos estudos acadêmicos sobre a comunidade árabe no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, observamos que ao tentarem passar uma imagem favorável do grupo, as cisões e conflitos que existiam no interior da colônia, de extrema importância para compreendermos as dinâmicas dos grupos étnicos, ficaram, muitas vezes, ofuscadas dos estudos e análises sobre essa imigração.

É importante ressaltar que, durante esse trabalho, iremos englobar os sírios e libaneses na categoria de “sírios”. Isso explica -se pelo fato de que até 1920 a chamada “Grande Síria” abrangia os territórios do Líbano e da Síria. Nas matérias analisadas, quando esses imigrantes não eram referidos de forma pejorativa como “turcos”, eram chamados de “sírios”, e os próprios imigrantes e representantes da colônia intitula-se como “sírios”.

Sendo assim, nossa proposta neste trabalho foi trazer algumas matérias que apresentem um “outro olhar” sobre essas relações, mostrando que as cisões eram mais complexas do que os primeiros estudos apresentaram.

Sírios e libaneses e suas representações.

Como mencionamos na introdução deste trabalho, ao perceberem a imagem negativa que circulava muitas vezes sobre a “Colônia Síria” na cidade do Rio de Janeiro, alguns membros da elite intelectual da colônia utilizaram as colunas dos periódicos para afastar estigmas e, assim, inserir o grupo de forma mais facilitada na sociedade carioca. Tais estigmas eram associados a um “orientalismo” europeu, muito presente na sociedade brasileira, como indica Pinto:

Já circulavam algumas representações sobre quem eles eram e qual seria o seu lugar possível na sociedade brasileira. A maioria dessas representações derivam do orientalismo europeu, embora se possa falar de certas especificidades do orientalismo brasileiro. O orientalismo português, que era uma das referências utilizadas pelos intelectuais brasileiros para pensar as populações do Oriente Médio, oscilava entre representações dos árabes como um povo indolente e irracional e aquelas que os colocavam como uma das matrizes culturais da “nação portuguesa” (PINTO, 48, 2016)

Os imigrantes do Oriente Médio chegaram ao Brasil nesse período com o passaporte do Império Otomano ²e passaram a ser classificados de forma generalizada como “turcos – árabes”, “turcos” ou “turcos – asiáticos” (PINTO,2016,56). O termo “turco” passou a ser utilizado pela sociedade brasileira para referir-se a esses imigrantes de forma homogênea e, em muitos casos, de forma pejorativa. Tal termo era associado ao comércio ambulante (principal ofício dos sírios e libaneses nas primeiras décadas dessa imigração) e trazia um sentido depreciativo, que visava constranger e inferiorizar a cultura e os hábitos desses imigrantes.

Entretanto, o termo “turco” e a generalização feita em cima do grupo foram um dos aspectos que mais incomodou os imigrantes sírios e libaneses. Ser chamado de turco era uma grande humilhação para esses imigrantes, visto que os turcos foram os opressores desse povo. Sabendo que um grupo, ao ser coletivamente nomeado, acaba gerando uma solidariedade entre as pessoas designadas, (POUTIGNAT; STREIT, 1998,45) os intelectuais da colônia ingressaram numa luta identitária, visando afastar tal categoria. Com isso, no início do século XX, o fato de serem coletivamente nomeados como “turcos” pela população, gerou a necessidade de obter-se uma “coletividade síria” que foi reforçada inúmeras vezes na imprensa com o intuito de afastar a denominação pejorativa associada ao grupo. Podemos perceber isso na matéria a seguir:

[...] Estimado representante da colônia syria escreve nos pedindo a publicação das seguintes linhas: diversos artigos tem sido publicados com relação à colônia no Brasil, e nada teria opôr se alguns desses artigos não fossem assignados por um súbdito da Turquia. Taes artigos não representam o modo de sentir dos syrios que nada tem a ver com a Turquia, salvo sob o ponto de vista do terror que o seu governo inspirava, submetendo-os a uma escravidão cujos os efeitos os obrigavam a doce refúgio. Syrios e turcos são bem distinctos : nos nada tem a ver com outros, principalmente longe da Syria e da Turquia em paiz tão grandioso e hospitaleiro como o Brazil.[...]distinctos : nós nada tem a ver com outros, principalmente longe da Syria e da Turquia em paiz tão grandioso e hospitaleiro como o Brazil.[...]³

² A região da chamada “Grande Síria” que hoje corresponde aos territórios da Síria e do Líbano foi ocupada por esse Império até 1920.

³ Jornal “O Fluminense” 1911 Edição 8235. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Como sugere Barth, a interação de indivíduos de um determinado grupo com outras culturas acaba gerando muitas vezes a redução de diferenças no seu interior, trazendo uma aproximação de códigos e valores. (BARTH, 34, 2000) Nesse sentido, observamos que a categoria de “sírio” que englobava indivíduos de regiões distintas, com culturas e religiões diferentes, acabava por “homogeneizar” e “ofuscar” as inúmeras diferenças que existiam no interior do grupo.

A partir disso, partes desses indivíduos iniciaram uma empreitada para que fossem percebidos de forma positiva e enriquecedora para a região. Devido a “divisão” de opiniões que existiam na sociedade em relação a presença do grupo, os intelectuais árabes utilizavam de marcadores de pertença étnica, exaltando seu legado histórico e cultura, como forma de mostrar o benefício que os mesmos poderiam trazer para a cidade, como observamos nessa coluna de 1908:

A utilidade dos syrios” [...] A história da syria que talvez se pretendia pintar como um paiz de selvagens, sem civilização própria e sem tradições, constitue realmente um dos principais]períodos da história antiga e liga-se tão intimamente a evolução do ocidente [...] lembrar que a Syria foi pátria dos phenicios, dominadores dos mares, factores primordiais do desenvolvimento comercial do mundo, espalharam seus hábitos de trabalho, sua língua por diversas colônias da Africa, Europa e do Archipelago Grego [...] Estudados, pois, do ponto de vista de sua origem, de sua organização social, de suas tradições de raça, o syrio pode apresentar-se aos olhos do mundo como representante de um povo organizado, prezando igualmente o nome dos seus maiores e as tradições de honras.⁴

Os grupos imigratórios muitas vezes utilizam das crenças de origem, com o passado em comum, que tem um sentido de “filiação”, corroborando para o sentido de unicidade de um grupo (POUTIGNAT, STREI, 162,1998) Visando afastar o estigma do “turco”, esses imigrantes lutam para consolidar uma identidade síria. Nesse sentido, passavam uma imagem de unicidade, que afastava suas fragmentações e conflitos culturais. Segundo o intelectual libanês Taufik Duon:

Para muitos, geograficamente falando, a Síria abrange o Líbano. Em ambos, fala-se o mesmo idioma; existem hábitos, leis e tradições idênticos, tendo ambos constituído parte integrante do Império Otomano, durante quase cinco séculos. Junta-se a isso, a união, a solidariedade e a mútua cooperação entre os dois povos, demonstrada nos países estrangeiros, onde vieram gozar, pela primeira vez na vida, a verdadeira liberdade de pensamento e da palavra, sob a proteção duma leia que a todos iguala. A explicação que se dá a tudo isto é que, tanto aqui como nos outros países onde eles se encontraram, sentiram necessidade imperiosa de se esquecer das divergências e lutas que os separavam nas suas terras de origem, e de se reunir e agrupar a fim de poderem,

⁴ Jornal Gazeta (RJ) 1908. Edição 166. Disponível em : <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

juntos, vencer os obstáculos e triunfar na vida. E em terra estranha, até dois inimigos se tornam aliados.⁵

Essa descrição encontrada no relato de Duon, sobressaiu nos primeiros estudos feitos sobre a comunidade árabe no Rio de Janeiro e na fala dos comerciantes árabes e seus descendentes na atual região da SAARA. No trabalho de Suzane Worcman (WORCMAN,20,200), encontramos uma descrição sobre a chegada desses imigrantes bem semelhante a do autor libanês. Segundo a autora “durante todo o século e até hoje, a milenar lei do comércio norteou uma convivência harmoniosa entre os grupos, mantida com absoluta clareza de propósito e suplantando a animosidade que as guerras no Oriente Médio poderiam suscitar.” (WORCMAN, 20,2000) Na mesma perspectiva, Paula Ribeiro (RIBEIRO,193,2000) descreve o espaço como “da infância, juventude e lazer onde, através de suas memórias, as experiências que são prazerosamente lembradas como uma coleção de vivências socialmente compartilhadas.” (RIBEIRO,193,2000)

Nas falas dos antigos comerciantes da região, a chegada e convivência no Rio de Janeiro foi marcada por solidariedade e união, como percebemos no depoimento do antigo presidente e filho do fundador da SAARA, Demétrio Habibb:

Aqui não se fala em guerra. Nossa guerra é pra botar o cliente pra dentro da loja. Procuramos trabalhar unidos e em paz. Esse é o espírito da SAARA. Quando os pioneiros vieram para o Rio de Janeiro, as batalhas no oriente eram quase sempre de motivação religiosa, entre diversas seitas islâmicas, os otomanos, os judeus, os cristãos. Aqui, os imigrantes encontraram uma atmosfera de liberdade, e decidiram: “religião é nas sinagogas, nas mesquitas, nas igrejas, não no nosso local de trabalho”.⁶

Como indica Pinto, a partir das décadas de 1940 e 1950 o sucesso econômico e a integração social dos sírios e libaneses passam a ser exaltadas através da rede de intelectuais árabes no Brasil e em vários pontos da América do Sul. Nesse sentido, concordamos com o autor quando o mesmo afirma que “Assim, os “indesejados” da comunidade – pobres, mal sucedidos e desviantes do modelo em geral – foram e são apagados da memória coletiva da comunidade.” (PINTO, 54,2016) Nesse sentido, buscaremos no próximo tópico apresentar um “outro lado” dessas relações, indicando através da imprensa, as tensões e conflitos existentes no interior da colônia no Rio de Janeiro.

Conflitos e Cisões

⁵ DUON,Taufik. A emigração sírio-libanesa às terras de promessa. São Paulo, editora Árabe, 1944. p.11.

⁶ 3 Entrevista disponível em: <http://www.folhacarioca.com.br/2012/12/10/saara-terreno-fertil-para-a-diversidade/>

Como mencionamos anteriormente, pouco se sabe sobre os conflitos existentes na chamada “Colônia Síria”. Entretanto, mesmo que de forma superficial, alguns trabalhos nos deram indícios dessas cisões. Clarck Knowlton (KNOWLTON,1960) menciona em seu trabalho pioneiro que “A colônia sírio-libanesa em geral está de tal forma dividida por diferenças religiosas e econômicas, rivalidades de família e de região e ciúmes pessoais, que não foi possível organizar uma sociedade que representasse toda colônia.” (KNOWLTON, 49,1960)

Outros trabalhos como os de Truzzi (TRUZZI, 1992) e Hajjar (HAJJAR, 1985) , buscam trazer uma análise um pouco mais detalhada sobre esse divisionismo, nos indicando que o fato para tais cisões pode ser explicado pela importância que a inserção social, étnica e religiosa tinha em sua terra de origem, portanto, a vinda para o Brasil não anularia rapidamente certas tensões.

Trabalhos posteriores como o de Juliana Dornellas (REIS,2008) e Chafic Choairy (CHOAIRY,2013) trazem um aspecto inovador, pois centralizam as análises nesses conflitos. Dornellas, analisa a imprensa e inquéritos criminais envolvendo sírios e libaneses em Juiz de Fora em Minas Gerais, enquanto Choairy analisa, através de periódicos e processos judiciais, os conflitos e descrições envolvendo sírios e libaneses na cidade de Piracicaba, São Paulo

No Rio de Janeiro, não encontramos trabalhos que abordassem tal temática envolvendo conflitos no interior do grupo. Tal ausência pode ser respondida pelos poucos estudos que ainda temos em relação a essa colônia na cidade. Percebemos que a imprensa carioca da época era um veículo muito rico, fornecendo indícios dessa problemática, tendo em vista que, naquele momento os periódicos possuíam um caráter “sensacionalista”, pois eram constituídos por notícias policiais, escândalos, charges colunas com assuntos diversos, entre outros. Tudo isso para atrair o maior número de leitores passíveis dos mais variados grupos. (BARBOSA, 91, 1997).

Com isso, detectamos num primeiro momento colunas de jornalistas e simpatizantes da colônia síria. Além das colunas que exaltavam a colônia, com sua união, passado e cultura brilhante, encontramos entre esses intelectuais conflitos que deixaram transparecer algumas cisões. Em 1905, o redator sírio Iben Massud publicou no jornal “A União” que, após uma coluna tratando sobre padres católicos na cidade do Rio de Janeiro, o colunista resolveu divulgar ameaças sofridas por seus patrícios.

Já tínhamos posto um ponto final ao nosso artigo quando fomos informados de que alguns de nossos patrícios, excessivamente susceptíveis, nada menos falavam em nos mandar queimar vivos; e isso por termos junto com o Revem. Padre Luiz Chidak em palestra com o amável e distinto secretário da redação d'a União externado umas ideias que não lhes agradaram. Paciência senhores! Nesta terra livre, as opiniões são livres também! É verdade que numa palestra escapam equívocos. Não nos culpe disso nem ao distinto secretário. Assumpto estranho, nomes estranhos, tudo prestava á tal. Mas em todo o caso, hão de confessar que os primeiros que aqui aportaram não eram da mais fina flor da sociedade syria. Se o adjetivo sahiu demasiadamente duro, desculpem, mas já lá foi. Zangar-se por tão pouco...efeito do calor d'estes últimos dias...⁷

Percebe-se na matéria que o que gerou incômodo nos patrícios foram às declarações expostas por Massud em uma palestra, feita sobre o perfil dos primeiros imigrantes que chegaram à cidade. Ao que parece, o colunista enquadrou os pioneiros numa categoria mais carente/marginalizada da sociedade, quando excluiu os mesmos da elite síria ao declarar que os indivíduos não eram “da mais fina flor” da colônia síria. Sabendo das hierarquias sociais existentes no interior do grupo e da preocupação que muitos membros da colônia tinham em relação a imagem do grupo perante a sociedade carioca, deduzimos que o incômodo pode ter sido gerado 1) Pela repercussão que tais declarações poderiam ter na sociedade carioca, visto que a imagem positiva e de êxito do grupo era cultivada pelos intelectuais e elite da colônia 2) Devido ao fato do colunista ter generalizado a classe social dos primeiros imigrantes, ofendido, talvez por isso, membros de famílias pioneiras e pertencentes à elite. Na edição posterior, Massud ⁸ almejando desmentir uma suposta declaração que falava da colônia de forma homogênea e unida, relatou:

Rebattendo assim aquellas pretendidas rectificações declaro mais que a homogeneidade que ele pretende existir na colônia, só existe superficialmente, pela força das circunstâncias e pelas necessidades das relações comerciais. Não pode ser de outro, pois que os syrios da colônia pertencem a três classes diferentes: a da nobreza que tem poucos representantes; a burguesia que tem igualmente os seus, com nomes conhecidos e respeitados, e enfim, a classe laboriosa, não menos honesta e trabalhadora, mas que não pode pretender a nomes hereditários e conhecidos. Dispensso-me de citar nomes, porque neste caso a força e a fogueira não seriam julgados suficientes para este seu criado. O esquartejamento, acompanhado de algumas torturas bem refinadas, seria mesmo uma leve reparação⁹.

Podemos perceber na declaração a estratificação e hierarquias pouco mencionadas nos trabalhos acerca da comunidade árabe, da qual inferimos a complexidade das suas relações internas. No entanto, foi nas “Ocorrências de Rua” que encontramos notícias

⁷ Jornal A União 1905. Edição 217. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

⁸ Jornal A União 1905. Edição 222. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

⁹ Jornal A União 1905. Edição 222. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

sobre agressões físicas, verbais, homicídios, entre outras, que nos possibilitou encontrar o maior número de tensões entre patrícios, principalmente os de classe mais baixa da colônia síria. A maioria desses atritos se desenrolava principalmente nas áreas centrais da cidade e entre homens¹⁰ principalmente na Rua da Alfândega e nos seus arredores. Segundo Boris Fausto: O envolvimento de imigrantes em conflitos e crime

O envolvimento de imigrantes em conflitos e crimes pode ser explicado se levarmos em consideração que, ao chegarem em várias cidades brasileiras, os indivíduos de variados países se depararam com as frustrações da expectativa de ascensão social e com uma sequência de violências geradas por muitas dificuldades materiais e psicológicas. Tudo isso era atrelado ao árduo esforço de “fazer a América” em curto prazo, acarretando assim situações complexas.¹¹

As matérias envolvendo conflitos entre patrícios por freguesias e questões comerciais foram as mais citadas nas colunas dos jornais. Por toda cidade, o confronto entre membros da colônia era percebido como nos indica a matéria intitulada “Uma briga que acaba na polícia”¹²

Entre os syrios José Abrahão vendedor ambulante, residente a rua de São João nº44, Paquetá e Esber Adala, morador a rua Aristedes Lobo nº 240 deu-se hontem uma desintelligencia com dentadas e troca de sopapos. Quando os dois lutadores menos esperavam, apareceu a polícia do 9º districto que, da Rua Malvino Reis, onde eles se achavam, os levou para a delegacia, onde foram autuados em flagrante. Abrahão ficou com três dentes partidos e Adala com o rosto mordido.¹³

A maioria das matérias que divulgavam conflitos em residências que serviam como comércio eram curtas e pouco detalhadas, como a dos sírios Manoel Azabi e Liba Abrahão. A matéria relata que ambos eram empregados na casa nº 340 da Rua Buenos Aires e, por questões de trabalho, empenharam-se na luta corporal. Os dois saíram com ligeiros ferimentos e foram direcionados para a delegacia do 4º distrito.¹⁴

Sabendo que grande parte dos sírios e libaneses tinham como principal ofício o comércio (ambulante ou lojas), tais conflitos entre os mesmos podem ter sido gerados pela concorrência comercial e inserção nessa atividade. Outros conflitos sem motivo aparente ou por questões “frívolas” também ocorriam com frequência, principalmente nos espaços de lazer como em cafés e bares da cidade, principalmente nos arredores da Rua

¹⁰ Isso pode ser explicado se levarmos em consideração que no início da imigração, a maioria eram homens. Além disso espaços de lazer como bares e o comércio ambulante tinham predominância do sexo masculino.

¹¹ I FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 62.

¹² Jornal “O Jornal” de 1919. Edição 188. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

¹³ 4 Jornal “O Jornal” de 1919. Edição 188. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

¹⁴ Jornal O Jornal 1919. Edição 188. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

da Alfândega. Em 1920, os sírios amigos Boassar Lakar e Mario Henrique,¹⁵ entraram em briga corporal num botequim na Rua Buenos Aires devido a uma “partida de bilhar”. Em outra edição do mesmo periódico, encontramos outro conflito entre sírios nesse mesmo bar, não sendo divulgado o motivo do atrito.¹⁶

Embora sírios e libaneses estivessem distribuídos por toda a cidade do Rio de Janeiro, a Rua da Alfândega e suas adjacências, por terem a maior concentração de imigrantes oriundos do Oriente Médio desde o início do século XX, ficou conhecida como uma espécie de “recanto árabe”.

Esse local, que hoje é a Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega (SAARA), ficou conhecido por diversas narrativas de sociabilidade e união entre sírios e libaneses. Narrativas sobre a convivência pacífica e harmoniosa foram exaltadas diversas vezes pelos comerciantes árabes da região. Entretanto, a matéria do periódico “O Jornal” de 1919 nos mostra um outro aspecto dessa convivência:

[...]Entre as muitas habitações collectivas da zona do 4º districto, está a de n° 356, da rua, que, como as suas congêneres, tem como seus moradores, na maioria, turcos e syrios. Entre esses últimos residentes ali figuram Alcio Antunes, barbeiro com 31 anos de idade solteiro e Saride Ghie, viúva e com 52 anos de idade. Hontem como frequentemente sucede nas habitações coletivas, houve entre os dois patrícios, por motivos fúteis, uma acalorada discussão. Antunes que, na qualidade de barbeiro, não abandona jamais sua navalha, empunhou-a e investiu para Saride, vibrando-lhe um golpe na região parietal direita. Aos gritos de sua victima, tentou fugir Antunes, que deitou a correr pela rua da Alfandega.¹⁷

Percebe-se que a matéria trata tal conflito como algo “comum”, indicando que as tensões eram corriqueiras naquela região. Com isso, podemos perceber que a relação desse grupo e a construção da comunidade árabe na cidade do Rio de Janeiro não esteve isenta de conflitos.

Considerações Finais

Buscamos neste trabalho trazer uma nova perspectiva acerca das relações internas da colônia síria através dos conflitos apresentados pelos periódicos do período. Nos trabalhos mais recentes como os de Paulo Hilu da Rocha Pinto¹⁸ e Guilherme Curi¹⁹, obtivemos informações e dados de extrema relevância para a análise das relações e

¹⁵ Jornal Gazeta Notícias 1920. Edição 360. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

¹⁶ Jornal O jornal 1920. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

¹⁷ Jornal O Jornal 1919. Edição 79. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

¹⁸ PINTO, Gabriel Hilu da Rocha. Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural. Rio de Janeiro. Viva. 2010.

¹⁹ CURI, Guilherme Oliveira. O MAHJAR É AQUI! A comunicação contra hegemônica dos intelectuais árabe-brasileiros. Tese de doutorado para obtenção do título de Doutor em comunicação e cultura. UFRJ. Rio de Janeiro, 2018.

dinâmicas internas desse grupo. Entretanto, as questões em torno das cisões foram pouco exploradas. Com isso, nosso intuito foi enriquecer e complementar a história da imigração árabe no Rio de Janeiro, visto que, contamos com poucos trabalhos sobre os conflitos dessa comunidade.

Referências

- BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880 -1920). Intercom. Rev .Bras. de Com. São Paulo, Vol XX n° 2, p. 87-102. Jul/dez 1997.
- CURI, Guilherme Oliveira. O MAHJAR É AQUI! A comunicação contra hegemônica dos intelectuais árabe-brasileiros. Tese de doutorado para obtenção do título de Doutor em comunicação e cultura. UFRJ. Rio de Janeiro,2018.
- CHOAIRY, Chediad. De “turcos a mascates”: O questionamento da identidade sírios e libanesa em Piracicaba (1889- 1930). Dissertação para obtenção do título de Mestre em sociologia. Universidade Federal de São Carlos. São Paulo. 2013
- DUON, Taufik. A emigração sírio-libanesa às terras de promessa. São Paulo, editora Árabe,1944
- FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HAJJAR, Claude Fahd. Imigração árabe: 100 anos de reflexão. São Paulo. Ícone. 1985
- JODELET, Denise.” Representações Sociais: um domínio em expansão.In. As representações sociais. Rio de Janeiro. Editora da UERJ. p 17-44.
- LESSER, Jeffrey. Construindo o espaço étnico. In: A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo. Unesp. 2015. p. 87.
- KNOWLTON, Clark. Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial. São Paulo: Anhembi, 1960.
- MACHADO, Izamara Bastos. A imprensa do Rio de Janeiro da Belle Époque. Dissertação (Título de Mestre em Comunicação). Universidade Federal do Rio de Janeiro.2005
- POUTIGNAT, Phillipe; STREI, Fernart Jocely. Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo. Unespe, 1998.
- PINTO, Gabriel Hilu da Rocha. Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural. Rio de Janeiro. Viva. 2010.
- PINTO, Gabriel Hilu da Rocha. El labirinto de espejos: Orientalismos, Imigração e Discursos sobre a nação no Brasil. Rio de Janeiro.2016
- REIS, Juliana Gomes Dornelas. Na América, a esperança: os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes em Juiz de Fora, Minas Gerais (1890-1940). 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em História, Juiz de Fora, 2008.
- RIBEIRO, Paula. ‘Saara’: uma paisagem singular na cidade do Rio de Janeiro (1960 – 1990) 200. 229 f. Dissertação (Mestre em História Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.
- TRUZZI, Oswaldo De Mascates a Doutores: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo, Ed. Sumaré, 1992.
- WORCMAN, Susane. Saara. Relume Dumará. Rio de Janeiro.2000.

Fotografia e Representação: os refugiados do pós-Segunda Guerra em perspectiva

Vanessa Mendonça Leite¹
Mestre em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Esse texto decorre da dissertação intitulada “Os refugiados do pós-segunda guerra na imprensa carioca: uma análise dos olhares de *A Noite Ilustrada* e de *Revista da Semana*”, em especial do capítulo “O Brasil espera que cada um cumpra com seu dever: o grupo inaugural de refugiados e deslocados de guerra pelas lentes de *A Noite Ilustrada* e *Revista da Semana*”, do qual as ideias e argumentos centrais são aqui discutidos.

No dia 27 de maio de 1947, *A Noite Ilustrada* publicou a reportagem intitulada “Deslocados de guerra”, que tratava sobre o recém-chegado grupo de refugiados e deslocados europeus desembarcados no Brasil e acolhidos na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, com destaque para a presença do médico e antropólogo Arthur Ramos no local, envolvido com a realização de estudos avaliatórios sobre os imigrantes.

As fotografias são de autoria de “J. Souza”, sobre quem não foi possível encontrar qualquer informação, enquanto o texto é creditado ao jornalista José Leal, que ficou mais conhecido por uma série de matérias realizadas para o jornal *O Globo*, em 1956. Nascido no município de Lagoa Nova, na Paraíba, em 20 de dezembro de 1924, José Leal iniciou sua carreira como repórter no Rio de Janeiro, em 1945, e ao longo de sua vida colaborou com grandes veículos como *A Noite Ilustrada*, *Diário da Noite*, *A Cigarra*, *Última Hora*, *Manchete* e *O Cruzeiro*, onde alçou o ápice profissional, trabalhando ao lado de figuras como o renomado fotógrafo José Medeiros (DÓRIA, 2016).

Na década de 1950, José Leal passou seis meses internado no Hospital Psiquiátrico da Universidade do Brasil (hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) para tratar do vício em álcool. Após sua saída, o jornal *O Globo* aceitou transmitir uma série de textos que o jornalista havia escrito, incentivado pelo médico Jurandyr Manfredini, sobre sua experiência. A publicação de “180 dias na fronteira da loucura”, lhe rendeu o Prêmio Esso de Jornalismo, a mais importante premiação da categoria (TARTAGLIA, s/d). No ano seguinte, em 1957, José Leal esteve à frente de outra notável

¹ Egressa do curso de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, orientada pelo Dr. Luís Reznik. Ingresso: 2019. Conclusão em 202, com a dissertação: Os refugiados do pós-segunda guerra na imprensa carioca: uma análise dos olhares de *A Noite Ilustrada* e de *Revista da Semana*.

sequência jornalística também veiculada por *O Globo*, denominada de “Um repórter na rota do contrabando”, em que revelou grandes esquemas de tráfico de armas no norte do país. O jornalista morreu aos 52 anos, em 02 de janeiro de 1977, no Rio de Janeiro.

Dentre um total de 21 imagens associadas à reportagem em questão e distribuídas em 8 páginas, é possível considerar que o conjunto é dividido em dois atos.



Um primeiro, composto por fotografias dos imigrantes – homens, mulheres e crianças – apresentados em grupo e um segundo momento, em que esses registros dão lugar a retratos individuais de pessoas destacadas por suas origens nacionais, a maioria da região leste da Europa.

A promoção do fotojornalismo legou um novo estilo ao padrão gráfico das revistas ilustradas graças à contribuição decisiva do editor de fotografia, o maestro responsável por arquitetar todo o percurso fotográfico, ponto nevrálgico do gênero.

O editor, figura que surgia nos anos 1930, originou-se do processo de especialização de funções na imprensa e passou a ser o encarregado de dar sentido à imagem, articulando adequadamente palavras e imagens, através do título, da legenda e de breves textos que acompanhavam as fotografias. A teleologia narrativa das reportagens fotográficas tinha como objetivo precípua capturar a atenção do leitor, ao mesmo tempo em que o instruíam na maneira adequada de ler a imagem. (MAUAD, 2005, p.50)

As formatações antigas, típicas do início do século XX, com imagens em tamanhos iguais, enquadramento central e sem grandes tratamentos de edição, consumadas em dinâmicas monótonas de leitura (MAUAD, 2005, p.49), cederam passagem a um novo tipo de diagramação, planejada em prol do aspecto visual da composição. O emprego da impressão em rotogravura abriu caminho para a circulação das fotorreportagens por possibilitar publicações de imagens em alta qualidade.

Assim, as fotografias passaram a ocupar espaços mais amplos e diversos no quadro da revista, um recurso muito utilizado para causar impacto e guiar a narrativa, exibidas em páginas duplas ou integralmente na superfície total da folha, não raro, transbordando os limites da margem. Intervenções, cortes e reenquadramentos no retrato original também eram comuns para adequar o material ao roteiro elaborado (COSTA, 2012, p.23). Quanto ao *corpus* textual, inscrevia-se como bloco de apoio, cumprindo a função de caixa de ressonância que “(...) amplificava o caráter ideológico da mensagem fotográfica” (MAUAD, 2005, p.57). É nesse contexto que o fotógrafo deixa de ser encarado como simples muleta editorial e conquista autonomia na cobertura jornalística, concretizando uma parceria mais equilibrada com o repórter. Até os anos 1940, por exemplo, era exceção à regra fotos que contassem com indicativo de autoria na grande imprensa.

Se a comunicação visual era núcleo por excelência do fotojornalismo, o autor dos registros também deve ser foco de interesse pelo papel ativo que exerce nessa construção. Apesar do verniz de verdade que a fotografia desperta por sua fidedignidade estética ao real, a objetividade de seu testemunho reside apenas na aparência. A captura da imagem é sempre delimitada pelo olhar de quem orienta a câmera e, por isso, “(...) a fotografia não deve ser pensada como um documento que vale por si mesmo, neutro, isento de manipulações” (KOSSOY, 2014, p.47).

O ato fotográfico é um processo balizado por filtros técnicos, culturais e ideológicos, que apesar de expressarem estruturas distintas, são conjugados e acionados em concomitância. Logo, o produto decorrente dessa ação é impregnado de vieses e de intenções, quer animado por um desejo pessoal ou por exigências comissionadas, que afetam diretamente a concepção e o arranjo fotográfico.

(...) torna-se [o fotógrafo de imprensa] um mediador entre o processo histórico, as demandas sociais e sua elaboração através das fotografias, recriando nas páginas das revistas e jornais uma complexa narrativa histórica dos fatos e acontecimentos, ao mesmo tempo em que materializa em imagens os anseios e expectativas de um projeto social. (MAUAD, 2005, p.60)

O ponto crucial em apresentar e compreender a trajetória dessas personagens, suas filiações corporativas, referências, subjetividades e relações que moldam suas práticas de carreira, contudo, esbarra na lacuna de produções que se debruçam em investigar e resgatar a memória de muitos desses sujeitos, seja por caminhos que ainda precisam ser desbravados na história da fotografia e do fotojornalismo no Brasil ou pela falta de repercussão que tiveram seus trabalhos. Sobre esses agentes anônimos, Boris Kossoy (2014, p.67 e 68) argumenta que a consagração profissional parte sempre de um processo seletivo de fundo ideológico e que irradiado pelo efeito cumulativo da repetição, estimula a notoriedade de certos nomes em detrimento de outros.

Sem menosprezar a parcela de criatividade dos fotógrafos e o mérito de suas experiências, é preciso ter em mente que a fotografia de imprensa obedece às agendas institucionais do veículo que a legitima e a materializa na sociedade. Os detentores da informação exercem controle sobre o destino e a construção de sentido dessas obras, arbitrando sobre quais imagens serão expostas e quais ficarão relegadas à clausura. É incorporada aos meios de comunicação de massa que a fotografia manifesta sua dimensão pública e nessa condição é chamada a assumir uma ocupação política como canal de visibilidade a estratégias de poder ou mesmo as disputas de poder (MAUAD, 2013, p.13). “A fotografia pública produz visualmente um espaço público nas sociedades contemporâneas, em compasso com visões de mundo as quais se associa” (MAUAD, 2013, p.13). Os grandes conglomerados que intervêm na formação de um senso comum e na conformação do imaginário social, também atuam no agenciamento de uma memória pública, ao produzir e fixar no tempo histórico uma versão dos acontecimentos (MAUAD, 2013, p.13). Essas mídias desempenham um papel capital na ordenação dos fluxos caóticos de eventos mediante modelos narrativos que os ajustam num todo racionalizado, selecionando os assuntos.

Nesta perspectiva, “(...) o fotojornalista não apenas reporta a notícia, como também as cria” (MAUAD, 2005, p.59).

Na verdade isto significa que, num determinado contexto histórico-cultural, as narrativas convencionais no (fotojornalismo contribuem para que seja dado significado social a determinados acontecimentos em detrimento de outros, promovendo por consequência certos acontecimentos e não outros, à categoria de notícias, concorrendo para dar uma aparência de ordem ao caos que é a erupção aleatória de acontecimentos gerando inteligibilidade ao real, devido À taxonomização deste em determinadas categorias. (MAUAD, 2005, p.59)

Grande parte dos episódios que entraram para a história do século XX foram anunciados e correram o mundo sob o signo das imagens, mas as informações contidas nessas fontes se encontram para muito além de seus limites, respondem a uma natureza polifônica. Toda fotografia carrega consigo os regimes de visualidade da sociedade que a originou e processa essa mensagem no tempo. Portanto, as nuances e cosmovisões inscritas no artefato fotográfico só podem ser plenamente decodificadas a partir de aportes que sejam capazes de contrapor o contexto histórico, as convenções sociais e os códigos culturais mobilizados em sua produção, de modo a recuperar os circuitos sociais da fotografia e as tensões envolvidas na esfera dessas interações.

O procedimento fotográfico reúne em si duas realidades que se implicam mutuamente, a primeira é o próprio passado no instante curtíssimo de sua duração no espaço/tempo e a ação do fotógrafo em cristalizá-lo visualmente, tão logo praticada, concretiza a segunda realidade. Esta corresponde a manifestação sêmica da fotografia em sua extensão documental, ou seja, o ícone da representação, que é cuidadosamente montada, sedutora, mas nunca inocente (KOSSOY, 2016, p.24). Enquanto a fotografia é resíduo e testemunho da realidade “(...) é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautada sobre códigos convencionalizados culturalmente” (MAUAD, 2005, p.139). Devido ao caráter ambíguo de sua trama documental, esse registro consente múltiplas interpretações que deixam margem à criação de novas verdades. No terreno da imprensa a elaboração da representação fotográfica é continuamente manipulada através de sua pós-produção, em sua editoração e intertextualidade enquanto dispositivos que direcionam o olhar e a compreensão do leitor.

A fotografia jornalística, enquanto um objeto dotado de autonomia estrutural, não deve ser considerada um aporte isolado, visto que se comunica com o elemento textual e é a partir dessa conjugação que se revela a totalidade da informação. A fim de que seja possível alcançar a compreensão sobre sua complementaridade, é indicado a análise em separado de ambos os sistemas. Neste aspecto, Roland Barthes ressalta que o próprio texto, seja o corpo da notícia ou a legenda conferida, pode funcionar como uma mensagem destinada a conotar a imagem ao suscitar um ou vários sentidos outros ao registro. A fotografia não performa mais como ilustração a serviço do texto, para esclarecê-lo ou concretizá-lo, antes, a palavra “(...) torna a imagem mais pesada, impõem-lhe uma cultura, uma moral, uma imaginação (...)” (BARTHES, 1990, p.20). A depender da apresentação estilística da escrita, o efeito interpretativo que o componente verbal causa ganha outros contornos.

Uma produção que aproxime mais a palavra da fotografia pode criar a enganosa sensação de objetividade da informação, numa espécie de tradução neutra da imagem. É possível, ainda, que artifícios como a legenda, por exemplo, expressam um sentido totalmente novo, produto de especulações, ou diametralmente oposto ao referente.

Cabe aos historiadores e especialistas no estudo das imagens, a tarefa de desmontagem de construções ideológicas materializadas em testemunhos fotográficos. Decifrar a *realidade interior* das representações fotográficas, seus significados ocultos, suas tramas, realidades e ficções, as finalidades para as quais foram produzidas é a tarefa fundamental a ser empreendida. (KOSSOY, 2016, p.25)

O texto da reportagem tem início com um preâmbulo sobre as recordações que aquele “(...) pequeno mundo insulado no meio do Atlântico (...)” (LEAL; SOUZA, 1947, p.04) despertava na memória do escritor, especialmente a de uma fotografia avistada por ele alguns anos antes, exibindo um repórter em entrevista com prisioneiros na Ilha das Flores, no tempo em que o lugar serviu de presídio, nos idos de 1942. À época da imagem a Hospedaria de Imigrantes desempenhava outras funções e o autor não passava de um aspirante a jornalista. Naquele momento, no entanto, a hospedaria retomava suas atividades originais e José Leal tinha finalmente conseguido realizar seu desejo profissional.

A viagem marítima de 45 minutos na lancha-transporte do serviço de imigração que levará a equipe de *A Noite Ilustrada* e outros funcionários da repartição até a Ilha das Flores, foi preenchida por conversas entre José Leal e o então diretor do Departamento Nacional de Imigração, Péricles de Carvalho. A presença deste último, provavelmente, se justificaria para acompanhar os primeiros passos dos estudos de Arthur Ramos com os refugiados e deslocados. Descrito como “(...) um especialista no assunto imigratório, moço e dono de amplos conhecimentos, que recolheu em suas viagens pela Europa vasto material para enriquecimento de sua capacidade” (LEAL; SOUZA, 1947, p.04), o chefe do DNI era elencado enquanto autoridade respeitável e digna de crédito.

Em esclarecimento às indagações levantadas, Péricles de Carvalho enfatizava que os imigrantes recebidos em solo brasileiro haviam sido cuidadosamente selecionados por uma comissão especial, coordenada por Artur Hehl Neiva, nas zonas ocupadas pelos aliados na Alemanha e na Áustria, como resultado de um acordo que o Brasil assinará com o “(...) Comité Intergovernamental de Refugiados de Guerra, comprometendo-se a receber cinco mil pessoas, e se estas forem úteis, mais sessenta mil” (LEAL; SOUZA, 1947, p.04). É acrescentado, ainda, que “esta imigração é a mais perfeita possível, é a

chamada ‘imigração dirigida’, com muitas exigências feitas” (LEAL; SOUZA, 1947, p.04), de maneira a evitar o recebimento de “elementos prejudicados, incapazes para o trabalho, sofredores de neuroses, etc. (...)” (LEAL; SOUZA, 1947, p.04).

Após chegar ao destino, José Leal relatava estar entre as vítimas da “sêde dominadora de Hitler”, pessoas atingidas por uma desgraça “(...) que os fez perder os lares e a paz, os chamados ‘deslocados de guerra’ (...)” (LEAL; SOUZA, 1947, p.04). Mesmo vinculados internacionalmente a categoria de refugiados, o veículo optou por utilizar durante toda a matéria, inclusive no título, a designação de deslocados de guerra para se referir àqueles imigrantes, provavelmente em consonância a prática semântica adotada pelos agentes brasileiros. É informado, ainda, que o grupo abrigado era composto por 861 “(...) homens e mulheres, que acabaram de vir para ajudar a nossa agricultura, a nossa indústria, dando impulso ao maquinismo que sustenta a nação” (LEAL; SOUZA, 1947, p.04).

Na parte final, o texto de José Leal se resume às anotações de suas impressões sobre os entrevistados, com descrições precisas sobre suas características físicas ou opiniões sobre suas personalidades, aliada a uma pequena trajetória de suas vidas. Neste ponto, os retratos associados cumprem a função de emular, através da narrativa jornalística e do percurso visual, o exame antropométrico que Arthur Ramos e seus assessores estavam realizando, não pelas métricas de uma antropologia física, mas pelos moldes do olhar e de como ele é socialmente formado. Essas fotografias de alguma forma reúnem os refugiados e deslocados em coletividade, mas diferente dos casos anteriores, eles não são agrupados por aquilo que tem em comum ou de forma a despersonalizá-los, mas por aquilo que os torna diferentes, suas identidades nacionais, vistas através de olhares estereotipados, é bem verdade.

Após a conclusão do enredo de que essas pessoas fortes, mas cansadas do sofrimento da guerra, mereciam a chance de uma vida tranquila, o texto da reportagem termina de uma forma nada sutil: “O Brasil espera que cada um cumpra com seu dever!” (LEAL; SOUZA, 1947, p.09). O imperativo dessa sentença conclui uma determinação como se para cada um daqueles indivíduos retratados em particular, mas também como extensão para todos os outros.

Na edição número 25, de 21 de junho de 1947, a *Revista da Semana* publicava em suas páginas a matéria intitulada “Braços para o Brasil”, fruto da colaboração entre o texto de Ney Machado e fotografias de Arnaldo Vieira, contudo, quaisquer outras informações sobre os produtores são incógnitas.

A reportagem é dividida em subtítulos e cada seção se dedica a discorrer sobre um aspecto que envolve a vinda dos refugiados e deslocados. Como na reportagem anteriormente examinada, do *A Noite Ilustrada*, aqui também é salientado o esforço do governo brasileiro em selecionar os melhores perfis de imigrantes para ocupar o território nacional e os postos de emprego. Logo após uma longa e bem detalhada exposição sobre o assunto, a matéria encaminha uma pequena história sobre a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, reservando uma seção inteira sobre os momentos que o local se converteu também em presídio. Por fim, já nas páginas finais da revista, o jornalista Ney Machado dedica espaço para registrar o conteúdo de algumas conversas que teve entre os imigrantes abrigados na Ilha das Flores. A matéria é acomodada em onze páginas, com um total de 17 fotografias.

Em seus primeiros tópicos, Ney Machado concentra-se em apresentar e delinear os acordos internacionais que definiram os termos para o repatriamento dos “(...) milhares de deslocados” (MACHADO; VIEIRA, 1947, p.04) no Brasil. Aqui também o termo adotado para se referir às vítimas da guerra recepcionadas em solo brasileiro é o de deslocados. É salientado que o país foi uma das primeiras nações a se juntarem a iniciativa do Comitê Intergovernamental para Refugiados, enviando uma comissão de seleção sob a chefia de Artur Hehl Neiva, “(...) com a incumbência de estudar o tipo racial dos imigrantes que mais nos conviesse e com maiores probabilidades de aclimação ao nosso ambiente” (MACHADO; VIEIRA, 1947, p.06). Como fruto do acordo com a CIR, informa a notícia, desembarcaria em terras brasileiras uma cota de cinco mil imigrantes, a título de experiência, e caso fosse bem-sucedida, se seguiria a recepção de mais sessenta mil.

Ao longo do texto, o autor se dedica a apontar que haveria disputas por “quotas migratórias” entre alguns países latino-americanos que desejavam receber esses indivíduos, argumentando que o momento era propício para países de baixa densidade demográfica, como o Brasil, arregimentar força de trabalho produtiva para a lavoura e indústria. Mais à frente, a matéria elogiava “(...) o tipo físico, o tipo racial e tantos outros fatores favoráveis do primeiro contingente (...) A amostra estava ‘caprichada’ demais” (MACHADO; VIEIRA, 1947, p.55). O país teria obtido vantagens na escolha dos deslocados e refugiados de guerra por ter sido “(...) o primeiro selecionador que se apresentou nos campos da UNRRA” (MACHADO; VIEIRA, 1947, p.55). Ney Machado

arremata: “A nossa impressão foi, de um modo geral, favorável, sob todos os aspectos, quanto aos nossos futuros compatriotas” (MACHADO; VIEIRA, 1947, p.55).



Em *A Noite Ilustrada* e *Revista da Semana*, as mídias representativas do gênero das revistas ilustradas, texto e imagem se articulam com o objetivo de narrar uma história ao leitor. Portanto, para que seja possível acessar o discurso visual veiculado, se faz também necessário uma leitura não apenas de alguns fragmentos da sequência fotográfica, mas de todo o seu encadeamento.

Em se tratando da fotorreportagem publicada nas páginas de *A Noite Ilustrada* por José Leal e J. Souza, o texto convida o argumento de autoridade do diretor do Departamento Nacional de Imigração, Péricles de Carvalho, para informar ao público sobre o que se tratava a leva inicial de refugiados e deslocados que o Brasil estava a receber. Nesse ponto, sublinha-se o caso intrigante das medições antropométricas levadas a cabo na Ilha das Flores, descrita como um avanço no estudo das raças e tipos dos imigrantes recém-chegados, em um momento que o sistema de ideias a que o procedimento costuma servir, a saber, o movimento eugenista, perdia força pelo mundo. Ademais, a escrita de José Leal parece ser permeada de uma modulação um tanto aventureira de sua passagem pela Hospedaria de Imigrantes, como o diário de um desbravador de novas terras e de novas histórias.

A coleção fotográfica de J. Souza é tomada por enquadramentos centrais, planos médios ou mais abertos no registro de ajuntamentos e planos mais fechados

principalmente em capturar poucos indivíduos ou particulares. As fotografias são marcadas por pontos escurecidos que em alguns casos prejudica a visualização das cenas. De modo geral, as fotografias assumem uma orientação verticalizada ou quadrada nas páginas da revista, pouco são os casos em que se encontram em posição horizontal. Recursos de destaque do material, como páginas duplas e inteiras e imagens sangradas que extrapolam o campo visual para além das medidas de borda, também são empregados.

O percurso fotográfico inicial concentra a atenção nos grupos de imigrantes que ocupavam a Ilha das Flores. A manchete visual abre com a captura de homens, mulheres e crianças no refeitório, passando ao registro de uma turma de crianças organizadas em um jardim, chegando até um pequeno grupo de homens jovens e aparentemente fortes, saudáveis. A figura de tantas crianças pressupunha a presença de muitos núcleos familiares no local. A saúde e a prontidão para o trabalho estava marcada nas imagens dos exames antropométricos que validaram a qualidade desses indivíduos e na fotografia que descreve um sujeito com o dorso nu e musculoso em exame médico, portanto, ao menos fisicamente capacitado.

A trajetória da narrativa ganha novos contornos num segundo ato, quando a documentação fotográfica, corroborada pelo elemento textual, é apresentada numa sequência de retratos que não remonta a acontecimentos. Mas as identidades, sendo largamente utilizadas como ferramenta para justificar ideias relacionadas a raça das várias personagens registradas, como uma extensão dos exames antropométricos a que muitos foram submetidos emulado nas páginas da revista, fixando suas características “peculiares” através da suposta objetividade da câmera. Seja neste ponto da narrativa visual ou no primeiro ato de seu percurso, um elemento em comum os atravessa, a presença sempre visível das crianças. Não por acaso, a fotografia chamariz da matéria, agregada na quarta capa, é justamente a de uma criança e sua boneca, enquanto representação da infância.

Em *Revista da Semana*, o texto do jornalista Ney Machado é mais minucioso acerca dos acordos que delineiam a vinda dos refugiados e deslocados, além de possuir um tom evidentemente elogioso sobre a qualidade do primeiro contingente recepcionado na Hospedaria de Imigrantes e de reservar um espaço expressivo para tratar especificamente da Ilha das Flores e sua história. Esse aspecto marca também o percurso fotográfico de Arnaldo Vieira, com imagens do prédio da administração visto da Baía de Guanabara e fotografias dos imigrantes desfrutando de suas dependências, como cenas no alojamento e no corredor.

Aqui a maioria das imagens são marcadas por uma superexposição e por planos que variam entre fechados e um pouco mais abertos, quando registra a brincadeira das crianças e a entrevista no gramado da Ilha das Flores. Já os ângulos variam entre, normais, plongées, contra plongées. Os formatos das fotografias na página da revista variam entre quadrados, horizontais e verticais, a montagem segue uma padronização quase geométrica das imagens unidas em conjunto. A estratégia das exposições fotográficas em páginas inteiras também é aproveitada. Novamente, a presença das crianças é evidente, mas dessa vez sua figura surge também associada à maternidade e a família de constituição mais nuclear. Quando são registradas em grupo, as crianças estão em brincadeiras ou em clima mais descontraído. Um outro ponto que a câmera parece se interessar é em capturar cenas que assimilem o cotidiano dos refugiados e deslocados abrigados na instituição.

Um elemento que salta aos olhos na construção gráfica de ambas as revistas em comparação, diz respeito ao espaço reservado à propaganda em cada uma. Se a *Revista da Semana* se exime dos anúncios nas páginas que compõem a reportagem, *A Noite Ilustrada* traz em todas algumas publicidades e em tamanho considerável. Para além disso, existem pontos de aproximação entre ambos os veículos, como o modo de apontar os recém-chegados enquanto deslocados de guerra, talvez como uma forma de esvaziar todo o drama humanitário da condição dessas pessoas e induzir a uma leitura de que seu acolhimento tem um caráter prático bem delimitado e que, portanto, era esperado que cumprissem com o objetivo.

Dessa forma, incide sobre a representação desses sujeitos, em ambas as revistas, uma expectativa sobre os papéis que deveriam desempenhar na sociedade brasileira. A abordagem de uma identificação anticomunista desses imigrantes é outro aspecto compartilhado, bem como uma visão entusiasmada sobre essa imigração. Por último, existe uma personagem que atravessa as duas narrativas e atrai o interesse dos repórteres e fotógrafos, provavelmente por se destacar entre a população de maioria do leste europeu que habitava a hospedaria, o imigrante da Mongólia, Andrei Perwijn, que é descrito pela narrativa de *Revista da Semana* como uma exceção, uma experiência acompanhada de perto, possivelmente encarado a partir de um certo “exotismo”.

Considerações finais

A partir do cotejo de diferentes fontes e das análises fotográficas, foi possível perceber que a projeção feita por aquela sociedade acerca da imagem dos refugiados e

deslocados repousava na expectativa de que aqueles indivíduos suprissem a carência de mão de obra qualificada na agricultura – atividade que a população brasileira, em sua maioria ocupante do universo urbano, não se dispunha a fazer – e na indústria. O país estava disposto, através do retorno de uma imigração dirigida, a receber esses imigrantes e livrá-los da vida incerta nos campos de refugiados pela Europa, desde que esses indivíduos tivessem as competências exigidas para atender conveniências brasileiras. A presença recorrente de homens jovens e aparentemente saudáveis nas fotografias publicadas, reforça o caráter prático dessa imigração, em que as revistas, tanto *A Noite Ilustrada* como *Revista da Semana*, optamos por tratá-los como deslocados, demonstrando certa supressão de qualquer perspectiva humanitária envolvida nesse ingresso. Mas existia uma dimensão sensibilizadora no âmbito dessas imagens, principalmente quando retratavam e destacavam a aparição volumosa de crianças entre o contingente inicial, sem perder de vista a associação dos infantes com a imigração familiar. De modo geral, os veículos se posicionavam a favor desse fluxo imigratório e em tom elogioso ao governo federal pelo declarado sucesso da seleção, que se ancorava no tripé saúde, perfil profissional e identidade política, aspectos que foram minuciosamente abordados nas páginas das revistas.

Partindo do princípio de que é em contato com o outro que as identidades são formadas ou reafirmadas dentro de um sistema simbólico de representações, destaca-se que no anseio da busca pela representação anunciada dos refugiados e, portanto, sujeitos externos a sociedade brasileira, possa-se descortinar também a identidade de nação brasileira que se quer reiterar ou construir e transmitir pelos repositórios jornalísticos, de modo a suscitar novos questionamentos e considerações.

Referências

- DÓRIA, P. S. de. *Réquiem para José Leal (in memoriam)*. Paraíba: História Esperancense, 27/03/2016. Disponível em: <<https://historiaesperancense.blogspot.com/2016/03/a-pedido-requiem-para-jose-leal-p-s-de.html>>. Acesso em: 25/10/2021.
- COSTA, Helouise. “Entre o local e o global: a invenção da revista O Cruzeiro”. In: COSTA, Helouise; BURGI, Sergio. *As origens do fotojornalismo no Brasil: um olhar sobre O Cruzeiro*. São Paulo: IMS, 2012. p. 8-31.
- KOSSOY, Boris. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. – 3ª ed. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014.
- KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. – 5ª ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.
- LEAL, José; SOUZA, J. “Deslocados de guerra”. *A Noite Ilustrada*. Edição 952. Rio de Janeiro, 27/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 03-09.

MACHADO, NEY; VIEIRA, Arnaldo. “Braços para o Brasil”. *Revista da Semana*. Edição: 25. Rio de Janeiro, 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 06-12, 53-56.

MAUAD, Ana Maria. *Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX*. São Paulo: Anais do Museu Paulista, v.13, n.1, jan./jun. 2005. p. 133-174.

MAUAD, Ana Maria. *Flávio Damm, profissão fotógrafo de imprensa: o fotojornalismo e a escrita da história contemporânea*. São Paulo: História, v.24, n.2, 2005. p. 41-78.

MAUAD, Ana Maria. *Fotografia pública e cultura visual, em perspectiva histórica*. Piauí: Revista Brasileira de História da Mídia, v.2, n.2, 2013. p. 11-20.

TARTAGLIA, Cesar. *180 dias na fronteira da loucura – Prêmio Esso de Jornalismo de 1956*. Rio de Janeiro: Memória O Globo, s/d. Disponível em: <<http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/180-dias-na-fronteira-da-loucura-8851099>>. Acesso em: 25/10/2021.

Eugenia e Imprensa: as representações e divulgações das ideias eugênicas no jornal A noite e no Boletim de eugenia – nos anos 20 e 30

Viviane Gomes Ribeiro¹
Mestre em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Este texto decorre da pesquisa de mestrado, cujo o título é: Eugenia e Imprensa: as representações e divulgações das ideias eugênicas no jornal A noite e Boletim de eugenia – nos anos 20 e 30, ideias e argumentos centrais são aqui difundidos. Assim começamos indicando que, a eugenia foi um conhecimento que defendia ser possível mapear as características boas e ruins dos indivíduos para compor a nação do século XX. Tal ideia não ficou restrita aos intelectuais para identificarmos como as ideias eugênicas circularam entre diferentes atores sociais, principalmente os indivíduos comuns da sociedade, tal como trabalhadores, mães, etc.

A fim de entender como as informações eram repassadas e tornaram-se acessíveis aos leitores reunimos reportagens de dois jornais da década de 1920 que circularam na capital do Brasil, Rio de Janeiro. *Boletim de eugenia*, possuía a missão de fazer campanha das ideias eugênicas, e o *A noite*, de grande circulação com temáticas livres. Apesar das diferenças dos jornais, ambos noticiaram sobre eugenia para diversos públicos.

Há na sociedade uma falsa sensação de que o movimento eugênico no Brasil ocorreu de forma branda ou não existiu. Ao estudarmos os periódicos evidenciaremos os saberes eugênicos presente em diversos setores da nossa sociedade, tal como em congressos, livros, concursos, reportagens ensinando a população sobre o significado da eugenia, nos órgãos do governo e instituições privadas, ou seja, os periódicos nos mostram que distintos atores contribuíram para a circulação da eugenia no Brasil.

Compreender o passado eugênico que nos aparenta desconhecido pode nos ajudar a combater as consequências da eugenia que circulou e enraizou na nossa sociedade por meio dos jornais, instituições e sobrevive até hoje através dos regastes às ideias eugênicas no formato de preconceitos racial, sexual ou social que são presentes na nossa sociedade até os dias atuais.

¹ Mestre do PPGHS-UERJ/FFP, com a dissertação: Eugenia e Imprensa: as representações e divulgações das ideias eugênicas no jornal A noite e no Boletim de eugenia – nos anos 20 e 30. Sob orientação do Dr. Rui Nascimento Fernandes Aniceto.

Compreendendo a eugenia da Grécia até o Brasil

A pergunta “o que foi a eugenia?” Comumente é respondida com a clássica explicação: o termo originou-se na Grécia, significa “*bom em sua origem*”, a sociedade compreendia a necessidade de valorizar os indivíduos que possuíam qualidades boas: o corpo forte e belo, para se manter na sociedade da época.

No entanto o questionamento possui explicações mais complexas que mostram o quanto a ciência é elaborada por atores humanos, ou seja, não há parcialidades e nem pureza nos dados científicos precisamos considerar o local de construção do saber - o olhar, pensamento e ideologia dos cientistas na produção do conhecimento eugênico.

No século XIX Francis Galton (1822-1911), primo de Charles Darwin, elaborou em sua obra *Inquiries into human faculties*²(1883) um estudo onde resgatou da Grécia o termo eugenia apresentando como uma ciência que prometia ser capaz de identificar genes indesejáveis – prostituição, pobreza, deficiência – e eliminar da sociedade os seres portadores desse mal e manter uma população com características boas – inteligentes, ricas e brancas.³

Os intelectuais eugenistas se esforçaram para associar a ciência eugênica ao passado grego, como se fosse um instinto ou ação natural do ser humano e que estivesse com a gente desde que o mundo é mundo, porém hoje compreendemos as diferenças das duas eugenias. Na antiguidade tratava-se de uma sociedade em contexto voltado para ideia de força física e corpo belo, já a eugenia moderna era construída por indivíduos que não estavam fazendo descobertas científicas ao acaso, mas que queriam legitimar seus preconceitos com a ideia que pessoas de cores diferentes eram de “raças diferentes”.

Sendo assim o contexto da eugenia de Galton era protagonizado por pessoas da elite que lutavam para manter o status de privilegiados, por isso desenvolveram uma série de estudos a fim de mostrar as diferenças entre os humanos. Elaboraram a ciência que abordaria as diferenças entre pessoas de “boas linhagens” material genético de qualidade e os indivíduos “degenerados” com material genético ruim. Ou melhor, como bem aponta Paulo Bomfim (2017), a eugenia ajudaria ordem social vigente, comprometida com a manutenção de privilégios sociais e a construção de uma cidadania limitada pelos

² Tradução - Inquérito sobre as faculdades humanas

³ Atualmente a ciência comprova por diversos dados de que pobreza, criminalidade e outros elementos são características da sociedade, situações sociais levam ao indivíduo a tal estado. Não há gene que determine se o indivíduo irá romper com a moralidade social. E o que há são discriminações sociais de deduzir que por a pessoa ser pobre logo estará determinada a se criminalizar.

interesses das classes dominantes.

Vale destacar que os países imperialistas buscavam subjugar a África e por isso patrocinavam muitos intelectuais para produzir saber científico que legitimasse as injustiças e reforçasse os preconceitos. Em resumo, diziam que os indivíduos eram incapacitados de cuidar do seu próprio território e seria o fardo do homem branco levar até os povos incapazes o “progresso” e a “ciência”, ou melhor, o ideal de civilidade – bons costumes e hábitos que só por meio disso os inferiores iriam evoluir.

O Brasil não ficou distante dessas ideias, foi o último país a acabar com a escravidão, o que, por si só, já demonstra a resistência dos escravocratas em admitir a igualdade entre os indivíduos. Além disso vivia um dilema, pois estava formando o novo sistema político, a República, e os cidadãos eram escravos livres andando pelas ruas da capital, os imigrantes, trazidos por fazendeiros para usá-los como uma opção de mão de obra barata e sertanejos que iam buscar progresso nas capitais (SOUZA, 2017, p. 1589) Assim os baixos salários recebidos, a pouca ou nenhuma participação política fizeram dos anos finais da segunda década do século XX um cenário extremo marginalização social.

A eugenia no meio desse cenário se apresentava como uma ciência que iria salvar o Brasil do processo de degeneração, iria enquadrar a população brasileira nos moldes civilizadores do progresso, instrumentalizar o processo de constituição de uma nação brasileira “sadia”. Regeneração nacional, totalmente voltada para a raça e os estágios de evolução do homem apresentado pelo evolucionismo.

Dessa forma a eugenia não deve ser compreendida apenas como um conhecimento clássico originado na Grécia ou teorias de superioridade do século passado. É necessário evidenciar as particularidades sociais e políticas do contexto que os atores pensaram encaixar a eugenia. Sobretudo como ainda alguns atores tentam regatar as ideias eugênicas.

Apesar de hoje “demonizarmos” a eugenia por conta do Holocausto⁴ (PIETTA, 2016) é válido destacarmos que quando falamos de eugenia, pensa-se que para os nossos atores e dentro do contexto da pesquisa tratava-se de uma ciência que foi divulgada com potencial para salvar não somente o indivíduo, mas a nação inteira. Por isso se encaixou na realidade social e atingiu um grande público brasileiro que compartilhava de suas premissas das formas mais diversas.

A eugenia circulou e penetrou as realidades sociais, atores da elite e os pobres, recorrendo a várias estratégias para dialogar com países e atores diferentes, tal nos livros,

clubes e poderemos verificar no jornal especializado, *Boletim de eugenia*, e outro com abordagem diversa, *A noite*, para identificarmos e compreendermos a influência e as particularidades do conhecimento produzido em dois periódicos que apesar de possuírem propostas diferentes publicaram sobre o mesmo tema.

A circulação das ideias eugênicas no jornal *A noite* e *Boletim de eugenia*

Os jornais não podem ser compreendidos apenas repositórios de informações, mas são a nossa principal fonte de informação, protagonizaram momentos importantes da nossa história, tal como o fim da monarquia e final da escravidão. Além dos meios de comunicação possuírem a função de promover ideias para um número considerável de pessoas e os intelectuais eugênicos, utilizaram dos jornais para expandir suas ideias.

Dessa forma podemos encarar que lançar um jornal especializado no tema era uma estratégia dos intelectuais para conseguir formar uma rede eugênica no Brasil. O *boletim de eugenia* teve o total de 42 publicações e atendia a uma demanda específica como órgão de uma sociedade científica que frequentemente dialogava com os seus membros e pares, não necessariamente para a sociedade em geral.

Simone Rocha (2010), afirma que o periódico pode ser dividido em duas fases: quando iniciou e quando estava próximo ao fim. Assim nos primeiros três anos sua periodicidade era mensal, ele era distribuído gratuitamente e possuía quatro páginas. Posteriormente, em julho de 1929, a partir do volume oito, passou a ser anexado como separata da Revista Medicamenta, aumentando o número de páginas para 8/10. Tal revista possuía uma boa circulação nacional entre médicos, farmacêuticos e intelectuais de outras áreas. O interesse de Renato Kehl ao aceitar o convite oferecido por Theophilo era tornar a eugenia conhecida principalmente entre os intelectuais da época, e difundi-la como uma ciência a ser ensinada nas academias do país (ROCHA, 2010, p. 35).

Já o jornal *A Noite* circulou de 1911 até 1964 sobre a direção de Irineu Marinho⁴, no Rio de Janeiro. Podemos considerar como um periódico de grande circulação por ter sido lançado a preços baixos, com circulação diária, com espaços para anúncios e grandes tiragens de temática livre. O jornal passou por várias fases e abordava assuntos de interesse amplo e diverso. Podemos apontar que o periódico nos seus primeiros anos

⁴ Uma figura de destaque, por possuir uma longa trajetória em outros jornais tal como a *Gazeta de Notícias*, onde era secretário geral e abandonou o cargo para fundar o seu próprio jornal *A noite* junto com outros 13 ex funcionários. E somente deixando a direção em 1929, para fundar o jornal *O globo*.

possuía de 2 a 4 páginas, mas com o tempo, destacando 1920 a 1930, alcançava de 11 até 17 páginas.

Os periódicos possuíam formas semelhantes, porém não idêntica, de conduzir os mesmos temas. Podemos atribuir que tal diferença ocorria porque os periódicos possuíam objetivos e perfil de leitor que poderia ser igual e ao mesmo tempo diferente. Ou seja, não havia escolha de qual público receberia os jornais, já que estavam abertos para que todos tivessem acesso à leitura.

No entanto, um periódico se colocava como porta-voz dos intelectuais eugênicos e o outro objetivava noticiar questões do cotidiano do Rio de Janeiro, o que nos permite dizer que em questões de acessibilidade nada impedia que os periódicos compartilhassem os mesmos leitores em determinados momentos e assim, gerando o comportamento de ler um jornal para se informar sobre as notícias corriqueiras e outro para conhecer mais a ciência eugênica. No geral podemos entender que a eugenia era um conhecimento presente na sociedade e de fácil acesso para os atores da época.

Falar, ler e competir. Ensinando a eugenia para todos

A presença da eugenia nos jornais significa que havia um público consumidor e por circular em periódicos que não objetivavam fazer campanha, logo podemos concluir que a eugenia não era restrita a congressos médicos e explicações com cálculos científicos elaborados por intelectuais e pessoas especializadas ao analisarmos jornais iremos entender que eram palco onde ocorria publicações médicas e acadêmicas, mas também leituras fáceis explicando e permitindo com que o público leigo acompanhasse o debate sobre eugenia

Podemos pensar que a maioria da população era analfabeta e não conseguiria ler as informações, por isso é válido argumentar que as informações poderiam ser repassadas por imagem, leitores que liam e repassavam a informação por meios orais e haviam estratégias de apresentar a eugenia através de concursos e cursos. Ou seja, a eugenia circulou entre indivíduos de diferentes classes sociais – do rico ao pobre. Como poderemos ver na seleção de algumas reportagens dos dois periódicos abaixo:

Ensinando a falar eugenia

Dentre as preocupações eugênicas como o casamento, ciência e educação, ao analisar os periódicos podemos comparar uma questão em comum entre os jornais que era a preocupação em fazer com que os leitores soubessem distinguir quando se falava do

nome feminino Eugenia e diferenciá-la da ciência eugênica e seus conhecimentos, que eram colocados como relevantes para a nação. Devido a isso, intelectuais brasileiros começam a produzir textos explicando o que era a ciência eugênica.

Tal como o escritor, Coelho Neto, que chama a atenção por explicar como se pronuncia a palavra eugenia “a bela e harmoniosa e pronuncia-se” (*A noite*, 10 de junho de 1924, nº 4504, p. 1). A edição nº10 de 1929 do *Boletim de eugenia* também lançou as suas contribuições em ensinar como se pronuncia a palavra eugenia e saber diferenciá-la de nome de moça. Sendo comum os autores das reportagens soletrarem a palavra eugenia para maior compreensão do leitor, o que nos faz pensar sobre o público do jornal especializado, uma reportagem que ensina a falar e o que tratava, talvez, estivesse tendo acesso de públicos não especializados.

Nessas passagens evidenciamos que tanto o *A noite* como o *Boletim* haviam em comum o tópico que era fazer o leitor entender que eugenia não é uma pessoa e sim um ramo científico que intervém/deve intervir nas suas vidas. Como os próprios textos sugerem, além dos outros que no decorrer do jornal ensina sobre a ciência eugênica. Nos textos que ensinando a pronunciar e apresentando a ciência como algo positivo melhoraria não somente o indivíduo, mas toda a nação. Com suas técnicas de aperfeiçoamento que apenas buscava melhorar o futuro e evoluir.

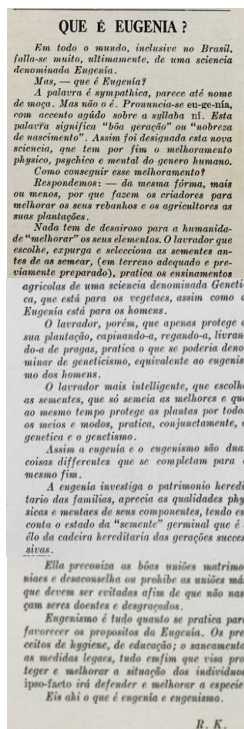


Imagem 1: Boletim de eugenia, outubro de 1929, nº 10, p. 2-3

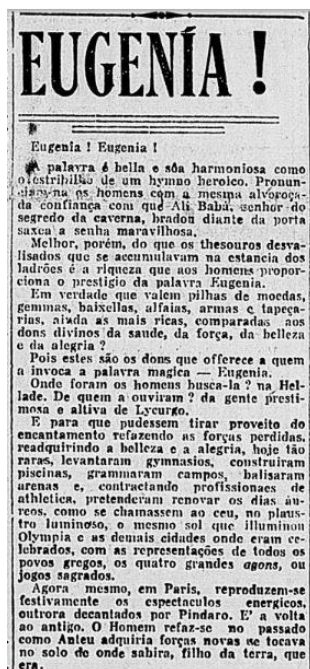


Imagem 2: A noite, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1923, nº 4079, p. 4.

Livros sobre eugenia

O *Boletim de eugenia* abusou de uma linguagem um tanto dinâmica ou até mesmo panfletária para cativar o leitor e fazer a divulgação do saber eugênico. Haviam várias chamadas para publicar, o jornal especializado em suas primeiras edições realizou convites para quem deseja-se receber o periódico de forma gratuita e assim como quem quisesse contribuir para as colunas o jornal aceitaria pequenas notas e artigos sobre questões eugênicas, cerca de 23 livros do Renato Kehl foram divulgados no periódicos e listas de recomendações.

No decorrer do periódico podemos destacar títulos de efeitos que chamavam atenção do leitor, tal como “*os nossos avós quereis saber quem sois e o que sereis? Estudai a vida de vossos avós*”⁵. No momento onde se decidia pelo exame, Coelho Neto publicou um livro *Os vencidos*, e o *Boletim*⁶ fez o resumo do livro que tratava da história de uma família que não evitou um filho que nasceu com problemas de saúde, pois o interesse social em preservar a vida era maior que as razões científicas da eugenia.

A moral da história era de que deveria haver leis que responsabilizassem e punissem os indivíduos, defensores dos interesses sociais, pelo mal que fizeram à sociedade, ao indivíduo e à nação. Conforme é citado, na mesma edição, o trecho do livro: "Que é aquilo, afinal? Uma posta de carne, que geme; uma deformidade hedionda que

⁵ *Boletim de eugenia*, abril de 1929, nº 4, p. 3-4.

⁶ *Boletim de eugenia*, fevereiro de 1930 nº 14, p. 8.

sofre e faz sofrer a quem o vê; um horror que os pais escondem envergonhados de o haverem produzido"⁷

Além de empregar o recurso da primeira pessoa conta-se como se fosse um relato onde o personagem aborda a experiência de ver uma família inteiramente desgraçada pelo casamento entre primos, ao mesmo tempo em que tornava o casamento um assunto que merecia atenção do estado.

O *A noite* possuía uma coluna chamada “livros novos” em que apresentavam e descreviam algumas obras, porém não tinha uma frequência exata de obras eugênicas, percebemos que aparece entre as edições. Algumas vezes a coluna era assinada, outras não, dando a impressão que o jornal só publicava o que era pedido pelos autores e editoras. Em 1927 o jornal deu destaque ao Livro *O choque das Raças*, de Monteiro Lobato.

É necessário dizer que a obra *O choque de raças* atualmente mais conhecida pelo título *O presidente negro*, trata-se de um romance e de ficção científica. O enredo é baseado num Estados Unidos no futuro, após terem aplicados algumas ideias eugênicas para solucionarem os problemas raciais do país. No geral, o livro aborda o fim do homem negro como algo benéfico para a sociedade do futuro e no decorrer do conto vai embutindo as ideias sobre superioridade racial, degeneração e eugenia, substituído a raça branca na Europa.

Dessa forma, podemos analisar que a eugenia se fez presente na nossa sociedade, nos jornais e através de obras que não eram restritas a um autor só. Diversos intelectuais reconheciam a importância da eugenia para a humanidade. O conteúdo das obras eram reflexos da pesquisa que ocorria entre os eugenistas, mas a linguagem científica era traduzida tanto nos jornais como nos livros para ser direcionado ao grande público. E, sobretudo, o lançamento de obras eugênicas estava interligadas ao cenário social brasileiro, ou melhor, demandas sociais do século XX que eram refletidas tanto no jornal de temática livre como no especializado.



Imagem 3: A noite, 20 de setembro de 1926, nº 5327, p. 7

⁷ *Boletim de eugenia*, abril de 1930, nº10, p. 8.

Concurso de eugenia nos jornais

Congressos, palestras e outros eventos ocorriam com certa regularidade, mas estavam focados em um público mais especializado, um grupo que já se apropriava dos discursos eugenistas. No entanto, considerando a população humilde, desejávamos compreender como a eugenia chegava para as mães, crianças e envolvia os atores comuns. Identificamos cursos e concursos que foram direcionados para esses indivíduos que não possuíam nenhuma formação na área de eugenia.

Sobre os concursos, vale destacar que havia compreensões diferenciadas. Acreditava-se que concursos de beleza deixariam as pessoas arrumadas e premiaria conquistas efêmeras como o corpo e o físico. Já o concurso eugênico, buscava contemplar a formação geral do indivíduo analisando o corpo e o patrimônio genético, as heranças do candidato.

O tema foi pauta até mesmo no *boletim de eugenia* em que o jornal critica os higienistas por arrumar os disgênicos e camuflados na sociedade, no décimo oitavo volume, o *Boletim* tomou a liberdade de criticar duramente os higienistas, pois com a higiene o feio ficava arrumado, mas no final tratava-se de uma conquista efêmera que permitia que os degenerados permanecessem na sociedade. A Higiene cuidava do que a seleção natural queria eliminar. A crítica ao higienismo revela uma disputa intraprofissional, ou seja, evidencia a divergência de posturas dentro de uma mesma categoria socioprofissional, já que ambos eram pertencentes à categoria médica.

Contudo, se queremos compreender como os leitores do *A noite* compreendiam o que era eugenia, podemos presumir a partir das seguintes reportagens que relacionavam o concurso de beleza com o concurso de eugenia, tal como a edição nº 6269 *Concurso de Mis Brasil*, do ano de 1929, podendo ser registradas em 1930 outros números, por exemplo a edição nº 6701 *Conferencia de Beleza e Eugenia*; a de nº 6756, *Concurso de Mis e*; a de nº 6763, *Mis Antilhas*.

Destacarei o “*Club dos Diabos*”⁹ veremos que o clube estava mais preocupado com uma eugenia que premiava a aparência física do que os princípios eugênicos. Tais chamadas anunciavam os concursos que subentendiam para os seus leitores que eugenia era algo relacionado a beleza. Vale destacar que os concursos incluíam bebês, crianças até moças, ou seja várias idades. Além da imagem 6 demonstrar o concurso ocorrendo em Campo Grande, interior do Rio de Janeiro o que nos permite afirmar que a eugenia circulava não só na capital ou para pessoas da elite, mas a reportagem nos mostra os

valores eugênicos em regiões pobres afastada do centro e dialogando com famílias pobres que eram premiada em dinheiro só por participarem do evento.

A NOITE — Segunda-feira, 9 de Abril de 1923

“A Conversação Inglesa”

POR CHARLES W. ARMSTRONG (FUNDADOR DO GYMNASIO ANGLO-BRASILEIRO)
(QUINTA EDIÇÃO — AUGMENTADA E MELHORADA)

Com este livrinho poderá qualquer pessoa chegar, com o mínimo esforço e em pouco tempo, a FALAR correntemente o inglês, sem mestre. Preço 3\$000.

Outros livros do mesmo autor:

“CONTOS PARA MEUS DISCIPULOS” (Historias com gravuras), preço.....	3\$500
“MAIS CONTOS PARA MEUS DISCIPULOS” (Historias com gravuras), preço.....	2\$500
“LIÇÕES DE MORAL” (Narrativa com instrução), preço.....	4\$500
“ESBOÇO DE HISTORIA UNIVERSAL”, preço.....	3\$500
“ESBOÇO DO CURSO DE LOGICA”, preço.....	3\$500
“MELHOREMOS A NOSSA RAÇA” (Elementos de Eugenia), preço.....	2\$000

A venda na LIVRARIA FRANCISCO ALVES — Rio de Janeiro e S. Paulo.

Imagem 4: *A noite*, 20 de setembro de 1926, nº 5327, p. 7



Imagem 5: *A noite*, 20 de setembro de 1926, nº 5327, p. 7

PELO VIGOR DA RAÇA

Concursos infantis de robustez e eugenia, a premios nos lactarios

Promovidos pelo Dr. José Savarese, da Saude Publica, e chefe dos lactarios do Distrito Federal, auxiliado effizientemente pelas Associações de Damas Protectoras da Infancia, vêm se realisando, pela primeira vez, nos mesmos lactarios, concursos de robustez e eugenia, completando assim o seu programma de assistencia, dietetica e aperfeçoamento da raça.

Não são simples concursos physicos, exteriormente; são certames scientificos, valendo por uma verdadeira parada de saude. Têm, por isso, despertado, grande emulação entre as mães e as senhoras patronas.

No lactario da Penha, onde se effectuou o primeiro, procedido entre as 755 creanças matriculadas, foram conferidos 11 premios em dinheiro, sendo as demais contempladas com brinquedos e mantimentos.

Imagem 6: *A noite*, Rio de Janeiro, 18 de março de 1929, n. 06225, p.5.

Comprendemos que os jornais lidavam com a temática concursos de formas semelhantes, pois a maior parte deles eram organizados por órgãos médicos e institutos

de proteção à criança, ou seja, iniciativas públicas em prol dos conhecimentos eugênicos. É de percebermos que há diferença entre o concurso de beleza e o concurso de eugenia, enquanto um contempla a beleza física, o outro premia a composição eugênica do candidato. Eles se constituíram em uma estratégia que tornava o saber eugênico mais próximo da realidade dos atores, que não eram médicos, além de ser um meio de sair do mundo escrito dos trabalhos científicos, livros, congressos eugênicos e levar os conhecimentos até as camadas populares.

Desse modo, analisamos que o *boletim* nos mostra uma realidade em que os concursos não eram tão apoiados. Já no *A noite* notamos a existência de muitos concursos que se diziam levar eugenia, porém trata-se da pergunta: qual eugenia? A eugenia no *A noite* se mostra relacionada com múltiplas visões, ora saúde, ora bem-estar e ora ciência de melhoramento genético dos indivíduos e, até mesmo, conectada aos assuntos eugênicos da Alemanha.

A palavra eugenia e seus múltiplos sentidos na sociedade

Notamos a eugenia sendo utilizada não apenas pelos cientistas eugenistas ou no circuito médico, mas os jornais nos mostram que a palavra eugenia era evocada em diferentes locais da sociedade, tal como em discursos do time de futebol o flamengo e órgãos do governo como a marinha ao destacar o uso da eugenia no aperfeiçoamento da raça para os marinheiros. As reportagens evidenciam a dedicação das instituições aos valores eugênicos e difundido para o seu público – marinheiros, mulheres e atletas.



Imagem 7: *A noite*, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1928, nº 06013, p. 7

O trabalho consciente de aperfeiçoamento da raça

Encerraram-se esta manhã, com grande sucesso e excepcional brilhantismo, nas dependências do departamento técnico da Escola Naval, na ilha das Enxadas, as interessantes provas do concurso de Monitores de Educação Physica, que a Liga de Sports da Marinha criou para seus marins applicados a Marinha.

A entidade sportiva da Marinha criou, em tempo, a Escola de Educação Physica, com o fim de preparar instructores para os diversos pontos do paiz, e offerecel-os aos co-

Assim, pode, de hoje em diante, o atleta da Marinha de guerra, apresentar-se em qualquer ponto, como tecnico ou como tecnicamente preparado, evitando a impressão má, causada por alguns amadores praticantes, que, no simples exame medico, seriam afastados dos campos de competição.

Verificados os primeiros resultados da nova Escola de Educação Physica, o governo — melhor, o Sr. ministro da Marinha — resolveu officialisar, o novo departamento de instrução, tornando-o obrigatorio e regula-

Note-se: nessas provas, não se teve a impressão de disputa ou concorrência. Longe do monitor demonstrar seu valor em competição e — elles em geral são os campeões sportivos da Marinha — fizeram exhibições de seus conhecimentos gomes, seus methodos de ensinamento, como se diante delles estivessem turmas de leigos, principiantes ou amadores, cujas predisposições e cujas capacidades elles determinavam para este ou aquelle ramo de sport.

Verdadeiros monitores de educação physica.

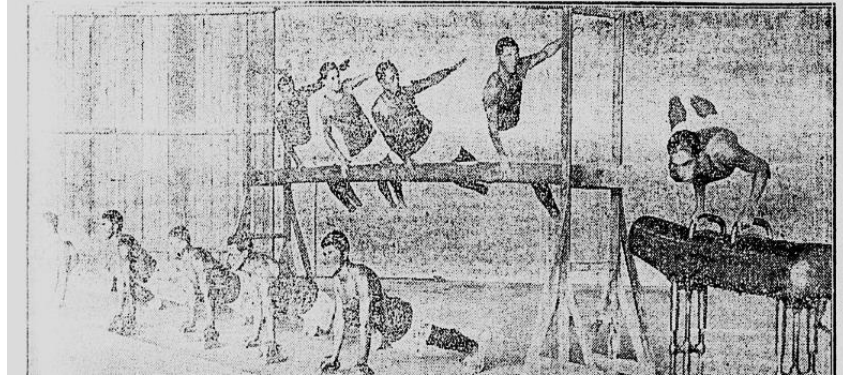


Imagem 08: A noite, 18 de janeiro de 1928, nº 5806, p. 1

Os periódicos analisados foram comandados por donos, equipes e possuíam objetivos diferentes. O *A noite* buscava a abordar assuntos do cotidiano da vida carioca, enquanto que o *Boletim* declarava a missão de expandir e fazer campanha para a causa eugênica no Brasil. Apesar disso, os periódicos tinham a ciência eugênica como pauta, divulgaram eventos, livros e autores e assim articulavam temas em comum.

A palavra eugenia era evocada no decorrer do discurso do *A noite*, às vezes de forma mínima sem muito envolvimento com a questão científica, ou seja, sem esmiuçar as complexidades dos cálculos e debates que envolvia o campo. O que nos permite associar, como indica Vanderlei Souza (2012), que as propostas eugênicas eram para os atores da época um símbolo de modernidade cultural. A pessoa que demonstrasse saber o que era eugenia era vista como um indivíduo atualizado e moderno.

A utilização do termo eugenia era uma vitrine tornando alguns textos mais sofisticado. Dava uma sensação de credibilidade científica para os atores e, principalmente, nas reportagens que a mencionavam de forma superficial, pois o foco eram temáticas que não estavam envolvidas com a ciência, tal como eventos do cotidiano repudiar brigas de torcidas – como um comportamento nada eugênico ou até mesmo para reivindicar direitos – afirmavam que o direito geraria qualidade de vida e colaboraria com os valores eugênicos.

Tal como a reportagem que a palavra eugenia foi usada no discurso da Associação dos Padeiros, associada a causa em prol da “*eugenia dos Panificadores*”, que por uma

qualidade de vida lutavam pelos fechamentos das padarias aos domingos (A noite, 7 de março de 1932, nº 7283, p. 4). Ou seja, na reportagem dos padeiros eugenia estava relacionada a uma qualidade de vida que era ter folgas aos domingos.



Imagem 09: A noite, Rio de Janeiro, 7 de março de 1932, nº 7283, p. 4.

Apesar de não ser empregado com o termo científico podemos apontar que o jornal popular sabia o que era eugenia, tanto que se posiciona contra práticas de eutanásia na França em caso de doenças incuráveis e critica outros jornais brasileiros que haveriam publicado “*matar por compaixão*”⁸ defendendo a prática de eutanásia como uma forma de matar por amor à pessoa e ao país, evitando o nascimento de pessoas que não correspondiam o padrão de saudável. Dessa forma, veremos o posicionamento do ministro e do jornal:

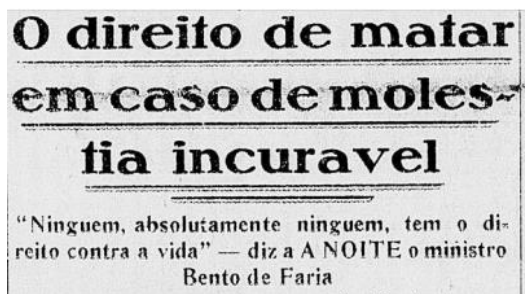


Imagem 10: A noite, 9 de novembro de 1929, nº 6461, p. 1

⁸ A noite, 9 de novembro de 1929, nº 6461, p. 1

Já o *Boletim* era um jornal científico e por isso não encontraremos a palavra eugenia de forma vaga, para agregar vocábulo e diferente do A noite que irá se posicionar contra os valores de eutanásia da eugenia, notaremos que o boletim não se permite publicar reportagens que duvidem da ciência e que não há problemas em por uma eugenia dura.

Apesar de se dizer para todos os públicos interessados nos assuntos de melhoria da raça e nação, seu público-alvo eram os médicos e profissionais de áreas em que a eugenia pudesse intervir. No entanto podemos ressaltar reportagens que o periódico busca interagir com o público não especializado, tal como as reportagens sobre educação sexual que há o retorno de pais e casais noivos escrevendo para o jornal. Sendo notável que o periódico coloca a reprodução sexual como responsabilidade dos indivíduos e a falta de conhecimento levaria a degeneração da pessoa e da espécie humana no geral.



Imagem 11: Boletim de eugenia, julho de 1930, v. 19, p. 4

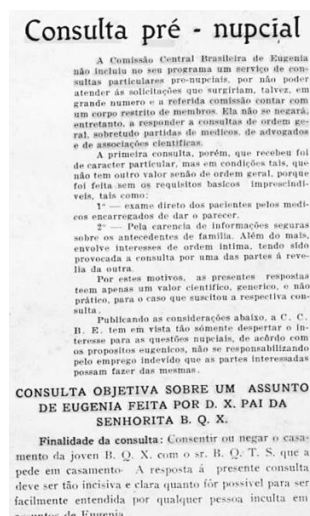


Imagem 12: Boletim de eugenia, dezembro de 1931, n° 36, p. 1-3

Dessa forma demonstramos que a eugenia circulava nos jornais, independente das suas propostas, fossem o de campanha ou temática livre, sobretudo circulava entre atores comuns e médicos da área. Há múltiplas formas da eugenia ser mencionada na sociedade, tal como vimos estava mais que aberto aos leitores entravam em contato com a redação pedindo conselhos, em estilo de consultas médicas, poderiam frequentar concursos, ler livros, cursos, na pauta dos órgãos públicos e até mesmo a eugenia estava presente no lazer da sociedade como no futebol.

Ao analisar os jornais percebemos a eugenia ganhando vida no cotidiano, o conceito enraizava-se na sociedade em múltiplos setores sociais. Podemos interpretar que a eugenia exposta nos jornais e refletirmos como os seus leitores poderiam receber as informações sobre temáticas cotidianas, da mesma forma como atualmente somos impactados por esse passado repleto de valores eugênicos que buscavam inferiorizar e justificar que determinadas vidas possuíam menos valores.

Conclusão

O trabalho buscou mostrar que houve uma rede eugênica no Brasil e que a eugenia era um conhecimento acessível para diferentes tipos de atores, ou seja não estava restrito aos periódicos médicos e nem aos atores especializados. Para a pesquisa os jornais foram fontes históricas fundamentais, pois através deles conseguimos observar a efervescência do debate ocorrido na época, mas principalmente nos revelaram que a população poderia acompanhar e participar do debate sobre eugenia, seja nos concursos ou lendo livros.

Sobretudo nos chama atenção para o fato de que diferentes classes sociais, instituições, funcionários e indivíduos foram afetados com a disseminação das ideias de superioridade racial embutida nos jornais, cultura e espaços sociais da época. O que nos permite refletir que mal conhecemos a história do impacto da eugenia no Brasil e como lidamos atualmente com esse passado eugênico que herdamos.

No entanto compreender como foram gestada as ideias eugênicas nos possibilita a ter esperança de desconstruir tentativas de regastes a eugenia e enfrentarmos os pensamentos de superioridade racial ou crenças de que existe genes ruins que determinam a marginalização do indivíduo que se enraizaram na nossa sociedade.

Referências

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, Higienizar e regenerar:** Uma história da eugenia no Brasil. Jundiaí, Paco Editorial, 2017.

ROCHA, Simone. **Eugenia no Brasil:** análise do discurso “científico” no Boletim de Eugenia 1929-1933. São Paulo, 2010.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de et al. **A política biológica como projeto: a eugenia negativa e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006. Dissertação de mestrado.

_____. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2011. Tese de Doutorado.

RIBEIRO, Viviane Gomes. **Eugenia e imprensa. As representações e divulgações das ideias eugênicas no jornal A Noite e no Boletim de eugenia - nos anos 20 e 30**. 2021, 145F. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

Fontes

A noite, 18 de Junho de 1923, nº 4148.

A noite, 10 de Junho de 1924, nº 4504.

A noite, 20 de Setembro 1926 , nº 5327.

A noite, 18 de janeiro de 1928, nº 5806.

A noite, 23 de dezembro de 1934, nº 7933.

A noite, 15 de Agosto de 1928, nº 6013.

A noite, 2 de Maio de 1929, nº 6269.

A noite, 12 de Setembro de 1930, nº 6763.

A noite, 6 de Abril de 1931, nº 6952.

A noite, 18 de março de 1929, nº 6225.

A noite, 7 de Março de 1932, nº 7283.

Boletim de eugenia, outubro de 1929, nº 10.

Boletim de eugenia, abril de 1929, nº 4.

Boletim de eugenia, fevereiro de 1930 nº 14.

Boletim de eugenia, abril de 1930, nº10.